



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 3ª SESSÃO À 4ª SESSÃO DA 5ª SESSÃO
LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 2
19 JAN. A 20 JAN.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2006

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)

| | |
|---------------------------|--|
| PRESIDENTE | Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) |
| 1º VICE-PRESIDENTE | Senador TIÃO VIANA (PT-AC) |
| 2º VICE-PRESIDENTE | Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) |
| 1º SECRETÁRIO | Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) |
| 2º SECRETÁRIO | Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA) |
| 3º SECRETÁRIO | Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) |
| 4º SECRETÁRIO | Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO) |

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

| | |
|--------------------|------------------------------------|
| 1º Senadora | SERYS SLHESSARENKO (PT- MT) |
| 2º Senador | PAPALÉO PAES (PSDB-AP) |
| 3º Senador | ALVARO DIAS (PSDB-PR) |
| 4º Senador | AELTON FREITAS (PL-MG) |

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

| | | | |
|------------|-----------------------------|------------|----------------------------|
| | BAHIA | PFL | Heráclito Fortes |
| PFL | Rodolpho Tourinho | PMDB | Mão Santa |
| PFL | Antonio Carlos Magalhães | | RIO GRANDE DO NORTE |
| PFL | César Borges | PTB | Fernando Bezerra |
| | RIO DE JANEIRO | PMDB | Garibaldi Alves Filho |
| PT | Roberto Saturnino | PFL | José Agripino |
| PL | Marcelo Crivella | | SANTA CATARINA |
| PMDB | Sérgio Cabral | PFL | Jorge Bornhausen |
| | MARANHÃO | PT | Ideli Salvatti |
| PMDB | Ribamar Fiquene | PSDB | Leonel Pavan |
| PFL | Edison Lobão | | ALAGOAS |
| PMDB | Mauro Fecury | P-SOL | Heloísa Helena |
| | PARÁ | PMDB | Renan Calheiros |
| PMDB | Luiz Otávio | PSDB | Teotônio Vilela Filho |
| PT | Ana Júlia Carepa | | SERGIPE |
| PSDB | Flexa Ribeiro | PFL | Maria do Carmo Alves |
| | PERNAMBUCO | PSDB | Almeida Lima |
| PFL | José Jorge | PSB | Antonio Carlos Valadares |
| PFL | Marco Maciel | | AMAZONAS |
| PSDB | Sérgio Guerra | PMDB | Gilberto Mestrinho |
| | SÃO PAULO | PSDB | Arthur Virgílio |
| PT | Eduardo Suplicy | PDT | Jefferson Péres |
| PT | Aloizio Mercadante | | PARANÁ |
| PFL | Romeu Tuma | PSDB | Alvaro Dias |
| | MINAS GERAIS | PT | Flávio Arns |
| PL | Aelton Freitas | PDT | Osmar Dias |
| PSDB | Eduardo Azeredo | | ACRE |
| PMDB | Wellington Salgado Oliveira | PT | Tião Viana |
| | GOIÁS | P-SOL | Geraldo Mesquita Júnior |
| PMDB | Maguito Vilela | PT | Sibá Machado |
| PFL | Demóstenes Torres | | MATO GROSSO DO SUL |
| PSDB | Lúcia Vânia | PDT | Juvêncio da Fonseca |
| | MATO GROSSO | PT | Delcídio Amaral |
| S/ Partido | Luiz Soarez | PMDB | Ramez Tebet |
| PFL | Gilberto Goellner | | DISTRITO FEDERAL |
| PT | Serys Slhessarenko | PP | Valmir Amaral |
| | RIO GRANDE DO SUL | S/ Partido | Cristovam Buarque |
| PMDB | Pedro Simon | PFL | Paulo Octávio |
| PT | Paulo Paim | | TOCANTINS |
| PTB | Sérgio Zambiasi | PSDB | Eduardo Siqueira Campos |
| | CEARÁ | PSB | Nezinho Alencar |
| PSDB | Reginaldo Duarte | PMDB | Leomar Quintanilha |
| S/ Partido | Patrícia Saboya Gomes | | AMAPÁ |
| PSDB | Tasso Jereissati | PMDB | José Sarney |
| | PARAÍBA | PSB | João Capiberibe |
| PMDB | Ney Suassuna | PMDB | Papaléo Paes |
| PFL | Efraim Morais | | RONDÔNIA |
| PMDB | José Maranhão | PMDB | Amir Lando |
| | ESPÍRITO SANTO | PT | Fátima Cleide |
| PMDB | João Batista Motta | PMDB | Valdir Raupp |
| PMDB | Gerson Camata | | RORAIMA |
| PL | Magno Malta | PTB | Mozarildo Cavalcanti |
| | PIAUI | PDT | Augusto Botelho |
| PMDB | Alberto Silva | PMDB | Romero Jucá |

ÍNDICE TEMÁTICO

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|---|------|
| AGRADECIMENTO | | | |
| Agradecimentos à Rede Globo pela realização de programa sobre a vida de Juscelino Kubitschek. Senador João Batista Motta. | 214 | Transcrição da matéria intitulada “O pacote que é uma vergonha”, publicada na revista Veja , edição de 11 de janeiro de 2006 e da matéria intitulada “Esqueçam o Dirceu. Feliz 2006”, de autoria de S.Exa., publicada em O Jornal , de Maceió, edição de 03 de janeiro de 2006. Senador Teotonio Vilela Filho. | 241 |
| ARTIGO DE IMPRENSA | | | |
| Transcrição da entrevista do ex-Presidente do TSE, Ministro Carlos Velloso, publicada no jornal Correio Braziliense , no dia 19 de janeiro de 2006. Senador Eduardo Suplicy. | 44 | Transcrição da matéria intitulada “Governo decepciona ONGs e não ouve demandas sociais, diz estudo”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 13 de dezembro de 2005. Senadora Lúcia Vânia. | 242 |
| Transcrição de diversas matérias divulgadas recentemente sobre a atuação de S.Exa. Senadora Heloísa Helena. | 90 | Transcrição de várias matérias referentes à complicada situação do publicitário Duda Mendonça, sobre novos depósitos em paraísos fiscais, publicadas nas revistas Veja e IstoÉ , edições dos dias 11 e 18 de janeiro de 2006. Senador Antero Paes de Barros. | 244 |
| Transcrição da matéria intitulada “Tapa-buraco vira palanque de ministros”, publicada pelo jornal Folha de S.Paulo , edição de 10 de janeiro de 2006. Senador Reginaldo Duarte. | 233 | Transcrição da matéria intitulada “Um acordo sem pé nem cabeça”, publicada pela revista Veja , edição de 11 de janeiro de 2006. Senador Leonel Pavan. | 257 |
| Transcrição da entrevista concedida pelo presidente nacional do PFL, Senador Jorge Bornhausen, concedida à revista Veja , edição de 11 de janeiro de 2006. Senador José Agripino. | 234 | Transcrição do artigo intitulado “Uma toga que se desveste”, de autoria do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Braziliense , edição de 15 de janeiro de 2006. Senador Arthur Virgílio. | 260 |
| Transcrição da matéria intitulada “Ministério da Justiça pedirá bloqueio da segunda conta de Duda”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 10 de janeiro de 2006. Senador Alvaro Dias. | 237 | Alusão ao artigo do Ministro Miguel Rosseto intitulado “Perdedores de sempre, enfim, ganharam”. Senador Sibá Machado. | 268 |
| Transcrição de matéria intitulada “Metamorfose ambulante”, publicada pelo Jornal do Brasil , edição de 1º de janeiro de 2006. Senador João Batista Motta. | 238 | Transcrição da matéria intitulada “Pode responder, presidente”, de autoria de S.Exa., publicada no O Jornal , de Maceió, edição do dia 10 de janeiro de 2006. Senador Teotonio Vilela Filho. | 399 |
| Transcrição da matéria intitulada “Sem terra, mas com anúncio”, publicada na revista Veja , edição de 18 de janeiro de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca. | 239 | Transcrição da matéria intitulada “Reprovação atinge pilares do governo”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 15 de dezembro de 2005. Senadora Lúcia Vânia. | 401 |
| Transcrição da matéria intitulada “União aluga prédio para Fome Zero pelo dobro do valor”, publicada pelo jornal O Estado de S.Paulo , edição de 10 de janeiro de 2006. Senador Flexa Ribeiro. | 240 | Transcrição da matéria intitulada “Munição contra Lula”, publicada pela revista Época , edição de 16 de janeiro de 2006. Senador Antero Paes de Barros. | 402 |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|--|------|
| Transcrição da matéria intitulada “Tapa-buraco usa empreiteiras que TCU condenou”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 10 de janeiro de 2006. Senador Leonel Pavan. | 403 | Considerações sobre as denúncias de corrupção no governo. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Aloizio Mercadante. | 63 |
| Transcrição da matéria intitulada “O ano em que a Amazônia começou a morrer”, publicada pela revista Veja , edição retrospectiva de 28 de dezembro de 2005. Senador Arthur Virgílio. | 404 | Considerações sobre as denúncias de corrupção no governo. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Antero Paes de Barros. | 65 |
| Transcrição do artigo intitulado “Por que fazemos o que fazemos”, de autoria do jornalista e presidente da editora Abril, Roberto Civita, publicado na seção “Carta do Editor”, da revista Veja , edição de 28 de dezembro de 2005. Senador Juvêncio da Fonseca. | 409 | (CPI) | |
| Transcrição da matéria intitulada “CPI descobre mais R\$ 4,1 milhões da Visanet repassados ao PT por Valério”, publicada pelo jornal O Globo , edição de 16 de janeiro de 2006. Senador Flexa Ribeiro. | 410 | Comentário sobre depoimento do economista e ex-militante do PT, Paulo de Tarso Venceslau, à CPI dos Bingos, confirmando a prática de caixa dois no partido do governo. Afirma que depoimentos comprovam que CPI’s estão no caminho certo. Senador José Jorge. | 26 |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | | Debate sobre os trabalhos realizados pela CPI dos Bingos. Senadora Ideli Salvatti. | 80 |
| Discussão acerca do Projeto de Lei que sugere o aumento no número de deputados federais. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Sibá Machado. | 218 | Debate sobre os trabalhos realizados pela CPI dos Bingos. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Leonel Pavan. | 82 |
| Discussão acerca do Projeto de Lei que sugere o aumento no número de deputados federais. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Flexa Ribeiro. | 219 | Debate sobre os trabalhos realizados pela CPI dos Bingos. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Heráclito Fortes. | 83 |
| CONGRESSO NACIONAL | | Debate sobre os trabalhos realizados pela CPI dos Bingos. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Gilvam Borges. | 83 |
| Considerações sobre a prática do recesso parlamentar em diversos países. Senador Heráclito Fortes. | 215 | Sugestão de V.Exa. para que a CPI dos Correios dê continuidade ao que foi paralisado na CPI do Mensalão. Senadora Heloísa Helena. | 276 |
| CORRUPÇÃO | | Registro de reunião realizada no dia 20 de janeiro de 2006 no Itamaraty, com a presença dos Ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e das Relações Exteriores, Celso Amorim, para tratar de missão da CPMI dos Correios aos Estados Unidos, referente aos documentos sigilosos sobre contas no exterior. Senador Delcídio Amaral. | 283 |
| Registra preocupação com investigação de denúncias de corrupção no governo. Senador Aloizio Mercadante. | 53 | Considerações acerca dos papéis fundamentais que deve ter uma CPI. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Sibá Machado. | 285 |
| Considerações sobre as denúncias de corrupção no governo. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Antonio Carlos Magalhães. | 55 | Comentários ao desempenho da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Edison Lobão. | 288 |
| Considerações sobre as denúncias de corrupção no governo. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Leonel Pavan. | 56 | Elogios ao desempenho do Senador Delcídio Amaral como Presidente da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Alberto Silva. | 292 |
| Considerações sobre as denúncias de corrupção no governo. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Tasso Jereissati. | 57 | DESENVOLVIMENTO REGIONAL | |
| Considerações sobre as denúncias de corrupção no governo. Senador Antonio Carlos Magalhães. | 62 | Vantagens da criação do Aglomerado Urbano Cuiabá/Várzea Grande. Senadora Serys Slhessarenko. | 87 |

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|---|------|
| ECONOMIA | | | III |
| Conseqüências da possível diminuição da taxa Selic. Aparte ao Senador Aelton Freitas. Senador Sibá Machado. | 223 | Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Senador Heráclito Fortes. | 35 |
| EDUCAÇÃO | | Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Senador Marco Maciel. | 35 |
| Elogios ao bom desempenho das políticas públicas do Governo Lula, destacadamente dos programas do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Senador Augusto Botelho. | 263 | Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Senador Eduardo Azeredo. | 40 |
| Importância da aprovação do Projeto de Lei 51, de 2004-Complementar, que flexibiliza as deduções do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas que efetuarem doações em favor do Fundo da Criança e do Adolescente. Senador Rodolpho Tourinho. | 265 | Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Senadora Heloísa Helena. | 41 |
| Importância da aprovação do Projeto de Lei 51, de 2004-Complementar, que flexibiliza as deduções do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas que efetuarem doações em favor do Fundo da Criança e do Adolescente. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senadora Heloísa Helena..... | 267 | Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Senador José Agripino. | 42 |
| GOVERNO FEDERAL | | Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Senador Wellington Salgado de Oliveira. | 42 |
| Agradece ao Presidente Lula a liberação de recursos, fruto de emendas da bancada do Estado do Pará ao Orçamento da União, que garantem a conclusão de obras em Belém. Senadora Ana Júlia Carepa. | 32 | Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Senador Antonio Carlos Magalhães. | 42 |
| Crítica à condução do Governo Federal na questão ética. Senador Tasso Jereissati. | 66 | Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Senador Gerson Camata. | 43 |
| Questionamentos sobre as críticas à atual política governamental. Senador Aloizio Mercadante. | 68 | Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Senador Edison Lobão. | 43 |
| Considerações sobre a crise ética enfrentada pelo Governo Lula. Senador Antero Paes de Barros. | 72 | Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Senador Eduardo Suplicy. | 44 |
| Empenha confiança no País e nas políticas implementadas pelo Governo Federal. Senador Gilvam Borges. | 281 | Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Senador Eduardo Siqueira Campos. | 47 |
| Elogios às políticas implementadas pelo Governo Federal. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Sibá Machado. | 281 | Regozijo pela reinauguração do Santuário de Santa Paulina. Senador Leonel Pavan. | 84 |
| HOMENAGEM | | Homenagem à Madre Paulina e regozijo pela reinauguração do Santuário de Santa Paulina. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Gilvam Borges. | 85 |
| Parabeniza a cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, que, no último dia 12, comemorou 390 anos. Senadora Ana Júlia Carepa. | 32 | Saudação ao Ministro Velloso pelas homenagens prestadas pelo Senado Federal pela sua aposentadoria compulsória. Senadora Serys Slhessarenko. | 87 |
| | | Destaque para a atuação do Ministro do Supremo Tribunal, Carlos Velloso, no anúncio de sua aposentadoria compulsória. Senador João Batista Motta..... | 214 |
| | | Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, lamentando a sua aposentadoria compulsória do Supremo Tribunal Federal. Senador Romero Jucá. | 278 |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|---|------|
| Parabeniza o Presidente Renan Calheiros pelos trabalhos à frente do Congresso Nacional. Senador Gilvam Borges. | 281 | autógrafos do Projeto de Lei nº 17, de 2005 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscais da União e da Seguridade Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de quarenta e um milhões, oitocentos e dezesseis mil, setecentos e dezenove e três reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.208, de 16 de dezembro de 2005. | 3 |
| HOMENAGEM PÓSTUMA | | Mensagem nº 21, de 2006 (nº 867/2005, na origem), de 16 de dezembro de 2006, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 27, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e dos Transportes, crédito suplementar no valor global de quatrocentos e vinte e seis milhões, oitocentos e cinqüenta e um mil, cento e noventa e sete reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.209, de 16 de dezembro de 2005. | 3 |
| Homenagens de pesar pelo falecimento do deputado estadual do PMN do Espírito Santo, Edson Vargas. Senador João Batista Motta. | 214 | Mensagem nº 22, de 2006 (nº 868/2005, na origem), de 16 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 30, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de vinte e cinco milhões, oitocentos e trinta e dois mil, quatrocentos e vinte e seis reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.210, de 16 de dezembro de 2005. | 4 |
| Justificativas a requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Deputado Estadual Edson Vargas, ocorrido no dia 19 de janeiro de 2006. Senador Magno Malta. | 220 | Mensagem nº 23, de 2006 (nº 872/2005, na origem), de 21 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 23, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de um milhão, quatrocentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e três reais, para o fim que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.212, de 21 de dezembro de 2005. | 4 |
| Homenagens de pesar pelo falecimento do deputado estadual do PMN do Espírito Santo, Edson Vargas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Gerson Camata. | 220 | Mensagem nº 24, de 2006 (nº 873/2005, na origem), de 21 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 24, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de dezesseis milhões, trezentos e setenta e quatro mil reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.213, de 21 de dezembro de 2005. | 4 |
| Homenagem ao Marechal Rondon, lembrando que nesta data, 19 de janeiro, faz quarenta e oito anos de sua morte. Senador Amir Lando. | 231 | Mensagem nº 25, de 2006 (nº 874/2005, na origem), de 21 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 25, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor | |
| Registro da morte de Nelson Vosniak, Presidente do PCdoB do Município de Reserva-PR. Senador Leomar Quintanilha..... | 296 | | |
| INFRA-ESTRUTURA | | | |
| Comentários acerca da questão da infra-estrutura e dos recursos no orçamento para esta área. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Sérgio Guerra. | 69 | | |
| JUDICIÁRIO | | | |
| Saúda a inauguração da sétima Comarca de Roraima, no município de Pacaraima. Senador Augusto Botelho. | 263 | | |
| MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA | | | |
| Mensagem nº 19, de 2006 (nº 865/2005, na origem), de 16 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 16, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de quarenta e seis milhões, oitocentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e nove reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.207, de 16 de dezembro de 2005. | 3 | | |
| Mensagem nº 20, de 2006 (nº 866/2005, na origem), de 16 de dezembro de 2005, restituindo | | | |

| | Pág. | V |
|---|------|---|
| dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito especial no valor global de dez milhões, oitocentos e noventa e oito mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.214, de 21 de dezembro de 2005. | 4 | |
| Mensagem nº 26, de 2006 (nº 875/2005, na origem), de 21 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 28, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de sete bilhões, cento e trinta e dois milhões, trezentos e vinte e um mil, cento e noventa e dois reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.215, de 21 de dezembro de 2005. | 5 | 6 |
| Mensagem nº 27, de 2006 (nº 876/2005, na origem), de 21 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 36, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de trinta e três milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.216, de 21 de dezembro de 2005. | 5 | 6 |
| Mensagem nº 28, de 2006 (nº 877/2005, na origem), de 21 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 39, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de seis milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.217, de 21 de dezembro de 2005. | 5 | 6 |
| Mensagem nº 29, de 2005 (nº 878/2005, na origem), de 21 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 42, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de duzentos e cinco milhões de reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.218, de 21 de dezembro de 2005. | 5 | 7 |
| Mensagem nº 30, de 2006 (nº 879/2005, na origem), de 21 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 54, de 2005 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor global de trezentos e cinqüenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e quarenta e dois reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, | | |
| sancionado e transformado na Lei nº 11.219, de 21 de dezembro de 2005. | | 6 |
| Mensagem nº 31, de 2006 (nº 880/2005, na origem), de 21 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 58, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito suplementar no valor de três milhões, quinhentos e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.220, de 21 de dezembro de 2005. | | 6 |
| Mensagem nº 32, de 2006 (nº 881/2005, na origem), de 21 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 60, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de vinte e dois milhões, quatrocentos e quarenta mil reais, sancionado e transformado na Lei nº 11.221, de 21 de dezembro de 2005. | | 6 |
| Mensagem nº 33, de 2006 (nº 882/2005, na origem), de 21 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 66, de 2005 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de cento e trinta e um milhões, trezentos mil, seiscentos e oitenta e sete reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.222, de 21 de dezembro de 2005. | | 6 |
| Mensagem nº 34, de 2006 (nº 883/2005, na origem), de 21 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 67, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de treze milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, seiscentos e trinta e nove reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.223, de 21 de dezembro de 2005. | | 7 |
| Mensagem nº 35, de 2006 (nº 884/2005, na origem), de 21 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 68, de 2005 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de quatrocentos e vinte e dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, novecentos e setenta e seis reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, | | |

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|--|------|
| sancionado e transformado na Lei nº 11.224, de 21 de dezembro. | 7 | Mensagem nº 41, de 2006 (nº 890/2005, na origem), de 22 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 65, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de oitenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais, sancionado e transformado na Lei nº 11.230, de 22 de dezembro de 2005. | 8 |
| Mensagem nº 36, de 2006 (nº 885/2005, na origem), de 22 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 26, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de cinco milhões e novecentos mil reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.225, de 21 de dezembro de 2005. | 7 | Mensagem nº 42, de 2006 (nº 891/2005, na origem), de 22 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 07, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de quatrocentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.231, de 22 de dezembro de 2005. | 9 |
| Mensagem nº 37, de 2006 (nº 886/2005, na origem), de 22 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 37, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de cinqüenta e cinco milhões, setenta e dois mil, trezentos e quarenta e sete reais para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.226, de 22 de dezembro de 2005. | 7 | Mensagem nº 43, de 2006 (nº 892/2005, na origem), de 22 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2004 (nº 3.253/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para estabelecer a fase de cumprimento das sentenças no processo de conhecimento e revogar dispositivos relativos à execução fundada em título judicial, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005. | 9 |
| Mensagem nº 38, de 2006 (nº 887/2005, na origem), de 22 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 48, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito especial no valor total de cento e sete milhões, quatrocentos e dez mil e oitocentos e quarenta e nove reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.227, de 21 de dezembro de 2005. | 8 | Mensagem nº 44, de 2006 (nº 893/2005, na origem), de 22 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2005 (nº 6.276/2005, na Casa de Origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria cargos de provimento efetivo; altera dispositivos das Leis nºs 10.862, de 20 de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005 e 11.091, de 12 de janeiro de 2005; revoga dispositivos da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004; e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005. | 9 |
| Mensagem nº 39, de 2006 (nº 888/2005, na origem), de 22 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 49, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de empresas do Grupo Petrobrás, crédito especial no valor total de um bilhão, novecentos e noventa e sete milhões, sessenta e sete mil e cento e trinta reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.228, de 22 de dezembro de 2005. | 8 | Mensagem nº 45, de 2006 (nº 895/2005, na origem), de 22 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2005 (nº 3.860/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a alienar os imóveis que especifica, | |
| Mensagem nº 40, de 2006 (nº 889/2005, na origem), de 22 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 62, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de duzentos e quatorze milhões, novecentos e cinqüenta e três mil e cento e oitenta e dois reais, que reduz o Orçamento de Investimento, de diversas empresas, no valor global de um bilhão, duzentos e noventa e cinco milhões, duzentos e treze mil e trezentos e doze reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.229, de 22 de dezembro de 2005. | 8 | | |

| Pág. | Pág. |
|--|------|
| localizados em Brasília, Distrito Federal, sancionado e transformado na Lei nº 11.234, de 22 de dezembro de 2005. | 10 |
| Mensagem nº 46, de 2006 (nº 900/2005, na origem), de 22 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 52, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de dez milhões, quatrocentos e setenta e oito mil e cinqüenta reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.235, de 22 de dezembro de 2005. | 10 |
| Mensagem nº 47, de 2006 (nº 901/2005, na origem), de 22 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 53, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de oitocentos e setenta e nove mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.236, de 22 de dezembro de 2005. | 10 |
| Mensagem nº 48, de 2006 (nº 902/2005, na origem), de 22 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 55, de 2005 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de cento e dezoito milhões, cento e quarenta e oito mil, setecentos e sete reais para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.237, de 22 de dezembro de 2005. | 10 |
| Mensagem nº 49, de 2006 (nº 903/2005, na origem), de 22 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 33, de 2005 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.238, de 22 de dezembro de 2005. | 11 |
| Mensagem nº 50, de 2006 (nº 904/2005, na origem), de 23 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 47, de 2005 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de oitenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, cento e quarenta e dois reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.239, de 23 de dezembro de 2005. | 11 |
| Mensagem nº 51, de 2006 (nº 905/2005, na origem), de 23 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 56, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito especial no valor global de vinte e três milhões, oitocentos e noventa e oito mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.240, de 23 de dezembro de 2005. | 11 |
| Mensagem nº 52, de 2006 (nº 906/2005, na origem), de 23 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 59, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de um bilhão, cento e sessenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e setenta e cinco reais, para reforço de dotações constantes da Lei nº 11.241, de 23 de dezembro de 2005. | 11 |
| Mensagem nº 53, de 2006 (nº 907/205, na origem), de 23 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 64, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de cento e vinte milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, novecentos e setenta e dois reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.242, de 23 de dezembro de 2005. | 12 |
| Mensagem nº 54, de 2006 (nº 909/2005, na origem), de 23 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 63, de 2005 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de oitenta e seis milhões, cinqüenta e cinco mil, duzentos e quinze reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.244, de 23 de dezembro de 2005. | 12 |
| Mensagem nº 55, de 2006 (nº 911/2005, na origem), de 23 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 31, de 2005 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de trinta e nove milhões, seiscentos e cinqüenta mil, novecentos e noventa e seis reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.246, de 23 de dezembro de 2005. | 12 |
| Mensagem nº 56, de 2006 (nº 912/2005, na origem), de 23 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 46, de 2005 – CN, | |

| Pág. | Pág. | | |
|---|---|---|---|
| <p>que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de dezenove milhões, trinta e oito mil, duzentos e trinta e cinco reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.247, de 23 de dezembro de 2005.</p> <p>Mensagem nº 57, de 2006 (nº 913/2005, na origem), de 23 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 50, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de empresas do Grupo Petrobrás, crédito suplementar no valor total de quatro bilhões, duzentos e vinte milhões, setecentos e setenta mil, trezentos e noventa e três reais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo grupo no valor global de cinco bilhões, quatrocentos e quarenta e dois milhões, oitenta e três mil, quatrocentos e quarenta e sete reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.248, de 23 de dezembro de 2005.</p> <p>Mensagem nº 58, de 2006 (nº 921/2005, na origem), de 27 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2005 (nº 4.896/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que regulamenta o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição Federal, sancionado e transformado na Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005.</p> <p>Mensagem nº 59, de 2006 (nº 926/2005, na origem), de 27 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 14, de 2005 – CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de cinqüenta e quatro milhões, quatro mil, seiscentos e cinqüenta reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.251, de 27 de dezembro de 2005.</p> <p>Mensagem nº 60, de 2006 (nº 928/2005, na origem), de 27 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 69, de 2005 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, de Operações Oficiais de Crédito e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de oitocentos e vinte e seis milhões, quatrocentos e setenta e um mil, setecentos e vinte cinco reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e trans-</p> | <p>12</p> <p>13</p> <p>13</p> <p>13</p> <p>13</p> <p>15</p> | <p>formado na Lei nº 11.253, de 27 de dezembro de 2005.</p> <p>Mensagem nº 61, de 2006 (nº 929/2005, na origem), de 27 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998 (nº 2.863/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição de Armas Químicas Existentes no Mundo (CPAQ), sancionado e transformado na Lei nº 11.254, de 27 de dezembro de 2005.</p> <p>Mensagem nº 62, de 2006 (nº 930/2005, na origem), de 27 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2005 (nº 432/2003, na Casa de origem), que define as diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite, em todas as suas formas, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.255, de 27 de dezembro de 2005.</p> <p>Mensagem nº 63, de 2006 (nº 931/2005, na origem), de 27 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2005 (nº 5.373/2001, na Casa de origem), que denomina “Viaduto Colonizador Ênio Pipino”, o viaduto situado no trevo de acesso à cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso, na rodovia BR-163, sancionado e transformado na Lei nº 11.256, de 27 de dezembro de 2005.</p> <p>Mensagem nº 64, de 2006 (nº 932/2005, na origem), de 27 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2005 (nº 4.282/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o valor da pensão especial concedida a Mário Kozel e Terezinha Lana Kozel pela Lei nº 10.724, de 20 de agosto de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 11.257, de 27 de dezembro de 2005.</p> <p>Mensagem nº 65, de 2006 (nº 944/2005, na origem), de 30 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2004 (nº 781/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua, sancionado e transformado na Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005.</p> <p>Mensagem nº 66, de 2006 (nº 944/2005, na origem), de 30 de dezembro de 2005, restituindo</p> | <p>13</p> <p>14</p> <p>14</p> <p>14</p> <p>14</p> <p>15</p> <p>15</p> |

| Pág. | | Pág. |
|------|--|------|
| | autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2002 (nº 108/99, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar investigação imediata em caso de desaparecimento de criança e adolescente, sancionado e transformado na Lei nº 11.259, de 30 de dezembro de 2005. | |
| 15 | Mensagem nº 67, de 2006 (nº 946/2005, na origem), de 30 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2005 (nº 1.426/2003, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como Ano do Turismo, sancionado e transformado na Lei nº 11.260 de 30 de dezembro de 2005. | |
| 15 | Mensagem nº 68, de 2006 (nº 947/2005, na origem), de 30 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2005 (nº 4.293/2004, na Casa de origem), que declara Patrona do Feminismo Nacional a escritora Rose Marie Muraro, sancionado e transformado na Lei nº 11.261, de 30 de dezembro de 2005. | |
| 15 | Mensagem nº 69, de 2006 (nº 948/2005, na origem), de 30 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2003 (nº 2.520/2003, na Câmara dos Deputados), de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que institui o ano de 2006 como “Ano Nacional Santos Dumont”, sancionado e transformado na Lei nº 11.262, de 30 de dezembro de 2005. | |
| 16 | Mensagem nº 70, de 2006 (nº 942/2005, na origem), de 29 de dezembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2004 – Complementar (nº 244/2004 – Complementar, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei Complementar nº 120, de 29 de dezembro de 2005. | |
| 16 | Mensagem nº 71, de 2006 (nº 02/2006, na origem), de 02 de janeiro de 2006, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2005 (nº 3.063/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede auxílio especial aos dependentes legais dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego assassinados durante ação fiscal e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.263, de 02 de janeiro de 2006. | |
| | Mensagem nº 72, de 2006 (nº 03/2006, na origem), de 02 de janeiro de 2006, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2005 (nº 1.923/2003, na Casa de origem), que confere ao Município de Passo Fundo o título de “Capital Nacional da Literatura”, sancionado e transformado na Lei nº 11.264, de 02 de janeiro de 2006. | 16 |
| | Mensagem nº 74, de 2006 (nº 38/2006, na origem), que informa a ausência do País do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a fim de participar no dia 22 de janeiro de 2006, da posse do Senhor Evo Morales na Presidência da República da Bolívia. | 262 |
| | (MERCOSUL) | |
| | Importância da reunião entre os presidentes do Brasil, da Argentina e da Venezuela para debate sobre questões ligadas ao Mercosul. Senadora Serys Slhessarenko. | 87 |
| | Importância da reunião entre os presidentes do Brasil, da Argentina e da Venezuela para debate sobre questões ligadas ao Mercosul. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Gilvam Borges. | 88 |
| | NEPOTISMO | |
| | Defesa de uma postura investigativa da imprensa no que se refere ao nepotismo existente no Poder Judiciário. Senadora Serys Slhessarenko. . | 271 |
| | ORÇAMENTO | |
| | Esclarecimentos sobre os critérios adotados para elaboração das emendas individuais de S.Exa. ao Orçamento Geral. Senadora Heloísa Helena. . | 90 |
| | Complexidade do problema da execução orçamentária. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Gilvam Borges. | 92 |
| | Considerações sobre os recursos orçamentários destinados ao estado do Espírito Santo. Senador João Batista Motta. | 214 |
| | Questionamentos sobre os critérios adotados para liberação de recursos para o Estado do Piauí. Senador Heráclito Fortes. | 215 |
| | Considerações sobre a proposta orçamentária para 2006. Senador Flexa Ribeiro. | 224 |
| | Considerações sobre a proposta orçamentária para 2006. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Sibá Machado. | 225 |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|---|------|
| Considerações sobre a proposta orçamentária para 2006. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senadora Heloísa Helena. | 226 | na maioria das principais rodovias brasileiras. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Leonel Pavan. . | 229 |
| PECUÁRIA | | Sugestão de um maior investimento e uso de ferrovias no lugar das rodovias. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Sibá Machado. | 229 |
| Considerações sobre a produção bovina no País. Senador Delcídio Amaral. | 283 | Considerações acerca da política rodoviária. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Ney Suassuna. | 230 |
| POLÍTICA AGRÍCOLA | | Recuperação das estradas brasileiras. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Heráclito Fortes. | 230 |
| Críticas à política do governo para a agricultura brasileira. Senador Osmar Dias. | 17 | POLÍTICA ENERGÉTICA | |
| Cobrança de política destinada ao desenvolvimento do setor agrícola. Senador Leonel Pavan. | 84 | Cobrança de ações do Governo Federal para a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho. Senador Valdir Raupp. | 19 |
| Cobrança de política destinada ao desenvolvimento do setor agrícola. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senadora Heloísa Helena. | 86 | Problemas relacionados à construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Rodolpho Tourinho. | 19 |
| Perspectivas para a economia e o setor agropecuário em 2006. Senador Aelton Freitas. | 222 | Problemas relacionados à construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Leonel Pavan. | 19 |
| POLÍTICA AMBIENTAL | | Problemas relacionados à construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Sibá Machado. | 20 |
| Considerações sobre a posição do Ministério do Meio Ambiente no que tange à questão da concessão de licença ambiental a projetos de desenvolvimento econômico para o País. Senador Sibá Machado. | 268 | Problemas relacionados à construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Jefferson Péres. | 21 |
| Considerações sobre a posição do Ministério do Meio Ambiente no que tange à questão da concessão de licença ambiental a projetos de desenvolvimento econômico para o País. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Rodolpho Tourinho. | 269 | Problemas relacionados à construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Amir Lando. | 22 |
| Considerações sobre a posição do Ministério do Meio Ambiente no que tange à questão da concessão de licença ambiental a projetos de desenvolvimento econômico para o País. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Augusto Botelho. | 270 | Afirmção de que leilão programado para energia nova não atende às necessidades da região Nordeste. Senador Rodolpho Tourinho. | 29 |
| POLÍTICA DE TRANSPORTES | | Afirmção de que leilão programado para energia nova não atende às necessidades da região Nordeste. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Flexa Ribeiro. | 30 |
| Importância das obras de recuperação da malha rodoviária federal. Senador Aelton Freitas. | 222 | Afirmção de que leilão programado para energia nova não atende às necessidades da região Nordeste. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Alberto Silva. | 31 |
| Importância das obras de recuperação da malha rodoviária federal. Aparte ao Senador Aelton Freitas. Senador Magno Malta. | 224 | Afirmção de que leilão programado para energia nova não atende às necessidades da região Nordeste. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador José Agripino. | 32 |
| Considerações sobre projeto, apresentado por S.Exa. para reparação das estradas brasileiras. Senador Alberto Silva. | 228 | Saúda anúncio da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, divisa do Maranhão e Tocantins, e liberação prévia, concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para a conclusão do Gasoduto Meio Norte. Senador Edison Lobão. | 274 |
| Críticas às soluções do governo e de empresas privadas na solução dos buracos encontrados | | | |

| | Pág. | XI | Pág. |
|---|------|----|------|
| Saúda anúncio da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, divisa do Maranhão e Tocantins, e liberação prévia, concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para a conclusão do Gasoduto Meio Norte. Aparte ao Senador Edison Lobão. Senador Sibá Machado..... | 275 | | 52 |
| POLÍTICA EXTERNA | | | |
| Elogio ao governo Lula pela condução na política internacional, principalmente o Mercosul. Senador Sibá Machado. | 33 | | |
| POLÍTICA INDIGENISTA | | | |
| Críticas ao governo do Presidente Lula pela demarcação de terras indígenas e à falta de assistência à saúde dos Yanomami. Senador Mozarildo Cavalcanti. | 28 | | |
| Insuficiência no amparo as terras indígenas demarcadas. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Augusto Botelho. | 29 | | |
| POLÍTICA INDUSTRIAL | | | |
| Dificuldades enfrentadas por empresários do Estado de Roraima, em razão da concorrência desleal das empresas sediadas na Zona Franca de Manaus. Senador Romero Jucá. | 278 | | |
| Dificuldades enfrentadas por empresários do Estado de Roraima, em razão da concorrência desleal das empresas sediadas na Zona Franca de Manaus, se estendem a todos os estados da região. Aparte ao Senador Romero Jucá. Senador Sibá Machado. | 279 | | |
| POLÍTICA INTERNACIONAL | | | |
| Considerações sobre a ascensão da Senhora Michelle Bachelet, primeira mulher no cargo de Presidente do Chile. Senador Jefferson Péres. | 50 | | |
| Considerações sobre a ascensão da Senhora Michelle Bachelet, primeira mulher no cargo de Presidente do Chile. Aparte ao Senador Jefferson Péres. Senador Marco Maciel. | 51 | | |
| Considerações sobre a ascensão da Senhora Michelle Bachelet, primeira mulher no cargo de Presidente do Chile. Aparte ao Senador Jefferson Péres. Senador Gerson Camata. | 51 | | |
| Considerações sobre a ascensão da Senhora Michelle Bachelet, primeira mulher no cargo de | | | |
| Presidente do Chile. Aparte ao Senador Jefferson Péres. Senador Rodolpho Tourinho. | | | 52 |
| POLÍTICA PARTIDÁRIA | | | |
| Comemora o registro da pré-candidatura de Germano Rigotto à Presidência da República e defende candidatura própria do PMDB para as eleições presidenciais. Senador Pedro Simon. | | | 22 |
| Considerações acerca da pré-candidatura de Germano Rigotto à Presidência da República e defende candidatura própria do PMDB para as eleições presidenciais. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Almeida Lima. | | | 24 |
| Considerações acerca da pré-candidatura de Germano Rigotto à Presidência da República e defende candidatura própria do PMDB para as eleições presidenciais. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Leonel Pavan. | | | 25 |
| POLÍTICA SALARIAL | | | |
| Discussão sobre o novo valor do salário mínimo. Senador Leomar Quintanilha. | | | 296 |
| Discussão sobre o novo valor do salário mínimo. Aparte ao Senador Leomar Quintanilha. Senador Sibá Machado. | | | 298 |
| Discussão sobre o novo valor do salário mínimo. Aparte ao Senador Leomar Quintanilha. Senador Augusto Botelho. | | | 298 |
| POLÍTICA SOCIAL | | | |
| Defesa de Projeto de Lei do Senado, de autoria de S.Exa., que regulamenta o repasse para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente de verbas de desvios dos cofres públicos recuperadas. Senadora Patrícia Saboya Gomes. | | | 74 |
| Considerações ao discurso da Senadora Patrícia Saboya Gomes, acerca da defesa de Projeto de Lei do Senado que regulamenta o repasse para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente de verbas de desvios dos cofres públicos recuperadas. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes. Senador Leonel Pavan. | | | 76 |
| Considerações ao discurso da Senadora Patrícia Saboya Gomes, acerca da defesa de Projeto de Lei do Senado que regulamenta o repasse para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente de verbas de desvios dos cofres públicos recuperadas. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes. Senador Rodolpho Tourinho. | | | 77 |

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|---|------|
| Considerações ao discurso da Senadora Patrícia Saboya Gomes, acerca da defesa de Projeto de Lei do Senado que regulamenta o repasse para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente de verbas de desvios dos cofres públicos recuperadas. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes. Senadora Heloísa Helena. | 78 | extraordinárias bem como da redução do recesso parlamentar. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Sibá Machado. | 273 |
| Considerações ao discurso da Senadora Patrícia Saboya Gomes, acerca da defesa de Projeto de Lei do Senado que regulamenta o repasse para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente de verbas de desvios dos cofres públicos recuperadas. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes. Senadora Ideli Salvatti. | 80 | Consulta do P-SOL aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, sobre a legalidade e a legitimidade da liberação da segunda parcela de salário da convocação extraordinária. Senadora Heloísa Helena. | 276 |
| Comentários acerca da política social do governo, mais especificamente dos programas de distribuição de renda. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Sibá Machado. | 225 | REQUERIMENTO | |
| Comentários acerca da política social do governo, mais especificamente dos programas de distribuição de renda. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senadora Heloísa Helena. | 226 | Requerimento nº 35, de 2006, que requer voto de aplauso ao Ministro do Supremo Tribunal Eleitoral, Carlos Mario da Silva Velloso, que se aposenta compulsoriamente e deixa o STF e o TSE. Senador Arthur Virgílio. | 36 |
| Comentários acerca da política social do governo, mais especificamente dos programas de distribuição de renda. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Leonel Pavan. | 227 | Requerimento nº 36, de 2006, que solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie, junto ao Presidente da Caixa Econômica Federal, as cópias integrais dos processos, bem como dos respectivos contratos, de aquisição de carteira de crédito consignado firmados pela Caixa Econômica Federal em 2005, em especial a realizada com o Banco Mercantil do Brasil – BMB. Senador Alvaro Dias. | 36 |
| PROJETO DE LEI DO SENADO | | Requerimento nº 37, de 2006, que solicita informações, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, referentes aos valores da Cide repassados ao Estado do Tocantins no ano de 2005. Senador Eduardo Siqueira Campos. | 37 |
| Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2006, que altera a Lei nº 9.504, de 1997, que “estabelece normas para eleições”, a fim de vedar contribuições de empresas contratadas por dispensa de licitação pelo poder público. Senador Antero Paes de Barros. ... | 37 | Requerimento nº 38, de 2006, que requer a inserção de Voto de Pesar, pelo falecimento do Deputado Estadual Edson Vargas. Senador Magno Malta. | 222 |
| REGIMENTO INTERNO | | Requerimento nº 39, de 2006, que requer Voto de lembrança ao saudoso Leonel Brizola, que no dia 22 de janeiro de 2006 completaria 84 anos. Senador Arthur Virgílio..... | 262 |
| Registro de parabenizações pela votação que aprovou a redução do recesso parlamentar e o término da remuneração das convocações extraordinárias. Senador Leonel Pavan. | 231 | (TO) | |
| Importância da decisão do Congresso Nacional com relação à não-remuneração das sessões extraordinárias bem como da redução do recesso parlamentar. Senadora Serys Slhessarenko. | 271 | Relatório sobre a atuação da Bancado do Tocantins para obtenção de recursos orçamentários para o estado. Senador Eduardo Siqueira Campos. | 47 |
| Importância da decisão do Congresso Nacional com relação à não-remuneração das sessões | | | |

Ata da 3ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 19 de Janeiro de 2006

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Eduardo Siqueira Campos,
Wellington Salgado de Oliveira, João Batista Motta e Gilvam Borges

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Registrados e Não Registrados

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 9 HORAS

Período : 19/1/2006 07:27:07 até 19/1/2006 20:18:02

| Partido | UF | Nome | Pres | Voto | Partido | UF | Nome | Pres | Voto |
|-----------|----|--------------------------|------|------|-----------|----|---------------------------------|------|------|
| Bloco-PL | MG | AELTON FREITAS | X | | PMDB | PB | JOSE MARANHÃO | X | |
| PMDB | PI | ALBERTO SILVA | X | | PMDB | AP | JOSÉ SARNEY | X | |
| PMDB | SE | ALMEIDA LIMA | X | | PSDB | MS | JUVÊNCIO DA FONSECA | X | |
| Bloco-PT | SP | ALOIZIO MERCADANTE | X | | PCdoB | TO | LEOMAR QUINTANILHA | X | |
| PSDB | PR | ALVARO DIAS | X | | PSDB | SC | LEONEL PAVAN | X | |
| PMDB | RO | AMIR LANDO | X | | PSDB | GO | LÚCIA VÂNIA | X | |
| Bloco-PT | PA | ANA JÚLIA CAREPA | X | | PMDB | PA | LUIZ OTÁVIO | X | |
| PSDB | MT | ANTERO PAES DE BARROS | X | | Bloco-PL | ES | MAGNO MALTA | X | |
| PFL | BA | ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | X | | PMDB | GO | MAGUITO VILELA | X | |
| Bloco-PSB | SE | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | X | | PFL | PE | MARCO MACIEL | X | |
| PDT | RR | AUGUSTO BOTELHO | X | | PTB | RR | MOZARILDO CAVALCANTI | X | |
| PFL | BA | CÉSAR BORGES | X | | PMDB | PB | NEY SUASSUNA | X | |
| Bloco-PT | MS | DELCÍDIO AMARAL | X | | PDT | PR | OSMAR DIAS | X | |
| PFL | GO | DEMÓSTENES TORRES | X | | PSDB | AP | PAPALÉO PAES | X | |
| PFL | MA | EDISON LOBÃO | X | | Bloco-PSB | CE | PATRICIA SABOYA GOMES | X | |
| PSDB | MG | EDUARDO AZEREDO | X | | PFL | DF | PAULO OCTÁVIO | X | |
| PSDB | TO | EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS | X | | PMDB | RS | PEDRO SIMON | X | |
| Bloco-PT | SP | EDUARDO SUPLICY | X | | PMDB | MS | RAMEZ TEBET | X | |
| PFL | PB | EFRAIM MORAIS | X | | PSDB | CE | REGINALDO DUARTE | X | |
| Bloco-PT | RO | FÁTIMA CLEIDE | X | | PMDB | AL | RENAN CALHEIROS | X | |
| PTB | RN | FERNANDO BEZERRA | X | | Bloco-PT | RJ | ROBERTO SATURNINO | X | |
| Bloco-PT | PR | FLÁVIO ARNS | X | | PFL | BA | RODOLPHO TOURINHO | X | |
| PSDB | PA | FLEXA RIBEIRO | X | | PMDB | RR | ROMERO JUCÁ | X | |
| PMDB | RN | GARIBALDI ALVES FILHO | X | | PFL | SP | ROMEU TUMA | X | |
| - | AC | GERALDO MESQUITA JÚNIOR | X | | PFL | MA | ROSEANA SARNEY | X | |
| PMDB | ES | GERSON CAMATA | X | | PMDB | RJ | SÉRGIO CABRAL | X | |
| PMDB | AM | GILBERTO MESTRINHO | X | | PSDB | PE | SÉRGIO GUERRA | X | |
| PMDB | AP | GILVAM BORGES | X | | PTB | RS | SÉRGIO ZAMBIASI | X | |
| P-SOL | AL | HELOISA HELENA | X | | Bloco-PT | MT | SERYS SLHESSARENKO | X | |
| PFL | PI | HERÁCLITO FORTES | X | | Bloco-PT | AC | SIBÁ MACHADO | X | |
| Bloco-PT | SC | IDELI SALVATTI | X | | PSDB | CE | TASSO JEREISSATI | X | |
| PDT | AM | JEFFERSON PÉRES | X | | PSDB | AL | TEOTÔNIO VILELA FILHO | X | |
| PSDB | ES | JOÃO BATISTA MOTTA | X | | Bloco-PT | AC | TIÃO VIANA | X | |
| Bloco-PT | TO | JOÃO RIBEIRO | X | | PMDB | RO | VALDIR RAUPP | X | |
| PFL | MT | JONAS PINHEIRO | X | | PMDB | MG | WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX | X | |
| PFL | SC | JORGE BORNHAUSEN | X | | | | | | |
| PFL | RN | JOSÉ AGRIPINO | X | | | | | | |
| PFL | PE | JOSÉ JORGE | X | | | | | | |

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 5/GM-MDIC

Brasília, 13 de janeiro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência que encontra-se aberto o processo de recebimento de propostas para a Expansão da Rede de Telecentros de Informações e Negócios, com novos períodos de cadastramento para o exercício de 2006. O primeiro período encerra-se em 10 de março de 2006. O Roteiro que orienta a elaboração de propostas poderá ser obtido no site www.telecentros.desenvolvimento.gov.br.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com o apoio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Sebrae, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, CNPq, Confea, Fapemig, Suframa, dentre mais de 80 parceiros institucionais, buscam, em um esforço conjunto, oportunizar a inserção de todos os municípios brasileiros no plano de Expansão da Rede de Telecentros de Informação e Negócios, que conta hoje com mais de 1.600 telecentros habilitados. O principal objetivo do telecentro é facilitar o acesso da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e da Comunidade em Geral às novas tecnologias de informação e comunicação, estimulando o empreendedorismo, a geração de emprego, de renda e a redução dos desequilíbrios regionais.

Solicitamos o apoio de Vossa Excelência em participar dessa importante iniciativa de inclusão digital, divulgando o Projeto Telecentros de Informação e Negócios, bem como incentivando a participação de Prefeituras Municipais, associações empresariais e instituições do terceiro setor, lembrando, ainda, que aquelas entidades que já possuem um Telecentro podem encaminhar novas propostas.

Informações adicionais poderão ser obtidas com o Professor José Rincon Ferreira, Diretor do Departamento de Articulação Tecnológica da Secretaria de Tecnologia Industrial deste Ministério pelos telefones (61) 2109.7391 e 2109.7393, e com os assessores Carmen

Chaves (61) 2109-7539, Marcelo Martins (61) 2109-7874, Tiago Melo (61) 2109-781 2, Alberto Fernandes (61) 2109-7812 e Márcio Eloísio (61) 2109-7708.

Atenciosamente, – **Mário Mugnaini Júnior**, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Interino.

SGM/P 109/06

Brasília, 19 de janeiro de 2006

Excelentíssimo Senhor
Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Em resposta ao OF. nº 542/2005-CN, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos membros indicados pelo Partido da Frente Liberal – PFL que deverão ocupar as vagas da legenda criadas para complementar a composição da Comissão Mista Especial destinada a “efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País”.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 005-L-PFL/06

Brasília, 18 de janeiro de 2006

Excelentíssimo Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da
Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Carlos Batata para integrar, como membro titular, a Comissão Mista destinada a efetuar estudos, visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País.

Atenciosamente, – Deputado **Rodrigo Maia**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência designa o Deputado Carlos Batata, como titular, para integrar a Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 3, de 2005, de conformidade com o expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 12/2006

Brasília, 18 de janeiro de 2006

Excelentíssimo Senhor

Senador Renan Calheiros

DD. Presidente do Congresso Nacional

Nesta

Assunto: indicação para a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Homero Barreto (PTB – TO), na qualidade de suplente e em substituição ao Senhor Deputado Iberê Ferreira, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente, – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA**

19/01/2006

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 19, de 2006 (nº 865/2005, na origem), de 16 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 16, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de quarenta e seis milhões, oitocentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e nove reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.207, de 16 de dezembro de 2005;*

- Nº 20, de 2006 (nº 866/2005, na origem), de 16 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 17, de 2005-CN, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de quarenta e um milhões, oitocentos e dezesseis mil, setecentos e dezenove e três reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.208, de 16 de dezembro de 2005;*

- Nº 21, de 2006 (nº 867/2005, na origem), de 16 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 27, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e dos Transportes,, crédito suplementar no valor global de quatrocentos e vinte e seis milhões, oitocentos e cinquenta e*

um mil, cento e noventa e sete reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.209, de 16 de dezembro de 2005;

- Nº 22, de 2006 (nº 868/2005, na origem), de 16 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 30, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de vinte e cinco milhões, oitocentos e trinta e dois mil, quatrocentos e vinte e seis reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.210, de 16 de dezembro de 2005;*

- Nº 23, de 2006 (nº 872/2005, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 23, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de um milhão, quatrocentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e três reais, para o fim que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.212, de 21 de dezembro de 2005;*

- Nº 24, de 2006 (nº 873/2005, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 24, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de dezesseis milhões, trezentos e setenta e quatro mil reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.213, de 21 de dezembro de 2005;*

- Nº 25, de 2006 (nº 874/2005, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 25, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito especial no valor global de dez milhões, oitocentos e noventa e oito mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.214, de 21 de dezembro de 2005;*

- Nº 26, de 2006 (nº 875/2005, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 28, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de sete bilhões, cento e trinta e dois milhões, trezentos e vinte e um mil, cento e noventa e dois reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*, sancionado e transformado na Lei nº 11.215, de 21 de dezembro de 2005;

- Nº 27, de 2006 (nº 876/2005, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 36, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de trinta e três milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*, sancionado e transformado na Lei nº 11.216, de 21 de dezembro de 2005;

- Nº 28, de 2006 (nº 877/2005, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 39, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de seis milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica*, sancionado e transformado na Lei nº 11.217, de 21 de dezembro de 2005;

- Nº 29, de 2006 (nº 878/2005, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 42, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de duzentos e cinco milhões de reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*, sancionado e transformado na Lei nº 11.218, de 21 de dezembro de 2005;

- Nº 30, de 2006 (nº 879/2005, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 54, de 2005-CN, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor global de trezentos e cinquenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e quarenta e dois reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*, sancionado e transformado na Lei nº 11.219, de 21 de dezembro de 2005;

- Nº 31, de 2006 (nº 880/2005, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 58, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito suplementar no valor de três milhões, quinhentos e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*, sancionado e transformado na Lei nº 11.220, de 21 de dezembro de 2005;

- Nº 32, de 2006 (nº 881/2005, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 60, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de vinte e dois milhões, quatrocentos e quarenta mil reais*, sancionado e transformado na Lei nº 11.221, de 21 de dezembro de 2005;

- Nº 33, de 2006 (nº 882/2005, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 66, de 2005-CN, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de cento e trinta e um milhões, trezentos mil, seiscentos e oitenta e sete reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*, sancionado e transformado na Lei nº 11.222, de 21 de dezembro de 2005;

- Nº 34, de 2006 (nº 883/2005, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 67, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de treze milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, seiscentos e trinta e nove reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*, sancionado e transformado na Lei nº 11.223, de 21 de dezembro de 2005;

- Nº 35, de 2006 (nº 884/2005, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 68, de 2005-CN, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de quatrocentos e vinte e dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, novecentos e setenta e seis reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 11.224, de 21 de dezembro de 2005;

- Nº 36, de 2006 (nº 885/2005, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 26, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de cinco milhões e novecentos mil reais, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente*, sancionado e transformado na Lei nº 11.225, de 21 de dezembro de 2005;

- Nº 37, de 2006 (nº 886/2005, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 37, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de cinquenta e cinco milhões, setenta e dois mil, trezentos e quarenta e sete reais para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*, sancionado e transformado na Lei nº 11.226, de 22 de dezembro de 2005;

- Nº 38, de 2006 (nº 887/2005, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 48, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito especial no valor total de cento e sete milhões, quatrocentos e dez mil e oitocentos e quarenta e nove reais, para os fins que especifica*, sancionado e transformado na Lei nº 11.227, de 21 de dezembro de 2005;

- Nº 39, de 2006 (nº 888/2005, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 49, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de empresas do Grupo Petrobrás, crédito especial no valor total de um bilhão, novecentos e noventa e sete milhões, sessenta e sete mil e cento e trinta reais, para os fins que especifica*, sancionado e transformado na Lei nº 11.228, de 22 de dezembro de 2005;

- Nº 40, de 2006 (nº 889/2005, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 62, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de duzentos e quatorze milhões, novecentos e cinqüenta e três mil e cento e oitenta e dois reais, e reduz o Orçamento de Investimento, de diversas empresas, no valor global de um bilhão, duzentos e noventa e cinco milhões, duzentos e treze mil e trezentos e doze reais, para os fins que especifica*, sancionado e transformado na Lei nº 11.229, de 22 de dezembro de 2005;

- Nº 41, de 2006 (nº 890/2005, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 65, de 2005-CN, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de oitenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais*, sancionado e transformado na Lei nº 11.230, de 22 de dezembro de 2005;

- Nº 42, de 2006 (nº 891/2005, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 7, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de quatrocentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais, para os fins que especifica*, sancionado e transformado na Lei nº 11.231, de 22 de dezembro de 2005;

- Nº 43, de 2006 (nº 892/2005, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2004 (nº 3.253/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 5.869, de 11 janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para estabelecer a fase de cumprimento das sentenças no processo de conhecimento e revogar dispositivos relativos à execução fundada em título judicial, e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005;

- Nº 44, de 2006 (nº 893/2005, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2005 (nº 6.276/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria cargos de provimento efetivo; altera dispositivos das Leis nºs 10.862, de 20 de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, e 11.091, de 12 de janeiro de 2005; revoga dispositivos da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004; e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005;

- Nº 45, de 2006 (nº 895/2005, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2005 (nº 3.860/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a alienar os imóveis que especifica, localizados em Brasília, Distrito Federal*, sancionado e transformado na Lei nº 11.234, de 22 de dezembro de 2005;

- Nº 46, de 2006 (nº 900/2005, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 52, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de dez milhões, quatrocentos e setenta e oito mil e cinqüenta reais, para os fins que especifica*, sancionado e transformado na Lei nº 11.235, de 22 de dezembro de 2005;

- Nº 47, de 2006 (nº 901/2005, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 53, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de oitocentos e setenta e nove mil reais, para os fins que especifica*, sancionado e transformado na Lei nº 11.236, de 22 de dezembro de 2005;

- Nº 48, de 2006 (nº 902/2005, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 55, de 2005-CN, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de cento e dezoito milhões, cento e quarenta e oito mil, setecentos e sete reais para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*, sancionado e transformado na Lei nº 11.237, de 22 de dezembro de 2005;

- Nº 49, de 2006 (nº 903/2005, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 33, de 2005-CN, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais, para os fins que especifica*, sancionado e transformado na Lei nº 11.238, de 22 de dezembro de 2005;

- Nº 50, de 2006 (nº 904/2005, na origem), de 23 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 47, de 2005-CN, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de oitenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, cento e quarenta e dois reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*, sancionado e transformado na Lei nº 11.239, de 23 de dezembro de 2005;

- Nº 51, de 2006 (nº 905/2005, na origem), de 23 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 56, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito especial no valor global de vinte e três milhões, oitocentos e noventa e oito mil reais, para os fins que especifica*, sancionado e transformado na Lei nº 11.240, de 23 de dezembro de 2005;

- Nº 52, de 2006 (nº 906/2005, na origem), de 23 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 59, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de um bilhão, cento e sessenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, e setenta e cinco reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*, sancionado e transformado na Lei nº 11.241, de 23 de dezembro de 2005;

- Nº 53, de 2006 (nº 907/2005, na origem), de 23 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 64, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de cento e vinte milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, novecentos e setenta e dois reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*, sancionado e transformado na Lei nº 11.242, de 23 de dezembro de 2005;

- Nº 54, de 2006 (nº 909/2005, na origem), de 23 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 63, de 2005-CN, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de oitenta e seis milhões, cinqüenta e cinco mil, duzentos e quinze reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*, sancionado e transformado na Lei nº 11.244, de 23 de dezembro de 2005;

- Nº 55, de 2006 (nº 911/2005, na origem), de 23 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 31, de 2005-CN, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de trinta e nove milhões, seiscentos e cinqüenta mil, novecentos e noventa e seis reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*, sancionado e transformado na Lei nº 11.246, de 23 de dezembro de 2005;

- Nº 56, de 2006 (nº 912/2005, na origem), de 23 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 46, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de dezenove milhões, trinta e oito mil, duzentos e trinta e cinco reais, para os fins que especifica*, sancionado e transformado na Lei nº 11.247, de 23 de dezembro de 2005;

- Nº 57, de 2006 (nº 913/2005, na origem), de 23 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 50, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de empresas do Grupo Petrobrás, crédito suplementar no valor total de quatro bilhões, duzentos e vinte milhões, setecentos e setenta mil, trezentos e noventa e três reais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo Grupo no valor global de cinco bilhões, quatrocentos e quarenta e dois milhões, oitenta e três mil, quatrocentos e quarenta e sete reais, para os fins que especifica*, sancionado e transformado na Lei nº 11.248, de 23 de dezembro de 2005;

- Nº 58, de 2006 (nº 921/2005, na origem), de 27 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2005 (nº 4.896/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *regulamenta o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição Federal*, sancionado e transformado na Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005;

- Nº 59, de 2006 (nº 926/2005, na origem), de 27 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 14, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de cinqüenta e quatro milhões, quatro mil, seiscentos e cinqüenta reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*, sancionado e transformado na Lei nº 11.251, de 27 de dezembro de 2005;

- Nº 60, de 2006 (nº 928/2005, na origem), de 27 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 69, de 2005-CN, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União, de*

Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, de Operações Oficiais de Crédito e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de oitocentos e vinte e seis milhões, quatrocentos e setenta e um mil, setecentos e vinte cinco reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.253, de 27 de dezembro de 2005;

- Nº 61, de 2006 (nº 929/2005, na origem), de 27 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998 (nº 2.863/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *estabelece as sanções administrativas e penais em caso realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ)*, sancionado e transformado na Lei nº 11.254, de 27 de dezembro de 2005;

- Nº 62, de 2006 (nº 930/2005, na origem), de 27 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2005 (nº 432/2003, na Casa de origem), que *define as diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite, em todas as suas formas, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 11.255, de 27 de dezembro de 2005;

- Nº 63, de 2006 (nº 931/2005, na origem), de 27 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2005 (nº 5.373/2001, na Casa de origem), que *denomina “Viaduto Colonizador Ênio Pipino”, o viaduto situado no trevo de acesso à cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso, na rodovia BR-163*, sancionado e transformado na Lei nº 11.256, de 27 de dezembro de 2005;

- Nº 64, de 2006 (nº 932/2005, na origem), de 27 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2005 (nº 4.282/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o valor da pensão especial concedida a Mário Kozel e Terezinha Lana Kozel pela Lei nº 10.724, de 20 de agosto de 2003*, sancionado e transformado na Lei nº 11.257, de 27 de dezembro de 2005;

- Nº 65, de 2006 (nº 944/2005, na origem), de 30 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2004 (nº 781/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua*, sancionado e transformado na Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005;

- Nº 66, de 2006 (nº 945/2005, na origem), de 30 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2002 (nº 108/99, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar investigação imediata em caso de desaparecimento de criança e adolescente*, sancionado e transformado na Lei nº 11.259, de 30 de dezembro de 2005;

- Nº 67, de 2006 (nº 946/2005, na origem), de 30 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2005 (nº 1.426/2003, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como Ano do Turismo*, sancionado e transformado na Lei nº 11.260, de 30 de dezembro de 2005;

- Nº 68, de 2006 (nº 947/2005, na origem), de 30 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2005 (nº 4.293/2004, na Casa de origem), que *declara Patrona do Feminismo Nacional a escritora Rose Marie Muraro*, sancionado e transformado na Lei nº 11.261, de 30 de dezembro de 2005;

- Nº 69, de 2006 (nº 948/2005, na origem), de 30 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2003 (nº 2.520/2003, na Câmara dos Deputados), de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *institui o ano de 2006 como “Ano Nacional Santos Dumont”*, sancionado e transformado na Lei nº 11.262, de 30 de dezembro de 2005;

- Nº 70, de 2006 (nº 942/2005, na origem), de 29 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2004-Complementar (nº 244/2005-Complementar na Câmara dos Deputados), que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei Complementar nº 120, de 29 de dezembro de 2005;

- Nº 71, de 2006 (nº 2/2006, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2005 (nº 3.063/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *concede auxílio especial aos dependentes legais dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego assassinados durante ação fiscal e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 11.263, de 2 de janeiro de 2006; e

- Nº 72, de 2006 (nº 3/2006, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2005 (nº 1.923/2003, na Casa de origem), que *confere ao Município de Passo Fundo o título de “Capital Nacional da Literatura”*, sancionado e transformado na Lei nº 11.264, de 2 de janeiro de 2006;

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 73, de 2006 (nº 26/2006, na origem), de 17 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até quarenta e nove milhões, duzentos e noventa e seis mil dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Integrado de Áreas Carentes no Estado da Bahia – Viver Melhor II.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Há oradores inscritos. Sendo este Presidente o primeiro deles,...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Vou conceder a palavra a V. Ex^a, Senador.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Pela ordem, para solicitar a V. Ex^a a minha inscrição para falar em nome do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Se V. Ex^a deseja fazer de imediato, será o primeiro orador inscrito para uma comunicação de interesse partidário, nobre Senador Osmar Dias, pelo Partido Democrático Trabalhista.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Aceito a gentileza de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra por dez minutos, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, sou o décimo sexto inscrito, mas, se tiver possibilidade de falar como Líder pelo PT, eu aceitaria de bom grado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência inscreve de imediato V. Ex^a e aguardará a delegação, de acordo com o Regimento Interno do Partido de V. Ex^a.

V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos; Sr^{as} e Srs. Senadores, novamente a Agricultura se levanta. Todos se lembram do tratoração do ano passado, no qual onze reivindicações foram feitas, e praticamente uma delas foi aceita. O Governo prometeu atender seis das propostas dos agricultores, mas atendeu apenas uma, mesmo tendo prometido.

Agora, nos Campos Gerais, onde fica Ponta Grossa, Castro, Carambeí, aquela região produtora do Paraná, de produção de excelência, onde temos uma atividade leiteira muito avançada e moderna e um cooperativismo muito avançado também, produtores de trigo, de soja foram para as ruas protestar novamente contra a política do Governo. E isso, claro, vai se alastrar, porque, da outra vez, o tratoração foi lá que começou. Trata-se de um alerta dos produtores contra a negligência do Governo com a agricultura, contra a falta de medidas no momento de dificuldades incriveis que a agricultura está enfrentando.

A agricultura começou a ter dificuldades, não sei se por coincidência ou não, em 2003, quando assumiu o Governo o atual Presidente Lula. Talvez, pelos reflexos da seca no sul e pelos problemas climáticos ocorridos em algumas outras regiões do País, a situação foi-se complicando. Chegando em 2004, nós tivemos uma crise maior, e, em 2005, ela se tornou insuportável.

Os agricultores não estão pedindo nenhum favor do Governo. Primeiro, eles querem que, impossibilitados de pagar as dívidas que contraíram para plantar as safras, tenham o direito de parcelarem essas dívidas e pagarem de acordo com a produção que obterão nas safras futuras. Segundo, eles querem que o Governo cumpra a promessa feita durante a campanha eleitoral, de implantar o seguro rural. Trata-se do seguro da produção, e não do seguro do crédito, como é o atual Proagro. Essa foi uma promessa ou um compromisso – seja qual for o nome que se dê – que não foi cumprido na sua inteireza, porque nós aprovamos aqui, no Congresso Nacional, uma lei que permitia ao Governo Federal instituir o seguro rural no País, mas faltam os recursos para que o IRB garanta as seguradoras em caso de fenômenos climáticos ocorridos em grandes regiões e perdas volumosas. Para não quebrar as seguradoras, é necessário o respaldo de recursos oficiais. É assim que funciona nos Estados Unidos, no Canadá, na França, na Inglaterra, na Alemanha, onde as seguradoras fazem o seu papel como empresas privadas, mas recebem apoio do Governo quando há impossibilidade de elas arcarem com o prêmio que receberam dos agricultores, em toda perda sofrida por qualquer fenômeno climático.

Aqui no Brasil, nenhuma seguradora se anima a fazer seguro de produção, porque não há nenhum respaldo do Governo, não há nenhuma garantia de que, se houver algum fenômeno climático, elas poderão se ressarcir desse prejuízo resultante de uma estiagem, de uma chuva de pedra, de um fenômeno climático. Se tivéssemos a regulamentação dessa lei, se ao IRB fossem destinados recursos do Orçamento, poderíamos garantir o seguro da produção, porque muitas empresas, inclusive estrangeiras, se animariam a fazer o seguro da produção.

No Brasil, temos seguro para tudo: carro, empresas urbanas, casa, móveis. Mas não temos seguro para aquilo que é essencial ao País, que é a produção agrícola, atividade de maior risco que temos.

Senador Valdir Raupp, o que os produtores dos Campos Gerais pedem não é nenhum protesto assim: “Fora, Lula”, “Fora, Não Sei Quem”, “Fora, Governo”. Não. É um protesto de alerta, porque não dá mais para suportar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Outro assunto relevante é a política do trigo. É impossível aos produtores continuarem produzindo com as importações maciças feitas da Argentina e do Canadá. Quando o produtor colhe o trigo, o Governo estimula as importações. Foi o que aconteceu no caso do arroz, no ano passado, e que quebrou, praticamente, todos os produtores de arroz. Se verificarmos o que está ocorrendo este ano, com extraordinária redução de área para a produção de arroz, o País mal vai produzir para o consumo e poderá ser obrigado a importar.

Já ouvi pessoas dizendo que o Brasil tem que importar mesmo – o próprio Presidente Lula já disse isso. Entretanto, quando importamos, o emprego é gerado lá fora, no país que exporta. Quando produzimos para o nosso consumo, garantimos a renda e o emprego aqui.

Ocorre que, dada a visão do Governo em relação ao trigo, que é produzido com alta tecnologia na região dos Campos Gerais do Paraná, a produção praticamente se inviabilizou, porque não há sequer preço para o produtor vender o produto, que fica no armazém, e não há mercado, porque os moinhos estão importando. Não foi apenas por causa da febre aftosa que a indústria do Paraná caiu 10% em novembro, mas porque os moinhos de trigo também não estão trabalhando; está-se importando a farinha pronta da Argentina. E qual é a consequência? Isso faz com que mais empregos sejam perdidos nessas indústrias moageiras.

Está totalmente equivocada esta política de desestimular a produção interna, desestimular a produção de trigo. Em uma região onde o trigo é o balizador

para a cultura de verão, porque ele equilibra os custos de produção ...

(Interrupção do som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Os produtores conseguem, com o trigo, manter suas máquinas funcionando e os trabalhadores com atividade no inverno. Quando não há uma cultura de inverno, praticamente, o custo de produção da cultura de verão sobe, porque não se usa o capital investido, que é aplicado integralmente no custo da soja. Quando se dilui isso com a cultura de inverno, consegue-se viabilizar também a cultura de verão.

O que está acontecendo? Os produtores se negam a plantar trigo. O que vai acontecer? Se o Brasil deixar de plantar trigo, ficaremos dependentes do mercado da Argentina, do Canadá e de outros países que exportam para o Brasil. E pagaremos o preço que eles quiserem. Se hoje o preço do trigo é compensador para importar, essa é uma política imediatista e burra, porque, daqui a um ou dois anos, poderemos ser obrigados a importar tudo. Aí pagaremos aquilo que quiserem que paguemos, porque eles vão estabelecer o preço, o preço da incompetência, o preço da falta da política agrícola.

Repetimos que não há uma política de planejamento de longo prazo para a agricultura brasileira. E as consequências, quando a agricultura não vai bem, recaem sobre a indústria – principalmente em um Estado onde a agroindústria é a força da indústria local –, na prestação de serviços, a economia se deteriora, e pagam caro os trabalhadores porque perdem os seus empregos.

Estou fazendo um alerta porque esse movimento dos Campos Gerais pode crescer e vir a Brasília novamente. Não ficará bem para o Governo, principalmente neste ano, receber, mais uma vez, um protesto dos agricultores do Brasil inteiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a será o primeiro inscrito para comunicação inadiável, de acordo com o Regimento Interno.

Como sou o primeiro orador inscrito, faço uma permuta com o Senador Valdir Raupp para que S. Ex^a possa fazer uso da palavra por até dez minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes que o orador chegue à tribuna, gostaria de solicitar – já que o Senador Delcídio Amaral não está presente – minha inscrição para falar pela Liderança, em alternância com os oradores inscritos, conforme entender a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Sibá Machado, a Presidência vai atendê-lo de acordo com o art. 66 do Regimento Interno. Intercalaremos a utilização da palavra entre os Líderes e os oradores regularmente inscritos. V. Ex^a será, portanto, o próximo a falar.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste início de ano, quarto ano do meu mandato e também do mandato do Presidente Lula, para novamente cobrar ações do Governo no meu Estado, sobretudo aquela obra tão esperada há seis anos.

Quando cheguei ao Senado, constatei que, há dois anos, já se trabalhava no projeto de construção do gasoduto Urucu–Porto Velho para abastecer a Termonorte, que foi construída no Governo Fernando Henrique para receber o gás que vinha da Bacia do Urucu, assim como o gasoduto Coari–Manaus, para levar o gás até a cidade de Manaus, porque são centros, no Norte do País, que geram energia elétrica a diesel. Rondônia queima atualmente 1,5 milhão de litros de óleo diesel por dia; 45 milhões de litros por mês. Então, é um absurdo que uma obra como essa não tenha, ainda, sido deflagrada.

Toda hora surge um obstáculo. Primeiro foi o termo de ajuste de conduta. Depois que o Ibama já tinha dado a licença prévia, houve um retrocesso para se estabelecer um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público Federal, as organizações não-governamentais e o Governo Federal. Depois de tudo isso pronto, depois já de quase cinco anos, no ano passado, mais uma vez o Ibama estava pronto para expedir a licença ambiental definitiva para a construção do gasoduto Urucu–Porto Velho. Aí, o que veio? Em meados do ano passado, houve a criação de uma reserva nacional, de um parque nacional, com uma ponta incluindo parte do trajeto do gasoduto.

Tenho absoluta certeza de que isso deve ter sido proposital. Não é possível, Senador Rodolpho Tourinho, que, depois de quatro a cinco anos de luta para conseguir uma licença ambiental para a construção do gasoduto, se crie uma reserva, e o Ibama nacional diz que foi pego de surpresa quando o Governo Federal

baixou um decreto, a pedido do Ministério do Meio Ambiente, para criar esse parque nacional. Sinceramente, não posso concordar com esse tipo de coisa. Não que a criação do parque não tenha sido necessária. Mas por que não se deslocar – o Amazonas é tão grande, é um terço do território nacional, 98% ainda em floresta – um pouco esse parque para que uma ponta dele não pegue o traçado do gasoduto?

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Valdir Raupp, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com muito prazer, Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Não posso deixar de participar dessa sua luta, que, aliás, também tem sido minha. Antes de chegar aqui – é o nosso quarto ano como Senador –, no Ministério, já lutava por esse gasoduto. V. Ex^a expôs de forma clara a questão do gasoduto Urucu–Porto Velho. Queimase atualmente, em Rondônia, 1,5 milhão de litros de óleo diesel, com imensos problemas ambientais, e de repente aparece, na época em que finalmente seria concedida a licença, um parque. Não posso crer, em hipótese nenhuma, que isso não tenha sido uma ação coordenada dentro do próprio Meio Ambiente. Não dá para entender. Temos outros problemas, como o gasoduto Coari–Manaus. Enfim, são tantos os problemas que não dá para acreditar. Quero novamente me somar à sua luta, quero externar essa surpresa, essa indignação com mais esse problema que surge nesse gasoduto. Continuarei, juntamente com V. Ex^a, lutando por Rondônia e pela expansão do gás neste País.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigada, Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a tem sempre colaborado. Neste momento em que esta Casa discute para aprovar a regulamentação do gás no Brasil – um projeto de V. Ex^a –, faz-se necessário eliminar essas amarras que tanto têm prejudicado o desenvolvimento do País no setor do gás.

Concedo um aparte ao nobre Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Valdir Raupp, durante todo o tempo em que V. Ex^a está aqui neste Senado, tenho notado a sua preocupação com seu Estado e com o Brasil, principalmente no que diz respeito aos investimentos em infra-estrutura. V. Ex^a levanta um caso que não é um problema apenas da sua região, mas do Brasil inteiro. Todos temos que preservar o meio ambiente; essa é a missão do mundo. O Ibama, a Fatma, no caso de Santa Catarina, pessoas ligadas ao meio ambiente, todos têm que participar. Temos que preservar e também respeitar. Mas existem casos que são verdadeiros abusos, casos e casos. Preservar impedindo o crescimento, impedindo

a evolução, impedir o aumento da infra-estrutura para se trazer mais comida à mesa do trabalhador, para se trazer mais condições de crescimento econômico para o Brasil e para nossas famílias, isso é uma burrice, pois existem outros meios, outras formas de preservarmos o meio ambiente, de cuidarmos da nossa natureza, de trabalharmos com a questão ambiental. Quando V. Ex^a fala da expansão do gás, isso não acontece apenas no seu Estado, também acontece em Santa Catarina. Para fazer a duplicação da BR-101, para investimento em turismo, para investimento em gasoduto, sempre existe alguma questão do Ibama ou do meio ambiente tentando impedir. É preciso que uma nova regulamentação para que possamos reestudar esse processo, para que o Brasil não venha a ser prejudicado apenas por um capricho, às vezes, de alguns mais apaixonados ou que tentam ser mais apaixonados do que outros em relação ao meio ambiente, que todos temos a obrigação de preservar, mas que também não deve ser preservado à custa do crescimento do nosso País.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado pelo aparte, nobre Senador Leonel Pavan.

O próprio Presidente Lula me falou – Senador Sibá, logo concederei o aparte a V. Ex^a –, durante uma viagem à Bolívia, para inauguração de uma ponte na divisa da Bolívia com o Estado do Acre, que ele é ambientalista, mas desenvolvimentista. Está correto. Precisamos conciliar, compatibilizar o desenvolvimento do nosso País com o meio ambiente. O Brasil é o país que mais preserva e vai continuar preservando. O meu Estado ainda tem mais de 70% das suas florestas em pé, e a meta, com um programa chamado Planaflo, que desenvolvi quando Governador, um programa agroecológico florestal, a meta é preservar 70% do território do Estado de Rondônia, enquanto que o Estado do Amazonas têm 98% de suas florestas ainda intocadas. O Estado do Acre também não fica longe disso e o Estado do Pará, o Estado do Amapá e o Estado de Roraima têm grandes reservas florestais. Queremos preservar a nossa Amazônia. Não podemos admitir que, por causa da preservação, o nosso povo fique sem as conquistas para melhorar a sua qualidade de vida.

O gasoduto Urucu-Porto Velho não abastece só Rondônia, mas também o Acre. V. Ex^a sabe que o Acre está recebendo energia de Rondônia, gerada a óleo diesel, o que podia também estar acontecendo no Acre, se não fosse para trazer o gasoduto. Também não precisava ter sido construída a térmica de Porto Velho, de 360 megawatts para abastecer Rondônia e o Acre se fosse para gerar a óleo diesel. Podia-se ter construído uma térmica no Estado do Acre e outra no de Rondônia, se não fosse para trazer o gás. Mas

não, foi construída em Rondônia para trazer o gás, porque fica mais próximo, e também para estender a linha de transmissão, que já foi estendida para o Estado do Acre.

Espero que essa novela do gasoduto, que se arrasta, não venha a se arrastar também nas usinas do Madeira. Tenho ouvido, nos últimos dias, que o Governo está deflagrando para o mês de maio o processo de leilão para a construção das duas usinas hidrelétricas do rio Madeira e também, posteriormente, da de Belo Monte. A do Madeira vai gerar em torno de sete mil megawatts, com a geração de 20 a 30 mil empregos, com renda para o Estado de Rondônia, para o Estado do Acre, para o País. Da mesma forma, o gasoduto vai gerar emprego e renda também para o nosso povo.

Então, é isso, Senador Sibá, que queremos; que o Governo Federal – sei que não há mais tempo para a conclusão dessas obras –, lance imediatamente o gasoduto e as usinas do Madeira, como lançou agora, depois de três anos, o programa emergencial para recuperar as nossas BRs, que veio em bom tempo. Tenho elogiado a iniciativa, pois antes tarde do que nunca, porque a deterioração das estradas não é culpa apenas deste Governo. Como tenho repetido aqui, inúmeras vezes, que o processo de deterioração das nossas BRs vem de vinte ou trinta anos, de outros governos, e que alguma coisa tem de ser feita. Poderia ter sido feito antes? Poderia, mas, repito, antes tarde do que nunca.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Valdir Raupp, tive oportunidade de acompanhar, nesses três anos de experiência aqui no Senado, o debate sobre investimentos de grande porte na nosso região, e o que eu posso assegurar a V. Ex^a é que não me convenci, digamos assim, num primeiro momento, da necessidade, do que precisaria ser trabalhado primeiro, se as hidrelétricas ou o gasoduto. Nós queremos a energia elétrica firme, permanente. Para o Estado do Acre, eu sempre defendi que não queremos ser meros consumidores de energia. Em todas as oportunidades em que pude trabalhar, defendi que, em situações como essa, não podíamos trabalhar de Estado para Estado, como se, por exemplo, a usina de Belo Monte fosse problema apenas do Pará, a jazida de gás de Coari fosse problema apenas do Estado do Amazonas, a questão da hidrelétrica do rio Madeira fosse problema apenas do Estado de Rondônia. Se a Amazônia se juntar, seus governadores, sua classe política, para defender isso como um projeto coletivo e até, quem sabe, ter um consórcio de participação permanente, essas conquistas serão muito facilitadas. Eu digo a V.

Ex^a, com toda segurança, porque estive lá em Coari para ver com meus próprios olhos – essa é uma das coisas que tenho feito, quando há um debate dessa natureza, quero ir ver, ter conhecimento in loco, mas não tive oportunidade de fazer a tal da viagem que eu pretendia fazer sobre a linha imaginária do traçado do gasoduto –, que o gasoduto ficou numa situação mal resolvida, porque é naquela região, naquela ponta do Estado do Amazonas que está o maior foco de desmatamento ilegal, onde estão as principais operações de combate a desmatamento e apropriação ilegal de terras feitas pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e pelo próprio Ibama. Isso tem criado, de acordo com o meu entendimento, uma série de dificuldades, porque, se o traçado do gasoduto passar ali sem resolver o problema daquela legalização fundiária, haverá, inevitavelmente – essa é uma consideração minha –, problemas para a execução da obra. Até sem conhecer muito de perto, mas olhando o mapa do Estado do Amazonas e da região, traçamos, imaginariamente, uma linha que pudesse seguir outro caminho, mas o engenheiro da obra que ali estava disse que isso iria custar os olhos da cara, ficaria inviável economicamente. O gás hoje é uma realidade. Estive em São Paulo há poucos dias, e todos os táxis de lá estão usando gás, gasolina e álcool no mesmo carro, o que é muito importante para a composição da renda do trabalhador taxista. Para a questão da energia...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço um pouco mais de paciência. No caso daquela região, a nossa grande vertente é a energia elétrica, a nossa grande necessidade. Segundo a Ministra Dilma, gastam-se R\$2 bilhões das contas CCC para pagar a compensação do uso do óleo diesel. Então, quanto...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Já está passando de R\$3 bilhões.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... à vontade do Estado de Rondônia e, digamos assim, à forma com que V. Ex^a tem se reportado sobre esse assunto, sou um irmão de causa em relação a isso. Tenho conversado com o Governador Jorge Viana, e faremos tudo que estiver à disposição do Estado do Acre para ajudar a resolver essas dificuldades, para que obras dessa natureza sejam realizadas lá. Agora, peço ao Senador Pavan e aos demais que não joguemos, de imediato, uma responsabilidade como essa em cima de um instituto ambiental que tem a obrigação, no meu entendimento, de fazer a correção ambiental. Agora, cabe a nós oferecer condições de solução dos problemas. Neste caso, eu queria me irmanar a V. Ex^a,

e juntos conversarmos com os Governadores do Amazonas, do Acre e de Rondônia, e com a classe política em geral, para encontrar uma solução para o problema e para que essa obra seja realizada de acordo com a compreensão ambiental e econômica e com a necessidade do desenvolvimento econômico daquela região. Portanto, solidarizo-me com V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigando, Senador Sibá Machado.

Sr. Presidente, sei que foi generoso demais, mas o Senador Jefferson Péres estava querendo fazer um aparte. Estou encerrando, mas concedo o aparte ao nobre Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Valdir Raupp, como representante do Amazonas, eu não poderia deixar de apartear-lo. V. Ex^a faz um pronunciamento muito importante. O Brasil é um país curioso, é um país surrealista, é um país em que o Estado é semifalido. Não vou culpar o Governo atual nem os passados, mas há um problema de Estado no Brasil, de reforma do Estado. São compartimentos estanques os governos estaduais e o Governo Federal. No Governo Federal, o Ministério do Meio Ambiente não se entende com os demais ministérios. Não há uma ação sistêmica no Estado brasileiro, infelizmente. O resultado são coisas como esta que V. Ex^a denuncia. As jazidas de gás de Urucu foram descobertas no final dos anos 80. Pelo menos desde 1996, há 10 anos, quando foi construído o gasoduto Urucu-Coari, estava tudo pronto para serem construídos os gasodutos Coari-Manaus e Coari-Porto Velho. V. Ex^a lembrou, assim como o Senador Sibá Machado, que a falta da construção desses dois gasodutos custa hoje ao País, em subsídios, mais de R\$2 bilhões.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – São R\$3,6 bilhões, nobre Senador.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Custa mais de R\$3,6 bilhões – o Senador Rodolpho Tourinho, que é um especialista no assunto, me corrige. Mas são R\$3,6 bilhões de subsídios que o Brasil paga pela existência de sistemas térmicos isolados na região Norte. Ora, R\$3,6 bilhões por ano, Senador Valdir Raupp, são R\$36 bilhões em 10 anos. A construção desses gasodutos vai custar muito menos. E problemas de entendimento entre Petrobras e governo estadual, entre Petrobras e Ibama geraram esse atraso monumental. Ainda não foi feita a licitação do gasoduto Coari-Manaus, que acaba de ser adiada pela Petrobras. Foi feito apenas o desmatamento da área pelo Exército. Quantos anos mais levará a construção do gasoduto Coari-Manaus? Mais dois anos? E Coari-Porto Velho? Cinco anos? Enquanto isso, o povo brasileiro das outras regiões despende quase R\$4 bilhões por ano para

subsidiar isso, e o Brasil acerta com a Venezuela um gasoduto de quatro mil quilômetros, para que passemos a depender de governos não confiáveis como o de Hugo Chávez e como, agora, o de Evo Morales, na Bolívia. O Brasil, dependente energeticamente de países estrangeiros, que podem nos criar os maiores problemas, não resolve um problema simples como a exploração das jazidas de gás natural existentes em seu subsolo. Senador Valdir Raupp, infelizmente é um País para não ser levado a sério. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Senador Jefferson Péres. Dois anos de CCC dariam para construir dois gasodutos e ainda sobraria muito dinheiro.

Com a benevolência do nosso Presidente, concedo o aparte ao nobre Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Senador Valdir Raupp, V. Ex^a aborda, mais uma vez, um assunto que estarece a todos nós. Não temos, como disse o Senador Jefferson Péres, palavras para explicar, para entender. Não há juízo mediano que possa entender o que está ocorrendo com relação ao gasoduto, sobretudo com o trecho que vai até Porto Velho. Não há dúvida de que as jazidas de Urucu estão aí, uma riqueza importante, uma fonte energética vital para o País, necessária, que torna o Brasil, sobretudo quando não pode dispor desses recursos, dependente de outros países, como já citado aqui. Os prejuízos são brutais, mas os prejuízos ambientais são mais brutais ainda. Em Porto Velho, a cada dia, se joga no ar o que corresponde à queima de 1,15 milhão de litros de óleo diesel. V. Ex^a disse muito bem, a conta CCC, esse programa hoje gera um prejuízo brutal ao País, à Amazônia, a todos nós. Mas há um Estado dentro do Estado, há forças ocultas, vamos chamar assim, que não mostram a cara, que estão na obscuridade e impedem o desenvolvimento do Brasil. Realmente, o que o Ibama faz não é a defesa do meio ambiente. Vão-se desmatar nada mais do que dois mil hectares, que deverão ser reflorestados. Mas não, não se quer de forma alguma permitir a construção do gasoduto. Agora a Flona entrou no meio do caminho, uma pedra a mais entrou no caminho.

(Interrupção do som.)

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – É um veto brutal que não podemos aceitar. Por isso, quero parabenizar V. Ex^a. Sei que o tempo está esgotado, mas não poderia deixar de mostrar minha solidariedade ao povo de Rondônia, sobretudo ao País e a V. Ex^a. Realmente, é inaceitável. Ou fazemos o gasoduto ou desmascaramos as forças que estão por trás disso, as forças escusas que não conseguem mostrar a cara

porque se escondem sobretudo na ilegalidade, num serviço contra os interesses do Brasil, de Rondônia e de todos nós. Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Senador Amir Lando.

Obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade excessiva com o tempo.

Encerro dizendo ao Presidente Lula que ainda há tempo para iniciar as obras do gasoduto Urucu-Porto Velho, assim como está iniciando as obras do gasoduto Coari-Manaus e lançando neste momento o plano emergencial para socorrer as BRs brasileiras, pagando assim essa dívida com o povo de Rondônia, do Amazonas e do Acre quanto às obras de infra-estrutura que a nossa população tanto tem esperado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Apenas para ordenar os trabalhos do Plenário, este Presidente continua inscrito em primeiro lugar, mas vou conceder a palavra, por cessão do Senador Juvêncio da Fonseca, ao nobre Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, como o próximo orador.

Pela alternância, falará em seguida o Líder Sibá Machado.

Senador Rodolpho Tourinho, farei a permuta com V. Ex^a, mesmo estando eu inscrito anteriormente.

Senador Pedro Simon, concedo a palavra a V. Ex^a, por cessão do Senador Juvêncio da Fonseca, por 10 minutos. Em sessões deliberativas ordinárias, há dois minutos de prorrogação. V. Ex^a, sem dúvida, é o orador predileto deste Plenário, e temos o prazer de ouvi-lo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a é o Presidente predileto deste Plenário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem foi um dia histórico para o PMDB. Já havíamos registrado a candidatura do grande companheiro nosso Antony Garotinho, ex-Governador do Rio de Janeiro, e ontem registramos a candidatura do Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto. Foi uma reunião muito concorrida em que mais de 60 Deputados da Bancada e quase 16 Senadores do PMDB estavam presentes.

É um momento histórico o que estamos vivendo. É um momento realmente muito importante e muito significativo.

Há quatro anos, o candidato era eu. Percorri o Brasil inteiro, consegui simpatia em praticamente todo o País, embora, naquela altura, eu mesmo reconhecesse que a vez era do Lula. Havia a grande expectativa, a grande esperança de que o Lula faria um Governo fantástico. Mesmo assim, eu achava que o MDB não

podia deixar de ter candidato, para mostrar suas idéias, para definir seu pensamento.

Na hora da Convenção – tínhamos maioria tranqüila –, a Executiva, em vez de pôr em votação o candidato do Partido, Pedro Simon, colocou o companheiro Serra e a vice do PMDB. Levantados os protestos, eles responderam que, se perdesse essa chapa, votariam a outra. Já estava tudo comprometido.

Agora é diferente. Estamos vivendo um momento completamente novo na política brasileira. Tivemos oito anos de PSDB, Fernando Henrique Cardoso, que fez um Governo com altos e baixos. Foi a experiência da chamada social-democracia, experiência que, diga-se de passagem, se fez pelo mundo afora, na Europa e em vários países.

Oito anos depois, entrou o companheiro Lula, um Governo de Esquerda, homem que veio do povo, trabalhador, simples, honesto, competente, de um Partido com 25 anos de história de luta, de uma campanha pela ética e pelo social, e, agora, está completando o mandato.

A verdade é que, mais do que as comissões de inquérito, a sociedade brasileira está acompanhando e verificando que houve fatos muito graves no Governo do Fernando Henrique e no Governo do Sr. Lula, como, por exemplo, as privatizações. Até hoje não se entende como é que a Vale do Rio Doce foi privatizada por R\$3 bilhões. Ela foi dada com o dinheiro do BNDES. Outro fato: a aprovação da emenda da reeleição, comprada escandalosamente. Foram fatos muito graves que ocorreram no Governo do Fernando Henrique. E o Governo do Lula é isso que nós estamos vendo.

Então, não pode haver uma eleição... Eu fico até com medo, porque, se houver uma eleição em que concorram PT/PSDB, Lula e Serra ou o Governador de São Paulo, o tom vai ser tão agressivo, a linguagem vai ser tão negativa que eu não sei para onde a gente vai caminhar. Essa é a hora do PSDB. E o PT tem os seus candidatos. Mas é hora também do PMDB apresentar o seu candidato. Candidato que fará a vez de uma terceira via. Eu até digo que nem é terceira via, mas segunda via, porque PSDB e PT, nesses doze anos, foram praticamente a mesma coisa. Mas, de qualquer maneira, é uma terceira via.

E nós apresentamos, que era o Garotinho. E o que é o nosso candidato, Rigotto, um homem tranqüilo, sereno, de bem, responsável, que tem uma biografia o que é importante nessa hora com tantas interrogações sobre o que aconteceu, não vai dizer: “Eu sou”. A vida dele diz: “ele é”.

Então, eu tenho o pressentimento de que a candidatura do PMDB vem numa hora tremendamente

importante, numa hora em que o Brasil tanto dela precisa.

É interessante verificar as pesquisas de opinião pública. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, o PMDB sempre foi o maior partido no Estado – é o maior partido no Rio Grande do Sul. Mas, nas pesquisas dos últimos tempos, pela vontade popular, dava PT. PT, 28 pontos; PMDB, 17; em terceiro lugar, 3 ou 4 pontos. Nas últimas pesquisas, o PT, de 28, baixa para 13, e o PMDB sobe para 20. Quer dizer, o PMDB recebeu o espólio, como percebemos por onde a gente anda.

É impressionante como tenho sido convidado para fazer palestras nas universidades. Há quatro anos, quando fazia essas palestras, alunos e professores me diziam: “Senador, nós gostamos muito do senhor. Mas olhe como o senhor fala do PT e do Lula, senão o senhor leva vaia”. Eu olhava e não podia nem dizer nada, porque estava todo mundo com bandeira do PT, todo mundo com camiseta do PT, todo mundo com bandeirinha do PT. Do meu lado, o reitor; do outro lado, o diretor da faculdade, com bandeirinha do PT. Hoje, você entra na universidade e não vê nada disso. Não é um ambiente contra o PT. E isso é muito interessante, pois não é como na época de Collor, em que o povo teve ódio dele. Collor disse: “Todo mundo venha de verde e amarelo” – e todo mundo foi de preto, de raiva. Hoje, não há esse ambiente. O ambiente não é de ódio, mas de desgosto, de tristeza, de mágoa. É como se dissessem: “Pôxa, mas nós perdemos o direito de ter esperança?”

Então, é esse sentimento que está aí, e, para fazermos uma campanha de alto nível, uma campanha séria, temos que ter uma candidatura com a credibilidade do MDB para fazer o confronto.

Por isso, peço ao nosso amigo Renan, ao nosso amigo Sarney, ao nosso amigo Suassuna inclusive hoje haverá um jantar na casa do Senador Suassuna, com a presença do Presidente Lula que entendam este momento. Não ficará bem para eles forçar uma posição que impeça o MDB de ter uma candidatura; de forçar um apoio do MDB ao Lula, de quem gosto, quero bem, de quem sou amigo e até hoje ainda defendendo não sou daqueles que atiram pedras no Lula, mas acho que devemos ter o nosso candidato.

Não fica bem para o Senador Sarney, para o Lula dizerem que o MDB não tem condições, não tem candidato. Veja que o PT só tem o Lula. Tira o Lula, não tem mais ninguém. Veja que o PSDB, em rigor, só tem o Governador de São Paulo, porque o Serra, um grande candidato, cria um problema dos diabos para o PSDB: o Serra tem um compromisso, assinado em cartório, de permanecer quatro anos na Prefeitura de São Paulo. Quer dizer, se ele romper esse compromisso, vai fazer

como o Tarso Genro, que rompeu o compromisso com a Prefeitura de Porto Alegre ao renunciar para ser candidato. Ele foi cobrado e não ganhou a eleição.

Então, em rigor, o candidato do PSDB um grande candidato, diga-se de passagem é o Governador Alckmin. O MDB? O MDB tem o Garotinho; o MDB tem o Rigotto; o MDB tem o Governador Jarbas Vasconcelos; o PMDB tem o Presidente Sarney, que foi Presidente da República; tem o Governador Itamar, que se colocou à disposição; tem o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que está disposto a renunciar ao Supremo para ser candidato do PMDB.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Tem V. Ex^a também.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas o MDB não me aceita.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Claro que aceita.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sou pessoa malvista no MDB, nem falo aqui.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permita-me um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só um minutinho, Senador.

O MDB tem o ex-Governador Itamar Franco. O MDB tem candidatos de sobra. Não há nenhum outro partido que tenha um mar de candidatos como tem o MDB. Agora, virem o Dr. Sarney e o Sr. Presidente do Senado, Renan, dizer que não temos candidatos que se impõem à opinião pública?! Pelo amor de Deus!

E dizem: “São candidatos que ninguém une”. Claro! Vá ver se no PSDB isso acontece! Agora estamos falando em unir o Serra e o Alckmin. Estão debatendo, estão discutindo. Mas todo mundo sabe que um vai ganhar, e o outro o apoiará. É o mesmo que vai acontecer com o MDB: vamos fazer uma prévia, vamos nos reunir e, nessa reunião, vamos discutir. Quem ganhar, ganhou. Aliás, todos estão dizendo isso. Garotinho diz: “Quem ganhar, ganhou”; o Rigotto diz: “Quem ganhar, ganhou”; o Requião diz: “Quem ganhar, ganhou”; o Jarbas Vasconcelos diz: “Quem ganhar, ganhou”; o Quércia diz: “Quem ganhar, ganhou”.

Agora, fazer um jantar com o Presidente da República e dizer para a imprensa que vão adiar a reunião? Nós vamos ter uma reunião na terça-feira, porque que não fomos felizes na escolha da data da prévia. Escolhemos 5 de março. Mas quem marcou a data ou não tem competência, ou errou ou usou de má-fé, porque o dia 5, terça-feira, é carnaval. Terça-feira, carnaval; quarta-feira, Cinzas. Como é que eles vão fazer a campanha para dia 5, e, no domingo, a prévia?

Então, o que a gente quer na terça-feira é transferir a prévia: primeiro turno, 19 de março; segundo

turno, 25 de março. Por que segundo turno? Porque pode ter mais de um candidato, pode ter três ou quatro candidatos, e aí haverá segundo turno. Eles querem marcar para abril ou maio. Por que querem fazer isso? É má-fé! Eles querem obrigar que o Rigotto retire a candidatura, que os governadores retirem a candidatura, porque eles não podem renunciar antes de sair o resultado da prévia. Fazer a prévia em maio é retirar as candidaturas.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso não fica bem, isso absolutamente não fica bem.

Faço um apelo aqui à Executiva, que vai se reunir na terça-feira. Estarei lá, espero que não se faça coação, não se use o Governo Federal, o fulano de tal, membro da Executiva, o beltrano de tal, aqui de Brasília, que é membro da Executiva... Espero que não se use de coação nem de pressão, nem que se ofereçam favores para mudar os votos que já estão marcados e garantidos. A Executiva vai confirmar a prévia.

Com o maior prazer.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Pedro Simon, quero, mais uma vez, me solidarizar com o pronunciamento de V. Ex^a e dizer que a tese que V. Ex^a esboça é a minha. Digo até mais, o meu PMDB é o de V. Ex^a, o norte do PMDB é o que V. Ex^a traça. Quero ratificar as palavras quando diz que ficará muito feio para as lideranças da estirpe, da magnitude do ex-Presidente Senador José Sarney, assumir, adotar uma postura, permita-me, desculpe-me, equivocada como essa anunciada há dois dias, sobretudo a tentativa de não se realizarem as prévias no mês de março. Por último, somando-me às palavras de V. Ex^a, é preciso se alertar que o PMDB oficialmente não é um Partido que dá sustentação ao Governo, o Partido fala pela sua convenção nacional, que desautorizou essa participação. Não cabe, portanto, nenhuma injunção do Executivo dentro do pensamento do PMDB, para que não venhamos a cair num novo escândalo. O PMDB deve se reunir na próxima semana, como V. Ex^a está a dizer, para alterar a data, com a qual concordamos, fixando outra dentro do mês de março, mas sem interferência e sem cooptação do Governo para que o Congresso Nacional, a classe política não seja mais uma vez envolvida em escândalos. Que o Governo do Presidente Lula fique de fora e que não pratique nenhuma injunção dentro das decisões, deliberações do PMDB. Este é o meu aparte e a minha solidariedade a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito o aparte de V. Ex^a.

Mas quero dizer que, por parte do Governo Lula, ele está na jogada dele. Quer dizer, o Governo Lula está buscando companheiros, está buscando apoio, mostra...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Simon,...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... Mostra com muita simpatia que ele gostaria de ter o PMDB do lado dele. Eu acho que ele está no direito dele.

O que importa ao PMDB são os Líderes do PMDB. Os Líderes do PMDB devem receber a proposta do Lula, analisá-la, mas responder: “Olha Lula, podemos até estar juntos no segundo turno, se o PT for para o segundo turno e o PMDB não for para o segundo turno, poderemos apoiar o PT, mas nos respeite o direito de ter o nosso candidato no primeiro turno.

O Lula pode falar, mas a nossa gente é que tem que responder com altivez e não fazer um jogo interno negativo tentando dificultar as áreas do PMDB.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a não é apenas uma pessoa querida e um Líder dentro do PMDB; é uma pessoa admirada por todos os partidos políticos, pelo Brasil inteiro. Quando V. Ex^a diz que o PMDB tem candidato a, b ou c, até quero dizer o seguinte: tem V. Ex^a também. Poderia V. Ex^a ser também um candidato do PMDB.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O comando do PMDB me tem como persona non grata. Por isso, nem entro com o meu nome, que é para não complicar.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Esse é um pensamento nosso. Quanto ao José Serra ter uma assinatura em cartório, não quero desmentir, pelas informações que tenho não é verdade, em cartório não é verdade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Melhor. Tenho muito carinho pelo Serra, eu falei por falar, para alguém não dizer...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Só para eu continuar, eu tenho...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu retiro, retiro, não falei. Falei sem saber. Peço desculpas.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Comenta-se isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Peço desculpas.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Não há necessidade, V. Ex^a não precisa pedir desculpas a ninguém.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É que não foi intenção minha atingir o meu amigo Serra. Eu quis apenas dizer que se comenta...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Claro, é isso aí.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...são candidaturas sobre as quais há comentários.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Claro, eu quis apenas pedir este aparte para justificar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu concordo com V. Ex^a.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Outra questão. Em política, o certo seria cumprir a assinatura de acordo político. O certo! Em Santa Catarina, o meu amigo Governador Luís Henrique tem um compromisso assinado comigo, com a Executiva inteira, com o PSDB, e não foi cumprido. No entanto, segue a sua carreira, o seu caminho, o qual respeito muito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas repare que ele vai renunciar ao Governo de Santa Catarina.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – E nós ouvimos...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas ele vai renunciar ao Governo de Santa Catarina, ele vai concorrer.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – ...o compromisso político que tinha, caso vencesse as eleições, compromisso anterior, compromisso de coligação que tínhamos antes de sua candidatura, assinado por ele e por toda a executiva, que, a meu modo de ver, não foi cumprido. Ontem, eu estava lendo no jornal o **Correio Braziliense** uma matéria que dizia que o PMDB estaria se oferecendo ao Lula para concorrer a vice em troca de apoio em alguns Estados do Brasil. Eu li no jornal.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas V. Ex^a leu mal. V. Ex^a leu que determinado Senador do MDB almoçou com o Presidente e fizeram essa proposta. Não é o MDB.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador, eu só queria perguntar para V. Ex^a se isso é verdadeiro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É bom esclarecer que determinado Senador almoçou com o Presidente e colocou-se no jornal essa notícia. Não é o MDB.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Certo. Se não existem outros caminhos entre pessoas tentando azedar a candidatura ou melar a candidatura do nosso querido Rigotto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Acho, Sr. Presidente, que temos aqui uma candidata, a Senadora Heloísa. É uma pena que as Esquerdas não se unam em torno da Heloísa. Se os Partidos de Esquerda se unissem em torno da Senadora Heloísa seria uma grande candidatura. Aliás, vai ser uma grande candidatura de qualquer jeito. O PT que meça porque os votos da

Senadora Heloísa podem fazer muita falta para o PT. A Senadora Heloísa tem o meu carinho e o meu afeto quase que filial, com o seu jeito tão carinhoso, tão meigo. O que tenho que dizer para as pessoas quando me olham: “mas ela é isso?” Ela é a criatura mais meiga que conheço. “Mas ela é tão brava na televisão...” É exatamente. Eu acho que se o PMDB tiver uma candidatura, o candidato do PMDB, se as Esquerdas tiverem um pouco de competência e fecharem com a Heloísa, vamos ter o PT com o seu candidato, o PSDB com o seu candidato, as Esquerdas verdadeiras com a sua candidata e o MDB com o seu candidato. Vai ser uma grande campanha. Vai ser uma campanha de alto nível. E não como estão querendo. Porque se ficarem o PT e o PSDB brigando nas candidaturas, aí eu que conheço a Senadora Heloísa acho que ela vai entrar para brigar junto. E aí o ambiente não vai ser o que nós desejamos.

Por isso, meus irmãos...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB-SC) – Está convidando a Senadora Heloísa Helena para ser vice do Sr. Germano Rigotto?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Ela poderia aceitar, mas a gente dela não aceita. A gente dela é brava. Se ela falar isso, ela estará queimada com o Partido dela. Mas seria uma boa vice para qualquer Partido. Aliás, ela é boa candidata a Presidente, quanto mais a vice-Presidente.

Por isso eu digo que o PMDB vive o seu momento. Não podem o Dr. Renan Calheiros, o Dr. José Sarney, o nosso Líder, não podem ir de encontro à realidade. As coisas acontecem. Não fomos nós; não foi o PMDB o responsável por CPIs, pelo que aconteceu, pelos rumos que a política tomou. Por isso eu digo que nós temos que apresentar ao Brasil um leque de opções. Está lá o Lula, que irá mostrar o que fez de bom – e fez muita coisa de bom. Vai tentar provar que não sabia das coisas erradas. Deus o ajude. Lá está o PSDB, que fez muita coisa boa, mas vai ter que provar muita coisa errada que o Fernando Henrique Cardoso fez. Vai estar a Senadora Heloísa Helena mostrando que o mundo inteiro está errado, mas que tem muita coisa boa dentro do mundo, embora não esteja na política. E uma candidatura do PMDB que representa a nossa história, a nossa biografia, os nossos anos a favor da luta pelo Brasil. Muitos erros? Muitos erros. Muitos equívocos? Muitos equívocos. O MDB deve isso ao Brasil. O MDB tem um compromisso com o Brasil de responder ao carinho que o povo brasileiro sempre teve com o MDB.

Deixo aqui o meu apelo dramático ao meu amigo Presidente José Sarney, ao meu amigo Presidente Renan e ao meu amigo Líder da Bancada, Senador

Suassuna: deixem correr em paz a reunião de terça-feira, deixem o Partido decidir, confirmem a prévia no dia 19 e no dia 25 de abril, primeiro e segundo turno, porque assim haverá um pleito tranqüilo e um PMDB altivo. Fora disso, a luta vai continuar, porque nós do PMDB estamos dispostos a ir até a convenção. Se não deixarem sair a prévia, vamos à convenção e pode acontecer fato novo como o de pessoa importante se desincompatibilizar, renunciar a governo para ser candidato ainda que fora da hora.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a, nobre Líder José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a, como Líder da Minoria, tem, de imediato, o direito ao uso da palavra, para comunicação de interesse partidário, por até cinco minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a minha inscrição para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a como segundo inscrito, tendo em vista a inscrição do nobre Senador Leomar Quintanilha em primeiro lugar, V. Ex^a segundo inscrito e a Senadora Ana Júlia Carepa como terceira inscrita na mesma modalidade.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a CPMI dos Bingos ouviu na última terça-feira o depoimento do ex-militante do Partido dos Trabalhadores, Paulo de Tarso Venceslau, que exerceu o cargo de secretário municipal de finanças nas Prefeituras pevistas de Campinas e São José dos Campos, ambos cargos exercidos por indicação do Diretório Nacional do PT. O que o depoente revelou à CPMI confirma o que as Comissões têm apurado nesses seis meses de funcionamento.

Segundo Paulo de Tarso, que conhece Lula e o Partido dos Trabalhadores desde os primórdios do PT, a prática de caixa dois no Partido teria pelo menos 13 anos e, desde seu início, era de total conhecimento do Presidente Lula e da direção do Partido.

O ex-militante informou à CPI que a empresa Consultoria para Empresas e Municípios – Cpem, ligada a Roberto Teixeira, compadre de Lula, agia entre as prefeituras petistas levantando os recursos que eram repassados ao PT, que os usavam para viabilizar inclusive a Caravana da Cidadania, que era a pré-campanha de Lula em todo o Brasil no decorrer do ano de 1994.

Além de compadre, Roberto Teixeira foi o empresário que ofereceu, de graça, a casa em que Lula morou por mais de 10 anos em São Bernardo e, segundo Venceslau, é ele “quem manda na Infraero hoje. Tem mais ministérios na Infraero hoje do que aviões de carreira no ar.”

Paulo de Tarso chegou a registrar em cartório uma carta em que denunciava o esquema e a enviou ao então presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva e entregou cópia a cada dirigente partidário. Isso referente ao esquema da época em relação às prefeituras municipais. Mas a direção do Partido nada fez; ao contrário, terminou por expulsá-lo do Partido. O depoente disse: “Procurei todas as instâncias, mas não consegui ser ouvido. O PT vai levar décadas para sair do buraco em que foi lançado pela camarilha. Se o PT não extirpar José Dirceu e Lula da vida, vai para o brejo, vai viver na cauda de um caudilho.”

Na realidade, essas são palavras do Sr. Paulo de Tarso Venceslau, porque, na verdade, se o PT coloca para fora Lula e o Ministro José Dirceu, deixa de ser PT, porque eles foram os grandes criadores do PT.

Falando sobre os abundantes recursos do PT, depois que chegou ao poder executivo municipal, Paulo de Tarso comentou: “É muito difícil acreditar que ninguém soubesse o que ocorria. As coisas milagrosas que aconteceram, a compra do prédio, o dinheiro da campanha, parecia que o dinheiro estava dando em árvore. Quem conheceu o ‘miserê’ em que o PT vivia não conseguia saber de onde vinha tanto dinheiro.”

A CPI dos Bingos está ajudando aos filiados de boa-fé do partido a identificar as “fontes jorrantes” do dinheiro abundante.

Outra declaração do depoente que vai ao encontro das desconfianças dos membros da Comissão foi o papel exercido por uma figura obscura, mas que está sendo desnudada na CPI. Trata-se do diretor do Sebrae, Paulo Okamoto, que não tinha nenhuma função no partido, mas que falava em nome do Presidente Lula e tinha grande ascendência no PT.

Segundo Venceslau, Paulo Okamoto lhe solicitou a lista das empresas que tinham negócio com as prefeituras petistas, principalmente as que tinham dinheiro a receber. O PT tinha seis Prefeituras, Agudos, Ipatinga, Diadema, Piracicaba, Santo André e Santos.

“Ele pedia a lista de empresários fornecedores, que tinham dinheiro para receber, para visitá-las” e, evidentemente, negociar o pagamento em troca de propina para a tesouraria do PT, no caso.

Esse Paulo Okamoto é o mesmo que, conforme apurou a CPI, pagou as dívidas do Presidente da República com o Partido dos Trabalhadores, quando da rescisão do contrato de trabalho de Lula, numa operação não convenientemente explicada por Okamoto durante seu depoimento diante da Comissão.

Quando Paulo Venceslau fez essa denúncia em 1993, ela pode não ter sido considerada crível, já que no imaginário popular o PT era um partido de vestais, mas, hoje, depois da descoberta do “valerioduto”, fica claro que o modo petista de administrar inclui a dilapidação do Erário.

Como declarei na CPI, o depoimento de Venceslau mostra que o caixa dois do PT foi ampliado nos últimos anos do campo regional para o campo nacional.

Ao concluir, quero reafirmar que a CPI dos Bingos está no caminho certo e os fatos apurados estão provando isso. Apesar das ácidas críticas dos mais apressados, inclusive dos segmentos que a apelidaram de “CPI do fim do mundo”, os depoimentos estão reafirmando o acerto de nossa linha de investigação, inclusive com a recente divulgação de um novo laudo médico do perito Paulo Argarate Vasques, que conclui que o Prefeito Celso Daniel foi torturado antes de morrer.

Esse perito, que será ouvido pela CPI dos Bingos na próxima semana, confirmou o que a Comissão está comprovando nos depoimentos colhidos: o prefeito petista não foi vítima de crime comum, como defende o Partido dos Trabalhadores.

Depois de depoimentos como o do Sr. Paulo de Tarso é que entendemos o terror que tinha o PT da instalação da CPI dos Bingos, que só foi possível graças a uma histórica decisão do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de informar que ontem, em outra reunião, a CPI dos Bingos aprovou a convocação do Sr. Roberto Teixeira, empresário que intermediava os negócios da Cpem e que é compadre do Presidente Lula, e também a quebra de sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto, que também participava dessa operação e hoje é o Presidente do Sebrae. Acreditamos que, com esses dois depoimentos, que deverão ser feitos na próxima semana, mais esclarecimentos virão.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)
– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Gostaria de me inscrever para falar como Líder antes da ordem do dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a está inscrito e, como Líder, tem a prerrogativa de falar de imediato por cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os jornais vêm noticiando há alguns dias que a tribo Ianomâmi, que habita parte do Estado de Roraima, aliás, grande parte do Estado de Roraima, e grande parte do Estado do Amazonas, na fronteira desses dois Estados com a Venezuela, que habita uma reserva de 9 milhões de hectares nesses dois Estados, está sofrendo uma epidemia de malária.

Eu resolvi observar se havia alguma reação por parte do Governo, do Ministério da Saúde, da Funasa, antes de fazer esse pronunciamento. Mas, hoje, li novamente nos jornais a mesma matéria.

Eu quero aqui chamar a atenção, Sr. Presidente, porque existem muitos movimentos quando se trata de demarcar terras indígenas, mas pouquíssimos movimentos quando se trata, depois, de dar assistência ao índio, ao ser humano, pouquíssimo movimento no que trata, por exemplo, de dar condições melhores de produção, de saúde, de educação. E esse caso é bem típico. Conhecemos a movimentação espetacular que se fez, nacional e internacionalmente, para demarcar essa reserva indígena Ianomâmi. Na verdade, são várias etnias sob esse rótulo, porque são aldeias que vivem em permanente guerra umas com as outras até por causa de mulher porque as mulheres, lá, engravidam logo após a primeira menstruação, terminam tendo desproporção feto-pélvica com muita incidência. Portanto, casos de morte durante o parto das mulheres é alto. Há uma carência, vamos dizer assim, de mulheres na região. Fora isso, existe uma doença endêmica – não é uma epidemia, é permanente –, a oncocercose. E o que fez o Governo Federal? Primeiro, tirou da Funai a responsabilidade sobre a assistência de saúde aos índios. Depois, passou para a Funasa, que, por sua vez, terceirizou a assistência aos índios para ONGs. No caso dos Ianomâmis, antigamente era a CCPY, que é Comissão para a Criação do Parque Yanomami, conduzida por uma estrangeira, a Sr^a Claudia Andujar, e por outro estrangeiro, o chamado irmão Zaquini.

Pois bem. Agora, mais recentemente, de uns tempos para cá, criou-se uma nova ONG, a Urihi, que cuidava especificamente da saúde dos índios. E o que é que mudou? O que se tem notícia, sim, é que houve desvio de verba pública, aplicação indevida de verba pública por essas ONGs, e os índios, que deveriam ser os beneficiários, estão lá.

Estão aí os jornais dizendo. Não sou eu que estou aqui trazendo a minha opinião pessoal. A minha opinião pessoal é de que a política indigenista no País é mal conduzida, é pessimamente preocupada com a questão do ser humano índio. Só se preocupa, Sr. Presidente, em demarcar imensas reservas indígenas e deixa os índios com imensos sofrimentos, porque não dá assistência adequada.

Eu quero aqui aproveitar o gancho para falar da reserva indígena Raposa Serra do Sol, que foi a 35^a demarcada no meu Estado – já existem mais outras depois dessa. Mas essa, de um milhão e setecentos mil hectares, Sr. Presidente, está lá sendo vítima de verdadeiro terrorismo por parte de funcionários da Funai, por parte de alguns outros agentes públicos, que estão visitando as casas dos moradores das vilas que se localizam dentro dessa reserva, ou melhor, das vilas que essa reserva abrangeu, que são as vilas de Socó, Mutum, Água Fria, Vila Pereira, e estão não só constringendo os moradores. No caso da Vila Pereira, os moradores não aceitaram a reunião, porque acharam um absurdo discutir, por exemplo, que eles têm que sair de lá mediante uma simples avaliação da Funai, uma avaliação unilateral, que, por exemplo, vai pagar “x” por uma pequena propriedade numa vila como essa, que é uma pequena cidade, e essa pessoa sai de lá e não tem condição de ficar em lugar nenhum.

E o mais grave: querem tirar os produtores de arroz, por exemplo, que respondem por 25% do Produto Interno Bruto do meu Estado e que geram cerca de seis mil empregos, diretos e indiretos. Querem, inclusive, impedir que eles façam o plantio deste ano. Isso é um absurdo, e quero aqui protestar.

Tive informações de que inclusive existe mobilização para que haja a retirada à força, usando a Polícia Federal e o Exército. Quero aqui fazer essa denúncia e ao mesmo tempo um apelo ao Presidente Lula, que já fez essa maldade de demarcar dessa forma essa reserva. Que ele não permita que haja mais esse constringimento. Estamos na Justiça, e entendo que o Presidente Lula tem que ser mais bem orientado, porque esse Ministro da Justiça dele não orienta bem. Tanto é que ele fez uma traquinagem jurídica com o Supremo Tribunal Federal para haver a demarcação. Estava sub judice – como ainda permanece sub judice –, porque o mérito das ações que contestam essa reserva não foi ainda apreciado.

Por isso, a Funai e outros agentes públicos, do Incra também, estão acelerando as providências, porque em abril vence o prazo do decreto do Presidente Lula, um decreto que considero nulo, e eles querem fazer realmente, como eles chamam, a extrusão, como se houvesse intrusos naquela região.

Quero deixar, portanto, em meu nome e em nome do povo de Roraima, o meu apreço pela coragem daqueles que estão lá resistindo.

E, repito, desde o momento em que o Presidente Lula demarcou aquela terra, foi uma maldade que fez com o meu povo, e eu não posso compactuar com essa maldade.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho, se o Presidente o permitir.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Mozarildo, quero só ressaltar a V. Ex^a, para lembrar ao povo do Brasil, que os indígenas que vivem na Raposa Serra do Sol, em sua maioria, não concordam com a forma utilizada pelo Presidente Lula para essa demarcação. Não concordam por quê? Porque sabem o que aconteceu com os ianomâmis, sabem o que acontece com os habitantes da região de São Marcos, também demarcada: que as pessoas são abandonadas. Recentemente, uma médica me contou uma história, que vou repetir aqui para V. Ex^a, de uma mãe indígena que está na Raposa Serra do Sol, onde antigamente havia pequenos proprietários rurais que tinham carro e que sempre estavam saindo. Conta ela que ficou o dia todo esperando uma condução, com o filho nos braços, doente, e que, quando chegou em Pacaraima, já estava com o filho morto. Aí a médica perguntou: “Por que a senhora só trouxe agora a sua filha?” Ela disse: “Doutora, antigamente, quando havia os pequenos fazendeiros, eles tinham um carrinho, e a gente podia ir à casa deles que eles levavam a gente para Boa Vista ou para Pacaraima. E a gente salvava o filho. Hoje, estou desde de manhã esperando essa condução e tive de andar três horas para chegar no lugar onde, à noite, passou o carro que me trouxe para cá. E a minha filha veio morta nos meus braços.” Por quê? Porque foi feita a promessa de dar assistência aos índios, que não está sendo cumprida. Foi prometido que iria recurso para melhorar a vida deles, e não foi. E olha: já estão morrendo em consequência disso. Essa criança morreu em consequência do ato impensado do Presidente Lula. Então, já tem uma morte contabilizada na sua estatística, morte de criança índia que não teve tratamento...

(Interrupção do som.)

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Presidente, eu estou falando uma verdade, por isso tenho de continuar. Então, Senador Mozarildo, as pessoas pensam que é o povo que quer isso. Quanto a essas famílias que estão sendo ameaçadas de serem postas para fora de suas casas, quando a Funai for indenizá-las, vai fazê-lo por R\$10 mil, R\$5 mil, porque são casas humildes, são pessoas pobres que vão ficar miseráveis ao extremo na periferia de Boa Vista. No lugar onde estão, vivem

com dignidade, porque têm uma pequena rocinha, um ajuda o outro, vivem em comunidade, mas vão ficar perdidos como outros que moram na periferia de Boa Vista, inclusive indígenas, que não têm a assistência prometida pelo Governo. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Obrigado, Senador Augusto Botelho. V. Ex^a e eu, que somos médicos, sabemos perfeitamente da penúria, porque trabalhamos nessas áreas. Hoje, os jornais nacionais estão falando dessa tese.

Quero, Sr. Presidente, pedir só mais um minuto para encerrar,...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – ...porque esse tema comporta mais tempo, e voltarei à tribuna para abordá-lo com mais precisão, inclusive para falar sobre o recente atrito entre o Presidente da Funai e o Cimi. Na verdade, quem manda na política indigenista do País é o Cimi e as ONGs criadas por ele.

Na verdade, é preciso ter a coragem, não porque o Cimi é da Igreja Católica e nós não podemos falar. Temos que falar, sim. A Igreja Católica também tem no passado algumas coisas tristes como as Cruzadas, a Inquisição. E agora mesmo a revista Época publicou uma matéria muito interessante sobre uma organização católica chamada Opus Dei, que precisa, inclusive, ser analisada.

Eu quero voltar aqui à tribuna para abordar o tema em profundidade, inclusive apelando ao Supremo que julgue o mérito dessa questão antes do mês de abril, porque, depois do mês de abril, já se terá cometido a barbaridade, usando inclusive brasileiros da Polícia Federal e das Forças Armadas para expulsar, de uma área de fronteira...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência vai convocar o próximo orador inscrito, o nobre Senador Rodolpho Tourinho, por permuta com este Presidente, que falará em seguida a V. Ex^a.

V. Ex^a dispõe de até dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos; Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna hoje para tratar de problemas estruturais do Nordeste e que me preocupam muito, não só em relação ao meu Estado, a Bahia, mas em relação a toda a região. Trata-se de um problema ligado à área de energia e aos efeitos do último leilão de energia nova, levado a efeito pelo Governo.

Na verdade, esse novo leilão de energia agora de energia nova e não mais da energia chamada velha, como acontecera ano passado não conseguiu atrair investimentos para o setor elétrico. A energia efetivamente nova, considerada nova, correspondeu a apenas 26% do leilão. Foram 850 megawatts médios de energia nova; de emergencial, 5%; e da chamada Botox, 68%. A energia nova para a qual o leilão foi programado – e esta é a minha grande preocupação – não aconteceu como devia, os resultados não são bons, sobretudo em relação ao Nordeste. Grande parte, como eu disse, da energia colocada refere-se à chamada Energia Botox. É preciso até que se esclareça o que é a Energia Botox. É uma energia de empreendimentos, digamos assim, já existentes, que entraram em operação comercial a partir de 1º de janeiro de 2000, tendo sido construídos ou não, e que tinham sido autorizados antes de março de 2004. Não são empreendimentos novos, volto a repetir. São concessões ou autorizações antigas. Cerca de 70% da energia que foi colocada se referiu efetivamente a empreendimentos que vinham do passado.

Um outro aspecto que é importante considerar é que nesse momento foram colocadas no leilão as chamadas energias emergenciais. São energias de pequenos geradores a óleo diesel ou a óleo combustível e que lamentavelmente – aliás, como eu já tinha previsto desta tribuna – ficaram praticamente restritas ao Nordeste. Essa é a grande preocupação nossa. Se há um lado positivo, o lado positivo neste caso é finalmente o Governo reconhecer que existe uma crise de energia no Nordeste para os próximos anos.

E por que ele reconhece?

Ele reconhece na medida que contrata uma energia emergencial com três anos de antecedência. Normalmente num caso de emergência, se contrataria um ano antes de se verificar a crise. Então, a crise está delineada, está estabelecida e o Governo aceita isso na medida em que contrata essa energia emergencial. É uma energia que eu qualificaria de qualidade ruim do ponto de vista ambiental porque feita através de geração térmica com óleo diesel ou óleo combustível, mas é, sobretudo, energia de qualidade ruim pelo próprio porte das máquinas que geram essa energia.

Para se ter uma idéia, no Nordeste, a média de geração é algo em torno de 7 megawatts médios, que é uma coisa muito pequena. Há um paradoxo enorme nesse aspecto. Hoje estivemos discutindo aqui no início desta sessão os problemas do Norte, os problemas da conta CCC, da conta de compensação que é paga pela geração termelétrica a óleo diesel no Norte, sobretudo em Rondônia e em Manaus. E o custo disso para o País, o custo ambiental...Na usina de Porto Velho

se queima diariamente cerca de 1 milhão e meio de litros de óleo diesel com efeitos ambientais terríveis. Mas também há um preço muito alto que todos os consumidores do Brasil pagam: cerca de 3 bilhões e 600 milhões por ano são pagos nesta conta para subsidiar essa energia gerada por óleo diesel.

Então estamos querendo, com a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho e do gasoduto Quari-Manaus, sair desse sistema de geração de energia térmica a diesel ou óleo combustível. Neste momento, introduz-se no Nordeste, contratando-se com três anos de antecedência, uma energia de baixa qualidade – como eu disse – porque é gerada por pequenos produtores e é uma energia que não pode ser considerada de base. E pior ainda: ela é contratada por 15 anos. Imagine que se contrata uma energia emergencial por 15 anos!

Essa, então, é a preocupação maior que eu trago aqui, hoje, em relação ao Nordeste.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a, como Ministro que foi das Minas e Energia e conhecedor profundo dessa área de geração e distribuição de energia, coloca à Nação um problema que preocupa a todos nós. V. Ex^a fez, agora, referência a um leilão realizado recentemente, com um resultado pífio das empresas que atenderam ao chamamento do Governo. Pelo que eu sei – e gostaria que V. Ex^a pudesse confirmar –, dos lotes que foram colocados em leilão e que tiveram propostas, a maior geração concedida foi de termelétricas e não de hidroelétricas. Parece-me que foi na proporção de um para três. Isso, então, é preocupante. V. Ex^a está colocando aí este problema de que o Executivo brasileiro está colocando a Nação no risco de um futuro apagão que irá ocorrer – já está prenunciado a partir de 2007 ou 2008 – se não houver ações de de geração de energia. Temos que agir no sentido da geração hídrica e temos que fazer Belomonte. Volto novamente à mesma tecla: foi dito que a licitação seria aberta ano passado. Não foi. Não se ouve falar nisso. Gostaria de obter essa informação de V. Ex^a e saber quando o Governo vai realmente enfrentar essa situação, para que não coloque a Nação novamente sem poder crescer como deve com geração de emprego e renda para a sociedade.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senador Flexa, em primeiro lugar, sobre o que V. Ex^a colocou, eu não acho que teremos apagão em 2007, 2008. Temos é um problema no Nordeste que é muito

sério – e não me refiro apenas ao meu Estado, mas a todo o Nordeste.

O novo modelo de sistema elétrico brasileiro não pôde ser testado, por duas coisas. Primeiro, pelo fato de que as licenças ambientais não saíram. Temos um problema ambiental muito grande daqui para frente. Vivemos um paradoxo muito grande, porque não saem licenças ambientais a hidrelétricas. Normalmente a hidrelétrica depende do Ibama. Por quê? Porque o rio atravessa mais de um Estado. Essas licenças dificilmente são conseguidas, mas as licenças para termelétricas, que dependem só do Estado, são conseguidas rapidamente, em menos de um mês.

Então, toda aquela proteção que se pretende dar à fauna, digamos assim, ou a flora na questão ambiental em relação às hidrelétricas... Vamos acabar perdendo a fauna e a flora um dia pelo grande crescimento das termelétricas, porque em um mês se tira essa licença. Normalmente, são sítios de 10 mil m² em que se pode estabelecer uma termoeletrica e essa licença é concedida em nível estadual, sem o Ibama. Não há nenhuma preocupação com a questão ambiental, com a questão da camada de ozônio. Então, esse é um problema muito sério que, seguramente, será um fator de grande discussão em relação ou a Belomonte ou às usinas do rio Madeira.

Agora, concordo com V. Ex^a quando coloca que o que foi efetivamente colocado foi energia térmica em 3.286 megawatts médios. Foram 1.391 de energia térmica só de gás, fora mais 654 de energia de carvão. Então o grosso foi energia térmica. Pelos problemas ambientais que existem... Agora nós temos um problema maior nesse caso: não existe gás. Esse que é o grande problema que trago aqui para a questão do Nordeste e que me preocupa muito, volto a afirmar, porque já temos um problema no Nordeste reconhecido – porque se já se contratou emergência é porque o problema existe, o problema efetivamente existe. E nós não temos gás. Possivelmente as térmicas da Petrobrás irão trabalhar com bicomustível. Acredito que ela está certa de fazer a transformação de bicomustível. Agora, isso tem um custo adicional fantástico para o País, que será pago, ou pela Petrobrás, ou por todos os consumidores brasileiros.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Não sei se chamo V. Ex^a de Ministro ou Senador, mas as duas coisas. V. Ex^a toca num assunto que já presidiu como Ministro e agora volta ao assunto com a competência

que tem. Quero associar-me ao discurso de V. Ex^a trazendo algumas questões que poderiam ajudar. Já que temos uma interligação com linhas de transmissão que conduzem energia de Tucuruí ou energia lá embaixo da nossa grande usina, de Itaipu, se atentarmos para a facilidade de construir mais linhas, sugeriria o seguinte: na Floresta Amazônica, por exemplo, quando surgiu a Usina de Balbina eu era Senador aqui e me contrapus à usina dizendo que iria afogar 300 mil hectares da Floresta Amazônica e de madeira nobre que estava lá. Fiz um esforço no sentido de que se mudasse a idéia e, ao invés de uma usina de 200 megawatts, que não pode crescer mais, senão aumenta o lago, provei com simplicidade – V. Ex^a pode fazer essas contas – que, se eu usar só madeira de má qualidade... Por exemplo, na época, fiz a seguinte colocação:

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Perdoe-me, Sr. Presidente, preciso concluir porque o discurso do Senador é muito importante.

Temos madeira não nobre num volume muito grande, digamos assim. Peguei o perímetro molhado da Usina de Balbina e imaginei: se eu fizer uma estrada pelo futuro perímetro molhado, preservarei toda a floresta que seria inundada. Calculei 25 termoeletricas de 20 megawatts queimando a madeira de má qualidade que está na floresta. Perguntam como tirar a madeira. É muito simples. Aqueles helicópteros gigantes suportam 10 toneladas. Se eu marcar as árvores que não são nobres da floresta, tirá-las e colocá-las ao lado, o custo desse transporte será mínimo. Tiro a árvore grande, ponho ao lado e transformo essa madeira em energia. V. Ex^a acabou de falar em carvão, seguramente em carvão mineral. Estou-me referindo à madeira. Que energia isso tem? Uma árvore da Floresta Amazônica pesa quase 2 toneladas. O que se deve fazer, repito, é usar tecnologia avançada. Vamos usar o ultra-som para transformar madeira em pó em túneis adequados. Se eu transformo a madeira em pó, facilmente alimento a caldeira; não tenho de cortar, de fazer lenha em pó. Fica a sugestão. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Alberto Silva.

Sr. Presidente, peço um minuto para concluir.

É dessa criatividade trazida por V. Ex^a, Senador Alberto Silva, que o País precisa. Estamos com esse problema no Nordeste sem que sejam apresentadas, com transparência, as soluções que estão sendo estudadas para aquela Região. Esse é o grande problema, porque o Nordeste, de 2005 em relação a 2004, cresceu a sua carga em 6,9%. Foi o maior crescimento de carga no País. Para que se tenha uma idéia quem veio mais perto foi o Sul com 4,4%. Então, nós já te-

mos um problema de crescimento bom excessivo no Nordeste, e nós precisamos de soluções. Eu não sei quanto à questão do gasoduto que foi suspenso, do Gasene, a questão do GNL, o gás natural líquido. E eu trago hoje – vou continuar amanhã essa análise do que foi o resultado do leilão – uma nova idéia que acho é, dentro dessa criatividade, a que o Nordeste tem de desenvolver e que, por incrível que pareça, Senador Alberto Silva, são as usinas térmicas a carvão mineral importado. Pode parecer até uma inconseqüência ou uma imprevidência. Mas nós temos que buscar soluções. E essa é uma delas. Porque, hoje, a tendência mundial, com todo o problema do gás que existe, as firmas que fazem turbinas já estão muito mais solicitadas a fazer turbinas para carvão do que para gás. Então, nós temos que analisar também aquilo que ocorre no mundo.

De forma que, agradeço o aparte de V. Ex^a e continuarei esse tema, amanhã.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Rodolpho Tourinho?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Mas gostaria, se V. Ex^a me permitisse, de conceder um aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – É muito rápido, Sr. Presidente. Eu só queria cumprimentar o Senador Rodolpho Tourinho e dar o relevo especial ao seguinte fato: são muito poucos os especialistas que nós temos nesta Casa sobre matérias eminentemente técnicas, como a questão do gás. O Senador Rodolpho Tourinho, é ponto pacífico até pelo fato de ter sido Ministro de Estado, é um especialista – na empresa privada, ele seria um especialista, só que ele é um especialista no Senado. E aqui é onde se fazem as leis. A questão do gás é da maior importância para um País como o nosso, de dimensão continental. Estamos com um problema: o gás que abastece o Sul e o Sudeste vem, em grande monta, da Bolívia. Estamos com uma questão de ordem política por conta da eleição de um novo Presidente. A contrapartida é o gás existente na Região Nordeste. O meu Estado é grande produtor de gás, Alagoas é produtora de gás. Então, nada melhor do que um especialista e, se o especialista for do Nordeste, melhor ainda para tratar do assunto com visão nacional, com a visão de equalização de oportunidades dentro do País. De modo que acho oportuníssima a visão do Senador Rodolpho Tourinho, nesta manhã de quinta-feira de convocação extraordinária, tratando deste assunto porque está na pauta a matéria marco regulatório do gás, que vai ter que ser apreciado e vai ter que ser votado. Vamos votar. É importante que as opiniões venham a debate. Opiniões técnicas, com fundamento lógico, racional, com espírito público pre-

sente. E nada melhor do que a opinião do Senador Rodolpho Tourinho. Meus cumprimentos a V. Ex^a. E tem todo o estímulo do nosso Partido o debate que V. Ex^a, em muito boa hora, abre neste plenário.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Agradeço as palavras de V. Ex^a e amanhã estarei aqui de volta para tratar do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência vai anunciar a Ordem do Dia, uma vez que a pauta está trancada; é apenas para cumprir o que estabelece o Regimento Interno.

Antes, porém, concedo a palavra aos Parlamentares que se inscreveram para comunicações inadiáveis. Em primeiro lugar, está o Senador Flexa Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, que dispõe de até cinco minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, queria registrar alguns fatos relevantes realizados pelo Governo Lula desde 2003.

Primeiramente um dado de alcance nacional: dentre os anos de 2003 a 2005, o BNDES desembolsou R\$122 bilhões em financiamentos.

Parablenzo o Presidente, Dr. Guido Mantega, e toda a Diretoria do Banco. Foram R\$47 bilhões liberados no ano de 2005; foi o maior valor na história da instituição; 17,5% superior ao que foi desembolsado em 2004.

Isso é um produto, exatamente, de agilização da redução de custos dos empréstimos, de democratização do crédito que vem sendo implementado na gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Sr. Presidente, a Capital do Estado do Pará, Belém, está de parabéns porque, no dia 12 de janeiro deste ano, completou 390 anos. Como se pode ver, Belém é uma das cidades mais antigas deste País.

E penso que conseguimos um belo presente não apenas para a cidade de Belém, que é a Capital, mas na verdade para todo o Estado. Uma obra que, desde 2001, desde o governo anterior, tem lá um tapume. É um viaduto na entrada da cidade, que vai ajudar a resolver um problema sério do escoamento de trânsito. Enquanto a obra não termina, torna a vida de cada cidadão que tem que passar por ali um verdadeiro inferno, porque os engarrafamentos são imensos.

A Bancada Federal do Estado havia alocado recursos para essa obra, que só passou realmente a ser feita, com um grande esforço nosso, em 2004 e em 2005.

Senadora Serys, a obra é do Ministério dos Transportes, do Governo Federal, mas existe um convênio de cooperação técnica com a Prefeitura. O projeto foi contratado ainda quando estávamos na Prefeitura de Belém. E fiquei extremamente feliz de termos conseguido, a partir de 2004, retomar uma obra cuja realização pelo governo anterior, em 2001 e 2002, não tinha ultrapassado 5%, mas que atrapalha o trânsito desde essa época.

Sabemos que mesmo emendas de bancada dependem de uma grande pressão e de uma força política para serem liberadas, e eu quero aqui agradecer a consideração que teve o Presidente Lula inclusive de me avisar que estava atendendo a essa reivindicação – é uma emenda da Bancada, mas atendendo a um pedido nosso – de empenhar R\$10,2 milhões para concluir a obra de entroncamento. Estamos querendo muito inaugurar essa obra do Governo Federal em maio e acredito que o Presidente Lula vá fazê-lo.

A liberação dos recursos de emendas também foi importante para a nossa cidade de Belém, porque quase R\$500 mil dessas emendas foram transformados em reformas de praças, aliás, uma das coisas mais belas que há em Belém. A Praça Amazonas – na verdade ela tem outro nome, porque é aquele complexo próximo do que era antes o Presídio São José e que hoje é o São José Liberto – foi reformada com recursos de emenda. Nesse caso, foi emenda individual minha, não de Bancada. Assim como a Praça do Jaú, que o Prefeito inaugurou no ano passado. Houve também a reforma da Praça D. Alberto Ramos, na Marambaia, que já foi inaugurada este ano e também foi fruto de emenda.

Então, eu queria aqui dar exemplos de grandes realizações, como a questão do BNDES, do recorde histórico de liberação de crédito, mas também de como essas pequenas liberações de recursos são importantes para os Municípios.

Eu citei o exemplo de Belém, que é a Capital do Pará, mas porque a cidade está de parabéns pelo seu aniversário, pelos seus 390 anos. Espero agora que liberemos mais recursos, inclusive para a Prefeitura, para que possamos fazer quadras de esporte. Espero que possamos fazer mais benefícios ainda, inclusive cuidar melhor das nossas praças e principalmente concluir o viaduto do entroncamento, que será fundamental não só para Belém, mas para o Estado, porque a entrada de uma cidade com certeza dá o retrato do que ela é.

Parabéns, Presidente Lula! Parabéns à Bancada! E eu só tenho a agradecer pela liberação desses R\$10,2 milhões para as obras do entroncamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Estando presente o Presidente da Casa, vou conceder a palavra ao Líder Sibá Machado como último orador antes da Ordem do Dia, que será feita com o Presidente Renan Calheiros.

V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a.

Sr^{as} e Srs. Senadores, após a visita do Presidente Néstor Kirchner, ontem, a esta Casa, fiquei bastante pensativo sobre os rumos do Brasil, o comportamento brasileiro diante do perfil da economia globalizada, os diversos momentos de ajuste do sistema capitalista no mundo, momento de total liberalismo, depois intervencionismo, maior participação estatal na condução da economia, período da globalização, que surgiu na década de 90, e o nosso grande Brasil tem mostrado que é um País pulsante, capaz de superar as suas dificuldades e apontar para novos caminhos.

Quem não se lembra aqui que a década de 90 foi marcante pela quebradeira de diversos países, como é o caso do México, da Coreia do Sul, depois da própria Argentina, que é um país hoje em franca recuperação?

Quero aqui também parabenizar o período do Governo Sarney por ter compreendido a necessidade de se construir nesta parte do mundo também um bloco econômico tão importante.

Por que nasceram os blocos econômicos? No meu entendimento, Sr. Presidente, após a Segunda Guerra Mundial, tão logo concluídas as querelas da Guerra, os alemães, os franceses e os ingleses construíram a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço, que acabou se transformando no que se chama hoje de União Européia. No meu entender, foi a partir daí que despertou em todas as partes do mundo o interesse de se construírem novos blocos econômicos.

Quero dizer da minha admiração pela condução que o Governo Lula tem dado às relações internacionais e basicamente sobre o fortalecimento do Mercosul.

Ainda há pouco, eu olhava na Internet o resultado comercial do ano de 2005 entre a Argentina e o Brasil, que movimentou cerca de U\$16 bilhões, o que não é pouca coisa. Superou todas as metas desde o surgimento deste bloco econômico.

Sr. Presidente, neste final de semana, nós teremos a posse do Presidente da Bolívia, Evo Morales. Tenho certeza de que o momento é propício para que o Mercosul possa avançar e trazer o Chile, a Venezuela, a Bolívia, o Peru e todos os países da América do Sul para constituírem um único bloco e, no meu entendimento, terem toda a capacidade econômica e política

de se comportar em relação aos demais blocos econômicos, com a construção da Alca, as relações com a União Européia, com os chamados Tigres Asiáticos, com a Apec, e qualquer outro tipo de organização econômica, social e política mundial.

Teremos também a visita do Presidente Lula ao Estado do Acre. Estaremos lá para a inauguração da ponte binacional Brasil-Peru. Em tempo recorde, numa parceria entre o Governo do Estado e o Governo Federal, construiu-se a obra que seguramente é a mais bonita do nosso Estado. Estive lá há poucos dias, juntamente com a comitiva do Governador. Estávamos visitando toda aquela região do Estado e fomos à noite visitar a ponte, Sr. Presidente. Trata-se de uma obra muito bonita. O colorido das lâmpadas representa as cores da Bandeira do Brasil e o colorido das lâmpadas representa as cores da bandeira peruana.

Estamos selando, no meu entendimento, uma nova versão das relações internacionais, principalmente com aquela região do Continente, até então, no meu entendimento, esquecida, deixada em segundo plano. E quero arriscar dizer que – não sei quanto ao conjunto do Brasil –, certamente, pelo menos para aqueles Estados ali, como Acre, Rondônia e até mesmo Mato Grosso, estaremos dando um passo muito forte, talvez na construção do Merconorte, com a inclusão definitiva daqueles países em uma relação econômica mais ousada com o nosso País.

Quero agradecer ao Presidente Lula por acreditar no dinamismo e na capacidade de execução do Governo do Estado do Acre e, ao mesmo tempo, estender este agradecimento ao Governador Jorge Viana. Está aqui presente o nosso Senador Tião Viana, e, certamente, estaremos lá acompanhando essa tão brilhante festa que ocorrerá no próximo sábado.

Aproveito para externar aqui a alegria da população do nosso Estado. Fizemos uma visita aos Municípios do entorno daquela região – a qual chamamos de microrregião do Alto Acre, compreendendo os Municípios de Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil, com o Município Cobija, da Bolívia, e o Município peruano Iñapari, limítrofes com o Brasil, e entendo que essa população será seguramente outra, em crescimento econômico, em relações sociais, em relações culturais e em todos os tipos de relações que devem acontecer em um intercâmbio muito maior do que o comercial.

Assim sendo, Sr. Presidente, externo aqui este agradecimento e aproveito para convidar, abertamente, todos os colegas Senadoras e Senadores a comparecerem nesse tão brilhante momento da história econômica do nosso Estado.

Encerro dizendo, novamente, muito obrigado ao Presidente Lula e ao Governador Jorge Viana, por terem decidido incluir o nosso Estado do Acre na grande matriz do desenvolvimento nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos muito a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

Peço a atenção da Casa, das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, para dizer que a Magistratura brasileira registra, a partir de hoje, uma perda irreparável, pela aposentadoria compulsória do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Velloso, meu sincero e querido amigo de tantos anos, a qual nos priva, precocemente, do brilhantismo, da dedicação e da seriedade de um dos maiores magistrados do País.

A aposentadoria do Ministro Carlos Velloso é mais uma prova inquestionável de quão ultrapassada se encontra nossa legislação, ao proibir que funcionários e magistrados continuem exercendo suas funções após completarem 70 anos de idade. Ninguém duvida, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, em inúmeros casos, como o do nosso estimado Ministro Velloso, é por volta dessa idade que se chega ao auge da experiência e da capacidade intelectual. Esta é, portanto, uma ocasião mais que propícia para reiterarmos a necessidade de aprovação, o mais rápido possível, da proposta de emenda à Constituição que aumenta o limite da aposentadoria compulsória de servidores e magistrados para 75 anos de idade, proposta essa já aprovada em agosto passado pelo Senado Federal.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em sua longa trajetória no Judiciário brasileiro, o Ministro Carlos Velloso nos deixa uma lição preciosa, especialmente nos tempos atuais, assombrados pelos fantasmas da corrupção e da falta de ética. O Ministro Velloso nos deixa uma lição de dedicação e, sobretudo, de integridade. Foi a integridade que sempre pautou sua atuação na Justiça de Minas Gerais, no Conselho da Justiça Federal, no Tribunal Federal de Recursos, no Tribunal Superior de Justiça, no Tribunal Superior Eleitoral e no Supremo Tribunal Federal.

O bom senso e a lucidez que marcaram sua trajetória pública foram certamente determinantes para a implantação do voto eletrônico, iniciada durante o seu primeiro mandato como Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Conquista significativa no sistema eleitoral brasileiro, a informatização alcança 100% do

território nacional e é motivo de admiração e respeito mesmo entre os países mais desenvolvidos. A preocupação com a lisura de nosso processo eleitoral, cujos erros e vícios ficaram ainda mais expostos diante da atual crise política, levou o Ministro Carlos Velloso, no final do ano passado, a oferecer sugestões da maior importância ao Congresso Nacional.

Os quatro projetos do Tribunal Superior Eleitoral, que tive a honra de subscrever juntamente com vários Senadores de todos os partidos e que devem ser votados ainda nesta convocação extraordinária, são, sem dúvida, um avanço importante no sentido da moralização do processo eleitoral brasileiro, com penas mais severas para crimes eleitorais e controle mais rigoroso das contas de campanha pela Justiça eleitoral.

O Ministro Carlos Velloso não poderia, assim, fechar de maneira mais emblemática a sua participação na vida pública nacional, participação essa, na verdade, com que continuaremos contando, apesar da aposentadoria compulsória, que afasta formalmente o Ministro Carlos Mário Velloso da Magistratura. Como acadêmico e como jurista brilhante, atento aos rumos do País, o Ministro Carlos Velloso terá sempre, tenho certeza, uma contribuição significativa a dar ao Brasil.

Era, infelizmente, o que tinha a dizer nesta oportunidade.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, pela ordem, para não subverter a lista de inscritos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero associar-me a V. Ex^a, em nome do PFL, na ausência do seu Líder, pela feliz iniciativa de prestar essa justa homenagem. O Ministro Velloso, por todos os títulos, merece o reconhecimento do Congresso Nacional. E quero associar-me a V. Ex^a nesse clamor de urgência para que seja votada matéria tão importante, a qual teria evitado que se perdesse o concurso, na Magistratura brasileira, do Ministro Velloso, neste momento histórico em que vivemos. Portanto, é lamentável, mas se cumpriu a lei.

Penso que V. Ex^a desempenhará um papel muito importante ao convencer o seu conterrâneo e Presidente da Câmara a colocar em votação, o mais rapidamente possível, essa matéria. Tenho certeza de que isso evitará a perda, daqui para frente, de outros brilhantes homens públicos que estão prestando sua colaboração.

Faço isso, inclusive, com o respaldo do Senador Tião Viana, que me pede para fazer esse registro de solidariedade ao Ministro Velloso em nome dos demais companheiros, reforçando o que disse V. Ex^a como Presidente desta Casa, lembrando que sua fala repre-

senta o pensamento unânime dos que têm assento no Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Heráclito Fortes, agradeço muito sua intervenção. V. Ex^a, aliás, proporcionou-nos ontem, juntamente com o Senador Aloizio Mercadante, uma demonstração de amadurecimento da Casa, de civilidade e de cordialidade. Todos ficamos felizes com o que aconteceu. O processo legislativo é assim mesmo: em alguns momentos se exacerba, mas, graças ao bom senso e ao equilíbrio das pessoas, retoma seu andamento normal. Mais uma vez, parabênizo V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pedi a palavra para manifestar meu contentamento com a fala que V. Ex^a acaba de proferir sobre a aposentadoria do eminente Ministro Carlos Velloso. Tive oportunidade de conhecer o Ministro tão logo ele chegou para exercer funções no então TFR, atual STJ. Sempre admirei não somente seus conhecimentos no campo jurídico, mas também a sua conduta, o seu discernimento e, diria até, o seu espírito público. Nas diferentes funções que ele exerceu, como V. Ex^a bem salientou, ele deu uma demonstração muito eloqüente de alguém que via a magistratura não apenas como um serviço público, mas também como algo que podia concorrer para melhorar as instituições brasileiras. Daí muitas de suas iniciativas terem sido materializadas, como já referido na fala de V. Ex^a.

Quero, portanto, dizer que esta manifestação que V. Ex^a acaba de fazer expressa, não tenho dúvida, não somente o sentimento do Senado Federal, mas, diretamente, também o do Congresso Nacional e, porque não dizer, da sociedade brasileira em geral, que acompanhou a sua proba e correta conduta quer no TFR, quer, posteriormente, no Supremo Tribunal Federal, sem falarmos, como V. Ex^a teve a oportunidade de salientar, na sua presença como Presidente do TSE em duas oportunidades.

Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito, Senador Marco Maciel, a sua lúcida intervenção.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, quero me inscrever, para logo após a Ordem do Dia, pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a máxima satisfação de inscrever V. Ex^a a partir de agora.

Entendo que as circunstâncias não são feitas por nós, mas temos a obrigação de administrá-las. Da mesma forma, Presidente Marco Maciel, que administramos, e muito bem, tanto a Câmara quanto o Senado, a circunstância de ontem e também a circunstância do recesso, de aproveitarmos esse recesso, sobretudo, para mudá-lo, para acabarmos com o absurdo desse pagamento em dobro, é uma pena que tenhamos que administrar essa circunstância com o afastamento do Ministro Carlos Velloso da vida pública. Mas é, sobretudo, uma oportunidade para que possamos também demonstrar ao País, como eu disse, o quanto está ultrapassada, neste sentido, a nossa legislação.

Falei com o Presidente Aldo Rebelo algumas vezes, reiterarei a conversa, para que o Presidente Aldo priorizasse a votação dessa emenda constitucional. Pedi também ao Presidente Aldo que priorizasse a votação de uma emenda constitucional, que já votamos no Senado Federal, que trata do foro dos Senadores, do Presidente da República e do Vice-Presidente da República.

O que aconteceu com relação à tentativa de citação do Presidente do Congresso Nacional por um juiz de primeira instância, para que o Congresso cumprisse o que o Regimento e a Constituição mandavam que o Congresso fizesse, para que o Presidente concretizasse, é mais um exemplo que temos que recolher no sentido de que temos que, de uma vez por todas, definir o foro que foi votado na legislatura passada como consequência de um acordo suprapartidário.

Esse episódio, de tentativa de exposição do Congresso através de seu Presidente, de tentativa de citação do Presidente do Congresso Nacional, é mais um argumento, é uma circunstância que se cria que precisa ser administrada para que possamos pedir também, publicamente, para que essa emenda constitucional que trata da mudança do foro seja votada na Câmara, como foi votada aqui no Senado Federal.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não posso deixar fugir esta oportunidade de, mais uma vez, me congratular com V. Ex^a por ter se recusado a assinar aquela citação indevidamente mandada ao Senado por um juiz de primeiro grau. Citar o Chefe de um Poder para determinar o que ele deve fazer em relação a assuntos da Casa foi um desaforo, Sr. Presidente.

Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito obrigado mesmo, Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 35, DE 2006

Requer, Voto de Aplauso ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Mario da Silva Velloso, que se aposenta compulsivamente e deixa o STF e o TSE.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Mario da Silva Velloso, que se aposenta compulsivamente, ao completar, hoje, 70 anos de idade, deixando o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

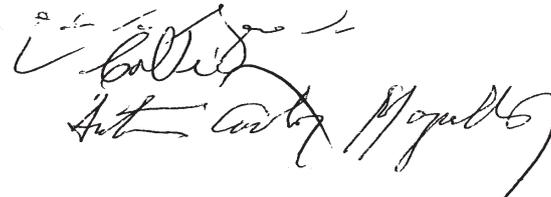
Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se para marcar a despedida de um magistrado cuja atuação contribuiu, ao longo dos anos, de forma definitiva para a sociedade, para o Direito e para a Justiça no Brasil.

Sua atuação, no mais estrito sentido de cumprimento do dever, serve de estímulo para todos aqueles que atuam no Direito.

Sala das Sessões, 19 de janeiro de 2006.


Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 36, DE 2006

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que

seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie, no estrito termo do prazo constitucional, junto ao Presidente da Caixa Econômica Federal – CEF as cópias integrais dos processos, bem como os respectivos contratos, de aquisição de carteiras de crédito consignado firmados pela Caixa Econômica Federal em 2005, em especial a realizada com o Banco Mercantil do Brasil – BMB.

Justificação

A aquisição de parte da cadeira de crédito consignado do BMG, pela Caixa Econômica Federal, levantou suspeitas de irregularidades na operação, devido a celeridade que o processo foi conduzido, apesar de todos os riscos e particularidades relativos a este tipo de negócio.

Em aproximadamente dois meses (final de setembro ao final de novembro de 2004), o BMG constituiu uma carteira de crédito consignado vinculada ao pagamento de aposentados e ofereceu parte dela para a Caixa Econômica Federal, alegando precisar de recursos em função de um possível “risco sistêmico” decorrente da intervenção realizada pelo Banco Central no Banco Rural.

Em menos de vinte dias a proposta foi aprovada pela CEF, sem uma análise que tivesse a profundidade necessária, dada a dimensão do negócio. Logo em seguida houve uma alteração no processo de pagamento determinado pelo Presidente da CEF, o senhor Jorge Matoso, determinando o pagamento à vista do ágio que seria pago em parcelas.

Todos estes fatos levaram à suspeição do negócio pelo Tribunal de Contas da União – TCU, manifestada em relatório preliminar.

Apesar de todas as evidências em contrário, a CEF, que era o único banco que operava o crédito consignado para aposentados do INSS e, portanto, era líder absoluta deste segmento do mercado, alega ter feito um bom negócio ao adquirir parcela da carteira do BMG.

Neste sentido, a apresentação dos processos contendo todos os procedimentos adotados pela CEF para a aquisição de parcelas de outras carteiras de crédito consignado é fundamental para se comparar com os procedimentos adotados em relação ao negócio com o BMG, possibilitando ao Congresso Nacional exercer sua função constitucional de fiscalização da Administração Pública.

Sala das Sessões, 19 de janeiro de 2006. – Senador **Alvaro Dias**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 37, DE 2006

Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda referentes aos valores da Cide repassados ao Estado do Tocantins no ano de 2005.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda informações referentes aos valores da Cide repassados ao Estado do Tocantins no ano de 2005.

Sala das Sessões, 19 de janeiro de 2006, – **Eduardo Siqueira Campos**.

(À mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 2006

Altera a Lei nº 9.504, de 1997, que “estabelece normas para eleições”, a fim de vedar contribuições de empresas contratadas por dispensa de licitação pelo poder público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 81 da Lei nº 9.504, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 81.

§ 3º Todas as empresas que forem contratadas pelo Poder Executivo municipal, estadual ou federal por dispensa de licitação, a partir de um ano antes da realização do primeiro turno de eleições, ficam proibidas de realizar

qualquer doação para campanhas eleitorais em todo o território nacional para candidato a qualquer cargo eletivo nas eleições subseqüentes (NR).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Assistimos atualmente o Governo Federal, devido a sua incompetência gerencial, anunciar uma megalômana operação de pseudo-recuperação de rodovias em nosso país, chamada de “Operação Tapa Buracos”. Repetindo manobra já feita no Governo Collor, tal operação busca fundamentar a contratação das empreiteiras na modalidade dispensa de licitação, a partir do falso argumento de situação emergencial. Ora, a situação das estradas brasileiras apresenta-se caótica há muitos anos e este governo já gastou 75% do seu mandato e não fez absolutamente nada em relação a tal situação.

Assim, em se tratando de ano eleitoral, e considerando-se as denúncias já confirmadas de como o Partido dos Trabalhadores obteve recursos de empresas a partir de um enorme esquema de Caixa 2, torna-se extremamente suspeita a dispensa de licitação que com certeza acabará por favorecer empresas ligadas aos interesses partidários do governo que estiver ocupando temporariamente o Poder Executivo.

A presente proposta legislativa tem por objetivo básico impedir que casuísmos gerenciais de última hora permitam que as dispensas de licitação transformem-se em expediente de abastecimento do caixa de determinados partidos durante o processo eleitoral, considerando-se a possibilidade de conluio entre o poder público e empresas privadas.

Portanto, a proposta em comento constituir-se-á em essencial avanço na legislação federal de controle do Poder Executivo e, portanto, ampliação da nossa democracia.

Sala das Sessões, 19 de janeiro de 2006. – Senador **Antero Paes de Barros**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Disposições Transitórias

Art. 81. As doações e contribuições de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais poderão ser feitas a partir do registro dos comitês financeiros dos partidos ou coligações.

§ 1º As doações e contribuições de que trata este artigo ficam limitadas a dois por cento do faturamento bruto do ano anterior à eleição.

§ 2º A doação de quantia acima do limite fixado neste artigo sujeita a pessoa jurídica ao pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia em excesso.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, a pessoa jurídica que ultrapassar o limite fixado no § 1º estará sujeita à proibição de participar de licitações públicas e de celebrar contratos com o Poder Público pelo período de cinco anos, por determinação da Justiça Eleitoral, em processo no qual seja assegurada ampla defesa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa).

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Tendo em vista a leitura de duas medidas provisórias ontem e de não ter havido acordo, que não haveria, evidentemente, porque já há o acordo de que, toda vez que a pauta for travada por medida provisória ou por projeto de lei com urgência constitucional, daremos dois dias para buscarmos uma negociação que viabilize a votação não apenas das medidas provisórias ou dos projetos de lei com urgência constitucional, mas, sobretudo, da pauta a partir de sua abertura quando estiver sobrestada.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 266, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 266, de 2005, que abre crédito extraordinário ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades, no valor

global de seiscentos e setenta e três milhões, seiscentos e vinte e um mil, trezentos e doze reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 9-3-2006

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 267, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos

do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 267, de 2005), *que altera dispositivos da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação; autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União, no exterior, decorrentes de sub-rogações de garantias de seguro de crédito à exportação honradas com recursos do Fundo de Garantia à Exportação – FGE e de financiamentos não pagos contratados com recursos do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX e do extinto Fundo de Financiamento à Exportação – FINEX; revoga a Lei nº 10.659, de 22 de abril de 2003; e dá outras providências.*

Relator revisor:

Prazo final: 26-1-2006

3

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, *que altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.*

Parecer sob nº 1.769, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, *que acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial.*

Parecer sob nº 1.860, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2004

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, *que dá nova redação ao art. 40 e revoga o art. 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alterar a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus.*

Parecer sob nº 7, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2000

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14, de 2001)

(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, ten-

do como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, *que altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária).*

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14 de 2001, que tramitam em conjunto.

Dependendo de Parecer sobre a Emenda nº 1, de Plenário, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2000

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000, e 14, de 2001)

(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, *que altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas.*

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000)

(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, *que altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências.*

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 2005

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, *que altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias.*

Parecer sob nº 2.251, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 280 de 2004, de autoria do Senador Leonel Pavan, *que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de motocicletas para utilização no transporte autônomo de passageiros.*

Parecer favorável, sob nº 2.055, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Eduardo Azeredo. Em seguida, terá a palavra V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação ao requerimento do nobre Líder Arthur Virgílio, de aplauso ao Ministro Carlos Velloso, como representante de Minas Gerais, não posso deixar de manifestar aqui o meu aplauso à atuação do Ministro Carlos Velloso, um dos homens mais cultos, um dos homens mais sensatos que já tivemos no Judiciário brasileiro.

É lamentável, realmente, que o projeto que aprovamos aqui no Senado não tenha sido aprovado na Câmara em tempo. Seria muito importante que ele pudesse, por estar no vigor da sua saúde física e mental, continuar prestando serviços ao Brasil. Está realmente muito bem aos setenta anos de idade.

Quero, então, aqui, trazer a minha palavra de aplauso e de agradecimento ao Ministro Carlos Mário Velloso pelos trabalhos que prestou ao Brasil até esta data.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para alertar a imprensa e a Nação. V. Ex^a acabou de anunciar que a pauta está trancada tendo em vista...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não teremos votação nem hoje nem terça-feira. Só reabriremos a pauta, em função do acordo, na quarta-feira.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ... tendo em vista medidas provisórias. É para a Nação entender que quem emperra o funcionamento do Congresso Nacional é o Executivo, mandando para cá, muitas vezes e na maioria delas, medidas provisórias desnecessárias, deixando o Congresso, convocado, sem votar, sem discutir. Quero que isso fique bem registrado, para que, amanhã, não se jogue a culpa única e exclusivamente no Legislativo, que, de repente, transforma-se no “patinho feio” dessa história toda.

É preciso que cada um assuma a sua responsabilidade. Ontem, tivemos aqui um comparecimento recorde, mas não tivemos nada para votar. Tivemos, ontem, uma sessão em homenagem a um ilustre visitante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votamos 11 matérias.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exatamente. E hoje estamos, novamente, com a pauta trancada. Ontem, avançamos no desespero, no sentido de que, a partir daí, tivéssemos um fluxo normal e pudéssemos avançar na pauta que aí se encontra. Mas, novamente, medidas provisórias são colocadas e novamente estamos com a pauta trancada.

Era apenas para dizer isso. E durante o ano inteiro, toda vez que a pauta for trancada, vou alertar a imprensa e a Nação, para que, no final do ano, não recaia apenas no Congresso a responsabilidade por isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tam-

bém quero prestar solidariedade à decisão de V. Ex^a. Sou das pessoas que muito têm admirado o trabalho, a condução, a justiça, a firmeza de V. Ex^a em todos os problemas, os mais difíceis, que já foram enfrentados até este momento.

Sobre a aposentadoria do Ministro Velloso, eu pediria a V. Ex^a, primeiro, para fazer minhas as palavras dos demais colegas. Peço também para considerar, no requerimento apresentado pelo Senador Arthur Virgílio, as nossas assinaturas, para que fique compreendido que é um requerimento de interesse de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos muito a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Primeiro, quero me inscrever, após a Ordem do Dia, pela Liderança do P-Sol.

Mas, neste momento, também quero, na informalidade do pedido da palavra pela ordem, tratar um pouco do Ministro Velloso. Claro que existem decisões que são tomadas por ele e pelo aparato da Justiça de uma forma geral que combatemos e condenamos com veemência, até por que a interpretação da Justiça nem sempre pode ser feita de uma forma absolutamente precisa, pois existem nuances as mais diversas. Eu já tive a oportunidade de, várias vezes, dizer como é que interpreto a Justiça, pois penso que a interpretação da legislação deveria ser flexível para o fraco, firme para o forte e implacável para o contumaz. Não tenho dúvida disso. Mas eu não poderia mesmo, Senador José Agripino, deixar de fazer uma referência ao Ministro Velloso, num momento em que seria até oportuno para quem quisesse ser promíscuo nas relações políticas em relação ao processo de legalização do P-SOL.

Deus do Céu, nem consigo acreditar que chegamos aonde chegamos na legalização do P-SOL! Além de enfrentar, em todos os Estados, o balcão de negócios sujos do Governo Lula, a forma implacável da cúpula palaciana do PT de querer nos liquidar, nos destruir e, mesmo sabendo que, em muitos tribunais regionais, não tínhamos relação política alguma, conseguimos a isenção que era necessária, e o Ministro Velloso, na oportunidade, presidia o TSE.

Não poderia deixar de publicamente fazer este registro, porque sei, para muitas pessoas que ocupam postos importantes do poder, o quanto é cômodo e sedutor servir ao lado mais forte para aniquilar o mais fraco. Naquele momento, quando seria oportuno – estávamos às vésperas do prazo final –, poder-se-ia criar um penduricalho legal, um obstáculo, qualquer outra coisa poderia ter sido utilizada. E o Ministro Velloso, com a independência, com a serenidade, com a cau-

tela necessária, não criou obstáculo algum para que conseguíssemos a legalização do P-SOL.

Portanto, eu não poderia deixar de fazer este registro.

É só, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino. Em seguida, darei a palavra ao Senador Wellington Salgado e ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, associo-me ao Senador Arthur Virgílio no voto de aplauso que apresentou à Mesa, que eu gostaria de subscrever. Vou subir à Mesa para subscrevê-lo, pelo respeito que tenho ao Ministro Velloso.

Quero lamentar, Sr. Presidente, que não tenhamos tido a oportunidade de aprovar o projeto de lei que ainda tramita e que estende para 75 anos a idade máxima para aposentadoria de servidores públicos. Uma das referências que me levarão a votar a favor é o comportamento de homens como o Ministro Velloso, que, aos 70 anos, está sendo, por força de lei, obrigado a deixar o Supremo Tribunal Federal – neste momento, ocupa a Presidência do TSE –, com toda a sua bagagem de conhecimento jurídico, mas acima de tudo com toda a sua competência pessoal e com o seu caráter, com a qualidade do seu padrão ético e moral.

Todos assistimos a decisões das cortes de justiça, e a Corte Suprema é a mais observada por nós, Parlamentares. Digo a V. Ex^a, com toda a franqueza, que muitas vezes, intimamente, eu discordo do julgamento de Ministro A, B ou C e faço até algumas ilações com eventuais comprometimentos políticos de decisão A, B ou C. Eu nunca, apesar de divergir raramente de votos do Ministro Velloso, coloquei em dúvida a isenção de S. Ex^a, a absoluta isenção, pelo comportamento uniforme e pela coerência de suas atitudes ao longo de toda a vida.

Tive a oportunidade de ter alguns encontros pessoais com o Ministro Velloso e guardo dele a melhor impressão sobre a sua competência jurídica e sobre o seu caráter, a sua qualidade pessoal. Lamento muito que não tenhamos aprovado a Lei dos 75 anos, que teria evitado esta manifestação que faço agora, de aplauso, mas de lamentação, pelo fato de a Corte Suprema do País estar perdendo o talento e a moral de um homem como Carlos Mário Velloso, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, queria também participar deste momento de homenagem ao Ministro Velloso, mas queria fazer uma observação: Minas sempre representou o equilíbrio no Brasil entre a grande força que é São Paulo e o restante do País. O Ministro Maurício Corrêa aposentou-se, e não foi colocado um mineiro em seu lugar. Agora o Ministro Velloso também vai embora do Supremo. Eu queria pedir o apoio dos Senadores de Minas, do Senador Azeredo, que está ao meu lado, do Senador Aelton e também do Ministro Márcio Thomaz Bastos, do Presidente Lula, para que nomeie para a vaga do Ministro Velloso um mineiro, para continuar esse equilíbrio na Nação, o que é muito importante.

Um exemplo claro desse jeito mineiro de ser é agora a posição, nessa confusão que está ocorrendo com os paulistas, do Governador Aécio Neves, que vai calmamente conduzindo a situação.

É muito importante que o Ministro Márcio Thomaz Bastos, um grande conselheiro do Presidente, tenha uma atenção especial para que seja nomeado para a vaga deixada pelo Ministro Carlos Velloso um mineiro ou uma mineira, porque nós temos condições. Temos um grupo muito bom, Senador Eduardo Azeredo, que pode representar Minas e para não deixar que, mais uma vez, nosso Estado perca espaço, como ocorreu com a vaga do Ministro Maurício Corrêa, para a qual não foi nomeado outro mineiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não poderia deixar de juntar a minha voz ao aplauso do Senado Federal à figura exemplar do Ministro Carlos Velloso. Conheci, de longa data, o Ministro Carlos Velloso, sempre com atuação imparcial, sobretudo com tratamento adequado, mesmo para negar aos políticos brasileiros. Não se fechava jamais como alguns se fecham ao diálogo para saber a razão das causas.

Daí por que, Sr. Presidente, desde que aqui cheguei, lutei para que a idade compulsória passasse para 75 anos – e não 70 –, para que o próprio Tribunal não perdesse figuras como Moreira Alves, Carlos Velloso, Sydney Sanches, Néri da Silveira e tantos outros.

Quero dizer da minha preocupação com o Presidente da República quanto à indicação dos nomes, porque o nome para substituir o Sr. Carlos Velloso deve

estar à altura da sua figura notável de jurista e hoje – posso dizer – de verdadeiro homem público.

Portanto, sinto-me muito feliz que o Senado demonstre, nesta hora, que, se fosse por nossa vontade, o Ministro Velloso continuaria no Supremo Tribunal e no Tribunal Superior Eleitoral, onde teve atuação marcante e imparcial, conforme os depoimentos que aqui surgiram em relação à sua figura.

O Ministro Velloso é, portanto, digno desta homenagem do Senado, e o Senado só se faz engrandecer, crescendo ainda mais aos olhos da opinião pública, à medida que consagra, por meio deste voto de aplauso, a figura de um Ministro que soube honrar a sua toga, soube merecer de todos os brasileiros justos o elogio indispensável a quem cumpre com os seus deveres.

Agradeço a V. Ex^a e transmito, por intermédio desta moção ao Ministro Velloso, meu voto de aplauso à sua figura e minhas congratulações como homem público.

Falo até em causa própria: mesmo as pessoas que passam dos 70 têm ainda que continuar quando servem à vida pública brasileira, como é o caso de Carlos Velloso.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Parabéns a V. Ex^a, sobretudo por apresentar uma oportuna discussão com relação ao critério, ao processo de indicação do novo Ministro do Supremo Tribunal Federal.

É claro que, de acordo com as regras – V. Ex^a já o disse muito bem –, cabe ao Presidente da República fazê-lo.

Mas igualmente cabe a esta Casa, a começar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fazer, na sabatina, a exigência das qualidades do novo indicado. Penso que o Senado não pode, não deve, não vai negligenciar com relação a isso.

Parabéns a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Gerson Camata.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem também.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me associar às justas homenagens que estão sendo feitas ao ilustre Ministro Carlos Velloso. Fico feliz ouvindo os companheiros falando sobre a vida, a honradez, a conduta imparcial desse homem, um exemplo para o Judiciário brasileiro neste momento.

Fico mais feliz porque, há quase dez anos, o Ministro Velloso foi a uma solenidade no Espírito Santo. No momento, não me recordo qual, mas naquela ocasião também compareceu o Presidente da Assembléia Legislativa de então, o Deputado José Carlos Gratz. Dois anos depois disso, surgiram ligações do Presidente da Assembléia com o crime organizado naquele Estado. A revista IstoÉ, naquela época, tirara uma fotografia do Presidente da Assembléia conversando com o Ministro Velloso e, posteriormente, fez uma reportagem insinuando que o Ministro tivesse ligações com o crime organizado no Espírito Santo. Eu fiz aqui um discurso de reparo à honra do Ministro. Fiz aqui um discurso de desagravo à honra do Ministro.

Pois bem, hoje eu vejo que esse desagravo é coletivo e que S. Ex^a recebe as homenagens do Brasil inteiro. Na época, Sr. Presidente, o Ministro, com uma serenidade incrível, com a tranqüilidade do homem com a consciência tranqüila, cumpridor do seu dever, cheio de honra, não correu para processar e venceu aquele período tão difícil de se ver acusado, injustamente, pois era normal um Presidente do Supremo Tribunal Federal, numa solenidade qualquer, aparecer numa fotografia ao lado do Presidente de uma Assembléia Legislativa, que, dois anos depois, se desviou.

Desse modo, ao ouvir todos aqui nessa homenagem que prestam ao Ministro Velloso, fico muito feliz porque aquele desagravo, feito há oito anos, se configura agora num desagravo do Senado inteiro.

As nossas homenagens a quem, com honra, cumpriu com o seu dever.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito bem, Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão e, em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, havia, na década de 70, um ilustre paraibano, Alcides Carneiro, Ministro do Superior Tribunal Militar. S. Ex^a era dotado de grande inteligência e grande cultura jurídica. Em dado momento, ele começa a aparecer muito triste em casa. O neto, então, lhe perguntou: “Meu avô, por que o Senhor está tão triste assim?” Ao que ele respondeu: “Porque vou ter que me aposentar do Superior Tribunal Militar.” Na ingenuidade de criança, o neto pergunta: “Mas por que, então, o senhor vai se aposentar?” “Porque há uma lei que não gosta de velhos”, respondeu o avô.

É o que está ocorrendo com o Ministro Carlos Mário Velloso. Lastimavelmente, não fomos céleres o bastante para mudar a lei que impõe a aposentadoria aos 70 anos. Tentamos. Devo dizer que, quanto a mim, fiz tudo que era possível, quando Presidente da

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na votação da reforma do Judiciário. Apresentei uma emenda e, no instante da votação, o Líder do Governo nos convenceu, não a mim, mas à maioria, de que deveríamos aguardar a emenda do Senador Pedro Simon, porque abrangia todos os servidores públicos. Com a minha emenda, ressalvava-se, desde logo, a situação dos Ministros dos Tribunais Superiores. A não votação daquela emenda resultou nisto: vamos perder um dos melhores valores do Poder Judiciário brasileiro.

Foi bom, Sr. Presidente, que V. Ex^a, do alto da sua magistratura, iniciasse esta homenagem ao Ministro Carlos Velloso. O Ministro Velloso desejava prosseguir nas suas funções relevantes de Ministro do Supremo Tribunal Federal. É profundamente lamentável que venhamos a perdê-lo agora pelo caminho da aposentadoria compulsória a que ele está submetido.

Deveríamos ter votado aquela emenda constitucional. Com isso, impediríamos a saída dele e de outros representantes da magistratura brasileira precocemente.

Sr. Presidente, fica aqui a minha homenagem a esse juiz de grande envergadura, grande competência e grande espírito público. Lamento sua saída precoce do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero juntar-me a esta homenagem ao Ministro Carlos Vello-

so, Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, que vem dando uma contribuição muito significativa.

Cumprimento o Ministro Carlos Velloso pelas medidas que propõe como forma de caracterizar mais bem o controle dos usos de recursos para as campanhas eleitorais por meio da administração desses recursos pelos partidos políticos, inclusive levando em conta o espírito do que foi votado pelo Senado Federal de se obrigar os partidos políticos, os candidatos a registrarem todas as contribuições, as respectivas fontes e despesas, para se evitar aquilo que tem sido denominado caixa dois – recursos não contabilizados para as campanhas políticas. Considero as sugestões do Ministro Carlos Velloso muito adequadas.

Externo também o meu apoio a que venhamos a modificar, o mais rapidamente possível, a obrigatoriedade da aposentadoria aos 70 anos. O Ministro Carlos Velloso é um exemplo de como uma pessoa nessa idade tem extrema lucidez, experiência, conhecimento jurídico. A prova disso está nas entrevistas que dá, como essa de hoje ao Correio Braziliense. Requeiro, Sr. Presidente, que seja transcrita nesta sessão a entrevista do Presidente Carlos Velloso ao **Correio Braziliense**.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno)

ENTREVISTA // CARLOS VELLOSO

No comando do TSE, ministro criou sistema de urnas eletrônicas, tecnologia hoje

FERNANDA ODILLA
DA EQUIPE DO CORREIO

As caixas com livros e decisões judiciais já estavam cheias desde o início da semana, nos corredores do gabinete do 4º andar do prédio da mais alta instância do Judiciário. As fotos da família, contudo, continuavam espalhadas pelas prateleiras um dia antes do ministro Carlos Mário da Silva Velloso, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), colocar fim em uma carreira de 40 anos de sentenças e decisões judiciais. Para ocupar sua vaga, ele acredita ser mais prudente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicar um jurista por natureza, com "ciência e consciência".

Apesar da aposentadoria compulsória, Velloso avisa que não vai parar de trabalhar. Ele lamenta apenas não

poder aprovar as propostas de combate à prática do caixa 2 e novas regras para a propaganda eleitoral, que deixa por escrito para apreciação dos colegas de corte. Providências tomadas depois da crise que se instalou no país, no ano passado. "Quem poderia imaginar que um partido ideológico pudesse se envolver em questões de crimes eleitorais? A crise teve seu lado bom", avalia, esperando para 2006 uma eleição mais limpa e pobre. "A maquiagem vai diminuir porque vai faltar dinheiro."

Modesto, Velloso não exalta que foi em sua gestão que o Brasil informatizou o voto com as urnas eletrônicas e hoje exporta a tecnologia. Ele cita apenas sua atuação no processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, que o indicou para o STF.

| | | | | | |
|----------------------------|------|------------|-----------|----------|---------|
| JORNAL | DIA: | MES/ANO: | EDITORIA: | CADERNO: | PAGINA: |
| CORREIO BRAZILIENSE | 19 | janeiro/06 | Política | 1º | CCA |

Aposentado, mas perto do direito

O senhor recebe de presente de aniversário a aposentadoria compulsória, neste momento de crise...

É um presente inesperado que nos pega no contrapé, no meio do caminho. Estávamos todos trabalhando para as eleições de 2006. Mas, nesses últimos meses, já antevendo o presente inesperado, muito fizemos. Trabalhamos muito para mandar para o Congresso projeto de reforma política-eleitoral. E também deixar praticamente prontas, no tribunal, as instruções que eu penso que podem tornar mais limpa a disputa eleitoral. E mais barata.

Essa reforma é o que o senhor mais se orgulha de ter feito à frente do TSE?

Tenho uma atuação do STF e no TSE. Foram milhares os votos que proferi, milhares os julgamentos que participei. Tivemos julgamentos especiais, como o que o Supremo arbitrou o impeachment do presidente Collor. Por ironia do destino acabei relator de todos os mandados de segurança de quem tinha me nomeado. Não foi fácil.

Foi em sua gestão que o Brasil passou a usar as urnas eletrônicas. Foi difícil implantar o voto eletrônico?

Foi. Ninguém acreditava que daria certo. Achavam que aquilo ali era um sonho, eu aceitei as críticas. Transformei o sonho em realidade. Foi uma cruzada até as eleições de 1996 com as urnas eletrônicas. De 15 a 20 dias de apuração manual conseguimos chegar a duas horas para o resultado final, no referendo — consulta realizada no final do ano passado sobre o comércio de armas de fogo no Brasil. No último domingo, tivemos eleições na República Dominicana com nossas urnas. Fazemos convênios com a intervenção da Organização dos Estados Americanos (OEA) para em prestar. A OEA paga o frete, o seguro e a passagem dos nossos servidores. Não há ônus. A Justiça Eleitoral entra com sua ciência.

Há alguma coisa que deixou de fazer e da qual se arrepende?

Consultando minha consciência não vejo nada que pudesse tisonar meu comportamento. Eu olho para o passado e não vejo motivos para deixar de me orgulhar daquilo que fiz. Há muito mais coisas que eu queria fazer. Eu gostaria de deixar prontas e aprovadas todas as instruções de combate ao caixa 2 para o tribunal. Eu as deixei minutadas. Acredito que o STF as aprovará. Mas é algo que eu próprio queria fazer.

Por que só agora decidiu-se fechar o cerco ao caixa 2? Tem a ver com a crise?

A crise tem seu lado bom. Quem poderia imaginar que um partido ideológico pudesse se envolver em questões desse tipo. Eu jamais poderia imaginar. A crise despertou a sociedade, a mídia e as autoridades. Despertou a Justiça Eleitoral para um problema e tomamos providências. Propostas de agravamento de penas e tipificação de condutas foram remetidas ao Congresso e já são projetos de lei no Senado.

Espera que sejam votadas ainda este ano?

Podem votar para as eleições de 2006, porque não interferem no processo eleitoral. O que tem que ser votado com um ano de antecedência são as normas que interferem.

O senhor teme que esse projeto de lei receba emendas que o descaracterizem?

Sempre digo que confio naquele núcleo duro, de parlamentares honestos e dignos que há no Congresso. Um desses parlamentares me disse que está propondo a votação das nossas propostas para agora. Emendas podem descaracterizar as propostas. Isso é perigoso, sem dúvida. Eu confio nos parlamentares honestos.

Penas mais severas não significam garantia de punição. A Justiça é mais lenta do que se gostaria...

A lentidão da Justiça colabora para a impunidade. Com nossas propostas, a prescrição que poderia advir dessa lentidão está afastada. Costumo dizer que a causa maior é o exagerado formalismo das nossas leis processuais. De outro lado, o sistema irracional de recursos. Nós teríamos que pensar também numa reforma processual para dar agilidade. Tardará talvez a sentença, a decisão final, mas a Justiça não faltará.

O senhor disse não ser possível acabar com o caixa 2 porque o "espírito estelionatário" está presente em muita gente. O senhor imagina qual será a nova forma de burlar a lei eleitoral?

O espírito do estelionatário é muito criativo. Sempre que você fecha de um lado, ele tenta encontrar uma saída desonesta. Não sei te dizer qual seria a nova modalidade, mas que ela pode aparecer, pode. É difícil fechar para não acontecer nunca mais. Podemos tomar providências para reduzir a possibilidade da prática do delito.

Quais são seus planos? Vai advogar ou fazer política?

A essa altura da vida não seria adequado ingressar na política. Eu não fiz política durante 40 anos. Não devo trocar de pouso. Vou continuar fazendo aquilo que sempre fiz que é lidar com direito. Meus projetos estão no magistério superior e na advocacia de pareceres, de consultoria.

Como o senhor vê políticos juristas sendo indicados ministros? Esse sistema de indicação poderia mudar?

Não acho que essa forma de nomeação seja ruim. Fiz uma pesquisa a respeito

| | | | | | |
|----------------------------|------|------------|-----------|----------|---------|
| JORNAL | DIA: | MES/ANO: | EDITORIA: | CADERNO: | PAGINA: |
| CORREIO BRAZILIENSE | 19 | janeiro/06 | Política | 1º | 0217 |

dos nomes dos ministros desde o primeiro nomeado na República. Cheguei à conclusão de que há nomes de maior ou menor peso, mas todos de saber jurídico. Nomes de políticos indicados vieram a se tornar grandes ministros. Não tenho esse preconceito contra o jurista parlamentar ou o jurista político. Seria contra um parlamentar que não fosse jurista.

É natural que um ministro vote contra quem o indicou na tentativa de reforçar idéia de autonomia?

Ele não deve votar contra o presidente que o nomeou simplesmente para mostrar independência. Quem faz isso não é juiz. Não deve votar favoravelmente simplesmente por gratidão. Quem faz isso não é juiz. Tem que votar rigorosamente de acordo com sua ciência, com o que sabe, com o que estudou. E de acordo com sua consciência. O maior do juiz é o tribunal de sua consciência, o único que não engana. No caso do Collor, meditei e cheguei à conclusão de que não deveria me afastar, mesmo porque dois juízes já haviam se afastado.

É mais prudente escolher um jurista?

Penso que sim. A gente nota essa tendência no sentido de um nome de um jurista. O presidente da República deverá caminhar no sentido dessa tendência.

Qual o perfil ideal para seu sucessor?

Deve ser um jurista que tenha grande saber, porque num julgamento as questões variam. Sai de uma questão tributária por uma eminentemente constitucional ou penal. Direito civil. É com disposição para o trabalho. Para mudar a forma de indicação, eu tenho uma proposta: as faculdades de Direito, os tribunais superiores, os tribunais de justiça federais e estaduais por regiões do Brasil, o Conselho Federal da OAB e o Ministério Público Federal e também os dos estados escolhem, cada um, dois nomes, desde que tenha mais de 20 anos de exercício da profissão. Esses nomes seriam submetidos ao STF, que reduziria a lista a seis opções para o presidente da República escolher um e mandar ao Senado. Assim, você teria a participação dos três poderes. Escolha democrática.

O Judiciário é criticado por interferir nos outros poderes. Esta semana um juiz suspendeu o pagamento dos parlamentares ausentes na convocação extraordinária. Não há exagero nisso?

A Constituição de 1988 é democrática. Ela facilita o acesso à Justiça. O juiz só concedeu a liminar porque se tratava de uma ação popular, um ins-

trumento de prática de democracia direta. É cidadão fiscalizando os negócios públicos. Isso é do jogo jurídico. Não é exagero.

E no caso do José Dirceu, quando o STF interferiu no trâmite de um processo interno do Congresso?

Se alguém vem e diz que seu direito está sendo violado, ameaçado, a Justiça tem que tomar providência. Lá deve estar o juiz para curar a lesão.

A verticalização é mais uma interferência do Judiciário?

Não. A verticalização existe na lei. O TSE simplesmente indicou que as ligações sejam feitas uniformemente, sem que o partido se coligue no âmbito federal de uma forma e no âmbito estadual de outra. O Tribunal emitiu uma decisão nesse sentido e implantou a partir de 2002. É uma medida boa, moralizadora, que impede conchavos paroquiais.

A verticalização pode cair a qualquer momento. Não há uma forma de essa medida ser definitiva?

Pode cair. Mas eu não posso admitir que o tribunal que disse que a verticalização está na lei e que mandou aplicá-la na eleição de 2002, venha a voltar atrás.

PERFIL CARLOS VELLOSO

Vida dedicada aos tribunais

LUÍZ CASTRO SILVA
DO ESTADO DE MINAS

Mineiro, de Entre Rios de Minas, Carlos Mário da Silva Velloso, que faz hoje 70 anos, se aposentou, pela compulsória, como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), nomeado por decreto de 28 de maio de 1990 do presidente da República, depois de sabatinado pelo Senado, para a vaga aberta com o pedido de exoneração do ministro Francis-

co Rezek. Foi presidente do STF no biênio 1999-2001. Com a aposentadoria, também deixa a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que exerce pela segunda vez, tendo se destacado pela modernização e moralização do processo eleitoral.

No Supremo, proferiu votos que modificaram a jurisprudência do tribunal nas esferas do direito constitucional, direito tributário e administrativo. No direito eleitoral, Velloso demonstrou, principalmente nos dois

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Voltamos à lista de oradores inscritos.

Encerrada a Ordem do Dia obviamente e, de acordo com os critérios, nós vamos alternar os Parlamentares que falarão como Líder com aqueles que estão inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, que era o primeiro orador inscrito e abriu mão da inscrição para exatamente presidir a sessão. Tem a palavra S. Ex^a

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Renan Calheiros.

Sr. Presidente, antes de entrar no tema que me traz à tribuna, quero dizer também que, no dia em que votamos aqui a Proposta de Emenda à Constituição que alterava especificamente a aposentadoria compulsória, que está retirando hoje do Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo das competências dos demais integrantes daquela Corte, o Ministro Carlos Mário Velloso, pude homenageá-lo naquela data. Sendo hoje também seu aniversário e dia em que deixa o Supremo Tribunal Federal, que leve deste Parlamento, não só, as minhas palavras, mas principalmente a homenagem do Presidente Renan Calheiros e todos os demais que o homenagearam com palavras que expressam o sentimento desta Casa.

Sr. Presidente, considero extremamente importante registrar para o povo do Estado do Tocantins, para esta Casa, para aqueles que assistem os trabalhos do Senado Federal, pela TV Senado ou pela Rádio Senado FM, ou, ainda, pela Rádio Senado em ondas curtas, que tem a abrangência da Amazônia Legal e, portanto, meu querido Estado de Tocantins.

Sr. Presidente, quero deixar aqui, de forma muito transparente a eficácia, a eficiência e o resultado dos trabalhos que vem executando, que vem exercendo a Bancada do Tocantins. Eu poderia dizer aqui: Bancada da união do Tocantins para tudo aquilo que está sendo realizado no nosso Estado. De outra forma, não temos direito à propaganda, não temos a mídia paga como tem o Governo do Estado, mas temos aqui este instrumento democrático para que o povo fique sabendo como está o andamento das obras nos nossos Estados. Iniciaria dizendo, Sr. Presidente, que a Bancada do Tocantins, anualmente, coloca recursos para aquela que consideramos a principal obra em andamento no nosso Estado: a Ferrovia Norte-Sul.

Portanto, entre a emenda de Bancada e o trabalho desenvolvido pela Bancada asseguramos, no ano de 2004, R\$68 milhões para as obras da Ferrovia Norte-Sul. Depois que essa ferrovia cruzou o rio

Tocantins, pela inauguração da ponte que ficou mais de seis anos com as suas obras paralisadas – o Presidente Fernando Henrique inaugurou a ponte sobre o rio Tocantins –, de lá para cá, nós estamos colocando recursos anualmente para o andamento dessa obra. Só para que se tenha uma idéia, depois dos R\$68 milhões, em 2004, asseguramos R\$342 milhões para a Ferrovia Norte-Sul, dos quais R\$199 milhões já foram pagos, e estão prontos outros R\$143 milhões. Portanto, a ferrovia vai chegar a Araguaína. Isso tem um impacto de fundamental importância para a economia do nosso Estado.

Temos, Sr. Presidente, algumas rodovias delegadas. Estamos em plena execução da BR-010, que é uma rodovia que fica à margem direita do rio Tocantins, sendo muito importante para a integração de toda a soja plantada naquela região de cerrados e que está se tornando um espetáculo que contribuiu muito para que o Brasil possa ser hoje o maior exportador de soja do mundo. Não é o maior produtor, mas é o maior exportador. Essa rodovia da integração vai de Aparecida do Rio Negro até a divisa com o Maranhão, a BR-010, que integra toda essa região mencionada de Municípios como Goiatins, Campos Lindos, todos eles escoarão a sua produção pela rodovia asfaltada. Essa rodovia também foi delegada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando era Governador do Estado do Tocantins o meu pai, o cidadão José Wilson Siqueira Campos, criador daquele Estado e fundador da nossa capital. Portanto, para a BR-010, em 2004, foram empenhados e pagos R\$29 milhões. Emenda de Bancada, Sr. Presidente. A população do nosso Estado tem que saber que essa importante rodovia, a BR-010, teve R\$29 milhões empenhados e pagos. Orçamento de 2004, executado em 2005. E já estão empenhados no Orçamento de 2005, para execução em 2006, outros R\$25 milhões. Portanto, R\$54 milhões, dos quais R\$29 milhões já pagos, e outros R\$25 milhões empenhados, prontos para pagamento, o que assegura o andamento daquela obra.

Sr. Presidente, agora, com relação à ponte da BR-235 sobre o rio Tocantins na cidade de Pedro Afonso, uma ponte para a qual alocamos e pagamos R\$10 milhões em 2005, emenda de Bancada, R\$16 milhões foram empenhados no final do ano para a execução dessa obra no ano de 2006. A BR-235, portanto, uma rodovia federal, mas delegada ao Tocantins, tem seu andamento assegurado. Isso vem ocorrendo no Estado há muitos anos. Algumas experiências de delegação para outras Unidades da Federação foram consideradas sem êxito. O Governo até diz que pretende cancelar algumas. Mas para as nossas, graças ao trabalho que estamos desempenhando aqui, não

faltaram recursos; estão garantidos. Repito, foram empenhados R\$10 milhões no ano passado – e pagos – e R\$16 milhões para o próximo ano. Portanto, a população de Pedro Afonso, que sonha com essa ponte que é parte da BR-235, fique certa de que a Bancada está garantindo os recursos.

Sr. Presidente, conquanto à irrigação – todos os projetos foram iniciados pelos idos de 2000, 2001, 2002, para os quais colocamos emendas todos os anos –, nós temos o Propertins, um barramento do rio Manoel Alves que se aproxima muito da nossa divisa com a Bahia e tem esse mesmo grande potencial para a produção de soja, como está sendo demonstrado anualmente. Não preciso falar de Barreiras, porque eu teria de incluir o café e outros produtos tão importantes daquele pedaço de chão chamado cerrado e que alguns anos atrás era considerado improdutivo. O Propertins, na cidade de Dianópolis, juntamente com o Projeto Rio Formoso, esse já muito conhecido de todos os brasileiros e do mundo inteiro, junto com o Projeto de Irrigação do Sampaio, no Bico do Papagaio, e ainda o Projeto São João, em Porto Nacional, com grande influência na cidade de Palmas, esses projetos juntos têm R\$66 milhões empenhados e pagos. Portanto, se nós estamos tocando a obra de Dianópolis, de tão grande importância para o Sudeste, de barramento do rio Manoel Alves, uma obra espetacular que viabiliza milhares de hectares por irrigação; se nós estamos podendo tocar e refazer, reconstruir, recuperar o Projeto Rio Formoso, tocar o Projeto Sampaio no Bico do Papagaio e ainda o Projeto São João, em Porto Nacional, com grande influência na área de Palmas, é porque a Bancada tem o cuidado de colocar, de empenhar e acompanhar a execução orçamentária, neste caso, de R\$66 milhões para irrigação.

Conseguimos colocar para a Universidade Federal do Tocantins – rendo aqui minhas homenagens aos professores, aos alunos, ao Reitor Alan Barbiero – R\$2,25 milhões em 2004; R\$2,75 milhões em 2005, totalizando R\$5 milhões. Consegui, com emendas minhas, garantir o início das atividades. Isso se deu no dia em que a Universidade Federal do Tocantins – a mais nova das universidades federais, Senador Rodolpho Tourinho – se deslocou até a casa de Jorge Amado, no Pelourinho, para conceder a Zélia Gattai o título de Doutora honoris causa da nossa universidade. Foi o Estado mais novo da população homenageando o mais antigo Estado deste País. É a mais nova universidade que se integrou a um dos mais antigos centros, como a Universidade Federal da Bahia, para que nós pudéssemos, naquela oportunidade, com a presença de Dona Canô, do meio artístico, cultural e universitário da Bahia, conceder aquele título.

Naquele dia eu anunciei que estava garantindo os recursos para a criação da Editora da Universidade Federal do Tocantins, o que vai garantir aos alunos da Universidade Federal do nosso Estado a impressão de livros, revistas e todo o trabalho científico realizado nesta nova universidade que conseguimos criar também com o empenho da Bancada durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso. Esses R\$5 milhões estão indo para centros tecnológicos nos campi de Araguaína e Gurupi da nossa UFT.

Diria ainda, Sr. Presidente, que diretamente das emendas pessoais somadas na área de saúde, educação, infra-estrutura e esporte nós conseguimos empenhar e pagar mais de R\$30 milhões diretamente para os prefeitos.

Por último, para poder entrar em uma nova modalidade, a criatividade de nossa Bancada federal está propiciando aos prefeitos um momento de muita esperança com relação às estradas vicinais. Quero me referir à dívida da União. Entre as parcelas restantes de 2004 e 2005, dívida com a União também reconhecida por José Wilson Siqueira Campos, junto ao Governo Federal... Quero render a minha homenagem ao então Advogado-Geral da União, o hoje Ministro Gilmar Mendes, que deu uma grande contribuição para que o Tocantins visse resgatada alguma coisa que estava na Constituição desde 1988, que eram os programas de investimento. Optamos por não ter nenhum funcionário pago pela União. Conseguimos agora pagar as duas últimas parcelas referentes a 2004 e 2005. São R\$198 milhões. Esse é o dinheiro que o Estado tem para pagar as estradas que estão construídas, diga-se de passagem, Sr. Presidente, num ritmo muito mais lento do que aquele que imprimimos quando estávamos no Governo.

Agora, Sr. Presidente, eu passo a citar uma idéia muito especial que a Bancada apresentou e levamos adiante: conseguimos garantir R\$9 milhões para a aquisição de quatro patrulhas moto-mecanizadas, que estão sendo entregues aos consórcios municipais. Ajudamos nossos prefeitos a se organizarem, e eles criaram os seus consórcios. No primeiro ano da apresentação dessas emendas conseguimos contemplar quatro consórcios que abrigam quarenta Municípios.

Sr. Presidente, o empenho já realizado pela Caixa Econômica Federal e os contratos já assinados pelos presidentes desses consórcios contemplam o chamado Consudeste – Consórcio Intermunicipal do Sudeste do Estado de Tocantins –, composto pelos Municípios de Arraias, cuja presidente, a Prefeita Marizete Vasconcelos esteve ontem em nosso gabinete, de Aurora, de Combinado, de Conceição, de Lavandeira, de Ponte Alta e de Taguatinga. São esses os Municípios

que se libertam agora do pagamento de horas extras aos funcionários do Dertins, da alimentação, do óleo diesel, do deslocamento difícil, daquela expectativa quase sempre não atingida de ter a presença das máquinas para o patrolamento e a recuperação das estradas vicinais. Nós nos preocupamos muito com essas operações tapa-buracos. Em Tocantins há uma malha viária que eu poderia considerar como singular neste País, mas existem os assentamentos. Há Município com 8, 9, 10 assentamentos, e é preciso fazer o transporte dos alunos da zona rural, assim como o escoamento da produção das lavouras comunitárias, dos grandes produtores, dos nossos fazendeiros, dos pecuaristas.

Portanto, o Consudeste foi contemplado com uma patrulha moto-mecanizada. Também o Consórcio Mesoeste, que tem em sua presidência o Prefeito da cidade de Divinópolis, Rodolfo Costa Botelho, e abriga os Municípios de Abreulândia, Araguacema, Caseara, Chapada da Areia, Divinópolis, Dois Irmãos, Marianópolis, Monte Santo e Pium, foi contemplado a patrulha moto-mecanizada composta por uma patrol, uma pá-carregadeira, uma retro-escavadeira, um caminhão-caçamba, um caminhão-comboio, um caminhonete e outro caminhão para o transporte das máquinas.

Portanto, os prefeitos serão independentes, podendo fazer o seu modelo de gestão, economizar recursos e recuperar as estradas.

O terceiro consórcio contemplado com essa modalidade de emendas é o Combico – Consórcio dos Municípios do Bico do Papagaio: Augustinópolis, Axixá, Buriti, Carrasco, Esperantina, Praia Norte, Sampaio, São Miguel, São Sebastião e Sítio Novo. Esses são os Municípios que integram esse consórcio e que também estão recebendo uma patrulha moto-mecanizada.

Finalizaria com o quarto consórcio, totalizando 40 Municípios atendidos: a Amsul – Associação dos Municípios do Sul do Tocantins –, cujo Presidente é o Prefeito Vachedis, da Cidade de Alvorada. Compõem este consórcio os seguintes Municípios: Alvorada, Araguaçu, Cariri, Dueré, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú, Peixe, Sandolândia, Sucupira e Talismã. Esse é o quarto consórcio contemplado este ano.

Para o ano que vem, Sr. Presidente, aliás, para 2006, ao orçamento de 2005, apresentamos uma emenda e há a expectativa de adquirirmos seis outras patrulhas, portanto, integraremos aí seis outros consórcios. Isso praticamente contempla o Tocantins inteiro, com máquinas independentes na mão de quem deve controlar e receber as coisas, que são os nossos prefeitos. Eles é que precisam ter as suas administrações valorizadas e prestigiadas.

Eu falaria, por último, Sr. Presidente, que, em um prazo recorde, aprovamos aqui um empréstimo do Banco Mundial para o Estado do Tocantins. Eu estava ocupando a Presidência, recebi o projeto, que foi despachado para as comissões, o então Presidente da CAE, Senador Ramez Tebet, designou Relator o Senador Edison Lobão, que deu parecer em prazo recorde, e esse projeto veio para o plenário.

Portanto, Sr. Presidente, se há alguma coisa que deveria ser feita em nosso Estado, principalmente pelo Governo estadual, seria uma homenagem de reconhecimento, como vai fazer agora a Universidade Federal do Tocantins, que dará a cada um dos integrantes de nossa Bancada uma medalha por merecimento em função de nossa dedicação ao acompanhar as atividades não só dos Municípios, mas também das instituições e das diversas áreas da infra-estrutura de nosso Estado. A realização desse trabalho nos permite dizer que estamos efetivamente tocando as obras daquele Estado como parte de nossa ação parlamentar.

Não fora isso, Sr. Presidente, eu diria que o nosso Estado estaria vivendo um momento ainda muito pior. São muitos os problemas: as dificuldades por que passam os prefeitos, a quebradeira nos principais centros urbanos de nosso Estado, o abandono da saúde, que nos leva hoje a manchetes nacionais, ora pela morte de índios – a Funasa diz que a culpa é do Estado porque não existem médicos –, ora pelo grave problema ocorrido na cidade de Araguatins, que causou a cegueira de várias pessoas, ora pela dengue.

Fundamentalmente, o que ocorreu é que perdemos mais de 100 médicos – chegamos a ter 200 médicos – em virtude de decisão da Justiça. Pouco importa se eram médicos cubanos, brasileiros, argentinos, bolivianos; eram médicos que estavam nos pequenos centros atendendo à população. Perdemos os médicos no interior e acabou a qualidade do serviço de saúde e o atendimento nos hospitais de referência. Esse tem sido o mais grave problema vivido pela nossa população. Tudo isso é fruto de uma gestão desastrosa, de promoção pessoal que vem sendo praticada pelo atual Governador.

Sr. Presidente, para me manter dentro do tempo regimental, vou concluir o pronunciamento, mas antes quero transmitir o meu abraço aos integrantes da Bancada da União do Tocantins, que vêm assegurando o progresso e o desenvolvimento daquela nova unidade da Federação. Enche-nos de orgulho podermos estar aqui representando aquele Estado.

Quero dizer ao povo tocantinense que novos dias virão, que renasce a esperança, e o Tocantins voltará a ser motivo de orgulho nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, estou inscrito para falar pelo meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – O Senador Jefferson Péres foi o primeiro Líder a se inscrever.

Em seguida, darei a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes e depois falará V. Ex^a.

V. Ex^a falará depois do próximo inscrito, com muita satisfação para todos nós.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está sendo saudada com muito alegria a ascensão ao poder da Sr^a Michelle Bachelet, primeira mulher a ocupar o alto posto de Presidente da República no Chile.

Sr. Presidente, ouvi aqui mesmo, no plenário deste Senado, manifestações de Senadoras saudando a vitória daquela política chilena. Para mim, é irrelevante se o novo Presidente do Chile é homem ou mulher. Importante seria que todos os Senadores e toda a classe política brasileira aproveitasse a eleição da Sr^a Michelle Bachelet para se debruçar sobre a experiência chilena. Ainda hoje, o Senador Roberto Saturnino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sugeriu um debate naquela Comissão a respeito do que se pode chamar de modelo chileno.

Sr. Presidente, V. Ex^a talvez vá à posse da Sr^a Michelle. Se V. Ex^a não conhece, permita-me a ousadia de recomendar-lhe que estenda um pouco mais a sua viagem ao Chile, uma semana. A imprensa dirá que V. Ex^a está fazendo turismo, certamente, mas isso é inevitável.

Se toda a classe política brasileira, em vez de olhar o próprio umbigo, em vez de olhar pelo retrovisor, se debruçasse pela única experiência exitosa neste mar de corrupção e de instabilidade que é a América Latina... o Chile é uma singularidade, Sr. Presidente. Teve uma ditadura militar violentíssima mais repressiva do que a nossa, mas os militares chilenos tiveram o bom senso, pelo menos a lucidez de entregar o comando da economia a um grupo de economistas da escola de Chicago, ao contrário dos militares brasileiros, que deixaram que se fizessem sucessivas experiências heterodoxas que não deram certo e entregaram a eco-

nomia brasileira em péssimas condições ao Presidente da redemocratização.

Sr. Presidente, quando os civis voltaram ao poder no Chile, em 1990, temia-se muito que eles sobretudo mudassem a política econômica. Foi quando dois adversários históricos, o Partido Socialista e o Partido Democrata Cristão, se uniram na chamada Concertación e estabeleceram que a política macroeconômica não seria mudada. É como se o PMDB fizesse um acordo nesse sentido com o PT ou com um outro partido.

Imaginem que está no poder, hoje, no Chile, o mesmíssimo Partido Socialista de Salvador Allende – o mesmo Allende, com os meus respeitos, aquela figura mítica que morreu de forma trágica, mas que levou a economia chilena, esta que é a verdade, à beira do caos. E o Partido Socialista chileno fez uma reciclagem, Sr. Presidente. Depois de Patrício Alwin, que era um democrata-cristão, Ricardo Lagos ocupou a Presidência, que transmite agora à Sr^a Bachelet. E o Chile conseguiu isto com que sonha todo o governante latino-americano: crescimento econômico médio de 6% ao ano, de forma quase ininterrupta, salvo no ano da crise de 99. Seis por cento ao ano, Senador! Inflação que este ano deve chegar a 3%, taxa básica de juros de 4,5%; Banco Central independente. A esquerda não discute lá a autonomia do Banco Central, que aqui é palavra, Sr. Presidente.

E mais: além do crescimento econômico de 6% ao ano, sistemático, uma redução sistemática da pobreza. Quarenta por cento dos chilenos estavam abaixo da linha de pobreza em 1990. Hoje, essa taxa caiu para 18%. É queda sistemática. Por isso é que eu digo que todo governante latino-americano sonha com isto, Presidente Renan Calheiros: prosperidade constante, 6% de crescimento ao ano; estabilidade macroeconômica – todos os indicadores, corretíssimo; e redução sistemática da pobreza. O Chile é uma ilha de prosperidade numa América Latina conturbada, com taxa de corrupção das mais baixas.

Eu me lembro, Sr. Presidente, de quando estive a primeira vez em Santiago, o guia turístico reuniu o grupo e disse em espanhol: se alguns dos senhores alugar um carro eu alerta para o seguinte: não tentem subornar um guarda, vocês vão receber voz de prisão na hora.

O grau de corrupção é baixíssimo, de alto a baixo. A taxa de mortalidade infantil é igual ao dos países mais desenvolvidos do mundo. O Chile está a caminho de se tornar, realmente, um país de primeiro mundo.

Sem nenhum preconceito, a Sr^a Michelle Bachelet acaba de dizer, quando perguntaram a ela sobre o Mercosul: “Da mesma forma como temos que dis-

cutir o ingresso na Alca, se for do interesse do Chile, ingressaremos na Alca.”

O Chile tem 22 acordos bilaterais no mundo. O Brasil só tem dois.

O Chile não tem preconceito. As tarifas aduaneiras são de 10% apenas, uniformizadas em 10%. É um país de economia aberta, estável, próspero, uma classe política enormemente lúcida, madura, que não discute mais coisas ultrapassadas. E a classe política não brasileira não se mira no Chile. Tem gente se espelhando na Venezuela, nessa figura caricata de Chávez; tem gente que ainda se inspira em Cuba, Sr. Presidente!

Senador Tourinho, acho que a ascensão da Sr^a Bachelet e um contato maior, um intercâmbio com o Chile, vão fazer com que a nossa classe política dê um salto de qualidade, coloque o debate no País num novo nível e o País possa realmente entrar numa fase semelhante à que experimenta o Chile, Senador Renan Calheiros, há pelo menos dezesseis anos.

Senador Marco Maciel, ouço V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Jefferson Péres, quero cumprimentar a manifestação de V. Ex^a sobre as recentes eleições realizadas no Chile. E devo, preliminarmente, observar que o Chile, diferentemente do Brasil, fez primeiro a abertura econômica, depois é que fez a abertura política. Desejo também registrar que foi exitoso o processo tanto da abertura econômica quanto da abertura política. E mais, soube se livrar de velhos preconceitos e viver compatível com as realidades do presente, isto é, que são realidades marcadas por um intenso intercâmbio decorrente de um processo de mundialização da economia, deflagrado em grande parte pelo desenvolvimento das tecnologias das comunicações, inclusive das chamadas comunicações virtuais. E V. Ex^a exemplifica com o caso da Alca. O Chile não tem nenhuma dificuldade em ter boa interlocução com o Mercosul, como membro associado, e, de outra parte, também, discutir a questão da Alca com os Estados Unidos. Há uma frase de Kennedy que acho que vale a pena citar por oportuno. Kennedy disse, certa feita: “Não devemos negociar por medo, mas também não devemos ter medo de negociar”. Acho que não custa nada discutir questões, quer de ampliação do Mercosul, quer aquelas relativas à transformação da América do Sul numa comunidade de nações, projeto, aliás, iniciado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é aquele que discute a questão da integração hemisférica, isto é, a integração da América do Sul, América Central e Caribe com a América do Norte. Se nós vivemos tempos de globalização, e tempos de in-

tegração que daí decorrem, não podemos excluir essa variável. Aliás, bom exemplo dá a própria Europa, que conseguiu vencer dificuldades muito maiores do que as nossas, porque, no concerto europeu, havia países que tinham rivalidades históricas, mais que centenárias, como entre a França e a Alemanha, e havia também o fenômeno do Muro de Berlim, que afetou duramente a relação da Europa Ocidental com a chamada Europa do Leste. Então, encerrando o meu aparte e até pedindo desculpas pela interrupção, quero cumprimentar V. Ex^a e dizer que talvez devamos tirar lições desse processo que se passa no Chile, para que possamos nos inserir melhor na sociedade internacional. Não é por outra razão, concluindo, que o Chile, hoje, se destaca na América do Sul como um país que já conseguiu o grau de investimento, investment grade, como um país que recebe o reconhecimento de toda a comunidade internacional. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a tem razão, os chilenos fizeram primeiro a Perestroika, só depois fizeram a Glasnost, para usar a terminologia hoje universalizada. Mas os civis tiveram o bom senso de continuar a Perestroika, não mudaram em nada. Tiveram a coragem. E eles têm um relacionamento, uma política externa muito madura. Também V. Ex^a tem razão.

O lema de política externa de qualquer país, Senador Marco Maciel, deve ser, principalmente em relação aos Estados Unidos, nem concordância automática nem discordância sistemática. Eles defendem os interesses deles; e nós, os nossos. Sentamos à mesa e conversamos cordialmente. Uma discordância sem guerra. Mas aqui a classe política, até mesmo políticos de direita, ainda sofrem da doença infantil do antiamericanismo. É o sarampo da América Latina. Só que sarampo eu tive uma vez, na infância, nunca mais. Mas tem gente que pegou sarampo e nunca mais se curou; sofre até hoje, Senador Marco Maciel.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senador Gerson Camata, ouço-o com muito prazer.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Jefferson Péres, eu tenho acompanhado os pronunciamentos de V. Ex^a e vejo que são sempre produtos de reflexão – de pensar, de ler – e de acompanhamento dos fatos que nos cercam e que são hoje universais. A pequena vila em que se transformou este mundo! E V. Ex^a coloca oportunamente um exemplo para o Brasil que é o Chile. Não vamos buscar o exemplo no Primeiro Mundo: nos Estados Unidos é assim, na Inglaterra foi assim. Eu acho que está sendo assim ali do lado. E quando nós vimos agora eleita a Presi-

denta do Chile, uma mulher de esquerda, e que se proclama até agnóstica, a primeira coisa que ela disse V. Ex^a ressaltou aí: estamos abertos a negociar tudo que for do interesse do Chile. Eu estava em Santiago há um ano, quando se realizou a Cúpula do Pacífico. Todos os Presidentes de em volta do Oceano Pacífico lá estavam, inclusive o Presidente Bush. E há até uma coisa muito interessante. Ele se hospedou num porta-aviões no litoral do Chile e, na hora da conferência, o helicóptero o trazia, ele pousava no hotel, descia, fazia o discurso dele e voltava para o porta-aviões. Havia alguma ameaça à segurança do presidente. E a fala de V. Ex^a nos conduz a pensar um pouco no isolamento para o qual o Brasil está indo. O Uruguai está ameaçando negociar uma Alca unilateralmente com os Estados Unidos, fora do Mercosul. No Paraguai, já há força americana aquartelada. A Argentina está escapando do Mercosul, porque ela entende que Mercosul é o Brasil fazer concessões a ela, como se o Brasil fosse um paisinho do Mercosul, o patrocinador do Mercosul. E o Brasil se isolando com esse chavismo mal-engendrado, um tipo de política que a gente não entende bem, de enfrentamento, de confronto. Acho que o Brasil deveria ser um pouco mais aberto. E, como V. Ex^a diz, imitar um exemplo daqui bem pertinente e que está dando muito certo. E é um prazer hoje em dia até visitar o Chile, ver como o Chile trabalha e as mudanças profundas que em 20 anos aquele país está experimentando. Cumprimento V. Ex^a e digo que o pronunciamento de V. Ex^a é um momento de reflexão que deveria ser muito mais do Itamaraty que aqui do Senado, mas é sempre um farol pelo qual se devem guiar os que lideram a política externa brasileira.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata. É exatamente isso que eu gostaria que acontecesse doravante, que a eleição da Sr^a Bachelet leve a classe política brasileira de todas as tendências a estudar um pouco mais com seriedade a notável exitosa experiência chilena.

Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Jefferson Péres, quero cumprimentar V. Ex^a. Acho muito oportuno não só o senhor falar sobre o momento do Chile, mas sobretudo analisar a história do Chile e a experiência exitosa desse país. Neste momento acho que não vale quem ocupa...qual o gênero que ocupa. O importante não é isso. Entendo também oportuna essa análise corajosa de V. Ex^a das relações dos Estados Unidos, que, a rigor, hoje, são relações com o

mundo, depois de todo um processo de globalização. E entendo que temos que aproveitar aquilo que for bom da globalização, dentro daquilo que também foi colocado por V. Ex^a, e negociar aquilo que for preciso, necessário e possível. De forma que entendo, sobretudo neste momento, nessa onda um pouco populista em demasia que varre parte do território sul-americano, que as coisas devem ser feitas dentro desse padrão dentro desse paradigma que V. Ex^a colocou. Quero cumprimentá-lo pelo seu discurso.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senador Renan, vou encerrar, pedindo que V. Ex^a vá pessoalmente à posse da Sr^a Michelle Bachelet e aproveite para ver não apenas uma das mais belas paisagens da América Latina, dos lagos andinos chilenos, mas também Santiago, uma cidade que nem parece da América Latina, pela ordem, pela beleza, pela disciplina.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de V. Ex^a encerrar, permita-me uma rápida interrupção. A maneira como V. Ex^a qualifica o debate neste Senado é algo impressionante. Eu, como Presidente do Senado e também como militante de um outro Partido, não posso dizer. Mas, se nós tivéssemos a honra e a satisfação de V. Ex^a levar este debate qualificado e pertinente para a discussão da sucessão presidencial, eu não tenho, absolutamente, nenhuma dúvida de que o País ganhará muito com isto. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Muito obrigado. É muito bom ouvir isso de V. Ex^a, Senador Renan Calheiros. A propósito do que disse V. Ex^a, qualquer Parlamento tem três grandes funções, Sr. Presidente. A primeira é legislar, a segunda é fiscalizar mas tem a terceira, que é ser um grande fórum de debates. E isso o Congresso não tem sido. V. Ex^a, até o final da sua gestão, poderá tomar providências nesse sentido, porque eu fico muito pesaroso, Sr. Presidente com o que chamo – e isso não é culpa de ninguém, mas é culpa de todos – de mediocrização da vida política brasileira, em não ver mais no Congresso Nacional os grandes debates que eu vi no passado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Parabéns mesmo a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência designa a nobre Senadora Lúcia Vânia como Relatora da Medida Provisória nº 266,

de 2005, e o Senador Ney Suassuna como Relator do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2006, oriundo da Medida Provisória nº 267, de 2005.

Vou conceder a palavra pela ordem ao nobre Senador Leonel Pavan, mas nós tínhamos predefinido aqui com os Srs. Senadores de que seguiríamos esta ordem aqui. Se V. Ex^{as} não quiseram pagar o preço de alterar um pouco, invertendo a ordem predefinida com todos, regimentalmente sou obrigado a conceder a palavra pela ordem ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Tenho o maior respeito pela ordem, mas tenho uma audiência agora no Ministério da Fazenda e pediria a atenção dos demais Senadores de usar a palavra na condição de Líder do Governo porque eu não terei outra oportunidade para falar. Nem sempre tenho tido a oportunidade de falar em plenário pelo volume de trabalho que temos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Peço desculpas a todos. Não é do meu feito tomar esse tipo de iniciativa, mas não tenho alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – É verdade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Pavan, enquanto assoma à tribuna o Senador Mercadante.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – O Senador Mercadante tem a preferência. S. Ex^a reclama que fala pouco; imagine a gente. Eu entreguei à Mesa uma autorização do meu Partido para falar pela Liderança do PSDB após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Está devidamente anotado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nada contra o Senador Mercadante, muito menos contra V. Ex^a, no entanto eu é que estava inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Sem dúvida nenhuma, fiz questão de relatar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Eu não sabia que era o Senador Antonio Carlos Magalhães. Como eu disse, tenho um compromisso agora no Ministério da Fazenda. Se eu não puder falar agora, não falo, mas evidentemente não é do meu feito alterar acordos que foram feitos. Se houver algum inconveniente, evidentemente eu deixo de falar e V. Ex^a usa a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Senador ACM e ao Senador Pavan, que tem sido tão aguerrido no plenário. Peço desculpas, portanto, pela inversão. Tentarei ser o mais breve possível.

Quero comentar alguns fatos que considero bastante relevantes e pediria a reflexão das Sr^{as} e dos Srs. Senadores aqui presentes e dos que não estão.

Em primeiro lugar, assisti ao debate hoje sobre o jantar do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com a Bancada do PMDB no Senado Federal. Já tivemos outros eventos dessa natureza, e considero muito oportuno, eu diria indispensável, que o Executivo faça com a Base Parlamentar no Congresso Nacional um diálogo transparente, aberto, que tenha como perspectiva a governabilidade, que permita ao Presidente ouvir ponderações, reflexões, críticas, sugestões, agenda, e sempre tem sido esta a natureza do relacionamento com a Bancada do PMDB.

Não é verdade, não é procedente – todos que o conhecem sabem disso – que o Senador Renan Calheiros sempre se posicionou no sentido de que o PMDB poderá ter uma candidatura própria a Presidente da República e que pode ser esse o caminho do Partido. Eu assisti inúmeras vezes ao diálogo, e o Presidente Lula sempre disse que jamais interferirá nessa decisão do Partido. Mesmo porque o PT sempre optou por esse caminho e respeitará, do ponto de vista democrático e partidário, a escolha de cada partido, a vida interna democrática de seus militantes e de suas lideranças. Mas o compromisso do PMDB com a governabilidade tem sido muito importante, particularmente no Senado, e esse é o espírito desse diálogo.

É evidente que, da minha parte, sempre defendi uma aliança estratégica com o PMDB. Acredito que ambos os Partidos e o País ganhariam muito, pela trajetória de luta democrática, pelo compromisso desenvolvimentista, pelos quadros, pela experiência partidária. O PMDB enriqueceria não apenas uma chapa, mas,

sobretudo, um compromisso, um bloco, uma coalizão de Governo.

Isso é parte do debate político público, mas esse jantar é para discutir agenda política, perspectivas do Brasil e, mais do que isso, penso que é um gesto absolutamente indispensável pela atitude séria, pela construção que o PMDB vem ajudando o País a fazer, particularmente nesta Casa, pelas atitudes responsáveis e de interesse público com que vem atuando a sua Bancada.

Queria igualmente mencionar, mais uma vez, a preocupação que tenho em relação à investigação que é indispensável aos fatos, às denúncias, aos indícios, mas isso tem que ser feito com muita responsabilidade. Algumas vezes essa responsabilidade não tem estado presente em algumas atitudes, seja do ponto de vista da imprensa, seja de alguns Parlamentares.

Portanto, sem nominar, quero apenas relatar alguns fatos e ponderar aos Senadores e às Senadoras o papel que temos nesses episódios. Estive agora com o Presidente da Itaipu Binacional, Jorge Samek, que me trouxe toda uma documentação. Vou apresentar um requerimento convidando o presidente da Itaipu e todos os ex-presidentes da Itaipu Nacional, o Scalco, o Gomide, para virem numa audiência pública a fim de discutirmos a denúncia, por exemplo, feita em relação à Itaipu Binacional.

Um indivíduo que está sendo processado por falsidade de documentação, que tem um processo de investigação policial, faz uma denúncia que poderia existir um Caixa 2 de US\$2 bilhões. Ora, Itaipu não tem esse orçamento! Setenta por cento do orçamento de Itaipu são para pagar dívida, 17% são para pagar royalties e depois os recursos dos custeios da empresa. Não é possível! Matematicamente, não existem sequer esses recursos em Itaipu. A diretoria de Itaipu não administra, é feito diretamente pelo Tesouro o pagamento com os credores e o pagamento de royalties. Isso sequer entra no caixa da empresa.

Como é possível o País assistir a esse tipo de coisa sem a reação das pessoas? Colocam sob suspeição todas as diretorias de Itaipu sem uma análise técnica minimamente cuidadosa do que isso representa.

Quero ponderar também, disse isso pessoalmente ao Senador Garibaldi Alves Filho, que acho que a investigação sobre o caso da GTech é o objeto fundamental daquela CPI e que ela deve ser feita com todo o rigor. No entanto, a CPI encaminhou um questionamento ao Tribunal de Contas da União com uma série de per-

guntas para que o Tribunal se manifestasse. Foi um questionário com arguições técnicas fundamentadas, aprofundando uma análise sobre o comportamento da atual diretoria da Caixa Econômica Federal.

O TCU aprovou esse parecer por unanimidade, sem nenhuma ressalva, repito, sem nenhuma ressalva de todos os Ministros do TCU. Todos sabem que o TCU é um órgão plural, de representantes com origens as mais diversas. Aprovou o parecer por unanimidade, isentando a atual diretoria de qualquer responsabilidade, o que mostra o comportamento correto que ela teve em todo esse episódio.

Se houve tentativa de lobby, de intervenção indevida, é muito bom que a CPI identifique e responsabilize quem o fez, mas sustente seu parecer com fatos, com provas e com técnica mínima de rigor. Penso que isso não vale apenas para a atual diretoria. Foram enquadrados outros dirigentes do passado que tiveram também um compromisso correto na sua gestão e estão indevidamente citados.

Penso que esse debate deve ser feito não no sentido de uma disputa político-partidária, mas visando realmente identificar a responsabilidade de seja qual for o governo, o período, o momento, a instituição, sustentando a posição com firmeza e de forma técnica e cuidadosa, o que penso não haver ocorrido.

Quero aproveitar esta oportunidade para pedir que a CPI dos Bingos investigue mais a questão do jogo no Brasil, não apenas o capítulo da Gtech, que é muito relevante, muito importante, porque é uma empresa que tem todos os indícios de ter tido uma interferência absolutamente descabida junto à Caixa Econômica Federal e uma intervenção que tem que ser apurada com todo rigor e profundidade. Todo e qualquer funcionário que esteja envolvido, inclusive do atual Governo, tem que ser identificado, desde que não se cometam arbitrariedade e impropriedade. Que os fatos sejam relatados e que haja o mínimo de sustentação técnica para as acusações que se fazem. E nós voltaremos a esse debate de forma técnica, sustentada e aprofundada, para que se faça justiça.

Na mesma linha, quero aqui registrar – e comuniquei ao Senador Romeu Tuma que o faria do plenário – uma carta que eu recebi, que diz o seguinte:

A quem interessa a manutenção dos caça-níqueis? O Governador de São Paulo e pré-candidato a Presidente, Geraldo Alckmin (PSDB), vetou o projeto – já aprovado pela Assembléia Legislativa – que proibia as máquinas de caça-níqueis em bares e restauran-

tes de todo o Estado. O veto pode parecer estranho, já que tal medida iria bater de frente com o crime organizado. Afinal, não é novidade para ninguém que a contravenção é responsável por essas maquininhas que aliciam jovens para o mundo da criminalidade. Mas justifica-se pelo jeito totalitário de governar de Alckmin. Nada que não sai do Palácio vai em frente. Nada que contraria os interesses do empresariado é aprovado pelo Governador, que começa a viajar pelo País em campanha eleitoral. Foi assim que ele agiu, por exemplo, quando extinguiu o Decon – Delegacia de Defesa do Consumidor – para atender à vontade das grandes redes de hipermercados, que não queriam um órgão com poder de polícia para coibir abusos contra o consumidor. Ao dizer não ao projeto que proíbe o caça-níqueis, Alckmin volta a dar carta branca para os empresários do jogo, os contraventores, tradicionais financiadores de campanhas eleitorais. O argumento de que se trata de uma legislação federal é píffio. O Estado tem sim poderes para combater essa forma barata da contravenção, que tira do bolso da população valiosas moedas. Está mais do que provada a íntima relação entre os caça-níqueis, o alcoolismo e a prática de crimes. Até nas portas de escolas eles estão, livres e prontos para aliciar estudantes que começam cedo nesse vício maldito.

Alckmin, ao vetar o projeto, perdeu uma grande chance de dar um basta a essa porta de entrada no mundo do crime. Preferiu satisfazer aos lobbies de todos os interessados em explorar economicamente essas maquininhas. E esqueceu de que, do outro lado, existe uma população ávida em ver a proibição das máquinas de caça-níqueis.

Alckmin prova que não tem compromissos com combate à corrupção, à degradação familiar, nem com a violência doméstica e segurança pública. Azar do Brasil. Essas pessoas, que são vítimas da contravenção, com certeza não pensarão duas vezes na hora de decidir em quem votar.

Quem assina é Romeu Tuma, Delegado de Classe Especial da Polícia Civil, Deputado Estadual (PMDB), ex-Presidente e atual integrante da Comissão de Segurança Pública, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor e Corregedor da Assembléia Legislativa de São Paulo.

Portanto, é um parlamentar que está à frente da Comissão de Segurança Pública do Estado, que é o Corregedor da Assembléia, que tem formação policial nessa área, que investigou esse problema e

que está defendendo uma política no sentido do que eu esperava que estivéssemos fazendo em relação a essa prática.

Quero registrar nos Anais da Casa esta carta.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Pois não, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) –

Eu gostaria que V. Ex^a procurasse saber os motivos do veto. Se forem, por exemplo, de Constituição, de pontos importantes de legalidade, V. Ex^a tem que justificar o veto, e não atacar o Governador Alckmin – perdoe que eu assim fale. Além do mais, se tem validade a carta desse Delegado Romeu Tuma, V. Ex^a deve dar validade também às acusações que o Romeu Tuma daqui faz ao seu Partido – inclusive esse delegado fez –, no caso Celso Daniel.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Em primeiro lugar, Senador Antonio Carlos Magalhães, não fiz nenhum ataque, só li a carta. V. Ex^a está transferindo à minha pessoa o que não fiz. Eu li a carta do delegado e policial Romeu Tuma.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL–BA) – No instante em que V. Ex^a lê a carta, está endossando-a. Não é de graça que V. Ex^a vai ler a carta.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Então, em primeiro lugar, eu apenas li a carta. Em segundo lugar, ele está fazendo a advertência não só como Delegado Especial, mas como Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Segurança Pública, da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor e Corregedor da Assembléia Legislativa.

Creio ser indispensável que a CPI se debruce sobre esse tema. É indispensável! Quando houve a proibição do bingo, a argumentação de alguns Estados foi que a União não poderia interferir no pacto federativo. Portanto, os Estados mantiveram o funcionamento, inclusive amparados em decisão judicial, pela natureza do pacto federativo. Quando agora se trata da proibição do caça-níquel, o projeto é vetado sob argumentação de que isso só pode ser feito por legislação federal.

Ora, se é para ser feito por legislação federal, está aí um grande tema sobre o qual a CPI dos Bingos deve se debruçar. Será que devemos permitir essas máquinas avançarem como estão avançando na juventude, inclusive na porta das escolas? Será que não temos que investigar o problema da lavagem de

dinheiro no crime organizado, que está presente na atividade do bingo? Não em qualquer atividade, mas pelo menos construir políticas de controle, de fiscalização, de acompanhamento, para que isso não continue acontecendo no Brasil. Não seria esse um objeto central da investigação dessa CPI?

A advertência e o desafio que faço – e não fiz nenhum prejulgamento até o momento – é que a CPI deveria se debruçar sobre esse assunto e realmente buscar soluções.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a acabou dizendo o motivo do veto, que não tinha dito antes.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu não. É que ele menciona na carta...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – O argumento é que cabe uma lei federal. Então, acabou dizendo o motivo do veto. Ele vetou por isso. Só após a intervenção do Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a disse o motivo. E depois, Senador Aloizio Mercadante, se formos ler aqui as cartas e os e-mails que recebemos referentes ao envolvimento de pessoas integrantes do Governo em diversas áreas, só estaremos lendo cartas, e contra o Lula. E nunca lemos aqui uma carta ou algum ofício de alguma entidade que viesse denegrir a imagem do Presidente Lula ou da ex-prefeita Marta Suplicy, que foram inúmeras, até porque temos que manter aqui certa distância entre o que algumas pessoas pensam e o que o Congresso pensa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Leonel Pavan, não é do meu feitio ler carta para atacar quem quer que seja. Estou lendo a carta de um Delegado Especial, Presidente da Comissão de Segurança Pública do meu Estado, ex-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor do meu Estado e Corregedor da Assembléia Legislativa, fazendo uma advertência em relação a um projeto de interesse público, de uma matéria que diz respeito a uma CPI que deveria estar se debruçando sobre o tema do jogo, sobre os bingos, sobre a lavagem de dinheiro nesse tipo de atividade. E peço que essa reflexão seja posta no âmbito da CPI, que não pode apenas discutir temas que tenham interesse político-partidário. Ela tem, na GTech, o objeto da sua investigação. Que vá a fundo,

com todo rigor, nesse episódio, porque é do objeto constitucional da CPI.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Agora entendo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Da mesma forma que o caça-níquel é do objeto da CPI. Esse é um fato relevante. O próprio Deputado Estadual e Delegado Romeu Tuma menciona que o argumento do veto, do ponto de vista dele, é pífio, o de que o Estado não teria competência, por exemplo, para proibir esse tipo de atividade. O argumento dele é pífio. Só estou mostrando que esse argumento do pacto federativo foi utilizado para manter o bingo quando foi proibido por legislação federal, e agora é utilizado, para manter o bingo, o argumento contrário.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – E qual é a tese de V. Ex^a, que para mim é muito valiosa? V. Ex^a acha que deve ser uma lei nacional ou deve ser dada aos Estados a faculdade de dizer se deve haver ou não?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, considero esse um belo debate para a CPI: chamar os Governadores, discutir do ponto de vista jurídico, ou tomar uma medida, fazer uma lei complementar ou um projeto nacional, ou delegar essa responsabilidade aos Estados.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Logo, V. Ex^a dá razão ao Governador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não, não dou nenhuma razão ao Governador. Estou dizendo que é inaceitável e penso que não há amparo jurídico ao veto. Acho que há um pretexto jurídico para um veto que é político, porque uma parte da classe política deste País pensa que caça-níquel e bingo devem continuar sem nenhum controle, fiscalização ou transparência. E infelizmente eu esperava penso que muitos aqui também que essa CPI, sobretudo seu proponente, o Senador Magno Malta, se debruçasse sobre o tema do bingo, do jogo, do crime organizado, da lavagem de dinheiro nessas atividades, como é a discussão da GTech, que é procedente na Constituição, e não sobre outros temas. E eu diria que estamos nos desviando do foco fundamental, que pode ser investigado junto com outras instâncias para estabelecermos políticas públicas.

Esse é um grande tema da democracia brasileira, do Estado brasileiro, das famílias brasileiras, e penso ser essa uma grande questão da discussão da CPI. Quantas denúncias surgiram das máfias que es-

tão organizadas por esse tipo de atividade, e máfias internacionais, que operam em vários países e estão operando hoje sem nenhum controle e fiscalização?

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Gostaria de concluir, Sr. Presidente.

Portanto, faço essa advertência. Quero registrar o parecer do TCU e esta carta que eu recebi desse Deputado Estadual. Eu disse ao Senador Tuma que viria à tribuna para mencioná-la e registrá-la. Ele me agradeceu que eu o fizesse. Quero aqui também fazer a deferência ao Senador. E espero que realmente seja objeto de reflexão por parte da CPI.

Por último, quero só fazer meu comentário final de que considero que tivemos um avanço muito importante na política econômica do Brasil ao ter pré-pago a dívida do Fundo Monetário Internacional de US\$21 bilhões, recompondo as reservas, mantendo um superávit de US\$42 bilhões, uma inflação de 5,5%. Mas é evidente que a política monetária, do meu ponto de vista, tem espaço para cair mais expressivamente, sustentadamente. E não vejo por que essa trajetória, eu diria, marcada por uma visão extremamente conservadora do Banco Central, que evidentemente precisa ter bastante cautela num País que tem a cultura inflacionária, a cultura da indexação, mas que poderia neste momento ter uma visão mais adequada à tendência da inflação. Com a estabilização da taxa de câmbio, praticamente não temos incidência de índice de custo de vida sobre os preços dos serviços públicos, de concessão dos serviços públicos. A cesta básica teve deflação durante cinco meses. A inflação está no terceiro menor nível do pós-guerra. Portanto, há espaço para cair mais a taxa de juros. É muito positivo que ela continue em uma trajetória de queda, mas seria muito oportuno que acelerássemos essa trajetória, ao longo das próximas reuniões do Copom, porque, como as reuniões serão realizadas a cada 45 dias, o índice de 0,75% mantém o ritmo de apenas 0,5% ao ano. Peço que isso seja feito com mais agilidade, com mais rapidez, porque há espaço na política econômica...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– V. Ex^a deseja fazer um aparte?

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Sim, quero fazer um aparte.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Pois não, Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Eu estava em meu gabinete e fiquei perplexo quando assisti a V. Ex^a fazendo aqui a leitura de uma carta. Felizmente, o Senador Antonio Carlos Magalhães, oportunamente, pediu a V. Ex^a que tentasse esclarecer os motivos da leitura de uma carta na qual V. Ex^a insinuava, de uma maneira leviana, que o Governador Geraldo Alckmin tinha vetado uma lei que favorecia os jogadores de caça-níqueis no Estado de São Paulo. Imediatamente, liguei para o Governador Geraldo Alckmin, e S. Ex^a me informou que esse veto foi feito em função da inconstitucionalidade da lei; disse que era uma legislação federal e que esse veto tinha sido feito por essa razão. Eu não poderia deixar de vir e de manifestar minha perplexidade, Senador Mercadante, diante da insinuação que V. Ex^a quis fazer aqui, principalmente sendo representante de um Partido que tinha, no alto comando, no Planalto, no terceiro andar, um cidadão chamado Waldomiro, que estava sentado ao lado do Presidente da República, representando esses jogadores clandestinos do bingo, fazendo e ganhando propina deles, descaradamente, e que até hoje está sendo, apesar de aparentemente ter sido defenestrado do Governo, protegido por esse mesmo Governo. Lamento a leviandade e a insinuação maldosa que V. Ex^a quis fazer aqui, a qual, graças à interferência do Senador Antonio Carlos Magalhães, não foi bem sucedida.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Senador Tasso Jereissati, primeiro, não é do meu feitio, da minha história nem do meu procedimento fazer insinuação e muito menos leviandade. Li uma carta...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – V. Ex^a fez uma insinuação e foi maldosa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– V. Ex^a agora vai me ouvir. Eu o ouvi com toda a atenção. Concedi-lhe o aparte, agora V. Ex^a vai respeitar a minha palavra e vai permitir que eu fale, porque não é com esse tom que vou mudar o que penso.

Li uma carta do Presidente da Comissão de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Corregedor-Geral da Assembléia Legislativa, Delegado Especial de Polícia do Estado e filho do Senador Romeu Tuma. Uma carta dura sim. Não fiz qualquer adjetivação. Peço a V. Ex^a que ouça, porque, no tempo em que vinha para o plenário, V. Ex^a não acompanhou o debate. Não fiz qualquer adjetivação. Não fiz insinuação nem acusação leviana alguma. Li a carta e disse que essa era uma advertência de um debate necessário à CPI dos Bingos.

Por que é um debate necessário? Porque diz a carta que o Presidente da Comissão de Segurança Pú-

blica considerava pífio o argumento do Pacto Federativo e que essa deveria ser uma legislação federal. Mas diz que, quando foi proibido o bingo, o argumento que se utilizou para mantê-lo em alguns Estados – inclusive a Justiça estava amparada nessa concepção do Pacto Federativo – era de que se tratava de uma decisão que competia a cada Estado da Federação e não à União. Ora, se esse argumento valia para manter o bingo, vale também para acabar com o caça-níquel.

A discussão jurídica nós a resolveremos pela União ou pelo Estado. A discussão política de fundo é se o Congresso Nacional, o Senado Federal e os Governadores querem ou não manter os caça-níqueis. Essa é a discussão substantiva, Senador Tasso Jereissati. Foi isso que propus. Não há leviandade ou acusação alguma, muito menos qualifiquei quem quer que seja. Li a carta e falei: Esse debate que o Presidente dessa Comissão está propondo, a CPI dos Bingos deve fazer. Queremos ou não manter o caça-níquel? Queremos ou não regulamentar, fiscalizar e dar transparência aos bingos? Esse é um debate necessário ou não?

Além disso, o fato de haver um sujeito desqualificado como o Waldomiro, que tentou fazer lobby dentro ou fora do Governo junto a esse setor, não muda a minha atitude nem a minha visão sobre o problema.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA. Fora do microfone.) – Lobby, não; propina.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Se recebeu propina, está sendo processado, foi afastado, está sendo investigado, e quero que pague por tudo o que fez. Não muda a minha posição. Estou entre aqueles que defende que deveríamos acabar com o caça-níquel; estou entre aqueles que defende que, se não acabarmos com o bingo, pelo menos vamos criar mecanismos de controle, de fiscalização, de transparência...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ...para que – vou concluir, Sr. Presidente – não haja lavagem de dinheiro ou crime organizado nessas atividades.

Portanto, a advertência que faz esse delegado especial experimentado, Presidente da Comissão de Segurança Pública, é um tema de debate da CPI. Propus ao Senador Antonio Carlos Magalhães que levássemos esse tema à CPI, porque esse é o objetivo fundamental, assim como a investigação da GTech. Esse, sim, é o objeto da CPI, e esse debate não está sendo feito pelo Congresso ou pela CPI.

A CPI pode chegar à conclusão de que deve manter o caça-níquel ou de que ele deve acabar; pode chegar à conclusão de que deve ser uma legislação fe-

deral ou estadual, ou que se deve regulamentar; pode chegar a conclusões em relação às políticas públicas dos bingos, mas essa é a sua função essencial, esse é o debate fundamental da CPI.

Portanto, essa carta é uma advertência a quem possa interessar. A mim interessou esse debate. E penso que os argumentos apresentados nela – de não permitir caça-níquel na porta das escolas, que está se proliferando nos bares das periferias, porque não há controle algum, que gera um vício maldito na juventude e que, por isso, não deveríamos permitir esse tipo de atividade – são um alerta necessário, e espero que a CPI faça o debate.

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Terminou, Sr. Presidente.

Portanto, Senador Tasso Jereissati, talvez, se V. Ex^a tivesse acompanhado o debate, as intervenções dos Senadores Leonel Pavan e Antonio Carlos Magalhães, não faria a intervenção que fez, porque não fiz adjetivação alguma, insinuação alguma, muito menos acusação leviana. Disse que esse é um debate fundamental à CPI e que espero que ela o faça para definir se queremos ou não o caça-níquel, se queremos ou não o bingo. Se o queremos, em que condições? Se não o queremos, quais são os instrumentos para proibi-lo? O que não devemos é fugir desse debate. Essa prática desregulamentada que está espalhada pela periferia, por cidades, em frente às escolas em vários Estados do Brasil é, de fato, uma matéria relevante a este Congresso. A minha expectativa era de que a CPI dos Bingos o fizesse, mas não está fazendo. Portanto, essa é uma advertência que a alguns pode incomodar, mas ela é importante, relevante e deve ser debatida por esta Casa.

Entre outros fatores, trata-se de um projeto aprovado praticamente por unanimidade na Assembléia Legislativa do meu Estado; é a vontade do Poder Legislativo do meu Estado. Portanto, como representante de São Paulo, trago esse debate, sim, ao Congresso Nacional, de forma transparente, cuidadosa, sem qualquer tipo de insinuação ou leviandade, mas com...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ...o espírito público de quem quer construir políticas públicas que preservem os valores mais fundamentais da nossa juventude e da sociedade.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A quem interessa a manutenção dos caça-níqueis?

O governador de São Paulo e pré-candidato a presidente, Geraldo Alckmin (PSDB), vetou o projeto - já aprovado pela Assembléia Legislativa - que proibia as máquinas de caça-níqueis em bares e restaurantes do todo o Estado. O veto pode parecer estranho, já que tal medida iria bater de frente no crime organizado. Afinal, não é novidade para ninguém que a contravenção é responsável por essas maquininhas que aliciam jovens para o mundo da criminalidade.

Mas justifica-se pelo jeito totalitário de governar de Alckmin. Nada que não saia do Palácio vai em frente. Nada que contrarie os interesses do empresariado é aprovado pelo governador, que começa a viajar pelo país em campanha eleitoral. Foi assim que ele agiu, por exemplo, quando extinguiu a Decon - Delegacia de Defesa do Consumidor - para atender à vontade das grandes redes de hipermercados, que não queriam um órgão com

18/01/2006

poder de polícia para coibir abusos contra o consumidor.

Ao dizer não ao projeto que proíbe os caça-níqueis, Alckmin volta a dar carta branca para os empresários do jogo, os contraventores, tradicionais financiadores de campanhas eleitorais. O argumento de que se trata de uma legislação federal é pífio. O Estado tem sim poderes para combater essa forma barata de contravenção, que tira do bolso da população valiosas moedas. Está mais do que provada a íntima relação entre os caça-níqueis, o alcoolismo e a prática de crimes. Até nas portas de escolas eles estão, livres e prontos para aliciar estudantes que começam cedo nesse vício maldito.

Alckmin, ao vetar o projeto, perdeu uma grande chance de dar um basta a esta porta de entrada no mundo do crime. Preferiu satisfazer aos lobbies de todos os interessados em explorar economicamente essas maquininhas. E esqueceu de que, do outro lado, existe uma população ávida em ver a proibição das máquinas de caça-níqueis.

Alckmin prova que não tem compromissos com combate à corrupção, à degradação familiar, nem com a violência doméstica e segurança pública. Azar do Brasil. Essas pessoas, que são vítimas da contravenção, com certeza não pensarão duas vezes na hora de decidir em quem votar.

**Romeu Tuma é delegado de Classe Especial da Polícia Civil, deputado estadual (PMDB), ex-presidente e atual integrante da Comissão de Segurança Pública, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor e Corregedor da Assembléia Legislativa de São Paulo*

Respostas do TCU aos Questionamentos da CPI dos Bingos.

Questão 1: Em dezembro de 2002 a equipe da Superintendência de Projetos Especiais da Caixa Econômica Federal havia concluído o desenvolvimento do sistema de processamento lotérico, compreendendo apuração de ganhadores, rateio de prêmios e repasse de recursos financeiros a entidades? Caso negativo, quanto tempo seria necessário para essa conclusão?

3. Em dezembro de 2002 a CAIXA tinha condições para a apuração dos ganhadores, rateio dos prêmios e repasse de recursos financeiros às entidades pertinentes, realizado por meio do Sistema SIACL – criado em princípio para realização de rotinas de auditoria, e que recebia simultaneamente os dados processados pela empresa Gtech.

4. No entanto, contrariamente ao que foi propagandeado, trata-se de uma etapa ínfima de todo processo de internalização do sistema de loterias. A CAIXA, além de não haver homologado o citado Sistema SIACL, não havia desenvolvido as funcionalidades relativas à captação dos jogos, a ser realizada por meio dos Sistemas SISPL-E (no terminal lotérico) e SISPL-C (Sistema de Processamento de Loterias – Captação), homologados apenas em 19/6/2005. Além da inexistência de um local seguro para contingências (sala cofre e equipamentos redundantes), o que definitivamente a impossibilitava de assumir todo o processamento das loterias, efetuado até o momento pela empresa Gtech Brasil Ltda..

5. A Equipe de Inspeção, quanto ao prazo necessário para o desenvolvimento de todo o sistema, desde a captação de jogos, estipulou que ele poderia se dar em até dois anos, em face de constantes correções devido ao dimensionamento e complexidade elevados. O período de cerca de dois anos e meio para a homologação do SISPL-C (captação) é, portanto, compreensível. .

Questão 2: Após a conclusão do desenvolvimento do sistema supra citado, considerando que se tratava de um projeto de máxima prioridade dentro da empresa, seria possível realizar a homologação após 2 ou 3 meses de processamento paralelo, conforme preconizava o Sr. Mário Haag, então Vice-Presidente de Logística da CAIXA? Caso negativo quanto tempo seria necessário para essa homologação?

6. A Equipe de Inspeção concluiu que em dez/2002 seria razoável a homologação do sistema SIACL no período de três meses. Mas lembra que o sistema não possuía recursos para operacionalização direta da captação dos jogos, conforme já explanado. Tal realização, segundo apontam os cronogramas da CAIXA, está prevista para jan/2006.

7. É importante observar que homologação não se dá após a conclusão do desenvolvimento de todo o sistema, mas de cada release desenvolvida. Neste caso, o processo de homologação está automatizado, o que garante um tempo relativamente pequeno de aproximadamente trinta dias, se falhas não forem detectadas.

Questão 3: Considerando a Caixa Econômica Federal livre dos embargos judiciais e que se tratava de um projeto da mais alta prioridade para a empresa,

quanto tempo seria necessário, após a realização dos pregões, para a substituição da Gtech nas fases de captação, transmissão e integração (logística) do canal lotérico?

8. Antes de tudo, cumpre destacar que as ações judiciais impetradas pela empresa Gtech Brasil Ltda. perante o Juízo da 17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal impossibilitaram que a CAIXA realizasse os citados pregões no período de jul/2002 a ago/2004. Em razão do tempo e, por conseguinte, da evolução tecnológica, muito da solução inicial não mais se conformava às necessidades da CAIXA, de forma que havia necessidade de aprimoramento e criação de novas funcionalidades. Assim, foram elaborados novos editais, e realizada a Audiência Pública no dia 30/11/2004.

9. Foram realizados 4 (quatro) Pregões que tiveram por objeto a armazenagem e entrega de volantes, bobinas térmicas e bilhetes (insumos) das Loterias Federal e Instantânea (Pregão nº 299/2004, de 24/1/2005), a prestação de serviços de telecomunicações bidirecional de dados (Pregão nº 302/2004, de 31/1/2005), o fornecimento de insumos (Pregão nº 300/2004, de 22/2/2005), e a aquisição dos equipamentos de captação e transmissão (Pregão nº 301/2004, de 13/3/2005). Ao término dessa fase, a avaliação da CAIXA era de que a implantação do sistema poderia ser realizada no prazo de 12 (doze) meses. Foi postulada então a data de 15/5/2005 como o início do processo, com término previsto para 14/5/2006.

10. Paralelamente à fase de contratação dos fornecedores, a CAIXA, por meio de ampla equipe de desenvolvimento – 200 pessoas em média –, dava continuidade ao desenvolvimento do novo sistema. Lembremos, ainda, que, embora se faça referência apenas às funcionalidades lotéricas, há um vasto número de serviços relacionados às transações não-lotéricas (bancárias e financeiras – contas em geral, depósitos, saques, consultas, GPS, INSS, Benefícios Sociais, FGTS, PIS, Seguro Desemprego etc.), num ambiente que interage com outros 30 (trinta) sistemas da área bancária, e que também proporcionam economia ou geram significativos lucros à CAIXA.

11. Todos esses fatos nos leva a concluir que o prazo de 12 (doze) meses, a contar de 15/5/2005, para a total substituição do sistema e desativação do atual, operado pela Gtech, é bastante razoável.

Questão 4: O projeto de novo modelo do sistema de loterias foi desacelerado após a renovação do contrato com a Gtech, em abril de 2003? Considerando o novo sistema lotérico como um projeto de máxima prioridade para a CAIXA, eram realmente necessários 40 meses (prorrogação por 90 dias, mais prorrogação por 25 meses, mais novo contrato de 12 meses) para a substituição completa do antigo modelo?

12. Conforme ficou claro das considerações anteriores, a dimensão e a complexidade elevada do sistema de loterias, constantemente necessitando de melhorias de projeto, levando à adequação dos próprios equipamentos às novas estruturas demandadas à área de desenvolvimento pelos demais gestores, faz-nos concluir que não houve desaceleração do projeto após abril de 2003.

13. Destaque-se que após a decisão do STJ liberando a CAIXA para a realização dos Pregões, houve, sim, aceleração do processo de substituição, até porque estipulou-se que o término da implantação coincidiria com o término do contrato com a Gtech.

14. Quanto à segunda parte da questão, a Equipe de Inspeção esclareceu que os 40 (quarenta) meses não estão unicamente relacionados ao desenvolvimento dos novos sistemas internos de processamento, mas se devem em grande parte à paralisação do processo de contratação pelo Poder Judiciário de jul/2002 a ago/2004. Constata-se, enfim, que ambos são complementares.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na forma do Regimento – e como eu previa, dando continuidade ao debate que, provavelmente, seria suscitado –, consulto o Senador Antonio Carlos Magalhães sobre se posso conceder a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Fora do microfone.) – Prefiro falar primeiro. Depois, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, eu pediria a palavra, conforme o art. 14, pois, apesar de não ter sido citado, S. Ex^a ficou dialogando diretamente comigo, respondendo. Então, eu gostaria de ter direito à palavra, conforme o art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra a V. Ex^a para uma explicação pessoal.

Antes de conceder a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, fiz uma advertência de que isso poderia suscitar um debate e inverter a ordem de inscrição, o que infelizmente aconteceu. É sempre difícil conduzir o Senado Federal em uma circunstância dessa de dificuldade política, mas vou conceder a palavra a V. Ex^a, por cinco minutos, na forma do Regimento, para uma explicação pessoal, e, em seguida, concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por cessão do Senador Tasso Jereissati.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já estava inscrito pelo meu Partido para falar sobre as arbitrariedades e as mentiras do Governo Lula, mas, em virtude de relevante encontro que ele teria com algum Ministro, passei a palavra ao ilustre Senador Aloizio Mercadante para que S. Ex^a pudesse dizer o que pensava.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Aloizio Mercadante, é claro, veio hoje mais calmo do que de hábito, mas fez, da tribuna, insinuações gravíssimas, inclusive ao seu Partido.

Nunca quisemos que V. Ex^a ou seu Partido tomasse esse ou aquele caminho. O que queremos V. Ex^a tem feito: que seja um Presidente do Legislativo e não um subserviente do Palácio do Planalto. Isso não aceitaríamos, se V. Ex^a o fosse. V. Ex^a tem, no seu Partido, toda a liberdade, mas na Presidência do Congresso Nacional tem de ter toda a independência. A independência de V. Ex^a tem realmente dado a este Parlamento, nesta fase, momentos agradáveis e está reabilitando muita coisa errada que aconteceu, até

mesmo ajudando o Governo a cometer menos pecados, coisa, aliás, impossível, pois nem V. Ex^a nem ninguém consegue isso, pelo hábito de pecar do Presidente de República, sempre acobertado pelos seus Líderes nesta Casa.

O Senador Garibaldi Alves Filho tem o respeito de toda a Casa. Ele não merece ser acusado indiretamente, como foi, pelo Senador Aloizio Mercadante. O que está aborrecendo o Senador Aloizio Mercadante é que a CPI dos Bingos está realmente desmascarando todos os atos lesivos ao País acobertados pelo PT, até mesmo os crimes praticados pelos petistas com seus correligionários, o que já está muito claro no caso do assassinato de Celso Daniel e do Prefeito Toninho de Campinas. Foi a CPI dos Bingos que disse isso. Esse delegado que V. Ex^a aponta agora disse isso.

Sabe V. Ex^a que Celso Daniel foi torturado e vamos trazer o legista. Um vocês já conseguiram matar; o outro, evidentemente...

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Peça um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Um momento. Deixe-me terminar.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a fez, agora, uma acusação que é inaceitável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante...

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Vocês mataram quem? Quem matou?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante...

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a está mencionando meu envolvimento em alguma questão?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se V. Ex^as estão encobrindo o crime, é por que tem...

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – **(Inaudível. Fora do microfone.)**

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Estão encobrindo, sim. Não querem que apure. E as famílias enlutadas, tanto a de Campinas...

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – ... esse tipo de acusação e intervenção.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, a palavra está assegurada ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que, se desejar, concederá um aparte a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ... quanto a de Celso Daniel, já vieram aqui reclamar a falta de solidariedade dos seus correligionários.

nários. E é por isso que nós chamamos aqui – e desgraçou bastante a V. Ex^a – Paulo Venceslau.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a vai me permitir um aparte, como eu concedi a V. Ex^a?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Permito se V. Ex^a estiver calmo. Calmo, eu darei o aparte a V. Ex^a, com muito prazer, porque eu gosto de ouvir a sua voz.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Eu aguardarei o seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Não preciso de recomendação para falar. V. Ex^a me dá o aparte e eu falo da forma como eu acho que devo falar. Só quero ponderar que V. Ex^a fez uma acusação absolutamente inaceitável. Eu dei aula com Celso Daniel, antes de existir o PT, na Pontifícia Universidade Católica. Sou amigo pessoal dele. Convivi com ele ao longo de muitos anos e tenho por ele um imenso respeito. E nada me machucou mais na vida do que ver um companheiro meu como ele, que era um Prefeito admirado e até hoje admirado na sua região, com prêmios internacionais, um professor exemplar, um homem de trato fino, delicado, respeitoso, deitado na lama, assassinado como foi. Portanto, tenho todo interesse em que isso seja apurado. Quem investigou o assassinato de Celso Daniel foi o Governo do Estado de São Paulo, o Departamento de Polícia Civil do Estado de São Paulo, que chegou à conclusão do inquérito e mandou prender uma quadrilha. Se há qualquer dúvida sobre esse inquérito, e há dúvida, que se continue investigando até chegar aos responsáveis. Tenho todo o interesse na solução do caso e disse isso na CPI. Fui lá e disse aos irmãos dele – eles sabem disso – que sempre apoiei que continuassem a investigação. Portanto, por favor, o senhor não pode fazer uma acusação dessas. Não pode dizer “como vocês mataram” olhando para mim. A quem o senhor está se referindo? Vocês quem? Como o senhor pode fazer uma acusação dessa me conhecendo a tantos anos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu não estou dizendo que V. Ex^a matou alguém; estou dizendo que os seus correligionários mataram.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Como V. Ex^a pode fazer essa acusação sem ter os fatos, os nomes e as provas?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Os seus correligionários mataram.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Como V. Ex^a pode fazer essa acusação?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não sei nem se V. Ex^a sabe atirar.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Que correligionários? Diga os nomes de quem assassinou.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não sei atirar. V. Ex^a sabe?

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – E me diga se são meus correligionários. Quem V. Ex^a está acusando?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É isso que nós estamos apurando.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a estar apurando é uma coisa; fazer acusação a correligionários meus é outra. Diga os nomes de quem assassinou, porque eu quero saber para tomar as providências. Agora, tenho todo o interesse em investigar, acho absolutamente indispensável. Mas não é correto o senhor fazer...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Sombra é correligionário de V. Ex^a.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Há suspeição sobre ele. Eu fui lá e disse para investigar, porque eu também tenho suspeição sobre seu comportamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não é suspeição, não. É a verdade.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Não é meu correligionário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ele é o criminoso.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Não é meu conhecido, não tenho relações com ele, não tenho nenhuma relação com ele e muito menos o meu Partido. Apurem e vamos chegar a uma conclusão, mas não me venha fazer esse tipo de acusação genérica. Não posso aceitar, Senador Antonio Carlos Magalhães. V. Ex^a errou na forma como conduziu a intervenção. Por favor... Nós temos uma relação antiga. V. Ex^a errou e deveria considerar. Não levante uma suspeição dessa natureza.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu não errei, não. Quem errou foi V. Ex^a no seu discurso.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Não errei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Errou.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Eu trouxe um tema para um debate democrático na CPI: queremos ou não caça-níquel? Essa é uma discussão que a CPI deve fazer também. Deve investigar também, deve tomar uma posição também. Foi isso que eu fiz.

E trouxe a carta do Presidente da Comissão, que é do meu Estado, filho de um Senador importante, correligionário do seu Partido.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Veja como V. Ex^a é incoerente. Esse delegado que V. Ex^a exalta agora na acusação ao Governado Alckmin declara, claramente, que o homem foi assassinado e torturado.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Foi assassinado e ninguém tem dúvida que ele possa ter sido torturado, pois há laudos que dizem isso. Agora, se há um delegado em cujo inquérito nós tínhamos confiança é o delegado Romeu Tuma Júnior. Tínhamos confiança no trabalho dele, que fazia parte da equipe que investigou esse caso. Ele fazia parte da equipe.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Só quero pedir a V. Ex^a, porque oito já foram mortos, que não matem mais ninguém por causa desse crime do Celso Daniel.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Todos estavam dentro da cadeia...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Até o garçom que serviu o jantar...

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – ... sob responsabilidade do Estado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não estavam na cadeia, não. O garçom, coitado, foi morto. Outros foram mortos, oito já foram mortos. Já está provado que o legista não se suicidou.

Ex^a, nesse caso, o melhor é calar-se, porque, se V. Ex^a se calar, a coisa pode até passar despercebida. Mas debatendo, V. Ex^a está exaltando...

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a está fazendo outra afirmação, que o legista foi morto. V. Ex^a tem que dizer por que e como, porque há controvérsias. Há, inclusive, pareceres que demonstram que foi suicídio. A própria polícia diz que foi suicídio. Mas, de qualquer forma, sobre esse episódio, V. Ex^a não tem mais interesse do que eu ou do que ninguém de esclarecer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E o caso de Campinas, em que a senhora do Prefeito veio aqui pedir providências porque o PT não estava lhe dando apoio.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Ela é minha amiga há muitos anos e teve todo o apoio. Inclusive, a Polícia Federal está investigando o caso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ela veio aqui e disse que não teve apoio.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Ela não disse isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Disse.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Não, da minha parte não disse. Eu intervim na hora...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Disse. Eu estava lá e V. Ex^a estava também.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Se faltou apoio, vamos dar mais apoio para que investigue, porque não foi esclarecido.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Paulo de Tarso Venceslau disse anteontem... E V. Ex^a tinha a obrigação de estar presente nesse debate do Paulo de Tarso Venceslau e não estava, porque V. Ex^a foi avisado que ele ia falar sobre V. Ex^a.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Não. Primeiro, só vou à CPI quando há dirigentes do Governo ou do meu Partido. Não fui em nenhuma outra situação. Sobre Paulo de Tarso Venceslau, é um caso de doze anos atrás. O contrato com a Prefeitura de São José dos Campos não foi feito pelo PT, não foi pago nenhum real pelo PT. Foi para a Justiça pelo PT. Ele ajudou a não fazer, e todos os jornais da época têm o meu pronunciamento dizendo que não podia pagar e que a CPI estava errada e não podia ter relações com aquela empresa. Foi a minha posição. Quem pediu a comissão de ética fui eu, no Partido. E dei apoio até o momento em que ele, por ter sido exonerado e querer ficar no cargo – não havia ambiente político; era um cargo de confiança, e eu o tinha indicado; não tinha como reverter isso –, passou a fazer acusações que não concordo. A atitude que ele teve... O Partido agiu corretamente em não pagar a empresa, em entrar na Justiça e no Ministério Público. Portanto, essa questão tem doze anos, é pública, está em todos os jornais de São Paulo, e a minha atitude é muito transparente sobre esse episódio. Agora, o que estávamos discutindo é caça-níquel. Só espero que V. Ex^a trate do assunto. Qual é a posição de V. Ex^a sobre se a CPI vai ou não investigar, se quer ou não investigar caça-níquel, se vamos tomar ou não uma posição sobre o jogo organizado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu quero investigar caça-níquel, quero que haja uma lei nacional proibindo caça-níquel, proibindo até mesmo bingo. Agora, V. Ex^{as} não querem, porque mandaram um projeto regularizando bingo. Conseqüentemente, V. Ex^{as} são os responsáveis por o bingo ainda estar aí...

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Não, apresentamos uma MP que tinha proibido. V. Ex^a votou contra a MP.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mandaram o projeto para a Câmara...

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Mas a MP que proibia foi derrotada aqui neste plenário e

ela proibia o bingo e o caça-níquel. Foi derrotada com o voto de V. Ex^a. Mas, de qualquer forma, vamos construir, então, um projeto para proibir bingo e caça-níquel. Está feita a oferta: vamos construir um projeto para proibir bingo e caça-níquel. Temos imenso interesse em que isso seja feito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Vamos fazer. V. Ex^a já está dando a sua opinião, e eu, a minha, de maneira que já estamos, pelo menos neste assunto, em comum acordo, coisa que é difícil com V. Ex^a, que, ao final do seu discurso, entrou no grupo “antiPalocci”, reclamando de sua política. V. Ex^a fez isso com uma certa habilidade que, quando quer, lhe é própria; quando não quer, se exalta. Mas V. Ex^a o fez com uma habilidade e deixou o Palocci aqui... Eu anotei.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Para continuar este diálogo transparente que considero muito oportuno, por sinal, pedi para adiar o encontro que eu tinha agora com o Palocci. Ninguém defendeu mais a política econômica do que eu naquilo que tem de essencial, o superávit comercial. Herdamos, dos oito anos anteriores, um déficit de US\$10 bilhões, geramos um superávit de US\$6 bilhões. O País estava em dívida com o FMI. Foi feita uma dívida no Governo anterior de US\$21 bilhões. Pré-pagamos essa dívida, tiramos o Brasil do FMI, estabilizamos a economia, ajudamos a retomar o crescimento...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O que V. Ex^a diz...

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Geramos 3,8 milhões de empregos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não posso perder meu discurso com V. Ex^a, que está fazendo dois discursos.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Sobre a política monetária, realmente, há espaço para cair mais a taxa de juros, na minha visão. Quando sugiro que tenhamos um pouco mais de ousadia, porque a inflação está sob controle, não haverá repasse nas tarifas públicas, na cesta básica – a inflação é a terceira menor do pós-guerra; desde 1988, não tínhamos uma taxa tão positiva –, é para construir o melhor ambiente para o desenvolvimento econômico, é para crescer mais, é para diminuir o peso que a dívida pública tem sobre o orçamento. Então, esse é um diálogo democrático, o Banco Central que dê autonomia...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Logo, V. Ex^a é oposição à política econômica do Governo.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Não, absolutamente, defendo a política econômica e sinto que defendê-la é também fazer sugestões positivas

e construtivas, porque herdamos a taxa de juros em 27,5%. Já está em 17,25%, mas pode cair mais e vai cair. Ela está numa trajetória de queda.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não cai porque vocês não querem.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – E o Banco Central tem autonomia operacional.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não, não somos nós da Oposição que fazemos parte do Copom.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Por isso, queremos sugerir a taxa de juros.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – São V. Ex^{as} que fazem parte do Copom, e, se está assim tão alta, a culpa é de V. Ex^{as}. Assuma. Se V. Ex^a é Líder do Governo, é o seu Governo.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Já é quase metade da taxa de juros que o governo anterior deixou para o nosso Governo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a é um Líder parcial do Governo. Em alguns pontos, defende; em outros, V. Ex^a pensa, como é natural, na sua candidatura ao Governo de São Paulo. Isso é natural, é louvável até que V. Ex^a...

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muito prazer.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Antonio Carlos, voltando ao caso Celso Daniel, eu gostaria de fazer um registro para que conste nos Anais do Senado da República. O registro que faço é um registro estatístico, matemático. JFK e Celso Daniel. John Fitzgerald Kennedy e Celso Daniel. O caso Celso Daniel encontra um similar na história mundial: o caso JFK, o assassinato misterioso do Presidente americano em setembro de 1963.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Vinte e dois de novembro.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Naquele caso, morreram, no espaço de três anos, 16 pessoas direta ou indiretamente envolvidas no assassinato, entre elas o próprio assassino, a pessoa que matou o assassino e até mesmo o médico que primeiro participou da autópsia, semelhança com o caso brasileiro. Um matemático americano, num livro que não lembro o nome, calculou a probabilidade de todas essas mortes acontecerem por “mera coincidência” e chegou à probabilidade de um sobre um quatrilhão (ou seja, um seguido de 15 zeros). No caso Celso Daniel, houve a metade de mortes até agora. Sem contar o último desaparecimento ocorrido há dois dias de um dos assassinos, podemos considerar que a probabilidade de

oito pessoas ligadas ao mesmo caso (nenhuma delas pessoa idosa) morrerem em situações suspeitas ser mera coincidência é de um sobre 500 trilhões. Então, V. Ex^a pode não ter a prova do nome de quem matou, de quem mandou matar, de quem está envolvido, mas a matemática, a estatística dá razão a V. Ex^a. Eu queria fazer este registro para contribuir com V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a o aparte tão minucioso, pois trata-se realmente de um fato para o Governo levar em conta nesta apuração.

Mas, dito isso, Sr. Presidente, quero mostrar que este Governo... Não sei até como o Senador Mercadante, tão inteligente, tão competente, no dia de hoje vem falar em números deste Governo. Está numa página do jornal Folha de S.Paulo de hoje a matéria “Criação de emprego cai 18%, e Governo culpa juros”. Quem mantém a taxa de juros? É o Governo, que culpa a taxa de juros pelo desemprego. O Governo diz que já criou 3,4 milhões de empregos formais. Tratava-se de empregos informais que obtiveram regularização na carteira. Onde está, Senador Mercadante, a promessa do Governo de V. Ex^a de 10 milhões de empregos para os brasileiros? É no desemprego?

Logo abaixo, está o artigo “Novo salário mínimo será definido hoje”. Enquanto todos esperavam que o Governo fosse dobrar, como prometeu, o salário mínimo, nós não conseguimos que ele seja sequer de R\$400,00. O Governo vai mandar mensagem de R\$350,00. Mesmo assim, não quer atender a CUT, antecipando o aumento para os próximos meses, só quer fazê-lo em maio. Então, vê-se que essa promessa foi por terra.

Logo abaixo, outra matéria é intitulada “Caixa Econômica suspende financiamento com o FAT”. Outra coisa bárbara, estúpida em relação ao País. Veja V. Ex^a, trata-se de uma página só da Folha de S.Paulo de hoje, não é de ontem, é de hoje, o que vem provar o quanto está fazendo mal ao Brasil em todos os setores o Governo do Presidente Lula.

Agora V. Ex^{as} já querem interferir no problema interno do PSDB de escolha de candidato. Então, um ataca; o outro vem e ataca o Serra; o outro ataca o Geraldo Alckmin. É porque V. Ex^a quer enfraquecer os candidatos que vão derrotar o Lula. Se esse é o propósito, sejam francos, falem abertamente, peçam a palavra para dizerem isso. Agora, trazer aqui assuntos que realmente não dizem respeito à sessão? Esse não seria o tema do meu discurso, mas tive que vir à tribuna por causa do discurso do Senador e Líder Aloizio Mercadante, que, com todo o brilho, não conseguiu brilhar hoje em relação ao Governador de São Paulo.

Eu peço ao Presidente do Partido que vai usar a tribuna, para que não se exaspere em relação a V. Ex^{as} do Governo, embora só V. Ex^a – e essa justiça eu lhe faço – tem a coragem de defendê-lo, porque é difícil defender este Governo. V. Ex^a é corajoso, pois, todas às vezes, V. Ex^a vem e defende o indefensável, e é muita coragem fazê-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Consulto o Senador Tasso Jereissati se deseja fazer uso da palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem a palavra na forma do art. 14.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pelo mesmo art. 14, por ter sido citado, peço também a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra a V. Ex^a em seguida.

Peço paciência à Casa para continuarmos o debate, até quando, regimentalmente, for necessário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a aquiescência do Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de saber se a Mesa poderia informar – e o Dr. Raimundo Carreiro é ágil nisso – sobre os projetos que regulam os jogos no Brasil, que se encontram em tramitação e quem são os seus autores e, também, quais foram retirados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa informará a V. Ex^a oportunamente, com a brevidade que a pergunta requer.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Antonio Carlos Magalhães aqui fez referência aos males que este Governo tem feito ao Brasil. Na minha opinião, Senador Antonio Carlos, o maior mal que este Governo e este Partido têm feito não é a economia, não são aos hábitos administrativos, mas principalmente ao comportamento, à postura, à ética. Não quero me referir à questão ética, que abrange muitos aspectos, inclusive o da honestidade. Existem muitas pessoas honestas no PT, aliás, a maioria dos seus membros são pessoas muito honestas. Mas, mesmo entre as pessoas honestas, tem faltado ética no comportamento

político. Nesse aspecto, a ética é fundamental, preservando mesmo a honestidade.

A ética é um conjunto de atitudes em que a elegância no trato da relação entre as pessoas é fundamental; em que a verdade, a lealdade, mesmo na discordância, é muito importante.

As acusações fazem parte do jogo político, Senador Antonio Carlos Magalhães. As acusações entre oponentes fazem parte do cotidiano da vida política. Quando elas são disfarçadas, já começam a assumir uma atitude menos ética, mais leviana. A acusação mais perigosa, mais venenosa não é adjetivada, mas insinuada. A acusação mais covarde é aquela que não é colocada de frente, mas de maneira sub-reptícia. Por exemplo, quando, no meio de um contexto, há uma palavra que se deixa no ar, sem nenhuma adjetivação. De uma maneira aparentemente inocente, coloca-se uma coisa que não está muito clara no contexto e deixa-se no ar uma maldade. Às vezes, pior, deixa-se no ar uma maldade mentirosa, uma meia verdade, que acusa alguém com o objetivo de manchar ou distorcer a verdade.

Ultimamente, esse tem sido um comportamento típico do PT no Governo. Teria sido muito mais digno, muito melhor para o País, para o Governo e para o próprio PT se, no momento em que tivessem descoberto todos esses problemas, que não têm como ser escondidos, em vez de ter procurado descobrir nos outros problemas semelhantes – e é isso que o PT tem feito sistematicamente – e ter enfrentado os seus próprios problemas, tentando corrigir os seus próprios problemas, tentando dar a volta por cima, corrigir os seus erros e, com certeza, dada a qualidade de boa parte dos seus membros, dada a história do seu Partido, teria condições de hoje ser aquele Partido que o Brasil esperava que fosse. Mas não, não tem sido essa a posição do Partido dos Trabalhadores.

Na verdade, até hoje, o PT não enfrentou – ao contrário do que se tem dito aqui – nenhum dos seus problemas; tem fugido de todos eles. Ao invés de tentar esclarecer qualquer um dos seus problemas, tem tentado, sistematicamente, jogar nos outros, de maneira falsa, deliberadamente falsa, caluniosa, os problemas dele nos outros.

A grande glória do PT é dizer: sou sujo, sim, mas os outros também são. Eu roubo, sim, mas os outros roubam também. E ficar procurando todos os defeitos que aparecem nele nos outros. Fica feliz da vida quando isso acontece.

Essa tem sido a marca registrada do PT. Infelizmente, é essa. Sujou geral é a grande alegria do PT. Hoje, vimos aqui, infelizmente, no Líder que respeitamos, que respeitamos mesmo, e por que não dizer,

pessoalmente, tenho até afeto por ele, que procuramos preservar o máximo possível, mas que, de vez em quando, recua e, sistematicamente, cai novamente nessa prática. E voltar de maneira deselegante, quando não adjetivou – V. Ex^a não adjetivou, não fez acusação, não adjetivou, não fez acusação. Jogou a cartinha no ar, de maneira maliciosa, soltou, sem explicar por que jogava naquele contexto, colocando antes que o Governador Geraldo Alckmin teria vetado a lei que, aparentemente, favorecia àqueles que defendiam o jogo de bingo e de caça-níqueis, sem explicar que aquela legislação era inconstitucional, que não poderia ser aprovada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa explicação não foi dada, essa explicação não foi revelada. Jogada no meio de um pedido de investigação dos que defendiam o bingo, não precisava de investigação, mas a maldade foi feita bem ao gosto e ao estilo malicioso do PT e bem ao estilo daqueles que dizem que estão querendo esclarecer o bingo. Mas veja bem. Aqui foi dito: queremos enfrentar, somos contra o bingo, queremos enfrentar. Senador Antonio Carlos Magalhães, mensagem presidencial – não é lei – mensagem presidencial de 2003: a legislação também prevê a obtenção e o disciplinamento de fonte de recurso, como é o caso dos bingos, que permita ao Governo financiar projetos de inclusão social. Mensagem Presidencial de 2003! O Senador Heráclito Fortes pediu... Todos nós sabemos que a Senadora Ideli Salvatti tem um grande projeto aqui – deste tamanho! – eu já vi o projeto, depois retirado, de legalização do jogo. Tenho certeza de que S. Ex^a não entende daquilo ali. A lei, a MP que veio, mensagem presidencial – isso aqui é enviado pelo Presidente da República... Em vez de o Líder do Governo chegar e dizer: “Não, erramos. Nós tínhamos um projeto, tínhamos um safado lá dentro que trabalhava com José Dirceu, que era chefe, que estava fazendo uma grande gangue lá dentro, pegando propina, achacando, pegando dinheiro para o nosso Partido, financiando os nossos candidatos a partir do gabinete do Palácio do Planalto, precisamos fazer uma grande limpeza, nós vamos corrigir isso, estávamos preparando uma legislação a partir da mensagem presidencial; pedimos à Senadora para montar uma lei e iríamos montar uma grande gangue espalhada por todo o Brasil. Erramos.” Não. Não se fez isso. E se procura dizer “não, é o Geraldo Alckmin, olha aqui, uma leizinha do Geraldo Alckmin”, por meio de insinuações etc.

É isso que o Brasil não pode perdoar; não é o bingo. Não é o Waldomiro que o Brasil não pode perdoar; não é o Delúbio que o Brasil não pode perdoar; não é o Silvinho, o Marcos Valério que o Brasil não pode perdoar. É esse cinismo, essa desfaçatez. Depois de tudo que escandalizou, decepcionou, arrazou este País,

colocou de quatro este País, descrente no futuro, não vê que fez isso com o País inteiro, com a esperança de milhões, principalmente dos mais pobres! Esse Partido não enxerga isso, continua com o mesmo cinismo, a mesma cara de pau, querendo enganar! Deveriam ter o mínimo de vergonha na cara e dizer: Erramos! Erramos, não vamos mais querer enlamear os outros que são corretos, íntegros! Vamos olhar de frente, vamos construir algo novo, nós que somos íntegros!

Isso não dá mais para agüentar, Senador Magalhães, isso não dá mais para suportar! Pára! Chega de cinismo, de desfaçatez!

Estamos começando tudo de novo agora, Sr. Presidente, Senador Renan! Estamos fazendo estradas sem licitação, estamos começando todo o jogo de cara de pau de novo, com o mesmo jogo de desfaçatez. Está se derramando dinheiro. Essa coisa do Orçamento é um dos maiores cinismos que já houve na vida pública nacional! Nunca vi o que está se fazendo! O Governo abriu completamente tudo! Tudo! O Senador Sérgio Guerra está sabendo disso, está propondo uma reformulação, porque este País está destroçado. E está se brincando.

Não dá, não dá mais para agüentar isso. PT! Senador Mercadante, tenho por V. Ex^a um apreço pessoal e uma admiração pessoal! Não dá mais para lhe agüentar! Tchau!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, na forma do art.14, também para uma explicação pessoal.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a aquiescência do Senador Aloizio, ouço a questão de ordem de V. Ex^a.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Só porque eu havia pedido um aparte ao Senador Tasso, ele fez citação do nosso nome, e eu gostaria de ter a oportunidade de falar, brevemente, depois do Líder Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Inscreverei V. Ex^a., com as escusas à Casa, novamente a todos que estão inscritos.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero começar pelo mais fácil, por um debate que é fundamental a este Plenário, e que deve, eu diria, ganhar mais espaço nas nossas discussões.

O Senador Tasso Jereissati termina com não sei se uma ruptura pessoal ou política. De qualquer forma, da minha parte, vou continuar tendo apreço, respeito,

ainda que muitas vezes V. Ex^a se exceda no debate. Mas é da democracia, é do ser humano. O tempo talvez permita superar esse tipo de colocação. A divergência política é parte da democracia. Assim como a Oposição crítica, fiscaliza, exige em âmbito federal, eu, como sou Oposição no meu Estado, fiscalizo, exijo, posiciono-me e cobro. E é da natureza da democracia.

V. Ex^a conclui o discurso dizendo que o País está destroçado. Não sei em qual aspecto estamos discutindo...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Moralmente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não sei qual aspecto.

Vou retomar, vou discutir porque também vi aqui uma série de críticas à política econômica, uma manchete de que houve uma queda de 18% na taxa do crescimento do emprego. Portanto, se passa uma idéia que é absolutamente impropriedade. Se olharmos a economia e a vida social, todos os aspectos mais relevantes melhoraram, e muito, em três anos. Estou trabalhando não com manipulação de dados, com dados oficiais, qualquer dado. Podemos confrontar qualquer pesquisa do IBGE, do Pnad, do Cead, do Dieese. Vamos discutir os fatos.

Vamos analisar o que estava destroçado neste País. Primeiro, estavam destrocadas as contas externas; as contas externas foram destrocadas pelo governo anterior. Tivemos, em oito anos, um déficit comercial de US\$10 bilhões. Déficit! Num País que tinha uma dívida externa extremamente elevada, e que o governo termina com reservas cambiais de US\$14 bilhões e uma dívida só com o FMI de US\$21 bilhões. As reservas que tínhamos não eram reservas do Brasil, eram empréstimos do fundo para enfrentar a crise cambial.

Nosso Governo, e é verdade que não é só o Governo, é a força da indústria, do agronegócio, é um conjunto de iniciativas que vem sendo feito ao longo da história do País, mas é sobretudo um esforço da política externa do Governo, diversifica as fontes de comércio exterior, muda o eixo da política externa do Brasil, investe no Mercosul – vimos ontem aqui o Presidente Kirchner –, investe nas relações Sul/Sul e tem um êxito espetacular. Só a China teve um crescimento maior que o Brasil nas exportações, só a China. Portanto, não é que o mercado internacional esteja crescendo, só o comércio internacional da China cresceu mais do que o do Brasil. Em três anos deste Governo, o crescimento das exportações para os países desenvolvidos – porque outra discussão é a política terceiro-mundista – foi de pelo menos o dobro do crescimento das exportações para os países desenvolvidos nos oito anos do governo anterior. E as exportações do-

braram. Com isso, geramos divisas, pré-pagamos o Fundo, superamos a crise do balanço de pagamentos, e nisso os Ministros Palocci, Celso Amorim, Furlan, o Ministro Roberto Rodrigues, o conjunto da área econômica, tiveram um desempenho muito articulado, muito competente, e o País superou a crise cambial. Não só isso, mas retomou o crescimento econômico. Em 2004, tivemos o melhor crescimento dos últimos 10 anos, podemos crescer mais – é este o debate que proponho, é uma discussão que temos de fazer. A dívida pública melhorou e muito. Portanto, não existe esse descontrole das finanças públicas que está sendo mencionado. Fizemos um superávit primário que foi um esforço brutal, um esforço significativo em todas as áreas do Governo, e os resultados estão aí; a dívida pública teve uma inflexão que permitiu a taxa de juros vir de 27,5% para 17,25%. Mas a questão dos juros está mal resolvida na economia brasileira, estruturalmente mal resolvida; não é só um problema de ajuste da política fina, há um debate mais profundo que precisa ser feito. Ser Líder do Governo não significa deixar de apontar problemas e reconhecer erros ou sugerir políticas; ser Líder do Governo significa exatamente buscar defender o Governo naquilo que considero fundamental, que é o conjunto das realizações econômicas e sociais e sugerir inflexões ou programas ou políticas. E vou continuar agindo dessa forma.

Portanto, sugerir que haja espaço na política monetária, que haja espaço para essa trajetória de queda ser mais acelerada, não significa deslegitimar, desconstituir ou deixar de defender a política do governo; significa exatamente que eu defendo, acredito e quero mais e acho que há espaço para mais.

Emprego.

No Governo anterior, houve 750 mil empregos com carteira de trabalho assinada – dados do Caged – e 3,8 milhões neste Governo em três anos. São os dados oficiais e não houve nenhuma mudança de metodologia nesse governo. E o Pnad não só confirma isso como também confirma que melhorou a distribuição de renda, que todas as faixas etárias aumentaram a escolaridade média, que o povo está estudando mais, que 8 milhões de famílias têm hoje o Programa Bolsa-Família, que permite ao filho de pobre estudar, que, quando chegamos ao Governo, havia 120 mil vagas no ensino público federal e dobramos esse número – só com o ProUni criamos 112 mil vagas por ano. Em quinze anos, antes desse governo, só duas universidades federais foram criadas no Brasil, sendo a última em 2002 e quem a implantou foi o Governo Lula. Nós já criamos quatro universidades federais, implantamos mais uma e criamos 33 campus extensivos. Os pobres estão tendo hoje mais chance de chegar ao ensino superior e

poder estudar. Há mais oportunidade para a juventude, emprego, educação; portanto, políticas sociais.

Sobre o salário mínimo, nós nunca tivemos um salário mínimo que correspondesse a US\$130, como hoje, e vai ser mais dependendo do reajuste que for dado. A inflação no ano passado foi 5,5%; o salário mínimo foi reajustado em 15%. Trata-se de um ganho real de quase 10% no salário mínimo. E a cesta básica teve deflação. É a menor jornada de trabalho necessária para comprar a cesta básica desde que o Dieese criou esse índice. Esses são os dados concretos, reais. Há 22,5 milhões de pessoas que recebem o salário mínimo. E o esforço de chegar a R\$350,00 é um esforço brutal que o País terá de fazer, porque a variável de ajuste é sempre investimento e há carência de investimento em infra-estrutura.

É verdade que as estradas brasileiras precisam de muito investimento, só que não há como fazer os investimentos necessários, são um milhão e seiscientos mil caminhões trafegando pelas estradas, com um custo brutal, algumas artérias podem ser duplicadas, obras podem ser concluídas, como a da Rodovia Fernão Dias, a da BR-101 e tantas outras. Outras estradas têm de ser recapeadas sim, porque o risco de vida e o custo econômico são grandes e não há como reconstituir toda a estrutura viária do País, não há recurso no Orçamento para isso. Então, é preciso fazer obras estruturantes, é preciso elaborar algumas políticas emergenciais também para a estrutura de transporte.

Queria, no entanto, agora entrar na parte mais difícil, mas não é do meu feitio fugir do debate.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Aloizio,...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Queria fazer um comentário sobre essa questão da infra-estrutura. Recursos no Orçamento são disponíveis para programas de infra-estrutura há mais de dois anos. O que o Governo não tem conseguido é executar os programas aprovados, entre eles o da duplicação da BR-101. Quando o Presidente Lula assumiu, havia projeto feito, projeto executivo detalhado, condições objetivas para a realização de uma concorrência e para a realização das obras. Ao longo de 2003, o Governo nada fez nessa área. Em 2004, foram tomadas as primeiras providências com relação a uma concorrência que não foi concluída. Há uma questão judicial não superada. Não é a simples afirmação, como faz o Presidente, de que as empresas de construção não se entendem. Isso é populismo; não é realidade. Não estou defendendo empresas de construção. Elas estão, no mérito, discutindo

princípios legais que a concorrência, como foi prevista, contraria. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é que as iniciativas agora tomadas – realização de obras pelos batalhões do Exército – são iniciativas perigosas, mas torço para que dêem certo. Evidentemente, se você dispõe de recursos líquidos e os entrega antecipadamente a alguém, para que esse alguém compre equipamentos, contrate serviços e mobilize uma obra, há uma grande chance de algo acontecer. Os primeiros sinais – há gente acompanhando isso – não são bons, porque não há aparente compromisso técnico no projeto, não se está tratando de um programa de tapa-buracos que mantenha os buracos fechados por muito tempo. Aparentemente – ainda é cedo ainda para afirmar –, todos os sinais são na direção de uma coisa apressada, sem objetivos que possam ser rigorosamente construtivos e valorosos. Penso que o Governo do Presidente Lula terá acertos e erros, mas se há uma área onde até agora ele errou muito foi nessa da transformação do compromisso, da vontade, e da transformação desse compromisso e dessa vontade em obra de verdade. Cito dois fatos. O primeiro é relativo às estradas; o segundo, relativo à transposição das águas do São Francisco, tantas vezes anunciada, um projeto extremamente polêmico, em cuja realização, neste momento, ninguém mais acredita.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra. Eu acho que nós deveríamos continuar esse debate sobre infra-estrutura porque as restrições orçamentárias são de tal ordem e os projetos de parceria com o setor privado são tão lentos que é grande o desafio em todas as áreas, em todos os Estados e Municípios. O principal problema estrutural do Estado brasileiro é o nível de endividamento do Estado que é o que pressiona a política monetária e é o que dificulta a capacidade de investimento. Então, essa discussão – política monetária, política fiscal, investimentos, qualidade de investimentos, melhoria na gestão dos recursos – acho que é um grande debate e espero que tenhamos outra oportunidade e me disponho a voltar ao plenário para continuar essa discussão.

Quero entrar, agora, na questão mais difícil. Primeiro, Senador Tasso Jereissati, eu também tenho apreço por V. Ex^a, tenho respeito a V. Ex^a, mas acho que, em muitos momentos, no debate, V. Ex^a, pela forma inflamada e emocionada, pela militância que tem, se excede. Muitas vezes, V. Ex^a acha que o fato de divergir ou de criticar ou mesmo de acusar é uma indignidade. Não o é. Todos os dias eu ouço, aqui, discursos contra o Governo, e, às vezes, absolutamente injustos. Eu ouvi pronunciamentos em relação à denúncia de Itaipu. Hoje o Presidente de Itaipu, Sr. Jorge

Samek, esteve em meu gabinete. Os quatro ex-presidentes assinam uma nota. É elementar que aqui não tem nenhum fundamento. O Orçamento de Furnas é de US\$2,5 bilhões. Dizem que tem um caixa dois de 2 bilhões. Os 70% dos recursos de Furnas o Tesouro paga diretamente aos credores – 17% são royalties. Depois, tem o custo de manutenção das usinas. Não há margem, sequer, que em 30, 40 ou 50 anos possa chegar a esses valores. É simples. E um estelionatário, perseguido pela polícia, falsificador, faz uma denúncia e vira notícia e as pessoas cobram no plenário. Depois não há a mesma grandeza de dizer: está errado, isso não procede. A coletiva foi feita pelo Scalco, pelo Gomide, pelo Jorge Samek e as pessoas dizem: não, se está ajudando na crítica deixa andar.

Então, por favor, é só olhar o que tem sido o período recente e mostrar que o desequilíbrio é na outra direção. De minha parte, diga-me quando vim à tribuna para ter uma atitude como essa a que V. Ex^a se refere como sub-reptícia, covarde porque não foi transparente? Não é verdade.

Li uma carta que me impactou. Por que me impactou? O Deputado Romeu Tuma Júnior não fala sobre a honra do Governador, ele não diz que houve um interesse escuso; ele diz que o veto é inaceitável, que ele acha que tem que acabar com o caça-níquel na porta das escolas e nos bares e que foi aprovado pela Assembléia Legislativa e diz: o argumento jurídico é pífio – isso na visão dele.

Liguei ao Senador Romeu Tuma e disse que iria ler a carta e ele falou: eu agradeço que você faça a defesa. Estou vendo a parte jurídica constitucional, eu acho que está errado o veto, não tem amparo constitucional. Eu levantei um argumento aqui de que quando foi proibido o bingo pela medida provisória alguns Estados mantiveram, sob o argumento do pacto federativo e alegando que não era competência da legislação federal. E posso pegar os Anais e mostrar que Líderes da Oposição utilizaram esse argumento para derrubar a medida provisória.

Ora, se vale para um lado, vale para o outro. Se era competência do Estado regulamentar o jogo, quando a medida provisória o proibiu, é competência do Estado proibi-lo. Foi esse o argumento que usei.

Por que trouxe esse argumento? Porque eu acho que esse é um tema da democracia brasileira. Ouvi acusações. Vejam de quem são os projetos que regulamentam o bingo. A princípio, o fato de um Senador ou Deputado apresentar um projeto de regulamentação de bingo não tem nenhuma desqualificação, é uma atividade econômica. E mensagem dizer que tem que regulamentar, do meu ponto de vista não tem nenhuma acusação, mesmo porque quem criou o bingo foi o

Governo anterior. Se isso é um crime, o crime começou antes, porque herdamos o jogo, já estava aí. Quem fez foi o Governo anterior. Não estou na linha da criminalização nem da simplificação. Eu estou na linha de que, seguramente, tem crime organizado nessa atividade e que tem pessoas da pior espécie navegando nesse mundo; Waldomiro Diniz é um deles, mas seguramente não é o único, nem no Governo anterior, nem neste, nem no próximo.

Eu aguardava que a CPI dos Bingos apurasse o episódio do Waldomiro Diniz com todo o rigor, e fez isso. Tenho o relatório. Lobbies e GTech também já estavam no Governo anterior. Portanto, os pareceres do Tribunal de Contas mostram que isso já vem de antes, que essa irregularidade era anterior, que existiam outros lobistas, que outras práticas provavelmente incorretas, ou, de qualquer forma, essa empresa me parece absolutamente indevida ao País.

O Tribunal de Contas da União dá um parecer inteiramente favorável, à unanimidade dos Ministros, à atual diretoria da Caixa, unanimidade sobre o questionário que a CPI encaminhou ao Tribunal de Contas da União. A CPI que pediu ao Tribunal de Contas tal parecer à unanimidade dos Ministros! E foi considerado.

Isso, Senador Antonio Carlos Magalhães, não significa em hipótese alguma diminuir o trabalho e a seriedade do Senador Garibaldi Alves Filho, o empenho dele em fazer o relatório. Só estou dizendo que nós temos que construir um relatório com transparência e com muito cuidado sobre a honra e a grandeza das pessoas. Inclusive disse: acho que algumas menções a dirigentes anteriores a este Governo, não vejo consistência na acusação. Assim como defendo no Governo anterior, defendo neste Governo com empenho aquilo que acredito. Não vejo nenhum fato que possa levar às conclusões no que se refere ao parecer do TSU e acho que deveria ter sido considerado.

Qual é o debate de fundo que nós temos que fazer na CPI? Há três posições: uns querem o bingo absolutamente liberalizado ou como está, não querem nem regulamentar nem acabar; outros aceitam que haja atividades de jogo no Brasil com uma regulamentação mais rigorosa e com um controle mais rígido; outros querem acabar parcialmente ou integralmente com o jogo. Essas posições precisam ganhar argumentos, precisam se expressar na política. E acho que a grande oportunidade do País é a CPI dos Bingos, de investigar com rigor o jogo, a lavagem de dinheiro, se há crime organizado, quem é que define isso, por que essas iniciativas estão presentes, e definir uma política.

Trouxe ao Plenário o tema. A Assembléia Legislativa do meu Estado, os Deputados eleitos pelo

povo do meu Estado aprovaram um projeto proibindo o caça-níquel. Os argumentos apresentados me parecem substantivos: eles estão próximos das escolas, não há controle, a juventude está-se viciando. Essa atividade tem de acabar. Disse: o argumento do veto do próprio autor da carta, o Presidente da Comissão de Segurança Pública, foi vetado por uma argumentação constitucional, ou seja, não tem amparo porque é uma legislação federal.

Ora, se a posição predominante na CPI desta Casa é acabar com o caça-níquel, vamos fazer uma legislação federal. Se a interpretação é de que isso compete ao pacto federativo, então o veto não tem cabimento. Mas vamos fazer esse debate, vamos tomar uma posição.

Agora, ao trazer este debate ao Plenário, ao fazer uma crítica ao veto – tantos vetos aqui são criticados diariamente pela Oposição –, dizer que isso é leviano, irresponsável, ou por que tem problemas de acusação em relação ao Governo ou a membros do meu Partido, eu não posso fazer uma crítica? Não é procedente isso. Esse argumento não é a jurisprudência da fraude. Não estou propondo constituir uma jurisprudência da fraude no debate político. Quero que apurem todas as acusações contra o Governo ou contra o meu Partido, e nós vamos saber corrigir os erros que tivemos – e tivemos graves erros. Acredito que temos um passado, uma história, uma militância que não tem responsabilidade com o que alguns dirigentes fizeram e que somos capazes de recuperar a ética, que foi tão importante na nossa história política, e de fazer a autocrítica dos erros que cometemos. Mas esses problemas não podem debilitar o debate político sobre questões relevantes para o País.

Criamos uma CPI com essa motivação. A Oposição foi ao Supremo dizendo: “Queremos uma CPI para investigar o jogo do bingo”. Estou cobrando o aprofundamento desse debate e mostrando que, no meu Estado, há uma divergência entre Poder Legislativo e o Governador sobre essa questão. A CPI deve discutir isso, chamar esse Deputado para depor, ouvir os argumentos do Governo do Estado, trazer essa discussão para cá – não só no meu Estado, como também no conjunto do País – e formar, se não um consenso, uma ampla convergência: se vamos manter como está, a tendência atual parece ser essa, se não tratarmos desses temas; se vamos proibir parcialmente, integralmente ou regulamentar o jogo. Essa discussão deve ser feita.

Se V. Ex^a estivesse acompanhando, depois da leitura da carta, a minha intervenção, seguramente não teria concluído da forma que concluiu. Eu fiz essa argumentação, propus esse debate. A carta é

dura, mas ela é do Presidente da Comissão de Segurança Pública e Defesa do Consumidor, Corregedor da Assembléia Legislativa, e expressa o sentimento dos Parlamentares de São Paulo, que querem acabar com o caça-níquel. Estou trazendo uma carta do meu Estado, e isso não significa, absolutamente, rebaixar o debate, desqualificar, prejudicar ou tentar obscurecer outros temas que são importantes na democracia. O que estou dizendo é que há uma CPI do Bingo no Congresso Nacional, no Senado Federal, que é nesta Casa que se está discutindo esta matéria e esta Casa deve, sim, se debruçar e tomar uma política clara.

Quero terminar, Senador Antonio Carlos Magalhães, pedindo a V. Ex^a que, quando tratar de um tema como este, de Celso Daniel, pelo menos comigo, considerasse um pouco da nossa história comum.

Eu vou repetir: eu conheço Celso Daniel antes da existência do PT. Eu fui chefe do Departamento de Economia, onde ele dava aula. Eu fui Presidente da Associação de Professores da PUC, ele estava comigo. Isso em 1976, 1977, 1978. Não existia o PT. Ele era um jovem, como eu, cheio de ideais. Eu acompanhei a carreira de Celso Daniel. O pai dele tinha sido prefeito na cidade. Ele foi um grande prefeito, tanto que o PT ganhou todas as eleições, mesmo depois da morte dele. Ele mudou a história da cidade em termos de política urbana. Pode ter tido erro na administração dele? Pode. Mas eu tenho sempre defendido a memória dele, porque acho que ele fez uma grande obra e não está aqui para se defender.

Aquela cena da morte, do assassinato dele, é uma das coisas mais dolorosas que eu vi, porque era um sujeito incapaz de fazer maldade com quem quer que seja, morto daquele jeito, jogado na lama daquela forma. Os irmãos têm todo o interesse. Mas eu disse naquele dia: os maiores amigos do Celso Daniel éramos nós. Alguns irmãos não eram sequer companheiros assim, do cotidiano dele, nós éramos. Nós queremos apurar isso com todo o rigor, seja quem for o mandante, seja qual for a suspeição.

Sobre Toninho do PT, desculpem-me. Quem não entregou até hoje o assassino do Toninho do PT é a polícia de São Paulo, a mesma que fez o inquérito de Celso Daniel. Como é que nós podemos ser responsabilizados por uma coisa se nós não temos instrumentos, não temos delegados, não temos inquérito, não temos o equipamento técnico, não temos o IML, a polícia científica? Quem tinha que entregar os mandantes era a polícia de São Paulo. Foi ela que concluiu por aquele inquérito. O Governador deu uma coletiva e disse: está aqui a resolução, está aqui a quadrilha presa. Se não é isso, eu acho que, enquanto houver dúvidas, todas as instituições devem investigar, não só

a CPI, mas a polícia de São Paulo, o Ministério Público, para chegar realmente a uma solução definitiva que conforte os familiares e os companheiros.

Por isso, espero que V. Ex^a, quando tratar desse assunto, trate com a mediação devida, porque V. Ex^a fez uma intervenção absolutamente inaceitável. Eu me inflamei – e estava absolutamente tranqüilo no debate – porque eu não posso aceitar uma coisa como essa. Espero que não tenha sido intenção. Acho que, ao longo do debate, pelo menos do meu ponto de vista, ficou claro.

Por último, quero terminar, Senador Tasso Jereissati. Se o preço da relação pessoal com V. Ex^a, que para mim é uma relação importante e tenho tratado com toda a referência e qualificação, é o meu silêncio, ou deixar de defender o que eu acredito, ou deixar de criticar o que eu acho que devo criticar ou combater como acho que devo combater, eu não sei o que fazer. Mas, se não for esse, eu vou com lealdade, com transparência e com firmeza defender as minhas idéias. Mesmo no momento difícil deste Governo ou do meu Partido, vou defender o que acredito e vou criticar aquilo que não aceito. Foi isso que eu fiz hoje da tribuna. Sem nenhuma mediação, sem nenhuma outra intenção, na política, na política pública, no interesse dos jovens, do povo, da ética, dos valores, eu subi à tribuna em nome do meu mandato, do meu Estado, não fiz outra coisa.

Acho que este é um debate partidário e político, mas, seguramente, espero que V. Ex^a mantenha o apreço que eu continuo tendo por V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Sr. Presidente, quando é que eu vou ter a palavra? Eu estou esperando desde as nove horas!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei a palavra a V. Ex^a como oradora seguinte, haja o que houver. Fique absolutamente tranqüila.

Senador Antero, V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero primeiro dizer aqui ao Líder Mercadante que, da mesma forma que o Senador Tasso Jereissati, eu pessoalmente também tenho enorme respeito por V. Ex^a, até em função de uma solidariedade que V. Ex^a teve comigo, quando daquela questão do assassinato do meu primo. Sou muito grato a essa questão, sempre respeitei muito V. Ex^a.

Mas não posso deixar de lamentar o fato de V. Ex^a ter trazido este debate para o Senado da República, não

por ter trazido o tema – foi absolutamente normal tê-lo trazido –, mas por tê-lo trazido de forma deselegante. V. Ex^a, quando começou o debate aqui para atingir um dos presidenciáveis do nosso Partido, não tinha nenhum Senador do PSDB no plenário. Normalmente, quando a gente vai falar alguma coisa com essa gravidade, a gente avisa, até para que o debate possa ocorrer de uma forma absolutamente saudável.

Sei que V. Ex^a não está trabalhando na linha da criminalização, mas infelizmente V. Ex^a trabalha na linha da demagogia, porque tenho absoluta convicção de que V. Ex^a sabe, no mínimo tanto quanto eu, que, ainda que o quisesse, o Governador Geraldo Alckmin não poderia sancionar o projeto de lei sem tropeçar na ética. É preciso restabelecer uma verdade histórica: quem primeiro tratou da questão ética no debate pela democracia brasileira foi aquele que, na minha opinião, foi – e é até hoje – o maior dos peessedebistas, infelizmente não mais entre nós, Mário Covas, candidato à Presidência da República! Ele falou exatamente o quê? Foi a primeira vez que se tratou da questão ética num debate à Presidência da República. O Governador Geraldo Alckmin seria um demagogo se sancionasse o projeto de lei, porque não cabe, porque não pode, porque a lei proíbe, porque a matéria é de legislação federal!

Vejam bem: desde quando o Senador Aloizio Mercadante é Líder do Governo Lula? Desde o primeiro dia do Governo. Em 2004, o Presidente Lula manda a mensagem. As coisas acontecem nesta Casa, às vezes, sem que todos os Parlamentares saibam, mas nunca acontecem sem que as Lideranças saibam.

Na mensagem do Presidente Lula a esta Casa, ele diz:

Financiamento ao esporte. A regulamentação da atividade dos bingos vai organizar o setor e assegurar recursos para o esporte social.

Surgirá uma nova loteria, a Timemania, que garantirá recursos para os clubes de futebol e para o Ministério do Esporte, que por sua vez investirá parte desses recursos no atendimento a pessoas portadoras de deficiência.

Oitenta times vão partilhar oitenta milhões por ano, previstos pela Caixa Econômica Federal. A contrapartida principal será manter equipes de futebol feminino.

E manda para regulamentar a atividade do bingo na Mensagem Presidencial de 2004. Presidente: Lula; Chefe da Casa Civil: Zé Dirceu; Assessor do Zé Dirceu: Waldomiro Diniz. O autor da medida provisória, Senador Mercadante, modéstia à parte... Quem assinou a medida provisória foi Luiz Inácio Lula da Silva. O autor

fui eu, aqui da tribuna do Senado, porque essa Mensagem vem no dia 15 de fevereiro.

No dia 13 de fevereiro, dois dias antes, eu assomo à tribuna do Senado e denuncio à Nação o episódio Waldomiro Diniz, porque a fita me chegou às mãos, e eu tinha responsabilidade de fazer essa denúncia. Alguns colegas meus Senadores disseram: “Antero, você está falando do homem mais importante da República, o Ministro José Dirceu”. E eu dizia: “O Lula tem de demiti-lo hoje; não pode ser amanhã, porque a cada dia ele vai perder autoridade”.

Então, o Lula assinou a medida provisória. E o que o fez assinar a medida provisória foi a denúncia irresponsável que apresentei aqui da tribuna do Senado da República e que enlameia a biografia do José Dirceu, do Lula e desse Governo por inteiro!

Essa é a verdade. Essa é a verdade sem retoques. E não vamos dizer assim: “Olha, a medida provisória veio...” Veio, e eu votei a favor. Eu sou contra essa atividade, porque não acredito que essa atividade construa nada para o País. Agora, não dá para o Líder do Governo ignorar que há nesta Casa um projeto de lei do Senador Gilberto Miranda transferindo aos Estados – o que comprova que o assunto é federal... Há uma PEC; não é projeto de lei. Há uma emenda à Constituição para que volte aos Estados a possibilidade de legislar sobre essa atividade. Isso existe aqui nesta Casa.

Então, é absolutamente normal o que fez o Governador Geraldo Alckmin. Normal e necessário! O Alckmin tropeçaria na ética. A gente não pode fazer na política as coisas que são mais fáceis. O Alckmin poderia ganhar muitos votos, se falasse assim: “Olha, o Governo de São Paulo proibiu, como Governador eu vou proibir aquilo que o Governo Federal não quis fazer e não consegue fazer”. Poderia trabalhar com a demagogia. Mas não é do feitio dele. Não é dele.

E aqui foi lida a carta, mas não foi registrado o argumento, a nota técnica encaminhada pelo Governador à Assembléia Legislativa. Diz aqui, no Processo nº 184/2003, a Procuradora do Estado, assessora, orientando o Governador Geraldo Alckmin:

Endosso o entendimento da Secretaria de Segurança Pública, observando que cabe à União legislar privativamente sobre Direito Penal, nos termos do art. 22, inciso I, da Carta da República. Daí por que incide o projeto de lei em vício de inconstitucionalidade material, impondo aos entes federados o regular exercício do poder de polícia nos estritos termos de lei federal.

É isso. É só isso. Não é a questão do mérito. Daqui a pouco, o PT vai querer colocar o Governador de São Paulo ou os presidenciáveis do PSDB como crupiês, a continuar com essa linha de raciocínio que tropeça na lógica.

Para finalizar, já apresentei aqui os dados do JFK e do Celso Daniel. Não há como não ser crime de mando. Não vou fazer acusações a A, B ou C, mas é o PT quem tem defendido que não é. Quem tem defendido que não houve tortura é o PT. Quem tem ido à Comissão para argumentar que não houve tortura no caso Celso Daniel é o PT. Contrariando os legistas é o PT. E são oito desaparecidos nesse crime, sem contar o filho do perito, Senador Antonio Carlos Magalhães. O perito, que dizem ter-se suicidado – e não está contabilizado entre os oito –, tem um filho que morreu. Também! Sim! Antes da morte do perito, um filho dele morreu. Então, podem ser nove, e aí a estatística piora.

Assim, eu gostaria de dizer que essas coincidências já estão denunciadas lá atrás. V. Ex^a acompanhou ontem o Paulo de Tarso, que foi fechado numa avenida por um carro. Hoje está fazendo depoimento lá o Promotor de Justiça de Campinas, que mostra que foi um Vectra que participou do assassinato do Toninho do PT. No caso do Paulo de Tarso, no negócio da Cepem, ficou demonstrado que o PT fez de tudo para não apurar essa questão do caixa dois. E agora, na entrevista de 1997, de Paulo de Tarso, o Lula, respondendo, dizia que o PT era diferente e que jamais faria qualquer obra sem licitação. E temos visto o que tem feito o governo do PT. Aliás, o Lula não está preocupado em tapar buraco. O Lula já foi Presidente do Partido, Presidente de honra do Partido, Deputado do Partido, maior Liderança do Partido, já foi tudo isso, e agora resolveu assumir o papel do Delúbio...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – ...e do Valério. Essa aí não é a operação tapa-buracos. Essa é a operação tapa-buracos do caixa do PT. E estou apresentando amanhã, Sr. Presidente, um projeto de lei que estabelece em um dos seus artigos o seguinte: “Fica proibido de fazer doações quem tenha recebido obra pública sem ter participado de licitações, tanto nas esferas municipal, estadual ou federal”. É preciso parar com essa nova face do Delúbio que está, infelizmente, no Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de tudo, quero agradecer ao Senador Heráclito Fortes por ter-me permitido usar o seu tempo para falar de um assunto que considero de fundamental importância e que, certamente, muito por coincidência, neste debate que aconteceu hoje nesta Casa, tem a

ver justamente com o assunto corrupção, desvio de dinheiro, etc. e tal.

Aproveito, então, esta oportunidade, apesar de já estar aqui tentando falar há algum tempo – e já estamos quase no fim desta sessão –, e gostaria de retomar o assunto numa outra ocasião para poder tentar ampliar o debate que me traz hoje a esta tribuna.

Iniciamos 2006 com a responsabilidade e a inadiável missão de dar respostas concretas à população brasileira nos mais variados setores. Vivemos, em 2005, momentos muito difíceis, momentos duros, marcados pela profunda crise de credibilidade da classe política que se expôs hoje num debate bastante apaixonado e acirrado. Um período em que todos nós, brasileiros, sofremos e sentimos o peso da enxurrada de denúncias de corrupção, envolvendo Parlamentares de diversos partidos e integrantes do Poder Executivo.

Precisamos, agora, retomar o rumo do desenvolvimento econômico, da geração de mais empregos e renda, da construção e da consolidação de políticas públicas que sejam capazes de resgatar a dignidade do povo brasileiro, seguindo com mais firmeza e determinação na caminhada por um País socialmente mais justo.

Estou convicta de que nessa luta é imprescindível melhorarmos os mecanismos de combate à corrupção. É certo que tivemos algumas importantes vitórias nos últimos anos. A Polícia Federal, o Ministério Público e mesmo as CPIs e o Parlamento, muitas vezes tão criticados, têm cumprido um papel fundamental na cruzada contra os crimes de colarinho branco. Mesmo assim, é importante avançar muito mais.

Um dos nossos maiores desafios é, sem dúvida, o aprimoramento dos instrumentos de recuperação do dinheiro desviado do Erário por ações de corrupção. Ao mesmo tempo em que precisamos avançar nessa seara, precisamos definir, com clareza e transparência, a aplicação dos recursos que foram recuperados pelo Poder Público.

Nesse sentido, Sr. Presidente, apresentei, no final do ano passado, um projeto de lei prevendo que as verbas desviadas dos cofres públicos por ações de corrupção, que forem recuperadas pelo Estado, sejam destinadas ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, com quem já tive a oportunidade de conversar sobre esse tema e de quem recebi toda a solidariedade e apoio para que aqui realizasse um debate a respeito dessa causa, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a política de atendimento dos direitos da população infanto-juvenil se fará por meio de um conjunto articulado de ações go-

vernamentais e não-governamentais da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Entre essas diretrizes, destaca-se justamente a manutenção dos fundos estaduais, municipais e federal, vinculados aos respectivos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Os recursos que constituem a receita desses fundos decorrem de fontes governamentais e de doações de pessoas físicas e jurídicas. O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que as doações feitas podem ser deduzidas do Imposto de Renda de forma a incentivar a captação de verbas.

Sabemos, no entanto, que os recursos destinados a esses fundos não têm sido suficientes para garantir os cumprimentos dos direitos da criança e do adolescente. Isso porque as dotações orçamentárias para eles têm sido irrisórias e porque os problemas operacionais e o próprio desconhecimento da legislação acabam impedindo que o maior volume de doações de pessoas físicas e jurídicas deságüe nesses fundos.

Um estudo realizado pelo Ipea, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, em 2000, revelou, Senadora Heloísa Helena, que somente 0,6% das empresas brasileiras – 0,6%! – com imposto a pagar fizeram doações para o Fundo da Criança e do Adolescente. Foram apenas R\$6,5 milhões destinados a esses fundos em um universo de renúncia potencial de quase R\$100 milhões.

O que queremos é aprimorar essa legislação de doações e recuperar esses recursos que são desviados todos os anos e que retornam, quando recuperados, ao Tesouro Nacional. Há uma discussão, da qual tenho participado ao longo da minha vida, em relação a assegurar os direitos da criança e do adolescente estabelecidos na Constituição, no Estatuto da Criança e do Adolescente. A cada ano que passa, deparamo-nos com cortes absurdos, com um orçamento, eu diria, ridículo, irrisório em relação à demanda, à necessidade urgente, daquilo que cada vez mais se vê na nossa sociedade, que é o abandono de crianças, a falta de políticas públicas sociais, ousadas, criativas, que compreendam as necessidades, os anseios, os desejos, os sonhos das nossas crianças e dos nossos jovens, para que possam crescer com dignidade, ter uma infância saudável e a possibilidade deles, quando adultos, cuidarem de suas famílias, ou terem uma profissão, enfim, de serem felizes.

As crianças nos pedem muito pouco. Agora mesmo eu dizia para a Senadora Heloísa Helena que visitei um orfanato em Fortaleza, a minha cidade. Vi ali, apesar da dedicação das funcionárias, do carinho da coordenadora da creche, do amor que aqueles funcionários dão àquelas crianças abandonadas, a delica-

deza, a tristeza, de cortar coração, de ver crianças tão pequeninas, crianças de meses, se ninando porque não existem braços suficientes para cuidar delas.

Cada vez mais me choca o descaso dos governos em relação a algo que considero fundamental, prioritário, que deve vir em primeiro lugar, na cabeça, no coração de qualquer homem e de qualquer mulher de bem que deseje governar um estado, que deseje governar uma cidade, que deseje governar o País, que é cuidar, em primeiro lugar, de quem mais precisa. É simples. É como nós, mulheres, fazemos ao cuidar dos nossos filhos: se nós temos um orçamento pequeno, com o qual vivem os homens, as mulheres e os trabalhadores do País, com um salário mínimo, e precisam sustentar seus filhos, que são cinco, seis, divide-se o pão, dá-se um pouco a cada um. Não vai dar-se a um e deixar de dar aos outros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Leonel Pavan, na tribuna desta Casa, nos debates que participo, nas reuniões, nos encontros, sempre digo que é hora de deixar de fazer discursos. Todas as vezes, principalmente na época de campanha, fazem-se discursos sobre o tema. Eu própria, que sou política, não agüento mais ouvir dizer que as crianças são o futuro deste País. Que futuro essas crianças terão se apenas 1,5% do Orçamento de bilhões que o Brasil tem é destinado às crianças e aos adolescentes? E o Brasil gasta apenas R\$1,00 por dia com 60 milhões de seres humanos de 0 a 17 anos, que não têm escola ou qualidade no ensino, não têm oportunidade de ter uma casa, um teto para morar, nem a oportunidade de ter aquilo que é essencial na infância: a dignidade, a tranquilidade, o conforto, a alegria naquilo que vemos nossos filhos fazerem quando são pequenos, como jogar bola, soltar pipa, brincar na areia, brincar de correr, brincar de pega-pega. É isto que eles querem: nada mais do que o necessário para que possam ter uma vida digna com felicidade. Esse é o sonho que todos os brasileiros de boa-fé têm com relação às nossas crianças.

Sr. Presidente, é por esse motivo que apresentei esse projeto. Sei da sensibilidade de V. Ex^a em diversas ocasiões, inclusive com o projeto de nossa autoria que prorroga a licença-maternidade de quatro para seis meses. V. Ex^a já disse que, de sua parte, colocaria em tramitação esse projeto o mais rápido possível. Estamos discutindo o assunto na Comissão de Direitos Humanos e Defesa Nacional, ouvindo sugestões e críticas. O projeto que apresentei está completamente aberto para que possa ser discutido.

Sabemos que há desvio de recursos públicos. Todo santo dia, quando abrimos o jornal, escutamos o rádio ou ligamos a televisão, há denúncia de desvio

de recursos, de corrupção, de alguém que está se favorecendo, de políticos envolvidos com essa baderna, com essa nojeira.

Ontem, ouvi um colega Senador dizendo que é constrangedor, às vezes, ao chegarmos a um lugar, ver a maneira como as pessoas nos olham, como se todos fôssemos bandidos. E, ainda ontem, ouvi a Senadora Heloísa Helena dizendo isso emocionada. Mas para quem é sério e faz da política um instrumento, uma ferramenta de transformação da sociedade, de melhoria das condições de vida do nosso povo; para quem educa seus filhos, cuida das suas famílias sem receber propinas, usando aquilo que lhe é de direito, não há o que temer, embora dificuldades existam.

Claro que os nossos salários são muito maiores, muito acima da média do povo brasileiro. Mas quem vive aqui com seriedade, com dignidade; quem vai para o seu Estado, trabalha e aqui participa de todas as sessões, não pode se misturar a uma parte dos políticos que tem envergonhado, sim, o nosso Brasil, que tem revoltado a população brasileira pela forma como se tem conduzido na vida pública, fazendo com que o mandato sério, legítimo, se transforme numa moeda de barganha para favorecer aos seus.

Então, esse projeto busca justamente recuperar o dinheiro, que está sendo desviado, do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Eu tenho certeza, como o mar de corrupção é muito grande, que esse Fundo vai ter muito dinheiro se essa lei puder ser aprovada e contar com o apoio, a participação e o debate de todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Patrícia, sem pretender interromper V. Ex^a, até porque sei que V. Ex^a vai conceder apartes aos Senadores Leonel Pavan, Rodolpho Tourinho e Heloísa Helena, eu quero, sinceramente, parabenizá-la pela coerência, pela ênfase com que sempre defende as crianças e os adolescentes no Brasil. Parabéns por tudo que V. Ex^a diz no que se refere ao Orçamento, ao contingenciamento desses recursos, que já são tão poucos. Um país que não tem compromisso com suas crianças e seus adolescentes jamais poderá ter certeza com relação ao seu futuro.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Transferirei a presidência dos trabalhos, enquanto V. Ex^a concede os apartes, ao Senador Wellington Salgado.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Ouço, com prazer, o Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senadora Patrícia Saboya, eu não quero apenas aqui endossar tudo que V. Ex^a disse, mas sim, primeiro, cumprimentá-la. Todos os Senadores e o Brasil sabem da sua luta em defesa das crianças brasileiras e, conseqüentemente, do mundo inteiro. Isso tem ocorrido sistematicamente. O seu trabalho tem sido diário em defesa do futuro deste País. Quem defende as crianças está defendendo a segurança e o futuro do Brasil. E isso nos orgulha muito, porque debatemos muito aqui jogos, CPIs, corrupção, desvios, obras sem licitação, falta disso e daquilo. É verdade que também temos esse problema tão ruim que empobrece a classe política e o nosso País, que é essa corrupção toda. Fala-se muito em guerra, em violência, mas existe uma guerra que está à nossa frente, que vitima os nossos filhos, os filhos do povo brasileiro. Fala-se em morte no Iraque e em outros países, mas aqui se morre todos os dias, Senadora Heloísa Helena. São milhares e milhares de crianças à nossa frente. A imprensa nacional veicula que um homem-bomba explodiu, matando uma, duas, três, quatro, cinco ou mais pessoas. Tais notícias são veiculadas no mundo inteiro. Entretanto, todos os dias morrem crianças por falta de carinho, atenção, moradia, saúde, saneamento, prática desportiva, espaço cultural, remédio, médico, assistência nos hospitais etc. Todos os dias nós perdemos crianças. Há uma guerra permanente que está à nossa frente e, de certa forma, somos os responsáveis por isso, quando, por exemplo, corta-se recursos dos Municípios para a construção de uma creche. Eu tinha dez projetos, dez emendas, Senadores Heloísa Helena e Rodolpho Tourinho, para Municípios pobres construírem creches. Para quem são essas creches? Para crianças pobres, mães trabalhadoras que não podem trabalhar, porque seus filhos estão na casa de piso batido, dormindo na cozinha, que é o seu próprio quarto. Os pais não podem trabalhar porque as crianças não têm onde ficar. A este Governo – e a outros governos também não interessa – falta uma política construtiva, uma política pública para as crianças brasileira. Os programas de governo falam em educação como prioridade número um. É muito bonito escrever prioridade. Fui Prefeito três vezes da minha cidade, Balneário Camboriú, e passei a investir seriamente nas crianças. Aí a classe empresarial começou até a me intimar: “Vem cá, Prefeito, aqui é uma cidade turística, e você só fala nos bairros, em creche, em criança?!” Aí, nesse debate, respondi ao Jaime Lerner: “O turista só gosta da cidade se nela encontrar um povo feliz. Pode haver todo tipo de equipamento para turismo, mas, se encontrar um povo desnutrido, criança na rua mendigando, pedindo esmola, o turista não vai gostar. Tem que haver

investimento". Então eu criei o projeto do pão e leite. Na época, ainda em 1989, todas as crianças da cidade que estivessem estudando, quando fossem para casa, levariam dois pacotes de leite longa vida e seis pães, durante sete dias. Na época, a evasão escolar foi zero, porque houve incentivo. Criei escolas em tempo integral para que todas as mães pudessem trabalhar. Implantamos um projeto chamado Odonto Baby, dando atenção às crianças cinco dias após o seu nascimento. Já começaram a atender a criança na higienização bucal, porque, com seis, sete, oito, dez ou doze anos, elas não terão mais cáries, estarão felizes, sorrindo. Estou aqui dando exemplo de dois projetos apenas, mas são inúmeros. É preciso investir na criança e criar um fundo para ela. O seu projeto é um dos mais sérios que estou vendo aqui nesta Casa. Não dá para falar em construção de presídio, policiamento, combate à violência, se não estamos combatendo na raiz; não estamos eliminando o mal na raiz. Vamos eliminar os traficantes de hoje, os bandidos de hoje, mas também estão surgindo outros. Não que queiram, não pela cultura, mas porque eles são obrigados, para comer, para viver, para terem alguma coisa, e acabam caindo na marginalidade, lamentavelmente. A falta de investimento na agricultura, no interior, o êxodo rural, tudo isso é um problema grave que assola o nosso País. Meus cumprimentos, Senadora Patrícia, por esse brilhante pronunciamento e pelo seu projeto.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Muito obrigada, Senador Leonel Pavan. Sempre que venho a esta tribuna defender os direitos da criança e do adolescente, V. Ex^a tem sido um grande companheiro, solidário nessa luta. Concordo plenamente com V. Ex^a. Penso que está na hora de levarmos a sério a política social em relação às nossas crianças e aos nossos adolescentes. O que vem acontecendo no Brasil, ao longo dos anos, é que sempre estamos correndo atrás do prejuízo.

Tenho insistido na tese de que se está falando em investimento quando se dá oportunidade a uma mãe de permanecer com o seu filho até os seis meses de idade, quando se constrói uma creche para cuidar com seriedade, com delicadeza das nossas crianças. Está-se investindo quando se cria uma escola boa, de qualidade, como V. Ex^a fez no seu Município, uma escola em horário integral, em que as crianças têm oportunidade de participar do esporte, do lazer, da cultura, da arte, fazendo políticas que sejam realmente ousadas e que dêem oportunidade aos nossos filhos de saírem da pobreza, de saírem da miséria, da amargura, de serem seduzidas pela prostituição, de serem seduzidas pelo crime organizado, de serem seduzidas pelas drogas,

pelo álcool e por tantas outras mazelas que vemos no dia-a-dia da nossa sociedade.

Portanto, só tenho a agradecer a V. Ex^a por essas palavras, que me incentivam e me estimulam, cada vez mais, a lutar por aquilo que acredito, com muita convicção, que é uma vida melhor para as nossas crianças.

Com muito prazer, ouço o Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senadora Patrícia, tenho sido testemunha da sua luta pela criança e pelo adolescente, que é muito importante sobretudo para a região de onde viemos e que representamos, respectivamente, o Ceará e a Bahia. Penso que essa deve ser uma luta permanente, com novos projetos, como o que V. Ex^a apresenta neste momento, que têm de ser levados adiante. Quero dizer – e tenho certeza de que terei a concordância de V. Ex^a, não só pelo que temos conversado, apresentando e discutindo esse assunto – que, na próxima semana, apresentarei o relatório de um projeto que eu chamaria de hipocrisia da doação fiscal, que tem a ver com o Estatuto da Criança e do Adolescente; aquilo que é montado como se fosse um teatro, para funcionar – e não funciona – como se fosse algo verdadeiro, mas não é. Temos observado que as doações permitidas pela Constituição para a criança e para o adolescente têm diminuído a cada dia. Então, digo que é hipocrisia porque a lei permite, a Constituição prevê, mas a norma impede. Por isso, nosso relatório será exatamente no sentido de não permitir que a norma venha a impedir o desejo expresso na Constituição em relação a doações para crianças e adolescentes. Atualmente, a grande maioria das empresas que pagam imposto neste País – em razão do lucro presumido – não pode doar. Em relação às outras empresas – estamos tratando de pessoas jurídicas –, essas só podem doar naquela parcela menor que recolhem, não na parcela maior. E para a pessoa física existe um grande obstáculo, que é o contribuinte não fazer a doação naquele momento em que está decidindo o seu Imposto de Renda, mas sim, ao longo do ano anterior. No tempo do incentivo fiscal, não era assim – não sei se V. Ex^a se lembra. Era o contrário, podia na hora. Mas, para criança e adolescente, não pode. Então, estou apenas citando esse projeto e o relatório que vou fazer, no sentido de me somar a essa luta de V. Ex^a, a que tenho assistido e sobre a qual temos conversado tanto. Tenho certeza de que, por meio desses projetos, que são sérios e importantes, conseguiremos efetivamente melhorar a qualidade de vida dessas crianças e adolescentes do País, sobretudo em nossa região, Senadora.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Obrigada, Senador Rodolpho Tourinho. Tenho uma admiração, um apreço, um respeito enorme por V. Ex^a. Já confessei isso aqui diversas vezes, principalmente na época em que eu presidia a CPI. Por sentar-se ao meu lado e por ser uma pessoa que tem tanta sensibilidade também nessa área, além de tantas outras, V. Ex^a foi e tem sido um grande amigo, tem nos ajudado em momentos muito difíceis, momentos em que fico meio perplexa, às vezes até pensando: meu Deus, será que vão me ouvir? Será que um dia vão ouvir isso que eu estou dizendo? O Senador Tourinho sempre foi essa pessoa que me deu todo o apoio, eu diria até de forma muito carinhosa, ouvindo-me e sendo solidário sempre a tudo isso.

Fiquei muito feliz, Senadora Heloísa Helena, quando soube que seria, então, o Senador Tourinho o relator dessa matéria, que é de fundamental importância, uma demanda bastante antiga da sociedade. Tenho certeza de que, com esse parecer do Senador Tourinho, também poderemos arrecadar recursos para o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e, conseqüentemente, para os fundos estaduais, para os fundos municipais, melhorando também a condição das políticas sociais que precisam ser urgentemente implementadas no nosso País.

Portanto, Senador Tourinho, quero agradecer-lhe, mais uma vez, pela forma sensível e carinhosa como V. Ex^a tem nos ajudado nessa luta pela criança e pelo adolescente.

Agora, ouço, para concluir, com muito prazer, com muito carinho, a Senadora Heloísa Helena – e, em seguida, a Senadora Ideli –, que tem se destacado pela defesa intransigente das pessoas mais pobres, mais humildes, mais sofridas, e principalmente pela autoria de um projeto de que tive o privilégio de participar, discutindo com S. Ex^a, em diversas ocasiões, que garante a creche para as crianças do nosso País.

Portanto, ouço, com muito prazer, a Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senadora Patrícia, sabem todos do carinho, do respeito e da admiração que tenho por V. Ex^a, como mulher, como mãe, como pessoa, como trabalhadora, como Senadora. Em relação à criança, digo que ela é uma causa preciosa, especial, não a única, mas a mais preciosa delas, porque mais preciosa haverá de ser mesmo. Nem vou repetir as mais belas passagens bíblicas que tratam do papel das criancinhas, do significado das crianças no reino do Pai Celestial. Mas por quê? Porque nunca houve – não é pelo que V. Ex^a verbaliza, não é pelo discurso –, todos sabemos que nunca houve, não há, nunca haverá uma maldita personalidade política que

deixe de verbalizar o compromisso com a criança. Há questões de que todos os políticos falam: o honesto e o vagabundo; o sério e o delinqüente; o que patrocina a honestidade no mundo público e o que patrocina o banditismo político. Todos no palanque verbalizam o compromisso com a criança. É algo inimaginável. No entanto, quando observamos a realidade objetiva, como aquela que emocionou V. Ex^a e que a levou não apenas às lágrimas, mas às lágrimas e à luta em defesa das crianças vítimas da exploração sexual; quando se analisa quem está adotando as crianças pobres brasileiras – isso é o mais doloroso de se identificar –, Senador Tourinho, Senador Pavan, as crianças pobres dos morros, das favelas, das periferias, esteja em Alagoas, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais ou em qualquer lugar, quem as está adotando é a maldita estrutura do narcotráfico e do crime organizado. E a faixa etária é cada vez menor. O menininho, Senador Wellington, que vira olheiro do narcotráfico é aquele de cinco, seis anos, que se esconde melhor em uma caixa velha para identificar melhor, quando sobe ao morro, o aparato de segurança pública. E esse menininho que é adotado pela estrutura da marginalidade – à qual seus pais muitas vezes já recorreram como último refúgio – ganha, como prêmio, um sanduíchezinho de mortadela, a “proteção” e a introdução ao crack, porque é através da introdução no mundo das drogas que ele será absolutamente dependente das drogas e usado pela estrutura do narcotráfico. É por isso que é muito importante o projeto de V. Ex^a, a luta de V. Ex^a. É muito importante que este Congresso Nacional, além de legislar, seja capaz de fiscalizar a execução orçamentária. Não é possível uma coisa dessas. Não é possível que tudo que é pensado pelas mulheres e homens de bem e de paz – minoria, porém muitos, no Congresso Nacional –, que tudo que é pensado, projetado e apresentado na legislação do País ou na proposta orçamentária vire letra morta, gasta e vazia ou um instrumento de maldita promiscuidade. O governo anterior fazia e o atual governo faz um balcão de negócios sujos para a liberação das emendas da creche, da escola ou de qualquer outra coisa. Isso é muito doloroso, porque não ataca o parlamentar, pois os nossos filhos – somos mães não apenas um dia da semana, mas, muitas vezes, somos pai e mãe segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo – já não precisam mais do aparelho de Estado, embora possam até ser vítimas indiretas do aparelho de Estado que desfavorece o filho da pobreza, que acaba matando o filho da classe média, como já vivenciamos muitas experiências dolorosas. Eu já tive oportunidade de falar aqui sobre um casal de amigos nossos da universidade, do Otávio e da Belmira. A tese de dou-

torado do Otávio foi sobre a tragédia do capitalismo e a violência na modernidade, e sua esposa, Belmira, professora da universidade, dedicou os últimos anos da sua vida em alternativas de combate à violência contra a mulher. O filhinho mais novo deles, o filho caçula, de vinte anos, que morava em casa, foi assassinado por outro menino de vinte anos. O menino de vinte anos que assassinou foi à televisão e, na mais absoluta frieza – por que a frieza? Porque a sociedade é tão maldita que retira dele toda a emoção, toda a ternura e todo o respeito que ele poderia ter por outras pessoas –, e na mais absoluta frieza, disse: “matei porque ele reagiu ao assalto”. Então, não é uma coisa qualquer o que está acontecendo no País, do mesmo jeito que não é uma coisa qualquer o projeto que vamos discutir. O projeto do Fundeb não está sendo votado na Câmara, mas poderá ser votado hoje ou na próxima semana. Aí queremos ver, no debate que será feito aqui, quem tem compromisso com a educação pública, gratuita e de qualidade e quem verbaliza o compromisso e se distancia dele não apenas no que diz respeito ao ensino fundamental, ao ensino profissionalizante, ao ensino de jovens e adultos, ao ensino médio, mas também à educação infantil. Não é possível que um País como o nosso, Senador Tourinho, não seja capaz de assumir o compromisso de dizer que o Estado vai acolher 100% das suas crianças. Uma ova que não tem dinheiro! Mentira safada, desqualificada, farsa técnica e fraude política dizer que não tem dinheiro para acolher as nossas crianças de zero a seis anos, porque pode até acontecer, mas é muito difícil uma criança que é acolhida, que é adotada pela estrutura do Estado, de zero a seis anos... Como sabe V. Ex^a, Senador Rodolpho Tourinho, de zero a seis anos é que acontecem todas as conexões neurológicas. Ninguém pode dizer que o filho do Senador é mais inteligente do que o filho do favelado. Mentira! É naquela faixa etária que acontecem as conexões neurológicas, quando a criança precisa ter acesso ao aprendizado, quando ela não pode ter experiências traumáticas, que marcarão para sempre sua alma e seu coração. É nessa faixa etária que ela não pode vivenciar experiências que a marcarão para o resto da vida, porque não se recompõe a infância de uma criança. Esse é o problema. Uma experiência dolorosa que se tenha na fase adulta pode ser superada, mas uma experiência dolorosa na infância nunca poderá ser reconstituída e marcará essa criança para o resto da vida. A infância não se recupera; as fases na vida adulta, sim, mas a infância não pode ser recuperada. É por isso que quero saudar – desculpe ter me alongado no aparte –, mas quero saudar com entusiasmo não apenas o projeto de V. Ex^a, mas a sua vivência nesta Casa e ao longo da sua história

de vida defendendo – é claro que V. Ex^a defende – os idosos, como eu defendo, a juventude, os pobres, os filhos da pobreza, mas defendendo também aqueles que são mais frágeis, aqueles que muitas vezes ocupam os malditos discursos oficiais e que sempre são vítimas do abismo entre o que falam e o que fazem, entre o que aprovam e o que implementam, entre o que aprovam no Orçamento e o que executam. Portanto, o meu tributo a V. Ex^a, a minha homenagem a V. Ex^a pela sua luta, pela sua dedicação, como mulher, como mãe e como pessoa, além de ser militante, Senadora competente, exemplar para todos nós.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Obrigada, Senadora Heloísa Helena.

Cada vez que escuto V. Ex^a falar, eu me emocionio, porque nós, que vivemos na política, sabemos perfeitamente quando uma pessoa apenas verbaliza algo e quando realmente sente a necessidade, a vontade, o desejo de poder transformar. Nas suas palavras, sempre encontro essa pessoa, essa mulher guerreira, forte, que aqui se exalta, que aqui fala grosso e que, ao mesmo tempo, consegue ser esta doçura, esta meiguice, esta mãe tão carinhosa, esta mãe tão protetora, esta mãe tão querida, esta mulher que, certamente, nos ensina muita coisa.

Tenho aprendido muito com V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, nesta Casa. Tenho aprendido muito, apesar de estarmos em posições políticas diferentes, mas a cada dia aprendo mais, com sua sensibilidade, com sua força, com sua coragem e com a sua determinação, o valor de se fazer uma política séria, honesta, uma política com P maiúsculo, como dizia meu avô.

V. Ex^a toca num ponto muito importante, que é justamente a primeira infância, a educação infantil, que aqui alguns de nós, Senadores, temos debatido. São as crianças que mais precisam, são as mais frágeis, são as mais vulneráveis, são as que mais são abandonadas, são as que mais são seduzidas, são as que mais são cooptadas pelo crime organizado e por tantas outras coisas.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, se não formos capazes, todos nós, o Congresso, os governantes, o Presidente de República, os prefeitos, os deputados, os vereadores – e meu esforço tem sido, não só aqui no Congresso, mas também viajando, no meu Estado e em outros, percorrendo municípios, pedir que em cada lugar tenhamos pelo menos um parlamentar que seja referência no cuidado, no zelo pelas nossas crianças e pelos nossos adolescentes. Pouco a pouco, temos conseguido muito êxito em relação a isso.

Antes de passar a palavra à Senadora Ideli Salvatti e de encerrar minhas palavras, quero falar de um Prefeito do meu Estado a quem lancei um desafio

quando trabalhava no projeto que prorroga a licença-maternidade de quatro para seis meses. Eu dizia ao Prefeito Marcos, de Beberibe, do PT, Partido de V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti: “Prefeito, aceite esse desafio”. No dia seguinte, ele marcou uma sessão extraordinária na Câmara Municipal, aprovou o projeto e hoje todas as funcionárias da Prefeitura de Beberibe, Município do meu Estado, do qual tenho muito orgulho, têm a licença-maternidade prorrogada de quatro para seis meses. As mulheres, que vivem, em média, de 72 a 74 anos, agora poderão permanecer seis meses junto a seus filhos recém-nascidos.

Escutei a Senadora Serys Silhessarenko, defensora da causa das mulheres e das crianças, falar, um dia, uma frase que tenho, com a sua permissão, Senadora, repetido em todos os lugares onde chego para falar das crianças: nós, mulheres, somos 52% da população; os outros 48% são nossos filhos. Está na hora de respeitar as mulheres. Está na hora de respeitar nossos filhos. Está na hora de dar a eles condição de crescer. Que esses discursos que sempre são feitos nas campanhas políticas possam se tornar realidade.

Agradeço, sensibilizada, mais uma vez, as palavras tão delicadas, tão generosas da Senadora Heloísa Helena. Espero que a nossa luta aqui continue cada vez com mais força, com mais vontade, com mais garra, aprovando este projeto e tantos outros não só evidentemente os meus, mas daqueles que desejam ver uma vida melhor para as nossas crianças.

Vou encerrar – prometo, Presidente, mas esperei desde às 9h30 para falar – concedendo o aparte à Senadora Ideli Salvatti, com muita honra.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senadora Patrícia. Não sei se V. Ex^a conhece inveja positiva. Conhece?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Eu a tenho do seu projeto que foi sancionado, de que fui Relatora, que é espetacular. Esse é um exemplo de inveja positiva.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Há uma música cantada pelo Milton Nascimento que retrata bem essa inveja positiva. Diz assim: “Certas canções que ouço cabem tão dentro de mim, que perguntar carece como não fui eu que fiz”. Então, Senadora Patrícia, o projeto de V. Ex^a é maravilhoso. Eu tenho inveja porque realmente ele é muito significativo, vai permitir que tenhamos em números um acréscimo significativo de recursos que vêm do crime para prevenir o crime.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Exatamente.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Vêm do crime para prevenir o crime. É a melhor destinação que podemos dar ao dinheiro do crime: prevenção do cri-

me. Outro projeto de que tenho inveja positiva é aquele que o Senador Rodolpho Tourinho vai relatar. Quando vim para esta Casa como Senadora, vim com a idéia de mexer no Fundo da Infância e da Adolescência, porque, da forma como está o repasse do Imposto de Renda, é impossível ser feito mesmo. Não há condição. Espero que consigamos aprimorar e que tenhamos a aprovação de muitos projetos que causem inveja positiva, sempre, principalmente para crianças.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Obrigada, Senadora Ideli Salvatti. Além de invejar positivamente o seu projeto que permite que as mulheres, ao terem seus filhos na maternidade, possam estar acompanhadas da pessoa que escolherem, também tenho inveja evidentemente dessa canção tão bonita com que acabou de nos presentear neste plenário. Agradeço a V. Ex^a pelo apoio, pela dedicação, pela forma como tem trabalhado, agido como membro da nossa CPI que investigou as redes de exploração sexual, que foi de fundamental importância para que pudéssemos aprovar uma nova legislação, para que pudéssemos trazer esse assunto à tona e pudéssemos fazer desse debate um fruto para melhorar a condição de vida nosso povo.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Patrícia Saboya Gomes, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, pela Liderança.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, agradeço se outro Senador puder usar da palavra agora. Eu o farei depois.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, como oradora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente. Vim ao plenário inclusive para a utilização do art. 14. Fui informada de que já havia sido utilizado e, então, fiz minha inscrição. Dispondo de um pouco mais tempo, vou aproveitar o ensejo para explicitar melhor.

Houve um acalorado debate no plenário. Creio que acalorado não é bem o adjetivo adequado, mas, no período em que o debate ocorreu, estávamos na Sub-Relatoria de Normas da CPMI dos Correios, ouvindo nada mais, nada menos que o Dr. Lucas Furtado, Procurador junto ao Tribunal de Contas da União. Entre tantos assuntos que o Dr. Lucas Furtado teve oportu-

nidade de explicitar, estava exatamente em pauta a questão GTech/Caixa Econômica.

Ontem houve a apresentação do relatório preliminar da CPI dos Bingos. Como o Dr. Lucas Furtado acompanha o contrato da GTech com a Caixa Econômica desde o nascedouro, desde 1996, tem, portanto, muitas informações a dar. S. Ex^a prestou informações à CPI dos Bingos, mas, lamentavelmente, as informações, o relatório votado por unanimidade por todos os Ministros do Tribunal de Contas da União e as perguntas especificamente feitas pela CPI dos Bingos ao TCU consolidaram o contrato como legal, lícito, adequado e impossível de ser feito de forma diferente pela atual gestão da Caixa Econômica.

Em especial, o Dr. Jorge Mattoso foi incorporado no relatório parcial do Senador Garibaldi Alves Filho. Era muito importante que eu estivesse lá. Assim, fiquei dividida entre aqui e lá, pois queria estar aqui também. Quando cheguei, o debate já estava encerrado, e o Dr. Lucas Furtado apresentou novamente um parecer muito esclarecedor sobre como se deu, sobre a forma ilegal no nascedouro, porque quem ganhou a licitação foi a Racimec. A GTech comprou a Racimec – na realidade, não comprou a Racimec, comprou o contrato com a Caixa Econômica. Portanto, foi uma entrada sem participar de licitação. A GTech controla a tecnologia. Houve inúmeras decisões judiciais obrigando a Caixa Econômica a renovar, com grande prejuízo, os contratos. A única vez que houve redução no preço foi exatamente na gestão do Dr. Jorge Mattoso.

Então, era muito importante que eu estivesse lá. Infelizmente, não pude participar aqui do debate, gostaria de estar, e o Dr. Lucas Furtado foi muito firme, muito categórico ao afirmar que, por tudo que ele conhece, jamais proporia o indiciamento do Dr. Jorge Mattoso. Eu não poderia ter deixado de estar lá acompanhando, mas com muita vontade de estar aqui também.

Soube que meu nome foi citado numa das falas de um dos Senadores da Oposição, não sei se estava fazendo algum tipo de crítica ou apenas citando o caso, o fato de eu ter apresentado um projeto para regulamentar a questão dos bingos e de esse projeto ter sido retirado.

É muito importante, porque já assomei à tribuna pelo menos umas vinte vezes para falar sobre esse assunto, porque, vira e mexe, ele volta.

O jogo no nosso País ou é proibido ou é regulamentado. A situação que vivenciamos é absolutamente propícia a que o jogo tenha um canal aberto para a lavagem de dinheiro, evasão de divisa e favorecimento do crime organizado. Quando apresentei o projeto, o fiz exatamente como fruto do trabalho da CPI do Banestado, que eu acompanhava muito atentamente.

Uma das maneiras de lavar e mandar dinheiro ilegal para fora é o jogo.

Portanto, quando apresentei o projeto, meu principal objetivo era que houvesse controle desses verdadeiros bilhões que circulam pelas casas de jogos. O ponto forte do meu projeto era exatamente que todo e qualquer prêmio pago fosse informado **on line**, na hora do pagamento. Efetuado o pagamento, a Receita Federal e o Coaf tinham que ser imediatamente avisados. O sistema de informatização permite que isso aconteça. Era a maneira de evitarmos que certas pessoas, Senador João Batista Motta, estranhamente ganhem tantas vezes na loteria. Já houve casos de a lavagem do dinheiro se dar pelos prêmios sucessivos ganhados nas loterias, de forma estranha. É muita sorte acumulada em alguns.

No ano de 2004, o Presidente da República mandou uma medida provisória para proibir o funcionamento dos bingos. Eu era Líder do PT na época e entendi que era incompatível eu ser autora de um projeto para regulamentar e, como Líder do PT, ter de fazer a defesa da medida provisória do Presidente da República, medida provisória que, aliás, foi derrotada neste plenário. Foi derrotada, e o voto foi nominal. Todos podem acessar para saber quem votou a favor e quem votou contra, quem não quis proibir e quem não quer regulamentar.

Por isso, tive que voltar à tribuna para fazer esse tipo de esclarecimento. Estranhei que citou o meu projeto, mas não citou outros que estão tramitando na Casa, inclusive, de Senadores do PSDB.

E quero dizer que, se justifiquei alguma vez a retirada, o fiz por conta daquilo que considerei incompatível com a minha posição de Líder do PT: ter um projeto regulamentando, quando havia uma medida provisória do Presidente Lula para proibir o bingo. Mas em momento algum fiz qualquer comentário a quem queria, como eu também quis, antes da tentativa do Governo, do Presidente de proibir, de buscar regulamentar. Apenas estranhei que não tenha tido citação a projetos que estão tramitando aqui. E volto a dizer, dos projetos que estão tramitando aqui, há projetos de Senadores do PSDB.

Temos uma CPI para investigar bingos. E, talvez pelo fato de estar sendo uma das pessoas que mais insiste em perguntar a quem é convocado a prestar depoimento na CPI dos Bingos o que tem a ver com bingos – e não sei se isso irrita quem convoca – é que, no depoimento desta semana, tive de me contrapor ao Presidente da CPI para permitir que a resposta fosse dada pelo depoente e não pelo Presidente da CPI. Perguntava-se por que o Sr. Paulo de Tarso Venceslau estava ali na CPI dos Bingos: o que ele sabia de bingo,

o que tinha a ver com bingo, o que sabia de lavagem de dinheiro a partir de casas de bingo. Então, tive de me contrapor ao Presidente.

É bom até lembrar – e peço o aval do Senador Tião Viana – que, na CPI dos Bingos, até agora sentou um dono de casa de bingo. Só um! Por coincidência, não é, Senador Tião, cujo requerimento de convocação foi nosso. Houve uma celeuma. Chegou-se ao ponto de sermos acusados de tentar desviar o foco do assunto da CPI dos Bingos por requeremos convocar o dono de uma casa de bingo!

Assunto relacionado a jogo é o da GTech, não é? Está aí o relatório, como eu já disse, como o contraditório muito forte, por unanimidade, do Tribunal de Contas da União, principalmente no que tange a qualquer ilícito cometido pela atual diretoria da Caixa, de forma muito especial, o Dr. Jorge Mattoso.

Mas eu gostaria que a CPI dos Bingos pudesse trazer as inúmeras situações ilegais de jogos, para que pudéssemos realmente nos dedicar a elas. Lá em Santa Catarina, nós já tivemos duas operações da Polícia Federal desmontando cassinos ilegais...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só um minutinho, Senador Heráclito.

Eu sei que isso acontece em vários outros Estados. Há casas de jogos que funcionam única e exclusivamente baseadas em liminares da Justiça. Tudo isso deveria estar tendo, da parte da CPI dos Bingos, a atenção devida. Infelizmente, está tudo virado para outro lado, virado para outro foco.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu vou conceder já, na ordem. Primeiramente, o Senador Pavan, depois o Senador Heráclito e V. Ex^a. Peço, então, a brevidade dos três oradores, para que eu possa concluir a minha fala.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senadora Ideli, acho que V. Ex^a não ouviu desde o começo a discussão que ocorreu aqui. A pessoa de que gosto muito, o Mercadante, levantou uma questão de São Paulo. Tratava-se da aprovação, pela Assembléia Legislativa, de uma lei que acabava com aqueles caçaníqueis em bares, em esquinas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Absolutamente correta do meu ponto de vista.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Corretíssima. Nesses jogos em bares, eu particularmente acho que as pessoas se perdem. Uma criança vai comprar pão e acaba jogando, portanto, aquelas máquinas têm realmente que ser desativadas. E o Governador Alckmin

vetou a lei, argumentando que ela é inconstitucional, que o Governo Federal é quem deveria fechar essas casas com uma, duas ou três máquinas de jogos. O Senador Mercadante abordou essa questão e usava a carta como se o Alckmin estivesse, de repente, querendo proteger os donos dessas máquinas. Por isso, que houve esse debate. Mas, quanto a projetos sobre bingos, antes do caso Waldomiro Diniz, eu tinha um projeto aqui, nesta Casa...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Aliás, Senador, o senhor retirou? Porque tem um site que diz que o senhor retirou o projeto, mas, pela tramitação aqui, a informação que me dá a Casa é de que continua tramitando. Por isso, nem o citei.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Eu retirei o projeto antes do caso Waldomiro Diniz. Aí disseram: retirou por quê? Reapresentamos o projeto, que é bastante extenso e cujas normas preconizam a fiscalização da Receita Federal, da seguinte forma: a pessoa tira o ticket e identifica-se na hora joga e, se ganhar, o prêmio é dado em nome dela, como se fosse uma nota fiscal, permitindo a legalização daquilo que hoje não está legalizado. O nosso projeto visa legalizar e cobrar, como há agora o Timemania, a Sena, a Loto. É para fiscalizar e cobrar recursos desses jogos. A lei está ali, assim como há outras leis tramitando aqui no Senado e na Câmara Federal.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Aliás, o senhor parece que tem dois projetos. Esse que retornou e um outro.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Eu tenho um de 1994, que não é sobre bingo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas é também relacionado a jogo, não é?

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – A cassinos. Eu sou favorável. Eu sei que há uma lei que diz que, país de turismo, deveria haver cassinos regulamentados. A cada dois milhões de pessoas, haveria apenas um cassino no Estado. No caso de Santa Catarina caberiam dois, por enquanto. Esse eu tenho e defendo. O que não defendo é a ilegalidade. A ilegalidade tem que ser combatida. E próprio Governo Lula mandou uma carta falando em bingo, mandou a mensagem falando em bingo em 2004, em 2003 e também em 2004. Mas não quero apenas neste aparte justificar quem tem projeto, quem retirou ou quem enviou projetos. O que quero é dizer que não concordamos com a ilegalidade, com o crime e a lavagem de dinheiro. E, lá, na Comissão dos Bingos, infelizmente, tem gente que não presta no nosso Partido e, também, em outros Partidos e, às vezes, há alguma proteção, mas não é da nossa parte.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Ideli Salvatti, me dirigia ao plenário no momento em que V. Ex^a se referia a um Senador que a havia citado com relação a projeto sobre bingos. Evidentemente que não foi o Senador Heráclito Fortes. O que eu fiz foi pedir, por meio de requerimento à Mesa, o nome dos autores de projetos que dizem respeito ao jogo e que estão em tramitação no Senado. E, aí, vale tanto para os de iniciativa do Executivo como os de iniciativa do Legislativo. Mas a minha pergunta é muito simples.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito Fortes, para que não paire nenhuma dúvida, não fiz nenhuma citação a V. Ex^a. Eu até posso declinar o nome a que me referi. Eu não quis criar mais polêmica. Como eu não estava no plenário, fui informada de que foi o Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas eu também não me encontrava no plenário. Mas a pergunta que eu gostaria de fazer é se o projeto de V. Ex^a e o do Waldomiro Diniz são iguais. É o mesmo projeto? V. Ex^a copiou o do Waldomiro Diniz ou o Waldomiro Diniz copiou o de V. Ex^a?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito Fortes, eu não conheço o projeto do Waldomiro Diniz e nem copieei projeto de ninguém. Fiz o debate a partir do trabalho que nós realizamos na Comissão do Banestado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Digo isso, porque, depois veio um projeto do Governo que, posteriormente, foi retirado – mas que até entrou como medida provisória –, que era inspirado em Waldomiro Diniz, baseado na grande experiência que ele adquiriu no Rio de Janeiro. A minha dúvida era apenas a seguinte: o projeto de V. Ex^a não tem nada a ver com o projeto do Waldomiro Diniz?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É óbvio que não. Com toda a sua inteligência, V. Ex^a sempre gosta de fazer determinadas ligações indevidas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não, V. Ex^a é que está se ligando. Eu estou apenas querendo fazer...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A sua pergunta, como sempre, é muito inteligente e cheada de intenções boas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Muito obrigado, vou dormir tranquilo hoje com esse elogio.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Posso conceder então, Senador Gilvam.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senadora Ideli, é oportuno realmente este debate com conhecimento de causa. Quero lhe hipotecar minha solidariedade e dizer que o País precisa discutir com urgência esse tema, para aprimorarmos e evitarmos entrar num difícil processo de soluções. A discussão toda prosperou aqui, o problema da clandestinidade, que campeia a droga e a criminalidade. Eu quero deixar uma posição bem aberta ao País, solidarizando-me com V. Ex^a e dizer que realmente temos que regularizar essa situação por meio de projetos de lei, trazer à luz do dia. Com certeza absoluta as coisas caminharão muito bem. Temos que tributar, temos que trazer à tona para que possamos tratar o problema. Os jogos nunca deixarão de existir. Isso é da idade da pedra, sabemos que é complexo, entram problemas de religiosidade e outros interesses, mas em nosso País é preciso discutir o tema. O Congresso Nacional tem que tratar essa matéria, e no que depender do nosso apoio, do nosso voto, é um voto aberto. Nós somos pela regularização. Por meio de projeto de lei para que isso venha à tona e possamos realmente evitar essas coisas que estão acontecendo no País, a CPI, a criminalidade aumenta, é um problema que vem desde a Idade da Pedra, da Idade Média. Os jogos são realmente uma coisa que ocorre... E, sem dúvida, temos de tributar, sim, regularizar, fazer com que as coisas se tornem bem transparentes. Quero me solidarizar e parabenizar V. Ex^a pela retrospectiva, pela defesa da idéia.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex^a e quero agradecer a todos os apartes.

Efetivamente, tenho a convicção de que ou se proíbe de vez e nesse caso deve-se ser profundamente rigoroso para que não existam os clandestinos, aqueles que todos sabem onde funcionam, aqueles para os quais todos fazem olho tampadinho, ou, então, que se regulamente. A tentativa da medida provisória da proibição tinha uma lógica que era zerar o jogo para que pudéssemos ter, em seguida, todo o debate da regulamentação. Infelizmente, o Plenário do Senado derrotou a medida provisória, que teve votos suficientes para que não fosse aprovada. Penso que foi um dos episódios mais lamentáveis do Senado da República, do meu ponto de vista, porque nós não estaríamos tendo esse debate continuado; é uma situação pendente, uma situação em aberto, uma situação que, volto a dizer, continua acontecendo à revelia e até facilitando toda essa possibilidade de evasão de divisas, de lavagem de dinheiro e de vinculação com o crime organizado.

Lamento, mais uma vez, que a CPI dos Bingos não esteja sendo canalizada efetivamente para investigar bingos, jogos e lavagem de dinheiro. Como no meu Estado há exemplos – imagino que em todos – há exemplos de situações de jogos clandestinos que estão funcionando, vira e mexe tem uma operação da Polícia... Em um ano, tivemos em Santa Catarina duas operações da Polícia Federal desmontando cassino clandestino em Balneário Camboriu. São duas vezes em um ano. Posso lhe dizer? Devem estar funcionando.

Então vamos trazer para a CPI a investigação e vamos trazer o debate de uma vez de forma clara, ou a proibição para valer ou a regulamentação devida para termos fiscalização de uma atividade que envolve bilhões de reais ao longo do ano.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Wellington Salgado de Oliveira, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra, pela Liderança do PSDB, ao Senador Leonel Pavan.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não usarei todo o tempo.

Em primeiro lugar, quero dizer que tenho imensa alegria em receber aqui o Deputado Federal Edinho Bez, do PMDB, que tenta me convencer a apoiar seu Partido em Santa Catarina. V. Ex^a, Senador João Batista Motta, que preside o PSDB, é amigo do PMDB do Espírito Santo e aproveitou para fazer esse jogo.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Batista Motta. PSDB – ES) – Perdão, não ouvi o que V. Ex^a falou a respeito do jogo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Fiz apenas um comentário a respeito de V. Ex^a ter se aliado ao PMDB. Foi só isso. Com certeza, foi um equívoco.

Sr. Presidente, queria fazer este pronunciamento ontem. Foram-se acumulando os problemas e alguns outros temas que me sugeriram e que pensei que deveria abordar.

Sr. Presidente, encaminhei requerimento apresentando voto de aplauso pela inauguração e dedicação do santuário de Santa Paulina, que acontecerá no próximo dia 22 de janeiro, em Vígolo, Município de Nova Trento, onde nasceu nosso vice-Prefeito, em Santa Catarina. O santuário foi erguido pela Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição.

Eu e o Deputado Edinho tentamos apresentar uma emenda para que pudessem implantar uma ro-

dovia que melhorasse o acesso à igreja do Santuário Madre Paulina em Nova Trento. Infelizmente, não conseguimos. Foi colocado junto no bolo do turismo. Mas eu estou aqui hoje.

No dia 22 será inaugurada a igreja de Santa Madre Paulina, no Distrito de Vígolo, Município de Nova Trento. A Congregação das Irmãzinhas foi justamente criada pela jovem Amábilis Lúcia Visintiner, que hoje é a Santa Madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus. Ela já, sem dúvida nenhuma, proporciona a Santa Catarina um movimento muito grande de pessoas que procuram paz, fazer orações. Movimenta Santa Catarina com pessoas do Brasil inteiro e até do exterior. As Irmãzinhas da Imaculada Conceição construíram uma igreja com recursos dos fiéis, com recursos daqueles que vão até lá visitar a cidade de Nova Trento, o Distrito de Vígolo, dos fiéis que vão buscar paz, milagres, orações. São pessoas que contribuem com aquela congregação. Elas construíram uma igreja que será inaugurada dia 22 de janeiro do presente ano.

Santa Madre Paulina foi canonizada pelo Papa João Paulo II no dia 19 de maio de 2002 em Roma. Depois daquele dia, Santa Catarina mudou, passou a ser um Estado também procurado em função da cidade de Nova Trento, onde morou a Santa Paulina.

O carisma da congregação fundada por Santa Paulina é uma riqueza evangélica porque busca servir os pobres com o espírito de simplicidade, de humildade, e de vida cheia de Deus. A congregação nasceu na pobreza, e tem em sua história o serviço aos pobres nos hospitais e santas casas, lares para idosos, creches, escolas para atender à infância e à juventude, atuando nas diferentes pastorais paroquiais, especialmente em regiões necessitadas, atuando também na missão além-fronteiras, e na missão indígena. As irmãzinhas assumiram, a fim de construir, sozinhas, o Santuário Santa Paulina em Vígolo, Nova Trento. “O Santuário, com mais de seis mil metros quadrados de área coberta, tem um caráter arquitetônico admirável, principalmente, considerando-se que, graças ao esforço e à dedicação dessas corajosas religiosas e somente com a ajuda dos fiéis, foi construído sem receber nenhuma ajuda de repartição pública, exceto do Poder Público de Nova Trento”.

Toda esta saga e heroísmo por parte da congregação retratam a essência da trajetória de vida da mulher simples, de valores sólidos e puros, de imensa espiritualidade e bondade que foi a Madre Paulina.

Somos honrados por ter tão nobre missão sediada em nosso Estado, razão pela qual, em reconhecimento e agradecimento, propomos aqui, nesta Casa, Voto de Aplauso às Irmãzinhas de Nova Trento.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Permite-me um aparte, Senador Leonel Pavan, no momento oportuno?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O requerimento já foi lido aqui pelo Senador Renan Calheiros e a Comissão deverá avaliar esse Voto de Aplauso.

Concedo, com muita honra, ao amigo Senador.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Leonel Pavan, realmente V. Ex^a faz justiça ao render, da tribuna desta Casa, homenagem tão especial à Madre Paulina. V. Ex^a, desde 1995, quando chegou ao Congresso Nacional, como Deputado Federal, tem tido uma atuação parlamentar exemplar. O Deputado Federal Edinho Bez, que veio aqui para ouvir seu pronunciamento, vai integrar-se à comitiva para a inauguração do Convento de Nova Trento. Isso mostra a respeitabilidade que V. Ex^a detém no pujante Estado de Santa Catarina. Tive oportunidade, há quatro meses, de fazer uma grande caminhada, desde Saint Jean, na França, até a famosa cidade de Santiago de Compostela. Foram 920 km de caminhada, durante 30 dias. Tive o ensejo de ver as fantásticas obras de grandes religiosos, grandes templos e igrejas abençoadas, em muitos dos quais nos hospedamos. Realmente, a vida dessa religiosa foi exemplar, pautada na fraternidade, na bondade, no caráter, tendo contribuído para o equilíbrio da humanidade. Pode-se comparar seu trabalho social gigantesco, estendido ao espiritual, ao de Mahatma Gandhi, na Índia, e ao de tantos outros religiosos mundo afora. Madre Paulina realizou um trabalho excepcional em Santa Catarina em favor de todo o povo brasileiro. Estou engajado na referida comitiva – sou do PMDB – junto com o Deputado Edinho Bez e espero que V. Ex^a também se engaje nessa grande peleja política que ocorrerá em todo o País. Lá em Santa Catarina, o nosso Governador, Luiz Henrique, aguarda V. Ex^a, grande Líder daquela região, para promovermos esse entendimento, tendo em vista uma grande frente. A amizade do Deputado Edinho com V. Ex^a vai contribuir ainda mais para que o processo político em Santa Catarina tenha sucesso. V. Ex^a é um exemplo nesta Casa. Antes de chegar aqui, estudei a biografia dos colegas, inclusive a de V. Ex^a. Peço a V. Ex^a que me inclua na sua lista de amigos. Quero parabenizá-lo pela grande iniciativa de homenagear essa figura magnífica que foi Madre Paulina.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Gilvam Borges, agradeço o seu aparte. Eu estou aprendendo a admirá-lo pela sua garra. Eu já o conhecia como Deputado e também como Senador. E agradeço as suas palavras singelas, que, realmente, constituem mais um motivo para continuarmos a nossa luta. Quanto à amizade do Edinho e do Governador,

é recíproca. E essa amizade, com certeza, fará com que as coisas se invertam este ano em Santa Catarina, que agora aconteça o contrário do que ocorreu no passado.

Sr. Presidente, uma das coisas que estamos discutindo aqui muito, muito mesmo, é a questão do Orçamento da União.

A última vez que vim a esta tribuna, ano passado, foi para enaltecer o Ministro das Cidades, Márcio Fortes, e a sua equipe de trabalho, a sua assessoria, e até para fazer a defesa de S. Ex^a, tendo em vista a denúncia de que o ex-Deputado Severino Cavalcanti tinha uma sala naquele Ministério. Eu não quero rever o que disse porque teria de fazer, novamente, uma análise do que acontece naquele Ministério.

Atualmente eu não consigo falar nem com o assessor do Ministro aqui no Senado. Alcino, se você estiver me ouvindo, procure-me, porque eu não consigo mais falar com o assessor do Ministro das Cidades.

Espero que o Ministro cumpra o acordo que fez comigo, olho no olho; senão, vamos voltar aqui para cobrar novamente. Balneário Camboriú, Agrolândia, Bela Vista do Toldo, Mondaí, Caçador, Campo Belo do Sul, Governador Celso Ramos, Laurentino, Mirim Doce, Nova Trento, Nova Veneza, Tijucas são cidades que seriam beneficiadas com emendas do Ministério das Cidades, emendas para assistência a Municípios pobres, no valor de R\$67 mil, algumas com esse valor. O Ministério não nos atendeu, chegou a proporcionar um “mico” a algumas cidades, porque seus prefeitos já tinham sido chamados pela Caixa Econômica Federal para assinar o convênio, conforme comunicação do Ministério das Cidades. Lá estavam os prefeitos, os vereadores, os gerentes da Caixa Econômica Federal, a comunidade, esperando que o Ministério dissesse sim. Ora, se a própria Caixa fora comunicada da assinatura do convênio para uso desses recursos, por que, na última hora, no último minuto, o Ministério desautorizou a assinatura dos convênios?

Quero continuar vindo a esta tribuna e agradecer àqueles que estão atendendo os Municípios e os parlamentares, independentemente de cores partidárias. Não me tenham como adversário pessoal – este aqui vai passar a ser adversário pessoal, porque eu fui ter um tête-à-tête com o Ministro, olho no olho. Eu saí daqui do Senado e fui conversar com o Ministro. Eu não quero dizer que perdi tempo, porque vou recuperar o tempo de outra forma. E, onde estiver, vou cobrar. Os recursos destinados a esses Municípios não vamos aceitar que não sejam liberados. Não me tenham como adversário pessoal, porque eu não gosto de passar por bobo e muito menos por palhaço.

Sr. Presidente, para finalizar, eu queria dizer que os agricultores de Santa Catarina passam por um momento difícil. A estiagem está prejudicando mais uma vez os agricultores de Santa Catarina. Nem os Governos nem nós temos culpa pela estiagem; mas temos culpa quando não se investe, quando não se colocam recursos, quando não se planeja, quando não se fazem obras prevendo essas catástrofes climáticas.

Ora, a cada ano que passa, acontecem problemas como esse da estiagem que prejudicam os nossos agricultores, que prejudicam os nossos produtores. E os Governos vão lá, pegam recursos e distribuem recursos para obras paliativas. Os valores que já colocaram à disposição, depois de acontecer o problema, talvez sejam maiores, Presidente Motta, do meu Partido, do Espírito Santo, do que se tivessem investido antes em açudes, em poços artesianos, em carros-pipas para as prefeituras, atendendo aos agricultores.

Falta fazer uma política com responsabilidade, voltada aos nossos agricultores. Temos no nosso subsolo, naquela região, o aquífero Guarani, a maior reserva de água do mundo. Temos água lá para dez milhões de anos, segundo os estudiosos. Por que os Governos, tanto de Estado como o Governo Federal, não investem perfurando poços – não interessa a profundidade de cem metros, duzentos metros, dois mil metros? Por que não se perfura? Por que não se criam tanques? Por que não se criam açudes, prevendo essas catástrofes? E o prejuízo não está sendo apenas para os nossos agricultores, para os nossos Municípios. É prejuízo para o Brasil. E não estaríamos aqui usando a palavra para cobrar melhores condições, melhores investimentos, planejamentos, responsabilidade dos Governos.

A nossa querida amiga Senadora Serys Slhessarenko, de Mato Grosso, que compõe a Mesa do Senado, está ansiosa para usar da palavra. Mas, Serys, assim como V. Ex^a cobra do Estado, cobra também do Governo, mesmo pertencendo ao Partido do Governo, o PT. Ora, nós todos aqui temos também a responsabilidade pelo que está acontecendo no Brasil.

A Senadora Heloísa Helena me dizia ontem que, por muitas coisas que acontecem, a culpa é do Congresso, a culpa é da Câmara e do Senado. E é verdade, porque às vezes nos dividimos, não nos unimos. Recentemente, aprovamos aqui a repactuação da dívida e o prolongamento da dívida dos agricultores – aí só tinha Norte e Nordeste, e eu consegui incluir por uma emenda, a ser aprovada ainda, também a Região Sul.

Está na Câmara Federal. Foi no ano passado, e a Câmara não aprovou ainda.

Ora, tem que haver essa responsabilidade também do Congresso. Nós não podemos nos calar. Se nos unirmos, vamos acabar com esse excesso de MPs. Se nós nos unirmos, vamos fazer o Governo ficar de joelhos, porque não é possível que o Governo comande um Congresso de cerca de setecentas pessoas. Temos condições de exigir dos Governos. Então, a responsabilidade também é do Congresso.

Mas fica aqui a minha revolta não apenas com o Governo Federal, mas também com os Governos dos Estados. Essa responsabilidade tem que ser dividida, porque é lá no interior que estão os vereadores, os prefeitos, os deputados estaduais e os governadores. É lá que tem que ser resolvido. E há direcionamento. Os recursos têm que ser oriundos do Governo Federal, porque eles contribuem com os impostos, eles ajudam com a exportação, eles ajudam a valorizar o nosso Brasil.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB SC) – Mas fica aqui registrado. Concedo um aparte à querida Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Leonel Pavan, é apenas para fazer uma breve consideração. Primeiramente, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Num breve pronunciamento que farei daqui a pouco, vou falar sobre essa questão da execução orçamentária, sobre essa promiscuidade, esse banditismo relacionado à execução orçamentária. Mas V. Ex^a trouxe um tema precioso e importante, inclusive para a história de Alagoas, para todo o Nordeste e para todo o Brasil, que está relacionado à repactuação da dívida da agricultura familiar e do pequeno e médio produtor. Por quê? Claro que todos nós sabemos o quanto o setor agrícola é importante. Claro que o Governo é incompetente, porque nem faz a reforma agrária, nem faz política agrícola para quem tem terra. E aí não é à toa que os dois setores ficam brigando entre si de uma forma inimaginável. Mas o que acontece é que esta Casa aprovou, mentiu... Para V. Ex^a ter uma idéia, quando passei por aquele processo de inquisição no Partido do qual fiz parte, eles usaram a minha posição, Senador João Batista Motta inclusive no Memorial da Inquisição, onde queriam que eu esquecesse tudo o que eu disse, o que vivenciei e o que aprendi, inclusive da militância partidária, posição essa

de tentar proteger a agricultura familiar e os pequenos e médios produtores de Alagoas, na votação de uma medida provisória aqui. É evidente que eu não tenho obrigação de entender tudo, é evidente que ninguém aqui tem obrigação de entender sobre todos os temas. Mas, quando não queremos ser parte de fraudes políticas e farsas técnicas, estudamos, analisamos, cruzamos dados, fazemos aquilo que é nossa obrigação fazer. E, como eu sabia que o projeto não atendia aos pequenos e médios produtores, não apenas de Alagoas, mas do Nordeste, de nenhuma região brasileira, eu fiz um esforço gigantesco para garantir tanto a correção das distorções do saldo devedor como a repactuação da dívida, com o alongamento do perfil da dívida e, de forma muito especial, para tentar inclusive suspender a execução orçamentária. Isso não foi feito para Alagoas, não foi feito para a região de V. Ex^a, não foi feita para nenhuma região brasileira. Mas, como aprendizes de Goebbels que são, o publicitário de estimação de Hitler, que dizia que mentira repetida muitas vezes vira verdade, eles ainda conseguem ludibriar algumas mentes e corações, inclusive de pessoas do bem, mentindo, dizendo que houve a repactuação do saldo devedor para o pequeno e médio produtor rural, que está perdendo as suas pequenas propriedades para as instituições oficiais de crédito. Portanto, parabênizo V. Ex^a. Espero que esta Casa tenha aquilo que o povo brasileiro quer – vergonha na cara, amor no coração – e fiscalize os atos do Executivo, em vez de se deixar comprar como mercadorias parlamentares que são.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agradeço o aparte da nobre Senadora Heloísa Helena e peço mais um minuto para que eu possa finalizar o meu pronunciamento.

Eu queria chamar a atenção dos governos em geral para o fato de que o não investimento no agricultor, naquilo que produz, que trabalha, acaba criando a violência, porque muitos desses vão embora, saem do campo e vão para cidades grandes, regiões com outros mecanismos de emprego e de trabalho e acabam, muitas vezes, caindo na marginalidade, porque eles conhecem a terra, eles conhecem o trabalho de manuseio com a agricultura, mas não outros sistemas de trabalho. Então, eu gostaria que os governos constituídos parassem de fazer coisas paliativas e planejassem obras para evitar problemas no futuro. E isso não é difícil. Basta capacidade política.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra, como oradora inscrita, à Senadora Serys Slhessarenko, por 20 minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, estou aqui, como outros, desde às 9 horas da manhã. Ouvi o pronunciamento do Senador Renan Calheiros sobre a aposentadoria compulsória do Ministro Carlos Mário Velloso. Quero aqui, de forma muito sintética, deixar o meu carinho, a minha saudação carinhosa a esse Ministro que sempre desempenhou suas funções com competência e com compromisso político. Quando digo compromisso político, não é compromisso político-partidário, é compromisso político com a causa do Brasil e com a competência técnica que lhe é peculiar. A nossa saudação ao Ministro Carlos Mário Velloso.

Quero também registrar rapidamente aqui a reunião que está acontecendo. Ontem o Presidente da Argentina, Néstor Kirchner, esteve conosco aqui neste plenário do Senado e hoje sabemos que o Presidente Lula, o Presidente Néstor Kirchner e o Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, estão reunidos, estão trabalhando, estão discutindo questões, certamente, com representações dos outros Presidentes do Mercosul, como o do Uruguai e o do Paraguai. Não tenho certeza se os outros estão presentes. Tenho certeza apenas dos Presidentes Lula, Kirchner e Chávez. Sei que eles discutem o acordo da construção de um gasoduto de 10 mil quilômetros envolvendo esses países.

Sabemos que esta reunião de hoje é uma reunião econômica, mas que tem importância política, tem importância cultural, tem importância pedagógica, enfim, é uma reunião em que todos os ângulos devem ser atacados. Não podemos ver o Mercosul, Sr. Presidente, Senador João Batista Motta, apenas pelo ângulo econômico. Se assim fizermos, ele poderá não render frutos e trazer prejuízos. Precisamos discutir essa questão em todos os aspectos e sob todos os ângulos, para que realmente possamos aproximar cada vez mais os países da América do Sul, especialmente aqueles que fazem parte do Mercosul. Só com a aproximação das relações entre esses países seremos fortes. Do contrário, seremos frágeis economicamente, politicamente e em todos os sentidos. Se juntarmos nossas forças, seremos grandes.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Peço a V. Ex^a que me conceda um aparte quando considerar oportuno.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Concedo o aparte.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Nobre Senadora Serys, o tema que V. Ex^a aborda, numa retrospectiva da importância desses homens públicos, desses Líderes da América do Sul que estão em um encontro em nosso País, realmente é procedente. V. Ex^a fala do gasoduto. Nós também, do Estado do Amapá, no extremo Norte, estamos aguardando com ansiedade o grande projeto do gasoduto que virá da Venezuela. Os Chefes de Estado são recepcionados em Brasília por várias autoridades. É impressionante o desdobramento disso – como afirma V. Ex^a, professora de Universidade, sua base e seu berço – para a cultura, o desdobramento econômico da interação. E realmente é espetacular o desdobramento desse encontro de Chefes de Estado. Quero também me congratular com V. Ex^a pela lembrança oportuna, ao fazer, em sua fala de hoje da tribuna do Senado Federal, uma homenagem a esse grande Ministro do STF, que também preside o TSE, o Ministro Carlos Velloso. Não se trata de uma perda, porque o seu legado, o seu saber jurídico e o seu comportamento ético, nas mais Altas Cortes do País, só enobrecem o povo brasileiro. Realmente, nós temos bons políticos, como temos maus políticos; e nós temos bons e excelentes magistrados. Nós não podemos botar todo mundo na vala comum. Então, é salutar, é providencial quando V. Ex^a vem a esta tribuna fazer uma pequena retrospectiva dos acontecimentos dessas últimas duas semanas. Por isso desejo parabenizar-lhe pelo pronunciamento e dizer-lhe que estou à inteira disposição também. Porque ainda estou chegando à Casa, tentando me engajar. Agora que eu vou começar a treinar, a fazer discursos da tribuna, como V. Ex^a e a Senadora Heloísa Helena, que todos os dias estão aqui lutando, defendendo idéias e projetos. Então, coloco-me à sua inteira disposição e me associo a V. Ex^a. Mas eu queria ter uma oportunidade de conversar particularmente, quando for o caso, quando V. Ex^a tiver sua agenda um pouco livre. Parabéns, Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Gilvam.

Eu gostaria de complementar a questão que eu coloco aqui da importância do acordo do gasoduto, que possivelmente terá o nome de Petrosul, um gasoduto com dez mil quilômetros de extensão. Realmente é uma coisa da maior relevância, eu diria. Nós, em Mato Grosso, temos o gasoduto que traz o gás da Bolívia.

É da mais alta relevância também. Mas juntemos o gás brasileiro, o gás boliviano, o gás venezuelano etc, para que tenhamos gás para fins energéticos, porque é aquilo que chamamos de energia limpa e tem tanto gás por este Continente afora, inclusive em nosso País, e ele precisa ser organizado e bem utilizado.

Em Mato Grosso nós temos uma expectativa muito grande de uma fábrica de fertilizantes. Mato Grosso, que é o maior produtor de soja do mundo, o maior produtor de algodão e o maior produtor de carne bovina, precisa da fábrica de fertilizantes: de uréia e de amônia. E, para isso, nós precisamos do gás. É fundamental.

Espero, acredito que, a partir deste acordo que está sendo assinado entre Brasil, Argentina e Venezuela, o gasoduto passe pelo nosso Estado, pelo meu Estado de Mato Grosso. Se depender da minha luta, da minha vontade política, ele estará passando por Mato Grosso, porque isso é da maior importância para o desenvolvimento econômico, social e político do nosso Estado, com certeza.

Como eu dizia aqui, um acordo desses aproxima grandemente e aprimora as relações entre os países do Mercosul. Busquemos essa inter-relação entre os países, pela construção de um novo horizonte, de um horizonte diferenciado, de um horizonte em que o principal não seja o egoísmo, a disputa, fazendo com que as pessoas queiram sempre mais, em detrimento dos outros. Que os interesses econômicos e políticos sejam sempre circundados pela solidariedade e pela fraternidade entre os povos.

Estou vendo jovens e crianças adentrando o plenário. Fui professora por mais de 20 anos na Universidade Federal de Mato Grosso, como o Senador Gilvam Borges já disse, e sei da importância da educação. O objetivo da educação não pode ser a competitividade, a disputa na escola, na família, em lugar nenhum.

Precisamos de uma educação generalizada em todos os sentidos, que traga outros valores em seu bojo – generosidade, fraternidade, solidariedade –, pois é isso que vai fazer com que consigamos construir um mundo diferenciado e melhor para todos, especialmente para nossas crianças e jovens. Costumo dizer que nossas crianças e jovens não são, de jeito nenhum, o futuro, mas o presente do Brasil e, conforme forem tratados, cuidados e protegidos, terão, sim, um futuro brilhante e farão também um futuro brilhante.

Sobre o acordo que os Presidentes Lula, Kirchner e Chávez assinam hoje, há uma expectativa de que a

construção desse grande gasoduto, de dez mil quilômetros mais ou menos, seja concluída em seis anos; inclusive os grupos de trabalho já estão sendo formados, grupos de trabalho para discutir mercado, para discutir questões de engenharia, para discutir questões ambientais, enfim, são vários grupos já formados, ou seja, é algo para acontecer, ou melhor, já está acontecendo. Como disse aqui, é importantíssimo para o fortalecimento da América do Sul, especialmente dos países do Mercosul. A construção deste grande gasoduto, cujas negociações, pelas informações que tenho, se iniciaram um ano atrás, está andando depressa, porque envolve vários países e hoje o acordo está sendo assinado, e deverá surgir a empresa que poderá, pela informação que tenho, se chamar Petrosul. Como eu já disse aqui, é necessário termos matrizes energéticas não poluentes, e o gás é da maior relevância.

Então, que os países do Mercosul, que nós, brasileiros, tenhamos a possibilidade de fazer avançar políticas que fortaleçam os nossos países, que mostrem que nossos países podem se movimentar com as próprias pernas: política, econômica e culturalmente, de todas as formas, e que não precisemos estar vergados, de joelhos para os grandes países, como os Estados Unidos, que vivem aí explorando os países mais despossuídos, mais empobrecidos.

Sr. Presidente, eu precisava fazer esse registro, mas ainda vou voltar ao assunto, porque está acontecendo no dia de hoje.

Eu, inclusive, não sei se os Presidentes do Uruguai e do Paraguai estão aí. Só sei da presença do Presidente da Argentina, Néstor Kirchner, do Presidente Lula, e do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Mas, de qualquer forma, já são três presidentes.

E deixar aqui, muito palpitante, nossa expectativa de que tenhamos em Mato Grosso essa fábrica de fertilizantes, especialmente de amônia e de uréia, para um Estado que é o maior produtor agrícola, agropastoril, eu diria.

Queria ainda, Sr. Presidente, não sei se vai dar tempo, ler um pedaço, talvez eu peça para registrar no todo, falar sobre uma questão que gostaria de colocar também desta tribuna, que é sobre o Aglomerado Urbano Cuiabá/Várzea Grande. Cuiabá é a capital do meu Estado de Mato Grosso. Várzea Grande é o segundo maior município do meu Estado de Mato Grosso. Esse aglomerado urbano se faz necessário. Quando falo em aglomerado urbano, refiro-me à região metropolitana, que envolvendo a capital de Mato Grosso, Cuiabá, e a

cidade industrial, que é Várzea Grande, deve articular o comando desses dois municípios mato-grossenses com o Governo do Estado, visando estabelecer benefícios comuns para a enorme população que ali se abriga.

Para os mais desatentos, devo informar que a origem do aglomerado urbano está na Constituição Federal de 88, que, em uma de suas decisões mais oportunas, instituiu o princípio “interesse comum” entre municípios limítrofes facultando aos Estados a criação de regiões metropolitanas, aglomerados urbanos ou microrregiões voltadas para o enfrentamento dessas questões. Além do “interesse comum”, a Constituição delegou aos municípios o tratamento dos assuntos de interesse local, substituindo o antigo assunto de seu peculiar interesse. Ou seja, o que temos agora que aglutina um aglomerado seria o interesse comum e o interesse local, dando uma delimitação mais precisa à autonomia municipal. Trata-se de decisões de grande profundidade, pois reconfiguram a tradicional divisão de competências entre as entidades que compõem a Federação.

Pelo que estabeleceu a Constituição cidadã para os “assuntos de interesse local”, continuam soberanos os Municípios, enquanto que, para aqueles assuntos que “transbordam” o interesse local e interessam também a outro ou a outros municípios vizinhos, a Constituição autoriza os Estados a criar as tais novas entidades intergovernamentais, as quais passam a ter a devida competência para tratá-los.

Os Constituintes de Mato Grosso garantiram também o uso dessa prerrogativa de tal forma que, na Constituição de nosso Estado, ficou estabelecido o mesmo princípio que acabou dando origem ao Aglomerado Urbano Cuiabá/Várzea Grande, por meio da Lei Complementar nº 083/2001.

Desde o ano de 2001, portanto, que Cuiabá e Várzea Grande passaram a contar com essa importante estrutura de apoio administrativo, que é o Aglomerado Urbano, que surgiu para facilitar e implementar o trabalho comum entre os dois Municípios sempre que suas realidades conturbadas assim exigirem. Com a vantagem da parceria com o Governo do Estado no tratamento desses assuntos e também na luta por recursos federais. Entendemos, por tudo isso, que o Aglomerado Urbano não pode e não deve ser esquecido e precisa ser melhor conhecido pela população da Grande Cuiabá e por todos aqueles e aquelas que têm responsabilidade para com os destinos da população que ali reside e trabalha.

O grande problema é que o Aglomerado Urbano, apesar de estabelecido em lei, ainda não foi implementado devidamente na Grande Cuiabá por um lastimável descaso das autoridades que deveriam se responsabilizar pelo seu correto funcionamento.

Essa é uma discussão que, decididamente, tem que acontecer em Mato Grosso, e nossa disposição é que essa situação de descaso para com o Aglomerado Urbano Cuiabá/Várzea Grande seja superada e possamos ter todos os instrumentos de ação administrativa funcionando de tal forma que a população de nossa capital seja plenamente atendida em todas as suas demandas.

Gostaria, ainda, Sr. Presidente, de registrar que o Conselho Administrativo do Aglomerado Urbano, fazendo-se uma exegese do que determina a legislação que o criou, deve ser integrado, neste início de 2006, pelo atual Governador, Blairo Maggi, pelo atual Prefeito de Cuiabá, Sr. Wilson Santos, e pelo atual Prefeito de Várzea Grande, Sr. Murilo Domingos. O que se sabe, todavia, é que o Conselho Administrativo do Aglomerado Urbano de Cuiabá/Várzea Grande não se reúne desde o final de 2003. Sim, foi em dezembro de 2003, quando ainda era Prefeito de Cuiabá o Sr. Roberto França, quando ainda era Prefeito de Várzea Grande o Sr. Jaime Campos, que o Conselho Administrativo de Cuiabá/Várzea Grande se reuniu pela última vez. Lá já se vão mais de dois anos. Essa me parece uma situação vexatória para aqueles que dizem administrar o nosso Estado e os diversos interesses que se expressam na região da Grande Cuiabá.

Basta citar a questão do transporte urbano, Sr. Presidente, para termos um exemplo de um problema gritante que obriga e exige que o Governo do Estado, a Prefeitura de Cuiabá e a Prefeitura de Várzea Grande atuem em parceria, sempre em permanente audiência com todos os organismos que expressam o interesse público.

Além do transporte público, temos também a questão do saneamento básico, do abastecimento de água, tão dependente do nosso rio Cuiabá, que precisa ser enfrentado, discutido e encaminhado de forma coesa, coerente e competente dentro das estruturas do Aglomerado Urbano. E muitas outras demandas que não podem continuar sendo deixadas ao léu pela administração pública.

Fica aqui o meu alerta e o compromisso de que voltaremos a este assunto. A questão do Aglomerado Urbano, das parcerias entre municípios vizinhos que

possam realmente dividir as possibilidades de construção de uma qualidade de vida melhor para aqueles que lá vivem é uma realidade. Fiz questão de me restringir ao tempo, porque sei que a Senadora Heloísa Helena ainda quer falar e o Senador Motta também.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço à Senadora Heloísa Helena por ter-me concedido o seu espaço.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra, como Líder do P-SOL, por até 20 minutos, à Senadora candidata a Presidente da República, que por certo estará no segundo turno disputando a eleição ou com José Serra ou com Geraldo Alckmin.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Já sabemos em quem o Senador Motta vai votar. Mas não tire os meus votinhos; pelo amor de Deus, deixe os meus votinhos lá, porque sou muito pequenininha.

Quero primeiro agradecer a V. Ex^a, Senador Motta, que está presidindo os trabalhos da Casa pacientemente, para possibilitar que possamos fazer uso da palavra. Não que seja ato heróico pessoal de nenhum de nós, porque nós que aqui estamos sabemos que nada mais fazemos do que cumprir a nossa obrigação constitucional de zelar pelo interesse público, não ser incluído entre os vagabundos do mundo da política, aqueles que patrocinam o banditismo eleitoral, que fazem das estruturas partidárias verdadeiras gangues, que fazem da militância política um instrumento a serviço de quadrilhas políticas e outras coisas mais tão desprezíveis. Por isso, o povo brasileiro acaba na generalização perversa, odiando todos do mundo da política.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, até tive oportunidade de iniciar o debate quando dos apartes que fizemos à Senadora Patrícia, a Senadora Serys, eu, todos nós que militamos na área de proteção à criança e ao adolescente. Mas eu não poderia deixar de fazê-lo com a veemência necessária, porque não é simplório o que vem acontecendo no País.

Este é o meu sétimo ano de mandato – quer dizer, de fato, é o oitavo ano, porque estou encerrando o meu mandato no final do ano –, e eu vivenciei a experiência de ser Líder do PT e Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique. O Senador Gilvam Borges lembra-se porque já era Senador na Casa na época do Governo Fernando Henrique. E eu me sinto particularmente muito constrangida, num misto de

indignação e tristeza profunda, porque hoje eu vejo a mesma metodologia do balcão de negócios sujos na liberação da execução orçamentária que eu aqui condenava com veemência. O Governo Fernando Henrique fazia, e o Governo Lula continua fazendo.

Eu trabalhei durante toda a minha vida na Universidade, na área de Planejamento de Serviços Públicos. Então, eu sei exatamente o que é o planejamento dos serviços públicos, o que significa identificar e fazer o diagnóstico situacional, analisar os indicadores sociais, analisar a infra-estrutura, os serviços a serem disponibilizados, especialmente para a grande maioria da população, os filhos da pobreza. Nós, então, sabemos exatamente como é que se faz isso. É um planejamento que não exige nenhum componente ideologizado, programático. Não tem nada a ver com isso. É um planejamento de serviços que se faz à luz de uma realidade objetiva, em que se planejam determinadas ações a serem viabilizadas para minimizar o quadro dramático em que vivem determinadas populações. E como eu não tenho relação político-partidária com nenhum prefeito no meu Estado, sinto-me mais à vontade ainda. Não tinha nos quatro primeiros anos de mandato, nem tenho agora. Tenho amizades, relações respeitadas e civilizadas, mas nenhum deles me apoiou e dificilmente me apoiará – relação respeitosa de uma Senadora de Alagoas com os prefeitos eleitos pelo povo de seus municípios. Então, eu me sinto muito à vontade para planejar a elaboração das minhas emendas, especialmente as minhas emendas individuais, à luz de todo o conhecimento técnico que, por obrigação, como professora da Universidade, eu acumulei ao longo da minha história de vida.

Eu analiso onde há maior percentual de doença de Chagas e planejo as emendas para projetos de moradia popular; analiso onde há maior mortalidade infantil, porque Alagoas, apesar de ter personalidades com muita visibilidade pública, ostenta os piores indicadores sociais do Brasil. Se há problemas relacionados à mortalidade infantil, analisamos desde o saneamento básico até alternativas de educação infantil para acolher crianças de zero a seis anos. E vamos planejando assim. Se há problema de abastecimento de água e saneamento básico, colocamos as emendas nesse sentido.

Sei o quanto é poderoso para o parlamentar ser vigarista. Isso é impressionante! O parlamentar vigarista, bandido, delinqüente, parece ser o único beneficiado pelo mundo da política. Imaginem o significado de um senador da República, de um deputado ir a uma população pobre das periferias de Alagoas ou de qualquer outro Estado do Brasil, a uma cidade pobre do interior e dizer lá que trouxe recursos para

moradia, saneamento, abastecimento de água. Isso dá um peso político gigantesco. Ele tira foto com os ministros, com o Presidente da República, essas vigarices do mundo da política. Isso é poderosíssimo! Eu não estou solicitando isso. Para mim, podem ir todos os parlamentares da base de bajulação do Governo para a inauguração. Não há problema nenhum. Já fizeram isso no passado e poderão continuar fazendo no presente; não me incomoda. Agora, pelo menos, libere o recurso. Libere o recurso, porque ele viabiliza ações essenciais para quem não tem nenhuma outra ação senão a disponibilizada pelo aparelho do Estado. Não são crianças como as nossas, que têm o seguro saúde, que são colocadas na escola que escolhemos, que não correm o risco de ser tragadas pela marginalidade, pelo narcotráfico, como último refúgio. Então, ao menos deve viabilizar as ações públicas que podem minimizar a dor e o sofrimento das vítimas deste imundo modelo neoliberal.

Senador João Batista Motta, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Gilvam Borges, sabemos todos nós que, quando um projeto de saneamento básico, de abastecimento, de irrigação ou de habitação popular está sendo viabilizado – não o tapa-buraco eleitoreiro de agora, mas qualquer projeto que será viabilizado –, além de minimizar o sofrimento daquela população que vai ser beneficiada – imagine o que é uma mãe pobre que vê o seu filho brincando na lama, no esgoto em frente a sua casa; isso é um constrangimento – e garantir as suas condições objetivas e dignas de vida, dinamiza a economia local, gera renda, motiva a economia local. Mas isso não tem jeito. Então, o mesmo processo de seletividade delinqüente e corrupto que eu condenava aqui, com veemência, quando o Governo Fernando Henrique fazia, para minha tristeza, o Governo Lula também faz; um processo de delinqüência e de vigarice para viabilizar as emendas parlamentares. Considero isso absolutamente deplorável. Primeiro que já é deplorável analisar a execução orçamentária, porque, como eu já disse várias vezes...

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E já disse várias vezes que o Congresso faz pose de que mexe no Orçamento. Não mexe. O Orçamento é de 1,67 trilhão, sendo que 840 bilhões são para encher a pança dos banqueiros. Depois, ainda fazem uma farsa pública dizendo que resolveram o problema com o Fundo Monetário Internacional. Do 1,67 trilhão, mexemos em garimpagem orçamentária em menos da metade, porque 840 bilhões são para viabilizar os interesses

e o setor hegemônico do capital que é o capital financeiro. Nada é mais constrangedor que analisar a execução orçamentária referente ao Orçamento aprovado em 2004 – e estamos em janeiro de 2006: na área de saneamento, menos de 1,5%; na área de educação infantil, menos de 8%; nos mecanismos de proteção, inclusive para impedir que as nossas crianças estejam nas ruas, na prostituição ou no trabalho infantil, menos de 12%; na área de moradia popular, menos de 3%; dos projetos de prevenção à violência, nem 5% foram executados.

Na área da saúde, é muito fácil se emocionar, fazer discurso emocionado. Qual é a justificativa de termos, no Brasil, a lei mais avançada do planeta Terra na área saúde – o Sistema Único de Saúde –, a lei mais avançada do planeta na área de assistência social, se existe um abismo entre o que foi conquistado na lei e a realidade objetiva? Depois, alguns se emocionam quando vêem uma mãe perder um filho porque este caiu de uma árvore e não conseguiu socorro imediato.

Vivenciei uma situação semelhante aqui em Brasília, Senador João Batista Motta. Conteí com a solidariedade e com as orações de milhares de pessoas do Brasil e de Brasília. Meu filho foi atropelado aqui. Desceu do ônibus e acabou sendo atropelado por um casal de idosos que até parou para tentar socorrê-lo, mas não conseguiu porque estava muito apreensivo; outros o socorreram. Levaram-no para uma das unidades intermediárias. Ele ficou lá jogado no banco até que alguém resolveu atender; viu a gravidade e chamou o Corpo de Bombeiros, que o levou para o Hospital de Base. Conteí com a bênção de Deus e dos profissionais que o atenderam, mas ele teve traumatismo craniano, ficou em coma. Não havia remédio adequado para conter a convulsão do traumatismo craniano quando ele estava lá. Nem se conseguia fazer a tomografia; eu segurava a cabeça dele, sangrando para todo lado por causa da convulsão, e não havia medicação adequada.

Deus me deu a bênção, a graça de me devolver o meu filho, mas muitas outras mães, pela irresponsabilidade do Palácio do Planalto e deste Congresso Nacional, não podem ver os investimentos na área de saúde. Vários setores do Brasil estão paralisados na área de saúde, pois menos de 7% dos investimentos destinados a ela foram executados.

Então, realmente é muito triste, tem que gerar a indignação deste Congresso Nacional, que tinha a obrigação de fiscalizar os atos do Executivo, de ter a sensibilidade necessária, não com suas gangues

partidárias, suas quadrilhas familiares, seus bolsos e suas contas e suas orgias financeiras e sexuais com o dinheiro público roubado; deviam preocupar-se com aquilo que pode significar pouco para a Senadora, para o Senador, mas que pode significar muito para milhares de pessoas pobres que precisam do aparelho do Estado, porque têm nele sua única referência. Se eu tiver uma dor, posso ir ao Serviço Médico do Senado, posso ir para qualquer outro hospital do País e ter uma recomposição do que eu gastar...

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, assim que oportuno?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois não, Senador Gilvam Borges, V. Ex^a pode fazer agora o seu aparte.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senadora Heloísa Helena, realmente a complexidade do problema da execução orçamentária é terrível. Nos países mais desenvolvidos, quando se elabora, no seio dos parlamentos, o orçamento, esses recursos já são inseridos no sistema financeiro e não tem que haver mais interferência de deputado para liberar um recurso para obras de infra-estrutura, de saúde, para a construção de escolas, de saneamento, etc. V. Ex^a, quando se indigna e assume esta tribuna, realmente tem todas os motivos do mundo para dizer que esta Casa precisa se levantar, bem como o próprio Poder Executivo. Lamentavelmente, o nosso País ainda engatinha, ainda é muito jovem – temos apenas quinhentos anos. E há essa relação terrível da chantagem, da punição, em que o Poder Executivo, então, usa seu cetro de punição, seu chicote na mão. Sei o quanto V. Ex^a trabalha no planejamento para inserir suas emendas, até quando diz que não há necessidade, porque V. Ex^a já vem do planejamento, do estudo, conhece palmo a palmo cada Município do seu Estado e o sofrimento daquele povo. V. Ex^a está correta e, quando clama, quando se indigna, o faz com propriedade, em um discurso recheado de verdades. Anteriormente eu assistia ao pronunciamento da Senadora Patrícia Saboya Gomes, falando sobre as instalações das CPIs, sobre os bingos, a criminalidade. Estamos discutindo isso há mais de duzentos, trezentos, quatrocentos anos! Desde o início da República! E é um problema que precisa ser solucionado com um projeto de lei simples. É preciso providência. E, considerando a gravidade do Orçamento Geral da União, que gerencia toda a vida do País, é preciso prestar uma atenção especial. Quero associar-me a V. Ex^a e dizer que estou também à sua disposição para que possamos trabalhar um grande

projeto, justamente para que possamos dizer o seguinte: até 2007, esse Orçamento será executado e obrigatório, com punição. O Congresso não pode estar sujeito à chantagem do Poder Executivo. Assim, ser da Situação ou da Oposição já se tornaria irrelevante. Lei é lei; orçamento é orçamento. Quando planejamos um hospital lá para o Estado do Espírito Santo ou para o Estado de V. Ex^a, esse hospital, daqui a um ano, tem que ser construído. O mesmo raciocínio se aplica a uma estrada que precisa ser construída ou recuperada. Contudo, lamentavelmente, ainda vivemos, Ex^a, de paliativos. Mas, assim como V. Ex^a, acredito no nosso País. Senadora, sua coragem realmente abrilhanta esta Casa. V. Ex^a é uma estrela da Casa que brilha na telinha do Senado. Que sua voz se espraie por todos os cantos do País, como a voz de uma parlamentar atuante, que se indigna de verdade. Há aqueles que o fazem profissionalmente, como V. Ex^a mesma disse: vai a uma cidadezinha distante e faz aquele discurso demagógico, dizendo que conseguiu milhões de reais, que vai construir escolas, hospitais. E aí? Já acompanho V. Ex^a há muitos anos, pois fomos colegas na legislatura passada, e às vezes a vejo entristecida – V. Ex^a sabe que a política é muito complexa – e emocionada pela incompreensão de alguns, por aquela sensação de bater em uma parede, de querer saltar, de cortar uma corda e não conseguir transformar esta dura realidade em que vivemos. É terrível! Acredito muito no nosso País, apesar de tudo isso. Temos picaretas? Temos. Mas nós temos enxadas, motosserras, nós temos também condições de ter boas lideranças, como é o caso de V. Ex^a. Esta Casa é um exemplo, pois temos excelentes líderes, como também os há na Câmara, como também há bons governantes. Mas precisamos avançar. Quero parabenizar V. Ex^a por isso. Eu estava só nas caminhadas, no pensamento, na leitura, mas estou voltando e treinando e queria que, depois, V. Ex^a me passasse um pouco dessa experiência que acumulou. Quero me associar às suas manifestações, que são manifestações sinceras, reais. Essa questão do orçamento é muito séria e para a qual precisamos encontrar a alternativa definitiva. O que está no orçamento tem que ser executado, empenhado, está no sistema financeiro. Não é possível que o Presidente da República ou que seu Ministro de uma determinada Pasta diga que uma emenda será ou não executada porque foi proposta por um Parlamentar desse ou daquele partido. Isso é uma coisa ridícula, absurda, isso não existe, e o nosso País tem que abrir um caminho com urgência para fortalecer o Parlamento. Nós ficamos a reboque. Portanto, encerro porque quem está presidindo agora, o Senador Motinha, quer fazer um grande discurso e eu vou presidir a sessão, com a permissão

de V. Ex^a. Vou ficar até mais tarde, porque sou noviço. Que Deus te proteja, te abençoe e te dê paciência e sabedoria, como tem dado até agora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Amém!

Agradeço a generosidade das palavras de V. Ex^a, Senador Gilvam Borges.

Mais uma vez, deixo aqui o apelo, porque, de fato, é isso, um misto de indignação e tristeza profundas, porque o banditismo político, a vigarice e a delinquência de luxo sempre incomodam a quem quer continuar ensinando aos seus filhos que é proibido roubar. Que possamos realmente ter um modelo, até porque esse debate do orçamento impositivo, sobre o qual, inclusive, há projeto tramitando na Casa, e é essencial que possamos, o mais rápido possível, aprová-lo, até porque uma parte do orçamento já é impositivo, que é justamente o percentual. O percentual que se destina ao pagamento de juros e serviços da dívida é intocável, pois já é impositivo.

Portanto, que possamos, de fato, tratar o orçamento público com a responsabilidade técnica, com a sensibilidade social e não como um emaranhado desse balcão de negócios sujos que o Palácio do Planalto do passado e do presente monta aqui neste Congresso Nacional.

Portanto, agradeço ao Senador João Batista Motta pela solidariedade e pela sensibilidade de ter deixado que eu ultrapassasse o tempo.

Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. João Batista Motta deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta por vinte minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Senador Gilvam, desculpe-me interrompê-lo.

Quero deixar como lido o material que estou disponibilizando para a Mesa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Na forma do Regimento, então, os procedimentos da Mesa para que se atenda ao pedido da Senadora Heloísa Helena.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SENADORA HELOÍSA HELENA EM SEU DISCURSO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ENTREVISTA/SENADORA HELOISA HELENA

"O governo de Lula é mais que continuísmo do projeto neoliberal"

A senadora Heloisa Helena (PSOL) deverá mesmo disputar a presidência do País em 2006, encabeçando um projeto partidário novo de poder político nacional. Expetista, a senadora trabalha na linha da ética e da moral, fortalecida pela crise política de denúncias de corrupção envol-

vido o PT e setores governistas. Insiste no aprofundamento das investigações no Congresso Nacional, volta a acusar o presidente Lula de comprometimento nas acusações de corrupção e defende o seu partido, o PSOL, como o "abrigo legítimo das bandeiras de esquerda" no Brasil. (AUN)

- Como a senhora analisa a atual crise do governo?

- Estamos defendendo a continuidade e o aprofundamento do processo investigatório. Se o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito apontar o envolvimento do presidente da República e, automaticamente, da linha sucessória, no caso da abertura de um processo de responsabilidade fiscal nem assumiria o vice e nenhum outro. Teria de ser realizado eleições indiretas convocadas pela Câmara. Constitucionalmente é assim. Ficaram bradando que o sucessor seria o Severino (ex-presidente da Câmara) para que o povo dissesse em troca: Então que fique o Lula. No caso do impeachment do Collor, só assumiu o vice porque ele não estava no 3º ano de mandato. Mas eu acho muito difícil um impeachment acontecer porque, devido aos envolvidos, a chance de acontecer uma "operação abafa" é muito grande.

- Então, senadora, na sua opinião, quem de fato está envolvido?

- Está envolvida toda a linha sucessória, mais da metade do Congresso Nacional. O Collor não foi a única estrutura corrupta. A probabilidade de tudo isso dar em pizza é muito grande. O que não quer dizer que o caso Collor não pode ser aproveitado. A CPI dos bombeiros mandou para a Comissão de Ética o nome de dezotois pessoas (maioria do PT), o que é insignificante diante dos envolvidos e beneficiários finais do mensalão. Essa parcela não é nada mesmo. Veja bem, vamos supor, o líder do PMDB recebeu R\$ 4 milhões. Pra quem ele passou os R\$ 4 milhões? Quando ele começou a dizer quais os sena-

dores e deputados que receberam esse dinheiro. Todos os outros (líderes de partidos) a mesma coisa. Se alguém resolver dizer para quem repassou o dinheiro, a confusão vai ser muito maior. Acho que ninguém vai querer assumir sozinho, haja vista que recebeu para repassar para os parlamentares. Então toda a confusão vai começar agora a partir da Comissão de Ética, uma vez que aberto o processo, eles já não podem mais renunciar.

- Mesmo com essa crise e com todo esse quadro de corrupção, a senhora acredita que o presidente não estaria fadado ao impeachment?

- Não. Porque o capital financeiro não quer. Os banqueiros nunca chafurdaram tanto na poçola do capital com tanta desenvoltura como agora. Como o capital financeiro tem um pé no PT hoje, no governo Lula, e outro no PSDB, eles se completam. Cadê? Você vê alguém do PSDB falando em impeachment? Tem muitos interesses econômicos envolvidos. E muita gente. São dois anos e meio de um esquema como esse. Para cair era preciso que fosse uma pessoa muito ignorante e como o Lula não é: é uma pessoa brilhante, muito inteligente, capaz de conduzir com "mão de ferro" o PT, de dar grito no José Dirceu no Diretório Nacional...

- Paralelo a essa crise, o Lula estaria fazendo um bom governo?

- Faz um bom governo para o capital financeiro, pros banqueiros, para os grandes conglomerados financeiros. Para a maioria da população, não. Agora quem achava que Fernando Henrique fazia um bom governo, tem que dizer que Lula faz um bom governo realmente.

- É um continuísmo?

- É mais que um continuísmo. É um aprofundamento do projeto neoliberal. O Collor tinha muitos recursos, o Celso Coobels, publicitário de influência de FHC, que dizia que tinha tentado repetir várias vezes a verdade. Admitidos os erros de comunicação, cobrimos a falar a política econômica cresce, há estabilidade econômica. A população de uma forma geral acaba achando que é isso mesmo, que tudo está muito bem. Todas essas coisas representam uma grande farsa. A não ser que eu e todos os militantes do PT tenhamos passado 25 anos, o mentindo de forma descarada para a população, dizendo que o governo FHC e o projeto neoliberal eram errados, ou éramos uma cambada de idiotas e incompetentes.

"O PSOL vai discutir um projeto de justiça social"

- Hoje, o governo de Alagoas admite que FHC foi melhor para o Estado que Lula está sendo. Como a senhora vê essa comparação?

- Veja comigo, o Estado de Alagoas ter que admitir que o governo FHC conseguiu repassar mais dinheiro para cá do que agora no governo Lula. Como é que se agüenta uma coisa dessas? Todos os projetos de Alagoas estão parados. O único que andou foi o aeroporto e isso porque era dinheiro da Infraero, não do Executivo. Todos os projetos de saneamento, de abastecimento de água, de moradia popular estão paralisados desde o início do governo Lula. Todos os projetos de saneamento dos

bairros pobres de Maceió, do complexo lagunar, do corredor turístico, os projetos de despoluição e revitalização do Rio São Francisco, todos parados. Três anos de conversa Mas como a base de bajulação do governo Lula aqui, no Estado também detém os meios de comunicação, a intenção de forma descarada e deslavada e o povo acredita.

- Então, no Estado de Alagoas, a senhora acredita que é possível governar sem fazer alianças?

- Eu acho que é possível governar escolhendo as alianças certas e discutindo qual é o projeto. Primeiro se discute qual é o projeto que se quer para o Brasil e depois quais as alianças para viabilizar esse projeto. O que o governo Lula aprovou até agora? Porque ele não fez nem mesmo a Reforma da Presidência que a população queria. Ele fez o que o FHC estava fazendo, por isso que quem aprovou foi o PSDB e o PFL. Porque não precisa de maioria no Congresso para fazer educação, nem saúde, assistência social, reforma agrária, reforma urbana, segurança pública, geração de emprego e renda. Então para que se busca a maioria do Congresso Nacional? Por que Lula buscou essa grande articulação no Congresso Nacional? Porque ele ia colocar em prática um projeto que não era um projeto dele.

- Então, Lula não precisaria ter maioria no Congresso Nacional para fazer o que já fez até agora?

- Você precisa de maioria no Congresso Nacional para um motivo quando se quer roubar e precisa do Congresso paralisado, omissivo, cúmplice, roubando com você também ou permitindo que você roube sem vigilância, sem fiscalização. Nem acordos internacionais precisam do Congresso

Nacional! O caminho mais prático e mais cómodo é realmente esse: entregar cargos de prestígio e poder a bandidos, se tornar bandido também e paralisar o Congresso Nacional. Esse é o caminho mais fácil porque você não precisa debater com a sociedade. Num sistema presidencialista o presidente tem poder imperial, a constituição dá ao presidente da república esse poder imperial. O presidente da República pode, se quiser, usar todos os dias meia hora no meio do Jornal Nacional (da Globo) pra falar com o povo, pra conversar com as pessoas pra explicar o que está acontecendo, pode fazer auditoria, pode fazer procedimento investigatório. Mas não faz. Para nós é uma tragédia.

- E qual a lição que se tira disso?
- O governo Lula entregou

um atestado de moralidade pública ao governo corrupto do Fernando Henrique. Por que ele não abriu uma auditoria, um procedimento investigatório? Tudo o que nós dizíamos sobre corrupção, nas privatizações, palavras ao vento: O governo Lula continuou os negócios feitos em nome do equilíbrio econômico. Não fez nada. Hoje a Justiça, imaginava a Justiça, também cheia de mazelas e defeitos, é quem está derrubando tarifas especialmente do setor elétrico espalhado pelo Brasil. O Governo, quem tem poder imperial, que pode unilateralmente em nome do interesse público romper contratos, acaba ficando a reboque de uma coisa como essa.

- Essa desvirtuação de tudo

o que o PT pregava anteriormente foi fruto unicamente da influência das alianças?

- Eu uma vez ouvi uma frase: "O poder não muda as pessoas, o poder as revela". Eu acho que o processo de degeneração, burocratização, já vinha há um tempo, mas nada que pudesse se assemelhar a essa coisa que nos estamos vivendo agora. Mas talvez a paixão tenha nos cegado a ponto de não conseguir identificar os mistérios nos sujos da alma de alguns.

- O que o PSOL traz de novo para o atual quadro político brasileiro? Quais as suas metas e pretensões para 2006?
- O PSOL nasceu de uma obrigação histórica. A partir do momento que o maior partido de esquerda da América Latina

se transformou numa ferramenta da propaganda triunfante do neoliberalismo patrocinando, enquanto ação de Governo, tudo aquilo que a esquerda socialista democrática condenou ao longo da história além do aprofundamento do projeto neoliberal, a corrupção alastrada na máquina pública brasileira. Então, o PSOL nasce com a obrigação histórica de ser um abrigo pra a esquerda socialista democrática que não se vende pra se lambuzar no banquete farto do poder. E, assim sendo, resgata todas as concepções ideológicas que foram acumuladas enquanto concepção econômica antagônica ao pensamento único, porque nos entendemos que é possível fazer um projeto de desenvolvimento econômico sustentável e inclusão social mesmo sob a égide da globalização capitalista.

Vice de Lula se filia a partido ligado à Igreja Universal

Crise política provoca dança das cadeira e fortalece lendas recém-criadas

- BELO HORIZONTE - Na véspera de se esgotar o prazo para troca de partidos, o vice-presidente da República, José Alencar (ex-PL), assinou a filiação ao Partido Municipalista Renovador (PMR). O senador Marcelo Crivella (RJ) também deixou o PL para disputar juntamente com Alencar as eleições de 2006. Articulado pelo Bispo Edir Macedo, da Igreja Universal, o PMR - que terá direito a apenas 12 segundos no horário eleitoral gratuito - foi apresentado como um partido "laico". Segundo Crivella, a nova sigla fará alianças "pela esquerda" e apoiará o governo Lula "sob a liderança" de Alencar.

- Todas as ações do presidente Lula que consultam o in-

teresse nacional terão grande apoio do partido - afirmou o vice-presidente acrescentado que a sigla "nasce limpa".

Além dos dois ex-integrantes do PL, o PMR recrutou o expeditista Roberto Mangabeira Unger com a intenção de dar maior abrangência à sigla, desvinculando-o da Igreja Universal, que deverá perder seus cargos na direção. O ex-ministro da Previdência do governo de José Sarney, Raphael de Almeida Magalhães (RJ), também integrará o PMR. Mangabeira Unger será o vice e Alencar, o presidente de honra.

Com a transferência de Unger, filósofo apoiado publicamente por Caetano Veloso, o novo partido nasce com dois possíveis candidatos à Presi-

dência. O partido deve mudar de nome na convenção nacional do fim do ano e se chamará Partido Republicano (PR). Com essa sigla e mantendo o número 10, Crivella estuda concorrer a governador do Rio ou a vice-presidente de José Alencar. Nesse último caso, as portas seriam fechadas para uma candidatura de Unger.

Na solenidade que marcou a transferência formal do vice-presidente para a nova sigla, no hotel Ouro Minas, em Belo Horizonte (MG), Alencar foi saudado com gritos de "presidente Alencar", mas negou a candidatura em 2006.

- Se os eleitores quiserem, eles vão se manifestar, eu não posso passar o carro na frente dos bois - discursou Alencar.

A dança das cadeiras favoreceu às novas lendas. Ontem, os ex-pevistas que debateram para o PSOL participaram de um encontro marcado por críticas ao governo e ao PT. Chico Alencar (RJ), Ivan Valente (SP), Orlando Fantazini (SP) e Maninha (DF) assinaram a ficha de filiação.

Seguindo as novas regras, as eleições que marcarão o fim do prazo de filiação a uma candidatura do Rio, Rosalinda Machado passou o dia negando sua saída do PMDB, mas líderes do PSOL confirmaram a filiação. A movimentação também deve mexer com distribuição de cargos no governo do Estado. O secretário de Justiça, Hugo Leal (PSC) deverá ser indicado para o Tribunal de Contas (TCE).

Treze deputados da esquerda decidem ficar no PT

Um grupo de 13 deputados do PT que formavam o antigo bloco de 21 parlamentares denominado *PT Livre* divulgou ontem uma nota oficial comunicando a decisão de permanecer no partido. Os signatários afirmam respeitar a decisão dos que preferiram abandonar a legenda e admitem um reencontro "em outra curva da nossa história".

A tarefa imediata, segundo os deputados, é brigar pela vitória de Raul Pont, para a presidência do partido, na disputa com Ricardo Berzoini, do Campo Majoritário, que venceu as eleições no

primeiro turno.

Assinam o documento os deputados Antonio Carlos Biscaia (RJ), Dra. Clair (PR), Dr. Rosinha (PR), Gilmar Machado (MG), Jara Bernardi (SP), João Grandão (MS), Luiz Alberto (BA), Mauro Passos (SC), Nazareno Fonteles (PI), Orlando Desconsi (RS), Paulo Rubem Santiago (PE), Tarcisio Zimmermann (RS) e Walter Pinheiro (BA).

No manifesto, os deputados se dizem convictos de que o PT "se foi orientado pela autocritica de suas ba-

ses", ainda tem condições de contribuir, com outras forças de esquerda, "para a construção de um projeto de nação democrática, aprofundando a justiça social, a equidade de oportunidades e a distribuição da renda e da riqueza".

Tarefa imediata do grupo é brigar pela vitória de Raul Pont

Segundo os deputados, os 314 mil militantes petistas que votaram nas eleições diretas provaram que a base ainda e forte e mantém as esperanças, mas também exige mudanças nos rumos do partido e do governo. De acordo com o deputa-

do Antonio Carlos Biscaia, a decisão "foi muito refletida e sofrida", grupo de 20. Antonio Carlos Biscaia, a decisão "foi muito refletida e sofrida", e representa uma opção que tem como principal objetivo contribuir para uma profunda transformação no partido.

- É lamentável que, neste Estado do Rio de Janeiro, um dos mais atingidos pela perda de deputados. Não temos mais o Fernando Gabeira, Chico Alencar, Miro Teixeira e André Costa. Hoje já estou sendo considerado como o único representante da esquerda no Estado

RESUMO

ATAQUES AO PT

"Eles são gerentes de botequim", diz ex-deputado

BRASÍLIA - Ex-bispo e ex-deputado pelo PL do Rio, Carlos Rodrigues - que renunciou ao mandato para não ser cassado - prestou depoimento ontem à Polícia Federal sobre o mensalão. Na saída, fez ataques ao PT. - Eles foram gerentes de botequim gerindo uma

Petrobrás. Rodrigues disse que faria tudo de novo. "Só que exigiria que o dinheiro viesse via banco, oficial, para a conta do partido. Uma coisa com mais responsabilidade. Do jeito que o PT fez as coisas, diz Rodrigues, foi uma grande irresponsabilidade.

DEFESA

Sandro Mabel insiste na falta de provas

O líder do PL na Câmara, Sandro Mabel (GO), afirmou ontem em depoimento ao Conselho de Ética ser vítima de uma acusação "leviana e irresponsável" feita pela deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) que confirmou ter recebido do deputado a oferta de R\$ 1 milhão e R\$ 35 mil

mensais para trocar de partido. Mabel enfrenta um processo no Conselho que poderia culminar na cassação do seu mandato por quebra de decoro parlamentar. - Não há defunto - disse, comparando seu caso ao de um acusado de homicídio.

Correio de Sergipe

Senadora alagoana recebe hoje título de Cidadã Sergipana

A senadora Heloisa Helena (sem partido) receberá hoje às 17 horas o título de Cidadã Sergipana na Assembléia Legislativa. O autor do requerimento foi o deputado estadual Gilmar Carvalho (PV). "A nossa determinação é ajudar na construção

de um abrigo para a esquerda socialista e democrática que não se predispõe a ser prisioneira dos cárceres do poder e não aceita vender a alma e as convicções para se lambuzar no banquete farto do Palácio do Planalto", disse Heloisa Helena ao relatar

como o novo partido que estão formando deverá se comportar. Ela, juntamente com os deputados federais João Fontes, João Batista e Luciana Genro, estará lançando o partido em Aracaju hoje às 19 horas no Teatro Ateneu.

RADICAIS Sob comando de senadora alagoana, parlamentares expulsos do PT discutem novo partido

COSTURA DE HELOÍSA

Thiago Marques

da edição de Política

Os quatro parlamentares expulsos do PT em dezembro último deram continuidade, em Goiânia, às discussões para a fundação de um novo partido. Os deputados federais Luciana Genro (RS), João Fontes (SE) e João Batista de Araújo (PA), o Bahá, e a senadora Heloísa Helena (AL) pretendem realizar fóruns de debate em 26 capitais brasileiras. A meta é que, após rodadas de conversas sobre regimento, estatuto e nome da nova legenda haja um programa definido até maio. O primeiro encontro nacional da sigla fundada pelos denominados "radicais" está agendado para os dias 5 e 6 de junho,

em Brasília. Heloísa considera a possibilidade de ser presidenciável da legenda em 2006.

Depois de promover debates no Rio de Janeiro na última sexta-feira, 12 – quando conseguiu reunir cerca de 500 militantes –, o quarteto passou por Goiânia e segue ainda esta semana para Belém (PA), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS). "Queremos manter um diálogo democrático com todos os trabalhadores simpatizantes à causa", explica Babá. "Um partido não nasce de cima para baixo". Não seremos uma sigla meramente eleitoral, mas que

possa, de fato, contribuir para a luta da população por melhores condições de vida", completa a deputada Luciana Genro.

Após a primeira convenção em junho, os três deputados e a senadora encampam uma coleta de, no mínimo, 438 mil assinaturas para que a nova sigla possa ser registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "Estou dedicada a construir este novo abrigo para a esquerda socialista democrática", destaca a senadora. Segundo Heloísa, os dirigentes do PT articularam para que a expulsão do quatro dissidentes ocorresse fora do período permitido para filiações. "Se o opositor do ABC paulista contribuiu para a fundação do PT, nesta nossa legenda contaremos com o

apoio dos trabalhadores do setor público e outros grupamentos que não se curvarão à conjuntura estabelecida pelo Planalto".

Nenhum dos quatro parlamentares confirma o nome de Heloísa Helena como candidata à Presidência da República em 2006. Enquanto os deputados dizem que "não se pode antecipar a discussão", a senadora afirma que está à disposição dos companheiros para qualquer tarefa. "No momento, o objetivo é lutar mos contra este plano econômico neoliberal do governo, que aumentou os índices de desemprego e miséria no País", prega Babá. Depois de Luiza, que ainda conta com grande apoio popular, Heloísa se tornou grande liderança nacional, completa

CONSTRAINGIMENTOS

Ainda na tarde de ontem, a senadora Heloísa Helena recebeu o título de cidadã goianiense na Câmara Municipal, conforme propositura do vereador Elias Vaz (PV). O momento inusitado do evento ficou por conta da exibição de um vídeo que mostrava, além do nascimento do PT, críticas ao partido. Quem presidia a sessão solene era o vereador Djalma Araújo, do PT. Também não faltaram impeciosas do transporte alternativo, desenhada em meados de abril do ano passado. Na época, Elias Vaz presidia o sindicato dos trabalhadores nos microônibus.

"Fico feliz com o título. Agora tenho mais responsabilidade para continuar na luta política", observa Heloísa. A solenidade na Câmara contou com a presença dos senadores goianos Demóstenes Torres (PFL) e Lúcia Vânia

(PSDB), do senador Geraldo Mesquita (PSB-AC), de deputados estaduais e os três federais que também foram expulsos. O vereador Cândido Lustosa (PT) divulgou nota oficial onde afirmava "considerar uma deslealdade" companheiros de partido terem votado a favor da concessão do título a Heloísa.

Ainda ontem os radicais reuniram-se com o arcebispo de Goiânia, Dom Washington Cruz. Às 19 horas, no auditório da Faculdade de Direito da UFG, eles promoveram ato de lançamento do movimento por Novo Partido em Goiás.

COLETIVA – Na entrevista coletiva realizada na manhã de ontem, Heloísa Helena demonstrou que, mesmo após a expulsão do PT, mantém um discurso inflado com o qual costuma ir à tribuna do Senado. As suas declarações mais contun-

das centraram-se nas críticas ao escândalo envolvendo o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz. Ela é a favor de uma CPI no Congresso Nacional. Para tentar reverter a operação-abafa promovida pelo PT, pretende ir ao Supremo Tribunal Federal em busca de um mandado de segurança que garanta a instalação de uma comissão de inquérito.

"É inadmissível que o governo tente liquidar o mais importante instrumento que o Congresso tem, garantido na Constituição, de fiscalizar atos do Executivo." De acordo com a senadora, somente a investigação promovida pelos parlamentares pode ser acompanhada de perto pela opinião pública, ao contrário das ações da polícia e Ministério Público. Questionada se este caso poderia acabar em "pizza", ironiza: "Gosto de pizza apenas aos domingos, com meus filhos."

PRUDÊNCIA – Heloísa recusa-se a tecer comentários diretos sobre o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, em função, segundo ela, de a imprensa os rotular como adversários políticos. Resume-se a dizer que a permanência ou não de Dirceu no cargo não resolveria a crise gerada pelo ex-assessor. "A instalação da CPI trará mais resultados do que uma simples troca de cadeiras." Nenhum parlamentar do PT compareceu à entrevista. Em discurso permeado de metáforas e duras críticas à gestão Lula, a senadora diz não ter qualquer constrangimento por ter sido expulsa do partido.

Também enfermeira, Heloísa visitou o Hospital das Clínicas, onde participou de café da manhã. No local, ela não hesitou em assumir uma máquina de costura usada pelos voluntários para fazer lençóis para o HC.

ENTREVISTA

'NÃO HÁ RAIVA, MAS TRISTEZA'

Quem vê a senadora Heloisa Helena (sem partido - AL) de perto não imagina que a dona de mãos tão lisas tenha sido brava fria na infância. Também fica difícil associar a imagem de uma parlamentar de discursos acalorados a uma dama que anda com rosinhas bordadas na blusa (o figurino não se altera: calças jeans e camisetas brancas, pequenos brincos de pérola, unhas bem feitas e que já chegam ao ombro) e uma expressão de serenidade. Quanto ao visual, ela se permite ser displicente na hora de calçar os sapatos pretos. Em meio ao corre-corre na Câmara Municipal, onde recebeu o título de cidadã goianiense, Heloisa falou com exclusividade, principalmente sobre sua vida pessoal, ao *Diário da Manhã*. Leia trechos da entrevista.

Diário da Manhã - O que faz nos momentos de lazer?

Heloisa Helena - Não sou muito festeira. Gosto muito de ficar em casa. Prefiro ler, cuidar das crianças, dos bichos e das plantas.

DM - Quando nasceu o desejo de exercer um mandato político?

Heloisa - Não tenho uma data precisa; há muito tempo. Talvez pela influência do meu irmão, que já era militante do PC do B.

DM - Como foi sua infância?

Heloisa - Apesar de ter nasci-

do em uma família pobre e ter passado por várias dificuldades, tive boas oportunidades e muita sorte na vida. Heloisa foi brava-fria quando criança.

DM - Exemplos em sua juventude?

Heloisa - As primeiras coisas que li na minha vida foram a História de Luta e de Libertação do Evangelho e as obras de Jacinto Ramos, que muito inspiraram minha vida lá em casa. As freiras holandesas católicas e os padres com que estudei foram fundamentais na formação da minha consciência.

DM - A sua vida já recebeu ameaças de morte. Não tem medo? Nunca aconteceu nada de grave?

Heloisa - Já aconteciam problemas graves que marcavam profundamente meu corpo, minha alma, meu coração e minha dignidade como mulher. Mas isso apenas me fez aprender mais, me ajudou a amadurecer.

DM - Depois de ter dedicado tantos anos à construção do PT, qual o sentimento após a expulsão do partido?

Heloisa - Não sinto tristeza nem raiva. Fiquei muito triste. Foi expulsa por defender a bandeira histórica do PT. Mas agora isso é passado. Quero dedicar minha energia militante à construção um novo partido.

Conheça os radicais que estiveram na Capital

João Batista de Faria, petualago

Nascido em Aracaju (SE), 45 anos, casado, uma filha

Formado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFSE)

Está em seu primeiro mandato na Câmara

Filiado ao PT desde 99, já foi presidente do PL em Sergipe (87-88) e depois passou pelo PSB (96-98)

É ligado à Arquidiocese de Aracaju e já foi secretário de Segurança Pública entre 1979 e 1982

João Ballista Oliveira de Araújo, o Babá

Nascido em Faro (PA), 50 anos, casado, uma filha

Formado em Engenharia Mecânica

Filiado ao PT desde 1981

Foi reeleito deputado federal pelo PT em 2003, já havia exercido dois mandatos como deputado estadual pelo partido nos períodos de 1993-1995 e 1996-1998

Também foi vereador entre 1989 e 1993

Heloisa Helena Lima de Moraes Carvalho

Nascida em Pão de Açúcar, no sertão de Alagoas, 40 anos

Formada em Enfermagem. É professora licenciada do Centro de Saúde da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Em 1992 foi eleita vice-prefeita de Maceió

Em 1994 foi eleita deputada estadual. Em 1996 perdeu as eleições para a Prefeitura de Maceió para Katia Born (PSB)

Luciana Couto

Nascida em Santa Maria (RS), 32 anos, casada, um filho

Diplomada em Inglês pela Universidade de Michigan (EUA) e de Cambridge (Inglaterra)

Foi deputada estadual por dois mandatos, entre 1999-2003 e 1995-1999

Iniciou os cursos de Direito e Letras, mas não os concluiu

Filiada ao PT desde 1985

ENTREVISTA / HELOISA HELENA

Ruy Sampaio

“Sou uma sobrevivente”

Apesar do dia cheio, a senadora Heloisa Helena encontrou uma brecha na agenda na noite de quinta-feira. Falou com o JB durante uma hora e meia, em ligação telefônica de seu apartamento funcional na Asa Sul, onde residem quase todos os senadores. “Alguns não moram aqui, mas no Lago Sul”, espeta, referindo-se ao bairro onde estão as mais luxuosas mansões de Brasília. Sem gurus na política, os vultos históricos inspiradores da professora de estatística de 41 anos são Rosa Luxemburgo – revolucionária polonesa do século 20 –, Trotski e Che Guevara.

A mãe, Helena, visitada todo mês pela senadora em Maceió, é filha de trabalhadores rurais, ficou órfã aos 14 anos e criou os irmãos “no cabo da enxada”. Heloisa não conheceu o pai, vítima de câncer quando ela tinha apenas três meses. Uma referência que traz na vida é a luta que a mãe travou para criar os três filhos – um deles assassinado. Marido teve dois: o pai dos seus filhos e “um militante do PT”, há cerca de três anos. Considera ambos importantes em sua vida. Hoje, está sozinha: “Já tenho muito trabalho para arranjar outro”, brinca, lembrando com carinho o fato de ter sido mãe de leite da filha cega

de uma amiga de infância.

O único instante em que se despe do estilo panfletário e contundente é quando lembra da pobreza e dos constrangimentos por que passou na infância. Nesse momento a voz firme esvai-se, amolece.

Com os dois filhos – ou “bebezinhos”, como gosta de chamá-los –, de 20 e 17 anos, o relacionamento é muito bom. “Eles são generosos”, garante. Lamenta apenas que não gostem muito de estudar: “Infelizmente, são consumidos pelo computador.”

O único assunto que deixa a senadora desconcertada é a insistência em manter o cabelo preso. Ela lembra que sempre teve cabelo grande e passou a prender em função do cotidiano de mãe, para facilitar tarefas como amamentar, lavar roupa e pegar ônibus com as crianças. Hoje, se diz “superacostumada”. Cabelos soltos, só na hora de dormir. Quanto ao convite para posar de cabelo solto para ilustrar esta entrevista, responde, desconfiada: “Como é que eu posso fazer isso, não tem condição... não... Tem jeito não... Não tem nada demais nesse cabelo, é só uma cabeleira grande, do interior...”

Como se sabe, a maioria dos partidos de esquerda...
 - Primeiro, há o problema do trabalho de alguns parlamentares que queriam parar de trabalhar comunitário e político. Agora virão as plenárias de preparação para o próximo debate que terá início em março e vai até junho. Há muitos obstáculos na legislação eleitoral, por isso é que digo que estamos fazendo uma travessia no deserto. Queremos fazer na primeira semana de junho nosso primeiro congresso e, a partir daí, teremos de conseguir quase 500 mil assinaturas para obter o registro definitivo. A lei é recente e nenhum partido conseguiu passar por isso. É uma tarefa hercúlea, mas já estou acostumada ao sol quente do sertão de Alagoas.

- Que etapa será vencida no encontro de amanhã, no Rio?
 - Será a primeira plenária do Rio, na Uerj. Um novo partido não nasce por decreto, nem pela vontade de uma personalidade política. Temos a clareza de que existe a necessidade de ajudar na construção de uma alternativa partidária que abrigue a esquerda que não é prisioneira dos imundos cárceres do poder.

- Qual a filosofia do novo partido?
 - Queremos ajudar na construção de alternativas, ser abrigo para a esquerda socialista e democrática. De-

fenderemos bandeiras históricas da classe trabalhadora. Respostaremos o direito de tendências. Estamos abertos a todos. Só não cabem neoliberais, nazistas, racistas, delinquentes políticos. Poderíamos estar nos lambuzando no banquete farto do poder do Palácio do Planalto, mas preferimos criar essa opção.

- É possível governar sem fazer acordo com o FMI?

- Não tenho dúvida disso. Defendo que conste do programa do partido que as relações do Brasil com a comunidade internacional não sejam de subserviência ao capital externo, representado pelos golólos do Fundo Monetário e demais instituições de financiamento multilateral. O FMI não é uma entidade filantrópica, patrocina a pilantropia dos banqueiros internacionais. Nada mais e nada menos que o instrumento de controle econômico. O governo Lula acabou dando forma a cabeceiras, pelas quais se fazem que o rompimento com o FMI é o primeiro passo para o Brasil. Não tem nada de grave nisso. O próprio governo brasileiro, depois que já parou o multo do dogo sujo com o FMI, talvez não tenha o acordo no ano que vem; Não tem nada de revolucionário nisso. A Constituição brasileira obriga, como requisito irrenunciável para a política econômica, a soberania nacional.

- É possível suspender o pagamento da dívida externa?

- A maioria de nós defende a auditoria na dívida. Ao longo da história recente do país, partidos de esquerda e muitos militantes importantes dos movimentos sociais foram à opinião pública, com plebiscito e abaixo-assinado, propor, ao mesmo tempo, auditoria e o não-pagamento da dívida. Não entendo, a não ser por cinismo, dissimulação e vigarice política, como essa gente pensa o contrário hoje. Ser contra a auditoria da dívida e defender o pagamento dela é ser reacionário, conservador. Até Celso Furtado propôs a Lula que prepare o país para a moratória. Temos de acabar com essa ridícula mania de perseguição que se tenta no tempo todo legítimar no imaginário popular. Precisa acabar esse terro-

Quem passou a que eu passei em Alagoas não pode temer nada
 Cláusula de barreira é penduricalho diante dos desafios que já enfrenta

A política econômica do Palácio do Planalto é que determina a falência do Fome Zero, da reforma agrária, da educação, da saúde

modo de viver o povo brasileiro...
 - O modelo de desenvolvimento brasileiro, baseado no modelo de crescimento econômico mundial, baseado no modelo de uma minoria para a maioria, é próprio e próprio da riqueza da maioria de seu povo.

- O partido vai nascer com a preocupação de sobreviver à cláusula de barreira, que passa a vigorar nas eleições de 2006.

- Sabemos das dificuldades. Nos somos sobreviventes. Tivemos que passar a vida engolindo nossos próprios medos, mas aprendemos a resistir. Quem passou o que eu passei no Estado de Alagoas para construir o PT, arriscando a vida, sendo humilhada, massacrada, não pode temer nada. Cláusula de barreira é penduricalho diante dos desafios que já enfrentamos.

- Deu para tirar algo de positivo desse processo de expulsão do PT?

- Eu senti, das pessoas mais simples, que não se desanimaram com a expulsão do PT. Isso foi um balsamo para as feridas abertas da minha alma e no meu coração.

- Como está vendo as políticas sociais do governo Lula?

- As políticas públicas, incluindo as sociais, refletem a opção econômica do governo, que resolveu destinar 18% da contribuição criada para a saúde - CPMF -, para aumentar o superávit. A opção econômica do Palácio do Planalto é saquear os cofres dos ministérios sociais 20% para compor a chamada Desvinculação de Receitas da União, que por sua vez compõe o superávit primário. Não tem mágica. A política econômica é que determina a falência do Fome Zero, da reforma agrária, da educação, da saúde. Para encher a pança dos banqueiros tem de esvaziar o prato dos brasileiros.

- Como vê as eleições municipais?

- O PT vai ter um crescimento significativo, até porque houve um liberalismo geral na política de alianças, em

que cabem PT, PMDB do Quercia e do Jader, PL, PP do Maluf. Foi um ano de bons serviços prestados ao capital estrangeiro de 2003. Acredito que o dinheiro não faltará para a campanha.

- Sente-se frustrada por não ter conseguido alcançar o sonho de ser prefeita de Macaé?

- Foi uma experiência pessoal extremamente dolorosa. Já tinha sido obrigada a abrir mão de disputar o governo do Estado. Vinha me preparando para a disputa municipal. Eles levarão a lenda; impediram a minha candidatura, mas não levaram o que eu acho que tenho de melhor, que é a minha alma liberta.

Tem algo contra a prefeita de Macaé, Katia Born?

- Não tenho nada pessoal contra ninguém, não. Nem contra Sorney, que me trata de forma delicada e respeitosa. Tenho divergências políticas.

- Qual sua relação com a religião?

- Sou ecumênica por natureza. Tenho amigos espalhados por diversas religiões. Respeito todas as tribos. Sou católica. Vou sempre a igreja. Tenho muitos amigos padres no interior. Semana passada foi a quatro missas num só cidade, ajudando na celebração. Me reencontrei há muitos anos com a fé, pela dor, e estou muito bem resolvida. Minha experiência religiosa e minha com o casamento da dos céus, que já me deu muitas provas de amor pelos momentos difíceis que passei na vida.

- Considera-se uma celebridade?

- Não diga esse negócio não, de cele-

bridade. Eu me sinto feliz com o carinho e a solidariedade das pessoas. Isso me faz feliz.

- Chegou a passar fome durante a infância?

- (Longa pausa) Com certeza eu não precisei disputar o lixo, mas passei dificuldades grandes. Tudo isso me fez melhor. Todas as dificuldades que passei na infância aprende o choro, com certeza, mesmo marcadas pela pobreza, pela fome, pela falta de significantes por não poder comprar coisas para passar fome. Foi uma menina na rua vendendo doces por um prato de comida, ou um menino que, em vez de estar com os meus filhos podendo escolher o que comer ou com um computador no seu quarto, está indo para a marginalidade como último refúgio. Sou uma sobrevivente.

EM TRÊS CAMINHOS | HELOISA HELENA

"Eu adoraria disputar a eleição de Alagoas"

SENADORA DO P-SOL ACHA QUE PODE VENCER PARA O GOVERNO OU O SENADO, MAS DIZ QUE SE O PARTIDO, DECIDIR, VAI PARA O SACRIFÍCIO DA CANDIDATURA A PRESIDENTE, MESMO SABENDO QUE TERIA UMA "MINÚSCULA CHANCE DE VITÓRIA"

PLÍNIO LINS
Editor de Política

Dilema, diz o Aurélio, e uma "situação embaraçosa com duas saídas difíceis ou penosas". Se é isso, a senadora alagoana Heloisa Helena (P-Sol) está hoje diante de um "trilema". Ela tem poucos meses para decidir seu futuro político por um entre três caminhos: ser candidata à reeleição para o Senado; disputar o governo de Alagoas - nos dois casos, ela garante ter chances reais - ou obedecer ao projeto nacional do partido que criou, o P-Sol, e disputar a Presidência da República, uma opção que ela própria reconhece ter "minúscula chance" de êxito.

Na última quinta-feira, Heloisa deu à *Gazeta* a entrevista a seguir, para responder a essa e outras questões.

GAZETA - Senadora, a senhora entra em 2006 mais como candidata à Presidência da República ou a um cargo majoritário em Alagoas?

HELOISA HELENA - Decidiremos entre março e maio. Se meus passos nos caminhos da política fossem marcados pelo carterismo e oportunismo, eu jamais aceitaria a tarefa de disputar a Presidência. Nós, do P-Sol, reconhecemos humildemente a minúscula chance de vitória. Sei que tenho reais possibilidades de vitória na disputa pelo governo de Alagoas ou na reeleição ao Senado. Mas sei também

que em 2006 não temos o direito de fingir estarrecimento diante do falso dilema entre neoliberais corruptos do passado e neoliberais corruptos do presente.

Nas pesquisas mais recentes sobre a sucessão de Lula, seus índices variam entre 3% e 7%. Na sua opinião, é um bom ponto de largada? Claro que fico feliz com a generosidade do povo brasileiro. Mas tenho clareza do significado de uma disputa presidencial enfrentando adversários que são capazes de matar, roubar, caluniar, liquidar quem passe pela frente ameaçando seus projetos de poder. Sei como somos pequeninos eleitoralmente. E minha vivência em Brasília me auxiliou a compreender as dolorosas tarefas que terei que enfrentar. Aprendi muito, especialmente no processo de expulsão do PT e neste mandato de senadora, e sei o que é de fato o mundo sordido da política com seus rituais cínicos e esnobes, com suas punhaladas covardes pelas costas, com seus orgias luxuosas e casamentos de mentira, com seus porcos excelências chafurdando nas poçilas do

poder. Mas senti orgulho de mim mesma, porque posso olhar nos olhos dos meus filhos e do povo alagoano com a consciência tranquila: não tenho preço, não me vendo e não me açouardo.

E se as pesquisas em Alagoas mostrarem, a curto prazo, números bem mais expressivos para uma candidatura sua ao governo ou à reeleição para o Senado?

A nossa definição se dará com base na necessidade de uma candidatura que represente a esquerda socialista e democrática para o Brasil. Eu adoraria mesmo disputar a eleição em Alagoas, para o governo ou o Senado. Mas se houver necessidade, terei que ir e farei a campanha nacional com alegria e combatividade. Se ganhar a Presidência, será maravilhoso para o Brasil e Alagoas. Se perder, ganharei muitos beijinhos sinceros, flores e bolo de chocolate na Universidade Federal de Alagoas.

Imaginemos que a senhora, candidata a presidente, chegue ao segundo turno. Quem preferia enfrentar: Lula, Serra ou algum outro?

Caso eu seja candidata e tenha a honra de estar no segundo turno, pode vir qualquer um, e (rindo muito) venha fervendo, porque eu estou em fase vulcânica!

O P-Sol prefere que a senhora seja candidata a quê?

Existe mesmo uma caninhosa polêmica sobre a decisão a ser tomada. Muitos militantes e simpatizantes preferem que eu participe da disputa estadual, onde há mais chance de vitória. Isso é fato.

Como estão suas relações políticas com o governador Ronaldo Lessa?

Dentro dos limites da civilidade e dos interesses de Alagoas. Superamos a fase "entre tapas e beijos", e como eu gosto muito da mãe dele e do irmão, Reinaldo, tento me conter para as vezes não dar uma esculhambação bem grande. Tenho também uma relação muito respeitosa com velhos aliados de tempos difíceis, como Luis Abílio, Gonzaga, Marcos Vieira, Arnon Chagas e outros que não foram contaminados pelas nossas desavenças políticas.

É curiosa essa relação política entre a senhora e o governador: aliados em 1992 na prefeitura, rompidos em 1996, aliados novamente em 1998 para o governo, outra vez rompidos em seguida, e não ano que passou a senhora ganhou até homenagem dele no Palácio? Explique essa relação política. Nem Freud explica!

Em entrevista recente à Gazeta, o governador disse que, se a Justiça Eleitoral o mantiver inelegível, ele cogita apoiar a senhora para o Senado ou mesmo para o governo. Como a senhora reage a essa declaração?

Aqui pra nós (rindo). Já guardei o jornal, para gritar nos palanques o que ele disse, caso seja candidata contra ele para o Senado... Acho que foi uma demonstração de delicadeza política, ou para fazer ciúme a quem ele ama mesmo, para trocar alianças, a dupla Renan-Têol! Falando sério, tenho realmente conversado bastante com o governador sobre os graves problemas do Estado.

Uma eventual derrota de Ronaldo Lessa no TSE pode provocar mudanças de planos em relação à sua candidatura?

Melhor será lembrar o livro de Eclesiastes: "Tudo tem seu tempo determinado e há tempo para todo propósito, debate, guerra e paz".

Nas últimas semanas, a bancada federal de Alagoas tem conseguido ganhos em Brasília que aliviam o sufoco financeiro do Estado. O governador tem citado o senador Renan Calheiros e o deputado Aldo Rebelo – que é alagoano mas não tem mandato em Alagoas – como valiosos na ajuda ao Estado. E o seu nome, senadora, não aparece. A senhora está sendo boicotada ou se alasta das negociações?

Diz a lenda que os dois citados, e outros também unidos pelo governismo crônico, trabalham por Alagoas. Mas eu já sofri tanto com essas maieiricências que sempre lembro do poeta Mário Quintana: "Da primeira vez que me assassinaram, eu perdi um jeito de sorrir que eu tinha". Fico triste, mas há bastante tempo para me seduzir a trocar minha liberdade de defender e lutar pelo que acredito pelo lambuzar do convívio do poder.

Como a bancada alagoana está se saindo com as emendas ao Orçamento?

Em relação a execução do Orçamento 2005, alguns, da base bajulatória, muitíssimo bem! Eu, pobre mortal, frita no óleo quente sob o sol africano!

E no Orçamento de 2006?

Na construção do Orçamento 2006, a bancada federal definiu programas essenciais para Alagoas em áreas importantes como irrigação, saneamento básico e abastecimento, educação, habitação e outras. O problema mesmo está sempre relacionado à velha metodologia balcão-de-negócios-sujos para execução orçamentária, a carcomida gestão pública pautada pelo fisiologismo e clientelismo patrimonialismo e muito mais para tomar.

O P-Sol já tem uma posição oficial quanto ao recebimento ou devolução dos salários extras para a convocação extraordinária do Congresso? Se conlhassemos nos "tesoureiros" que administrarão o dinheiro devolvido, faríamos com tranquilidade.

Há parlamentares do P-Sol que vão devolver os salários extras. Outros, como a senhora, falam em receber e doar a instituições. Optando pelas doações, o P-Sol não corre o risco de ser interpretado como mais um partido que sustenta financeiramente instituições filantrópicas, igual a outros que se beneficiam eleitoralmente disso?

Com certeza, falarão! Mas nem Jesus Cristo agradou a todo mundo ao mesmo tempo. Foi condenado e crucificado pela traição e covardia dos que estavam do lado do poder. Se nascesse hoje, com certeza, pobrezinho, ou estava jogado num hospício ou numa cela imunda condenado por defender a luta e a libertação do povo de Deus. Imagine nós!

Morar em Brasília durante sete anos e virar personalidade nacional mexeu com sua cabeça, com sua família?

Meus amores maiores, que são meus filhos, nunca se deixaram impressionar por cargos e poder, porque sabem que são passageiros nas nossas vidas. A dor maior sempre vem de compartilhar humilhações, tristezas, ameaças covardes, e tantos lamentos mais. Mas tenho orgulho das cicatrizes

Não me acovardei para servir ou ser servida no banquete farto dos palácios, e soube lutar pelo que acredito. Caminhei nos dolorosos caminhos da política, fazendo nascer um Davi por dia no meu coração, para derrubar os gigantes homenzinhos de alma pusilânime, sua garra e coragem e o banditismo eleitoral!

A senhora ainda "bebe" inspiração na água de sua fonte natural que é Alagoas?

Exatamente! Olhá, na essência eu sou a mesma menina de tranças que corria livre na caatinga do sertão de Alagoas. Sempre compreendi que o meu mandato parlamentar é passageiro e não me fara uma pessoa melhor: se eu me comportar como escrava do luxo e dos rituais esnobes do Senado. A gente deve, ao sair de casa todos os dias, esmagar a vaidade e cuspir no poder! Eu sou apenas uma trincheira de resistência e luta a serviço da classe trabalhadora. Sou uma mulher simples como qualquer outra, apenas com mais visibilidade provisória em função do meu trabalho.

Mas às vezes também é bastante agressiva...

Reconheço que às vezes sou exagerada e agressiva diante da gigante política e das suas linguas feruas e maldosas. Mas não sou um poço de ternura para quem a do bem! Sou como todas as mulheres que são educadas mas não são mentecadas, que não aceitam a injustiça social e olham para os filhos da humanidade como gostariam que outros acalentassem seus próprios filhos.

A senhora parece colocar as mulheres como sempre justas e os homens como sempre opressores e injustos.

Reconheço que existem algumas mulheres que reproduzem a maldade e a injustiça, especialmente contra outras mulheres. Mas não tenho dúvida de que os componentes e a vivência de minha feminilidade me permitem a presença com mais responsabilidade, honestidade, eficácia, disciplina. Com todo respeito a homens dignos com os quais aprendi e convivo hoje, inclusive meus dois filhos e muitos amigos, mulher e mesmo muito especial e genial!

A decisão do P-Sol deve ser tomada entre março e maio"

"Sei que tenho reais possibilidades de vitória na disputa pelo governo de Alagoas ou na reeleição para o Senado"

"Nos, do P-Sol, reconhecemos humildemente a minúscula chance de vitória para a Presidência da República"

"Dentro dos limites da civilidade. Superamos a fase entre-tapas-e-beijos" (sobre a relação política com Lessa)

"Já guardei o jornal, para gritar nos palanques o que ele disse, caso seja candidata contra ele" (sobre a declaração de Lessa a Gazeta, de apoio à senadora)

O LIBERAL

Heloísa Helena mostra suas "cicatrizes da alma"

Ela dá nota zero para o chamado "núcleo duro" do partido e diz que Lula "é muito bem preparado para o bem e para o mal"

Desde que foi expulsa do PT no final do ano passado, a senadora Heloísa Helena tem se dedicado à construção da nova legenda que ela chama de "abrigo das esquerdas". No dia 22 de março, por exemplo, ela estará em Belém para buscar o apoio dos paraenses descontentes com os rumos do PT. E a agenda de viagens deve lhe tomar os próximos meses. A mágoa que surgiu com a saída do partido em outubro não mudou e pode ficar mais viva com o conteúdo de sua nova publicação. Um que o processo de expulsão não afetou, com o tempo, sua alma.

A mulher que ganhou fama com a hegemonia do PT e delicada do que ela chama as interlocutoras de Ber e não lamenta o tom de voz mesmo quando o assunto causa indignação, mas não poupa críticas a seu ex-partido, ao qual acusa de ter se transformado em propaganda "trunfalista" do neoliberalismo. Diz ainda que a cúpula palaciana do PT não todas as que integram esse chamado Núcleo Duro, que vai além de um passado pelo José Sarney, mas a atualidade, que, segundo ela, é muito bem preparado para o bem e para o mal.

Essa entrevista exclusiva a *O LIBERAL*, foi feita na sala de todos os dias do Palácio do Senado, onde ela trabalha desde agosto de 2005. Ela também participou da reunião do Núcleo Duro, Estêvão e Heloísa Helena, para alguns políticos. A seguir, os principais trechos da entrevista:

A senhora foi durante muito tempo a Heloísa Helena do PT e, hoje não é mais. A senhora já assimilou bem isso?

• É um processo que me deixou marcas profundas. Eu chorei muito nesse processo todo e dizem que as lágrimas fazem cicatrizes na alma, mas eu sei que se tem cicatrizes na alma quem não se acovardou, quem esteve no campo de batalha. Eu acho que eu chorei menos por mim e muito mais pela traição que eu passei a identificar no que foi transformado o PT pela cúpula palaciana. O PT não se transformou, mas foi bagunçado "trunfalista" do neoliberalismo, portanto, num vergonhoso pro-

cesso de traição às bandeiras históricas da esquerda socialista democrática. Isso me feriu profundamente. Eu detestei os melhores anos de minha vida para ajudar na construção do PT, entre outros, porque eu não queria que o PT se tornasse uma máquina de guerra.

Eu sou como mulher, vejo a esquerda no Estado de Alagoas. E depois de ser submetida a um verdadeiro trabalho de inquisição pelo PT não é uma coisa fácil. Cicatrizes na alma ficam sempre, mas eu aprendi muito com esse processo todo. Eu já conhecia o espírito democrático do povo brasileiro, mas esse processo me fez enxergar como está enraizado na alma do coração dos brasileiros o espírito de liberdade de que eu sou feita.

Como foi o apoio dentro do PT? Os colegas seus, senadores ou deputados, apoiaram?

• Não, exatamente como é Babá, Luciano, João Fontes, construímos a história de nossa história. Mas relações partidárias extremamente importantes. No caso específico do Senado, eu jamais poderia deixar de lembrar do apoio que eu tinha de uma das pessoas mais belas que eu conheci no longo da História. O que o transformou em uma pessoa maravilhosa é que eu sei que a solidiedade em todos os momentos, anárgos e dolorosos que passei, tenho convicção que ele teve a mesma posição solidária, maternal e corajosa se fosse com qualquer outro militante do PT que estivesse passando situação como essa.

A senadora Ana Júlia é da mesma tendência da senhora dentro do PT.

• Para ser sincera, eu nunca fui chegada à falsidade e também não vai ser neste momento. Respeito as opções, as opções que ela fez e outros dirigentes, mas eu quero lembrar de outras pessoas, dos simples militantes do PT, de dirigentes, de parlamentares, de pessoas que foram solidárias no momento em que o mal co-

"Homem riquinho e ordinário como ele (Estêvão), eu vomito em cima"

mado era o silêncio cúmplice, as opções "eleitoralistas", a possibilidade de se lambuzar no banquete farto do poder. Quero só lembrar dos que estiveram presentes. Esses eu guardei no meu coração para o resto da vida e aqueles que pelos motivos os mais diversos, esses eu quero que eles sigam os seus caminhos. Esse processo marcou não apenas minha alma, minha dignidade como mulher, como militante de esquerda, marcou na minha saúde.

A senhora sempre fala que construiu os melhores anos de sua vida na construção do PT. A senhora ainda tem força para começar tudo de novo, com a criação de um novo partido?

• Isso tudo, como eu falei no final do ano - época do Natal e Ano Novo - é sempre um período que você para e repensa sua própria vida, os caminhos que você percorreu, quais as alternativas que irá assumir daqui para frente. Eu estava em primeiro lugar nas pesquisas para a disputa da Prefeitura de Maceió. Infelizmente, de forma serrateira e perversa, impediram a minha candidatura. A cada momento que eu passava por um constrangimento ou uma humilhação, uma situação de dor pessoal, eu tinha que me repetir, tinha que repetir todos os dias: primeiro que eu sou uma pessoa de muita fé. Eu brinco sempre, eu digo sempre que eu sou capaz até de ter fé em Deus - que a gente não pode tocar, nem localizar geograficamente. Você imagina a confiança que eu tenho na capacidade de luta dos trabalhadores brasileiros.

Mas com esse desgaste todo, a senhora pensa em construir um novo partido?

• Eu fiquei pensando, conversando com minha mãe, com meu irmão, com meus filhos, tantos dias. Eu pus em risco a minha própria vida, apanhando nas feiras, tendo a casa neutralhada, passando humilhações como mulher, como militante de esquerda tantas vezes, que eu pus

em risco até a condição de ser mãe dos meus filhos para cuidar dos filhos da Humanidade através da construção de um partido como o PT. A minha vontade primeira, sem dúvida, era me recolher em casa, voltar às minhas atividades, passar um tempo sem a discussão partidária. Mas eu acho que não é justo. Eleitoralmente tanto Babá como Luciano tanto eu sou, mas não eleitoralmente.

Não será fácil se eleger por um novo partido...

• Difícil, muito difícil. tarefa Jéu Olívia.

A senhora trabalha com a hipótese de não voltar ao Congresso?

• Quando eu resolvi que não entregaria a cúpula palaciana do partido o meu coração socialista, a minha alma libertária, a minha história, eu sabia também dos riscos eleitorais que eu estava correndo. E eu sei da gigantesca máquina que está sendo montada no meu Estado, até porque muitos dos nossos adversários históricos, que tudo fizeram para destruir o PT, hoje são os enamorados primeiro do governo Lula. São feitos acordos políticos para impedir a minha reeleição, mas eles podem impedir a minha reeleição, como puderam me expulsar do PT, mas tem algo que jamais vão ter nas mãos deles no Palácio. Eles não vão poder dizer aqui está: nós arrancamos o coração socialista da Heloísa, nós encarceramos a alma libertária da Heloísa e nós destruímos a história política dela. Isso eles não vão poder fazer. Eles não vão poder destruir a minha história política, nem com o João nem também com muitos militantes do PT que estão saindo do PT e que vão ajudar na construção no novo abrigo para a esquerda socialista e democrática.

"O governo se transformou em um serviço do capital financeiro"

• Como é o partido dos seus sonhos?
• Nós podemos como possibilita a legislação eleitoral, reunir 101 pessoas do Brasil, todo pessoal o nome de um parti-

do e já a partir de agora iniciar a coleta de assinaturas de "apoio", o que seria muito mais cômodo e fácil para a gente, mas nos fizemos uma outra opção: passar o primeiro semestre qualificando o debate com a sociedade, juntando militantes dos movimentos sociais, pessoas que nunca foram filiadas ao partido, enfim, outras pessoas que querem ter uma alternativa na vida política brasileira. Então nós construímos uma agenda de debates até o final de maio. Esperamos na primeira semana de junho fazer o nosso primeiro congresso. E, a partir do primeiro congresso, iniciar a coleta de assinaturas de "apoio" para conquistar o registro definitivo do partido. Existe algo que é fundamental para a gente, que na concepção programática do PT é a participação da democracia.

- Há muitos pensamentos diferentes na esquerda. Será possível unir todas as tendências em um único partido?
- Existem tradições distintas, diversas, mas existe um espírito comum, que é a necessidade de construir um abrigo para a esquerda socialista e democrática, em função do PT ter se transformado na propaganda triunfalista do neoliberalismo. Existe um acordo entre a parte da esquerda que quer se transformar em função do PT ter se transformado na propaganda triunfalista do neoliberalismo. Existe um acordo entre a parte da esquerda que não move no acordo e isso que eu disse a concepção programática. Portanto não serão os grupamentos de esquerda, ou os partidos, ou os militantes que tenham uma visão diferente. Se concordam com a intolerância, com a truculência, com o "neoliberalismo", com o "centralismo democrático", burocrático; se concordam com isso, continuam militando nas estruturas que já o fizeram e nós seguiremos o nosso caminho.

A senhora acha que ainda há espaço para um partido de esquerda hoje no Brasil?

- Eu entendo que é fundamental porque, intelectualmente, o PT abriu não de ser um partido de esquerda. Como o PT abriu não de ser um partido de esquerda, existe a necessidade clara de se construir o que eu chamo de um abrigo para a esquerda socialista, democrática e livre, com uma concepção partidária que permita a democracia interna exercida em plenitude.

◊ A senhora vai ser candidata à Presidência?

Eu acho que a gente tem que aproveitar ao máximo a nossa capacidade de luta e trabalho para construir um partido. Um partido, como sabemos todos nós, não nasce da vontade verbalizada de alguns, não nasce por decreto. Então,

vamos primeiro dar os passos que são necessários para fazer o debate qualificado, debate de ideias, nenhuma motivação "eleitoralista" nos inspira. Se isso nos inspirasse, evidentemente que nós preferíamos o caminho fácil, e eu não sou masoquista, não gosto de sofrer. Quando eu sofro é porque a realidade objetiva impõe, mas eu quero mais é ser feliz.

A senhora tem saudades do PT de antigamente? Das passeatas? Das manifestações?

- Ah, isso aí sim! Se tem algo que eu tenho convicção é que o PT que me expulsou não foi o partido que eu ajudei a construir.

A senhora foi acusada de ter votado contra a cassação do senador Luís Estêvão? Esse também foi um momento difícil?

- Esse foi o momento difícil. Primeiro, pelos argumentos que eram utilizados pelos correligionários para um suposto voto que é o velho argumento utilizado contra toda mulher, porque é o que ela e o pai se aquilata. Já tivesse havido entre dois homens, com certeza, tinha saído nãz quebrado. O sistema como envolveu uma mulher, o desestruturador de parques produtivos, destruição de milhões de postos de trabalho já deixou no Brasil, na América Latina e no mundo, está tudo muito bem, sem nenhum problema. Eu sou cristã. Eu acredito em milagre, também não acredito em magia.
- Qual o modelo que daria certo?
- Eu acho que se o PT, a cúpula palaciana do partido ao menos tivesse feito a opção de não se transformar em mediocre corrente de transmissão dos interesses do capital estrangeiro representado pelo governo federal, se ao menos tivesse tido a coragem de viabilizar as ações aprovadas nas resoluções do último Encontro Nacional do Partido, que já desde a denúncia ao acordo com o Fundo Monetário a auditoria da dívida, e muitos outros componentes de política econômica que alteram completamente a inserção do Brasil no mundo globalizado, à luz dos interesses nacionais, com certeza seria um passo extremamente importante de mudança.
- Mas há o argumento de que se a gente fizesse isso os investidores internacionais fugiriam do País e o Brasil quebraria. A senhora acha que isso aconteceria mesmo?
- O que mais me dói nessa história toda é que nós já identificamos que um país que já estava quebrado, desmoralizado perante o mundo, com um presidente que só foi eleito porque estava em primeiro lugar e con-

tinhou grandes conquistas, financeiros internacionais. Não é à toa que nós estamos com uma economia que não cresceu nem 0,3%, enquanto os bancos no Brasil conseguiram crescer mais de 14%. Tiveram lucros gigantes. Então, não é uma coisa qualquer.

Qual o futuro que a senhora vislumbra para o Brasil com o PT?

Eu só desejo boa sorte, sempre estarei lutando para que tudo dê certo porque eu sei que quando as coisas vão mal no Brasil quem sofre, de fato, não é a elite político-econômica. Quem sofre são os filhos da pobreza.

Na sua opinião, há chances de o Brasil dar certo com essa política?

- Não há a não ser que chame David Copperfield para fazer uma magia. No mundo todo esse modelo promoveu fome, miséria, desemprego, humilhação e sofrimento. Se alguém acha que o presidente é algum David Copperfield, capaz de fazer uma magia e transformar uma concepção econômica que tantas marcas de destruição, de desestruturação de parques produtivos, destruição de milhões de postos de trabalho já deixou no Brasil, na América Latina e no mundo, está tudo muito bem, sem nenhum problema. Eu sou cristã. Eu acredito em milagre, também não acredito em magia.

Qual o modelo que daria certo?

- Eu acho que se o PT, a cúpula palaciana do partido ao menos tivesse feito a opção de não se transformar em mediocre corrente de transmissão dos interesses do capital estrangeiro representado pelo governo federal, se ao menos tivesse tido a coragem de viabilizar as ações aprovadas nas resoluções do último Encontro Nacional do Partido, que já desde a denúncia ao acordo com o Fundo Monetário a auditoria da dívida, e muitos outros componentes de política econômica que alteram completamente a inserção do Brasil no mundo globalizado, à luz dos interesses nacionais, com certeza seria um passo extremamente importante de mudança.

Mas há o argumento de que se a gente fizesse isso os investidores internacionais fugiriam do País e o Brasil quebraria. A senhora acha que isso aconteceria mesmo?

- O que mais me dói nessa história toda é que nós já identificamos que um país que já estava quebrado, desmoralizado perante o mundo, com um presidente que só foi eleito porque estava em primeiro lugar e con-

seguiu ter coragem política para repactuar com o Fundo Monetário Internacional em outros moldes (a senhora está se referindo à Argentina). Então, delírios "persecutórios" só servem para quem quer

◊ O PT tem futuro?

- Futuro eleitoral, com certeza tem, até porque eu não tenho dúvida que haverá certamente um crescimento quantitativo da participação desse partido na institucionalidade, por que como se liberou geral a política de aliança e, portanto, cabe o IPB de Maluf ou PMDB do Jader, ou qualquer outra força política que queria se integrar... Como cabem todos, e como certamente muito dinheiro haverá para, digamos, para proporcional, essa vitalidade nessa disputa política, eleitoralmente, poderá até ter futuro. O problema é qual o futuro. O futuro que eles preparam não serve à esquerda brasileira.

O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, tem falando em controle do Ministério Público. O que a senhora acha disso?

- Pelo que nós passamos dentro do partido, com certeza nada mais me surpreende desses senhores, absolutamente, nada.

◊ Agora, eu gostaria de lhe pedir notas para os políticos. Que nota a senhora daria para o senador Antônio Carlos Magalhães?

- Eu não sei, mas eu acho que ele não merece nota nenhuma.

E para o presidente nacional do PT?

"Se aquela briga tivesse sido entre homens, tinha saído nãz quebrado"

- Um zerinho. Para a cúpula palaciana do PT eu dou zero generalizado. Eu sempre briguei muito ao longo da minha vida contra um argumento que de forma preconceituosa, seres importantes da elite nacional tentavam incutir, legitimar na opinião pública que o Lula era um fracasso, despreparado para o poder e eu sempre briguei muito contra isso, porque eu acho que ele é extremamente qualificado, capaz, e ele é que dirige o governo. Ele é muito bem-preparado para o bem e para o mal. Então, quando eu falo da cúpula palaciana do partido são todos os que integram esse chamado Núcleo Dirceu, que vai do Geninho passando pelo...

...chegando ao Lula.

Que nota a senhora daria para o homem forte do governo Lula no Pará, deputado Paulo Rocha?

- Eu prefiro nem falar dessas pessoas com a contaminação da dor e do sofrimento que eu pas-

sei, por isso que eu trato do chamado Núcleo Duro da mesma forma. A nota que eu dei a Geleino, a José Dirceu, a Lula a mesma nota

E para o Renan Calheiros, que nota a senhora daria? Zero

também?

- ◆ E para Jader Barbalho?
- ◆ Também. Eu sei que talvez essas pessoas tenham mais coerência que o próprio PT, porque o PMDB ou qualquer um outro que foi chamado pelo presiden-

te Lula para compor a sua base de bajulação, a partilhar o poder, quem convidou foi o governo. Então, essas pessoas estão fazendo o que sempre fizeram: qualquer coisa para continuar usufruindo do poder

Tem algum político para quem a senhora daria 10?

- ◆ Há muitos para quem eu daria a nota 10. Suplico Luiza Erundina, Walter Pinheiro do PT. No Senado também Cera de Mesquita, do PSB, Sérgio Miranda, do PCdoB. Nem sempre são pessoas que votam como eu

JORNAL DO BRASIL

Sem acordo, reforma política emperra

Falha a primeira tentativa de Aldo Rebelo para buscar consenso. Governo e oposição negociam extensão do prazo

DANIEL PEREIRA
E PAULO DE TARSO LYRA

BRÁSILIA - O presidente da Câmara Aldo Rebelo (PCdoB-SP) busca o consenso para aprovar a reforma política e a minirreforma eleitoral, mas falhou temporariamente na primeira tentativa. Diante da falta de acordo sobre o conteúdo dos textos e confrontado com o fim do prazo, hoje, para aprovar alterações validadas nas eleições do ano que vem, governistas e opositores caminham para um casuismo. Negociam aprovar um projeto de emenda constitucional que estenda até dezembro o prazo para as modificações nas regras. Mas até aí há problemas. A oposição exige uma série de compensações.

Na primeira reunião com os líderes Aldo tentou patrocinar a votação de projeto de mudanças eleitorais ainda hoje. Diante da tensão da reunião, sob o clima de disputa no dia anterior em torno do comando da Casa, a conversa refluxu. Acabaram optando por debater a votação da emenda constitucional e analisam as duas propostas já existentes na Casa. Uma, do deputado Ney Lopes (PFL-RN) e sharrá na exigência do domicílio eleitoral. Outra, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), parece conquistar mais apoios.

A falta de entendimento

tem variadas explicações. A oposição, na prática, gostaria de manter a atual lei eleitoral, pois preservaria o benefício de maior tempo na televisão para atacar o governo. Por isso, levanta uma série de contrapartidas para chegar ao consenso, como, por exemplo, a exigência de

Oposição exige contrapartida para aprovar emenda

aprovar, antes, o projeto de autonomia do Banco Central. A mudança na constituição para conceder novo prazo ao Congresso é considerada casuismo por integrantes da Justiça Eleitoral e da Ordem dos Advogados do Brasil. Se passar no Congresso, dará aos parlamentares mais três meses para solucionar o caso da reforma política, que tramita há mais de dez anos.

Já revestido da nova função, Aldo informou que os líderes definem, em reunião na terça-feira, quais pontos serão votados ainda este ano. Enquanto isso, monta do no início do ano pelos quatro maiores partidos e o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Aldo levantou a possibilidade de algumas mudanças serem implementadas apenas nas eleições municipais de

2008 e nas eleições majoritárias de 2010.

O líder do PSDB, Alberto Goldman (SP), afirmou que o apoio à emenda constitucional dependerá da certeza de as regras efetivamente mudarem e entrarem em execução.

- Precisamos aprovar uma reforma política independentemente de votar ou não a emenda constitucional. Todo o ano e assim, a gente debate e não vota - re-

clama o deputado Rodrigo Maia (RJ), líder do PL.

Sempre lembrada como remédio nos momentos de crise, a reforma política não avança devido as divergências sobre o seu conteúdo. A mesma análise vale para a minirreforma eleitoral, aprovada a toque de caixa pelos senadores como um paliativo ao escândalo de caixa dois envolvendo o PT e partidos da base aliada.

Lula comênta "jogo duro" da eleição

BRÁSILIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comentou ontem as eleições da Câmara. Em duas entrevistas disse que a eleição foi um "jogo muito duro", mas que a Casa soube escolher. Afirmou ainda que a oposição "jogou o que tinha que jogar", mas criticou os governadores que liberaram secretários para reassumir a vaga de deputado para votar em outros candidatos.

Sorridente e bem-humorado, Lula elogiou o novo presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), dizendo que

ele é "qualificado" e tem "autoridade política e moral para dirigir" a Casa.

- O Aldo representa neste momento muita serenidade, muita maturidade e respeitabilidade para a Casa.

Empenhado pessoalmente na candidatura e vitória de Aldo, Lula recebeu o novo presidente da Casa pela manhã no Planalto e marcou uma reunião de trabalho para a próxima terça-feira, quando também participará o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Quando questionado se a eleição de Aldo daria um novo fôlego ao governo, Lula desconversou.

- A disputa foi apertada, mas é importante lembrar que já teve presidente eleito com um voto de diferença - disse, referindo-se a eleição de Michel Temer (PMDB-SP), em 1997. (FP)

A reforma de emergência

TEMPO DE CAMPANHA

Reduz a duração da campanha eleitoral de 90 para 60 dias

PROPAGANDA ELEITORAL

Diminui o período de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão de 45 para 35 dias.

LIMITE DAS DOAÇÕES

Limita a arrecadação de dinheiro a partido ou candidato, de R\$ 75 mil no caso de pessoa física e de R\$ 250 mil pessoa jurídica.

TESOUREIRO

Torna o tesoureiro de campanha responsável na Justiça pela veracidade das informações contábeis da campanha

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Obriga a prestação de contas diária na internet, com os recursos

arrecadados, a identificação dos doadores e os gastos realizados.

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

Proíbe a divulgação de pesquisa quinze dias antes das eleições

PROPAGANDA EM BENS PÚBLICOS

Proíbe a veiculação de propaganda em bens públicos, como viadutos, pontos e paradas de ônibus

SHOWMÍCIOS

Proíbe a realização de showmício e a distribuição de brindes ao longo da campanha eleitoral

PROGRAMAS EM RÁDIO E TV

Estabelece que os programas eleitorais de rádio e televisão terão a participação apenas do candidato e dos filiados do partido sendo vedadas gravações externas, montagens, computação gráfica

MULTAS A DOADORES

Pessoa jurídica ou grupo de

sociedades que doar no total mais de 2% da receita bruta a campanhas políticas terá de pagar multa no valor de 50 a 100 vezes a quantia que ultrapassar o percentual estipulado.

PROIBIÇÃO DE CONTRATOS

A pessoa jurídica que ultrapassar o limite de doação fixado estará sujeita a proibição de participar de licitações públicas e de celebrar contratos no prazo de cinco anos

ARRECADAÇÃO

O partido que descumprir as normas referentes de arrecadação dos recursos perderá o direito ao Fundo Partidário por três anos

CAIXA DOIS

Caixa dois e crime punível com detenção de três a cinco anos, multa no valor de R\$ 20 mil a R\$ 50 mil e cassação do registro do candidato e perda do fundo partidário

Tensão permanece mesmo depois da eleição

PAULO DE TARSO LYRA

BRASÍLIA – Os rumores, especulações e suspeitas de acordão levantados pela oposição após a vitória de Aldo Rebelo (PCdoB-SP) para presidência da Câmara mostram que o clima de disputa da eleição vai demorar a se esvaír. Eleito comunista na segun- de ano consecutivo, o líder apoiou as reformas constitucionais. Aldo afirmou não ver problemas em conduzir as sessões de cassação de parlamentares envolvidos com o suposto mensalão.

– O fundamental é a isenção, o equilíbrio e o critério de justiça – resumiu Aldo.

Aldo não se sente impedido de presidir a sessão do suposto pedido de cassação do deputado José Dirceu (PT-SP) pelo fato de ter sido testemunha de defesa do petista no Conselho de Ética.

– Qualquer integrante da Casa, especialmente da Mesa Diretora, tem condição de julgar seus pares – acrescentou.

O presidente da Câmara tampouco demonstrou desconforto com a esfuziante comemoração dos parlamentares ameaçados de cassação, após a confirmação de que Aldo havia sido eleito. Para justificar a atitude, recorreu à política

de alianças que permitiram sua vitória.

– É evidente que os partidos e os integrantes de partidos que tiveram candidatos vitoriosos comemorem, isso é natural – ponderou o novo presidente.

O tom de confronto já havia surgido pela manhã, na primeira reunião de líderes convocada por Aldo para discutir a reforma política. O encontro mal havia começado, quando o líder da minoria, José Carlos Aleluia (PFL-BA), mostrou os dentes, afirmando que seu

partido era contra a redução de cláusula de barreira de 5% para 2%, uma das promessas dos governistas durante a campanha de sucessão de Severino Cavalcanti.

Quando a palavra foi dada ao líder do governo, Arlindo Changelia (PT-SP), veio troco.

– Quero que o líder do PSDB, Alberto Goldman (SP), diga aqui, perante todos, que história é essa de que Aldo foi eleito com o apoio dos mensaleiros da Câmara – cobrou.

A mesma crítica incisiva foi feita pelo líder do PT na Casa, Henrique Fontana (RS). Goldman acabou não se explicando perante os demais líderes partidários. Teve, no entanto, a solidariedade do líder do PFL, Rodrigo Maia (RJ)

– Esse tipo de questionamento não deve ser feito numa reunião de líderes. Isso é assunto para plenário. Se eles se sentirem ofendidos, que se defendessem no plenário – rebateu Maia.

O líder petelista reconheceu que o Planalto terá dificuldades em aprovar as medidas na Câmara. Ainda provocou os governistas afirmando que cabe ao governo colocar em plenário a pretensão maioritária. O líder do PSB na Câmara, Renato Casagrande (ES), ironizou.

– Engraçado. A oposição sempre é mais nervosa aqui fora (no Salão Verde, onde são concedidas as entrevistas) do que lá dentro – provocou.

Aldo Rebelo também fez uma peregrinação pelo Palácio do Planalto, para visitar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e no Supremo Tribunal Federal, para encontrar-se com o ministro Nelson Jobim. No STF, negou que tenha ido fazer uma consulta sobre a emenda constitucional que prorroga os prazos para alteração nas regras de reforma política. Sobre a audiência com Lula, Aldo foi mais lacônico ainda. Disse que falaram sobre política e futebol.

– Palmeiras e Corinthians, como sempre – emendou.

Colaboração: Luiz Orlando Carmo

O JORNAL

Briga pelo ICMS de aeroporto pode ser decidida por deputados

Iteral vai fazer nova demarcação da área; o resultado vai para a ALE

Kelmann Freitas
Reportagem

A polêmica em torno do destino do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) gerado pelo recém-inaugurado Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares pode parar na Assembleia Legislativa do Estado (ALE) até o final deste ano. O Instituto de Terras de Alagoas (Iteral) decidiu fazer uma nova demarcação da área onde está localizado o site aeroportuário, o que acarretará na mudança do texto da lei que definiu a divisa entre os municípios de Maceió e Rio Largo.

A decisão de demarcar o terreno partiu depois que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) declarou que

não tem competência para propor alterações na linha imaginária que divide as duas cidades, que vem travando uma disputa pela arrecadação do imposto desde a época do anúncio do início das obras do novo aeroporto.

Após a demarcação, o resultado será encaminhado a ALE por meio de projeto de lei. Para acompanhar o andamento dos trabalhos, a Assembleia indicou, ainda na semana passada, o deputado estadual Francisco Tenório (PMN).

"A lei que divide os dois municípios é muito antiga. A idéia é fazer uma nova demarcação do terreno com tecnologias mais atuais, usando equipamentos de alta precisão", explica o cartógrafo e diretor técnico do Iteral, Manoel Quirino.

"Houve uma reunião entre o Iteral, o IBGE e as prefeituras de Maceió e Rio Largo onde ficou acertada a revisão na extensão do terreno. Como se trata de um espaço territorial do Estado, caberá a nós fazer esse trabalho", revela.

O cartógrafo reforça a iniciativa do Iteral citando o Artigo 12 da Constituição Federal, que, segundo ele, garante ao Estado decidir sobre os limites territoriais de cada um dos 102 municípios de Alagoas "Está lá na Constituição", diz.

PRESSÃO - O chefe da unidade do IBGE em Alagoas, André Luiz Figueiredo, afirma que o órgão tem competência apenas para ajudar nos trabalhos, e não para decidir de fato onde começa e termina a fronteira

entre os dois municípios - Maceió e Rio Largo. "Não cabe a nós bater o martelo sobre esse assunto. Porém, é isso que estão querendo a qualquer custo", revela, referindo-se ao impasse. "Não é missão do IBGE. Nosso trabalho é apenas de cooperação técnica. O deslincho ficará com a Assembleia e com o Iteral", completa.

Estima-se que a geração de ICMS do novo Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares gira em torno de R\$ 250 mil por mês. O montante é fruto da movimentação de caixa das mais de 60 lojas que vem sendo instaladas gradualmente no terminal, inaugurado no mês passado após uma série de entraves financeiros entre o governo do Estado, a construtora OAS e o governo federal.

Paulão prepara defesa contra a acusação de irregularidade fiscal

O deputado estadual Paulo Fernando dos Santos, o Paulão (PT), disse que está preparando sua defesa com ajuda de um advogado tributarista fiscal, contra a acusação de irregularidades na movimentação de R\$ 1,33 milhão não declarados no Imposto de Renda. Paulão afirmou que também vai buscar informações sobre o vazamento da

lista junto à Receita Federal. O parlamentar entende que a veiculação da notícia no jornal Folha de São Paulo, durante o último final de semana, pode prejudicar sua imagem e, para evitar o agravamento do problema, ele disponibilizará todos os documentos necessários para as autoridades; assim como fez ao jornalista paulista que noticiou o fato.

Ele diz que no momento

atua que o passivo é uma tendência; contém a grande imprensa nacional publicar informações sem ouvir o contradiatório. O deputado lembrou que erros semelhantes a estes ocorreram com outros deputados e o equívoco da Receita está em contabilizar a verba de gabinete. "Quero colocar a disposição minha declaração de renda de verba do gabinete do período de janeiro de 2000 a dezembro de 2004", disse.

"O deputado pontuou duas formas de resolver a problema, a primeira administrativa, onde entrará com uma representação e a segunda contra a Receita Federal, por ter colocado seu nome em evidência. "Isso é gravíssimo porque estamos em um estado democrático de direito e repentinamente vê sua vida exposta de uma forma equivocada e cria uma mancha que muitas vezes não se repara", afirmou.

Eleição da nova Mesa da Câmara será 3ª feira

A eleição para os seis cargos da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Maceió já tem data marcada. Após aprovarem o projeto de resolução que garante a realização do pleito a qualquer momento, e não mais em um determinado período da legislatura, os vereadores decidiram marcar para a próxima terça-feira, dia 11, a data da eleição.

Até a aprovação do projeto de resolução, na última quarta-feira, o Regimento Interno da Câmara estipulava o período entre junho e dezembro do ano que antecede o início do novo biênio para a realização do pleito legislativo. Nesse caso, a eleição para o biênio 2007/2008 só seria realizada no

segundo semestre de 2006.

Com o anúncio da nova data, os vereadores já estão se articulando para a formação das chapas que disputarão os seis cargos. O pleito da próxima terça-feira também contará com a possibilidade de reeleição dos atuais membros da Mesa Diretora.

PERMANÊNCIA - Caso as demais chapas não consigam vencer a eleição, a Mesa Diretora continuará formada, pelos vereadores Arnaldo Fontes (PFL), presidente, Cristiano Matheus (PFL), 1º vice-presidente, Gerônimo Ciqueira (PFL), 2º vice-presidente, Galba Novaes (PL), 1º secretário; e Davi Davino (PSDB), 2º secretário.

PFL reafirma postura de oposição a Lessa

O Partido da Frente Liberal reuniu ontem boa parte dos filiados - inclusive os mais recentes - para traçar as estratégias de atuação do partido nos próximos meses e, principalmente, em 2006. No encontro, o partido reafirmou sua postura de oposição aos governos Federal e Estadual. "Continuamos fazendo oposição ao presidente Lula e ao governador Ronaldo Lessa, mas uma oposição responsável, consciente", disse o deputado federal José Thomaz Nonó, presidente regional do PFL. Com relação a Maceió, o PFL continua fazendo parte da base de apoio do prefeito Cícero Almeida (PTB) - posição reforçada com a filiação, no

final da semana passada, da vice-prefeita Lourdirha Lyra. A entrada de Lourdirha no partido vai reforçar ainda o trabalho do "PFL Mulher". O Diretório Estadual buscou nomes que pudessem representar várias regiões do Estado, como o de Mana Soriano, vice-prefeita da Barra de São Miguel, e Ivana Toledo, liderança do município de Bene-de-Quatro braço do partido que ganha força e o PFL também, que, além de Edmundo Catunda, conta com o vereador Diogo Gaia e com Davi Lima, filho do prefeito de Quebrangulo, Marcelo Lima.

Também estiveram presentes deputados estaduais e lideranças sindicais e políticas.

LULA SABIA DE TUDO

om-exclusividade, a revista *Competência Universitária* entrevistou a senadora Heloisa Helena, uma das estrelas mais brilhantes do Congresso Nacional. Mesmo em meio às turbulências desses dias que envolvem depoimentos espetaculares nas PMIs, responsáveis pelos maiores índices de audiência da pequena história da TV Senado, a senadora nos atendeu com carinho, respeito e atenção. Heloisa Helena ficou conhecida como uma das mais combatentes e importantes militantes do PT de Alagoas. Quebrando a tradicional hegemonia nordestina, se tornou senadora com uma votação extraordinária e, no exercício do seu mandato, usou discordar da orientação do grupo petista que tomou de assalto o poder do palácio do planalto central. Orientações que, segundo ela, contrariavam toda a tradição política e os ideais do partido que tanto ajudou a construir. Ainda no PT, mas já não aceitando o processo de coligações imposto pela direção

Competência

Na opinião da senadora (ex-petista) que conviveu com os processos de tomada de decisões internas do PT, existe alguma chance de o presidente Lula não ter tido conhecimento de todo esse "esquema" financeiro do partido?

cional do partido, deixou de concorrer ao cargo de governadora do Estado de Alagoas, quando todas as pesquisas lhe asseguravam amplas chances de ser eleita. O preço foi alto. No dia 12 de dezembro de 2003, foi expulsa do PT, junto com Babá, João Fontes e Luciana Genro (filha do atual presidente do PT e ex-ministro da Educação Tarso Genro), companheiros que, como ela, fizeram questão de se manter coerentes com a trajetória política, programática e ideológica do PT. Passado o sofrimento do enfrentamento ideológico, dentro do Partido dos Trabalhadores, Heloisa Helena e seus companheiros, também expulsos do partido, estão nos últimos procedimentos de legalização de um novo partido, O P-SOL (Partido Socialista e Liberal). Heloisa Helena, que a competente senadora tem a dizer sobre os últimos acontecimentos que estão abalando a República.

Nunca compartilhei com a visão que sempre caracterizei como elitista e preconceituosa, daqueles que tratam Lula como uma pessoa incompetente, fraca, "pau-mandado" do ministro A ou B. O presidente Lula é uma pessoa brilhante, muito inteligente, profundo conhecedor da

máquina partidária, da máquina pública, da realidade nacional. Ninguém chega à condição de maior liderança popular da América Latina sendo um fraco, um qualquer. No entanto, toda essa habilidade pode – sem maniqueísmos – ser usada para o bem ou para o mau. Pelo conhecimento que tenho da máquina partidária, com a qual convivi durante anos, entendo que é impossível que o ex-ministro José Dirceu, o ex-tesoureiro Delúbio Soares, o ex-secretário Sílvio Pereira, todos envolvidos nessas graves denúncias e indícios relevantes de crimes contra a administração pública, tenham feito qualquer esquema, tomado qualquer decisão nesse sentido sem que Lula tivesse conhecimento, sem que os tivessem autorizado. Ou todos são inocentes, ou todos são culpados. Afastar um, suspender o outro são táticas diversionistas e manobras fraudulentas. Por isso, insistimos no processo investigatório da CPI que pode – e deve – revelar o que de fato ocorreu e quem são os envolvidos e responsáveis. Caso a CPI prove o contrário, me retratarei publicamente.

Competência

O presidente da Comissão dos Correios, petista Delcídio Amaral, vem publicamente, em entrevistas, defendendo membros do PT envol-

vidos nesse "esquema". Pode ele influenciar o relator Osmar Serraglio do PMDB-PR no relatório final da CPMI?

Durante a reunião de instalação da CPI dos Correios, foi feita uma verdadeira "marola", uma manipulação para impedir aquilo que é tradição da Casa. Não é constitucional, não é regimental, mas é tradição da Casa que um lado indique a Presidência, e o outro, a Relatoria. E a base de bajulação do governo acabou indicando as duas, o que foi uma política absolutamente desprezível, na tentativa de fazer da CPI um sepulcro caiado. Isso foi feito pela articulação do Governo, com balcão de negócios sujos, com distribuição de cargos, de prestígio e de poder, com liberação de emendas, com "mensalão": bonitinha e democrática por fora, mas preservando toda a imundice por dentro. No entanto, os depoimentos, as denúncias e os indícios relevantes de crimes contra a administração pública dificilmente permitirão qualquer manobra para impedir que a verdade venha à tona.

Competência

O que pode ter levado o deputado Roberto Jefferson a dar início a todo esse processo de denúncias?

O governo Lula, quando tocou os tapetes supostamente sagrados do Palácio do Planalto, não apenas traiu as concepções programáticas da esquerda socialista, não apenas traiu as conquistas históricas da classe trabalhadora, mas simplesmente mudou de lado, com tanto cinismo e tanta dissimulação que é absolutamente impressionante como isso acabou sendo feito; além da prevaricação em relação a tantas denúncias que fazíamos contra o Governo passado (FHC). Roberto Jefferson era da tropa de choque de Collor e lhe entregaram o controle de boa parte da máquina pública. Algum desacordo no balcão o levou de aliado de primeira hora a adversário.

Competência

O P-SOL, esse novo partido que

está nascendo, é um abrigo natural dos chamados "petistas ideológicos" e de todos aqueles que estão se sentindo desconfortáveis no PT. O que o partido tem feito para receber essas adesões e filiações? Quais os procedimentos?

O Partido dos Trabalhadores, ao se transformar na ferramenta triunfalista do neoliberalismo; ao trair a esquerda socialista e democrática e aprofundar o modelo neoliberal, negando todas as concepções programáticas acumuladas por meio da dor, do sofrimento, das lágrimas e do suor de milhares de militantes da esquerda socialista e democrática na América Latina, no Brasil e no mundo; ao mudar de lado, se alguns pensavam que conseguiriam liquidar com o que existe de mais belo e precioso na esquerda socialista e democrática, enganaram-se redondamente, porque a ninguém são dadas as bandeiras históricas. Estamos entregando ao povo brasileiro o P-SOL, o Partido Socialismo e Liberdade. Receberemos com carinho, solidariedade, muito afeto, todos os militantes que queiram nos ajudar na construção desse abrigo. Já entregamos 449.754 assinaturas certificadas aos Tribunais Regionais Eleitorais, ultrapassando a meta de 438.300 assinaturas exigidas para o registro definitivo do P-SOL. Resta agora a aprovação da Justiça Eleitoral. Em seguida iniciaremos uma Campanha Nacional de Filiação, para receber as lutadoras e lutadores que estiverem de acordo com o Programa e o Estatuto do P-SOL.

PRONUNCIAMENTOS DA SENADORA HELOÍSA HELENA NO SENADO FEDERAL

DIA 01/06/05

"...infelizmente, o atual Governo repete a mesma metodologia corrupta e perversa do Governo anterior de uma forma cínica e dissimulada. Eu fico impressionada!"

DIA 11/07/05

"...eu vou falar sobre isso porque não é uma situação privada"

"...se fosse um problema pessoal, eu o acolheria como uma mãe acolhe um filho, porque problemas pessoais os filhos, em todas as famílias, podem ter."

"...O que está sendo colocado é que o filho do Lula, em um ano, conseguiu entrar numa sociedade sem um único real e hoje é sócio de uma empresa de mais de R\$ 5

milhões. Alguém precisa explicar isso!"

DIA 19/07/05

"...Se queremos agilizar os trabalhos do Congresso Nacional, tenhamos a coragem e a vergonha de trabalhar de segunda a sexta, como trabalha a grande maioria do povo brasileiro."

"...foi o Governo que estabeleceu a promiscuidade com o Congresso Nacional, ao montar aqui um balcão de negócios sujos, distribuindo cargos, prestígios, liberação de emenda, poder e mensalão."

DIA 25/07/05

"...pedi ao Senador Tuma que solicite à Polícia Federal o monitoramento das as-

ligações para o meu celular, meu trabalho e minha casa, porque sei que alguns comprados da Polícia Federal, juntamente com alguns arapongas, conseguem fazer isso a fim de tentar impor ameaça ou medo. Assim sendo, qualquer coisa que aconteça será oficialmente responsabilidade da Polícia Federal."

"...é necessário acabar com essa história de tentar dar uma aura mística, ideológica, maquiavélica, leninista, ou qualquer outra elaboração sofisticada para explicar o que está acontecendo. Não tem nada disso! O que está acontecendo é banditismo ralé."

PALOCCHI, O guardião da economia

Ministro pode ter recebido 10 vezes mais propina do que Buratti confessou aos promotores de Ribeirão e confirmou aos parlamentares na CPI dos Bingos (R\$ 50 mil ou R\$ 500 mil).

Para se ter uma idéia, no contrato do lixo que Palocci manteve com a Leão & Leão, a empresa chegou a receber cerca de R\$ 2.400.000,00 por mês. Na atual administração, pelo mesmo contrato, a prefeitura chega a pagar R\$ 1.900.000,00. (pelo menos R\$ 500 mil a menos) Isso depois de um reajuste de 10% neste ano e, segundo o diretor administrativo do DAERP, Darwin José Alves, depois de ser renegociada uma ampliação os serviços.

Segundo o advogado Rogério Tadeu Buratti, ex-secretário de Governo de Palocci que, algum tempo depois de deixar a prefeitura, por acusação de improbidade administrativa, assumiu a vice-presidência da Leão & Leão, uma das maiores prestadoras de serviços da mesma prefeitura, Ralf Barqueth, ex-secretário da fazenda era o encarregado de recolher os R\$ 50 mil em dinheiro vivo, mensalmente, na empreiteira Leão & Leão e entregar em SP para o tesoureiro do PT Delúbio Soares. O dinheiro vinha de contas dos bancos Bradesco e Santander. Ainda, segundo Buratti, o esquema começou durante a segunda gestão de Palocci em Ribeirão Preto e continuou na gestão de Gilberto Maggioni.

Palocci renunciou em 2002 para assumir o Ministério da Fazenda, depois de ter assinado e registrado em cartório um compromisso público de que não faria isso. Mentiu!

No ano passado, quando surgiu o caso Waldomiro Diniz, em nota oficial, Palocci jurou de pés juntos não ter tido nenhum tipo de relacionamento profissional com Buratti, após 1993. No entanto, foi flagrado e fotografado em 2002, em pleno salão nobre da prefeitura, sentado ao lado do então vice-presidente do grupo Leão & Leão, Rogério Tadeu Buratti, assinando um contrato de parceria com o grupo Leão & Leão. Mentiu novamente!

Esse foi o primeiro depoimento de Buratti desde que ele fechou um acordo sobre o benefício da delação premiada com os promotores. Pelo que Buratti parece saber, esse também pode ser apenas um dos inúmeros supostos "esquemas" em que ele pode envolver o ex-prefeito. Tudo parece ser

apenas um aviso de Buratti ao ministro. A delação premiada foi aceita por Buratti contrariando a orientação e a vontade do seu advogado, Roberto Telhada, que abandonou o depoimento do cliente.

Em rápida entrevista coletiva, Buratti disse que se sentia um pouco mais "limpo e tranquilo" após as declarações e que os dois dias em que esteve preso o fizeram refletir e perceber que estava isolado. "Eu já estava sozinho há bastante tempo", afirma.

Em nota divulgada nesse mesmo dia e em entrevista à imprensa, no domingo 21 de agosto, como todos os dirigentes petistas acusados de corrupção, Palocci negou veementemente. Buratti reafirmou tudo na CPI dos Bingos. O ministro ainda aproveitou para dar um "pito" no Ministério Público, como se o seu cargo lhe desse essa condição e prometeu enviar uma carta ao governador de São Paulo Geraldo Alkmin para reclamar das ações dos promotores públicos, [a Promotoria Pública não é subordinada ao governador], além de tentar desconversar e confundir a opinião pública afirmando que recebeu contribuições em sua última campanha para a prefeitura de Ribeirão Preto da Leão & Leão e de outras empresas, mas que o fato está devidamente registrado na prestação de contas levada ao Tribunal Regional Eleitoral. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. A doação oficial (declarada por Palocci) para a campanha é de conhecimento público, já a confirmação da suposta propina feita por Buratti, é fato novo para as investigações. Apesar de toda a blindagem do mercado financeiro que adora o Ministro, esse certamente não é nem será o seu último problema com a justiça. Só de Ribeirão Preto, já foram encaminhados 17 processos contra Palocci, ao Supremo Tribunal Federal, que mandou arquivar todos. Mas ainda há outros por vir, como as ações com parecer do TCE (Tribunal de Contas do Estado), rejeitando as contas da prefeitura de 2002 e 2003, (crime de improbidade administrativa), esse da quadrilha do lixo e outras que estão correndo no Ministério Público local.

Ministro do STF condena Palocci e manda arquivar processo!

Poderia ser piada, ainda mais quando se confere a data da publicação no Diário Oficial da Justiça: primeiro de abril de dois mil e cinco. Tinha tudo pra ser mentira ou uma simples pegadinha, mas, infelizmente é a pura verdade.

O Inquérito foi instaurado pela Polícia Federal, a pedido da Procuradoria da República e teve como objetivo apurar supostos desvios de recursos públicos federais pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, na primeira administração do ex-prefeito e atual ministro Antonio Palocci, em convênio com o extinto Ministério da Integração Regional.

O documento foi assinado em 28 de julho de 1994, em decorrência do vendaval ocorrido no dia 14 de maio daquele ano e, de acordo com o "plano de trabalho" apresentado pelo prefeito, o dinheiro deveria ser utilizado na recuperação de infra-estrutura urbana e construção de 200 casas populares para a população carente, no valor total de mais de R\$ 2 milhões de reais, mas Palocci construiu apenas 30 casas, no valor de R\$ 146 mil reais.

Segundo o Ministro Carlos Velloso do STF, a atitude desrespeitou o que estava previsto no "plano de trabalho" apresentado no convênio. O mesmo Ministro Carlos Velloso concluiu, ainda, que o convênio foi executado de maneira irregular e que o "capitula como crime de responsabilidade do Prefeito Municipal desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas".

Apesar das conclusões condenatórias, publicadas no Diário Oficial da Justiça do dia 22 de março de 2002, onze dias depois, no mesmo Diário Oficial da Justiça, assinada pelo mesmo ministro Carlos Velloso, vem a publicação dando parecer pela "extinção da punibilidade dos indiciados (inclusive o presidente da Cohab da época, Odônio dos Anjos Filho, também citado no inquérito da PF), em razão da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva", (decorso de prazo) mandando arquivar o processo.

Sem medo de ousar

Avó de Manuela, 10 meses, Bya Aydar é aos 49 anos, o anônimo da imagem da “vovozinha”. Sempre de salto alto “para compensar a pouca altura”, Bya é um dínamo que dorme apenas três horas por noite. Desde que, em julho de 2003, assumiu o cargo de presidente da MPM, a agência saiu de 90º lugar no ranking para o 32º. “Sempre trabalhei em comunicação e marketing, mas a carreira de publicitária comecei no dia em que assumi a MPM”, conta. A nova carreira surgiu por meio de um convite do publicitário Nizan Guanaes. “Argumentei que eu só conhecia o negócio como fornecedora de eventos e pelo lado do cliente. Ele disse que era por isso que ele me queria”, diz Bya, que em 1979 abriu sua empresa em sociedade com sua irmã. “Eu estava grávida da minha filha e meu filho tinha uns cinco anos.” A empresa surgiu para administrar o sucesso do grupo Premeditando o Breque, o Premê, do qual o marido de Bya era guitarrista. Depois, a firma passou a representar Lulu Santos, Gonzagão, Dominguinhas. “Nos anos 80, a figura do empresário quase não existia. Ainda mais mulher. Nessa época fiquei com fama de ser mais brava que os homens.” Nos anos 90, Bya começou a fazer eventos. Alguns entraram para a história como o show do Caetano na esquina das avenidas Ipiranga e São João, em 95. Fez as duas campanhas presidenciais de Fernando Henrique Cardoso. “Tudo coisa que mulher nunca faz. E eu sempre lá”, conta. “Na publicidade também é assim. É um setor que tem muita mulher, mas poucas em postos de comando.”

Trajetória militante

Alagoana de Pão de Açúcar, a senadora Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho é formada em Enfermagem e professora do Centro de Saúde da Universidade Federal de Alagoas, na cadeira de Epidemiologia. Ela iniciou sua atividade política no movimento estudantil, dedicando-se posteriormente ao movimento docente e sindical e participando ativamente da luta de resistência à ditadura militar. Em 1992 foi eleita vice-prefeita pela coligação PSB/PT, com uma expressiva vitória. Em 1994, com expressiva votação em Maceió e no interior de Alagoas, conquistou uma cadeira na Assembléia Legislativa do seu estado. Quatro anos depois, em 1998, foi eleita a primeira senadora por Alagoas, com um total de 374.931 votos.

Em 2004, no dia 06 de junho, fundou o P-SOL, Partido Socialismo e Liberdade, estando à frente da liderança do partido no Senado Federal.

Atuou como titular da Comissão Especial do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e em junho de 2005 foi escolhida para integrar, como titular, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a corrupção nos Correios.

A criança além do doente

Logo nos primeiros anos do exercício da medicina, Vera se deu conta que o médico que se limitava a tratar o doente que vinha ao pronto-socorro dando um remédio e dispensando-o podia até tratar aquela doença, mas não impedia que daí a 15 dias esse mesmo paciente voltasse com outra doença. Foi assim que ela descobriu que era preciso olhar a pessoa que existe atrás do paciente. Com esse olhar “sociológico”, ela criou o Hospital Geral da Lagoa (RJ), em 79, o departamento de medicina psicossomática, que pretendia dar essa atenção mais completa ao paciente infantil. Mas, no hospital não era possível fazer tudo. Foi então que ela decidiu criar a Associação Saúde Criança Renascer. Hoje essa ONG é referência em reestruturação familiar e já recebeu prêmios internacionais muito importantes. O que lhe dá mais orgulho é o prêmio recebido no Cairo, em 2003. No seminário mundial que discute a pobreza, o Criança Renascer foi considerado o mais inovador do mundo. Tão envolvida nesse projeto, era criticada pelas filhas quando elas eram pequenas. Hoje elas são parceiras — Laura em uma ONG em Londres que promove ajuda aos povos africanos e Marina em São Paulo, na Reinventar, que é uma franquia da Criança Renascer.

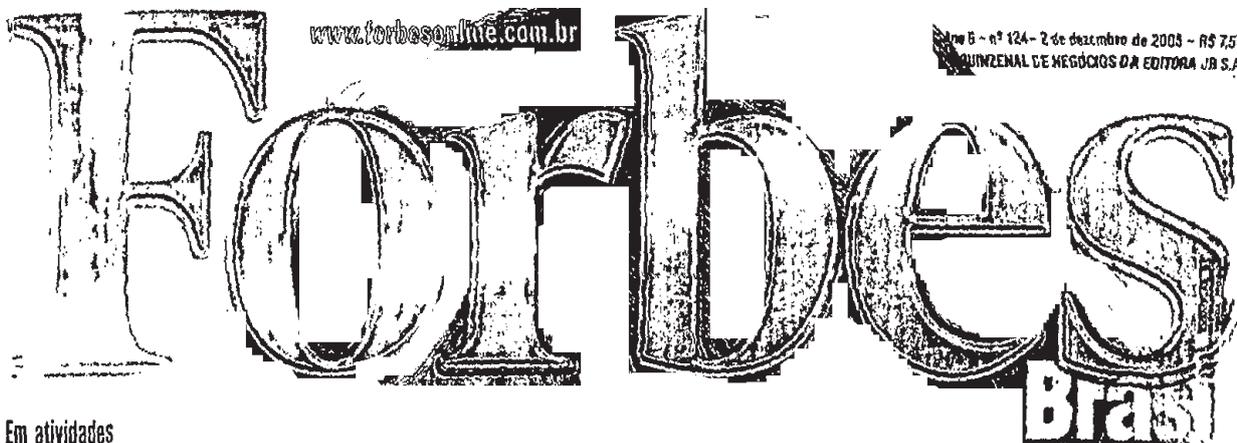
Olhos para a alma

Quem já leu, garante: os textos de Lya Luft revelam pensamentos, sentimentos e situações nas quais as pessoas — especialmente as mulheres — conseguem se reconhecer. “Cada leitura pode emocionar ou fazer pensar mais, fazer questionar situações e vida, de modo que é possível que, aqui e ali, algum leitor ou leitora pense, reflita um pouco mais depois de ler um texto meu. Por isso, aliás, tenho uma escuta muito atenta e respeitosa à voz interior da minha arte”, conta essa gaúcha, de Santa Cruz, que nos últimos anos tem sido a autora de maior vendagem no País. “Acho que o diferencial positivo na minha carreira foi sempre a seriedade, a liberdade, a integridade total com que exerço minha arte, fugindo

de competições e badalações, respeitando imensamente meu trabalho e meus leitores”, afirma a mestra em Literatura Brasileira e Lingüística que por vinte anos trabalhou como tradutora de alemão e inglês e que já verteu para o Português obras consagradas de Virginia Wolf e Doris Lessing. Quanto ao fato de ser mulher e escritora, Lya observa que sabe que escritoras de uma geração anterior à sua, como Lygia Fagundes Telles e Clarice Lispector, foram pioneiras ao mostrar que mulher não significa “amenidades”.

UM PRÊMIO COMO ESTE
TODAS AS MULHERES
TÊM QUE COMEMORAR.

BRASIL NO DIVÃ: veja os efeitos dos escândalos políticos no inconsciente coletivo



Em atividades alternativas ou com marcas de luxo, elas conquistam espaço como empreendedoras

AS MULHERES MAIS INFLUENTES

Na área cultural, elas também mostram que são mais que mera inspiração

AS MULHERES MAIS INFLUENTES

Um vilão de poças atrai empresários de diversos setores

Mulheres poderosas

Conheça as vencedoras do prêmio As Mulheres Mais Influentes do Brasil

EDIÇÃO ESPECIAL

ISTO É GENTE

www.istogente.com.br 19 de dezembro de 2005

LETÍCIA
BIRKHEUER
MODA

GABRIEL CHALITA
EDUCAÇÃO

HELOÍSA HELENA
PERSONALIDADE DO ANO

ANA PAULA PADRÃO
COMUNICAÇÃO

BIBI FERREIRA
ARTES CÊNICAS

PERSONALIDADE DO ANO • 2005

vivo

Use o seu Cartão Eletrônico Itaú.



Use o Cartão Eletrônico Itaú em todas as



42

PERSONALIDADE DO ANL
Ícone da esquerda combativa, a senadora Heloísa Helena irá disputar a Presidência pelo PSOL

66

ARTES CÊNICAS
Estrela do teatro brasileiro, BIBI FERREIRA segue incansável aos 88 anos, brilhando em espetáculo visto por 30 mil pessoas

48

EDUCAÇÃO
GABRIEL CHALITA, secretário de Educação do Estado de São Paulo, lança programa Escola em Tempo Integral

54

COMUNICAÇÃO
ANA PAULA PADRÃO troca 18 anos de Globo pelo SBT e mais qualidade de vida

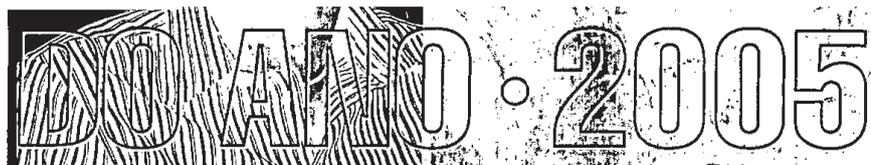
19 de dezembro de 2005

Seções

| | |
|-----------------|-----|
| Carta ao Leitor | 10 |
| Entrevista | 16 |
| Imagens | 24 |
| Mundo | 32 |
| Urgente | 34 |
| Frases | 38 |
| Moda | 72 |
| Estilo | 74 |
| Agito | 78 |
| A Corte | 84 |
| Aconteceu | 86 |
| Saúde | 88 |
| Celebridade | 106 |

Diversão & Arte

| | |
|---|-----|
| ROBERTO CARLOS lança CD com ênfase em músicas sertanejas | |
| Cinema | 91 |
| Música | 94 |
| Livros | 96 |
| Exposição | 98 |
| Televisão | 100 |
| Gastronomia | 102 |
| Passatempo | 104 |
| Internet | 105 |



Carla Felícia se dobra à vitalidade de Bibi Ferreira e Mariana Kalil retrata Letícia Birkheuer (abaixo)

CHLO LUIS

Carla Felícia

Três segredos do sucesso

O primeiro – e talvez o mais importante – é provar que ele é duradouro para quem encontra sua verdadeira vocação. Bibi Ferreira é a indiscutível personificação deste axioma, mas foi movida por ele que Letícia Birkheuer trocou as quadras de vôlei pelas passarelas internacionais.

A leitura das cinco reportagens mostra ainda que o sucesso não pode ser uma espécie de avalanche invertida, a levar a pessoa morro acima, engolfando o que estiver pela frente. Ao contrário, é nesta hora que a pessoa se ressentida dos pequenos instantes, do tempo para ficar só consigo mesma ou com as pessoas que realmente importam – e visto assim fica fácil entender um dos motivos da guinada da jornalista Ana Paula Padrão.

Por último, a história destas personalidades revela que é fundamental saber valorizar suas raízes. Heloísa Helena regozija-se de não ter cedido a nenhuma das benesses que o mandato de senadora poderia propiciar e o faz com um olhar no passado, na infância vivida no sertão de Alagoas. E Gabriel Chalita encontra na sua origem a motivação que o levou a se consagrar como um bem-sucedido educador. São cinco caminhos diferentes para o sucesso, mas nenhum deles teria se cumprido sem vocação, humildade e família.

Luciano Suassuna
Diretor de Redação

EDITOR E DIRETOR RESPONSÁVEL
DOMINGO ALZUGARAY
EDITORA
Cátia Alzugaray
DIRETOR EXECUTIVO
Carlos Alzugaray

Gente

DIRETOR DE REDAÇÃO
Luciano Suassuna

REDATORA-CHEFE
Gisele Vitória

DIRETOR DE ARTE
José Pereira do Godoy

EDITOR DE FOTOGRAFIA
Cesar Ribéré

TEXTO

Editoras: Daniela Mendes e Ekane Trindade

Editoras Assistentes: Mariane Morisawa e Rodrigo Cardoso

Repórteres: Claudia Jordão, Diógenes Campanha, Dirceu Alves Jr., Fábio Farah, Jonas Furtado e Luciana Franca
Atendimento ao leitor: José Paulo Ferrar

FOTOGRAFIA

Subeditor: Edu Lopes Fotógrafo: Pili Reali

Produção Editorial: Denis Teixeira e Thaisiana Debiagi

ARTE

Chefe de arte: Sérgio Rocha Rodrigues

Diagramadores: Diógenes Belmonte, Paula Bresseghele e Rodrigo Saldanha

Rustradores: Gustavo Grandjean (chefe) e Emerson Luis Caçô

SUCURSAL RIO DE JANEIRO

Chefe: Rosângela Honor Editora-Assistente: Mariana Kalil

Repórteres: Carla Felícia e Clarissa Montenegro

Fotógrafos: Alexandre Sant'anna,

George Magaralis e Leandro Pimentel

Apoio Administrativo: Eleusa Alves (secretária) e

Váquir Garcia (auxiliar)

SUCURSAL BRASÍLIA

Repórter: Cecília Maia (subeditora)

Fotógrafo: Felipe Barra

COLABORADORES

Adriana Morelli, Bianca Zaramita, Christian Petermann,

Érico Fuks, José Flávio Júnior, Marcelo Lyra, Mauro Ferreira,

Paula Alzugaray e Paulo Santos Lima

APOIO ADMINISTRATIVO

Gerente: João Eduardo Neumann Secretária: Kátia Tobias

Aux. Administrativo: Denis de Cruz

IMPRESSÃO: Imprensa Três: Diretor: Dilco Covizzi Pesquisas: Eduardo A. Conceição Cruz

SERVIÇOS GRÁFICOS: Diretor Industrial: Orlando Murad

Coordenadora Gráfica: Josélia Alves Teixeira

MARKETING

Gerente Geral: Patrícia Augusto Corrêa

Gerente Executiva: Daniela Carrango Coordenadora: Christiane Zuanel Della Pra

Assistente: Luciana Médici e Marco Assub

PROPAGANDA: Redatora: Ana Paula de Andrade Yamaga

Direção de Arte: Christiane S. Nereses Diagramadora: Débora Monencor

Como já virou tradição desde a chegada deste século 21, Gente apresenta nesta edição as cinco personalidades que mais se destacaram no ano, em cinco diferentes áreas de atuação. São histórias de vida bem diferentes, mas as cinco personalidades de 2005 têm em comum, em suas trajetórias, três segredos para se alcançar o sucesso.

PUBLICIDADE

Diretor: Raphael Jassouroun

Secretária Diretora Publicidade: Vera Lúcia D. R. Santos Gerente de Publicidade: Cristina Montezari Gerentes Executivas: Angélica Graco, Quênia Góeszi Alves, Sandra Melo, Simara Ribeiro e Virginia Any de Souza Executivas de Publicidade: Ariana Romero e Cintia Oliveira Assistentes de Publicidade: Ana Paula Almeida dos Santos e Valéria Estano Gerente de MKT Publicitário: Patrícia Augusta Coordenadora de MKT Publicitário: Christiane Zuanel Della Pra Gerente de Coordenação: Alcá Maria Reis Coordenadora de Publicidade: Rosemeir Maria Dias Coordenador Jr. de Publicidade: Gilberto Di Santo Filho RIBEIRÃO PRETO/SP: Fernando Campos - F & Campos - Consultoria e Assessoria Ltda. Tel.: (61) 3041-0232. BRASÍLIA: Gerente de Publicidade: Marcelo Sznajder. Tel.: (61) 3223-1205, 3223-1207. Iax: (61) 3223-7732. BEL O HORIZONTE/MG: Célia Maria de Oliveira - 1.ª Página Publicidade Ltda. - Tel/Fax: (31) 3291-6731. CURITIBA/PR: Maria Marta Craco - M2C Representações Publicitárias - Tel.: (41) 222-0554 e 0602-0554. FLORIANÓPOLIS/SC: Paulo Franciaccci - Franci Representações Comerciais Ltda. - Rua Pedro Alexandrino, 78 - Cachoeira do Bom Jesus - Florianópolis - SC - Cep: 88058-240 - Fone/Fax: (48) 284-8218 - Celular: (48) 9102-2978. PORTO ALEGRE/RS: Roberto Gianoni - RR Gianoni Comércio & Representações Ltda. - Tel./Fax: (51) 3388-7712. RIO DE JANEIRO: Gerente de Publicidade: Fernanda Santa Rosa Gerentes Executivas: Alessandra Corrêa, Silvia Maria Costa. Assistentes de Publicidade: Juliana Lopes Teixeira e Marcia Alves - Fones: (21) 2107-6867. Tel/Fax: (21) 2107-6868. SALVADOR/BA: Ippokrit Cabral - Verbo Comunicação Empresarial & Marketing Ltda. Tel.: (71) 351-4561, Fax: (71) 358-0476. RECIFE/PE: Abérides Nicólis - Nova Representações Ltda. - Tel/Fax: (51) 3227-3433.

Diretor: Gregório França

CIRCULAÇÃO

Gerente: Leandro Stocco

Analistas: Fernando Borucki e Jorge Burgatti

Assistentes: Claudia Franco e Isaias Moura

Expedição e Transportes: Arnanisio Furtado e Gilberto Moreira

LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO DE ASSINATURAS

Gerente: Thomé Petroni Coordenadores Regionais: Eva Farias,

Fernando Martins, Leandro Vieira, Luciano Solano e Marcelo Lemos

ASSINATURAS

Diretor: Edgardo A. Zabela

Gerente de Marketing Diretor: Carlos Madro Gerente de Comércio

Eletrônico de Assinaturas: Rodrigo Louro CRIAÇÃO, Diretor de Arte:

Adriano Braga Teodoro Redator: Marco Aurélio Cloris Gerente de Assinaturas Sul: Pedro Henrique Bocco Gerente de Assinaturas Sudeste e

Centro-Oeste: Wanderlei Osório Lopes Gerente de Assinaturas Norte e

Nordeste: Jason A. Neto Gerente de Planejamento e Operações e

Atendimento ao Assinante: Anderson Lima

Isto é Gente ISSN 1516-8204 é uma publicação semanal da Três Editorial Ltda.

Redação e Administração: Rua William Speers, 1.088, São Paulo - SP, CEP:

05067-900, Fone: (11) 3618-4200, Fax de redação: (11) 3611-6706. E-mail:

caixa postal@istoegente.com.br SUCURSAL: Rio de Janeiro: Av. Almir Barroso

63, sala 1509 - Centro - RJ CEP 20036-900 - Tel.: (21) 2107-6689. E-mail: istoegente@rci.com.br Brasília: SCS, Quadra 2, Bl. O, Ed. Oscar Niemeyer, salas

1105/1106 - Tel.: (61) 321-2523 e 321-2831, Fax: (61) 225-4082.

Isto é Gente não se responsabiliza por conceitos emitidos nos artigos assinados

Comercialização: Três Comércio de Publicações Ltda. Rua William Speers,

1.000, salas 04 e 111, São Paulo - SP. Distribuição exclusiva em bancas para

todo o Brasil, Fernando Chaves/Oleto Editora S. A. Rua Teodoro de Silva, 907 -

Rio de Janeiro - RJ - Tel: (21) 2185-3200, Fax (21) 2185-3307.

Impressão: Editora Três Ltda. Rodovia Anhanguera, km 32,5 - Cajamar - SP -

CEP 07750-000

ANER

www.aner.org.br

IVC

novas ideias e soluções

PERSONALIDADE DO ANO 2005

HELOÍSA

ÍCONE DA ESQUERDA
COMBATIVA, A **SENADORA**
IRÁ DISPUTAR A PRESIDÊNCIA
PELO PSOL, CONTA PORQUE
SÓ VESTE CAMISAS
BRANCAS E CALÇAS JEANS,
NÃO USA MAQUIAGEM E
ESTÁ SEMPRE DE CABELO
PRESO, É MÃE DE DOIS
JOVENS E REVELA COMO
REENCONTRA SUAS RAÍZES
SERTANEJAS

*Popular, Heloísa não
anda mais pelas ruas,
aerportos ou
aviões sem ser abordada
e elogiada até mesmo
por adversários*



HELOÍSA

Há sete anos, quando entrou no Congresso Nacional pela primeira vez, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) parou diante da rampa do imenso monumento, mirou o céu de Brasília e, assustada, rezou. “Pedi a Deus força para todos os dias vencer a vaidade e renegar o luxo”, conta. Nesse momento, tomou algumas decisões: resolveu deixar para trás as maquiagens, adotar como uniforme para o trabalho blusa branca e calça jeans desbotada, manter o cabelo sempre preso em rabo de cavalo e rejeitar o carro oficial com motorista, a que tinha direito. “Fui testada pelos rituais esnobes, cínicos e mentirosos, porém sedutores, e não me dobrei. Isso me dá uma suprema satisfação moral e uma vontade imensa de gargalhar”, diz a senadora, que vê sua popularidade crescer tanto pior fica a crise do partido do governo, o PT, do qual foi expulsa em 2003. “Você não sabe o quanto sofri. Levei meses acordando todas as noites, várias vezes chorando sem acreditar no que estava acontecendo.”

Mas a compensação chegou a galope. Seus gritos indignados da tribuna contra “as elites putrefatas”, “a corja de empresários salafreiros” e “os políticos parasitas do poder” rendem admiração por todos os lados. Para a opinião pública, ela se tornou uma reserva da moralidade, tema crescente entre as prioridades dos eleitores. Heloísa não anda mais pelas ruas, aeroportos ou aviões sem ser abordada e elogiada até mesmo por adversários. “As pessoas me dão presentes, flores, livros. São tão gentis”, diz ela com meiguice. **Aos 43 anos, seu nome chegou a ocupar a quarta posição em algumas pesquisas de opinião para candidatos à Presidência da República.** “Acho que esse será o meu destino em 2006”, adianta, prevendo o resul-

tado da convenção de seu partido. E não terá outra escolha mesmo. Só ela tem condições de conquistar votos suficientes para consolidar seu recém-fundado partido, o PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, que hoje conta com nove parlamentares. “Já estou me preparando para voltar para a sala de aula”, diz, vislumbrando a pequena chance de chegar ao Palácio do Planalto. “E sei que serei recebida com beijos, flores e bolo de chocolate.”

Enfermeira por formação e professora de epidemiologia e planejamento dos serviços públicos na Universidade Federal de Alagoas, a combativa senadora começa a se despedir do Parlamento. Em casa, deu início ao processo de encaixotar as coisas. E haja caixa. Loló, como é conhecida na intimidade, adora fazer coleções. Sob a estante de sua tevê repousam várias pedras, de todos os tamanhos e cores que pegou ainda pequena no rio Moxotó, que atravessa o povoado de Poço Brandão no sertão de Alagoas onde nasceu. É lá que duas vezes por ano ela costuma andar de madrugada só para apreciar a floração dos cactos, hábito que mantém desde garota. “Eles dão flores lindas, coloridas e pequenas, visíveis apenas para quem tem os olhos de um sertanejo, como eu”, diz. “Lá me reencontro com a minha essência, me

deparo com a história da menina pobre e sobrevivente que vivia com longas tranças no cabelo e pés descalços.”

A flor dos cactos, ela não conseguiu trazer para Brasília, mas as orquídeas, representantes da Mata Atlântica, enfeitam seu apartamento desde que chegou à capital. “São as minhas queridinhas”, diz orgulhosa da beleza de cada uma delas. Sem constrangimentos, ela confessa desenvolver longas conversas com as flores, assim como se entende perfeitamente com Helen, ou Lili, a rotweiler que cria dentro de casa com a companhia de Amadeus, um gato que de tanto perturbar ganhou o apelido de *Chatinho*. “Ele mexe com as minhas orquídeas”, reclama.

**HELOÍSA HELENA TEM 43 ANOS
E CUMPRE EM 2006 SEU ÚLTIMO ANO DO
MANDATO DE SENADORA POR ALAGOAS.
ELEITA PELO PT, PARTIDO DO QUAL FOI
EXPULSA EM 2003, FUNDOU O PSOL, QUE
CONTA HOJE COM 9 PARLAMENTARES.
EM 15 ANOS DE CARREIRA POLÍTICA,
ELA JÁ FOI VICE-PREFEITA DE MACEIÓ
E DEPUTADA ESTADUAL**

“Levei meses acordando todas as noites, chorando sem acreditar no que estava acontecendo”

HELOÍSA HELENA, SOBRE SUA EXPULSÃO DO PT

Loló ainda põe sempre numa das mesas de sua sala um vaso de angélicas, flor muito perfumada que, segundo ela, traz bons fluidos. "Acredito que elas atraíam anjos", conta ela, revelando mais um faceta de sua personalidade: a espiritualista.

O piano ela ganhou de um admirador secreto que mora em Paris e faz concertos telefônicos para a senadora. "Adoro quando ele toca Beethoven", diz ela

sim que ela não deixa que o ódio ou a vingança dominem sua atuação tanto na vida pública quanto na particular. Prova disso é que, apesar de ter sido expulsa do PT sob o comando do ex-ministro José Dirceu, que em seu caso agiu como um algoz, Heloísa não o critica e chega a dizer que sente muito pela sua cassação. "Ele errou, mas tenho certeza que tudo o que fez foi cumprindo ordens de seu chefe, o presidente Lula", afirma.

PERSONALIDADE DO SENADO

HELOÍSA

A senadora Helena ganhou a companhia de Amadeus, um pianista de tanto perturbar ganhando apelido de *Chalino*. "Ele mexe com as minhas orquídeas", reclama.

Heloísa mora em Brasília com o filho caçula, Ian, de 19 anos, que cursa Direito. O mais velho, Sacha, 22, está passando uma temporada em Alagoas. Ela se casou duas vezes mas no momento está sozinha, ou prefere guardar em segredo os amores que conquista. O que se sabe é que há dois anos ganhou um piano de presente de um amigo secreto, um músico, que mora em Paris e que vez por outra lhe telefona para executar concertos. "Adoro quando ele toca Beethoven", diz. Ela própria começou a dedilhar algumas canções e já se arrisca em

“ Já estou me preparando para voltar para a sala de aula ”

HELOÍSA HELENA, QUE IRÁ DISPUTAR A PRESIDÊNCIA EM 2006, MAS NÃO DEVE SER ELEITA

Da coleção de imagens de São Francisco de Assis, seu santo de devoção, às citações de trechos bíblicos, que sempre procura encaixar em suas conversas mais íntimas, Heloísa expõe um lado que pouco combina com a feroz socialista conhecida por todos: o da católica fervorosa, frequentadora assídua das missas de domingo. "Quando me dizem que a religião é o ópio do povo eu respondo que a fé é o ópio que suaviza minhas dores e me dá forças para ajudar a minimizar a dor alheia", argumenta. E as

alguns acordes de Chopin para iniciantes.

Da mulher sensível, meiga e terna, Heloísa Helena se transforma na política combativa, dura e teimosa como quem troca de roupa. Parece até uma grande contradição. Mas ela justifica a coerência dessa postura num pensamento de Santo Agostinho. "Ele dizia que a esperança tem duas lindas filhas: a indignação, de não aceitar nunca a injustiça, e a coragem para buscar sempre a mudança. Essa, em resumo, sou eu."

EDICÃO 633 - ANO 12 - Nº 5

GARAS

www.garas.com.br - R\$ 6,90

11 398187

OUTRAS ESTRELAS NA ELEGANTE FESTA DA MINISSÉRIE JK



Marilla ao lado de Nathalia Timber

EXCLUSIVO

GISELE BÜNDCHEN: AS FOTOS QUE CONFIRMAM O ROMANCE

A top curte o Havaí com o surfista americano Kelly Slater, heptacampeão do mundo

TOM CAVALCANTE ABRE SUA CASA E MOSTRA COMO VAI SER O SEU NATAL

HELOÍSA HELENA EXIBE SEU CHARME NA FESTA DE AMIGO SECRETO DOS SENADORES NO DF

LAVÍNIA VLASAK, ESTRELA DE PROVA DE AMOR, CONTA O SEGREDO DE SUA UNIÃO

**PRO
TORCI
AL**



HELOÍSA HELENA VIVE SUO CHARME DA PARLAMENTAR SURPREENDE COLEGAS

por Cláudia Santos

Conhecida por sua inflexível atuação no Congresso Nacional, a despojada senadora Heloísa Helena (43), do PSOL, quando resolve incrementar a produção, arrasa! Sempre à vontade no trio básico tênis, jeans e camiseta branca, a parlamentar causou sensação no evento de confraternização de fim de ano oferecido pelo presidente do Senado

tomara-que-caia de renda cetim. O toque extra de elegância ficou por conta das três voltas de pérolas no pescoço e do sapato atado ao tornozelo. Não se sabe o perfume escolhido, mas Heloísa Helena deixou no ar que suas explosões tam-

bém podem ser de feminilidade.

“O fato de estar de vestidinho não me deixou mais mansa.”
(Heloísa Helena)

“O fato de estar de vestidinho não me deixou mais mansa não, viu?”, avisou a senadora tida como radical.

Mas ela não per-

deu a sua nem quando abriu um

NOITE DE MUSA NA CORTINA FESTA DO SENADO, OFERECIDA POR RENAN CALHEIRÃO

Heloísa, entre as colegas Iris de Araújo e Patrícia Saboya Gomes, causa frisson na festa de Renan e ganha faca de um amigo

O senador Ney Suassuna, com gorriño de Papai Noel, fez o papel de mestre-de-cerimônias no amigo oculto organizado pela colega de partido Iris de Araújo, divertindo os parlamentares.

“Está tudo chique, a decoração ficou linda e a música, ótima.” (Suassuna)

A vantagem no papel de mestre-de-cerimônias, o senador Ney Suassuna conduziu a entrega dos presentes de amigo oculto — cada senador só ficava sabendo a quem dava o presente na hora. Com gorriño de Papai Noel, o parlamentar fazia brincadeiras e arrancava risos. “Trouxe o Box Volume 2, coletânea de 3 DVDs do Chico Buarque que é maravilhosa e um ótimo presente. Afinal, quem não gosta das composições dele?”, contou Ana Júlia Carepa (48), do PT paraense, guardando o mimo para a colega de partido Ideli Salvatti (53), que não compareceu. Ainda sob o impacto da mudança no visual de Heloísa Helena — sua amiga oculta —, Demóstenes Torres (44) galanteava: “Foi a mais deliciosa surpresa da noite”. O presente de Aloizio Mercadante (44), um interessante jogo de estratégia chamado Cilada, provocou gargalhadas ao ser entregue ao senador Gilberto Mestrinho (77). “É por causa da

Araújo, a política alagoana portou-se como se fosse craque mandamentos da estilista fra Coco Chanel (1883-1971). “ra o Congresso tem duas musas: trícia e a Heloísa, que está linda” ghou o senador tucano Flexa I ro (60). “A Patrícia me fez um sepadá e todos gostam de me e nar quando apareço mais ornio. Mas não é nada demais”, disse lamentar, um pouco constrito pelo assédio dos pares, mas se conder a satisfação com os el. “Eu a levei para minha casa apular na produção. Ficou linda não conseguiu fazê-la soltar o lo”, revelou Patrícia Gomes.

Outra novidade da noite amigo oculto idealizado por trica Calheiros e organizado senadora Iris de Araújo. “A l lena foi uma maneira de que ngeloz da festa, solenizado em u ção, organizado como foi 2005

Comissão de Orçamento, que o Mestrinho preside”, brincou Suassuna.

O menu do jantar foi uma atração à parte: sêmola de trigo marroquino envolvida em tiras de peito de peru com frutas cristalizadas, salada de folhas com queijo de búfala e manga. Para o prato principal, lascas de bacalhau flambadas em

“2006 certamente será um ano melhor para todos nós brasileiros.” (Delcídio Amaral)

azeite extra virgem, aveludadas com creme fresco e acompanhadas de arroz de manjerição com amêndoas, penne cozido *al dente* envolvido em *bisque* de tomates com manjerição e amêndoas.

dia-a-dia do Senado. Mas esta confraternização dos senadores reforça a amizade e aproxima todos”, ressaltou o anfitrião Renan Calheiros. “Tive uma ótima surpresa ao ver que todos os colegas aderiram. Acho que este conagraçamento é necessário e faz parte do ser humano”, afirmou Iris.

Cerca de 150 convidados curtiram a noite, animada por um conjunto de jazz. A decoração levou a assinatura de Emília Freitas (69). “Este encontro é tradicional, mas hoje reservou surpresas agradáveis. Está chique, a decoração ficou linda e ainda tem a música ao vivo. Os anfitriões estão de parabéns”, comentou o senador Ney Suassuna (64), ao lado de Verônica Calheiros. “Quena que todos se sentissem bem vindos. Este foi um ano especial; para mim e minha família, e gostaria de compartilhar isto com todos. 2006 será um ano de muita luta para a melhoria da qualidade da gestão do Senado.”

Também participaram da festa os senadores José Sarney (75), Jorge Bornhausen (68), Tasso Jereissati (57), Romeu Tuma (74), César Borges (57), Marco Maciel (65), João Batista Mota (68), Arthur Virgílio (60), Antonio Carlos Magalhães (78), Edison Lobão (69), Roseana Sarney (52), José Agripino (60) e Delcídio Amaral (50). “Subemos separar o enfrentamento político e conseguimos manter uma relação harmoniosa fora do plenário. Creio que esta é uma característica do Senado Federal. Tenho certeza de que esta harmonia se estenderá pelo próximo ano e 2006, apesar de ser um ano típico por causa das eleições, será melhor para todos nós

Na confraternização oferecida pelo casal Verônica e Renan Calheiros presidente do Senado Federal, parlamentares de diferentes partid

A SEMANA

Boa hora para exercitar o perdão e a reconciliação

O Sol inicia a viagem anual por Capricórnio. A Lua torna-se minguante em Libra às 17h37 do dia 23. O planeta Vênus se estabelece como retrógrado — movimento aparentemente para trás — no dia de Natal. A tendência é refazer o passado, em especial o afetivo, neste momento de festas familiares. Hora de exercitar o perdão e a reconciliação. Um exercício de lógica nos leva a entender que nunca acharemos um porto seguro afetivo fora da família, ou seja, enquanto não nos entendermos com aqueles a quem o destino nos aproximou com laços de sangue. Esse desafio paira sobre nós. Já é hora de os filhos prodigos voltarem para a casa paterna. Só com a união da família e da comunidade poderemos

O PERSONAGEM

VITOR BOKOLOWICZ



Com a Lua próxima a Plutão no expressivo signo de Leão, o sagitariano **José Carlos Lima** (54), o "pai" da Família Lima, tinha não somente o palco, como também a companhia familiar em seu destino, delineado no exato momento em que nasceu. Com poderosa força no elemento Fogo, esse gaúcho de Santo Ângelo é capaz de atrair, entusiasmar e unir as pessoas em torno dos grandes objetivos que possam ser condizentes com a aspiração de todos. Algumas perdas e sofrimentos emocionais fazem parte desse circuito. Mas a tendência ao equilíbrio é bastante forte. Igualmente forte é o resultado de seu trabalho, o que se comprova por meio das multidões que o grupo atrai. Como o valor da família é um sentimento importante a resgatar, é bom que tenha nascido nas proximidades do Natal, dando um exemplo de sucesso coletivo. Com o planeta Júpiter exatamente sobre a sua Vênus neste final de ano, com certeza

Sagitariano José Carlos Lima une e entusiasma a todos

O TARÔ

Fantasia sugere fim de ano de descanso e prazer

Nova aparição do Sete de Copas do Tarô das Estrelas a Fantasia, indica um final de ano com tendência ao prazer, gozo, relaxamento. Podemos imaginar um 2006 agradável. Mas, para isso, precisamos fazer nossa parte. Aproveitemos o espírito do Natal e nos declaramos a quem amamos, mesmo que já convivamos com ela (ou ele). Podemos nos declarar aos pais, irmãos, outros familiares, amigos, colegas. Àqueles com os quais não nos damos muito bem, podemos declarar nosso respeito. Cas consigamos visualizar um futuro mais ético e afetivo para a humanidade, com certeza o teremos. Lembremos que a fantasia alimenta a ação, mas sem ação não

CAROS AMIGOS

ENTREVISTA EXPLOSIVA
HELOÍSA
WALENA
SAI DE BAIXO!

A REFORMA UNIVERSITÁRIA EM DISCUSSÃO
AS ARTES PLÁSTICAS DISPENSAM OS CRÍTICOS

INÉDITA
ENTREVISTA COM BRIZOLA

ENTREVISTA EXPLOSIVA - HELOISA HELENA

Alma de guerreira

Natalia Viana - Senadora, vou deixar o gravador mais próximo, que a senhora está com problemas na voz.
Heloisa Helena - Para alegria de alguns

Marina Amaral - Você nasceu em Alagoas?

Sim, nasci numa cidadezinha chamada Pão de Açúcar, na beira do rio São Francisco, no sertão de Alagoas. O nome originário da cidade era mais bonito, era Jaciobá, que quer dizer espelho da lua, por causa do rio. Depois morei em várias cidadezinhas do interior, sempre no sertão de Alagoas, morei um tempo no povoado onde minha mãe nasceu, chamado Poço Branco, e depois passei uma parte muito importante da infância e adolescência em Palmeira dos Índios. Digo que sou muito sortuda e abençoada porque as primeiras coisas que li na vida foram a história de luta e libertação do povo de Deus - porque tive uma excelente experiência na Igreja, não convivi com a Igreja cinza e circumdada a serviço da elite, convivi com a Igreja que protegia os pobres - e as coisas escritas por um velho comunista - Graciliano Ramos.

Marina Amaral - E era uma família rural?

Minha mãe é filha de trabalhadores rurais. Meu pai era servidor público, mas morreu quando eu tinha três meses de idade. E, como minha mãe, que havia ficado orfã com 14 anos, criou os irmãos no cabo da estrada, era natural que nós também, mesmo quando já morávamos em Palmeira, nos meses de férias, íamos para a roça.

José Arbex Jr. - São quantos irmãos?

Somos dois hoje. Meu irmão mais velho foi assassinado quando eu era pivete.

João de Barros - Como foi isso?

Como todo filho de pobre quando é assassinado, ninguém acha quem matou. Assassinado com um tiro de 12 no peito...

José Arbex Jr. - Sua mãe é viva?

É viva, não muda nada. Lá em casa eu sou a mais calma... Pelo menos em casa, só brigo no trabalho, e com quem não presta.

Sérgio de Souza - A política partidária aparece em que época?

Meu irmão já militava no PC do B. Portanto, eu já tinha alguma familiaridade com política.

Sérgio de Souza - Com que idade?

Com 15 anos. Só fui para Maceió porque ganhei uma bolsa. Fui fazer o último ano e o vestibular. Mas ia lá muitas coisas, meu irmão militava no PC do B, acudia na clandestinidade, conheci toda a chamada literatura de esquerda via

Foi uma das mais longas de nossas entrevistas, cinco horas e meia de conversa, nas quais surgiu uma alagoana que não tem medo de nada expõe seu lado fera e seu lado carinhoso, deixando sublinhada, mais que qualquer outra coisa, a profunda afecção que devota aos menos favorecidos, quer dizer, à esmagadora maioria da população brasileira.

Entrevistadores: Marina Amaral, Natalia Viana, Debora Pivotto, Maria Melhano, Antonio Martinelli Jr., Thiago Domenico, Raic Fialah, João de Barros, José Arbex Jr., Wagner Nabuco e Sérgio de Souza. Fotos: Nino André. ele também, e comecei a fazer política como todo mundo: no movimento da Igreja, no movimento estudantil, sindical, depois fui ser professora da universidade. Quer dizer, já militei no movimento sindical quando fui funcionária da Previdência, no INAMPIS.

Sérgio de Souza - O PT foi o seu primeiro partido?

Foi, mas eu já trabalhava com o movimento rural. Sempre digo que a primeira surra que levei fora de casa foi militando, foi defendendo trabalhador rural e enfrentando os malditos usineiros.

José Arbex Jr. - Você entrou para o PT antes de entrar para a DS (Democracia Socialista, grupo ligado à IV Internacional)? Na DS primeiro, depois no PT?

José Arbex Jr. - E o que o levou ao trotskismo?

Uma concepção de esquerda com a qual sempre me identifiquei mais.

Marina Amaral - Em que ano você entrou na universidade? Em 1980.

Marina Amaral - O ano da fundação do PT. Exatamente. Embora não tivesse ainda PT em Alagoas. Mas acabou sendo o meu primeiro partido, eu tinha muita resistência de filiação partidária, porque sempre analisava os partidos como estruturas que acabavam por degenerar, se burocratizar. Então, sempre fiz mais opção de militar nos movimentos sociais. Aliás, entrei na política institucional partidária super por acaso. Até porque eu não queria ser candidata, estava me preparando para fazer doutorado, para sair do país. Mas havia uma insistência muito grande da universidade - eu já era professora - pra me candidatar a vereadora. Acabei sendo candidata a vice-prefeita, muito mais porque queria falar mal de um usineiro que era candidato e também porque era uma oportunidade de projetar o nome do partido, que não tinha nem vereador. Os pevistas que tinham chance eleitoral não queriam ser vice porque era uma chapa fadada ao fracasso. Mas acabou que fomos levados pela ventania do *impairchement* do Collor e ganhamos a eleição. Então fiquei um ano e meio como vice-prefeita e depois fui candidata a deputada estadual.

Natalia Viana - E tomou gosto e resolveu ficar.

Fui candidata porque todo mundo dizia que eu era a única com chance de ganhar, sempre essa história seria a primeira vez que poderíamos eleger uma deputada e tirá lá, e aí aceitei e fiquei como deputada estadual e foi um mandato muito bom. Qualquer um que estivesse lá acabaria tendo a coragem necessária e acabaria fazendo um bom mandato, porque foi uma época de muita luta e sofrimento para a

grande maioria do povo de Alagoas. Época de oito meses de atraso salarial dos trabalhadores do setor público, então pessoas que se suicidaram, mataram filhos vivenciaram uma situação gravíssima numa Assembléia Legislativa marcada pelo crime organizado. Então, o povo de Alagoas, muito solidário a mim e vendo que eu já tinha sido surrada, humilhada e mesmo assim não me dobrava, quebrou uma tradição do Estado – a de que para tocar os tapetes azuis do Senado tinha de ser ou da varanda dos usineiros, ou da cozinha dos pistoleiros, ou nascido em berço de ouro – e colocou uma mulher como outra qualquer lá no Senado.

José Arbex Jr. - Você conversava com sua mãe sobre política, candidatura?

Não, porque, como todos achavam que não íamos ganhar a eleição, só entrei para ajudar. Achava que era um momento especial para disputar o imaginário popular o significado da maldita elite do setor açucareiro. Não era por vingança pessoal, por ter apanhado deles...

Marina Amaral - Esse "apanhado" é físico mesmo? É físico. Mas não tem problema, não.

Marina Amaral - Eles mandavam os jagunços?

É, foi uma experiência muito dolorosa, mas ser marcada no corpo, na alma, no coração, na dignidade como mulher, como militante de esquerda, com certeza muitas outras foram marcadas de forma muito mais tenebrosa do que eu.

Sérgio de Souza - Foi a única vez? Não, não foi.

Sérgio de Souza - Teve mais? Sim.

Sérgio de Souza - Mas como é, como filme de faroeste? Fazer ocupação de terra é quase que um faroeste. Fico profundamente indignada quando as pessoas falam de ocupação de terra como se fosse aquele cenário cinematográfico, onde as pessoas para lá vão sem risco, sem temor, mas é uma experiência terrível, muito dolorosa.

Sérgio de Souza - Então foi numa ocupação de terra? Não, foi defendendo trabalhadores rurais que trabalhavam numa área do litoral norte de Alagoas e que os usineiros estavam derrubando as suas jaqueiras, os seus coqueiros, e tocavam fogo na cana, quase tocando fogo nos casebres também. E aí a gente entrou numa guerra lá, com o auxílio e a benevolência da Igreja, e acabei sendo surrada numa ladeira.

Wagner Nabuco - Você tinha algum mandato nessa época? Não. Eu era estudante da universidade e estava lá no estúdio rural. Não tinha mandato nenhum.

José Arbex Jr. - Conseguir entrar na universidade já era excepcional, não? Você fez cursinho? Não. Meu irmão fez medicina, eu fiz enfermagem. A gente pensava em montar uma atividade revolucionária em algum lugar onde o pessoal da saúde é muito necessário. Acabou que arranjei um bucho, fui mãe antes do tempo, e a gente teve de adiar os planos revolucionários.

Sérgio de Souza - Você começou falando que estava atônica, para a alegria de alguns. Quem seriam? A vadiagem do capital.

Sérgio de Souza - Mas daí é muito amplo... Não é amplo, não, isso é pouca gente.

Sérgio de Souza - Pensei no seu melo, no Senado.

É, também no Senado, se bem que hoje nem sei mais quem no Senado ficaria alegre. Como "cínico memorial das contradições", aquilo deixa qualquer um estarecido. Imagina como me sentia em Alagoas ao ver toda a tropa de choque "collorida", imagina o que passei no Estado, vendo a campanha do Collor versus Lula, e agora ver toda a tropa de choque "collorida" ser tratada como amor primeiro, quase que de infância, pelo governo Lula. Ou ver a tropa de choque do governo Fernando Henrique sendo hoje tropa de choque do governo Lula.

João de Barros - Mas, na contramão do que a senhora está falando, também senti um pouco isso ao ver uma foto sua no Senado, comemorando os 275 reais do salário mínimo ao lado do ACM.

Eu não estava ao lado do senador Magalhães, estava dividindo o mesmo espaço geográfico que ele. Tenho um amigo anarquista, que amo muito, e sei que ele também me ama muito. Ele recortou a foto, mandou pra mim e disse bem assim: "Meu amor, continuo te amando. Mesmo que você venha com essas ridículas considerações de que o mandato parlamentar é a trincheira de resistência da nossa classe. Como sempre, continuo pensando que você não deve, ou melhor, não merece estar no mesmo espaço geográfico dessas pessoas". Então, quando as pessoas querem interpretar, interpretam da forma que querem. Eu estava defendendo o que sempre defendi e, em vez de as pessoas perguntarem onde estavam os petistas que não estavam a comemorar, diziam que eu estava ao lado dos meus inimigos de classe e de meus adversários históricos. Eu não estava ao lado deles. Eles é que estavam, disputando o direito autoral do projeto Lula. É só isso que eles fazem, porque a obra que está sendo viabilizada é a obra deles. Ficam a esfregar o dedo nas feridas das contradições do PT porque é o que lhes resta fazer. Aliás, o que fizemos muito também. Passamos, eu quatro anos, como líder do PT no Senado e líder da oposição ao governo Fernando Henrique outros oito anos, a todos os dias verbalizar que o Fernando Henrique tinha dito: "Esqueçam o que escrevi". Então, agora eles ficam a falar que o PT está dizendo: "Esqueçam o que falei, o que fui e o que escrevi". E, em um ou outro momento, em função do oportunismo eleitoral, eles se associam a um determinado projeto, como foi para aprovar as duas farsas de reforma, a da Previdência e a Tributária, que nem foram reformas. Aí, eles contaram com quem? Com o PFL carlista e com o PSDB. Do mesmo jeito, na próxima semana quase será unânime – só não será porque haverá dois ou três votos contrários – a aprovação da Lei de Falências e da PPP, né?

José Arbex Jr. - Quero fazer uma pergunta: o voto do bingo, por que você votou contra?

Não votei contra. Sou contra jogo, inclusive o jogo que explora o pobre, na Caixa Econômica Federal, porque o rico não vai pra lá, o rico investe na bolsa. No mérito sou favorável, mas jamais poderia concordar com a urgência e relevância e, portanto, compactuar com uma farsa, uma fraude política que visava impedir o aprofundamento das investigações da lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico. Até porque seria, no mínimo, cínico da minha parte acreditar que, depois que o próprio Zé Dirceu, levando a mensagem do presidente da República, entregou ao Congresso Nacional, na reabertura dos seus trabalhos, uma mensagem presidencial dizendo que ia fazer a regularização dos bingos, e uma semana depois fecha os bingos. Então, só foi nesse sentido. No mérito é completamente diferente, não se votou o mérito porque foi derrubado antes, mas não compartilho com nenhuma farsa. Não é à toa que nenhum narcotraficante que lava dinheiro pela utilização dos jogos de azar foi preso. Diziam que não podiam abrir comissão parlamentar de inquérito porque os bingos estavam fecha-

dos, não é verdade? Reabrem-se os bingos, cadê as investigações? Nenhum dono de bingo foi preso ou investigado.

Wagner Nabuco - Mas, senadora, essa sua posição quer dizer que existe dentro do governo uma elite do poder, com relação de interesses ou de conluio com o narcotráfico? Só tenho uma coisa que vai muito claro pra mim: a presunção de inocência, no caso, não cabe. Por isso quero muito uma CPI, ligaria pra você depois e diria: "Olha, fui injusta, a CPI mostrou que não existiam ramificações dentro do Palácio do Planalto ou de qualquer outra estrutura de poder com essa coisa". Eu pediria desculpas publicamente, mas quero uma CPI agora pra ver, até porque, sinceramente, não acredito que ninguém sabia do trabalho do Valdomiro. Porque, veja, existiam pessoas junto ao Valdomiro que passaram suas vidas tentando se fazer respeitar impondo o medo, dizendo que de todos tinham dossiê, então, se conheciam a vida de todos e, mais do que a informação oficiosa, tinham a estrutura formal da ABIN para investigar a vida de todos... só não sabiam o que fazia o Valdomiro? Só não sabiam o que faziam os que ocupavam cargos, postos-chave nos vampiros da saúde? Digo isso porque briguei muito naquela comissão de fiscalização e controle do Senado, defendendo essas mesmas pessoas que hoje estão sendo acusadas. Muitos dos que mais agrediam Lula, Zé Dirceu, Mercadante e companhia, a eles atribuindo procedimentos deploráveis de corrupção, hoje estão lá na base do governo, e eu não defendia por corporativismo, defendia porque acreditava naquelas pessoas. Hoje, só acredito se tiver CPI, porque é surpresa demais.

Wagner Nabuco - Em todo esse escândalo, essa coisa do Valdomiro na mídia com uma força grande, principalmente os jornais, evidentemente o alvo era o Zé Dirceu. Já quando sai a coisa do Santoro (o procurador que revelou a fita do encontro entre Valdomiro Diniz e o bicheiro Carlinhos Cachoeira), some logo da mídia. Como você avalia isso? Acho assim: sabe o que é o moralismo farisaico, falso moralismo de petista falar da metodologia pouco ortodoxa do Santoro? Eu via impressionada aquelas declarações quase histéricas contra o Santoro. Sabe por quê? Porque todos os procedimentos investigatórios que acompanhamos, todos, foram viabilizados usando a metodologia pouco ortodoxa dos agentes públicos, estivessem eles na Polícia Federal, no Ministério Público, no Banco Central. Todos os documentos que foram conseguidos de forma pouco ortodoxa, informações privilegiadas que nos foram concedidas de forma pouco ortodoxa, gravações que conseguimos de forma pouco ortodoxa, entendeu?

Wagner Nabuco - Mas o Estadão representa uma força muito clara, e pede a cabeça do Zé Dirceu explicitamente. Qual é o interesse?

É a Globo? Qual o interesse da Globo, que protege o governo todo dia também, homem? É por isso que estou dizendo que não entro nisso.

Marina Amaral - Mas tem uma questão do uso político, por exemplo, quando o governo quer evitar uma CPI, não necessariamente será porque tem o que esconder, mas por achar, vamos imaginar isso, que você vai dar fogo pra mídia conservadora...

Aí, meu Deus do céu, por Nossa Senhora! Fulô, fulô, flor... Veja que situação a minha. Passamos a vida dizendo que a CPI não era a panacéia pra resolver todos os males, mas era um instrumento fundamental pra promover a moralidade pública, identificar os delinquentes da política brasileira, blablablá. Você combate um argumento como se fraudulento fosse quando é apresentado por seu adversário, depois usa esse mesmo argumento e apresenta como se fosse a mais absoluta expressão da verdade? Isso é ter-

rível até para o aprimoramento dessa horrorosa democracia representativa, porque legítima no imaginário popular que todos são iguais, no palanque é um, no palácio é outro, na oposição é um, no governo é outro.

João de Barros - Mas a senhora não percebeu um certo movimento à direita do PT que é muito anterior até à sua saída, na Carta aos Brasileiros, na campanha eleitoral, no Duda Mendonça, quer dizer, a senhora deixou tudo correr... Deixei correr? Isso é que é um cabra injusto... eu me lasquei, tive de abrir mão de ser candidata a governadora de Alagoas, com 20 por cento das pesquisas na frente do segundo candidato, e ainda tenho de agüentar isso, é mole?...

João de Barros - É só uma pergunta.

Não, afirmação. Carimbadinha. Deixa eu dizer, entendi, é uma observação muito correta, vou dizer por que. Nós, dá então chamada esquerda partidária, que já é um negócio estranhíssimo, num partido que se apresenta como de esquerda e tem direita e esquerda, né?, há muito tempo vínhamos identificando processos de degeneração na estrutura partidária. E muitos de nós, não sei se por comodismo, conveniência ou por continuar acreditando que conseguiríamos fazer a disputa interna na estrutura partidária, quase que nos contentávamos em fazer essa disputa permanentemente. Como foi havendo também um processo de esvaziamento das instâncias partidárias, cada vez mais a disputa interna foi se dando apenas nos grandes encontros, ou restrita às reuniões da executiva e do diretório nacional. É por isso que as teses aprovadas no último encontro nacional não foram as da esquerda partidária. Já foram as da chamada direita partidária e do bloco majoritário. Por isso era estranhíssimo, pra mim, ser expulsa, acho que foi o primeiro caso de expulsão por fidelidade partidária. Por quê? Veja, havia muito debate interno sobre financiamento de campanha, a chamada flexibilidade tática diante dos objetivos estratégicos partidários. Houve uma disputa grande em relação à questão da aliança com o PL, à Carta ao Povo Brasileiro, que chamamos de carta aos banqueiros. Então, já vínhamos fazendo essa disputa política. A maioria não achava que seriam possíveis as mudanças estruturais profundas que ao longo da história pensamos, mas nunca imaginamos que seria o aprofundamento do projeto neoliberal do governo Fernando Henrique. Alguns até reclamavam de mim, porque comecei a falar mais cedo, eu era da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, e passei a identificar com mais precisão do que os outros o que vinha sendo feito. Então posso ter cometido muitos crimes, menos o da omissão. Até porque eu estava acompanhando o trabalho econômico da equipe de transição, os memorandos técnicos, vocês lembram da tal carta de 27 de fevereiro, já pelo novo governo eleito, em que ele claramente se compromete com quatro pontos: reforma da Previdência, privatização dos bancos federalizados, lei de falências, autonomia do Banco Central. Autonomia do Banco Central nem é necessário, porque colocar o Henrique Meirelles no Banco Central, né? E ainda havia muitas pessoas de bom coração que até achavam que a gente devia se omitir mesmo, e calar diante da indicação do Henrique Meirelles. Como sempre achei que ninguém chega a presidente mundial do sexto maior conglomerado financeiro do mundo, e segundo maior credor do Brasil, por ser um técnico, como sempre achei que ninguém que compra um mandato pelo PSDB de Goiás de deputado federal renuncia ao mandato por uma causa que não seja, pra ele, nobre e, portanto, já está do lado contrário; então eu me sentia na obrigação de falar.

José Arbex Jr. - A sua posição específica na Democracia Socialista é que eu não entendo muito bem, porque a DS agora tem ministros...

Não participo mais das reuniões da DS aqui.

José Arbex Jr. - Mas você é associada dela...

Não é uma questão de ser associada, veja: a DS é uma corrente internacional articulada com a 4ª Internacional, então é evidente que milito na 4ª Internacional.

José Arbex Jr. - O Rosseto também.

Mas a minha relação, a nossa relação é com uma corrente internacional para a chamada Democracia Socialista, que se articula na 4ª Internacional, ponto. Dentro dessa corrente internacional tem uma fração chamada Liberdade Vermelha, dos que estão na construção do novo partido. E que, se a maioria da DS aqui quiser, tem de nos expulsar. Até tentaram começar o procedimento.

José Arbex Jr. - Você está tentando ser expulsa de tudo?

Não vou ser expulsa, nada. Agora, em todo canto, vou até o fim. Alguém tem sempre de deixar a digital na história de neo-stalinismo, de intolerância, de truculência.

José Arbex Jr. - Mas qual a sua relação com o Rosseto?

Não tenho mais relação. Porque não nos encontramos. Poderemos nos encontrar tantas vezes quantas forem necessárias para resolver problemas dos assentamentos do Estado de Alagoas, que, aliás, estão numa situação gravíssima, morrendo de fome, sem infra-estrutura, como é a realidade da favelização rural no Brasil todo; ou no Congresso Nacional, onde é o espaço em que eu, como agente público, tenho obrigação de me preocupar com esses procedimentos. Mas não sou da coordenação da DS. Então...

João de Barros - Você, que começou militando em movimento social, como vê o papel dos movimentos sociais hoje, não só do MST, mas também das centrais sindicais, que já tiveram papel importante...

No caso dos movimentos que lutam pela reforma agrária fazendo a ocupação de terra, me sinto na obrigação, como são mais de doze, de falar dos outros. O mais conhecido é o MST, mas tem o MT, tem o MTL, tem a CPT, tem o MLST. Tem muitos movimentos combativos que lutam pela reforma agrária fazendo ocupação de terra, e, portanto, passando pelos mesmos perigos de enfrentar as milícias armadas, respaldadas pelo aparelho de Estado, pelo latifúndio covarde e criminoso no Brasil todo. Então, veja, acho que a metamorfose petista - metamorfose acho lindo, viu, na música do Raul Seixas - é traição de classe mesmo. Como o PT nasceu? De uma forma muito especial, não era um partido herdeiro da suposta experiência socialista do Leste europeu, nós, da DS, dizíamos que era a teoria da pinça, mas que o equilíbrio do partido estava em ter um pé nos movimentos sociais e um pé na institucionalidade, ou seja, nos parlamentos, no executivo. É claro que, ao longo dos últimos anos, também já estava havendo um processo de burocratização da nossa base sindical, o ar condicionado estava sendo melhor do que as ruas, né? E, como a grande maioria dos militantes dos movimentos sociais era também militante do que era o maior partido de esquerda da América Latina, o PT, e ele se transforma numa ferramenta para apresentar o triunfo neoliberal ao mundo, é evidente que isso também paralisa não apenas a participação na institucionalidade, como nos movimentos sociais. Por que Fernando Henrique não conseguiu aprofundar o modelo neoliberal? Porque tinha o mais belo obstáculo, o parlamento petista, o PT na institucionalidade, impedindo, e o PT nos movimentos sociais oxigenando, pra dar força à institucionalidade. A partir do momento em que o que era obstáculo passa a ser instrumento, é evidente que cria uma situação gravíssima, não apenas na institucionalidade, e, pra completar, como se isso pouco fosse, muitos dos quadros importantes dessas estru-

turas sindicais passam a ser... Não quero usar uma palavra. Eles passam a ser quadro do governo. Agora, como ser trotskista, meu compromisso é com a verdade, sempre...

José Arbex Jr. - Mas o Palocci também é, o Gushiken também...

É, não, eles já tinham deixado. Aliás, a mutação ideológica do Palocci se apresentou muito mais cedo. Quando ele foi prefeito de Ribeirão Preto, todos lembram as brigas travadas dentro do PT em função da privatização, essas coisas. A minha surpresa maior não foi, de fato, com ele...

Sérgio de Souza - Qual foi a maior?

Hum... Eu não gosto de... Foi com o partido mesmo.

Sérgio de Souza - Todo o partido, você fala?

Não, porque digo assim, a disputa interna...

Sérgio de Souza - Mas, então, não é de dentro do partido?

Voltamos à conversa do Zé Dirceu, as comentes lá dentro... Mas é isso que estou dizendo. O que nunca imaginei é que mesmo as correntes de esquerda possibilitassem que as coisas andassem tão fáceis pra eles como têm andado. Você está entendendo? É lógico que, pra mim, o fato de o Lula ser um presidente como ele está sendo é especialmente doloroso.

Sérgio de Souza - É, você ia falar do Lula, na verdade...

Eu ia, porque é muito doloroso, não por ele, pessoalmente, é pelo que ele representa. Não é um fato simples. Sei que muitas das lideranças políticas vieram de classes populares também. Não foi só ele. Mas não é uma coisa simples, pela primeira vez um retirante nordestino, filho do povo, metalúrgico, representando o maior partido de esquerda da América Latina, conquista, pela vontade do povo, a instância de decisão política mais importante do país. Mesmo que digam que já tinha financiamento de banqueiros, que a aliança era com não sei o que, que teve carta aos banqueiros... mesmo assim, é um fato muito especial na vida do povo brasileiro. Pra mim, é duplamente doloroso por algumas questões. Primeiro: porque algumas coisas que acontecem lá no palácio é como se reforçassem o maldito preconceito de um setor importante da elite nacional, que sempre disse assim: "Quem nunca comeu mel, quando come se lambuzar". Eles sempre disseram isso dos pobres: os pobres são incompetentes, são vendidos, quando lá chegam passam a fazer exatamente o que condenavam como procedimento dos ricos. Então, a partir do momento em que essas pessoas, ao tocar o suposto solo sagrado do Palácio do Planalto, passam a se comportar como se estivessem ungidas pelos deuses do universo, a fazer impunemente tudo o que condenaram ao longo de suas histórias, quase com um deslumbramento inimaginável, é uma traição à esquerda socialista democrática. Porque o povo votou por mudanças estruturais profundas: no primeiro turno, a maioria votou por quem se declarava de oposição, mesmo candidaturas que não representassem nossa opção ideológica. Aliás, nem o Serra teve a ousadia de dizer que ia dar continuidade; ele falava "continuidade sem continuidade", falava mal do Malen, da política econômica, aquelas coisas. Mas o PT e o governo Lula traíram a concepção programática que foi acumulada pela esquerda socialista democrática, que durante longos e árduos anos tentou disputar mentes e corações com alternativas ao maldito pensamento único. E, pra mim, é mais doloroso porque acho que tem uma traição de classe.

José Arbex Jr. - O Lula é um traidor ou é equivocado? Sei que muita gente acha super doloroso quando a gente fala, mas a palavra é traição porque não compartilho a concepção preconceituosa, nojentinha, de parte da elite nacional, que dizia "oh, é um incompetente, um despreparado...", não. Não tem nada a ver. É uma figura altamente qualificada, preparada, competente, só que mudou de lado. Se eu disser que é equivocado, incompetente, despreparado, estarei compartilhando com algo que eu brigava em todos os lugares, era quase uma repetição eterna, porque falava do curso, daquelas porcarias de diploma, não sei que... Com todo o respeito aos que lutam por um diploma, que estão lá tentando fazer alguma coisa nas universidades brasileiras. Vocês acham que é fácil pra um militante socialista agüentar o governo Lula e o PT legitimarem a verborragia da patifaria neoliberal? Superávit, responsabilidade fiscal, ajuste fiscal, austeridade, governabilidade!... Não é uma coisa qualquer, passamos décadas dizendo que aquilo não era verdade; e hoje eles legitimam essa verborragia!

Sérgio de Souza - Qual seria, então, a alternativa? Romper com o Fundo Monetário Internacional.

Sérgio de Souza - Isso é possível?

Ah, não tenho dúvida de que é. Aliás, no dia em que alguém me mostrar um único país do planeta Terra, unzinho, que seguiu o receituário dos parasitas, das instituições de financiamento multilaterais, e, mesmo sob a égide da globalização capitalista, conseguiu superar a dicotomia desenvolvimento econômico-inclusão social, deixo de ser de esquerda. Não tem.

Marina Amaral - Mas o PT sempre disse que não ia romper com o FMI.

Meu amor, não estou a exigir do PT isso, não. Não estou a exigir mais nada, agora, porque graças a Deus estou em outra: estou agora na turma do Socialismo e Liberdade. Aliás, como dizia dona Helena, minha mãe, na miséria de nossa infância: Deus escreve certo por linhas tortas. Porque nada melhor pra mim do que ver ao longe passar o bloco dos desmascarados sem ter de pular com eles.

João de Barros - Heloísa paz e amor, é?

Paz e amor pra classe trabalhadora. Combate e guerra permanente pro capital. Pra classe trabalhadora, você não sabe como sou boazinha. Pense numa mulher boazinha, um anjo. Agora, pra turma de lá, não, porque tenho lado. Tenho lado, é por isso que eu morreria. Já imaginou se eu estivesse agora tendo de defender essas coisas todas? Eu morria.

Marina Amaral - Mas, voltando ao FMI...

Veja a gravidade: o Kirchner, que só foi eleito com 20 por cento dos votos, um conservador, repactua com os credores internacionais em moldes completamente distintos dos nossos, você está entendendo? É verdade que ninguém esperava isso. Agora, muitos que foram nas praças com a listinha pelando para não pagar a dívida externa têm de voltar às praças e se desculpar. Porque é uma mania desgraçada que alguns dos nossos têm de manipular a alma generosa do povo brasileiro. Foi lá pra fazer o plebiscito contra o pagamento da

dívida externa, aí, depois, diz: "Não pagar? Não pode fazer isso". Por que não disse antes ao povo? Acho possível, ao menos, repactuar a dívida, nos moldes que os próprios gigolôs do Fundo Monetário Internacional analisaram os únicos países que cresceram. Que foram os que não pagaram, os que fizeram moratória ou que repactuaram em moldes completamente distintos dos que estão sendo viabilizados por nós.

José Arbex Jr. - Qual é a sua avaliação de conjunto pensando em América Latina? As tropas americanas já controlam boa parte da fronteira entre a Venezuela e a Colômbia; o Bush invadiu o Haiti com a bênção do governo Lula, olhando diretamente pra Cuba, de um lado, e pra Venezuela, do outro; existe a pressão sobre o Chávez, e você vê aqui no Brasil a desmoralização da esquerda em escala brutal. Tentando fazer uma avaliação sobre a conjuntura em que o Brasil está colocado hoje, me parece que não é nem uma crise de governo, é uma crise de destino. Qual a sua avaliação, do ponto de vista da conjuntura, a médio prazo?

Acho muito difícil. Aí, tudo volta pra história do governo Lula, ô, tragédia, né? Porque era um papel muito especial para o destino da América Latina e os agrupamentos de miseráveis no mundo. Tinha de ter cumprido um destino completamente diferente, porque é o maior país da América Latina, com uma eleição aplaudida no mundo todo...

José Arbex Jr. - Estou perguntando isso porque me parece o pior momento pra lançar um partido. Estamos na contracorrente da história; você construiu um partido de três décadas que naufragou no peleguismo, na burocracia, e aí vem outro partido: "Não, não, somos autênticos, somos de esquerda"...

Obrigação nossa. Não é masoquismo, viu? Estamos fazendo por obrigação. Você tem razão, primeiro porque todas as pessoas perguntam: "Quem garante que se constrói hoje, e daqui a alguns anos não estaremos diante de uma nova traição?" Aí, eu brinco: "Estamos no mesmo risco, porque também posso dizer que tinha de ficar em casa, pois ninguém me garante que daqui a dez anos não vou ser expulsa de novo, e passar por todo um problema, toda uma situação de dor e sofrimento pessoal gigantesco". Então estamos no mesmo barco, por quê? Porque não temos autorização. O fato de o PT negar as bandeiras históricas da classe trabalhadora e sepultar a concepção programática acumulada pela esquerda não dá autorização a eles de aniquilar, liquidar, sepultar tudo isso. Eles não têm, ninguém tem. Nem nós, no novo partido, nem nenhum partido está autorizado, ungido, por quem quer que seja, para aniquilar aquilo que não pertence a nenhuma personalidade, a nenhuma estrutura partidária. Não nos pertence. É resultado da luta coletiva, do sangue, do suor, das lágrimas, da perseverança de milhares de pessoas no Brasil, na América Latina e no mundo! Não podemos esperar uma conjuntura mais favorável, temos de pegar cada uma das bandeirinhas empoeiradas, jogadas no chão, e hastear novamente; vamos pegar cada uma dessas concepções que alguns acham representarem o lixo da história, e que infelizmente o PT, hoje, acha também; e vamos continuar falando sobre elas, disputando-as no imaginário popular do mesmo jeito. Então, por isso, por obrigação. Claro que

fazemos com alegria também, como diz essa figura maravilhosa do Thiago de Mello: a pior dor do mundo sempre foi e sempre será não poder dar amor a quem se ama. Então imagina se a gente não pudesse se dedicar à nossa classe?

José Arbex Jr. - Não sei se você já pensou no seguinte: no quadro da América Latina, quem hoje está realmente armando a resistência, com profundo vínculo com o povo mesmo, são dois tipos de gente basicamente: índio e camponês. O MST acaba de fazer um congresso da Via Campesina com delegações de 76 países, e esse pessoal está com uma prática e um acervo teórico que não têm nada a ver com a USP, não têm nada a ver com as matrizes europeias, é um negócio completamente original, eles não se dizem marxistas, não raciocinam em termos de luta de classes... Não estaria nascendo aí uma nova forma de disputar o poder, que passa ao largo da tradicional disputa institucional partidária?

Rafic Farah - Acho maravilhoso isso que você está falando. A impressão é que está se concretizando o que o Milton Santos falou, que a solução não vem daqui, da gente, ela vem da periferia mesmo. Da rebarba do capitalismo. A solução vai vir de onde o capitalismo não consegue atender. Mas respondo só assim: que venha. Quem estiver organizando, que venha, e que se construa de várias formas. A única coisa abominável é o silêncio.

Natalia Viana - Mas uma não esvazia a outra?

Claro que não, uma ajuda a outra. Onde tiver gente tentando, resistindo, lutando, disputando no imaginário popular outras alternativas, só ajuda.

Wagner Nabuco - Me parece que a insurgência desses movimentos, essa força toda, acaba levando à instância partidária, portanto a uma possibilidade de emplacar o poder do Estado, ou uma forma que não sei se é democracia direta, enfim, na sua concepção: "Vamos montar um partido, vamos disputar o poder pra implantar as reformas revolucionárias...". Gostaria que você respondesse se acha que a democracia é um valor universal ou é um valor burguês que deve ser descartado.

Se milito numa tendência que é Democracia Socialista, é evidente que...

Wagner Nabuco - Não, conquistado o poder haveria mais de um partido no Estado?

Claro que sim, óbvio. Aí, você vai falar: é qual democracia e qual liberdade? Porque é verdade que não pode ser a liberdade do banqueiro pra vagabundear pelo mundo a fora e promover fome, miséria, humilhação e sofrimento, isso não...

Wagner Nabuco - Mas os banqueiros, então, não poderiam ter expressão no partido?

No partido podem ter, não vão ter é o respaldo do Estado. Nossa concepção de Estado é completamente diferente da deles. Não estamos propondo uma vingança de classe. Até porque, veja, a gente acaba tentando antecipar um determinado tempo que a gente trabalha pra que um dia aconteça,

mas não existem ainda as condições objetivas para que ele aconteça hoje. É uma formulação coletiva, uma construção coletiva, e acho que temos de nos prender a essa possibilidade, a essa construção. E não necessariamente dizer que estaremos implementando o socialismo a partir de um determinado momento com um cronograma, agenda, essas coisas... fazer isso seria irresponsabilidade intelectual.

José Arbex Jr. - Pelo menos como foram construídos os partidos até hoje, surge uma realidade mais ou menos ou até bem exterior às camadas populares e tenta disciplinar as camadas populares segundo determinado programa, tanto que o PT jamais conseguiu organizar os não-sindicalizados. Então esse momento que a América Latina está vivendo, que para mim é de hecatombe, para atingir não um milhão de brasileiros, mas 80 milhões, qual é a linguagem que vamos ter que falar? Essa linguagem partidária, com programa, com concepção política, com idéia de uma vanguarda organizada que vá apontar o caminho? Mas a gente pensa isso.

João de Barros - Para simplificar, você está pensando em fazer o quê?

O que estamos fazendo. Andando, conversando com o povo primeiro, porque até os movimentos sociais não estão necessariamente articulados com o povo. Qual é o movimento social que está? Fora os que estão fazendo ocupação de terra, qual? O movimento comunitário sempre foi delegado à direita fisiológica, lembra? Então nós também, mesmo quem está dizendo que está fazendo a ofensiva junto dos movimentos sociais, não estamos conversando com o povo. Porque a gente também tem a mania de dizer que está conversando com o povo e não conversa. É o cão, né? Nós, militantes de esquerda, temos a mania de dizer que representamos o povo, conversamos com o povo, e não conversamos, então também tem que dizer isso. Sou apaixonada pelo povo brasileiro, não é discurso, é porque o povo brasileiro é muito generoso mesmo, impressionante! Porque a pessoa gosta de mim, sendo alguém da periferia, sem saber necessariamente o que é que estou falando de FMI, de não sei o quê? Estou dizendo que o povo brasileiro é muito generoso porque ando neste país, visitei o país todo, e sou vista pela elite como uma pessoa rancorosa, radical, intolerante, uma onça raivosa, uma mulher primitiva... mas não dedico uma única gotinha do meu suor para convencer a elite de que não sou isso. E, por mais que tenha pessoas das universidades ou sofisticadas no saguão do aeroporto, muitas que, mesmo não compartilhando com nossa visão de mundo, acham que temos o direito de defender aquilo em que acreditamos, porque realmente está muito enraizado na alma do povo brasileiro o sentido democrático, é impressionante como as pessoas simples são o maior estímulo da gente, da nossa radicalidade. Claro que temos pessoas maravilhosas como Chico Oliveira, Paulo Arantes, Leda Paulani, Carlos Nelson Coutinho, Milton Temer, a Rosa e o João Machado da PUC, Ricardo Antunes, e vários outros desses chamados intelectuais que, aliás, sempre riem deles mesmos quando, nos eventos do novo partido, são classificados como intelectuais. Mas as mais belas lições de generosidade e de apoio são do catador de lixo, do ambulante, do motorista de ônibus que está lá passando e você está dirigindo e ele buzina: "E aí, e o novo partido?" Alguns acham que a nossa visão de mundo é uma viagem interplanetária, outros acham que é impos-

sível aquilo que a gente defende, e outros nem sabem muito bem o que estamos a defender, mas eles querem que algo mude. Então, isso é o que nos movimenta. Então, se tem gente que quer militar só nos movimentos sociais, espero que não vá votar agora nessa eleição, porque aí vai votar em quem? Vai fazer o jogo de quem?

Wagner Nabuco - Muitas vezes vai votar no PFL.

A institucionalidade, realmente... eu, pelo menos, só vivia vomitando naquela época em que as contradições eram tantas, que eu corria para o banheiro para vomitar no momento das votações do Senado.

Natalia Viana - De verdade?

De verdade, fisiologicamente. Porque era uma coisa terrível, não era uma coisa qualquer o que estava acontecendo naquele plenário do Senado. Você via a cavalaria do Fernando Henrique, tirou o tucanhão da lapela e bota a estrelinha, e está lá a cavalaria do Lula, no "cínico memorial das contradições". Você passa pelo "tribunal do santo ofício", que, tal qual o outro, de santo nada tinha, os advogados da dor chegam pra você e dizem: "Esqueça o que escreveu, não pode ver o que olha, tem de esquecer o que sabe".

Isso, na vida de uma pessoa, não é uma coisa qualquer, porque, para vocês que assistiram de fora, é uma coisa: mas, para quem viveu a experiência, é uma coisa completamente diferente. Então, quais as alternativas que a gente tem? Quem está militando nos movimentos sociais está bem, durma de consciência tranqüila, mas quais as opções que a gente tem? Se lambuzar no banquete farto do poder, ou, feito porco, chafurdar na lama do capital, ou ficar em casa entristecido, e logo eu, que sou uma mulher chorona, graças a Deus, né? Ensino meus filhos que podem chorar também e quem tem problemas de glândula lacrimal devem ser os homens, não choram, só choram escondido, em casa.

José Arbex Jr. - Você tem quantos filhos?

Dois meninos, mas tem uma menininha que sempre diz que é minha filha, é minha filha de leite, a Fabricia, que é cega e sempre fala sobre isso. É filha de uma amiga minha, mas é como filha para mim também. E ensino a eles que podem chorar mesmo que a realidade objetiva lhes ensine o contrário. Choram em casa ou cuidar de nossa vidinha pessoal.

Marina Amaral - Esse estereótipo que você citou, que te vêem como uma onça raivosa, uma mulher primitiva, quanto você acha que pesou nisso a sua radicalidade, sua honestidade extrema, sua exigência de manter a autenticidade das idéias pelo fato de ser mulher?

Eu tive um problema, flor, que é um problema gravíssimo: não tive a experiência muito importante na vida de uma mulher, que é ter um homem pra gritar com ele. Como o homem que podia gritar comigo morreu quando eu tinha três meses, fiquei com uma dificuldade grande, não consegui vivenciar essa experiência de agüentar grito de homem.

Natalia Viana - Você não é casada?

Não, já fui casada, mas está tudo bem, a nossa relação é muito amistosa.

Marina Amaral - No célebre episódio do painel eletrônico o ACM espalhou que tinha lido seu nome entre os que votaram a favor do Luís Estevão, relacionando isso com um suposto caso seu com Renan Calheiros...

Não, seria com o próprio Luís Estevão, que, aqui pra nós, não faz o meu tipo. Homem riquinho e ordinário eu vomito em cima... Mas o fato de eu ser mulher, porque, veja, ele acabou me dando um atestado de honestidade gigantesca, porque

como certamente eles sabiam que ninguém podia me comprar financeiramente, o argumento que ele tinha para justificar a sordidez dele era que eu tinha dormido com o cara.

João de Barros - Que é típico da direita do Brasil.

Sim, é isso que estou dizendo. Fiquei superindignada na época, mas, uma pessoa muito especial na minha vida me mostrou esse lado, porque podia ter dito que ganhei dinheiro,

"As mais belas lições de generosidade e de apoio são do catador de lixo, do ambulante, do motorista de ônibus que buzina: 'E aí, e o novo partido?'"

como dizem de todos os outros, que fui comprada. E lembro que, inclusive nessa época agora das brigas, uma ou outra pessoa me dizia: "Ah, mas não dizer que tem uma fita sua na qual você está dizendo...". E eu digo: "Mostre a fita! Sem-vergonha, vigarista". Olha, sou um poço de ternura, mas, se alguém quiser me convencer pela força, vixe, aí é um problema gravíssimo. Tem de tentar me convencer com argumentos. Ninguém queira me convencer no grito, nem tente.

Sérgio de Souza - Você já deu uma surra em algum homem?

Tentei, mas não consegui, apanhei. Resisti, me lasquei, quebraram um dente, mas tudo bem, resisti.

Sérgio de Souza - Falando de outra violência: parou a CPI do Banestado?

Está andando, espero que os resultados sejam...

Sérgio de Souza - O procurador Luís Francisco diz que está parada.

Encontrei um delegado que me disse isso também, coincidentemente, um dos delegados que acompanharam o caso e me passou essa informação. E aí vou pegar todos os relatórios que estão sendo feitos para ver exatamente isso, se existe acórdão e de quem é o acórdão para impedir que ande.

José Arbex Jr. - Ainda no capítulo do partido, quero pegar aquele raciocínio desenvolvido pelo Carlos Nelson Coutinho, no qual ele mostra que na história do Brasil, quando surgem organizações populares ou intelectuais que envolvem o povo, elas têm sempre dois destinos: ou são cooptadas ou são trucidadas, porque a elite é muito competente. Quero emendar isso com a análise do Paulo Arantes sobre o Lula, quando ele pega uma frase do filósofo Pascal que diz que, se você quer acreditar em uma coisa, é só fazer um ritual e repeti-la ad nauseam, que na enésima vez você já está acreditando naquilo que você mesmo inventou. Ele acha que é isso que aconteceu, mais ou menos, com o PT

é com o Lula. Na história deste país cuja elite é extremamente competente na arte de cooptar ou trucidar aqueles que não consegue cooptar, a pergunta é: como o seu partido pode ter um destino diferente dos que são trucidados? Não tem nenhum problema, só não poderemos ser cooptados, mas trucidados faz parte. As duas pessoas que você citou são absolutamente especiais, e o que leva os dois a estar conosco na fundação do novo partido é tentar, tentar e tentar. Quem já se convenceu de que esse caminho não dá não irá por esse caminho. Não temos uma fórmula mágica, mas também não estou convencida de que não é possível construir uma outra experiência. Pelo contrário, estou convencida de que a forma que temos de continuar disputando no imaginário popular, num país como o nosso, quem estiver buscando outras formas de organização ajuda, ora, se os objetivos estratégicos são os mesmos, por que não ajuda? A maioria das pessoas que estão conosco no novo partido dos movimentos sociais não militou em outros partidos. A juventude assistiu ao processo de degeneração e com ele já não se identificava, muitos jovens espalhados pelo Brasil a fora.

Sérgio de Souza - Como vocês vão arranjar recursos? Não precisa de recursos, qual recurso precisa?

Sérgio de Souza - Não precisa de nada para montar um partido?

Será o primeiro partido a ser construído sob a égide da nova legislação eleitoral. Nenhum outro partido precisou. Pra ter idéia: os penduricalhos burocráticos chegam ao ponto de que, se nós dois votamos na mesma cidade em zonas eleitorais diferentes, não podemos assinar a mesma lista de apoio. Alguns dirão que a legislação foi feita para impedir a organização do povo através das estruturas partidárias e que, portanto, só os ricos poderão lá estar; alguns outros poderão dizer que foi uma legislação aperfeiçoada para evitar o surgimento de muitos partidos nanicos que servem apenas como moeda de troca no período eleitoral. Mas, independentemente disso, é um monstro burocrático gigantesco que temos de enfrentar, muitas vezes nem o próprio TSE sabe explicar exatamente se podemos fazer uma ficha de tal jeito, mas, nos tratando de forma muito correta, muito delicada, então debatemos muitos detalhes que ainda não estão muito bem definidos nem para o próprio TSE nem para nós.

João de Barros - Quantas assinaturas são necessárias? São 438.000 assinaturas no Brasil todo, e em nove Estados, meio por cento dos votos válidos para a Câmara Federal. Assinaturas de apoio, não filiação. Gente que é filiada a outro partido pode assinar, quem não quer se filiar pode assinar, é só apoio mesmo.

José Arbex Jr. - Mas vocês não têm idéia de quantidade, de quantos hoje se filiarão?

Não, porque fizemos só capitais, e em nenhuma delas tivemos menos de seiscentas pessoas, em reuniões. Só vai para reunião quem tem interesse. Lugares onde eu nunca tinha ido, juntamos mais de mil pessoas em ginásios de esportes...

Sérgio de Souza - Ex-petistas, todos?

Não, não, por isso digo que o povo é muito generoso, claro que tem pessoas que saíram do PT, do PSTU, do PSB, do PC do B, e estão conosco.

Sérgio de Souza - E quem do Congresso, senadora?

Ah, outra gota de suor militante que meu não terá, ir atrás de parlamentar. Não! Não! Só a nossa bancada. Tem muita gente que diz: "Ah, fulano sairá após a eleição de agora". É claro que tem alguns parlamentares que gostaríamos de fi-

liar porque são pessoas muito dignas e, se um dia resolverem vir, serão recebidas, de braços abertos, com carinho e respeito, mas eu, pessoalmente, não me dedico a isso, porque cabeça de parlamentar é muito complicada - faz contas, coeficiente..., entendeu? Não estou dizendo que todos ficam pensando assim, mas sei quanto pesa, até porque nós, parlamentares, também pensamos nisso quando resolvemos ir até o fim no processo. Sabíamos o que estávamos arriscando, porque ninguém é burrinho a ponto de não saber o que significam máquinas eleitorais com poder, liberação de emenda, coeficiente, legendas com registro definitivo, ninguém é bobinho, sabemos exatamente o que significa isso, sabíamos também que estávamos entregando as vitórias eleitorais das nossas vidas, todos nós sabemos disso, óbvio! Sei qual é a tarefa que vai me caber em 2006: ir para o sacrifício eleitoral na disputa presidencial. Por isso estou dizendo que não é uma coisa qualquer fazer um partido. Para nós, era muito mais fácil ficar lá na base de bajulação, ou nos filiar a um partido que já tenha registro definitivo.

João de Barros - No caso do PSTU...

Tem uma concepção de democracia interna completamente distinta e antagônica à nossa.

João de Barros - A que atribuir essa mudança de atitude do PT com você e a que teve agora com os que votaram contra o mínimo de 260 reais?

Ah, flor, não são mais os meses de glória, é por isso que sou muito orgulhosa, não vaidade cretina, mas muito orgulhosa dessa nossa bancadinha, pequeninha, do Sol, porque, quando votamos contra, sabíamos o risco que estávamos correndo, mas agora já não tinha mais risco, porque eles já tinham dito que não iam fazer nada. Fomos expulsos nos meses de glória. Não tinha escândalo Waldomiro, não tinha vampiro, não tinha, claro, para a sociedade o balcão de negócios sujos que estava sendo montado para aprovar a reforma, para impedir CPI, para votar no salário mínimo. Agora é uma coisa completamente diferente.

Rafic Farah - O rompimento da Erundina com o PT, você vê alguma semelhança?

Ela saiu, né? Porque, de fato, nunca tinha tido um processo de expulsão, nem no colégio eleitoral teve.

Rafic Farah - O Sol é o primeiro partido fundado por mulher e por ser Sol...

Gostei desse negócio. Apesar de que, para militância de esquerda, dizer que é fundado por uma mulher já ficam todos arrepiados.

Rafic Farah - Acho que o capitalismo é resultado indiretamente do poder patriarcal.

Aé! Agora, pronto! Agora, eu duvi-de-ó-dó que, se fosse eu quem dissesse isso...

Rafic Farah - Com a ascensão da mulher, não tem mais empresa que vá durar cem anos, porque existe uma mudança na estrutura da constituição da família, quer dizer, a mulher passa a ter uma ascendência mais forte no regimento da sociedade, ter um partido chamado Sol, acho que o nome é muito simbólico.

Sérgio de Souza - Como se pronuncia? É Sol sem o pé? Alguns falam PSOL, aí uma moça disse assim: "Ah, é Pinhosol?" Eu digo: "Sim, pra lavar a sujeira todinha que vocês vão deixando, fofa". É porque era uma mulher muito chiquetinha, aí eu falei: "Pois é, fofa"... Apesar de ter alguns homens que também resistiram, viu? Porque, todas as vezes em que a gente fala determinadas coisas, como quando a gente foi escolher o nome do partido como Liberdade

Vermelha para a nossa fração da DS internacional: "Que nome. Liberdade Vermelha!" É depois: "Sol, que nome esse Sol". Os mais conservadores, né?

Rafic Farah - Uma mulher formando um partido chamado Sol, quer dizer, o sol é nosso, se tem um lugar que o Sol é de alguém é aqui.

E nasce vermelho para todos. Para todos, não, porque tem uns que não cabem no partido, aí digo, não cabem capitalistas, codinomes neoliberalistas, clínicos enamorados da terceira via, homofóbicos, racistas, delinquentes da política brasileira, ratazanas do capital financeiro. Uma vez eu estava dizendo isso num debate numa universidade, aí alguém gritou da plateia: "E sobra alguém?" Eu digo: "Claro, a maioria do povo brasileiro sobra!" Esse tipo de gente é meia dúzia, mas contamina tanto, 0,01 por cento da população brasileira toma para si 47 por cento da riqueza nacional. Imagina o significado disso! Um por cento dos proprietários tem 47 por cento da terra e, mesmo assim, são preguiçosos e só produzem 14 por cento e assim mesmo produzem o que, que a imprensa adora? Soja para fazerem comida para os porcos europeus, e aí é o porco verdadeiro, não é o porco do capital. E logo no *agrosow*, onde tem o maior percentual de trabalhadores sem carteira assinada, sem condições dignas de trabalho. É lá no *agrosow*, cantado em verso e prosa, infelizmente, pelo atual governo, que estão também as menininhas com as mãos queimadas do laranjal, as crianças que estão tendo as mãos amputadas pelas foices dos canaviais, os trabalhadores mais explorados, as mulheres com câncer de útero e de mama, porque comem agrotóxico todos os dias, então é justamente lá que é aplaudido.

José Arbex Jr. - O Sol exige de mim alguma definição ideológica, ou qualquer um pode se filiar?

Ainda não abriu o processo de filiação. Mas alguém vir se filiar a um partido que não vai ter estrutura financeira, estrutura de mídia, cargo, prestígio e poder, viabilidade eleitoral, pelo menos a curto prazo... Acho que virá quem tiver identidade com o movimento, mas não necessariamente, porque sei que muitas pessoas que encontrei no Brasil não necessariamente compreendem as diferenças entre trotskistas, stalinistas e leninistas, mas se aglutinam em torno do projeto, porque acham que ele pode representar mudanças estruturais profundas. Para você ver como o povo brasileiro é cheio de esperança, uma coisa impressionante.

Sérgio de Souza - Mas a maioria vem a ser os desapontados do PT, não?

É por isso que estou dizendo que é o povo, então são os desapontados do povo, desapontados da multidão, porque a maioria não é petista.

José Arbex Jr. - Tem de ter uma recorrência no debate, que isso é que revela quem está indo.

A miséria, o desemprego, primeiro porque, quando a gente vai para um lugar, faço opção por rádio. Vou para o rádio e quero que as pessoas me deem esculhambação, me deem um elogio, ou digam o que é que elas querem, ou digam que político é tudo igual, essas coisas, então faço rádio.

Marina Amaral - Ele não está falando dos militantes do PT, mas dos pessoas que votaram pela mudança.

Entre esses, com certeza, tem muita gente decepcionada. Mas é muito esperançoso. Acaba de ter uma frustração, já está se movendo em esperança. No Brasil todo, é impressionante como as pessoas seguem: "Um dia vai dar certo". Uma coisa maravilhosa.

Rafic Farah - Que é uma coisa da cultura brasileira mesmo, é o gene cultural brasileiro, essa coisa do sorriso, E

me lembro que fiquei na Europa um tempo, quando voltei, e fui para Fortaleza, estava dentro de um táxi, você olhava na rua, de cada dez pessoas, sete estavam sorrindo. Eu estava dizendo aqui para as meninas, antes, que um dia eu estava me lamentando num programa de rádio no Rio, sempre dou esse exemplo. "Ah, porque 438.000 assinaturas é muito difícil..." Ai, depois, passando ali nos camelôs, um deles: "Ô, Heloísa, e aí, Heloísa?" Foi me chamando, aquela alma nordestina, né? "Ô, Heloísa, não gostei desse negócio de você dizer..." - imitando meu sotaque nordestino -, "não gostei quando você disse lá no programa de rádio: '438.000 assinaturas é muito difícil'. Você tem de dizer que nós vamos conseguir é 1 milhão de assinaturas! E pode dizer lá que o João da Silva vai estar vendendo relógio e pegando assinatura, vendendo relógio e pegando assinatura..." Outra foi uma senhora em Goiás. Fui receber aquele título de cidadã de Goiás. Tinha uma senhora passando assim na rua, pobrezinha, com os filhos, aí disse: "Ah, eu vi você dizendo na televisão que dedicou os melhores anos da sua vida para construir esse partido aí que expulsou vocês. Você tem de dizer assim: 'Nós vamos dedicar agora os melhores anos das nossas vidas pra construir esse outro partido'. Você tem de dizer assim, minha filha". Na campanha de senadora batiam muito em mim, me chamavam de candidata do ódio, não sei por que. Era horrível a campanha: "Negrinha, veio de onde, de que família?" Aí, uma vez eu, quase estourando as veias - porque, quando estou falando com raiva, fica quase estourando uma veia aqui no pescoço -, lá num parlance na periferia de Maceió, esculhambando os que estavam me esculhambando, né? Quando desci, tinha uns piveles assim: "Heloísa, a minha vó quer falar com tu". Eu digo: "Ah, tô tão atrasada". "Não, minha vó quer falar com você." "Tá, vamos." Aí cheguei lá e dona Cícera: "Ô, Heloísa, tudo bom?" "Tudo bem, tudo bom." "Mulher, eu vi tu, e tu fica reclamando desses homens que fala mal de tu." Eu digo: "E eu agüento, mulher, uma peste dessa?" Ela disse: "Você tem de dizer assim: eu sou como massa de bolo, quanto mais bate, mais cresce". Por isso que eu digo que o povo brasileiro é muito maravilhoso. Quando acho que sou uma mulher muito corajosa, vejo uma mulher pobre, arrombada, dez vezes mais corajosa do que eu. Quando acho que sou muito solidária, vejo alguém dez vezes mais solidário do que eu. Aí, isso me obriga a continuar lutando.

Wagner Nabuco - A gente sente o amor do povo pelo Brasil, mas como o seu partido vai trabalhar a questão do nacionalismo, essa herança do Getúlio e do Brizola? Numa entrevista aqui com o Luiz Marinho, ele lembrou que o Fernando Henrique tinha dito que a principal tarefa dele era desfazer o Estado varguista. E o Luiz Marinho disse assim: "Eu também sou contra o Estado varguista". Como o seu novo partido olha para isso?

Bom, entendemos que é necessária uma reforma do Estado brasileiro, até porque ele vem sendo parasitado e privatizado a serviço de uma minoria. E que não foi feita nenhuma reforma do Estado brasileiro sob a perspectiva do interesse da maioria do povo, porque todas essas reforminhas, que de fato são contra-reformas neoliberais, nada mais significam do que o esvaziamento do Estado brasileiro. A reforma tributária não desonerou a produção, não taxou o grande capital, não superou desigualdades regionais, nada mais foi do que reeditar os dois monstros arrecadatórios do governo Fernando Henrique, CPMF e DRU, desvinculação da Receita da União, que, por sua vez, possibilita que o governo saque oficialmente 20 por cento da saúde, da educação, da segurança pública, da infra-estrutura do país, para compor superávit. Reforma da Previdência que não combateu privilégios, não incluiu os filhos da pobreza, pelo contrário, possibilitou que uma trabalhadora do setor público que ganha um salário mínimo fosse obrigada a trabalhar oito anos de

serviço a mais para não ter um corte de até 35 por cento de sua aposentadoria. Nada mais fez do que jogar na lama da especulação a poupança dos trabalhadores do setor público e, portanto, beneficiar os fundos de pensão e o capital financeiro. Então, a reforma do Estado brasileiro é extremamente importante, mas não as contra-reformas que estão sendo...

Wagner Nabuco - Isso significa que o seu partido iria, por exemplo, reestatizar os setores estratégicos, energia, telefonia...

Claro, porque o setor privado já mostrou que é incompetente. Fico usando essas palavras, que são muito utilizadas por eles para tentar desmoralizar as teses da esquerda, mas eles são incompetentes para disponibilizar serviços estratégicos de qualidade. Só têm sobrevivência porque o Estado se deixa parasitar por eles. Mas é evidente que ninguém tem uma fórmula mágica para dizer como é que vai operar isso hoje, primeiro porque não vai operacionalizar hoje. Vai fazer o quê? Alguns dizem: "Vocês tinham de pregar a luta armada". Eu digo: "Óxi, tu sabe atirar?" "Não." "Tu sabe?" "Não." "Tu já pegaste numa AR-15?" Não, porque quem tem arma hoje no Brasil? Ou o crime organizado, que está organizando, entre aspas, os pobres para continuar o servilismo aos grandes, para 40 por cento da nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o planeta que é da canalha do narcotráfico. Não é à toa que arrombaram com o Afeganistão e não derrubaram um pé de papoula no Golden Crescent. Então, quem tem arma no Brasil hoje? As empresas de segurança privada, que têm mais armas que toda a estrutura oficial, Polícia Militar, mais Polícia Civil, mais Polícia Federal, mais Forças Armadas. Essas empresas de segurança privada ou os pobres que estão lá funcionando como serviços dos criminosos ricos na estrutura do narcotráfico. É como tradição da esquerda apresentar fórmulas prontas para resolver todos os males, também somos cobrados para apresentar fórmulas prontas em relação a todos os setores. Não é à toa que as pessoas dizem: "Mas o que vocês vão fazer em relação à saúde?" Confundem programa de partido com programa de governo. Aí, digo: "Ora, é só implementar a lei". Porque a lei da saúde no Brasil é a mais avançada do mundo, e tem um abismo entre o que foi conquistado na lei e a realidade objetiva de perambular nas filas. Também não é à toa que dizem: "Mas para a educação?" Ora, se a que está na educação, com todos os defeitos, fosse implementada... Não. "Mas para os pobres?" Ora, a Lei Orgânica da Assistência Social é a maior declaração de amor aos miseráveis, aos pobres e aos oprimidos. Aí, essas coisas passam a ser absorvidas pelas pessoas como impossíveis de ser viabilizadas.

José Arbex Jr. - Capítulo de fofoca agora: tem alguém que, apesar de ser de direita, tenha com você um trato honesto, transparente, ou você é o tempo todo pisando em ovos para não cair em armadilha?

Lógico que ando sempre com a minha poção de soro antiofídico no bolso da calça jeans. Nada contra as cobras, pelo contrário. Mas, para não citar nomes, quando vai ter votação, faço uma lista de votação que sempre dá muito certo, porque já sei que alguns senadores são conservadores, não concordam com nada do que digo, mas, quando dão a palavra, cumprem.

José Arbex Jr. - Tem no Congresso alguém da direita que você chega a admirar por integridade, ética, assim no sentido pessoal?

Não posso falar de ética, porque é um negócio mais complexo. Então, ética na política fica meio difícil, mesmo que a gente repita Casaldàliga e diga que ética na política é vergonha na cara e amor no coração, que é a melhor formulação de todas. Eles sabem exatamente o que defendo, então tem gente que está lá para defender o capital. E também tem

uma coisa: vivenciei determinadas experiências que me obrigaram a me preparar melhor. Não apenas porque sou um sobrevivente, e todos os sobreviventes têm de derrubar um gigante por dia para continuar caminhando, mas sempre vivenciei experiências no parlamento muito isolada. Fui a primeira experiência do PT no Executivo. A primeira experiência do PT no Legislativo estadual. Fui a primeira deputada era sozinha lá numa Assembléia Legislativa com muita gente do mal, vinculada ao crime organizado, que me empurra, que partia para cima de mim para bater, e eu tinha de dizer que ia bater também, no mínimo ia apanhar, que sou uma condenada, mas resistindo. Então eu tinha de saber tudo, saber o regimento de trás pra frente, e os funcionários tanto da Assembléia Legislativa de Alagoas como do Senado, sempre me ajudaram muito. Então, isso também auxilia mesmo agora, que estou líder de mim mesma.

Marina Amaral - O Genolino disse aqui num debate que a atitude do governo do PT não era o PT no poder, era esse PT que se aliou, porque não havia correlação de forças para fazer uma mudança forte...

Mas aí ele não está falando de PT, está falando de governo.

Marina Amaral - Sim, o que aconteceu, você acha que o PT se comprometeu quando chegou ao governo?

Fora essas questões de corrupção, o que teve foi uma mudança de lado. Mas não tenho todas as explicações, flor, porque tem pessoas que não consigo nem imaginar como é que mudaram até o seu comportamento individual. Será que eu era tão apaixonada que ceguei e não fui capaz de ver? Será que é porque elas já eram assim mesmo e eu é que nelas projetava um padrão de fidelidade e ética que elas nunca se comprometeram com tal? Não tenho todas as respostas, então é sempre uma danção para mim quando me perguntam isso, porque a única coisa que posso responder é que mudou de lado, fez outras opções. Se foi por fraqueza política, por achar que não tinha condições objetivas de fazer o grande enfrentamento, quais as motivações, não consigo, não tenho todas as respostas. Ninguém está a exigir o isolacionismo. O que temos a obrigação de condenar é a traição política, a traição programática. Aí não tem justificativa. Aprofundar o modelo neoliberal do governo Fernando Henrique não é compatibilizar convicção ideológica de um partido com administração pública. Não, não tem nada a ver uma coisa com outra. Aprofundar o modelo neoliberal simplesmente porque é um governo de coalizão? Então tinha de ter explicado isso antes ao povo brasileiro, e não foi explicado, não adianta dizer que porque leu a carta aos banqueiros o povo brasileiro entendeu, não é verdade.

João de Barros - O senador Capiberibe disse aqui na entrevista para a *Caros Amigos* que é um problema de reforma política a maioria do povo ter votado no presidente Lula, e o Congresso não refletir essa maioria.

Mas nenhum de nós de cargos majoritários foi votado porque estava em determinado partido. Não tenho dúvida disso, porque, se for comparar o número de votos que tive no meu Estado com o número de filiados do PT, não dá nem 0,1 por cento de filiados. Então, isso não autoriza a negar uma forma de governar que inspirou o povo brasileiro, porque ninguém pode dizer que a inspiração do povo brasileiro foi votar no Lula por causa das belas peças publicitárias da Duda Mendonça. Não foi, não foi e não foi. Foi porque o povo brasileiro queria mudança.

Rafic Farah - Votou até no Collor porque queria mudança... Claro. No primeiro turno, a grande maioria votou nos que se diziam da oposição, que podiam nem ser da nossa concepção ideológica. Então, o fato de você ser votado por uma ampla maioria de população que não se identifica com a

convicção ideológica do partido que você está representando não o autoriza a negar enquanto conduta política determinados princípios que o levaram a se eleger. Por exemplo, quem vota em fulano ou beltrano sabe que você tem um compromisso com a honestidade, que tem coragem para enfrentar o poderoso, ou que o outro lá rouba mas faz. Então, algo inspirou as pessoas a votar em você, e o pior é que o que inspirou foi para a mudança. As mudanças que ele tinha obrigação de fazer não dependiam do Congresso Nacional. Acordo com o FMI não precisa do Congresso, ele não vota, nem o Senado, ele analisa. Os termos do acordo não têm autorização. Aliás, nós é que sempre brigamos para que passasse pelo Congresso Nacional, porque não passa. E lei só para um lado, para o outro efetivamente não vale. Então, para promover as mudanças, os passos fundamentais que deveriam ter sido dados não precisavam do Congresso Nacional. Primeiro, porque o Congresso Nacional, aí fico com tanta tristeza, estava acuado pela deslumbrante vitória de Lula, *acuadinho, um monte de gente lá que vive morrendo de medo de ficar na oposição, que só vive parasitando a máquina de governo, no carguinho, na liberação da emendinha lá. Esse é que é o problema, maioria para que, a serviço de quem? E esse é o pior, porque foi construir a maioria enaltecendo, reabilitando moralmente delinquentes da política brasileira. Tudo ao contrário, isso é o grave, é gravíssimo, construir uma maioria para continuar viabilizando o servilismo ao capital financeiro internacional. Tem de ter governabilidade... Tem! Para fazer o que, cara pálida? Por que a gente não articulou o povo brasileiro, por que não estava lá todos os dias na mídia conversando com o povo brasileiro? Não conversamos com o povo para nos eleger? Por que a gente não pôde conversar no momento de glória no mundo todo? Por que não pôde conversar com o povo brasileiro que botou um operário lá? Não precisa conversar só no pau, não, pode conversar com amor também. Por que não conversou com o povo brasileiro para garantir as mudanças estruturais profundas que eram necessárias? Pelo contrário, pactuou com a elite canalha para fazer o projeto da elite canalha. Isso é de chorar! Nem o que esses cínicos enamorados da Terceira Via defendem do Estado mínimo os pestes estão fazendo, saúde, educação, segurança pública, moradia popular, saneamento básico. Falar nisso virou revolução. Isso é uma elite carcomida e desgraçada mesmo, porque falar em reforma agrária é revolução, falar em democracia dos meios de comunicação é revolução, falar em saúde... os cabras estão lá jogando 60 por cento do orçamento público para encher a pança dos banqueiros internacionais, esvaziando o prato, a dignidade, o emprego do povo brasileiro, e falar nisso virou uma coisa revolucionária.*

Marina Amaral - Mas, já no governo de transição, o Lula não havia se comprometido a seguir o acordo do FMI? Não consigo entender o momento em que você percebeu que... Eu já tinha percebido antes, porque já estava falando no Senado antes. Aliás, dizem até que a expulsão era pelo acúmulo da história, porque eu tinha brigado. Voto contra mesmo, porque não sou doida, votei contra o Fernando Henrique propondo, porque era uma equipe de transição que estava acordada com o governo. Alguém então vai dizer: "Oh, mas o dólar, a bolsa, o dinheiro que vai-se embora...". Aí, meu bem, é um tipo de modelo, se você quer ter delírio persecutório para achar que os empresários vão-se

embora, vão-se embora, agora, as máquinas ficam. Quero ver como eles vão botar nos navios tudinho. Uma ova que bota, bota nada! Vão-se embora, deixem o Brasil aqui para quem quer contribuir com o Brasil.

Rafic Farah - E não existe um terror implantado pela mídia? Essa história de fuga de capitais, a bolsa vai cair... Tudo mentira! Mas que capital? Capital que não gera nada!

"Lógico que ando sempre com a minha poção de soro antiofídico no bolso da calça jeans. Nada contra as cobras, pelo contrário."

Se você observar o capital estrangeiro investido na produção hoje, não é nem 10 por cento do que era há dez anos. Esse povo do mercado, ô, gente nojental! Fazem pose, falam em racionalidade, mentirosos! Vivem tendo crise histórica, boateiros. É isso que eles fazem, o boato não sei de que: "Uh... crise na economia nacional". O boato do não sei que, "crise na economia nacional". Então, um país que estabelece sua política econômica ao sabor dos humores - só o nome já dá para saber que não tem nenhuma racionalidade - do mercado, "o mercado está nervoso", "o mercado está histórico", de Diasepan para o mercado e bote eles para correr... Puta merda! Não tem quem agüente isso, não, menino! Caju dólar, subiu dólar, ô, a mulher da tapioca não sabe nem o que é isso. "Caiu o dólar, foi, Heloisa? E o que é, hein?" A bolsa... Aí dá 16 reais de aumento no salário mínimo, e eles não querem que dê porque tira deles, aí não pode dar mais 15 reais. "Oh, mas 15 reais é uma migalha..." É para tu, desgraçado! Um real na mesa de uma mãe de família pobre é muita coisa. Eu sei o que é não ter dinheiro para comprar o pão. Quinze reais é uma migalha para você, vigarista, para uma mãe de família pobre é muito, porque você nunca passou por isso! João de Barros - Quem são os grandes gurus do governo? Acho que é um governo de ambivalência, o guru é o Fundo Monetário mesmo. Acho que uma personalidade, sei não. Só sei de uma coisa: Lula faz o que ele quer. Esse negócio de que fulano manda em fulano... Posso estar redondamente enganada no que estou dizendo aqui, mas hoje a minha certeza é de que ele faz o que quer. Estou dizendo isso porque o acompanhamos, é uma pessoa de personalidade forte, não é uma pessoa que vai ser ludibriada por um ou por outro, é uma pessoa qualificada tecnicamente, inclusive para tomar posições. Então não é uma pessoa para ser ludibriada, por isso que, para alguns, a presunção da inocência não cabe, porque não se articula com a fraqueza, pelo contrário.

Deborah Pivotto - Na sua opinião, não tem qualquer vantagem o governo Lula em relação ao Fernando Henrique. Pelo que você falou, estaria até pior porque no mandato do Fernando Henrique tinha uma oposição que era exigida pelos movimentos sociais. E as propostas sociais, como o Fome Zero, por exemplo?

O Fome Zero não era política compensatória para distribuir cupom, alimentação e cesta básica, embora eu defendia que, quando a pessoa está com fome, não pode esperar

3. chegar a democracia nem a revolução socialista. O Fome Zero não era isso, era um eixo estratégico de desenvolvimento, articulado com a reforma agrária, com a dinamização econômica nos assentamentos e na pequena e média propriedades agrícolas, banco de alimentos, estrutura de equilíbrio de preços, emprego.

Wagner Nabuco - Em 2003, por exemplo, saíram 5,4 bilhões de reais para o Pronaf (Programa Nacional de Fomento da Agricultura Familiar). É um crescimento muito grande frente a 2002. Salu ou não salu?

Para alguns, não, e para outros saiu, para quem não estava com dívida no banco.

Wagner Nabuco - Mas o dinheiro já está pelo menos chegando mais rápido ao agricultor familiar?

Depende. Nesse caso tem toda uma complexidade. Para o agricultor familiar conseguir um financiamento, tem de fazer um projeto e ser assistido por alguém para poder apresentá-lo. Lógico que há toda uma estrutura técnica de assistência dos Estados, de tal forma esfacelada, que isso cria uma dificuldade maior para fazê-lo. Mas alguma coisa tem de ter, até para atenuar as tensões.

Wagner Nabuco - Estou falando isso porque o montante de dinheiro destinado foi bastante maior do que no governo anterior.

Incomparavelmente menor do que para a política do agrashow.

Wagner Nabuco - Aí são 32 bilhões de reais.

Para a agricultura familiar pequena e média não teve redução da dívida.

Thiago Domenici - Eu queria que a senhora falasse um pouco do que está sendo, na sua visão, a reforma universitária, as propostas...

Eles não aprontaram ainda para mandar ao Senado. Fizem aquela estratégia primeiro de fiação: uma articulação com o setor privado, com os caçaniques do ensino superior... Porque tem um problema grande na estrutura empresarial do ensino superior, uma inadimplência de quase 30 por cento e uma ociosidade de mais de 52 por cento. Então, a alternativa é comprar vagas, ou seja, é o melhor dinheiro do mundo, duplamente, porque você compra com renúncia fiscal, em vez de abrir uma auditoria para ver se ele estava disponibilizando em seu orçamento 30 por cento em vagas. E eles não estavam fazendo isso, fora a "pilantropia". Porque tem "pilantropia" e "privataria".

Antonio Martinelli Jr. - Se eles conseguirem que passe essa reforma, essa parceria público-privada seria uma forma de privatização?

Com certeza. Porque de fato já tem um processo lento de privatização das universidades, especialmente na área de pesquisa. Eles vão sufocando o setor público, uma experiência que a gente vem vivenciando na história recente do país. O que eles fazem? Na área de educação, desmoralizam a escola pública, portanto criam possibilidade para o setor privado investir em educação. Aí todo mundo corre para a educação privada, há até quem faz um esforço gigantesco para botar o filho na escola privada. Na saúde esvaziaram de tal forma o setor, que jogaram todo mundo para o segu-

ro saúde, do mesmo jeito que fizeram na previdência. Desmoralizaram tanto a previdência pública, que conseguiram crescer em três meses de debate 82 por cento das seguradoras privadas. E as escolas de ensino superior privadas são financiadas com dinheiro público, a saúde privada é financiada com dinheiro público. O maior percentual do dinheiro público vai para a rede hospitalar. Quem toma conta da rede hospitalar? O setor privado.

Rafic Farah - Esse modelo de investimento em serviços sociais já não é modelo de sucesso no Primeiro Mundo, na Europa? Ou lá o setor público é público mesmo, é o Estado que investe? Quando Fernando Henrique Cardoso optou pelo modelo neoliberal, não é uma criança de que esse neoliberalismo seja a solução, o privado cuidando de si mesmo e da sociedade?

Mas não deu certo, se tivesse dado certo não tinha barbárie. Vamos supor que alguém fez por benevolência.

Rafic Farah - Quer dizer, você está dizendo que o Fernando Henrique acreditou?

Não deu certo, esse modelo não deu certo. O pior é que não consigo acreditar na boa-fé dessa gente. Porque o negócio já não estava dando certo lá na Europa. Se estivesse no auge lá e alguém quisesse implementar aqui achando que ia dar certo, podia ser benevolência, mas o modelo já estava significando desestruturação de parques produtivos, destruição de postos de trabalho, esvaziamento de políticas públicas e sociais para a grande maioria da população. Já estava dando errado lá, e começar a implantar aqui não tem justificativa.

José Arbex Jr. - Você sabe que aqui sou o cara que mais se preocupa com moda, não saio de casa se não for bem vestido.

Não parece muito, não.

José Arbex Jr. - Fico horas na frente do espelho.

Já vou responder o que queres perguntar. É justamente por isso, pra não ter que perder horas no espelho, que me visto assim.

José Arbex Jr. - Mas por que só branca?

Porque acho mais prático. É praticidade. E algumas pessoas dizem assim: "Ai, como é que pode, só usa calça jeans". E existe coisa mais prática do que calça jeans? Não posso nem usar saia.

Wagner Nabuco - Mas no dia lá do casamento você estava com uma roupa muito bonita...

Era um vestidinho. Tá vendo o que dá? Era um vestido feito por dona Glorinha, um vestidinho normal preto com um pedaço branco aqui. Fui assim pro Senado porque me disseram não iam entrar e tal da medida provisória...

senador Tião: "Vocês vão votar hoje?" "Vamos, estamos prontos pra votar." Ai, eu corri de lá pro casamento. Quando cheguei, viram que iam perder e ainda ironizaram comigo. Não, mas é praticidade mesmo. Todo mundo diz: "Ai, você só usa cabelo preso". Sempre usei cabelo solto. Depois que tive filho, fui pro prático. Tem que amamentar, pegar ônibus, lavar roupa, cuidar da casa.

Rafic Farah - Aparentemente, você e a Marina Silva têm alguma semelhança.

Temos muito carinho uma pela outra também.

Rafic Farah - Vejo vocês duas ali, embora eu ache que ela está atada ali.

É, mas prefiro não falar nada sobre o ministério dela.

José Arbex Jr. - Porque está um desastre.

Não quero fazer nenhuma consideração.

**"Esse modelo não deu certo.
O pior é que não consigo
acreditar na boa-fé
dessa gente."**

José Arbex Jr. - Eles vão aprovar agora a lei dos transgênicos, a Marina Silva só tinha uma saída para não perder a dignidade: renunciar ao ministério.

Ah, não fale isso comigo! Não, não, não estou aqui, não estou aqui!

Debora Pivotto - Você falou que o modelo neoliberal não deu certo. E o socialismo, na sua opinião, deu certo em algum lugar? Ou haveria um modelo diferente?

Claro que é outro modelo, e dizer isso não é nem novidade, porque o PT, quando nasceu, vinte anos atrás, já nasceu reivindicando outro modelo e não a experiência do Leste europeu. Agora, se você comparar as experiências, mesmo que elas não possam ser reivindicadas porque elas foram impróprias para as liberdades individuais, não conseguiram entender determinadas questões que são muito caras pra nós sobre gênero, sexualidade, cultura e outras coisas mais, mesmo assim, a concepção de Estado é completamente diferente. Se você olhar as ações de saúde, educação, assistência social dessas experiências, elas estão, com certeza, cem vezes mais avançadas e mais capazes de minimizar a situação de sofrimento da grande maioria da população do que essa experiência aí.

Marília Melhado - Puxando o gancho da Debora: como você vê Cuba hoje?

O Estado cubano, em relação a saúde, educação, assistência social, é extremamente interessante. Imaginamos o significado de uma ilhazinha perdida no meio do oceano enfrentando o gigante do planeta Terra chamado Estados Unidos. Mas acho que a gente tem de defender sempre a liberdade. Então não podemos aceitar, por exemplo, aquela história recente do fuzilamento. Sou contra a pena de que a gente colocou no nome do nosso partido socialismo e liberdade. Por mais que alguns achem que é até redundância, porque não pode haver socialismo sem liberdade, mas fizemos questão de colocar justamente para prestar um tributo a uma causa que é muito preciosa pra todos nós, que é a liberdade. Por isso que virou Sol.

Sérgio de Souza - Pra encerrar, qual seria o seu conselheiro maior?

Muitas pessoas me inspiraram a vida toda, como as chamadas personalidades da esquerda mundial, Rosa Luxemburgo, Trótski, Lênin, o belo humanismo revolucionário do Che Guevara, camarada Jesus, Graciliano. E o senador Lauro Campos, que era muito amigo, muito especial na minha vida. Convivo muito com as pessoas, pra mim é oxigênio conviver com as pessoas, digo as do chamado mundo real. Sempre tive as mais belas lições de generosidade, acho que as mais belas lições de honestidade tive na minha própria casa. Lembro de minha mãe costurando, e colando umas continhas azuis nos vestidos das madames. Eu ficava apaixonada por aquelas continhas azuis, sonhando em me apropriar das que sobravam, pra colocar nos vestidinhos das minhas bonecas de pano. E minha mãe era tão rigorosa, que colocava as contas que sobravam nos saquinhos para devolver à mulher que contratava o vestido. Então, sempre tive lições preciosas, tem uma que nunca esqueço, de um menino de rua. Eu vinha de uma dessas viagens do interior e encontrei uma briga de meninos de rua, descii pra apartar a briga e me meter na confusão, faça e não sei o que. Eu conhecia muitos deles, e me meti pra apartar a briga. Ai, depois, a gente levou um deles para o pronto-socorro e ficamos lá conversando. E um deles, supersujo, que conheço porque sei qual é a favela onde ele mora. Tão difícil pra essas crianças voltarem pra casa, né? Porque está lá o amante ou o pai alcoolizado, a lama, fica disputando o que comer no lixão com urubus, e ratos percorrendo a sua própria cama. E ele estava cheio de cola e muito sujo e disse: "Heloísa, tu mora perto do presidente da República?" Fiquei com vontade de falar mal do Fernando Henrique na hora, mas respondi: "Mais ou menos perto". Ai, ele disse: "Ah, mas você tem de falar com o presidente da República, pra ele mandar comida pros pobres da seca. Porque eu vi lá na loja da esquina" - ele apontou assim -, "porque eu vi ali na Casa Guido, que tem um menininho morto cheio de mosca na chupeta, Heloísa. E ele não tinha nada pra comer em casa. Então, você tem de falar com o presidente, que é pra mandar sopa e comida lá pro povo do sertão que está passando fome". Eu fiquei assim, digo, a pessoa que não tem nada, que não tem casa, não tem expectativa de vida, estava brigando no meio da rua, se esfaqueando uns aos outros pra ter cola, e ele nem estava pensando nele. Nada, não estava pedindo casa pra ele. Nem pedindo lona pra proteger o barraco da mãe dele. Estava pedindo porque uma cena o marcou profundamente, um menininho morto com a chupeta cheia de mosca. Então, assim, as pessoas sempre me ensinaram muito. E tive também muita sorte. Porque a Igreja com a qual convivi não era uma igreja reacionária, que privilegia os filhos da elite. Os padres da minha infância os reencontro com muita alegria pelo interior de Alagoas, porque estão lá espalhados. E as freiras holandesas da escola em que eu estudava em Alagoas sempre foram muito especiais. Então, sempre encontrei muita gente generosa, substituem na minha alma e no meu coração qualquer outra convivência que eu tenha tido de ter com o que existe de pior na espécie humana.

Surgente

Journal semanal do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

ANO X - NÚMERO 974 - 29/1 a 4/2/2004

É hoje a festa dos aposentados.

A noite promete ser do balacobaco. O tradicional baile anual dos aposentados, promovido pelo Sindipetro-RJ acontece hoje, no Clube Municipal, na Tijuca (Rua Haddock Lobo 389), das 18h às 22h. Quem vai animar a festa é o conjunto Pingos e Gotas. Pelos preparativos já

deu para sentir que o evento é imperdível. Até porque essa camaradagem já demonstrou que sabe festejar a vida.

Os aposentados são um orgulho para todos nós pelo que já fizeram pela dignidade da categoria e por continu-

arem organizados e participando ativamente das nossas lutas, como também contribuindo para o fortalecimento da entidade de classe. Portanto, hoje é dia dos companheiros da ativa e aposentados comemorar.

No ano passado, cerca de 500 pessoas participaram da festa dos aposentados

Reuniões com Petrobrás, Transpetro e Manguinhos discutem questões de interesse da categoria.

Leilão da ANP entrega nosso petróleo às multinacionais.

Eventos comemoram 45º aniversário da revolução cubana

“O novo partido vai combater o neoliberalismo e o governo que o aplica

STELA GÜEDES

Surgente – Que sentimento unifica as pessoas que participaram da reunião do dia 19?

Heloisa – Muitos. Especialmente, a honrosa coragem de não optar por se lambuzar no banquete luto do poder, a dolorosa convicção de que a cúpula palaciana transformou o PT em uma deplorável ferramenta da propaganda triunfalista do neoliberalismo, e a perseverança necessária dos que dedicam suas vidas à causa do socialismo, da democracia, da liberdade.

S – E que sentimentos excluem aqueles que ainda não estão nesse processo?

Heloisa – Respeito muitos valorosos militantes que fizeram outras escolhas porque honestamente acreditam na possibilidade de reversão do quadro de degeneração partidária, não respeito (e até náusea me dá!) os cinicos pragmáticos que repetem a “disputa de rumos” disso e daquilo outro para preservar o parasitismo político e o vergonhoso silêncio diante do vergonhoso balcão de negócios sujos estabelecido entre o Governo e os gigolôs do FMI.

S – Como você avalia essa primeira reunião do PT no governo?

Heloisa – É importante deixar claro que foi um pequena reunião de trabalho de alguns agrupamentos de esquerda que necessitam definir pontos comuns para a nova caminhada, como por exemplo a necessidade de ampla democracia interna e, portanto, a

negação à velha interpretação fraudulenta do marxismo denominada “centralismo democrático” que tantas marcas de truculência e arrogância nos deixou! A partir de agora é que começa a verdadeira travessia no deserto com uma agenda de debates pelo Brasil e tudo dando certo (e dará!) em junho faremos o 1º Encontro Nacional e iniciaremos a coleta de assinaturas.

S – Como vai ser esse novo partido?

Heloisa – A nossa intenção é ajudar na construção de uma alternativa partidária socialista e democrática que possa abrigar a esquerda que não é prisioneira dos malditos cárceres do poder. O novo partido vai combater o neoliberalismo e o governo que o aplica, defendendo as reivindicações e bandeiras históricas da classe trabalhadora; será democrático e plural, de massas e internacionalista, liberto de qualquer doutrinarismo, espírito de seita ou eleitoralismo, com mecanismos que garantam a participação ativa da militância, com pleno direito de tendência e profundo respeito às minorias e ao direito de opinião.

S – Quais foram os principais erros do PT no governo?

Heloisa – A abominável opção, determinada por uma deplorável quinada ideológica, pela continuidade da política econômica do FHC com um claríssimo aprofundamento do modelo neoliberal. A esquerda no Brasil e no mundo, há décadas, tenta disputar no

Na véspera de sua expulsão do PT, durante um ato em sua homenagem, no Buraco do Lume, aqui no Rio de Janeiro, a senadora Heloisa Helena, ainda aos prantos disse: “Existe vida fora do PT!” Pouco mais de um mês depois, lágrimas secas, espírito fortalecido, Heloisa é a principal referência da construção de um novo partido de esquerda. Na tarde do dia 19 de janeiro, ela e os deputados também expulsos Luciana Genro e Babá, além de alguns intelectuais e outras lideranças do movimento, estiveram na ABI, no Rio, para a reunião que lançou as bases desse novo partido (foto). A afirmação de Heloisa no Buraco do Lume não foi apenas um desabafo, ou melhor, foi, mas um desabafo carregado de força e que pretende apontar um outro caminho para os que discordam dos rumos do governo Lula. Em entrevista exclusiva ao “Surgente”, Heloisa fala sobre o novo partido de esquerda que está nascendo.

imaginário popular uma alternativa concreta à cínica e reacionária coexistência pacífica entre os gigolôs do FMI e demais Instituições de Financiamento Multilaterais, as potes oligarquias nacionais e o parasitismo do aparelho de Estado pela vendida elite política e econômica nacional. E o que faz o Governo Lula, respaldado pela cúpula palaciana do PT? Legítima toda a verborragia dos “memorandos técnicos”, das “cartas de ajuste”, do pensamento único do deus do mercado, dos superávits, das reforminhas a serviço do capital, das concessões éticas no balcão de negócios da “governabilidade”, dos transgênicos, das privatizações enrustidas no PPP etc e tal!

S – A história já nos provou que o engajamento político revolucionário não se baseia numa certeza científica. Tampouco há promessas de que o sonho de mudar o mundo, alimentado por tanto tempo, será um dia realidade. Construir um novo partido de esquerda no Brasil exige gigantescos esforços. O que a impulsiona hoje para tamanha luta?

Heloisa – Às vezes eu brinco dizendo que se eu sou capaz de acreditar em Deus, que sequer pode ser tocado ou localizado geograficamente, como poderia não confiar na capacidade de luta da classe trabalhadora? Mais cedo ou mais tarde nós promoveremos as mudanças estruturais profundas que o povo brasileiro merece, mesmo que alguns medíocres pensem que ao pisar nos

tapetes dos Palácios pisam em algum de solo sagrado e se tomam proprietários das mentes e corações alheios. Poderem nem ser parte fisicamente do novo tempo mas como dizia Trotsky, só participar de movimento, de nadar contra a corrente. Já nos dá a mais suprema satisfação me de um ser pensante!

S – Qual é sua relação hoje com a Democracia Socialista (corrente interna do PT Heloisa – A DS aprovou uma nota, no Gru, de Trabalho Nacional, deixando claro que não reconhece legitimidade na minha experiência e que eu continuo militante da DS. Entretanto existe divergências internas sobre participação na construção de um novo partido. Muitos identificam a necessidade da disputa de rumos no Governo e no PT e muitos outros dos nossos militantes que se desfiliam do PT em nossa solidariedade estão conosco na belíssima tarefa de ajudar na construção de um novo partido.

S – Em 2006, você é candidata por esse novo partido à Presidência da República?

Heloisa – O que acontecerá em 2006 não podemos prever! Eu sou apenas mais um entre muitas companheiras e companheiros que preferam ao coração partido à alma vendida e que por isso mesmo não se deixam seduzir por “gloriosas” carreiras políticas típicas de transformistas ideológicos que optam pela doce classificação de filhotes ilustres da burguesia nacional!

Pluralidade de correntes é consenso entre os organizadores do novo partido

A reunião do dia 19 de janeiro não foi muito divulgada. Poucos sabiam exatamente o local em que aconteceria. Mesmo assim, de acordo com o jornalista Milton Temer, ele mesmo precisou dizer não para quase 200 pessoas que queriam participar. A imprensa pode entrar para fotografar os momentos que antecederam o encontro mas teve de se retirar antes do início da reunião. Quando a porta da sala Belisário Pena, no 7º andar da ABI, foi fechada, permaneceram lá dentro, além dos deputados expulsos (Babá, Heloisa Helena e Luciana Genro), alguns intelectuais e representantes de grupos de esquerda. O PSTU não foi convidado e não vai participar do novo partido já que, de acordo com a senadora Heloisa Helena, a cláusula pétreia da nova organização é a pluralidade de correntes e a ausência de centralismo democrático. Além desses, há muitos outros consensos entre os organizadores do novo partido.

“É um partido fundamentalmente de esquerda, socialista e democrático. Um partido que não terá centralismo democrático, um partido de tendências e plural. Um

partido que vai respeitar tudo aquilo que durante muitos anos aprendemos a respeitar e praticar dentro do PT e que foi atropelado quando o PT foi para o governo. A referência externa é a senadora Heloisa Helena, por tudo que representou e representa de luta. Estão também os mandatos parlamentares, os segmentos não só do PT, mas de todo movimento social já desligados da perspectiva de que é possível consertar por dentro o governo Lula. Esses movimentos terão uma representação para discutir um documento referencial e um cronograma de ação. Se houver consenso sobre isso teremos um novo partido em 2006. Se dar certo, teremos até candidato à presidente”. (Milton Temer)

“Queremos tirar um calendário de debates nos estados para iniciar o processo de legalização do partido, que é bastante complexo e vai demandar uma militância

muito aguerrida para coletar as quase 500 mil assinaturas de apoio necessárias. O PT nunca teve de fato, instâncias que possibilitassem que a militância decidisse os rumos do partido e controlasse a sua direção. Nossa prerrogativa básica é que a militância comande o partido. Ainda é cedo para falar em nossa candidatura à presidência em 2006. Não queremos um partido que repita a lógica eleitoral de sempre estar vendo na eleição presidencial a redenção dos problemas do país. A mobilização dos trabalhadores deve ser o principal instrumento do partido para mudar a realidade social do país. Evidentemente não apoiaremos o Lula. Faremos um amplo debate e apresentaremos uma alternativa”. (Luciana Genro)

“Esperamos que seja um partido classista, anticapitalista, que lute pelo socialismo e que tenha em seu programa a discussão da moralidade, da reforma agrária

sob o controle dos trabalhadores, o rompimento com o FMI. Bandeiras que foram abandonadas pelo PT. Será um partido para a luta, um partido que represente os trabalhadores nos enfrentamentos contra a política neoliberal do governo Lula e contra a burguesia aliada do governo Lula. Esse partido deve ter o maior espaço democrático para participação da base. Essa é a garantia para não cometermos os mesmos erros do PT. Nosso objetivo não é apenas participar dos processos eleitorais, mas esta é uma necessidade e, em 2006, esperamos estar totalmente legalizados para participar também das disputas eleitorais”. (Babá)

“Acho que essa reunião é muito importante porque ela marca o surgimento de um movimento que pretende resgatar as melhores tradições

da história da esquerda brasileira e, em particular do PT. Não se trata de formar um partido imediatamente, mas de criar as condições para que esse novo partido possa emergir. O PT abandonou sua linha programática tradicional. O PT abandonou o socialismo e burocratizou-se muito nas suas formas de organização. Um partido de esquerda deve se manter ligado às massas, aos movimentos sociais. Esse novo partido, caso venha a se formar, deverá se orientar nessa direção. Se isso se concretizar creio disputaremos não as eleições municipais, mas a eleição presidencial certamente”. (Carlos Nelson Coutinho).

LEIA  ESCRITA

Surgente

Jornal semanal do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

ANO X – NÚMERO 940 – 27/02 a 12/03/2003

8 de março

Mulher

Dia Internacional

No dia 8 de fevereiro, mais de 700 mulheres posaram nuas para protestar contra o provável envolvimento da Austrália no caso de uma guerra no Iraque. Deitadas nuas na grama em uma colina da cidade praiana de Byron Bay, elas formaram um coração em torno das palavras "No War" (não à guerra, em inglês), para uma foto aérea.

Na véspera, em Nova York, 30 mulheres fizeram uma manifestação semelhante, na neve. Nuas, elas se juntaram e formaram a frase "não a Bush", durante 30 segundos. Depois, correram para se vestir antes de serem reprimidas pela

policia. No dia 15 de fevereiro, mais de 100 mil mulheres participaram de uma manifestação no Iraque contra a guerra (foto). As mulheres, que sempre lutaram por um mundo melhor, estão dando exemplo nesta luta contra a guerra. No dia 8 de março, mais uma vez será comemorado o Dia Internacional da Mulher. A CUT promove uma manifestação às 15h, em frente ao Meridien, no Leme. O tema definido para a manifestação deste ano é: "As mulheres e as relações de poder". Participe!

"Somos um caldeirão em ebulição permanente de temura e fúria"

Heloísa Helêna já foi taxada pela mídia de "radical-livre", termo que embora reconheça pejorativo, não recusa. "Radical e livre são duas palavras lindas", diz. Podíamos acrescentar também outra palavra bonita para falar sobre a senadora pelo PT de Alagoas: doce. Heloísa fala com fibra, com energia, com força, mas é uma das vozes mais doces que já ouvi. É com imenso orgulho que homenageamos essa doce combatente companheira no Dia Internacional da Mulher com a entrevista que segue.

Stela Guedes

Surgente - É difícil para uma mulher atuar no Congresso e no Senado?

Heloísa - Infelizmente, as normas estabelecidas da sociedade impõem uma hierarquia perversa entre homens e mulheres, ricos e pobres, brancos e negros, o que torna o cotidiano da mulher sempre muito difícil. Conviver no cotidiano doméstico sob essa hierarquia e, ao mesmo tempo, disputar caminhos no mundo é muito difícil. Muitas vezes o comportamento machista existe tanto na direita como na esquerda. Mas acho que aquilo que a sociedade construiu de perverso contra nós nos fez mais fortes. Somos um caldeirão em ebulição permanente de temura e fúria.

Surgente - Você pode citar algum exemplo da sua vida de parlamentar em que você tenha sido discriminada por ser mulher?

Heloísa - Os comentários que circularam naquele episódio do ACM, da votação do painel, foram extremamente machistas. Diziam pelos corredores que eu tinha um caso com o Luís Estevão. Esse era o argumento que usavam para justificar aquele "suposto" voto infame que eu tinha dado. Tenho certeza que se a acusação fosse feita para um homem, tipo, o senador "A" votou de forma tal no senador "B" porque tem um caso com ele, ia ter muito mais quebraço. Como o comportamento esperado das mulheres é que elas fiquem caladinhas para não enfrentar os poderosos, ligo de gnitar e chamar o ACM de canalha. Infelizmente, o conduto auditivo do ACM só funciona no grito. Ai gritamos e eles nos chamam de histéricas e mal educadas. Na casa miserável onde nasci fui muito bem educada mas, graças a Deus, não fui domesticada para servir aos grandes e aos poderosos. Homens como ACM têm os neurônios conectados à genitália e acham sempre que mulher funciona do mesmo jeito.

Surgente - No PT, é difícil ser mulher?

Heloísa - Existem comportamentos machistas que extrapolam as barreiras ideológicas. Muitos homens que fazem discursos de esquerda têm comportamento típico de qualquer outro machista. Não conseguirei dar nenhum exemplo como o que citei anteriormente. No PT, como sempre preferi o debate franco, venha de onde vier a ofensa, ela é respondida à altura. Sei que respondo com força e intensidade, mas às vezes precisamos fazer isso para mostrar aos companheiros homens que não aceitaremos que as normas desiguais estabelecidas na sociedade contaminem a vida partidária, embora eu não tenha dúvida de que elas contaminam.

Surgente - Por que você foi contra as alianças que o PT fez com setores conservadores e com antigos inimigos políticos?

Heloísa - Primeiro dizer que foi algo extremamente doloroso para mim, não apenas ter de renunciar a candidatura do governo de Alagoas, como ter de enfrentar uma turbulência tão grande como foi todo processo. Em Alagoas, particularmente, não era simplesmente

te definir por uma junção de legendas, era ter de dividir minha história de vida com meus algozes, com aqueles que me marcaram na alma e, covardemente, meu corpo. Nesse tempo, eu repelia diariamente que era melhor ter um coração partido do que uma alma vendida. Foi assim que me confrontei diante da verdadeira avalanche de críticas incoerentes de personalidades partidárias. Estas, por terem

"A nossa obrigação é fazer a disputa permanente dos rumos do governo"

se submetido de forma cômoda e fácil às alianças meramente eleitoreiras, queriam impor a todos um padrão de alianças distante de tudo aquilo que nós tentamos buscar. Muitas críticas que fazemos agora nasceram naquele momento em que a própria formação da chapa já mostrava claramente a conciliação capital e trabalho.

Surgente - O fato é que o governo Lula representa essas alianças. No que isso afeta aos trabalhadores?

Heloísa - Nosso esforço gigantesco tem sido para disputar os rumos econômicos do governo. Não é justo que o maior partido de esquerda da América Latina, mesmo que já não possa ser caracterizado como tão de esquerda assim, tenha todo sangue, suor e toda luta que foram empenhados na sua construção jogados fora. As críticas que temos feito não são para promover um duelo entre os radicais livres e radicais prisioneiros da ortodoxia econômica de subordinação aos mercados. Queremos viabilizar uma alternativa macroeconômica que não reproduza a atitude dos que se subordinam de forma covarde ao parasitismo do FMI, das instituições financeiras internacionais, do Banco Mundial. Ou nós estamos com amnésia? Não vamos aceitar que da condição de obstáculo para viabilizar o acordo com o FMI, nós nos transformemos vergonhosamente em instrumentos para complementar esse o acordo.

Surgente - Você é uma "radical livre"?

Heloísa - Não me sinto nem um pouco envergonhada quando me caracterizo junto com outros companheiros de radical livre. Até porque, radicalidade e liberdade são palavras belíssimas. Qualquer coração socialista e qualquer alma generosa deveria se sentir feliz de ser chamado, mesmo que pejorativamente, por duas palavras assim. A nossa obrigação é fazer a disputa permanente dos rumos do governo.

Surgente - Quais são suas principais divergências com o PT e com o governo Lula?

Heloísa - Divergimos da blindagem institucional que claramente impossibilita as mudanças estruturais profundas. Blindagem que vai desde a autonomia do Banco Central ao apoio à ALCA.

Surgente - A autonomia do Banco Central é uma questão para ser decidida em plebiscito popular como você propôs?

Heloísa - Eu não aceito a cantilena elitista de que o povo não pode discutir temas dessa complexidade porque não entende. Há pouco meses atrás estávamos com os movimentos sociais participando do plebiscito sobre a Alca e o pagamento da dívida externa. Suponho eu que não estávamos procedendo como vigaristas eleitoreiros onde, para ganhar voto de determinados setores da sociedade, fazíamos o discurso que convinha. O Banco Central tem sido a instituição mais importante na condução da política econômica. À frente do BC hoje temos um banqueiro vinculado diretamente à especulação internacional, que serviu ao Bank Boston, o segundo maior credor do Brasil. O povo tem condições de dizer se quer que esse banqueiro decida sozinho que rumos traçar para nossa economia.

"Aquilo que a sociedade construiu de perverso contra nós, ao mesmo tempo nos fez mais fortes"

Surgente - A senhora e os chamados "radicais livres" estão sozinhos nessas críticas?

Heloísa - Digo que ainda que estivéssemos sós não nos sentiríamos mal porque não estaríamos mal acompanhados. Mas não estamos sós. Existem nossas respectivas tendências e forças internas, além de um número cada vez maior de parlamentares, mesmo os chamados moderados do PT que estão descontentes com os rumos do governo. Não somos kamikazes. Trata-se de uma disputa política que temos de fazer para defender ao menos as diretrizes programáticas que foram aprovadas na resolução mais importante do PT que é a resolução de seu encontro nacional. O PT não tem autonomia para rasgar nossas resoluções partidárias e colidir frontalmente com nossa história.

Surgente - Por que você não compareceu a votação para a Mesa do Senado?

Heloísa - Por conta da dificuldade que eu tinha para votar em um representante da oligarquia, especialmente a nordestina. Eu não aprendi pelos livros como a oligarquia nordestina funciona, aprendi em minha própria vida. Além de minha crítica ao acordo político que culminou com a eleição de Sarney, eu não poderia votar nele porque teria de esquecer minha própria história de vida.

Surgente - E se, de fato, você for punida?

Heloísa - Não estou preocupada com isso. Acho que não será ruim para meu curriculum ser advertida porque não votei no Sarney.

Surgente - Como você avalia a forma que a direção do PT vem tratando as divergências internas do partido?

Heloísa - Nos últimos dias, tenho até visto uma modificação na conduta de algumas personalidades da corrente majoritária do PT. Espécio sobre a motivação do recuo delas. Será que é uma modificação da prática de "tratorar" a divergência? Só espero que a tradição de debate do PT, ainda que esta já tenha sido ferida e lesada, permaneça. Mas não espero sentada.

Surgente - As divergências Internas podem ajudar aos partidos de esquerda?

Heloísa - Claro. Até porque nascemos fazendo a crítica à experiência do leste europeu Estado-Partido. Nos alimentamos fazendo igualmente a crítica de governos que sugam estruturas partidárias e não podemos agora viabilizar um tipo de experiência em que o partido passa a ser um anexo para legitimar as posições do governo.

Surgente - Você é favorável ao centralismo democrático?

Heloísa - Ao centralismo democrático sim. Ao centralismo burocrático é serviço de políticas de um governo não. Ai, se for necessário, arranco as cercas do PT como já arranquei dos latifúndios de Alagoas.

Surgente - Porque você diz que sua vida sempre foi uma luta de Davi contra Goliath?

Heloísa - Por conta da situação de dor, humilhação e sofrimento que passei desde a infância. Como passamos e continuamos passando milhares de famílias pobres espanhadas por esse país. Nada disso porém, me causa rancor ou lamentação. Pelo contrário, isso possibilita que cada vez que vejo uma criança tragada pelo narcotráfico ou uma menina vendendo seu corpo ou famílias disputando no lixo o que comer entre cães e ratos, lembro do que passei para que, lembrando da minha dor, poder lutar para que outras pessoas não precisem passar por tanto sofrimento. Tive de demorar um gigante por dia para chegar onde cheguei. Além de leninista-trotskista, sou cristã e renasço todo dia em um Davi para enfrentar tantos Goliath.

Surgente - O que você pode dizer às mulheres neste dia 8 de março?

Heloísa - Me sinto orgulhosa das mulheres brasileiras. Não basta ter apenas estrutura fisiológica feminina porque às vezes, vemos mulheres repetindo o mesmo padrão machista que temos de combater. Sei que a gigantesca maioria das mulheres brasileiras tem se esforçado para não abrir mão da bela e complexa subjetividade feminina e, ainda assim, desbravar caminhos no mundo. Meninas que nasceram como eu nasci, parecem estar carimbadas e destinadas para o quinhão de empregada ou para a prostituição. Temos de lutar para mudar esses destinos e para que as meninas de hoje possam conviver com um mundo mais compatível com o universo feminino, portanto de solidariedade e fraternidade. Tenho certeza que no mundo inteiro, milhares de mulheres estão lutando por isso. Feliz 8 de março para todas nós!

O que será da estrela do PT?

Com fama de boa de briga desde os tempos de grêmio estudantil, ela se mantém firme nas suas idéias e não admite fazer concessões que possam macular a sua trajetória. Nascida na pequena cidade alagoana de Pão de Açúcar, no sertão, às margens do São Francisco, Heloisa Helena — filha de trabalhadores rurais cuja mãe ficou órfã aos 14 anos mas que, apesar da pouca idade, educou e sustentou 11 irmãos no cabo da enxada — aprendeu cedo que, para vencer na vida, é preciso determinação. Ela viveu uma infância em que o cotidiano era a miséria e a fome, mas, ainda assim, sonhava em transformar o seu destino de menina pobre, igual ao de outras tantas jovens como ela, que acabam em um quarto de empregada ou na prostituição. Para isso, usou como arma os ensinamentos da mãe, que sempre lhe advertira sobre a necessidade de ser honesta acima de qualquer coisa e de não abrir mão dos seus ideais. Para a sua formação política, contribuiu muito, também, o período de

escolarização com freiras holandesas e padres alagoanos, que lhe ensinaram, através do Evangelho, a luta dos oprimidos pela libertação e o desprezo pelos donos do poder. Foi nessa época que ela tomou gosto pela leitura e teve o primeiro contato com os clássicos da literatura, entre os quais, os livros do escritor comunista Graciliano Ramos, que lhe ensinou os primeiros passos do socialismo e a importância do coração generoso e da alma libertária. A partir daí, nascia a guerreira Heloisa Helena. Depois de algumas experiências políticas, entrou para o Partido dos Trabalhadores, disposta a levar a defesa do socialismo às últimas consequências. Mas, por ironia do destino, foi justamente essa sede de justiça que a levou a ser expulsa do PT, quando bateu de frente com as diretrizes do governo ao defender, entre outras coisas, os aposentados, na reforma da Previdência. No dia 31, pouco antes da passagem de ano, a senadora concedeu essa entrevista exclusiva ao PÚBLICO.

Lúcio Brígido *

PÚBLICO. *Como foi a sua eleição para o Senado?*

Heloisa Helena. Na militância política, sempre preferi a máxima “É melhor o coração partido do que a alma vendida” ou, ainda, a do velho sermão do padre Antônio Vieira: “O que se não pode calar com a boa consciência, ainda que seja com repugnância, é força que se diga!” Foi assim que fui eleita, e sou profundamente grata ao povo de Alagoas, que, ao me ele-

ger senadora, destruiu, no Estado, a fórmula decadente e cínica segundo a qual, para se chegar ao Senado, era preciso nascer em berço de ouro, ou frequentar a cozinha dos pistoleiros, ou ser aceito na varanda dos usineiros!

P. *Tem gente que, depois de eleita, esquece as promessas de campanha, mas a sra. permanece fiel ao eleitor. Como é isso?*

HH. Na minha modalidade preferencial de nado, qual seja: nadar contra a correnteza do moralismo farisaico e da sedução às orgias do poder, sofri humilhações inimagináveis. Às vezes, gostaria de esquecê-las, para não reviver a dor que marcou profundamente o meu corpo e que deixou cicatrizes permanen-

tes na alma, mas prefiro lembrá-las todos os dias para não me permitir esquecer dos milhões de outras pessoas que ainda são vítimas de uma maldita e cruel hierarquia que divide ricos e pobres; brancos, negros e índios; homens e mulheres.

Quando, nas campanhas eleitorais ou em quaisquer disputas políticas, me classificam de “negrinha”, “gentinha”, “essa moça”, ou tentam, de alguma forma, atingir a minha dignidade como mulher ou militante, eu apenas lembro o que já passei na minha vida e renasço junto com o sol da manhã seguinte.

P. *O que está acontecendo, de fato, com o PT e o governo Lula?*

HH. A cúpula palaciana do PT, comandada diretamente pelo presidente Lula, transformou o governo em deplorável instrumento da propaganda triunfalista do neoliberalismo. A esquerda socialista e democrática no Brasil e no mundo, há décadas, tenta disputar, no imaginário popular, uma alternativa concreta à maldita e reacionária coexistência pacífica entre

os gigolôs do FMI e demais instituições financeiras multilaterais, as podres oligarquias nacionais e o parasitismo do aparelho de Estado pela cínica elite econômica nacional. E o que faz o governo de Lula? Legítima toda a velha verbosidade do pensamento único do deus do mercado, dos superávits e das concessões éticas no balcão de negócios do Congresso Nacional, em nome da “governabilidade”, das “reformas” etc. etc. Enfim, ele se transformou no filho domesticado e querido do pensamento liberal.

P. *Acredita em mudança de rumo na atual política?*

HH. Como cristã (além de trotskista), eu sou daquelas que acreditam em milagres. Então,

SINDICALISMO/ BALANÇO

Sintrasef brilhou em 2003

O que aconteceu de mais importante no Sintrasef no recém-fimido 2003? Para uns, talvez tenha sido a greve contra a reforma da Previdência, quando o Sindicato, em vista da postura acanhada da Central Única dos Trabalhadores, tomou a frente do movimento e escreveu uma das suas mais belas páginas, culminando com marchas a Brasília que reuniram mais de 140 mil trabalhadores; para outros, pode ter sido a reestruturação que, finalmente, aconteceu no Sindicato (necessária, por sinal); aliás, a reabertura do Sindicato, junto com o lançamento do livro *O Sintrasef, o salário mínimo e o mínimo do Dieese* pode ser, para muitos, um grande momento, até por ser a primeira obra verdadeiramente construída pelo Sintrasef e reconhecida como contribuição importante à discussão do salário mínimo no país, segundo o senador Paulo Paim. Quiçá tenha sido a implantação pioneira e inédita do salário mínimo do Dieese para os seus funcionários ou, ainda, a relação mais que urgente do Sindicato com a sua base. Mas talvez o grande momento tenha mesmo ocorrido em dezembro, com a realização do VIII Congresso do Sintrasef.

Ufa! temos é coisa que contar e mostrar. Mas a grande estrela de 2003, decerto, foi o próprio Sintrasef, por cujo corredor renovado passaram trabalhadores, sindicalistas e políticos. Em 2003, mais do que nunca, a casa do trabalhador brasileiro foi o Sindicato, que abraçou o *Forum Fluminense em Defesa da Previdência Pública*, com mais de quarenta entidades; o Movimento pelo Passe L, cujos estudantes denunciaram a covardia dos nos de empresas de ônibus e de parlamentares apoiou os doentes de câncer e de Aids; esteve

lado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na luta pela reforma agrária no país; foi o ceiro de todas as horas dos parlamentares que estiveram ao lado dos servidores na luta contra a reforma da Previdência e promoveu e liderou os momentos reivindicatórios do pessoal do PCC, CCOS da Cultura e da Fazenda, sem esquecer, é claro, as demais categorias da sua base (mas, como to sabem, hoje, a urgência do pessoal do PCC é que escandalosa); recebeu políticos, que fizeram novo auditório um dos espaços de discussão política mais importantes no Estado do Rio de Janeiro que reconheceram o papel fundamental do Sintrasef no cenário político brasileiro. Listamos a seguir, então, de modo a explicar mais detalhadamente, pouco de 2003.

Sintrasef realiza o seu VIII Congresso: unidade na luta

O VIII Congresso do Sintrasef, realizado entre o dia 27 e 30 de novembro, é, talvez, a feição mais representativa deste Sindicato na atualidade. Se, na abertura as homenagens das entidades sindicais, partidos políticos e movimentos sociais se traduziram em momentos de grande emoção e de reconhecimento sua importância no cenário da luta dos trabalhadores e da população, o resultado final, que coroou a unidade da militância, mostrou o ganho em consciência coletiva, maturidade, objetividade e capacidade de luta. A consagração do esforço no Congresso se deu pela presença do MST, parceiro fundamental e referência da luta popular do Brasil, que homenageou Sintrasef e por ele foi homenageado.

PÚBLICO

JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Nº 88 - JANEIRO/2004

...E O QUE
EU FAÇO
AGORA
COM ESSE
VAZIO NO
PEITO?

páginas 7, 8 e 9

tudo é possível, e eu torço para que mude, até para não desmoronar nas mentes e nos corações de muitos dos brasileiros a esperança na eleição de Lula. No entanto, lutar e intervir pela mudança não se coaduna com votar com o governo as 'reforminhas' impostas pelo FMI, que transferem renda para o capital, ampliam o espaço de acumulação de riqueza para o setor privado, impõem ao aparelho de Estado a perda de poder no processo de alocação de recursos públicos e outras monstruosidades tais como a Lei de Falência, os transgênicos, a privatização dos bancos estaduais federalizados e a autonomia do Banco Central, apenas para citar alguns exemplos.

Tenho muito respeito por aqueles que, de boa fé, acreditam na mudança de rumos do governo, mas nenhum pelos oportunistas prisioneiros dos cárceres do poder, que vendem as próprias almas e convicções em nome do papo furado do "governo em disputa"!

P. Fale um pouco sobre a sua expulsão.

HH. Já chorei o que tinha que chorar... Di-

zem que as lágrimas deixam cicatrizes na alma, mas eu sei que só tem cicatriz na alma quem não se acovardou, quem esteve no campo de batalha.

Reconheço que fiquei profundamente machucada com a expulsão, até porque dediquei os melhores anos da minha vida enfrentando, inclusive, o crime organizado, para ajudar a construir o Partido. Mas, agora, é Ano Novo, vida nova e, de preferência, partido novo, também. Sabemos que um novo partido, que possibilite a articulação da esquerda socialista, democrática e libertária, não nasce por decreto ou pela mera vontade verbalizada de alguns de nós, mas eu quero dar toda a minha capacidade de luta e trabalho para essa construção, ainda neste ano, claro.

P. Mas o fato de haver sido expulsa não a incomoda?

HH. Ser expulsa por criticar Henrique Meirelles, por não votar em José Sarney e por defender os trabalhadores do setor público me deixa de consciência tranqüila e de alma feliz; até porque, posicionei-me, nesses episódios, da mesma maneira como o havia feito quando era líder do PT no Senado e da oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso. Se a cúpula palaciana, junto com os seus filhotes assumidos ou enrustidos, mudou de lado, ela é que tem que se envergonhar por haver deixado a sua digital nessa história de intolerância, truculência e arrogância. Eles, os encantados com o poder, romperam com os compromissos históricos assumidos pelo PT, que eu ajudei a construir.

Portanto, chego à dolorosa mas saudável conclusão de que o PT que me expulsou é outro, e deste eu não quero lembranças, quero distância, até porque traição e ingratidão tiram a afeição. Sinto-me, hoje, na obrigação de estar de mãos dadas com todos aqueles que preferem

atravessar no deserto, para construir um novo partido, do que se lambuzar na mesa farta do poder.

P. A sra. tem lembranças muito boas da infância, apesar da pobreza. Qual é a que mais lhe marcou?

HH. Lembro da minha mãe atravessando noites sem dormir, costurando e bordando belíssimas continhas azuis nos vestidos das madames de Maceió. Quando sobravam algumas continhas, eu as olhava com olhos pedintes, sonhando com elas a embelezar o vestido da única boneca. E a minha mãe me repreendia, dizendo que as sobras deviam voltar à sua dona. Na geografia dessas casas, a fronteira intransponível era a porta da cozinha, de onde

eu contemplava uma estante repleta de livros com a mais dolorosa convicção de que jamais poderia tocá-los.

P. Foi dura a infância, não foi?

HH. Sobrevivi do mesmo modo como sobrevivem milhões de pobres: enfrentando gigantes adversidades que, às vezes, ameaçam esgotar a nossa capacidade de reação, em um cotidiano perverso de fome, miséria e sofrimento. Mas, mesmo que a mim não fosse dada a possibilidade de sonhar com um futuro, aprendi a repetir o velho salmo: "Bendito seja o meu Senhor, o meu Deus e o meu rochedo, que adentra as minhas mãos para o combate..."

P. Ainda tem esperança de que as coisas mudem?

HH. Foi em Palmeira dos Índios (cidade em que passei a maior parte da minha infância e adolescência), pelas mãos dos padres alagoanos e das freiras holandesas, que aprendi que o Evangelho conta a história de luta e libertação dos oprimidos e despreza a subserviência aos

grandes e poderosos. E foi, também, nessa cidade, graças à leitura de um velho comunista (Graciliano Ramos), que aprendi a perseverança sob o sol escaldante e a importância do coração generoso e da alma libertária. Antes mesmo de conhecer os clássicos da literatura de esquerda, vivi a dor e o sofrimento que os motivou a pensar um mundo — como diz Pedro Maria Casaldáliga — "livre de todas as cercas que nos impedem de viver e de amar".

É, também, por tudo isso, que, embora, muitas vezes, nas tempestades da política, eu fique a cantarolar: "Além do horizonte, deve ter algum lugar bonito para viver em paz", eu só tenho motivos para ser movida pela esperança.

INTERNACIONAL

janeiro • 2004

Recuperação econômica na Argentina: dúvidas e lições

 Carlos Eduardo Carvalho *

O crescimento da economia argentina em 2003 foi, realmente, espetacular: acima de 7%. Depois dos anos de recessão a partir de 1998 e da grave depressão de meados de 2001 ao início de 2002, quando a economia encolheu quase 11%, a recuperação é um sério incômodo para liberais, banqueiros, Fundo Monetário Internacional e os defensores de políticas bem-comportadas e "responsáveis", pois a Argentina cresceu apesar de ter feito coisas inaceitáveis para a cartilha neoliberal.

Além de pecados menores, o governo declarou moratória dos pagamentos da dívida externa com credores privados (cerca de US\$ 87 bilhões, quase metade da dívida total de US\$ 179 bilhões) e oferece aos credores retomar os pagamentos em troca de desconto de 75% no valor devido. A situação de moratória aumentou bastante a margem de ação da política econômica do governo Néstor Kirchner, livre dos pesados pagamentos que esses títulos impunham ao país. Além disso, o governo argentino não atendeu às pressões dos governos europeus para "repor as perdas" das empresas estrangeiras, não aceitou os "pedidos" do

FMI para garantir direitos aos bancos e dar imunidade a diretores do Banco Central; sem se intimidar com a ameaça de que, sem concessões, não haveria acordo e adviria o caos, em meados do ano, ameaçou suspender os pagamentos ao próprio FMI se não houvesse acordo nos termos por ele proposto, e os diretores do Fundo assinaram o acordo de setembro, em termos que jamais pensaram aceitar.

A explicação mais simples para o forte crescimento é o tamanho da capacidade ociosa gerada pela crise, além dos efeitos positivos da retomada do sistema de crédito, travado pelo "corralito"; o fechamento dos bancos; e o congelamento dos depósitos, que precipitou a queda de Fernando de la Rúa. Contudo, o forte crescimento tem sido puxado por fatores bem menos visíveis e muito menos comentados.

O primeiro deles é a recuperação da demanda doméstica por bens de consumo, devido aos programas de suplementação de renda implementados desde 2002. Em resposta à violenta onda de protestos que se espalhou pelo país desde o fim de 2001, o governo criou alguns instrumentos de emergência para garantir renda para os desempregados e os empobrecidos em geral, sem dar ouvidos à grita de que isso traria "desequilíbrios fiscais". O efeito dessa recuperação de demanda impulsionou a reativação da produção, já estimulada pelas exportações, e ajudou a recuperar a receita tributária.

Outro fator de relevo foi a volta dos recursos externos voluntários, capital de curto prazo em

busca de ganhos rápidos; apesar da moratória da dívida externa e dos conflitos do governo Kirchner com o FMI, o dinheiro voltou à Argentina e, também, à Venezuela e ao Brasil. Os capitais vão em busca de lugares onde possam obter ganhos, não, necessariamente, de lugares onde haja "governos responsáveis". A entrada na Argentina foi tão forte que, meses atrás, o governo adotou medidas para contê-la, de modo a evitar a revalorização excessiva do peso.

Nem tudo são flores, contudo; há muitas dúvidas sobre a continuidade do crescimento. As previsões para 2004 são mais modestas, da ordem de 4%, o que deixaria a renda média dos argentinos ainda um pouco abaixo dos níveis de 1998. Além disso, o saldo perverso das políticas de Carlos Menem e da crise foi o inusitado agravamento das diferenças sociais: boa parte da população foi atirada à pobreza e, até mesmo, à miséria absoluta; o enfraquecimento das políticas públicas, como as da educação e da saúde, ameaça, gravemente, o futuro do país; e o fato do desemprego e subemprego haverem recuado pouco com a recuperação de 2003 sustenta as manifestações dos piqueteiros por emprego e por ampliação da proteção social.

Diante desses desafios, não estão claros os caminhos para se manter o crescimento acelerado e se reverter a acentuada diferenciação social e a marginalização de grande parte da população trabalhadora. A política econômica seguida em 2003 contribui para isso, mas é insuficiente para iluminar a trajetória a seguir. Esta é uma lição importante: romper com os dogmas do FMI e dos neoliberais é indispensável, mas insuficiente para definir outro caminho.

Outra lição igualmente decisiva vem do balanço do que ocorreu nos últimos anos no país. A experiência argentina a partir de 1998 mostra que políticas bem-comportadas trazem riscos consideráveis. Fernando de la Rúa fez de tudo para "ganhar a confiança dos mercados" e "manter os contratos", mas só conseguiu precipitar o país em uma catástrofe monumental. A Argentina afundou em 2001 não porque os dirigentes tivessem tomado iniciativas ousadas, mas porque preferiram fazer de tudo para manter a política econômica de Domingo Cavallo; não ergueram estútuas para ele, mas trouxeram-no de volta ao Ministério.

O governo Kirchner está à procura de outros caminhos, empurrado pela mobilização social e pela lembrança da dramática revolta do povo argentino, enquanto, deste lado do Prata, Lula e Palocci preferem manter as políticas herdadas de FHC e Malan.

* Economista e professor da PUC-SP

Tuma e Heloísa entregam obras em braile no Ri

JORNAL DO SENADO BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2003

Representantes de instituições de deficientes visuais do Rio de Janeiro receberam ontem, das mãos dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Heloísa Helena (PT-AL), publicações em braile do Senado Federal no estande da Casa na 11ª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro.

O evento teve momentos que emocionaram os senadores e demais presentes, sensibilizados pela iniciativa da instituição de possibilitar aos cegos o acesso a textos importantes para a cidadania, como o Código de Defesa do Consumidor, a Lei de Doação de Órgãos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as Constituições federal e do estado do Rio de Janeiro.

Com a voz embargada, Tuma, que falou em nome do presidente do Senado, José Sarney, reconheceu o trabalho dos servidores do Senado. "Os diretores e funcionários demonstram que, no Senado, há vida, que a instituição tem um coração. A população precisa saber que a instituição trabalha em benefício de todos. Agradeço a

Deus a oportunidade de estar aqui para participar de um momento tão glorificante", declarou Tuma.

Heloísa Helena ressaltou o esforço da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) em promover as edições em braile

e agradeceu "a todos os servidores que contribuem para isso". Ela é autora de proposta para ampliar a capacidade de o Senado editar obras, inclusive literárias e acadêmicas.

A parlamentar, que compareceu ao evento acompanhada da estudante

deficiente visual Fabrícia Barbosa de Omena, a quem amamentou em Alagoas, anunciou ainda que vai propor incentivos para que as editoras, por meio da diminuição de custos, publiquem mais na linguagem especial para deficientes visuais. "O custo não pode ser desculpa para inviabilizar a cidadania", argumentou, lamentando que apenas o Senado ofereça livros em braile em um evento como

a Bienal do Livro, que tem quase mil expositores.

DIREITOS

A diretora do Instituto Imin Constant, de amparo a gós, Érica Deslandes Oliveira; se que as publicações rece do Senado são muito impo tes para o acervo da institu "Os deficientes não podem se tos como incapazes. A Casa tra que está consciente de todos têm direito à cultura vida", declarou.

— Estamos imensamente g

ficados por esse trabalho de nado — afirmou o presidente Sociedade Pró-Livro em Br: Marcus Vinícius.

Estiveram presentes à sol dade o diretor-geral do Senz Agaciel da Silva Maia; o dire da Seep e coordenador da missão Especial de Feiras de vros, Júlio Werner Pedrosa; o retor do Instituto Legislativo E síleiro, Florian Madruga; a dire ra da Biblioteca Luiz Viana Fil Simone Bastos Vieira; e o dire da Secretaria de Comunicação : cial, Armando Rollemberg.

Heloísa Helena obra explicação de líderes

Brasília, quarta-feira, 18 de junho de 2003

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) criou os líderes partidários e defendeu o término da investigação pela Polícia Federal, Ministério da Justiça e Ministério Público Federal.

A só então deliberar sobre a criação de CPI para apurar as irregularidades da agência do Banestado Nova York.

Efetivamente, os líderes não ficaram por que não instam a CPI há 15 dias e passam a trabalhar agora, depois que a comissão abriu outra CPI com o mesmo objetivo.

Como disse, "demonstra a necessidade de aprofundar as

Heloísa: governo pode revogar a MP da dívida agrícola

Brasília, sexta-feira, 24 de outubro de 2003

estigações para desvendar os mistérios sujos da operação".

Agricultores do Nordeste não foram beneficiados pela medida votada em junho, alerta a senadora

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) informou que o Ministério da Fazenda criou um grupo para examinar se há necessidade de uma nova medida provisória (MP) ou se os termos aprovados pelos senadores em 11 de junho último permitem que pequenos produtores do Nordeste, com dívidas de até R\$ 15 mil, renegociem seus pagamentos com descontos.

Heloísa Helena e outros se-

ALTERNATIVAS Heloísa informa que Ministério da Fazenda criou grupo para estudar o problema

JORNAL DO SENADO

Senadores do Nordeste estiveram ontem com assessores do secretário-executivo do Ministério da Fazenda discutindo o problema. Ela lembrou que, na época da votação no Senado, advertiu que o texto não beneficiaria agricultores da região que usaram financiamento de um programa com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste e do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

— Até agora, nenhum trabalhador conseguiu renegociar sua dívida nos bancos oficiais com o bônus e as condições previstas. O texto não é claro sobre esses agricultores. Na época, eu até chorei, mas a arrogância da base do governo impediu que minhas emendas fossem votadas. Hoje, quem chora são os pequenos agricultores do Nordeste — afirmou.

Heloísa Helena defende plebiscito sobre autonomia do Banco Central Brasil

Já está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de decreto legislativo apresentado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL) que convoca um plebiscito nacional sobre a proposta que dá autonomia operacional ao Banco Central (BC). Ela argumenta que "o povo está à margem da discussão" da proposta do governo de oferecer mais liberdade ao BC. O plebiscito seria, então, uma for-

ma de permitir que a população participe desse debate.

O projeto considera autonomia do BC o estabelecimento de mandato fixo para os diretores e o presidente do BC e a "independência da instituição na definição de taxas de juros, metas de inflação e metas de crescimento econômico". A senadora Heloísa Helena questiona a autonomia do BC, ponderando que isso significa o governo Luiz

Inácio Lula da Silva "abrir mão da política econômica".

Se aprovado o projeto, todas as propostas que tratam de autonomia do Banco Central terão tramitação suspensa, até que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realize o plebiscito. O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), ainda não indicou relator para a proposta, nem há prazo para que a matéria seja colocada em discussão e votação.

Freio na privatização de serviços

Os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e saneamento devem ficar de fora do Programa Nacional de Desestatização (PND), de acordo com proje-

Heloísa defende audiência pública sobre o caso

JORNAL DO SENADO

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) comunicou que apresentou requerimento à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) solicitando a realização de audiência pública com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o secretário da Secretaria da Receita Federal, Jorge Rachid, e o corregedor-geral daquele órgão, Moacir Leão. Ela quer a apuração das denúncias, veiculadas pela imprensa, de corrupção envolvendo servidores públicos da Receita.

De acordo com matéria pu-

blicada na revista *Epoca* desta semana, desavenças entre altos funcionários da Receita Federal podem ser mais do que uma disputa interna pelo poder na instituição. A revista levanta a suspeita de que o objetivo seria o interesse de servidores do fisco em desmoralizar investigações sobre o governo Fernando Louor de Melo e o escândalo Paulo César Farias.

– Independentemente das motivações dos problemas e divergências internas, publicamente veiculadas pela grande

imprensa e investigadas pela Polícia Federal, é fundamental realizar essa audiência para ouvir os servidores diretamente envolvidos no caso. As denúncias de corrupção envolvendo servidores públicos da

Receita devem ser devidamente investigadas, esclarecendo todos os fatos, inclusive permitindo amplo direito de defesa das pessoas envolvidas, e responsabilizando criminalmente os responsáveis – afirmou.

de lei da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que ontem recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto, redatado por Romero Lucá (PSD)

RR), altera a lei que regulamenta as privatizações e agora se que para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI)

Heloísa Helena anuncia recurso para que jornalistas sejam ouvidos

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou ontem que os 14 senadores do PT vão apresentar recurso junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e à Comissão Diretora para reexame da decisão de não se dar seguimento ao pedido, feito por alguns senadores, de o conselho ouvir jornalistas da revista *InfoÉ* sobre o caso da escuta telefônica ilegal na Bahia.

– É atribuição do Conselho de Ética ouvir depoimentos e promover diligências no sentido de esclarecer fatos envolvendo senadores, desde que haja um pedido nesse sentido. Estou com a impressão de que o presidente

do conselho, senador Juvêncio da Fonseca, está sofrendo de parte de algum jogo montado para proteger alguém – disse a senadora.

Heloísa lembrou que, no caso de senadores como Luiz Otávio (PMDB-PA) e outros, houve o mesmo procedimento: uma solicitação de senadores para que o Conselho de Ética ouvisse depoimentos e tomasse providências sobre uma denúncia de possível quebra de decoro parlamentar, e isso foi feito.

– Há coisas que não dá para entender. No caso do grampo telefônico da Bahia, há denúncias de jornalistas, que tenham provas do envolvimento do senador Antonio Carlos Maga-

lhões, que querem depor junto ao conselho, e o presidente Juvêncio da Fonseca não quer ouvir os depoimentos – afirmou.

Heloísa Helena afirma que pedido de senadores do PT tem amparo regimental e constitucional

Heloísa relatou que Juvêncio da Fonseca considerou o ofício dos senadores um instrumento inapropriado para pedir investigação e apenas informou a Mesa do Senado sobre a existência do ofício. O presidente da Casa, José Sarney, tomou ciência e arquivou o expediente. "Essas decisões não nos satisfazem. Vamos apresentar recurso em relação a ambos os procedimentos, que não têm sustentação regimental e constitucional."

– A lógica do capital, de busca incessante de lucro, provocará o agravamento da situação atual, fazendo com que se torne ainda mais difícil o acesso

aos serviços pela população mais pobre – pondera Heloísa. Relatora do projeto análogo da senadora licenciada Mariza

Silva, que pretende evitar a privatização da Eletronorte, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu mais tempo para reexaminar o seu relatório

Heloísa Helena critica o quebra-quebra

Brasília, sexta-feira, 8 de agosto de 2003 **JORNAL DO SENADO**

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) lamentou ontem o episódio ocorrido na quarta-feira durante a passeata de servidores públicos contra a reforma da Previdência, que resultou na destruição dos vidros das portas do Salão Negro do Congresso Nacional. De acordo com a senadora, o episódio foi provocado por alguns jovens irresponsáveis, e acabou gerando a reação "de parlamentares de boa-fé e de oportunistas em defesa da

democracia, obscurecendo a beleza da passeata de quase 60 mil pessoas que apenas lutavam por seus direitos". Nada justificaria a atitude de intolerância e a depredação do patrimônio público, e todos somos defensores do patrimônio público, que é fruto da luta de milhões de pessoas – afirmou. Heloísa pediu à Presidência da Casa que requisite a fita da TV Senado em que ficou registrada a agressão que sofreu de agentes

da Polícia Federal em manifestação no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), em Brasília na sexta-feira passada. Na fita da TV Senado está o momento da agressão – afirmou. Ela pediu que a Corregedoria do Senado veja a fita e tome as providências necessárias. O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), presidente da sessão, informou que o presidente José Sarney já havia despachado o pedido da senadora.

Heloísa repudia ameaças de expulsão do

JORNAL DO SENADO BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2003

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) assegurou ontem que "não adiantam as ameaças públicas" para que ela ceda em suas convicções. Com a declaração – "porque o silêncio não dá frutos" –, ela respondeu a notícias sobre afirmações do presidente do PT, José Genoíno, de que os petistas que votarem contra a cobrança dos inativos e outros itens da reforma da Previdência serão expul-

Heloísa disse que é "absolutamente favorável à reforma do Estado"

fez nada".

Mas "há reformas e reformas", acentuou a senadora, observando que a necessária reforma do

Estado pode ser feita à luz dos

interesses do capital ou do do trabalho. Ela anunciou voltará à tribuna para falar a reforma da Previdência. Heloísa ressaltou que alguns aspectos da proposta do governo para a reforma previdenciária produzem a velha e mentida cantilena do rombo da seguridade. Ela se referiu à cobrança de inativos que, acrescentou, também "supersalários" de R\$ 1.000 têm de pagar R\$ 600 para o plano de saúde. "É evidente que não é esse tipo de reforma eu não voto."

sos do partido. Heloísa Helena disse que é "absolutamente favorável à reforma do Estado". Conforme ela, o Estado brasileiro "sempre foi parasitado pela elite político-econômica decadente, incompetente, cínica, que nunca

Estado pode ser feita à luz dos interesses do capital ou do do trabalho. Ela anunciou voltará à tribuna para falar a reforma da Previdência. Heloísa ressaltou que alguns aspectos da proposta do governo para a reforma previdenciária produzem a velha e mentida cantilena do rombo da seguridade. Ela se referiu à cobrança de inativos que, acrescentou, também "supersalários" de R\$ 1.000 têm de pagar R\$ 600 para o plano de saúde. "É evidente que não é esse tipo de reforma eu não voto."

Heloísa critica acordo de líderes para Previdência Heloísa: produtor não obtém refinanciamento

Brasília, quarta-feira, 8 de setembro de 2003 **JORNAL DO SENADO** Brasília, sexta-feira, 19 de setembro de 2003

A possibilidade de aprovação do texto da reforma da Previdência conforme veio da Câmara dos Deputados e a votação de uma nova proposta, com outras alterações no sistema previdenciário, receberam críticas da senadora Heloísa Helena (PT-AL). Acordo entre os líderes partidários no Senado viabilizaria o expediente, mas, conforme disse, se o Senado adotar esse procedimento estará abdicando de suas prerrogativas.

– Nós que queremos o aprimoramento da democracia representativa não podemos aceitar que uma Casa do Congresso abra mão de cumprir aquilo que a Constituição disponibilizou a ela. Do contrário, o Senado estará assumindo que se comporta como anexo arquitetônico medíocre da Câmara dos Deputados, sofrendo da velha síndrome de senzala branca e mansa do Palácio do Planalto e dos interesses dos

governadores – afirmou.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu a edição, pelo governo, de regulamentação que permita aos produtores rurais com débitos junto aos fundos constitucionais acesso ao refinanciamento de suas dívidas. Segundo ela, os termos da medida provisória (MP) aprovada pelo Congresso que regulou o assunto não são claros o suficiente e têm permitido que os agentes financeiros neguem os pleitos, principalmente dos pequenos produtores.

– É preciso que o governo reveja [as regras]. O produtor rural paga o pato, especialmente o mais pobre. É preciso retomar as discussões e fazer resolução que atenda aos devedores dos fundos constitucionais – disse a se-

naadora.

Heloísa Helena lembrou que durante a discussão da medida provisória alertou os líderes do governo sobre os problemas no texto, inclusive sobre a falta de acesso ao seguro-saúde para inscrição no seguro-saúde.

A redação aprovada, contra o voto dela, tem impedido o acesso ao seguro por produtores alagoanos que, na data fixada para a inscrição, não haviam sequer iniciado o plantio.

O fato de a se-

naadora ter votado contra a MP foi um dos motivos alegados para o afastamento dela da bancada do PT no Senado. Heloísa Helena disse que os fatos demonstram agora que ela estava correta.

Heloisa Helena é afastada da bancada do PT

A senadora Heloisa Helena (PT-AL) foi afastada da bancada do PT no Senado. A decisão foi tomada ontem, em reunião a qual participaram 12 senadores petistas. Quatro deles votaram contra o afastamento: a senadora Júlia (PA), Serys Slhessarenko (MT), Eduardo Suplicy (SP) e a própria Heloisa. Segundo o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (SP), o afastamento se deu em decorrência da "oposição sistemática que a senadora tem feito ao Executivo".

– O afastamento deveu-se a votações que ela tem feito contra o governo. Ela não fez nenhuma defesa do governo e

em se aliado ao PSDB e ao PFL em votações – disse Aloizio Mercadante, citando os projetos sobre a renegociação da dívida pública. Heloisa Helena disse que decisão da bancada do PT foi "inadequada e abominável".

vida rural, o seguro-safrá e a publicidade de cigarros, diante dos quais a senadora manifestou posição contrária à da bancada.

Visivelmente emocionada – chegou a chorar algumas vezes –, a senadora qualificou a decisão da bancada de "inadequada e abominável. Além disso, desrespeito à Comissão da do partido, instância

ga processo contra a senadora em virtude de sua oposição a reformas enviadas pelo governo ao Congresso. Heloisa Helena depôs na comissão no fim de semana, em São Paulo. – Não consigo entender

o motivo verdadeiro desta atitude, que não respeita a liberdade partidária. Os senadores são contra a minha permanência no partido nem sequer pareceram para depor – anunciando que recorrerá à decisão à Executiva do PT. Ela, o afastamento é mais sério porque o PT foi construído sobre a democracia interna e o vínculo entre seus militantes

Senadora agradece o empenho de Suplicy

A senadora Heloisa Helena (PT-AL) agradeceu ontem ao colega Eduardo Suplicy (PT-SP) pela defesa que tem feito dela junto ao partido e pela sugestão, acatada pela bancada no Senado, de que a suspensão imposta a ela fosse rediscutida.

– O senador Eduardo Suplicy

é um amor, uma alma libertária, um democrata, adepto do bom debate, e eu agradeço a ele a generosidade, o carinho, o empenho que demonstrou – disse Heloisa.

A senadora brincou, dizendo

que esteve no programa *Saia Justa*, do canal GNT, e a cantora Rita Lee lhe perguntou se ela namorava Suplicy. Ela respondeu que não, que o senador já estava comprometido, e ela respondia "território ocupado".

Ainda em tom de brincadeiras divergências de projetos e concepções ideológicas sempre foram respeitadas.

A bancada do PT no Senado rediscute o caso da senadora na terça-feira e a Executiva Nacional do partido vai analisar o recurso interposto por ela na dia 11 de setembro.

ela, Heloisa Helena frisou que, quando Suplicy estava livre e em liberdade, havia várias reuniões, mas ela e a colega

Marina Silva (atual ministra do Meio Ambiente) comprometeram-se a fazer uma "triagem" para o senador. "Eu prometo sempre consultá-las", respondeu Suplicy, rindo.

Encerrando o pronunciamento, Heloisa Helena afirmou que no PT não pode haver ninguém "mais patriota", ou "mais petista" do que o outro, e que

BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2003

"Os Estados Unidos são a nação que mais investiu em armas e na viabilização de guerras. Não se constrói a paz com desarmamento unilateral. As grandes guerras se instalaram com o desequilíbrio de armamentos."

Heloisa Helena (PT-AL)

BRASÍLIA, quinta-feira, 13 de novembro de 2003

JORNAL DO SENADO

HELOISA HELENA

A proposta pode acabar com a promiscuidade entre os Poderes Executivo e o Legislativo, mantida à base de bajulação

Projeto reduz o programa de desestatização

Hoje, às 14h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprecia, entre outros, o Projeto de Lei nº 218/2000, da senadora Heloisa Helena (PT-AL), que retira do Programa Nacional de Desestatização (PND) os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de saneamento básico. Heloisa sustenta que 15 milhões de brasileiros não têm água encanada e outros 40 milhões não possuem rede de coleta de esgotos, a quase totalidade famílias que ganham menos de três salários mínimos.

– Se o poder público não conseguiu assegurar esses serviços aos mais pobres, nada se pode esperar de empresas privatizadas – argumenta. A proposta recebeu parecer favorável da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que lembrou que boa parte dos serviços de energia elétrica e de recolhimento de lixo já foi privatizada e a exclusão de tais serviços do PND não significa que sua privatização será proibida, mas sim que cada caso exigirá uma lei específica para sua autorização.

Comissão vota créditos para ministérios

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se, a partir das 14h30 de hoje, para analisar uma pauta com 26 itens, entre os quais sete projetos do Congresso que abrem novos créditos no Orçamento, somando mais de R\$ 310 milhões. O Ministério do Trabalho é

BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2003
JORNAL DO SENADO

Heloísa Helena critica carta de intenções assinada com FMI

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) protestou ontem contra os termos da carta de intenções assinada pelo governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional, que foi divulgada em 28 de fevereiro passado. Ela admitiu que o Executivo brasileiro tem autonomia para assinar o documento, mas argumentou que o texto inclui compromissos que não foram discutidos internamente pelo PT.

Ela citou o compromisso do governo com a aprovação rápida da proposta de emenda alterando o artigo 192 da Constituição, que trata da regulamentação do setor financeiro, "passo necessário para a autonomia operacional do Banco Central". Na carta, conforme a senadora, o governo está sumindo o compromisso para retrocessos na venda dos quatro

bancos estaduais que foram federalizados, o que, segundo disse, "causará grande polêmica".

Heloísa Helena também manifestou discordância quanto ao compromisso do governo brasileiro com a aprovação de uma nova

Lei de Falências, nos termos em que a questão está colocada na carta de intenções com o FMI. A legislação vigente seria alterada para que a prioridade que hoje é dada às obrigações trabalhistas, em caso de falência, seja estendida aos banqueiros, acrescentou a representante alagoana.

A senadora disse que, na carta, o governo assume, ainda, o compromisso de aprovação da reforma da Previdência, com mudanças no regime de aposentadoria dos servidores.

JORNAL DO SENADO Brasília, quarta-feira, 6 de agosto de 2003

Heloísa desmente versão da imprensa sobre ação policial

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) desmentiu versão divulgada pela imprensa sobre episódio que culminou na ação da Polícia Federal para retirar servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em Brasília. Ela garantiu que não houve invasão daquele prédio público e que estava lá a pedido do presidente do INSS, Taiti Inenami.

Segundo narrou, a senadora acompanhava servidores deslocados pelo presidente do INSS a subir ao seu gabinete

para negociar o pagamento dos dias parados. Inenami desistiu da reunião, mas informou que iria à Casa Civil tentar uma solução para o caso.

Uma hora depois, ainda de acordo com Heloísa Helena, o presidente do INSS pediu a ela que descesse até a garagem na companhia de dois servidores.

A senadora disse que desceu, esperou alguns instantes e foi surpreendida pela ação de integrantes da Polícia Federal que teriam agredido as pessoas que estavam lá no momento.

JORNAL DO SENADO BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2003 Bancos poderão aplicar mais dinheiro em moradia

Os financiamentos habitacionais poderão obter um reforço de R\$ 32,3 bilhões, a preços de 2001, se for aprovado pelo Congresso Nacional projeto de lei de autoria do então senador Ademir Andrade. A matéria encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão em caráter terminativo, e a relatora designada é a senadora Heloísa Helena (PT-AL).

A proposta pretende acabar com a brecha legal possibilitada pela resolução do Banco Central nº 1.361, de 1987. A medida permitiu que os bancos computassem os títulos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) para atender à exigência de aplicação de 65% dos recursos das cadernetas de poupança em empréstimos para o setor habitacional.

Com essa autorização do BC, as instituições financeiras puderam reorientar os recursos liberados da exigibilidade para outras operações mais rentáveis, como empréstimos pessoais, cartões de crédito e cheques especiais. Segundo a justificativa do projeto, essa prática vem reduzindo significativamente os valores captados em poupança que são destinados aos financiamen-

tos habitacionais. A perda avaliada é de R\$ 32,3 bilhões.

A emissão de títulos do FCVS foi a alternativa encontrada pelo governo para tentar solucionar o enorme descompasso criado, no passado, entre as prestações pagas pelo mutuário e a remuneração dos recursos captados dos poupadores. Esse desequilíbrio entre as duas pontas do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) provocou saldos crescentes de FCVS e a necessidade de securitização dessa dívida.

O volume de títulos do FCVS em poder das instituições financeiras públicas e privadas atingiu R\$ 43,9 bilhões em 2001. Conforme dados da justificativa do projeto, os bancos lucraram muito com a liberação autorizada pelo BC. O exemplo citado tomou por base os títulos do FCVS vendidos com deságio de 50%, em relação ao valor de face, para os bancos que foram socorridos pelo programa governamental de recuperação do sistema bancário, conhecido como Proer.

O valor desses títulos está estimado em R\$ 4 bilhões, segundo avaliou Ademir Andrade. Os cálculos projetados sobre essa quantia mostram que ela se transformaria em R\$ 74,7 bilhões no período de cinco anos se fosse considerada uma taxa de remuneração média do mercado de 5%.

Heloísa Helena cobra revitalização do São Francisco

A revitalização do Rio São Francisco antes de se executar o projeto de transposição foi defendida, na sexta-feira, pela senadora Heloísa Helena (PT-AL). Segundo ela, não se sabe o impacto ambiental da transposição, nem a quantidade de recursos necessários para a obra. A senadora observou que há outros projetos menos grandiosos e que podem ter grande efeito para revitalizar o rio, hoje quase estéril.

– Em vez de iniciar uma grande obra que distribui riqueza para grandes empreiteiras e construtoras e não para as populações locais, devemos enfrentar esse gigantesco desafio que é a revitalização do Rio São Francisco – disse.

JORNAL DO SENADO
BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2003

Heloísa Helena responsabiliza elites e governo FHC pela crise

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou ontem sua indignação diante das tentativas de políticos ligados ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de responsabilizar o atual governo, com apenas 50 dias de existência, pela crise econômica e social do país.

– Gostaria de criar o Prêmio Óleo de Peroba, para agradecer esses caras de pau – disse Heloísa Helena.

Segundo a senadora, esse tipo de atitude – que classificou de irresponsável – nada tem a ver com as críticas que ela mesma tem feito em relação aos rumos da política econômica do atual governo. Ela reconheceu que quer mudar o modelo econômico, mas entende que isso não pode ser feito com rapidez demasiada.

Heloísa Helena afirmou que a atual situação do Brasil, que descreveu como de eliminação de postos de trabalho, sucateamento do parque industrial e miséria para milhões de brasileiros, é “conseqüência direta da atuação das elites que se valeram do parasitismo do governo para se perpetuarem no poder”.

Para ela, aqueles que foram subservientes à globalização e criaram a dependência do país em relação às dívidas externa e interna não têm direito de criticar as primeiras medidas do governo Lula. “Tenham certeza: a política econômica brasileira vai mudar e, com ela, o quadro de crise social que vivemos”, afirmou.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) concordou com as teses defendidas por Heloísa, acrescentando que os brasileiros precisam ter paciência, pois o novo governo vai tomar as medidas acertadas para mudar o quadro político, econômico e social do país, mas não seria possível promover tanta mudança em menos de dois meses de existência.

Proposta não combate os privilégios

Brasília, sexta-feira, 7 de novembro de 2003

Na discussão sobre a reforma da Previdência, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) reiterou ontem suas críticas à proposta do governo. Para ela, a emenda “não combate privilégios e não inclui os filhos da pobreza”.

A senadora defendeu as emendas que apresentou, entre as quais a que estabelece mecanismos para incluir categorias como donas-de-casa e cortadores de cana no sistema previdenciário.

Outra emenda de Heloísa Helena garante que policiais civis e militares, além de professores e profissionais da saúde, tenham condições diferenciadas de aposentadoria. A parlamentar ressaltou que essas categorias são essenciais para o funcionamento do aparelho público.

Heloísa destacou o caso dos professores, que continuam trabalhando em péssimas condições.

HELOÍSA HELENA

JORNAL DO SENADO Homenagem às “guerreiras” da educação

Em seu pronunciamento, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) homenageou os trabalhadores da educação, em especial as mulheres que detêm os postos mais sacrificados e de menor salários: as creches e o ensino fundamental.

Ela disse que essas mulheres, tantas vezes sem tempo para cuidar de suas próprias crianças, são responsáveis pelas primeiras lições de civismo.

– São guerreiras gigantes e maravilhosas, batalhando tanto no setor público quanto no setor privado – salientou.

A senadora manifestou satisfação por ter conseguido aprovar uma emenda na reforma previdenciária restabelecendo a aposentadoria especial para professores de creches e ensino fundamental após 25 anos de trabalho para mulheres e 30 para homens.

Heloísa afirmou que, se não lhe for possível continuar na política, voltará de cabeça erguida e ânimo renovado a dar aulas em Alagoas.

— BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 15 DE JANEIRO DE 2003

JORNAL DO SENADO *Espírito guerreiro do senador renasce em cada um, diz Heloísa Helena*

Muito emocionada e sem conter as lágrimas, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou, durante o velório,

estar vivendo um momento de grande tristeza. Ela destacou que o espírito guerreiro de Louro Campos estará renascendo dentro de cada um. Para Heloísa, o Congresso Nacional perdeu seu intelectual mais preparado.

– Quando morre uma pessoa muito querida, morre um pouco da gente também. O maior presente que podemos dar a ele é continuar nos dedicando às mais belas causas em defesa da humanidade, pelas quais ele lutou a vida toda – disse.

HELOÍSA HELENA
JORNAL DO SENADO

Brasília,
quinta-feira, 24 de julho de 2003

**É preciso agora
limitar a venda de
bebida alcoólica**

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou descrença quanto à possibilidade de redução da criminalidade "apenas com a proibição do porte ou da venda de armas". Para ela, é necessário também limitar a venda de bebidas alcoólicas.

Ela afirmou que, se os percentuais de crimes não caírem até o referendo sobre a comercialização de armas, irá re apresentar projetos sobre restrição a bebidas alcoólicas.

**Heloísa: "Não abro mão
da causa da liberdade"**

Brasília, quinta-feira, 9 de outubro de 2003

Em discurso no Plenário, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) reafirmou a postura independente em relação às propostas do governo. Em resposta a comentário do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sobre a situação incômoda da senadora no Partido dos Trabalhadores, ela disse que não admite "receber cabresto de quem quer que seja".

- Dediquei toda a minha vida a esse partido. Mas não abro mão da causa da liberdade.

Heloísa afirmou que se recusa a adotar uma postura fácil em sua relação com o governo, chamada por ela de "mime-

Heloísa reafirmou sua postura independente

sentadoria do setor privado com base na média dos 36 últimos salários de contribuição, e não mais a partir do fator previdenciário.

**Heloísa: projeto
não pode punir
mães pobres**

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) elogiou ontem o senador Demostenes Torres (PFL-GO) por ter retirado do projeto que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado na terça-feira pelo Plenário, artigo que punia com até seis anos de reclusão quem expusesse ou utilizasse menores com o fim de obter vantagem. O projeto poderia, nesse ponto, tratar com

Heloísa elogia retirada de artigo pelo relator

rigor excessivo mães pobres que levam filhos para pedir esmolas.

De acordo com a senadora, o artigo, fruto de mudança feita na Câmara a projeto da senadora licenciada Marina Silva, é injusto porque nem o Estado nem a sociedade acolhem as mães sem recursos. Demostenes foi o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

PEC paralela é "farsa política" afirma Heloísa

Brasília, quinta-feira, 30 de outubro de 2003

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) classificou ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC) nº 77/03, a chamada PEC paralela, de "farsa política". Segundo ela, aposentados, viúvas, deficientes, pensionistas, funcionários públicos e trabalhadores do setor privado estão sendo levados a acreditar que a proposta é a solução dos seus problemas.

Heloísa lembra que mentira repetida vira verdade

- Como dizia o ministro da propaganda de Hitler, Joseph Goebbels, mentira repetida muitas vezes vira verdade - afirmou

Heloísa assinalou que a PEC paralela sujeita todas as decisões sobre aposentadorias especiais, isenção e questões, como a paridade e a integralidade, a uma possibilidade de lei futura, ser criada no próximo ano. "Isso é compactuar com uma farsa política. Uma lei que terá de ser aprovada pela Câmara e depois vir para o Senado. E tudo isso num ano eleitoral", frisou.

Mão Santa (PMDB-PI) disse que Heloísa Helena "representa a voz alta da mulher brasileira, que tem coragem de defender causas justas". O senador Efraim Morais (PFL-PB) também manifestou seu apoio à parlamentar.

JORNAL DO SENADO

**Discussão da MP causa
têmica no Plenário**

Brasília, quarta-feira, 25 de junho de 2003

Senadores divergiram da medida provisória que transfere para 2005 a proibição da propaganda de fumo em eventos esportivos internacionais televisionados para o país. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) chegou a apresentar emenda, rejeitada pelo Plenário, para estender a medida à propaganda de bebidas alcoólicas.

Heloísa defende proibição de anúncio do álcool

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) condenou a atitude do atual governo de "ceder à pressão da indústria do tabaco e à posição chantagista da Federação Internacional de Automobilismo". O líder do PT, Tião Viana (PT), considerou "um erro" a proibição absoluta da propaganda de cigarro, e defendeu a construção de um "elo ético e de responsabilida-

de social" que propicie avanços na política de controle do fumo e da bebida alcoólica.

Já o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que o país demonstrou fragilidade nas esferas jurídica e institucional "ao mudar a lei ao sabor dos lobbies internacionais". O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), sugeriu adiamento da discussão sobre o álcool até que a comissão interministerial criada para estudar o assunto ofereça, em 90 dias, um projeto de política consistente.

José Agripino (PFL-RN) classificou a medida provisória de casuística, e, por tratar exclusivamente da propaganda de cigarro, considerou inadequado inserir no texto da matéria a questão da bebida alcoólica.

Heloísa lembra morte de funcionário

JORNAL DO SENADO

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) dedicou sua homenagem ao Dia do Servidor Público, comemorado ontem, à mem-

mória do ex-coordenador de arrecadação do governo de Alagoas, Sílvio Viana, assassinado a tiros em uma emboscada em outubro de 1996. Em nome do povo alagoano e da família de Viana,

Heloísa cobra identificação dos autores do crime

na, Heloísa lamentou o fato de, passados sete anos, o crime não ter sido esclarecido e os autores permanecerem impunes.

Segundo a senadora, Viana foi morto enquanto investigava acordo entre usineiros e o governo estadual e promovia uma devassa fiscal contra os "parasitas" dos cofres públicos. Ela observou que no Dia do Servidor os alagoanos cobram do poder público a identificação dos autores da execução.

Roseneil Pinheiro
Brasília, quarta-feira, 29 de outubro de 2003

Redução do orçamento para a saúde preocupa senadores

Brasília, sexta-feira, 17 de outubro de 2003

A senadora Heloísa Helena e o senador Eduardo Azeredo protestaram ontem em Plenário contra a decisão do governo federal de considerar como verbas para a saúde os recursos orçamentários destinados ao Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza. A medida, alertaram, significará R\$ 3,57 bilhões a menos para o setor.

Página 7

SENADORA O MEU ENDEREÇO
99070-060 PASSO FUNDO RS
RODRIGUES
RUA CARLOS GOMES 226 A
ANTONIO MENEZES
Imo. Sr.

SENADORA Aqui está
MEU ENDEREÇO
RESIDENCIAL

Heloísa Helena pretendia limitar prerrogativa

Com 27 votos contrários, 15 favoráveis e uma abstenção, foi rejeitada a emenda por meio da qual a senadora Heloísa Helena (PT-AL) pretendia modificar o projeto que dá foro privilegiado às autoridades

que, depois de deixar o cargo, forem processadas por atos praticados durante o seu exercício. Ela propunha restringir a prerrogativa apenas ao presidente da República e aos ministros de Estado.

Alguns senadores defenderam a idéia de Heloísa. Jefferson Péres (PDT-AM) disse ter séria dúvida sobre a constitucionalidade do projeto. Ele acha que alargar a competência dos tribunais superiores é uma mudança que só poderia ser feita por emenda à Constituição. No entender de Jefferson, o projeto poderia ter merecido um estudo mais acurado da Comissão

Jefferson levantou dúvidas sobre a constitucionalidade do projeto, e Dutra apoiou a emenda apresentada por Heloísa Helena

de Constituição, Justiça e Cidadania. O parlamentar também entendeu que o texto aprovado estende o foro especial dos próprios senadores, o que significa que o Plenário poderia estar votando em causa própria.

Ainda em defesa da emenda, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que o foro privilegiado deve ser visto como uma exceção relacionada ao exercício do mandato e enquanto ele está sendo exercido. Em sua opinião, estender essa exceção para os processos que surgirem depois que a autoridade deixar o cargo se justifi-

ca só para o presidente da República.

— A partir do momento em que deixa o cargo, o presidente está sujeito à proliferação de ações nos mais diversos rincões do

país. Se tiver que se deslocar para se defender de todas, não vai fazer outra coisa — comentou.

Depois de o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também se manifestar em favor da emenda, Romero Jucá (PSDB-RR) a condenou, sustentando que o projeto aprovado não cria privilégio, visto que o foro privilegiado já está na lei. "O Ministério Público, os procuradores, os juízes, os desembargadores já têm foro privilegiado, e não só para ação específica do exercício dos seus mandatos. Por isso não estamos criando prerrogativa nenhuma", salientou.

erno saiu das sombras e negou tudo, até que tenha sido padrinho político da nomeação de Regina Borges para o comando do Prodasen. A mentira durou pouco.

Álibi furado – Surpreendida na segunda-feira 16 com o laudo da Unicamp e a confissão do operador do Prodasen Heitor Ledur de que havia participado da violação do painel eletrônico, Regina resolveu abrir o jogo. Confirmou o crime e revelou a participação de ACM e Arruda. Como sempre, o *desacreditado* Antônio Carlos disse que era tudo mentira. Numa reunião com assessores e advogados, Arruda decidiu adotar como estratégia de defesa a apresentação de álibis para tentar desmentir Regina. Mas havia um buraco de quase duas horas no cronograma que preparou para convencer os senadores: ele saiu antes das 21 horas da posse de Fernando Neves e só bem mais tarde se encontrou com o jornalista Ricardo Noblat, do *Correio Braziliense*, em um restaurante de Brasília. “Recebi um telefonema de um insuspeito jornalista, Ricardo Noblat, dizendo que estava me esperando no Piantella”, afirmou Arruda da tribuna do Senado. “É mentira. Não telefonei para o senador e quando cheguei ao restaurante ele já estava lá”, negou Noblat. Foi mais um desmentido a Arruda. Na quarta-feira 18, ele teve uma constrangida conversa com Fernando Henrique no Palácio da Alvorada. O presidente chegou a comentar com assessores que Arruda já

não era mais o líder do governo e faria o anúncio no Senado. Mas o parlamentar por Brasília deu outra versão: estava prestigiado pelo presidente. Não resistiu 24 horas e teve de se afastar da liderança do governo na manhã do dia seguinte.

Arruda também foi desmentido pelo senador José Eduardo Dutra. Quando ISTOÉ publicou que, na vés-

pera da sessão que cassou Luiz Evão, Arruda contou a Dutra que tinha como saber como os senadores viriam, o ex-líder do governo negou tivesse tido a conversa. Mesmo cecado contra a parede pelo senador, tero Paes de Barros (PSDB-MT), Dutra escapuliu e não confirmou e desmentiu a informação de ISTOÉ. quinta-feira 19, o líder do bloco

PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 1º DE JANEIRO DE 2006 | 9

Senadora diz que seguirá seu coração na escolha do partido

Mesmo agradecida pela oferta do PSTU de emprestar a legenda para a disputa das eleições de 2004, a senadora Heloisa Helena (PT-AL) disse ontem que ainda não sabe se mudará de partido. A senadora justificou que ainda tem tempo para decidir seu futuro eleitoral.

— Temos um mês. Perante os meus 40 anos de sofrimento, é justo tempo. Eu

Apesar do pouco tempo que lhe resta, Heloisa Helena afirmou que não tomou nenhuma decisão.

— Gosto muito do jeito surpresa. Eu diria que já tivesse tomado alguma decisão. Estou muito agitado e a simulação típica política. Eu vou ver quando chegar. Na dúvida, eu sigo o coração — afirmou a senadora.

Heloisa Helena disse que nunca esteve tão triste em sua carreira política. Ela aproveitou para criticar as alianças do PT com amigos históricos do partido, como Luiz Olavio, indicado para o Tribunal de Contas da União.

— Estou profundamente triste com a campanha de 2004 num amplo debate sobre a criação de um partido único de esquerda. Os descontentes do PT poderiam usar o PSTU até a formação do novo partido — disse Zé Maria.

ALAN DE DUARTE

Heloisa Helena

Heloísa apiaude *habeas corpus* para Rainha

Ao saudar o Tribunal de Justiça de São Paulo por ter concedido, na tarde de ontem, por unanimidade, *habeas corpus* ao líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) José Rainha Júnior, à sua mulher, Diolinda Alves de Souza, e a outros dez sem-terra, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) fez um apelo ao juiz Átis de Araújo de Oliveira, de Teodoro Sampaio (SP), no sentido de que ele não emita uma outra

sentença condenatória contra os integrantes do MST. A senadora lembrou que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já havia concedido *habeas corpus* na semana passada a José Rainha e a Felinto dos Santos, o Mineirinho, mas eles permaneceram presos por conta de outros processos. Rainha ainda não será libertado, pois depende de um outro pedido de *habeas corpus* que deverá ser julgado hoje. Já Diolinda e os

outros sem-terra aguardar julgamento por formação de quadrilha em liberdade. Para Heloísa, a decisão do tribunal demonstra zelo pela Constituição ao respeitar a presunção de inocência dos réus e ao reconhecer que eles contríbua para a instrução do processo. A senadora comentou que a Justiça não pode ser instrumento de ação política para combater movimentos que se insurgem contra as desigualdades soc

APELO Heloísa pede a juiz que não emita nova sentença contra integrantes do MST

Brasília, quarta-feira, 12 de novembro de 2003

HELOÍSA HELENA

HELOÍSA HELENA

"Minoria cínica repete cantilena mentirosa"

Quinta-feira, 6 de novembro de 2003
Heloísa Helena (PT-AL) apelou aos senadores para que preservem a altivez da Casa e não compartilhem com o que considera uma farsa, a reforma da Previdência Social.

– Não vamos trocar a dignidade do Senado, a altivez desta Casa, por uma listinha medíocre de nomeações para cargos públicos; não vamos compartilhar com uma minoria nacional decadente, cínica, egoísta, medíocre, que repete uma cantilena enfadonha e mentirosa, de que essa reforma da Previdência vai permitir investimentos em outros setores – disse a senadora.

Heloísa Helena relacionou as emendas que apresentou, que classifica como de inclusão social, "para evitar o massacre que se quer fazer contra os mais pobres, contra aposentados e pensionistas". A senadora quer garantir os direitos das donas-de-casa, dos chamados "filhos da pobreza", criar mecanismos de redução do tempo de serviço, de contribuição e de idade para cortadores de cana e bóias-frias.

Heloísa propõe revisão das dívidas do Pronaf

Brasília, segunda-feira, 23 de junho de 2003

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) propôs a revisão da correção dos financiamentos rurais firmados até 31 de dezembro de 2002, no âmbito dos Programas de Crédito para a Reforma Agrária (ProCera) e de Agricultura Familiar (Pronaf) ou com recursos dos Fundos Constitucionais e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O cálculo dos novos saldos devedores seria feito no prazo de 90 dias após eventual aprovação do projeto.

Segundo Heloísa Helena, as leis e atos normativos do governo federal

resultaram no desequilíbrio entre a correção monetária dos contratos e a média da variação dos preços mínimos oficiais, nos mesmos períodos. A incidência de juros e de correção monetária foram também fixadas em níveis superiores àquelas dos contratos originais, explicou.

O projeto prevê a exclusão, do saldo devedor de cada contrato de valor até R\$ 200 mil, da parcela decorrente desses desequilíbrios, bem como dos lançamentos a título de multa, de juros de mora, honorários advocatícios e taxa ou comis-

são de permanência.

Segundo a proposta da senadora, serão excluídos da revisão indústrias, armazenadores, comerciantes e outros setores que têm acesso aos recursos do crédito rural, restringindo o benefício aos agricultores. O projeto exclui ainda os depositários infíeis e aqueles que desviaram crédito ou estão em débito com a Receita Federal.

Heloísa reconhece, na justificativa do projeto, que medidas governamentais recentes deram novo fôlego ao setor, mas argumenta que os problemas não ficaram resolvidos.

Transferência

Para a senadora, apesar do alongamento dos prazos e da concessão de bônus, um montante do saldo devedor total foi inflado por medidas que prejudicaram os produtores e os cofres públicos, resultando em transferências de recursos para o setor financeiro.

O projeto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo, o que dispensa votação em Plenário, caso não haja recurso nesse sentido assinado por um décimo dos senadores.

"Senado não é um anexo do Planalto"

"Espero que o Senado não se comporte como um medíocre anexo arquitetônico do Palácio do Planalto, e que nós senadores tenhamos a altivez e a autonomia para modificar essa proposta de reforma da Previdência e derrotá-la, se preciso for", afirmou a senadora Heloísa Helena (PT-AL). Ela desafiou os partidários da reforma da Previdência a mostrar no texto da proposta algum ponto que beneficie os pobres e os trabalhadores informais.

SEM SOLUÇÃO. Heloísa afirma que as medidas recentes não resolveram o problema

JORNAL DO SENADO

AÇÃO Heloísa Helena anuncia que será proposta audiência sobre prisão dos líderes do MST sexta-feira, 22 de outubro de 2003

Heloísa quer debater prisão de sem-terra

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) relatou ao Plenário visita que fez aos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) José Rainha, Diolinda Alves de Souza e Felinto Procópio dos Santos, que estão presos em Presidente Prudente (SP). A senadora, que estava acompanhada pelos senadores João Capiberibe (PSB-AP) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), disse que pretende apresentar relatório sobre a visita e propor ao Senado uma audiência pública para discutir a questão.

Heloísa Helena salientou que, enquanto os líderes dos sem-terra são acusados de formar quadrilha, "muitos delinquentes da política" continuam ocupando espaços na cena brasileira. Ela manifestou preocupação especialmente com Diolinda, que, com a prisão, se viu privada da companhia dos filhos, uma menina de apenas 2 anos e um menino de 10.

Brasília, quinta-feira, 24 de julho de 2003

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.738

Página 1 Brasília, segunda-feira, 14 de julho de 2003

Senadora diz que pagamento de juros e manutenção de superávit fiscal impedem destinação de recursos aos programas sociais, em especial à reforma agrária. Heloísa homenageia movimentos que lutam por mudanças de forma pacífica e organizada, e critica governo por seguir a política econômica de Fernando Henrique

Heloísa Helena cobra recursos para reforma agrária

HELOÍSA HELENA

Há obras mais importantes a serem realizadas

Antes de ser feita a transposição das águas, o governo deveria fazer "tudo o que pode ser feito" no vale do Rio São Francisco, afirmou a senadora Heloísa Helena (PT-AL). Para ela, já seria "muita ousadia" do governo federal realizar, nos três anos de mandato que lhe restam, tarefas como a recomposição das matas ciliares ou o saneamento de todos os municípios da bacia.

- Imagina que desafio! São 503 municípios. Garantir 100% de saneamento! Dinamizar a economia, gerar emprego e renda - observou a parlamentar, que lembrou também a alta complexidade da recomposição das matas ciliares.

Heloísa disse que nasceu na cidade de Jaciobá - hoje Pão de Açúcar (AL) -, às margens do São Francisco. A seu ver, o rio morreu, não existe mais.

"Hoje os meninos usam o leite seco do rio para jogar futebol", afirmou.

quanto se pagam salários até R\$ 17 mil no setor público. Ela lembrou que o próprio governo, na proposta previdenciária, estipula esse valor, pago aos ministros do Supremo Tribunal Federal, como referência salarial no serviço público.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que a injustiça salarial é a maior "vergonha" do país.

52 574/61 sexta-feira, 20 de junho de 2003

JORNAL DO SENADO

RESPOSTA. Heloísa Helena discorda de declarações feitas por Lula

Heloísa Helena: reforma não faz nada pelo pobre

Ao rebater críticas do ex-presidente Fernando Henrique, o presidente Lula teria feito declarações "inapropriadas e demagógicas" a respeito do sistema previdenciário. A avaliação partiu da senadora Heloísa Helena (PT-AL), para quem o governo tenta instigar, na discussão da reforma da Previdência, uma "disputa horrorosa" entre os trabalhadores dos setores público e privado.

A senadora disse compreender que Lula tenha respondido com vigor à "demagogia" do ex-presidente, mas rechaçou críticas dirigidas aos "altos salários" no serviço público.

- Essa proposta para a Previdência não faz nada pelos pobres. E preserva uma injustiça, o obrigar o filho da pobreza, o entrar mais cedo no mercado de trabalho e ganhar salário desumano, a trabalhar mais anos para não ter cortados 5% da aposentadoria - frisou.

Não bastasse a punição imposta aos pobres, Heloísa sustenta que a proposta "promove a maior desestruturação do setor público". Seu argumento refere-se à situação dos servidores públicos que ganham baixos salários e que estão à frente de serviços essenciais para a população carente do país, como saúde e educação.

Heloísa também condenou declaração de Lula de que não se pode admitir 40 milhões de brasileiros sem emprego en-

Cerco a petistas é especulação da imprensa, diz Heloísa

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) classificou como especulação da imprensa declarações atribuídas a lideranças do governo a respeito de um suposto "cerco social rebelde", petistas, que teriam sido controlados para votar a proposta de emenda à Constituição (PEC) para a regulamentação

"fatiada" do sistema financeiro nacional. A senadora disse não acreditar nas supostas declarações porque o país não vive no tempo da Inquisição. Na sua opinião, está sendo dada a essa PEC importância que ela de fato não tem, tanto que, quando de sua votação no Sena-

do, o PT não fechou questão e liberou sua bancada para votar como quisesse. Heloísa afirmou ainda esperar que a relevância dada à matéria não seja porque sua aprovação ou rejeição será índice de vitória ou derrota do governo, ou porque ela responde a algum acordo com o Fun-

Segundo a parlamentar, os senadores sabem que ela considera fundamental o debate da fidelidade partidária. No entanto, acrescentou, em relação à autonomia do PC, por controvérsia ideológica, votará contra.

Heloísa afirmou que não há controle para voto, pois pois não vive no tempo da Inquisição

Heloísa critica redução de orçamento para a saúde

Gastos com o setor não podem incluir os recursos destinados ao combate à pobreza, afirma

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) defendeu o cumprimento pelo governo da legislação que obriga a aplicação de um percentual mínimo do Orçamento em saúde. Ela criticou a decisão do Executivo de considerar despesas em saúde os gastos com o Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza, no valor de R\$ 3,57 bilhões. A quantia representa 11% do total que o governo deveria gastar no setor.

Heloísa criticou as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, quarta-feira, em encontro com senadores no Palácio do Planalto, afirmou de

RESPOSTA Heloísa Helena lembrou que não é "lobista de hospital nem gigolô do FMI"

"lobistas dos interesses dos hospitais" os defensores da destinação orçamentária original dos recursos.

— Não sou lobista de hospital, nem gigolô do Fundo Monetário Internacional, nem parasita do Banco Mundial — disse a senadora.

Ela justificou a manutenção

dos recursos na área da saúde com o argumento de que dados técnicos indicam a mudança do perfil de doenças, causas de morte, nos últimos anos. A senadora entende para Lula, investir no combate à pobreza é investir na saúde, já que a maior parte das doenças seria causada pela falta de saneamento.

Heloísa observou, no entanto, que os brasileiros, principalmente os pobres, são atingidos tanto pelas doenças típicas da pobreza quanto por aquelas que vitimam as populações de países desenvolvidos, como cardíacas e crônico-degenerativas e os danos da violência.

A senadora condenou a política fiscal do governo, que busca de superávits no Orçamento "para agradar aos investidores e organismos internacionais como o FMI" estando privando o povo de investimento

Heloísa cobra dinheiro para a reforma agrária

Brasília, segunda-feira, 14 de julho de 2003 JORNAL DO SENADO

Senadora atribui a falta de verba ao pagamento de juros e à manutenção do superávit fiscal

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) criticou, em discurso na sexta-feira, o atual governo por seguir, a seu ver, a mesma política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso, com a destinação de muito dinheiro para pagamento de juros e manutenção de superávit fiscal. Ela observou que, assim, não sobram recursos para os programas sociais, em especial para a reforma agrária.

Heloísa lembrou que o PT havia se comprometido a assentar 150 mil famílias neste primeiro ano, meta que, assinou, foi diminuída para 70 mil. No entanto, o dinheiro que o governo tem em caixa destina-

CONTINUIDADE Heloísa Helena diz que governo segue política econômica de FHC

para atender 10 mil famílias, salientou.

Heloísa homenageou, em seu pronunciamento, os movimentos que lutam pela reforma agrária no Brasil de forma pacífica e organizada. Afirmou que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) está certo quando diz que o Judiciário não pode ser instrumentalizado.

pela inclusão social.

Ela reconheceu haver problemas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas argumentou que problemas existem em todos os setores, nas mais diferentes organizações do Brasil, inclusive no Parlamento.

social

A senadora destacou que o mapa da reforma agrária no Brasil vem seguindo a trilha das invasões de terra. Onde não houve ocupação, observou também não ocorreu assentamento de famílias. Esse fato, segundo disse, se deveu à falta de vontade política dos governos anteriores. "Tomara que seja diferente no governo Lula."

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) assinalou que, quando governador, executou uma reforma agrária eficiente que chegou a influenciar, significativamente, o Índice de Desenvolvimento Humano

**HELOÍSA E RADICAIS
LANÇAM SEU NOVO
PARTIDO EM ALAGOAS
A3**

Hechos de que candidatura a presidente é uma tarefa

**RADICAIS LANÇAM HELOÍSA
PARA PRESIDENTE EM 2006**

De deputada federal por Alagoas, Heleusa Helena tornou-se candidata a presidente do Brasil em 2006. Ela é a primeira mulher a disputar a presidência do Brasil em uma eleição presidencial direta. Heleusa Helena é a primeira mulher a disputar a presidência do Brasil em uma eleição presidencial direta. Heleusa Helena é a primeira mulher a disputar a presidência do Brasil em uma eleição presidencial direta.

Heleusa Helena é a primeira mulher a disputar a presidência do Brasil em uma eleição presidencial direta. Heleusa Helena é a primeira mulher a disputar a presidência do Brasil em uma eleição presidencial direta. Heleusa Helena é a primeira mulher a disputar a presidência do Brasil em uma eleição presidencial direta.

deputada federal, Heleusa Helena tornou-se candidata a presidente do Brasil em 2006. Ela é a primeira mulher a disputar a presidência do Brasil em uma eleição presidencial direta. Heleusa Helena é a primeira mulher a disputar a presidência do Brasil em uma eleição presidencial direta. Heleusa Helena é a primeira mulher a disputar a presidência do Brasil em uma eleição presidencial direta.

RAFAEL PEDROSA

A senadora Heloisa Helena e os deputados federais Luciana Genro, Babá e João Fontes, expulsos do PT em dezembro passado, estão hoje em Belo Horizonte para promover a criação de um novo partido de esquerda. Ao mesmo tempo em que se dedica à nova legenda, a senadora tem acentuada as críticas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem acusa de ter conhecimento das manobras e irregularidades cometidas pelo ex-assessor parlamentar do governo, Waldomiro Diniz, antes da divulgação do escândalo. A senadora estende suas críticas às tendências de esquerda do partido, que, para ela, aceitaram as imposições da cúpula, por oportunismo ou inocência. O lançamento do novo partido acontece hoje no Colégio Imaco, no Parque Municipal, a partir de 19h. O nome da nova legenda será decidido com a ajuda de uma enquete na internet, no site www.socialismo.org.br. Entre as opções, estão Partido Socialista (PS) e Partido do Movimento Socialista dos Trabalhadores (PMST).

ESTADO DE MINAS – A senhora e seus futuros colegas de partido estão em uma verdadeira maratona por todo o País, a fim de angariar apoio para a criação de uma nova legenda. Qual a estratégia para atender os requisitos exigidos pela Justiça Eleitoral?

Heloisa Helena – Não é uma tarefa fácil construir um novo abrigo para a esquerda socialista e democrática, que eu caracterizo como livre, porque não aceita vender a alma e as convicções para se lambuzar no banquete do Palácio do Planalto. Às vezes eu brinco que é uma verdadeira travessia no deserto. São 438 mil assinaturas, e a obrigação de atingir 0,5% dos votos válidos para a Câmara Federal em nove estados.

Já foi iniciada a coleta de assinaturas?

HH – Preferimos priorizar o fórum de debates, garantindo núcleos desse processo em todos os estados, depois realizar um fórum de debates até o final de maio, e o primeiro encontro nacional no dia 5 e 6 de junho. Só depois dessa fase nós vamos

colaremos a legenda e iniciaremos a coleta de assinaturas de apoio.

Um dos simpatizantes da nova legenda parece ser o procurador Luiz Francisco de Souza, que participou do lançamento do novo partido em Macaíó. Qual a opinião da senhora sobre a atuação do Ministério Público no caso Waldomiro Diniz?

HH – O procurador Luiz Francisco não foi para o ato de lançamento, participou do seminário, e foi muito bem recebido. Aliás, só não serão bem recebidos os capitalistas, neoliberais, cínicos enarmorados da terceira via, os nazistas, racistas, homofóbicos. Tenho muito respeito pelo procurador e outros integrantes do Ministério Público, que arriscaram suas vidas para ajudar no processo de moralização do aparato público. Por isso, eu nunca concordei com a farsa que foi a teoria conspiratória utilizada pelo governo para justificar a vexatória operação abafa no caso Waldomiro (Diniz), alegando uma suposta conspiração nas atividades do procurador (José Roberto) Santoro. Até porque, quando estávamos na oposição,

“

Muitos dos senadores que eram da tropa de choque de FHC, hoje são da tropa do governo Lula. Mudam de posição como mudam de broche, do tucaninho para a estrelinha

a metodologia pouco ortodoxa do Ministério Público sempre foi utilizada por nós para promovermos ações de fiscalização do governo Fernando Henrique ou cassação de senadores na Casa.

A senhora pretende continuar insistindo na realização de um Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso?

HH – Temos trabalhado muito para conseguir a instalação da CPI. Posso até estar analisando de forma errônea, e se a CPI mostrar o contrário, eu humildemente pediria desculpas, mas eu não acredito que toda a estrutura para promoção de crimes contra a administração pública coordenada pelo senhor Waldomiro pudesse ser montada sem o conhecimento e autorização do Palácio do Planalto. Só acreditarei que não existem, no Palácio, as ramificações dos malditos mecanismos de lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico se a CPI esclarecer todos os fatos.

Quando diz que o esquema era do conhecimento do Palácio, a senhora se refere ao ministro da Casa Civil, José Dirceu, ou ao presidente Lula?

HH – Falo dos dois. Se José Dirceu sabia, Lula sabia também.

Como avalia a substituição do presidente da Eletrobrás, Luiz Pinguelli Rosa, e de dirigentes da Petrobrás para atender reivindicações do PMDB?

HH – O vergonhoso balcão de negócios sujos que foi montado no Congresso Nacional pelo governo e sua base de bajulação acaba por ampliar e referendar a suspeita de envolvimento de outras personalidades nesse caso vergonhoso. Infelizmente, o governo Lula, da mesma forma que o governo Fernando Henrique, constrói bases absolutamente artificiais de sustentação para legitimar a velha e carcomida promiscuidade entre o poder Legislativo e o Palácio do Planalto.

Veja hoje no
Primeira Página
Entrevista com a
senadora Heloisa Helena

DISSIDENTES • Heloísa Helena defende revisão do pacto federativo para renegociar dívidas dos Estados e critica voracidade tributária do governo Lula

Uma nova derrama

Juliana Cipriani

Foto: José Varela/CBPress

OS DISSIDENTES petistas João Batista Babá, Heloísa Helena e Luciana Genro lançaram ontem, em BH, o embrião de um novo partido de esquerda

Um dia após a comemoração da Inconfidência Mineira, a senadora Heloísa Helena (ser partido) afirmou que o País está se submetendo novamente àquilo que foi a causa imediata do movimento contra a colonização portuguesa a derrama (tributo de que em 1972, a Coroa de Portugal lançava mão para cobrar 20% do ouro extraído na região das minas brasileiras).

Ontem, quando esteve em BH junto com os deputados Luciana Genro e Babá (expulsos, junto com ela e o deputado João Fontes, do PT em dezembro passado) para discutir a fundação de uma nova legenda da esquerda socialista democrática, a senadora defendeu a ação dos governadores por um novo pacto federativo e pela renegociação das dívidas estaduais.

PACTO

“O povo brasileiro em Minas Gerais ainda ontem (quarta-feira) comemorava a atuação de Tiadentes e outros grupos que se contrapunham à derrama. Se nós legitimamos e celebramos aqueles que resistiram, imagine como temos que atuar hoje, quando 60% do orçamento público financia a agiotagem internacional? Essa é uma nova, tecnológica e exemplar derrama, que exige do povo brasileiro capacidade de luta para enfrentar esse problema”, analisou.

A senadora, que apoiou a iniciativa do governador Aécio Neves (PSDB) quanto à “refundação da Federação”, informou que, “constitucionalmente, 75% dos tributos nacionais deveriam ser partilhados com estados e municípios”, mas, com a criação de tributos não-partilháveis ao longo dos anos, a União hoje divide “apenas 45%”. Ela lembrou que houve também uma “descentralização de ações do aparato pú-

blico sem a devida compensação financeira”.

Heloísa Helena também destacou a importância da revisão das dívidas estaduais com a União já que, atualmente, mesmo o teto para o comprometimento da receita líquida sendo 13% “há estados pagando 20%” do que recebem à União para serviço da dívida. Em projeto de sua autoria, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a senadora defende que o comprometimento máximo seja de 5%, para permitir que os estados tenham verba para investir.

Questionada ontem sobre a ausência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas comemorações da Inconfidência e dos vinte anos da campanha pelas “Diretas-Já”, a senadora disse que prefere não especular sobre possíveis motivações. “Mas se estivesse no lugar dele, sendo servil do capital financeiro, montando um balcão de negócios sujos no Congresso Nacional e fazendo tudo que ao longo da minha história tinha criticado, não me sentiria à vontade de olhar nem para meus filhos, imagine para uma mobilização popular”, continuou.



WWW.SINDSEP-DF.COM.BR

E-MAIL: IMPRENSA@SINDSEP-DF.CO

"PEC PARALELA É UMA FARSA

O *Esplanada Geral* conversou com a senadora Heloisa Helena (PT/AL) na véspera da votação da reforma da Previdência, aprovada em segundo turno no Senado por 51 x 24 votos (11/12). A PEC paralela deve ser votada no dia 15. Publicamos abaixo trechos da entrevista. Veja a íntegra no site www.sindsep-df.com.br

PEC 77 "PARALELA"

"A PEC paralela é uma farsa política. Legalmente, a gente chama de uma 'norma de eficácia limitada', porque, de fato, ela não confere direitos, apenas uma expectativa de direitos a ser implementada ou não".

"No caso específico dos servidores públicos, das duas emendas que foram feitas, é óbvio que é uma tentativa do governo de diminuir o desgaste que teve perante o servidor, mas, de fato, não consolida nem a paridade nem uma justa regra de transição".

PENDURICALHOS

"O que está motivando a agilidade da tramitação da PEC paralela nada mais é do que uma alteração que foi feita na PEC 67 para viabilizar os chamados penduricalhos dos privilégios dos parlamentares, para garantir que os parlamentares possam se beneficiar das 'ajudas-de-custo'. Então, nada mais é do que uma tentativa de ludibriar os trabalhadores do setor público".

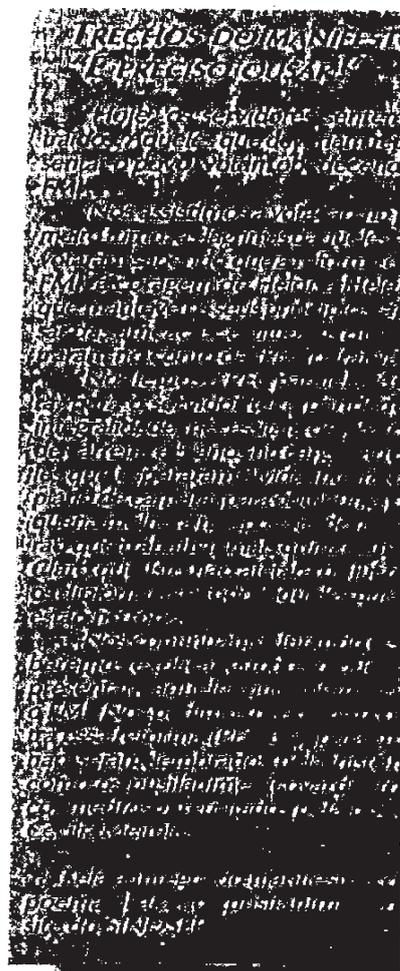
REFORMA DA PREVIDÊNCIA

"Essa reforma significa jogar na lama da especulação a poupança dos trabalhadores do setor público, um mecanismo de gerar excedente financeiro para viabilizar o acordo com o FMI. Portanto, é diminuir

os recursos a serem disponibilizados para as políticas sociais para continuar literalmente enchendo a pança dos banqueiros internacionais através do esvaziamento da dignidade dos trabalhadores do setor público e do setor privado".

RECADO AOS SERVIDORES

"Santo Agostinho tem uma frase que diz: as duas filhas lindas da esperança são a indignação e a coragem. A indignação de não aceitar a injustiça, esteja ela onde estiver, e a coragem para combatê-la a qualquer custo. Então, eu acho que os trabalhadores do setor público deram uma demonstração de vitalidade política, de independência. Demonstraram que não querem se transformar em medíocre correia de transmissão dos interesses conjunturais do Palácio do Planalto. Isso é muito importante. Eu espero que a gente amanheça o novo ano com o coração pulsando de coragem, de solidariedade, de esperança, porque é isso o que conta".



10/12 - DIRETORES DO SINDSEP ENTREGARAM MANIFESTO AOS 81

SENADORES PEDINDO O VOTO CONTRÁRIO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA. AC LADO, COM A SENADORA HELOISA HELENA.

O Informativo Mensageiro

Associação dos Aposentados e Pensionistas da Prefeitura de Salvador

Fevereiro /2004

ANO 1 Nº 6

FGTS do aposentado em pauta na SEAD

Na última reunião com o Secretário de Administração da Prefeitura - SEAD, dia 29 de janeiro passado, foi reaberta a discussão sobre o FGTS dos aposentados, juntamente ao dos servidores das autarquias e dos ativos. Também ficou acertada com o Secretário Marlúcio Palmeira, a realização de uma avaliação dos baixos salários dos aposentados e pensionistas do município.

Heróis do PT expulsos por defender previdência social

A senadora Heloísa Helena e os deputados João Fontes (SE), João Batista Araújo - Babá (PA) e Luciana Genro (RS) foram expulsos do PT. Um fato lamentável para todos nós trabalhadores, aposentados e na ativa, pois acreditamos nos princípios democráticos e socialistas divulgados como razão de ser do Partido dos Trabalhadores. Os políticos "excluídos"

acreditam, como nós, que o partido se distanciou da sua ideologia e de suas bases classistas.

Continuamos a questionar: *quem luta pelo aposentado recebe punição?*

Nós, da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Prefeitura de Salvador nos solidarizamos com a senadora Heloísa Helena (PT-AL), que integra uma minoria de parlamentares que mantém uma postura digna em defesa dos direitos dos trabalhadores, mesmo sofrendo retaliações do partido que ajudou a construir. Não esperávamos que depois de 20 sacrificados anos a esperança de colocar um trabalhador no poder tivesse um efeito tão devastador no trato de questões tão importantes para as nossas vidas. A Reforma da Previdência aprovada pelo Congresso decepçiona profundamente, por representar um retrocesso para nossa categoria que volta a pagar ao INSS. E, isso tudo depois de passar mais de 30 anos pagando. Registramos nossa indignação e a traduzimos na luta!

Campanha Salarial 2004

A Associação dos Aposentados participou da primeira negociação da **Campanha Salarial 2004**, junto ao Sindicato da categoria, com o Secretário Marlúcio Palmeira, da SEAD. Presente, o deputado federal Luiz Alberto e o vereador Gilmar, ambos do PT.

Convênio com Cesta do Povo

Dentro de 60 dias a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Prefeitura do Salvador assina convênio com a Cesta do Povo. É bom. Porém, na opinião da diretoria da nossa entidade, preferíamos que a Prefeitura praticasse um salário digno com os seus servidores, para que nós pudéssemos contar com outras alternativas para compras de alimentos, como gozar do direito de escolher onde comprar.

Colega servidor, esta pergunta é para aposentados e ativos

Se um pré-candidato a prefeito de Salvador, em início de campanha eleitoral, já se coloca contrário às decisões soberanas de uma Assembleia Geral dos servidores públicos municipais e apóia pessoas suspeitas de malversação do seu dinheiro, o que mais poderá fazer com você se for eleito? Leia no verso...

manteve os arapongas como almas penadas, até descobrir que estavam mais vivos do que nunca, gravando telefonemas de sua ministra da Economia e vigiando seu sócio Paulo César Farias. Os ex-presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique tiveram, ambos, conversas telefônicas grampeadas por gente do serviço de espionagem.

**NENHUM...
FHC, que teve
telefonema
grampeado**

**...DELES...
Itamar, que
também sofreu
escuta ilegal**

**...ESCAPOU
Figueiredo:
grampo no
gabinete**

Ceílson Ludolf Ribeiro, que vinha fazendo contato com adversários de José Dirceu e Marta Suplicy, é um agente dos velhos tempos. Foi chefe da Abin em Vitória no governo tucano e, antes, trabalhou por vários anos no Rio de Janeiro. É dessa época o fato mais marcante de sua biografia — que, por coincidência, também se refere a um jornalista recrutado pela arapongagem.

Nos anos 80, Ceílson Ribeiro foi destacado para vigiar o jornalista Alexandre von Baumgarten, que depois de trabalhar a soldo do velho SNI passou a ameaçar revelar segredos do serviço secreto e acabou morrendo num assassinato até hoje não solucionado. Nessa vigilância, Ceílson ligou para o apartamento de Baumgarten pouco antes de seu assassinato e deixou um recado na secretária eletrônica, fa-

lando seu nome e telefone. A gravação seria uma evidência das ligações do SNI com o assassinato do jornalista. Ceílson foi então orientado a arrombar o apartamento de Baumgarten e retirar a fita. Até hoje não se sabia por que raios Baumgarten tinha uma secretária eletrônica sem fita. ■

HH vai azucrinar o PT

O PT transformou em mártir a senadora Heloísa Helena, de Alagoas, quando a expulsou de seus quadros no ano passado, junto com os deputados Luciana Genro, João Fontes e João Batista Babá. Como Joana d'Arc, Heloísa Helena foi para a fogueira, mas dela saiu como celebridade. O que fez a senadora para que o PT a sacrificasse? Ela apenas exigiu que o partido de Lula, eleito para governar o Brasil, continuasse defendendo as bandeiras que defendia quando ainda não era governo.

Foi um grande erro do PT a expulsão de Heloísa e dos outros três. Na semana passada, lá estavam eles fundando o Partido do Socialismo e da Liberdade (PSOL), que será chamado apenas de SOL. Se todos os trâmites da criação do SOL forem seguidos, Heloísa será sua candidata à Presidência da República em 2006.

Ela não tem chances de ganhar. Mas de uma coisa se pode ter certeza. De megafone na mão, santa Heloísa vai azucrinar o PT da mesma forma que o PT azucrinou os tucanos nos dois governos de

Fernando Henrique Cardoso. Usará, para isso, as mesmas acusações que os petistas faziam a FHC. Heloísa Helena dirá que o PT se ajoelhou perante o FMI. Que o PT governa contra os pobres e a favor dos banqueiros. Que o PT no poder é um partido neoliberal e que Lula, José Dirceu, Antonio Palocci e Luiz Gushiken traíram seu passado para bajular a elite brasileira.

As idéias dos integrantes do SOL saem do lixo da história. Num documento assinado por Luciana Genro e João Batista Babá, com as teses finais de um encontro do PT realizado em Belo Horizonte, em 1999, os signatários defendem a suspensão do pagamento da dívida externa, a estatização do sistema bancário e financeiro, a moratória da dívida interna, a reestatização das empresas públicas que foram privatizadas, a implantação de uma nova ordem mundial baseada na extinção da Otan, da Organização Mun-

dial do Comércio, do FMI e do Banco Mundial. Pregam a

ruptura com o sistema capitalista e a construção de uma sociedade socialista.

Vale repetir que essas propostas foram apresentadas como teses finais num encontro do PT, que naquela época achava tudo isso muito natural. Hoje, para sorte dos brasileiros, os petistas do governo deixaram de ser os bebês intelectuais que foram no passado. Abriram os olhos e viram que o mundo é muito mais complexo do que imaginavam. Por

terem crescido, serão chamados de neoliberais pelo grupo de Heloísa Helena.

O SOL não terá muito brilho político nem hoje nem no futuro, porque jamais uma parcela significativa da opinião pública vai levar a sério as idéias radicais, ingênuas e fracassadas que seus integrantes defendem. Isso não impedirá a senadora Heloísa Helena de se firmar como uma respeitável figura política, coisa que ela já é. Todos acompanharam a coragem que

exibiu e as lágrimas que derramou quando o PT tentou em vão vergar-lhe a espinha dorsal.

Durante a fase da expulsão do PT, ela vivia na mídia. O brasileiro pôde observar sua austeridade, suas roupas despojadas e o cabelão preso à nuca. É uma espécie de anti-Marta Suplicy. Por ironia, na semana passada, após uma troca de elogios, Heloísa Helena e o senador Eduardo Suplicy (ex-marido de Marta) aproximaram-se um do outro, no plenário do Senado, abraçaram-se e se beijaram, quase na boca.

O brasileiro não está muito interessado no cérebro e na ideologia da senadora Heloísa Helena. O que o brasileiro ama é o coração e a fibra da mulher. Lula, José Dirceu, Antonio Palocci e Luiz Gushiken, que não a quiseram mais no PT, talvez gostem dela secretamente. Ela os faz lembrar do tempo em que eles também comiam abelha.

“O brasileiro não está muito interessado no cérebro e na ideologia da senadora Heloísa Helena. O que o brasileiro ama é o coração e a fibra da mulher”

contribuição de seguridade social sobre pensões e proventos. Dessa maneira, deve haver correlação entre custo e benefício. Conclui-se que não havendo causa suficiente, não se justifica a instituição da contribuição de seguridade social.

Quando uma contribuição finalística se desconfigura, torna-se um imposto. No caso, vira imposto de renda. Disciplina o Código Tributário Nacional, no art. 16, que “o imposto é o tributo cujo fato gerador independe de qualquer atuação estatal específica relativamente à pessoa do obrigado”. Assim sendo, a contribuição previdenciária dos servidores públicos caracteriza-se como modalidade autônoma de tributo e com finalidade específica (finalística), indo além, pois são, também, contratuais, ou seja, pactuadas para garantir o pagamento de aposentadoria e pensão.

Da Isonomia na Tributação

Além disso, se a nova cobrança será exigida apenas de uma classe de contribuintes – os funcionários públicos – não há isonomia tributária, vez que os segurados do regime geral são constitucionalmente imunes (art. 195, II da C.F.). A tributação deve alcançar, do mesmo modo, proventos iguais. É o

que está expresso no artigo 150, II, da Constituição Federal. É, portanto, incontestável o ferimento à isonomia tributária face à cobrança de nova cobrança exigível apenas para uma classe de contribuintes, os funcionários públicos.

Da Razoabilidade

No que tange à razoabilidade e proporcionalidade, a cobrança de contribuição dos inativos proposta na reforma constitucional ora em discussão, mostra-se ineficaz e injustificável, na medida que deverá arrecadar apenas 1,4 bilhão de reais (fonte: Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO 2003); montante inexpressivo diante do Orçamento da União.

Por outro lado, o artigo 154, I da Constituição Federal estabelece que qualquer contribuição nova não pode ter fato gerador idêntico ao de imposto que já existe, no caso, o Imposto de Renda (IR).

Com isso, é flagrante a violação aos princípios constitucionais, nestes incluídos, a idéia de proteção da confiança, além do que, a intenção do governo em tributar o servidor público inativo tem um fim único que é o da fiscalidade, ou seja, orçamentário.

A Constituição resulta do Poder Constituinte, que é atribuído ao povo, de maneira que esse o Poder Ori-

nário responsável pela criação do Poder Constituinte Derivado. Então, é o Poder Constituinte Originário que estabelece, no próprio texto da Constituição, os limites à atividade reformadora.

Todavia, compete ainda ao Supremo Tribunal Federal interpretar e reinterpretar suas funções e limites a partir do Texto Fundamental, com vistas à observância dos princípios nele contidos.

A Constituição Federal atribui aos direitos fundamentais do contribuinte eficácia imediata, cabendo ao Poder Judiciário a função não apenas de combater as inconstitucionalidades dos atos do Executivo e do Legislativo, como também as omissões que impeçam o exercício desses mesmos direitos e garantias.

Inexistem, portanto, fundamentos jurídicos para a tributação dos inativos do serviço público a partir de uma contribuição social. Com efeito, instituída a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas, certamente haverá a via judicial para amparar o servidor público contribuinte dessa exação inconstitucional sob a ótica de diversos princípios do direito.

*Luís Ronaldo Martins Angoti
Diretor Jurídico da Fenafisp*

Coerência é punida pelo PT

Representantes do antigo PT, como o senador Ailton de Holanda (AL) e os deputados federais João Fontes (SE), Babá (PA) e Luciano Gama (RS) foram expulsos da legenda, apenas por serem coerentes e terem uma posição política fiel aos princípios do partido, votando a favor dos servidores públicos e contra o PEC 67/2003, citada pelo PM e que se tornou Leienda Constitucional.

É o PT (ou alguma de suas tendências) que parece ter esquecido o que é democracia, coerência, historicidade e senso de justiça. Não se lembra nem discutir o assunto com o próprio partido e com a sociedade, como prometido em campanha.

Quem diria o voto compressor do Palácio do Planalto continuou no velho caminho de tomar toda a caça para aprovar o PEC 67/2003, que trata da reforma da Previdência dos servidores públicos, assim como o PEC de reforma tributária. Nomes como os de Alosio Mercadante, João Dirceu, tanto outros, que costumavam repudiar e acusar os governos anteriores por tratar artigos e emendas como moeda de troca, hoje repetem os hábitos dos seus opositores, nem tão opositores mais.

CONTRA A IMORALIDADE

ESCÂNDALO



Senadora vai ajuizar mandado de segurança no Supremo para garantir a CPI dos Bingos

Até o último recurso

Juliana Ciptari

As últimas notícias do PT, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à "cupula palaciana" marcaram a entrevista exclusiva concedida pela senadora Heloisa Helena (sem partido - AL) ao DIÁRIO DA TARDE. De sua residência em Brasília, a ex-fulgurante do PT (partido ao qual se filiou em 1995 e permaneceu por 18 anos - até dezembro de 2003, quando foi expulsa por votar contra a reforma da Previdência) falou sobre a conclusão da crise desmascarada e o ex-subchefe de Assuntos Parlamentares do Palácio do Planalto, Waldomiro Diniz. Na grande pedrada no rosto do empresário do joelho, Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira e de seus desdobramentos. A parlamentar anunciou que em breve fundará um novo partido com dissidentes e grupos da esquerda brasileira.

A ENTREVISTA

Como a senadora avalia a condução do escândalo "Waldomiro Diniz" pelo governo federal e as manobras para impedir as CPIs pelo Congresso antes da agonia?

Heloisa Helena: - Muitas pessoas acham que eu estou radante de fidelidade diante deste cínico memorial de contradições do PT em relação a muitos temas, inclusive à CPI. Mas se por um lado me sinto aliviada por não fazer parte da base de legitimação do governo e portanto ter que enfrentar a turma dos desmascarados, por outro lado fico triste por estar aqui fora da campanha como este apenas poderia no imaginário popular que políticos são todos fuzilha de um mesmo saco.

A quem a senadora se refere por "turma dos desmascarados"?

Heloisa: - A todos que estão envolvidos com esta operação e a única forma de identificar os membros da curral dos desmascarados envolvidos no complexo processo, que se apresentou apenas numa pequena parte para a opi-

ção pública com a fxa do Waldomiro é sem dúvida alguma a CPI. Só a CPI pode identificar as ramificações que existem dentro do Palácio do Planalto e das demais estruturas de Poder com a lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico. Até porque, quem conhece as coisas importantes, aderanças do Planalto e do PT sabe que são personalidades que ao longo da história tentavam impor respeito cultivando medo nas pessoas, porque diziam com toda razão: ninguém de bom senso pode pensar que eles não conheciam o Waldomiro, conheciam todo mundo menos o Waldomiro? Conheciamos que não é verdade. Por isso digo que me sinto aliviada por não ter que defender a turma dos desmascarados.

Então por que o PT não quer a CPI? O partido mudou ou as pessoas é que acreditaram errado?

Heloisa: - As vezes fico me perguntando se a paixão partidária nos cega ao longo da história ao ponto de não vermos o que, muitas coisas mudam. Já vivia acontecendo ao longo dos últimos anos com o PT. Relembro as brigas enormes que participei na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado para defender o PT diante de acusações de corrupção, enriquecimento ilícito e muitas outras. Hoje, vejo estranheza em muitas coisas que acusavam com veemência o PT são os meus nobres e queridos membros da base bajulatória e operam em acordo com o governo de forma desastrosíssima. Um verdadeiro balcão de negócios sujos para consolidar o que ao longo das nossas histórias de vida tentamos desmontar, seja no âmbito da política econômica ou em relação aos crimes contra administração pública. Só não defendem a CPI aqueles que têm medo que ela acabe desvendando os mistérios sujos das denúncias apresentadas, que nem são denúncias, são provas, que mostram claramente tráfico de influência, intermediação de interesses privados e exploração de prestígio.

A CPI dos bingos será enterrada mesmo?

Heloisa: - Eu continuo com esperança de que o plenário do Senado acerte nossas questões de ordem e portanto se instale a CPI. Caso isto não seja feito, no meu caso e sei que outros senadores acabaram fazendo também, vou entrar com mandado de segurança no Supremo. Tenho esperança que STF não trate esta questão como interna até porque não se trata de interpretação regimental mas da retirada de um direito de um parlamentar diante das convenções das conjunturas políticas.

A senadora vê relação entre os jogos e lavagem de dinheiro do crime organizado, isso não seria um agravante?

Heloisa: - Essas estruturas sempre foram nucleos centrais de lavagem de dinheiro sujo do narcotráfico. O que sinto mais triste é que quando o Congresso Nacional toma medidas, o ministro Dirceu, assim um documento à Casa Civil fazenda da legalização dos jogos e outros jogos de azar, isso não seria um agravante previsto para acabar com eles. Foram em legalização e

Que senadores seriam esses?

Heloisa: - Os senadores do PMDB

Hoje (ontem), Michel Temer disse que atualmente ficaria "difícil para Lula governar sem o PMDB". A senhora concorda?

Heloisa: - Infelizmente a cúpula palaciana do PT, e portanto o Palácio do Planalto, fez a opção de negar suas convicções ideológicas e programáticas para estabelecer a velha relação promiscua com o Congresso Nacional, assim sendo, em função das escolhas feitas, infelizmente tem ele razão. Eu tenho uma concepção diferenciada, não compartilho com esse fatalismo de que se tem que ter de qualquer forma maiores artificialidades no Congresso.

"A CPI só atrapa-lha aqueles que querem esconder suas patifarias"

E quanto à articulação no Senado para impedir a CPI que contou com o de políticos antigos, que o PT encoraja, o partido teve que ceder para lidar com a crise?

Heloisa: - Não existem fatos isolados é apenas uma continuidade das novas opções políticas feitas pelo partido. Por isso é que às vezes digo com tristeza que o governo Lula é a Doly do governo Fernando Henrique e, como todo clone, está em degeneração precoce.

A CPI dos bingos será enterrada mesmo?

Heloisa: - Eu continuo com esperança de que o plenário do Senado acerte nossas questões de ordem e portanto se instale a CPI. Caso isto não seja feito, no meu caso e sei que outros senadores acabaram fazendo também, vou entrar com mandado de segurança no Supremo. Tenho esperança que STF não trate esta questão como interna até porque não se trata de interpretação regimental mas da retirada de um direito de um parlamentar diante das convenções das conjunturas políticas.

A senadora vê relação entre os jogos e lavagem de dinheiro do crime organizado, isso não seria um agravante?

Heloisa: - Essas estruturas sempre foram nucleos centrais de lavagem de dinheiro sujo do narcotráfico. O que sinto mais triste é que quando o Congresso Nacional toma medidas, o ministro Dirceu, assim um documento à Casa Civil fazenda da legalização dos jogos e outros jogos de azar, isso não seria um agravante previsto para acabar com eles. Foram em legalização e

o Waldomiro era um dos que atuavam como consultores retirados desse processo de legalização. Por isso também é fundamental que se abra a CPI, são tantas as facetas dessa maldita estrutura da narcopolítica que nós temos obrigação de abrir uma Comissão

Então o caixa dois de campanha do PT seria o narcotráfico? A senhora tinha conhecimento disso?

Heloisa: - Não, se eu tivesse uma obrigação de dizer. O que sinto e me dou tristeza foi porque quando falavam sobre isso eu quase me pegava fisicamente para defender o partido. Na Comissão de Fiscalização e Justiça muitas vezes publicamente falavam de corrupção empreiteiras enriquecimento e nós defendíamos o PT

Falavam de narcotráfico?

Heloisa: - Não. Mas para nós é doloroso ver que é de tal forma pulefata a estrutura do Poder que onde se toca sai sujo.

O presidente da OAB disse que em função do "Caso Waldomiro" o País está desacreditado, o governo está parado e seria necessário afastar não só o ministro José Dirceu, mas promover outra reforma ministerial. A senhora concorda?

Heloisa: - Compartilho das legítimas preocupações do presidente da OAB, entendo um tanto que o problema não se resolve com mudança de nomes, jamais poderia me contentar com a mudança ministerial para simplesmente resolver o problema. Por isso defendo a CPI e a gente sabe que isso não paralisou o País. A CPI só atrapa-lha aqueles que querem esconder suas patifarias.

No âmbito da em política econômica, como vai o País?

Heloisa: - Toda o governo até agora foi dedicado ao capital financeiro, aprofundando (porque não é apenas continuidade) a política econômica neoliberal e mentira que alguém diga que na campanha eleitoral a chamada carta aos banqueiros do PT se comprometeu com a continuidade da política econômica, nenhum candidato à Presidência da República, nem o candidato de FHC que era o José Serra, se apresentou para oposição pública dizendo que ia dar continuidade a ela. Quando muitos dizem que o PT cometeu estupro eleitoral neste sentido, nenhum candidato disse que a continuação dessa política que destrói parques produtivos milhões de empregos e compromete mais de 100 milhões de pessoas pagando juros e serviços de dívida. É a opção de manter a ganância dos banqueiros internacionais e nacionais e esvaziar o pra-

to e o emprego do povo brasileiro, isso é muito grave

E quanto ao fato de dizerem que o governo está parado em função da crise?

Heloisa: - Se o governo está paralisado de modo diante das possibilidades de investigação é porque tem algo a temer.

A senhora é a favor ou contra o afastamento do ministro Dirceu?

Heloisa: - Não gosto de trabalhar nutrimindo personalidades políticas e como muitos nos trataram como inimigos políticos, qualquer coisa que eu diga fica parecendo revanchismo político, porque todos sabem que ele foi uma pessoa que trabalhou muito pela nossa república. Entretanto, minha análise sempre foi de que eles trabalhavam conjuntamente, não tenho dúvida que todos os passos dados por Dirceu, por Palco (ministro da Fazenda), e por qualquer uma das outras personalidades da chamada núcleo duro do Poder são feitas devidamente autorizadas e legitimadas por Lula

"São tantas as facetas dessa maldita estrutura da narcopolítica que nós temos obrigação de abrir uma CPI"

Alguns políticos como o presidente do PDT, Leonel Brizola, não descartam nem mesmo a possibilidade de a crise levar ao afastamento de Lula antes dos quatro anos. Acredita nisso?

Heloisa: - Não trabalho no campo da especulação, por isso é de fundamental que se rompa a promiscuidade entre Congresso e Palácio do Planalto

O PT ainda pode voltar aos trilhos ou saiu do rumo de vez?

Heloisa: - Não é que o partido tenha saído dos trilhos, o que aconteceu foi que a cúpula palaciana do PT que é majoritária na estrutura partidária mudou de lado, fez outra opção política, então não tem retorno. Lembremo que há muitos parlamentares do PT afastados diante desta situação e até acreditam na possibilidade de disputa de rumos dentro do partido

Este ano temos as eleições municipais de outubro. Como fica o PT?

Heloisa: - Não tenho nenhuma preocupação que me possa atrapalhar o que pode acontecer. É lógico que é uma eleição em que as chances das forças da contradição do PT serão muito mostradas porque foram contradições não apenas as bandeiras históricas do partido, como também em relação a certos valores éticos inimagináveis no cotidiano se muito tratados no período eleitoral. Mas especulações sobre se haverá crescimento relativo ao número de estruturas, acredito que haverá porque o povo sabe que há um ano dedicado ao capital financeiro, certamente dinheiro não faltará para campanha e segundo porque como o PT abriu espaço à política de alianças com os grupos mais conservadores do campo da política que estão à base de base do governo e estão trabalhando para aumentar quantitativamente a chamada participação representativa do partido

A senhora participa do processo eleitoral?

Heloisa: - Estou de fora das eleições porque nossa expressão se deu fora dos prazos estabelecidos pela legislação eleitoral, por causa da maneira que fizemos para fazer a deposição. Não tem problema. Estamos trabalhando a construção do nosso partido, um ano já para essa jornada socialista e democrática criamos um fórum de debate até junho das 5 e 6 grandes lareiras para o nosso partido nacional, depois estaremos protocolando a legenda no Tribunal Superior Eleitoral e iniciamos uma verdadeira travessia no deserto em função dos obstáculos da legislação eleitoral. Mas estamos felizes com a possibilidade de identificarmos tantos atores novos para essa travessia que culminará com a construção de um novo partido de esquerda

A senhora planeja disputar eleições por este partido em 2006?

Heloisa: - Não sei, planejo do ponto de vista do calendário eleitoral não tenho. Me sinto feliz em estar participando com o governo da construção social, da concretização para construir um país do futuro que acreditamos não ser tão distante. 138 milhões de brasileiros vão registrar o seu voto neste partido, o que hoje um registro possui por essa legislação eleitoral, então é uma primeira experiência também nisso

O ESTADO

No sábado, sol e
na Domingo, massa
e frio chega ao estado.
peratura máxima de
Página 23

www.oestado.com.br

LORIANÓPOLIS – Santa Catarina – 10 e 11 de Abril de 2004, **Sábado e Domingo** – Ano 89 – Nº. 28.367 – R\$ 1,00

EUA ENFRENTAM REVÉS APÓS QUEDA DE SADDAM

esce resistência de milícias xiitas e sunitas que pedem a retirada de tropas do Iraque PÁGINA 13

arlamentares
xpulsos do
PT criam
ovo partido

Feriadão começa à beira do mar

nadora Heloisa Helena e
tado federal João Batista, o
concedem entrevista a O
to, em visita à Capital. Ver-
iros motivos da expulsão
à tona.

PÁGINA 5

DyalPack



...rifice da Embalagem.
(48) 246-6414

Farra-do-boi vence fiscalização

PÁGINA 12

Figueira parte
para tudo ou
nada em
Ibirama

PÁGINA 19

Diego diz
que fica no
Santos até
2005

PÁGINA 20

Desfalques
abalam Brasil
na Copa
Davis

PÁGINA 21



**PRONTO!
LEVA
MORAR!**

RESIDENCIAL
ILHA DA MAGIA

(48) 228 00 02

Assistência Técnica Autorizada
Seu Volkswagen em boas mãos

AUTO CAPITAL

Rod. Admar Gonzaga, 2987 - Itacorubi - 234-4444

CORINTHIANÓPOLIS • 10 e 11 de Abril de 2004, Sábado e Domingo

ENTREVISTA

O ESTADO • 05

HELOISA HELENA/JOÃO BATISTA

“Não vendemos a alma”

ix-radicais do PT, como foram rotulados, contam os reais motivos da expulsão através de fortes críticas ao governo e visitam a Capital para debater a criação do novo partido.

LARISSA LINHARES - ESPECIAL
Um novo partido de esquerda. A oposição da senadora Heloisa Helena e dos deputados federais Mariana Genro e João Batista, o Babá, expulsos no final de 2003 do PT, já movimentam plenárias em todas as capitais brasileiras. “É na verdadeira travessia no deserto, mas claro com muitos companheiros”, disse Heloisa. A intenção é estabelecer as diretrizes para o novo partido, que será proposto junto ao Tribunal Superior Eleitoral depois da reunião nacional, em junho, onde será decidido o nome e a sigla para a nova criação. O grupo esteve em Corintópolis para reunir os conteúdos com o PT atual e para discutir a reforma universitária com entidades estudantis.

O Estado - Como está o andamento das plenárias por todo o país?

Heloisa Helena - Os partidos têm hoje registro definitivo não saram por essas modificações da situação que vamos passar. É também uma situação delicada no âmbito das gigantescas adversidades porque o fato é que o maior partido de esquerda se transformou em mediocre propaganda trunfa do neoliberalismo e acabou criando um vazio no campo da política nacional. Há a necessidade de construir um abrigo para a esquerda socialista, democrática e não é prisioneira dos cárceres do poder. Nós fizemos uma opção o difícil, pois fácil é se deixar seduzir e encantar pela utopia que as instituições políticas do Brasil realmente possibilitaram e nós nos sentimos obrigados.

E - Qual o objetivo depois do voto nacional para a criação do novo partido, em junho deste ano? Heloisa - A legislação eleitoral eleve 438 mil assinaturas de nome, que não significa filiação, pois pessoas que já são filiadas não querem se filiar a um novo partido podem assinar como para viabilizar o registro de um Podemos já ter protoco-

lado a legenda no TSE e juntamente com os fóruns de debate, iniciar as coletas de assinaturas. Mas nossa tradição é muito mais do que debate qualificado de idéias, então optamos por primeiro fazer os debates e, a partir do 1º encontro nacional, dias 5 e 6 de junho, protocolar a legenda no TSE e continuar com os debates, e daí sim coletaremos as assinaturas. Embora seja um caminho mais difícil, condiz com nossa tradição. Para que nós possamos disputar eleitoralmente em 2006, precisamos estar filiados a um partido já em setembro de 2005.

OE - O estopim da expulsão de vocês do PT foi na reforma da previdência?

Heloisa - De fato não houve uma reforma da Previdência, mas uma farsa onde não se combateu privilégios, não se incluiu os filhos da pobreza e apenas obrigou os servidores públicos a trabalharem, no mínimo, mais oito anos para não terem uma perda de até 35% na aposentadoria. Nada mais foi do que cumprir o acordo feito em fevereiro para especular a poupança dos trabalhadores, além de ajudar as seguradoras privadas que, só durante os debates da reforma previdenciária, tiveram um lucro de mais de 79% em função do tertolismo que se criou em torno dela.

OE - Como é militar num partido que está na oposição há 20 anos e quando este se torna governo vocês são expulsos?

Heloisa - Para nós foi muito difícil até porque dedicamos os melhores anos de nossas vidas para construir o PT. Mas me sinto muito feliz por compor esse grupo de parlamentares que não venderam a alma, que não trocaram as suas convicções pelas benesses do poder e nem as bandeiras que defenderam ao longo das suas histórias de vida. Os tantos políticos que eram caracterizados como delinquentes pelo PT, hoje são os enamorados do governo Lula. Uma mulher muito simples de Goiânia disse que não gosta

“Me sinto muito feliz por compor esse grupo que não trocou as suas convicções”, diz Heloisa Helena

quando digo que passei os melhores anos da minha vida no PT, mas que devo dizer que agora vou dedicar os melhores anos da minha vida para construir um novo partido.

OE - Você acha que a conduta geral do governo Lula está acabando com a esperança do brasileiro de mudar o cenário político do país?

Heloisa - É inclusive uma das nossas dificuldades para construir um novo abrigo para a esquerda democrática. Com a tração do PT, negando tudo aquilo que, ao longo da história despertou no imaginário popular e pregou como se fosse a verdade, e de repente passou

como radicais pela mídia, que os colocaram em foco e os retiraram em seguida, qual a avaliação?

Heloisa - Paulo Freire dizia que as transformações têm de ser radicais e não superficiais, então nesse sentido, nós somos orgulhosamente radicais. Quando os setores mais importantes da mídia perceberam que nós poderíamos retomar as convicções ideológicas no debate popular que eles conseguiram naufragar no processo petista, eles viram o perigo para aqueles que não querem mudanças profundas. Mas somos todos sobreviventes e crescemos muito politicamente com este processo.

Babá - A partir de um certo momento, houve uma intervenção direta do Palácio do Planalto e da Casa Civil sobre os principais meios de comunicação,

para que fossem sustados os nossos espaços, o que acaba favorecendo o pró-mídia, que é o financiamento desses grandes veículos, que chegam a uma dívida de R\$ 10 bilhões. Só a Rede Globo tem uma dívida de R\$ 6 bilhões, proporcionando um controle maior do executivo sobre a mídia. A cúpula do PT tentou nos rotular como radicais, então somos, pois o que defendíamos era a origem do partido, e isso quem mudou foram eles que assumiram o planejamento contrário aos trabalhadores.

OE - José Genoino disse que este ano tudo será mais tranquilo, ao

contrário de 2003 com a expulsão de vocês. Qual o maior dificuldade do PT para este ano?

Heloisa - Talvez chamem David Copperfield ou Duda Mendonça e o pró-mídia para ludibriar a opinião pública com esse modelo econômico. O PT faz o contrário daquilo que funcionou como obstáculo na oposição ao governo Fernando Henrique. Esse modelo econômico destrói milhões de postos de trabalho, compromete 60% do orçamento público que financia a agiotagem do capital financeiro, portanto enchendo a pança dos banqueiros e esvaziando o prato do povo brasileiro. Não é isso que o superávit é construído saqueando oficialmente 20% de todo o orçamento público, através da desvinculação da receita da União.

Babá - José Dirceu logo no início do ano colocou que quem quisesse votar com o governo estaria muito bem, com exceção de nós que não aceitamos cargo algum, mas eles ameaçaram a expulsão e a entrega dos cargos e muitos companheiros preferiram o mais fácil. Agora a bancada do PT é tão ampla, com setores da direita, que a direção do partido pode prescindir até de 10 parlamentares, pois a quantidade de direita pode suprir essa falta. A tranquilidade que o Genoino coloca é devido à distribuição de cargos, com ministérios, entre outros. Confira a continuação da entrevista exclusiva na edição de terça-feira 13, com informações inclusive sobre a reforma universitária.

“Fácil é lambusar-se no banquete farto do poder e deixar-se seduzir pela ostentação das instituições políticas”

a assumir todos os argumentos fraudulentos que eram combatidos quando apresentados pelos adversários políticos, legítima aquilo que a população já pensa de política, que são todos iguais, no palanque representam uma coisa e, ao tocarem no solo sagrado do poder, passam a se apresentar como se fossem unguidos pelo universo a fazer demagogias eleitoralistas, operação abafá, entre outras coisas.

OE - Vocês foram rotulados

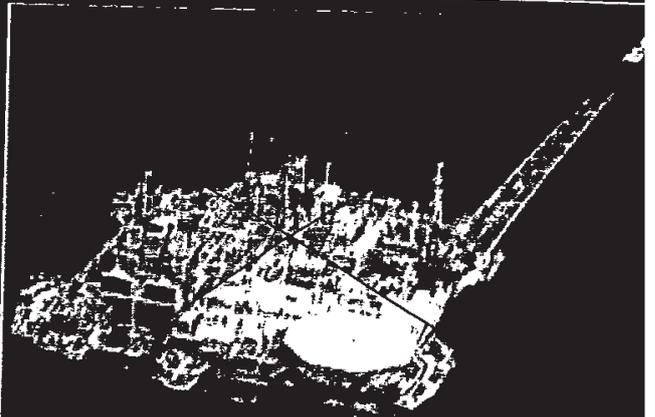
REVISTA

Uma publicação da ADIA — www.portalpopular.org.br

NAÇÃO BRASIL

Ano 7 — Edição nº 144 — Julho 2004 — R\$ 5,00

gora que no mercado
mundial o preço do petróleo
sparou até US\$ 41/Bd,
la (como fez FHC) vai leiloar
ra as multinacionais
s blocos da Petrobras!!!



Leilão das Áreas Sedimentárias

responsabilidade ou incompetência?

Fundado o P-SoL

Partido Socialismo e Liberdade

Entrevista com Heloisa Helena

n Temer — Laerte Braga — César Benjamin — Emir Sader — Bia Barbosa — Luis Fernando Nova Garzon
mério Valentini — Mário Maestri — Chico alencar — Carla Lisboa — Virgilio Arraes — Gilberto Maringoni

Partido Socialismo e Liberdade (P-SoL) é o novo partido para os trabalhadores brasileiros

Um partido político é apenas um instrumento, não um fim em si mesmo.

Um partido comprometido com os trabalhadores deve necessariamente construir uma poderosa ferramenta da luta contra a opressão capitalista e pela construção de uma sociedade justa e fraterna. Os incessantes ataques do governo Lula da Silva contra os direitos históricos dos trabalhadores, materializados nas reformas previdenciária, universitária, sindical e trabalhista, explicitaram a dolorosa carência de um partido de classe, com influência de massas, no Brasil. A fundação do Partido Socialismo e Liberdade, em 5 e 6 de julho em Brasília, com a participação de mais de oitocentos militantes, de 22 estados do Brasil, constituiu esforço coletivo na produção de um tal instrumento.

Socialismo e Liberdade

O P-SoL surge das necessidades do mundo do trabalho, quando ele é sistematicamente agredido por governo dirigido por quem, fundado no passado por militantes sociais, hoje prima pela rendição ao neoliberalismo; pelos ataques aos direitos trabalhistas; pela corrupção; pelo apoio ativo à política de dominação do imperialismo — enviando tropas ao Haiti; apoio à legitimação do DNU da intervenção no Iraque, etc. A atual metamorfose do PT não é fenômeno súbito. Fez parte desse processo o

Mario Maestri e Gilberto Calil

financiamento de campanhas por empresários; o abandono de reivindicações classistas; a burocratização das instâncias partidárias; a capitulação das administrações municipais e estaduais diante do mundo do capital. Enquanto consolidava-se o conservadorismo petista, amadureciam as condições para a formação de um partido que retomasse e superasse as reivindicações históricas do PT.

Um partido que abraçasse projeto classista e socialista, impulsionado por organização alicerçada na militância de base.

Capitulação geral

Nos anos 1990, milhares de militantes sociais romperam com o petismo, sem se identificarem em geral com nenhuma alternativa partidária. O processo acelerou-se com a política do PT nas administrações estaduais e a capitulação geral registrada na Carta aos Brasileiros, antes das eleições de 2002. Em 2003, ele intensificou-se quando o governo de Lula da Silva radicalizou as políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso.

A formação de governo dominado por representantes diretos do grande capital financeiro e exportador nacional (Rodrigues,

Furlan) e internacional (Meirelles, Palocci) e os ataques aos trabalhadores e à previdência pública determinaram inevitável resistência social, que ensejou a ruptura entre o petismo e o funcionalismo público, coração, em 2003, dessa oposição, e base social histórica do PT.

A oposição à reforma neoliberal da Previdência, liderada, sobretudo pelos trabalhadores públicos, foi apoiada por quatro parlamentares radicais — Babá, Heloisa Helena, João Fonte, Luciana Genro — que mantiveram intransigentemente seus compromissos com os trabalhadores, sendo, por isso, vilmente expulsos do PT.

Recomeçar de novo

A mobilização dos trabalhadores públicos criou as condições conjunturais para a criação de movimento pela formação de um novo partido. Em janeiro de 2004, os deputados radicais e suas tendências; militantes e intelectuais que haviam rompido com PT; um importante grupo de sindicalistas e militantes do PSTU e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, ativo na luta contra o latifúndio, associaram-se no lançamento do Movimento por um Novo Partido. Lamentavelmente, as exigências da direção do PSTU impediram que a combativa militância desse partido se integrasse ao processo. Em Brasília, menos de cinco meses depois, realizou-se o Encontro Nacional de fundação do P-SoL, com mais

de oitocentos estudantes, professores, sindicalistas, camponeses, trabalhadores, de ambos os sexos, envolvidos na luta pelo trabalho, ensino, educação, terra para quem trabalha; contra a discriminação, a opressão e a violência de classe, raça e sexo.

A realização do Encontro Nacional conclui a primeira fase de processo marcado por desafios e inevitáveis dificuldades. A definição do programa partidário provisório e dos estatutos do P-SoL registrou o acordo político entre agrupamentos com tradições diversas. Representa passo inicial na construção coletiva de programa que expresse as tendências e necessidades profundas da luta de classes no Brasil.

Processo que procurará uma primeira síntese geral no II Encontro Nacional, programado para janeiro de 2005.

Identidade mínima

Algumas definições do programa definem o compromisso do P-SoL com a luta social, entre elas, a democracia na luta pela imprescindível superação do capitalismo; o rechaço à conciliação de classes e a defesa do internacionalismo operário.

Os estatutos ditam as normas para efetiva democracia interna; para o controle do partido pela militância; para a necessária organização em núcleos dos militantes; para a subordinação dos dirigentes e parlamentares à direção coletivamente construída.

O mais urgente desafio do P-SoL é a reunião de 438 mil assinaturas para a sua legalização. Mas, para, além disso, colocam-se os desafios da luta de social, marcados pelo prosseguimento da violenta ofensiva neoliberal, que exige uma forte, organizada e lúcida reação do mundo do trabalho.

O desafio é igualmente imenso, no que se refere à construção orgânica do P-SoL. Impõe-se, sobretudo a estruturação dos núcleos de base; a gestação de política que lhe permita disputar a hegemonia na comunicação; a promoção de amplo debate sobre os estatuto e o programa provisórios; a organização da gestão democrática do partido. Esses desafios podem assustar os desavisados. Eles serão superados pelo entusiasmo de militância que resistiu às tentações do poder e à injunção de abater as armas diante dos hoje poderosos:

Eles serão superados por militância que conhece a urgência da superação de ordem desapiadada que, fonte de violência e angústia de todos os tipos, ameaça em forma crescente a própria sobrevivência da humanidade. ■

Mário Maestri e Gilberto Calil, historiadores, participaram da fundação do P-SoL, em Brasília.

Entrevista com a senadora Heloisa Helena

“O P-SoL é o partido da esquerda socialista e democrática que rejeita se lambuzar no banquete farto do poder”

RNB — *Antes do encontro nacional de 4/5 de junho você sempre dizia “construir um novo partido é uma travessia no deserto”. Agora que o primeiro passo foi dado e a travessia virou realidade, qual é sua posição como parlamentar do P-SoL e o que vai mudar nas suas relações políticas no Senado?*

Heloisa Helena: «O encontro de Brasília não deu só o nome e o programa ao novo partido P-SoL. Ele deu vida política ao Partido do Socialismo e da Liberdade que na realidade era o partido que todos nós da esquerda socialista e democrática sonhávamos poder construir. O P-SoL é o partido que pretende reagrupar a esquerda socialista e democrática. É o partido do movimento popular e de suas lutas.

É o partido que rejeita se lambuzar no banquete farto do poder ou de ficar prisioneiro dos cárceres dos palácios.

No Senado houve quem entendeu e por isso merecemos o respeito pelo difícil futuro que deveremos enfrentar. Houve quem

não quis entender porque é mais importante servir a patifaria neoliberal amarrada aos gícolos do FMI.»

RNB — *A nova lei eleitoral fixa em 438.000 o total das assinaturas necessárias para o registro do P-SoL no Tribunal Eleitoral. Alcançar este número será um verdadeiro sacrifício e, também conhecer o sabor amargo da travessia no deserto?*

Heloisa Helena: «Sem dúvida, no próximo semestre iremos enfrentar o monstro da legislação eleitoral. Para legalizar o P-SoL precisaremos de 438.000 assinaturas, mas, mesmo assim, em 9 estados deveremos atingir 5% dos votos válidos dados para a Câmara Federal na última eleição.

Além disso, há outros detalhes burocráticos que devem ser cumpridos durante o processo para o registro.

Enfim será mesmo uma travessia no deserto onde, no seu final, o P-SoL será o primeiro partido a conquistar um registro

a égide da nova legislação eleitoral, que nenhum dos partidos que estão presentes no Congresso teve de submeter-se à tamanha estrutura burocrática a vamos ter que nos submeter. Apesar das dificuldades estou convencida que vamos conseguir»

3 — *Potencialmente, o governo Lula será o principal inimigo do novo partido, incluindo porque muitos importantes militantes continuam se desfilando do PT, outros já afastaram que o farão após as eleições municipais. Este contexto pode dificultar a campanha pelo registro do partido?*

Heloisa Helena: «O importante é que nós, criar o novo partido P-SoL não vendamos nossas convicções e não rompemos a tradição da esquerda socialista e democrática. Há o cansaço e a exaustão física, montamos um fórum de debates durante todo o primeiro semestre

recorremos o Brasil todo oferecendo concessões às elites nos agrupamentos da esquerda para a construção do nosso programa próprio, do nosso estatuto. O P-SoL funciona como está profundamente enraizado na consciência do povo brasileiro e do Brasil democrático.

As pessoas mais simples, o camelo nas praças e o vendedor de lixo, às pessoas sofisticadas nos saguões dos aeroportos, descobriremos como elas entendem o direito de defender seu direito em que efetivamente acreditamos!

Por isso, quero sublinhar, as virtudes da campanha pelo registro do P-SoL serão

de tudo materiais porque, em termos de nós, não temos problemas em trabalhar com os movimentos sociais não temos dificuldades em dizer o que votamos contra as reformas sociais deste governo e por isso criamos o P-SoL.

Estamos todos muito felizes de poder lidar com qualquer tipo de dificuldades, inclusive não nos acovardamos diante das dificuldades que pretendiam serem donos dos nossos corações socialistas e das nossas vidas dedicadas à causa da liberdade!»

O governo Lula continua implementando as contra-reformas neoliberais, das quais a proposta do salário mínimo de R\$ 260,00 aprovada no Congresso

so com a chantagem e o rolo compressor das verbas para os projetos locais. Diante disto qual sua reação?

Heloisa Helena: «Ao se transformar na ferramenta triunfalista do neoliberalismo; ao trair a esquerda socialista e democrática e aprofundar o modelo neoliberal; ao negar todas as concepções programáticas acumuladas por meio da dor, do sofrimento, das lágrimas e do suor de milhares de militantes da esquerda socialista e democrática na América Latina, no Brasil e no mundo; enfim ao mudar de lado os senhores do governo Lula e do seu partido não conseguiram conseguiriam liquidar com o que existe de mais belo e precioso na esquerda socialista e democrática.

Se alguém prometeu que conseguiria enganar-se redondamente, porque a ninguém é dado o direito de destruir as bandeiras históricas. Nenhuma liderança e

nenhum Partido — nem o novo Partido — está ungido pelos deuses do universo ou autorizado pela classe trabalhadora a liquidar as bandeiras históricas e as concepções programáticas acumuladas pela esquerda socialista e democrática.

Então, se o que era o maior Partido da esquerda da América Latina se transformou na maior ferramenta da propaganda triunfalista do neoliberalismo, e se o Governo Lula, que se havia comprometido com mudanças estruturais profundas renega ou que prometeu, então é por que este partido e este governo, hoje, nada mais são que uma variante que aprofunda o modelo neoliberal no Brasil. Esta realidade justificou a criação do Partido do Socialismo e da Liberdade».

RNB — O debate sobre o programa do partido foi intenso, mas foi evidente que faltou tempo para definir algumas questões centrais. Acredita que no primeiro Congresso que se realizará durante o 5º Fórum Social Mundial de Porto Alegre será efetuado este debate?

Heloisa Helena: Nos tivemos que correr quase contra o tempo e todos aqueles que acompanham o nosso mandato parlamentar, sabem como ficou profundamente marcado, na nossa alma e no nosso coração militante, o processo de expulsão, para logo depois iniciar o debate no Brasil sobre a necessidade de debater e no mesmo tempo aglutinar militantes para dar seguimento a proposta de um novo partido que cresceu dentro de uma dinâmica política e conjuntural extremamente acelerada. É claro que até Porto Alegre haverá tempo e este debate terá evoluído».

RNB — Não há dúvida que, hoje, você é a parlamentar mais respeitada e até a mais amada, sobretudo pelas camadas populares pelo fato de não ter negado os compromissos assumidos com o povo. Por isso, os militantes do P-SoL e a própria Midia apontam você como candidata às eleições presidenciais de 2006?

Heloisa Helena: «Antes de tudo meu esforço e minha alegria foi de ter conseguido, juntamente com os companheiros e as companheiras, entregar ao povo brasileiro o P-SoL, Partido do Socialismo e da Liberdade, um abrigo para a esquerda socialista e democrática, para a esquerda livre que — volto a repetir — não se predispõe a ser prisioneira dos cárceres do poder e nem a se lambuzar no banquete farto dos palácios, por mais sedutores e cômodos que eles efetivamente sejam.

Agora vamos enfrentar a tarefa da campanha pela legalização, que como você bem lembrou é uma travessia no deserto e que não será fácil. Esta é nossa prioridade, legalizar o P-SoL com 438.000 assinaturas e alcançar o 0,5% em nove estados.

Depois, mas depois do P-SoL ter seu registro no TSE, se os companheiros e as companheiras que estão conosco nesta construção querem dar-me outra tarefa, seja ela simples ou complexa, sabem que podem contar comigo para todas as tarefas». ■

Parcerias Público-Privadas (PPP*) e o Brasil de seus sócios

Bloqueados os mecanismos estatais de indução do desenvolvimento por força dos sucessivos acordos com o FMI e demais instituições multilaterais, o planejamento da economia brasileira torna-se prerrogativa dos investidores interessados.

Luis Fernando Nova Garzon

Descarnado o Estado ao longo de mais de uma década de privatizações e desregulamentações, o esqueleto encontra serventia. Serve de cabouço para um novo *state building* baseado no recorte de marcos regulatórios, na criação de agências regulatórias "autônomas" e de tribunais de arbitragem que oficializem os variáveis consensos privados.

O Ministro do Planejamento, Guido Mantega, percebeu ao longo de 2003 que a única forma de "empoderar" sua pasta a torná-la um espaço de articulação para investidores externos.

Enquanto Palocci representa os olhos, os ouvidos e a voz do sistema financeiro no interior do Governo, Mantega representa os braços e pernas operacionais deste, as redes monopolistas à procura de diferenciação e ampliação de seus negócios. Enquanto o primeiro dita uma macroeconomia contracionista que vulnerabiliza racionalmente a economia nacional, o segundo oferece o único tônico revigorante disponível, os investimentos privados associados. Um administra o problema, o outro responde copiosamente a solução.

Os fundamentos exigidos pelos credores são garantias para os investidores; os interesses destes lastreiam os títulos da dívida. Essa é a gênese do projeto das Parcerias Público-Privadas. Autoria do próprio Ministério do Planejamento.

O resultado-mutilação como prova de quanto o Brasil pode se descaracterizar para enganar compradores.

As PPPs procuram consolidar um novo perfil de desenvolvimento para os países da periferia, no qual não há mais subalternidade do capital nacional já que pode ser subalterno algo que não existe.

Não se trata de um inocente desenvolvimento do subdesenvolvimento, mas da anulação das possibilidades de se construir dinamismo, autonomia e compartilhamento, na escala do país e da região.

As grandes corporações dirão para que servirá o Brasil, seu perfil ideal, o que produzir, o que consumir, como viver. Ao planejarem a infra-estrutura, predefinirão a natureza das atividades econômicas viáveis no país. Ao mercantilizarem os serviços essenciais à população, definirão a hierarquia definitiva de uma cidadania censitária, tanto mais iguais quanto mais endinheirados.

As Parcerias Público-Privadas representam a iniciativa de desnacionalização mais escandalosa e nefasta da história do país por que apresentadas em um momento agudo decomposição do território e ainda por forças políticas eleitas para reverter este

processo. As PPPs autorizam União, Estados e Municípios a delegar para grupos econômicos a execução ou gestão, total ou parcial, de qualquer "serviço, empreendimento e atividade de interesse público" — exceto, por hora, o poder de polícia e a administração da Justiça.

Permite, no pior estilo do governo FHC, que esta transferência seja financiada com recursos — e agora também com garantias — do Estado.

Elevam os privatizadores a uma categoria semidivina aos quais devemos agradecer por considerarem nossa existência como mortais. Por isso terão preferência para receber recursos públicos previstos no Orçamento, com prioridade inclusive sobre os salários do funcionalismo e a execução de programas sociais.

As parcerias representam uma interface entre a esfera estatal degradada por empresas políticas predatórias e redes econômico-financeiras com papel político sobredimensionado. É o reconhecimento da privatização e da transnacionalização do processo político-decisório do país.

Estado deixa de negociar com o capital a partir de vetores econômicos equivalentes e se luz, ele próprio, a um canal privado de negociação. O "novo ciclo de desenvolvimento" prometido pelo Ministro Mantega será um espetáculo do fatiamento do que sobra da economia nacional pelas transnacionais, com chancela e patrocínio de um Governo "popular".

ue a sustentou. No entanto o desenlace dessa crise ainda levaria uma década e meia para se manifestar plenamente e teria o ponto de ruptura no caracazo, uma rebelião popular que se prolongou por uma semana, a partir de 27 de fevereiro de 1989, e que resultou em mais de 1.500 mortos. O episódio, marcado por violentas manifestações de protesto e saques em várias cidades, ocorreu após a posse de Carlos Andrés Pérez, em dezembro de 1988.

Soberania e integração

Então fazer frente a uma crise de identidade e fuga de capitais, Pérez assinou um acordo com o FMI que incluía um certo aumento nos preços dos combustíveis para o mercado interno.

A rebelião — e uma feroz repressão — foi uma consequência lógica dessas medidas. E, depois da quebra, o povo encontrou um canal de expressão e um ponto de apoio: o tenente-coronel Hugo Chávez Frias, que tentara um fracassado levante militar contra o governo Pérez, em 1992.

Guiado à condição de herói nacional, Chávez foi eleito presidente em fins de 1998, com a promessa de mudar o país.

O processo chavista não tem como meta o socialismo, mas a luta pela soberania nacional e pela integração latino-americana. "Entretanto, é radical na busca por transformações estruturais", garante Rafael Vargas, ex-ministro da Secretaria da Presidência.

O centro de sua estratégia econômica é o controle do petróleo por parte do Estado

— a Pdvs (Petróleos de Venezuela, estatal petrolífera) sempre teve uma autonomia tamanha, que era chamada, nos anos 80, de "um Estado dentro do Estado" — e a diversificação da atividade produtiva, com justiça social. Busca, a duras penas, realizar uma reforma agrária e urbana que contemple a maioria despossuída.

Chávez não tem um partido revolucionário à altura deste nome e apresenta um estilo personalista e centralizador à toda prova. Mas há um marco importante: as classes dominantes o odeiam e ele rejeita concessões fáceis. É incentivada como poucos a organização popular. Não é tudo, dirão os mais exigentes. Mas é meio caminho andado para que ele vire seu país de pernas para o ar em favor de seu povo. ■

José Arbex Jr: o que está em jogo é o controle da Amazônia

"Atualmente, boa parte do território colombiano situado na fronteira entre Colômbia e Venezuela está controlada por tropas paramilitares, ou monitoradas por tropas estadunidenses. É a área onde se encontra uma das mais ricas bacias petrolíferas da América Latina", afirma Gloria Inés Flórez, diretora da ONG Promoção Social Alternativa, que há dez anos atua em defesa dos direitos humanos nas regiões fronteiriças do Nordeste e Sudeste, e na capital colombiana.

Gloria participou, em Caracas, de uma delegação de observadores internacionais do processo de reparo. Que ninguém se iluda: na Venezuela, o que está em jogo é o plano de ocupação militar imediata, dos Estados Unidos, de todo o território amazônico situado fora dos limites brasileiros (aqui, o processo também está em curso, mas com outras formas, ritmos e prazos). O verdadeiro nome do jogo não é tráfico, nem guerra ao terror. É controle do petróleo, das reservas de biodiversidade e da água. Do ponto de vista da Casa Branca, a derrota do governo Chávez vai abrir uma avenida onde já não há mais rua pavimentada. Na Venezuela, o que está em jogo é o controle da Amazônia e do Brasil como nação soberana.

Artáveis A tragédia humana é indescritível. O Plano Colômbia foi qualificado como Iniciativa Andina, para englobar também o norte e, talvez, outros países da região — expulsa de seus lares milhares de indígenas e camponeses, que, em situação precária, tentam encontrar refúgio em áreas próximas, incluindo os vizinhos, configurando um movimento migratório de proporções paráveis às encontradas em situações de guerra. Miseráveis abarrotam campos de refugiados onde, sem assistência, lutam para sobreviver as 24 horas seguintes. Parte deles tenta refazer a vida nas cidades colombianas, onde são tratados como lixo — literalmente: são qualificados como desechables, ou descartáveis. O relato de Gloria coincide com o de Blanca Chancoso, federação Nacional dos Povos Indígenas do Equador (Conaie), que denuncia como os EUA encontraram um expediente rápido para expulsar populações indígenas e camponesas indesejadas de suas terras fumegando com o "gás verde", um pesticida de elevadíssimo nível tóxico fabricado pela transnacional Monsanto (a mesma dos agrotóxicos). O pretexto para as fumegações — sempre há um pretexto — é a necessidade de destruir as plantações de coca. As fotos publicadas por Blanca mostram crianças em carne viva, por terem sido expostas à ação do gás. O despejo do "gás verde" nada tem a ver com

plantações de coca. Seu objetivo é "limpar a área", com o objetivo de criar vazios populacionais onde serão instaladas novas bases militares ou acampamentos avançados de tropas estadunidenses, ou paramilitares sob instrução e direção de oficiais estadunidenses. Trata-se, portanto, de uma clara ocupação militar do território, no mesmo estilo daquela praticada no Vietnã, onde utilizaram o desfolhante "agente laranja", também fabricado pela mesma Monsanto. A Venezuela, nesse quadro, é a força regional que ameaça atrapalhar os planos dos EUA para a ocupação da Amazônia.

O dedo estadunidense Hugo Chávez denunciou, em 10 de maio, a captura de 88 mercenários colombianos em ações paramilitares na periferia de Caracas. Washington tenta fomentar um conflito militar entre a Venezuela e os seus vizinhos já integrados à Iniciativa Andina (Colômbia e Equador).

Esse é o sentido da recente invasão do Haiti pelos EUA, realizada com a bênção do governo Lula. O Haiti, localizado na ilha Hispaniola (que divide com a República Dominicana), fornece uma base de operações muito próxima da fronteira Norte da Venezuela, e também situada a poucos quilômetros de Cuba. É um ponto ideal a partir do qual os EUA podem enviar os seus navios de guerra para uma eventual operação de cerco, como chegaram a fazer durante a tentativa de golpe contra Chávez, em 2002.

As ações militares se combinam com a ofensiva diplomática. Assim, em 26 de maio, o funcionário do Departamento de Estado dos EUA Roger Noriega acenou com a expulsão da Venezuela da OEA, caso o governo Chávez não respeitasse os resultados do processo.

Era uma clara chantagem, movida por um sujeito relacionado com a "máfia da Flórida", organização que garantiu, mediante a fraude, a condução de George W. Bush à Casa Branca. Outro braço da ofensiva diplomática foi fornecido pelo Centro Carter, que durante o processo de reparo multiplicou ameaças veladas ao governo, além de extrapolar todos os limites de um grupo "observador" para se tornar protagonista e organizador da oposição burguesa a Chávez. ■

A presença militar do Brasil no Haiti

(ou seja: outra tentativa de Celso Amorim para Lula poder ganhar um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas)

O núcleo de poder lulista encontrou no Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o indivíduo capaz de colocar nos fóruns internacionais a retórica do lulismo, procurando chamar a atenção da opinião pública internacional, com a demagogia das políticas compensatórias e/ou assistencialistas que não alteram a divisão internacional do trabalho e, sobretudo, não alteram as relações de dependência com o Primeiro Mundo.

Apresenta-se a política externa do governo Lula como extremamente progressista. Ela seria o contraponto da gestão conservadora de outros ministérios, notadamente o da Fazenda. No princípio do mandato, tal composição ainda podia ser possível, porém, de forma inexorável, o espectro conservador incorporar-se-ia à testa dos principais dirigentes do país, de modo que só retoricamente subsiste o ideário da introdução de um modelo sócio-econômico alternativo que lizesse frente à herança neoliberal. Assim, estaria posta a dicotomia da gestão petista.

De início, o descompasso entre discurso progressista e prática conservadora apresentava-se como temporário: as políticas compensatórias seriam provisórias, ou seja, mercenárias como, por exemplo, o programa de combate à fome.

No entanto, transcorrido quase ano e meio de gestão, o governo prolonga indefinidamente o processo de transição, como forma de aceitar tacitamente a gerência do modelo neoliberal e, ao mesmo tempo, delimitar e, conseqüentemente, controlar a existência de focos nacionalistas/esquerdistas. A partir de tal estrategema, gera-se uma visão ambivalente sobre a real identidade do governo.

Assim, o contraponto à ausência de ação individual com vistas, de imediato, à modificação interna da estrutura vigente é a recusa da transformação coletiva de longo

Virgílio Caixeta Arraes

prazo do cenário mundial, o que enseja a presença constante do governo em diversos fóruns, quer de organizações internacionais, como a ONU, quer de entidades civis, como o Fórum Social Mundial.

Deste modo, o núcleo governamental encarrega o Ministério das Relações Exteriores de elaborar a política compensatória ideológica da gestão Lula, ao apresentá-lo, perante a opinião pública internacional, como o estadista que se predisporia incansavelmente a digladiar contra os efeitos deletérios do processo de globalização.

Neste contexto, Lula tornar-se-ia o menestrel dos anseios dos povos do 3º Mundo, advindo então a imperiosa necessidade das inúmeras viagens.

O reconhecimento viria inclusive dos meios de comunicação internacionais, expresso pelos semanários *Time* — que o alçou a uma das principais lideranças globais — e *The Economist* — que lhe dedica elogios à condução de sua política externa. Seria a vitória da chamada diplomacia presidencial.

No entanto, torna-se impreterível reconhecer que até mesmo a retórica progressista de sua política externa não se sustenta mais, ao surgir a questão do envio de

tropas ao Haiti, o mais pobre dos países americanos. A princípio, o governo justificava a expedição militar em face das resoluções nº 1529 e 1542, emanadas entre 29 de fevereiro e 30 de abril, das Nações Unidas, que, por seu turno, teriam sido influenciadas pelos temas de direitos humanos e instabilidade política. Além do mais, a ida ao país contribuiria para reforçar o quase centenário — considerada a existência anterior da Liga das Nações — pleito do Brasil de ter assento permanente no Conselho de Segurança da instituição quando de uma hipotética reforma sua.

A despeito de ter sido aprovada pela mais representativa das organizações internacionais, a missão de paz não ofusca o fato de que a manifestação a posteriori das Nações Unidas derivou do golpe de Estado efetivado pelo Estados Unidos — sem protesto da França —, depois de fracassadas negociações para estabelecer a divisão de poder entre grupos políticos do país.

Da recusa do Presidente Jean Bertrand Aristide em concordar com isto, resultaria, posteriormente, sua saída pela renúncia — forçada segundo ele — da Presidência.

A atitude norte-americana poderia ter sido influenciada também pela numerosa colônia haitiana nos Estados Unidos — localizada principalmente na Flórida e Nova York — em ano eleitoral. Não custa lembrar a estreita vitória obtida pelos republi-

o ano 2000 na Flórida, estado em haitianos constituem o segundo estrangeiro, apenas atrás dos cuba- tanto, dentro da nova ordem mun- uestão haitiana insere-se em inte- políticos norte-americanos e, em scala, franceses.

bastante as acusações imputadas à Aristide -- inclusive de fraude em eleição presidencial de 2000 -- a brasileira, com efetivo superior a ar de homens, corrobora desres- princípio da autodeterminação e ência, apesar de ratificação poste- lações Unidas, que, no pós Guer- ão consegue manter a adequada dos desígnios norte-americanos. nde mais quando perpetrado por auto-proclamado de esquerda, ais atento à manipulação dos prin- acionados a direitos humanos paro para ocupações territoriais ções de governantes, na esteira ia consagrada pelo Presidente em meados dos anos 90 -- ao viabilização de uma comunida- tal de justiça universal e direi- is, independentemente das fron- elecidas, como requisito essen- na perene paz democrática.

ao futuro lugar permanente lho de Segurança, por quais Brasil lograria êxito para a cução de tal aspiração?

nte, não se encontra entre as rças armadas do globo; Eco- e, possui uma das piores dis- : renda do planeta e sua renda tá distante das mais significati- is, seus investimentos em a 3ª Revolução Industrial são nente insuficientes.

nte, não consegue exercer li- ro do MERCOSUL no enca- de grandes temas como divi- reio ambiente, industrializa- nternacional do trabalho etc is no restante da América La- encontra o México, mais te com os Estados Unidos e nos frágil economicamente. mente desnecessário enume- os como Japão, Alemanha, rica do Sul, Canadá que seri- rrentes do Brasil. Portan- da de que a política externa a integra-se também ao viés dotado pelo PT desde sua ler, restando diferente ape- ade. ■

Arraes é professor do departa- s Internacionais da UnB

Morreu no Haiti (de estresse ou de susto) o cabo Rodrigo Duarte Azevedo: Esta é a primeira vítima

Um porta-voz das forças armadas brasileiras que estão partici- pando de uma força de paz no Haiti confirmou a morte de um militar brasileiro que estava no país.

O cabo da Marinha Rodrigo Duarte de Azevedo, de 25 anos, morreu depois de começar a pas- sar mal na noite de de dia 21a bor- do de um navio que estava no por- to de Porto Príncipe, a capital haitiana.

Ataque cardíaco

Uma nota oficial preparada pe- los militares brasileiros no Haiti diz que o cabo Rodrigo, residente do Rio de Janeiro, sofreu um ataque cardíaco e morreu às 2h, hora local (3h, hora de Brasília). A nota enfatiza que o militar não estava envolvido em atividades de combate.

Esse foi o primeiro militar brasi- leiro a morrer no Haiti desde que as forças do Brasil começaram a che- gar ao país para participar da força de uma estabilização internacional, no início deste mês.

O Brasil deve enviar um total de 1,2 mil soldados ao país e lidera a missão, que conta com a participa- ção de militares de outros países.

Um avião da FAB (Força Aérea Brasileira) foi pegar no Haiti o cor- po de Rodrigo Duarte de Azevedo para o Rio de Janeiro, aonde deve chegar nesta quarta-feira à noite. ■

Muitos heróis por uma poltrona na ONU

Quando o cabo Rodrigo partiu do Galeão, os membros do governo e do Estado Maior aplaudiram. Só as mães choramingavam. O presidente Lula, feliz, revivia o sonho que há mais de um ano o atormenta: sentar-se na poltrona do Conselho de Segurança da ONU.

Pois, Celso Amorim, (o chanceler) garantiu a Lula que se o Brasil intervem militarmente no Haiti no lugar dos EUA será mais fácil, convencer Bush. Desta forma, também, a reeleição fica mais facil, afinal quem vai represen- tar o Brasil no Conselho de Segurança deve ser presidente!

O avião da FAB chegou no Galeão com o corpo do Rodrigo, primeiro cabo da Marinha morto no Haiti. Cadê as autoridades? Cadê as honras militares? Cadê os ministros com os óculos escuros? Cadê o presidente mimando um choro patriótico? Ninguém.... Pois é, o Duda disse que não pode montar o espetáculo porque o cabo morreu de ataque cardíaco como um qualquer carioca estressado. Colapso não é morte de herói!

Oxalá que a família possa receber a pensão, afinal morreu no Haiti com o uniforme da Marinha de Guerra brasileira em missão internacional! ■

Dupla Derrota de Berlusconi

O nova centro-esquerda (com Rifondazione Comunista) ganha as eleições europeias e as municipais, tudo isso, com a mídia nas mãos de Berlusconi

Através de suas rede de televisão e jornais, Berlusconi planejava alcançar um sucesso eleitoral "BIS para consagrar a hegemonia política de seu partido "Forza Itália" e, assim enterrar a oposição de centro-esquerda e, também não depender demasiado do apoio de seus aliados os pós-fascistas de AN e os separatistas nortenhos da Lega. Porém nas eleições europeias e nas municipais de 12 e 28 de junho os eleitores desmancharam os planos de Berlusconi.

Heitor de Figueiredo

Esta dupla derrota é determinante por que representa o sentimento de rejeição da maioria eleitoral — não propriamente toda de esquerda — por este governo de direita e, sobretudo, pela maneira, arrogante e reacionária, como está governando o país.

Para além dos erros na política econômica o que mais revoltou os italianos foi Berlusconi ter legitimado todas as mentiras de Bush para invadir o Iraque e ter obrigado o governo a votar o envio de tropas italianas para servir ao lado dos ocupantes norte-americanos.

Após a execução de um refém italiano (um "expert em segurança") e a captura de mais três, a rejeição dos eleitores cresceu inclusive porque era evidente que o governo estava negociando a libertação com o objetivo de que a mesma acontecesse pouco antes das eleições europeias.

Por seu lado, os pós-fascistas de Aliança Nacional e o ministro da Justiça (da Lega) promoveram uma violenta campanha midiática para "extraditar" todos os exilados políticos italianos que desde a década de oitenta vivem refugiados em vários países do mundo.

Apesar disso tudo, o juízo da maioria dos italianos não mudou. A verdade é que estão cansados da direita e de seus aliados, que no governo desde 2000, tudo fizeram menos que melhorar a qualidade de vida e do contexto sócio-econômico que continua crítico, sobretudo no que diz respeito ao desemprego para os jovens, a lentidão dos serviços públicos (educação e saúde), o combate à criminalidade organizada e a salvaguarda do meio ambiente.

Desemprego e imigrantes

As reformas neoliberais que os partidos

A esquerda berlusconi baixa a cabeça como um servente diante de seu líder máximo, George Bush. À direita a primeira página do jornal italiano *Il Manifesto* após as eleições europeias com a manchete «Lo sconfitto= O derrotado».

da centro-esquerda implementaram na década de noventa querendo emular a Terceira Via do trabalhismo britânico de Tony Blair, foram radicalizadas pelo governo Berlusconi que privilegiou os programas de flexibilização e precarização do trabalho, com vista aumentar os lucros do empresariado, mas, sobretudo, para quebrar as três centrais sindicais CGIL (esquerda), CISL (católica) e UIL (progressista).

O sucesso financeiro que o empresariado obteve implicou um altíssimo custo social pelo governo que enfrenta a disparada do desemprego juvenil e a chegada de imigrantes clandestinos dos países da Europa do Leste (Romênia, Polônia, Slováquia, Bulgária, Rússia); dos Balcãs (Albânia, Sérvia, Croácia, Macedônia); do Oriente Médio (Turquia, Iraque, Jordânia); da África do Norte (Marrocos, Tunísia e Argélia), e também de países asiáticos, africanos e latino-americanos.

O motivo disso tudo é a elevada oferta de emprego nas indústrias, terceiro setor e comércio. De fato, os imigrantes, (na maioria ilegais) são remunerados com salários menores, em média 50% menos que os que são pagos aos italianos e sem nenhum direito trabalhista.

O absurdo é que enquanto empresários e comerciante lucram explorando os imigrantes, o governo do mega-empresário Berlusconi implementa leis cada vez mais repressivas contra os imigrantes.

Os erros da Terceira Via

É evidente que um dos motivos do sucesso de Berlusconi foi a desilusão do eleitorado de esquerda e progressista com o anterior governo de centro-esquerda de Massimo D'Alema, em virtude de este ter optado pelas cartilhas do programa neoliberal. Por isso, o novo centro-esquerda, liderado pelo católico Prodi, para ganhar as eleições europeias e as municipais, expressou uma clara autocrítica comprometendo-se em não repetir os erros do passado. Assim, além de promover uma frente política ampla com a participação de Rifondazione Comunista, Prodi aposta em um programa de desenvolvimento sustentado capaz de viabilizar a recuperação econômica do país.

Berlusconi disse que, mesmo derrotado continuará a governar até o fim da legislatura, isto é junho de 2006. Isto significa que os italianos deverão suportá-lo até 2006, para depois derrotá-lo para sempre. ■

HELOÍSA HELENA

Por MARCONE FORMIGA
Fotos: Brasília Em Dia

O sol por testemunha

No dia da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, rompendo o seu espartano estilo de se vestir, sempre de calça jeans e camiseta branca, a senadora do PT alagoano, Heloísa Helena, subiu a rampa do Palácio do Planalto, metida em um vestido crochê vermelho, que exibia um par de pernas bem torneadas, concentrando olhares e holofotes. Não faltaram interpretações maliciosas ou insinuações de que a conquista do poder mudaria seus hábitos, o que ocorre com muita frequência em Brasília, quando poucos resistem ao deslumbramento. Quem apostou na mudança dos hábitos e do pensamento ideológico da senadora, enraizada com o socialismo democrático, dias depois de instalado o novo governo, conferiu que as previsões a seu respeito eram equivocadas. Heloísa Helena foi a primeira voz a se levantar para cobrar coerência ao PT, que conquistava o poder com

um discurso mas que, no Palácio do Planalto, demonstrava uma postura mais neoliberal do que a do próprio Fernando Henrique Cardoso, que o partido tanto criticava. A rebeldia foi tanta que sua cabeça foi uma das primeiras a ser guilhotinada pelos seus antigos companheiros, que não hesitaram em expulsá-la do partido que ajudou a fundar. Muitas lágrimas foram derramadas, mas depois de juntar os caquinhos, ela resolveu voltar à luta, estruturando um novo partido - o P-Sol. Com a mesma determinação de luta do passado, tem a convicção de que abre uma nova alternativa para a esquerda, uma esquerda que espera coexistir e não está disposta a fazer concessões. É o que demonstra em sua peregrinação pelo país inteiro.

Marcone Formiga - Começar de novo, criando um novo partido, tijolo por tijolo, vai valer a pena? A senhora continua magoada com a expulsão do PT?

Heloísa Helena - Sempre que essa questão, da mágoa, me é colocada, costume deixar bem claro que estou de consciência tranqüila e de cabeça erguida.

Marcone Formiga - Mas, senadora, estruturar um novo partido, não seria uma aventura digamos, quixotesca, para enfrentar forças partidárias mais estruturadas?

Heloísa Helena - Lançamos o P-SOL - Partido do Socialismo e da Liberdade no começo de junho, abrindo um caminho para o

povo brasileiro um abrigo seguro para uma esquerda verdadeiramente socialista, democrática. Um partido que jamais fará a medíocre opção de se lambuzar no banquete farto do poder ou ser prisioneira dos cárceres dos palácios. Aventura quixotesca não é, porque não pretendemos lutar contra moirões de ventos inexis-

tentes, O nosso combate é muito visível. Agora, é difícil estruturar um partido no Brasil, com uma legislação eleitoral que pode ser considerada um verdadeiro monstro, que nos levou, pela as exigências, a ser confundido com os partidos nancicos ou de aluguel, destinados apenas a ser um balcão de negócios nas campanhas eleitorais. Mas não reclamamos da legislação eleitoral, apesar de tudo, principalmente porque o nosso partido será o primeiro a obter o registro sob a égide da nova legislação. Nenhum dos partidos atuais teve que se submeter a estrutura burocrática a que teremos que nos submeter. Mas, mesmo assim, estamos muito felizes.

Marcone Formiga - Por quê?

Heloisa Helena - Porque não estamos colocando à venda as nossas convicções, nem romperemos, jamais, a postura da tradição esquerdista, socialista e democrática. Podemos estar cansados, exaustos fisicamente, porque, durante meses, sustentamos um fórum de debates, percorrendo todos os pontos do país, para a construção democrática do nosso programa, do nosso estatuto.

Marcone Formiga - *E de todo esse contato com os mais diferentes segmentos étnicos e sociais, o que a senhora recolhe?*

Heloisa Helena - Uma descoberta enriquecedora como experiência e de avaliação do potencial e a determinação do povo brasileiro, e como pulsa firme no coração de cada um o sentimento democrático. Isso, pude sentir, até nos olhos, das pessoas mais simples, do camelô ao gari, inclusive de empresários, que me procuravam no balcão de *check-in*

nos aeroportos, todas essas pessoas defendendo o direito de lutar por aquilo que realmente

O que se assistiu no Brasil foi a transformação de uma ferramenta triunfalista do neoliberalismo, uma traição a esquerda socialista e democrática, aprofundando o modelo neoliberal, negando todas as concepções programáticas acumuladas por meio da dor, do sofrimento, das lágrimas e do suor de milhares de militantes da esquerda socialista e democrática na América Latina, no Brasil e no mundo

Marcone Formiga - *Existe um sentimento de frustração?*

Heloisa Helena - O que se assistiu no Brasil foi a transformação de uma ferramenta triunfalista do neoliberalismo, uma traição a esquerda socialista e democrática, aprofundando o modelo neoliberal, negando todas as concepções programáticas acumuladas por meio da dor, do sofrimento, das lágrimas e do suor de milhares de militantes da esquerda socialista e democrática na América Latina, no Brasil e no mundo. Quando mudaram de lado, se alguns imaginavam que conseguiriam acabar com aquilo que é o mais precioso na esquerda socialista e democrática, cometeram um equívoco. Enganaram-se porque a ninguém pertence o monopólio das bandeiras históricas. Elas não pertencem a nenhum partido, a nenhuma liderança, porque nenhum homem está ungido pelos deuses do universo, ou autorizado pela classe trabalhadora, a liquidar essas bandeiras históricas, como também as concepções programáticas acumuladas pela esquerda democrática e socialista. Aquilo que era o maior partido de esquerda da América Latina

se transformou na ferramenta da propaganda triunfalista do neoliberalismo, e o governo de Lula, que se comprometeu com mudanças estruturais profundas, hoje nada mais é do que o aprofundamento do modelo neoliberal

Marcone Formiga - *Além do Sol, o novo partido não estaria prometendo o céu também?*

Heloisa Helena - O Sol - o Partido do Socialismo e da Liberdade que levar ao povo brasileiro a certeza de renascer, a cada dia, ao amanhecer, com coragem, determinação e solidariedade. Independente das convicções ideológicas e da identidade, todos sabem como ficou marcado na nossa alma e no nosso coração, o processo de expulsão (do PT), e por isso buscamos um caminho democrático para a esquerda livre, que não cede ao jogo de sedução do poder.

Marcone Formiga - *A senhora se refere ao governo Lula?*

Heloisa Helena - Nos, socialistas democráticos, chegamos a um consenso, ressaltado com todas as letras no P-Sol. E o seguinte:

Os 52 milhões de brasileiros que acreditavam nele (Lula) acreditavam que assistiram, a partir da sua posse, uma nova trajetória governamental. Mas não aconteceu isso, muito pelo contrário. O que houve, para a frustração geral, principalmente nossa, que mantivemos a crença, foi uma guinada ideológica do governo, ou seja, o Partido dos Trabalhadores passou a desempenhar a função de crença de transmissão das ideias da Esplanada dos Ministérios

te, que a vitória de Luis Inacio Lula da Silva consubstanciou na rejeição do modelo neoliberal imposto a partir da conquista do poder por Fernando Collor, que

se expandiu de maneira impressionante nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Os 52 milhões de brasileiros que acreditavam nele acreditavam que assistiram, a partir da sua posse, uma nova trajetória governamental. Mas não aconteceu isso, muito pelo contrário. O que houve, para a frustração geral, principalmente nossa, que mantivemos a coerência, foi uma guinada ideológica do governo, ou seja, o Partido dos Trabalhadores passou a desempenhar a função de correia de transmissão das decisões da Esplanada dos Ministérios.

Marcone Formiga - O que fazer?

Heloísa Helena - Falando por nós, estabelecemos que a plataforma de ação deve ser capaz de sintetizar, não um simples enunciado de palavras-de-ordem, mas a articulação das reivindicações dos trabalhadores e do povo com a necessária ruptura com o FMI, com a dívida externa e a Alca. Além de outro item muito importante - sua ligação à mudança do regime social e a conquista de um governo dos trabalhadores e das classes populares exploradas e oprimidas no capitalismo, temos a certeza que o caminho da luta, da mobilização direta, do apoio às greves pelas reivindicações é o caminho central por onde passa a defesa dos melhores salários, o direito ao trabalho, à terra, e para enfrentar os ataques do imperialismo, dos capitalistas e seus governos. Queremos o governo dos trabalhadores, dos camélos, sem medo de morrer.

Marcone Formiga - Qual é o perfil da economia brasileira atualmente?

Heloísa Helena - Antes de elaborarmos o programa do nosso partido nos debruçamos sobre essa questão. Recolhemos uma conclusão que já tínhamos uma noção, mas que era muito mais acentuada do que na ótica normal. Com lupa, ficou clara a leitura que justifica a defesa dos interesses daqueles mais poderosos: a burguesia brasileira é sócia da dominação imperialista. Isso se manifesta de uma forma dramática, conforme concluímos: ao mesmo tempo em que mais de 50 milhões não têm o que comer, apenas cinco famílias, repito: cinco famílias concentram um patrimônio equivalente a 46% da riqueza gerada por ano no país (PIB). E os trabalhadores mais pobres, ou seja, 39 milhões de trabalhadores, detêm apenas 15% da renda nacional.

Marcone Formiga - E por que isso acontece?

Heloísa Helena - Por uma razão óbvia: a ausência de nacionalização na indústria e no próprio sistema financeiro nacional, quando começou um acelerado processo de fusões e aquisições, aceita sem qualquer questionamento por parte de setores da classe dominante nacional. Tudo isso sob a regide do modelo neoliberal.

Marcone Formiga - A senhora poderia explicar melhor?

Heloísa Helena - Meu pensamento é sintetizado pelo programa do Partido Socialismo e Liberdade, quando demonstra a força imperativa do capitalismo no mundo inteiro, que conduz com celeridade a humanidade a uma crise global. E de que forma isso se reflete? Através da destruição da natureza, conflitos

mundiais, uma selvagem especulação financeira, a excessiva exploração do trabalho e o nível de miséria que cresce dia após dia. Estamos proporcionando, sem falsa modestia, uma viável alternativa global para o país através de um processo de acumulação de forças. E acredito, com muita firmeza, que isso só pode ser atingido através de um enfrentamento revolucionário contra essa selvagem ordem capitalista estabelecida, que procura impor suas regras à custa do

A burguesia brasileira é sócia da dominação imperialista. Isso se manifesta de uma forma dramática, conforme concluímos: ao mesmo tempo em que mais de 50 milhões não têm o que comer, apenas cinco famílias, repito: cinco famílias concentram um patrimônio equivalente a 46% da riqueza gerada por ano no país (PIB). E os trabalhadores mais pobres, ou seja, 39 milhões de trabalhadores, detêm apenas 15% da renda nacional.

suor e do sangue dos trabalhadores.

Marcone Formiga - Como isso seria possível?

Heloísa Helena - O programa do meu partido, daqui por diante, será o meu manual de instrução. É este o livrinho, bem explicitado, que o capital financeiro-imperialista não se limita à sangria do pagamento da dívida e dos ajustes de impostos pelo FMI. Pretende impor, agora, com os acordos em negociação, as condições para um aumento maior da exploração, com a resultante dilapidação dos nossos recursos naturais e energéticos. Um programa alternativo para o país tem que ter nas suas bases fundadoras o horizontes da rup-

tura com o imperialismo e suas formas de dominação. O Brasil precisa de uma verdadeira independência nacional. E ela só é possível com uma rejeição explícita à dominação imperial.

Marcone Formiga - *E o que mudaria para os trabalhadores?*

Heloísa Helena - Também está no nosso programa o com-

promisso de promover um resgate da independência política dos trabalhadores e excluídos. Isso não significa, como fica claro no texto do programa, que não estimulamos a conciliação de classes - as nossas alianças para construir um projeto alternativo têm que ser as que busquem soldar a unidade entre todos os

setores do povo trabalhador. Por isso mesmo, serão essas as alianças que irão permitir a construção da auto-organização independente e do poder alternativo popular para além dos limites da ordem capitalista. O nosso partido, de uma maneira clara, rejeita os governos comuns com a classe dominante.

Idéias & Debates

Renascendo a cada dia !

Heloísa Helena

Omniamos uma verdadeira travessia ao deserto para construir um abrigo para a esquerda socialista e democrática que não se rende aqueles que ousam pensar serem capazes de aprisionar nos cárceres do poder militantes dedicados a construção de uma Nação soberana, livre, justa, fraterna, socialista.

Reconhecemos que são muitos os entraves burocráticos da legislação eleitoral para o registro de um novo partido - e que o desencanto com a traição ideológica e programática patrocinado pelo Governo Lula e a cúpula palaciana do PT também funciona como obstáculo - pois legitima no imaginário popular que todos são iguais quando tocam o "solo sagrado" do Palácio do Planalto e se comportam como se ungidos fossem pelo universo para patrocinar impunemente o que condenaram ao longo de suas histórias de vida.

Mas conhecemos também como está enraizado na alma do povo brasileiro o sentido democrático e mesmo os que não compartilham com a nossa forma de transformar o mundo de-

tendem que possamos lutar pelo que acreditamos. Assim, renascemos a cada dia e nos encontramos com milhares de lutadoras e lutadores do povo, andarilhos incansáveis que não aceitam enterrar as bandeiras históricas da classe trabalhadora e todas as experiências e vertentes teóricas que ousam bravamente questionar o pensamento único e a verbosidade da patrilinha capitalista.

O novo Partido - cujo nome, Programa e Estatuto serão aprovados no I Congresso Nacional em 5 e 6 de junho - será uma alternativa partidária democrática e plural, de massa e internacionalista, liberta de qualquer doutrinarismo e espírito de seita, com mecanismos que garantam a participação ativa da militância, com pleno direito de tendências e profundo respeito às minorias e ao direito de opinião.

Se o PT resolveu - infelizmente sem a convocação de um Congresso Partidário - abrir mão da importante condição de maior partido de esquer-

da da América Latina e se transformou na mediocre correia-de-transmissão do Governo Lula e na vergonhosa ferramenta da propaganda triunfalista do neo-liberalismo não conseguiu aniquilar o que temos de mais belo e generoso pulsando nos corações socialistas de milhares de militantes da esquerda livre e democrática espalhados pelo nosso querido Brasil. E se as lágrimas que derramamos

no processo de expulsão deixaram cicatrizes na alma, sabemos também que só tem cicatriz na alma quem não se acovardou, quem esteve no campo de batalha lutando pelo que acredita e quem resistiu a sedutora modalidade de vender convicções para se lambuzar no banquete farto do poder.

Estão todos convidados para o I Congresso Nacional em Brasília.

ÉTICA

Coerência alagoana

Enquanto a maior parte dos senadores do Conselho de Ética faz de tudo para esconder as denúncias contra os colegas, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) tem se destacado ao trabalhar para que tudo seja apurado na Casa.

Antenada com as ruas, Heloísa não tem se incomodado em ser voz praticamente isolada entre os parlamentares. Ao contrário. Na semana passada, manteve a coerência, enquanto senadores do PFL, PMDB e PSDB arquivaram as acusações que envolvem o peemedebista Ney Suassuna (PB).

GERSON CAMAROTTI

ENTREVISTA

Por MARCONE FORMIGA

A cangaceira

Na berlinda nacional desde que começaram a surgir versões de que teria votado contra a cassação de Luiz Estevão, a senadora petista Heloísa Helena repete até a exaustão, com seu forte sotaque alagoano, quase que como um clichê indignado: "Já repeti mais de 100 vezes que votei a favor da cassação daquele cachorro".

A senadora, de 36 anos, que chocava seus colegas pela linha radical de seus discursos e com o estilo despojado de se vestir, de calça jeans e camiseta, em um ambiente austero, onde o zelo pela liturgia sempre foi seguido à risca desde 1826, quando o Senado Federal foi fundado, está disposta a provar que foi a maior vítima da quebra do sigilo no painel eletrônico.

Com uma Bíblia, já bastante manuseada, sobre sua mesa de trabalho, onde se destaca, abaixo do vidro protetor, uma oração de Santo Expedito, o santo protetor de causas urgentes, e as paredes decoradas com posters de Che Guevara e Carlos

Marighela, ela concedeu a entrevista que se segue no meio de um feriado. Seu gabinete era o único que funcionava em todo o edifício do Congresso Nacional.

Guerrilheira ou cangaceira? Sem dúvida que está mais para cangaceira.

HELOÍSA HELENA

Marcene Formiga - A senhora está vivendo um processo kafkiano... Como explicar todo esse questionamento em torno do seu voto no dia da cassação de Luiz Estevão? (Antes de responder limpa a garganta, parece se irritar, mas depois se acalma)

Senadora Heloísa Helena - Eu gostaria de responder qualquer pergunta, mas, antes, peço-lhe um pouquinho de calma, porque vou recorrer à milenar sabedoria oriental. Pode ser?

Marcene Formiga - Claro, senadora, até porque entrevista não é CPI, a senhora fala o que quiser...

Senadora Heloísa Helena - Pois bem. Certa vez o conselheiro mais próximo e de mais confiança do rei, chamado Pang Cong, foi designado para assumir uma tarefa importantíssima, que era acompanhar e proteger um príncipe no cumprimento de um tratado entre dois Estados, que estavam em guerra. Como Pang Cong, que era o conselheiro mais estimado pelo rei, sabia que, na sua ausência, certos cortesãos iriam difamá-lo diante do monarca, resolveu fazer algumas perguntas ao rei: "Majestade, se alguém vos contasse que um tigre está vagando pelas ruas da capital, acreditarias nele?" Ao que o rei respondeu de pronto: "Claro que não. Como tal seria possível?" "Mas", continuou Pang Cong, "se uma segunda pessoa trouxesse a notícia, Vossa Majestade dar-lhe-ia crédito?" Após refletir um momento, o monarca respondeu: "Não. Mesmo duas pessoas não me convenceriam". "Mas", continuou Pang Cong, "se uma terceira pessoa viesse e dissesse que viu um tigre na capital... Vossa Majestade acreditaria nisso?" "Acreditaria" - respondeu o monarca, "se três pessoas dizem a mesma coisa, deve ser verdade". Então, o conselheiro fez a observação pretendida: "Majestade, partirei em breve em direção ao distante estado de Zhao para acompanhar o vosso filho, o nosso príncipe. Durante a minha ausência certamente mais de três pessoas virão aqui caluniar-me. Espero que Vossa Majestade pense duas vezes antes de chegar a

quaisquer conclusões". O rei concordou com a cabeça e disse: "Entendo perfeitamente o que dizes. Vai sossegado".

Marcene Formiga - Bom, e o que aconteceu? (Ela sorri, gesticula afirmativamente com a cabeça, com um sorriso resignado)

O laudo mostrava como era errado o procedimento de definição e atribuição de senhas aos senadores, ou seja, a escolha das nossas senhas não são aleatórias, alguém as escolheu, colocou em um envelope e nos entregou. Mas como não nos preocupamos com isso, não tememos nada. O Senado não tem a digital como a Câmara tem

Senadora Heloísa Helena - Como previu o conselheiro, muitos cortesãos se apressaram em pedir audiência ao rei e caluniaram Pang Cong. De início, o rei não deu ouvidos, mas com a intensidade da condenação a Pang Cong, o monarca foi ficando desconfiado, até acabar se convencendo do suposto mau caráter de seu principal conselheiro. Ao retornar, mesmo tendo Pang Cong cumprido sua missão, trazendo o príncipe a salvo, percebeu que já não tinha a confiança do monarca, simplesmente porque boatos, repetidos com frequência, passaram a ser vistos como verdade absoluta. Ou seja, três pessoas podem criar um tigre do nada!

Marcene Formiga - Seu voto seria, então, um tigre?

Senadora Heloísa Helena - Desde o ano passado, quando saiu aquela nota no Ricardo Boechat (*columnista de O Globo*), insinuando que meu voto foi contra a cassação de Luiz Estevão eu fiquei muito surpresa. Era de tal indignidade a suspeita que estava se colocando contra mim, que eu fiquei muito indignada. Eu fui ao plenário e fiz uma questão de ordem sobre isso, para entender o significado da nota, porque eu tinha absoluta convicção de que tinha votado pela cassação. Nós trabalhamos muito por isso, não por questão pessoal, nem

por sentimento de petista derrotado nas eleições em Brasília, que era o que Luiz Estevão proclamava. Mas era em função de toda avaliação que fiz com relação aos procedimentos investigatórios na CPI do Judiciário. Depois o trabalho feito para formalizar a representação dos partidos pedindo a cassação, o trabalho no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o trabalho já na Comissão de Constituição e Justiça... Era como se toda a minha história de vida construída com tanta dignidade, com ética, e a minha palavra fossem jogadas na lixeira. Naquela ocasião, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães foi ao plenário e disse que não era nada disso, que era impossível violar, que tinha certeza que seria impossível eu ter uma posição diferente...

Marcene Formiga - E o que aconteceu a partir daí?

Senadora Heloísa Helena - Depois da nota do Ricardo Boechat, dos esclarecimentos que foram dados pelo então presidente do Senado Federal, sentado na cadeira de presidente, pelo laudo apresentado pelo Prodasen, eu entendia isso tudo como uma conversa de vadios em mesa de bar ou conversa de moleques travestidos de homens porque usam terno e gravata e desfilam pelos corredores do Congresso Nacional. Até porque, se existisse alguma possibilidade de provar isso, é evidente que fariam.

Marcene Formiga - Mas o assunto não esgotou. Voltou a tona com a conversa dos procuradores...

Senadora Heloísa Helena - Quando saiu a conversa no Ministério Público, eu fiquei irada. Acho que fui ao topo da mais alta montanha de indignação. Eu acho que se encontrasse os responsáveis naquela semana eu era capaz até de um gesto físico mais violento. Para quem não tem honra, não tem dignidade, a calúnia e a difamação não produzem efeitos. Especialmente para os políticos bandidos desse país. Se eles se irritam, pegam seus dólares e vão passear na Europa, em Miami. Agora, eu fiquei indigna-

da. Depois fiquei profundamente triste, pela injustiça. Eu não consegui aceitar que a minha palavra e a minha história de vida fossem colocadas no mesmo patamar da palavra das pessoas que me acusaram, porque não tinha um papel, não tinha materialidade de algo, nada a ser visto e tocado. Era simplesmente a palavra de uma pessoa contra a de outra. Aí essa história acabou tomando uma parte da mídia, da discussão pública, e portanto todo debate que vinha sendo feito perdeu importância no cenário nacional. A única coisa que tinha importância era o meu voto na cassação do ex-senador. Eu acabei sendo usada como se fosse o tapete para esconder a podridão desse covil de ladrões do país.

Marcone Formiga - Qual foi sua reação a partir daí?

Senadora Heloísa Helena - Eu não estava lidando com qualquer pessoa, mas com Antônio Carlos Magalhães, o homem mais poderoso do país, que até em função de ter sido ministro das Comunicações manteve laços com a mídia brasileira. O que era suspeita acabou se consolidando como fato. Descobriu-se a violação do painel, a confissão, e só faltava aparecer a materialidade. Quando eu comecei a ler o laudo da Unicamp, eu fiquei mais impressionada ainda com a história toda.

Marcone Formiga - Por quê?

Senadora Heloísa Helena - O laudo mostrava como era errado o procedimento de definição e atribuição de senhas aos senadores, ou seja, a escolha das nossas senhas não são aleatórias, alguém as escolheu, colocou em um envelope e nos entregou. Mas como não nos preocupamos com isso, não tememos nada. O Senado não tem a digital como a Câmara tem. Depois o laudo revela que o acesso a essas senhas pode ser feito a partir de listas impressas ou cadastros armazenados em discos rígidos de computador, o que permite que elas sejam conhecidas por pessoas que não sejam seus titulares. Os peritos disseram que quando chegaram na sala encontraram uma listagem ao lado do computador com todos os nomes e senhas dos senadores. Com o conhecimento da senha de um senador é possível a alteração de seu voto durante o tempo em que a sessão de votação estiver aberta, em qualquer terminal de votação do plenário.

Marcone Formiga - E o que mais?
Senadora Heloísa Helena - Eu comecei a ficar mais preocupada ainda, embora não houvesse a materialidade, que é uma folha de papel sem fonte de origem, identificação ou assinatura. Eu não erreí o voto.

Marcone Formiga - O senador Eduardo Suplicy já levantou essa possibilidade...

Senadora Heloísa Helena - O (senador Eduardo) Dutra errou uma vez um voto aqui e derrubou um projeto de Marina da Silva. Então, levantaram essa possibilidade. Isso foi muito mais para me proteger de uma possível lista que aparecesse.

Marcone Formiga - A posição da senhora foi muito clara com relação ao Luiz Estevão, que chegou até a ameaçá-la, insinuando que tinha um revólver para alvejá-la... Como foi isso?

Senadora Heloísa Helena - De fato ele me procurou na Comissão de Assuntos Sociais para dizer que ia fazer uma questão de ordem no Conselho de Ética para que houvesse o impedimento dos senadores filiados a partidos que assinaram a representa-

Eu recebi um recado do gabinete de que ele (Luiz Estevão) queria falar comigo.

Nessa conversa, que eu gravei, eu disse: "Por que você disse que eu estava mentindo? Deveria ter dito que fez o gesto, que se desculpou e pronto. Agora, eu não aceito você dizer que eu estava mentindo". Eu gravei essa conversa, em que ele admitia, embora dissesse que não tinha sido para valer, e entreguei a fita ao (Romeu) Tuma

ção pedindo sua cassação, para que não pudessem votar. Ele usava parte do regimento que diz que os membros do Conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, observar a discrição e o sigilo inerentes à natureza de sua função. Ele partia do pressuposto que os senadores eram filiados a partidos que assinaram a representação, eles estavam comprometidos e não podiam votar. Aí teve uma briga. Ele foi levantar o dedo em riste e eu abaixei a mão dele, dizendo que não admitia que fizesse esse tipo de consideração. Então, ele foi para sua cadeira e fez um gesto (formando um revólver e um

gatilho sendo manejado). Depois foi ao plenário me pedir desculpas e disse que tinha feito o gesto como brincadeira, que era mentira minha. Outras pessoas viram e comentaram, então o (Eduardo) Suplicy colocou isso publicamente. E o ex-senador desmentiu. Eu recebi um recado do gabinete de que ele queria falar comigo. Nessa conversa, que eu gravei, eu disse: "Por que você disse que eu estava mentindo? Deveria ter dito que fez o gesto, que se desculpou e pronto. Agora, eu não aceito você dizer que eu estava mentindo".

Marcone Formiga - Por que não tomou público esse telefonema?

Senadora Heloísa Helena - Eu gravei essa conversa, em que ele admitia, embora dissesse que não tinha sido para valer, e entreguei a fita ao (Romeu) Tuma, senador-corregedor. Não tornei isso público porque tenho horror a essa rede de grampo, de chantagem. Eu não gosto das coisas em off. Então, dei por encerrado o assunto. Inclusive, não usamos isso no debate, para evitar que fosse caracterizado como uma disputa entre PT derrotado em Brasília e Luiz Estevão.

Marcone Formiga - Parece que alguns companheiros seus do PT ficaram desconfiando do seu voto...

Senadora Heloísa Helena - O Lauro Campos (senador, sem partido, desligado há poucos dias do PT) disse que, mesmo detestando o ex-senador, seria mais fácil que tivesse votado em seu favor do que eu. Ele lembrou uma ocasião em que estávamos conversando no plenário e o ex-senador se aproximou, e eu até disse, grosseiramente, na cara dele, que ele não prestava. Eu realmente não gosto de jogo de dissimulação e cinismo. As coisas para mim têm que ser ditas. O que me deixava mais indignada era que todo nosso trabalho parecia ter sido esquecido para simplesmente se começar a trabalhar única e exclusivamente com uma informação dada por uma pessoa, que o tempo todo tem se desmentido.

Marcone Formiga - E, mas circula a versão de que a senhora teve um romance com o Luiz Estevão...

Senadora Heloísa Helena - (Fica indignada) Eu inclusive falei sobre isso no plenário. Eu trabalhei todas as hipóteses que estavam circulando. Eu acho inadmissível precisar ir à tribu-

na do Senado dizer que um homem riquinho e ordinário como ele eu vomito em cima, porque não gosto desse tipo de gente. O Senado é um espaço para fazer grandes debates sobre a vida nacional, e não para fazer esse tipo de coisas.

Marcone Formiga - A senhora está decepcionada com a vida parlamentar?

Senadora Heloísa Helena - Eu sempre digo que sou uma sobrevivente. Passar o que eu já passei na minha vida... O que aconteceu durante toda a minha história que pode me trazer lembranças de dor, sofrimento e humilhação, também foi instrumento necessário para me dar coragem, força, persistência. Eu sempre tive que engolir meus próprios medos, derrubar um gigante a cada dia, para continuar sobrevivendo. Apesar de tudo isso, eu revivi a minha própria história: os constrangimentos, a dor, a humilhação, as necessidades por que passei. E tudo isso foi muito mais doloroso do que o que passei agora. Portanto, eu não poderia me deixar abater em relação a isso. Mesmo diante de tantos fatos que poderiam esgotar a minha capacidade de reação, eu aprendi a lutar permanentemente. Exatamente por isso sou uma mulher livre e estou viva. Quem nasceu enfrentando a elite política e econômica do meu estado, o crime organizado, a pistolagem... Isso que está acontecendo no Senado o povo brasileiro vê com muita tristeza e desolação. A cada vez que as chamadas instituições democráticas se desmoralizam perante a opinião pública, esta acaba incorporando como sentimento a desmoralização da democracia e das instituições.

Marcone Formiga - Isso tudo não pode ter um resíduo positivo?

Senadora Heloísa Helena - Eu ainda acho melhor para a construção

Eu trabalhei todas as hipóteses que estavam circulando. Eu acho inadmissível precisar ir à tribuna do Senado dizer que um homem riquinho e ordinário como ele (Luiz Estevão, sobre a versão de que os dois teriam mantido um romance) eu vomito em cima, porque não gosto desse tipo de gente. O Senado é um espaço para fazer grandes debates sobre a vida nacional, e não para fazer esse tipo de coisas

do Estado democrático de Direito que tenha acontecido isso. Pior do que isso é o Sepulcro Caiado, que o Senado era...

Marcone Formiga - Como assim?

Senadora Heloísa Helena - No Evangelho há uma passagem que retrata a elite econômica da época, que debochava muito de Jesus, pela forma de ele se vestir, de se comportar. E Jesus falava que a hipocrisia é o fermento dos fariseus, e que os fariseus se comportavam como um Sepulcro Caiado, ou seja, uma cova, que por fora é bem arrumada, mas por dentro tem coisas podres. O Sepulcro Caiado do Senado rachou e, mesmo que o odor fétido esteja incomodando mentes, narizes e corações do povo brasileiro, é melhor que isso seja feito do que os mistérios sujos, a corrupção, o lixo, embaixo dos tapetes azuis do Senado. Eu acho melhor que isso seja colocado, para que a sociedade, a mídia comprometida com o esclarecimento da verdade e a população brasileira em nome do serviço público façam pressão para que todas essas coisas sejam esclarecidas. A história da humanidade é assim. Tantos filhos de trabalhadores de determinada classe social acabaram sendo usados para o esclarecimento de certas coisas...

Marcone Formiga - A senhora poderia explicar melhor essa imagem do Senado?

Senadora Heloísa Helena - Havia uma imagem de que o Senado era composto por homens e mulheres de mais idade, moderados, prudentes, com o necessário tempero da civilidade... Enquanto que se levanta os tapetes azuis e aparece corrupção e outras coisas. Tudo isso que está acontecendo é importante para a construção da democracia, que muitos cantam em verso e prosa mas não são capazes de ajudar a implementar. Para mim foi como se tivessem arrancando meu coração a frio, sem anestesia, mas eu revivi muito da minha vida. Ainda bem que eu não fui *filhinha da mamãe*. Minha mãe também era uma sobrevivente, criou a gente sozinha, ficou órfã de pai e mãe aos 14 anos, criou os irmãos no cabo da enxada, meu pai morreu quando eu tinha três meses de idade... Nós passamos dificuldades gigantescas durante toda nossa vida, e mesmo assim eu sou senadora da República, pela vontade bela e legítima das mulheres e homens de bem e de paz de

Alagoas. Eu cheguei ao Senado da República, um lugar aonde só chegavam os filhos da elite econômica do meu estado. O povo de Alagoas me colocou aqui. Então eu não teria o direito de me dobrar ao que estava acontecendo já que toda minha vida foi feita a serviço de não me ajoelhar aos pés dos grandes e poderosos. Eu disse a ACM que fui educada, e não domesticada para servir aos grandes e poderosos. Reviver as nossas próprias dores para renascer com muito mais força, coragem, determinação, esperança do que durante esse tempo que passei aqui.

Marcone Formiga - A senhora passou a frequentar um ambiente formal bem tranquilamente, de calça jeans e camiseta. Um ambiente como o plenário do Senado não deve obedecer uma liturgia, senadora?

Senadora Heloísa Helena - Eu não tenho absolutamente nada contra quem se veste muito bem. Acho que a vida em sociedade já é tão complicada, que temos que fazer o máximo para nos sentirmos bem. Eu me visto indo a um local de trabalho. O Senado é o meu local de trabalho, assim como a universidade. Os meus alunos são igualmente respeitáveis como qualquer senador da República. Eu me visto do mesmo jeito que me vestia quando ia dar aula de matemática. Por que é que aqui eu teria que me vestir direito, se aqui é mais uma instituição do país e os senadores são colegas de trabalho iguais aos anteriores? Se as pessoas andam muito bem vestidas, eu respeito. Do mesmo jeito, desejo ser respeitada. Agradar todo mundo ao mesmo tempo, nem Jesus Cristo agradeu. Se eu mudasse o vestuário, um monte de gente que me conhecia antes ia dizer: "Quando não era senadora andava de camisa branca e calça jeans, agora vai andar de *tailleur*".

Marcone Formiga - A senhora foi discriminada por isso?

Senadora Heloísa Helena - Eu outro dia li uma reportagem onde alguns ex-senadores comentavam o que os irritava no Senado agora. E eles diziam que uma dessas coisas era a minha calça jeans. O que mais me irrita é a omissão, a impunidade, a corrupção... Isso me irrita profundamente, e não a forma de os outros se vestirem. Eles diziam que como eu sou uma pessoa que lê muito, que gosta de padre Antônio Vieira e poesia, eu andava de calça jeans por pura

provocação. Eu até sinto que as pessoas entendam que seja por provocação. Isso não tem nada a ver. Para mim é mais cómodo usar as roupas que gosto. Se eu for a um casamento e quiser ir de vestido, eu vou. O problema é outro. Para mim é uma questão de comodidade pessoal não andar de saia e sapato alto, não andar com o cabelo solto... É um lugar de trabalho. Eu fico ali o dia todo. Já tenho tanto problema para resolver que estabelecer como mais um problema o meu vestuário não dá.

Marcone Formiga - Esse seu lado rebelde de ser não a estimulária a provocar seus colegas conservadores?

Senadora Heloísa Helena - Eu me lembro que no dia seguinte àquela primeira briga do Jäder com o ACM eu vim ao Senado com uma camiseta em homenagem ao José Rainha, porque ele tinha sido inocentado. Aí um senador veio me dizer que eu tinha extrapolado. E eu olhei de lado e disse: "Depois do que aconteceu ontem aqui, uma camiseta homenageando um sem-terra não pode ser vista como extrapolação". E ninguém falou mais nada. Dizem que eu falo muito agressivamente. Uma vez reclamaram que eu usei o termo putrefação. E eu fui explicar que putrefação é algo podre, então eu poderia escolher entre dizer putrefação ou matéria orgânica em decomposição pela ação das enzimas microbianas. Eu não falo palavrão aqui, não uso palavras de baixo calão. Uso os adjetivos que se coadunam com ações, gestos e posicionamentos da Casa. Muitas pessoas dizem que eu falo o que estava engasgado na garganta delas. Eu não estou aqui para falar o que o con-

duto auditivo dos outros parlamentares quer ouvir. Estou aqui para falar o que entendo que as pessoas que me colocaram aqui querem que eu diga.

Marcone Formiga - Entre O Capital e A Bíblia, a senhora está mais com a Bíblia sobre a mesa, uma oração de Santo Expedito (o protetor das causas urgentes), debaixo do vidro protetor....

Se as pessoas andam muito bem vestidas, eu respeito. Do mesmo jeito, desejo ser respeitada. Agradar todo mundo ao mesmo tempo, nem Jesus Cristo agradou. Se eu mudasse o vestuário, um monte de gente que me conhecia antes ia dizer: "Quando não era senadora andava de camisa branca e calça jeans, agora vai andar de tailleur".

Senadora Heloísa Helena - A Bíblia está aqui juntinho com *Che* Guevara e com Carlos Marighela, e com as flores de Alagoas. A Bíblia não é a história da Igreja, que servia à aristocracia e aos grandes e poderosos. Ela é uma história de luta e de libertação, muitas vezes sangrenta. Quem hoje critica o Movimento dos Sem-Terra não sabe qual a história do povo de Deus, que é de muitas lutas sangrentas para a conquista da terra prometida, para a conquista de uma sociedade justa e igualitária, socialista. Logo que eu comecei a militar, na área de influência do PCdoB, a minha concepção de coragem, solidariedade e esperança foi realmente fortalecida pelas experiências que eu tive na

Igreja. Eu tive sorte de ter convivido com padres e freiras que não serviam aos poderosos, mas que tinham claramente uma opção pelos pobres e humildes. A Igreja com que convivi foi a da libertação. Quando iniciei a minha militância, em Maceió, com 15 anos, eu passei pela fase de negar a religião, como se a frase 'a religião é o ópio do mundo' fosse a única possibilidade de ser revolucionária.

Marcone Formiga - Por quê?

Senadora Heloísa Helena - Porque a Igreja trabalhava como ópio para que, através da alienação, você não buscasse resolver os problemas da sua vida em sociedade. Para a minha fé é algo que suaviza as minhas próprias dores, para que eu possa assim lutar muito mais para suavizar as dores dos outros. A fé para mim não significa ópio e alienação, mas sim a perspectiva mais revolucionária possível de lutar por uma sociedade socialista. Não tenho nenhum trauma de ser chamada de dinossaura ou outras cretinices que dizem.

Marcone Formiga - A senhora está mais para guerrilheira ou cangaceira?

Senadora Heloísa Helena - (Com acentuado sotaque nordestino, levando as duas mãos cobrindo o rosto, dá uma risada, antes de responder a provocação) *Viiiiixix!* Eu sou igual a milhares de mulheres do Brasil. Mulheres que vivem num caldeirão de ebulição permanente, de ternura e de fúria. É assim que a gente tem que ser para conseguir desbravar caminhos nesse mundo tão cruel, que estabelece uma hierarquia entre ricos e pobres, homens e mulheres, brancos e negros. Eu sou uma mulher como milhares, de alma libertária, sempre. ✱

política

Arenqueira do Senado

Heloísa Helena, que deu voz de prisão ao ex-presidente do Banco Central, Chico Lopes, sobreviveu à fome do sertão e à violência da política alagoana

Cláudia Carneiro
de Brasília

Em três meses de mandato no Senado, Heloísa Helena já teve seus minutos de glória. E em audiência nacional pela TV Senado. Ela intrometeu-se numa das cenas da CPI dos Bancos e gritou um inusitado “Teje preso” do fundo do plenário. A frase, hoje folclore entre os parlamentares, antecipou em segundos a voz de prisão dada ao ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, que recusou-se a prestar depoimento aos senadores, em 26 de abril.

Aos 36 anos, enfermeira e professora universitária, Heloísa Helena tornou-se a senadora mais nova na história da casa. Também é a primeira alagoana a ocupar uma cadeira no Senado Federal e a romper com a tradição sucessória da elite política de Alagoas, tradicionalmente conservadora, com 370 mil votos – ela venceu o ex-senador do PFL, Guilherme Palmeira, com 127 mil votos de vantagem. Hoje, ela é a principal liderança do seu partido, o PT, no Estado.

A personalidade ousada e destemida criou situações inusitadas em sua trajetória política. Em julho de 1997, Heloísa Helena estava na Assembleia Legislativa de Alagoas quando soldados enviados pelo Exército armaram trincheiras para garantir a ordem em Maceió. Servidores públicos e policiais militares estavam encapuzados e carregavam granadas na mão. Havia pressão para que os deputados estaduais aprovassem o impeachment do então governador Divaldo Suruagy, que renunciaria naquele mesmo dia.

Horas de articulações e a deputada do PT Heloísa Helena viu-se com uma metralhadora Uzi apontada para a testa e o risco de pagar, com a própria vida, pela ousadia de inflamar a população contra o governo que fixara 40 mil servidores sem receber salários. “Vou lhe matar agora esmo”, gritou o deputado. “Seu corde”, reagiu Heloísa Helena. Tudo acabou com a rápida intervenção dos delegados, apavorados com a possibilidade de uma tragédia. A ameaça veio do ex-deputado Júnior Leão (PSDB), que nunca confirmou a história.

ERTO DO INFERNO Surras de stoleiros, dentes quebrados, noites ravessadas em acampamentos de terra e outras tantas ameaças de morte são alguns dos reveses que a militante radical da esquerda alagoana viveu até chegar ao Senado. Nordestina, criada no sertão de Alagoas, a Palmeira dos Índios, levou para a política a contestação da miséria que enfrentou na infância.

Heloísa Helena ficou órfã de pai aos três meses de idade e foi criada pela mãe, Helena, trabalhadora rural que a obrigava a estudar e nunca deixou a filha suar a camisa usando a enxada na roça. A senadora diz que viveu no sertão a vida toda e conheceu a fome. “Lembro bem do meu irmão mais velho, Luiz, reclamar de comer batatas todos os dias”, diz a senadora. “Era o que minha mãe conseguia para a gente comer.”

Heloísa dedicou-se aos estudos, estimulada pelas histórias do escritor Graciliano Ramos. Conseguiu o curso

superior e uma vaga de professora na Universidade Federal de Alagoas. “Na família em que nasci, meu lugar não era aqui”, afirma Heloísa, para explicar a trajetória.

Casada com Mário Agra Júnior, secretário de Agricultura de Alagoas, ela tem dois filhos – Sacha, 15 anos, e Ian, 13. “Os dois meninos vão sofrer muito na minha mão”, diz a feminista convicta.

Mesmo com temperamento de “arenqueira” – expressão alagoana para descrever uma mulher boa de briga –, Heloísa Helena conquistou em poucos meses o respeito dos colegas. “Estamos em palanques opostos, mas tenho respeito por ela”, diz o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL). Com seu ímpeto, já no dia da posse bateu boca com o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). “A única demonstração de preconceito e intolerância que tive no Senado partiu de ACM, mas ele é a própria arrogância e truculência”, diz.

Seu jeito duro de falar e o estilo de se vestir com jeans, camiseta branca, tamancos – que usa mesmo no plenário – e cabelos longos, invariavelmente presos, irrita particularmente ACM: “Ela usa uma linguagem inadequada e já foi advertida por isso”, diz o senador baiano. “Mas ela vai se educar no Senado, é uma questão de tempo”, garante. ☐

O crescimento da responsabilidade social no Brasil

■ HELOÍSA HELENA

É inquestionável a importância da solidariedade como forma de promover o sonho e o ideal de uma sociedade mais justa e igualitária. Por este ponto-de-vista, uma maior atenção de pessoas e empresas para o tema da responsabilidade social é sempre bem-vinda. Toda e qualquer atitude, coletiva ou não, que venha a minimizar o sofrimento do próximo só pode ser digna dos mais altos elogios. Ao adotarmos este sentimento como parte de uma filosofia de vida e transformá-lo em ação, estamos dando um importante passo na luta para garantir o acesso de toda população a direitos básicos como moradia, saúde, educação e cidadania. Isto é o que, na verdade, impulsiona e cria a estrutura necessária ao verdadeiro desenvolvimento de uma sociedade.

O que se deve evitar é utilizar esse sentimento de solidariedade para preencher os vazios deixados irresponsavelmente por um governo que tem preferido seguir apenas a cartilha do Fundo Monetário Internacional – FMI –, deixando o social para segundo plano.

O sofrimento do povo brasileiro cresce a cada dia, enquanto a maior parte do investimento vai para o financiamento da agiotagem internacional. Basta uma rápida olhada nos jornais ou na televisão para ver que o brasileiro – sempre tido como um povo alegre e esperançoso – anda triste e oprimido frente a uma realidade que parece estar a anos-luz de distância, ou, melhor dizendo, a milhas de vôo, do presidente Fernando Henrique. Este, muito mais preocupado em agradar os representantes do capital especulativo e fazer política internacional.

Se formos mais longe ainda e visitarmos o interior do País, o Nordeste e as periferias das grandes cidades, veremos as conseqüências brutais desta linha adotada pelo Governo Federal. São exércitos de desempregados, professores ganhando uma miséria, hospitais caindo aos pedaços, violência além de qualquer limite e por aí vai. Diante desse quadro, não é de se estranhar que a participação de ONGs, cidadãos e empresas em ações voluntárias esteja

crescendo. Ninguém mais suporta ficar de mãos atadas diante da dor e do sofrimento de milhões de brasileiros.

A solução desses problemas, no entanto, não pode recair apenas sobre os ombros da sociedade, que já faz sua parte ao pagar os impostos. A grande contribuição está justamente em se ocupar efetivamente os espaços garantidos pela legislação vigente nos mecanismos de controle social, e cobrar responsabilidade social do Governo FHC que não pode mais continuar se omitindo vergonhosamente.

O ano que se inicia, e que será marcado como o Ano Internacional do Voluntariado, é uma importante oportunidade para reforçarmos a parceria com o Terceiro Setor em uma luta que envolva todos aqueles que trabalham por um Brasil onde não sejamos apenas o País do futuro, mas sim a nação digna e forte que cada um de nós merece.

Em 2001, a oposição pretende trabalhar na criação de uma lei de responsabilidade social.

Heloisa Helena Lima de Moraes Carvalho
é senadora pelo Partido dos Trabalhadores de Alagoas.

Oposição fala alto no Senado

Na liderança do bloco que une o PT com o PDT, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) destaca-se pela combatividade com que trata os assuntos ligados à economia e às condições sociais do Brasil

A senhora está há um ano e meio como senadora, e este ano foi eleita líder do seu partido no Senado. Qual é o direcionamento do seu mandato e como será a sua atuação na liderança do PT?

Tenho muita afinidade com a área de políticas sociais, tenho a honra de dividir a direção da Comissão de Assuntos Sociais com o senador Osmar Dias, que é do PSDB e presidente da comissão, com quem tenho uma relação muito franca, respeitosa e produtiva, mesmo com as nossas diferenças de ponto de vista partidário. Esse relacionamento tem nos permitido destacar os interesses da sociedade através da elaboração e da fiscalização de políticas sociais voltadas para a maioria da população.

É claro que tentamos aperfeiçoar a legislação, que já é maravilhosa. Não é a ideal, mas se fosse colocada em prática não teríamos um país com 70 milhões de famintos e com milhões de miseráveis. O Brasil tem uma Lei Orgânica da Assistência Social extremamente importante e não é cumprida. Tem a lei do Sistema Único de Saúde, uma das mais avançadas do mundo, e tem uma legislação razoável na área de educação. O problema é que existe um gigantesco abismo entre o que é garantido pela lei e a realidade de vida de milhões de pessoas.

Por entender a gigantesca importância das políticas sociais e me dedicar a elas, que eu me preocupo com o debate da política econômica do País porque, infelizmente, a política econômica não tem sido voltada para garantir a soberania nacional nem o desenvolvimento econômico, com dinamização da economia local, com geração de emprego e renda, com proteção dos parques produtivos nacionais. Isso de fato repercute na vida de milhões de pessoas e a opção econômica que o governo faz repercute diretamente na execução de políticas sociais. Um país que compromete mais de 30% do seu Produto Interno Bruto (PIB) pagando juros e serviços da dívida, um país que compromete mais da metade do seu orçamento com pagamento de juros e serviços da dívida, realmente é um país que não faz a opção por atender a maioria do povo brasileiro.

É contra isso que a bancada de oposição vai se opor no Senado.

Qual é a perspectiva do PT para as eleições municipais?

A executiva nacional do PT fez, desde o ano passado, um esforço muito grande para garantir que este processo eleitoral pudesse ter um caráter plebiscitário em relação à opção de modelo de desenvolvimento econômico e social do governo federal. Claro que muitos analistas dizem que tratar da política econômica nacional, fazer a crítica ao governo federal não rende votos do ponto de vista municipal, porque as pessoas querem saber do buraco da rua, da escola que vai ser construída, de questões objetivas. Mas entendo que é uma tarefa para as forças de esquerda fazerem do processo eleitoral também um processo de esclarecimento, pois todas as angústias cotidianas, todos os problemas enfrentados pelos municípios brasileiros, são efetivamente definidos pela opção política e econômica feita pelo governo federal. Por isso, o PT quer dar a este processo eleitoral um caráter plebiscitário em relação a esse modelo de desenvolvimento econômico e social – se é que se pode dizer que tem alguma coisa social – do País.

A senhora é candidata em Maceió?

Não. Fiquei muito feliz com os resultados das pesquisas, especialmente porque, antes da última consulta feita pelo Data/Folha em Alagoas, já havia anunciado publicamente não ser candidata e, mesmo assim, as possibilidades de vitória eram grandes.

Fiquei muito feliz com esse gesto de sensibilidade do povo de Maceió em querer que eu fosse a prefeita. A última eleição perdi por menos de um por cento e agora estava muito à frente do representante da atual administração. Isso me deixa muito agradecida ao povo de Alagoas, mas o estado me elegeu senadora e possibilitou que uma mulher do povo, uma filha de uma das famílias miseráveis do nordeste alagoano, conseguisse vir ao Senado. O povo de Alagoas me deu a oportunidade de estar nesta Casa e não poderia, com apenas um ano de mandato, sair para disputar a prefeitura de Maceió, então isso não será possível.

Qual a sua posição sobre a transposição das águas do rio São Francisco?

O procedimento técnico de transposição de águas é realizável. Existem experiências no mundo todo e no Brasil. Entretanto, a questão do rio São Francisco é gravíssima, pois ele está morrendo. Atualmente, o São Francisco tem

uma cunha de salinidade na foz, em Alagoas, onde a água do Oceano Atlântico penetra pelo rio por mais de 20 quilômetros. Isso é resultado de todo o processo de desmatamento das matas ciliares, de perda da força das águas, por causa da opção da geração de energia com as hidrelétricas, e do assoreamento, além de um gigantesco processo de poluição provocado pelos esgotos in natura jogados no São Francisco.

Outra questão é que o processo de transposição original do São Francisco não é este apresentado atualmente. O projeto original foi discutido com a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) e estabelecia inclusive a possibilidade de transposição das águas de outras bacias hidrográficas, como a do Tocantins, para o aumento do volume das águas do São Francisco. Para se ter uma idéia, se todo o potencial de áreas agricultáveis do vale do São Francisco fosse aproveitado, o volume de águas seria insuficiente.

Não aceito o discurso demagógico de dizer que a transposição será a salvação para os outros estados. Se o rio São Francisco fosse de fato solução para os estados, ele já teria sido uma solução de desenvolvimento, de geração de emprego e renda, nas unidades da federação banhadas pelo próprio rio. Contrariando essa tese, está o fato de que os piores municípios do Brasil no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que engloba indicadores de condições de vida, mortalidade infantil, analfabetismo e geração de emprego e renda, estão justamente no Vale do São Francisco.

É por isso que não aceito esse processo demagógico de dizer que a transposição do rio São Francisco vai ser a solução para o Nordeste, isso é uma mentira. É inaceitável essa alternativa sem uma discussão ampla sobre o aproveitamento dos recursos hídricos existentes no Nordeste, como águas subterrâneas, melhor utilização dos açudes existentes e de outras bacias hidrográficas, por exemplo.

Essa propaganda enganosa, demagógica, de que a transposição do São Francisco é a salvação do Nordeste é uma mentira técnica e uma desonestidade com os milhões de corações desesperados e aflitos dos meus irmãos e irmãs nordestinos, por isso não aceito que isso seja feito desse jeito.

Recentemente, a revista Isto É publicou uma entrevista com o senador Luiz Estevão onde ele teria informado ter financiado sua campanha para a prefeitura de Maceió. Isso é verdade?

Ele não teria a coragem de dizer isso. O que aconteceu foi uma irresponsabilidade da Isto É. Fui informada por um jornalista da revista que uma pessoa do PMDB havia dito que tinha me ajudado, o que é uma mentira. Nunca recebi ajuda do PMDB, nunca recebi dinheiro do PMDB e muito menos da quadrilha colorida, da qual o senador Luiz Estevão faz parte. Por isso ele não teria coragem de dizer isso. Não disse na revista e não teria coragem de dizer.

A senhora divulgou em seu livro "Palavra de Mulher", que dos R\$ 8.000 do salário de senadora, sobra um líquido de R\$ 2.865. Esse pagamento é suficiente, vez que se discute a ampliação do teto salarial?

Essa conversa do teto é mentira, é lixo puro. A Constituição já estabelece o teto quando de-

termina que ninguém pode ganhar mais que um ministro do Supremo Tribunal Federal. O problema é que ela não é cumprida e as farras com o dinheiro público estão estabelecidas em supostos vácuos constitucionais, que não existem. Por isso, o povo fica falando em teto duplex e triplex.

A Constituição, em seu artigo 37, que trata da administração pública, estabelece o teto para o funcionalismo público. O que estão querendo criar é uma farsa inconstitucional com essa história de duplex, triplex ou seja lá o que for. O teto já existe, o problema é que para operacionalizá-lo administrativamente é muito difícil, pois alguns políticos recebem aposentadorias de ex-deputado, ou de ex-governador, que são pagas pelos caixas dos estados em certos casos e pelo governo federal, em outros. A Constituição diz que o político pode ter dez aposentadorias, mas não pode ganhar mais que um ministro do STF.

Na minha opinião, o Congresso Nacional não tem nenhuma autoridade para discutir aumento salarial.

Como a senhora vê a participação da mulher na política atual?

Primeiro, é preciso dizer que sou uma feminista convicta, por isso defendo com todas as minhas forças a maior participação da mulher em todas as instâncias de decisão de poder. Entretanto, a mulher tem que obrigatoriamente fazer diferente. Não voto em uma mulher simplesmente pelo seu aparelho reprodutor feminino. A minha aspiração é que as mulheres defendam um projeto diferente deste que está aí. Luto muito pela participação das mulheres, mas não basta ter uma estrutura anatomo-fisiológica feminina, para dizer que vai fazer diferente. Infelizmente, existem muitas mulheres que copiam o velho e arcaico modelo perverso, concentrador de renda, feito por muitos homens. Não basta o aparelho reprodutor feminino, basta uma identidade com toda a concepção feminina do poder, que é voltado não para uma minoria, mas para a justiça social. ■

OS HOMENS (AQUI) DA CASA PROPÕEM: TUDO PODER NAS MÃOS DAS MULHERES

A senadora que peita os poderosos

2000 ARCEIRA ENTREVISTAS

no 2 - Número 76 - 17 de outubro de 2000 - R\$ 4,50

Maria Lúcia Dahl
Ana Mesquita
Ana Bruno
Etc. etc.

UMA SERTANEJA APAIXONADA

SENADORA HELOISA HELENA FAZ DO SENADO, QUE ELA CHAMA DE "PEROLA A SÉR TOCADA" POR TER NA ELITE BRASILEIRA NÃO É DAS MELHORES, E NÃO É PARA MENOS, ESSA SERTANEJA É MUITO ARAIADA, QUE CONHECE BEM O CHEIRO DAS FLORAÇÕES DOS CACTUS, JAMÁIS SE DEIXOU INFLUENCIAR POR SEJA PELOS PODEROSOS DA POLÍTICA MAIS VIOLENTA DO BRASIL, EM ALAGOAS, QUER SE JÁ SEJA PELOS PODEROSOS DA POLÍTICA NACIONAL, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES INCLUSIVE. NAS SUAS RAÍZES DE AÇUCAR, NO SERTÃO ALAGOANO, HELOISA É FORMADA EM ENFERMAGEM E FOI PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, COMEÇOU SUA VIDA POLÍTICA NOS MOVIMENTOS DE LUTA DO Povo E SINDICAL, FOI VICE-PREFEITA DE MACEIO, PELA COLIGAÇÃO PUPSB, E DEPOIS DA UNIDADE ESTADUAL, NAS ELEIÇÕES DE 98, FOI ELEITA A PRIMEIRA SENADORA POR ALAGOAS (O PT TEM SETE PARLAMENTARES, QUATRO MULHERES, E ESTES SOMAM SE AOS TRÊS DO PDT, ONDE TEM MAIS UMA MULHER, SERIA AZUL DO D E DO C DE OPÇÃO).

NO CASAMENTO HELOISA É CASADA PELA SEGUNDA VEZ, TENDO DOIS FILHOS DO PRIMEIRO CASAMENTO (DE 14 E 10 ANOS), GRACILIANO RAMOS LHE ENSINOU A PERSEVERANÇA E A PERSISTÊNCIA, UMA VELHINHA QUE ERA SUO TIO E DSSO E UM MENINO QUE CHEIRAVA COLA LHE ENSINARAM A REVIVER AS DORES DO SERTÃO, MAS FOI O PRÓPRIO SERTÃO QUE LHE ENSINOU A FLOREÇÃO DAS PLANTAS ESPINHOSAS, DAQUELAS FLOREZINHAS FINAS E DIVISÍVEIS DE TÃO MINÚSCULAS E QUE PERFUMAM A EXISTÊNCIA E A MEMÓRIA DA GENTE. NAS VAMOS À ENTREVISTA, ACOMPANHANDO OS RAPAZES JZIRALDO, PIMENTEL, CACO, EORNER, SÉRGIO E FRED E A MOÇA AZEITE DE BUNDAS, TIVEMOS A PRESEÇA ILUSTRE DO REPORTER-FOTOGRAFICO ARMANDO ROZÁRIO.

LÚIS PIMENTEL – A que se deve o fato de chegarem no Senado, ao mesmo tempo, duas senadoras do PT (você e Marina), tão jovens e tão guerreiras, uma do Nordeste e outra do Norte?

ZIRALDO – Você e Marina são muito amigas?

HELOISA HELENA – Somos, sim. No meu caso, eu entrei na política quase sem pensar. Eu sou da Universidade, da área de epidemiologia (que mexe com planejamento de saúde pública) e depois acabei entrando meio por acaso. Eu estava me preparando pra fazer doutorado e entrei para ajudar o candidato Ronaldo Lessa, do PSB, como vice numa candidatura à prefeitura de Maceió. Eu já era do PT, sempre fui do PT.

ZIRALDO – Mas como é que uma menininha, dessa, assim, vai logo entrando numa chapa como vice?

HELOISA – Eu militava no movimento sindical, no Movimento Sem-Terra... Mas não queria disputar cargo político. Trabalhava também na Pastoral. Ai

CACÓ XAVIER – Você perdeu uma eleição se candidatando à Prefeitura e logo depois ganhou pro Senado? Como é que foi isso?

HELOISA – Eu em deputada estadual; quando me candidatei à Prefeitura. Mas o período em que me candidatei ao Senado foi um período de turbulência política, os servidores públicos estavam com um atraso salarial de mais de oito meses, houve suicídios, confusões. Eu era só, na Assembleia Legislativa, na oposição (fui a primeira parlamentar do PT, lá). E como a Assembleia era recheada da vigarice do crime organizado, qualquer pessoa com um pequeno componente de "loucura" acabava recebendo projeção. O destaque se deu muito por isso: havia uma certa conjuntura política no estado, com uma Assembleia Legislativa extremamente conservadora; e a opinião pública acompanhou o nosso enfrentamento ao crime organizado. Eu não achava que ia ganhar a eleição (havia só uma vaga).

POERNER – Alagoas é considerado um estado machista, onde se resolve tudo na base do pau, do revólver. Como é que você, mulher, conseguiu se impo?

HELOISA – Por causa da militância, né?

SERGIO MARTINS – Você sofreu ameaças de morte?

HELOISA – Ah, isso tem muito.

ZIRALDO – Você não tem medo, não?

HELOISA – Eu acho que todo mundo deveria ter um pouquinho de medo, para se precaver. Mas depois que a gente vivencia a política no estado... Aliás, eu acho que todos nós, que nascemos nas famílias miseráveis, engolimos

nossos próprios medos, pra sobreviver.

POERNER – Você vem de família miserável?

HELOISA – *É, meu pai morreu quando eu era beberrinha, tinha três meses. Minha mãe era fã de trabalhadores rurais e, brã de pai e mãe, criou os filhos (como a gente diz no interior) 'no cubo da enxada'.*

POERNER – Onde você nasceu?

HELOISA – Em Pão de Açúcar. O nome original da cidade era Jaciobá, nome mais interessante, né? Quer dizer "espelho da lua", por causa do Rio São Francisco. Lindo demais. Mas mudaram para Pão de Açúcar porque os usineiros mandaram, porque era assemelhado ao daqui do Rio.

PIMENTEL – Sua mãe teve quantos filhos?

HELOISA – Somos dois. Moramos em quatro lugares, municípios pequenos, e com cinco anos fui pra Palmeira dos Índios, que é conhecida como a cidade de Graciliano Ramos. Foi muito bom eu ter ido pra lá, porque a própria vida da cidade acabava de alguma forma me incentivando. Minha mãe era analfabeta e só foi alfabetizada quando eu entrei na escola, aos oito anos.

ZIRALDO – O que ela fazia pra sustentar vocês?

HELOISA – Varava noites e mais noites em cima de uma máquina de costura. E tanto eu como meu irmão ajudávamos. Mesmo morando em Palmeira dos Índios, nós passávamos quatro meses do ano no sertão, porque era época de tomate, cebola, essas coisas. E iam ajudar os irmãos de minha mãe na lavoura. Estudei numa escola de irmãs holandesas, da igreja católica. Elas tinham a alma muito libertária, dirigiam umas motocicletas velhas, iam fazer evangelização na periferia com a gente. Eu ainda sou asmática, mas naquela época eu era muito doente, tinha problemas renais. Todos os médicos diziam que eu ia morrer. *A gente era miserável, não tinha livro para ler, mas meu irmão todo ano ganhava o diploma de maior frequentador da Casa de Graciliano Ramos, onde tem a biblioteca. Eu ficava numa beira de calçada com crise de asma e ele é quem ia pegar livros pra gente ler.*

POERNER – E assim você foi se politizando?

HELOISA – A literatura de Graciliano Ramos foi muito importante na minha vida. Nós liamos, mas não tínhamos nenhuma orientação da escola pra que a gente se visse representado nas histórias de dor, humilhação e sofrimento que ele contava. Mas como, de alguma forma, a gente se vê refletido na dor do livro, por mais que digam que ele é pessimista, de qualquer jeito ele trazia muita perseverança, a persistência de um povo que somos nós, os nordestinos. A gente come nossos próprios medos.

PIMENTEL – Você já tirou esse fogo, lá na Assembleia de Maceió? Já batia nos caciques da política alagoana como bateu no Luiz Estêvão, por exemplo?

HELOISA – Acho que depois que eu levei a primeira "bisa" fora de casa... Eu acho que quem nasce como a gente nasce, aprende muita coisa. É mais doloroso, mas a gente aprende muito. As principais lembranças que eu tenho da minha infância é que a gente ficava deitado no terreiro em frente à casa, todas as crianças, só contemplando o céu. Imensidão de estrelas. Sem luz, né? Quando era noite de lua cheia, a gente apostava quem conseguia circular um cemitério que tinha lá perto. Depois que eu comecei a circular o cemitério, eu vinha com o coração na mão, mas engolia o meu medo. Lá é muito violento, muito muito muito violento. A gente tem que engolir o medo.

SERGIO – Seu marido também tem uma atividade política?

HELOISA – Ele militava. O segundo, porque o primeiro não agüentou. Era uma pessoa muito genial, foi meu primeiro amor, mas pra conviver com a gente na política é muito difícil, principalmente pro homem, né? Tem toda uma tradição cultural, machista. É difícil ficar vendo a mulher o tempo todo desbravando caminhos no mundo. Mas meu segundo marido, nós éramos amigos de pivetes, e nos reencontramos mais tarde. Ele militou no PC-do-B, depois entrou no PT.

POEYNET - Você nunca foi de outro partido?

HELOÍSA - Antes do PT, embora eu nunca tivesse sido filiada ao PC-do-B, eu trabalhava no que a gente chama de sua área de influência. Isso foi antes da fundação do PT em Alagoas.

PIMENTEL - A igreja teve um papel muito importante na formação política da juventude, principalmente no Nordeste, não?

HELOÍSA - Ah, com certeza. Desde criança que eu militava na igreja católica, todos os padres eram pessoas maravilhosas, pessoas que nos ajudaram a construir um pensamento socialista, mesmo que eles não expressassem isso. Depois, quando comecei a militar com mais força no movimento partidário, estudantil, passei pela fase de recusar a fé, porque a história do 'ópio do mundo' era mais interessante. Aí, depois, eu equilibrei.

SÉRGIO - Você não é católica, então?

HELOÍSA - Sou cristã. Não imagino que meus anjos da guarda sejam exatamente querubins. Devem ser daqueles negões do Quilombo dos Palmares.

POERNER - É com formação marxista!

HELOÍSA - Ah, com certeza!

POERNER - No noticiário brasileiro, você se destacou como uma das raras pessoas na política que enfrenta ACM. De onde vem essa força, de enfrentar o homem que é considerado a iminência parda dessa república?

HELOÍSA - Acho que vem da minha própria história. Depois que passei pela Assembleia Legislativa de Alagoas... Fui empurrada, ficaram metralhadora no meu rosto, usaram contra mim toda a simbologia dos covardes. Covarde é isso, né? É arrogante e valentão perante o que é aparentemente pequeno mas é um gatinho sarrento perante grandes.

ZE SACK - Luiz Estêvão fez uma ameaça, né? Com gesto, imitando revólver.

HELOÍSA - É, mas depois do que eu passei na Assembleia Legislativa, não tenho mais medo nenhum. Minha primeira relação com ACM foi muito complicada. Assim que eu cheguei lá na bancada, tinha uma posição do ACM pra votar nele pra presidência da mesa. Já estava uma neura. Não tinha condição. Eu falei: "Meu Deus, mal tô chegando e já me ameaçam o que fazer isso?" E eu disse pra eles: "Não posso não, não tenho condição, me desculpe disso". E ele soube, claro, porque o ACM, como líder, teve que comunicar que não havia havido unanimidade. Aí, no primeiro momento, ACM, ele foi supergrosseiro

com Suplicy, histérico, gritando. Imagina, eu querendo 'defend' o Suplicy! Aquela coisa de mãe nordestina, né? Eu fiquei tão indignada que...

PIMENTEL - Você acha que o Parlamento está acima dos parlamentares? Ou o contrário?

HELOÍSA - O Congresso Nacional não se respeita, né? O Congresso Nacional hoje funciona como um anexo do Palácio do Governo. Se o Congresso fosse sério, independente e cumprisse ao menos as suas simpatias obrigações constitucionais, já teria sido aberto um processo de crime de responsabilidade contra o presidente da República. E eu não tô fazendo disso nenhum debate ideologizado, tô falando isso à luz dos mediocres legalistas de plantão. Qualquer legalista de plantão, olhando a ordem jurídica vigente, pra respeitar o Estado de Direito, já teria que ter aberto um processo.

PIMENTEL - Por que, Heloisa?

HELOÍSA - Bom, as Medidas Provisórias por si só são uma abnegação num sistema presidencialista, numa situação dessa. Mas tem os processos de privatização, tem os crimes contra a administração pública...

Tem ainda intermediação de interesses privados por agentes públicos, exploração de prestígio... Tudo o que está devidamente elencado no Código Penal.

POERNER - Tem momentos em que, para a opinião pública, parece que o ACM tá batendo de frente com o FHC. Até que ponto ACM é 'oposição' ao Fernando Henrique, até que ponto eles se enfrentam? Ou isso é só jogo pras arquibancadas?

HELOÍSA - Tem muito de jogo de cena. Essa última desavença, agora, acho que tem mais relação com a eleição da Mesa.

CACO - O que se nota é que todos parecem muito empenhados em 'resolver' essas coisas todas, esses problemas de influências, da administração pública, e tal, mas sempre poupiando o Fernando Henrique. Sempre fazendo o máximo de esforço possível pra desvincular o Fernando Henrique dessas coisas todas.

SÉRGIO - Fernando Henrique é um titere, foi posto por gente lá de fora.

ZEZÉ - É um representante do poder externo.

HELOÍSA - Eu acho que é isso mesmo. A estabilidade dele é fundamental para a estabilidade desse modelo. Qualquer gesto mais radicalizado do Brasil vai mexer com a correlação de forças da América Latina. O problema é que a elite política e econômica brasileira é muito covarde, é incapaz de qualquer gesto que possibilite a sinalização para uma ordem econômica diferenciada. A manutenção dessa situação no Brasil é de fundamental importância. Qualquer modificação num país dessa dimensão, continental, com infra-estrutura gigantesca, com gigantesco potencial de áreas agricultáveis e recursos hídricos, mexe diretamente com a ordem internacional. É por isso que se precisa de Fernando Henrique extremamente

estável. Você vê o que eles estão fazendo agora: deixaram passar o processo da eleição e vão reiniciar a vergonhosa política da desestabilização, pegando agora um setor que é fundamental, a grande disputa do novo século (tecnologia e recursos naturais), e estão trabalhando para a privatização das hidrelétricas. É uma aberração. Nós estamos tentando montar uma resistência, mas o acordo com o FMI já apontava pra isso. Nós apresentamos projeto pra tirar do programa nacional de desestatização as hidrelétricas e as empresas de abastecimento e saneamento, mas a voracidade do capital especulativo internacional, essa nuvem de capital volátil que paira sobre o planeta Terra, precisa criar alguns setores pra reagir. O que sobra do Brasil hoje é isso.

CACO – Em que pé está esse processo? Não se fala muito nisso...

HELOÍSA – Teve duas resistências. No caso de umas, teve uma ação mais direta por parte do amar. E no caso das hidrelétricas, como mexe diretamente com setores da oligarquia nordestina, so acabou dando um espaço de tempo. Nós estamos montando uma série de audiências públicas numa comissão lá do Senado, justamente pra aprofundar o debate, qualificar o debate junto sociedade, pra tentar criar algum mecanismo concreto, ágil e eficaz pra impedir que isso se dê. Mas realmente é o Fundo Monetário Internacional que está impondo.

CAO – É difícil fazer essa ponte, entre o Senado e sociedade?

HELOÍSA – Pela própria característica do Senado, sempre foi assim: a pérola a ser tocada pelos olhos da elite brasileira. É assim que a Casa sempre vista. A ser tocada apenas pela suposta competência e experiência das elites, aqueles detes azuis pra suavizar qualquer rebeldia, uma a conservadora. Não é à toa que na discussão fizemos da CPI do Eduardo Jorge, o próprio Sr Virgílio deu declaração pública dizendo assim: quando se propõe CPI mista, já é porque se sabe não se vai conseguir. No Senado não se segue nada". Se o Congresso já é o anexo do icio, o Senado é ainda mais conservador.

INTEL – Mas você não está desiludida, está? É vai continuar a sua carreira, né?

HELOÍSA – Eu vou, é lógico. Nadar contra a é é minha modalidade favorita!

GIO – Eu sempre faço essa pergunta, e vou r de novo: como é que a gente muda esse país?

HELOÍSA – Eu sei que não vou me decepcionar, ue eu não espero nenhuma mudança. Quero convicção de que dei o máximo de minha cidade de luta, de trabalho, pra fazer alguma . Eu dizia pro meu irmão que tudo o que tô rdo é pros meus netos. Depois eu comecei a que estou fazendo pros meus bisnetos, pros tos dos bisnetos. Ai ele disse: "É, a coisa tá

difícil mesmo". Eu nem vou me preocupar de ver absolutamente nada. Quero ter a convicção é de que falei o que as pessoas queriam falar.

CACO – Você algum dia teve alguma ilusão, ou quando já entrou pro seu primeiro mandato já tinha esse pensamento?

HELOÍSA – Ah, já tinha. Eu fui a primeira experiência do PT no Executivo, a primeira experiência também no Legislativo. Eu nunca tive esse tipo de ilusão, mas eu acredito que esse capitalismo fracassado está em frangalhos.

ZEZÉ – Como é que fica, internamente, a posição dos senadores, em virtude desses escândalos recentes?

HELOÍSA – Uma vez eu estava no Senado e fiz um pronunciamento dizendo que as pessoas que estivessem nos escutando poderiam nos mandar todos pro divã ou então enviar litros de óleo de peroba, de tanta cara-de-pau. Eu disse isso porque *no Senado todos reclamam, de tudo. A base governista reclama da política agrícola, da agrária, dos juros, de tudo. A burocracia vai lá e sempre defende, mas muitos parlamentares que votam com o governo entram também na reclamação, pra não ficar tão mal com a opinião pública.*

CACO – Quer dizer que se uma pessoa entrar no Congresso, der uma voltinha e ouvir as conversas, vai pensar que ali só tem oposição?

HELOÍSA – Exatamente, vai pensar que semana que vem o país vai ser outro!

POERNER – O PPS se desligou do bloco oposicionista no Senado, não é?

HELOÍSA – A gente discute sempre, com o PPS e com o PSB, embora eles não estejam no chamado bloco de oposição (PT e PDT). Mas a gente sempre acaba, em algumas áreas, trabalhando juntos. Em outras, não.

POERNER – Mas o Roberto Freire e o Ciro Gomes podem ser chamados de oposição ao FHC, por exemplo?

HELOÍSA – Eles podem ser chamados de 'esquerda', né? Eles fazem oposição pontual, claro.

CACO – Em favor de que, é outra história...

HELOÍSA – Isso é que é o detalhe. Pra quê. A capacidade camaleônica, o mimetismo político de determinadas personalidades é algo que nos deixa em estado de náusea permanente.

ARMANDO ROZÁRIO – Eu moro em Macaé, e trabalho lá. A questão do petróleo é muito importante, e agora temos três escândalos, com a ANP. O primeiro é que entregaram o mapa da mina pra uma companhia norueguesa, entregaram os dados geológicos do país. Segundo escândalo: a ANP não controla a gasolina dos postos, que é de péssima

qualidade, misturada com solventes, água e álcool. Isso estraga milhares de carros diariamente. O terceiro escândalo ainda está pra surgir: o governo federal vai entregar a fiscalização dos royalties à ANP.

PIMENTEL – Teoricamente, quem fiscaliza a ANP seria a presidência da República e o poder legislativo.
HELOISA –

PIMENTEL – Quem regula as agências reguladoras?

HELOISA – A história dessas agências reguladoras é a seguinte. Pra você ter uma idéia, quando eles estabeleceram a legislação dos chamados recursos humanos das agências reguladoras, modificaram alguns artigos que impediam que determinadas personalidades – que fossem acionistas ou sócios de empresas – fossem nomeadas por essas empresas – de serem diretores. Eles tiraram isso. Ou seja, você é acionista de uma empresa e pode ir para a diretoria de uma agência encarregada de fiscalizar você mesmo! E o pior, nem o presidente da República pode tirar, essa pessoa não pode ser demitida depois de dois anos. Supostamente, pra quê? Pra dar uma autonomia a essas agências, pra que a política não mexa nesses órgãos reguladores e fiscalizadores. Um escândalo! Essas agências não regulam absolutamente nada e ainda são a maior estrutura pra exploração de prestígio e tráfico de influências. Como é que se possibilita isso, que alguém não está profundamente interessado em um certo setor? E por isso que eu digo que o Congresso não é político porque, se fosse, independentemente de qualquer debate ideologizado, Fernando Henrique já teria sido cassado, pelos crimes praticados contra o Brasil.

SÉRGIO – Você parece crítica sobre as mudanças com esse tipo de história dos bisnetos dos bisnetos, mas a gente viu uma história excelente nessas eleições, da Marta Suplicy, e o fechamento do PT em todo o país. Você acha que a história do PT é sinal de uma possível mudança? E a política

de abertura do PT a alianças, é uma possível mudança?

HELOISA – De fato, se fez um esforço no Brasil todo pra se manter a política de alianças definida no encontro nacional, que congrega o chamado campo democrático popular – entre a esquerda e os progressistas e determinadas facções de partidos políticos que estivessem em franca oposição ao Fernando Henrique. Nós crescemos fazendo a disputa política contra o projeto representado pelo Fernando Henrique, na radicalidade, qualificando o debate com a sociedade, fazendo uma crítica grande ao modelo neoliberal e à sua representação. Nós crescemos assim. Acho que as experiências do PT têm sido experiências administrativas importantes, premiadas, na área da criança, moradia, de geração de empregos, saneamento... Enfim, na área de políticas públicas e sociais, o PT tem sido realmente uma referência de administração, onde a competência e a honestidade trabalham em favor da grande maioria da população.

SÉRGIO – E sobre a vitória da Marta?

HELOISA – Ela tem uma importância muito grande, porque resgata um pouco do PT em São Paulo. Lógico, sabemos que não é só mérito nosso, mas também por causa da mais profunda esculhambação dos outros, da gigantesca máquina de corrupção montada em torno do Pitta.

PIMENTEL – O Pitta conseguiu destruir aquele plantel mafioso. Grande Pitta.

HELOISA – O debate contra a corrupção seduz mentes e corações no Brasil. Pode não ser o melhor debate ou mais importante, mas seduz, porque ninguém aguenta um monte de larâpicos metendo a mão no dinheiro público. Eu sei que só se enriquece na política roubando. Eu já desconfiava antes e, depois que entrei e vi como era a coisa, tive a mais profunda convicção: pra enriquecer na política, o cabra tem que ser ladrão do dinheiro público. E as pessoas sabem que quando se mete a mão nos cofres públicos, imediatamente faltam saúde, educação. O próprio setor empresarial, que sempre foi muito preconceituoso em relação ao PT, está em pânico diante dos seus aliados que estavam no poder e roubaram tanto. Ganhar a prefeitura em São Paulo é algo muito importante. A próxima elite paulista vai ter mais paciência, porque sabe que o governo não vai roubar.

CACÓ – É sintomático também o Fernando Henrique não ter reconhecido uma derrota

pessoal. Ele disse que era um pleito municipal, que o governo federal não estava sendo julgado. Pô, acho que em qualquer eleição nesse país o governo estará sempre sendo julgado!

PIMENTEL – E aí é que vem a pergunta: como estará o PT, depois de promulgados os resultados do segundo turno, com vistas a uma candidatura à presidência?

SÉRGIO – Vai insistir, no Lula?

HELOISA –

Nós vamos fazer um esforço pra garantir uma articulação do campo democrático popular, mas a gente não sabe ao certo como isso vai estar configurado em 2002. Primeiro que existem muitas outras personalidades. Eu imagino que o candidato vai ser Lula.

PIMENTEL – E a pecha de perdedor, que Lula já tem perante o país?

HELOISA – Isso incomoda muito. Muitas pessoas que gostam do PT, que gostam do Lula, fazem observações assim muito mais pela preocupação de ter uma derrota política. Mas a gente tem insistido numa discussão na Executiva nacional pra que se defina qual vai ser o candidato. Pra que, se for um outro nome, a gente tenha a possibilidade de trabalhar esse nome. Eu ainda acho que o nome de Lula é o que mais aglutina.

FREDERICO ROZÁRIO – Quais seriam os concorrentes diretos ao Lula, dentro do PT?

HELOISA – Uma eleição presidencial é uma monstruosidade. Uma coisa são os nomes que estão nas nossas cabeças, e outra coisa são os nomes que estão no mundo objetivo, nas favelas, nas cidades, no interior. A minha preocupação, dentro da Executiva, é que a gente faça esse debate o mais rápido possível.

SÉRGIO – Em 2002 não, mas o próximo fatalmente será o nome de uma mulher, você não acha?

HELOISA – Olha, acho que a gente não deve falar: "Voto em mulher de qualquer jeito". Eu até acho ótimo, é simbólico quando uma mulher está lá nas instâncias políticas, nas instâncias de poder. Mas eu não voto em mulher, só porque ela tem uma estrutura fisiológica, um aparelho

produtor igual ao meu. Eu tô entendendo o que você tá falando, mas o perigo é que de repente aparece uma mulher que represente o que há de mais antigo no Brasil que seja apresentada como se fosse uma alternativa mínima...

ACO – Pode aparecer aí uma Margaret Thatcher no cenário nacional.

ÉRGIO – A gente tava falando de mulher, pô!

HELOÍSA – Temos aí um ano e meio pela frente, um ano meio de novas administrações do PT, de crise do candidato Henrique (ou não)... É muito tempo pra gente estar avaliando agora. Mas hoje, o nome que eu imagino que possa aglutinar o PT e que possa fazer uma grande aposta, é o Lula. Não é brincadeira, uma eleição presidencial num país continental como o Brasil, onde a estrutura dos meios de comunicação serve a um setor da rede. É uma monstruosidade.

POERNER – E Lula tem grandeza. Ele mesmo disse, na entrevista pra gente, que não faria questão de ser candidato e nem mesmo que o candidato fosse do PT.

HELOÍSA – Ele realmente tem essa compreensão, mas eu não tenho dúvida de que o PT vai ter candidato próprio.

ÉRGIO – Eu ainda acho que a política é a arte do diálogo. O PT precisa fazer acordos pra chegar ao poder.

HELOÍSA – Não adianta o PT querer apresentar-se como 'cor-de-rosa' e não 'vermelho', porque cria um conflito próprio setor da sociedade que deseja a radicalidade, que deseja a crítica a esse modelo. Mesmo que não se trate por uma questão ideológica ou partidária, mas que está vivenciando uma situação monstruosa no Brasil.

ACO – Você falou sobre a crise (ou não) do governo quando Henrique. Como você está vendo esse momento agora? Acha que há uma crise e que ela está se aprofundando?

HELOÍSA – **Acho que existe uma crise gigantesca, uma decadência desse modelo. Mas é que precisam se explicar, em vez de estar chorando lá no Muro de Berlim, veriam pegar as picaretas e derrubar os muros da travessia México - Estados Unidos, que é um muro muito pior. Existe a miséria, a miséria, os conflitos étnicos no Brasil.** Não são conflitos quaisquer. A exacerbação desses conflitos se deu em função da miserabilidade recente, do empobrecimento da população... E a decadência, não tenho dúvidas disso: Agora, cabe a um partido como o Partido dos Trabalhadores aprofundar as tradições e a crise. Não é o ridículo que alguns dizem desejar, o quanto pior, melhor", nada disso. O PT tem que estar junto aos movimentos sindicais, junto ao MST, junto aos setores que representem a possibilidade de se fazer uma disputa radicalizada com a sociedade, fundamentando e revelando essas contradições: O Brasil é um país que fornece a seiva pra agiotagem internacional, e por isso a disputa pela presidência da República é algo que depende demais na América Latina, mexe com os interesses econômicos internacionais.

ACO – Os freudianos dizem que, numa relação sexual,

estão na cama o casal e mais os pais de um e de outro.

Fazendo um paralelo, podemos dizer que numa eleição presidencial no Brasil não é só o nosso país que 'está na cama', mas toda a América Latina e os interesses internacionais...

HELOÍSA – Por isso é que eu acho que o PT tem que apostar na radicalidade, do ponto de vista das revoluções democráticas que acabam sendo feitas nas administrações municipais. São elas que apontam para a criação de instrumentos para a participação da sociedade.

O PT tem que fazer esse debate, mas segundo a chamada 'teoria da pinça', com um pé na institucionalidade e um pé nos movimentos sociais.

POERNER – Por causa das várias tendências dentro do PT, muita gente acaba dizendo que o partido é dividido. O que acontece? São posições ideológicas incontornáveis?

HELOÍSA – Embora eu não tenha muito estímulo para as disputas internas (já que às vezes elas são feitas com tal ferocidade que desqualificam nossa própria história), eu acho que a existência de tendências garante a vitalidade do PT, seu espírito democrático. Nos outros partidos, as pessoas e grupos se articulam em torno de personalidades políticas. No PT, os grupos se articulam em torno do debate de idéias. Você tem relação com vários movimentos no Brasil e no mundo. Isso é muito saudável. Claro que às vezes essas disputas extrapolam os limites da racionalidade.

POERNER – Isso que você disse é muito importante, já que aqui no Rio assistimos a um debate fratricida dentro do PDT, entre Brizola e Garotinho.

PIMENTEL – No PT também aconteceu isso, houve uma desagregação partidária.

HELOÍSA – Acho que a situação do Rio é de responsabilidade da direção nacional. Ela não se configurou agora, mas começou a se configurar com um processo de intervenção, quando a direção nacional desrespeitou uma decisão tomada de forma legítima e democrática, há dois anos. Deu no que deu. Quando você vive no coletivo, tem que respeitar as decisões da maioria. No caso específico, não foi uma ação bilateral. Infelizmente, foi determinada por uma ação autoritária que gerou um conflito de tal ferocidade que não é bom pra ninguém, muito menos pro PT.

PIMENTEL – O que você pretende fazer, nestes seis anos que ainda tem pela frente?

HELOÍSA – De preferência, dar muito trabalho. Eu estou querendo me dedicar mais à questão das hidrelétricas, mais à área de energia, infra-estrutura, abastecimento.

ARMANDO – A América Latina tem muito mais petróleo do que Estados Unidos e Canadá juntos. Só a Venezuela tem um trilhão de barris. A mídia não comenta esse assunto. Procurando na internet, você achou informações do mundo inteiro, sobre reservas de petróleo. Hugo Chávez, que está entrando agora, incomoda muito, porque está defendendo a riqueza da América Latina.

HELOÍSA – E a aberração que o Brasil fez agora, vendendo na calada da noite, na bolsa de Nova York as ações da Petrobras pelo equivalente a quinze dias de pagamentos de juros da dívida? E fizeram de uma forma sorrateira. Mas eu sou uma mulher cheia de esperança, viu? Com o coração pulsando de coragem, solidariedade e esperança, sempre! Mesmo quando as adversidades ameaçam esgotar a capacidade de reação da gente.

POERNER – Quais são as figuras de nossa história que você admira?

HELOÍSA –

AS FLORES DO SERTÃO

Eu gosto muito do sertão, gosto muito do Nordeste. Eu gosto daquele gar, eu sinto o cheiro do sertão, da floração dos cactus. Quando terminar este ano, eu preciso ir pra um deserto e ficar lá, estatelada, andando aquele céu estrelado. Na primeira semana de janeiro eu quero ver a floração dos cactus. Eu me lembro disso demais, da minha infância. Lá no sertão eu conheço todos os cheiros, todas as flores, conheço tudo. Tem uma flor, chamada quixabeira, que é minúscula. Você não vê a flor, e no entardecer é um cheiro que toma conta do sertão, que você sabe que ela tá na floração. É como a flor da pitingueira, amarelinha. Tem a flor da planta símbolo de Alagoas, a aibeira. É da mesma família do ipê-amarelo. Ai a gente ficava embaixo das craibeiras, a meninada toda, e as florzinhas caíndo assim em cima, parecendo uma chuvinha suave de flor amarela. Um dia, em Brasília, a tal dita cidade se transformou. Menino, quando eu vi aquele monte de cor amarela, eu lembrei de lá, do sertão. Eu sou uma apaixonada pelo sertão. O cactus mais feinho que tem, mais esquisito, tem uma flor que parece um lírio. Eu só lembro do Marighela, daquela poesia 'Lírios livres selvagens'. Quando a gente ia pra roça, de manhazinha, a gente já sabia que ela estava florando. A flor de mandacaru é que é a mais mosa, né? Uma margarida branca, assim. Mas essa flor, desse cactus, parece um lírio perfumado..."

AS DORES DO SERTÃO

"Eu sempre lembro de dois casos que me marcaram profundamente. Uma vez eu soube de uma circunstância de uma velhinha chamada dona Maria do Carmo. Ela foi arrastada da própria casa e o filho dela foi espancado. Ela se escondeu embaixo da própria cama, e os jagunhos tiraram ela dali de baixo e vieram arrastando ela pela estrada, magrelinha, o couro e o osso. Ela foi fazer a denúncia em Maceió, sozinha. Um funcionário da Justiça do Trabalho, que me conhecia, ligou pra mim e contou que tinha uma senhora lá dizendo que "ter uns pistoleiros querendo me matar". Eu fui lá pra tentar ajudar. E quando eu vi aquela mulher lá assim, o couro e o osso, doente, submetida à fome e à miséria, enfrentando o que há de mais poderoso no estado, quando eu vi isso, eu disse pra mim: "A gente não tem o direito de se cansar". E outra vez foi um menino de rua. Eu me relaciono muito com os meninos de rua. Uma vez eu vi um deles cheirando cola, lascado, todo sujo. Eu estava passando e parei pra apartar uma briga entre eles, e eles começaram a conversar. Sentei e conversei com eles. Um deles disse: "Heloísa, tu tá morando em Brasília?" E eu disse: "Tô, cara". E ele: "Tu mora perto do presidente?" E eu perguntei pra ele: "Por quê? Tu tá com vontade de mandar um esculhambação pra ele, é?" Ai ele disse assim: "Mais ou menos. Hel tu pede ao presidente que mande sopa lá pro povo do sertão que e tão morrendo de fome". Porra, um menino lascado, que não tem o morar, que mora embaixo de uma cidade de lona, um lixo monstro. Pois o cabra pensou no outro: "Eu vi na televisão um menininho morando e as moscas na chupeta dele". Ai a gente não tem direito de se cansar, né? Por isso que todo dia eu revivo as minhas dores e as dores dos outros pra continuar tendo forças. Eles dizem no Senado que eu sou intolerante, que sou rancorosa, que eu falo com o figado... Mas é o figado que a gente guarda as nossas dores. No meu não tem só as minhas. As minhas eu já reverti em lágrimas e em sorrisos e tô aqui viva. Mas guardo as dores dos outros."

PRAGMATISMO A senadora trocou de aliados e afastou-se da prefeita Kátia Born (*acima*) e do governador Ronaldo Lessa (*ao lado*).

Aos 16 anos, Heloísa Helena mudou-se definitivamente para Maceió. Dividiu um quarto de pensão com o irmão, Hélio, enquanto cursava enfermagem na Universidade Federal de Alagoas. Militou no movimento estudantil e se tornou professora de epidemiologia. Filiou-se ao PT em 1985. Em 1992, foi eleita vice-prefeita da capital na chapa de Ronaldo Lessa (PSB), atual governador de Alagoas. Dois anos depois, elegeu-se deputada estadual. Em 1996, perdeu no segundo turno a disputa pela prefeitura para Kátia Born (PSB).

Em 1998, com 56% dos votos válidos do Estado, conquistou a vaga para o Senado. No ano passado, liderou a oposição na Casa comandada por ACM. Tem assento garantido no Senado até 2007, mas prepara-se para disputar o governo alagoano contra Lessa. Enquanto eles atuaram como aliados, o marido da senadora, Mário Agra, foi secretário de Agricultura de Lessa.

O choque com o PSB alagoano deu-se às vésperas das eleições municipais. Na noite que se compare à virulência com que ela se dirigiu a ACM no dia 7. "Sua síndrome de

capitão-do-mato assusta muita gente, mas eu não tenho medo", desafiou. Apontado como autor de um pedido à senadora para que votasse contra a cassação de Luiz Estevão em troca de apoio em Alagoas, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) a defende. Kátia Born não poupa críticas: "Ela tinha de ser mais elegante, até nas agressões".

Os ícones da senadora estão expostos nas paredes de seu gabinete, decoradas com pôsteres do guerrilheiro Che Guevara, do extremista de esquerda Carlos Marighella e de integrantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Dividem espaço com quadros de orquídeas e bromélias. Em casa, Heloísa coleciona imagens de São Francisco de Assis. Nos fins de semana, vai ao cinema com os dois filhos. Na primavera, alegre-se com os ipês amarelos de Brasília. "É o único período do ano em que a cidade me transmite paz", diz. Até a primavera, ACM estará exposto ao risco de novos duelos. ■

CAROLINA BRÍCIDO, DE BRASÍLIA

Frases de efeito são a marca de Heloísa

"Não vim para o Senado para ser uma moça boazinha"

"Eu nado contra a maré. É minha modalidade preferida"

"Nunca confie em uma mulher que diga sua idade, porque ela é capaz de dizer qualquer coisa. Sou do tipo que diz a idade"

"Está para nascer o homem que me convença a fazer o que não quero"

"Peço a Deus todos os dias que não me dê serenidade no coração, para não perder a capacidade de me indignar"

"Vossa Excelência (falando com ACM) não é dono dos meus dutos auditivos"

"Na disputa política viro onça. Guardo os temperos da civilidade para as relações pessoais"

CLAUDIA

www.claudia.com.br

EXAD
tudo também
pra essas coisas

ACADEMIA NÃO É SO PARA
BEIJAR. MUSCULAÇÃO, GINÁSTICA
YOGA E PILATES MELHORAM
MUITO SUA POSTURA

caro, ou
arato?

mes, perfumes,
maltes, maquiagem
covas: a mesma
ção e preços
m diferentes

bancos dizem
e não, mas
cê pode, sim,
ar o Código
Defesa do
consumidor
seu favor

Para
ele
&
voce

Um charme de roupa para
usar (ou tirar) a dois

Flores, velas e sedução:
3 jantares para curtir o
Dia dos Namorados

Como você se relaciona com dinheiro?
Guarda? Gasta? Adora? Despreza?
A descoberta pode mudar sua vida

eutanásia
Quando amar significa ajudar a partir

ENTREVISTA: HELOISA HELENA, A SENADORA QUE ENCARA ACM

A SENADORA QUE ENCAROU ACM

Acusada por Antônio Carlos Magalhães de votar contra a cassação de Luiz Estevão, a senadora do PT alagoano nega as denúncias, admite que pode ter havido erro e confessa a vontade que sentiu de dar um murro no adversário

Aos 38 anos, eleita em 1998 com 56% dos votos válidos, a senadora Heloísa Helena, do PT de Alagoas, está no centro do turbilhão que pode esmagar as pretensões políticas do senador baiano Antônio Carlos Magalhães. A confusão começou em fevereiro, quando, em conversa com três procuradores da República, ACM teria falado sobre a existência de uma lista com os votos dos parlamentares na sessão que decidiu pela cassação do ex-senador Luiz Estevão. A grande surpresa da

lista seria o voto de Heloísa contra a cassação. Uma bomba, já que ela teria desobedecido à orientação do partido e favorecido um senador com quem já trocou palavras impubescíveis. Ocorre que a votação foi secreta, e o senador baiano não poderia possuir a tal lista – a não ser que houvesse fraudado o painel do Senado. A comprovação de que houve mesmo violação desencadeou uma investigação no Conselho de Ética do Senado, na qual se soube que ACM, com a cumplicidade do se-

gador José Roberto Arruda (sem partido/DF), de fato teve acesso à lista. Essa certeza deixa a situação de Heloísa em xeque diante da opinião pública. Os depoimentos mobilizaram o país no último mês e meio.

Desde o início, a senadora negou veementemente o voto que ACM lhe atribuiu. Talvez nunca se saiba se ela é de fato culpada ou inocente, já que ACM alega haver destruído a lista. Heloísa também se recusa a comentar boatos, como o de que teria favorecido Luiz Estevão por manter acordos políticos com o senador alagoano Renan Calheiros, do mesmo partido que o senador cassado, o PMDB. “É conversa de vadios em mesa de bar”, irrita-se. A frase é típica do estilo destemperado que virou marca registrada da senadora. “Sou agressiva e intolerante em alguns momentos, mas foi assim que cheguei aonde cheguei”, afirma.

Menina pobre em Pão de Açúcar, no sertão alagoano, Heloísa mudou-se adolescente para Maceió e começou a militar no movimento estudantil. Formou-se enfermeira e filiou-se ao PT em 1985. Em 1992 foi vice-prefeita na administração PSB/PT. Um único mandato como de-

putada estadual credenciou-a ao Senado. Mesmo lá, não perdeu o jeitão de militante: nos corredores, onde predominam os tailleurs e teminhos, usa sempre calça jeans desbotada, camisa de cambraia branca e sapatos rústicos. Um eterno rabo-de-cavalo e maquiagem zero complementam o visual. Heloísa mora só com os dois filhos, Sacha, 17 anos, e Ian, 15, num apartamento funcional em Brasília. Recebeu CLAUDIA em seu gabinete, que tem nas paredes pôsteres do revolucionário Che Guevara, seu ídolo.

CLAUDIA – Afinal, a senhora votou ou não contra a cassação do ex-senador Luiz Estevão?

HELOÍSA HELENA – Essa acusação não tem nenhuma lógica. No meu Estado, nem os meus adversários mais ferozes quiseram entrar nessa polêmica contra mim. Eles me conhecem, sabem que eu jamais votaria a favor do Luiz Estevão. Alguns dias antes, no plenário, eu tinha tido uma grande briga pública com o ex-senador. Chamei-o de muitos adjetivos desagradáveis, e ele também. Como poderia favorecê-lo? Na véspera da cassação, cheguei a comentar com colegas da oposição que ➤

entrevista

“Tratei os boatos sobre mim como comportamento de homenzinhos desqualificados, sem coragem de fazer o debate franco na presença dos envolvidos”

achava possível haver fraude na votação. Se eu sabia da possibilidade de ser descoberta, não poderia ter votado contra a cassação.

CLAUDIA – Para defendê-la, o senador Eduardo Suplicy levantou a possibilidade de a senhora ter errado na hora de votar. Isso pode ter ocorrido?

HELOÍSA HELENA – É lógico que existe a hipótese de errar. Várias pessoas já erraram. Quando a votação é secreta, você não vê o voto que deu. Além disso, peritos da Unicamp que analisaram o painel encontraram várias possibilidades de fraudar uma votação. A senha não é você que escolhe, como no banco; ela já vem impressa. Qualquer pessoa que tenha o código pode votar por você. Só que, apesar das possibilidades de erro e de fraude, eu não podia entrar nesse debate. Diriam que eu estava inventando uma desculpa para justificar um voto dado.

CLAUDIA – Luiz Estevão também poderia afirmar que houve fraude e que isso o prejudicou.

HELOÍSA HELENA – Por isso mesmo é que eu não entro nesse debate. Prefiro acreditar que no Senado

não existe senador que rouba senha de senador, até porque, se assim fosse, o Carandiru seria mais respeitável que o Senado.

CLAUDIA – Seus depoimentos na CPI convenceram os colegas e o público? Ou a história se tornou um estigma para a senhora?

HELOÍSA HELENA – Tenho recebido muitas manifestações de carinho e de solidariedade. Artistas como Rita Lee e Jô Soares, eleitores, colegas aqui do Senado – e não só gente da oposição. Gosto de usar uma metáfora para explicar o que o senador ACM fez: é como se ele tivesse subido numa montanha bem alta e rasgado um travesseiro de plumas, que se espalharam ao vento. As plumas representam a calúnia. Felizmente, muita gente por este Brasil afora está catando as peninhas para mim.

CLAUDIA – Como ficou sua vida depois dos boatos sobre o voto a favor de Luiz Estevão?

HELOÍSA HELENA – Cheguei ao fundo do poço. Mas, quando a gente bate no fundo, encontra chão firme e sobe. Hoje estou no estágio do “pode vir quente que eu estou fervendo”. Além da solidariedade que

recebi de meus companheiros do Senado, meus filhos têm me ajudado muito. Brigam menos, dormem na cama comigo.

CLAUDIA – Como seu partido, o PT, encarou os boatos?

HELOÍSA HELENA – Quando essa história surgiu, eu era líder da oposição, e o José Eduardo Dutra (*senador pelo Sergipe*), que é líder hoje, veio falar comigo. Fizemos um debate no plenário e ficou tudo aparentemente resolvido. No PT, me conhecem bem. Sabem que eu não sou uma pessoa de esconderijos, de subterrâneos. Prefiro ganhar inimigos pela franqueza, mesmo que seja no debate agressivo, do que conquistar amigos pela hipocrisia e pelos subterfúgios.

“ACM sofre da síndrome de capitão-do-mato. Acha que pode arrastar as pessoas pela orelha como se fossem escravos. Comigo isso não funciona”

CLAUDIA – A senhora e ACM moram no mesmo prédio?

HELOÍSA HELENA – Enquanto não sai a mansão dele no Lago Sul, sim... Vi isso nos jornais.

CLAUDIA – Nunca se cruzaram?

HELOÍSA HELENA – Nunca. Ainda bem, porque seria um incômodo mútuo. Eu sei perfeitamente como funciona o mundo masculino. Não quero me submeter a esse mundo, mas, se

para ser compreendida precisar usar a metodologia masculina, eu uso. Não por vontade própria, mas para que o senador ACM possa entender, parar, refletir. Se ele estivesse lidando com um homem, é possível que a essa altura já tivesse levado um murro. Se eu o houvesse encontrado na primeira semana da confusão, reagiria, talvez, de forma mais fácil de ser captada pelo mundo masculino.

CLAUDIA – O senador ACM afirma que os adversários dele estão aproveitando a ocasião para acertar contas por desavenças do passado...

HELOÍSA HELENA – No Conselho de Ética, eu tenho grandeza suficiente e também obrigação de ana-

lisar os autos do processo à luz das infrações que possam ter sido cometidas. Conforme a análise que tenha dessas infrações, votarei as medidas disciplinares cabíveis. Isso para mim é ponto. Eu posso desejar a qualquer pessoa que viresse churrasco imprestável nas chamas do inferno. Entretanto, aqui, minha obrigação é atuar simplesmente analisando os autos do processo. Prefiro pensar

que também o Congresso Nacional vai votar de forma que respeite a construção da democracia.

CLAUDIA – Não somos ma democracia ainda?

HELOÍSA HELENA – A democracia não se constitui ela possibilidade de estar sentada na cadeira do Senado. A democracia sem justiça social não é democracia, é uma farsa. Faltam mecanismos de controle social. Faltam debates sobre forma tributária, geração de empregos e de renda, forma agrária. Muitos desses debates deveriam ocorrer no Senado, mas no momento a casa está parada, e não por causa da oposição, que é minoria. É por causa da base governista mesmo.

“O bandido em potencial, se for para a política, não tem espaço adequado. Por causa da impunidade, não há possibilidade de enriquecimento ilícito”

CLAUDIA – E por quê?

HELOÍSA HELENA – O governo está ocupado em montar um balcão de negócios sujos para evitar a CPI que investigaria irregularidades na administração pública. Além disso, agora ainda tem que lidar a crise energética. Essa crise, aliás, é inadmissível! O governo não tem capacidade de investir em outras fontes de geração, como a energia solar e

as termoelétricas. Fazer de um recurso precioso como a água a única opção de geração de energia é impraticável. É debochar dos técnicos e de todas as pessoas que há anos vêm alertando sobre isso. E agora o governo ainda quer privatizar as hidrelétricas... É preciso muita incompetência para conduzir um processo desses.

CLAUDIA – É a pior crise do governo FHC. Isso favorece a oposição nas próximas eleições presidenciais?

HELOÍSA HELENA – É claro que os erros do governo e a tática escandalosa para sufocar a CPI da corrupção acabam ajudando a oposição de forma lamentável. A sociedade está exigindo que os indícios de ir-

regularidade sejam apurados. O povo está ansioso para discutir as idéias do PT para as eleições do ano que vem com o nosso companheiro Lula.

CLAUDIA – Não chegou a hora de o Lula ceder espaço a novas lideranças do PT?

HELOÍSA HELENA – Tenho certeza de que isso não é uma questão pessoal do Lula. Nas últimas eleições, ele foi candidato porque

“Em 1996, minha casa foi metralhada. Atiraram na parede onde havia um sofá diante de uma TV. Imagino que não queriam apenas assustar”

ninguém queria ser. Digo isso com tranquilidade porque não sou da corrente do Lula. Muitos companheiros priorizaram as suas eleições e não quiseram disputar a Presidência. Lula é um nome tão qualificado quanto qualquer outro e além disso ainda tem o maior potencial eleitoral do partido.

CLAUDIA – Quando era deputada estadual, a senhora denunciou os colegas da Assembléia Legislativa por receber ajuda de custo de até 12 000 reais sem pagar imposto de renda. A Receita foi investigar e descobriu que a senhora também devia dinheiro ao fisco por usufruir dos mesmos privilégios. Já pagou o que devia?

HELOÍSA HELENA – Tentei extinguir essa ajuda de custo e não consegui. Então, passei a doar o que recebia a algumas ongs. Não é justo que eu pague imposto sobre um dinheiro que não usei. Essa história ainda corre na Justiça, mas estou tranquila.

CLAUDIA – A senhora tem como provar as doações?

HELOÍSA HELENA – Tenho todos os recibos e por isso sei que a situação vai se resolver. Quando fiz a denúncia, eu vi que poderia

ser enquadrada. Mas não estava enriquecendo à custa de dinheiro público como muita gente. Isso precisava ser investigado.

CLAUDIA – A senhora vai disputar o governo de Alagoas no ano que vem?

HELOÍSA HELENA – Sim. Vai ser uma disputa interessante, talvez contra Renan Calheiros. Tenho muita vontade de estar à frente do Executivo, de pôr em prática minhas idéias.

CLAUDIA – Quando era candidata à prefeitura, sua casa foi metralhada, supostamente por adversários. Não tem medo de voltar à política local?

HELOÍSA HELENA – Eu sou uma sobrevivente. A vida me obrigou a engolir meus medos. Cheguei aonde cheguei, enquanto milhões de crianças que nasceram pobres como eu se jogaram na marginalidade e nas drogas. Superei isso. Tenho que dar o máximo da minha capacidade de trabalho para continuar lutando pelo que sempre acreditei. Independentemente do resultado do Conselho de Ética, vou continuar ensinando aos meus filhos que o crime não compensa. ★

R E V I S T A

10º V Nº 48 - Setembro de 2005

Brasília

Esquema de corrupção sem o conhecimento do Presidente Lula seria impossível"

Heloisa Helena, Senadora

ele é um ignorante, mandado por outras figuras políticas que estivessem à sua volta. Um esquema de corrupção com tantas ligações como esse, sem o seu conhecimento e sem a sua autorização é impossível.

Quero ressaltar que a posição do P-SOL é claríssima: defendemos o aprofundamento incondicional das investigações com a consequente cassação de todos os corruptos envolvidos, seja do PT, PSDB, PFL, PTB ou qualquer outro partido envolvido. A punição deve acontecer sem restrições, seja para o Presidente da República, Deputados, Senadores, seja para os delinquentes partidários. Queremos, como todo o povo brasileiro, a prisão e o confisco dos bens de todos os condenados no crime de corrupção.

Nossa - Ainda se pode pensar no PT como um partido de esquerda?

Heloisa Helena - Não! Infelizmente não! Como já disse, o PT abandonou as bandeiras de esquerda há bastante tempo. Mas não é só isso! Com a chegada ao Palácio do Planalto, ficou claro que o PT deixou de ser uma alternativa de poder popular. A defesa incondicional das idéias neoliberais, especialmente no campo da economia, me levam à conclusão de que não há mais nada a ser resgatado no Partido dos Trabalhadores. O PT não pode mais ser visto como um caminho para a esquerda democrática. É preciso construir alternativas. É o que estamos tentando fazer com a construção, livre e solidária, do P-SOL.

Nossa - Em meio a toda essa crise podemos separar o PT do Governo?

Heloisa Helena - Acredito que não. Certamente, um partido – mesmo sendo o principal partido da base de apoio do Executivo Federal – é, ou deveria ser, diferente e autônomo em relação ao governo. No entanto, isso nunca aconteceu. As principais lideranças do PT sempre defenderam, de forma incondicional, o Governo Lula, inclusive, em muitos momentos, falando em nome desse Governo.

Nossa - A reconstrução da esquerda passa pela destruição da imagem de Lula?

Heloisa Helena - A reconstrução passa pela definição de um programa transformador, que envolva politicamente o povo e que materialize um programa que rompa com a política do FMI e construa um projeto econômico-social oposto aos aplicados pelo governo Lula, pelo PT e seus aliados e com o fiel compromisso de enfrentar a banca internacional, os interesses do agronegócio, das empresas que fizeram aprovar a lei dos transgênicos e dos latifundiários. É necessário romper com o pagamento dos juros das dívidas interna e externa, redirecionar os recursos públicos e os instrumentos do Estado

para realizar uma ampla e massiva reforma a fim de promover programas sociais voltados para as áreas de educação pública gratuita, saneamento básico, habitação e uma profunda reforma urbana, dentre outras necessidades do povo brasileiro, para quem o governo Lula virou as costas. Além de tudo isso, é fundamental o resgate de outros métodos, políticas de valores e princípios humanos, ideológicos, que sejam capazes de sepultar a promiscuidade da lógica do poder pelo poder; do vale-tudo eleitoral, do baicão de negócios que compra a maioria dos parlamentares para governar contra os interesses dos trabalhadores, do povo e da nação. Esta necessidade histórica é o que nos faz combater e permanecer na linha de frente contra o capital, os interesses da classe dominante e os métodos e regimes corruptos.

Nossa - A senhora será candidata à presidência da República?

Heloisa Helena - Estamos discutindo o projeto, viabilizando alianças que se identificam com ele. Só a partir daí vamos ver quais as pessoas que o representarão nas eleições de 2006. Uma coisa é certa: não

“É necessário romper com o pagamento dos juros das dívidas interna e externa e redirecionar os recursos públicos”

constâncias da sua vida não tiveram as condições de romper com determinada estrutura de poder para realizar os seus sonhos, elas se identificaram com a nossa luta.

Nossa - Como foi a reunião com os seus colegas parlamentares?

Heloísa Helena - Muitos parlamentares tanto da Câmara, como do Senado, com os quais nos confrontamos ao longo da nossa história e continuaremos a nos confrontar com fúria, porque eles têm um projeto antagônico ao nosso, mesmo assim, quando nós estávamos sofrendo todo aquele processo de expulsão, ficaram visivelmente constrangidos. Mesmo os que eram inimigos do projeto Lula e hoje estão sendo tratados como queridinhos do governo, que estão lá parasitando na máquina pública como sempre o fizeram, e muitos outros que são nossos inimigos de classe, que certamente nunca nos darão trégua nas batalhas que travarão conosco, são capazes de nos respeitar. Nós estamos nesse combate porque sabemos que existem milhares de corações generosos, valentes e socialistas espalhados pelo país lutando por um mundo novo, rico de pão, de paz, de felicidade.

Nossa - Como o P-SOL vai acolher os militantes do PT?

Heloísa Helena - Esperamos de braços abertos as lutadoras e lutadores do PT, pois quase não há espaço no PT para quem se reivindica socialista de esquerda. Essas pessoas serão acolhidas com muito carinho e solidariedade por todos nós. Serão acolhidas para nos ajudar a construir esse

“Esperamos de braços abertos as lutadoras e lutadores do PT”

presente, esse instrumento de luta para a classe trabalhadora, que apesar de não estar pronto, já foi iniciado. Muitos de nós representamos tradições diferentes do ponto de vista da esquerda internacional. Vivenciamos experiências diferentes, somos de tradições diferentes, mas nos respeitamos pelo simples motivo de sermos socialistas. Ao nos reconhecermos assim, nós podemos estar juntos. Espero que esses companheiros possam vir para nos ajudar a construir o P-SOL. Eles não serão apenas integrantes de um projeto que já foi construído. Vamos construir juntos.

Já vencemos uma etapa. Foram muitos os militantes espalhados pelo Brasil afora, sofridos e angustiados, mas que não se deram ao direito de perder a esperança. Eles inicia-

ram a construção do P-SOL. Alguns já tinham vivenciado outras experiências partidárias e sofrido outras traições, mas o passado amargo não foi capaz de inutilizá-los para a luta. Muitas outras pessoas que não tinham vivido a experiência de criação de uma estrutura partidária, pessoas simples, comuns, que nem se reconheciam como socialistas internacionalistas, foram capazes e indispensáveis pela generosidade, pelo carinho, pelo respeito a todo o processo de inquisição que nós passamos e que foram essenciais para que a gente pudesse superar esta primeira etapa: a legalização do Partido Socialismo e Liberdade.

Nossa - Quais são os novos deputados filiados ao P-SOL?

Heloísa Helena - A bancada foi ampliada com o ingresso dos deputados Ivan Valente (SP), Chico Alencar (RJ), Orlando Fantazzini (SP), Maninha (DF) e João Alfredo (CE), que decidiram afastar-se do Partido dos Trabalhadores (PT) neste mês de setembro. Hoje temos em torno de 438 mil assinaturas em pelo menos nove Estados.

Nossa - Para a senhora qual é a participação do presidente Lula frente a essa crise vivida pelo PT? Ele tinha conhecimento do que estava acontecendo?

Heloísa Helena - Sempre achei e continuo achando o presidente Lula um homem brilhante, que soube conduzir muito bem a estrutura partidária.

Portanto, não podemos achar que

para tristeza de todos os militantes que ajudaram a construir o maior partido de esquerda da América Latina, hoje é uma ferramenta medíocre da propaganda triunfalista do neoliberalismo. Legitimou, pela ação partidária e governamental, todo o discurso neoliberal.

Nossa - Que lição fica de tudo isso?

Heloísa Helena - Um aprendizado nas nossas vidas, até para garantir que pelo processo de democracia interna e a articulação com os movimentos sociais, da permanente ebulição da vida partidária, nós não venhamos a correr os mesmos riscos dos quais até acabamos sendo vítimas.

Essa experiência mexeu muito com a vida das pessoas, algumas chegam até a dizer: "Eu tenho a maior admiração por você, mas quem garante que se vocês, um dia, tocarem o tapete do solo supostamente sagrado do Planalto não vão mudar de lado, não vão cometer mais uma traição?" Isso é algo que as pessoas pensam muito, falam

muito, questionam muito.

Nossa - Como a senhora responde a essas pessoas?

Heloísa Helena - Digo sempre: esse é um risco que nós vamos correr juntos. Daí eu brinco, que se acontecesse alguma coisa assim nós parlamentares seríamos expulsos de novo. Porque nós não estaríamos a serviço de nenhum projeto de traição. Estamos pensando coletivamente, para que a democracia interna, a participação da militância seja permanente, firme. Para que esse coletivo militante diminua os riscos de degeneração e burocratização partidária. Eu acho que nunca nós poderemos dizer que temos a fórmula mágica, de 100% de ausência de risco. Mas não podemos permitir que o medo, a tocaia do medo, nos afugente ao ponto de nos resignar com a tristeza, com possibilidade de degeneração... e não façamos nada.

Toda essa experiência vivenciada no PT, que culminou com a burocratização e a degeneração do partido, em que pesa a sua valorosa militância de esquerda, é um impor-

tante aprendizado para não percorrermos os mesmos caminhos que levaram a essa coisa horrorosa que estamos vendo. O P-SOL é um projeto coletivo, construído por militantes socialistas experimentados, que não se vendem e não se rendem.

Nossa - Como foi a ideia de construir o P-SOL?

Heloísa Helena - Eu só me tornei disponível para construir um partido porque eu sabia que não era um projeto individual. Porque se fosse por causa de um projeto individual eu iria cuidar da minha vida pessoal. Eu só disponibilizei a minha alma, meu coração, minha saúde, minha militância socialista, pelo fato de saber que não é apenas a luta da Luciana, do Babá, do Geraldo, mas a luta anônima de milhares de militantes espalhados pelo Brasil todo, que passam por circunstâncias muito mais adversas do que a gente. Que tem que engolir, como nós temos que engolir os nossos próprios medos, superar as nossas fraquezas, para continuar batalhando todos os dias. Porque tem muito mais gente lutando todos os dias,

insforme a raiva
 criatividade,
 úme em
 toconhecimento
 inveja
 desafio

Loísa Helena
 usa da CPI
 de sua vida,
 is, crenças
 sofia
nais: um
norama da
rupção
Pais

poste nos
 cremes
 teligentes
 s prolongam
 beleza e
 juventude
 da pele

Um guia completo
para você conquistar um

Tipos que
modelam as
 vas (resultados
 preendentes em apenas 3 meses)
 Alta tecnologia para extern. **in celulite,**
icidez e gordura localizada
Dieta que elimina 10 kg sem recaídas!
 Um roteiro com as melhores **aulas**
academia (uma delas é a sua cara)

Juliana Paes

"Já fiz cenas ousadas
 que achei gratuitas.
 Hoje em dia não sou
 tão boazinha"

TENDÊNCIA
primavera-verão
 Inspiração étnica invade
 a moda, com tecidos
 artesanais e
 grandes acessórios

BULLYING NO
TRABALHO
 Como lidar com
 um chefe ditador

Viva a
diferença!
 Mulheres que
 descobriram o
 amor em braços
 mais jovens

ANO 6 SIMBOLO
 Nº 60
 R\$ 7,95

18 ANOS

É tempo de grandes transformações

Há alguns meses fiz parte da equipe que reformulou UMA. Nossa meta era deixar a revista ainda mais atraente, bonita e interessante, como você a vê agora. A partir desta edição, eu ganho esse presente que é dar continuidade ao trabalho que iniciamos, eu e a querida Carla Gullo, mas que agora trilharei

sozinha. Minha missão é fazer, a cada mês, uma revista tão maravilhosa quanto você. Sim, porque a leitora que escolhe UMA como sua revista é uma mulher contemporânea, inteligente, emocionante. Em uma palavra, uma mulher especial.

Além da grande felicidade e do imenso prazer, esse novo desafio significa uma profunda transformação em minha vida. Quero compartilhar tudo isso com você: a felicidade, o prazer e a transformação. Afinal, estamos em setembro, entrando na primavera, a ante-sala do verão. Tempo de sair da toca, soltar as energias, se renovar. Hora de reciclar a alma e o corpo, pois, como boas brasileiras, adoramos pensar que vamos nos sentir lindas quando o sol chegar. É claro que a conquista desse objetivo tem de ser alcançada de forma saudável e equilibrada, deixando de lado expectativas inatingíveis. O sucesso de verdade ocorre quando valorizamos as nossas qualidades, como diz Juliana Paes, nossa personagem de capa.

A transformação nos dá medo mas pode ser um maravilhoso estímulo. Quem não se viu diante de uma situação difícil e reinventou sua própria história, como é o caso de nossa entrevistada do mês, a senadora Heloísa Helena? Expulsa do PT, ela lutou como guerreira e seguiu em frente com suas convicções. Não importa se concordamos ou não com suas idéias – é impossível não se sensibilizar com a intensidade das suas palavras. Confesso que me emocionei com sua trajetória e coragem. Transmutar nossas emoções em energia é um caminho para o autoconhecimento. Na matéria *Transforme sua raiva em força*, você vai ver que os sentimentos negativos podem ser seus grandes aliados. Tudo depende da maneira como lidamos com eles.

Um beijo,

Maria Helena da Fonte

MARIA HELENA DA FONTE
marhelena@simbolo.com.br
Diretora de redação

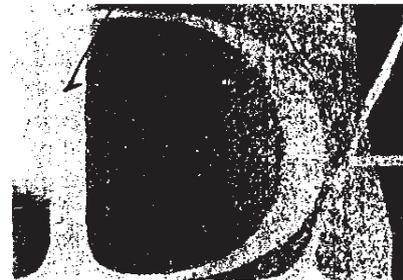
NOSSA CAPA

- 22 Beleza made in Brazil** A atriz Juliana Paes revela lembranças marcantes e conta como convive com seu *sex-appeal*
- 28 Transforme sua raiva em força** Saiba aproveitar bem os *sentimentos negativos*
- 38 Diferenças só na idade** Se eles preferem pessoas jovens, por que elas também não?
- 56 Conquiste um corpo novo (até o verão!)** Cirurgias estéticas e tratamentos avançados moldam o seu corpo em prazos recordes
- 70 Receita de juventude** Aprenda tudo sobre os cosméticos inteligentes e suas tecnologias
- 78 Heloísa Helena não está à venda** O furacão do Planalto fala de sua vida e carreira
- 96 Nova paisagem** Moda homenageia os tons da terra, da água e do mar
- 108 Como neutralizar um chefe mau** Veja como agir naquelas saias justas

COMPORTEAMENTO

- 44 A de amor, B de bola ... S de sexo** Prepare-se para responder às perguntas de seus filhos
- 48 Filhos** Siga uma alimentação equilibrada
- 54 Sexualidade** Uma equipe especializada pode realizar aquela sua fantasia erótica
- 86 10 motivos picantes para transar fora da cama** Dicas quentes para quebrar a rotina

HELOÍSA HELENA NÃO ESTÁ À



Devota de São Miguel e São Francisco, seguidora de Trotsky e Guevara, admiradora de Graciliano Ramos e Clarice Lispector, onça brava no Senado e gata mansa com os amigos, os filhos e o povo de Deus. Assim é essa mulher que surpreende cada vez mais os brasileiros a enfrentar, de camiseta e jeans, as negociatas do poder

SILVIA AVANZI CALVOSO. FOTOS: KRIZ KNACK

No dia 11 de agosto, a equipe de UMA desembarcou em Brasília com a missão de entrevistar a mulher com maior visibilidade política no País, a senadora Heloísa Helena. Fomos direto para a sala da CPI dos Correios, onde o publicitário Duda Mendonça dava seu depoimento histórico, confirmando a existência de contas do PT em paraísos fiscais. Ainda que entre a multidão de jornalistas e políticos não foi difícil avistar aquela mulher com jeito de menina, vestida de jeans e camiseta branca. Suas considerações, após o depoimento, suscitavam comentários de admiração, ao mesmo tempo que suas expressões típicas, como “gangues partidárias”, “filantropia”, provocavam risos amargos, deixando claro por que Heloísa ganhou o título de “musa da CPI”.

De lá corremos para o seu gabinete, e tivemos uma surpresa. Em vez de um espaço semelhante a um diretório de grêmios estudantis, nos deparamos com um ambiente bem feminino, com belas peças do artesanato nordestino e pôsteres da biodiversidade de Alagoas. Sobre a mesa, a figura de um anjo, sugeria um traço muito meigo da senadora, mas ao observar melhor, vimos que o ser alado tratava-se de São Miguel, “o chefe dos guerreiros celestiais”. Sempre coerente com a decoração, uma imagem de São Francisco, um pôster do amigo Che, e a

poderosa escultura de uma naja, pronta para atacar. Heloísa surgiu trazendo no pulso duas pulseiras de couro verde-e-amarelo, com a inscrição “venda”. Nesta entrevista exclusiva, ela deu a entender que, mesmo defendendo posições políticas de esquerda, está conquistando a admiração e o respeito das mais diversas tendências e pode surgir nas próximas eleições presidenciais.

UMA – A senhora pode contar um pouco sobre sua história de vida?

Heloísa Helena – Nasci como nascem meninas pobres brasileiras. Marcadas pelo destino das que contam com os próprios recursos para a libertação dos oprimidos! Mas aprendi, como muitas mulheres, a lutar para viver a vida em plenitude, e não aceitar apenas espiá-la pelas brechas das próprias condições.

UMA – Quem foram seus mestres?

Heloísa Helena – Tive sorte em ter como primeira professora a história de libertação do povo de Deus – como no interior de Alagoas e com as freiras holandesas –, e de conhecer a saga nordestina contada pelo velho e maravilhoso comunista, Graciliano Ramos.

*Sou como muitas
mulheres que aprendem a
engolir os próprios medos
e a guardar fraquezas
inconfessáveis.*

Ao lado, a senadora confirma a popularidade e distribui autógrafos a funcionários do Senado. Abaixo, nas seções da CPI dos Correios, o discurso afiado e veemente lhe valeu o título de musa

A direita, a imagem de São Miguel, "o chefe dos guerreiros celestiais", na mesa do gabinete protege Heloísa

Heloísa – Qual a sua idade?

Heloísa – Tenho 43 anos, aliás Oscar Wilde dizia: "Nunca confie numa mulher que diz a idade. Ela é capaz de dizer qualquer coisa!" (risos!!!)

Heloísa – É casada?

Heloísa – Casei duas vezes com homens que foram e são importantes para mim. Admiro o pai dos meus filhos pela honestidade e inteligência! Do meu segundo parceiro preservo a amizade! Nunca aceitei casamento de fachada. Ao perdemos o coração de alguém, temos de deixá-lo seguir. Assim vamos superando tristezas!

Heloísa – Como é a relação com seus filhos?

Heloísa – Tenho dois meninos maravilhosos, o Sacha, 21 anos, e o Ian, 19. Ser mãe não é só gerar, é especialmente criar, conviver, compreender as diferenças. Tento ensinar pela palavra e pelo exemplo que eles devem abominar a mentira, a corrupção, o ódio, a vaidade e a inveja, ter a coragem de defender os mais fracos, sempre, e entender que a verdade é revolucionária!

Heloísa – Qual é a sua profissão?

Heloísa – Sou enfermeira da área de Saúde Pública e Professora de Epidemiologia e Planejamento de Serviços de Saúde da Universidade Federal de Alagoas.

Heloísa – A senhora é vista como uma mulher forte. De onde vem essa coragem?

Heloísa – Sou como as mulheres sobreviventes que aprendem pelo sofrimento a engolir os próprios medos e a guardar as fraquezas inconfessáveis. Sou igual àquelas que possuem a humildade de chorar nas horas de tristeza e, embora saibam que as lágrimas criam cicatrizes na alma, só as têm quem não se acovarda.

Heloísa – Como é a mulher feminina?

Heloísa – É a mulher de cara lavada, rugas talhadas pelo tempo e pelas dores. É a mulher vaidosa, de lábios vermelhos. É ser lutadora, ora onça ora gata mansa. É fazer a opção de se dedicar à família sem se condenar às prisões domésticas. É amar homens ou mulheres e não se deixar acorrentar pelos códigos falsos moralistas que ousam estabelecer uma única forma de amar. É lutar pela emancipação feminina e se alegrar com a vitória das outras mulheres sem tentar identificar celulite a 1 km de distância.

Heloísa – A senhora acredita em Deus?

Heloísa – Só Ele é refúgio e fortaleza, e assim ameniza as minhas dores e me ensina a acolher com amor verdadeiro aos pobres e marginalizados, com a mesma ternura que eu gostaria que acalantassem meus filhos se eles estivessem perdidos nas ruas da vida.

Heloísa – Religião e socialismo combinam?

Heloísa – Não tenho dúvida que sim. Uma das belas passagens bíblicas diz que não se pode servir a Deus e ao dinheiro. Desconheço outra declaração mais socialista do que essa. Do mesmo jeito que entendi com Trotsky que a verdade é revolucionária, também aprendi com Cristo que é ou quente ou frio, morno eu vomito.

Heloísa – A senhora é devota de São Miguel?

Heloísa – Sempre gostei dos anjos e São Miguel é o chefe dos guerreiros celestiais. Eu também aprecio São Francisco de Assis, porque é o protetor dos animais.

Heloísa – Qual é o significado daquela escultura de naja?

Heloísa – A escritora Clarice Lispector dizia que os ratos de Brasília se alimentam de carne humana. Para nós, ocidentais, a serpente é símbolo do pecado, no Oriente, é vista de uma forma sagrada.

- A senhora já foi chamada de “xiita” por seus companheiros e pela população. Hoje, “musa da CPI”. Sente-se justificada?

Luciana Genro – Encaro com naturalidade as críticas recebidas naquele período, até porque a eleição do presidente Lula foi um momento precioso na vida nacional, pela esperança depositada nele. Eu me sentia na obrigação de falar, para ter tranquilidade com a minha própria consciência e porque já identificava graves distorções ideológicas e éticas nos mecanismos estabelecidos pela equipe de transição em 2002, na formação do governo e nas articulações para montar a tal base de sustentação. Não tínhamos o direito de silenciar diante da traição do PT e do governo Lula, viabilizando como ação política tudo que condenávamos com veemência quando patrocinado pelo governo FHC. Legitimaram a verborragia neoliberal, montaram um balcão de negócios sujos para garantir a promiscuidade Palácio do Planalto/Congresso Nacional, além do melancólico embevecimento pelo luxo do convescote do poder. Quanto às considerações carinhosas das pessoas, refletem a generosidade de gente de bem, que insiste em continuar ensinando aos seus filhos que é proibido roubar!

- Como a senhora se mantém afastada das tentações que assediam os políticos?

Luciana Genro – Sou na essência a mesma menina que corria na caatinga do Sertão de Alagoas. Sempre compreendi que o meu mandato parlamentar é absolutamente passageiro e não me fará uma pessoa melhor se eu me comportar como escrava do luxo e dos esnobes rituais do Senado. Assim sendo, devemos todos os dias ao sair de casa esmagar a vaidade e cuspir no poder!

- Existe algum sabor de dar a volta por cima, ao enfrentar, hoje, os seus inquisidores na expulsão do partido? Eles a encaram nos olhos?

Luciana Genro – Nós (Luciana Genro, Babá, João e eu) que fomos submetidos ao “tribunal de inquisição petista”, não guardamos mágoa nem rancor do processo que, apesar de profundamente doloroso, nos ensinou bastante! Descobrimos que muitos preferem a omissão, diante da truculência que fere a outros, para se lambuzarem no banquete farto do poder. Alguns preferem fingir que nada viram ou ouviram e se comportam como gente repugnante e perversa que se alimenta da sórdida tarefa de aniquilar os outros. O mais importante agora é ajudar na construção de um abrigo para a esquerda socialista e democrática, o nosso P-SOL, que humildemente quer contribuir para a construção de um Projeto de Justiça Social para o nosso País.

Luciana Genro – **A senhora é candidata às próximas eleições presidenciais? Acha possível governar sem fazer alianças com partidos corruptos?**

Luciana Genro – Em 2006 não seremos cúmplices do falso dilema entre os neoliberais do PSDB e os neoliberais do PT. Antes da apresentação dos nomes para a disputa presidencial, temos de discutir da forma mais democrática uma alternativa de Programa de Governo com ampla participação das forças vivas da sociedade, com alternativas concretas, ágeis e eficazes para um projeto de desenvolvimento econômico sustentável e inclusão social para o Brasil. Se eu fosse oportunista, jamais assumiria uma tarefa de alta complexidade como esta, com mínima chance de vitória, insignificante tempo de horário eleitoral, poucos recursos de campanha, política de alianças restrita. Mas se for necessário tomarei a tarefa com alegria e combatividade, inclusive para honrar a memória de muitos outros militantes que dedicaram sangue, suor e lágrimas pelo socialismo. ►

A mulher que fez o SOL tomar partido

Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho tem nome grande, mas é pequenininha. Com uma sandália-plataforma de 10 centímetros talvez chegue a 1,60 metro. Isso não é nada, porque para essa alagoana nascida em Jaciobá – ou “Espelho de Luz” em tupi-guarani, nas margens do Rio São Francisco – tamanho não é documento. Ela já enfiou o dedo no nariz do deputado Maurício Rands (PT-PE) e chamou para a briga o deputado Eduardo Valverde (PT-RO), tudo por conta das discussões acaloradas da CPI dos Correios. “Cabra safado, eu te quebro a cara”, costuma gritar Heloísa, para humilhação dos machos que dão de encontrá-la pela frente. Professora de Epidemiologia da Universidade Estadual de Alagoas, Heloísa está licenciada da cadeira desde a década de 90, sem vencimentos. Hoje,

com 43 anos, é um misto de tudo: senadora, candidata a presidente da República no campo da esquerda contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pai e mãe. Chora fácil. Faz carinhos em eleitores e nos colegas de Parlamento com a mesma facilidade com que ameaça estapear, principalmente, parlamentares do PT, os quais adora provocar. Inimiga do ex-ministro José Dirceu, o tem na conta de Mefistófeles, aquele que vendeu a alma ao diabo. Mas sem a mesma classe do personagem de Goethe.

Em 1992, foi eleita vice-prefeita de Maceió pela coligação PSB/PT, no primeiro grande revés das oligarquias alagoanas nas estruturas políticas da Prefeitura. Em 1994, conquistou uma cadeira na Assembleia Legislativa. Em 1996, perdeu a eleição para a Prefeitura por menos de 1%. Em 1997, ajudou

Em entrevista exclusiva, a senadora Heloísa Helena expõe feridas e medalhas de uma vida de amor à causa

outros o que lhes poderia acontecer.

P- *Conseguiram calar os outros?*

R- Por um tempo sim. Só que depois da descoberta de que não apenas eles conspiravam contra os interesses da classe trabalhadora, como também chafurdavam na lama da corrupção, tirou deles a autoridade de jogar mais alguns para arderem na fogueira.

P- *A sra. se sente vingada pelo fato de o PT ter se metido na lama?*

R- Familiares e amigos, quando saiu a entrevista bombástica do Roberto Jefferson, por triste coincidência, no dia do meu aniversário (6 de junho), como estava no sertão de Alagoas, diziam “que presente de aniversário”... Mas acho que esses fatos legitimam na imaginação popular a generalização perversa contra todos os que estão nas instâncias de decisão política e cria um impacto muito mais triste na esquerda. Isso significa, para quem se reivindica de esquerda socialista, uma tarefa muito difícil e dolorosos enfrentamentos a serem feitos para disputar mentes em torno de uma alternativa. São duas questões ao mesmo tempo. A partir do momento em que o governo Lula legitima a verborragia da patifaria neoliberal, nega perante o imaginário popular todas as concepções alternativas ao pensamento único que nós passamos anos nos comprometendo. E passa a chafurdar na pocilga da corrupção com a mesma desenvoltura dos que condenávamos com veemência. A partir do momento em que eles patrocina tudo isso, acabaram legitimando no imaginário popular a frequente dúvida. Por mais que alguns nos respeitam, perguntam: quem garante que se um dia eles lá chegarem, não vão nos trair? Por mais que possamos responder que fomos testados nos meses de glória do governo Lula, fizemos outra opção. É por isso que, quando iniciamos a construção partidária, muitas pessoas, por preocupação com minha saúde, não queriam, com medo do que poderia sofrer lá na frente. Outras diziam: ‘Ah, Heloísa, você diz que dedicou os melhores anos de sua vida para ajudar a construir o PT. Como você pode garantir que eu também não vou dedicar bons anos de minha vida para ajudar a construir um partido e, mais à frente, ele patrocinar uma traição?’. Respondo num misto

de carinho: estaremos no mesmo risco, porque, se o P-SOL patrocinar uma traição, tenha a certeza de que vou ser expulsa novamente. E no outro dia vou acordar cedinho, renascer com o sol em coragem, solidariedade e esperança, e vou continuar na luta. Haverá uma partilha do sofrimento. Não estou na construção de uma estrutura partidária por masoquismo.

S ó tem cicatriz na alma quem esteve no campo de batalha

P- *Lutar pelo socialismo hoje não está um pouco ultrapassado?*

R- A luta pelo socialismo é a luta pela mais bela declaração de amor à humanidade. Embora tenha convicção de que com essa estrutura anatomo-fisiológica não vou viver a experiência de uma sociedade socialista. Mas quero ter a certeza de que passei por aqui dedicando toda a minha capacidade de luta e trabalho para que um dia as futuras gerações possam vivenciar essa maravilhosa experiência socialista.

P- *P-SOL é um nome fácil. Tem marqueteiro aí?*

R- Não. O P entrou de intrometido, por obrigação da legislação eleitoral. Queríamos que fosse Sol - socialismo e liberdade. Para nós, era essencial que no nome do partido tivesse Socialismo. Depois, embora nós não sejamos herdeiros da experiência do chamado socialismo real, do totalitarismo, da intolerância, do desrespeito à subjetividade humana, queríamos muito que o nome de nosso partido tivesse um tributo à liberdade. Mesmo entendendo que é redundância falar socialismo e liberdade, o fizemos como um tributo à liberdade e uma clara negação às concepções totalitárias e intolerantes que negaram a subjetividade humana nas experiências do Leste Europeu.

chances de vitória como é a eleição presidencial. Muito mais cômodo é disputar a reeleição ao Senado ou a eleição ao governo de Alagoas. Nossa prioridade agora é discutir uma alternativa para o Brasil, que dê conta dos eixos da soberania nacional, a democratização do Estado brasileiro, desenvolvimento econômico sustentável e inclusão social. De uma coisa, temos certeza. Em 2006, não vamos ficar supostamente estarecidos diante do dilema dos neoliberais do tucanismo e os neoliberais da estrelinha. Vamos ter alternativa. Se houver necessidade de meu nome, o farei com muita alegria e combatividade. Se ganhar a eleição, será maravilhoso para o Brasil. Se perder, vou ser recebida com beijinhos, flores e bolo de chocolate na Universidade Federal de Alagoas.

P- *A sra. se sente realizada politicamente?*

R- Minha vivência no mundo da política só me satisfaz ideologicamente, porque acredito muito nas causas pelas quais luto. Mas como mulher e mãe continua sendo uma experiência muita dolorosa para mim.

P- *Quantas horas a sra. trabalha por dia?*

R- Vou me deitar às 2h da manhã e acordo às 5h. Trabalho muito. Sou pai e mãe. Resolvo problemas da família, dos amigos. Esteja fazendo planejamento na sala de aula ou aqui, sou muito rigorosa, disciplinada, cumpridora das minhas obrigações constitucionais, sou muito zelosa com minha função de mãe e dona de casa. Isso é uma sobrecarga muito grande.

P- *Sobra tempo para o amor?*

R- Para o amor aos meus filhos e à humanidade...

P- *E para o amor pessoal?*

R- Infelizmente, não tem... Não é por falso moralismo, muito pelo contrário.

P- *A sra. abraçou a política como substituta do amor?*

R- Não tenho tempo. Não se trata de um processo de sublimação. Compreendo minha carga de trabalho, as opções que fiz. Está mais relacionado às condições objetivas de meu cotidiano do que pela negação do afeto ou pela substituição das relações mais ligadas à emoção. Esses últimos anos de minha vida não têm

sido fáceis. A primeira etapa de meu mandato estava ora na liderança do PT, ora na liderança da oposição ao presidente Fernando Henrique Cardoso, ou enfrentando obstáculos diversos na política nacional. Depois, os embates com a cúpula do PT, o processo de expulsão, de construção partidária.

P- *A expulsão foi dolorosa?*

R- Muito. Mas não guardo rancores daquele processo. Temos obrigação de ter aprendido com o processo de inquisição que fomos julgados. Temos de aprender com o processo vivenciado para que ao identificar os mecanismos que levaram à degeneração, à corrupção das instâncias petistas, a gente não reproduza os mesmos erros.

Lutar pelo socialismo
é lutar pelo amor
à humanidade

P- *Isso tudo não foi muito triste?*

R- Uma vez li que as lágrimas fazem cicatrizes na alma. Fiquei com muitas delas. Mas digo que só tem cicatriz na alma quem esteve no campo de batalha. Orgulhosamente, exibo as cicatrizes, que são o sinal de que fui capaz de lutar pelo que acredito, mesmo com muito sofrimento, com as humilhações, as queimaduras das fogueiras em que fomos jogados. Mágoa não tenho.

P- *Quem ou quais foram os seus algozes?*

R- Vários. O governo Lula, o José Dirceu ... Não costumo nomear uma ou outra personalidade política como o principal algoz que levou à minha expulsão. Agora, sei exatamente quem é quem na cúpula partidária que de forma ardilosa e perversa trabalhou a nossa expulsão. Quando fomos jogados na fogueira da inquisição não era apenas para patrocinar a dor pessoal para cada um de nós. Era também para que nossos gritos de dor alertassem aos

P- *A sra. quer dizer que o Senado, mesmo tendo mais de uma dezena de senadoras, é uma casa machista?*

R- Acho que ele reproduz o machismo. Claro que com maior ou menor rigor, mais ou menos virulência, conforme é o comportamento e o temperamento das mulheres. Mas acabo vivenciando a minha experiência pessoal. Prefiro trabalhar para subverter o padrão de norma masculina, sem temer o cruel castigo das línguas maldosas que condenam a mulher quando ela assume a liberdade. A liberdade é muito poderosa e os homens não gostam de conviver com mulheres livres.

P- *A sra. é vítima desse preconceito?*

R- Já vivenciei experiências no Senado que mostram com a mais absoluta clareza o mesmo padrão de hierarquia estabelecida na sociedade entre homens e mulheres. Mas, para mim, que passei a vida tendo de engolir meus medos, guardar minhas fraquezas e derrubar um gigante por dia para sobreviver, esse tipo de coisa até pode machucar a minha alma e meu coração, mas não é capaz de me dobrar diante de alguém que ouse pensar que é proprietário de uma mulher.

P- *Passaram-se seis anos desde sua posse. Naquela época, a sra. tinha pouco mais de 36 anos. De lá para cá o que mudou?*

R- Me lembro sempre de um poema de Mário Quintana que diz: "A primeira vez que me assassinaram perdi o jeito de sorrir que eu tinha".

P- *Mas não é essa a impressão que passa. A sra. é brava, mas sorri..*

R- Minhas experiências dolorosas com certeza me capacitam pela dor e pelo sofrimento a enfrentar os obstáculos mesmo que eles sejam gigantescos e ameacem esgotar minha capacidade de reação.

P- *Como é que a sra. venceu esse medo?*

R- Com fé em Deus e na luta do povo. Sempre analisei minha própria vida e minhas lutas não como ato heróico e pessoal. A cada momento que estava lutando, estava fazendo um tributo à memória de outras mulheres que lutaram muito mais do que eu e que continuam lutando. Quando lembro da história das negras guerreiras que mesmo penduradas em

ganchos, que varavam suas costelas, não foram capazes de conter o sonho da liberdade, e mulheres anônimas que desbravam caminhos enfrentando os cárceres domésticos, o preconceito, eu me animo. São tantas as lutas cotidianas que isso me inspira também a continuar lutando.

P- *Para criar o P-SOL, foi necessário vencer mais um medo?*

R- O P-SOL nasceu por uma obrigação histórica. A partir do momento em que o PT, o maior partido de esquerda da América Latina, se transforma numa medíocre ferramenta da propaganda triunfalista do neoliberalismo, patrocinando uma traição às concepções acumuladas pela esquerda socialista e democrática que ousaram propor alternativas ao pensamento único, o P-SOL tinha de nascer. O P-SOL sabe que se propõe a cumprir o papel de ser o abrigo para a esquerda que não se vende para se lambuzar no banquete farto do poder e nem se rende para ser aceito no convívio do capital. É por isso que o P-SOL nasceu. Mas a história da esquerda no Brasil não se inicia com o PT e não se encerra com o P-SOL.

Sou zelosa com minha função de mãe e dona de casa

P- *Seu partido é o novo partido de esquerda?*

R- As bandeiras históricas da classe trabalhadora e as concepções acumuladas pela esquerda socialista democrática não são propriedade de estrutura nenhuma. Não foi propriedade do PT nem é do P-SOL. Mas é para cumprir esse papel que representa sangue, suor, lágrimas e lutas de milhões de habitantes não só no Brasil, mas na América Latina e espalhados pelo mundo, que o P-SOL nasceu.

P- *No ano que vem a sra. é candidata a quê?*

R- Se fosse carreirista e oportunista, jamais assumiria uma tarefa de alta complexidade e com poucas

a derrubar o governador Divaldo Suruagy. Em 1998, foi eleita senadora - a primeira por Alagoas - com 55,92% dos votos. Desde então, o Senado e o Brasil puderam se familiarizar com a voz carregada de Heloísa, seu discurso de adjetivos pesados contra o governo, sua temática panfletária que não livrou a cara nem do PT nem do presidente Lula.

Dissidente do governo, foi expulsa do PT em dezembro de 2003, depois de ter sido líder do partido e da oposição, numa ação que teve a participação direta do presidente e do então ministro José Dirceu. "Minha expulsão, assim como a dos meus companheiros, visou calar a boca de outras duas dezenas também descontentes", diz ela. Em 2004, no dia 6 de junho, dia de seu aniversário, fundou o P-SOL, Partido Socialismo e Liberdade, do qual é presidente. Heloísa já é uma vencedora. Mas acha que ainda não dá para abandonar a guerra.

O P-SOL nasceu por uma obrigação histórica

"Eu estou pedindo a Deus para chegar o dia 31 de dezembro de 2006 e poder comparar cada coisa que fizemos com os últimos 20 anos."

LUIZ INACIO LULA DA SILVA, presidente da República

P- O que uma mulher de seu perfil faz no Senado, uma casa conservadora, de gente muito mais velha do que a sra., de políticos profissionais e geralmente representantes de uma oligarquia?

R- Claro que o Senado, o templo dos tapetes azuis com seus rituais esnobes, cínicos e mentirosos, de fato reproduz a mesma hierarquização perversa entre ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres. O desafio é ver se queremos ou não enfrentar um padrão masculino de regras sociais, esteja ele onde estiver.

P- A sra. às vezes chora. E muito. Isso não subverte os padrões do Senado, uma casa em que o choro é coisa estranha?

R- Às vezes as pessoas perguntam sobre essa história de a gente chorar, ter mais sensibilidade... De fato, as lágrimas nunca ajudam. Mesmo que elas não signifiquem a dor da humilhação, mas a dor da raiva mesmo, elas não ajudam. O desafio cotidiano para cada mulher é se ela quer subverter ou não esse padrão masculino. É por isso que prefiro enfrentar do jeito que sou: argumentando, chorando, gritando.

FENÔMENO HELENA

Senadora do minúsculo PSOL surgiu na pesquisa com força surpreendente

| | |
|-------------------------|---|
| Potência de crescimento | ainda é desconhecida de 49% dos eleitores |
| Avaliação positiva | é considerada ótima/boa por 41% dos que a conhecem |
| Avaliação negativa | só 5% a consideram péssima candidata |
| Aceitação | 34% votariam nela |
| Rejeição | 44% nunca votariam nela |

Fonte: Vox Populi

o de impeachment

RAQUEL ULHOA

Na quinta-feira, um grupo poderoso percorreu os corredores do Congresso Nacional. Nele, representantes do Deutsche Bank, do fundo de pensão canadense Teachers e do fundo de investimento inglês Schroders, além de um executivo do banco Pactual. Passaram por gabinetes estratégicos da bancada governista e da oposição. Em todos, perguntaram se o presidente Lula corre risco de impeachment com o caso do mensalão. "Os bancos estão com medo. Vêm o imponderável. Eu digo para eles que nossa opção não é peio impeachment e

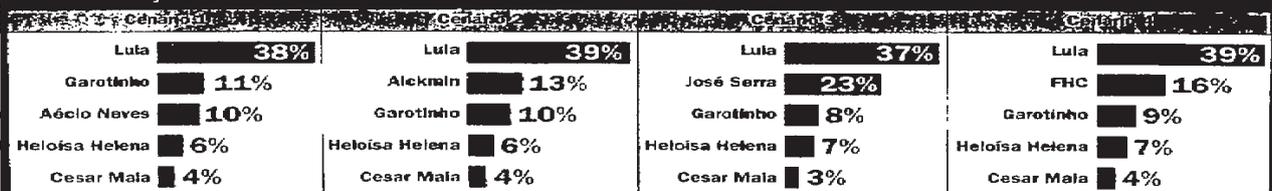
que o Congresso tem de se depurar primeiro. Não é hora de cassar ninguém", diz o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, um dos políticos visitados.

Nos últimos dias, a possibilidade de impeachment passou a ser tratada com ainda mais cuidado pelos políticos, inclusive os da oposição. O motivo é o mesmo dos banqueiros. Medo do imponderável. Em alguns casos, o imponderável tem até nome: José Alencar. O vice de Lula funciona na eleição presidencial como um antídoto anti-rupturas. Era a concessão petista aos bons modos na economia. Agora, por mais uma ironia da política nacional, Alencar é visto com insegurança no

meio empresarial, em razão de suas posições nacionalistas e simpistas. E para os partidos de oposição, Alencar virou um rival com boas perspectivas eleitorais e, portanto, temido.

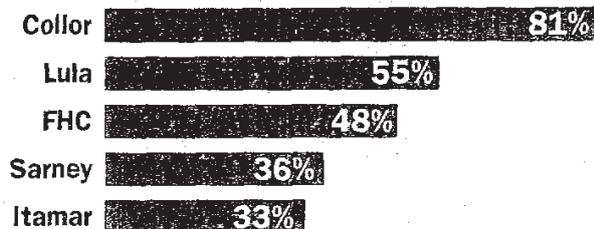
Ninguém é capaz de prever o que virá após uma eventual queda de Lula. Especialmente, qual o cenário da próxima eleição presidencial, depois que surgiram documentos que mostram que o publicitário Marcos Valério, antes de bancar o PT e seus aliados, ajudou no caixa dois de campanha de outros partidos, principalmente o PSDB. A lenda espalhou-se de forma incontrolável e imprevisível. ▶

SE A ELEIÇÃO FOSSE HOJE Lula venceria em todos os cenários

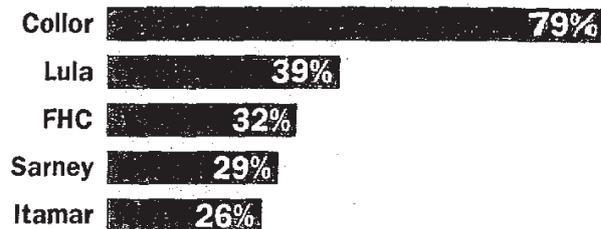


BRASIL

CONSIDERAM O GOVERNO CORRUPTO



CONSIDERAM O PRESIDENTE CORRUPTO



Fonte: Vox Populi

A relação de Valério com o tucanato foi revelada há duas semanas, em reportagem de capa de *ÉPOCA*, que mostrou doações ilegais feitas por ele em 1998 a candidatos do PSDB. Na edição passada, a revista mostrou que Valério usou em 1998 o mesmo esquema aplicado agora no governo Lula. Fez um empréstimo bancário, garantido por contratos com o governo estadual, então comandado por Eduardo Azeredo (PSDB). Depois, colocou esse dinheiro no caixa dois de candidatos da coligação de Azeredo. Na terça-feira, o jornal *O Globo* trouxe novos detalhes sobre o contrato.

A denúncia deixou os tucanos constrangidos. Azeredo hoje é senador e presidente nacional do PSDB. Quando o nome de Valério brotou também na contabilidade tucana, um grupo de caciques da legenda chamou o senador mineiro para uma reunião fechada e o interrogou sobre a relação com o publicitário. Azeredo jurou que nada irregular apareceria. Por enquanto, o PSDB está fechado no apoio público a seu presidente. Depois que a crise passar, não há nenhuma chance de que ele fique no cargo.

O medo do tucanato é de que as novas revelações criem um clima de desencanto geral e a imagem de que todos os políticos são iguais. Nesse caso, a sucessão de Lula seria caminho aberto para uma candidatura salvacionista – um “candidato providencial”, desvinculado de toda a política tradicional e com apetite aventureiro.

A pesquisa de opinião feita pelo instituto Vox Populi para *ÉPOCA* mostra que o eleitor, por enquanto, está realmente à cata de novos nomes. Os números da belicosa senadora Heloísa Helena – que não pode ser rotulada de aventureira – chamam a atenção. Nas simulações de uma eleição presidencial, ela tem entre 6% e 7% dos votos, dependendo de quem seja o candidato tucano. O resultado a coloca à frente do pelafista Ce-

sar Maia – três vezes prefeito do Rio de Janeiro – e praticamente empatada com Anthony Garotinho (PMDB), que já foi governador e candidato derrotado à Presidência. Isso porque ela pilota um partido minúsculo, o PSOL, sem ter contado com um segundo sequer de propaganda no rádio e na televisão.

Mais do que o resultado de hoje, impressiona a possibilidade de crescimento da senadora. Questionados, 34% dos eleitores admitiram a possibilidade de votar em Heloísa Helena para presidente. O Vox Populi perguntou aos eleitores qual a avaliação dos virtuais candidatos. O presidente Lula ainda tem a melhor imagem, com 47% de avaliação positiva. Depois, vêm três tucanos de renome: José Serra, Geraldo Alckmin e Aécio Neves, com 43%. Heloísa tem 41%. O ex-presidente Fernando Henrique foi avaliado positivamente por 24% dos entrevistados.

Não à toa, Fernando Henrique vem sendo uma voz pela moderação. Em mais de uma oportunidade alertou os tucanos de que é melhor um Lula enfraquecido, mas completando o mandato, que o risco do impeachment. Na terça-feira, FHC chamou o líder do PFL no Senado, José Agripino, para uma conversa em sua casa, em São Paulo. “O impeachment não pode ser uma bandeira da oposição”, alertou, “mas pode se tornar inevitável caso surjam provas de envolvimento direto do presidente nas irregularidades.” Nesse caso, Fernando Henrique avalia que, antes de discutir o afastamento do presidente, é preciso fazer a limpeza do Congresso. Assim, os grandes partidos dariam sinais à população de que estão comprometidos com o combate à corrupção.

A pesquisa do Vox Populi confirma que Lula continua sendo o candidato mais forte em 2006. Ele é o primeiro colocado em todas as simulações. Apesar disso,

o levantamento apresenta números preocupantes para o presidente. O primeiro deles indica a possibilidade cada vez mais concreta de um segundo turno na eleição presidencial. A vantagem de Lula para a soma dos outros possíveis candidatos é muito estreita para lhe dar segurança de uma vitória em primeiro turno.

Outros pontos da pesquisa deixam claro o desgaste que a crise causa à imagem do presidente e à de seu partido, o PT. Para 55% dos entrevistados o governo Lula é corrupto. Só fica atrás do governo de Fernando Collor, com 81% das respostas, e é pior avaliado que os governos de José Sarney, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Lula pessoalmente é considerado corrupto por 32% dos brasileiros. Fica atrás de Collor (79%) e Fernando Henrique (39%). Além disso, 34% acham que ele sabia da exis-

Tucanos temem que denúncias levem a candidatura aventureira

tência do esquema do mensalão. “As pessoas estão chocadas”, diz o cientista político Fernando Abrúcio. “O que arranhou a imagem do presidente Lula foi o fato de ele ter deixado haver corrupção.”

Pior é a situação do PT. O partido deixou de ser considerado um símbolo da honestidade para passar a ser visto como um partido iguazinho aos outros. Para 47% dos entrevistados o PT é uma agremiação tão corrupta quanto qualquer outra. Mais chocante ainda: 49% dos brasileiros entrevistados acreditam que o caixa dois – ou “dinheiro não-contabilizado”, como prefere o ex-tesoureiro Delúbio Soares –, formado com recursos obtidos pelo empresário Marcos Valério, não foi usado apenas para pagar dívidas de campanha eleitoral, mas para encher os bolsos de dirigentes petistas. ■

COM LEANDRO LOYOLA

A voz da oposição

Os partidos de oposição apesar de terem optado por comparecer ao depoimento do Ministro Palocci a CAE, se restringiram a falar sobre a economia do país. Mas, na realidade, querem ouvi-lo na CPI.

"Nossa posição majoritária é comparecer à sessão e discutir assuntos pertinentes à economia. Com isso, não desprestigiariamos as CPIs que estão fazendo trabalho de investigação", afirmou o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). Tasso Jereissati (CE) acrescentou ainda que o Plenário não é uma CPI.

"Seria uma ilusão imaginar que a vinda do ministro aqui eliminaria sua ida à CPI. Aqui ele falou de política econômica, o que fez muito bem", lembrou Arthur Virgílio, líder do PSDB no Senado.

"Vossa Excelência pode falar aqui o que quiser, até da viagem interplanetária que o astronauta brasileiro fará, mas repito que processos investigatórios de crimes contra a administração pública têm de ser tratados nas CPIs e nas comissões de fiscalização. Este depoimento não pode servir de instrumento para que não seja convocado na CPI", afirmou a senadora Heloisa Helena (PSOL-AL):

O líder do PFL no Senado, José Agripino, também reforçou a decisão da oposição. "O normal era que a pauta fosse definida e comunicada com 24 horas de antecedência. O PFL entende que se vai tratar de economia e se reservar espaço para os outros assuntos à CPI."

ELEIÇÕES 2006

EMBOLOU

De olho no Planalto, Lula, Serra, Alckmin, Garotinho e Heloisa Helena prometem disputa das mais acirradas

Em 2006, **ISTOÉ**, a revista mais influente do Brasil, incluirá **TIME**, a revista mais influente do mundo

desde o primeiro dia. No primeiro e no segundo anos, o chefe do Executivo começa a conhecer a máquina e esquentar os motores. Foi assim com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que assumiu o primeiro mandato em 1995. Há oito anos, em dezembro de 1997, FHC preparava-se para conquistar no ano seguinte o feito de ser o primeiro presidente reeleito no país. Embora enfrentasse a sua crise — um furacão na economia internacional que atingiu o Brasil —, o tucano planava tran-

vêm ostentando, a decisão não chegou a surpreender o mercado financeiro. A novidade é que a deliberação do Comitê de Política Monetária (Copom), responsável pela definição dos juros, não foi unânime, contrariando um consenso que prevalecia há mais de um ano. Dois diretores emendaram que o corte poderia ser maior, de 0,75%. Com isso, analistas financeiros mais otimistas se encimem de esperanças de que em janeiro a queda dos juros se acelere, melhorando as previsões de

qüilo pelas pesquisas de opinião que lhe davam uma dianteira de 12 a 15 pontos percentuais acima de seu concorrente mais forte, o petista Lula, que perdeu no primeiro turno.

Tudo indica que a oposição continuará jogando álcool na fogueira das denúncias no ano eleitoral: a pesquisa CNI/Ibope revelou que na mente dos

NA RETRANCA Conservadorismo de Meirelles e Palocci prejudica sonho de reeleição de Lula e relação do governo com Congresso

crescimento econômico. Mas quanto ao custo do arrocho monetário em 2005, não há o que fazer. E ele foi um bocado alto, tanto para a atividade econômica como para o contribuinte. Neste ano, o crescimento do PIB deve ficar em torno de sofríveis 2,2%. A dívida pública em forma de títulos cresceu quase R\$ 150 bilhões entre janeiro e novembro, chegando a R\$ 960 bilhões. Grande parte dessa explosão foi consequência dos juros altos, pois mais da metade da dívida é corrigida

brasileiros estão regadas notícias ruins: a acusação de que o PT dava "mesada" para deputados foi a mais citada (20%), seguida do tema denúncias de corrupção nos Correios e em outros órgãos governamentais (17%) e a cassação de José Dirceu (14%). Meninos-dos-olhos de Lula, o programa de transferência de renda Bolsa-Família foi citado apenas por 2%.

A melancolia do presidente não é à toa. O petista termina o seu terceiro ano com a colheita fraca. E tem pouco

de acordo com os juros fixados pelo BC. O cenário fica ainda pior quando a conta dos juros é comparada aos investimentos em obras. Neste ano, eles não devem passar de R\$ 13 bilhões. Enquanto isso, a economia de dinheiro para pagar os juros da dívida — o chamado superávit primário — deve alcançar quase sete vezes esse valor. "O BC poderia ficar mais sensível ao enorme impacto que suas decisões têm sobre os custos da dívida e menos sensível a perseguir resultados de dois ▶▶

BRASIL

Tempo para virar o jogo. O mau humor do brasileiro começou a piorar a partir de junho, com a eclosão do escândalo. As pesquisas mostraram que a população desaprova as ações do governo no combate à fome, ao desemprego, rejeita as altas taxas e juros e não está satisfeita com a atuação do Planalto na segurança pública, na saúde e na educação. Do ponto de vista pessoal, Lula também está ainda no conceito do leitor. A confiança no presidente – que chegava a 76% em junho de 2003, segundo pesquisa CNI/Ibope, caiu para 43%.

Derrota – A pole position

Serra não é pouca coisa. Se a eleição fosse hoje, Lula perderia em todas as camadas sociais da pirâmide brasileira, inclusive na sua imensa base: justamente onde está a massa beneficiada com o Bolsa-Família, que hoje atinge 7 milhões de famílias. O tucano venceria o petista no interior do País, nas periferias das grandes cidades e nos pequenos municípios – justamente onde o governo consegue colher a sua maioria. “A décima nas metas de inflação”, diz o economista e ex-diretor do BC, Carlos Thadeu de Freitas. O conservadismo de Henrique Meirelles e sua equipe já causa dificuldades para o governo no Congresso. É que, com a proximidade das eleições, ninguém quer saber de juro nas alturas. “A overdose os juros, associada ao superávit primário severo, foi um equívoco. É necessário repensar a velocidade da queda para evitar a expectativa de crescimentos anêmicos”, atacou na quarta-feira 14 o ainda aliado presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-L). O ministro da Fazenda, Antônio Alocci, acusou o golpe. Chamou-o de mau humor. Além disso, Serra está mais bem cotado em todas as regiões, com exceção do Nordeste. Lula ainda perde no primeiro turno para Alckmin no Sudeste. O governador mostrou que não é tão insofocável como um “picolé de chuchu”: deu um arranque que o fez ficar tecnicamente empatado com Lula no segundo turno, segundo a pesquisa CNI/Ibope. Em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, na segunda-feira para uma reunião já no dia seguinte. O incêndio também se estende ao Executivo, onde é aberto o debate sobre os custos da retransmissão

de BC. As críticas mais recentes partiram do ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, e do vice-presidente José Alencar (PRB-MG). A boa notícia da semana foi a economia feita pelo governo com a decisão de antecipar em dois anos o pagamento da dívida de US\$ 15,5 bilhões que o País ainda mantinha junto ao FMI. Com isso, o Brasil economizou US\$ 900 milhões em gastos com juros.

SÔNIA FILGUEIRAS

ACREDITE SE QUISER

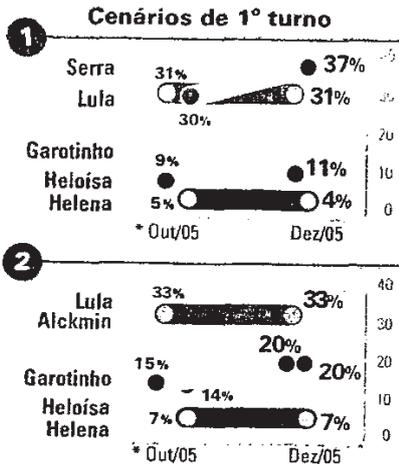
► A Câmara dos Deputados absolveu o deputado Romeu Queiroz (PTB-MG), o primeiro de uma longa lista de sacadores de recursos do esquema do mensalão. Só 162 deputados votaram pela cassação, quando o número mínimo de votos necessários é de 257. O petebista (foto) foi beneficiado por um acordo. Teve o voto de pelo menos 50 petistas mensaleiros. A defesa pela punição, feita por um ex-colega de partido, o deputado Nelson Trad (PMDB-MS), de tão ruim, recebeu vaias. Agora, surgem denúncias de fraude. O petista Mauro Passos (SC) denunciou que teriam sido distribuídas cédulas falsas com votos favoráveis a Queiroz.

da-feira 12, Alckmin ironizou os políticos abençoados pelo carisma. “Os tais carismáticos perderam a eleição e o chuchu aqui teve milhões de votos.”

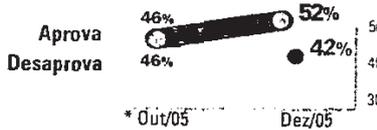
As pesquisas caíram como uma bomba sobre o Planalto, animaram a oposição e provocaram um rebuliço em todos os partidos. Os ânimos dentro do PT e do PSDB estão mais acirrados. Os petistas irritaram o Planalto ao aprovar um documento com ataques à política econômica, demonstrando que Lula perdeu a hegemonia sobre seu partido. O PT vai tentar aprovar um programa de governo mais ousado na economia do que o presidente acredita que pode ir. Enquanto isso, os tucanos Serra e Alckmin afiam seus bicos na guerra que escolherá o candidato a presidente do PSDB. No mesmo dia em que Alckmin era o entrevistado do *Roda Viva*, Serra falou ao eleitorado numa entrevista à rádio CBN. Como está numa saia-justa por ter jurado a seus eleitores, em 2004, que não abandonaria o comando da cidade antes do fim do mandato, em 2008, Serra não assumiu que sonha com o Planalto de novo. Foi político ao afirmar, no ar, que concordava que o “ideal” é permanecer na prefeitura, como havia prometido na campanha. Depois, o prefeito se arrependeu e pediu para que essa frase não chegasse aos ouvintes. ■

BRASIL

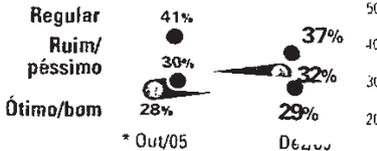
Pesquisa CNI/Ibope



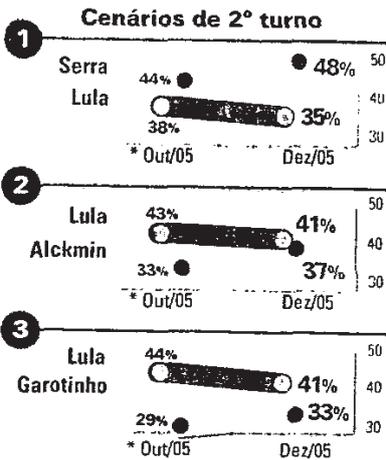
Aprovação do governo Lula



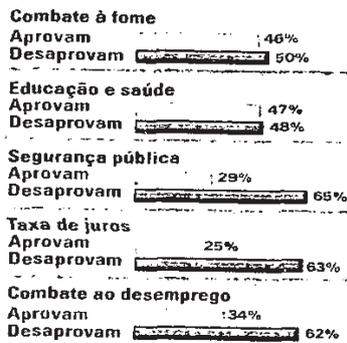
Avaliação do governo Lula



* Os dados de outubro nas simulações de primeiro e segundo turno são da pesquisa Ibope encomendada pela Rede Globo

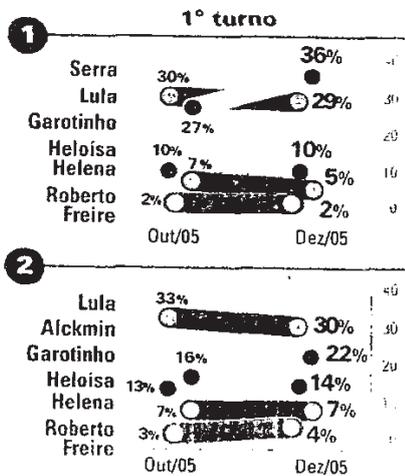


Avaliação do governo Lula por setores

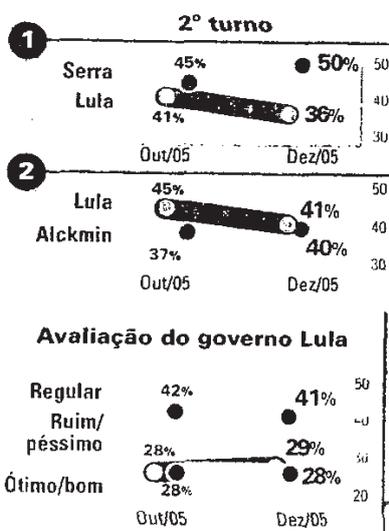


Pesquisa CNI/Ibope feita entre 3 e 7 de dezembro com 2.002 eleitores em 143 municípios com margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos

Pesquisa DataFolha



Na pesquisa DataFolha feita nos dias 20 e 21 de outubro, e 13 e 14 de dezembro, foram entrevistadas 3.636 pessoas em 154 municípios. Margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos



co mais busca: votos. O maior fantasma de Lula é o tucano José Serra, que bateu as asas e o ultrapassou. É o que mostram pesquisas do Ibope, por encomenda da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e do DataFolha. Pela primeira vez, as aferições mostram que o prefeito de São Paulo revidaria a derrota sofrida no segundo turno de 2002 já no primeiro round da eleição de outubro de 2006, caso ela ocorresse hoje.

Dança dos números – O cenário não deixa dúvidas: a segunda disputa para presidente com direito a reeleição da história do Brasil será dançada em ritmo frenético, ao som da crise política tocada incansavelmente há seis meses. A dança dos números nas pesquisas de opinião a dez meses e meio da batalha pelo Planalto mostra também que, ao perder fôlego, Lula deu gás a outros nomes. Além de Serra, o também tucano governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, o ex-governador Anthony Garotinho, do PMDB (que pela primeira vez bate na casa dos 20% das intenções de voto, segundo pesquisa CNI/Ibope), e até a senadora do PSOL Heloisa Helena (AL).

No Brasil, onde os governantes têm quatro anos de mandato, o terceiro ano é tido como o melhor: tradicionalmente é o início da colheita dos projetos planejados a duras penas por administradores

Mais um réveillon na retranca

Se depender do Banco Central, a popularidade do presidente Lula continuará em queda. De nada adiantaram as críticas e os eloquentes números demonstrando a retração da economia. O Banco Central manteve a sua política de flexibilização lenta e gradual das taxas de juro, encerrando o ano com uma redução de apenas 0,5% na Selic, a taxa básica, que ficou em 18% ao ano. Considerando o conservadorismo que os dirigentes do BC

BRASIL

LORÊNCIA COSTA

O fim de ano promete ser amargo para o presidente Lula, sem presentes, sem comemorações com champanhe. A dez dias do Natal e 16 do réveillon, levou um balde e água gelada na cabeça: com sua queda de popularidade, os adversários ganharam força e sua reeleição ficou mais

distante do que nunca, segundo pesquisas de intenção de voto para presidente, divulgadas na quinta-feira 15 (leia quadro à pág. 28). A denúncia do mensalão decepcionou cabeças poderosas do Planalto. A bomba explodiu há seis meses, mas só agora atingiu em cheio o presidente pessoalmente. Decepcionou boa parte de seu carisma e principalmente aquilo que qualquer políti-

ELEIÇÕES I

LULA PODERIA TER UM PAPAI NOEL MAIS ROSO

ultrapassa,
pela primeira vez,
o presidente no primeiro
turno. Já
e ganham
força na briga
pela Presidência.

começa a acelerar no
ritmo da embolada

A dez dias do Natal
Lula recebe suas
notícias: sua
reeleição, sobre
no telhado

ELEIÇÕES 2006

EMBÓLOU

De olho no
Planalto, Lula,
Serra, Alckmin,
Garotinho e
Heloísa Helena
prometem
disputa das mais
acirradas

Em 2006, **ISIOE**, a revista mais influente do Brasil,
incluirá **TIME**, a revista mais influente do mundo

COMPETÊNCIA

UNIVERSITÁRIA

EXCLUSIVO

Conhecida a
candidata **HELOÍSA HELENA**
a com Competência:

**LULA
SABIA
DE TUDO**

**Logério Buratti fala e
coloca Palocci na roda**



**Cadê a Reforma do
Ensino Universitário?**

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo, então, a palavra, por vinte minutos, ao Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu queria me reportar à aposentadoria do Ministro Carlos Velloso e discordar do nosso Presidente Gilvam, que disse que talvez não faça muita diferença, porque acredito que fará uma diferença muito grande. O Ministro Carlos Velloso é um homem quase insubstituível, até porque os seus maiores valores estão no equilíbrio e na ponderação.

Quero desejar a ele felicidades logo após a sua aposentadoria, quero que vá passar seus dias de descanso em Carapebus, um Município da Serra, Espírito Santo, como sempre o fez, para que nós, capixabas, possamos recebê-lo de pijama para oferecer-lhe o mais puro carinho. É o que desejamos.

Quero também, Sr. Presidente, anunciar o falecimento de um jovem Deputado Estadual do Espírito Santo, um rapaz evangélico do PMN, que muito ajudou o Governador Paulo Hartung, porque fazia parte da base do Governo, que perdeu sua vida novo, não tendo chegado aos 40 anos de idade, vitimado por um acidente na BR-101, uma estrada perigosíssima, que não foi duplicada e para a qual não há projeto, uma estrada que, no Espírito Santo, não tem obra nem de tapa-buraco.

Com relação ao que estava falando a Senadora Heloísa Helena, da vergonha que é o orçamento do Governo Federal, quero trazer ao conhecimento de V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, que, pela primeira vez na história do Espírito Santo, dos Estados brasileiros e deste País, o Governador Paulo Hartung empenha todo o orçamento no mês de janeiro. Qualquer emenda, de qualquer Deputado, por pequena que seja, sai exatamente no dia aprazado. Pode ser do PFL, do PT, do PMDB, não importa, o orçamento é cumprido, o orçamento é empenhado no começo do ano.

Então, não é só no exterior, não, Presidente Gilvam. O Brasil tem um político que executa o orçamento como é feito, que respeita o trabalho do Parlamentar em cada vírgula, se necessário. Pena que, pela importância e pequenez do meu Estado, ele não possa estar disputando com a Senadora Heloísa Helena o cargo de candidato a Presidente da República. Mas não faltará tempo para isso.

Sr. Presidente, eu queria, ainda hoje, agradecer, do fundo do meu coração, à Rede Globo pela minissérie em homenagem ao grande líder Juscelino Kubitschek, permitindo que milhões de brasileiros possam conhe-

cer a história de um dos políticos mais brilhantes que este País já teve.

O meu pronunciamento é também uma homenagem a JK, que, sem dúvida alguma, com sua garra e determinação, mudou a história do nosso País. Durante cinco anos, Juscelino nos fez acreditar, através de suas ações, que o Brasil podia dar certo. De lá para cá muita coisa mudou, mas JK nos deixou o exemplo da ousadia, da fé e da crença nas imensas possibilidades de nosso País. Juscelino era um político visionário, que transformava as suas idéias em realizações.

Na segunda metade da década de 50, sob o comando de Juscelino Kubitschek, o Brasil viveu momentos de muito otimismo, inspirados pela fé e pela determinação desse homem. Os brasileiros acreditavam que estavam deixando para trás o estigma do subdesenvolvimento e entrando no seleto grupo dos países do Primeiro Mundo.

JK foi o Presidente mais popular do Brasil. Mineiro de Diamantina, ex-telegrafista e médico, Juscelino teve uma brilhante carreira política. Elegeu-se Deputado Federal em 1934, foi nomeado Prefeito de Belo Horizonte em 1940, foi eleito Deputado Constituinte em 1946 e Governador de Minas Gerais, em 1950. Chegou à Presidência prometendo fazer o Brasil crescer 50 anos em apenas cinco. Para cumprir a promessa, apostou tudo em seu chamado Plano de Metas, elegendo 30 prioridades nas áreas de energia, industrialização, transporte, alimentação e educação. A base do plano era simples: o País deveria deixar de ser um exportador de matéria prima e desenvolver aqui dentro um forte parque industrial.

Entre 1955 e 1961, US\$2 bilhões entraram no País. Os brasileiros começaram a adquirir bens antes inimagináveis, como carros, casas com garagem e eletrodomésticos, todos eles fabricados aqui mesmo no Brasil. A política de JK contagiou o Brasil, que se transformou num canteiro de obras. Só nos dois primeiros anos, o número de estradas pavimentadas cresceu mais de 300%. A quantidade de indústrias triplicou, e, com isso, aumentou o número de empregos. O Governo construiu grandes hidrelétricas, como Furnas e Três Marias, e a economia bateu recordes.

Só para se ter uma idéia, entre 1957 e 1961, o Produto Interno Bruto, o PIB, cresceu à taxa anual de 7%, três vezes mais que na América Latina. Na realidade, o Brasil estava vivendo um momento raro de crescimento econômico aliado à democracia.

JK virou um mito, e a construção de Brasília, no meio do nada, comprovou a sua determinação e o seu otimismo. Na nova capital foram 42 meses de obras e muita euforia. Naquela época, tudo dava certo – da conquista da Copa do Mundo em 1958 ao Cinema Novo

e à Bossa Nova. Quem não sente saudades do Brasil que crescia com velocidade e destino certo? No fim da década de 50, éramos o País do futuro e o nosso povo vivia cheio de esperanças.

Carismático, persistente e trabalhador, JK emprestou ao Brasil dos anos 50 a sua garra e o seu otimismo. Com a sua política desenvolvimentista, Juscelino fez o País avançar, industrializando-o e gerando empregos. Hoje, 30 anos após a sua morte, muitos ainda se perguntam: o que deu errado?

Em depoimento ao Centro de Pesquisa de Documentação da Fundação Getúlio Vargas, o economista Roberto Campos, que faleceu em 2001, atribuiu os problemas enfrentados por JK, ao final do seu Governo, a falhas na política econômica. Mas que falhas seriam essas se JK recebeu o País com US\$2 bilhões de dívida externa e 1,3% do PIB de dívida interna e o entregou, ao final do seu mandato, com US\$3,7 bilhões de dívida externa e apenas 0,4% do PIB de dívida interna.

Os militares, nos 20 anos em que governaram o Brasil, passaram essa dívida para US\$102 bilhões e ultrapassaram os 15% do PIB em dívida interna. Atualmente, nossa dívida externa já passa de US\$200 bilhões e atinge 32,5% do PIB de dívida interna.

O que nos deixa perplexo, Sr. Presidente, Sr^a Senadora Heloísa Helena, é que, com uma variação na dívida externa de US\$1,7 bilhão e 0,27% do PIB, JK construiu um novo País, trouxe-nos a energia, as estradas, o aço e o vidro e, principalmente, nos trouxe a fé.

Hoje, infelizmente, o Brasil limita-se a dar esmolas e a tapar buracos nas estradas. Só não sucumbimos de vez graças a uma operosa e competente safra de governadores, que vêm segurando a barra do País.

A verdade é que JK foi capaz de transformar um País agrário e atrasado numa sociedade industrial e urbanizada. Como bem disse o redator da revista IstoÉ, Mário Simas Filho: “Mais do que um projeto de poder, JK carregava consigo um projeto de país”. E é justamente por isso que ele ainda é lembrado com tanto carinho e admiração.

O Brasil precisa de projetos de desenvolvimento bem definidos, de políticas públicas claras e eficientes, de uma moderna ordem tributária e previdenciária. Esse é o momento, Sr^s e Srs. Senadores, propício para discutirmos o assunto. Estamos às vésperas das definições dos nomes dos candidatos. Mais do que nomes, precisamos definir um projeto de desenvolvimento para o País, precisamos de políticas públicas capazes de fazer o País crescer economicamente e de pôr fim às desigualdades regionais e sociais.

Não podemos permitir que, mais uma vez, a esperança do nosso povo seja usada como massa de

manobra para a eleição de representantes descomprometidos e despreparados para gerir o País. É preciso ressaltar que, depois de JK, nenhum outro Presidente chegou ao final do mandato cumprindo as promessas de campanha.

Juscelino era muito mais do que um tocador de obras. Era um homem obstinado, determinado a fazer seu país crescer. JK resgatou o orgulho nacional, fez o Brasil avançar de fato, com base num audacioso Plano de Desenvolvimento. Os brasileiros precisam estar atentos na hora da escolha de seus novos representantes, sobretudo quanto aos mentirosos e despreparados que se julgam e se apresentam como salvadores da pátria.

Não há salvação da pátria sem projetos que contemplem todas as áreas e classes sociais. Não adianta mais fazer remendos em leis e projetos paliativos. Isso não resolve nada. Só faz aumentar a frustração dos brasileiros.

O Brasil tem potencialidades invejáveis, precisa apenas de um líder capaz de despertá-lo novamente, de um homem que, a exemplo de JK, tenha determinação, coragem, articulação e, sobretudo, projetos capazes de transformar sonhos em realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, por autorização do Líder.

Senador Magno Malta, V. Ex^a tem por escrito a autorização da Liderança?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Senador Magno Malta, V. Ex^a deseja um aparte?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Senador João Batista Motta, V. Ex^a tem tempo ainda?

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Magno Malta, V. Ex^a está inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Está chegando a autorização, mas pode me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a está inscrito, mas o Regimento exige a autorização do Partido.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, estamos em uma quinta-feira com cara de sexta. Nunca vi, em reabertura de período legislativo, as tensões tão fortes, os nervos tão acirrados como nesta primeira semana. Pressupõe-se que, a continuar assim, teremos um ano de muita turbulência no Legislativo brasileiro.

Questiona-se o recesso. Ontem, fez-se uma modificação na lei encurtando o recesso do Legislativo

brasileiro. Temo que se torne, no futuro, um grande equívoco. É muito interessante quando se usa a tribuna para pedir a redução do recesso, exemplificando-se com democracias de países desenvolvidos ou até mesmo países da admiração do orador.

No mundo inteiro, os parlamentos têm o seu recesso em número superior ou parecido, Presidente Gilvam Borges, a 120 dias. Não há democracia no mundo que consiga sobreviver sem crises em um parlamento que funcione, Senadora Heloísa Helena, sem interrupção, fazendo leis ou modificando-as, porque logo, logo a nossa Carta Constitucional passa a ser uma colcha de retalhos devido ao grande número de emendas que a atividade legislativa obriga a produzir com um funcionamento tão longo.

Comparar a função do parlamentar à do servidor público é um disparate. Lembro-me, Senador Gilvam Borges, que, quando existia o Instituto de Previdência dos Congressistas, o IPC, usava-se o argumento exatamente contrário, o de que o parlamentar não era servidor público e não poderia ter os benefícios. Agora, para reduzir o período legislativo, usa-se como comparação o período de férias do servidor público.

Falo isso com a isenção de quem gosta deste Parlamento e sempre cumpriu as convocações. A questão não é essa. A questão é que, nos últimos três anos, houve necessidade de convocação após convocação do Parlamento por um motivo muito simples: o governo enche a pauta de medidas provisórias e as duas Casas não funcionam.

Mas não é novidade do atual Governo. O governo anterior também gostava da medida provisória, só que, sabendo que era responsável pelo trancamento da pauta, automaticamente fazia a convocação extraordinária, e o Parlamento funcionava. Respeitavam-se os 15 dias entre o Natal e o Ano Novo e, logo após a primeira quinzena de janeiro, voltava-se ao funcionamento normal da Casa.

O que fez o Governo neste ano? Numa manobra ardilosa, perversa, numa tentativa de jogar o Poder Legislativo contra a opinião pública e, de maneira muito especial, contra a imprensa, forçou uma autoconvocação. Os Presidentes das duas Casas, com a responsabilidade de gerir o Poder Legislativo, e de boa-fé, acima de tudo, fizeram a autoconvocação, que onera a Nação da mesma maneira que a convocação feita pelo Executivo, só que desta vez contando os dias que antecediam o Natal, dando exatamente aquela falsa impressão de que ninguém trabalhava. As Comissões estavam funcionando, mas o foco da opinião pública era o Plenário, que não funcionava – nem era para funcionar naquele período –, criando-se a impressão falsa de que o Congresso estava praticando turismo,

quando a verdade não era essa. A própria pauta limitava as atividades para o funcionamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e das CPIs que estão em andamento na Casa.

O pagamento extra da convocação foi divulgado de maneira tumultuada. A primeira, de que os Parlamentares recebiam cerca de R\$100 mil. Foram diminuindo os valores e chegou-se ao pagamento dobrado, do qual os Presidentes das duas Casas não podem fugir porque está na lei.

Para que, num passado não tão recente, criou-se a remuneração do período extraordinário? Para evitar que o País fizesse despesas e para obrigar que as matérias fossem todas votadas no período ordinário.

E nós vimos hoje, salvo engano, o Presidente do Senado anunciar a chegada de mais três medidas provisórias vindas do Executivo. E continuará havendo a incompreensão, porque estaremos convocados, a pauta estará travada na segunda e na terça-feira e, por conseqüência, na quarta-feira. E de quem é a culpa? Do Executivo.

Há na pauta da convocação extraordinária cerca de 90 matérias, não é isso, Dr. Carreiro? Isso nas duas Casas. Todas as matérias são de interesse do Executivo. Até uma colocada de maneira perversa, Senadora Heloísa Helena, para promover esse desgaste. Uma matéria que estava praticamente arquivada na Câmara dos Deputados e que aumentava o número de Deputados Federais de 513, salvo engano, para 530. Para que ela foi colocada na convocação extraordinária? A quem interessava? Ela vem do Executivo; ela não foi originada daqui.

Estou mostrando esses fatos para que a opinião pública, de maneira serena, veja o que ocorre. O instituto da medida provisória foi criado para ser exercido em casos extremos e de emergência, mas passou a ser rotina. Uma das promessas que o PT mais prometia era acabar com ela logo que assumisse o poder. Que nada! Pegou gosto pela medida provisória e usou e abusou dela. E vem abusando.

Mas, meu caro Senador Magno Malta, não vamos tapar o Sol com a peneira. O que vimos aqui, Senadora Heloísa Helena, foi a irritação principalmente da base. Ela tem uma origem: a insatisfação do comportamento do Governo, antiético com relação ao cumprimento da lei orçamentária.

O Governo não executou programas de infra-estrutura para acumular, segundo eles mesmos disseram, treze bilhões e gastar no período eleitoral orçamentos passados, fazendo com que o povo brasileiro amargasse os buracos das nossas estradas durante três anos. O Governo tenta, com a tal famigerada opera-

ção tapa-buraco, passar a ilusão de que o problema está resolvido.

Nunca vi, na minha vida, uma emergência anunciada. O Presidente da República, mal orientado e mal assessorado – ou “desassessorado” –, foi para a televisão e disse que a verdade é que somente agora tinha juntado dinheiro para a operação tapa-buraco. Quer dizer, ele acumulou recursos durante três anos; então, não é emergência. Mas por que caracterizar emergência? Para que as obras sejam feitas sem concorrência.

Senadora Heloísa Helena, já tiramos muito privilégio de Parlamentar nesta Casa. Penso que é certo tirar os excessos, mas vai chegar o momento em que vamos ser obrigados – e o Brasil vai exigir – a tirar também os privilégios das empreiteiras que cantam regra aqui dentro, no período de decisão orçamentária. Existem casos gritantes aqui em que a obra não é do interesse do Estado, mas do empreiteiro, que consegue, com seu prestígio, o recurso de um Ministério. Cria-se a falsa imagem de que as emendas parlamentares são para utilização não republicana, quando, na verdade, a manipulação está exatamente na parte do Orçamento, cujas verbas são oriundas do Executivo, e as manipulações são feitas.

A verba parlamentar, que é limitada na sua maioria, serve para atender o pequeno município na construção de um posto de saúde, da escola, do hospital, da barragem, da estrada vicinal. Dessas emendas, que são pequenas, as empreiteiras têm horror. São emendas de R\$100 mil, de R\$200 mil ou de R\$300 mil, Senadora Heloísa Helena, e as grandes empreiteiras não querem essas migalhas. As grandes empreiteiras querem obras vultosas. E essas pequenas obras pulverizam-se e dão emprego e mão-de-obra às construtoras pequenas dos municípios do Brasil afora, sem proporcionar os fantásticos PDIs que empanturram os cofres das empresas.

Este modelo orçamentário está desgastado, Sr. Presidente. É preciso que seja revisto. A atenção dos Líderes desta Casa para o assunto é produto das cobranças que recebem nos seus gabinetes dos parlamentares da base, que foram ludibriados, que foram enganados.

Há casos gritantes, Senador Gilvam, em que a ordem de pagamento da liberação foi feita para o Ministério e, na hora “H”, foi desviada para atender outros interesses – alguns casos até com participação de governadores.

Vou citar um exemplo porque gosto da clareza: a Bancada do Piauí, Senadora Heloísa Helena, reuniu-se no ano passado: Câmara, Senado, o governador, o prefeito de Teresina e o Presidente do Tribunal de

Justiça, que reivindicava também recursos para obras, para a modernização da Justiça piauiense. A Bancada decidiu que, das emendas ditas como emendas de bancada, duas iriam para o governo do Estado, se atenderia à Justiça e uma emenda iria para a Prefeitura de Teresina promover um programa de revitalização do centro, com um detalhe: para que o governador não fosse desprestigiado – falo isso com isenção, porque o governador é do Partido dos Trabalhadores, e eu sou do PFL. Mas essa era uma questão de interesse do Estado, com o qual todos concordamos.

Fizemos um acordo: eu, como Senador, e mais três Deputados Federais abriríamos mão de uma emenda para atender à revitalização da obra da Prefeitura de Teresina.

No mês de setembro, mais ou menos, fui procurado pelo diretor de uma grande construtora, que foi ao meu gabinete pedir que aquele recurso fosse destinado ao metrô de Teresina, obra da maior importância e de administração estadual. Respondi-lhe que, pelo acordo, aquela emenda pertencia à Prefeitura de Teresina, com a concordância dos quatro parlamentares que subscrevi.

A pressão foi grande, Senadora Heloísa Helena. Em determinado momento, o Prefeito de Teresina, o Dr. Sílvio Mendes, um médico pacato e de muita paz, foi procurado pelo governador, que pedia que a emenda fosse dividida entre o Estado e o Município, para que se atendessem à obra do metrô e à revitalização do centro. Louvável, democrática, a união do Estado e do Município. Nada mais justo. E a concordância foi feita, Senadora, na seguinte base: quatro milhões para o metrô e sete milhões para a revitalização do centro de Teresina.

Resumo da ópera: na calada da noite, o metrô recebeu sete milhões. E, para a Prefeitura de Teresina, nenhum tostão. Raciocínio dos tecnocratas: três parlamentares assinaram um documento, e o outro, que fui eu, não. Então, libera-se pela proporcionalidade tecnocrática, que ninguém sabe, com precisão, que critério adotou. Atende-se à obra do metrô, e o centro de Teresina fica ao deus-dará!

Foi uma reunião da qual participou o Governador do Estado, que assumiu um compromisso, que é do Partido do Presidente da República e que tinha obrigação de procurar para o Piauí recursos extras, e não avançar nos recursos da Prefeitura de Teresina, não agir de maneira antiética.

Esse é apenas um caso dos muitos que aconteceram pelo Brasil afora, Senador Flexa Ribeiro, na socapa, numa rapidez meteórica. O dinheiro foi mudado da sua origem programática, e o Estado, atendido, descumprindo um acordo.

Além disso, segundo noticia a imprensa do Piauí, pela ação de não sei quem – vamos apurar –, o dinheiro foi creditado na conta da empreiteira que vai fazer o metrô.

Não podemos continuar convivendo, Senador Gilvam Borges, com coisas dessa natureza. Se olharmos as discussões da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, veremos o que tem de lobista, de picareta, com cabelo “glostorado”, lenço a sair do bolso do paletó, sapato que brilha mais que bolo virado de cabeça para baixo, Senadora. E sempre querendo mostrar intimidade: “Conheço seu pai, sua mãe, sua avó”, mas ninguém sabe quem são. Restaurante hoje é um inferno em Brasília.

Eu esperava que o PT corrigisse isso, fizesse uma limpeza moral nessa situação. O PT, que teve participação fantástica na CPI do Orçamento, relatando processos que geraram cassação de vários Parlamentares, entrou na dança e gostou.

Senadora Heloísa Helena, vou finalizar. Creio que, após esta quinta-feira “assextarada”, não podemos ir para casa apenas com mágoas, com tristeza pelo que vimos hoje. V. Ex^a foi do PT – um PT diferente – e saiu dele na hora.

O PT me lembra duas lendas nordestinas, hoje fantásticas.

A primeira é a do cigano. O cigano de antigamente usava – já falei isso aqui uma vez – uma burra enfeitada. Então, para todo enfeite exagerado que se via, dizia-se: “Fulano está mais enfeitado que burra de cigano”. Com a modernização, passou para a bicicleta e para a motocicleta. Sabem o que estraga a burra e hoje a motocicleta e a bicicleta do cigano? O espelho retrovisor. O cigano é vaidoso: jóias por todo o corpo, dente de ouro. É narcisista, Sr. Presidente, e gosta de se olhar. Trepna na máquina e, em vez de olhar para a frente, observa o retrovisor para ver se o cabelo está em dia e bate no primeiro obstáculo que encontra.

No PT, foi assim. Não sei se foi o Waldomiro até hoje, é difícil saber quem foi o grande obstáculo do PT, o primeiro deles. Nunca mais se levantou, trôpego.

V. Ex^a quer um aparte, Senador Sibá Machado? (Pausa.)

Vou contar a segunda história. Ela se parece com a do boi do Maranhão, que contei no programa do Jô Soares.

Quando o Dr. Ulysses foi candidato a Presidente da República, havia aquela febre colorida pelo Brasil afora, e o pobre do velho, que tantos serviços prestou à Pátria, viajava e não encontrava povo. Alguns dos que o apoiavam, Senadora Heloísa Helena, para que ele não passasse por um constrangimento grave, levavam o pobre do velho para jantares e recepções

em recintos fechados, onde se criava uma impressão razoável de popularidade, a fim de que não passasse pelo vexame de não ter prestígio político para apoiar sua candidatura.

Fomos ao Maranhão, a uma apresentação de bois, cada um mais bonito do que outro – V. Ex^a é vizinho e sabe exatamente do que estou falando. O último boi era o mais bonito de todos, uma apoteose, Senador Sibá Machado. E lá veio o boi dançando, Senadora Heloísa Helena, no meio daquele salão, palmas para cá e para lá, e o boi foi fazendo evoluções.

Esses ambientes são muito propícios para bêbado, doido e engraçado. Um deles, não sei ainda hoje de qual categoria, futucou o boi. Ao fazê-lo, o carregador do animal, que fica agachado, encheu-se de ódio, foi até o final da quadra de esportes e veio, alucinado, puxando uma faca. Senador, V. Ex^a conhece muito bem isso, aquele famoso facão Colin riscando o chão e soltando faísca. E foi na direção de onde foi ofendido: “Eu quero saber quem foi o cabra safado que futucou aquele boi ali”.

Esse é o PT. O PT não é culpado de nada, Senadora Heloísa Helena. Participa de falcatruas, participa das bandalheiras e, quando lhe perguntam, responde: “Não sei de nada, foi ele ali”. Sabe que está no banco dos réus e procura desesperadamente companhia, pois não quer ficar sozinho.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, do PT puro.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador. Eu estava conferindo uma informação a respeito do projeto que amplia o número de Parlamentares na Câmara dos Deputados, que é preocupação de V. Ex^a. Ele é do Deputado Nicias Ribeiro, do PSDB.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Grande Parlamentar. Tenho o maior apreço por ele. É do Pará. Nicias Ribeiro, do Pará.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Do Pará. O projeto é de autoria dele e foi colocado na pauta, pelo que me consta, pelo Líder do PSDB de São Paulo, Deputado Alberto Goldman. Essa foi a informação que acabei de receber. Vou julgar a procedência da afirmativa, mas eu precisava fazer o aparte para informar que foi nesse íterim que a medida foi colocada na pauta que o Deputado Aldo Rebelo apresentou para ser apreciada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a vê que nada melhor do que o exemplo. V. Ex^a acaba de ser informado pela assessoria do seu Partido, e trata-se, mais uma vez, de uma tentativa de dividir a culpa. Entrou na pauta porque fulano pediu; mas por que foi colocado? Havia 300 pedidos de colocação na pauta, mas só atenderam 90.

Então, volto a afirmar que foi uma pauta colocada de maneira conjunta e combinada com o Palácio. Por que concordaram? Já se sabia de antemão que não tinha urgência e que não era oportuno. Por que, então, não se colocaram na pauta os itens de interesse social?

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro, com a bondade do Senador Gilvam Borges.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Heráclito Fortes, o Senador Sibá Machado já tentou esclarecer um fato que realmente nos deixou estupefatos. Esse projeto do Deputado Nicias Ribeiro, que aumenta o número de Parlamentares, se não me falha a memória, é de 1996.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É de 1999.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – É de 1999, corrigiu-me o Senador Sibá Machado. Então, já está tramitando há seis anos, Senador Heráclito Fortes. Neste instante, numa convocação extraordinária, como V. Ex^a bem colocou, com 300 pedidos de projetos para serem incluídos na pauta, decide-se exatamente por esse projeto, para trazer um desgaste proposital pelo Executivo. Na realidade, o Executivo e a Presidência da Câmara definem a pauta e os projetos a serem discutidos na convocação extraordinária. V. Ex^a tem toda a razão em abordar esse assunto, com bastante propriedade, como lhe é comum, para que a Nação possa ficar esclarecida.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Senador Sibá Machado tem mais um esclarecimento. Tenho o maior apreço por ele.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Quero insistir que não posso acreditar que haja interesse do Partido dos Trabalhadores ou do Governo nesse assunto. Houve um Colégio de Líderes e uma reunião sobre a pauta, que foi tratada coletivamente e aceita. Todos os Líderes sugeriram o que acreditaram ser importante. Se o Deputado Alberto Goldman considerou importante tratar dessa matéria, e o conjunto a aprovou, entendo que a Casa tem o direito de apreciá-la. Se vai levá-la a cabo, se vai concordar, se vai criar mais funções parlamentares, não sei. Essa matéria já foi tratada aqui em pronunciamento, ontem e hoje, mas não me lembro exatamente por qual Parlamentar. Neste momento, a medida não é boa para o Brasil. Aliás, estamos mostrando outro caminho, inverso, cortando o recesso e algumas vantagens que os Parlamentares recebem. Ou seja, o caminho é em outra direção. No entanto, isso não é do interesse do Governo e muito menos do PT. Hoje, temos a consciência de que o número de Parlamentares no Brasil é grande – observem aquela história do corte ou não do número de Vereadores.

Podem-se dizer que saímos de um jejum democrático para uma banalização da democracia. Então, esse meio termo, esse meio campo é que deve ser feito. Portanto, só para resguardar o meu companheiro, Senador Flexa Ribeiro, essa matéria é de interesse, no meu entendimento, do PSDB, um Partido muito forte no Congresso Nacional, que, com certeza, fez valer um desejo seu, que é o de ver apreciada a matéria que amplia para mais oito o número de Parlamentares na Câmara dos Deputados.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Flexa Ribeiro, quero corrigir aqui que a origem desse projeto não é 1999, é anterior. Porque, quando muda a legislatura, o projeto morre e é reapresentado. Inclusive, em determinado momento na legislatura anterior, fui designado relator, e achou-se naquela época que não se tratava de uma matéria importante, urgente; era considerada inconveniente para a votação.

Lembro que, quando iniciou a tramitação da matéria, o Presidente da Casa era o saudoso Deputado Luiz Eduardo Magalhães. Depois, já como Líder do Governo, ele não permitiu que fosse para a pauta. Eis onde está a grande importância do Líder de Governo na discussão de matéria de pauta: fazer a triagem, discordar, mostrar a inconveniência de matérias que zelem pelo bom nome do Legislativo, e não colocá-las exatamente para fazer com que o Legislativo fique contra a opinião pública.

Lamento que, num momento como este, em que a pauta está travada por excesso de medidas provisórias – e o Governo não se corrigiu, já mandou medidas provisórias novas neste período agora –, sejam colocadas em pauta matérias dessa natureza.

Aliás, Senador, penso que seria de bom tamanho que tivessem mandado para cá apenas 15 ou 20 matérias, as mais importantes para o País, até porque, de antemão, já se sabe que não haverá condições de votar. Para que isso? Para que essa tentativa do Executivo de sempre que pode desgastar o Legislativo? A democracia é cheia de defeitos, mas até agora ninguém encontrou um regime melhor para substituí-la.

O que me preocupa, Sr. Presidente, é que esse socialismo populista, que começa a encantar alguns neste hemisfério, nos leve a caminhos a que não queremos jamais voltar. Quando vejo as torcidas de alegria que alguns companheiros de V. Ex^a têm por vitórias, quando vejo o comportamento de alguns líderes que fazem bravatas muito perto de nós, eu me assombro.

O Brasil está vivendo, talvez, o melhor momento, o momento de maior tranquilidade democrática e econômica deste País. Para que mudar se está tão bom?

Finalizo, dizendo qual é o grande mérito do Partido de V. Ex^a: nem o desgoverno nem a incompetência

conseguiram abalar a economia brasileira, modelo de Fernando Henrique copiado, abraçado e seguido por V. Ex^{as}. Foi simbolizado pela escolha do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e por toda a política econômica adotada. Não concordo, apenas, com alguns dos exageros cometidos, como a antecipação do pagamento de US\$15 bilhões ao FMI, quando temos, na esfera social, tantas medidas a serem adotadas. O FMI poderia esperar – já que não precisa, pois é rico – o momento oportuno. Erramos, no primeiro ano, quando pagamos à vista um avião – que não tem nada de social, embora fosse necessário – para o Presidente da República deslocar-se. O erro não foi o avião, mas a compra, a forma do pagamento.

Agora, no último ano do Presidente Lula, Sua Excelência antecipa-se e cumpre uma meta com o FMI, que tanto combateu. E quando digo isso é em respeito a V. Ex^a. Imagino, fecho os olhos, Senador Sibá, e vejo V. Ex^a nas ruas de sua terra, do seu Estado, o Acre, gritando com os companheiros da Igreja: Fora Alca, Fora FMI. E agora vê que tudo aquilo que V. Ex^a pregou, acreditando no programa do seu Partido, era falácia eleitoral. O Partido não cumpriu nada, namorado oficial do Fundo Monetário Internacional, companheiro e cúmplice.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Mesa comunica, já pelas prorrogações feitas durante a sessão, durante o dia todo, que iremos tomar uma providência no sentido de conceder cinco minutos para cada orador, para que se possa dar oportunidade aos que estão aqui, para que concluamos os trabalhos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – O Heráclito é veterano.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não sabia que aqui era igual à caserna, em que antiguidade é posto.

Sr. Presidente, com muito pesar, quero me solidarizar com a família do Deputado Estadual Edson Vargas, sua esposa, filhos, seu irmão, Jefferson. O Deputado Estadual Edson Vargas, do Espírito Santo, acaba de falecer. Ainda jovem, foi vitimado por um acidente há, mais ou menos, três horas no trevo de Aracruz, onde está a Aracruz Celulose. Colidiu de frente com uma carreta. Imagino que foi o cansaço, quem sabe. Não tenho mais informações.

Eu conversava agora com o Deputado Neucimar Fraga, que me dizia que o encontrou esta semana, em Alfredo Chaves, sozinho, dirigindo o próprio carro, à

meia-noite, e lhe disse: “Rapaz, arruma um motorista. Para que viajar à noite, sozinho?” Ele disse que preferia dirigir o próprio carro. Não sei qual foi a causa do acidente.

O Deputado Edson Vargas, que professava sua fé na denominação Batista, era membro da 1^a Igreja Batista em Jacaraípe, na cidade da Serra, ovelha do pastor Valter, era Presidente da Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Iniciou, por algum tempo, uma obra com crianças, em Feu Rosa, e, depois, uma obra de recuperação de drogados. Mas o fato é que esse jovem Deputado foi vitimado na tarde de hoje.

Aqui me solidarizo com sua família, sua esposa, que deve estar sofrendo. Senador João Batista Motta, que foi Prefeito da cidade da Serra, mudo meus planos para voltar ao Estado a fim de acompanhar a família, os amigos do Deputado Edson Vargas.

Concedo o aparte ao Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Magno Malta, quero também me solidarizar e apresentar meus sentimentos a todos aqueles que, no Espírito Santo, lutam por um Estado melhor. O Espírito Santo perdeu um soldado, um guerreiro nas lutas políticas, no bom combate naquele Estado. Ele mantinha – e V. Ex^a acompanhou e sabe – um centro de recuperação de drogados, à custa dele, recolhendo ajuda na sociedade, das indústrias do Estado do Espírito Santo; mantinha uma escola para meninos de rua com 250 meninos, mantida às custas dele, com o salário dele, com recursos dele e de sua família. Além disso, foi um Parlamentar exemplar em sua conduta, em seu trabalho. Esteve aqui em Brasília há uns 15 ou 20 dias. Foi ao meu gabinete e ao de V. Ex^a, lutando pela solução do problema das drogas, pela mudança da legislação com relação aos traficantes. Ele percebia muito bem a ação deletéria do tráfico em cima dos jovens nos nossos dias de hoje. É uma pena. E estamos indo todos para lá para confortar a família e confortar aqueles que, não sendo da família, estão hoje muito abatidos com esse terrível acidente que ceifou uma vida que tinha muito futuro na política do Espírito Santo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Senador Gerson Camata, apresento à Mesa Requerimento de Voto de Pesar, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, para que seja levado ao conhecimento da família, e que pode ser subscrito por V. Ex^a e pelo Senador João Batista Motta.

Já está sobre a mesa, com o Sr. Raimundo Carreiro, este voto de pesar à família do Deputado Edson Vargas.

O interessante é que a Chefe de Gabinete dele, Edileuza, que era sua prima, foi minha chefe de Ga-

binete também quando fui Deputado Estadual. Quando saí do Parlamento estadual, ele chegou ali e ficou com a prendada e fiel Edileuza. Veio em uma leva de Deputados, quando todos nós, no Espírito Santo, trabalhamos naquela eleição, menos preocupados com a eleição de V. Ex^a ou com a minha e até do Governo do Estado naquele momento, pois precisávamos limpar a Assembléia Legislativa, que manchou da forma mais infame a imagem do Espírito Santo nesta Nação, a chamada era Gratz, em que a eleição foi pautada por uma frase, Senadora Heloísa Helena: “tirar os otários” – como dizia o ex-Presidente da Assembléia Legislativa –, que votavam nele, para renovar o processo.

O Deputado Edson Vargas foi dessa leva que a sociedade mandou para a Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Conheci de perto o trabalho do Edson, Senador Gerson Camata, de recuperação de drogados, até porque essa é a minha lida há 25 anos, inspirado que fui no projeto Vem Viver, onde ele foi buscar informações. Ele começou o trabalho lá em Feu Rosa, um dos bairros mais carentes do Estado do Espírito Santo. Ele foi lá trabalhar a fundo com as crianças carentes daquele bairro.

Por isso, fica aqui a minha palavra de pesar.

A morte deixa-nos a oportunidade da reflexão. A Bíblia diz que, após a morte, seguiu-se o juízo. Muitas vezes, quando a morte chega e bate à porta de alguém, de forma equivocada, mas querendo o bem da família, nós nos juntamos a eles dizendo: “Não chora, não! É assim mesmo. Isso passa.”

Tem que chorar, sim. Quando alguém perde sangue do sangue e carne da carne, tem que chorar. O melhor conforto que se dá a alguém numa hora como essa é um abraço e nada mais. E se uma palavra tem que ser dita é esta: chore, chore.

Nada mais dolorido do que perder mãe, pai, irmão, um ente querido, próximo ou não. Nada mais dolorido. Mas a realidade é que todos vamos passar por esse momento porque, como herdeiros do pecado de Adão, herdamos a morte; por conta disso, a morte física. Mas quem conhece a Jesus de perto, nasce do nascimento natural da mulher, mas nasce da água e do espírito, como diz a Bíblia, no nascimento espiritual.

E fica a lógica: quem nasce duas vezes morre uma, mas, quem nasce uma, vai morrer duas. Porque quem nasce do nascimento tão somente natural da mulher e não se aproxima de Deus e das suas coisas, não se aproxima de Jesus e faz um vínculo de comprometimento para a salvação da sua alma, após a morte, passará pela morte física e pela morte espiritual, como diz a Bíblia, a morte eterna. E a morte espiritual, como diz a Bíblia, é morte eterna e a mais dolorosa de todas, porque não tem retorno.

Mas aquele que conhece a Jesus nasce pela segunda vez: nasce do nascimento natural e nasce do nascimento espiritual, aquele que Nicodemus experimentou. Quem nasce duas vezes morre uma, porque passa pela morte física, mas vai viver eternamente, como diz a Palavra de Deus, regra de fé e prática: a Bíblia.

Conheci Edson Vargas, que professava a fé em Jesus e, portanto, passou pela morte física, mas não conhecerá a morte espiritual, porque nasceu pela segunda vez, quando conheceu Jesus, num gesto espontâneo, enquanto viveu, de tomá-lo como Senhor e Salvador da sua vida.

A morte, Senador Gilvam Borges, que ora preside esta sessão, deixa-nos a nós, que estamos respirando e vivos, a oportunidade da reflexão e da posição a ser tomada enquanto vivemos. A Bíblia diz: “Louco, louco, se hoje pedir a tua alma, o que tem preparado para quem será?” E muita gente acumula o poder, a gana pelo dinheiro e faz disso o único objetivo da vida. Não importa em quem pise, nem onde, nem como possa tirar riqueza e poder. A Bíblia diz: “Louco, se hoje pedir a tua alma, o que tem preparado para quem será?”

Fica a cada um de nós o privilégio e a oportunidade da reflexão. A dor fica, mas tenho plena consciência e não tenho dúvida alguma, Senadora Heloísa Helena, de que já há quase quatro horas o Deputado Edson Vargas, nosso amigo, está com Deus, pela posição que tomou enquanto viveu.

Sr. Presidente, trouxe aqui muito material atinente à CPI dos Bingos e à violência no Espírito Santo. Comunico a V. Ex^{as} que entreguei um ofício ao Ministro da Justiça, preparando seu espírito, caso o Governo Estadual precise chamar a força-tarefa, não atropelando o Governo Estadual, mas dizendo que, como foi importante a primeira ida lá, se o Governo Estadual necessitar, procurei preparar o espírito do Governo Federal no sentido de que possa atender rapidamente ao Dr. Martinelli, que é o novo Secretário de Segurança, uma pessoa que merece todo o crédito, de uma decência a toda prova na Secretária de Segurança do Estado do Espírito Santo. Mas vou deixar para uma outra ocasião porque estou sofrido, doido, por razões diversas, mas a maior de todas elas é que esse rapaz militou pela vida humana. A minha mãe, Senador Gilvam Borges, que era analfabeta profissional, dizia: “Meu filho, a vida só tem um sentido, não tem dois”. E eu dizia: “Qual é, mãe?” E ela dizia: “O único sentido que a vida tem é quando a gente investe a vida da gente na vida dos outros”. Esse rapaz viveu para colocar sua vida à disposição dos outros.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMBD – AP) – Senador Magno Malta, a Mesa recebe o re-

querimento de V. Ex^a e o encaminhará para que sejam tomadas todas as providências.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMBD – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 38, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de pesar, pelo falecimento do Deputado Estadual Edson Vargas, ocorrido no início da tarde desta quinta-feira, 19 de janeiro de 2006.

Requeiro, também, seja levado ao conhecimento da família e da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se pela significativa importância, no cenário político do Espírito Santo, do Deputado Estadual Edson Vargas. Político da Grande Vitória, elegeu-se com ampla margem de votos o que demonstrou a aprovação popular de suas idéias e ações. Membro da Primeira Igreja Batista de Jacareípe, a perda inestimável deste cristão deixará grande lacuna entre os familiares, amigos e cenário político.

Sala das Sessões, 19 de janeiro de 2006. – Senador **Magno Malta**, PL – ES.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMBD – AP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Aelton Freitas.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ano de 2006 se inicia com grandes desafios para o Governo Federal no que se refere à política agrícola, à geração de empregos, à recuperação de rodovias e à queda das taxas de juros. Com tantos assuntos de extrema importância, para o País, a serem tratados, é fundamental que o clima eleitoral natural com a proximidade da disputa do próximo mês de outubro permaneça em segundo plano, pelo menos até o início efetivo das campanhas.

Independentemente de uma possível ou não reeleição do Presidente Lula, o mais importante é realmente que o atual Governo se dedique, ao máximo, a concluir o ano de 2006 diante de um cenário melhor do que encerrou 2005, promovendo avanços

há muito tempo demandados pela nossa sociedade e corrigindo o rumo de algumas ações adotadas nos últimos três anos.

Tenho convicção, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pois, que este terá de ser um ano de muito trabalho, sobretudo nos campos administrativo e gerencial, se quisermos construir um horizonte positivo para o País, a esperança que nos resta. Se certamente não será possível resolver todos os nossos problemas econômicos e sociais, há muitas providências práticas capazes de resultar em avanços não podem esperar.

Um exemplo de uma área que requer atenção especial do Governo em 2006, pois, pior acredito que não existiu, como foi em 2005, que necessita se recuperar de um momento difícil com produtores atolados em dívidas, redução da área plantada, e até a volta da febre aftosa.

Entretanto, Sr. Presidente, se forem dadas condições orçamentárias adequadas ao Ministério da Agricultura, o que todos nós esperamos, não tenho dúvida de que o setor irá se recuperar sob a competente condução do Ministro Roberto Rodrigues.

Já existem estimativas técnicas prevendo um novo recorde na produção de grãos e a manutenção de saldo comercial bastante favorável nas negociações internacionais. É imprescindível, Sr. Presidente, que o Governo não deixe de disponibilizar os recursos necessários para a eficiente defesa sanitária e o pleno financiamento da comercialização.

No campo econômico, não é possível pensarmos em outro rumo que não seja o de uma redução mais acentuada das taxas de juros para este ano de 2006. Ontem, o Comitê de Política Monetária (Copom) já anunciou uma redução da taxa em 0,75%, e há uma percepção quase unânime dos empresários, das entidades industriais, dos economistas e até mesmo do próprio Presidente Lula de que já existem condições suficientes para tornar possível uma queda progressiva e maior da taxa Selic, essencial para que haja um movimento de recuperação do crescimento econômico. Os argumentos técnicos indicam que a inflação está sob controle, e o Brasil não pode correr o risco de crescer menos que em 2005.

Outro enorme desafio do Governo é intensificar a geração de empregos, que, mesmo já tendo apresentado alguns aspectos positivos, ainda está longe de acontecer no ritmo que nossa sociedade precisa e espera. Não podemos nos sentir confortáveis quando sabemos que mais de dois milhões de pessoas estão sem emprego nas seis principais regiões metropolitanas do País, sendo que a metade desse contingente é composta por jovens que nem sequer iniciaram sua carreira profissional. Medidas de estímulo à qualifica-

ção da mão-de-obra e à redução da tributação sobre o emprego formal precisam estar entre as prioridades na adequação dos programas governamentais.

Eu não poderia deixar de destacar, neste pronunciamento, as obras emergenciais que estão sendo realizadas nas rodovias federais pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura – Dnit. A restauração de trechos que se encontravam em estado de grande precariedade, como é caso das estradas em Minas Gerais, trará um alívio imediato para todos os que utilizam as rodovias diariamente, diminuindo o risco de acidentes e os prejuízos causados pelos buracos. Conforme ouvimos aqui dos três Senadores do Espírito Santo, a perda do grande Deputado estadual ocorreu por um desses motivos.

Defendo, entretanto, Sr. Presidente, que esse mutirão de obras seja encarado apenas como o primeiro passo de um necessário projeto para a recuperação contínua da malha rodoviária federal, pela qual são transportadas as riquezas do nosso País e por onde passam também vidas, vidas e mais vidas. É impossível que esse trabalho seja feito se os órgãos responsáveis forem vítimas de contingenciamentos sistemáticos de recursos.

Sr. Presidente, peço-lhe apenas mais um minuto.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Aelton Freitas, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Disponho de apenas cinco minutos, mas, por ser um pronunciamento normal, concedo, com o maior prazer, um aparte a V. Ex^a e também ao nobre Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Com o Senador Gilvam Borges na Presidência, cinco minutos representam quinze.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – É verdade.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Aelton Freitas, certamente vou querer apartear-lo também.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Obrigado, nobre Senador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Primeiramente, quero dizer que estou bem impressionado com a retomada dos trabalhos desta Casa, haja vista os trabalhos desta semana, que começaram firmes, para valer. Na segunda-feira, não pude estar presente aqui, porque estava fazendo a minha prova de seleção de mestrado, como eu já havia anunciado. Fui aprovado nessa fase e, na segunda fase, a realizar-se na próxima segunda-feira, espero que eu também possa passar. Fiquei muito impressionado com as matérias votadas ontem e com a

participação, a presença dos Parlamentares nesta Casa. Os debates começaram com o mesmo fervor com que foram concluídos no ano passado. Este é um ano eleitoral. É sabido por todos que as disputas e os pensamentos diferenciados ocorrerão. Alguns terão candidatos próprios, e os que não tiverem certamente apoiarão outros. Ouvindo os depoimentos de hoje, sinto que V. Ex^a traz um esclarecimento muito grande sobre os eventos realizados pelo Governo Lula. Quero ater-me um pouco mais à taxa Selic. Sei que os empresários e as pessoas que vivem da grande economia, com certeza, têm as suas razões para exigir do Governo uma redução desse indicador. Mas, pelo que li sobre o assunto – não sou da área –, pude entender que, se houvesse uma decisão dessa por decreto, poder-se-ia dizer futuramente que a taxa Selic cairia para 10% ou até para menos. Quais seriam os efeitos desse fato? Uma pessoa explicou-me muito rapidamente que, certamente, haveria um surto imediato de distribuição de renda violenta, de aumento do poder aquisitivo, e que, imediatamente, começariam a faltar mercadorias nas prateleiras. Então, passaríamos a ter a renovação de uma inflação descontrolada, seguida de desemprego, de desaceleração etc. V. Ex^a faz toda essa exposição de fatos importantes, e encerro este aparte dizendo que fico, às vezes, indignado por afirmarem que tudo o que está errado no Governo Lula está relacionado à incompetência e ao erro do Governo e que o que há de certo é cópia do passado. No entanto, quando analisamos os números, percebemos que todos os índices que se comparam, em todas as áreas, são completamente distintos. Desse modo, cumprimento V. Ex^a pela lucidez dessas informações, dizendo que estou feliz de saber que este Governo, o Governo Lula, foi, sim, uma alavanca propulsora para colocar o nosso País, de fato, no caminho da independência tecnológica, social, política e, principalmente, econômica. Parabéns!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Obrigado, nobre Senador.

Com a sua compreensão, Sr. Presidente, peço-lhe mais um minuto.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Aelton, peça mais de um minuto, porque um minuto é meu.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Por gentileza, Sr. Presidente.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – S. Ex^a já concedeu cinco minutos. Vou gastar um minuto, e V. Ex^a fica com quatro minutos. O Senador Gilvam Borges sabe como é importante, quando o Parlamentar está sentado aqui, que quem está na cadeira de lá tenha

benevolência com ele. Isso, no entanto, é invertido com alguns companheiros: quando está aqui, quer benevolência; quando senta lá, quer exigir do companheiro que está aqui. Tem de ser benevolente da mesma forma, não é, Senador Gilvam? Tem de estar impregnado do espírito de Mão Santa, que senta ali e deixa correr. Senador Aelton Freitas, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e, ao fazê-lo, cumprimento e abraço o Ministro Alfredo Nascimento. Se existe um Ministro operacional, rápido, no Governo Lula, é o Ministro Alfredo Nascimento. Temos uma amizade pessoal. Vejo que, neste momento, S. Ex^a tem sido extremamente importante para o Governo e para a Nação. Nós, no Espírito Santo, damos graças a Deus pela situação das nossas estradas, que é bem menos ruim do que a da Bahia, do que a de São Paulo!

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – E a de Minas.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Quando entramos na Bahia, acabou tudo; em Minas Gerais, acabou tudo também. A Senadora Heloísa Helena me dizia aqui que, no final do segundo turno, capotou o carro com seu filho, porque bateu num buraco, e está viva para ser Presidente e para acabar de consertar o resto das estradas que vão ficar aí, o que o Ministro Alfredo Nascimento está começando agora. S. Ex^a pode até ser mantido no seu Governo, porque é um Ministro operacional, competente, preparado, uma pessoa que eu avaliaria sem problema algum. Já disse a V. Ex^a o seguinte: se enjaularem Garotinho no primeiro turno, como estão querendo fazer alguns – isso não é o que pensa, de fato, a base do PMDB, mas alguns da cúpula pensam que enjaulam um cara que tem 17% na pesquisa; nunca vi isso na minha vida, só na cabeça de doido –, se o enjaularem, serei V. Ex^a no primeiro turno. Acabei, no seu discurso, melhorando a situação da Senadora Heloísa Helena nas pesquisas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Muito obrigado, nobre Senador. Agradeço-lhe a participação.

Concluo, Sr. Presidente.

Sem sombra de dúvida, ao fazer esse breve balanço dos principais desafios a serem enfrentados na esfera governamental em 2006, não poderia deixar de lembrar a responsabilidade que o nosso Congresso Nacional tem para com o cumprimento dos objetivos neste processo.

Será indispensável, Sr. Presidente, o nosso esforço em estabelecer uma agenda positiva, na qual se incluam projetos estruturantes da administração pública e medidas de amplo alcance social. Em suma, a classe política deve-se empenhar para que 2006 não fique marcado apenas como mais um ano de disputas eleito-

rais acirradas, mas, sobretudo, pelo fortalecimento de pilares indispensáveis para o crescimento do País.

Muito obrigado, principalmente pela compreensão em relação ao tempo, Sr. Presidente Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro por cinco minutos.

A Mesa aguarda para poder contar o tempo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, que preside esta sessão neste instante, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu amigo Senador Sibá, é com alegria que retomamos os trabalhos da forma como o fizemos esta semana. Estamos em sessão desde as 9 horas da manhã e já são 17 horas e 30 minutos. Então, como o Senador Sibá bem disse, é a forma ativa e profícua do Congresso Nacional, especificamente do Senado, em atender aos anseios da sociedade brasileira.

Faço este pronunciamento, Senador Sibá, para expressar a nossa preocupação, que decorre do acompanhamento que estamos fazendo, desde o final do ano passado – até o dia 29 de dezembro, na Comissão de Orçamento, quando estivemos aqui participando das reuniões –, dos trabalhos relativos ao Orçamento. Quando discutíamos a sub-relatoria do nobre Senador João Ribeiro, na área do Trabalho, da Previdência e Assistência Social, ficamos estupefatos ao ver a proposta orçamentária do Governo, do Executivo, que retirava valores substanciais de programas importantíssimos da área da assistência social e do trabalho.

Lamentamos que o discurso do Governo na área social seja num caminho, e a prática, em outro. A tal ponto, que a Senadora Lúcia Vânia, com toda a competência que tem nessa área de assistência social, por ocasião da reunião, ao final de dezembro, pediu, e foi atendida pelo Sub-Relator, o Senador João Ribeiro, que ele retirasse o seu relatório para que ele pudesse fazer uma revisão, já que retirava recursos de programas importantes – não sei se por terem sido criados no governo passado, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como é o caso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil –, retirava recursos substanciais e os canalizava para o Bolsa-Família.

O Bolsa-Família é realmente um programa que deve ser por todos nós aprovado em sua essência, que é atender os necessitados de forma emergencial. Ninguém é contra, Senador Gilvam Borges, Senador Alberto Silva, Senadora Heloísa Helena, ninguém é contra o Bolsa-Família. Não podemos é aceitar o uso eleitoreiro desse programa assistencialista, que peregrina a miséria.

O indicativo do Orçamento na área de assistência social e trabalho nos leva a raciocinar, Senador Sibá Machado, da seguinte forma: o Governo, por iniciativa própria, retira recursos do PET e do programa de requalificação profissional, ou seja, recursos necessários para que aqueles que momentaneamente não têm atividade laboral possam, através de uma requalificação, voltar ao mercado de trabalho. Esses recursos não podem ser desviados para o Programa Bolsa-Família.

Hoje voltamos a discutir o relatório do Senador João Ribeiro – essa discussão teve de ser suspensa agora à tarde e será retomada na próxima semana. Acredito, Senador Sibá Machado, que, com sensibilidade, poderemos fazer essa revisão e aumentar os recursos do Bolsa-Família, mas não em detrimento de programas importantes, como são o PET e o programa de requalificação profissional.

Atendo à solicitação de V. Ex^a, Senador Sibá Machado, por um aparte, o que muito honra e enobrece o meu pronunciamento.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador, em geral os programas de um governo, infelizmente, são executados apenas no período do mandato que lhe corresponde. No Brasil, o governo que chega costuma apagar a memória do anterior. Terminamos por viver uma eterna descontinuidade dos investimentos públicos. Na área social, todos os investimentos são vistos apenas como compensação social, e essa é uma crítica que faço. Creio ser extremamente desumano pensar como compensação social. Quando se fala dos incluídos, fala-se de programas de desenvolvimento; quando se fala dos excluídos da economia, fala-se de compensação social. Vamos, então, nos ater à compensação social. De todos os investimentos sociais que houve em governos anteriores, esse programa, que foi criado com outros nomes, mas, na essência, corresponde a uma série de programas sobre distribuição de renda, veio substituir algo que entendo ser muito maléfico: entregar uma sacola de comida. É degenerativo para a imagem do ser humano a pessoa doar uma sacola de comida. O programa veio para dar à pessoa a administração financeira, para dar-lhe a possibilidade de abrir uma conta bancária e administrar seus recursos por meio de um cartão bancário. Por menores que sejam os recursos, fica a cargo do beneficiado administrá-los. Outra inovação importante foi colocar a mulher para receber o dinheiro e não o seu esposo, não o pai – segundo as teses do grande ideólogo do Banco dos Pobres, o banqueiro dos pobres, o Dr. Yunus, a mãe, por ter sido a responsável pela gestação e pela amamentação do filho, ao dispor de um dinheiro qualquer, passa num comércio e compra pão para o filho; se é o pai, por qualquer motivo que lhe cause indignação, ele

pega o dinheiro e passa numa loja para comprar bebida alcoólica. Essa bolsa é um investimento no resgate da cidadania. Eu não gostaria, portanto, que ela fosse tratada de forma eleitoreira, já que qualquer governo que assuma terá de seguir isso. Estamos falando de um investimento em quase nove milhões de famílias, que recebem, no mínimo, R\$50,00 e, no máximo, R\$90,00. Aqui falo desprendido do petismo, da paixão que tenho pelo Governo Lula: é preciso dar continuidade a esse programa, que beneficia entre oito e nove milhões de pessoas com esse dinheirinho. Podem ter sido cometidos erros quanto a valores em relação a esse programa, mas nem por isso ele deixa de ser um dos maiores sucessos de integração e de distribuição de renda. Podemos dizer que concordei naquele momento em substituir para não prejudicar também outros programas. Por que o Governo, no meu entendimento, estava correto com aquela idéia? É porque precisa criar um cadastro único dessas bolsas. Não dá para o Ministério A ter um cadastro e o Ministério B ter outro, sob pena de as mesmas pessoas ou as mesmas famílias receberem duas vezes. Acho, portanto, que V. Ex^a concorda comigo: é um programa ousado, de sucesso, e quem quer que se sente na cadeira de Presidente da República precisará ter o carinho de tocar esse tão importante projeto, que é o Bolsa-Família. Que esse programa só acabe no momento em que, de fato, não for mais necessário. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Sibá, com a generosidade do nosso Presidente, Senador Gilvam Borges, vou poder conceder um aparte aos Senadores Heloísa Helena e Leonel Pavan. Antes, porém, gostaria de dizer a V. Ex^a que bem-intencionado seria o PT se tivesse a sua intenção.

O Bolsa-Família nada mais é do que a ampliação do Bolsa-Escola, só que com direcionamento incorreto, porque no Bolsa-Escola, implantado no governo anterior, havia a necessidade de uma contrapartida, que era a presença da criança na escola para que fosse feito o acompanhamento...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Só para esclarecer: isso está mantido, porque o casal sem filhos recebe R\$50,00; com um filho, aumenta mais R\$15, podendo, até o terceiro filho, receber até R\$90,00, e, nesse caso, com a obrigatoriedade de o filho ou os filhos estarem na escola. Foi aproveitado, portanto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas V. Ex^a sabe que essa obrigatoriedade não estava sendo exigida. Passou a ser exigida depois que foi mostrado pela imprensa que o Bolsa-Família estava apenas distribuindo recursos de forma emergencial aos necessitados.

Mas um outro programa do seu Governo, o Primeiro Emprego, importantíssimo, pois possibilita aos jovens acesso ao mercado de trabalho, teve seus recursos minguados de R\$139 milhões, no Orçamento do ano passado, para R\$60 milhões, em 2006. Quer dizer, houve um corte superior a 50%. O Presidente Lula desistiu do programa, que já foi a menina dos olhos de Sua Excelência? Pois, em 2006, o Presidente retirou 50% dos recursos do Orçamento referentes ao Primeiro Emprego.

Com muita honra, concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Flexa Ribeiro, as políticas compensatórias, honestamente, até do ponto de vista da honestidade intelectual, devem ser chamadas dessa forma, porque, de fato, não funcionam como políticas de assistência social, mas como políticas de compensação mesmo. Não há problema em admitir isso. Entretanto, como tive a oportunidade de ajudar na elaboração do projeto Fome Zero há bastante tempo, sinto-me na obrigação de fazer um reparo nesse debate. Quando dizemos que as políticas assistenciais são importantes é porque, de fato, não se pode esperar o plantio e a produção do alimento, para que as pessoas possam consumi-lo. Mas a política compensatória e a política séria de assistência social, para não manipularem a dor, a pobreza e a miséria, necessitam de ter um caráter circunstancial. Quando foi elaborado, o projeto Fome Zero não previa a distribuição do cartão para a compra da cesta básica, pois acabaria funcionando do mesmo jeito que no Governo anterior, porque em vez de ter a cesta básica para manipular a pobreza, existiria o cartão para igualmente manipular a pobreza. Inclusive, no dia da distribuição dos cartões é uma verdadeira vigarice política do mesmo jeito que havia na distribuição da cesta básica.

Então, quando o projeto foi pensado, era assim: um eixo estratégico de desenvolvimento articulado com a geração de emprego e com a dinamização econômica, que ia desde a infra-estrutura à assistência técnica, à produção de alimentos, com o zoneamento agrícola muito claro, desde os assentados da reforma agrária à agricultura familiar, ao pequeno e médio produtor rural. Ou seja, era um eixo estratégico de desenvolvimento para a dinamização da economia local e para a geração de emprego. Como não se pode esperar que o pé de feijão cresça, que o feijão seja disponibilizado e que as pessoas o consumam, tem de haver uma política clara de assistência social. No entanto, a manipulação política é realmente muito triste, desprezível. O governo passado, infelizmente, a fez e o atual a está fazendo. Não é à toa que, em

todos os momentos, estão manipulando a dor e a pobreza das pessoas, nos meios de comunicação, com belas peças publicitárias, onde as pessoas aparecem emocionadas, do mesmo jeito que muitas ficavam emocionadas quando recebiam a cesta básica do político vigarista. Faz-se o mesmo em relação ao Fome Zero. Então, faço este aparte realmente com muita tristeza, porque o que condenei no passado estou vendo hoje acontecer no presente. Não se vê publicidade oficial, por exemplo, dando orientação às meninas com relação à gravidez; orientando meninas e meninos quanto ao uso da droga; orientando a população em relação a questões gravíssimas sobre a saúde da mulher e da criança. Não se vê publicidade que tenha caráter constitucional e inclusive educativo, mas vemos tudo aquilo que está vinculado ao calendário eleitoral. Isso é muito triste, independente de ter sido no Governo passado ou no atual Governo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senadora Heloísa Helena, incorporo, com muita honra, o aparte de V. Ex^a. Combinamos exatamente nessa linha da utilização do Bolsa-Família de forma não-emergencial, como V. Ex^a disse.

Senador Sibá Machado, o indicativo que nos aparece, pela proposta orçamentária, é perenizar o Bolsa-Família no momento em que, como eu disse, o Governo tira recursos da requalificação e do Primeiro Emprego. Mas ele deve gerar o desenvolvimento, para gerar emprego e dar dignidade no sustento a essas famílias.

Concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente Gilvam Borges, como esse debate é importante, faço uma sugestão: para V. Ex^a não ficar a cada minuto mudando a tecla do tempo, que sejam dados cinco minutos para debatermos. Graças a Deus, temos um democrata na Presidência que certamente permitirá que possamos debater este importante assunto.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Leonel Pavan, sem dúvida, a compreensão da Mesa é muito grande. Todavia, há ainda oradores inscritos. O alerta serve até para balizar melhor as falas dos aparteantes. O tempo do Senador já se esgotou, mas estamos aqui porque sabemos que o debate é importante. Ressalte-se que o Senador Alberto Silva aguarda já há mais de três horas pacientemente. Senador Leonel Pavan, sei que V. Ex^a é um homem muito compreensivo. Vamos partilhar este espaço democrático, pois isso é responsabilidade e dever da Mesa. Portanto, vou conceder o tempo regimental. O Senador Alberto Silva está um pouco cansado, pois está aguardando já há algum tempo.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – O Senador Gilvam Borges estava na tribuna falando do seu retorno, o Presidente interrompeu o som por duas vezes e o Senador quase quebrou a tribuna.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Leonel Pavan, o Sr. Presidente Gilvam Borges libera sua generosidade em doses homeopáticas, a cada minuto.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Ótimo! Voltemos ao debate. Aqui está o Senador Sibá Machado, do atual Governo, tentando achar os defeitos do passado, para justificar os erros do presente. A Senadora Heloísa Helena mostra-se revoltada e envergonhada por ter defendido uma proposta no passado. Hoje, lamentavelmente, o Governo não implanta nada do que S. Ex^a pensava e sonhava. Assim, a Senadora aponta os erros do passado e os erros do presente, até porque entende – e é uma pessoa correta – que pode ser uma alternativa para o futuro. E respeitamos muito a Senadora Heloísa Helena por isso. Mas há pouco eu estava falando com o gerente do Banco do Brasil da agência do Senado e também com a Senadora Heloísa Helena sobre o Bolsa-Família. Não sou contra que se ajudem as pessoas pobres. Ninguém é contra. Mas eu fiz as contas rapidamente: 9 milhões de famílias, recebendo, em média, R\$50,00 a R\$60,00, significa R\$500 milhões por mês e, em um ano, R\$6 bilhões. Não seria melhor cortar o mal pela raiz, construindo casas, criando alternativas de empregos, dando realmente condições para que as pessoas possam trabalhar em vez de fazer esse clientelismo barato, essa esmola que o pobre não quer? O pobre quer é oportunidade! Vamos ficar anos e anos dando R\$50,00, R\$75,00, R\$80,00 e não vamos resolver os problemas. O Governo atual ou qualquer outro que venha a se instalar no futuro tem de achar alternativas concretas, que tragam resultados positivos. Não é possível que sempre utilizem recursos públicos para se beneficiarem na política. Já ouvi dizer que o Lula pode se reeleger só com o Bolsa-Família. Dizem o seguinte: “Olha, se o Lula não ganhar, vão acabar os recursos do Bolsa-Família”. Mas muitos pobres se sentem ofendidos com isso. O que eles querem é trabalho, é moradia, é respeito. Eles querem realmente ser cidadãos brasileiros, respeitados pelo Governo. O que está sendo feito hoje, a forma como o Governo quer ajudar os pobres é uma vergonha!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Leonel Pavan, V. Ex^a explicou com perfeição. É a isto que a sociedade brasileira está atenta, para esse uso eleitoral do Bolsa-Família. É exatamente o que V. Ex^a acabou de registrar aqui que estamos mostrando. E o Senador Sibá Machado tem consciência disso, não tenho dúvida.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – S. Ex^a também não concorda que sejam apenas distribuídos recursos permanentemente. É necessário, como V. Ex^a já colocou, que sejam dadas condições de trabalho a essas famílias, para que elas tenham a dignidade de se sustentar.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Concordo absolutamente com V. Ex^a. Só quero dizer o seguinte: não se pode imputar a nós a responsabilidade da desordem do grande fosso entre os super-ricos e os mais pobres do Brasil. Nós estamos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Quero fazer um apelo aos nobres aparteados para que coordenassem e objetivassem os seus apartes, senão o debate vai ficar muito longo.

Em respeito ao orador, na hora da intervenção, que o apartado solicite o aparte. Embora sejam apartes-relâmpagos, de um minuto, estamos aqui desde as 9h30 debatendo, discutindo.

Portanto, faço este apelo aos aparteados, com todo o respeito ao debate importante que o País acompanha.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Permita-me, somente para encerrar o meu pensamento. Estou de total acordo de que jamais podemos tratar essas políticas como perenes. Elas têm de ser transitórias. Agora, o programa avança muito mais do que o que era o pior. Sei que todo Governo é obrigado a superar o anterior, porque, se pelo menos empatar, já está errado. Então, os bons números do Governo Lula estão corretos e têm de ser melhores que os do Governo Fernando Henrique Cardoso, porque, senão, estaremos dando marcha a ré. Quem vier a suceder o Presidente Lula, em 2007 ou em 2011 – espero que seja em 2011 –, vai ter obrigação de superar os números da economia, da exportação, da distribuição de renda, da matriz energética, dos investimentos da reforma agrária, de tudo o que está sendo feito. Portanto, quero dizer que esse é um dos programas que têm de perdurar, porque é um dos que melhor atingiram os seus objetivos. Não posso tratá-lo como eleitoral. Por quê? Porque desconheço qual o Governo no Brasil, municipal...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) ... estadual ou Federal – já vou encerrar, Sr. Presidente – que não tenha se preocupado em realizar um programa social. O que não aceito é tratar como política de compensação, vamos tratar como política de investimento. Neste caso, tenho certeza de que o PSDB concorda com o PT.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Sibá, vou encerrar, até em respeito ao nobre Senador Alberto Silva, que aguarda para fazer o seu pronunciamento, e à generosidade do Presidente.

Mas, ao encerrar, Senador Sibá, quero dizer que o Presidente Lula teve uma premonição no encontro com os reitores. O Presidente fez uma declaração de que não vai estar, em 2007, no Planalto. Creio que foi uma premonição que antecipa a vontade do povo brasileiro.

Quero dizer a V. Ex^a que é importante que o PT e o Presidente Lula entendam que o Brasil não foi descoberto em 1^o de janeiro de 2003. Tudo que foi feito agora...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... é consequência do que foi realizado em Governos passados, que deram início à reconstrução, à forma de administrar este País, a que o PT deu seqüência, como V. Ex^a disse.

Não vamos negar os bons números do Governo do Presidente Lula, mas também não vamos esconder os maus resultados. Também não queremos fazer isso em relação ao Governo passado.

É importante não esquecer que tudo o que está sendo feito agora teve uma base anterior. Essa base, construída nos Governos passados, tem de ser considerada em todas as áreas, inclusive na economia.

Hoje à tarde, houve uma discussão com o Líder Aloizio Mercadante. Falou-se na taxa de juros, que foi recebida pelo Governo Lula. É evidente que a economia do País entrou em descompasso a partir de junho de 2002, com a incerteza do que significaria o novo Governo, que, pelo indicativo das pesquisas, seria eleito. Isso não vai ocorrer agora, porque o povo brasileiro sabe que o Governo do PSDB, que assumirá em 2007, vai conduzir este País no caminho do desenvolvimento e da paz social.

Muito obrigado pela generosidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra, por cinco minutos, ao eminente Senador Alberto Silva, que aguardava pacientemente.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador. – Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, Sr^{as} e Srs. Senadores, é interessante observamos, neste fim de tarde, que esta sessão começou às 9 horas e, a esta hora, ainda estamos discutindo temas do maior interesse para os brasileiros.

Como o tempo é curto e este assunto é extremamente sensível, havendo muitos pontos que poderiam ser expostos, não quero entrar na discussão dos programas Bolsa-Família ou no do Fome Zero. Mas ressalto que o Brasil é uma Nação que tem terra e sol, que Deus manda. O sol bate na terra e, junto com a água, uma semente de feijão produz – uma semente – 200, 300 ou 500 grãos, dependendo da produtividade.

Então, se temos tudo isso num País deste tamanho, uma política correta seria gerar os recursos que o Brasil precisa e nunca mais pedir dinheiro emprestado ao FMI para termos de pagar depois, como ocorreu agora. Evidentemente, não estou fazendo qualquer crítica. Entendo que o Governo Lula agiu de modo correto no momento oportuno, mas entendo também que o Brasil tem condições de produzir riqueza por meio do solo e empregar milhões de pessoas que estão por aí, aguardando uma oportunidade. Trataremos desse assunto na hora certa.

Neste instante, quero apenas fazer um comentário: desde o Governo Fernando Henrique, apresentei um plano bem estudado – sou engenheiro, construí muitas estradas no meu Estado quando Governador – para a reparação das estradas brasileiras de maneira adequada, correta, inteligente e criativa. Num dia só, no País inteiro, as firmas que estavam cadastradas no Ministério dos Transportes receberiam a missão de, num determinado espaço de tempo, tirar o asfalto velho e colocar o asfalto novo. E se a base da estrada não estiver correta, corrigir a base e o asfalto.

São dois milhões de carretas circulando no País, carregando a riqueza brasileira, porque não temos ferrovias nem hidrovias funcionando no transporte de carga. Então, isso demandaria recurso cuja origem vou agora dizer – às vezes o Governo não leva em consideração alguns pontos como os que vou citar. Sabem qual é o prejuízo que o Brasil tem, senhores, e os engenheiros rodoviários que estão me assistindo e os carregadores e transportadores de carga também? Por causa dos buracos, dois milhões de carretas, ao frearem e ao acelerarem, gastam 30% mais do combustível que a Petrobras importa e vende para as bombas e que as bombas vendem para os usuários. Sabem quanto isso significa, senhores? Significa R\$6 bilhões por ano. E sabem quanto custa reparar os 20 mil quilômetros? Custa R\$6 bilhões. Então, num ano, com a economia, poderíamos fazer o projeto completo.

Deixei um projeto dessa natureza nas mãos da Ministra Dilma, dizendo a S. Ex^a que, se fosse adotado esse projeto, S. Ex^a teria o dinheiro. E, para começar, teria de ter o dinheiro. E existe a Cide, que poderia fornecer o dinheiro para fazer a obra como deveria ser feita.

Concluindo, Sr. Presidente, mando daqui os meus parabéns à Ministra Dilma, não pelo projeto que deixei lá, mas pela atitude tomada. De qualquer maneira, a operação tapa-buracos vai impedir que as carretas tenham de frear por causa dos buracos, mas a vida dessas estradas é curta. Quando o buraco aparece na estrada, é porque o asfalto envelheceu, e, assim sendo, você tem de tirar esse asfalto velho e colocar outro.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Alberto Silva, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Com a permissão do Sr. Presidente, com todo prazer.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Se o Flexa Ribeiro teve dez apartes, V. Ex^a, com toda a experiência que tem, poderá ter muito mais. Contudo, só há três Parlamentares aqui: o Sibá, o Motta e eu. Eu gostaria de dizer que o problema são essas obras paliativas. Isso é um problema seriíssimo. Tenha certeza absoluta de que o que V. Ex^a está falando vai acontecer. Isso é questão de pouco tempo. Não há controle do peso das cargas das carretas, e as empresas colocam aquela nata de asfalto por cima, aquele “tapetinho” preto, uma recuperação à meia boca. Não se arruma a base do asfalto, a sua parte podre. Com a trepidação, vai acontecer tudo de novo. São 440 milhões para atender o período eleitoral. O Alckmin e o Serra podem se preparar para licitar no ano que vem, pois um dos dois terá de fazer as obras de reconstrução das estradas do Brasil, porque essas que estão sendo feitas, com certeza, não vão resolver o problema.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Alberto Silva, V. Ex^a sabe da admiração que lhe dedico. Cada vez que V. Ex^a usa a tribuna é, de fato, uma aula para mim.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Eu queria lhe fazer uma pergunta.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Pois não, Senador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Se nos seus cálculos, fez um quadro comparativo da agricultura brasileira e sua capacidade de exportação. Diz-se que a produção do Brasil está beirando 150 milhões de toneladas. Vamos pensar que dobraremos isso num futuro promissor; ou seja, que, nos próximos, digamos, 20 anos, o Brasil produzirá 300 milhões de toneladas. A pergunta que faço é: qual é a capacidade de carga que temos sobre rodas e por que o Brasil não pensa na idéia da ferrovia? Faça essa pergunta imaginando Carajás exportando ferro. Precisa-se de trem para isso,

porque sobre caminhão estaria inviabilizado o processo pelo custo. Quando se fala em ferrovia, no meu entendimento, trata-se de alta capacidade de carga para lugares em que não é viável o transporte sobre água. Como os rios dos centros produtivos de grãos do Brasil não permitem essa modalidade de transporte, deveríamos pensar na ferrovia. Portanto, eu gostaria de ouvir uma palavra de V. Ex^a a respeito da escolha entre rodovia ou ferrovia, pensando numa estratégia para o futuro do Brasil. Qual das matrizes seria a melhor para o nosso desenvolvimento?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Esse tema dá uma hora de discussão. Evidentemente, como o tempo é curto, quero apenas deixá-lo no ar. Antes de responder, Senador Sibá Machado, Senador Pavan e meu querido amigo, Senador João Batista Motta, eu diria o seguinte: em primeiro lugar, deixem-me concluir o que eu estava falando.

Quero dizer à Ministra Dilma: “Ministra Dilma, tudo bem”. Não foi possível fazer aquele projeto, mas já pedi aos meus companheiros engenheiros, construtores de estrada que me dêem um relato sucinto e rápido de quantos quilômetros já foram arrumados, porque, evidentemente, de acordo com isso, haverá uma economia de 30% de combustível. Com o número de quilômetros multiplicados pelos 30%, saberemos quanto ela terá de dinheiro que será economizado pela Petrobras. Aí, vem a segunda etapa, Senador Leonel Pavan, já que haverá arrecadação pela economia – porque em quatro ou cinco meses, se as estradas estiverem sem buracos, arrecada-se o dinheiro.

Digo: “Ministra, fique de olho nessa economia e diga à Petrobras que toda a economia vai para um fundo destinado a, no próximo ano ou Governo, se for do Presidente Lula, fazermos uma recuperação correta, isto é, tirando o asfalto velho, botando asfalto novo e concertando a base”. Assim, o País terá o que precisa.

Rapidamente, meu caro Senador Sibá Machado, para substituir a rodovia por ferrovia, no Brasil, deveria ter ocorrido aqui o mesmo que nos Estados Unidos. A colonização americana foi em cima dos trilhos; a nossa, não.

Na próxima semana, continuaremos a discussão e trarei um resumo do que aprendi, do que sei sobre o assunto.

Atendo, com prazer, o Senador Motta, pedindo ao Presidente que, assim, eu possa concluir.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Alberto Silva, entendo perfeitamente o drama que o Presidente Lula deve ter vivido querendo fazer alguma obra de vulto, sem conseguir. As pessoas inteligentes deste País – como é o caso da Ministra Dilma

–, quando quiseram executar obras, como a construção de hidrelétricas, já que o Brasil precisa tanto de geração de energia, não o conseguiram. O Ministério das Minas e Energia não consegue fazê-lo porque o Ministério do Meio Ambiente não deixa. O Zeca do PT quer construir usinas de álcool, mas não consegue. O pessoal do Norte quer produzir camarão, mas o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama não permitem. Trata-se de um alimento nobre, caro, criado onde há sol, em terras que nada produzem, mas isso, hoje, não é permitido. Imagino eu que o Presidente Lula, no desespero do último ano, falou: “Só tem um jeito de me deixarem trabalhar: vou tapar buracos nas estradas”. Estou fazendo um relatório para a Ministra do Meio Ambiente, mostrando alguns buracos que já têm muitos sapos e já devem ter até peixes, pelo tamanho e pelo tempo que estão abertos. Tenho certeza de que a Ministra vai interferir e proibir a operação tapa-buracos, para não matar alguns sapos que estão pelas estradas brasileiras. Muito obrigado.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, vou encerrar.

Senador Sibá Machado, por favor. Creio que V. Ex^a quer dizer alguma coisa.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Só estou preocupado com essa fala. Eu gostaria de...

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Não, não, não. V. Ex^a já teve a sua chance.

Senador Ney Suassuna, por favor.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – É muito pequeno o meu aparte. Eu quero dizer, nobre Senador Alberto Silva, que realmente me preocupa o fato de que, em um País como o nosso, que tem necessidade de energia, e que, com todas as hidroelétricas que podem ser feitas, como, por exemplo, a do rio Madeira, fiquemos ouvindo uma meia dúzia de pessoas dizendo: “Não; não pode fazer. Não; não vamos dar”. Fiquei mais preocupado ainda por saber que, para a Transamazônica voltar a funcionar, é necessária uma nova licença. Uma estrada que já existia! Tudo demais é veneno. Em entrevista, o Presidente da Eletrobras disse que teremos uma crise energética por causa do “estresse de pirilampo”. Acredito que S. Ex^a tem razão e que devemos ter muito cuidado para não exagerar na dose e não defender excessivamente o meio ambiente, em detrimento do conforto e do desenvolvimento dos brasileiros.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Agradeço a manifestação do nobre Líder Ney Suassuna.

O assunto é importante, a Casa está atenta, os discursos de hoje foram bem claros.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Alberto Silva?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Se o Presidente concordar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Tenho certeza de que o Senador Gilvam, um homem de paz e solidário ao Nordeste, vai permitir este aparte. Senador Alberto Silva, a minha admiração por V. Ex^a não é de hoje,

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Essa sua determinação pela recuperação das estradas brasileiras já vem de algum tempo. Talvez, se o atual Governo o tivesse ouvido desde o primeiro ano, não vivêssemos hoje o constrangimento de ter as estradas brasileiras esburacadas e os jornais repletos de manchetes, colocando em dúvida a maneira como se está tentando suprir essa deficiência. Talvez, se o Governo – sejamos justos, não é só este Governo, mas o anterior também – ouvisse esse seu clamor de recuperação de estradas, criando-se, inclusive, uma câmara de compensação, não estaríamos nessa situação de emergência, com a famigerada operação tapa-buraco, porque ela tapa buraco e enche bolso. Nunca vi operação tão infeliz! Tapa buraco e enche bolso! Não há como fazer medição. V. Ex^a é engenheiro, fez as estradas mais baratas do Brasil, que ninguém conseguiu superar ainda em termos de custo e qualidade. São estradas construídas e que estão a prestar serviços no Estado do Piauí...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Apelo ao nobre Senador Heráclito Fortes para que seja breve em seu aparte, porque já estamos...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Sim. V. Ex^a dispõe de mais um minuto, e o orador também dispõe de mais um minuto para fazer suas conclusões.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Alberto Silva, congratulo-me com V. Ex^a. Tenho uma impressão excelente da Ministra Dilma Rousseff. S. Ex^a é uma executiva... Não são divergências políticas ou partidárias que não me deixam ter isenção para reconhecer isso. Tenho certeza de que a Ministra, ouvindo V. Ex^a e vendo a crise que o País vive neste momento, irá respaldar-se na experiência de um engenheiro estradeiro, de um engenheiro que tem a tradição não apenas na estrada de ferro, mas também na estrada de rodagem, com muitos anos de experiência comprovada. Dessa forma, o caminho mais fácil é exatamente esse. V. Ex^a está de parabéns, assim como o Piauí, porque tem V. Ex^a aqui a representá-lo!

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Sr. Presidente, encerro, prometendo o seguinte: creio que o tema é importante, não só a geração de emprego como essa questão do Ibama, que não deixa construir as hidrelétricas. Tenho algumas idéias, vou montar, e vamos trabalhar na próxima semana, aprovando aquilo...

(Interrupção do som.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço-lhe um minuto, por favor, para que eu possa encerrar.

Vamos aprovar aquilo que chega às nossas mãos em favor do povo brasileiro e trazer nossa experiência com alguma coisa a favor da geração de emprego, uma solução para a questão das hidrelétricas e da geração de energia. Creio que traremos uma contribuição absolutamente concreta e objetiva em favor do povo brasileiro.

Muito obrigado e até a próxima semana.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a encerrar a sessão, quero fazer um pequeno registro.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a dispõe de um minuto.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, É só um minuto mesmo, Sr. Presidente.

O tema chegou a tal ponto que tem tomado a atenção do Brasil inteiro, principalmente desta Casa. Trata-se da questão ambiental. Como não poderei dizer o que estava pensando, porque compreendo que não há mais tempo para o debate, comprometo-me a estar aqui amanhã, se houver sessão, para voltar ao tema que trata das questões ambientais, principalmente do programa de emergência do Governo para as rodovias brasileiras.

Mas, antes, quero agradecer a V. Ex^a pela compreensão, pois deixou a sessão correr livremente dentro do fervor do assunto.

Também quero externar aqui minha admiração pelos funcionários da Casa. Cheguei aqui às 9 horas, e a Casa já estava preparada para o início da sessão, tudo prontinho, e até brinquei com o Sr. Raimundo Carreiro, dizendo que ele madrugou aqui. E pelo jeito vai entrar noite adentro ainda.

Portanto, agradeço a V. Ex^a e aos funcionários da Casa. Acho que foi um dia bastante produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Mesa acolhe as palavras de V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a dispõe de um minuto, para que possamos concluir os trabalhos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero apenas deixar registrado o seguinte: recebi inúmeros e-mails de vários segmentos da sociedade brasileira, em especial de Santa Catarina, cumprimentando o Senado pela votação de ontem, que aprovou a redução do recesso parlamentar e também o término da remuneração das convocações extraordinárias.

O trabalho realizado pelo Presidente Renan Calheiros realmente é digno de elogios, porque conseguimos, até altas horas da noite, fazer com que o Congresso Nacional pudesse recuperar, em parte, a sua imagem no Brasil. Nós, certamente, iremos conquistar ainda mais espaço se continuarmos trabalhando dessa forma, com a presença dos Srs. Senadores, diminuindo alguns dos benefícios que antes eram contestados pela sociedade brasileira.

O que foi aprovado ontem recupera em parte a credibilidade do povo brasileiro no Parlamento.

Estão de parabéns o Senado e todos aqueles que defenderam a redução do recesso parlamentar e o término do pagamento da convocação extraordinária. É também o que defendemos. Agimos de forma certa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Leonel Pavan, agradecemos a V. Ex^a as palavras e ao Senador Heráclito Fortes, que aqui está presente. São os dois Senadores que estão representando a grande maioria do Senado. Estamos aqui desde as 9h15, prestando nossos serviços ao País e a Mesa.

Assim, vou declarar encerrados os trabalhos de hoje, desejando uma boa-noite aos Senadores, a todos os servidores da Casa e ao País.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Os Srs. Senadores Amir Lando, Reginaldo Duarte, José Agripino, Alvaro Dias, João Batista Motta, Juvêncio da Fonseca, Flexa Ribeiro, Teotônio Vilela Filho, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Leonel Pavan e Arthur Virgílio, enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: Há homens que deixam a vida e permanecem na História. São, geralmente, aqueles que não se contentam em pavimentar, somente, a sua própria trajetória, mas se lançam na construção da História de seu país e de seu povo. Por isso, eles não morrem, porque a História tem o dom de imortalizar os seus

construtores. Para esses mesmos homens, a data em que eles nos deixam em matéria, não pode ser lembrada com tristeza, mas com reverência à sua passagem histórica entre nós. Eles permanecem vivos em seus ideais. Eles se mantêm, historicamente.

É assim com o Marechal Rondon. Na História do Brasil, ele levantou paredes e construiu alicerces. É muito difícil utilizar o termo morte, quando se trata de uma figura que se imortalizou, como o Marechal Rondon, mesmo que ele tenha nos deixado há exatos quarenta e oito anos, neste mesmo dia 19 de janeiro. Digamos que ele partiu para desbravar outras dimensões. O Brasil, e a Amazônia em particular, já se lhe tornara pequeno, pouco para o tamanho da sua bravura. Por isso, quando outros páramos forem descobertos, quem sabe não se encontrem outras fronteiras com seu nome, em sinal de reconhecimento por essa mesma bravura que ele demonstrou enquanto esteve, fisicamente, entre nós. Outras histórias, portanto, como a de Rondônia.

O Marechal Rondon não se contentou, somente, em construir a nossa História. Ele redesenhou a nossa geografia. Como um verdadeiro bandeirante, não se embrenhou na mata para buscar ouro ou escravizar índios, mas para unir o País num só sentimento de Nação, de Pátria, de povo. Sua missão de estender linhas telegráficas por terras quase inóspitas carregava como bandeira o amor ao País e à sua gente. Em cada poste, em cada linha estendida, ele plantou a fraternidade onde poderia germinar o fratricídio. É dele a frase "morrer, se preciso for; matar, nunca". Tudo isso seria impossível não fosse a sua visão humanística, no contato com os povos indígenas da fronteira, como os Nhambiquara, os Bororos, os Jarus, os Pacaás Novos, entre tantos outros.

Cândido Mariano da Silva Rondon é mato-grossense da cidade de Mimoso, onde nasceu em 5 de maio de 1865. Ficou órfão aos dois anos, morou com os avós até os sete, quando se mudou para Cuiabá, para a casa de um tio, de quem herdou o seu sobrenome mais conhecido. Ingressou na Escola Militar em 1883, ao completar dezoito anos. Participou da implantação da República, em 1889, ano em que, também, contribuiu na construção de linhas telegráficas no Mato Grosso, onde assumiu a chefia do Distrito Telegráfico. Graduou-se em Matemática e Ciências Físicas e Naturais, em 1890.

A partir da virada do século, integrou diversos trabalhos de implantação de linhas telegráficas, sempre nas regiões da fronteira oeste do País, na divisa com a Bolívia e o Paraguai. Em 1914, pela construção de 372 kms de linhas e implantação de cinco instalações telegráficas no atual Estado de Rondônia, recebeu o

Prêmio Livingstone, dado pela Sociedade de Geografia de Nova Iorque.

Rondon não se continha na construção destas linhas. Por onde ele passava com seu trabalho, todo o conhecimento local era devidamente registrado, com informações cartográficas, de topografia e de recursos naturais, além do estudo de todas as manifestações antropológicas das populações locais. Pelo seu trabalho científico pioneiro, recebeu o reconhecimento de instituições nacionais e do exterior.

No campo militar, foi nomeado Diretor de Engenharia do Exército, em 1919, quando recebeu, também, a patente de General de Brigada. Em 1923, foi promovido a General-de-Divisão. Sete anos depois, pediu passagem para a reserva do Exército. Em 1955, o Congresso Nacional lhe conferiu a patente de Marechal e deu ao então território do Guaporé o nome de Rondônia, também em sua homenagem.

Quem, como eu, tem o orgulho de trilhar os mesmos caminhos abertos pelo Marechal Rondon, sente, ainda hoje, a sua presença viva. Ela se corporifica nos Rondons de agora, essa gente que herdou do Marechal o destemor, e que rasgou a mata, que lançou sementes, que construiu estradas, que uniu povos, e que, igualmente, constrói a nossa História e redesenha a nossa geografia. Rondônia poderia ter, hoje, outros nomes, com tantos prefixos em homenagens a tantas famílias, que vieram de todos os recantos do País, com os mesmos ideais de Rondon.

Os Rondons de hoje são, portanto, todos os rondonienses. São eles que mantêm a saga do desbravador da fronteira. São eles que asseguram a nossa integridade territorial e a nossa soberania sobre uma das mais ricas e cobiçadas regiões brasileiras. Os Rondons de hoje integram o País, com suas linhas de transmissão de progresso e de desenvolvimento.

Não há como se esquecer, portanto, de Rondon, mesmo que, fisicamente, ele já não esteja entre nós. Basta que se conheça a gente de Rondônia. São paranaenses, paulistas, gaúchos, capixabas, nordestinos, mineiros, brasileiros, enfim, que se juntam aos que ali nasceram, conterrâneos de uma mesma língua, mas de tantos sotaques, que fazem de Rondônia uma síntese deste País de contrastes, e que faz de suas diferenças a sua maior riqueza. Rondônia é, hoje, o Brasil, como queria o Marechal Rondon. Nada mais justa, portanto, a homenagem dos brasileiros de Rondônia a esse grande brasileiro que lhes emprestou o nome e que, hoje, deve estar se orgulhando dos rondonienses do Brasil, onde quer que ele esteja, estendendo suas linhas de fraternidade, de cidadania e de soberania.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Tapa-buraco vira palanque de ministros” publicada pelo jornal Folha de S.Paulo, em sua edição de 10 de janeiro de 2006.

A matéria destaca que a operação tapa-buraco está virando palanque de ministros que vão disputar eleições. O Ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, participa em Salvador de ato para acompanhar o começo da operação tapa-buraco nas estradas federais e anunciar o cronograma de realização das obras. Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes,

acompanhou as obras em Goiás juntamente com deputados. Todos estavam em clima de campanha.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tapa-buraco vira palanque de ministros

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Cotado para disputar o governo da Bahia na eleição de outubro, o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, participa hoje em Salvador de ato para acompanhar o começo da operação tapa-buraco nas estradas federais e anunciar o cronograma de realização das obras.

Ao lado de Wagner, estará outro ministro que também deverá ser candidato, Alfredo Nascimento (Transportes), que ontem inaugurou a operação ao vistoriar, ao lado de deputados e em clima de campanha, obras em Goiás. O plano emergencial de recuperação de estradas, lançado pelo governo no último dia útil de dezembro, estava pronto desde outubro, segundo Nascimento (que é do PL do Amazonas). Ele estimou o custo de uma reforma duradoura em R\$ 20 bilhões.

“O plano está pronto desde outubro. Em outubro eu concluí e fui convencer o governo, porque isso tem custos financeiros”, disse. O governo irá gastar aproximadamente R\$ 440 milhões para, em até seis meses, tapar buracos em 26,5 mil quilômetros de rodovias. A durabilidade máxima estimada é de um ano.

Na Bahia, Jaques Wagner irá assinar ordens de serviço para a recuperação de três rodovias federais. O governo tem sido criticado por vincular projetos e anúncios de obras ao cronograma eleitoral.

A Folha tentou, mas não conseguiu ouvir ontem a assessoria de Wagner sobre o motivo da participação do ministro no evento na Bahia, sua base eleitoral.

Sem licitação

Todas as obras do programa emergencial serão feitas sem licitação —serão aditamento de contratos ou contratação sem concorrência.

Alfredo Nascimento vistoriou obras em Goiás, perto de Brasília —rodovias BR-040 (saída para Belo Horizonte-MG) e BR-060 (saída para Goiânia-GO).

Os deputados federais Sandro Mabel (PL-GO) e Rubens Otoni (PT-GO), que têm base eleitoral em Goiás acompanharam o ministro. Mabel foi acusado de envolvimento no escândalo do “mensalão”, mas foi absolvido no Conselho de Ética da Câmara.

Logo na primeira parada, na BR-040, em Jardim Ingá, no município da Valparaíso (GO), periferia de Brasília, a vistoria adquiriu clima de campanha. O diretório do PT de Cidade Ocidental estendeu uma faixa agradecendo ao governo pelas obras.

“Em ano eleitoral não se pode parar as obras. As pessoas sempre irão reclamar. Reclamam quando não se faz a obra, e quando faz a obra diz que o momento é impróprio”, afirmou Nascimento. “O período é de chuvas mas nada impede que, entre uma chuva e outra, as obras sejam feitas. Os buracos irão aparecer de novo e nós faremos manutenção.”

Questionado se não haveria muita festa para uma obra paliativa, o ministro respondeu: “Não estou fazendo festa, estou fazendo uma coisa diferente. Essa é a maior operação de prevenção que se faz na história do ministério”.

O Ministério dos Transportes ainda não divulgou a lista completa, prometida pelo ministro, com o nome de todas as empreiteiras que estão fazendo as obras sem licitação em cada trecho do programa. De acordo com Nascimento, neste ano deverão ser investidos cerca de R\$ 10 bilhões em obras rodoviárias.

Em todo o país, começariam ontem obras emergenciais em cerca de 120 frentes. Em São Paulo, seriam em cinco pontos: BR-101 entre Ubatuba e divisa com Rio de Janeiro; na Régis Bittencourt no trecho entre Taboão da Serra e a divisa com o Paraná; na BR-153, de Lins até a divisa com o Paraná; na Fernão Dias, da divisa com Minas Gerais até o entroncamento com a via Dutra, e na BR-159, de Lorena até o entroncamento com a Dutra. (HUMBERTO MEDINA E PEDRO DIAS LEITE)

DE CIDADE OCIDENTAL,
Agradece AO GOVERNO LULA,
PELAS OBRAS REALIZADAS NA
BR 040 E NO MUNICÍPIO.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para registrar a entrevista que o presidente nacional do PFL, Senador Jorge Bornhausen, concedeu à revista *Veja* em sua edição de 11 de janeiro do corrente.

Na entrevista, o Senador destaca a decisão do PFL de adotar uma oposição responsável e fiscalizadora ao governo petista e a sorte que o país teve de “ter um presidente incompetente com o mundo crescendo”. Para o presidente do PFL, “se o cenário fosse de recessão, estaríamos em convulsão social”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a entrevista acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOSÉ AGRIPINO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“Lula não se elege”

O presidente do PFL diz que a temporada longe do poder fez bem ao seu partido e comenta o cenário eleitoral de 2006

Felipe Patury e Marcelo Carneiro

Em quarenta anos de vida pública, o senador Jorge Bornhausen quase nunca esteve na oposição. Mas não deixou de tomar decisões que levaram a grandes reviravoltas. Há 21 anos, rompeu com o governo militar para fundar o PFL. Em 1992, tornou-se ministro para tentar salvar o combatido governo Collor. No ano seguinte, dissolveu o PFL paulista, que era usado como legenda de aluguel no principal estado do país. Quando Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao Planalto, Bornhausen levou o partido para a oposição e ameaçou com expulsão aqueles que queriam aderir ao governo. A fase mais fulgurante de sua carreira começou em 2005, quando se descobriu a bandalha petista do mensalão. O escândalo amplificou o peso de Bornhausen dentro e fora de seu partido. Ainda assim, o “Alemão”, apelido que ganhou por causa da ascendência germânica e do comportamento draconiano, não quer mais disputar eleições. Aos 68 anos, diz que só volta atrás se for para disputar a sucessão de Lula. Bornhausen recebeu *VEJA* para um almoço em seu apartamento em Florianópolis. Na entrada, serviu seu prato predileto: espetada de Lula. O molusco, bem entendido.

Veja — *O PT passou oito anos infernizando o governo tucano-petelista. Desde 2003, o PFL tem atazanado a vida do PT. O PFL é o PT do PT?*

Bornhausen — O PFL fundou a oposição ao Lula. O povo escolheu um presi-

“A sorte foi ter um presidente incompetente com o mundo crescendo. Se o cenário fosse de recessão, estaríamos em convulsão social”

dente da República do PT, um partido que é o oposto ideológico e programático do PFL. Dessa forma, também escolheu o caminho da oposição para nossa legenda. Isso ficou claro para nós na eleição de Lula. Por isso, a executiva do PFL decidiu quatro dias depois do segundo turno adotar uma oposição responsável e fiscalizadora ao governo petista. Nessa época, as pesquisas de opinião indicavam que 84% da população tinha a expectativa de que o governo daria certo, contra apenas 2% que não acreditavam nele. Eu fiquei entre os 2%.

Veja — *Por que tanta certeza?*

Bornhausen — Eu achava que faltava ao candidato vencedor experiência ad-

ministrativa e preocupação em ter conhecimentos mais amplos. Não estou falando de diploma, mas de estudo, de estar inteirado de soluções adotadas por outros países. Eu não acreditava que pudesse dar certo um presidente da República, eleito com essa esperança toda, sem experiência administrativa nem conhecimento para enfrentar o triângulo do atraso que existe no Brasil — a injustiça social, o Estado máximo e o cidadão mínimo. Nossa sorte foi ter um presidente incompetente com o mundo crescendo. Se o cenário fosse de recessão, estaríamos em convulsão social.

Veja — *O PFL sempre teve fama de adesista e fisiológico. No governo Lu-*

la, pela primeira vez, foi empurrado para longe do poder. A oposição fez bem ao partido?

Bornhausen — O PFL só foi governo quando ganhou eleições. Nunca fomos governo de carona, como adesistas. Essa história de fisiológico e ser governista desde Pedro Álvares Cabral é preconceito.

Veja — Mas não é desprovida de fundamento.

Bornhausen — Reconheço que tem pitadas verdadeiras no caso do fisiologismo. Muita gente entrou no partido quando fazíamos parte do governo, na tentativa de ocupar espaços. Na oposição, o partido tornou-se respeitado pela sociedade. Esse estágio mudou nossa imagem.

Veja — Há um ano, a direção do PFL chegou a pensar em mudar o nome do partido para se livrar do que o senhor classifica como preconceito. A imagem estava tão desgastada assim?

Bornhausen — Tivemos essa discussão duas vezes, mas o assunto está liquidado. A primeira foi em 1993. Havia um sentimento de que o partido caminhava para a dissolução, apesar de ter governadores importantes. Eu fui contra, porque é a atuação de seus líderes — e não a lenda — que leva o partido a ficar fora de sintonia com a sociedade. Tínhamos de ver onde estavam nossos erros, fazer um mea-culpa e corrigi-los. Chegamos a atos extremos. Concluímos que, em São Paulo, o PFL era um câncer político. Estava desmoralizado porque só funcionava para vender espaço de rádio e televisão. A única saída foi dissolver o diretório estadual e todos os que estavam estabelecidos nos municípios. A idéia de mudar o nome voltou recentemente, quando começamos a nos afirmar como um partido liberal-social. Mas o comportamento do PFL como oposição melhorou nossa imagem e apagou completamente essa idéia.

Veja — Todos os partidos deveriam passar uma temporada na oposição?

Bornhausen — Creio que sim. Para o PFL, fez muito bem. Admito que, no início, foi difícil. O governo Lula partiu para a cooptação e perdemos cerca de 25 deputados para partidos da base aliada do governo. Em boa parte dos casos, foi por efeito da lipoaspiração

do mensalão. Só dois deputados deixaram o PFL para entrar no PSDB, que também está na oposição. No fim, ganhámos em qualidade.

Veja — Por que os tucanos fazem uma oposição mais tímida que o PFL?

“O início na oposição foi difícil. O governo partiu para a cooptação e perdemos 25 deputados para partidos da base aliada. Foi a lipoaspiração do mensalão. No final, ganhamos em qualidade”

Bornhausen — O PSDB é um partido social-democrata. O PT se diz um partido socialista, em transição para a social-democracia. Há algumas semelhanças programáticas entre eles. Esse não é o caso do PFL. Além disso, o PSDB, por ter sido governo, sabe que as metralhadoras também se voltam para trás.

Veja — O senhor acredita que o PSDB temia que o PT fizesse uma devassa nos oito anos de administração Fernando Henrique Cardoso?

Bornhausen — Não estou dizendo que foi por medo, mas por cautela, a fim de não aticar a tendência natural de quem assume fazer uma devassa no governo anterior. Não creio que se encontrasse nada de mais grave, mas devassas incomodam.

Veja — O PFL é o partido da direita brasileira?

Bornhausen — O PFL é um partido de centro. Por opção, pertencemos à Internacional Democrata de Centro, que defende um liberalismo social. Não pertencemos à Internacional Liberal, que é puramente liberal. Somos de centro porque, de um lado, estamos distantes do

imobilismo conservador. E, do outro, longe do populismo demagógico.

Veja — Por que ninguém assume ser de direita no Brasil?

Bornhausen — A direita não cabe dentro do figurino brasileiro. Temos de considerar nossas condições sociais. Não podemos querer uma economia de mercado pura, sem um Estado regulador. Temos de fazer com que o Estado seja um instrumento a serviço do cidadão, especialmente o menos favorecido. Sem isso, os pobres não terão oportunidades justas nem seus direitos básicos preservados. Não é a questão de Estado máximo e Estado mínimo, mas do Estado necessário.

Veja — O senhor tem medo de ser classificado como de direita?

Bornhausen — Não se trata de medo, é que não há como existir direita em um país que não é desenvolvido.

Veja — Reformulando: o PFL é o partido mais à direita no espectro político brasileiro?

Bornhausen — Não. Há partidos que se colocam muito mais à direita, como o PP e o PTB. Ambos com intensa convivência com Lula e seu governo. Não somos de direita, mas direitos.

Veja — O que o senhor quis dizer quando se declarou “encantado” com a possibilidade de tornar-se “livre dessa raça pelos próximos trinta anos”, ao referir-se aos petistas?

Bornhausen — O termo “raça” não teve nenhuma relação com etnia. Eu me referia aos corruptos ou corruptores que estavam no governo. Mas intelectuais e sindicalistas ideologicamente empedernidos quiseram transformar isso em um ato de racismo e estenderam seu significado como se fosse uma palavra contra a esquerda. O PDT e o PPS são de esquerda e de oposição. Os criadores do P-SOL foram expulsos do PT. Nada têm a ver com os corruptos. Para tentar me desmoralizar, houve quem produzisse cartazes em que eu aparecia como Hitler. Aquilo, sim, foi um ato de racismo nazi-fascista. A polícia de Brasília identificou os autores dos cartazes. Um líder sindical, Avel de Alencar, e seu irmão, Alvimar, encomendaram esses cartazes ao senhor Marcos Wilson, que era assessor da liderança do PT na Câmara em Brasília.

Veja — *O senhor memorizou os nomes e o cargo de cada um dos envolvidos?*

Bornhausen — Tenho quarenta anos de vida pública. Respondo e aciono judicialmente todos que me acusam. Vou processá-los por calúnia, injúria e difamação assim que a polícia terminar o inquérito. Eles certamente também serão enquadrados no crime de racismo. Esse Avel, aliás, não é um João-Ninguém. Era freguês de audiências do ministro do Trabalho. Luiz Marinho.

Veja — *O PFL se coligará com o PSDB na eleição presidencial?*

Bornhausen — Há um ano, optamos pela candidatura própria. Na ocasião, verificamos que havia uma possibilidade de a candidatura Lula, mesmo com um governo medíocre, ser vitoriosa no primeiro turno em razão da inércia da oposição. Procuramos, então, o prefeito do Rio, Cesar Maia, que havia vencido a eleição municipal, e o convidamos para ser pré-candidato. Ele aceitou, com a condição de poder dar uma posição definitiva até março deste ano. Aceitamos a condição.

Veja — *Mas o prefeito Cesar Maia já declarou apoio à candidatura do prefeito de São Paulo, José Serra.*

Bornhausen — O que Cesar disse foi que Serra e ele têm as mesmas características administrativas. Por isso, se Serra for candidato, ele não será. Essa declaração foi interpretada como apoio e desistência, mas não era isso. Até porque ninguém sabe se Serra será o candidato do PSDB.

Veja — *A disputa pela candidatura no PSDB está polarizada entre Serra e o governador paulista, Geraldo Alckmin. Qual deles tem mais chance na disputa contra Lula?*

Bornhausen — Sou do PFL. Deixo os problemas dos tucanos para eles resolverem. A dificuldade que eles têm não é por falta de qualidade de candidatos. Isso é uma grande vantagem.

Veja — *Em 2002, o senhor atribuiu ao então candidato Serra a responsabilidade pelas denúncias que destruíram a candidatura de Roseana Sarney à Presidência. O senhor ainda acha que ele foi responsável pelo episódio?*

Bornhausen — Um dia, o Serra pediu para me visitar no Senado. A conversa

começou justamente por aí. Ele disse que queria esclarecer sua posição. Respondi que não era preciso, porque não se faz política olhando para o retrovisor. Disse-lhe também que precisávamos fazer política de maneira conjunta, entre dois partidos que são oposição. Daí pa-

“Lula adotou a política do ‘eu não sabia’. Fui o equivalente ao ministro da Casa Civil. Sei que o presidente é sempre um homem bem informado. Essa esperteza não vai levar Lula a lugar nenhum”

ra a frente, estabelecemos um nível de entendimento cordial, amigo. Serra compreendeu o papel do PFL e a necessidade de estabelecermos essa parceria. Não tenho divergências com ele.

Veja — *Até agora, a senadora Roseana tem apoiado o governo Lula. Há risco de ela vir a apoiar também o candidato do PT na eleição?*

Bornhausen — Não. Eu tenho certeza absoluta de que ela vai acompanhar a decisão do nosso partido.

Veja — *Mesmo que o PFL se coligue com o PSDB, e que o candidato seja o prefeito José Serra?*

Bornhausen — Eu acho que sim, mas vamos conferir.

Veja — *Por que a oposição evita investigar o presidente Lula e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci?*

Bornhausen — Não sou daqueles que acham que Palocci deva ser poupado e não estou falando dos episódios que ocorreram quando ele foi prefeito de Ribeirão Preto. Esses já estão sendo investigados pelos promotores paulistas. O problema é que algumas das principais denúncias de corrupção deste governo

atingem órgãos subordinados a ele, como o IRB, a Casa da Moeda, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil. Além disso, ele fez um gerenciamento medíocre da economia brasileira. Não o defendo nem como gerente da economia nem no que diz respeito à questão ética. No PSDB, há uma visão diferente. Achem que é melhor com Palocci do que com outro. Não penso assim. A política econômica do governo não mudará se o ministro da Fazenda for outro, porque ela é comandada pelo Banco Central.

Veja — *E quanto ao presidente?*

Bornhausen — Lula adotou a política do “eu não sabia”, na qual ninguém acredita. Participei de muitos governos. No governo Collor, fui o equivalente ao ministro da Casa Civil. Sei que o presidente da República é sempre um homem bem informado. Essa esperteza não levará Lula a lugar nenhum, a não ser à reprovação popular.

Veja — *Quais serão as principais tarefas do próximo presidente?*

Bornhausen — Haverá uma grande mudança na política a partir de 2007. Apenas seis ou sete legendas sobreviverão depois que for aplicada a cláusula de desempenho eleitoral, que exige que os partidos tenham, pelo menos, 5% das cadeiras na Câmara Federal e no mínimo 2% em nove estados. É uma mudança grande o suficiente para permitir que façamos a reforma política nos primeiros seis meses de governo do próximo presidente. E só posso dizer uma coisa: esse presidente não será o Lula, porque ele não ganhará a eleição.

Veja — *O senhor acha que tem condições de garantir isso?*

Bornhausen — Pode escrever.

Veja — *O senhor está considerando a hipótese de Lula não concorrer à reeleição?*

Bornhausen — Digamos que esse cenário só tem 20% de chance de se realizar. Mas, se Lula não concorrer, teremos uma reprise da eleição de 1989, quando todos os partidos lançaram candidatura própria. Nesse caso, o PSDB deverá estar no segundo turno de qualquer forma. Todos os outros disputarão a segunda vaga. É um quadro preocupante porque abre espaço para um aventureiro. ■

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Ministério da Justiça pedirá bloqueio da 2ª conta de Duda”, publicada no jornal Folha de S. Paulo em sua edição de 10 de janeiro do corrente.

A matéria destaca que o Ministério da Justiça deverá pedir ainda nesta semana às autoridades americanas o bloqueio judicial de uma segunda conta bancária em Miami atribuída ao publicitário Duda Mendonça, marqueteiro da campanha de eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Segundo o texto, a CPMI dos Correios vai solicitar ao ministério o compar-

tilhamento das informações a respeito da nova conta do publicitário, além de se certificar se a conta foi realmente bloqueada.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CPI dos Correios pedirá acesso a informações e deve chamar publicitário para depor

Ministério da Justiça pedirá bloqueio da 2ª conta de Duda

RUBENS VALENTE
FERNANDA KRAKOVICS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Ministério da Justiça deverá pedir ainda nesta semana às autoridades americanas o bloqueio judicial de uma segunda conta bancária em Miami (EUA) atribuída ao publicitário Duda Mendonça, marqueteiro da campanha de eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002.

No Congresso, a CPI dos Correios informou que vai solicitar ao ministério o compartilhamento das informações a respeito da nova conta, além de se certificar de que o dinheiro foi bloqueado.

O ministério aguarda “informações complementares” do procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, para requisitar ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos o bloqueio do dinheiro — o saldo da conta não foi revelado.

Ontem o procurador-geral reuniu-se com delegados da Polícia Federal de Brasília para discutir, além da nova conta, estratégias das diligências que estão sendo concluídas.

Desde agosto, quando Duda prestou depoimento à CPI dos Correios, a comissão tenta, sem sucesso, ter acesso à movimentação financeira da offshore (empresa cujos sócios não são identificados) Dusseldorf, do publicitário, nas Bahamas, que teria movimentado pelo menos R\$ 10,5 milhões. A CPI não descarta convocar Duda para depor novamente, segundo o relator Osmar Serraglio (PMDB-PR).

Em depoimento à comissão em agosto, Duda não fez menção à outra suposta conta. “Ele só não cometeu falso testemunho porque não assinou o termo [de compromisso de falar a verdade], mas perdeu credibilidade”, afirmou Serraglio.

A revista “Veja” desta semana divulgou a existência da nova conta. Segundo a revista, as autoridades americanas comunicaram ao Brasil a sua existência após a filha de Duda, a também publicitária Eduarda, ter tentado fazer um saque no ano passado.

A conta está bloqueada administrativamente e temporariamente. O pedido de congelamento judicial será formalizado pelo DRCI (Departamento de recuperação de ativos do Ministério da Justiça).

O advogado de Duda, Tales

O DINHEIRO DE DUDA NO EXTERIOR

Conta clandestina do publicitário Duda Mendonça em Miami foi descoberta por autoridades americanas e informada à Procuradoria Geral da República, segundo informou o Ministério da Justiça

A CONTA DE MIAMI

A conta, registrada em nome de uma empresa de fachada, foi descoberta devido a uma tentativa de saque em 17 de novembro. A filha do publicitário, **Eduarda Mendonça, tentou sacar todo o dinheiro e encerrar a conta. Não foi informado quanto dinheiro havia lá.**

■ Ela não conseguiu fazer o saque porque o nome de seu pai encontra-se em lista americana de suspeitos de lavagem de dinheiro

OS CRIMES

Sem o registro do dinheiro na Receita, Duda pode ser indiciado por sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. Se condenado em um possível processo, as penas para os crimes são, respectivamente, de 6 meses a 2 anos de prisão e multa, e de 3 a 10 anos de prisão e multa

■ Em agosto passado, após ter admitido que recebeu R\$ 10,5 milhões de Marcos Valério no exterior, Duda pagou R\$ 4,3 milhões à Receita e retificou a declaração do IR de 2003

OUTRAS CONTAS

DUSSELDORF

Em agosto, Duda afirmou ter criado a offshore Dusseldorf em 2003 para receber dinheiro que o PT lhe devia por campanhas. Disse que criou o esquema nas Bahamas a pedido de Valério, que depositou na conta R\$ 10,5 milhões

■ Offshore é uma empresa que tem sede em paraíso fiscal, cujo sigilo da identidade dos sócios é garantido. A Dusseldorf, com sede nas Bahamas, tem conta em Nova York

ELEVEN

A Folha revelou no dia 16 de agosto que Duda recebia, em 1998, na conta Eleven, no Citibank de Nova York, parte do dinheiro desviado no caixa dois de obras da Prefeitura de São Paulo quando Paulo Maluf era prefeito. Duda foi o publicitário da campanha de Maluf em 1996

■ Outro lado: Valério disse à PF em setembro que não fez qualquer pagamento a Duda no exterior nem pediu que ele criasse a offshore

Castelo Branco, negou ontem a existência da conta e reclamou do vazamento da informação à imprensa. “Trata-se de uma especulação infundada, sem a apresentação de dados concretos”, disse Castelo Branco.

“A divulgação nos surpreende e nos deixa até estarrecidos porque são informações que estão sendo divulgadas sem o conhecimento do STF [Supremo Tribunal Federal]”, afirmou o advogado

O DRCI, a Polícia Federal e o Ministério Público já possuem dados da movimentação financeira de Duda no exterior, mas a Promotoria Distrital de Nova York não liberou o acesso à CPI.

Fruet

A CPI vai formalizar hoje ao Ministério da Justiça e à Procuradoria-Geral da República pedido de informações sobre a segunda conta bancária de Duda

FRASES!

Ele só não cometeu falso testemunho porque não assinou o termo [de compromisso], mas perdeu credibilidade

OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR)
Relator da CPI dos Correios

Trata-se de uma especulação infundada, sem a apresentação de dados concretos

TALES CASTELO BRANCO
Advogado de Duda Mendonça

“Essa história é relevante e a CPI não sabia de nada”, disse o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ontem em Curitiba. Como sub-relator de movimentação financeira, Fruet vem tentando acesso ao sigilo bancário do publicitário. “Uma das restrições alegadas para não liberar os documentos da conta Dusseldorf à CPI foi o risco de vazamento de dados. A ironia é ler o assunto [na imprensa] sem que a CPI tivesse informação sobre ele”, afirmou Fruet.

“Essa conta pode ser mais um problema [fiscal] para Duda, mas pode fornecer novas pistas da origem do ‘valerioduto’. Precisamos ver se a origem do dinheiro é a mesma e se foram os mesmos doleiros e operadores da conta Dusseldorf, ou se é dinheiro de outra campanha”, disse Fruet.

Apesar de poder funcionar até abril, a intenção da CPI é apresentar o relatório no início de março, excluindo a sub-relatoria de fundos de pensão, que prosseguiria. O PFL, no entanto, é contra.

“Não há como apartar uma coisa da outra, o relatório é um só. E não tem sentido apresentar um relatório, antes de esgotar o prazo, sem explicar a movimentação financeira do Duda Mendonça no exterior e sem a origem do dinheiro do ‘valerioduto’”, afirmou o deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), que é sub-relator de fundos de pensão.

Reportagem de MAR TORRATO

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Sem terra, mas com anúncio”, publicada na revista Veja em sua edição de 18 de janeiro do corrente.

A matéria trata dos gastos da Petrobras com anúncios publicitários na revista Sem Terra, do MST, e afirma que esses gastos “são apenas mais um mimo oficial que o petismo deu ao MST à custa do dinheiro público”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste

pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal, permitindo ao pesquisador do futuro avaliar o que foi a gestão petista no Governo Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SEM TERRA, MAS COM ANÚNCIO

A Petrobras gasta dinheiro público e de acionistas em revista do MST

A estatal Petrobras usa dinheiro dos contribuintes e de seus 160 000 acionistas para financiar a queda do estado de direito e a violação da propriedade privada. A empresa publicou quatro anúncios publicitários na revista *Sem Terra*, do MST, grupo que abomina a livre-iniciativa e acha que os direitos dos brasileiros não passam de caprichos burgueses. Os anúncios custaram 45 500 reais e foram publicados em quatro edições da revista ao longo de 2005. Maior empresa brasileira, a Petrobras informou, em nota, que os anúncios tiveram como objetivo “alcançar um público formador de opinião como professores, profissionais liberais, sindicatos urbanos, partidos políticos e apoiadores interna-

cionais, além do público-alvo — camponeses, agricultores e sem-terra”. A estratégia de comunicação da Petrobras é uma afronta a seus acionistas, que, ao comprar ações em bolsa de valores, tiraram proveito das mesmas virtudes de um mercado que os sem-terra lutam para destruir. Na última edição da revista de 10 000 exemplares, o anúncio da Petrobras, que louva as qualidades da estatal como patrocinadora de cultura, convive com páginas que emanam ódio a qualquer tipo de atividade lucrativa. Responsável por 37% dos 118,3 bilhões de dólares exportados pelo Brasil no ano passado, o agronegócio, por exemplo, é definido como uma espécie de cancro, uma vez que prioriza o envio de “grãos para os países ricos,

**Nas tetas do Estado:
com anúncio oficial
(à dir.), fica mais
fácil invadir**

enquanto o povo não tem acesso fácil aos produtos da cesta básica”. A revista também não poupa críticas ao governo Lula, acusado de “desorganizar o pólo contrário ao neoliberalismo”.

Os anúncios da Petrobras, criticados em artigos do professor Denis Lerrer Rosenfield, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), são apenas mais um mimo oficial que o petismo deu ao MST à custa do dinheiro público. Um relatório da CPI da Terra, concluída em novembro do ano passado, aponta indícios de irregularidades em repasses públicos da ordem de 15 milhões de reais entre 2003 e 2004, principalmente dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Educação e da Saúde, para cooperativas de assessoria técnica e educacional ligadas ao MST. Alguém duvida que esse dinheiro tenha sido usado para finan-

ies? ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, de 10 de janeiro de 2006, intitulada “União aluga prédio para Fome Zero pelo dobro do valor”.

A matéria destaca que o Ministério do Desenvolvimento Social está inflacionando o mercado de aluguéis do Distrito Federal. O prédio que vai abrigar o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e o almoxarifado do ministério (responsável pelo programa Fome Zero) está alugado desde outubro do ano passado pelo valor de R\$124.157,15 mensais, sendo que a avaliação feita pela Caixa Econômica Federal estimou em R\$59,8 mil o valor máximo que deveria ser pago pelo aluguel do

imóvel. Além do alto valor pago pelo aluguel, o prédio que está sendo pago desde outubro só começou a ser ocupado no final de dezembro.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

União aluga prédio para Fome Zero pelo dobro do valor

Imóvel vale R\$ 59 mil por mês; governo paga R\$ 124 mil

Lisandra Paraguassú
BRASÍLIA

O Ministério do Desenvolvimento Social está inflacionando o mercado de aluguéis do Distrito Federal. Desde outubro, o ministério paga R\$124.157,15 mensais por um edifício de 2.597 metros próximo à Esplanada dos Ministérios. Avaliação feita pela Caixa Econômica Federal e revelada pela Rede Globo estimou em R\$ 59,8 mil o valor máximo do aluguel que deveria ser pago pelo imóvel. O ministério vai pagar o equivalente a R\$ 47 por metro quadrado, embora pelo cálculo da Caixa o valor ideal fosse de R\$ 20.

O prédio vai abrigar o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e o almoxarifado do ministério, responsável pelo programa Fome Zero. O edifício pertence a uma empresa do Distrito Federal, a Irmãos Sarkis, e foi erguido há cerca de um ano. Tem três andares e garagem, agora reformada para ser receber o arquivo do FNAS e o almoxarifado do ministério.

O valor do aluguel se baseia em um laudo de uma construtora contratada pelos donos do edifício, a Constol Engenharia, que avaliou o aluguel em R\$ 124,3 mil. Outra avaliação foi feita pela Câmara de Valores Imobiliários do Distrito Federal, que estimou em R\$ 121.871 o valor máximo do aluguel. Apesar de considerar o bom acabamento e a boa localização do imóvel, a Caixa ofereceu um valor próximo ao do aluguel pago por outros órgãos federais e pelo governo do Distrito Federal. No processo feito pelo ministério para o aluguel o laudo da Caixa

O contrato é de 30 meses, num total de R\$ 3,7 milhões, e prevê reajustes anuais.

“É um escândalo. A diferença chega a R\$ 70 mil por mês (do que a Caixa avaliou). Daria para sustentar 1.500 famílias com o Bolsa Família em um ano”, disse o senador Demóstenes Torres (PFL-GO). O senador pediu que a Procuradoria-Geral da República investigue o caso. O Tribunal de Contas da União, depois de apuração prévia, decidiu abrir investigação.

O subsecretário de Planejamento, Ricardo Collar, diz que o ministério está pagando o valor de mercado e o laudo da Caixa era falho. “A Caixa não considerou aspectos importantes, como a localização do imóvel, o fato de ser a primeira locação, a

instalação da rede lógica (para computadores) e a segurança.”

O imóvel foi alugado a partir de outubro, mas só no fim de dezembro começou a ser ocupa-

do. Ontem, havia atividade intensa, com caminhões carregados de caixas chegando e dezenas de funcionários colocando processos em prateleiras. ●

Programa original foi esvaziado

— Anunciado, já na campanha presidencial, como a menina-dos-olhos do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, o programa Fome Zero chegou com toda força, em janeiro de 2003. “Minha missão estará cumprida”, prometia Lula. “se conseguir fazer as famílias brasileiras se alimentarem três vezes ao dia”. Elogiada na Europa, nos EUA e em toda a América Latina, a iniciativa fez de Lula a grande estrela dos países pobres na política mundial.

Das promessas à vida real, no entanto, a história foi outra. As idéias não saíram do papel, cadastros de beneficiários demoravam meses para ser feitos, a coordenação era um desastre. Inexperiente, o ministro da Segurança Alimentar, José Graziano, acabou substituído e seu ministério, extinto. Lula criou outro mais amplo, o do Desenvolvimento Social, que deu a Patrus Ananias, e embutiu o Fome Zero num programa maior, o Bolsa Família. Copiado de governos anteriores, este será um dos carros-chefes de Lula em 2006: com mais de R\$ 9 bilhões investidos no ano, do dinheiro a 8,6 milhões de famílias. Na prática, do Fome Zero só ficou o nome. ●

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “O pacote que é uma vergonha”, publicada na revista Veja em sua edição de 11 de janeiro do corrente.

A matéria reproduz editorial do jornal O Estado de S. Paulo: “O presidente Lula acaba de lançar o mais descarado pacote eleitoral da história brasileira, o de orçamento mais caro e o mais ostensivamente improvisado”. Ainda segundo a matéria, “o governo gastará cerca de 30 bilhões de reais para tentar remediar o estrago causado pelo descalabro administrativo dos últimos três anos”.

Como segundo assunto, gostaria de destacar matéria publicada no O Jornal, de Maceió, edição do dia 03 do corrente mês, intitulada “Esqueçam o Dirceu. Feliz 2006”, de minha autoria.

O artigo, Sr. Presidente, cujo teor solicito seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que conste dos Anais da Casa, faz um balanço das não realizações do governo Lula em 2005, contrariando todas as suas previsões

em relação à cotação do dólar, que fechou o ano em R\$2,32, e não em R\$2,95 previsto; o PIB cresceu menos de 2,5%, deixando para trás a estimativa de crescimento em 3,5%; e os juros fixados a elevados 18%, contra os 16% esperados. Aliás, até o PT, em sua primeira reunião pós-Delúbio, condenou a política econômica do governo. O artigo, Sr. Presidente, reporta-se, também, à entrevista dada à imprensa pelo ex-Ministro e ex-Deputado Federal José Dirceu, que fez duras críticas ao governo que ajudou a eleger e foi o seu principal auxiliar.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado!

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O PACOTE QUE É UMA VERGONHA

Trinta bilhões de reais serão gastos em obras inúteis ou improvisadas, para tentar salvar Lula do vexame nas próximas eleições

Otávio Cabral

Ano eleitoral é ano de pacote de obras e período de abrir as burras de dinheiro público. Todo governante que quer se reeleger segue essa cartilha. Mas Lula mais uma vez surpreende negativamente. Como resume um editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*: “O presidente Lula acaba de lançar o mais descarado pacote eleitoral da história brasileira, o de orçamento mais caro e o mais ostensivamente improvisado”. O governo gastará cerca de 30 bilhões de reais para tentar remediar o estrago causado pelo descalabro administrativo dos últimos três anos. O dinheiro será empregado em obras de grande visibilidade, co-

mo hidrelétricas e ferrovias, e numa megaloperação tapa-buracos nas rodovias federais. Para não falar, é claro, dos tais programas sociais que consistem em colocar dinheiro nas mãos dos pobres. Ainda que com objetivos eleitorais, as obras seriam uma boa iniciativa, caso resultassem em benefícios concretos e duradouros para o país. Não é disso que se trata. A farrá-bilionária só servirá mesmo para maquiar os aspectos mais feios da falta de infra-estrutura brasileira. O mais curioso é que Lula finge não ser candidato. Na semana passada, na entrevista ao *Estado*, da Rede Globo, disse que ainda não decidiu se vai disputar a reeleição em outubro. A decisão, contudo, está mais do que sacramentada. Lula já começou a escolher a equipe de campanha, organiza a agenda de acordo com o calendário das eleições e prepara uma estratégia para tentar convencer os cidadãos de que sua administração conseguiu conciliar a estabilidade econômica com progresso, o que justificaria um segundo mandato — é aí que entram os 30 bilhões de reais. A verdade é que não resta alternativa ao presidente a não ser concorrer. As últimas simulações feitas pelos institutos de pesquisa mostram que, se as eleições fossem hoje, Lula seria derrotado — e dificilmente o quadro mudará até outubro. Se desistisse da disputa, no entanto, o presidente estaria soterrando sua carreira política e deixando em agonia o próprio PT — uma saída por demais humi-

lhante e que poderia ser interpretada como confissão de culpa. E lá vamos nós gastar dinheiro. Quer dizer, lá vai Lula gastar o nosso dinheiro. O destino dos recursos do pacote está sendo definido diretamente pelo presidente da República. Tudo a toque de caixa, bem no estilo petista de administrar. Na véspera do Natal, por exemplo, Lula convocou o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para uma reunião no Planaltó. Determinou a que providenciasse um plano emergencial de recuperação das rodovias. Apenas três dias depois, o ministro retornou ao gabinete do presidente com a proposta de investir 440 milhões de reais para tapar buracos em 26.000 quilômetros de rodovias. O presidente deu sua chancela, mas o próprio ministro dos Transportes, em um lapso de sinceridade, admitiu que os remendos têm um prazo de validade curto, não devendo ultrapassar o fim do ano. O engenheiro Ivan Whately, coordenador da divisão de transportes do Instituto de Engenharia de São Paulo, explica que as estradas brasileiras estão tão envelhecidas que a sua base precisa ser recuperada. “É preciso refazer a drenagem, recuperar os pisos inferiores, para só então recolocar o asfalto”, afirma Whately. Ou seja, sem isso, os 440 milhões de reais vão literalmente para o buraco. Os especialistas afirmam que um trabalho sério de recuperação das estradas consumiria 1 bilhão de reais e levaria sete anos.



Na semana passada, dando prosseguimento à formatação do pacote eleitoral, Lula reuniu ministros para anunciar um conjunto de obras de infra-estrutura que deveriam sair do papel neste ano. São seis hidrelétricas e duas ferrovias. O anúncio, de novo, foi precipitado no caso das hidrelétricas. Como não convidaram o Ministério do Meio Ambiente para a reunião, ninguém lembrou que, para iniciar a construção de uma hidrelétrica, o governo precisa de licença ambiental. Das seis obras anunciadas, apenas três estão em condições de realmente ser começadas, já que uma, no Paraná, está embargada exatamente por problemas ambientais e duas, em Rondônia, dificilmente terão o processo de licenciamento concluído a tempo. Vale lembrar que no mês passado o governo fracassou em atrair investidores privados para o leilão de grandes projetos de usinas. O cronograma de obras prevê, ainda, a oneração de liberação de dinheiro para

a transposição das águas do Rio São Francisco, outra gastação que só servirá mesmo para transportar verbas para os bolsos dos coronéis nordestinos. O governo criou até uma espécie de comitê de inaugurações, cujos responsáveis são os ministros Jaques Wagner e Luiz Dulci, que já estão agendando a inauguração de quatro universidades federais e 25 escolas técnicas. Agora vai. O Lula está com a manga arregaçada. É um candidato em campanha, disse a *VEJA* um ministro próximo ao presidente. Além das obras, Lula pretende viajar o país inteiro e, é lógico, investir mais em publicidade. A verba para 2006 é 46% maior que a do ano passado. Isso mesmo, tem 46% maior do que aquela do carequinha. O presidente também assumiu as articulações políticas. Sua candidatura será oficialmente anunciada em março. Até lá, pretende cuidar pessoalmente da composição de

alianças, missão que, na eleição passada, foi executada por José Dirceu com a ajuda das malas do tesoureiro Delúbio Soares. Este talvez seja o maior de todos os problemas políticos do presidente em busca da reeleição: a falta de rãulas de dinheiro. Hoje, do amplo leque de partidos que apoiaram sua eleição e sustentaram o início de seu mandato no Congresso, Lula conta apenas com os nãnicos PSB e PCdoB para a reeleição. O principal alvo da cobiça do governo é o PMDEB. Com ou sem alianças, Lula não desiste mais da campanha. Conforme disse a um de seus ministros antes de sair de férias, na semana passada, quer ao menos entregar o cargo ao sucessor com um gordo carrel de realizações, uma espécie de legado de governo do PT. Acha que, assim, salva o partido da morte prematura e preserva sua biografia, para, se for o caso, voltar a concorrer mais adiante. Lula é mesmo um sonhador — com o dinheiro alheio.

Esqueçam o Dirceu. Feliz 2006.**Teotônio Vilela Filho**

O Ano Novo começa com previsões de todo tipo, dos economistas e babalorixás, dos tarólogos, dos que jogam búzios, dão as cartas ou lêem bolas de cristal. Como só faço previsões sobre o passado, prefiro rever hoje os palpites do final de 2004. Esperava-se que o dólar fechasse 2005 a R\$ 2,95; que os juros ficassem em 16%; e o PIB crescesse 3,5%. O dólar está a R\$ 2,32, o PIB ficará abaixo dos 2,5% e os juros cravaram 18%. A explicação é fácil: o conservadorismo do Banco Central estragou tudo.

Nessa onda de previsões, não podia faltar a de Lula, o presidente que ainda falava de “espetáculo do crescimento” quando o País já estava andando para trás, no terceiro trimestre. Pois o Lula vem garantindo que, em 2006, o crescimento vai ser muito vigoroso, os juros vão estar muito mais baixos, e o paraíso vai estar logo ao alcance da mão. Nem o PT parece levar a sério o presidente, pois em sua primeira grande reunião pós-Delúbio, condenou de cabo-a-rabo a política econômica do governo. O Lula vem prometendo coisas que não fará, como baixar os juros, pois, como só o Lula não sabe, o Banco Central é independente.

O governo ainda não acertou uma em relação ao PIB. E em vez de mudar a política, proíbe que o IBGE divulgue suas pesquisas. Mesmo torcendo para o presidente estar certo, suas previsões são apenas isso: previsões. Como já disse, prefiro previsões sobre o passado.

Por isso me inquieta o que disse o ex-ministro e ex-deputado José Dirceu, que não fez previsões, mas análise. Com a autoridade de quem “fez” o presidente e foi seu super-ministro, ele declarou à imprensa que o governo Lula “acabou, não sobrou nada”. Sentenciou que “o personagem é muito difícil”. E terminou a entrevista com uma condenação: “só voto no Lula se ele disser o que quer fazer no segundo mandato. Votar só porque ele é o Lula, não. As pessoas já fizeram isso”. Pois é, já fizeram, sem medo algum de ser feliz, mas, pelas pesquisas, com pouca vontade de repetir a dose.

E se o Dirceu estiver certo? Com o governo “funcionando”, já temos o que temos, imagine se estiver

antecipadamente acabado... Como chegar a dezembro? O que será do Brasil e de todos nós?

Não faltará alguém pra me repreender. Que é isso, companheiro? Quem é Zé Dirceu para criticar o Lula e o governo? Um chefe do “mensalão”, protetor do Valdomiro Diniz, que não consegue explicar direito nem o caixa-dois do PT, nem as histórias de Santo André? Quem é esse Zé Dirceu?

Vai ver esse pessoal tem razão, o Dirceu está errado e, por mais que pareça, o governo Lula ainda não acabou. Eu, pelo menos, torço para que o governo chegue até dezembro e o Brasil cresça ao menos como a Argentina e Chile. Como a China, já seria querer muito. Esqueçam o Dirceu e o PT. O ano está apenas começando. Quem sabe o Lula não acerta a primeira e o Brasil deslança? Feliz 2006.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Governo decepciona ONGs e não ouve demandas sociais, diz estudo”, publicada no jornal Folha de S. Paulo de 13 de dezembro de 2005.

A matéria destaca que o Presidente Lula é incapaz de escutar as demandas populares que ecoam pelo País. Segundo conclusão do projeto Mapas (Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade), há um “desinteresse do governo petista em dar voz aos movimentos de base vem acompanhado de um sentimento de frustração por parte dos organizadores do estudo e participantes do seminário”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

'QUESTÃO SOCIAL' Projeto analisa participação da sociedade

Governo decepciona ONGs e não ouve demandas sociais, diz estudo

LUCIANA BRAFMAN

DA SUCURSAL DO RIO

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é incapaz de escutar as demandas populares que ecoam pelo país. Esta é uma das conclusões do projeto Mapas (Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade), elaborado por 13 organizações não-governamentais e coordenado pelo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas).

O projeto analisou canais de participação da sociedade na elaboração de políticas públicas e 11 conflitos sociais no país —do desmatamento da Amazônia à segurança no Rio de Janeiro.

O constatado “desinteresse” do governo petista em dar voz aos movimentos de base vem acompanhado de um sentimento de frustração por parte dos organizadores do estudo e participantes do seminário “Caminhos e Descaminhos da Democracia”, que ocorreu ontem no Rio de Janeiro para divulgar o Mapas.

Fundador do PT, Plínio de Ar-

ruda Sampaio afirmou que o projeto documenta os motivos que o levaram a deixar o partido em setembro deste ano. “Não há nem a intenção de promover uma transformação social. O governo deixou de dialogar com o setor popular. Ele seduz, oferece migalhas, mas não dialoga. Com a classe dominante está dialogando bem, de modo fraterno”, afirmou.

Questionado sobre uma possível escolha entre PT e PSDB na próxima eleição, Sampaio demonstrou decepção. “Prefiro ir para as ruas fazer a revolução ou ir embora para o Paraguai.”

O diretor do Ibase, Cândido Grzybowski, disse que o espaço que o governo dá é fruto da retórica petista, mas “não vai além, não resulta em conseqüências práticas”. “Acho que o PT vai virar o PMDB. Uma máquina de ganhar eleições aqui e ali, mas sem um projeto para mudar o país.”

Grzybowski destacou que a forte expectativa com o governo Lula não se concretizou. “Este governo não é o início de uma nova etapa, mas o fim de uma.” Segundo ele,

os conflitos sociais devem aumentar pela falta de resposta às demandas da sociedade.

Uma das áreas onde o governo mais teria “decepcionado” foi a do meio ambiente. O fato de ter apoiado os transgênicos ilustraria a falta de comprometimento com os apelos da sociedade civil, que se manifestou contra esses produtos durante a Conferência Nacional do Meio Ambiente.

O processo do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) foi também considerado pífio: “O processo de consultas do PPA resultou decepcionante, pois, além de problemas de desorganização, logística, continuidade e legitimidade, entre outros, o PPA foi, no Congresso Nacional, submetido pelo governo federal à lógica do superávit primário, e acabou não contribuindo para a construção de um projeto de desenvolvimento nacional”, diz o documento.

A deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP), que ficou por 17 anos no PT, criticou as alianças que seu ex-partido fez quando chegou ao poder.

FRASE

Não há nem a intenção de promover uma transformação social. O governo deixou de dialogar com o setor popular. Com a classe

dominante está dialogando bem, de modo fraterno

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO
Fundador do PT, hoje no PSOL

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o publicitário Duda Mendonça revelou-se, mais uma vez, um exímio marqueteiro. Só que a sua última grande peça de propaganda, onde trabalhou em causa própria, parece que não ter alcançado o sucesso de sempre.

Em agosto do ano passado, em depoimento à CPMI dos Correios, Duda confessou ter recebido R\$10,5 milhões, em uma conta em nome da offshore Düsseldorf, que tem sede nas Bahamas.

No entanto, como mostram as revistas de grande circulação no país, à medida que avançam as investigações na Comissão, na Polícia Federal e no Ministério Público, a situação do publicitário fica mais

complicada, uma vez que surgiram outros depósitos, em paraísos fiscais.

Assim, Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas como parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasil

A NOVA CONTA SECRETA DE DUDA

Autoridades americanas descobrem conta milionária e clandestina que o publicitário do PT mantém num banco da Flórida. Em novembro, a filha de Duda tentou sacar todo o dinheiro

Alexandre Oitramari

O publicitário Duda Mendonça foi responsável por um dos momentos mais eletrizantes da CPI que investiga a corrupção no governo petista. Em agosto passado, num depoimento de dez horas no qual chegou a chorar, o marqueteiro responsável pela campanha presidencial de Lula confessou que seu serviço foi pago por meio de operações clandestinas no exterior. Dos 25 milhões de reais que cobrou para fazer cinco campanhas para o PT em 2002, entre elas a do presidente Lula, 10,5 milhões foram depositados em uma conta secreta nos Estados Unidos, em nome de uma

empresa de fachada, a Düsseldorf. “O dinheiro era claramente de caixa dois. Nós sabíamos, mas não tínhamos outra opção. Queríamos receber”, disse o publicitário, em tom de madalena arrependida, atribuindo toda a responsabilidade da operação ao lobista Marcos Valério. Duda não estava falando toda a verdade. No fim do ano passado, as autoridades americanas descobriram uma nova conta secreta e milionária operada por ele nos Estados Unidos. A conta foi bloqueada depois que a filha do publicitário, Eduarda Mendonça, foi fla-

grada tentando sacar todo o dinheiro. Desde então, investigações sigilosas estão sendo feitas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, para tentar rastrear a nova conta do publicitário, aberta em um banco de Miami.

A notícia sobre a existência da conta omitida por Duda chegou ao Brasil em 17 de novembro passado, por meio da promotoria de Nova York. Por telefone, o promotor Adam Kaufmann informou à Procuradoria da República a descoberta de uma outra conta do publicitário, que, assim como a Düsseldorf, foi aberta em um banco na Flórida e estava em nome de uma empresa de fachada. Por intermédio das autoridades monetárias americanas, Kaufmann, que integra um grupo que investiga lavanderias de dólares, soube que a filha do marqueteiro, a também publicitária Eduarda Mendonça, tentou resgatar todo o dinheiro disponível e fechar a conta. Eduarda só não teve sucesso porque o nome do pai consta de uma relação, chamada nos Estados Unidos de *watching list*, na qual estão pessoas suspeitas de lavagem de dinheiro. Duda passou a figurar na relação depois que admitiu ser dono da conta Düsseldorf, usada para receber dinheiro do PT. Desde então, todas as operações ligadas a ele nos Estados Unidos são obrigatoriamente acompanhadas. Além disso, a natureza igualmente estranha da operação tentada por Eduar-

da, com resgate total de fundos e encerramento da conta, levou o banco a bloquear por alguns dias o dinheiro e comunicar o fato às autoridades americanas.

A existência de outra conta clandestina de Duda no exterior é comprometedora para o marqueteiro e pode acabar respingando de novo no partido do presidente Lula. Primeiro, sugere que a estrutura de financiamento das campanhas petistas pode ter sido bem mais ampla do que se imagina. Depois, revela que o marqueteiro do presidente é reincidente na arte de ludibriar o Fisco e sonegar impostos, já que a manutenção de uma conta no exterior não declarada à Receita Federal é um crime previsto em lei que pode render até cinco anos de cadeia. E Duda sabe disso como ninguém. Logo após ter confessado o recebimento de dinheiro do valerioduto na conta da Düsseldorf, o publicitário achou que poderia ser preso. Durante uma semana, passou a acordar de madrugada e a sair de casa antes das 6 horas da manhã, horário a partir do qual a polícia pode entrar na casa de um suspeito para prendê-lo. Aconselhado por advogados, Duda pagou 4,3 milhões de reais em impostos à Receita Federal, para evitar um processo por sonegação. Ele já foi informado de que a sua segunda conta clandestina foi descoberta, mas, ao contrário da vez passada, não parece muito preocupado. Em vez de se esconder, ele comemorou tranquilamente o réveillon na sua casa de praia em Marauá, na Bahia. Duda sabe que, apesar da ação imediata da Justiça americana, por aqui as coisas não são assim tão rápidas e ele ainda pode contar com a colaboração de alguns amigos no poder.

O promotor Adam Kaufmann advertiu os colegas brasileiros que o bloqueio do dinheiro de Duda era temporário. Para congelar os recursos com segurança, o Ministério Público deveria encaminhar um pedido formal aos Estados Unidos. Os tratados de cooperação internacional

assinados entre Brasil e Estados Unidos estabelecem que isso deve ser feito pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), subordinado ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. VEJA apurou com uma fonte do DRCI, que pediu para não ser identificada, que a solicitação de bloqueio da conta de Duda foi de fato enviada aos Estados Unidos. Mas o documento foi considerado tão desprovido de consistência pelos americanos que até hoje, passados quase dois meses desde a descoberta do dinheiro, a conta ainda não foi bloqueada em definitivo. Estranhamente, o pedido não nominava nem o banco nem o número da conta. Isso, no mínimo, deu a Duda tempo suficiente para fazer o que já fizera antes com a conta Düsseldorf, que, embora tenha recebido depósitos de 10,5 milhões de reais, tinha saldo de apenas 175 dólares quando finalmente foi bloqueada por solicitação das autoridades brasileiras. Não se sabem ainda as razões que levaram o DRCI a fazer um pedido juridicamente tão desleixado.

Procurada por VEJA, a coordenadora-geral do DRCI, Wanine Santana Lima, que era procuradora da Fazenda Nacional antes de assumir a nova função, não quis comentar o caso que envolve a nova con-

ta do publicitário. “Esse assunto é confidencial. A única coisa que eu posso dizer é que todas as informações foram repassadas às autoridades competentes e que elas se manifestaram imediatamente. Todos os pedidos foram devidamente encaminhados”, diz. Em novembro passado, um relatório da Polícia Federal, divulgado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, acusava Wanine de atralhar uma missão de delegados e agentes enviados aos Estados Unidos para obter documentos sobre a conta já conhecida de Duda Mendonça. “Enquanto as equipes policiais trabalhavam nas investigações no Brasil e operacionalizavam a ida a Nova York, a representante do DRCI, Wanine Lima, encontrava-se no exterior buscando influenciar as autoridades americanas a não repassar as informações solicitadas às autoridades de investigação constituídas e legitimadas”, dizia o relatório. É uma acusação grave que agora ganha um forte ingrediente para reforçar a suspeita de que Duda conta com uma malha de proteção dentro do governo.

Desde que expôs ao país as ligações do PT com o valerioduto no exterior, Duda Mendonça se tornou um problema. Para mostrar que nada tinha a ver com as maracutaias do publicitário, o governo cancelou quase todos os contratos

com a agência de Duda. Desde então, o publicitário e o governo iniciaram uma luta nos bastidores. A Petrobras, principal cliente de sua agência, chegou a anunciar que não renovaria o contrato com a agência do publicitário. O marqueteiro reagiu espalhando boatos de que estava disposto a voltar à CPI e contar o que sabia. Na noite de 10 de outubro passado, Duda Mendonça foi recebido por Lula na Granja do Torto, onde passou mais de uma hora a sós com o

presidente. Foi o primeiro encontro dos dois desde o início do escândalo. Dois amigos de Duda ouvidos por VEJA disseram que Lula ofereceu ao marqueteiro, como contrapartida de uma eventual quebra de contrato com a Petrobras, campanhas eleitorais do PT em 2006. Duda disse que não faria mais campanhas políticas e exigiu a manutenção da conta da estatal. A pressão deu certo. No fim de novembro, a empresa prorrogou o contrato por mais um ano.

A nova conta secreta de Duda Mendonça, mesmo que a eventual negligência das autoridades brasileiras tenha permitido a migração do dinheiro para algum outro lugar, é uma pista importante para a polícia e o Ministério Público descobrirem a amplitude do esquema de financiamento clandestino das campanhas petistas. Se ela foi aberta antes da Düsseldorf, fica evidente que eram falsas tanto as lágrimas do publicitário como a indignação que ele tentou demonstrar ao revelar que foi coagido a abrir uma conta no exterior como única forma de receber seus honorários. Se a conta na Flórida foi aberta depois, é sinal de que ele aprovou o mecanismo, o que deixa seu depoimento mais falso ainda. Além disso, restará a suspeita de que o PT continuou abastecendo o publicitário por linhas de crédito clandestinas. O empresário e a filha serão chamados a prestar depoimento à Justiça. É possível que Duda também seja convocado a depor novamente na CPI, que tenta descobrir o destino da bolada de 337 milhões de reais que o publicitário movimentou em suas contas oficiais, no Brasil. Procurado por VEJA na semana passada, Duda Mendonça não quis falar sobre o assunto. Na sexta-feira, ele embarcou em sua lancha para uma pescaria em águas profundas do litoral da Bahia, em busca de um marlim-azul — peixe grande, cobiçado, difícil de fisgar. ■

MARKETING

BANDIDO

O publicitário Duda Mendonça ficou conhecido como um gênio da propaganda política. Suas campanhas ajudaram a eleger 28 candidatos, num espectro ideológico que passa por Paulo Maluf, Fernando Collor e, seu maior triunfo, o presidente Lula. O publicitário Duda Mendonça também é um empresário bem-sucedido. É dono de

uma fortuna pessoal declarada de 13 milhões de reais e suas agências são responsáveis pelas campanhas de algumas das maiores empresas privadas do país, embora sua vocação principal seja mesmo o marketing político. Duda Mendonça, até pouco tempo atrás, era um referencial da combinação entre a genialidade e o empreendedorismo.

Alexandre Oltramari, Julia Duailibi
e Otávio Cabral

Essa imagem está desmoronando. Há cinco meses, o publicitário surpreendeu ao confessar que recebeu parte do pagamento pelos serviços da campanha de Lula através de depósitos clandestinos em uma conta secreta no exterior. Mas disse que só topou a maracutaia porque não havia outra maneira de receber o dinheiro. Na semana passada, VEJA revelou que as autoridades americanas descobriram e bloquearam uma outra conta secreta e milionária que o publicitário mantinha nos Estados Unidos. Duda, dessa vez, não quis se explicar. À medida que avançam as investigações sobre os negócios do mais famoso publicitário do país, fica evidente que o empresário Duda Mendonça não é aquele que apareceu na CPI, chorou e tentou convencer os parlamentares de que foi vítima de um sistema eleitoral corrupto. O verdadeiro Duda Mendonça é personagem forjado nesse mundo. Ele está envolvido com superfaturamento de contratos com órgãos públicos, remessas ilegais de dinheiro para o exterior, contas secretas em paraísos fiscais, sonegação de impostos e crime eleitoral. Pode-se creditar à sua genialidade a invenção de uma nova categoria da propaganda — o marketing bandido. É nessa modalidade que ele é um grande especialista.

A CPI que investiga a corrupção no governo vai enviar nesta semana aos Estados Unidos um grupo de parlamentares com a missão de obter os extratos bancá-

O documento revela o preço real da campanha para governador, orçada por Duda em 5 milhões de reais, sendo 3,3 milhões apenas para custear o primeiro turno das eleições



DEZEMBRO DE 1997

Custos

O valor da presente proposta de serviços é de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), para o 1º Turno. Para o 2º Turno, se houver, será cobrado 50% deste valor.

Condições de Pagamento:

R\$ 3.000.000, (três milhões de reais) no seguinte prazo:

R\$ 300.000, em 18.02.98
 R\$ 150.000, em 15.03.98
 R\$ 150.000, em 15.04.98
 R\$ 300.000, em 15.05.98
 R\$ 450.000, em 15.06.98
 R\$ 450.000, em 15.07.98
 R\$ 400.000, em 15.08.98
 R\$ 400.000, em 15.09.98
 R\$ 400.000, em 30.09.98

R\$ 300.000, (trezentos mil reais)

À vista, em caso de vitória no primeiro ou no segundo turno.

NO MUNDO DE DUDA, AS CONTAS NUNCA FECHAM

- Em 2002, o PT declarou à Justiça Eleitoral ter gasto, ao todo, 21 milhões de reais na campanha presidencial
- Duda Mendonça disse à CPI dos Correios que só o contrato firmado entre o PT e sua empresa era de 25 milhões de reais
- O valor declarado pelo partido à Justiça, como pagamento a Duda, foi de apenas 13,5 milhões de reais
- Restava uma dívida de 11,5 milhões de reais
- Mas a CPI já rastreou 15,7 milhões de reais pagos pelo PT ao publicitário, via caixa dois
- Sobre a diferença de 4,2 milhões de reais, o marqueteiro alega ter feito um novo contrato com o PT
- Por esse contrato, Duda receberia 7 milhões de reais ao longo de 2003, ano em que não houve eleições
- Faltariam 2,8 milhões de reais a ser pagos ao marqueteiro
- Duda, porém, disse em depoimento à Polícia Federal que "não se recorda se, no fim do ano de 2003, todos os débitos foram quitados"

CONCLUSÃO

Duda diz uma coisa e o PT, outra. Não se trata de mera confusão. Tanto o partido quanto o publicitário apresentaram declarações falsas à Justiça Eleitoral e à Receita Federal. A suspeita da CPI é que as dívidas do PT com Duda foram pagas por meio de contratos do governo federal com a agência do publicitário

...A COBRANÇA E...

Para enganar a Justiça Eleitoral, Zilmar Fernandes, sócia de Duda, sugere que se faça um contrato formal entre 500 000 e 700 000 reais

São Paulo, 29 de Junho de 1998

Segue minuta com sugestão de contrato para ser realizado entre a A2CM e o Partido Coligação.

Devemos providenciar este contrato a partir de 05/07, portanto o mais rapidamente possível, para evitar problemas legais.

Nossa sugestão para o valor do contrato é entre R\$ 500 e R\$ 700 mil.

guardamos seu retorno o mais breve possível.

...O CONTRATO OFICIAL

Seguindo a orientação de Duda, o cliente assina um contrato oficial, registrado em cartório, se comprometendo a pagar 500 000 reais pelo marketing político, exatamente o sugerido por Zilmar

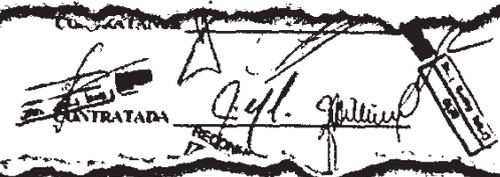
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2. A2CM Limitada, com sede à Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 550, 12º andar, Brooklin Nova, São Paulo - SP, inscrita no CGC nº 258.334.000/51, neste ato representada por seus Sócios-Gerentes, Zilmar Fernandes da Silveira e José Eduardo Cavalcanti de Mendonça.

REMUNERAÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

SÉTIMA: Em contrapartida aos serviços contratados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância global de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) nas seguintes condições:

- a) Em 15/03, R\$ 250.000,00, equivalentes a 50% do valor total.
- b) Em 30/03, R\$ 250.000,00, equivalentes aos 50% restantes.



rios da nova conta do publicitário, descoberta no fim do ano passado em Miami. Os deputados e senadores decidiram agir à revelia das autoridades, em tese, encarregadas de tomar as providências imediatas. Só na semana passada, dois meses depois que as autoridades americanas flagraram a filha de Duda, Eduarda, tentando zerar a conta, é que o Ministério Público Federal pediu o bloqueio definitivo. Estranhamente, ninguém sabia de nada. A Polícia Federal disse que não foi informada. O ministro da Justiça, Márcio Tho-

mas Bastos, afirma ter sabido do caso após a publicação da reportagem de VEJA. A coordenadora-geral do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, Wanine Lima, que havia declarado, na última semana, ter tomado todas as providências cabíveis, ao que tudo indica esqueceu até de avisar o próprio chefe, o ministro Thomaz Bastos. Diante desse festival de leniência com Duda, os parlamentares decidiram agir por conta própria. "O governo está blindando o Duda. É um absurdo a gente

MISTÉRIO PUBLICITÁRIO

Segundo a CPI dos Correios, entre 2000 e 2005 a Duda Mendonça & Associados recebeu 6 milhões de reais

A justificativa apresentada à CPI ao publicitário para tamanha movimentação financeira é que 85% desse valor – 549 milhões de reais – refere a "repasses para fornecedores de serviços"

ficariam com a agência somente milhões de reais

A CPI dos Correios descobriu que nas 377 milhões de reais foram passados e vários beneficiários foram identificados

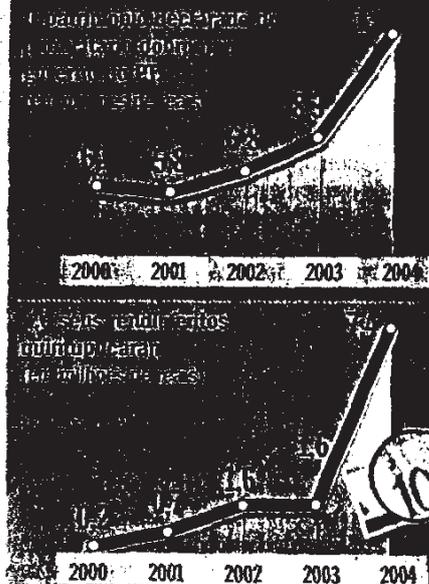
obreram 269 milhões de reais a agência

CONCLUSÃO

Ou Duda deixou de pagar 172 milhões de reais a seus fornecedores ou a versão do publicitário é fajuta. Como boa parte do faturamento da agência vem de contratos com o governo federal – de 2003, início da administração Lula, até 2005 os cofres públicos repassaram 277 milhões de reais –, a CPI suspeita que a empresa repassou parte do dinheiro para o caixa dois do PT



DUDA E LULA, TUDO A VER



CONCLUSÃO
Com o PT no poder, as contas de Duda podem até não bater, mas só fazem crescer

ficar sabendo de uma coisa dessas pela imprensa”, diz o deputado Eduardo Paes, um dos mais ativos integrantes da CPI, que estuda convocar o publicitário para um novo depoimento à comissão.

O publicitário Duda se notabilizou pela simplicidade com que conduziu algumas campanhas bem-sucedidas. Foi dele o slogan “Foi Maluf que fez”. Cobrando milhões, ele repetiu o bordão em várias outras campanhas país a fora, trocando apenas o nome do político. Seu sucesso, porém, não está ligado apenas a essa monumental criatividade. O publicitário oferece pacotes de marketing eleitoral do tamanho exato da necessidade do cliente, principalmente com relação às formas de pagamento. Um político, ex-usuário dos serviços de Duda, contou a VEJA que o publicitário é bastante heterodoxo quando o tema é dinheiro. Sem meias palavras, depois de uma ampla exposição sobre as chances do candidato, ele vai direto ao assunto: “O pagamento pode ser em dólares, reais, cheque de terceiros, através de empreiteiras, depósitos no exterior. Vocês é que dizem”. Como ele já sabe que tudo será por contabilidade clandestina, sugere até o valor oficial a ser declarado à Justiça na hora da prestação de contas. Esse político foi candidato a governador em 1998, sua campanha custou 5 milhões de reais em marketing, mas, oficialmente, ele gastou apenas 500 000, 10% desse valor. O restante foi pago a Duda no caixa dois — em reais, dólares, cheques pré-datados, por empreiteiras e em contas no exterior, conforme a sugestão do marqueteiro. A parte em dinheiro era entregue nas mãos de Duda em seu escritório, no Brooklin Novo, em São Paulo. Os depósitos no exterior foram feitos por um doleiro em uma conta bancária em Miami, indicada por Duda para receber o dinheiro. E a maior parte da dívida foi quitada por um grupo de quatro grandes empreiteiras. Como os valores eram altos e as empreiteiras não queriam nem doar pelo caixa um nem pelo caixa dois, Duda apresentou a solução. Assinou um contrato com cada uma delas e forneceu notas fiscais que foram contabilizadas como serviços prestados por uma de suas empresas — a A2CM Limitada, cujas atividades foram encerradas no fim de 2003. Os

Conta: 029 | Banco: 341 | Agência: 0323 | 9 | Número do conta: 14162-2 | 7 | Número do cheque: K1-998840 | 8 | Valor: 12.277,80

Pague por: DOZE MIL, DUZENTOS E SETENTA E SETE REAIS E OITENTA E OITAVOS

DUDA MENDONÇA E ASSOCIADOS LTDA.

Rio Grande 12 Janeiro 1998

BANCO ITAU S.A.
RIO GRANDE RS 0418
R MAL F PEIXOTO 327
RIO GRANDE RS

CIT. BRAS DE PROJ E GEREN. CBPO
LIC. 21.188.410/0007-10

034103239-02934103239-034103239

CRIADOR E CRIATURA

O Ministério Público apura transações entre uma empreiteira que superfaturou uma obra em São Paulo, o publicitário Duda Mendonça e o ex-prefeito Paulo Maluf. Acima, a cópia de um cheque da empreiteira para Duda, no valor de 12 277 reais, por serviços que a empresa não explica. A suspeita é que a empreiteira pagou no caixa dois uma parte do que Maluf devia a Duda

serviços às empreiteiras, é claro, não foram prestados, o candidato venceu a eleição e Duda embolsou uma fortuna longe dos olhos do Fisco. Só em impostos, deixou de recolher 650 000 reais.

VEJA teve acesso aos documentos que provam essa armação para enganar a Justiça Eleitoral. Por eles, vê-se com nitidez a ação do marqueteiro na preparação do plano para burlar a lei. Em carta enviada ao cliente, em 29 de junho de 1998, a sócia de Duda, Zilmar Fernandes, cobra agilidade na assinatura do contrato formal “para evitar problemas legais” e sugere até o custo oficial da propaganda de campanha, “entre 500 e 700 000 reais”. Um contrato de gaveta já havia sido assinado seis meses antes e estabelecia o valor global da propaganda em 5 milhões, sendo que 3,3 milhões seriam quitados durante o primeiro turno. Seguindo a orientação da sócia de Duda, o contrato oficial foi assinado em agosto e fixou o valor da campanha em 500 000 reais. O pacote eleitoral do publicitário previa também uma espécie de cláusula de sucesso. Em caso de vitória, as empresas de Duda cuidariam das principais contas publicitárias do governo. Duda argumentava que isso, na hora da reeleição, realimentaria a campanha, já que uma parte do dinheiro ficaria reservada para

esse fim. Em outras palavras, os contratos seriam superfaturados e a diferença abasteceria o caixa de campanha do governador. Uma tecnologia inovadora de sustentabilidade das campanhas.

A relação de Duda com o mundo clandestino do financiamento de campanhas políticas é antiga. Nos anos 90, o publicitário tornou-se o marqueteiro preferido de Paulo Maluf. No momento, o ex-prefeito de São Paulo é figura central em uma investigação do Ministério Público que apura desvio de dinheiro, abertura de contas no exterior e superfaturamento em grandes obras realizadas em sua última gestão, no período de 1993 a 1996. A investigação, que já dura três anos, acabou encontrando indícios de intensa movimentação financeira

— não contabilizada, é claro — entre Duda e Maluf. Em setembro do ano passado, em depoimento ao Ministério Público, o doleiro Vivaldo Alves, o Birigüi, disse que enviou, a pedido de Maluf, 5,9 milhões de dólares a uma conta de Duda no Citibank, em Nova York. A suspeita dos promotores é que o dinheiro foi pagamento de uma dívida de campanha. O Ministério Público também encontrou outros indícios de que o trabalho do publicitário para Maluf era pago por meio de caixa dois. O mais novo deles é um cheque, de 1996, com que a empresa CBPO, um dos braços da construtora Norberto Odebrecht, paga nominalmente à Duda Mendonça & Associados o valor de 12 277,88 reais. Na época, Duda era o marqueteiro de Paulo Maluf.

A CBPO foi a responsável pela construção do Túnel Ayrton Senna, uma das principais obras da administração Maluf. O túnel ficou conhecido por ter custado mais caro que o do Canal da Mancha, que liga a França à Inglaterra. Segundo as investigações do Ministério Público, só essa obra teria sido superfaturada em 650 milhões de dólares. Por causa das fraudes, em 19 de outubro de 2004 a juíza Renata Coelho Okida, da 4ª Vara da Fazenda Pública, bloqueou os bens de Maluf e de outros 36 réus, inclusive a CBPO, até o valor de 5 bilhões de reais. Na tarde de quinta-feira, a assessoria de imprensa da construtora disse a VEJA que o cheque — dado de 12 de janeiro — se referia ao pagamento de um anúncio feito, no mesmo mês, pela Duda Mendonça & Associados.

AS OUTRAS CONTAS

O Ministério Público Federal investiga a existência de mais duas contas do publicitário Duda Mendonça no exterior. Dessa vez, em paraísos fiscais do Caribe. A primeira estaria na agência do Guaranty Trust Bank Limited em Nassau, capital das Bahamas. A segunda, no JPMorgan Chase das Ilhas Cayman. Em 2004, o saldo da primeira teria atingido 1,5 milhão de dólares. O da segunda, 4,7 milhões de euros. Essas informações — e os respectivos números das duas contas — não vieram do Brasil. Foram levantadas na Argentina, onde Duda comandou sete campanhas eleitorais e acumulou inimigos.

Ainda não há provas de que essas duas contas realmente existam. No entanto, dois indícios sugerem que o patrimônio de Duda no exterior só começou a ser desvendado. Quando informou ao Ministério Público brasileiro que há indícios de outras contas de Duda fora do Brasil, o promotor de Nova York, Adam Kaufmann, mencionou também as ilhas das Bahamas, e não apenas o estado da Flórida. Além disso, o próprio advogado de Duda, Tales Castelo Branco, admitiu que novas contas do publicitário podem aparecer.

VEJA forneceu a ele os números das duas em posse do Ministério Público. Sua resposta: "Se há outras contas de Duda no exterior, elas decorrem de procedimentos administrativos dos bancos. Podem ter sido abertas para facilitar a circulação do dinheiro, mas sem que meu cliente soubesse". A multiplicidade de contas secretas tem uma razão de ser. Não é só no Brasil que Duda causou furor com serviços que mesclam publicidade e desvio de dinheiro. Ele fez sete campanhas eleitorais na Argentina, todas de candidatos peronistas ligados ao ex-presidente Carlos Menem. Também recebeu um bom bocado para inflar a popularidade do governador da província de Córdoba, José Manuel de la Sota, e do próprio presidente Menem, em 1999. Alguns desses serviços, investigados por promotores argentinos, causavam espécie não só por seus valores mirabolantes como também pela, digamos, falta de criatividade de Duda. Num deles, o gênio baiano simplesmente reaproveitou o slogan "Foi Maluf que fez", usado na campanha do ex-prefeito paulistano em 1998. Mandou ver um "Menem lo hizo", e estamos conversados.

O TANGO DO CAIXA DOIS Duhalde em campanha: Duda fez sete eleições na Argentina

Em 1999, Duda comandou a fracassada campanha eleitoral do então candidato peronista à Presidência Eduardo Duhalde — que viria a ocupar a Casa Rosada em 2002, em meio à conturbada crise política que se seguiu à desvalorização do peso. Muito mistério ainda cerca o valor pago a Duda pelo grupo de Duhalde. À época, dirigentes peronistas mencionaram a cifra de 15 milhões de dólares. Mas Duda só declarou 2 milhões de dólares. Os argentinos mentiram ou a diferença de 13 milhões de dólares foi depositada em algum lugar misterioso — paraísos fiscais, talvez?

Marcelo Alth

Ou seja: em pouco mais de dez dias, Duda fechou contrato com a CBPO, produziu um anúncio e recebeu o cheque pelo pagamento do serviço. Isso é que é publicitário eficiente. Duas horas mais tarde, a assessoria entrou novamente em contato, para informar que o período entre a realização do anúncio e o pagamento em cheque foi de “cerca de um mês e meio”. A construtora, porém, disse que não poderia fornecer detalhes do trabalho, como e onde o anúncio foi veiculado, nem explicar se os 12 000 reais significavam o pagamento integral ao publicitário.

Sem pudores para receber dinheiro de onde ou de quem quer que seja em suas campanhas, Duda passou a ser tratado como mago eleitoral. O publicitário já era um homem rico na época em que começou a trabalhar para o PT. Em 2002, quando fez a campanha de Lula e de outros quatro candidatos petistas, sua fortuna pessoal era de 6,8 milhões de reais. Com o novo governo, seu patrimônio declarado deu um salto espantoso. Dono de quatro empresas, quatro fazendas, quatro terrenos, obras de arte, jóias, três carros (um deles blindado), uma lancha, 8 119 cabeças de gado, dezessete jumentos, um trator e 5 milhões de reais aplicados no banco, seu patrimônio pessoal dobrou, atingindo 13 milhões de reais no fim de 2004. Mágica? Não. A empresa de Duda ganhou três contas importantes e milionárias no governo — Petrobras, Ministério da Saúde e Presidência da República. Para a Duda Mendon-

ça & Associados, a principal empresa do publicitário, o governo petista foi muito bom. Seu faturamento aumentou de 4,7 milhões de reais em 2002 para 43,3 milhões em 2004 — um crescimento de 820%, que multiplicou os lucros do marqueteiro e, por consequência, seu patrimônio pessoal. Deve-se ressaltar que nessa fortuna não estão incluídos os milhões que Duda recebeu no exterior, o que permite concluir que seu patrimônio é infinitamente maior.

Nos últimos três anos, Duda conquistou a simpatia e a amizade dos dirigentes petistas e do próprio presidente Lula. Sua influência no governo era tão grande que chegava a incomodar alguns e causava inveja a outros. Foi dele a idéia do Fome Zero, que acabou se tornando um caso clássico da influência do marketing no governo. Primeiro foi criado um bordão. Depois, o programa. Como ninguém se encarregou de pensar no conteúdo, o Fome Zero morreu de inanição. Nomes de outros programas de destaque do governo, como Brasil Alfabetizado, Brasil Sorridente e Bolsa Família, também foram idealizados pelo marqueteiro. Duda virou uma espécie de conselheiro do presidente, com quem se reunia uma vez por mês para dar palpites que iam desde temas para discurso até sugestões para atuar diante de crises. Sua casa de praia, na Península de Marauá, na Bahia, era um local tradicional de descanso para estrelas petistas, como Antonio Palocci, Luiz Gushiken e José Dirceu. Os principais discursos e todas as falas em rede de rádio e TV do presidente eram supervisionados por Duda, que também o convenceu a criar seu próprio programa de rádio, o *Café com o Presidente*. Duda tinha linha direta com Lula e estava a seu lado nos momentos de crise. Mas isso é coisa do passado — e provavelmente Lula, se perguntado, dirá que não sabia de nada dos esquemas de seu antigo amigo. É o que ele sempre diz, não?

Hoje, os petistas tentam manter uma distância asséptica de Duda Mendonça.

São fortes os indícios de que o pacote eleitoral criminoso desenvolvido pelo mago-marqueteiro foi usado na campanha do presidente Lula, em 2002. O próprio Duda confessou que recebeu 10,5 milhões de reais numa conta clandestina no exterior. As investigações da CPI demonstram que o publicitário Marcos Valério, que pagou a Duda seguindo ordens do ex-tesoureiro Delúbio Soares, recebeu uma montanha de dinheiro de algumas empresas por supostos serviços até hoje não comprovados. Esse dinheiro, além de pagar ao marqueteiro de Lula, foi usado para bancar despesas dos deputados envolvidos no chamado mensalão. Também é substancioso o indício de que Duda foi agraciado com as três contas milionárias no governo federal, de acordo com a cláusula de sucesso que ele propunha a seus clientes. A conta da Presidência da República, segundo o Tribunal de Contas da União, foi superfaturada em até 200% — também seguindo a mesma lógica narrada pelo publicitário. A quebra do sigilo bancário das empresas de Duda revelou um enorme e estranho ingresso de dinheiro, superior a 700 milhões de reais nos últimos cinco anos, com muitos pagamentos sem identificação. Já se sabe que uma das contas de Duda no exterior, a Düsseldorf, recebeu recursos de diversas fontes e, depois, o dinheiro migrou para paraísos fiscais, como Suíça e Bahamas. Se esse dinheiro retornou para os petistas, como se suspeita, a alquimia do mago estaria completada. O nome disso é lavagem de dinheiro. Duda lavaria, portanto, mais branco. Eis aí um bom slogan para ele. ■

CADA VEZ MAIS ENROLADO

À medida que avançam as investigações da CPI, da Polícia Federal e do Ministério Público, a situação de Duda Mendonça fica mais complicada.

A comissão já descobriu que o publicitário recebeu 701 milhões de reais entre 2000 e 2005. Outros depósitos, em paraísos fiscais, estão sendo rastreados. A suspeita é que toda essa movimentação oculte um esquema de lavagem de dinheiro para pagamento de suborno e para campanhas petistas.

O QUE JÁ SE CONFIRMOU

Empresa nas Bahamas

Em depoimento à CPI dos Correios, Duda confessou ter recebido do empresário

Marcos Valério, em 2003, **10,5 milhões de reais,**

em uma conta em nome da offshore Düsseldorf, que tem sede nas Bahamas. O dinheiro refere-se a uma dívida da campanha presidencial do PT de 2002 e foi remetido a pedido de Delúbio Soares, ex-tesoureiro

Conta em Miami

Autoridades americanas bloquearam, em novembro do ano passado, os recursos de outra conta operada pelo publicitário, em um banco em Miami

Conta nas Ilhas Virgens

Investigações da Polícia Federal comprovaram que, desde 1997, Duda usou contas de uma empresa, a Agata International Holding, com sede nas Ilhas Virgens Britânicas, para fazer remessas que somam **1,6 milhão de dólares**

Conta em Nova York

Em depoimento ao Ministério Público de São Paulo, o dileiro Vivaldo Alves disse que o publicitário recebeu, em 1998, **5,9 milhões de dólares** do ex-prefeito Paulo Maluf, em uma conta no Citibank, em Nova York

O QUE AINDA ESTÁ SENDO INVESTIGADO

O misterio da conta 9070504
Uma análise da quebra de sigilo bancário de quatro contas de Duda Mendonça e de suas empresas revelou que o publicitário recebeu **701 milhões de reais** entre 2000 e 2005. Somente na conta 9070504, do BankBoston, cujo titular é a empresa Duda Mendonça & Associados, entraram **646 milhões** e saíram **377 milhões de reais**. Vários dos depositantes e dos beneficiários não estão identificados, mas a comissão já pediu esclarecimentos ao banco

Dinheiro em paraísos fiscais
O Ministério Público Federal investiga a existência de duas contas de Duda Mendonça em paraísos fiscais. Ambas foram levantadas por adversários políticos do ex-presidente argentino Eduardo Duhalde, para quem o publicitário brasileiro atuou em uma das sete campanhas eleitorais que fez no país vizinho. As contas seriam nos bancos JPMorgan Chase, nas Ilhas Cayman, e Guaranty Trust Bank, nas Bahamas. Em 2004, o saldo da primeira chegou a **4,7 milhões de euros**. O da segunda, a **1,5 milhão de dólares**. Ainda não se sabe se são verdadeiras

O QUE SE SUSPEITA

Uso de dinheiro público
As transferências na conta 9070504 ocorriam logo após depósitos efetuados pelo governo federal, a título de prestação de serviços de publicidade. A Duda Mendonça & Associados já prestou serviços para a Presidência da República e hoje tem as contas da Petrobras e do Ministério da Saúde. A CPI investiga se esse dinheiro, oriundo de recursos públicos, teria as seguintes finalidades:

CAIXA DOIS: a quantia pode ter sido usada para bancar os custos das campanhas eleitorais petistas, em um esquema clandestino, longe da fiscalização eleitoral

PAGAMENTO DE PROPINA: parte do dinheiro depositado pelo governo pode ter voltado para o bolso de funcionários da administração federal responsáveis pela liberação de verbas publicitárias

O ESQUEMA CLÁSSICO DE UM PROPINODUTO

1 O governo federal firma contratos de prestação de serviços com agências de publicidade como a de Duda Mendonça e a de Marcos Valério

2 As contas bancárias das empresas passam a receber periodicamente depósitos do governo

3 O dinheiro tem, então, dois destinos:

- É transferido imediatamente para outras contas, no Brasil e no exterior, muitas delas com beneficiários não identificados
- É aplicado em fundos de investimentos. O ganho da aplicação passa a ser enviado para outras contas

CONCLUSÃO

Os valores movimentados por Duda a partir do início do governo Lula, em janeiro de 2003, somam **387 milhões de reais**. Estão incluídos nessa conta pagamentos do governo federal, o dinheiro que o publicitário recebeu no exterior pela campanha de 2002 e as transferências para beneficiários anônimos

O ESTILO NABABESCO DO MARQUETEIRO DO PT

Vinhos de milhares de reais, casa cinematográfica no litoral da Bahia, visitas constantes aos cassinos de Las Vegas — assim é a doce vida do publicitário bandido

Juliana Linhares

Duda Mendonça leva um vidão, como ilustra a foto em que aparece com um copo de cerveja à mão, banhando-se no mar em Taipus de Fora, no litoral da Bahia, sua terra natal. A praia é uma das mais exuberantes da Península de Maraú, região famosa pela formação de piscinas naturais. Foi lá que Duda Mendonça erigiu seu monumento ao novo-riquismo. Ergueu uma casa cinematográfica que, estima-se no mercado, deve ter custado 5 milhões de dólares (alô, Receita Federal, o imóvel representa praticamente todo o patrimônio que o publicitário declarou ao Fisco no ano passado, cerca de 13 milhões de reais). A construção é quase um resort, de tão grandiosa. Abriga quatro bangalôs só para os hóspedes, que ainda podem servir-se de um butê de comidas baianas servido permanentemente, das 11 da manhã às 5 da tarde. A casa também conta com uma pista para pouso de jatinhos que Duda construiu na marra. Em janeiro de 2004, fiscais do Ibama interditarão a obra, por dano ambiental. A pista comeu um pedaço de Mata Atlântica. Multado em 160.000 reais, Duda pagou a multa e manteve a construção. No jardim da casa, outro símbolo de ostentação: uma estátua de 4 metros de Oxum, orixá do candomblé que é a senhora dos rios, do amor — e da riqueza, é claro.

A mansão de Taipus de Fora é a jóia da coroa de Duda Medonça. Mas há outras bem brilhantes. Quando está em Salvador, o publicitário passa os dias em

keting político, mas desde 1998 — das onze campanhas que comandou naquele ano, só venceu três — esse prestígio vem sofrendo abalos. A vitória com Lula, em 2002, lhe deu mais fôlego, mas não apagou completamente uma má impressão que se estabeleceu a respeito de sua competência. Uma das acusações feitas a Duda é a de que ele se limita a uma única fórmula para todos os candidatos. Os mesmos slogans, símbolos de campanha e até discursos são produzidos para diferentes políticos. O “Foi Maluf que fez” da campanha do ex-prefeito paulista virou “Menem lo hizo” em uma peça para o ex-presidente argentino Carlos Menem (veja quadro na pág. 49). “Ele criou uma franquia eleitoral, o kit-can-

ufm apartamento de 1 milhão de reais, no Corredor da Vitória, com vista para a Baía de Todos os Santos. O endereço é o mais valorizado da capital baiana. No fim do ano passado, comprou um imóvel, na mesma região, por 2 milhões de reais. Na residência atual, a porta de entrada, feita de pinho, foi esculpida por Taiti Moreno, um artista local. Depois que voltou de uma viagem a Santiago de Compostela, onde percorreu o caminho que Paulo Coelho tornou famoso — ele só lê os romances do escritor e livros de auto-ajuda —, Duda pediu que Moreno incrustasse na peça objetos pertencentes à seu pai, o falecido artista plástico Mendonça Filho. “Há ainda cruzes e dizeres. Entre eles, um que pede que os amigos não falem nada do que viram ou ouvirem dentro da casa. Só assim aquela porta estará sempre aberta para eles”, diz Moreno. Da lista de propriedades do marqueteiro ainda constam barcos e fazendas.

A carreira de Duda começou a empinar nos anos 90, quando saiu da Bahia para trabalhar com Paulo Maluf, então candidato a prefeito de São Paulo. Colegas do baiano lembram que a transição foi difícil. Nessa época, sua roupa preferida era um terno fúcsia, cor entre o rosa-pink e o roxo. “Para melhorar o estilo, ele observava com atenção o que as pessoas usavam e consumiam, decorava nomes de marcas famosas e saía comprando”, conta um publicitário que já trabalhou com

didato”, diz o também publicitário Chico Santa Rita, que nunca perdeu uma disputa para o marqueteiro adversário. Outro problema é o prontuário de seus clientes. Foi Duda quem deu o pontapé na meteórica carreira de Fernando Collor — fez a campanha do então candidato a governador de Alagoas —, promoveu a ressurreição de Paulo Maluf nos anos 90 e elegeu prefeito de São Paulo um poste, Celso Pitta, outro a virar sinônimo de corrupção.

Duda, é claro, não dá a mínima para as críticas. Quem já trabalhou a seu lado diz que a maior dificuldade é lidar com a sua egolatria. Quando comprou o primeiro barco e deu a ele o nome de *Deus É Mais*, seu irmão Carlos, já falecido, fez um comentário mordaz: “Finalmente você reconhece que

Duda. Foi assim que o marqueteiro passou a ostentar relógios Bulgari e presentear amigos com Romanée-Conti, vinho francês de 7.000 reais a garrafa. Um dos agraciados foi Lula, ao fim da campanha de 2002.

O verniz, contudo, esconde gostos bem mais vulgares. Aposentador inveterado, Duda viaja frequentemente para gastar pequenas fortunas em cassinos de Las Vegas. Também tem uma paixão sem controle por rinhas de galo, jogo que até 1998 configurava contravenção e que, a partir de 2004, passou a ser considerado crime ambiental. As apostas já causaram problemas. Em outubro de 2004, Duda foi preso pela Polícia Federal, no Rio de Janeiro, quando participava de uma rinha. Pego em flagrante, tentou dar uma carteirada, apresentando-se aos policiais como “assessor do presidente Lula”, e ainda telefonou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e ao secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa. Não colou. Após passar uma noite na cadeia, Duda pagou fiança e foi solto, mas deixou a delegacia indiciado por formação de quadrilha, apologia ao crime e maus-tratos aos animais.

Esses episódios contribuíram para abalar sua imagem profissional, que já vinha cambaleando. Duda Mendonça adora ser festejado como mago do mar-

alguém é mais”. Em 2001, em clima de auto-elogio, o publicitário lançou um livro, *Casos & Casais*, em que é apresentado como o “maior especialista brasileiro” em marketing político. Erati tempos bem melhores. Depois de seu depoimento à CPI dos Correios, em agosto do ano passado, quando confessou ter recebido dinheiro de caixa dois do PT em uma conta no exterior, o publicitário percebeu que o mercado brasileiro começava a se fechar. Passou, então, a buscar mais campanhas na América Latina, mas ainda não conseguiu nenhum contrato importante. E, pelo jeito, não conseguirá. Definitivamente, a vida está deixando de ser doce para Duda. ■

BRASIL

LAVANDERIA

PEIXE GRANDE NA REDE DO OCEAN BANK

GILBERTO NASCIMENTO
E OSMAR FREITAS JR. – Nova York

Fontes da Promotoria Distrital de Manhattan confirmaram a ISTOÉ que a descoberta de uma nova conta secreta manipulada pelo marqueteiro Duda Mendonça ocorreu devido às investigações da unidade de fraudes do órgão. Esta conta no Ocean Bank, de Miami, sob o número 770083533-05, teria cerca de US\$ 2,2 milhões e estaria no nome de uma empresa não revelada. Pelo menos uma remessa (US\$ 400 mil) teria sido feita, em março de 2002, através da casa de câmbio paulista Disk Line, utilizada por doleiros conhecidos como Dario Messer e Helio Laniado, preso no ano passado na Eslováquia.

A Polícia Federal no Brasil também investiga duas contas no BankBoston dos EUA com movimentações de US\$ 1,5 milhão em nome de Duda e de sua sócia, Zilmar Fernandes, entre 1999 e 2000, antes, portanto, das remessas relativas à campanha de Lula. A intermediária das operações foi a offshore Ágata, controlada por um casal de doleiros paulista. Em setembro do ano passado, a PF pediu ao Ministério da Justiça que requeresse às autoridades americanas detalhes sobre o dinheiro, já que o escritório do

promotor Robert Morgenthau mantém farta documentação sobre a lavandaria de dinheiro brasileiro. Mas o governo se arrasta nos pedidos de transferências de provas.

A promotoria de Manhattan resolveu que não prestaria cooperação informal, como vinha fazendo com autoridades brasileiras, após os desacertos entre elas no Brasil. A impressão dos americanos é a de que estavam sendo arrastados às brigas de facções políticas. O fim inócuo da CPI do Banestado serviu para reforçar a má ima-

va administrativa do banco” para facilitar a movimentação de recursos da Dusseldorf (conta revelada por Duda à CPI). Afirma ainda que Duda e Zilmar desconhecem as movimentações investigadas pela PF anteriores a 2002. As fontes americanas acreditam que a conta abriga dinheiro recebido do ex-prefeito Pau-

lo Maluf, mas advertem que a soma total pode ter sido resultado de depósitos de dinheiro ganho em outros trabalhos. Duda poderá sacar o dinheiro do Ocean Bank daqui a um tempo, como o fez no caso da conta da Dusseldorf. Mas continuará o bloqueio da Justiça americana, caso

Nova conta de Duda Mendonça em Miami teria US\$ 2,2 milhões. Unidade de fraudes foi acionada diante do valor do saque. Enquanto isso, no Brasil, autoridades patinam

gem. Autoridades americanas também confirmam que receberam pressões para a não-divulgação de documentos. Somase a isso o modo relapso como foram feitos os pedidos de ativação do tratado de cooperação judicial bilateral.

O advogado de Duda e Zilmar, Tales Castelo Branco, diz que “se efetivamente existe” a conta, “foi aberta por iniciati-

ele tente retirar mais de US\$ 10 mil, importância que dispara o alerta à agência do Imposto de Renda dos EUA. Foi o valor do saque que seria feito por Eduarda, filha de Duda – ela queria encerrar a conta –, e não a suspeita de lavagem de dinheiro, que motivou, em novembro, o bloqueio. ■

Colaborou Sônia Filgueiras

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Um acordo sem pé nem cabeça” publicada pela revista Veja em sua edição de 11 de janeiro do corrente.

A matéria destaca a negociação entre o Ministério da Saúde e o laboratório Abbott visando a baixar o preço remédios antiaids. Segundo a matéria, “o Brasil vai perder dinheiro e autonomia com o acordo”. Ou seja, o acordo estabelecido foi um “mau negócio”.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

UM ACORDO SEM PÉ NEM CABEÇA

Negociação entre o laboratório Abbott e o Ministério da Saúde, para baixar preço de remédio antiaids, é uma piada gerencial

Marcio Aith e Chrystiane Silva

Em outubro passado, o ministro da Saúde, Saraiva Felipe, descreveu como histórico um acordo que acabara de assinar com o laboratório farmacêutico americano Abbott para reduzir o preço de um dos remédios que integram o coquetel antiaids. Sob a ameaça de ter

uma de suas patentes quebradas, o laboratório baixou de 1,17 dólar para 63 centavos de dólar o custo de cada cápsula do Kaletra, um dos inúmeros medicamentos que dificultam a replicação do vírus HIV no organismo humano. Além disso, o Abbott comprometeu-se a doar, exclusivamente no

ano de 2006, 3 milhões de dólares em medicamentos de todo tipo ao Ministério da Saúde. Em troca, o governo prometeu não quebrar a patente do Kaletra até 2011 e não alterar, até lá, nenhuma cláusula do contrato — ao menos unilateralmente. Segundo os cálculos do ministro, o acer-

Um mau negócio

O Brasil vai perder dinheiro e autonomia com o acordo entre o Ministério da Saúde e o laboratório americano Abbott

Fonte: Ministério da Saúde

O QUE PREVÊ O ACORDO

- 1** Reduz em 46% e fixa até 2011 o preço do medicamento Kaletra. Ele vai custar 63 centavos de dólar
- 2** Antecipa o valor (1,04 dólar) que o governo vai pagar por uma nova versão, ainda inexistente, do mesmo medicamento
- 3** Nenhuma cláusula do acordo poderá ser renegociada sem a concordância das duas partes
- 4** O Abbott vai doar 3 milhões de dólares em remédios em 2006
- 5** O governo compromete-se a não quebrar a patente do Kaletra por cinco anos

to traria ao governo uma economia de 339,5 milhões de dólares. A euforia de Sarney Felipe durou pouco. A direção do programa anti-aids do próprio governo, os laboratórios farmacêuticos concorrentes e as ONGs especializadas em saúde criticaram fortemente os termos da negociação, recheada de lances curiosos.

Refeitas as contas, o governo, nessa negociação, entregou os anéis e os dedos. A matemática claudicante do ministro tem como base (e projeta para o futuro) o preço do Kaletra atualmente praticado. Só que o preço dos medicamentos cai naturalmente até 70% em cinco anos. Com o avanço tecnológico, novas drogas surgem no mercado, remédios ficam obsoletos e seus preços despencam. Estima-se que o Kaletra custará menos de 50 centavos de dólar em apenas três anos. Mas, pelo acordo, o governo continuará pagando mais pelo remédio. É justamente por esse fator que os acertos anteriores do governo brasileiro com laboratórios estrangeiros fixavam prazos mais curtos, de no máximo um ano.

Qual é a explicação do ministro da Saúde? Segundo sua assessoria, o

acordo fixa um preço, mas não obriga o governo a comprar o Kaletra até 2011. Se houver um novo medicamento no mercado, mais barato e eficiente, a droga poderá ser substituída. O ministro diz ainda que o próprio acordo já prevê, neste ano, a possibilidade de obsolescência do medicamento do Abbott. Nesse caso, o governo compromete-se a pagar 1,04 dólar até 2011 para cada cápsula de uma versão nova do próprio Kaletra, chamada Meltrex. Esse novo medicamento, admite o governo, ainda terá de passar pelo crivo da Vigilância Sanitária brasileira, "por uma questão de segurança dos pacientes". Ou seja, o governo se comprometeu a pagar mais por um medicamento que ainda não existe no mercado brasileiro e que poderá ter concorrentes mais eficientes — e baratos.

A resposta do ministro apóia-se em sofismas infantis. O fato de o governo não ser obrigado a comprar volumes fixos do Kaletra é uma boa notícia apenas por um motivo: porque o preço estipulado no contrato é obviamente desfavorável para o Estado. Além disso, ao admitir a obsolescência do remédio já

em 2006, por que o governo se deu ao luxo de assinar um acordo para os próximos cinco anos sobre um medicamento que logo será superado por outros? Pedro Chequer, diretor do Programa Nacional de DST/Aids do próprio Ministério da Saúde, admite que o acordo tem problemas. Diz, por exemplo, que a próxima versão do Kaletra é apenas um truque comercial, sugerindo que nem deveria ter sido incluída no acordo. "O Meltrex é uma maquiagem do Kaletra. Ainda não se conhece sua real eficiência e é só uma forma de o laboratório perpetuar sua patente. É sabido também que o Abbott já vende o Kaletra a 23 centavos de dólar em outros países. Os preços cobrados no Brasil são altíssimos", diz ele. Segundo Chequer, os laboratórios cobram preços altos justamente porque sabem da tendência de queda drástica ao longo dos anos. Desse ponto de vista, na melhor das hipóteses, o governo brasileiro caiu num conto-do-vigário. O presidente do Abbott, Santiago Luque, não quis atender a reportagem de VEJA.

A forma como o contrato foi amarrado entre o laboratório Abbott e o Ministério da Saúde surpreendeu a indústria e até integrantes do governo. Tudo começou com uma portaria amalucada assinada pelo ministro da Saúde

CLAUSULA SEGUNDA:

Quando do término da vigência do "Contrato de Fornecimento Anual", as partes irão firmar, daí em diante, um contrato de fornecimento, que deverá ser renovado anualmente, por um período de seis (6) anos ("Contratos de Fornecimento Anuais"), observada a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com idênticas condições, descritas adiante, sendo o último destes Contratos de Fornecimento Anuais válido até 31 de dezembro de 2011, e não poderão ser renegociados ou de qualquer forma alterados sem o prévio consentimento de ambas as partes

Cláusula pétrea:
acordo só poderá mudar com a concordância do laboratório

POR QUE ELE TRARÁ PREJUÍZOS

- 1** O preço de mercado dos remédios cai naturalmente. Estima-se que, daqui a três anos, o valor do Kaletra estará abaixo de 50 centavos de dólar. Mas o governo continuará pagando 63 centavos de dólar
- 2** A nova versão ainda não existe no mercado. Sem testes, não há garantia de que trará mais vantagens do que os concorrentes
- 3** Será difícil rever o acordo se o próximo presidente assim o desejar ou quando suas desvantagens econômicas, evidentes, emergirem ao longo de cinco anos
- 4** Além de pífia, diante das condições do acordo, a doação de 3 milhões de dólares em remédios soa estranha em ano eleitoral
- 5** Respeitar patentes é salutar. Mas não convém abdicar do direito, previsto nas regras da OMC, de discuti-las futuramente

anterior. Humberto Costa, em junho do ano passado. A portaria declarava de interesse público os medicamentos vindos das associações dos princípios ativos lopinavir e ritonavir, que compõem o Kaletra. Na prática, seria o primeiro passo para a emissão de licenças compulsórias, a famosa quebra de patentes. Profissionais ligados à indústria farmacêutica consideraram a portaria uma balela, mesmo os que defendem a ferro e fogo a quebra de patentes. Segundo eles, os laboratórios oficiais estão em frangalhos e seriam incapazes de produzir os medicamentos com patente quebrada. O laboratório de Farmanguinhos, o maior deles, nem tem dinheiro para consertar algumas de suas máquinas.

Foi nesse quadro caótico que as negociações tiveram início no ano passado, pela primeira vez sem a presença de representantes do Programa Nacional de DST/Aids. O resultado foi um acordo ainda mais absurdo que o de Saraiva Felipe. Seu texto previa que os termos da negociação seriam sigilosos. Proibia ainda o país de quebrar a patente de qualquer medicamento produzido pelo laboratório Abbott. O acordo chegou a ser anunciado oficialmente

em julho, mas foi cancelado pelo atual ministro, que o renegociou em bases um pouco melhores, mas ainda assim ruins. "A proposta anterior foi considerada insatisfatória por Saraiva Felipe", informa a assessoria do ministro. O ex-ministro Humberto Costa retrucou: "Não há por que dizer que as eventuais falhas do atual acordo seriam relacionadas com o meu acordo. Se mantiveram algo ruim, a responsabilidade é deles".

Segundo Chequer, o primeiro acordo foi fechado "sob muita pressão dos Estados Unidos e ameaças de retaliação econômica". É de compreender. Empresas privadas têm o objetivo de buscar lucros. Foi isso que fez o Abbott. Governos têm a obrigação de defender o interesse econômico de empresas de seus países. Foi isso que fez o governo americano. O único que não cumpriu seu papel foi o Ministério da Saúde. Uma pena. Por distribuir gratuitamente medicamentos aos soropositivos, o programa antiaids brasileiro tem projeção mundial e o apoio de organizações internacionais

de saúde. A sobrevivência média dos pacientes após o diagnóstico, que era de dezoito meses em 1995, subiu para 56 meses em adultos e 67 meses em menores de 13 anos. O programa também ganhou destaque por recorrer à ameaça de quebra de patentes farmacêuticas dos grandes laboratórios, como uma forma de forçá-los a reduzir o preço de remédios que integram o coquetel antiaids. Ainda que nenhuma patente jamais tenha sido quebrada, a simples ameaça conferia ao programa brasileiro uma imagem "cult" junto aos movimentos antiglobalização, que preferem colocar nas grandes empresas a culpa pelas mazelas dos países emergentes. O apoio mundial ao programa antiaids brasileiro pode ter começado a morrer com o acordo entre o Ministério da Saúde e o laboratório Abbott. ONGs e entidades especializadas em saúde temem que negociações como essa engessem o orçamento público, inviabilizem a distribuição gratuita de medicamentos antiaids e virem referência para acordos futuros. ■

Colabora Victor Martino

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Uma toga que se desveste”, de autoria do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Braziliense de 15 de janeiro do corrente.

O artigo trata da aposentadoria compulsória do Ministro Carlos Velloso que, por completar 70 anos no próximo dia 19 de janeiro, deixará o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral.

Fazendo minhas as palavras do autor do artigo, “Velloso merecia permanecer na magistratura por muito mais tempo pela privilegiada inteligência, cultura e

invulgar capacidade de trabalho. Velloso cumpriu seu dever de forma insuperável”. O Ministro, certamente, fará muita falta ao STF.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Uma toga que se desveste

No próximo dia 19 cai na inexorabilidade da aposentadoria compulsória por completar 70 anos de idade o ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Mário da Silva Velloso. É anacrônica e fora da realidade dos dias de hoje a regra constitucional que submete tal punição a quem se encontra no mais saudável vigor físico e mental. O rigor do velho e já superado preceito chega às raias da irracionalidade e burrice. É mais do que hora de liquidar com a severidade dessa prematura veste constitucional.

Segundo a ONU, a expectativa da vida humana no mundo subiu cerca de 20 anos só na metade do século passado graças à evolução da assistência e tratamento médico, sobretudo às pessoas mais carentes, à prevenção das doenças e, particularmente, à implementação de políticas de saúde pública, com ênfase na questão relacionada com o saneamento básico. No Brasil gira em torno dos 72 anos. É claro que essa é uma média que se extrai de todas as camadas sociais desde as mais pobres até as mais ricas. Os que têm um padrão de vida melhor levam vantagem em termos de alimentação, assistência médico-hospitalar, educação, lazer, entre outras conquistas sociais – e por isso mesmo possuem expectativa de vida mais elevada.

No Distrito Federal as condições de vida colocam o brasileiro em primeiro lugar entre as unidades federadas na avaliação do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Em alguns locais como o Lago Sul e o Plano Piloto se apresenta como um dos mais altos do mundo.

Se um servidor público chega à idade da compulsória, mas está em condições de permanecer na ativa, não há razão para aposentá-lo obrigatoriamente, acarretando mais ônus ao Estado, que, além de suportar os encargos com o pagamento dos proventos do aposentado, terá de arcar com os vencimentos de quem passou a ocupar seu lugar. Perde também em qualidade. O concurso público apenas credencia o postulante aprovado ao exercício do cargo. A eficiência e eficácia no trabalho, no entanto, só vai adquiri-las

com o tempo. Aí está o maior prejuízo. Tirar da atividade o servidor que possui experiência na administração pública e substituí-lo por alguém que ainda vai adquiri-la parece algo irreal em um país que precisa tanto economizar.

O exemplo mais emblemático das mudanças dos tempos em matéria de utilidade humana – poderia citar muitos nomes – é o do Secretário de Governo do Distrito Federal Benjamim Roriz. De cima de seus 84 anos esbanja sagacidade, inteligência, lucidez, disposição e competência. Desenvolve

sua rotina diária na secretaria e mesmo em casa pelo celular, com a disposição que muitos jovens de menos de 30 anos não têm. Dirige o próprio carro, locomovendo-se pela cidade nos feriados e finais de semana, inclusive em viagens para fora quando lhe sobra algum tempo.

Desculpe-me se me expresse assim. Churchill escreveu sobre seus contemporâneos porque os conhecia ou os conheceu. Também falo dos que conheço, como é o caso de Velloso, porque o conheço, privando, até, de sua amizade. Mineiro, filho de juiz, acompanhava o pai nas frequentes mudanças de comarca pelo interior, tomando conhecimento dos mistérios do foro e mesmo trabalhando como funcionário em cartórios judiciais. Somou muita experiência no ofício. Tem o espírito, o bom senso, a cultura, a prudência e o discernimento indispensáveis ao bom julgador.

Pensa, avalia e reflete sobre os votos, decisões e despachos que profere. Excelente datilógrafo, qualificação que adquiriu nos tempos de escrevente, datilografia pessoalmente tudo o que escreve sem jamais se afastar de sua velha máquina de escrever. As minutas são elaboradas em papel reaproveitado do verso de impressões já utilizadas para poupar dinheiro do povo. Lidas nas sessões e revisada a redação caligraficamente, são liberadas aos funcionários do gabinete para providenciarem a digitação e impressão em papel oficial, sem perda de material. Na longa trajetória de magistrado, desde os tempos de primeira instância, passando pelos tribunais por onde julgou até o Supremo Tribunal Federal, jamais alguém pôde emitir qualquer juízo que não fosse o do homem íntegro, correto, sério, do exemplar marido e pai, amigo, leal e fraterno com todos.

Velloso merecia permanecer na magistratura por muito mais tempo pela privilegiada inteligência, cultura e invulgar capacidade de trabalho. As emendas constitucionais que propõem dilatar o prazo da compulsória não vão lograr êxito. O governo finge apoio. Vamos todos sofrer com isso. Já que não o querem, que venha para cá ficar entre nós. Vai tirar o peso da toga e respirar o ar da liberdade sem as amarras do cargo e livre desse mundo de processos que entulham os gabinetes, as salas de sessões, o lar.

Velloso cumpriu seu dever de juiz de forma insuperável. Quando na presidência do TSE concebeu e iniciou a implantação do voto eletrônico, que provocou admiração e respeito do Primeiro Mundo, quando não serviu de modelo na modernização do processo eleitoral de muitos países. Basta isso para dizer que valeu a pena ser juiz e economizar papel, o que a burrice oficial não quer fazer ao desvesti-lo da toga que honrou.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB
– AP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB
– AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 17 minutos.)

Ata da 4ª Sessão Deliberativa, em 20 de Janeiro de 2006

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Renan Calheiros, da Sra. Serys Slhessarenko,
dos Srs. Rodolpho Tourinho, Sibá Machado, Augusto Botelho e Alberto Silva*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem presidencial que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 74, DE 2006

(Nº 38, de 2006)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no dia 22 de janeiro, a fim de participar, em La Paz, da cerimônia de posse do Senhor Evo Morales na Presidência da República da Bolívia.

Brasília, 19 de janeiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Aviso nº 48 – C. Civil

Em, 19 de janeiro de 2006

Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no dia 22 de janeiro de 2006, a fim de participar, em La Paz, da cerimônia de posse do Senhor Evo Morales na Presidência da República da Bolívia.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – A mensagem lida vai à publicação.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA

– Nº 36.505/2005, de 21 de dezembro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.286, de 2005, do Senador Delcídio Amaral.

AVISOS

DO MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

- Nº 1.306/2005, de 23 de dezembro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 998, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 1.307/2005, de 23 de dezembro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.127, de 2005, do Senador José Jorge; e
- Nº 1.309/2005, de 23 de dezembro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 316, de 2005, do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – As informações referentes ao Requerimento nº 1.286, de 2005, encontram-se à disposição do Requerente na Secretaria-Geral da Mesa. As demais informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 39, DE 2006

Requerem Voto de Lembrança ao saudoso Leonel Brizola, que no próximo dia 22 de janeiro completaria 84 anos.

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Lembrança ao saudoso Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, que no próximo dia 22 de janeiro completaria 84 anos de idade.

Requeremos, ainda, que deste Voto de Lembrança sejam cientificados os familiares do homenageado.

Justificação

A homenagem que ora requiremos é justa, pelo que significou para o Brasil o grande público Leonel Brizola. Homem que não abria mão de suas convicções, governou o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro.

Sua força e influência estão registradas de forma definitiva na história da política brasileira.

Sala das Sessões, 20 de janeiro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio** – Senador **Osmar Dias** – Senador **Jefferson Péres** – Senador **Augusto Botelho**.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente Rodolpho Tourinho, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de fazer referência à inauguração da 7^a Comarca de Roraima, em Pacaraima, que é o Município mais extremo, que fica mais ao norte do Brasil, na fronteira com a Venezuela.

Ontem, a Comarca foi inaugurada, tendo sido nomeado o seu primeiro juiz, Dr. Marcelo Mazur. Ela vai atender aos Municípios de Uiramutã, Pacaraima e Amajari, os três Municípios mais ao norte do Brasil.

A Prefeitura de Pacaraima é a única que tem um prefeito do meu Partido, o PDT. Trata-se de Paulo César Quartiero, que já instalou em Pacaraima uma telefônica celular, a Vivo, e o Banco do Brasil. O nosso povo de Pacaraima está começando a ter os mesmos direitos dos cidadãos de todo este Brasil.

Gostaria que houvesse, em todos os Municípios, uma comarca, telefonia celular, esgotos sanitários, água encanada. Em Pacaraima, ainda não há esgoto sanitário, porque a sua população vive sendo ameaçada de expulsão. Quando reconheceram a Reserva de São Marcos, a primeira reserva de grande porte homologada no norte do Estado de Roraima, o antropólogo “esqueceu-se” de fazer constar que existia Pacaraima. Agora, as pessoas de lá vivem recebendo, de vez em quando, da Justiça, ordem de despejo para deixarem suas casas. Mas creio que isso não vai mais ocorrer, porque já se passaram quase dez anos, e a cidade continua crescendo. É a porta de entrada do Brasil para o Caribe e para a América do Norte. A nossa rodovia faz parte da Rodovia Pan-Americana.

Pacaraima está, cada vez mais, firmando-se como uma cidade de entrada do Brasil; e a fronteira com a Venezuela é uma zona franca em que a indústria vai se desenvolver, gerando muitos empregos. Os nossos

brasileiros garimpeiros já estão todos trabalhando na Venezuela e na Guiana, porque foram expulsos do Brasil. Garimpeiro não tem mais direito de trabalhar.

Se for aprovado aquele projeto das florestas da forma como está, os nossos madeireiros terão que migrar ou para a Venezuela ou para a Guiana, porque não vão mais poder explorar madeira. Só as grandes empresas é que vão ter direito de explorar madeira no Brasil, como as grandes mineradoras apenas têm o direito de explorar minério.

Preparei um pronunciamento a respeito das universidades do Brasil, mais precisamente das boas coisas que ocorreram no ensino universitário durante os últimos anos, especialmente no Governo do Presidente Lula.

O Governo do Presidente Lula atravessa período de inegável turbulência política. No entanto, isso não deve, em absoluto, embaçar os sucessos pontuais de que a administração petista se vale para justificar o bom desempenho das políticas públicas. Tal é o caso dos programas do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia, no que concerne ao fomento estatal ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Sem dúvida, temos que reconhecer o êxito com que o ProUni, o Fies e o CNPq operam seus projetos de incentivo e apoio ao desenvolvimento da educação no País. Cada programa, a seu modo, persegue objetivos bem similares, traduzidos na maximização da aprendizagem, do conhecimento e da permanência dos estudantes nas universidades. A cada um dos programas não seria em absoluto descabido dedicarmos um minuto de nossa atenção.

O ProUni – Programa Universidade para Todos – é o maior programa de bolsas de estudo da história da educação brasileira. Foi instalado pelo Governo Federal em 2004, possibilitando acesso de milhares de jovens de baixa renda à educação superior. Seu objetivo consiste em conceder bolsa de estudos integrais e parciais a estudantes dos cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Em contrapartida, o MEC oferece isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao programa.

Sr. Presidente Tourinho, segundo dados do Ministério de Educação, as universidades federais brasileiras disponibilizam atualmente 122 mil vagas nos vestibulares, ou seja, 122 mil vagas novas para ingresso nas universidades federais. O ProUni, no seu primeiro processo seletivo, ofereceu 112 mil bolsas integrais e parciais em 1.142 instituições de ensino superior do País. Trata-se do maior número de vagas criadas para a educação superior em apenas um ano. A expectativa é de que, nos próximos quatro anos, o programa deverá oferecer 400 mil novas bolsas de estudos.

Conforme declaração de especialistas, a implementação do ProUni, somada à criação de 9 universidades federais e 36 novos **campi**, amplia significativamente o número de vagas na educação superior, interioriza a educação pública e gratuita e combate às desigualdades regionais.

Senador Sibá Machado, cumpre frisar que o Plano Nacional de Educação prevê, até 2011, a matrícula de pelo menos 30% da população na faixa de 18 a 24 anos na educação superior. Hoje, a percentagem se restringe apenas 9%. O ProUni contribui, portanto, para honrar o compromisso do Governo Federal de democratizar o acesso à educação superior, representando uma eficaz política pública de ampliação de vagas, estímulo ao processo de inclusão social e geração de trabalho e renda aos jovens brasileiros.

O número de bolsas, integrais ou parciais, ofertadas pelo ProUni, para o primeiro semestre de 2006, chegou a 91.100.

Sr. Presidente Rodolpho Tourinho, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso não é tudo. Graças ao CNPq – Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –, quase 50 mil doutores figuram entre os cientistas cujos trabalhos foram citados em periódicos especializados, seja no Brasil, seja no exterior, entre 2000 e 2003. No mesmo intervalo de tempo, o número da produção técnica dos pesquisadores doutores foi de 13 mil trabalhos, entre *softwares*, produtos e processos. Isso contrasta com o resultado de 1998 a 2001, quando se somaram apenas, aproximadamente, 8 mil trabalhos.

Entre 2000 e 2003, o Brasil contabilizou a defesa de quase 100 mil teses de mestrado e doutorado. Somente em 2004, quase 800 milhões de reais foram investidos em bolsas de pesquisa e no fomento à investigação científica. Queremos que isso aumente mais, porque não podemos ficar comprando conhecimento o tempo todo. Um dos grandes valores do nosso milênio é o conhecimento. No mesmo ano, bancaram-se quase 9 mil bolsas no País e no exterior. Seguindo dados de 2004, trezentos e trinta e cinco era o número de instituições direta ou indiretamente envolvidas com produção científica e pesquisa no Brasil.

Nessa mesma linha, o Fies – Programa de Financiamento Estudantil – é um outro programa do MEC que se destina a financiar estudantes universitários cujo orçamento familiar não comporta condições de arcar com os custos de sua formação. Para tanto, basta que estejam regularmente matriculados em instituições particulares credenciadas pelo MEC.

Criado em 1999 para substituir o Creduc (Crédito Educativo), é dirigido, portanto, a alunos carentes de universidades privadas que têm dificuldades de pagar

os estudos. Até dezembro de 2004, o Fies somava 218 mil estudantes beneficiados, com uma aplicação de recursos de R\$1,7 bilhão. Contabilizando o acréscimo de beneficiados em 2005, o fundo já absorveu 320 mil estudantes de universidades particulares.

Segundo informações do MEC, cerca de mil instituições de educação superior aderiram ao Fies este ano. Seguindo as regras vigentes, os beneficiados são escolhidos levando em consideração critérios socioeconômicos...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – ... com base nos quais a CEF pode custear, em até 70%, o valor da mensalidade da faculdade.

Em contrapartida, o valor financiado – acrescido de juros – deverá ser restituído pelo estudante somente após a conclusão de sua graduação, em prazo que varia de acordo com a duração do curso. Por exemplo, no caso de um curso de quatro anos, o estudante terá até seis anos para saldar a sua dívida, incondicionalmente a partir da obtenção do diploma.

A propósito, o MEC divulgou pela internet, em fins de novembro último, a relação dos alunos que receberão o benefício do Fies em 2005. Segundo informações da assessoria de imprensa do MEC, dos 135 mil inscritos, cerca de 100 mil estudantes foram selecionados como potenciais beneficiários. Nessa seleção específica, os universitários terão 50% de financiamento das mensalidades, a juros de 9% ao ano. O pagamento será feito pelo aluno depois que se formar, com prazo igual a uma vez e meia ao do curso. A cada trimestre, o beneficiado precisa pagar ao sistema uma taxa mínima de R\$50,00.

Sr. Presidente, diante de tudo que foi exposto, seria, naturalmente, lógico supor que apenas loas deveriam ser dirigidas ao Governo do Presidente Lula. E isso, em parte, devemos fazer. Acontece, porém, que as deficiências educacionais do Brasil se alastram em dimensões gigantescas, seja em profundidade, seja em comprimento.

Entre as desigualdades históricas e vergonhosas que assolam todos os domínios sociais brasileiros, aquela relacionada ao ensino superior se sobressai como uma das mais aviltantes. Isso se traduz num ínfimo número de brasileiros que conseguem ser aprovados nos vestibulares do País e freqüentar regularmente as aulas, com carga de estudo minimamente satisfatória.

Pior ainda é constatar que o número de universitários que resistem até o momento da diplomação é ainda mais reduzido, seja em função do imprescindível

e exaustivo vínculo empregatício, seja em função da carência de recursos financeiros próprios.

Nesse contexto de relativo desalento, não poderia ser outra nossa reação que cobrar das autoridades competentes maior empenho institucional no cumprimento das metas de inserção dos brasileiros no ensino superior. Antes de tudo, cabe reiterar que as metas fiscais, tão ortodoxamente adotadas, não podem comprometer o repasse de verbas orçamentárias às unidades que executam os projetos sociais. Por mais rigorosa que seja uma política econômica, não há como justificar sua indiferença para as mazelas reais e históricas a que estão submetidas as faixas menos privilegiadas de nossa população.

Senadora Heloísa Helena, numa linha mais específica, não se pode tolerar transigências políticas, ou barganhas partidárias, na execução de projetos estritamente vinculados à melhoria da educação no País. Em consequência, mais recursos devem ser progressivamente destinados aos projetos e programas gerenciados pelo MEC e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Desse modo, o Brasil disporá, de fato, de recursos humanos mais capacitados, reforçando uma expectativa de desenvolvimento menos utópica e muito mais pragmática.

Sr. Presidente, Senador Tourinho, para encerrar, a despeito das deficiências apontadas acima, não se deve deixar de prestar justas honras ao trabalho que o Governo Lula vem realizando na área de educação superior. Em suma, seja via ProUni, seja via CNPq, seja via Fies, mais e melhores estudantes brasileiros têm ingressado em nossas universidades, contribuindo para uma qualificação cada vez mais refinada, atendendo às demandas de um mercado cada vez mais exigente e globalizado.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Passo a Presidência ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Rodolpho Tourinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Rodolpho Tourinho. S. Ex^a dispõe de dez minutos, mais cinco, dentro dos critérios regimentais.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu havia anunciado ontem aqui que voltaria a tratar do problema do leilão de energia do dia 16 de dezembro, fazer algumas análises sobre-

do daquilo que afeta o meu Estado, a Bahia, a Região Nordeste, com que tenho grande preocupação. Eu voltarei a este tema na próxima semana.

Quero aproveitar que ontem aqui a Senadora Patrícia tratava de um novo projeto dela em relação à proteção da criança e do adolescente. Houve uma discussão que considero muito importante com a participação da Senadora Heloísa Helena. Confesso, nobre Senadora, que me tocou muito a veemência com que V. Ex^a se colocou na defesa da criança. Emocionou não só a mim mas penso que ao Brasil inteiro. Eu tenho um filho nessa idade e sinto grande responsabilidade não só por ele mas por todas aquelas outras crianças do meu Estado e dos demais Estados do Nordeste que não têm as condições que ele tem. Nós temos que lutar por isso com unhas e dentes, defendendo todas essas crianças para que tenham participação na comunidade, atendimento à saúde, escolas e que não sofram abusos sexuais. Enfim, é um problema muito sério. Por essa razão, eu desisti de falar do que tinha anunciado aqui, de um problema que está muito ligado à criança e ao adolescente e que já tratei ontem aqui com relação a doações que são importantes que sejam feitas. Porque, na verdade, hoje há um grande paradoxo em relação a todas essas questões de doações permitidas por lei.

Eu quero lembrar a Lei nº 8.089, de julho de 1990, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente e da dedução do Imposto de Renda para essas doações – os fundos nacionais, os fundos estaduais e os fundos municipais em favor da criança e do adolescente cujos objetivos era o de ampliar a participação da sociedade no amparo dessas crianças e adolescentes. Isso foi feito. O art. 227 da Constituição Federal consagra o dever da família, o dever da sociedade e do Estado de assegurar essas condições. Entretanto, há um paradoxo: a lei existe, mas a norma impede. A Constituição prevê, a Constituição obriga. A lei cria, a norma impede, a norma da insensibilidade. Não me refiro à Receita Federal deste Governo, mas dos governos anteriores. No fundo há uma grande insensibilidade em relação a esse problema porque se criam obstáculos de todas as formas às doações.

Quero lembrar que em 1999 chegou-se a um volume de doação de quase 30 milhões por meio de Imposto de Renda. A pessoa física foi a responsável pelo grande volume de 1999, quando se chegou a quase 24 milhões; todavia, no último ano foram doados apenas 17 milhões. Em termos reais, houve efetivamente uma queda muito grande. Quanto à pessoa jurídica houve crescimento, mas, na verdade, os obstáculos são muito grandes. Por exemplo, a pessoa jurídica que adota o lucro presumido, ou seja, o grande número de empre-

sas que adota a forma de pagar o Imposto de Renda pelo lucro presumido é impedido de doar. É a grande maioria das empresas, Senadora Heloísa Helena.

A norma impede que a lei seja cumprida. A norma impede que a Constituição seja observada. Por quê, pergunta-se. Por que impedir que essas empresas doem – a grande maioria que opta por esse sistema no País –, por que elas não podem doar? É um obstáculo à doação. Qual a outra fórmula pela qual uma pessoa jurídica pode pagar o seu Imposto de Renda? Ela pode optar por ser tributada pelo seu lucro real, aquilo que é apurado no dia-a-dia, e no fim de cada mês ela recolhe então 15% sobre esse valor. Mensalmente. Como o Imposto é maior do que 15% e como existem ajustes naturais no balanço, ao fim de cada exercício então recolhe-se mais 10%. Hoje já há até um adiantamento, mas a idéia é que seja no fim do exercício. Esse é o grosso, é grande parte do volume dessas empresas. Quer dizer, sobre os 15% pode haver dedução, sobre os 10% não pode.

Vê-se que já há uma imensa restrição, quando é lucro presumido não se pode doar, quando é lucro real só se pode doar pela menor parte do lucro real das empresas. Foram poucas as empresas que fizeram doações, essa é a verdade. No caso da pessoa física, tem-se um grande impedimento. Todavia, esse impedimento evidentemente é natural não só no Brasil, mas em todo lugar. Ou seja, a pessoa se preocupa muito com o seu Imposto de Renda, estou falando da pessoa física, no momento em que ela vai fazer a sua declaração e que ela vai identificar o que ela terá que recolher. É nesse momento que a doação cabe porque é ali que ela calcula o que ela pode doar, que tipo de disponibilidade a pessoa física tem e é nesse momento que cabe a doação. O que a norma, outra vez, impede? Não se pode fazer a doação porque se fizer nesse momento só vai valer para o próximo ano. Para que valesse neste exercício, por exemplo, teria de ser feita no exercício passado. Isso impede, de forma sutil, que a doação seja feita. Por isso está aqui o Projeto de Lei nº 51, que visa a eliminar essas limitações. Entendo que os fundos são a única forma possível, no momento atual, de se obterem novos recursos para atender às crianças e aos adolescentes de todo o País; não existe outra forma.

Um estudo do Ipea do ano de 2000 mostra que apenas 0,6% das empresas potencialmente doadoras efetivamente doaram. É um número extremamente baixo. Reafirmo o que disse antes: são essas as limitações impostas. E mais. Somente 6,5% da renúncia potencial é concretizada. Na verdade, temos um campo imenso para arrecadar recursos para crianças e adolescentes com renúncia fiscal relativamente pequena,

cujos valores seguramente levarão a um atendimento muito melhor.

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado há cerca de 15 anos e é uma das principais leis brasileiras. Desde então, pelo menos do ponto de vista legal, o Brasil é um País que possui uma legislação bastante adequada no intuito de conferir às suas crianças e adolescentes uma rede de proteção social, bem como direitos e garantias básicas para afiançar uma qualidade mínima de vida a essa parcela tão importante da sociedade.

Passada uma década e meia da sanção do Estatuto, é forçoso registrar que o ano de 2005 foi bastante positivo para o aperfeiçoamento tanto do Estatuto quanto da legislação brasileira em si, no tocante a combater a violência, bem como outras práticas que iam de encontro aos interesses das gerações mais novas da Nação.

Tratamos hoje aqui não só da violência, mas também de buscar recursos para que se possa, efetivamente, ter um programa eficiente nessa área.

Eu diria que, com a participação decisiva de muitos Parlamentares, em 2003, o Congresso Nacional criou uma CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, que duraria mais de um ano, com a votação de seu relatório final em julho de 2004.

Entendo que, neste momento, devo outra vez citar aqui a participação, sempre corajosa, decisiva, expressiva, da Senadora Patrícia Gomes, que, exercendo a Presidência dessa Comissão, conduziu com firmeza uma investigação que se mostrou difícil, desgastante, culminando com momentos até de grande tensão aqui dentro do Congresso.

Felizmente, o relatório foi votado e o ano de 2005 se tornaria muito positivo na defesa do interesse dos mais jovens cidadãos deste País. O fato é que as sugestões contidas no relatório final da CPMI foram transformadas em proposições e, no âmbito do Senado Federal, as mais importantes já foram aprovadas.

Bons exemplos são os Projetos de Lei nºs 253, 254 e 255, de 2004, oriundos da CPMI e já remetidos à Câmara dos Deputados. As alterações propostas em todas as proposições são fundamentais para o aprimoramento de um Código Penal defasado e para coibir a prática desta modalidade de crime nefasto, como é a exploração sexual infantil.

Aprovamos também no Senado, em segundo turno, a Proposta de Emenda Constitucional de nº 40, de 2000, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que estabelece a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos.

Crianças essas, Senadora, a que V. Ex^a se referia com tanta ênfase e com tanta emoção, ontem, aqui neste plenário. Foi outro passo fundamental, tenho certeza, para garantir um futuro mais digno para as nossas crianças.

Também no Ano de 2004 foi aprovado, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Complementar nº 51, de 2004, ao qual eu vinha me referindo antes, que diz respeito a essa questão da flexibilização das deduções do Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas que efetuaram doações em favor do Fundo da Criança e do Adolescente.

O objetivo maior desta minha fala hoje aqui é de chamar a atenção dos companheiros Parlamentares e a atenção também do Governo, da Receita Federal, para que esse projeto seja aprovado naturalmente, para que a ele não venha a ser colocado nenhum obstáculo, e se possa, efetivamente, obter uma maior contribuição da sociedade para, se não resolver num primeiro momento, pelo menos amenizar os efeitos negativos, sobretudo da pobreza, no Nordeste, no semi-árido nordestino. Precisamos tanto disso, mais do que outras regiões.

Concedo, com muita satisfação, um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Rodolpho Tourinho, quero primeiro agradecer a V. Ex^a pela generosidade. Sei que a Senadora Patrícia Saboya Gomes não pode estar aqui porque está em outra reunião, mas se aqui estivesse também apartearia V. Ex^a. Cada dia preocupa-me mais o exercício dos mecanismos de controle que o Senado, o Congresso Nacional, o Legislativo de uma forma geral tem e não exercita. Isso me dá uma tristeza inimaginável, porque dispomos de uma Comissão de Fiscalização e Controle, na qual poderíamos efetuar procedimentos investigatórios até para analisar a ineficácia, a insensibilidade e a irresponsabilidade na execução orçamentária. Então, nem o Poder Público viabiliza aquilo que é pensado e construído pela sociedade e pelo Parlamento, que se transforma em lei, nem possibilita que outros setores, como bem disse V. Ex^a, mediante a complementaridade dos recursos a serem disponibilizados, possam atender as nossas crianças. Realmente é uma situação muito difícil. Espero que tenhamos o tempo e a agilidade necessária para discutir o projeto de V. Ex^a. Vamos ter, certamente já na próxima semana, um momento precioso para discutir a questão da educação infantil, o Fundeb. Já foi introduzida a área de zero a três anos, que é da creche, quase que por fórceps. Foi uma dificuldade gigantesca. A Senadora Patrícia, eu, vários outros Senadores, V. Ex^a e todos os outros Senadores que se identificam com essa causa, Senador

Augusto Botelho – sabe V. Ex^a –, fizemos um esforço inimaginável para conseguir incluir a educação infantil. Eles deixaram para a faixa de quatro a seis anos uma migalha, e incluíram a questão das crianças de zero a três anos. O que vai significar? Para V. Ex^a ter uma idéia, o Fundeb vai significar no próximo governo – não no próximo governo, agora, dos próximos quatro anos, a partir de 2007; mas só após o outro governo – um montante de R\$4,5 bilhões. Isso para educação infantil; portanto, toda a atenção da creche, da pré-escola, todo o ensino fundamental, o ensino médio, a educação de jovens e adultos, o ensino profissionalizante. Imagina o que significa isso: em cinco anos, é um bilhão, dividido – como sabe V. Ex^a – por mais de cinco mil Municípios brasileiros, que é o que de fato vai ser estabelecido em educação básica, em educação infantil em nosso País. Portanto, quero saudar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz. Espero realmente que, este ano, sejamos capazes de fazer a pressão necessária tanto para aprimorar a legislação como para garantir mecanismos de controle para que o Governo cumpra sua obrigação constitucional, já que, infelizmente, não podemos esperar tanta sensibilidade política. Então, saúdo V. Ex^a.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena. Acho que, efetivamente, teremos que fazer, na próxima semana, um mutirão para aprovar esse PLS nº 51. Entendo ser da maior importância que isso seja feito. Poderíamos até, se fosse o caso, já votar na próxima semana aqui em plenário. É só pedir urgência para vir para cá, desde que a insensibilidade de parte do Governo não venha a atrapalhar esse projeto. E não pode atrapalhar, pela dependência que essas crianças têm hoje de recursos.

V. Ex^a tocou também no problema do Fundeb, que acho de fundamental importância para o País, e também na questão da necessidade de controle. V. Ex^a deve estar lembrada também que, no caso do Fundeb, que está em vigor, o Governo Federal nunca cumpriu a sua parte, nunca atualizou os valores que tinha que ter atualizado. Isso é um negócio inacreditável, porque a lei existe. Não é só este Governo, o governo anterior também. Quer dizer, a lei foi criada e convive-se hoje com um valor infinitas vezes menor do que devia ser. É o risco que corremos, Senador, de não termos nem os R\$4,5 bilhões. Na verdade, está estabelecido na Constituição, na lei, e a norma impede que seja feito.

E, outra vez, o paradoxo que trouxe hoje aqui para discussão é exatamente este. Queira Deus que, no caso do Fundeb, em primeiro lugar, conheçamos logo qual é a proposta, porque eu ainda não consegui

entender qual é a proposta completa do Governo em relação ao Fundeb! Não consegui.

Em segundo lugar, que seja estabelecido na nossa discussão algum mecanismo de controle que obrigue o Governo efetivamente a cumprir a sua parte. Não estou tratando deste Governo, não estou tratando de questão ideológica, não é nada disso, mas apenas da responsabilidade do Estado e da responsabilidade do Governo.

Então, espero que tenhamos uma discussão efetiva em relação ao Fundeb. É fundamental. Já foram incluídas partes que estavam fora do processo, mas é preciso efetivamente que, nessa discussão, fique assegurado que o Governo vai cumprir a sua parte. Essa vigilância é que o Senado deve manter e espero que a cumpramos daqui para frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. Sibá Machado, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Obrigado, Senador Tourinho.

Com a palavra, por ordem de inscrição, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, nobre Senadora Heloísa Helena, Senador Rodolpho Tourinho, senti-me prejudicado ao final dos debates da tarde de ontem, porque me senti provocado sobre a opinião que vejo corriqueira nesta Casa da posição dos órgãos de fiscalização e defesa ambiental do Brasil, a legislação brasileira que trata do assunto e o desejo, a vontade que todos expressam aqui sobre o crescimento econômico, o chamado desenvolvimento brasileiro.

Sr. Presidente, também não morro de amores por aquelas pessoas que, travestidas da função pública, desviam seu comportamento. Também tenho muitas preocupações quanto a isso e sei que não podemos, é um dito popular da Região Norte, cortar a perna do cavalo porque deu um coice. Portanto, não podemos colocar uma instituição pública toda sob suspeita por conta do comportamento de alguns de seus indivíduos.

Acredito que o debate é muito ideológico. Houve aquela situação das usinas de álcool de Mato Grosso do Sul, a situação dos grandes empreendimentos energéticos da Amazônia, e agora, com essa proposta do novo gasoduto, a partir da Venezuela, eu queria dizer aqui com toda tranqüilidade que acho que esta Casa precisa tomar uma decisão de vida, porque é res-

ponsável pela elaboração da legislação. A legislação brasileira é criada por esta Casa. Foi esta Casa que determinou os parâmetros legais, a obediência para qualquer investimento público ou privado e a observância da legislação referente à defesa ambiental, que, quando não é observada, é dada ao gestor público a culpabilidade da omissão.

Então, quando se mostram taxas elevadas de desmatamento na Amazônia, queimadas e tudo o mais, diz-se que o órgão é omissor, é inapropriado para sua função. Quando faz a fiscalização correta, no meu entendimento, aí ele está atrapalhando as coisas. Aí digo a V. Ex^a que fico indignado com isso. Eu não posso permitir isso.

Conheço o perfil da Ministra Marina Silva. Conheço o perfil de muitas pessoas que estão dentro daquela instituição, mas não quero tratar nem no plano pessoal; quero tratar no plano institucional. Trata-se de uma instituição pública do Governo do Estado que obedece a uma legislação criada pelo Congresso Nacional.

Portanto, as usinas do Mato Grosso do Sul têm que obedecer à legislação ambiental; os investimentos do gasoduto, das hidrelétricas ou qualquer tipo de investimento têm que obedecer. E nós não podemos fazer de fantasia. Muitos dos obstáculos a esses investimentos ocorrem exatamente porque, no afã de construir, em nome do desenvolvimento, executam-se ações de qualquer jeito propositadamente para, digamos assim, criar a política do fato consumado.

Assim é a grilagem da terra. Quando se sobrevoam regiões intactas da Floresta Amazônica, de vez em quando, encontramos aberturas, clarões enormes, como na última viagem em que passei pela terra do meio, no Pará. Imagino que aquele desmatamento deveria ter mais de vinte quilômetros de extensão. Mais de vinte quilômetros! E o que era aquilo? Fato consumado: entra, derruba, queima, põe um capim, põe um boi lá em cima e diz “isso aqui é meu”. Isso não pode acontecer.

Penso que esse debate é enviesado e precisaria esta Casa aqui de duas, uma: ou libera geral e pega toda a legislação brasileira e modifica, dizendo está livre, leve e solto para quem quiser fazer como queira, faça, ou se obedece ao processo legal.

Então, senti-me muito ofendido no debate de ontem. Acho que isso não ajuda, porque ficam dizendo que determinada instituição está atrapalhando o desenvolvimento. Quem é maluco? Ninguém aqui é maluco e irresponsável de fazer isso. Todos nós queremos, sim, os investimentos que trazem os passos da demanda até mesmo do crescimento vegetativo da nossa população. Sempre fazemos um parâmetro do que é o crescimento verdadeiro. O crescimento verdadeiro de uma

nação está vinculado ao crescimento vegetativo de sua população. Se a demanda de crescimento vegetativo é de 3%, 4%, 5% tem que obedecer ao crescimento. Agora, de qualquer jeito não pode ser.

Outro assunto muito importante de citar diz respeito ao artigo do Ministro Miguel Rosseto. Parabênico V. Ex^a, que já trouxe informações muito importantes, Sr. Presidente, sobre o projeto de educação nacional, o ProUni, que trata de investimentos para a criação de novas universidades, a contratação de novos professores, de novos profissionais, o que vai permitir que o País não mais trate a nossa juventude, no meu entendimento, preparada para ser...

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Sibá?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ... bons e dóceis trabalhadores, mas, muito mais que isso, uma educação que leve a juventude a pensar. Tem que ser bom profissional, no meu entendimento, porém, mais que isso, tem que ser motivado a pensar.

Ouçó V. Ex^a com atenção.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Sibá, V. Ex^a sabe como eu lhe respeito e às suas idéias, como eu o admiro. Em relação a esta questão do meio ambiente, vou voltar um pouco. Imaginei que V. Ex^a continuasse naquela questão de meio ambiente. Eu queria apenas abordar alguns pontos que considero muito importantes para a discussão. Entendo que não se pode rasgar a legislação sobre meio ambiente, nem acho que isso seja idéia de ninguém. Mas existem alguns... eu vou usar a palavra paradoxos outra vez em relação a algumas questões ambientais. Por exemplo, na questão energética, há uma grande dificuldade na obtenção de licenças ambientais de hidrelétricas. Em relação àquela fauna que estaria – vou tomar só a fauna para tornar mais claro o raciocínio – sendo protegida pela hidrelétrica, você acaba, por dificuldades nessa questão da hidrelétrica, correndo para a termelétrica, onde não existe muita restrição. Você consegue uma licença ambiental hoje de uma termelétrica a gás, que é a pior coisa que pode existir em termos ambientais, em 30 dias. Então, aquela fauna que estaria sendo protegida pelo meio ambiente numa hidrelétrica vai acabar tendo problema pela questão da camada do ozônio. Então, entra-se em um paradoxo sem sentido. Esse é um problema sério que já existe. Verificamos, por exemplo, no último leilão de energia, que houve muito mais energia térmica do que hidráulica. Evidentemente, imensos erros foram cometidos no passado em relação às hidrelétricas, os maiores que se possa imaginar. Mas é preciso que haja também uma adaptação à realidade. É isso que nós pensamos, consideramos e pelo qual lutamos. Só para concluir, em relação ao

Nordeste, hoje, temos uma grande dependência para projetos turísticos, visando ao desenvolvimento da Região. A Bahia tem imensas dificuldades ambientais. Creio que há pouco diálogo. Por isso, considero que precisamos de revisão e de diálogo. O que não pode haver é impedimento para o desenvolvimento. Temos vários problemas que precisam ser analisados de uma forma maior, com uma condução talvez um pouco diferente de toda essa área, e não em relação à legislação, mas a um entendimento de onde se quer chegar em tudo isso. Portanto, eu gostaria de contribuir com essas palavras para que focássemos os problemas existentes. V. Ex^a é uma pessoa ligada à área, conhecedora desse assunto e poderá prestar uma grande ajuda ao País em relação a esse ponto.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Compreendo muito bem as preocupações que V. Ex^a traz porque realmente há uma velocidade maior porque o Brasil, por assim dizer, foi provocado pelos efeitos do pós-guerra. Houve o período do chamado “milagre econômico”, com uma velocidade bastante forçada por aquele momento promissor, porque foi a reconstrução dos escombros de guerra. E agora estamos tentando viver na velocidade da competição, digamos assim, mais real, que é uma velocidade muito importante a ser considerada.

No nosso entendimento, se cada Estado brasileiro pudesse oferecer imediatamente o seu plano para a construção nacional, uma espécie de zoneamento próprio, já passando por uma espécie de entendimento local, comunitário, com a participação mais aberta possível. Senão fica sempre uma política do vai daqui para lá, com o risco desses enfrentamentos.

Eu vi o debate feito em Rondônia, no Pará, no Acre, na construção desses zoneamentos, e penso que isso poderia ocorrer em todos os Estados. Por exemplo, no Estado da Bahia, existe uma forte zona de turismo que está em expansão. No meu entendimento, tem que expandir mesmo. É um grande negócio para o Brasil e para qualquer um a indústria do turismo.

Entretanto, a preocupação que eu trago é que, se ficarmos aqui no discurso de que existem os que querem e os que não querem, não ajudaremos. Foi dado um grande passo no atual Governo. Primeiro, quanto à observação legal da legislação, mas abrindo o diálogo da construção de como deve ser feito. E essa velocidade, a meu ver, ainda não foi resolvida.

Penso que, pelo ranço do passado, estamos pagando ainda com a não construção adequada do presente. Acompanhei o debate do Piauí, a questão da criação do camarão, a situação da mata atlântica, os investimentos na área do turismo mesmo e principalmente a matriz de energia elétrica. Tenho consciência

de que, ao criarmos uma térmica, estamos sujando a atmosfera e um pouco da superfície. Ao criar a hidrelétrica, o impacto violento é na superfície e quase zero de atmosfera. É muito mais visível o impacto que uma hidrelétrica causa. Todos estão vendo o lago que se cria, o microclima novo que é criado na minirregião.

Nesse caso, estamos defendendo como poderíamos criar um acordo de procedimento para que aquilo que o País precisa para os próximos dez ou vinte anos esteja consolidado para o seu bom desempenho no seu futuro e como faríamos isso. Temos que obedecer, senão um importante instituto da fiscalização pública brasileira, o Ministério Público – eu defendo muito essa instituição –, com certeza vai nos colocar obrigatoriamente às barras da Justiça.

Vejo que a maioria dos impedimentos não são do Ibama nem do Ministério do Meio Ambiente. A maioria tem sido por conta da fiscalização do Ministério Público, que embarga a construção e o procedimento da obra. É quanto a isso que estamos pedindo que nos entendamos melhor aqui. Ou se flexibiliza a legislação, ou achamos o acordo de procedimento para poder fazer a execução dos investimentos.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ouço o Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Sibá Machado, os embargos do Ministério Público geralmente são baseados em decisões do Ibama. Então V. Ex^a não pode querer jogar a culpa no Ministério Público quanto ao “apagão” de energia elétrica que estamos correndo o risco de ter. Infelizmente, é o viés ecológico e antropológico que está entrando, atravancando, essas hidrelétricas. Não quero que destruam a Amazônia. Sou da Amazônia, vivo na borda da floresta, assim como V. Ex^a. Em Roraima, com a aplicação da lei como V. Ex^a está falando agora, há proprietários rurais que têm uma gleba de terra de 60 hectares há mais de vinte anos sem que o Governo regularize definitivamente sua propriedade. Uma família de cinco pessoas, para sobreviver na floresta amazônica, tem de derrubar pelo menos 3 ou 4 hectares de floresta. Não adianta dizer que devem fazer algo diferente, porque não sabem fazê-lo, nem têm dinheiro. Não existe financiamento para essas pessoas, nem extensão rural para que se possa ensiná-los a viver de outra forma. No Estado de V. Ex^a, o Acre, as pessoas conseguem viver colhendo castanha da floresta, mas é uma exceção. Lá deve haver muito mais castanha do que em Roraima. Se essas pessoas derrubam 4 hectares por ano, em dez anos, derrubaram 40 hectares. O Ibama multa em R\$50 mil um colono que mora numa casa pobre de madeira,

que nem tem energia elétrica. Como se pode aplicar uma multa tão cara numa pessoa como essa? Tem de haver bom senso. É preciso que haja uma legislação diferenciada para quem tem lote de 100, de 1.000, de 5.000 e de 25.000 hectares. Como estão fazendo, vão atrapalhar. Querem esvaziar a Amazônia de vez. Em Roraima, muitos pequenos proprietários receberam multa. Não pagam, não têm como pagar. Como vão pagar? Se venderem o lote, conseguirão R\$20 mil. Como pagarão R\$100 mil? Continuarão vivendo lá até quando o Ibama der um trator para que aprendam a mecanizar – é modo de dizer, porque não é o Ibama –, quando o Governo der dinheiro para que se sobreviva de outra forma. E nós temos tentado fazer isso. Desde que eu entrei aqui, tenho feito emendas para tentar lutar por pequenas áreas de agricultura nas colônias. Luto, empenho, mas não consigo liberar dinheiro para fazer isso. Mas, para fazer obras, para construir não sei o que, sempre sai dinheiro. Esse trabalho que eu vou fazer não vai dar nem para comer – eu me refiro à comida que eles fazem. Talvez seja porque as emendas chegam direto ao pobre do colono. Colono é um modo de dizer, são os assentados. Então, V. Ex^a não pode querer jogar a culpa no Ministério Público de algo que vem do Ibama. É lógico que é preciso mudar a legislação, mas não pode ser dessa forma. Deve haver bom senso. Não se pode tratar todos igualmente. O País é todo injusto nisso também. O Sr. José Maria, que tem uma carpintaria lá no fundo de quintal da casa dele, é tratado da mesma forma que a IBM, a Vivo, a Volkswagen. Então, nós que estamos aqui dentro temos que encontrar um jeito de mudar isso aí. Eu tenho pensado, tenho procurado achar uma fórmula. E V. Ex^a, que também é defensor dos menores, tem que achar uma forma. O Ibama não pode continuar fazendo da forma como está. Está querendo esvaziar a Amazônia. Mas não vai esvaziar porque os pobres coitados, todos que vieram para a cidade, ou as filhas viram prostitutas, ou os filhos vão virar marginais. Na cadeia, em Roraima, só há descendentes de pobre. Temos que mudar isso aí. Infelizmente, ainda culpo o Ibama por essa falta de energia que está havendo, pela falência das cerrarias, em Roraima. As cerrarias são porcarias que não cerram nem 10m³ de madeira por dia. Por quê? Porque autorizam o colono a derrubar 4 hectares – eles derrubam com a autorização do Ibama –, mas não autorizam a tirar a madeira para vender, por causa de política do Ibama, das tais normas de que V. Ex^a fala. E o que eles faziam? Queimavam a madeira. Isso tem que mudar! Eu fui ao Ibama e falei com a nossa gerente lá, também já falei aqui no Ibama sobre isso, e não se muda nada. Então, o jeito que há é fazer confusão.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Senador Augusto Botelho, primeiramente, essa é uma matéria que me apaixonou também. Em segundo lugar, convivo com ela e tento estudá-la. É claro que o problema é tão crônico e antigo, que é difícil chegarmos a um entendimento em tão curto espaço de tempo. Considero um desastre o que foi a ocupação da região. Considero um desastre terem criado e reproduzido na Amazônia modelos de assentamentos tradicionais de outras regiões do Brasil. Só agora, no Governo Lula, que nos ouviram para se fazer modelo de assentamento adequado àquela região. Portanto, considero o modelo inapropriado. O meu Estado tem 115 projetos de assentamentos numa área de 15 milhões de hectares. Descontados as cidades, os rios, os espelhos d'água e as áreas inapropriadas, ficaremos com muito pouca terra. A maioria dos assentamentos viraram campo de concentração e só têm uma saída tecnológica: desmatar, queimar e plantar para no ano seguinte continuar desmatando e plantando. Quando queimam o lote inteiro, têm que ir para o outro.

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, gostaria de terminar este pensamento.

Este é o gargalo em relação aos pequenos. E quem disse que a única forma de sobrevivência é a agricultura? Estamos querendo encenar um ambiente de que a floresta viva em pé é o modelo adequado. Portanto, até mesmo o PL das Florestas aponta para o grande empresário poder investir na floresta, e não na terra, com o modelo de agricultura ou de pastagem para criação de gado. Então, nesse caso, é preciso entender que ou se flexibiliza a legislação, ou não existe outro jeito.

Também tenho críticas a fazer. Se vamos fazer manejo comunitário, substituir a agricultura dos assentamentos por manejo florestal ou qualquer outro tipo de manejo, certamente, vamos ampliar para outro tipo de negócio. E os cálculos matemáticos se impõem. Hoje verifico resultados da Embrapa do Acre, no tocante a projeto de assentamento de áreas que foram desmatadas pela metade, investindo em manejo florestal e obtendo mais resultado do que a agricultura de 25 anos. Logo, é preciso encontrar formas de proceder ao manejo de maneira adequada.

Quanto aos investimentos de grande porte, não é o Ministério Público que se baseia em uma decisão do Ibama. A questão é que, quando havia mais liberdade para investir, não se observava a legislação, o Ibama afrouxava, ninguém cobrava; e, agora que se está cobrando a legislação, pensam que o objetivo é

atrapalhar. Portanto, está na hora de promover o bom debate.

Sr^a Presidente, para encerrar o pronunciamento, faço alusão ao artigo do Ministro Miguel Rosseto intitulado “Perdedores de sempre, enfim, ganharam”, que diz que os resultados da política do Governo Lula para criar o G20 começam a dar os primeiros resultados, principalmente para a agricultura familiar. Diz aqui que os vinte países que compõem o G-20 representam cerca de 80% da produção agrícola do planeta.

Segundo acordo feito na OMC, serão encerrados os subsídios dos países ricos sobre os produtos da agricultura, principalmente da agricultura familiar, até o ano de 2013, o que levará, com certeza, uma grande vantagem para a agricultura familiar de todos esses países da região mais sul do planeta.

É muito importante saber que essa é uma grande vitória do Governo brasileiro dentro da OMC, uma grande vitória desses países todos, e saber que o Brasil agora, definitivamente, tem um novo patamar de intercâmbio comercial a partir também da agricultura familiar, que representa 10% do PIB brasileiro.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Passo a Presidência ao Senador Augusto Botelho, uma vez que vou usar a palavra. (Pausa.)

A Sra. Serys Slhessarenko, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar aqui, rapidamente, a importância da decisão do nosso Congresso Nacional, nesta semana, com relação à não-remuneração das sessões extraordinárias e com relação à redução do recesso parlamentar.

Acho da maior relevância, um exemplo da mais alta importância. Foi aprovado por unanimidade, todas as Senadoras e Senadores se posicionaram. Esse é um momento grande do nosso Senado da República. O nosso Presidente Renan Calheiros não titubeou em colocar essa matéria na pauta da convocação extraordinária.

Agora, eu queria ir além e falar das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais do nosso País.

Sei que há muitas Assembléias Legislativas que já estão começando a discutir a questão, como também algumas Câmaras Municipais. E conclamo aqui todas a fazerem essa discussão. Sei que no meu Estado de Mato Grosso já temos Parlamentares – vou evitar citar o nome, porque tentei buscar essa informação agora de manhã e não consegui –, já temos Deputados lá buscando elaborar projeto no sentido da redução do recesso e do fim da remuneração da convocação extraordinária. Aliás, na Assembléia do meu Estado de Mato Grosso, onde estive doze anos, tentei e não consegui. Mas, agora, temos lá outros Parlamentares que estão buscando a redução do recesso e o fim da remuneração das sessões extraordinárias.

É muito importante. Não tenho dúvida da importância. Isso aí é uma demonstração à sociedade, o Congresso Nacional está mostrando à sociedade. Com certeza, as Assembléias, em cada Estado, as Câmaras, em cada Município, também estarão tratando dessa questão. É um passo importante para a conquista do resgate da credibilidade do Parlamento. Aliás, parlamentos que, do meu ponto de vista, são da mais alta relevância para o processo democrático, o Congresso, as Câmaras, as Assembléias, desde que se pautem realmente pelas funções que, politicamente, devem desempenhar. O Parlamento é fundamental para o processo democrático, seja em que instância for, federal, estadual ou municipal, do nosso ou de qualquer país. A democracia se vê realmente contemplada quando estão em atividade as várias forças político-partidárias mais significativas existentes na sociedade. E essas forças estão representadas não no Judiciário ou no Executivo, para o qual, em determinado momento, há eleição e uma força ganha, enquanto as outras ficam completamente fora. No Parlamento, as forças mais significativas estão representadas, e por isso é um instrumento da maior relevância.

Quero também falar sobre algumas coisas que parecem um tabu na sociedade. Critica-se, bate-se no Parlamento de chicote, de chibata, de todo jeito, às vezes, merecidamente e, às vezes, até imerecidamente. Não vou discutir isso agora. Mas eu gostaria de fazer um alerta à sociedade, à nossa imprensa, que tem um poder gigantesco, respeitável. Defendemos a imprensa investigativa, livre, mas alertamos para a importância de ela cuidar também do Poder Judiciário. O Poder Judiciário – e é isto que considero tabu –, apesar de ser, em algumas instâncias, extremamente sério, não vamos generalizar, em outras, deixa muito a desejar, muito a desejar mesmo.

Por exemplo, a questão do nepotismo. Quando alguém se torna juiz, desembargador ou ministro, leva a parentalha para trabalhar na sua assessoria ou para

ocupar outro cargo no Judiciário. Veio aí o fim do nepotismo na reforma do Judiciário. O Conselho Nacional de Justiça deu prazo para acabar com o nepotismo em todas as instâncias do Judiciário, mas está havendo resistência. Há instâncias dizendo que não vão acabar com essa prática, tentando achar formas de distorcer a decisão, colocando parente no gabinete do outro. Isso é um absurdo! Se quem faz a Justiça está querendo desobedecer à lei, temos que tomar muito cuidado, temos que ter muita cautela.

Espero que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, meu Estado, já tenha se prontificado a, imediatamente, demitir todos os parentes chamados para cargos comissionados. É óbvio que aqueles que fizeram concurso têm que ter o seu lugar assegurado, como concursados, desempenhando a sua função, com competência, mas sem cargo comissionado, mas não aqueles que não fizeram concurso e que estão lá simplesmente porque são parentes. Isso se chama nepotismo e é um absurdo. Ninguém vira Senador, Deputado, Desembargador, Juiz, Presidente da República, Secretário de Estado para botar a parentalha pendurada nos cargos. Quem tem que estar nesses cargos são pessoas de confiança, por competência, sim, e principalmente concursados, principalmente funcionários de carreira. É óbvio que precisamos de algumas exceções, de pessoas que sejam comissionadas e da nossa confiança, mas não precisam ser parentes. “Ah! Mas meu parente é supercompetente!” Tudo bem, mas não é por aí. Nós não assumimos um cargo para colocarmos o parente para ser, como digo, um penduricalho em qualquer local, em qualquer Poder. Sou contra, não aceito e acredito que todas as instâncias do Judiciário têm que cumprir, sim, a decisão do Conselho Nacional de Justiça.

Aliás, o Conselho Nacional de Justiça foi criado há tão pouco tempo, Sr. Presidente, Sr. Senador, Sr^a Senadora, e já está mostrando que valeu a pena. Foi criado por meio da reforma do Judiciário, de que participamos ativamente, integrando a Comissão que a regulamentou, além da CCJ, que trabalhou na reforma maior do Judiciário, apreciando muitos destaques, entre eles o fim do nepotismo.

Espero que o Judiciário de Mato Grosso cumpra o fim do nepotismo, que não empregue mais parentes. Se os parentes são ótimos, maravilhosos, competentes, deveriam fazer concurso e trabalhar no Tribunal de Justiça ou em qualquer outro lugar. Serão concursados, não haverá problema algum. Queremos e muito que pessoas extremamente competentes tenham o seu lugar reservado.

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso – estou buscando essas informações –, pelo que me foi passado, está buscando o aumento dos subsídios dos

desembargadores. Quero acreditar que isso não seja verdade, Sr. Presidente, porque um desembargador já ganha bem mais que um Senador e, se tiver aumento de subsídios, vai quase ao dobro de um Senador. Não é que ganhemos pouco ou muito, mas é uma injustiça diante do povo brasileiro, não diante de Senador ou Senadora. Fiz essa comparação porque era a que estava mais próxima da minha pessoa. Se estiverem buscando subsídios para aumentar além dos seus ganhos atuais, espero que a Assembléia Legislativa do meu Estado e que o Governo do meu Estado de Mato Grosso não contemplem esse subsídio, porque é muito dinheiro, que, do meu ponto de vista, pode ser muito bem utilizado em outros setores.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Serys, ainda voltando ao tema das mudanças que ocorreram nesta semana no ambiente de trabalho do Congresso Nacional, com o fim dos subsídios extras por convocação extraordinária, com o encurtamento de recesso e tudo o mais, lembro-me de que, depois daquela decisão, da interpretação do TSE, se não me engano, sobre o número de cadeiras das câmaras municipais, se imaginou que houvesse também um corte do valor correspondente ao tamanho que a câmara tinha anteriormente ao corte do número de cadeiras. Não ouvi falar – ouvi em duas cidades, em dois Municípios – que houve decisão da câmara, depois do enxugamento, de devolver o valor correspondente ao Tesouro Municipal. Não ouvi falar de mais nenhuma; pode ser que haja, mas eu não ouvi falar. Eu me preocupo, porque o que foi votado aqui realmente não se estende automaticamente a todo Parlamento brasileiro, nas suas instâncias. Seria muito importante que houvesse essa cobrança, essa insistência, essa lembrança. Talvez os Parlamentares, ao voltarem aos seus Estados, pudessem fazer debates para insistir que essa deva ser uma dinâmica para o País, se se trata de um gesto sublime, de um gesto bonito que mostra o aperfeiçoamento do perfil do Parlamento em relação a como a população o vê. Muito antes de aqui chegar, de vez em quando, eu acompanhava as pesquisas feitas com a opinião pública sobre as instâncias do Estado, sobre a nota que se dava para a Presidência da República, para os partidos políticos ou para o Congresso. Geralmente, o Congresso ficava, se não em último, em penúltimo colocado em respeito popular. É uma cobrança que tem que ser feita. Sobre essa segunda parte, ainda penso que faz parte desse novo perfil de pensar o comportamento da pessoa pública, nas três instâncias do chamado “os Três Poderes”. Como o Executivo e o Legislativo passam pelo crivo do voto, eles, naturalmente, estão mais expostos

à fiscalização do eleitorado, da imprensa e de todos que queiram, até mesmo do terceiro Poder, que é o Judiciário. O mesmo não ocorre com o Judiciário. Ou Judiciário se autofiscaliza ou as pessoas se limitam a reclamar pelos cantos, como dizia a minha velha mãe. Foi uma idéia brilhante a criação desse Conselho de Justiça, e não só para isso, mas para uma série de outras coisas. Eu queria só fazer uma outra comparação para ser analisada. Eu acompanho muito essa coisa dos conflitos agrários. Acompanho de perto e vejo que, muitas vezes, a decisão de um juiz é dada na frieza de seu gabinete, sem analisar o que ocorreu. Muitas vezes, um ato de despejo que muitas vezes termina em pancadaria, sangue e morte poderia ser evitado com uma simples conversa entre o pretense proprietário ou proprietário legítimo e as pessoas que gostariam de se apossar daquele bem. Assim sendo, o Conselho de Justiça realmente vai dar um novo rumo ao acompanhamento, já que a população, de um modo geral, não tem acesso direto. Mas o Conselho vai dar esse acompanhamento, esse olhar popular a isso. Portanto, o pronunciamento de V. Ex^a, na serenidade desta sexta-feira, é muito proveitoso, inclusive com a complacência do Presidente, que pode dar o desconto do tempo que estou ocupando de V. Ex^a.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Não há problema, não, Senador Sibá Machado. Eu vinha apontando dois aspectos, e V. Ex^a entrou num terceiro, que são os despejos; todos os três, no meu ponto de vista, estão politicamente corretos. É da maior importância seu aparte, que só engrandece a nossa fala, aliás, engrandece mesmo e acrescenta.

A questão dos despejos é terrível. Há Estados em que muitas mortes já ocorreram, e o sofrimento dos trabalhadores rurais é uma coisa terrível. Acompanho muito de perto o caso, desde as primeiras ocupações no Estado de Mato Grosso. Até muito antes de o MST ter chegado lá, já acompanhávamos com muita pressão, com muita dificuldade, com muita tensão. Como V. Ex^a disse muito bem, há dificuldade em se dar uma liminar de despejo, com aquele papel frio ali na frente, sem uma conversa, sem uma discussão, sem pensar quantos homens, mulheres e crianças estão sofrendo.

Ninguém está embaixo, Senador, de uma lona preta, naquele calor do meu Estado de Mato Grosso, sem falar em outros locais em que haja muito frio, ninguém fica embaixo de uma lona preta porque gosta, porque faz graça. É porque realmente precisa, busca um pedaço de terra para nela sobreviver com dignidade, tirar o pão-nosso de cada dia com dignidade para si e para seus filhos. O Poder Judiciário precisa ter essa sensibilidade.

Como disse V. Ex^a, no Executivo e no Legislativo somos avaliados; nós Senadores, de oito em oito anos, mas os outros todos de quatro em quatro anos – Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Presidente da República, Governador, Vereador, Prefeitos, Deputados Estaduais. Enfim, todos são avaliados pela sociedade de quatro em quatro anos. Às vezes, até erram para pior, mas, muitas vezes, melhoram, elegendo pessoas que realmente respondam melhor ao poder estabelecido a que são conduzidos.

O Poder Judiciário precisa de controle. Parabênzo, como V. Ex^a também já o fez, o Conselho Nacional de Justiça. Aliás, parabênzo todos que colocaram essa questão na reforma do Judiciário e nós Senadores e Deputados, que aprovamos o Conselho, que já vem mostrando a que veio.

Parabéns. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – A próxima oradora inscrita é a Senadora Heloísa Helena, a quem concedo a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Senador Augusto Botelho, fico inscrita para falar após o Senador Edison Lobão, porque S. Ex^a precisa ir a uma reunião e gostaria de falar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, por permuta com a Senadora Heloísa Helena.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde logo, o meu tributo de gratidão à eminente Senadora Heloísa Helena por me ter cedido a sua oportunidade de falar. S. Ex^a é sempre generosa comigo, sempre educada e cordial. Oxalá a relação entre os Parlamentares fosse sempre assim, de perfeita cordialidade.

Sr. Presidente, nos últimos dias, o meu Estado teve, afinal, bons e raros motivos para se rejubilar com a informação de que o projeto do Gasoduto Meio Norte recebeu licença prévia para sua continuidade e os responsáveis pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito já anunciam que pretendem iniciar sua construção em maio vindouro. Trata-se de uma das maiores e mais significativas obras deste País, que vai agregar mais de um milhão de quilowatts ao estoque de energia que possuímos.

Mais recentemente, dia 5 deste mês, foi igualmente alvissareira a decisão do Ibama de conceder, com algumas condicionantes, é verdade, a licença que autoriza o início das obras da Ferrovia Norte-Sul num trecho de cerca de 50 quilômetros, de Ribeirão Preto do Coko até o pátio de Araguaína, no Estado do Tocantins.

Falo em “raros motivos” porque não se afasta dos maranhenses a sensação de abandono por parte da União Federal – não me refiro a este Governo apenas, mas à União Federal em si mesma, a Governos passados inclusive. Somos definidos como os mais pobres do País, de menor desenvolvimento e, em que pese tal desdouro, não recebemos da Mãe Pátria qualquer ajuda substancial para os impulsos que nos faltam para o deslançamento.

O Maranhão é o Estado nordestino que, além das suas inigualáveis belezas naturais, mantém perenes todos os seus rios. Destaca-se no País pela extraordinária produção de soja; no Nordeste, pela sua agropecuária. E tais conquistas maranhenses são alcançadas sem o devido estímulo federal, que não cuida sequer das rodovias da sua responsabilidade, transmutadas em canteiros de perigosas crateras, em que pese o polêmico programa tapa-buraco.

E quando falo neste tema, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sempre lastimo que não se obedeça sequer à lei. Votamos uma lei, criando uma taxa especial, Cide, em que se tira de cada proprietário de veículo deste País um determinado percentual, para exatamente construir as rodovias brasileiras, restaurá-las e delas cuidar. Esses recursos não servem para nenhuma outra finalidade senão esta. Todavia, aí estão acumulados R\$28 bilhões, que não se aplicam na correção das estradas brasileiras. A consequência disso é, além do desconforto para todos aqueles que trafegam nessas estradas, ainda uma despesa adicional a todos que transportam mercadorias por este País. Quando digo despesa adicional, estou querendo me referir exatamente ao custo que se eleva. O consumidor final acaba pagando um preço que não deveria, porque as mercadorias se tornam mais caras com o uso predatório dos veículos, em razão das rodovias em péssimo estado.

É esse o quadro, Senador Siba Machado. Sei que, neste momento, V. Ex^a representa o Governo aqui, neste plenário. Eu, que tenho tido tantas palavras até de compreensão para a ação do atual Governo, não posso compreender como é que se estocam R\$28 bilhões, enquanto as estradas estão aí acabadas, liquidadas, necessitando de uma operação de urgência, como se fosse uma operação de guerra, para um tapa-buraco desmoralizante em qualquer administração. e não houvesse o dinheiro, todos nós compreenderíamos. O dinheiro existe, todavia, e não pode, repito, ser utilizado em nenhuma outra atividade. Por quê, então? Seria maldade com o povo? Não, não posso acreditar que este e ou outro Governo faria isso por maldade. Mas é preciso ter uma explicação convincente, e nenhuma explicação convincente surgiu até hoje.

Prossigo, Sr. Presidente. Meu estado já foi o primeiro na produção e exportação nordestino de cereais. No passado, destacou-se com os têxteis. Nós exportávamos, em grande escala, para diversos países da Europa e até para os Estados Unidos.

Motivo há, portanto, para que nos rejubilemos com as informações referentes a Estreito, ao gasoduto e à Ferrovia Norte-Sul. É como se abrissem clarões que atendem aos anseios maranhenses pelo desenvolvimento.

No que se refere a Estreito, têm sido incontáveis as minhas participações aqui no Senado ou junto aos órgãos federais, para que se abreviassem os estudos sobre licenças ambientais, cuja delonga tem prejudicado sobremodo muitas tentativas de projetos progressistas. Agora, parece que vencido terá sido um dos entraves que atravancam a esperada obra.

A Usina Hidrelétrica de Estreito, na divisa do Maranhão com o Tocantins, é um dos maiores empreendimentos aguardados pelo Maranhão, tanto sob o aspecto econômico como sob o aspecto social.

O consórcio responsável pela obra já anunciou que pretende iniciá-la em maio próximo, na expectativa de que em março ocorra a definitiva liberação de licenças dos órgãos ambientais. Vai gerar 1.087 megawatts, destinados prioritariamente à produção de alumínio em São Luís e à mineração no Pará. De custo estimado de R\$3 bilhões, a construção resulta de uma associação entre várias grandes empresas, que precisam desse acréscimo energético para manterem em funcionamento seus empreendimentos naquela região. E beneficiará vários Municípios do Maranhão e Tocantins. Na fase de implantação, a construção vai gerar cerca de 5,5 mil empregos diretos e mais de 16 mil indiretos.

Quanto ao Gasoduto Meio Norte, o Ibama liberou, a 20 de dezembro passado, a licença prévia, atestando a sua viabilidade. A construção do gasoduto visa garantir e facilitar o transporte de gás natural para o abastecimento do Piauí e Maranhão. Com 948 quilômetros de extensão e com capacidade de transportar cerca de cinco milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, o gasoduto atravessará 37 Municípios, integrando o Norte ao Nordeste do País. Resta, agora à transportadora responsável pelo empreendimento apresentar o Projeto Básico Ambiental com dois anos para concluí-lo e, em seguida, dar curso à obra.

Está a transportadora na obrigação, entre outras condicionantes, de apoiar as prefeituras municipais por onde passar o gasoduto na elaboração dos Planos Diretores Municipais. E mais, desenvolver atividades do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

Fácil deduzir os benefícios que essas obras desenharão naquela região.

Não se pode conceber, Sr. Presidente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Já vou concluir.

Não se pode conceber que uma obra de tamanha magnitude não seja capaz de servir ao povo por onde ela passa, que são os Municípios. Esses municípios muitas vezes servem de viveiro, servem de canal a grandes empreendimentos econômicos que geram lucros, o que é natural, mas que depredam os povoados e os Municípios pelos quais passam. Chamo, portanto, a atenção aqui do Governo para a fiscalização do curso desta obra, para que beneficie também os municípios por onde passa.

Ainda nos resta a esperança de que o sonho maranhense por uma siderúrgica, em território que reúne todas as condições para tê-la, em benefício do País, ganhe contornos realistas. Não só o Maranhão, mas o Brasil precisa dessa siderúrgica para o total aproveitamento do minério que, vindo de outras regiões, desemboca em São Luís nos seus portos marítimos, considerados os mais adequados para a exportação desse produto.

O Maranhão, Srs. Senadores – e aqui dirijo uma palavra também à Senadora Heloísa Helena, que é candidata à presidência da República, possui as melhores condições do Brasil e uma das melhores condições do mundo para abrigar uma grande siderúrgica. Temos os melhores portos do Brasil, de águas mais profundas, mais próximos do mercado consumidor internacional. Temos a melhor ferrovia, mais nova e mais moderna, e temos a maior mina de ferro do Brasil, e ferro que é o melhor minério de ferro do mundo. Portanto, reunimos todas as condições para sediar uma grande siderúrgica nacional. Todavia, estamos perdendo aquela que não foi sequer indicada pelo Governo, mas escolhida por empresários para se situar ali. Oxalá isso possa ser retomado!

Ouçó o eminente Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Edison Lobão, muitos brasileiros que não conhecem o Maranhão estão perdendo uma grande oportunidade de visitar o Estado. Os que podem, é claro. Como V. Ex^a disse que o Maranhão é um dos Estados com mais baixo IDH, fiquei muito preocupado com a fórmula do cálculo desse índice, que considero injusto e creio que é apenas um dado estatístico para medir o grau de felicidade e de alegria de pessoas. Digo isso porque vi uma comunidade no meu Estado ser consi-

derada o pior Município para se morar. Foi dito isto: o pior Município para se morar é Jordão, no Estado do Acre. E se faz um cálculo linear de um grande centro urbano com um Município daquele. Um cálculo linear, matemático, frio, gélido, que não pode, no meu entendimento, representar. Vamos aceitar o IDH como uma provocação, digamos assim, da boa disputa entre os Governos estaduais e municipais. Mas o Estado do Maranhão é digno de visitas: sua cobertura florestal é um divisor entre a floresta amazônica e a mata de cocal; seus recursos hídricos são dos mais consolidados do Brasil. Esqueci o nome do grande rio que praticamente corta o Estado do Maranhão inteiro, saindo até o mar...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Itapecuru.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Itapecuru.

O litoral maranhense; as terras planas, propícias para uma boa agricultura, inclusive de alta tecnologia; a formação sul do Maranhão aponta para o turismo na área de geologia. E assim por diante. Então, acredito que, com um investimento desse porte, o Maranhão estará credenciado, sim, para ser um dos Estados que mais despontam naquela região e no País como um todo. Portanto – se V. Ex^a já disse, desculpe-me, não percebi –, amarrar esses índices de desenvolvimento citados por V. Ex^a, esses investimentos de ponta que estão indo para o Estado do Maranhão a um envolvimento maior da população do Estado na geração de empregos, na participação desses grandes investimentos, criando outras oportunidades, por exemplo, na agricultura e em outros cenários da economia, fará do Maranhão um Estado líder não sei se de toda a Região Nordeste e Norte, mas certamente será um dos Estados que mais se destacarão. Eu felicito mais uma vez V. Ex^a pelas informações, pois eu tinha acabado de criticar o Ibama pela lentidão ao dar um parecer sobre investimentos dessa natureza. E vejo que V. Ex^a acaba de trazer uma notícia muito boa e que corrobora o pronunciamento que fiz nesta manhã. Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Obrigado, Senador Sibá Machado, pela participação de V. Ex^a no meu modesto discurso.

Devemos lembrar que hoje nós temos dois terços da população brasileira vivendo nas grandes cidades, inchando, muitas vezes, as grandes cidades, gerando mais problemas do que soluções para o Brasil. Lá no Maranhão, dá-se o contrário: temos a metade da população no campo.

Quando fui Governador, tomei providências para que isso se mantivesse de maneira consolidada. É bom para o irmão nosso que fica no campo e ali deseja permanecer – não o faz muitas vezes por falta de condições – e é bom também para as grandes cidades,

que não recebem um fluxo maior de população que não têm capacidade de abrigar.

O que fiz eu como Governador, Sr. Presidente? Em primeiro lugar, ingressei fortemente no programa de reforma agrária. Não era obrigação do Estado, e, sim, do Incra. Distribuí, em três anos do meu Governo, 25 mil títulos de terras. Mais do que o Incra fez em dez anos. Em três anos, o Estado assumiu essa responsabilidade. E, mais do que distribuir os títulos de terras, garantimos ao pequeno produtor rural as condições básicas para produzir, com assistência técnica, com financiamento.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, já vou concluir.

Distribuímos 350 mil ferramentas agrícolas, gratuitamente, a todos os agricultores; sementes selecionadas da melhor qualidade para todos. Essas são condições fundamentais, básicas para manter, com algum grau de felicidade, o nosso irmão desvalido lá no campo, onde ele deseja ficar. Escolas, hospitais, tudo isso nós fizemos para garantir que a população ali se mantivesse. Ela se manteve, mas a União Federal não percebe isso, Senadora Heloísa Helena, e não dá nenhuma contribuição, nem àqueles que trabalham tanto por um projeto dessa natureza.

Sr. Presidente, obras de envergadura que envolvem interesses nacionais não podem prescindir do interesse federal. E é esse interesse por que clama o Maranhão, possuidor de uma infra-estrutura já pronta para receber os investimentos indispensáveis aos planos desenvolvimentistas do Brasil.

Era o que tinha a dizer, com a minha gratidão a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – PR) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, sabe o Senador Lobão que tributo a ele minhas homenagens por sua generosidade, porque foi uma mão amiga em um dos momentos mais difíceis da minha vida, com o meu filho doente aqui em Brasília.

Portanto, Senador Lobão, devo tributar a V. Ex^a minha gratidão por sua generosidade.

Sr. Presidente, ontem, nós do P-SOL tivemos a oportunidade de encaminhar, tanto ao Presidente do Senado como ao Presidente da Câmara, um documento solicitando um parecer – que certamente será dado pelas Mesas das Casas e pela advocacia das duas

Casas – sobre a possibilidade de recebimento da segunda parcela da convocação extraordinária.

Sabemos todos nós que há gente honesta e gente demagoga ou corrupta nas três situações: entre os que devolveram, há gente honesta e gente ou demagoga ou corrupta; entre os que doaram, também há gente honesta e gente ou demagoga ou corrupta; entre os que embolsaram, também. Não tenho dúvida: conheço pessoas aqui da Casa que sei são honestas e resolveram não devolver, do mesmo jeito que há os corruptos que embolsaram também o recurso.

Evidentemente, a classificação em relação a isso gera uma polêmica muito grande, muito especial, mas o Congresso Nacional, pela pressão da grande maioria do povo brasileiro, resolveu extinguir e rediscutir a questão das férias.

Sabem todos que houve realmente unanimidade na votação, nas duas Casas, em relação à extinção desse mecanismo de subsídio da convocação extraordinária, embora saibamos todos que, certamente, muitos parlamentares – os R\$10.000,00 da primeira parcela da convocação extraordinária são nada diante do que eles ganham naquele negócio sujo que V. Ex^a, corajosamente, disse aqui, Senador Augusto Botelho –, que são da base de bajulação do Governo ganham milhões com a liberação de verbas das emendas do Orçamento, porque, ao terem as emendas orçamentárias liberadas, eles já estão lá participando do “propinódromo” das empreiteiras e construtoras para pegarem os recursos vindos desse mecanismo. Então, esse negócio de R\$10.000,00, R\$20.000,00, é insignificante para eles, porque a promiscuidade na relação Palácio do Planalto e Congresso Nacional, seja no Governo Fernando Henrique, seja no Governo Lula, é a mesma, e os bandidos continuam ganhando muito mais, impunemente.

Nós, então, fizemos uma consulta às duas Mesas e às advocacias das duas Casas para que possam...

(Criança nas galerias.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Só o riso e o gritinho de uma criança para amenizar as coisas horríveis que existem aqui nesta Casa também. Pode deixar, porque criança é para brincar, gritar e fazer o que quer mesmo, enquanto pode.

Fizemos uma consulta sobre a legalidade e a legitimidade da liberação da segunda parcela, visto que houve a aprovação da extinção desse subsídio. É evidente que alguns poderão dizer: ora, mas no ato da convocação, a lei em vigor era a que possibilitava o recurso. Ora, mas também no ato da convocação a lei estabelecia que os parlamentares tinham que vir trabalhar, e muitos praticaram o vagabundismo político e

não vieram trabalhar. Então, tudo isso pode ser motivo de discussão na Mesa do Senado e da Câmara, para que possamos inclusive ter isso cortado já agora, na segunda parcela a ser disponibilizada.

Outra coisa que também tem sido motivo das nossas preocupações é a questão da CPI do Mensalão. Existe, além da CPI dos Bingos, a CPI dos Correios, e já está absolutamente provado o esquema do mensalão. Volto a repetir: só não vê o esquema do mensalão quem, por ignorância ou inocência, não entende a complexidade dos dados, ou quem, por se beneficiar do esquema do mensalão, acaba querendo acobertar e impedir que a população tome conhecimento disso.

Qual a nossa proposição? É no sentido de que a CPI dos Correios dê continuidade ao que foi paralisado na CPI do Mensalão. A CPI do Mensalão foi obstaculizada pela promiscuidade na relação Executivo/Legislativo; houve o claro impedimento de que ela tivesse seu prazo prorrogado. É essencial que o povo brasileiro saiba quais senadores e deputados foram beneficiados pelo esquema fraudulento do mensalão. O povo brasileiro não sabe, nós não sabemos. Os membros da CPI não sabem quem foram os senadores e deputados beneficiados com o esquema fraudulento do mensalão. Por quê? Foram identificados os beneficiários iniciais, aqueles que estavam com o nome na lista do Marcos Valério, mas nem o povo nem nós sabemos para quem ele repassou o dinheiro. No mínimo, é estranhíssimo, estranhíssimo, que eu veja alguém do meu partido – se isso tivesse acontecido, graças a Deus não aconteceu –, que um parlamentar veja um outro parlamentar do seu partido ganhando milhões e não fale nada ou acoberte. Então, talvez, ele tenha se beneficiado também – ou lideranças partidárias.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a CPMI dos Correios já detectou o esquema fraudulento do mensalão. É só analisar, como muitos já fizeram, a liberação dos recursos, absolutamente compatível – porque coincidência é difícil ter, mas, tudo bem, pode até ser que os deuses conspiraram de forma diferente e só deu coincidência. A liberação do recurso do mensalão está vinculada ao cronograma de votações no Senado e na Câmara dos Deputados. Ou seja, ia votar a reforma da previdência, a modificação e a redução do salário mínimo, a blindagem do Presidente do Banco Central, a Lei de Falências, todas as votações que eram definidas como prioridade do Governo, coincidentemente, embora coincidência no mundo da patifaria política não haja, a liberação do recurso do mensalão acontecia quando se ia votar matéria na Casa.

Então é essencial, sei que existem algumas preocupações de membros da CPMI, inclusive o Senador Sibá Machado viu quando o próprio Relator disse

da sua preocupação. A preocupação dele é para não obstaculizar os processos nos Conselhos de Ética. Só que muita gente está sendo livrada do mesmo jeito. Ou nos Conselhos de Ética ou no plenário, eles estão sendo livrados do mesmo jeito.

Olha, é aquela história: se roubam o meu dinheiro ou se patrocinam uma traição contra mim, Heloísa, eu faço o que quiser: denuncio, busco a devolução, perdão, deixo para lá. Mas, com o dinheiro público, não acontece assim. Ninguém pode tratar o dinheiro público como se fosse uma caixinha de objetos pessoais que se manipula conforme a vontade pessoal ou seu interesse familiar. Alto lá! O espaço público é sagrado, regido pela legislação em vigor no País. Qualquer um, pusilânime, vigarista ou bandido, objetivamente tem de ser punido nos marcos da legislação em vigor no País.

Na próxima semana, teremos reuniões administrativas. Esta semana não foi possível fazer porque havia muitos depoimentos na CPI. É essencial quebrar os sigilos bancário, fiscal e telefônico dos beneficiários iniciais do esquema do mensalão. Isso deve ser feito pela CPMI dos Correios. É o apelo que fazemos.

Compreendo a posição do Relator, sei que S. Ex^a tem muita preocupação em que isso adie, obstaculize a conclusão dos trabalhos da CPMI dos Correios, mas é essencial que a CPMI assumas as prerrogativas e as conseqüências da quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos envolvidos, beneficiários iniciais do esquema do mensalão.

É só, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua facultada a palavra. Aliás, facultada, não. Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Romero Jucá, apesar de S. Ex^a não ter se inscrito na forma do Regimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Estou inscrito, Sr. Presidente, eu ia pedir pela Liderança do Governo, mas V. Ex^a, gentilmente, já me cedeu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Perdão. Mesmo assim, V. Ex^a dispõe de 15.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve. Quero tratar hoje de um assunto extremamente importante para a Amazônia e para o meu Estado de Roraima, e o faço motivado por duas questões. Primeiro, pela procura de empresários de Roraima, que relatam uma

situação inusitada e preocupante para o nosso Estado; e, depois, pela matéria de hoje da **Folha de S. Paulo** que diz: “Receita vê megafraude em incentivo fiscal”.

Ora, Sr. Presidente, o que dizem os empresários de Roraima? Dizem que estão tendo concorrência predatória de empresas instaladas com incentivos fiscais, principalmente na Zona Franca de Manaus. Essas empresas, que não pagam impostos para os produtos consumidos na Zona Franca de Manaus, simplesmente estão enviando para outros Estados da Amazônia esses produtos sem a incidência desse imposto, portanto, concorrendo deslealmente com empresas montadas nos Estados da Amazônia Ocidental. Isso cria um problema grave. Eu fui procurado pelos maiores empresários do ramo de eletrodomésticos e de móveis de Roraima, que já verificam a possibilidade de terem que fechar a matriz que está em Roraima e abrirem matriz em Manaus para terem a mesma vantagem.

Eu quero dizer aqui, muito tranqüilamente, que sou defensor da Zona Franca de Manaus, sou um defensor dos incentivos da Amazônia. Agora, é preciso que esses incentivos incentivem todos os Estados da Amazônia ocidental. O projeto da Zona Franca de Manaus, ainda não está completo. Porque o correto era que a Zona Franca de Manaus processasse produtos, e nos Estados da Amazônia ocidental, pudesse haver a produção de componentes desses produtos, para que se fizesse uma cadeia produtiva em condição de alavancar efetivamente o desenvolvimento em cada região. Não é à toa que a cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, está tendo o crescimento com a arrecadação do ICMS, batendo todos os recordes, de industrialização. Isso é importante. Agora, isso tem um preço: o restante dos Estados – aí, incluo o meu Estado de Roraima – não podem ficar a reboque, e sendo vítimas de uma situação de mudança estrutural que querem os empresários locais.

Portanto, quero registrar essa posição e quero dizer que é muito importante que se faça a reforma tributária. É muito importante que se uniformizem as alíquotas do ICMS. É muito importante que se facilite a fiscalização. A Receita Federal, o Secretário Jorge Rachid e a equipe da Receita Federal estão de parabéns. Há regiões, de acordo com essa investigação feita na Amazônia pela Receita Federal, Senador Augusto Botelho, onde 30% das empresas fiscalizadas pela Receita Federal são fantasmas. E a média, nos cinco Estados, é de 14%.

Portanto, tem gente que não está pagando imposto, tem gente que está fraudando o Fisco, e está executando uma concorrência predatória com o empresário que paga imposto, porque é muito difícil para um empresário que paga imposto haver um preço com-

petitivo com aquele não paga imposto. Efetivamente é algo que tem que ser coibido.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Romero Jucá, gostaria de alertar para o fato de que este problema parece ser patente em todos os Estados da região. Os chamados produtos suframados, ao chegarem ao Estado, trazem benefício tributário. Os produtos não suframados, produzidos no Estado, exceto no Amazonas, acabam tendo que pagar 100% da contribuição tributária. E havia ainda o problema de que algumas empresas sediadas na Zona Franca não faziam nem a montagem do produto. Estavam sendo acusadas de importar o produto prontinho, colocando-o em uma nova embalagem para vendê-lo. Qualquer mercado brasileiro é beneficiado dessa situação. Então, realmente é um grito de alerta que V. Ex^a faz. Estamos quase concluindo a apreciação da transformação da Zona Franca de Manaus no chamado Pólo Industrial, que já é um grande avanço. A reforma tributária, como lembra V. Ex^a, deve realmente resolver o restante dos problemas que serão – digamos assim – complementados com a proposta do Pólo Industrial e esperamos que todos os Estados se beneficiem dessas medidas. Não podemos ter um crescimento tosco, ilhado ou pontualizado. Todos nós queremos também o desenvolvimento local. Logo, neste caso, são pertinentes as preocupações de V. Ex^a. Vamos ver se conseguimos sensibilizar a Câmara no sentido de concluir o processo de votação da Reforma Tributária.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, Senador Sibá. V. Ex^a lembrou bem, o Senador Arthur Virgílio já apresentou uma emenda constitucional que muda o nome da Zona Franca de Manaus, exatamente, para Pólo Industrial da Amazônia. Por quê? Porque é importante que o pólo industrial da Amazônia cumpra a sua finalidade de levar o desenvolvimento auto-sustentado aos Estados da Amazônia Ocidental. Quer dizer, não aceito que o Estado de Roraima não tenha condição de ter indústrias e ter a sua condição de desenvolvimento ampliado. O Estado de Roraima que tem duas áreas de livre comércio criadas, a área de Bonfim e Pacaraima, desde de 1991, propostas por mim, quando fui governador do território. E até hoje não foram implantadas por incompetência dos Governos Estaduais. E, portanto, ficamos à mercê de jogadas como essa, que alguns espertos fazem e prejudicam toda uma população.

Quero protestar contra esse tipo de fraude, defender os empresários de Roraima e dizer que é inadmissível a concorrência predatória, a concorrência ilegal que está sendo feito em muitos produtos, em muitas condições no meu Estado. No caso dos veículos,

transportes, já resolvemos, porque uma das medidas provisórias que transitou nesta Casa coloquei como emenda minha a proibição de se dar esse desconto na aquisição do carro em Manaus, exatamente porque os carros estavam sendo vendidos em Roraima com placa de Manaus, com preço 20% menor do que o preço que era vendido em Boa Vista. Portanto, era impossível qualquer revendedora de carro vender carro em Boa Vista concorrendo com esse tipo de concorrência predatória.

Lembro que a cidade de Boa Vista, capital de Boa Vista do Estado de Roraima, sofre de uma situação conjuntural extremamente grave, porque estamos localizados entre duas zonas de livre comércio, a de Santa Helena de Uairen, na Venezuela e a da Suframa, em Manaus. Portanto ficamos, dependendo do câmbio, é mais negócio o cidadão de Boa Vista ir para a Venezuela fazer compra ou ir para Manaus fazer compra. Mas o comércio do meu Estado fica prejudicado.

Portanto, quero protestar, cobrar da Suframa e da Receita Federal as providências, aplaudindo efetivamente essa medida que está sendo tomada, de combate à fraude, de investigação, de acompanhamento.

Registro a posição firme da Associação Comercial de Roraima, dos empresários, principalmente dos setores do comércio, de eletrodomésticos, de móveis, de supermercados, que estão sofrendo uma concorrência extremamente, segundo eles, desleal, e que é importante que seja colocado em pratos limpos.

Concedo aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Romero Jucá, concordo plenamente com a posição de V. Ex^a. A concorrência é desleal mesmo. É supostamente desleal o que está ocorrendo no nosso Estado. Lembro que os supermercados é que estão levando a pancada mais forte nessa concorrência.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Exatamente, V. Ex^a lembra bem. A Associação dos Supermercados, inclusive, já tem uma lista de supermercados que estão querendo fechar as suas portas porque, embora não tenhamos nada contra a ida para Boa Vista de empresa do Amazonas, acreditamos que a concorrência tem que ser igual para todos. Não é possível uma empresa de Manaus transferir do seu estoque da matriz em Manaus para Boa Vista sem o pagamento de impostos, chegando com um produto mais baixo e fazendo uma concorrência em condições extremamente desleais, levando ao fechamento de postos de trabalho, numa situação extremamente grave. Lembro-me de que Roraima, em 2005, diminuiu o nível de emprego em 15%. Quer dizer, não aconteceu isso no Brasil e em Roraima aconteceu. Então, já estamos com o desemprego galopante. Não é possível

ainda que questões como essa de desequilíbrio fiscal venham a ampliar essa desigualdade.

Para concluir, Sr. Presidente Renan Calheiros, como ontem diversos Senadores, inclusive V. Ex^a, registraram a atuação do Ministro Carlos Velloso, seu aniversário e o posicionamento do Senado já tomado de que a compulsória passe de 70 para 75 anos, abraçar o Ministro Carlos Velloso, dizer da sua importância para o Judiciário brasileiro, para Roraima, pois foi S. Ex^a que, no TSE, em 1992, ao fazer uma correção em Roraima, descobriu que a eleição de 92 para Prefeito seria fraudada. O Procurador-Geral Eleitoral era o Dr. Carlos Brindeiro e o Ministro-Corregedor era o Ministro Carlos Velloso.

Portanto, fica aqui o nosso abraço e o nosso sentimento de perda do Ministro Carlos Velloso, tanto no TSE quanto no Supremo, porque tenho certeza, e o Brasil todo reconhece, ele teria ainda uma grande contribuição a dar ao nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria apenas de fazer um registro e um convite a V. Ex^a. Amanhã, teremos dois importantes momentos para o Estado do Acre: as inaugurações da ponte Binacional, que liga o Brasil ao Peru, e de um novo assentamento, uma nova modalidade de assentamento de reforma agrária na Amazônia que terá início pelo Acre, o Assentamento Agroflorestal Bonal. Aceite o convite de bom grado do Governador, do Senador Tião Viana e de todos nós do Estado, e, se for possível, dentro da agenda de V. Ex^a, estar presente na comitiva do Presidente Lula que estará amanhã, o dia todo, participando dessas duas atividades no nosso Estado. Estendo o convite a V. Ex^a e aos demais colegas que queiram estar presentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria aproveitar a oportunidade, ainda na presença do Senador Romero Jucá, destacado representante de um dos Estados da região Norte, como V. Ex^a, como o Senador Augusto Botelho, para dizer da satisfação que eu tenho das inaugurações que vamos ter amanhã no Estado do Acre e do que significa para todos nós, para a economia brasileira, para esse processo de integração físico-geográfico, a construção dessa ponte que liga o Brasil ao Peru através do Acre. Aliás, uma ponte lindíssima, comparável apenas a essa terceira ponte construída aqui em Brasília.

Quero parabenizar V. Ex^a, parabenizar o querido amigo Senador Tião Viana, Vice-Presidente do

Senado Federal, e o Governador do Acre, Jorge Viana, um exemplo que temos de governador do Brasil. Parabéns!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão para segunda-feira, às 14 horas.

Mais uma vez comunico ao Senado, à Casa e ao Brasil que temos duas medidas provisórias sobrestando a pauta.

Na última sessão deliberativa, deliberamos sobre 11 matérias importantes da nossa convocação, e na quarta-feira – porque a nossa pauta estará sobrestada ainda na terça-feira – votaremos as demais matérias que consideramos importantes.

Graças a Deus, o noticiário esvaziou-se com relação à convocação do Congresso Nacional, porque, já na primeira semana – digo isso com toda a humildade e modéstia –, tanto na Câmara quanto no Senado Federal, demonstramos a importância da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Dentre outras coisas, já encurtou na Câmara o período do recesso, encurtaremos no Senado o período do recesso na próxima quarta-feira, como disse, e já acabou com essa coisa absurda, imoral, chamada pagamento em dobro para a convocação, criada exatamente na linha do princípio da independência dos Poderes, para que o Congresso Nacional não fosse convocado toda hora, ao bel-prazer do Chefe do Executivo.

Democracia é isso mesmo. Infelizmente, muita gente que sabe que a democracia não é um modelo perfeito acha que temos modelos alternativos. Felizmente, não temos modelos alternativos. Temos que fazer o que fizemos aqui, com toda a humildade dizer o seguinte: olha, este Congresso aqui é reflexo do que pensa a sociedade. Não entendam diferentemente. O que a sociedade quer é o que o Congresso faz. Historicamente sempre foi assim e sempre será. Se a sociedade quer que aprimoremos a nossa instituição, vamos ter que aprimorá-la, em todos os sentidos.

É momento de fecharmos os olhos, olharmos para dentro das duas Casas e fazermos o que a sociedade quer que façamos, com coragem, fazendo cada vez mais com que esta Casa fique sintonizada com a sociedade brasileira.

Muito obrigado a todos. Um feliz final de semana para todos. Parabéns ao Senado Federal, mais uma vez, pelo cumprimento do seu papel.

Senador Gilvam Borges, V. Ex^a deseja falar. (Pausa.)

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Presidente Renan Calheiros, meus queridos pares Senadores, minhas queridas Senadoras, o Congresso Nacional ergue-se e reage de forma altiva nos procedimentos dos trabalhos em uma pauta muito bem elaborada. Nós nos orgulhamos de ter à frente desta Casa o Presidente Renan Calheiros, que tem sido uma liderança estratégica na elaboração da pauta do Congresso Nacional.

Sabemos que muitos colegas se entristecem quando a imprensa nacional tenta de todas as formas promover o desgaste sem observar no âmago, nas entranhas do Congresso Nacional, o gigantesco trabalho que o Parlamento faz. É orgulho para nós ter Renan Calheiros à frente do Congresso Nacional.

Por este motivo, a auto-estima do povo brasileiro tem que estar à frente. Ontem, eu participei de um jantar, juntamente com outros colegas do PMDB, em que a Ministra Dilma Rousseff, integrando a equipe do Governo do Presidente Lula, fez ampla explanação dos programas que estão sendo desenvolvidos na área social e também das grandes obras de infra-estrutura já licitadas e em andamento pelo País afora.

O País tem avançado, e avançaremos mais ainda. Avançaremos porque o destino e a vocação deste País é ser grande não só na moral, mas na riqueza. Eu acredito muito nisso, Senador Sibá Machado. Estou sentindo que V. Ex^a deseja um aparte, e o concederei em seguida, porque V. Ex^a, representante do Acre, está aqui todos os dias, defendendo idéias e propostas. V. Ex^a sempre vai aos Ministérios também para conseguir liberação de recursos para as prefeituras, não é verdade? Isso é muito bom. Também o fazem os outros pares aqui nesta Casa.

Portanto, Sr. Presidente Renan Calheiros, Senador Romero Jucá, nós acreditamos na vocação de desenvolvimento do nosso País. Eu estou extremamente animado, motivado. O Estado do Amapá também entra nesta onda desenvolvimentista, e as suas lideranças se mobilizam. Estamos lá no extremo norte. Grandes obras já estão inseridas no Orçamento da União, como é o caso da hidrovía que vai rasgar a ilha de Marajó, encurtando em quase 14 horas o percurso até a metrópole da Amazônia, que é o Estado do Pará. Estamos bem próximos de Belém. Com isso, realmente teremos um desenvolvimento fabuloso. É uma grande obra a BR-156, próxima ao Município de Oiapoque, no município do Amapá. Portanto, acredito nas políticas que estão sendo implementadas em nosso País.

Há um desgaste vertiginoso, uma crise moral instalada com essas CPIs, o País sangrando de todos

os jeitos. Mas é nas grandes crises que buscamos as grandes soluções, e essa visibilidade no País está se abrindo. Creio que estamos num ritmo excelente.

A imprensa, de certa forma, também dá a sua colaboração. O Congresso Nacional reage, responde, trabalha para corrigir os vícios, que já não devem mais existir. Este Parlamento tem condições absolutas de dar uma contribuição ao País, como tem dado.

Ouçó o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Gilvam Borges, fui provocado pelo pronunciamento de V. Ex^a. Eu estava refletindo sobre a Independência do Brasil. Em 1822, D. Pedro I dá o Grito da Independência, um ato, no meu ponto de vista, político. Em 1922, cem anos depois, o Brasil começa a ensaiar uma economia industrial, começa a sair de uma economia primária e agrária para uma economia industrial, que avança mais no Governo de Getúlio Vargas. Para 2022, temos um desafio estratégico de Estado – não apenas do Governo Lula, mas de Estado, para que alcancemos essa independência plena no plano político, econômico e, seguramente, tecnológico. Pelo pouco que li da história brasileira, a industrialização, nascida principalmente no Governo Getúlio Vargas, foi de uma visão de muito longo prazo, com a criação da Petrobras, da Companhia Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica Nacional e tantos outros investimentos. Ainda no período de D. Pedro I, de D. Pedro II e até mesmo de D. João VI, houve também algumas iniciativas que o tempo não apagou, que, ao contrário, se afirmaram. Tivemos agora, recentemente, o aniversário de 145 anos da Caixa Econômica Federal; o Banco do Brasil está quase completando seus duzentos anos de existência. Um país, uma nação, um Estado não pode ter data de validade vinculada ao exercício de um mandato de um estadista, mas é importante que a sucessão dos estadistas conduza, inevitavelmente, para esse grito verdadeiro de independência. Com o discurso de V. Ex^a, lembro-me agora da última reunião havida entre os Presidentes Kirchner, Chávez e Lula, que aponta para a interligação ousada do gás, levando-o a Roraima, ao Estado de V. Ex^a, Amapá, ao Pará, ao Ceará, ao Maranhão, ao Tocantins, ao Distrito Federal, a Goiás, a São Paulo e aos três Estados do Sul, chegando à Argentina, passando pelo Uruguai. Isso é o que chamo de pensar o futuro sem se limitar à data do mandato de um estadista de plantão. A população está-nos vendo. Precisamos de instituições cada vez mais consolidadas, com autoridade preservada. Para o Congresso Nacional, nas palavras do Presidente Renan Calheiros, é muito importante o que está acontecendo. As coisas estão-se arrumando. Quando as coisas se arrumam, a Nação

responde, e responde com crescimento. A turbulência da crise política, no meu entendimento, trouxe um aperfeiçoamento. Estamos passando da tempestade para a bonança, e, nesta bonança, volto a dizer: 2022 tem de ser o ano da comemoração do grande avanço brasileiro, estendendo-se aos países vizinhos da América do Sul e, quem sabe, a uma reformulação dos blocos econômicos, do intercâmbio comercial e, muito mais, à solidariedade humana, reduzindo – não digo acabando – o fosso satânico, como chamo, que é a diferença entre as nações e os povos super-ricos e as nações e os povos superpobres. Encerro dizendo que, se cada um de nós cumprir com o nosso dever e com a nossa obrigação, em cada Estado, em cada Município, em cada instituição, este Brasil viverá, de fato e de direito, a sua independência econômica, financeira, tecnológica e, principalmente, política em relação às nações. Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade do aparte.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Acolho o aparte de V. Ex^a, Senador Sibá Machado, com alegria, porque a gente sente que essa consciência histórica, o sentido do prosseguimento de etapas vencidas e o trabalho construído é, realmente, o que faz a diferença.

Este País tem um celeiro de líderes. E uma palavra faz a diferença, uma idéia faz a revolução. Acredito nisso, Senador Sibá. Acredito que, quando o líder se entusiasma, quando está motivado e consegue fazer com que todos levantem a mesma bandeira, é uma revolução certa. O País é um país de valores, de um povo abençoado. Não existe igual no mundo na capacidade criativa, na condição de fraternidade dessa gente especial e de líderes de carisma, como JK, Getúlio Vargas, o Presidente Lula, Fernando Henrique, o Presidente José Sarney e tantas lideranças com que temos a oportunidade da convivência. O que nós precisamos é prosseguir, é ter projetos para o futuro.

Em 2040, estaremos lá, firmes e fortes, porque estamos construindo. Hoje, os líderes da América do Sul, os estadistas, os Chefes de Governo já se reúnem constantemente, o que não ocorria há trinta ou quarenta anos. Mas a necessidade, Sibá, de se mobilizar, de se juntar é estratégica. Se os países ricos fazem os seus clubes, a América do Sul também precisa se levantar. E nosso País é vanguardista no campo das idéias, da criação e da espontaneidade. Não existe igual ao brasileiro. Já andei em outros países e tenho essa concepção formada pela prática.

Este é um país maravilhoso, abençoado. Mas é preciso realmente combater os príncipes do apocalipse, os príncipes da terra arrasada, que tentam salpicar lama por todo lado, dizendo que não temos mais condições, que estamos no mundo das trevas,

que este País não tem mais jeito. Este País pulsa, Sibá, e muito. Milhares de brasileiros trabalham dia e noite, criando... Temos excelentes cientistas, excelentes líderes na área política. Só precisamos continuar, prosseguir – quatro, oito, doze, dezesseis – e seguir com um grande plano. Temos sol, chuva, terra fértil e abençoada. Está faltando muito pouco para o País, muito pouco. Acredito no futuro.

Portanto, deixo esta mensagem de reinício de trabalhos no Congresso Nacional: o Brasil é um país de futuro. Acredito nos nossos líderes, acredito que estamos na expectativa de uma revolução, que vai ocorrer no País pela educação. A educação traz amor, preparação para o trabalho, qualificação profissional e compreensão. O Brasil tem que seguir o exemplo do Japão, que, na II Guerra Mundial, ficou sob escombros, porém um pequeno grupo de líderes fez um planejamento para cinqüenta anos e reergueu o país rapidamente, pois investiu maciçamente na educação. Eu acredito nessa revolução. Eu acredito na qualificação. E muito.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a disse, em aparte, que a consciência histórica é fundamental. Desde as sociedades feudais, ou melhor, desde a Idade da Pedra, vimos construindo e chegamos à Revolução Industrial, à cidade, ao Estado Moderno.

Foram anos e séculos, milhares de anos de experiência acumulada.

O nosso País é jovem, o nosso País é um bebê. São 500 anos de história, e somos a liderança da América do Sul. Estamos nos firmando. É aqui que vem o Chávez, que vêm outros Presidentes. É daqui que sai o nosso Presidente para buscar parceria para a formação do grande mercado do Mercosul.

Essa crise que estamos vivendo agora, do Parlamento, essa crise moral que estamos vivendo será suplantada. Precisamos tratar agora as grandes questões que estamos atravessando. As CPIs estão todas instaladas, a sinalização já foi dada, e agora temos que transformar tudo isso, imediatamente.

Vou dar um simples exemplo: CPI dos Bingos. Ora, o problema do jogo vem desde o começo. Precisamos disciplinar isso, sim, por meio de projeto de lei, tributar, organizar, trazer para a legalidade, sim, porque nunca vai deixar de existir; isso é uma alternativa do crime organizado. O País precisa, sim, se organizar em todas essas questões de licitações, pois já temos leis muito severas, contidas no Código Penal. O nosso império deve ser o império da lei, o império da democracia. E a vocação deste nosso País é a vocação do sucesso, é a vocação da vitória. Talvez não vejamos isso daqui mais alguns anos, mas estamos no cami-

nho certo. O Congresso Nacional está trabalhando essa grande frente.

Encontrei um Deputado Federal, ontem, cabisbaixo: “Puxa, rapaz, este ano a reeleição vai ser difícil”. Estamos já nas eleições, não é? Outubro, agora, vamos escolher Presidente, Governadores, não é? Vamos renovar um terço desta Casa aqui também, Senadores, Deputados Estaduais e Federais. Digo: “Não, você está equivocado; acabe com esse negócio de dizer que está tudo acabado. Levante sua cabeça, você conhece seus eleitores, e vá à luta”. Saem as manchetes nos jornais, e tudo é notícia. Mas, muitas vezes, Senador Sibá, também está faltando assunto. Quando esta Casa sai de recesso, o pessoal tem saudades demais e tem que colocar matéria para justamente dar o discurso, essa falação toda.

Então, vamos para frente!

Quero parabenizar o Presidente Renan. É um exemplo de nordestino, não sagaz, porque ele tem muita habilidade política. Mas tem essa determinação de estar diuturnamente. Ontem mesmo, ele estava até meia-noite conversando com várias lideranças; e eu, olhando-o de longe, presenciando esse homem realmente queimando fósforo e trocando idéias, já trabalhando na composição da grande chapa para uma grande frente de lutas democráticas. Isso, realmente, engrandece esta Casa.

Agradeço a V. Ex^{as} a atenção. Em oportunidade próxima, gostaria de lhes fazer um convite. Vou estendê-lo aos demais Senadores, pois vai haver uma grande festa cultural no Estado do Amapá, que será daqui a quatro meses. Quero conversar depois, em particular, sobre isso. É uma festa importantíssima, e vamos fazer esse convite a todos os colegas, para que conheçam o grande trabalho que será realizado no extremo Norte, no Amapá, em favor da cultura do País.

Encerro a minha fala bem motivado. Vamos em frente. O Amapá deixa um forte abraço aos colegas. Estaremos todos os dias aqui, debatendo, buscando e aprendendo, para que possamos contribuir com o nosso País e com o nosso querido Estado do Amapá.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral.

Não sei se V. Ex^a pediu a inscrição para esta sessão ou para a vindoura, de segunda-feira. V. Ex^a é o último inscrito. V. Ex^a não pode privar a Casa da sua intervenção.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de relatar, rapidamente, a reunião que fizemos hoje no

Itamaraty, com a presença do Ministro Celso Amorim e do Ministro Márcio Thomaz Bastos com relação à missão da CPI dos Correios aos Estados Unidos em função das contas no exterior.

Foi uma reunião muito produtiva, e o Itamaraty, a partir de hoje, começa já a fazer contato com as Promotorias de Nova York e de Miami para agendar, até o final deste mês, a visita dos Parlamentares da CPI aos procuradores. Ao mesmo tempo, a Diplomacia brasileira prepara o Dr. Alberto Gonzalez, o equivalente ao Ministro da Justiça dos Estados Unidos, para uma conversa telefônica a ser feita com o Ministro Márcio Thomaz Bastos para buscar uma maneira, guardando o sigilo das informações, de compartilhamento dos dados dessas contas no exterior. Foi uma reunião bastante produtiva, positiva, e entendo que vamos suplantar com serenidade, com equilíbrio, trabalhando institucionalmente essas dificuldades.

Aproveito também a oportunidade para destacar que, ontem, numa reunião interna da CPMI dos Correios, montamos o roteiro e a formatação do relatório final da CPMI, um relatório que vai ser amplamente discutido. Eu mesmo, desde o início da semana, comecei a tomar as providências devidas, conversando com várias lideranças partidárias, Presidente Renan. Vou conversar também com V. Ex^a, como Presidente da Casa, como Presidente do Congresso e como liderança nacional que é, para que, efetivamente, apresentemos um relatório que não só apure as denúncias, as responsabilidades, mas, acima de tudo, um relatório propositivo, com propostas do Legislativo para melhorar controles no sistema financeiro, a questão da lavagem de dinheiro, a política de resseguros no Brasil que, a pedido de V. Ex^a, foi incorporada à CPMI dos Correios, para que não fosse criada uma outra CPI no Congresso.

Já fizemos a formatação. Estamos trabalhando com os técnicos da CPMI e com as auditorias. A idéia é, até o dia 15 de março, Presidente Renan, estarmos com o relatório pronto e com prazo suficiente para a discussão, atender pedidos de vista, votos em separado com relação a determinados itens da CPMI.

Entendo que as coisas caminham de maneira planejada, organizada e de acordo com as atribuições, Presidente Renan, que foram assumidas pela CPMI dos Correios numa reunião histórica com V. Ex^a, em que cuidamos das origens, dos contratos, dos fundos de pensão, da área de resseguros. A questão dos Parlamentares ficaria sob responsabilidade da CPMI do Mensalão.

Evidentemente, recebemos muitas informações que já estavam armazenadas nos arquivos da CPMI do Mensalão e que vamos utilizar também no relatório

final, até em função de tudo o que esse *software* i2, comprado pelo Senado Federal por iniciativa de V. Ex^a, pode proporcionar às investigações, saques, acontecimentos no Legislativo, trocas partidárias, enfim, a descoberta eventualmente de novos nomes.

Quero deixar muito claro aqui o trabalho incansável de todos os membros da CPI dos Correios, dos parlamentares, a forma madura com que as investigações estão sendo conduzidas. Não tenho dúvida nenhuma dos resultados que esta CPI vai apresentar para a sociedade brasileira, que a imprensa, com muita competência, tem repercutido ao longo de todos esses trabalhos, não só da CPI, mas trabalhos do Legislativo.

Sr. Presidente, eu também não poderia deixar de registrar o trabalho do Senado ao longo dessas últimas semanas, especialmente esta semana, quando votamos matérias importantíssimas, inclusive matérias que alteram práticas adotadas pelo Congresso Nacional com relação a recesso, com relação a salários extras; enfim, foram muitas as matérias que debatemos e discutimos ao longo desta semana.

Sr. Presidente, temos aí alguns desafios pela frente, como o Fundeb, um projeto de extrema relevância para a educação brasileira pelos montantes envolvidos e, principalmente, pela necessidade de se olhar a educação básica como uma preocupação maior de todos os governos.

Não posso deixar de destacar aqui um outro projeto em tramitação no Congresso Nacional, que é de fundamental importância e ao qual o Governo do Presidente Lula sempre deu atenção especial. Trata-se do projeto que apóia as micro e pequenas empresas, permitindo que muitos saiam da informalidade, criando, assim, mecanismos de incentivos para empresas com grande capacidade de contratação de mão-de-obra.

Cumpra mencionar também, entre outros projetos importantes, o projeto de lei do gás, apresentado pelo Senador Rodolpho Tourinho. É um projeto fundamental para o País, pois vai garantir a infra-estrutura de gás natural para atender não só à geração de energia, mas também para uso industrial, além de seu uso nos veículos – há uma considerável frota de veículos operando com gás natural – e também em residências.

Cumpra ressaltar, Sr. Presidente, que tem sido sempre uma preocupação de V. Ex^a o engrandecimento e o posicionamento forte do Congresso Nacional como um Poder que, mais do que nunca, terá um papel cada vez mais fundamental no futuro do nosso País. Esse projeto foi amplamente discutido com as companhias de petróleo, as distribuidoras de gás, num trabalho incansável do Senador Rodolpho Tourinho, um especialista da área, ex-Ministro de Minas e Energia, que

desenvolveu os trabalhos à frente daquele Ministério com muita competência, com muita dedicação e respeito ao País. Esse é um dos projetos fundamentais a serem analisados por esta Casa agora, na convocação extraordinária. Muito importante!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Delcídio, sem pretender interromper V. Ex^a, queria dizer que todos sabemos que o Congresso Nacional – esta Casa menos, mas a outra Casa sobretudo – passou por um momento dramático, difícilíssimo. Mais 70 pessoas, como consequência da crise, foram ejetadas dos cargos que ocupavam. Procuramos, em todos os momentos, fazer o dever de casa, fazer o que tinha que ser feito, fazer o que a sociedade cobrava de todos nós. Claro que V. Ex^a, mais do que eu, sabe que algumas respostas ainda precisam ser dadas. Mas temos absoluta convicção de que o Congresso Nacional, a Comissão Parlamentar de Inquérito, os dois juntos, vão dar essas respostas, sobretudo porque tem na condução do processo V. Ex^a, uma figura por todos nós respeitada, querida,...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – ... que tem trânsito em todos os Partidos. O prestígio de V. Ex^a na sociedade brasileira hoje é do exato tamanho do que acabo de dizer.

Parabéns. Parabéns, mesmo.

Por isso, toda vez que ouço alguém superficialmente falar sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre o trabalho que aqui se desenvolve, acho que, no mínimo, é uma injustiça muito grande com algumas pessoas que têm cumprido um papel relevante, sobretudo com relação a V. Ex^a.

Parabéns, V. Ex^a merece o respeito da Casa, continuará merecendo. Temos absoluta convicção que, do ponto de vista do esclarecimento, da apuração, dos resultados, vamos chegar aonde deveríamos chegar.

No que se refere ao julgamento, não, porque aí não vai depender nem de V. Ex^a nem de mim. É uma decisão do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, num primeiro momento, e, depois, do Plenário da Câmara dos Deputados.

Como eu dizia há pouco, as mudanças, o aprimoramento que estamos fazendo na instituição é consequência da pressão da sociedade. Não é humilhante dizer que o Congresso reflete a sociedade, reflete mesmo. E, quando teima em não refletir o que a sociedade quer, ele perde legitimidade. É fundamental, fundamentalíssimo que continue a haver pressão, pressão no bom sentido, sobre o que essas instituições vão fazer para que não tenhamos resultado inversamente proporcional à expectativa que a sociedade tem, não da Comissão

que está cumprindo o seu papel, mas do julgamento dos acusados, sobretudo daquelas pessoas que merecem e que precisam ser punidas.

Não podia deixar, sinceramente, apesar de estar na Presidência e ser incomum esse procedimento, de dizer isso a V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, muito obrigado pelas palavras. Ratificando o que disse V. Ex^a, é importante registrar que está sendo feito um trabalho muito sério e fundamentado, até para servir de base. Como V. Ex^a disse com muita pertinência, as providências serão tomadas a partir do momento em que a CPI oferecer as informações, o resultado dessas investigações ao Conselho de Ética e ao Ministério Público, que julgarão a procedência de tudo o que foi investigado.

Quero falar da seriedade com que todos os parlamentares da CPI têm-se conduzido. Não cabe, de nenhuma maneira, qualquer tipo de desconfiança ou de desqualificação de tudo o que tem sido executado ao longo dos últimos meses com muita determinação, com muito esforço, muitas vezes errando, mas acertando também, acima de tudo, prestando um grande serviço ao Brasil.

Ouçó o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Delcídio Amaral, uma instância de investigação não existe para agradar ninguém. Muitas pessoas, quando têm seu nome vinculado, citado, sentem-se desconfortáveis e reagem, mas não é papel da Comissão agradar as pessoas. Considero o tempo e a natureza da correção. Talvez a CPMI, em seu primeiro momento, por força da atração e da curiosidade popular, tenha levado à exaltação vários de nós – sou um deles. Estamos vivendo agora o momento da tranquilidade, de os fatos serem visualizados a olhos de águia. Devemos fundamentar ao máximo para que qualquer recomendação seja baseada em fatos, para que o órgão que vai julgar o mérito da questão tenha fundamentos para tal. O que eu quero mesmo dizer é que V. Ex^a foi de uma tranquilidade impressionante. Eu não o conhecia. O meu conhecimento de V. Ex^a é da convivência nesta Casa. A escolha para presidir uma Comissão com tamanho foco de atenção, como a CPMI dos Correios, exigiria realmente uma calma desta natureza, porque se trabalhou com os nervos à flor da pele durante muitos dias. E não foram poucas as dificuldades para se conduzir o ambiente de trabalho. Eu faço esta observação: eu me admirei muito! Não sei se é da natureza de V. Ex^a, porque eu não o conhecia. Fiquei muito bem impressionado porque V. Ex^a se colocou à altura da missão que lhe foi atribuída. Se a CPMI parasse os trabalhos hoje, até mesmo sem relatório, ela já teria mobilizado

um sentimento coletivo de que situações como estas não podem mais continuar. E já nasceu uma série de procedimentos, acredito eu que fruto desses debates, para tomada de decisão das próprias Casas. As medidas que tomamos, anteontem na Câmara e ontem no Senado, sobre encurtamento de recesso, fim de algumas vantagens, com certeza não vão parar aí; temos que modificar o processo eleitoral, a lei eleitoral e tantos outros procedimentos que vão fortalecer a instituição chamada Congresso Nacional. E as pessoas que se prestam a isso têm que ser louvadas.

Neste caso, é apenas a solidariedade de uma pessoa que não representa muito, mas se estas palavras servirem, creia que são verdadeiras da minha admiração. As querelas são reflexo normal da exaltação da corrente sangüínea de cada um de nós, da forma de expressão de sentimentos; são ocorrências momentâneas e não da índole das pessoas. Das lições que tivemos aqui, esta com certeza o Brasil gravará em sua memória. Que a CPMI dos Correios, ao se encerrar, contribua para a solução de grandes problemas que o País não quer mais ter. Parabéns pelo trabalho.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Sibá, que tem sido um Senador atuante, tem honrado o nosso Partido não só pela sua biografia, mas também pelo seu trabalho legislativo. Determinado, sério, homem de bem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Delcídio, desculpe-me interromper, não é comum, mas numa sexta-feira podemos fazer isso mais à vontade.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Podemos inclusive, Presidente, conversar em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Sibá comentou isso. Muita gente não entende o papel da imprensa. O papel da imprensa é corretíssimo. No mundo todo há uma concorrência pela legitimidade da representação da imprensa com os parlamentos. É natural que isso ocorra também entre nós. Se não tivermos a preocupação de fazer as mudanças que precisamos vamos, cada vez mais, perder espaço nessa concorrência, que é legítima, porque a imprensa também é representação da sociedade. Ela não pode invadir o papel do Parlamento, o limite do espaço do Parlamento, nem tampouco o Parlamento pode invadir o limite do espaço da imprensa. Contudo, é uma concorrência legítima. O que temos que fazer é o que fizemos: humilde e modestamente, dizer que, como a sociedade quer que mudemos, vamos mudar.

Quando tomei posse na Presidência do Senado Federal, disse que queria sintonizar o Congresso com a sociedade. Qual é o grande propósito da nossa gestão? Sintonizar o Congresso com a sociedade, fazer

aquilo que a sociedade quer, porque, sem dúvida, tal atitude vai conferir mais legitimidade à instituição e aos nossos mandatos. É por isso que estamos felizes com o papel que V. Ex^a e o Deputado Osmar Serraglio desempenham. O Brasil acompanha isso. Tenho priorizado a divulgação dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito na TV Senado. Mais do que isso, tenho queimado etapas para que possamos transformar a TV Senado em TV aberta, para que realmente todo o mundo, todo telespectador, inclusive o de TV aberta, não somente o telespectador de TV a cabo, possa ver o que aqui se faz.

A única coisa que não admito é alguém da corporação trabalhar para deturpar ainda mais a imagem da corporação, para, com isso, tirar dividendos políticos e eleitorais. Julgo essa atitude covarde. Toda vez que considero que algo está errado, procuro a pessoa circunstancialmente responsável pelo erro e digo: Isso está errado. Vamos tentar consertar.

Quando convocamos o Congresso Nacional, nosso objetivo era mudar uma agenda que a crise tinha paralisado na Câmara. Na Câmara! Não foi aqui. Aqui votamos tudo. Ontem lembrei, educadamente, sou muito amigo, amigo mesmo, eu sou, digamos assim, quase irmão do Presidente da Câmara dos Deputados, além da relação de harmonia, de independência, mas de harmonia, Senador Delcídio, que deveremos ter, mas ontem lembrei matéria que tínhamos votado aqui há bastante tempo, essa absurda aposentadoria compulsória aos 70 anos, que nos privou desde ontem da presença pública do Ministro Carlos Velloso e que, infelizmente, não anda na Câmara. Como não anda também a reforma política, como não anda a reforma tributária, como não andam outras matérias de interesse do País. A única matéria que está pronta para ser votada no Senado, a única, é o Código Florestal que, graças a Deus, consegui com os Líderes um acordo para que na quarta-feira, que é quando a pauta vai estar desobstruída, possamos votar o Código Florestal.

Senador Lobão, Senador Delcídio, Senador Sibá, Senador Augusto Botelho, votamos tudo, absolutamente tudo. Votamos 1.700 matérias durante ano. Nunca, com todo respeito a V. Ex^a, Senador Lobão, que foi Presidente do Senado, nunca – estou falando de uma circunstância, não estou querendo me comparar com ninguém, absolutamente, quem sou eu? – mas em nenhum momento da nossa história o Senado Federal produziu tanto quanto produziu no ano que passou. Mas toda vez que alguém avalia o desempenho do Legislativo, diz: “O Legislativo está imobilizado”. “A inércia tomou conta do Legislativo”. Meus Deus, com três Comissões Parlamentares de Inquérito, nós vota-

mos todas as matérias que estavam prontas para ser votadas; mandamos todas para a Câmara dos Deputados. Ainda temos que dividir a culpa.

Infelizmente, isso acontece, é duro que aconteça, não temos muito o que fazer. Temos que, infelizmente, conviver com isso. Mas é preciso que todos entendam o papel de cada um, o papel da imprensa, que está no seu papel, o nosso papel, a humildade que devemos ter para mudar, sobretudo quando a sociedade quer que mudemos, temos que mudar sim. E fazer debates, reunir, conversar, discutir. As coisas não são como a gente pensa.

Vou citar um último exemplo: O Presidente me convidou, anteontem, para almoçar lá na Granja do Torto. Eu, o Ministro Jaques Wagner e o Presidente da Câmara, Aldo Rebelo. Quando eu me preparava para ir para o almoço, as pessoas perguntavam assim: “Vocês vão conversar sobre política?” Eu disse: Claro que não, não vamos conversar sobre política. Não compete a mim conversar sobre política, senão da política institucional, da relação dos dois poderes, do poder que eu chefo e do poder que o Presidente da República chefia. Aí vamos conversar sobre tudo que diz respeito a isso, sobre a convocação, sobre a pauta, sobre a relação, sobre a exacerbação de ânimos. Sobre tudo, absolutamente sobre tudo.

Quando voltei, contei para a imprensa o que tinha havido. Disse que não conversamos sobre nada, porque, nas conversas que o Presidente teve conosco, ele nunca deixou claro que é candidato a Presidente. Claro que todo mundo sabe que ele se movimenta para ser. Mas ele não conversa nada, absolutamente nada sobre candidatura, porque ainda não decidi.

Outro dia, vi o comentarista Merval, que é uma pessoa que admiro muito, num comentário dizendo que teve uma boa conversa com o Presidente da República, mas que saiu de lá convencido de que o Presidente não decidiu ser candidato. Outro dia, ouvi o comentarista Merval, pessoa que admiro muito, dizer que teve uma boa conversa com o Presidente da República, mas que saiu de lá convencido de que o Presidente não decidiu ser candidato. É o mesmo convencimento que tenho. Ora, meu Deus, como é que posso ir, em nome do partido, conversar com o Presidente sobre aliança, exatamente com um presidente que não decidiu ser candidato a candidato? Mas são coisas com as quais temos de conviver. Aquilo saiu no jornal, alguns setores do PMDB entraram com uma representação no Conselho de Ética, se não me engano, é a sétima representação contra mim, e entendo por quê: vamos ter agora, na Câmara, uma eleição para escolher o Líder, e algumas pessoas, equivocadamente, continuam a achar que tenho papel na eleição de escolha do Líder

da Câmara. Por conta dessas coisas, não falo mais no programa do partido; nos últimos programas, não tive sequer espaço para falar. E não acho ruim não, porque tem muita gente que só tem o espaço institucional para ocupar, é assim mesmo. Tem as pessoas que fotografam melhor, e outras que não fotografam bem. Eu me considero nessa segunda relação, não fotografo bem. Na democracia, é preciso ter muita humildade, muita compreensão, defender as coisas com sinceridade. Acho que o PMDB tem de ter candidato, sim, mas temos de escolhê-lo na hora certa. Quem tem de escolher o candidato rapidamente é o PSDB. O PMDB não; o PMDB tem tempo, a convenção começa em 10 de junho. O melhor candidato do PMDB, Ministro Delcídio, meu eterno Ministro Delcídio, meu querido Líder, é aquele que possa unir mais o partido. Quando eu conversei com o Presidente Lula, tive oportunidade de dizer-lhe: Presidente, vamos apoiar o Governo até quando for possível apoiar. Quando não for possível, quando o PMDB tiver candidato à Presidência da República, e não for possível o PMDB ter ministro no Governo, mesmo assim, o Senador Renan Calheiros, e quem o Senador Renan Calheiros puder influenciar, vai continuar ajudando firmemente na governabilidade. É uma oportunidade que tenho para demonstrar sobretudo que eu não ajudo a governabilidade por cargo, porque eu quero continuar ajudando a governabilidade mesmo com o PMDB fora do Governo, sem ter cargos. O PMDB é um partido muito grande e estratégico, e, se sair da governabilidade, ele não sai do Governo apenas, não desestabiliza o Governo apenas, ele desestabiliza o Brasil. É essa conversa que nós precisamos ter, aberta, franca, que eu quero ter, mas que não pudemos ter. Porque a cada dia se ouve um jabuti num jornal, uma conversa que não tem nada a ver e, com base naquela conversa, as pessoas entram no Conselho de Ética contra mim, contra o Presidente Sarney, sem que tenha nada, absolutamente nada para contrapor. É por isso que toda vez que tem eleição para Liderança na Câmara, conhecemos o resultado. É por isso que toda vez que tem eleição para Liderança no Senado, nós sabemos o resultado. E é por isso que nós temos já o mandato da Executiva prorrogado para que não haja eleição. Infelizmente. O partido é muito grande, complexo, muitas correntes com as quais nós temos que conviver. Da minha parte, respeitosamente; vou continuar convivendo respeitosamente, mas fazendo, do ponto de vista do partido e do País, o que entendo sinceramente que devo fazer. Eu até peço desculpas a V. Ex^a, porque essa é uma questão interna. Nós estamos tratando aqui de uma CPMI, do papel que V. Ex^a significa com relação a ela, do que foi possível fazer, do que vai ser preciso fazer ainda. Quando as pessoas

diziam: não vai ter CPI porque o Governo não quer, o Senador Renan não vai ler a CPI porque ele está na governabilidade e o Governo não quer que leia a CPI, eu fui lá e li a CPI. Depois disseram: não vão compor a CPI. Eu disse, com humildade: se não indicarem os nomes até quarta-feira, eu vou indicar os nomes. E indiquei os nomes. Depois disseram: não vai apurar nada, porque é chapa branca. A CPI, através de V. Ex^a, tem demonstrado o contrário. Depois disseram assim: não vai apurar nada, porque precisa contratar uma consultoria de quase cinco milhões de reais. Procurei a Câmara dos Deputados, e a Câmara não pôde colaborar com a concentração. E eu disse ao Senador Delcídio: contrate a Consultoria que o Senado pagará sozinho a Consultoria. Estamos pagando sozinho a Consultoria, porque o Brasil precisa dar essas respostas. E, no que depender de mim, vou – é desnecessário dizer isso – cada vez mais revigorar o trabalho de V. Ex^a, para que cada vez mais o País continue a ter, com relação a V. Ex^a, a visão, a compreensão que o País tem do papel estratégico que V. Ex^a tem cumprido. Mais de setenta pessoas já deixaram os seus cargos. Isso é uma profilaxia que já começou e vai ter que acabar. É uma pena que não tenhamos votado a reforma política. Mas ainda temos tempo para tentar votar e tentar fazer valer essa reforma política, para não termos, na próxima eleição, a repetição do que tivemos nas eleições passadas. Se fizermos isso, todos nós teremos cumprido o nosso papel. Quando perguntaram: e a convocação, quanto vai custar? Eu disse: se não votarmos nada, absolutamente nada na convocação, mas se encurtarmos o recesso e acabarmos com este absurdo que é o pagamento em dobro, do ponto de vista do Congresso Nacional, teremos cumprido o nosso papel. Muitas vezes, as pessoas não editam o que dizemos, editam o que querem editar. Mas é normal, é papel da imprensa. Muitas vezes, também, nós não dizemos aqui o que a imprensa quer que se diga. Isso é da democracia. Precisamos cada vez mais aprimorar esse relacionamento. Estou aqui na Presidência do Senado e tenho data marcada para sair, que é o dia 14 de fevereiro do próximo ano, mas até lá vou, na plenitude, não tenham dúvidas os senhores, tentar cumprir o meu papel.

Perdão. Perdão mesmo pela interrupção ao brilhante discurso de V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Presidente, primeiro quero registrar alguns pontos que V. Ex^a, mais uma vez, com muita lucidez, citou, que é o trabalho da imprensa, crítica, firme, nos momentos certos cobrando posições e, mais do que nunca, repercutindo o que a sociedade brasileira espera de todos nós, não só do Poder Legislativo, mas do Exe-

cutivo, do Judiciário. Esse é o papel fundamental que a imprensa presta para a democracia brasileira e para o futuro do País.

Ao mesmo tempo, Presidente, sou testemunha do trabalho de V. Ex^a ao longo desta Presidência, tendo serenidade, equilíbrio; a despeito de todas as pressões, tomado, nos momentos mais difíceis, decisões refletidas, decisões maduras, decisões isentas; e do papel de V. Ex^a, mais do que nunca, como o grande guardião da imagem do Congresso e especialmente do Senado Federal. V. Ex^a tem honrado todos nós, Senadores, e acredito, também, a outra Casa, a Câmara dos Deputados, muito bem presidida por um conterrâneo de V. Ex^a, o Deputado Aldo Rebelo, que já prestou grandes serviços ao País. Mas V. Ex^a tem sabido agir com equilíbrio, com isenção, com justiça, honrando esta Casa.

Eu não posso, também, deixar de destacar e registrar o papel de V. Ex^a como Liderança partidária, inquestionável, pela projeção de V. Ex^a, por tudo o que V. Ex^a já fez pelo País, mas, acima de tudo, pelo discernimento, pela preocupação com a governabilidade e pela preocupação com o futuro do Brasil.

Então, eu não poderia deixar de fazer este registro, aproveitando até esta oportunidade que V. Ex^a me dá de abordarmos aqui esses temas.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Passo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Nobre Senador Delcídio Amaral, foi muito bom que V. Ex^a viesse ao Plenário do Senado fazer o relato que agora realiza sobre o seu desempenho e, sobretudo, sobre o desempenho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tão bem presidida por V. Ex^a. Essa Comissão nasceu para ser polêmica. V. Ex^a resistiu, não desejou ser membro dela, muito menos Presidente. Eu sei. Eu também fui sondado para ser o seu Presidente, mas acho que, até por espírito público, por patriotismo, foi bom que V. Ex^a acabasse aceitando dirigi-la. Ela não poderia seguir pelos descaminhos da vida pública; ela não poderia ser um instrumento gerador de crise no Parlamento brasileiro; ela teria que cumprir seu papel de investigação no momento em que o País sofria e amargava grandes dificuldades por conta de uma crise gerada, lá fora, sim, mas que envolvia também Congressistas brasileiros. Quero cumprimentá-lo por seu desempenho na Presidência dessa Comissão. V. Ex^a poderia ter tido uma atuação de escândalo, incendiária; todavia, se circunscreveu a uma ação produtiva em favor da vida pública brasileira, com os esclarecimentos que está prestando, com amplitude, com o ho-

rizonte aberto a todas as informações. Conhecendo-o aqui no plenário, eu sabia que esse seria o resultado da sua atuação. Quero também cumprimentar, sobretudo, o Presidente Senador Renan Calheiros por ter tido a compreensão exata do momento brasileiro, da política brasileira. Apoiou a Comissão e apóia V. Ex^a em todos os momentos. S. Ex^a aqui o disse, mas eu já sabia antes. Confesso que sou um admirador da atuação política do Senador Renan Calheiros. Desde que S. Ex^a estava na Câmara, muito jovem, Líder do Governo na Câmara dos Deputados, no instante em que achou que a sua liderança não deveria prosseguir na Câmara, por conta dos desvios que ocorriam naquele momento, teve a grandeza de se desligar, de se apartar daquele momento da vida pública brasileira. Aqui, na Presidência do Senado, e, antes, na Liderança do seu Partido, honra e engrandece a vida pública brasileira. Estou na vida pública há quase 30 anos e vi passar por esta tribuna e por estas cadeiras, inclusive da Câmara dos Deputados, grandes valores. O Senador Renan Calheiros e V. Ex^a também estão à altura dos maiores que por aqui passaram. Citaria um exemplo, para mencioná-lo na mocidade de V. Ex^as: o Senador Petrônio Portella. Petrônio Portella não tem sido homenageado na medida do que ele merece, por tudo quanto ele representou na vida pública. Desapareceu muito cedo, muito moço. V. Ex^as não vão desaparecer, mas são moços tanto quanto ele o foi. E são tão importantes para a vida pública brasileira o Senador Renan Calheiros, na Presidência do Senado e do Congresso Nacional, e V. Ex^a, na Liderança do PT e, hoje, na Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito. Quando o Senador Renan diz, não diria com orgulho, mas com o dever de informar que, sob sua Presidência, o Senado votou, no ano passado, mil e setecentas proposições, S. Ex^a o faz no cumprimento do dever de prestigiar a todos nós, porque S. Ex^a não votou sozinho, está falando em nome da Casa, foi a Casa que votou, sob a liderança de S. Ex^a, sim; mas, não houvesse na Presidência um líder assim, não teria votado. S. Ex^a tem cobrado ação das Comissões, dos Senadores e tem sido seguido nessa liderança tão firme que ele exerce no Poder Legislativo. Portanto, cumprimentos a V. Ex^a e parabéns pelo que significa na Comissão, na Liderança e no Senado. Parabéns ao Senador Renan Calheiros também.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Edison Lobão, agradeço a V. Ex^a as palavras, que muito me honram, principalmente porque partem de alguém que tem experiência política e executiva. Fico muito honrado com isso.

Sr. Presidente, antes de concluir meu pronunciamento, gostaria de fazer algumas considerações

relativas aos projetos que tramitam neste Congresso. Aproveito este momento para fazê-lo, porque não tenho tido oportunidade de vir ao plenário com frequência em função da correria que é a minha vida e do descontrole da minha agenda. Tenho procurado, quando venho à tribuna, fazer o resumo de algumas idéias para aproveitar a oportunidade.

Depois de falar da lei do gás, matéria que V. Ex^a, com muita percepção do momento, incluiu na pauta extraordinária, não poderia deixar de registrar o disciplinamento das medidas provisórias, pelo qual V. Ex^a e vários Parlamentares têm-se batido diuturnamente. Entendo claramente o objetivo de V. Ex^a, que é cada vez mais consolidar a força do Poder Legislativo e do Congresso Nacional.

Um tema que precisaremos discutir, Sr. Presidente – já tive várias reuniões com V. Ex^a e com outros Parlamentares para tratar do assunto –, é o Orçamento Geral da União. Não é possível que continuemos a adotar os procedimentos e a liturgia vigente para a definição do Orçamento Geral da União. É lamentável a maneira como nós temos aprovado esse Orçamento, a falta de tempo para discutir políticas nacionais que dêem consequência a um Orçamento que obedeça a um planejamento de país. E nós vamos precisar nos debruçar, Sr. Presidente, sobre esse que é um dos grandes temas que fazem parte da rotina de V. Ex^a. Nós temos que discutir isso, assim como a reforma política, a que V. Ex^a acabou de se referir. Temos que discutir isso com clareza. Não dá mais para continuar desse jeito. Acabamos construindo peças orçamentárias que são verdadeiras peças de ficção. E um País que se quer grande, que quer crescer, não pode se colocar nessa posição. Isso é um instrumento básico. Qualquer empresa para ter futuro e para saber o que vai fazer tem que ter um orçamento plausível. E, assim, é a empresa chamada Brasil. É a mesma coisa.

Sr. Presidente, sei que esses dois temas não fazem parte da pauta extraordinária, mas serão tratados ao longo do ano legislativo. Portanto, gostaria de situar duas questões que, na minha visão, são de fundamental importância, e nós precisamos definir o que vamos fazer. Uma, são as agências reguladoras. Existe um projeto que está tramitando na Câmara. O que nós vamos fazer com esse projeto? Ele vai adiante ou não vai?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros – PMDB – AL) – Aliás, só uma informação. Tudo que se refere a marco regulatório continua a tramitar na Câmara dos Deputados. Tudo. Absolutamente tudo. A única coisa de marco regulatório que tramita aqui, no Senado Federal, que teve a iniciativa do Senador Rodolpho Tourinho, foi o marco regulatório do gás, que vamos votar. E V.

Ex^a, como um especialista técnico nessa matéria, vai colaborar demais, demais mesmo, com essa discussão. Mas é importante que façamos não uma pressão no sentido mais objetivo da palavra, mas uma pressão sutil – eu não diria nem pressão, mas um convencimento – para que essas matérias saiam da Câmara.

Hoje, li uma entrevista do Presidente Aldo, falando da qualidade do desempenho legislativo, que isso não tem nada a ver, absolutamente, com a profusão de leis que se votam no Brasil. Concordo. Fui Ministro da Justiça. Temos, no Brasil, mais de 20 mil diplomas legais, leis que pegam, que não pegam, leis que se revogam entre si, leis absolutamente contraditórias. Precisamos consolidá-las. O mundo todo já fez a consolidação das suas leis; o Brasil ainda não a fez. Enfim, não se trata disso. Nem se trata de votar mais ou menos. Trata-se de votarmos a chamada agenda inércia, de interesse do País, que não é do interesse do PT. Ontem, na reunião da Bancada do PMDB, tive oportunidade de lembrar, de novo, ao Presidente da República o que venho dizendo publicamente: um dos grandes problemas dessa crise é que todos nós ficamos encurralados. As matérias que deveriam andar, as reformas que precisavam continuar, infelizmente, nada disso continua. E, sem essa continuidade, ficamos administrando as circunstâncias.

Napoleão foi um grande estrategista. Ainda hoje, o mundo inteiro o respeita, admira e tem como exemplo. Perguntavam-lhe muito sobre seus feitos, e ele costumava dizer: “Eu não faço as circunstâncias. A minha arte advém sobretudo da administração das circunstâncias. Eu apenas as administro, mas não as crio”.

O Senado tem administrado muito bem suas circunstâncias, mas precisamos ter reuniões mais frequentes com os Líderes da Câmara, com o espírito público do Deputado Aldo Rebelo, um dos maiores quadros da política nacional. Tenho orgulho de ser amigo do Presidente da Câmara, assim como me orgulha ser amigo de V. Ex^a e dos Senadores Edison Lobão e Augusto Botelho.

Tenho cobrado muito que haja uma agenda em que se vote o fim da compulsoriedade da aposentadoria aos 70 anos, tudo o que se refere a marco regulatório, seja das telecomunicações, seja dos transportes, seja do saneamento básico. Isso é um absurdo!

Ontem, conversando com o Presidente da República, observávamos o quanto o País precisa de investimento em saneamento básico. As companhias de saneamento dos Estados estão com os endividamentos esgotados. Temos que ter uma maneira alternativa para contornar essa dificuldade, quem sabe privatizando esse serviço, exigindo que essa privatização atinja determinadas metas e resultados. O que não pode

acontecer é não avançarmos no marco regulatório do saneamento e tudo continuar como está. Não haverá desenvolvimento nem resultado satisfatório na saúde se não tivermos o saneamento básico da população.

A Funasa tem cumprido um papel fundamental com relação a isso. A Caixa Econômica Federal também já cumpriu um papel muito grande, mas precisa continuar cumprindo esse papel. E a maioria das empresas de saneamento, a maioria das empresas estaduais estão com o seu endividamento preenchido, já não têm mais capacidade para tomar investimento algum.

Essas questões precisam ser resolvidas. Temos que sair desse ramerrão da convocação e do seu do pagamento. Não adianta sequer comparar o que acontece aqui no Brasil com o que acontece na Argentina ou nos Estados Unidos, do ponto de vista do calendário.

Outro dia, o Senador Pedro Simon disse aqui que, na maioria dos países, há um calendário legislativo, publicado em janeiro, com a especificação das datas em que o Plenário do Congresso Nacional se reúne para deliberar. Aqui no Brasil é o oposto: convocamos para que o Conselho de Ética funcionasse a pedido do Deputado Ricardo Izar, que nos disse naquela oportunidade: “Senador Renan, se o Conselho continuar funcionando até o dia 16, no final de fevereiro, eu entregarei ao Plenário da Câmara dos Deputados nove dos onze processos para julgamento”. Esse foi o argumento definitivo da convocação. Havia outros, como o Orçamento, que o País não pode deixar de ter.

Senador Delcídio, que sinalização vamos dar ao mundo de um País que sequer seu Orçamento votou? O que esse País vai fazer com relação aos seus investimentos em infra-estrutura e na área social, com relação à definição do salário mínimo, com relação à correção da tabela do Imposto de Renda? Que outro país da América Latina, para não ir mais longe, deixou de votar o Orçamento de 2006? Nenhum, só o Brasil. Isso, por si só, também justificaria a convocação do Congresso Nacional, assim como a votação de outras matérias importantes que não andaram suficientemente. Acredito que, pela crise política, pela necessidade de substituição do Presidente da Câmara dos Deputados, também não andaram suficientemente.

Sei que isso não está do tamanho da expectativa que a sociedade tem de nós, Senador Delcídio Amaral. A sociedade não tem a expectativa de chegar o Presidente do Congresso Nacional ao seu gabinete e encontrar um oficial de justiça de um juiz de Primeira Instância querendo citá-lo para que cumpra a Constituição, exatamente naquilo que ela determina que ele faça, assim como determina também o Regimento da Casa.

Não sou de arrogância, não sou de bravata, quem me conhece mais de perto sabe disso muito bem. Mas fiz questão de dizer: “Não vou assinar; o senhor não vai me citar, porque não tem competência para isso”. Ele insistiu e fui obrigado a dizer: “Diga a ele que, se continuar insistindo, vou colocá-lo para fora do gabinete”. Não por minha causa, mas pela necessidade de mantermos incólume a imagem e o prestígio do Congresso Nacional.

Infelizmente, estou tendo que dizer isso numa sessão de sexta-feira, aproveitando a oportunidade que o Senador Delcídio nos enseja. Mas não para que isso contabilize nada; não quero que contabilize nada. Eu apenas cumpri o meu papel.

Durante mais de quinze dias, vim ao Congresso Nacional e não dei entrevista à imprensa, porque eu não tinha o que dizer. Eu disse a muitos jornalistas com quem conversei que não adiantava eu fazer discurso diante do que estava posto. Só o que vai demonstrar o contrário – e vou trabalhar para isso – são os resultados da convocação do Congresso Nacional. Mais do que qualquer coisa que eu puder falar, falarão os resultados da convocação do Congresso Nacional. O que eu falar é desnecessário. Os resultados, não: comprovarão exatamente o contrário do que as pessoas estão dizendo ou querendo dizer.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)
– Muito obrigado, Presidente.

É importante também esse registro e, mais uma vez, a posição de V. Ex^a, como Líder maior do Congresso, com relação a essa questão do oficial de justiça. Era absolutamente necessária a sua postura firme e clara, com a qual não nos surpreendemos, pela liderança que V. Ex^a representa no Congresso Nacional. O que aconteceu foi absolutamente fora de qualquer lógica e de qualquer bom senso. E a atitude de V. Ex^a foi absolutamente de legitimação da força do Congresso Nacional.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – O Poder da República não pode ser arrogante, mas não se deve apequenar.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)
– Perfeitamente, Senador Lobão, é isso mesmo. Passamos por um momento difícil, e, mais uma vez, o Presidente Renan teve uma postura coerente, legítima e à altura do que representa o Congresso Nacional para o nosso País.

Sr. Presidente, eu gostaria de enfatizar a questão das agências reguladoras, porque essa indefinição sobre elas tem trazido uma série de preocupações com relação aos investidores. E precisamos, Senador Sibá, de uma vez por todas, discutir o tema ou abandonar esse projeto, deixando as agências reguladoras fun-

cionarem como vêm funcionando até então. O Senador Alberto Silva é um homem experiente, tem grande vivência como executivo e como parlamentar e sabe da importância da estabilidade das agências para os investimentos. S. Ex^a é um homem ligado a infra-estrutura, conhece a área como poucos no País e sabe da sustentabilidade que as agências reguladoras precisam ter para garantir investimentos em infra-estrutura. Nós precisamos tomar uma definição, Presidente Renan Calheiros, porque isso está mal parado lá na Câmara dos Deputados.

Além dessa matéria, Sr. Presidente, o assunto saneamento foi citado por V. Ex^a, e eu gostaria de falar também sobre isso. O projeto encaminhado não passa, pois não reflete a realidade das empresas de saneamento no Brasil, um segmento que é fundamental, acima de tudo, para garantir a saúde preventiva do País, como V. Ex^a disse muito bem. Tenho acompanhado o assunto, mas, infelizmente, nos últimos meses, não tenho conversado com frequência sobre esse projeto com o Deputado Júlio Lopes, que tem discutido com os principais atores desse segmento de saneamento. Inclusive ele encaminhou seu relatório para que eu lesse, mas ainda não tive oportunidade de estudá-lo. Mas o saneamento é matéria de fundamental importância para o País, e nós precisamos votar essa questão para abrir, para descortinar investimentos, Presidente. Como V. Ex^a disse, as empresas não podem mais captar recursos, elas estão no limite do seu endividamento, e quem sofre com isso é a população.

Sr. Presidente, eu também gostaria de registrar aqui algumas coisas que precisam ser encaminhadas. A primeira é que, com muita coragem e graças a um trabalho espetacular do Senador Ramez Tebet, meu conterrâneo, que foi Presidente desta Casa e que honra a todos nós, sul-mato-grossenses, votamos a reforma do Judiciário e temos pela frente uma legislação infraconstitucional a desenvolver em função da reforma do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ontem mesmo, Senador Delcídio, votamos regras para uma ação sumaríssima para as chamadas causas repetitivas, que é um dos problemas que continuam a entulhar o Judiciário brasileiro. Já votamos, neste período curtíssimo, sete matérias que dizem respeito a essa reforma infraconstitucional. Da mesma forma, precisam dar andamento a elas na Câmara dos Deputados.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Isso é fundamental. Acho que avançamos muito quando votamos a reforma do Judiciário aqui, mas ela precisa de todo um complemento que precisamos realmente votar.

Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, acho que precisamos olhar com carinho... Eu pensei que 2005 seria o ano da infra-estrutura. O Senador Alberto Silva sempre fala aqui das estradas, com várias sugestões e soluções para resolver a questão das rodovias. Temos que resolver o problema das ferrovias, dos portos, da infra-estrutura necessária para o escoamento da nossa produção. Não adianta ter gente eficiente, que tenha tecnologia, e o produtor perder no transporte, que eleva o preço do produto e o tira da competição no comércio exterior ou encarece o dia-a-dia da própria população brasileira.

Mas precisamos, Senador Sibá Machado e Senador Augusto Botelho, definir de vez principalmente a questão das parcerias público-privadas. Em quantas sessões essas parcerias foram discutidas aqui no Congresso, nas comissões temáticas do Senado? Esse é um instrumento poderoso para investimento em vários setores da economia brasileira, e as coisas estão patinando, não saem. Esse é um instrumento importante, como também o é a Lei de Concessões, que precisamos usar mais, que talvez resolvesse outras questões que continuam pendentes, das rodovias, das ferrovias. Precisamos usufruir desses mecanismos cuja implementação o legislador já permitiu ao Poder Executivo.

Então, Sr. Presidente, creio que esses temas são absolutamente importantes e têm que ser enfrentados com determinação, para se construir um País melhor, um Brasil que vai criar perspectivas para os seus filhos.

V. Ex^a citou também a gestão de florestas, tema fundamental que é tratado pela Ministra Marina Silva em projeto que sei o Senador Sibá Machado acompanha muito de perto. Quer dizer, existe todo esse compromisso com o desenvolvimento, com a geração de emprego, com a competitividade e com o meio ambiente, que requer uma gestão racional e lúcida.

Então, Sr. Presidente, esta é uma pauta que precisamos tratar neste ano – embora seja um ano atípico, um ano mais curto em virtude das eleições, porque ela é importante para o País.

Outro dia fiz aqui um discurso sobre as facilidades do Judiciário, sobre as causas repetitivas e outras coisas que nós vamos votar aqui.

Outra ponto é a burocracia brasileira. Quanto tempo se leva e quais as restrições para se abrir uma empresa? Quanto tempo se leva para eventualmente se fechar uma empresa? Quanto custa? E a estrutura contábil que pequenas e microempresas precisam estabelecer para prestar contas para os Poderes, para os Estados, para os Municípios e para o Governo Federal? Isso não pode existir! Temos que simplificar o

País, para que as pessoas que queiram produzir tenham condições de trabalhar rapidamente. Quer dizer, é um desafio burocrático enfrentar essa burocracia que já se estende por séculos no Brasil.

Então, essa é uma pauta que não podemos esquecer. Devemos aproveitar este ano para, a despeito das dificuldades que tivemos, voltar a discutir e finalmente aprovar essas propostas e esses projetos.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, meu caro Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Meu caro Senador Delcídio Amaral, eu estava ouvindo a sua fala no meu gabinete e vim até aqui exatamente para dizer que V. Ex^a, neste instante em que faz o seu trabalho naquela Comissão, assistido pelo Brasil inteiro – um trabalho honesto, sério, competente, está fazendo falta aqui no plenário. É preciso que esse tema que V. Ex^a levanta seja conduzido aqui. O País precisa também da sua presença aqui, porque sua competência e seriedade, além de conferirem seriedade à Comissão que V. Ex^a dirige – o que o Brasil todo reconhece, conferem seriedade aos temas fundamentais que V. Ex^a aborda. Nosso Presidente, que está pronto – sei perfeitamente disso, por conhecer o Senador Renan Calheiros –, jovem como é, sabe que essas questões que acabam de ser tratadas precisam ter andamento. V. Ex^a falou nas agências reguladoras. É necessário fortificá-las, sim, com certeza. Então, vamos ver com que caminhos que podemos ajudar. Falou também das parcerias. Temos que fazê-las andar, claro. V. Ex^a levanta um tema exato no momento exato. Por fim, fala na burocracia. Pelo amor de Deus! A burocracia brasileira é crônica. Houve determinado momento em que se criou o Ministério da Desburocratização, que morreu. Vamos reeditá-lo de forma mais moderna, mais eficiente, para que andem as coisas no Brasil. O que eu queria dizer a V. Ex^a é que o admiro muito pela sua presença, pelo seu conhecimento, pelo seu patriotismo e que todos nós aqui estamos ao seu lado – tenho certeza que o Presidente também está –, para ajudá-lo nessa tarefa de ajudar o Brasil. Parabéns pelo discurso de hoje!

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alberto Silva. É uma honra receber os elogios de V. Ex^a, pela biografia, pela história e pelo especialista que é, pois, além de Senador, é engenheiro eletricitista, conhece profundamente esses temas todos e tem dado uma contribuição...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E meu professor de Física. Estou estudando Física agora com ele.

(Risos.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – ... tem dado sempre uma contribuição fundamental para os debates aqui no Congresso Nacional, especialmente no Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Delcídio Amaral, já que V. Ex^a tocou no assunto e a sexta-feira está prometendo, quero apenas lembrar que, sobre a abertura e fechamento de empresas, se era um verdadeiro caminho do calvário abrir uma empresa, encerrá-la seria a crucificação. Estou lendo, no jornal **O Globo**, que o Ministro Furlan, o Governo Federal está encaminhando uma mensagem com a proposta de redução desse prazo, pois hoje, para se abrir uma empresa, o prazo é de 150 dias, o que seria reduzido para, no máximo, 15 dias. Talvez este seja um bom momento para tratar dessa simplificação de cadastro, desses novos prazos, conforme as preocupações de V. Ex^a. Parece que, por sintonia de pensamento com V. Ex^a, o Governo está enviando a mensagem.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado, pelo lembrete importante, absolutamente importante neste momento vivido pelo País. Essa redução de prazo, acima de tudo, é exigida pela população e por quem quer produzir.

Sr^{as} e Srs. Senadores, para encerrar, o Presidente Renan Calheiros falou sobre a reforma tributária. Todos aqui se lembram do tempo que levamos para discutir a reforma tributária aqui no Senado: Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania... Praticamente, aquilo que veio da Câmara dos Deputados foi alterado. Foram, inclusive, propostas várias alternativas até para baixar a carga tributária em função do crescimento do PIB.

Cito um exemplo: semana passada, tive uma reunião com um empresário da área têxtil, que foi dirigente da ABIT, Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, o Sr. Donini, dono de uma grande indústria têxtil chamada Marisol, em Jaraguá do Sul. Ele me mostrou, Senador Alberto Silva, no balanço da companhia, quanto representavam salários, matéria-prima, encargos, tributos, de um modo geral. É inacreditável o que está no balanço auditado – não é conversa, nem discurso. Trata-se de balanço auditado, Senador Sibá.

Em 2003, encargos, tributos de modo geral representavam 28% dos números maiores da empresa. Registro que essa pode ser uma característica da indústria têxtil, mas é um exemplo para vermos a preocupação

das indústrias com relação à carga tributária. Em 2004, esse percentual do volume total de movimentação da empresa passou para 34%; em 2005 – o balanço está fechando –, deve ser de mais de 40%. Já ultrapassou o patamar maior, que era o dos salários. É o maior item no exercício ou no balanço dessa empresa, que é uma das maiores empresas têxteis do Brasil.

Então, precisamos encarar essa questão da reforma tributária com absoluto rigor e absoluta emergência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Permite-me V. Ex^a de novo um aparte, nobre Senador Delcídio Amaral?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Mas, claro, Sr. Presidente, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Mas já estou até chateado por todas as vezes que tenho que intervir. Nós votamos não a reforma tributária que o Governo mandou, que não podemos sequer chamar de reforma tributária. Ela objetiva tão-somente a reunificação da legislação do ICMS e a redução do número de alíquotas. Sequer faz uma distribuição daquelas coisas que eles costumaram chamar de contribuição para não chamar de imposto e não ter que dividi-los entre Estados e Municípios. Mas fizemos uma reforma aqui; uma coisa com começo, meio e fim, com fases para implantação, com uma lógica: toda vez que houvesse um crescimento maior do PIB haveria uma redução da carga, como todo o País faz. Nós temos números surpreendentes. Apesar da carga tributária, apesar do juro alto, o Brasil – ontem alguém o disse aqui, eu não me lembro de quem foi –, do ponto de vista do aumento das suas exportações, é o segundo do mundo. Só perdeu para a China. Eu estive há um mês, num debate dos exportadores no Rio de Janeiro, e trouxe uma relação de sugestão dos exportadores. Além da burocracia, da carga tributária, Senador Delcídio Amaral, do juro alto, é inacreditável como a legislação brasileira dificulta a exportação, até porque não tínhamos cultura disso. Eu vou dar só um dado: o Brasil é o único país do mundo onde uma empresa multinacional não pode ter uma conta em dólar, o único país do mundo em que uma empresa nacional não pode ter conta em dólar. Imaginem, do ponto de vista das exportações, do câmbio, da contabilidade, das informações que estão sendo levadas para os outros países, o que isso significa. Temos que nos voltar para isso, fechar os olhos, olhar para dentro de todos nós mesmos e fazer o que precisamos fazer do ponto de vista do País. Essa questão eleitoral vai ser resolvida em outubro. Se não for resolvida no primeiro turno, será resolvida no segundo turno. Mas isso é uma decisão da sociedade, não é deste Congresso.

Este Congresso tem que fazer o que tem que ser feito, para que este País cresça, retome a sua vocação de crescimento. Durante mais de 50 anos, o Brasil foi o país que mais economicamente cresceu no mundo. A nossa vocação, a vocação da nossa economia, é o crescimento econômico. Não podemos conviver com um crescimento píffio desse. É claro que os indicadores têm melhorado, o Governo tem muito que apresentar, mas, se fizer o dever de casa, cuidar dessa agenda inercial, dessa agenda estática, dessa agenda que não consegue andar, infelizmente, na Câmara dos Deputados, vamos ter, sem dúvida alguma, em curtíssimo espaço de tempo, quer queira, quer não, um país muitas vezes melhor.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Com certeza, Senador Renan Calheiros. É por isso que, a despeito de todas as dificuldades, acredito que, com V. Ex^a e com todos os Parlamentares do Congresso Nacional, teremos um papel fundamental nessa agenda positiva para o País, que tem que ser discutida, porque isso, sim, é o futuro. Com isso, vamos dar uma contribuição exemplar para o Brasil, facilitando a vida de quem quer trabalhar, de quem produz, criando perspectivas melhores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ontem eu conversava com uma alta autoridade de um setor empresarial, e ele queria saber de muita coisa, sobretudo se íamos ter a desincompatibilização do Ministro Antonio Palocci para disputar as eleições. Eu lhe disse: “Creio que isso não significa nada, absolutamente nada, porque não são as pessoas que vão mudar as coisas, são o que as pessoas poderão fazer ou deixar de fazer”. Se o Ministro Palocci ficar no Ministério para continuarmos essa agenda, será melhor para o País. Se S. Ex^a quiser disputar eleições, vai disputá-las. O importante é que haja em seu lugar alguém com a convicção de que temos que cumprir a agenda. Vamos ter, no segundo semestre, dificuldade de compatibilizar o funcionamento do Congresso Nacional com as eleições. Faço, mais uma vez, um elogio público a V. Ex^a e ao Senador Arthur Virgílio, que briga da tribuna todos os dias, defende como ninguém e corajosamente tem uma atuação absolutamente transparente, mas, no relacionamento conosco, continua a ser o diplomata de sempre. O Senador José Agripino também é o ponto de equilíbrio na relação de todos nós. Quanto ao Senador Aloizio Mercadante, muitas vezes, as pessoas reclamam de S. Ex^a pela ênfase que dá a seus argumentos, mas S. Ex^a é muito importante para que possamos ter aqui um debate qualificado não do ponto de vista da Oposição apenas, mas do ponto de vista do Governo também. Há a Senadora Patrícia, o Senador Jefferson Péres, que ontem fez uma interven-

ção. Tive que sair e pedir desculpas depois, na condição de Presidente do Senado Federal, porque isso aqui não tem relação com a política partidária. Eu disse: Senador Jefferson Péres, quanto seria bom se V. Ex^a, com uma intervenção desse tipo, pudesse qualificar o debate da sucessão presidencial. Não adianta nada para o Brasil darmos continuidade, numa discussão de eleição, ao que está se discutindo sobre a investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Temos que discutir idéias, propostas, programas de Governo, planos de desenvolvimento. É isso que o Brasil precisa saber; é essa etapa que temos que ultrapassar. Se fizermos isso, Senador Delcídio, e V. Ex^a é emblemático para que isso ocorra, como consequência, estaremos revigorando a imagem do Senado Federal, do Congresso Nacional e também fazendo as mudanças internas. Claro! Quando me elegi, eu falei assim – não sei se os senhores se lembram –: Esse negócio de campanha, de caixa-preta da campanha, de caixa dois, parece que eu estava adivinhando. É uma coisa que temos que jogar na lata do lixo e colocar no seu lugar uma legislação transparente, absolutamente transparente. Pelo amor de Deus, vamos aproveitar essa oportunidade para aprovar a reforma política e colocar no lugar dessa excrescência chamada “caixa dois” uma coisa que estimule o “caixa um”, dê transparência à eleição, garanta igualdade de qualidade.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – É lamentável, porque votamos uma proposta que avançava muito nesse segmento aqui no Senado, mas que não andou na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu sei, votamos e não andou na Câmara. Mas fiz questão de, no meu discurso de posse, dizer isso. Eu disse depois que, se não fizermos isso, estamos pré-datando uma nova comissão parlamentar de inquérito. Algumas pessoas, e têm aqui pessoas da imprensa, reclamaram, em alguns momentos, dos outros Poderes no Poder Legislativo. Quando o Supremo, que tem competência para decidir alguma coisa com relação ao Congresso Nacional, interferiu, houve quem reclamasse. E eu dizia assim: Alto lá! Tenham calma. Essa é uma decisão do Supremo. Temos que cumpri-la, pois o Supremo tem competência para tal. As comissões parlamentares têm poder judicante, mas temos que garantir prazo de defesa. Não era fácil para o Presidente do Congresso Nacional dizer isso, não era fácil, mas fiz questão de dizer. Quando muitos preferiam criticar o Supremo, porque a opinião pública queria que criticassem o Supremo, eu dizia assim: Olha, alto lá! Tenham calma.

Mas a pior decisão que houve aqui, além dessa tolice desse oficial de Justiça que tentou me citar em

relação a algo que eu estava obrigado a fazer, foi o Supremo mandar instalar obrigatoriamente uma comissão parlamentar de inquérito com um terço apenas de assinaturas. A Constituição garante que um terço tem direito a criar uma investigação; mas o processo legislativo constitucionalmente, regimentalmente, só caminha pela maioria. Tudo aqui caminha pela maioria. Se não se tiver maioria, não se vai sequer eleger o presidente da comissão parlamentar de inquérito, para começar a investigação.

Isso significa dizer que, a continuar ocorrendo tais coisas, seja quem for o próximo Presidente da República, vamos ter um quadro de absoluta instabilidade política, porque um terço de qualquer Oposição – passada uma trégua de um, dois, quatro, cinco meses, não vamos saber quantos meses serão – vai instalar uma comissão parlamentar de inquérito. Sequer haverá fato determinado, porque sequer o fato determinado pela comissão parlamentar de inquérito foi levado ao Supremo Tribunal Federal.

Houve uma pressão para que o Presidente do Senado Federal decidisse qual era o fato determinado de todas as comissões. Fui procurado, em vários momentos, para que eu decidisse qual era o fato determinado. E eu disse que a legitimidade para decidir qual é o fato determinado disso é do Supremo, não é minha. Fui eleito numa composição de forças, já disse e queria repetir. Antes mesmo de ter o apoio do PT, eu tive aqui, para ser Presidente do Congresso Nacional, o apoio da totalidade do PSDB e do PFL. Depois, é que tive o apoio do PT. Por isso, tenho de manter essa isenção. Posso até não fazer o que as pessoas querem, o que não posso é sair da isenção, porque se eu sair da isenção, vou perder o respeito da Casa.

Desculpe-me pela interrupção, mas esse debate é bom, isso...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É importante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – ...anima esta sexta-feira, poderá animar a segunda-feira. Só vamos ter pauta, efetivamente, na quarta-feira, porque está sobrestada por medidas provisórias.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – E V. Ex^a tem adotado uma postura correta, de isenção.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – V. Ex^a, além de Líder, um dos principais líderes do PMDB, é o Presidente do Senado. Portanto, tem de tocar os trabalhos todos exatamente dentro da isenção que tem pautado todas as atitudes e decisões de V. Ex^a.

Meu caro Senador Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Senador Delcídio, eu gostaria de participar desse pronunciamento de V. Ex^a, que é bastante heterogêneo, amplo e que contou com a participação, muito consistente e apropriada, do nosso querido Presidente Renan Calheiros, que lembrou a agenda positiva e aquilo que tem sido feito de construtivo nesta Casa. Eu apenas gostaria de contribuir em uma parte do pronunciamento de V. Ex^a, a que trata da reforma tributária. Apesar da discussão que tem sido travada nesta Casa e nas diversas comissões, avançamos bastante, mas ainda não alcançamos a situação de que o Brasil efetivamente precisa em todos os segmentos. Eu lembraria, particularmente, a situação da carne. O Brasil tem-se revelado produtor de um insumo extraordinário que tem ganhado muito na aceitação internacional, principalmente a carne bovina brasileira, de excelente qualidade, do boi criado a pasto. A nossa pauta de exportação tem crescido muito no que diz respeito à produção de carne, apesar de questões pontuais, como a febre aftosa que envolveu seu Estado, envolveu Mato Grosso. Sabemos que são fatos pontuais, que jamais comprometerão a qualidade do rebanho bovino brasileiro e a qualidade da carne brasileira. Agora, nós precisamos avançar um pouco na reforma tributária no tocante à carne. Nós assumimos um compromisso com o Líder do Governo, Aloizio Mercadante, para que o setor tivesse uma discussão direta com o Secretário da Receita Federal, com vista a sanar um descompasso que se verifica entre os frigoríficos em condição de exportar e aqueles que ainda não têm essa condição. Há um diferencial significativo nessas relações, que não traz muita vantagem para quem está exportando, mas traz desvantagem para quem não consegue exportar. Quem consegue exportar acima de 40% da sua produção, além da isenção de impostos para a exportação, porque não se exporta imposto, ainda tem a apropriação do ICMS na compra. Isso gera uma diferença substantiva para a empresa que não exporta. Mais de mil empresas brasileiras estão enfrentando essa dificuldade. Realmente, precisamos auxiliá-las nesse relacionamento com o Governo, para achar um ponto de equilíbrio, em que todos tenham um tratamento igualitário no que diz respeito a tributo. Então, só queria dar essa contribuição a esse pronunciamento interessante que V. Ex^a traz à Casa, nesta sexta-feira.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Quintanilha, muito obrigado. O aparte de V. Ex^a é importante, até pela procedência que tem, porque V. Ex^a sabe do perfil do meu Estado, o Mato Grosso do Sul, com relação à carne, especialmente carne bovina.

Primeiramente, fiz um registro sobre esse tratamento dado aos frigoríficos. Mas eu não poderia perder a oportunidade de dizer que o meu Estado perdeu, desde o início do surto de aftosa até agora, R\$80 milhões. Para um Estado que arrecada R\$180, R\$200 milhões por mês, V. Ex^a imagine as dificuldades por que passamos neste final de ano.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Senador, desculpe-me a interrupção. O mais difícil disso é que o mais sacrificado é o produtor. Na cadeia produtiva, todo o problema acaba sacrificando o produtor, que é quem corre o risco, que põe a cara a tapa, e todas as dificuldades acabam penitenciando o nosso produtor.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quem é cobrado, quem é acompanhado, principalmente pelas autoridades sanitárias, é responsabilizado pela vacinação, tendo que assumir, às vezes, determinadas compromissos que não são de responsabilidade dele. No caso específico do Mato Grosso do Sul, principalmente nas fronteiras, aquele tráfego de reses que ocorre naturalmente e, de certa maneira, o produtor rural não tem controle, não é nem de responsabilidade dele esse tipo de acontecimento.

Esse é um tema fundamental até porque, Senador Quintanilha – e V. Ex^a é de um Estado que tem uma força muito grande dos produtores rurais e por que não dizer também na produção de carne bovina – temos que ter um cuidado absolutamente especial. Neste ponto, ressalto todo o empenho do Ministro Roberto Rodrigues, às vezes incompreendido, porque S. Ex^a entende efetivamente o que precisamos fazer para evitar que doenças como a aftosa venham a prejudicar a nossa produção e as nossas vendas porque, hoje, Sr. Presidente Senador Alberto Silva, as barreiras não são mais baseadas em alíquotas para tentar tirar a competitividade daquilo que é importado por vários países; as barreiras agora são fitossanitárias. E é com base nisso que o Brasil fica prejudicado. Hoje, em função dessa disputa de mercado, dessa competição, as barreiras fitossanitárias surgem exatamente para prejudicar os interesses brasileiros.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, meu caro Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Estou vendo aqui no jornal – embora o assunto que está posto aqui seja uma realidade, o problema da vigilância sanitária, o surto de aftosa em vários pontos do País – que, apesar disso, o Brasil teve um crescimento de venda da carne bovina em 2005 de 22,4% em rela-

ção a 2004 e que, com a crise da febre aftosa, houve um corte de vendas para 52 países que fecharam seu comércio para a carne no Brasil. Mas outros 150 países compraram carne, o que resultou uma receita de R\$3,149 bilhões. Se não tivesse ocorrido o surto da febre aftosa, o Brasil seguramente teria tido um crescimento de, no mínimo, 50% de venda em relação a 2004, o que, com certeza, teria melhorado ainda mais o impacto das exportações brasileiras. Tomando-se todas as medidas necessárias a esses produtos brasileiros consolidados, o Brasil, haja o que houver, continuará a sua produção. Assim sendo, julgo que vale a pena continuarmos lutando para fortalecer, tomar todos os cuidados e retomar a venda de carne à União Europeia, Rússia e demais países que embargaram o comércio com o Brasil.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Sibá.

É importante registrar, meu caro Senador Alberto Silva, não só a pujança das exportações brasileiras de carne bovina, mas também a liderança da avicultura hoje. A carne de frango está absolutamente na frente das exportações, mostrando a força do nosso País, a despeito das dificuldades apontadas pelo Senador Sibá.

Senador Sibá, para V. Ex^a ter idéia, o meu Estado teve todas as exportações proibidas e todas as divisas com os Estados vizinhos bloqueadas. V. Ex^a imagina as dificuldades por que passamos nesses últimos três ou quatro meses.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Só queria lembrar que num pronunciamento que fiz lembrei um artigo do Ministro Rossetto falando da nova conquista do Brasil, não só do Brasil, mas do G-20 quanto ao acordo com a OMC, de que os produtos agrícolas desses países estão agora protegidos dos subsídios dos países desenvolvidos, o que é um ganho para os próximos seis anos com total segurança de crescimento.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) –

Uma grande conquista, um grande desafio e um tema em que poucas pessoas acreditavam que o Brasil teria sucesso. Nós levamos esse debate para o OMC e realmente os resultados foram os que projetamos e de que muitas pessoas duvidavam.

Antes de encerrar, gostaria de chamar a atenção para um tema importante que vai ser motivo de discussão futura que é essa declaração de economia de mercado para a China. Vamos ter a oportunidade de discutir um pouco esse tema e mostrar o que isso tem provocado, principalmente para a produção nacional em vários segmentos.

Concluindo, quero destacar a minha confiança no Congresso Nacional. A despeito de todas as difi-

culdades e com meu entendimento de que com essa agenda positiva vamos estar assumindo um papel preponderante no futuro do Brasil e vamos legitimar a competência, o trabalho e a determinação de todos os Parlamentares não só no Senado Federal, mas também na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Senador Delcídio Amaral, queremos registrar que a fala de V. Ex^a hoje aqui foi muito importante. Eu mesmo vim do meu gabinete e vários outros vieram aqui para ouvi-lo, principalmente porque V. Ex^a tem estado preso na Comissão. Falei em aparte que V. Ex^a faz falta aqui como um dos grandes impulsionadores do interesse desta Casa em favor do País. V. Ex^a trouxe à discussão temas muito importantes. Esperamos que V. Ex^a possa ter algumas folgas e volte aqui porque a presença de V. Ex^a é muito importante.

Parabéns.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Se Deus quiser, Presidente. É isso que espero.

Durante o discurso do Sr. Delcídio Amaral, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha por dez minutos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PcdoB – TO.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de abordar o tema sobre o qual quero discorrer, registro com pesar a morte de Nelson Vosniak, Presidente do PCdoB do Município de Reserva, no Paraná. Ele foi morto a tiros no último domingo, dia 15, por um colega seu de Parlamento, Presidente da Câmara Municipal daquela cidade. Por um desentendimento, o Parlamentar acabou ceifando sua vida. O fato é lamentável. A direção nacional e a direção estadual do Partido revelaram sua indignação e seu inconformismo com essa atitude agressiva e manifestaram aos familiares do Nelson Vosniak seus mais profundos sentimentos, seus votos de pesar. Naturalmente, os moradores daquele Município perderam um dos grandes defensores das causas populares deste País.

Sr. Presidente, como ocorre anualmente, o debate sobre o salário mínimo toma conta da discussão dos temas importantes do País. Não só porque o salário mínimo significa um ganho de renda, principalmente para as classes menos favorecidas, mas sobretudo porque é imperativa a sua discussão, o impacto que traz às folhas de pagamento, notadamente das instituições

públicas, das Prefeituras, principalmente as pequenas Prefeituras, cuja receita é originária basicamente do Fundo de Participação.

Eu tenho uma preocupação muito grande quando se discute o aumento do salário mínimo. Mas, na verdade, o que nós precisamos discutir é exatamente esse ganho que as classes menos favorecidas do País têm tido nos últimos anos. Lembro que esta Casa – que sempre se interessou pela discussão do tema, sempre participou ativamente com as associações de classes, CUT, centrais sindicais e outras que passavam a discutir com o Governo esse reajuste salarial –, que sempre foi palco de uma discussão acirrada a esse respeito, vem comemorando, com certa alegria, esse ganho efetivo na renda do trabalhador brasileiro.

Recordo-me – não faz muito tempo – se discutia aqui que o mínimo precisava alcançar, pelo menos, cem dólares. Felizmente estamos vendo, para alegria de todos nós, que, se não alcançamos um patamar que satisfaça a todos, que venha realmente dar dignidade à vida do trabalhador brasileiro, que venha propiciar-lhe uma condição saudável para cuidar de si e de sua própria família – pelo menos, nós estamos avançando porque já deixamos bem para trás o patamar dos duzentos dólares para o salário mínimo. Hoje, a discussão está levando esse número para algo em torno de R\$350,00. Espero que o País inteiro tenha a condição de alcançar esse patamar e possamos, a cada ano, fazer com que o País cresça, que a economia se torne pungente, que haja uma melhor distribuição de renda, para evitar esse distanciamento, essa distorção tão forte, tão brutal que ainda existe no País.

Portanto, que essa discussão do salário mínimo, que envolve hoje o Governo Federal e diretamente as entidades sindicais, ministros – o Ministro do Trabalho, o Ministro da Previdência e outros importantes representantes do Governo, que tratam diretamente com a Força Sindical, com a Central Geral de Trabalhadores, com a Central Autônoma de Trabalhadores, enfim, com a representação geral da classe trabalhadora do País – avance e encontremos um valor mais substantivo.

Historicamente, o salário mínimo é reajustado no mês de maio de cada ano e preocupa pelo custo que representará nas Contas da Previdência Social. Daí a presença do Ministro Nelson Machado na discussão. Mas, além do ônus para as prefeituras municipais, é fundamental destacar a grande importância que tem o salário mínimo para os trabalhadores e para o mercado de trabalho brasileiro. O salário mínimo é a principal referência para o rendimento dos trabalhadores com carteira assinada. Ao elevarmos o salário mínimo de contratação nos novos postos de trabalho, diminuímos a pressão sobre o conjunto dos trabalhadores ocupa-

dos, melhorando as condições de vida, inclusive para os novos acordos salariais.

A economia brasileira tem apresentado crescimento – insuficiente, é verdade – e o desemprego tem caído. A maior parte dos empregos criados ocorre nas faixas de menor renda, o que confere uma importância ainda maior para o valor do salário mínimo conjunto do mercado de trabalho. A recuperação do mínimo contribui para devolver capacidade de consumo para as famílias, fortalece o mercado interno e valoriza o trabalho. A base para o projeto de desenvolvimento nacional defendido pelo meu Partido, PCdoB, é o desenvolvimento com valorização do trabalho.

O salário mínimo não é importante apenas para quem ganha esse valor ou para quem tem carteira assinada. Segundo o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Ministério do Planejamento, a definição do mínimo influencia diretamente a remuneração dos trabalhadores que ganham até dois salários e dos trabalhadores com ou sem carteira assinada.

O aumento real para o salário mínima eleva a participação dos salários na renda nacional, reduz o profundo fosso social que existe no País. Segundo o Dieese, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o poder de compra do salário mínimo teve queda vertiginosa no decorrer de sua existência legal.

O Brasil carece de medidas arrojadas para crescer ao seu mercado interno e se desenvolver econômica e socialmente. Estabelecer uma política de recuperação dos salários sinaliza que entre as prioridades da nossa sociedade está a valorização do trabalho e o desenvolvimento social.

A Bancada do PCdoB defende, desde 2003, que o salário mínimo seja reajustado pela variação nominal do Produto Interno Bruto, somada ao acréscimo da produtividade do trabalho. O valor nominal do PIB inclui tanto o aumento médio dos preços quanto o crescimento real da economia, mas, caso esse valor seja inferior à variação de um índice de preço, esse será adotado. Essa parcela garantirá ao salário pelo menos a inflação do período mais o crescimento da economia. Já o índice de produtividade do trabalho que será acrescido, tomado como a média do trabalho total, garantirá também aos assalariados os ganhos de produtividade. É uma proposta que assegura poder de compra crescente ao salário mínimo, beneficiando também, proporcionalmente, toda a cadeia de remuneração do trabalho acima dele. Com essa política salarial, o piso nacional de salários terá reajuste ano a ano muito superior ao que vem recebendo.

Note-se que, entre 1990 e 1999, a produtividade do trabalho aumentou 24% do Brasil. No entanto,

a participação dos salários do setor privado na renda nacional caiu de 37% para 27%. Os trabalhadores foram excluídos dos ganhos de produtividade da economia.

O IBGE calcula que em todo o País 27% dos idosos, especialmente aposentados rurais são responsáveis por mais de 90% de todo rendimento familiar. E nos menores Municípios, de até cinco mil habitantes, até 77% do rendimento das famílias provêm das aposentadorias e pensões.

O aumento real do salário mínimo tem, portanto, efeito multiplicador sobre a qualidade de vida dessas pessoas e sobre a economia dessas pequenas cidades, que formam o Brasil mais profundo. Esse efeito ocorre exatamente nas áreas ignoradas pelos agentes de mercado.

Sr. Presidente, meu tempo está se esgotando. Fiz alguns levantamentos de alguns índices e de alguns números, que pediria fossem registrados na íntegra com o meu pronunciamento.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador, não encerre ainda o seu pronunciamento.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO) – Pois não, Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – V. Ex^a tem mais cinco minutos, Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É que esta sexta-feira está ótima para o debate. Serei breve. Todos os números que V. Ex^a traz acho que tem a concordância de todos nós. E digo mais. concordo que os dois pilares da distribuição de renda no Brasil têm sido, agora, o Bolsa Família e o cálculo do salário mínimo como um todo. Fico aqui imaginando, se fizessem uma comparação do que foi a antecipação dos US\$15 bilhões pagos ao FMI, para encerrar de vez o contrato com o FMI, e vamos imaginar que o Brasil terá esse novo excedente, porque é de uma receita gerada em 2004, contingenciada, pagou-se antecipadamente, e que teremos essa mesma receita baseada, de 2005 para 2006, e que podemos ter mais US\$15 bilhões agora para 2006. Se fizermos aqui uma conta – que não sei se é essa, porque não entendo da área –, dos US\$15 bilhões, traduzidos para um câmbio de R\$2,50, restariam R\$ 37 bilhões. Com R\$ 37 bilhões poderíamos pagar o impacto dos 8% da redução da tabela do Imposto de Renda, que já dá um novo ganho, que é um ganho de não-pagamento de imposto. Nos cálculos do Relator da Comissão de Orçamento, Carlito Merss, com seis, sete bilhões pagaríamos essa conta. De R\$350,00 antecipados para março, teríamos mais R\$6 bilhões. Então, só com a parcela não paga ao FMI poderíamos resolver dois grandes problemas da distribuição de renda do Brasil. A outra parte pode-

riamos colocar no Bolsa Família, que atenderíamos, no mínimo, mais oito, nove milhões de pessoas que estão classificadas como beneficiárias desse programa. Nesse índice de referência, digo que valeu a pena ter pagado, porque o Brasil pode se planejar dentro do social, que é uma reclamação justa de todos nós e um sentimento nacional. Assim sendo, quero parabenizar V. Ex^a por ter trazido as informações tão bem esclarecedoras sobre os números que causam impacto, para que não se coloque o salário mínimo num patamar, digamos assim, nos moldes dos países europeus. Agradeço pela atenção de V. Ex^a.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO) – Senador Sibá, o raciocínio de V. Ex^a tem pertinência. Há outro aspecto ainda que V. Ex^a não comentou, mas tenho certeza de que tem consciência dele, é que essa antecipação do pagamento ao FMI consulta os interesses do sentimento mais forte nacionalista. O povo brasileiro há muito tempo esperava que o Brasil ficasse independente e autônomo do FMI. Isso, por si só, já merece uma comemoração. O povo brasileiro está feliz da vida com isso, e o Presidente Lula finalmente consegue fazer com que o País esteja independente, autônomo, livre dessas pressões e possa, efetivamente, buscar os seus próprios caminhos. A redução dos juros que esse pagamento implicaria, superiores a 900 milhões, trará resultados positivos e, além disso, aumenta muito a credibilidade do País no concerto internacional.

É claro que os outros países estão de olho no Brasil. Sabem que nós somos um mercado extraordinário e, com isso, verificarão que o Brasil está com musculatura, que a sua economia tem sustentação e que podem efetivamente vir fazer parcerias e investimentos aqui que trarão outros resultados positivos para a classe trabalhadora brasileira. V. Ex^a tem razão ao dizer que essa antecipação do pagamento dos 15 bilhões ao FMI foi extremamente produtiva e com uma visão muito segura que a equipe econômica e o Presidente Lula realmente realizaram.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO) – Ouço com muito prazer o Senador Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Quintanilha, eu gostaria de elogiar o pronunciamento de V. Ex^a e lembrar aqui que, tempos atrás, quando se falava em salário mínimo de US\$100, os empresários ficavam com medo, as prefeituras diziam que iam falir, sempre havia o discurso de que haveria isso. Felizmente, o País está caminhando de uma forma – e tenho esperança de que nós começamos a ter um crescimento equilibrado e constante – a que possamos começar a brigar por um salário mínimo de US\$200. Devemos começar a pensar nisso e começar a mo-

bilizar o Partido de V. Ex^a, o PC do B, o meu Partido, o PDT, e o PT porque, quando eu entrei nesta Casa, quando falávamos em US\$100, era uma discussão, era uma dificuldade, ainda mais com o dólar daquele jeito. Mas eu fico feliz que tenhamos andado nesse sentido. Concordo com os programas sociais do Governo do Presidente Lula, mas temos que ensinar as pessoas a pescar. Nós temos que ensiná-las a usar a vara e o anzol. Se dermos o peixe, resolveremos o problema de imediato, mas acho que estamos caminhando para isso. E o salário mínimo mais justo diminui essa vergonhosa distância entre os mais ricos e os mais pobres do Brasil. Acredito que vamos chegar a U\$200 nos próximos anos. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PcdoB – TO) – Agradeço a contribuição de V. Ex^a. Também entendo que quando começou a discussão aqui a meta de U\$100 parecia impossível de se alcançar. Felizmente, estamos comemorando a sua superação já há algum tempo.

Sr. Presidente, só para encerrar, com a discussão do salário mínimo prevista para maio e sentimos aí o interesse, o desejo do Presidente Lula de antecipar para março, faço um apelo no sentido de que o Presidente realmente antecipe, passe para março, e a partir de 2007, quem sabe, pudéssemos fazer esse reajuste a todo o janeiro, beneficiando a grande maioria da classe trabalhadora brasileira.

Era o que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

Ofício nº 20/2005 – CEM – “EC45”

Brasília, 18 de janeiro de 2006

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista “criada pelo Requerimento nº 26, de 2005, aprovado em Sessão do Congresso Nacional na data de 10 de novembro de 2005, para dar continuidade aos trabalhos da Comissão Mista Especial criada mediante Ato nº 79/2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no artigo 7º da Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004”, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão encerrou seus trabalhos no dia 15 de dezembro de 2005 e, na presente data, encaminho o Processado para as providências que se fizerem necessárias.

Na oportunidade apresento minhas sinceras considerações.

Deputado Federal **José Eduardo Martins Cardoso**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação. Serão cumpridas as deliberações da Comissão.

É o seguinte o Relatório:

RELATÓRIO Nº 1, DE 2006-CN

Da Comissão Mista Especial
para a Reforma do Poder Judiciário

Relator: Senador **José Jorge**

Presidente: Deputado **José Eduardo Cardozo**

1 O Plenário da Comissão Especial Mista para a Reforma do Poder Judiciário aprovou o relatório apresentado pelo Senhor Relator, com as Emendas de nº 1; 2 e 3 apresentadas pelo Senhor Presidente da Comissão Mista, conforme explicitadas a seguir:

- Emenda nº 1: Acrescenta ao Relatório o projeto que altera a Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para legitimar qualquer pessoa, lesada ou ameaçada pelo Poder Público, a propor Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, nas condições que estabelece. Com essa Emenda o número de projetos, propostos no âmbito da Comissão Especial Mista, passa de cinco para seis projetos.

- Emenda nº 2: Apresenta pedido de urgência ao PLC nº 101, de 2005 (PL nº 4.728, de 2004, na origem) que acresce o art. 285-A ao Código de Processo Civil, relativo à racionalização do julgamento de processos repetitivos. Com essa Emenda o número de projetos com pedido de urgência, em tramitação no Senado, passa de quatro para cinco.

- Emenda nº 3: Suprime do Projeto de Lei que trata da Repercussão Geral do Recurso Extraordinário, os incisos IV e V, do art. 6º, deixando, assim, que o STF defina em seu Regimento Interno, as hipóteses que efetivamente ostentam repercussão geral.

2 A seguir apresentamos o texto do relatório com as alterações aprovadas pelo Plenário da Comissão.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 2006.

– Senador **José Jorge**, Relator.

**PARECER DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL DO
CONGRESSO NACIONAL PARA
REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA DO
JUDICIÁRIO E PROMOÇÃO DA REFORMA
PROCESSUAL**

Presidente : Deputado **JOSÉ EDUARDO CARDOZO**
Relator : Senador **JOSÉ JORGE**

Brasília, 13 de dezembro de 2005.

1. ATO Nº 79, DE 2004,

DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no artigo 7º da Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004.

RESOLVE:

1. Declarar criada a Comissão Especial Mista a que se refere o artigo acima, (destinada a elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional); e

2. Determinar a expedição de ofício ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados e aos Senhores Líderes Partidários do Senado Federal, solicitando a indicação dos respectivos membros, obedecida a proporcionalidade partidária.

Congresso Nacional, 31 de dezembro de 2004.
Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Presidente: Dep. José Eduardo Cardozo (PT-SP)

Vice-Presidente: Dep. Zulaiê Cobra (PSDB-SP)

Relator: Sen. José Jorge (PFL-PE)

| SENADORES | |
|--|--|
| TITULARES | SUPLENTES |
| Bioco (PFL/PSDB) | |
| Antero Paes de Barros (PSDB) ⁽¹⁴⁾ | 1. Leonel Pavan (PSDB) |
| Alvaro Dias (PSDB) | 2. Lúcia Vânia (PSDB) |
| José Jorge ⁽¹⁾ (PFL) | 3. Paulo Octávio (PFL) |
| Demóstenes Torres ⁽¹⁾ (PFL) | 4. Jorge Bornhausen ⁽⁹⁾ |
| PMDB | |
| Valdir Raupp | 1. Ney Suassuna ⁽²⁾ |
| Sérgio Cabral ⁽²⁾ | 2. Pedro Simon ⁽²⁾ |
| Leomar Quintanilha ⁽²⁾ ⁽³⁾ ⁽¹¹⁾ | 3. (vago) ⁽²⁾ ⁽¹⁰⁾ |
| Bioco (PT/PSB/PTB/PL/PPS) ⁽⁷⁾ | |
| Serys Slhessarenko (PT) | 1. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Magno Malta (PL) ⁽⁷⁾ | 2. Aelton Freitas (PL) |
| Mozarildo Cavalcanti (PTB) | 3. Sibá Machado (PT) |
| Vago | 4. Patrícia Sabóya Gomes (PSB) ⁽¹²⁾ |
| PDT | |
| Jefferson Péres | 1. Juvêncio da Fonseca ⁽¹³⁾ |

⁽¹⁴⁾ Substituição feita em 20-10-2005 (Bloco Parlamentar da Minoria) - SF

⁽¹⁾ Substituições feitas em 17-2-2005 – Bioco (PFL/PSDB)-SF

⁽⁹⁾ Indicação feita em 9-8-2005. PFL-SF.

⁽²⁾ Substituições feitas em 18-3-2005 – PMDB-SF.

⁽³⁾ Substituição feita em 6-4-2005-PMDB-SF.

⁽¹¹⁾ O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 3-10-2005.

⁽¹⁰⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8-7-2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁷⁾ O PPS deixou de ter integrante no Senado Federal, em 21-6-2005.

⁽⁸⁾ Substituição feita em 18-5-2005-PL-SF.

⁽¹²⁾ A Senadora Patrícia Sabóya Gomes passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29-9-2005.

⁽¹³⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30-9-2005.

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA: PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

Informações: 33113325/3572/7279

Ordem do Dia – 23 de janeiro de 2006 (segunda-feira)

(continuação da Comissão Especial Mista criado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 79, de 2004)

| DEPUTADOS | |
|------------------------------------|--|
| TITULARES | SUPLENTES |
| PT | |
| José Eduardo Cardozo | 1. Maurício Rands |
| Luiz Eduardo Greenhalgh | 2. Sigmaringa Seixas |
| PMDB | |
| Osmar Serraglio | 1. Wilson Santiago |
| Sandra Rosado - PSB ⁽¹⁾ | 2. vago |
| Bloco (PFL/PRONA) | |
| Vilmar Rocha (PFL) ⁽⁸⁾ | 1. vago |
| Roberto Magalhães (PFL) | 2. vago |
| PSDB | |
| Zulaiê Cobra | 1. João Campos ⁽⁶⁾ |
| PP | |
| Ibrahim Abi-Ackel | 1 Darci Coelho ⁽⁴⁾ ⁽⁵⁾ |
| PTB | |
| Paes Landim | 1. Luiz Antonio Fleury |
| PL | |
| Inaldo Leitão | 1. Carlos Mota - PSB ⁽¹⁾ |
| PPS | |
| Colbert Martins | 1. Átila Lins - PMDB ⁽¹⁾ |
| PDT | |
| Luiz Piauhyllino | 1. Alceu Collares |

Designação: 16-2-2005 (SF)

Instalação: 5-4-2005

Prazo Final da Comissão: 15-12-2005 **

⁽¹⁾ A Dep. Sandra Rosado filiou-se ao PSB em 12-5-2005.⁽⁸⁾ Substituição feita em 31-5-2005-PFL-CD.⁽⁶⁾ Indicação do Dep. João Campos(S) feita em 13-4-2005-PSDB-CD.⁽⁴⁾ Desligado o Dep. Sergio Caiado em 12-4-2005-PP-CD.⁽⁵⁾ Indicação do Dep. Darci Coelho feita em 12-4-2005-PP-CD.⁽¹⁾ O Dep. Carlos Mota filiou-se ao PSB em 27-9-2005.⁽¹⁾ O Dep. Átila Lins filiou-se ao PMDB em 29-9-2005.

** RQN nº 26/2005, de recriação da Comissão até o dia 15-12-2005, aprovado em 10-11-2005

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA; PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação
Informações: 33113325/3572/7279

ASSESORIA TÉCNICA**Buno Dantas Nascimento**

Consultor legislativo do Senado Federal em direito processual civil (coordenador)

Jayne Benjamin Sampaio Santiago

Consultor legislativo do Senador Federal em direito processual penal

Roberta Maria Corrêa de Assis

Consultora legislativa do Senado Federal em direito do trabalho

Dalide Barbosa Alves Corrêa

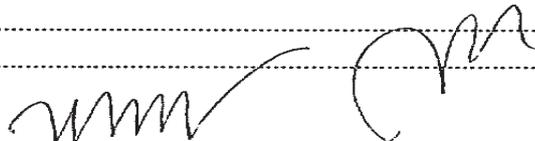
Assesora jurídica especial do relator

SECRETARIA**José Roberto de Oliveira Silva**

Secretário

SUMÁRIO

| | |
|---|--|
| 1. APRESENTAÇÃO | |
| 2. INSTITUIÇÕES QUE DEVEM RECEBER ESTE RELATÓRIO | |
| 3. A REFORMA CONSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO – EMENDA CONSTITUCIONAL (EC) Nº 45, DE 2004 | |
| 3.1. Histórico | |
| 3.2. As inovações | |
| 3.2.1. Direito fundamental à razoável duração do processo | |
| 3.2.2. Tutela de direitos humanos | |
| a) Incorporação de tratados internacionais sobre direitos humanos como normas constitucionais e submissão ao Tribunal Penal Internacional | |
| b) Federalização da competência para processar graves violações contra direitos humanos | |
| 3.2.3. Moralidade e transparência do Poder Judiciário e do Ministério Público | |
| a) Decisões administrativas dos tribunais tomadas em sessão pública | |
| b) Quarentena para os membros do Judiciário e do Ministério Público | |
| c) Proibição de promoção dos juízes negligentes | |
| d) Vedação aos membros do Ministério Público de exercer atividades político-partidárias | |
| e) “Controle externo” do Poder Judiciário e do Ministério Público | |
| 3.2.4. Eficiência e racionalização das atividades do Poder Judiciário | |
| a) Número de juízes proporcional à demanda e à população | |
| b) Fim das férias forenses | |
| c) Justiça itinerante | |
| d) Descentralização dos Tribunais | |
| e) Autorização da jurisdição trabalhista delegada | |
| f) Aumento do número de membros do Tribunal Superior do Trabalho | |
| 3.2.5. Racionalização do acesso aos Tribunais Superiores | |
| a) Súmula vinculante | |
| b) Repercussão geral do recurso extraordinário | |
| 3.2.6. Medidas gerais | |
| a) Criação do fundo garantidor das execuções trabalhistas | |
| b) Autonomia das Defensorias Públicas | |
| 3.3. Os pontos da reforma constitucional do judiciário pendentes de exame pela Câmara dos Deputados : a PEC 358/2005 | |
| 4. OS DISPOSITIVOS CARENTES DE REGULAMENTAÇÃO | |
| 5. A REFORMA INFRACONSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO | |
| 5.1. A ampliação do acesso à justiça | |
| 5.2. O combate à morosidade da justiça | |



6. AS ATIVIDADES DA COMISSÃO

6.1. As reuniões

6.2. O Seminário “Reforma do judiciário : aspectos processuais civis” realizado em Recife

6.3. As contribuições de instituições, juristas e da sociedade.....

7. AS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

7.1. Propostas a serem apresentadas pela Comissão

7.1.1. *O projeto sobre repercussão geral do Recurso Extraordinário*

7.1.2. *O projeto que regulamenta a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante.....*

7.1.3. *O projeto que regulamenta o pedido de federalização de crimes contra os direitos humanos*

7.1.4. *O projeto que regulamenta o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas.....*

7.1.5. *O projeto que regulamenta a competência suplementar da justiça do trabalho.....*

7.1.6. *O projeto que legitima, para a propositura de argüição de descumprimento de preceito fundamental, as pessoas lesadas ou ameaçadas de lesão por ato do Poder Público.....*

7.2. Propostas já em tramitação

7.2.1. *Propostas prioritárias*

i) PL nº 4.497, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara).....

ii) PLC nº 30, de 2005, de autoria do Deputado Colbert Martins (em tramitação no Senado).....

iii) PLC nº 95, de 2001, de autoria do Deputado Edison Andrino (em tramitação no Senado).....

iv) PLS nº 118, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares (em tramitação no Senado).....

v) PLC nº 94, de 2002, de autoria da Deputada Zulaiê Cobra (em tramitação no Senado).....

vi) PL nº 4.203, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara).....

vii) PL nº 4.205, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara).....

viii) PL nº 4.208, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara).....

ix) PL nº 4.730, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara).....

x) PL nº 4.731, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara dos Deputados).....

xi) PL nº 4.732, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara dos Deputados).....

xii) PL nº 4.733, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara dos Deputados).....

xiii) PL nº 4.734, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara dos Deputados).....

xiv) PL nº 4.735, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara dos Deputados).....

xv) PLC nº 101, de 2005, de autoria do Poder Executivo, em tramitação no Senado Federal).....

O projeto acresce o art. 285-A ao Código de Processo Civil, relativo à racionalização do julgamento de processos repetitivos.....

7.2.2. *A necessidade de sistematização.....*

8. CONCLUSÕES

8.1. Projetos de lei.....

- 8.2. Requerimentos de urgência a projetos em tramitação na Câmara dos Deputados
- 8.3. Requerimentos de urgência a projetos em tramitação no Senado Federal
- 8.4. Emendas a projetos em tramitação.....
- 8.5. Outros requerimentos

9. ANEXOS

- I – PROJETO SOBRE REPERCUSSÃO GERAL DO RE.....
- II – PROJETO SOBRE SÚMULA VINCULANTE.....
- III – PROJETO SOBRE FEDERALIZAÇÃO DE CRIMES CONTRA OS DIREITOS HUMANOS.
- IV – PROJETO SOBRE O FUNDO GARANTIDOR DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS.....
- V – PROJETO SOBRE A COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....
- VI – PROJETO QUE LEGITIMA QUALQUER PESSOA LESADA OU AMEAÇADA POR ATO D
PODER PÚBLICO A PROPOR ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO
FUNDAMENTAL
- VII – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PLC Nº 30, DE 2005.....
- VIII- REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PLC Nº 95, DE 2001
- IX – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PLS Nº 118, DE 2005
- X – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PLC Nº 94, DE 2002.....
- XI – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PLC Nº 101, DE 2005
- XII – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PL Nº 4.497, DE 2004.....
- XIII – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PL Nº 4.203, DE 2004
- XIV – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PL Nº 4.205, DE 2004
- XV – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PL Nº 4.208, DE 2004.....
- XVI – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PL Nº 4.730, DE 2004
- XVII – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PL Nº 4.731, DE 2004.....
- XVIII – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PL Nº 4.732, DE 2004
- XIX – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PL Nº 4.733, DE 2004
- XX – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PL Nº 4.734, DE 2004.....

XXI – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PL Nº 4.735, DE 2004

XXII – EMENDA AO PL Nº 4.797, DE 2004

XXIII – REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA PROCESSUAL NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

107

XXIV – REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA PROCESSUAL NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DO SENADO FEDERAL

110

1. Apresentação

Foi a sensibilidade do legislador constituinte derivado que acrescentou, à Emenda Constitucional nº 45, de 2004, o art. 7º, que estabelece textualmente:

Art. 7º O Congresso Nacional instalará, imediatamente após a promulgação desta Emenda Constitucional, comissão especial mista, destinada a elaborar, em cento e oitenta dias, os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria nela tratada, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional.

Por força dessa disposição estamos aqui hoje. Após longos meses de discussões que instruíram os nossos trabalhos, é chegada a hora de apresentar as conclusões que esta Comissão extraiu de tudo o que aqui se leu e ouviu.

Vê-se logo do dispositivo que embasa nossos trabalhos a árdua tarefa de que fomos incumbidos: a um só tempo elaborar os projetos necessários à regulamentação da matéria tratada na EC nº 45, de 2004 e promover a chamada Reforma Processual, mediante a promoção de alterações na legislação federal, com o objetivo de ampliar o acesso à justiça e conferir celeridade à prestação jurisdicional.

Entretanto, para esclarecer à sociedade ansiosa por soluções na seara da justiça, é fundamental registrar desde logo os limites de nossa atuação. Como Comissão Especial Mista, este colegiado não tem

competência para aprovar ou rejeitar proposições legislativas. Mais: a análise que procedemos de todos os projetos que de alguma forma repercutem no sistema processual não suprime a dos órgãos competentes estabelecidos pelos Regimentos Internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, notadamente as Comissões de Constituição e Justiça.

Nossa competência, definida pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, se resume a elaborar proposições legislativas (projetos de lei, emendas e requerimentos), que serão encaminhadas pelo Senhor Presidente do Congresso Nacional aos órgãos competentes para sua análise no bojo do processo legislativo.

Foi com essa visão que elaboramos o presente relatório. Aqui examinamos os pontos carentes de regulamentação e avaliamos, tudo em conjunto com especialistas e instituições engajadas na missão de reformar o sistema processual, projetos em tramitação que merecem ser avaliados com urgência.

Frutos desse esforço são os seis projetos que apresentamos como conclusão deste relatório, os requerimentos de urgência e as emendas relativas a projetos em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e, acolhendo sugestão da Seção do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a proposta de criação de duas Subcomissões, no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça das duas Casas do Congresso Nacional, com o objetivo de sistematizar os projetos relacionados à reforma processual.

Não podemos deixar de mencionar que, em verdade, os resultados do esforço concentrado dos três Poderes da República já começam a surgir. Referimo-nos precisamente à recentíssima lei que dá nova disciplina ao recurso de agravo (Lei nº 11.187, 19 de outubro de 2005) e ao projeto de lei já aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, mas ainda não sancionado pelo Presidente da República, que trata da reforma do processo de execução fundado em título judicial (PLC nº 52, de 2004), ambos integrantes do Pacto de Estado em favor de um Judiciário mais rápido e Republicano.

Muito mais está por vir. Este relatório é apenas a semente que germinará no curso do processo legislativo nas duas Casas do Congresso Nacional, e, com a aprovação e sanção presidencial dos projetos prioritários, frutificará na forma de benefícios para toda a sociedade brasileira, cansada de promessas abstratas e ávida por justiça efetiva.

2. Instituições que devem receber este Relatório

- i) Presidência do Congresso Nacional;
- ii) Presidência da Câmara dos Deputados;
- iii) Presidência do Senado Federal;
- iv) Presidência da República;
- v) Ministério da Justiça;
- vi) Advocacia-Geral da União;
- vii) Presidência do Supremo Tribunal Federal;
- viii) Presidência do Tribunal Superior Eleitoral;
- ix) Presidência do Superior Tribunal de Justiça;
- x) Presidência do Tribunal Superior do Trabalho;
- xi) Presidência do Superior Tribunal Militar;
- xii) Presidência do Conselho Nacional de Justiça;
- xiii) Procuradoria-Geral da República;
- xiv) Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público;
- xv) Presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- xvi) Defensoria Público-Geral da União;
- xvii) Presidência das Comissões de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

3. A Reforma Constitucional do Poder Judiciário – Emenda Constitucional (EC) nº 45, de 2004

3.1. Histórico

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que deu origem à Emenda Constitucional nº 45, de 2004, teve como primeiro subscritor o deputado federal Hélio Bicudo e originalmente foi autuada como PEC nº 96, de 1992.

A PEC tramitou na Câmara dos Deputados por longos 8 anos e, nesse período, foi relatada, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, pelo Deputado Luiz Carlos Santos. Na Comissão Especial, criada para emitir parecer, a PEC teve originalmente como relator o deputado federal Jairo Carneiro. Sucederam-no o deputado Aloysio Nunes Ferreira e a deputada Zulaiê Cobra.

Foi sob a relatoria desta que, em 1999 e 2000, a PEC logrou aprovação na Comissão Especial e no Plenário da Câmara dos Deputados, respectivamente, sendo remetida ao Senado sob o nº de PEC nº 29, de 2000.

No Senado, a proposta foi distribuída originalmente ao senador Bernardo Cabral, sob cuja condução foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, após dezenas de audiências públicas, nas quais foram ouvidos os presidentes dos Tribunais Superiores, o Procurador-Geral da República, o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, representantes da magistratura, do Ministério Público, da advocacia e da sociedade civil.

Em fevereiro de 2003, a Presidência do Senado Federal, juntamente com as lideranças partidárias, decidiu que a matéria seria submetida a reexame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde seria designado novo relator. Em junho de 2003, fomos designados para a relatoria, e nessa condição tivemos a oportunidade de ouvir dezenas de especialistas no assunto, que participaram de audiências públicas para instruir a proposta realizadas entre julho de 2003 e fevereiro de 2004.

De posse dos subsídios fornecidos pelas audiências públicas, em março de 2004 apresentamos relatório favorável à PEC, na forma de substitutivo. Em razão da urgência da matéria, propomos o seu fracionamento, sendo que o texto aprovado no Senado sem modificações seguiria imediatamente para promulgação, ao passo que aquele que recebeu modificações de mérito retornaria à Câmara, na forma de nova PEC.

Foi seguindo essa arquitetura, por nós proposta, que a PEC foi aprovada pelo Plenário do Senado, resultando na Emenda Constitucional nº 45, de 2004 e na PEC nº 358, de 2005, que foi remetida à Câmara dos Deputados.

Como já registramos, as discussões em torno das alterações propostas aos dispositivos constitucionais relativos ao sistema judicial envolveram a sociedade brasileira por mais de 12 anos. Participaram dos debates as associações de magistrados, representantes do Ministério Público, da Advocacia Pública, das Defensorias Públicas, da Ordem dos Advogados e de outros setores da sociedade civil. Foram apresentadas

ponderações e manifestações a respeito de todos os dispositivos da PEC.

Devem-se compreender os limites da reforma considerando a complexidade e a importância das questões que trata e, ainda, os interesses que a ela se contrapõem. A verdade é que essa reforma representa um primeiro passo na perspectiva de fortalecimento da estrutura do Poder Judiciário, à medida que cria mecanismos de planejamento, garante maior transparência e controle da gestão judicial e cria mecanismos de acesso à Justiça.

3.2. As inovações

Merecem destaque, no texto da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, as seguintes novidades:

3.2.1. Direito fundamental à razoável duração do processo

A EC nº 45, de 2004, acrescentou o inciso LXXVIII ao art. 5º da Constituição da República, que assegura a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Esse novo direito fundamental tem um valor simbólico de extrema importância, pois, como norma programática, aponta os rumos a serem seguidos pelo legislador, pelo administrador e pelo magistrado, e indica, claramente, a intenção da Carta Política de conciliar os elevados valores da segurança jurídica e do devido processo legal com os da celeridade e da efetividade da justiça.

Com isso, o Brasil se equipara às nações de vanguarda na defesa dos direitos do cidadão, a exemplo da União Européia, cuja Constituição prevê expressamente o direito a um julgamento equitativo e num prazo razoável.

3.2.2. Tutela de direitos humanos

a) Incorporação de tratados internacionais sobre direitos humanos como normas constitucionais e submissão ao Tribunal Penal Internacional

Os §§ 3º e 4º foram acrescentados ao art. 5º da Constituição. O primeiro permite a internalização dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos como normas constitucionais, desde que aprovados em dois turnos em cada Casa do Congresso Nacional, por três quintos de seus membros. O segundo estatui que o Brasil se submete à jurisdição do Tribunal Penal Internacional ao qual tiver manifestado adesão.

b) Federalização da competência para processar graves violações contra direitos humanos

Foi criado mecanismo que permite o deslocamento da competência, da justiça estadual para a justiça federal, para processar e julgar os inquéritos ou processos que visem ao efetivo cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos assinados pelo Brasil.

De acordo com o previsto no art. 109, § 5º, somente o Procurador-Geral da República tem a prerrogativa de dar início ao incidente de deslocamento de competência, que é julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

3.2.3 Moralidade e transparência do Poder Judiciário e do Ministério Público

Foram adotadas diversas medidas que visam a dar maior moralidade e transparência aos atos praticados no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público, de forma a proporcionar à sociedade mecanismos eficazes de fiscalização e controle desse Poder:

a) Decisões administrativas dos tribunais tomadas em sessão pública

Diferentemente do sistema anterior, onde algumas decisões administrativas, como a punição de juízes, podiam ser tomadas em sessão secreta, todas as decisões administrativas serão tomadas em sessões públicas (art. 93, X).

Essa determinação, embora singela, confere transparência às decisões administrativas do Poder Judiciário, facilitando o controle não apenas pelos órgãos competentes, mas também pelos próprios cidadãos.

b) Quarentena para os membros do Judiciário e do Ministério Público

De acordo com o art. 95, V, os juízes ficam proibidos, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, de exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou.

Essa proibição tem a finalidade de coibir que magistrados exerçam influência sobre colegas ou serventuários da justiça, valendo-se do prestígio que gozavam como juízes, para defender interesses privados, como advogados.

Por sua vez, o § 6º acrescentado ao art. 128 estende aos membros do Ministério Público a quarentena estabelecida para os magistrados.

c) Proibição de promoção dos juízes negligentes

Foi modificado o art. 93, inciso II, alínea e, que proíbe a promoção de juízes que, injustificadamente, retiverem autos em seu poder além do prazo legal.

O dispositivo inova ao impedir que o juiz devolva ao cartório, sem proferir o devido despacho ou decisão,

os autos que lhe foram conclusos. Ficam inviabilizadas as manobras comuns na antiga sistemática, quando o juiz, a fim de evitar o excesso de prazo, devolve os autos ao cartório sem proferir a respectiva decisão, com o fim de reiniciar o fluxo do prazo para decisão.

d) Vedação aos membros do Ministério Público de exercer atividades político-partidárias

A alínea **e**, do inciso II do § 5º do art. 128 estabelece a vedação de exercício de atividades político-partidárias aos membros do Ministério Público.

Essa medida, sem dúvida, vem fortalecer institucionalmente o Ministério Público, pois, ao estender aos seus membros a vedação que já existe para os do Judiciário, impede que maus promotores utilizem os poderes e prerrogativas asseguradas ao Parquet para autopromoção, visando posterior candidatura a cargo eletivo.

e) “Controle externo” do Poder Judiciário e do Ministério Público

A criação dos órgãos de “controle externo” do Poder Judiciário e do Ministério Público já é uma realidade. Utilizamos aspas para evidenciar a expressão controle externo porque, na verdade, tratam-se de órgãos criados dentro da estrutura do Poder Judiciário e do Ministério Público respectivamente, mas que ostentam composição que favorece o controle transparente e democrático, com membros da advocacia e da sociedade civil.

É importante registrar que já não pairam mais dúvidas sobre constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pois o Supremo Tribunal Federal julgou totalmente improcedentes os pedidos formulados pela Associação dos Magistrados Brasileiros na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.367, Relator Ministro Cezar Peluso, que restou assim decidida:

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, afastou o vício formal de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 45/2004, como também não conheceu da ação quanto ao § 8º do artigo 125. No mérito, o Tribunal, por maioria, julgou totalmente improcedente a ação, vencidos o Senhor Ministro Marco Aurélio, que a julgava integralmente procedente; a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Carlos Velloso, que julgavam parcialmente procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade dos incisos X, XI, XII e XIII do artigo 103-B, acrescentado pela emenda constitucional; e o Ministro Sepúlveda Pertence, que a julgava procedente, em menor extensão, dando pela inconstitucionalidade somente do inciso XIII do **caput** do artigo 103-B. Votou o Presidente, Ministro Nelson Jobim. Falaram, pela requerente, o Dr. Alberto Pavie Ribeiro,

pela Advocacia-Geral da União, o Dr. Álvaro Augusto Ribeiro Costa e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Cláudio Lemos Fonteles, Procurador-Geral da República. Plenário, 13-4-2005.

O CNJ, órgão encarregado de zelar pela autonomia do Poder Judiciário, de fiscalizar os atos administrativos e o cumprimento das normas disciplinares no âmbito da gestão judicial e de planejar políticas públicas relacionadas ao acesso à Justiça e ao aprimoramento da prestação jurisdicional, já se encontra em pleno funcionamento, exercendo relevantes atividades. É composto por nove representantes da magistratura, dois representantes do Ministério Público, dois advogados e dois cidadãos de notável saber jurídico, indicados pelo Congresso Nacional.

Dentre as elevadas funções atribuídas ao CNJ, consta a de receber reclamações e denúncias contra magistrados e serviços judiciários, e aplicar sanções administrativas, de modo a romper com o corporativismo que em alguns casos impede que juízes sejam efetivamente punidos pelas Corregedorias de Justiça.

A intensa atividade desenvolvida atualmente pelo CNJ nos dá tranqüilidade de que a decisão de criá-lo foi acertada.

Por outro lado, o Conselho Nacional do Ministério Público (art. 130-A), órgão de fiscalização e controle do Ministério Público, é composto de 14 integrantes, nomeados pelo Presidente da República após aprovação por maioria absoluta do Senado Federal, para mandatos de dois anos, dentre membros do Ministério Público Federal e Estadual, juízes, advogados e cidadãos.

Suas funções são semelhantes àquelas atribuídas ao Conselho Nacional de Justiça.

3.2.4. Eficiência e racionalização das atividades do Poder Judiciário

a) Número de juízes proporcional à demanda e à população

O art. 93, XIII, vai ao encontro do princípio constitucional do amplo acesso à justiça e do novo direito à razoável duração do processo, e cria mecanismo que assegura que o número de juízes em exercício numa determinada região seja compatível com a efetiva demanda e com a sua população.

b) Fim das férias forenses

O novo art. 93, XII, classificou a atividade jurisdicional como ininterrupta, e veda a concessão de férias coletivas.

O dispositivo acaba com as “férias forenses”, que até então vigoravam para o Poder Judiciário, quando, em janeiro e julho, as atividades e os prazos eram

suspensos, e se mantinha a tramitação apenas dos feitos urgentes.

c) Justiça itinerante

Os arts. 107, § 2º; 115, § 1º e 125, § 7º, prevêm, respectivamente, a obrigatoriedade de os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Tribunais de Justiça instalarem a justiça itinerante, com realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional.

Esse mandamento tem a finalidade de levar o Poder Judiciário para perto do cidadão, fazendo com que comunidades que vivem em regiões afastadas dos grandes centros também tenham pleno acesso à justiça, e evitando que cidadãos deixem de bater às portas do Judiciário pelo único motivo de inexistir vara judicial nas proximidades.

d) Descentralização dos Tribunais

A Reforma teve o grande mérito de adequar o Poder Judiciário à realidade do País. Nesse sentido, é meritória a previsão dos arts. 107, § 3º; 115, § 2º e 125, § 6º de que, respectivamente, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Tribunais de Justiça poderão funcionar descentralizadamente, mediante a constituição de Câmaras regionais de julgamento, com a finalidade de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

Com efeito, a partir de agora, os Tribunais poderão estabelecer o funcionamento de Câmaras regionais em localidades estratégicas. Assim, por exemplo, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que tem sede em Brasília e jurisdição em 14 Estados da Federação, poderia instalar uma Câmara Regional de Julgamento em Manaus, para apreciar os recursos advindos dos Estados da Região Norte.

e) Autorização da jurisdição trabalhista delegada

Assim como já ocorria com a jurisdição federal (art. 109, § 3º), estendeu-se a possibilidade de os juízes de direito das comarcas que não forem sedes de Varas da Justiça do Trabalho processarem e julgarem ações da competência da justiça especializada do trabalho (art. 112).

f) Aumento do número de membros do Tribunal Superior do Trabalho

Reconhecendo o grande aumento das demandas trabalhistas, a Reforma ampliou, de 17 para 27, o número de ministros do Tribunal Superior do Trabalho, de forma a viabilizar o julgamento mais célere dos processos submetidos àquela Corte.

3.2.5. Racionalização do acesso aos Tribunais Superiores

a) Súmula vinculante

Foi atendida uma antiga reivindicação dos ministros do Supremo Tribunal Federal: a institucionalização da súmula vinculante (art. 103-A). Através desse mecanismo, o STF poderá, mediante aprovação por 2/3 de seus membros, após reiteradas decisões em matéria constitucional, editar súmulas com efeito vinculante sobre os demais órgãos do Poder Judiciário e a Administração Pública.

Na prática, a súmula vinculante evitará que cheguem ao Supremo Tribunal Federal dezenas de milhares de ações idênticas, sobre as quais Tribunal já se manifestou, e que assoberbam os seus 11 ministros e impedem uma apreciação mais qualificada das ações de maior relevo.

b) Repercussão geral do recurso extraordinário

Outra inovação trazida pela Reforma foi a criação de nova condição de admissibilidade para o recurso extraordinário interposto perante o Supremo Tribunal Federal, consubstanciado na exigência de comprovação de repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso. Pode o STF, por decisão de 2/3 de seus membros, recusar o seu processamento.

Essa novidade servirá para restaurar o caráter paradigmático das decisões do STF, à medida que possibilitará que essa Corte examine apenas as grandes questões do país discutidas no Poder Judiciário. Com isso, em tese, o STF deixará de se pronunciar sobre questões sem qualquer relevância para a sociedade.

3.2.6. Medidas gerais

a) Criação do fundo garantidor das execuções trabalhistas

Outra importante medida adotada pela Reforma foi a previsão de criação do fundo garantidor das execuções trabalhistas (art. 3º da EC nº 45, de 2004), a fim de assegurar que o empregado vencedor em demandas trabalhistas efetivamente receba o que lhe é devido.

A medida modificará o quadro atual, em que, não raro, o empregado vence a demanda mas não consegue receber a quantia determinada pelo Judiciário por não localizar bens do empregador passíveis de penhora.

b) Autonomia das Defensorias Públicas

Foi assegurada a autonomia funcional e administrativa à Defensoria Pública, que é a instituição

encarregada da prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados. Ademais, passa a ser dela a competência de iniciativa de sua proposta orçamentária.

3.3. Os pontos da reforma constitucional do judiciário pendentes de exame pela Câmara dos Deputados a PEC nº 358/2005

Ainda durante a tramitação da PEC nº 29, de 2000, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, em razão das emendas de mérito acolhidas pelo parecer, que conduziram a integralidade da PEC à Câmara dos Deputados, propus o seu fracionamento, de modo que a primeira parte, não emendada, seguiria à promulgação, ao passo que a segunda parte, que sofrera modificações substanciais, retornaria à Câmara dos Deputados, na forma do art. 65, parágrafo único da Constituição da República.

Essa segunda parte, igualmente fundamental para a sociedade brasileira, na Câmara dos Deputados foi autuada como PEC nº 358, de 2005, e teve como relator na Comissão de Constituição e Justiça o nome Deputado Roberto Magalhães. Agora, submetida ao exame de Comissão Especial, a PEC nº 358, de 2005, está sob cuidados do eminente Deputado Paes Landim, que foi designado para a relatoria.

Destacam-se as seguintes modificações a serem introduzidas no texto constitucional pela PEC nº 358, de 2005:

Art. 21, inciso XIII – Exclui da competência privativa da União a manutenção da Defensoria Pública do Distrito Federal e Territórios permanecendo a de manter o Poder Judiciário e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

Art. 22, inciso XVII – Exclui da competência privativa da União legislar sobre a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, permanecendo a de legislar sobre organização Judiciária e Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, bem como a organização administrativa destes;

Art. 29, inciso X – Estabelece a competência especial por prerrogativa de função do Tribunal de Justiça para o julgamento do prefeito, por atos praticados no exercício da função ou a pretexto de exercê-la;

Art. 48, inciso IX – Estabelece a competência do Congresso Nacional para legislar, com a sanção do Presidente da República, sobre organização administrativa e judiciária do Ministério Público e da Defensoria Públi-

ca da União e dos Territórios, e organização judiciária do Ministério Público do Distrito Federal, excluindo, porém, a competência para legislar sobre a Defensoria Pública do Distrito Federal;

Art. 93, inciso II, alínea b – Para a promoção do juiz, por merecimento, exige-se que ele integre não mais a primeira quinta parte da antiguidade, na entrância, mas a primeira metade da lista de antiguidade,

Art. 93, inciso III – O acesso aos tribunais de segundo grau obedecerá às normas do inciso II do mesmo artigo;

Art. 93, inciso XVI – No âmbito da jurisdição de cada tribunal ou juízo, é vedada a nomeação ou designação, para cargos em comissão e para as funções comissionadas, de cônjuge, companheiro (**a**) ou parente até o segundo grau, inclusive, dos respectivos membros ou juizes vinculados, salvo a de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, caso em que a vedação é restrita à nomeação ou à designação para servir junto ao magistrado determinante da incompatibilidade;

Art. 95, inciso I – O processo que possa levar à perda do cargo pelo juiz poderá iniciar-se por representação do Ministério Público, tomada pelo voto de três quintos do Conselho Nacional de Justiça, inclusive nos casos de: **i**) negligência e desídia reiteradas no cumprimento dos deveres do cargo, arbitrariedade ou abuso de poder; **ii**) procedimento incompatível com o decoro de suas funções; e **iii**) infração do disposto no parágrafo único do art. 95 da Constituição, com sua redação atual;

Art. 96, inciso I, alínea a – A eleição dos órgãos diretivos dos tribunais far-se-á por maioria absoluta, voto secreto e mandato de dois anos, vedada a reeleição;

Art. 96, inciso I, alínea b – Os tribunais passam a ter competência para criar e organizar a sua polícia;

Art. 98, inciso I – Em relação aos juizados especiais, os juizes integrantes das turmas de julgamento de recursos deverão, sempre que possível, integrar o sistema dos juizados especiais;

Art. 98, § 3º – Os interessados poderão valer-se do juízo arbitral, na forma da lei;

Art. 102, inciso I, alínea a – A ação declaratória de constitucionalidade de lei ou

ato normativo federal é estendida à lei ou ato normativo estadual;

Art. 102, inciso I, alínea b – Nas infrações penais comuns, os membros do Conselho Nacional da Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público serão processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal;

Art. 102, inciso I, alínea d – É acrescentada à competência para processar e julgar do Supremo Tribunal Federal “a ação popular e a civil pública contra atos do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal;

Art. 102, § 2º – As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;

Art. 103-B, incisos VI e VIII – Na composição do Conselho Nacional de Justiça, substitui o título de “Juiz” pelo de “Desembargador Federal” tanto de Tribunal Regional Federal quanto de Tribunal Regional do Trabalho;

Art. 103-B, § 8º – Estabelece vedações aos advogados e cidadãos, membros do Conselho Nacional de Justiça, durante o exercício do mandato: **a)** exercer outro cargo ou função, salvo uma de magistério; **b)** dedicar-se a atividade político-partidária; e **c)** exercer a advocacia, em todo território nacional;

Art. 104, parágrafo único, inciso I – Os desembargadores federais dos Tribunais Regionais Federais ou desembargadores dos Tribunais de Justiça que comporão a lista de acesso ao Superior Tribunal de Justiça, deverão ser “oriundos da carreira da magistratura”;

Art. 105, inciso I, alínea b – As ações populares e civis públicas contra ministros e comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica, ou do próprio Tribunal, serão julgadas pelo Superior Tribunal de Justiça;

Art. 105, inciso III, alínea a – Inclui-se nas hipóteses de admissão de recurso especial, para o STJ, a decisão recorrida que “contrariar dispositivo desta Constituição;”

Art. 105, § 2º – Estabelece competência ao Superior Tribunal de Justiça para definir a

competência do foro e a extensão territorial da decisão, nas ações civis públicas e nas propostas por entidades associativas na defesa de seus associados, quando a abrangência da lesão ultrapassar a jurisdição de diferentes Tribunais Regionais Federais ou de Tribunais de Justiça dos Estados ou do Distrito Federal e Territórios;

Art. 105, § 3º – Atribui-se à lei a faculdade de estabelecer casos de admissibilidade de recurso especial;

Art. 107, caput – Altera-se a nomenclatura de designação dos juízes dos Tribunais Regionais Federais, que passam a ser “desembargadores federais.”

Art. 107, inciso II – Na promoção de juízes federais para os TRF, exige-se mais de cinco anos “na respectiva classe” e que integrem a primeira metade da lista de antiguidade, não mais se referindo à alternância entre merecimento e antiguidade;

Art. 111-A, inciso II – Mantido o dispositivo, apenas substituindo-se a expressão juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho” por “desembargadores federais do trabalho;”

Art. 111-A, § 1º – Com a nova redação, a lei disporá sobre a competência do TST, “inclusive sobre a reclamação para preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;”

Art. 114, inciso I – Excetua-se, da competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar ações oriundas da relação de trabalho, as causas relativas aos servidores ocupantes de cargos criados por lei, de provimento efetivo ou em comissão, incluídas as autarquias e fundações públicas dos entes da Federação;

Art. 114, incisos X, XI e XII – Estes incisos foram acrescentados, estabelecendo a competência da Justiça do Trabalho para julgar os litígios que tenham origem no cumprimento de seus próprios atos e sentenças; a execução, de ofício, das multas por infração à legislação trabalhista, e a execução, de ofício, dos tributos federais incidentes sobre os créditos decorrentes das sentenças que proferir;

Art. 115 – Trata-se de dispositivo que dispõe sobre o número e composição dos Tribunais Regionais do Trabalho, e a única mudança é a substituição da nomenclatura juízes por desembargadores federais do trabalho;

Art. 120, § 1º, inciso III – Reduz, de seis para três nomes, a lista de advogados a serem

nomeados para os Tribunais Regionais Eleitorais, elaboradas pelo Tribunal Superior Eleitoral, e não mais pelos Tribunais de Justiça;

Art. 123 – Reduz, de quinze para onze, o número de Ministros do Superior Tribunal Militar, sendo que a composição da respectiva Corte será adaptada à medida que ocorrerem as vagas, sendo extintos os cargos de Ministro quanto necessários ao novo número de sua composição;

Art. 124 – Amplia as atribuições da Justiça Militar da União, que além de processar e julgar os crimes militares definidos em lei, “passará a exercer o controle jurisdicional sobre as punições disciplinares aos membros das Forças Armadas;”

Art. 125, § 2º – Estabelece que os Estados poderão instituir representação de constitucionalidade de lei estadual e de inconstitucionalidade de lei estadual ou municipal, em face da Constituição Estadual e de arguição de descumprimento de preceito constitucional estadual ou fundamental, cujas decisões poderão ser dotadas de efeito vinculante;

Art. 125, § 8º – Este parágrafo é acrescido ao art. 125 e prevê que os Tribunais de Justiça criarão ouvidorias de justiça competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou qualquer órgão do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça;

Art. 128, § 1º – Altera a redação do dispositivo para esclarecer que o Procurador-Geral da República deverá ser integrante da carreira do Ministério Público Federal e permitir que possa ser reconduzido uma vez ao cargo;

Art. 128, § 5º, inciso I, alínea a – Modifica a redação do dispositivo, elevando para três anos o prazo de exercício para a aquisição da vitaliciedade, podendo o membro do MP perder o cargo em razão de sentença transitada em julgado, “em processo que poderá ser iniciado por representação do MP, exigindo-se 3/5 dos votos do Conselho Nacional do Ministério Público, inclusive nos casos que menciona (art. 95, inciso I, alíneas **a**, **b** e **c**);

Art. 129, § 6º – Dispositivo acrescentado para determinar que os membros do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal serão denominados Promotores de Justiça;

Art. 130-A, § 2º, inciso III-A – Acrescenta atribuição ao Conselho Nacional do Ministério

Público para representar ao Ministério Público, nos casos de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

Art. 130-A, § 6º – Estabelece, para o Conselho Nacional do Ministério Público, as mesmas vedações que o art. 103-B, § 8º, prevê para os membros do Conselho Nacional da Justiça;

Art. 134, § 1º – Dispõe que lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados e no Distrito Federal, exigido o concurso público e assegurada a garantia de inamovibilidade;

Art. 134, § 3º – Determina a aplicação às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal do disposto no § 2º do mesmo art. 134, que trata da autonomia funcional e administrativa das Defensorias Públicas Estaduais;

A PEC ainda acrescenta à Constituição Federal quatro novos artigos, que dispõem sobre as seguintes matérias:

Art. 97-A – A competência especial por prerrogativa de função, em relação a atos praticados no exercício da função pública, inclusive para a ação de improbidade, subsiste ainda que o inquérito ou a ação judicial sejam iniciados após a cessação do exercício da função;

Art. 105-A – O Superior Tribunal de Justiça poderá, de ofício ou por provocação, aprovar SÚMULA que, a partir de sua publicação, constituir-se-á impedimento à interposição de recurso contra a decisão que a houver aplicado;

Art. 111-B – Ao Tribunal Superior do Trabalho é estabelecida competência análoga a do STJ, para aprovar SÚMULA, nas mesmas condições e com idênticos efeitos;

Art. 116-A – Dispõe que a lei criará órgãos de conciliação, mediação e arbitragem, sem caráter jurisdicional e sem ônus para os cofres públicos, com representação de trabalhadores e empregadores, que terão competência para conhecer de conflitos individuais de trabalho e tentar conciliá-los, em prazo legal determinado.

Sem dúvidas, são modificações importantes, que complementam e robustecem as disposições já introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004. É fundamental que a Câmara dos Deputados ultime o seu exame, com a urgência possível, para que a sociedade brasileira possa, enfim, desfrutar de um Poder Judiciário ágil e democrático.

4. Os Dispositivos Carentes de Regulamentação

Ao longo do tempo de existência desta Comissão foi feita uma análise acurada sobre as matérias que efetivamente carecem de regulamentação por legislação infraconstitucional. Como se sabe, a Constituição da República reserva a alguns legitimados a iniciativa dos projetos de leis que menciona, atribuindo legitimidade universal ao Presidente da República e aos membros do Congresso Nacional.

Ocorre que, por autorização constitucional expressa, esta Comissão, durante o prazo previsto pelo art. 7º da EC nº 45, de 2004, foi investida de competência para iniciar todas as proposições legislativas necessárias à regulamentação de dispositivos não auto-aplicáveis. Vale dizer, o poder constituinte derivado entendeu por bem mitigar, durante certo **lapso temporal**, a rigidez das competências para deflagrar o processo legislativo relativo a determinadas matérias.

Nada obstante isso, entendemos que, apesar da autorização constitucional, há uma margem de avaliação de oportunidade política de exercitarmos essa competência. Nesse diapasão, restringimos nossa competência iniciadora a projetos que já seriam da competência dos membros e comissões do Congresso Nacional.

São eles os seguintes dispositivos constitucionais: i) federalização dos crimes contra os direitos humanos (art. 109, inciso V, § 5º); ii) competência suplementar da Justiça do Trabalho (art. 114, inciso IX); iii) edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante (art. 103-A); iv) repercussão geral no Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal (art. 103-A); v) Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (art. 3º da EC nº 45, de 2004).

Além desses, identificamos dispositivos carentes de regulamentação por lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal. São eles: i) ingresso na carreira da magistratura (art. 93, inciso ii); critérios de promoção (art. 93, inciso II, alíneas **c**, **d** e **e**); iii) critérios de acesso aos tribunais (art. 93, inciso III); iv) cursos oficiais (art. 93, inciso IV e art. 105, parágrafo único, inciso I); v) obrigações e vedações dos magistrados (art. 95, parágrafo único, incisos IV e V); vi) remoção, disponibilidade e aposentadoria de magistrados por interesse público (art. 93, VIII); vii) remoção a pedido ou permuta de magistrados (art. 93, inciso VIII-A); viii) decisões administrativas dos tribunais (art. 93, inciso X); ix) férias dos magistrados (art. 93, inciso XII); x) criação de ouvidorias de justiça (art. 103-B, § 7º).

Há, também, proposições que devem ser iniciadas pelo Tribunal Superior do Trabalho. São elas: i) criação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (art. 111-A, § 2º, inciso II); ii) criação da Escola Nacional

de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho (art. 111-A, § 2º, inciso I); iii) criação de varas da Justiça do Trabalho (Art. 112); e iv) justiça itinerante na Justiça do Trabalho (Art. 115, § 19).

Outras propostas devem ser iniciadas pelo Procurador-Geral da República: i) obrigações e vedações aos membros do Ministério Público (art. 128, § 5º, alínea **b**, inciso II, **e**, **f**, § 6º, art. 129, § 2º); ii) ingresso na carreira (art. 129, § 3º); e iii) criação de ouvidorias do Ministério Público (art. 130-A, § 5º).

Por fim, há as propostas que devem se desenvolver no âmbito estadual e cuja iniciativa pertence aos Tribunais de Justiça dos Estados: i) criação de varas para julgamento de conflitos agrários (art. 126); e ii) criação da Justiça Militar Estadual (art. 125, § 3º).

5. A Reforma Infraconstitucional do Poder Judiciário

5.1. A ampliação do acesso à justiça

O acesso à justiça tem sido uma preocupação mundial, que teve como um de seus precursores o saudoso professor italiano Mauro Cappelletti, que, já na década de 1970, defendia, com razão, que a acessibilidade a todos ao sistema judiciário era pressuposto para o exercício pleno da cidadania. Para isso, ele capitaneou o implemento de ondas renovatórias do processo, que tiveram poderosa repercussão no mundo inteiro, o que não excluiu o Brasil.

A chamada “primeira onda” consistiu em baratear os custos do processo e prestar assistência judiciária às pessoas necessitadas. Essa onda renovatória, que já vinha sendo prestigiada pelo Estado Brasileiro, ganhou força na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, ao ser concedida autonomia financeira às Defensorias Públicas, colocando-as a salvo de ingerências indevidas do Poder Público.

A “segunda onda”, por seu turno, consistiu na atenção à tutela dos direitos difusos, pois, não obstante a “primeira onda” ter se relacionado a um direito individual, era consenso que a coletividade, como sujeito de direitos, continuava sem instrumentos para tutela de seus direitos. Nessa fase, que o Brasil ainda vive intensamente, editou-se a Lei da Ação Civil Pública, o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto da Criança e do Adolescente, além da absorção, pela Constituição Federal de 1988, de dispositivos voltados à proteção do meio ambiente, do patrimônio histórico, artístico, cultural e estético, e, principalmente, da legitimação do Ministério Público para a defesa de tais direitos e interesses.

É com base nessa onda renovatória que se discute hoje a necessidade de um Código de Processo Coletivo, que viria a sistematizar a legislação esparsa sobre o tema.

Essas duas ondas renovatórias, assimiladas e trazidas à realidade brasileira por estudiosos do quilate de **José Carlos Barbosa Moreira, Ada Pellegrini Grinover, Candido Rangel Dinamarco, Arruda Alvim, Néelson Nery Junior, J. J. Calmon de Passos, Kazuo Watanabe, Ovídio Baptista da Silva, Humberto Theodoro Junior, Athos Gusmão Carneiro e Sálvio de Figueiredo Teixeira**, representaram notável avanço no sistema processual brasileiro, através de elogiável sintonia entre a Academia e o Poder Legislativo.

A garantia constitucional do acesso à justiça, cláusula pétreia que é, merece ser prestigiada em todos os quadrantes do território nacional, seja pelo Poder Judiciário, que é a última trincheira de defesa dos direitos do cidadão, seja pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Por força dessa constatação é que não podemos emprestar apoio a propostas que, a pretexto de acelerar a entrega da prestação jurisdicional, acabam por cercear o acesso do cidadão à justiça ou rompem com pilares do Estado Democrático de Direito, como os princípios da legalidade, isonomia e respeito à coisa julgada.

5.2. O Combate à Morosidade da Justiça

Interessante notar que o combate à morosidade da justiça e a busca por sua efetividade enquadra-se justamente na “terceira onda” renovatória. Esse escalonamento não é mero acaso. Significa que o combate à lentidão da justiça não pode ignorar a premissa básica que é o acesso à justiça, seja individual seja coletivamente.

Vale dizer, a busca pela celeridade processual não pode desconsiderar pilares fundamentais que são a segurança jurídica e o pleno acesso à jurisdição. Sem isso, a celeridade não tem razão de ser. De nada adianta um sistema célere se a massa dos cidadãos está alijada dele. Igualmente, de nada vale um sistema rápido se é incapaz de dar à sociedade o que se espera de um corpo jurídico: a paz social.

É por isso que o fundamental, neste momento, é tentar identificar o ponto de equilíbrio entre os valores em questão. Privilegiar a celeridade em detrimento do acesso à justiça e da segurança jurídica é tão ou mais equivocado do que manter o atual sistema que tem gerado distorções.

A tarefa de identificar mecanismos inteligentes e eficazes para resolver o problema da massificação dos litígios e do asoberbamento dos tribunais é complexa demais para que pudéssemos, em cento e oitenta dias, apresentar ao país uma solução definitiva. Mas não nos intimidamos diante dessa missão e apresentamos propostas que, se não resolvem o problema de-

finitivamente, ao menos iluminam o caminho dos que têm a mesma obsessão que nos preenche o espírito: contribuir, de alguma forma, para que a sociedade brasileira possa dispor de um sistema jurídico justo e eficiente, que dê aos menos favorecidos as mesmas oportunidades que dá aos mais abastados.

6. As Atividades da Comissão

6.1. As reuniões

A Comissão realizou cinco reuniões administrativas. Destaca-se a apresentação, discussão e aprovação do cronograma de trabalho por nós proposto e que, com este relatório, alcança, com êxito, o seu final.

As reuniões tiveram o objetivo de informar o plenário da Comissão sobre os passos adotados por este relator, de forma a esclarecer o caminho adotado para a consecução da missão que recebemos.

Nada obstante as propostas de realização de audiências públicas para a oitiva de dezenas de autoridades, instituições e especialistas, decidimos ouvi-los isoladamente, de forma a ter um melhor aproveitamento das idéias trazidas a lume.

Contribuiu para essa decisão o baixo quorum nas audiências públicas efetivamente realizadas, que nos fez refletir sobre a alternativa para contornar esse problema.

6.2. O Seminário “Reforma do judiciário: aspectos processuais civis” realizado em Recife

Esta Comissão promoveu em Recife, nos dias 27 e 28 de outubro do ano corrente, em conjunto com o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério da Justiça, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, o instituto dos Magistrados de Pernambuco e a Academia Brasileira de Direito Processual Civil, o seminário “Reforma do Judiciário: aspectos processuais civis”, no qual estiveram reunidos membros desta Comissão e os maiores especialistas em direito processual civil do País.

Nesse evento, foram colhidas opiniões de representantes de diversas instituições envolvidas no esforço reformista, como a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Ministério da Justiça, a Advocacia-Geral da União, o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça, além de representantes de corporações e sociedades científicas como a Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Juizes Federais e o Instituto Brasileiro de Direito Processual.

Enriqueceram os debates, dentre outros, professores ilustres como Gilmar Ferreira Mendes (UnB), Alexandre de Moraes (USP), Araken de Assis (PUC/RS), Luiz Rodrigues Wambier (PUC/SP), Joaquim Falcão

(FGV/RJ), Flávio Luiz Varshell (USP), José Miguel Garcia Medina (PUC/SP) e Kazuo Watanabe (USP).

Observamos atentos a todos os debates que, pela riqueza de conteúdo, nos trouxe maiores elementos para a elaboração deste relatório.

6.3. As contribuições de instituições, juristas e da sociedade

Durante todo o tempo que dedicamos aos trabalhos desta Comissão várias instituições e muitos especialistas contribuíram para que alcançássemos o melhor resultado para a sociedade brasileira.

Foi com satisfação e alegria que contamos com o auxílio inestimável do Ministro Gilmar Ferreira Mendes, do Supremo Tribunal Federal, que, com elevado espírito público, dividiu seu tempo entre as atividades judicantes da Suprema Corte e o debate acadêmico em torno questões técnicas que envolveram nossos trabalhos.

Aliás é dele, em conjunto com o Ministro Cezar Peluso, também do Supremo Tribunal Federal – a quem rendemos tributo –, grande das disposições acolhidas no projeto que trata da repercussão geral do recurso extraordinário.

Dois ilustres professores também foram fundamentais e nos brindaram com contribuições do mais alto nível, absolutamente compatíveis com seu elevado conhecimento e experiência sobre o tema. Tratam-se dos professores Luiz Rodrigues Wambier e Teresa Arruda Alvim Wambier.

Eles lograram conciliar a experiência de consumidores dos serviços judiciários, como advogados, com a apurada técnica típica dos professores consagrados.

Vieram deles as sugestões de mérito que deram operacionalidade e compatibilidade com o sistema processual aos projetos que tratam da edição, revisão e cancelamento de súmulas vinculantes e da repercussão geral do recurso extraordinário. Com observações agudas, contribuíram para que a sociedade brasileira disponha de legislação moderna que permitirá a racionalização do sistema processual.

Igualmente, contribuíram para aperfeiçoar as proposições que ora apresentamos a Desembargadora Ana Maria Duarte Amarante Brito, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, e o Advogado da União

André Augusto Dantas Motta Amaral, que foram convidados por esta Comissão para participar de audiência pública para instrução da matéria.

Também se debruçaram sobre a matéria, colaborando com valiosas sugestões, os membros do Instituto Brasileiro de Direito Processual, nomeadamente, os professores Ada Pellegrini Grinover, Athos Gusmão

Carneiro, Petrônio Calmon Filho, Kazuo Watanabe, Fredie Didier Junior, Flávio Cheim Jorge, José Rogério Cruz e Tucci, Marcelo Abelha, José Miguel Garcia Medina e Flávio Yarshell.

A Associação Nacional dos Advogados da União (ANAUNI), em correspondência, manifestou preocupação com os rumos da Reforma. Em seu documento, tece longa e sólida argumentação em favor de prerrogativas processuais gozadas pela Fazenda Pública, como os prazos e a remessa oficial.

Quanto aos projetos afeito à justiça do Trabalho não podemos deixar de registrar a participação sempre brilhante do Ministro Vantuil Abdala, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que, com críticas construtivas, nos permitiu aperfeiçoar os projetos sobre a competência suplementar da justiça do trabalho e o fundo de garantia das execuções trabalhistas.

Especial menção, em razão da lucidez de seu conteúdo, merece o “Manifesto pela sistematização da Reforma Processual” encaminhado pela Seção do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que pede às duas Casas do Congresso Nacional a criação de subcomissões temporárias no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o objetivo de analisar e sistematizar os projetos atualmente em tramitação.

Chama a atenção e causa alarme o diagnóstico feito pela OAB sobre a reforma processual civil:

“Parece-nos, todavia, que a apresentação dos projetos tem ocorrido sem qualquer preocupação em manter a harmonia de uns com outros, isto é, de todo o conjunto de projetos voltados ao aprimoramento do sistema. Isso ensejou, em cinco anos, quatro reformas processuais (Leis nºs 10.352, 10.358, 10.444 e 11.187), sendo que duas delas tiveram que se voltar à reparação de equívocos que haviam sido implementados pelas outras duas. Mais ainda: as duas primeiras, em grande medida, consistiram em ajustes e reparos das reformas anteriores, iniciadas em meados da década de noventa. De Já para cá, promulgaram-se pelo menos treze leis de reforma do Código”.

Esses dados, apontados por tão respeitável instituição, devem, sem dúvida, nos conduzir à reflexão sobre a qualidade da Reforma Processual que o país precisa.

Além das instituições e dos especialistas, não descuidamos de ouvir a sociedade civil. Para tanto, foi desenvolvido pelas áreas de informática da Câmara dos Deputados e do Senado Federal mecanismo ele-

trônico de recebimento de sugestões nas páginas na Internet das duas Casas, e na nossa página pessoal. Resultado dessa iniciativa foi o recebimento de centenas de correspondências eletrônicas contendo críticas, sugestões e manifestações de apoio. Todas elas foram examinadas cuidadosamente, e, após triagem, as que se coadunavam com a linha de pensamento desenvolvida por este relatório foram efetivamente acolhidas.

7. As Proposições Legislativas

O art. 7º da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que dá sustentação legal à existência desta Comissão, determina que nossa atuação seja bifronte. Vale dizer, em primeiro lugar, devemos elaborar os projetos de lei para regulamentar as matérias contempladas pela emenda constitucional. Em segundo lugar, foi-nos atribuído o dever de promover alterações na legislação federal com vistas a ampliar o acesso à justiça e tomar mais célere a prestação jurisdicional.

Quanto à primeira atribuição, elaboramos seis projetos de lei que disciplinarão os pontos que elegermos carentes de regulamentação.

Quanto à segunda atribuição, fizemos um minucioso levantamento das propostas em tramitação no Congresso Nacional relacionadas a direito processual civil. A partir dele, selecionamos aproximadamente sessenta projetos que nos permitiram tirar algumas conclusões e selecionar, dentre eles, uma lista menor que, pela relevância, apresentaremos requerimento de urgência.

Da análise do grupo de sessenta proposições que selecionamos inicialmente, constatamos que diversas propostas se repetem e outras tantas conflitam entre si. Isso revela que assiste razão à Ordem dos Advogados do Brasil, quando, em ofício dirigido a este relator, aponta que a apresentação dos projetos tem ocorrido sem qualquer preocupação em manter a harmonia de uns com outros, isto é, de todo o conjunto de projetos voltados ao aprimoramento do sistema.

Realmente, em que pese a necessidade de aprovação urgente de medidas que desburocratizem o direi-

to processual brasileiro, de modo a acelerar a entrega da prestação jurisdicional, entendemos que é salutar a sistematização de todas as propostas. Sem isso, estaremos diante de uma reforma desordenada, que pode alcançar resultado oposto ao pretendido.

Por isso, dentre as conclusões deste relatório, apontamos a necessidade de criação de subcomissões de reforma processual no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Segundo nossa proposta, essas subcomissões seriam responsáveis pela sistematização de propostas efetivamente relevantes, evitando-se a ocupação das pautas das Comissões de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e do Senado Federal com propostas repetitivas ou que não merecem prosperar.

No que tange ao Processo Penal, apresentamos, nesta oportunidade, projeto de lei para estabelecer o procedimento a ser observado nas hipóteses de federalização dos crimes contra os direitos humanos, prevista no art. 109, V, § 5º, da Constituição da República. Além disso, compreendem o objeto do Pacto de Estado em favor de um Poder Judiciário mais rápido e Republicano três proposições, todas em tramitação da Câmara dos Deputados, que trataremos posteriormente.

Por fim, quanto ao processo na seara trabalhista, é importante registrar que, em certa medida, ele utiliza instrumentos do próprio processo civil, embora a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a legislação extravagante contenham algumas normas aplicáveis apenas à justiça do trabalho.

Não obstante, além dos dois projetos que apresentamos sobre essa temática, julgamos importante destacar os cinco projetos de lei relacionados à reforma processual trabalhista, quais sejam, os de números 4.730, de 2004, 4.731, de 2004, 4.732, de 2004, 4.733, de 2004, 4.734, de 2004 e 4.735, de 2004. Todos se encontram em tramitação na Câmara dos Deputados.

7.1. Propostas a serem apresentadas pela Comissão

Considerando que apenas poucos dispositivos da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, carecem de regulamentação para sua aplicabilidade, elegemos os dispositivos que dependem de uma disciplina, mais minuciosa.

Vale registrar que, apesar da autorização concedida pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, optamos por não invadir o poder de iniciativa do Supremo Tribunal Federal para dispor sobre a matéria hoje disciplinada pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Entendemos que, de posse de uma proposta concreta nascida no seio do próprio Poder Judiciário,

nós legisladores teremos maiores elementos para formarmos nossas convicções.

Por isso, apresentaremos apenas os projetos de lei, cujo conteúdo exploremos a seguir.

71.1. O projeto sobre repercussão geral do Recurso Extraordinário

A idéia do projeto é regulamentar o mínimo possível, e deixar a normalização procedimental para o Regimento Interno do STF. O projeto se baseia em estudo sobre o tema da autoria do consagrado professor José Manoel de Arruda Alvim Netto e em propostas dos Ministros do Supremo Tribunal Federal Gilmar Ferreira Mendes e Cezar Peluso, além de sugestões pontuais do Instituto Brasileiro de Direito Processual.

A regulamentação se dá através de lei extravagante, e não por modificação no Código de Processo Civil (CPC). Essa é a nossa opção, porque consideramos que uma modificação no CPC tomaria as disposições inaplicáveis ao processo penal, e a nossa intenção é que não restem pontos indispensáveis carentes de regulamentação legislativa. Os principais pontos do projeto são:

a) o exame da repercussão geral do Recurso Extraordinário (RE) é privativo do STF (podendo recusar o seu processamento por voto de 2/3 de seus membros), pois a Constituição assim determina. Na versão original, excluíamos a possibilidade de, em casos reiterados, o próprio tribunal de origem decidir sobre a ausência de repercussão geral. As judiciosas razões trazidas pelo Ministro Gilmar Ferreira Mendes, do Supremo Tribunal Federal, nos fizeram mudar de idéia e acrescer o art 5º, que possibilita, em casos de recursos fundados em idêntica controvérsia, que o tribunal a que, aplicando critérios objetivos e pré-estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal, selecione recursos representativos da controvérsia e os remeta ao STF, sobrestando os demais até o pronunciamento final. Para evitar que os recursos fiquem indefinidamente sobrestados nos Tribunais de origem, fixamos para tanto o prazo de 1 ano, de modo que, se o STF não apreciar os casos representativos nesse prazo, todos os recursos sobrestados subirão automaticamente.

b) Demos uma interpretação elástica à expressão “repercussão geral”, de modo a entender questões econômicas, políticas e sociais, mas mantendo-se sempre a necessidade de transcendência (art. 4º, § 3º). Algumas, porém, por serem demasiado sensíveis e, em

si, carregarem importância para a sociedade, mereceram nossa atenção, de modo que estabelecemos que das sempre ostentarão repercussão geral. São elas as contidas nos incisos I a V do art. 6º.

c) Estabelecemos cláusula para que as decisões do STF que negarem repercussão geral tenham efeito sobre Recursos Extraordinários versando matéria idêntica. Assim, não haveria necessidade de nova reunião do plenário para tratar a questão, estando o relator autorizado a negar seguimento ao recurso (art. 4º, § 8º)

7.1.2. O projeto que regulamenta a edição, revisão e cancelamento de sumulas com efeito vinculante

O projeto, inspirado em questões levantadas pelos professores Luiz Rodrigues Wambier e Teresa Arruda Alvim Wambier e em preocupações manifestadas pelo Ministro Gilmar Ferreira Mendes e pelo professor José Manoel de Arruda Alvim Netto, é composto de 12 artigos e, além de disciplinar a edição, revisão e cancelamento de súmulas vinculantes (voto de 2/3 dos ministros), adapta dispositivos da Lei nº 9.784, de 1999, que trata do processo perante a administração pública federal.

Os principais pontos do projeto são:

a) Intervenção obrigatória do Procurador-Geral da República (art. 2º, § 2º).

b) Possibilidade de restrição dos efeitos vinculantes da súmula, ou determinação de data certa para o início dos efeitos, em situações de excepcional interesse social (art. 4º), o que já existe nas ações diretas de inconstitucionalidade. Isso objetiva conceder ao STF ferramenta que evite que uma súmula sua estabeleça o caos num dado momento histórico.

c) Além dos legitimados para a propositura da ADIn, o projeto cria os seguintes legitimados universais (art. 3º): i) o Advogado-Geral da União; ii) o Procurador-Geral de Estado; iii) o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Estado; iv) o Defensor Público-Geral da União e o de Estado; v) os Tribunais Superiores e os demais Tribunais.

Cria, ainda, os seguintes legitimados extraordinários (art. 3º, § 1º): i) os Municípios; ii) as pessoas jurídicas da administração pública indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

A diferença fundamental entre os legitimados universais e os extraordinários é que os primeiros podem

pedir a edição, a revisão e o cancelamento de súmula vinculante, incidental ou autonomamente, enquanto os segundos só podem pedir a edição, e, mesmo assim, incidentalmente.

Esse tratamento diferenciado se dá porque há o risco de inviabilizarão dos trabalhos do STF se for aberta a possibilidade de propositura de medidas autônomas por municípios (mais de 5.000, atualmente) e às pessoas jurídicas da administração pública indireta federal, estadual e municipal (mais de 50.000, certamente). Neste caso, a autorização legal para que requeiram incidentalmente a edição de súmulas vinculantes, cria um filtro, e não os alija totalmente do processo.

Além disso, a ampliação dos legitimados universais tem o objetivo de democratizar a discussão em torno das súmulas vinculantes, mas sem inviabilizar os trabalhos do STF, sepultando um dos principais argumentos dos detratores da súmula vinculante: o de que sua instituição encastelaria o STF e impediria a evolução da jurisprudência.

Por isso, legitimamos a Defensoria Pública (da União e Estadual), que, no cenário pós-Emenda 45, ganhará ainda mais importância, representando importante instituição em defesa da sociedade.

Legitimamos também os Procurador-Gerais do Ministério Público Estadual, que estão mais próximos dos promotores de justiça, e, portanto, perceberão o momento adequado de requerer a edição, a revisão ou o cancelamento de súmula, conforme notarem mudanças relevantes no tecido social.

Uma das principais medidas, segundo acreditamos, é atribuir aos Tribunais Superiores e aos demais tribunais a legitimidade universal, de modo que, por estarem mais próximos das partes e do problema concreto, poderão requerer a edição, revisão ou cancelamento de súmula. Esse dispositivo definitivamente integra os juízes ao processo de discussão em torno da súmula vinculante, democratizando-a.

d) A regra para edição da súmula vinculante é que seja proposta apenas incidentalmente nos processos (ações, recursos e incidentes) em curso no STF (art. 5º, **caput**). Excepcionalmente, a edição poderá ser requerida autonomamente, mas apenas pelos legitimados universais (art. 5º). Neste ponto, agradecemos à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier, que, ainda na primeira versão desse projeto, identificou uma inconstitucionalidade em tempo de ser sanada, para a apresentação do projeto escoimado de vícios.

e) Diferentemente da edição, a revisão e o cancelamento de súmulas vinculantes apenas ocorrerão autonomamente, ou seja, independentemente da exis-

tência de processo judicial, o que reafirma seu caráter político, e não jurisdicional (art. 7º).

f) Há previsão de admissão de terceiros, interessados em intervir no procedimento de edição, revisão e cancelamento de súmulas (art. 3º, § 2º).

g) O projeto estabelece regras claras que orientarão a redação das súmulas, de modo a evitar obscuridades, utilização de termos vagos, etc. A inspiração está na Lei Complementar 95, de 1998 (art. 8º).

h) O procedimento da reclamação que será cabível contra atos judiciais ou administrativos que violem súmulas, vinculantes deverá ser previsto no Regimento Interno do STF. Será exigível, todavia, na hipótese de reclamação contra ato administrativo, que se esgote a via administrativa.

7.1.3 O projeto que regulamenta o pedido de federalização de crimes contra os direitos humanos

Com vistas a regulamentar o § 5º do art. 109 da Constituição Federal, acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, apresentamos Projeto de Lei, estabelecendo, nos termos da Carta da República, que, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal. Com isso, busca-se assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.

O procedimento proposto é breve, para evitar o atraso do julgamento do acusado. A petição deverá estar instruída com os documentos que indiquem a necessidade do deslocamento de competência; além disso, deverá indicar os atos processuais praticados no âmbito estadual que deverão ser novamente realizados perante a Justiça Federal.

Recebida a petição, o relator pedirá informações ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e ao Secretário de Segurança do Estado onde tramita o inquérito ou o processo e determinará, desde logo, a intimação do Estado para, no prazo de quinze dias, contestar o pedido de deslocamento de competência.

Enquanto não for julgado o incidente, o inquérito ou o processo terá prosseguimento perante as autoridades estaduais, sendo vedada a concessão de liminar para sustar seu andamento.

Se o pedido de deslocamento de competência for julgado procedente, o acórdão deverá indicar os atos processuais que deverão ser, novamente realizados perante a Justiça Federal.

7.1.4. O projeto que regulamenta o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas

O Fundo Garantidor das Execuções Trabalhistas – FGET foi uma das inovações trazidas pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, com a finalidade de acelerar a execução trabalhista, conferindo maior agilidade na satisfação dos créditos deferidos em sentença.

Trata-se de um fundo público que garante esses pagamentos até um determinado montante, tornando-se dessa forma um mecanismo eficaz em conjunturas de crises econômicas que propiciam o surgimento de dívidas laborais que podem causar notórios prejuízos aos trabalhadores. Pretende o fundo impedir que os trabalhadores tenham que seguir em longos procedimentos, muitas vezes com resultados totalmente ineficazes, vendo-se sem ter como prover adequadamente às suas necessidades mais prementes.

O FGET, da forma como foi estruturado no projeto, tem caráter subsidiário no pagamento de créditos decorrentes de decisões condenatórias transitadas em julgado perante a Justiça do Trabalho.

Seus recursos são formados por dotações orçamentárias específicas; multas impostas pela justiça do Trabalho; multas administrativas impostas pela fiscalização do trabalho; multa de cinco por cento sobre o valor adiantado ao trabalhador, a ser quitada pelo devedor que deu causa a utilização do fundo, além de outras receitas.

O fundo contará com um conselho deliberativo ao qual compete a sua gestão, integrado por representantes da Justiça do Trabalho; do Ministério Público do Trabalho; do Ministério do Trabalho e Emprego; da Caixa Econômica Federal; do BNDES e do Banco Central do Brasil. Conta ainda o FGET com um agente operador, que é a Caixa Econômica Federal.

Os recursos do fundo cobrirão somente créditos referentes a salários, rendimentos, comissões ou indenizações inadimplidas, declarados em ação judicial trabalhista, não podendo o seu valor ultrapassar o equivalente a quarenta salários mínimos. Se o crédito ultrapassar esse valor, o credor manterá o direito de prosseguir na execução para haver o restante de sua dívida.

A limitação se deve ao entendimento de que o Rindo deva ser acionado somente para o pagamento de parcelas urgentes, relevando-se o seu caráter alimentar. Além disso a maioria das ações que tramitam perante a Justiça do Trabalho está aquém desse valor.

O fundo somente poderá ser acionado em sede de execução definitiva, desde que haja uma penhora frustrada ou seja ela insuficiente. Efetuando o pagamento, o FGET sub-roga-se no crédito do trabalhador,

prosseguindo na execução, nos próprios autos da reclamação trabalhista.

7.1.5. O projeto que regulamenta a competência suplementar da justiça do trabalho

Ao regulamentar a nova redação do art. 114 da Constituição Federal, no que concerne à competência da Justiça do Trabalho, o projeto buscou dar efetividade ao texto constitucional.

O inciso I do novo art. 114 delimita os contornos da competência da Justiça do Trabalho assentando-a na *relação de trabalho*, não mais na relação entre trabalhadores e empregadores. Certamente esta permanece, agora incrustada naquela, mais ampla e abrangente.

Em essência, com a alteração, passa a Justiça do Trabalho a ser o juízo próprio para o qual terão que convergir todos os conflitos decorrentes da relação de trabalho, subordinado ou não, bem como, todas as lides que venham a decorrer da execução de um contrato de emprego.

Em razão desse alargamento, o projeto, em caráter exemplificativo, especifica situações concretas que passam a ser de competência do juízo trabalhista.

Assim sendo, propõe-se a alteração do art. 652 da CLT acrescentando-lhe a alínea **f**. Salientamos que a alínea **e** foi suprimida pelo Decreto-Lei nº 6.353, de 20 de março de 1944, razão pela qual não pode ser reutilizada (Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998).

7.1.6. O projeto que legitima, para a propositura de argüição de descumprimento de preceito fundamental, as pessoas lesadas ou ameaçadas de lesão por ato do Poder Público.

Esse projeto altera a Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para legitimar qualquer pessoa lesada ou ameaçada por ato do Poder Público a propor a argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ampliando, pois, em ceda medida, o controle de constitucionalidade para todos aqueles que possam sofrer ou ser ameaçados de sofrer ato lesivo por parte do Estado.

7.2. Propostas já em tramitação

Além dos projetos que serão apresentados por esta Comissão, merecem realce alguns projetos apresentados pelo Poder Executivo e outros de autoria de deputados e senadores, que se encontram em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Não podemos olvidar os projetos que integram o chamado Pacto de Estado em favor de um Judiciário mais rápido e republicano, que, com o aval dos três

poderes da República, são tidos como prioritários na agenda legislativa.

Além dessas propostas, outras estão a merecer atenção. Por isso, apontamos aquelas que julgamos prioritários, e, ao final, apresentamos requerimentos para que elas tramitem em regime de urgência.

7.2.1. Propostas prioritárias

Arrolaremos nesta seção as propostas que, em nosso entendimento, merecem especial atenção dos órgãos competentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. São eles:

i) PL nº 4.497, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara).

Esse projeto, originado de proposta do Instituto Brasileiro de Direito Processual, é um dos principais eixos da reforma infraconstitucional do Poder Judiciário, e vem sendo chamado de reforma do processo de execução fundada em título extrajudicial. Na verdade, introduz modificações tanto nessa parte, quanto na geral, que é válida também para a execução fundada em sentença judicial.

Nada obstante os avanços trazidos, cremos que a proposta ainda carece de aperfeiçoamentos. Alguns exemplos colhidos na experiência estrangeira podem ser implementados, como, por exemplo, a investigação judicial do patrimônio do executado, prevista na legislação espanhola, e o juramento de manifestação, do sistema alemão.

Sem dúvida, trata-se de proposição fundamental para o país, que deve ser examinada com máxima urgência possível.

ii) PLC nº 30, de 2005, de autoria do Deputado Colbert Martins (em tramitação no Senado).

Esse projeto inova ao inverter a regra hoje vigente de que todo recurso de apelação interposto contra sentença proferida sob a égide do processo civil deve ser recebido com os efeitos devolutivo e suspensivo.

O tempo revelou que se o efeito suspensivo é a regra nos recursos de apelação isso tem a péssima consequência de esvaziar as competências do juiz de primeiro grau, que passa a ser mero produtor de provas, pois o mérito, propriamente dito, passa a ser devolvido para o exame do tribunal.

Essa distorção é corrigida pelo projeto, que autoriza a atribuição do efeito suspensivo apenas, a critério do juiz prolator da sentença, quando perceber que o cumprimento imediato poderá acarretar à parte dano de difícil reparação.

iii) PLC nº 95, de 2001, de autoria do Deputado Edison Andrino (em tramitação no Senado).

O projeto, incorporando a tecnologia hoje à disposição de qualquer advogado, viabiliza a comprovação de dissídio jurisprudencial, para fins de interposição de recurso especial dirigido ao Superior Tribunal de Justiça (Constituição da República, art. 105, III, c), mediante a utilização de decisões disponíveis na mídia eletrônica, inclusive a Internet.

Reputamos que a alteração proposta é pertinente e se coaduna com normas específicas, autorizativas de atualização de procedimentos judiciais, e com o uso da mídia eletrônica, além do fato de os tribunais federais prepararem-se para adotar códigos de barras nos processos, com vistas à redução do tempo de recepção, classificação e distribuição dos feitos.

Além disso, existe permissão legal, concedida às partes em litígio, para a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens do tipo fac-símile ou modo assemelhado, visando à prática de atos que dependam de petição escrita, conforme se vê na Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999. No mesmo sentido é o texto do Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001.

Não se pode olvidar que a jurisprudência demonstrativa da divergência é fruto do próprio tribunal superior a que é submetida e faz pouco ou nenhum sentido negá-la, apenas por não se revestir de maiores formalidades, uma vez que o simples acostar de textos das decisões conflitantes, colhidos em meio eletrônico, representará apenas a indicação da fonte jurisprudencial gerada no próprio tribunal e, portanto, de fácil confirmação.

iv) PLS nº 118, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares (em tramitação no Senado)

O intuito do projeto é ampliar o acesso à justiça, implantando o bem-sucedido modelo dos Juizados Especiais Federais também para as causas em que seja parte a Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Com isso, fazendo uso de uma justiça rápida e gratuita, os cidadãos poderão recorrer ao Poder Judiciário para impugnar lançamentos fiscais, como ICMS e IPTU, anular multas de trânsito indevidamente aplicadas, anular atos de postura municipal, entre outros.

v) PLC nº 94, de 2002, de autoria da Deputada Zulaiê Cobra (em tramitação no Senado)

A proposição traz a disciplina jurídica da mediação – judicial ou extrajudicial –, definida como atividade técnica exercida por terceira pessoa, que, escolhida ou

aceita pelas partes interessadas, as escuta e orienta com o propósito de lhes permitir que, de modo consensual, previnam ou solucionem conflitos.

O projeto contempla a possibilidade de mediação em toda matéria que a lei civil ou penal admitir conciliação, reconciliação ou transação, apontando como mediadores, tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas que, nos termos de seu objeto social, se dediquem ao exercício da mediação.

Vale registrar que em diversos países, como, por exemplo, os Estados Unidos da América, os meios alternativos de solução de controvérsias (*aliem active dispute resolution*) são extremamente valorizados, de modo que o Brasil não pode abrir mão dos influxos positivos da experiência estrangeira.

vi) PL nº 4.203, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara).

Esse projeto estabelece critérios para a organização do Tribunal do Júri, convocação e sorteio dos jurados, formação do Conselho de Sentença e, ainda, dispõe sobre acusação, instrução e preparação do processo para julgamento.

vii) PL nº 4.205, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara).

Disciplina a produção de provas no processo penal, veda a obtida por meios ilícitos, incluindo a prova ilícita por derivação, e esclarecendo sobre as provas antecipadas, pericial e testemunhal;

viii) PL nº 4.208, de 2001, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara).

Prevê a criação de instrumentos, além da prisão preventiva, para assegurar o bom andamento do processo, estabelece critérios para decretação de medidas cautelares, indica as espécies de prisão cautelar admitidas (prisão em flagrante, prisão temporária, prisão preventiva e prisão decorrente de sentença condenatória transitada em julgado), revoga a prisão em decorrência da decisão de pronúncia ou de sentença condenatória e dispõe sobre a liberdade provisória e concessão de fiança.

ix) PL nº 4.730, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara).

O projeto, de autoria do Poder Executivo, decorre de sugestão apresentada ao Ministério da Justiça pelos membros do Tribunal Superior do Trabalho, e tem como objetivo promover a atualização e modernização dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Para tanto, altera o art. 830, com a intenção de desburocratizar a autenticação de peças oferecidas para prova no

processo trabalhista, e dá consonância à redação do art. 895 à prática processual cotidiana.

Em relação à modificação do art. 830 da CLT, cabe mencionar que, atualmente, são aceitos como prova na Justiça do Trabalho, apenas os documentos originais, as certidões autênticas e as respectivas públicas-formas ou cópias quando conferidas perante o juiz ou tribunal, conferência essa que está, hoje, a cargo das Secretarias das Varas da Justiça do Trabalho. Esse procedimento tem ocasionado interpretações divergentes nos Tribunais, com prejuízo para as partes que se valem de documentos autenticados. O atual dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho é anacrônico, pois ignora todos os métodos modernos de multiplicação de cópias, referindo-se ainda à pública-forma, já banida dos sistemas de autenticação.

A proposta tem o escopo de permitir que o advogado declare a autenticidade da cópia do documento oferecido como prova, sob sua responsabilidade pessoal. O Código de Processo Civil sofreu alteração no mesmo sentido, por meio da Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001, que passou a permitir que as cópias das peças do processo que compõem o agravo de instrumento sejam declaradas autênticas pelo próprio advogado.

x) PL nº 4.731, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara dos Deputados).

A proposição legislativa, de autoria do Poder Executivo, decorre de sugestão apresentada ao Ministério da Justiça pelos membros do Tribunal Superior do Trabalho. As alterações ora propostas têm respaldo nos princípios da lealdade e da boa-fé processuais e passa a estabelecer, para o executado no processo trabalhista, as alternativas de pagar em 48 horas ou nomear a penhora os bens que possui, ainda que estes sejam insuficientes para o pagamento integral da importância reclamada.

A cominação para quem omitir o cumprimento de tais obrigações será a preclusão do direito de impugnar a sentença de liquidação ou a execução, ficando apenas ressaltados, quanto a esta, vícios que ocorram na constrição de bens.

Há previsão, ainda, da cominação de multa de dez a vinte por cento do valor atualizado do débito, a ser aplicada pelo juiz no caso de o executado nomear bens insuficientes para o pagamento integral da importância reclamada, e for verificado que à época da nomeação, possuía outros bens passíveis de serem penhorados.

xi) PL nº 4.732, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara dos Deputados).

Trata-se de projeto de lei que pretende modificar a disciplina do recurso de revista e cria incidente de uniformização de jurisprudência na Justiça do Trabalho, alterando, para isso, o art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O projeto altera, em primeiro lugar, a alínea **b** do art. 896 da CLT. A redação atual do dispositivo autoriza a interposição do recurso de revista apenas em casos de decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídios individuais, pelos Tribunais Regionais do Trabalho quando derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial, de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal prolator da decisão recorrida, interpretação divergente da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, ou a Seção de Dissídios Individuais do TST, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme desta Corte.

A proposta tem o escopo de restringir as hipóteses do recurso de revista às decisões divergentes sobre interpretação de dispositivos de lei estadual, excluindo o cabimento do recurso nos casos de Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial.

Propõe alterar, ainda, o § 6º do artigo mencionado, impedindo recurso de revista nas causas de valor inferior a sessenta salários mínimos.

Prevê, por fim, a possibilidade de incidente de uniformização de jurisprudência, perante a Seção de Dissídios Individuais, para resolver divergência entre tribunais regionais do trabalho na interpretação de regulamento de empresas, de sentença normativa ou de convenção e acordo coletivo.

A proposta confere redação à alínea **b**, do **caput** do art. 896, para restringir o recurso de revista para uniformização de jurisprudência aos casos em que a lei estadual ultrapasse os limites jurisdicionais de um determinado Tribunal Regional do Trabalho.

Quanto às demais fontes normativas, hoje previstas na alínea **b**, do art. 896 (convenção e acordo coletivo, sentença normativa ou regulamento de empresa), criou-se no § 7º um incidente direto de uniformização de jurisprudência, a ser examinado pela Seção de Dissídios Individuais, facultando-se à parte o uso da reclamação para preservar a autoridade da decisão proferida.

A resolução de conflitos que versem sobre matéria de direito em incidente de uniformização, a exemplo do que ocorre com os juizados especiais federais,

nos parece razoável para firmar o entendimento sobre a interpretação de diplomas normativos, e evitar situações de desigualdade em processos diferentes. Ademais, fixar e uniformizar o entendimento significa reduzir o apode de processos ao Tribunal Superior do Trabalho, que, em muitos casos, julga repetidas vezes a mesma tese jurídica, da mesma forma, em inúmeros processos.

A sugestão de alterar o § 6º do art. 896 da CLT, para criar uma alçada de sessenta salários mínimos para habilitar a interposição do recurso de revista, ao mesmo tempo em que se veda a sua interposição das decisões proferidas sob o rito sumaríssimo, é salutar no sentido de reduzir o número destes recursos, que, muitas vezes, são utilizados de maneira meramente protelatória. A vedação ao recurso de revista visa conferir celeridade ao processos que envolvam litígios de menor valor.

xii) PL nº 4.733, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara dos Deputados).

Trata-se de projeto de lei que pretende modificar a disciplina dos embargos para o Tribunal Superior do Trabalho, alterando, para isso, o art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho. A proposta elimina a figura dos embargos para o pleno do Tribunal Superior do Trabalho e reduz o prazo recursal para cinco dias, para as hipóteses previstas nos incisos do dispositivo mencionado.

Ao discorrer sobre os casos passíveis de embargos, o projeto acrescenta a utilização do recurso diante de decisão, não unânime, de julgamento que conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos TRT, que estender ou rever as sentenças normativas do TST, nos casos previstos em lei, e que julgar as ações rescisórias propostas contra suas sentenças normativas.

A proposta ainda restringe a utilização dos embargos para decisões das Turmas contrárias à letra da lei federal, permitida pelo texto atual da CLT.

Por fim, a propositura suprime o parágrafo único do art. 894, por tratar-se de norma temporária que teve sua eficácia exaurida.

O projeto de lei em tela faz parte do Pacto de Estado por um Judiciário mais rápido e democrático, firmado pelos Chefes dos três Poderes, com o objetivo de aprimorar a prestação jurisdicional, tomando-a mais eficiente e acessível à população.

xiii) PL nº 4.734, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara dos Deputados).

O projeto, de autoria do Poder Executivo, decorre de sugestão apresentada ao Ministério da Justiça pelos membros do Tribunal Superior do Trabalho, e foi elaborado com o objetivo de acrescentar o art. 899-A à CLT, para estender o depósito recursal a todos os recursos trabalhistas e aperfeiçoar o procedimento de execução provisória, adequando-o às regras do Código de Processo Civil e conferindo, assim, maior celeridade e efetividade à prestação jurisdicional do trabalho.

Nesse sentido, a proposta estende a obrigatoriedade de depósito recursal para todos os tipos de recurso, independentemente do valor da condenação e eleva o limite dos valores do depósito recursal para sessenta salários mínimos, no caso de recurso ordinário, e para cem salários mínimos, no caso de recurso de revista e recursos posteriores.

Os depósitos recursais, isto é, aqueles exigidos como condições para a interposição do recurso, têm valores muito baixos, o que incentiva a recorribilidade e, ao mesmo tempo, deixa de constituir uma antecipação eficaz da execução do julgado.

xiv) PL nº 4.735, de 2004, de autoria do Poder Executivo (em tramitação na Câmara dos Deputados).

O projeto decorre de sugestão apresentada ao Ministério da Justiça pelos membros do Tribunal Superior do Trabalho e foi elaborado com

o objetivo de reduzir a utilização desmesurada das ações rescisórias de caráter meramente procrastinatório, no âmbito da justiça laboral.

A Justiça do Trabalho, ao lidar com a ação rescisória, sempre entendeu que a atual redação do art. 836 excluía a exigência do depósito prévio para a sua propositura, ao contrário do que ocorre no processo civil. Graças a essa permissividade, a rescisória passou a constituir um recurso a mais, congestionando o desfecho da prestação jurisdicional. Com efeito, a parte às vezes opta por não interpor o recurso cabível, apenas para lançar mão da ação rescisória, que é mais rapidamente julgada.

A alteração proposta estabelece a obrigatoriedade do depósito prévio em valor equivalente a vinte por cento do valor da causa, mas ressalva a prova da hipossuficiência jurídica do autor.

xv) (PLC nº 101, de 2005, de autoria do Poder Executivo, em tramitação no Senado Federal).

O projeto acresce o art. 285-A ao Código de Processo Civil, relativo à racionalização do julgamento de processos repetitivos.

7.2.2. A necessidade de sistematização

Embora existam outros projetos a merecer tratamento prioritário, como já dissemos, o elevado número de proposições legislativas em tramitação – muitas delas conflitantes entre si –, e a especificidade da matéria, que não pode ser tratada por quem não conhece profundamente o tema, nos conduzem à conclusão de que é fundamental, neste momento, para que a Reforma Processual seja concluída com êxito, que sejam criadas Comissões de análise e sistematização das propostas, de modo que os efeitos da quebra de harmonia dos códigos de processo civil e penal sejam minimizados.

Por isso, a nossa proposta é que, à exceção dos projetos que identificamos como prioritários, os demais sejam analisados no bojo dessas Comissões de sistematização, de modo a evitar o congestionamento desnecessário das pautas das Comissões de Constituição e Justiça e a aprovação de projetos que contrariem toda uma tendência nacional. Com isso, acreditamos que o Poder Legislativo dará relevante contribuição aos operadores do direito e à sociedade em gemi.

8. Conclusões

Cinco são as medidas práticas que adotamos como conclusão dos trabalhos desta Comissão. Podemos resumi-las da seguinte forma:

- i) apresentação de seis projetos de lei;
- ii) apresentação de dez requerimentos de urgência relativos a projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados;
- iii) apresentação de cinco requerimentos de urgência relativos a projetos de lei em tramitação no Senado Federal;
- iv) apresentação de uma única emenda ao projeto de lei nº 4.797, de 2004, que trata da reforma do processo de execução fundada em título extrajudicial;
- v) apresentação de dois requerimentos de criação de subcomissões temporárias no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com a finalidade de examinar e sistematizar os projetos que tratam da reforma processual.

Essas conclusões estão mais bem detalhadas nos tópicos que se seguem.

8.1. Projetos de lei

Uma das conclusões deste relatório é a apresentação de seis) projetos de lei com a finalidade de regulamentar os pontos fundamentais da Reforma do Judiciário: i) o procedimento para demonstração da

repercussão geral das questões constitucionais suscitadas em recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal; *ii*) o procedimento para edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante; *iii*) o procedimento do incidente de deslocamento para a justiça federal dos crimes contra os direitos humanos; *iv*) a disciplina do fundo de garantia das execuções trabalhistas; e *v*) novas hipóteses de competência da Justiça do Trabalho; *vi*) projeto que legitima qualquer pessoa lesada ou ameaçada por ato do Poder Público a propor a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental.

8.2. Requerimentos de urgência a projetos em tramitação na Câmara dos Deputados

Outra conclusão é a apresentação de requerimentos de urgência para os projetos que identificamos como prioritários.

Assim, de acordo com todas as manifestações que democraticamente recebemos, selecionamos os seguintes projetos, em tramitação na Câmara dos Deputados, totalizando o número de dez, que deverão tramitar em regime de urgência:

- i) PL nº 4.497, de 2004, de autoria do Poder Executivo.
- ii) PL nº 4293, de 2001, de autoria do Poder Executivo.
- iii) PL nº 4205, de 2001, de autoria do Poder Executivo.
- iv) PL nº 4208, de 2001, de autoria do Poder Executivo.
- v) PL nº 4.739, de 2004, de autoria do Poder Executivo.
- vi) PL nº 4.731, de 2004, de autoria do Poder Executivo.
- vii) PL nº 4.732, de 2004, de autoria do Poder Executivo.
- viii) PL nº 4.733, de 2004, de autoria do Poder Executivo.
- ix) PL nº 4.734, de 2004, de autoria do Poder Executivo.
- x) PL nº 4.735, de 2004, de autoria do Poder Executivo.

8.3. Requerimentos de urgência no Senado Federal

Selecionamos, outrossim, cinco projetos em tramitação no Senado Federal, que deverão tramitar em regime de urgência. São eles:

- i) PLC nº 30, de 2005, de autoria do Deputado Colbert Martins.
- ii) PLC nº 95, de 2001, de autoria do Deputado Edison Andrino.

iii) PLS nº 118, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

iv) PLC nº 94, de 2002, de autoria da Deputada Zulaiê Cobra.

v) PLC nº 101, de 2005, de autoria do Poder Executivo.

8.4. Emendas a Projetos em Tramitação

Apresentaremos uma única emenda, dirigida ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2004, de autoria do Poder Executivo, e que tramita na Câmara dos Deputados.

A emenda que apresentamos acrescenta art. 4º ao projeto, para modificar o art. 475-J do Código de Processo Civil e tem a finalidade de conceder ao credor melhores ferramentas para a satisfação de seu crédito. Ela traz para o sistema brasileiro mecanismos em vigor, com sucesso, na Alemanha e na Espanha.

A sistemática que propomos prevê que, proferida a sentença e escoado o prazo para pagamento voluntário, o devedor seja intimado para apresentar a relação de todo o seu patrimônio, baseada na qual o credor escolherá quais deseja que a penhora incida. Em linhas gerais, essa é a fórmula do sistema alemão.

A diferença da nossa proposta para a legislação tedesca é que lá o devedor que não apresenta o inventário de seus bens ou fornece declaração inverídica tem a sua prisão decretada pelo próprio juiz cível, ponto a que não chegamos. Para atribuir coercitividade a essa disposição, ao invés de prever a prisão civil, como ocorre nos Estados Unidos, na Inglaterra e até no Uruguai, instituímos uma fase de investigação judicial do patrimônio do executado, na qual é o Estado, e não o credor, que tem o dever de promover busca criteriosa por bens que possam satisfazer o crédito.

Entendemos que essa proposta sanará grave deficiência do Projeto de Lei nº 3.253, de 2004 (PLC nº 52, de 2004, no Senado), apresentado pelo Poder Executivo como “carro chefe” da Reforma Processual, que, já aprovado nas duas Casas do Congresso Nacional, na data da apresentação deste relatório ainda não havia sido sancionado pelo Presidente da República.

Na oportunidade da apreciação daquele projeto – e das emendas apresentadas pelos nobres senadores Arthur Virgílio e Antero Paes de Barros, que foram contempladas pelo voto em separado do senador **Álvaro Dias** – pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, houve consenso no sentido de que a proposição carecia do aperfeiçoamento ora proposto. Não havia possibilidade, porém, de acolhimento naquela oportunidade, pois, com o retorno do projeto à Câmara dos Deputados, haveria atraso de meses na entrada em vigor da nova lei, tida como prioritária pelos Ministérios da Justiça e da Fazenda.

A emenda que apresentamos, portanto, rende homenagem aos nobres senadores Antero Paes de Barros, Alvaro Dias e Arthur Virgílio, que identificaram a deficiência e apontaram solução dotada de elevada técnica jurídico-processual.

8.5. Outros Requerimentos

Por fim, apresentamos dois requerimentos de criação de subcomissões temporárias de reforma processual, no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com a finalidade de analisar as propostas em tramitação e sistematizá-las, de modo que a necessária Reforma Processual ocorra sem aprovações de afogadilho, que acabem por comprometer o esforço reformista, ou com aprovação de numerosos projetos, muitas vezes contraditórios entre si, que acabem por causar ainda mais insegurança jurídica e asoberbamento dos tribunais brasileiros.

9. Anexos*

I – PROJETO SOBRE REPERCUSSÃO GERAL DO RE

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005

Regulamenta o art. 102, § 3º, da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento para exame da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei regulamenta o art. 102, § 3º, da Constituição Federal, disciplinando o procedimento para o exame da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

I – contrariar dispositivo da Constituição Federal;

II – declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

III – julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal;

IV – julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

Art. 3º Compete ao Tribunal de origem, na forma do regimento interno, o exame de admissibilidade do recurso extraordinário.

§ 1º É irrecorrível a decisão que, na origem, admite o recurso extraordinário; o exame de admissibilidade realizado na origem, todavia, não vincula o Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Da decisão que negar admissão ao recurso extraordinário caberá agravo de instrumento para o Supremo Tribunal Federal, na forma da lei processual.

Art. 4º Ao Supremo Tribunal Federal compete, privativamente, o exame da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário, podendo recusá-lo, em decisão irrecorrível, por votação de no mínimo, dois terços de seus membros.

§ 1º Para a análise da repercussão geral, o relator poderá admitir a manifestação de terceiros, mesmo aqueles sem interesse estritamente jurídico na questão objeto do recurso extraordinário, na forma estabelecida pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º O relator examinará a repercussão geral das questões constitucionais discutidas, cabendo-lhe, se for o caso de não conhecimento do recurso, propor, em voto fundamentado, a sua recusa; se, todavia, por voto de pelo menos quatro Ministros, a turma entender que a questão objeto do recurso extraordinário tem repercussão geral, ficará dispensado o exame pelo plenário, não podendo o recurso ser inadmitido por esse motivo.

§ 3º Para a verificação da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário, serão considerados, necessariamente, os reflexos do julgamento da causa sobre a ordem jurídica, observada a existência de aspectos econômicos, políticos ou sociais que ultrapassem os interesses subjetivos deduzidos na causa.

§ 4º O reconhecimento, pelo relator, da repercussão geral das questões discutidas no recurso extraordinário é irrecorrível; a questão, todavia, pode ser levantada de ofício por qualquer ministro durante a sessão de julgamento.

§ 5º Recusado o processamento do recurso extraordinário por ausência de repercussão geral das questões constitucionais nele discutidas, operar-se-á, com a proclamação do resultado do julgamento, o trânsito em julgado da decisão recorrida.

§ 6º Vencido o relator quanto ao não conhecimento do recurso extraordinário fundado em ausência de repercussão geral das questões constitucionais discutidas, será designado novo relator para a conclusão do julgamento.

* Os projetos de lei tramitarão alternadamente na Câmara dos Deputados e o Senado Federal, nos termos do art. 142 do Regimento Comum.

§ 7º A súmula da decisão sobre a repercussão geral, e de sua fundamentação, constará de ata, que será publicada na imprensa oficial.

§ 8º Declarada a inexistência de repercussão geral, a decisão terá eficácia em relação a todos os recursos extraordinários versando idêntica matéria, cabendo ao relator negar seguimento liminarmente, salvo revisão da tese, na forma do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Art. 5º Quando houver multiplicidade de recursos extraordinários com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral observará o seguinte:

I – caberá ao Tribunal de origem, na forma de seu regimento interno, e obedecidos critérios objetivos previamente estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal, selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até que haja pronunciamento definitivo, não podendo esse sobrestamento exceder o período de um ano.

II – recusado o processamento do recurso pelo Supremo Tribunal Federal com base na ausência de repercussão geral, os recursos sobrestados terão seu seguimento automaticamente negado na origem.

III – da decisão proferida na origem que contrariar o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal relativo à admissibilidade de recurso extraordinário em razão de sua repercussão geral, caberá agravo de instrumento, na forma da lei processual.

Art. 6º Sem prejuízo de outras reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal, possuem repercussão geral as causas:

I – que contenham julgamento divergente da súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal;

II – relativas à nacionalidade e aos direitos políticos;

III – que discutam direitos ou interesses difusos;

Art. 7º A demonstração da repercussão geral das questões constitucionais discutidas será feita, de plano e objetivamente, em capítulo destacado na petição de recurso extraordinário.

§ 1º Se o recurso extraordinário for admitido na origem, à repercussão geral será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos autos originais do processo.

§ 2º Se o recurso extraordinário não for admitido na origem, e o recorrente agravar da decisão denegatória, deverá, em capítulo destacado na petição do agravo, demonstrar a repercussão geral das questões discutidas, caso em que um único instrumento subirá ao Supremo Tribunal Federal (art. 3º § 2º).

Art. 8º Caberá ao Supremo Tribunal Federal estabelecer, em seu Regimento Interno, as normas necessárias ao cumprimento desta lei.

Art. 9º Aplica-se esta Lei aos recursos interpostos a partir do primeiro dia de sua vigência.

Art. 10. Esta lei entra em vigor três meses após a sua publicação oficial.

Sala da Comissão,

II – PROJETO SOBRE SÚMULA VINCULANTE

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005

Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal, para disciplinar a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei disciplina a edição, revisão e o cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

Art. 2º O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, depois de reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma prevista nesta lei.

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º No procedimento para edição, revisão e cancelamento de súmula com efeito vinculante, é obrigatória a manifestação do Procurador-Geral da República.

§ 3º A decisão sobre a aprovação ou rejeição de súmula com efeito vinculante somente será tomada se presentes na sessão pelo menos oito Ministros.

§ 4º Se não for alcançada a maioria necessária à aprovação da súmula por estarem ausentes Ministros em número que possa influir no julgamento, este será suspenso a fim de que aguarde o seu comparecimento, até que se atinja o número necessário para a prolação da decisão num ou noutro sentido.

§ 5º Dentro do prazo de dez dias após a sessão que aprovar, rever ou cancelar a súmula, o Supremo Tribunal Federal fará publicar em seção especial do **Diário da Justiça** e do **Diário Oficial** da União o respectivo enunciado.

Art. 3º São legitimados a provocar a edição, revisão ou cancelamento de súmulas com efeito vinculante:

- I – o Presidente da República;
- II – o Advogado-Geral da União;
- III – a Mesa do Congresso Nacional ou de suas casas;
- IV – o Procurador-Geral da República;
- V – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- VI – o Defensor Público-Geral da União;
- VII – partido político com representação no Congresso Nacional;
- VIII – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;
- IX – a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- X – o Governador de Estado ou do Distrito Federal;
- XI – o Procurador-Geral de Estado ou do Distrito Federal;
- XII – o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Estado ou do Distrito Federal e Territórios;
- XIII – o Defensor Público-Geral de Estado ou do Distrito Federal e Territórios;
- XIV – os Tribunais Superiores, os Tribunais de Justiça de Estados ou do Distrito

Federal e Territórios, os Tribunais Regionais Federais os Tribunais Regionais do Trabalho, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais Militares.

§ 1º Os Municípios e as pessoas jurídicas integrantes da administração pública indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, poderão propor a edição de súmula com efeito vinculante, na forma do **caput** do art. 5º.

§ 2º No procedimento de edição, revisão ou cancelamento de súmula com efeito vinculante, o relator poderá admitir, por decisão irrecurável, a manifestação de terceiros, mesmo aqueles sem interesse estritamente jurídico na questão, na forma estabelecida pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Art. 4º No procedimento para edição de súmula, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal restringir os efeitos vinculantes ou decidir só tenha eficácia a partir de data certa.

Art. 5º A edição de súmula com efeito vinculante, quando não se der de ofício, será proposta incidentalmente durante o julgamento de feitos da competência do Supremo Tribunal Federal, e sobrestará o seu julgamento, se necessário.

Parágrafo único. A proposta de edição de súmula:

I – se for feita perante a turma, a remessa dos autos ao plenário estará condicionada à anuência de dois ministros, e independerá de lavratura de acórdão.

II – se apresentada perante o plenário, adotar-se-á o procedimento estabelecido pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Art. 6º Os legitimados nos incisos I a XIV do art. 6º poderão propor, mediante petição, a edição de súmula vinculante, independentemente da existência de processo em curso.

Art. 7º A revisão e o cancelamento de súmulas vinculantes, quando não ocorrerem de ofício, serão propostos mediante petição, sujeita a distribuição, independentemente da existência de processo em curso.

§ 1º A petição, que deverá ser acompanhada de instrumento mandato, se for o caso, indicara:

I – o número do enunciado impugnado e os fundamentos jurídicos do pedido;

II – a existência de mudança jurídica ou fática substancial, capaz de justificar a alteração do entendimento que presidiu a edição da súmula.

§ 2º Revogada a lei à qual a súmula está vinculada, tratando-se de súmula interpretativa, esta perde automaticamente a eficácia.

§ 3º A proposta de revisão ou cancelamento de súmulas com efeito vinculante não enseja suspensão dos processos nos quais a matéria versada na súmula for discutida.

Art. 8º Os enunciados da súmula serão redigidos com clareza e precisão, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

I – para a obtenção de clareza:

a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando o enunciado versar sobre assunto técnico, hipótese em que (se empregará a nomenclatura própria da área em quase esteja sumulando;

b) usar frases curtas e concisas;

c) construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;

d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto dos enunciados, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente;

e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;

f) evitar o uso de expressões ou conceitos vagos ou indeterminados;

g) restringir o conteúdo de cada enunciado a um único assunto.

II – para a obtenção de precisão:

a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da súmula e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o Tribunal pretende dar ao enunciado;

b) expressar a idéia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico;

c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;

d) escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais;

e) usar apenas siglas consagradas pelo uso, observado o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitação de seu significado;

f) grafar por extenso quaisquer referências a números e percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto;

Art. 9º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos cabíveis ou do uso de outros meios de impugnação.

§ 1º Julgada procedente a reclamação referida no **caput**, o Supremo Tribunal Federal anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem aplicação da súmula, conforme o caso

§ 2º Quando a reclamação de que trata o **caput** impugnar ato administrativo, será exigido, como condição de procedibilidade, o esgotamento da instância administrativa, observado o prazo máximo de cento e oitenta dias, a contar da ciência do ato impugnado, desde que não se trate de ato omissivo ou desde que nessa instância se possam obstar os efeitos do ato.

§ 3º O procedimento da reclamação de que trata o **caput** deste artigo será estabelecido no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Art. 10. Caberá ao Supremo Tribunal Federal estabelecer, em seu Regimento Interno, as normas necessárias ao cumprimento desta lei.

Art. 11. O art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art.
.....

§ 3º Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria súmula com efeito vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.(NR)”.
.....

Art. 12. Acresça-se à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, os seguintes arts. 64-A e 64-B:

“Art. 64-A Se o recorrente alegar violação de súmula com efeito vinculante, o órgão competente para decidir o recurso explicitará as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.

Art. 64-B Acolhida, pelo Supremo Tribunal Federal, a reclamação findada em violação de súmula com efeito vinculante dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão

adequar as faturas decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal”.

Art. 13. Esta lei entra em vigor três meses após a sua publicação oficial.

III – PROJETO SOBRE FEDERALIZAÇÃO DE CRIMES CONTRA OS DIREITOS HUMANOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005

Regulamenta o § 5º do art. 109 da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento de deslocamento de competência para a Justiça Federal dos crimes contra os direitos humanos, perante o Superior Tribunal de Justiça.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

§ 1º A petição deverá ser instruída com os documentos que indiquem a necessidade do deslocamento de competência e o tratado internacional cujas obrigações se pretende assegurar.

§ 2º O Procurador-Geral da República deverá indicar os atos processuais realizados no âmbito estadual que deverão ser novamente realizados perante a Justiça Federal.

Art. 2º No Superior Tribunal de Justiça, o incidente será julgado pelo órgão indicado pelo Regimento Interno.

Art. 3º A petição inicial inepta, não fundamentada manifestamente improcedente serão liminarmente indeferidas pelo relator.

Parágrafo único. Cabe agravo da decisão que indeferir a petição inicial.

Art. 4º Recebida a petição, o relator pedirá informações ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e ao Secretário de Segurança do Estado onde tramita o inquérito ou o processo e determinará, desde logo, a citação do Estado para contestar o pedido.

§ 1º As informações e a contestação deverão ser apresentadas no prazo de quinze dias.

§ 2º Enquanto não for julgado o incidente, o inquérito ou o processo terá prosseguimento perante as autoridades estaduais.

§ 3º Em processo de deslocamento de competência, não será concedida medida liminar para sustar o andamento do feito judicial ou do inquérito policial.

§ 4º O relator poderá admitir a manifestação de terceiros, mesma aqueles sem interesse estritamente jurídico na questão objeto do incidente de deslocamento de competência, na forma estabelecida pelo Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 5º Vencido o prazo para apresentação de informações e contestação, o relator lançará relatório, com cópia para todos os Ministros do órgão julgador, e pedirá dia para julgamento.

Art. 6º O acórdão que julgar procedente o pedido de deslocamento de competência indicará os atos processuais que deverão ser novamente realizados perante a Justiça Federal.

Art. 7º Caberá ao Superior Tribunal de Justiça estabelecer, em seu Regimento Interno, as normas necessárias ao cumprimento desta lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

IV – PROJETO SOBRE O FUNDO GARANTIDOR DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005

Regula o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (FGET), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regula o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas de que trata o art. 3º da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

DO FUNDO DE GARANTIA DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS (FGET)

Art. 2º É instituído o Fundo de Garantia de Execuções

Trabalhistas (FGET), que tem por finalidade assegurar, subsidiariamente, o pagamento dos créditos decorrentes das decisões condenatórias transitadas em julgado proferidas pela Justiça do Trabalho.

Art. 3º O FGET é constituído pelos seguintes recursos:

I – dotações orçamentárias específicas;

II – multas impostas em decisões judiciais e em termos de

conciliação homologados pela Justiça do Trabalho;

III – multas administrativas impostas pela fiscalização do trabalho;

IV – resultados das aplicações financeiras dos recursos do FGET;

V – os valores resultantes da sub-rogação e da contribuição referidas no § 1º do art. 18;

VI – demais receitas patrimoniais e financeiras;

VII – outras fontes.

Parágrafo único. Os valores depositados

no FGET são absolutamente impenhoráveis.

DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE GARANTIA DE EXECUÇÕES TRABALHISTAS – CODEFGET

Art. 4º É criado o Conselho Deliberativo do Fundo de Garantia de Execuções Trabalhistas (CODEFGET).

Art. 5º O FGET será regido por normas e diretrizes estabelecidas pelo CODEFGET,

integrado por três representantes da categoria de trabalhadores e três representantes da categoria dos empregadores, além de um representante de cada órgão e entidade a seguir indicados:

I – da Justiça do Trabalho;

II – do Ministério Público do Trabalho;

III – do Ministério do Trabalho e Emprego;

IV – da Caixa Econômica Federal;

V – do Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico

VI – do Banco Central do Brasil.

Social;

§ 1º A Presidência do CODEFGET será exercida pelo representante do Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 2º O Ministro de Estado do Trabalho e Emprego e os Presidentes das entidades mencionadas neste artigo serão os membros titulares do CODEFGET, cabendo a cada um deles indicar o seu respectivo suplente ao Presidente do Conselho, que os nomeará.

§ 3º Os representantes dos trabalhadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas confederações de trabalhadores e os representantes dos empregadores e seus respectivos suplentes pelas respectivas confederações e nomeados pelo Ministro do Trabalho e Emprego, e terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 4º O CODEFGET reunir-se-á, ordinariamente, a cada bimestre por convocação de seu Presidente. Esgotado esse período, não tendo ocorrido convocação, qualquer de seus membros poderá fazê-la, no prazo de quinze dias. Havendo necessidade, qualquer membro poderá convocar reunião extraordinária, na forma que vier a ser regulamentada pelo CODEFGET.

§ 5º As decisões do CODEFGET serão tomadas com a presença da maioria simples de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.

§ 6º As despesas exigidas para o comparecimento às reuniões do CODEFGET constituirão ônus das respectivas entidades representadas.

§ 7º As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores no CODEFGET, decorrentes das atividades desse órgão, serão computadas como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais.

§ 8º Aos membros do CODEFGET, representantes dos trabalhadores, efetivos e suplentes, será assegurada estabilidade no emprego, desde a nomeação até um ano após um término do mandato, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada por meio de processo judicial.

§ 9º O Ministério do Trabalho e Emprego proporcionará ao CODEFGET os meios necessários ao exercício de sua competência, para o que contará com uma Secretaria-Executiva.

§ 10. Pela atividade exercida no CODEFGET, seus membros não serão remunerados.

Da Gestão do Fundo

Art. 6º Ao CODEFGET compete gerir o FGET e deliberar sobre as seguintes matérias:

I – estabelecer as diretrizes e os programas de alocação dos recursos, de acordo com os critérios e objetivos definidos nesta lei;

II – avaliar e acompanhar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas aprovados;

III – apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais;

IV – pronunciar-se sobre os depósitos fundiários, antes do seu encaminhamento aos órgãos de controle interno para os fins legais;

V – adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos do agente operador que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades do Fundo;

VI – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares nas matérias de sua competência;

VII – aprovar seu regimento interno;

VIII – fixar as normas e valores de remuneração do Agente Operador;

IX – fixar critério e valor de remuneração para o exercício da fiscalização;

X – praticar todos os atos necessários à gestão da aplicação do FGET, de acordo com as diretrizes e programas estabelecidos;

XI – expedir atos normativos relativos à alocação dos recursos para a implementação dos programas aprovados;

XII – elaborar orçamentos anuais e planos plurianuais de aplicação dos recursos discriminando-os por unidades da Federação;

XIII – acompanhar a execução dos programas decorrentes da aplicação dos recursos do Fundo, implementados pela CEF;

XIV – definir as metas a serem alcançadas nos programas propostos.

XV – fazer publicar no **Diário Oficial** da União as decisões Conselho, bem como as contas e os respectivos pareceres emitidos;

XVI – fiscalizar o cumprimento desta lei;

XVII – deliberar sobre outros assuntos de interesse do FGET.

Art. 7º A Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo será exercida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e a ela caberão as tarefas técnico-administrativas; relativas ao Fundo de Garantia de Execuções Trabalhistas.

Do Agente Operador do Fundo

Art. 8º A Caixa Econômica Federal (CEF) é o Agente Operador do FGET, e a ela compete:

I – arrecadar, manter os depósitos e emitir os extratos correspondentes ao FGET;

II – expedir os atos normativos referentes aos seus procedimentos administrativos-operacionais;

III – definir os procedimentos operacionais necessários à execução dos programas, segundo as normas e diretrizes de aplicação elaboradas pelo CODEFGET;

IV – elaborar as contas do FGET e encaminhá-las ao CODEFGET;

V – implementar os atos emanados do CODEFGET relativos à alocação e aplicação dos recursos.

Parágrafo único. O CODEFGET e a Caixa Econômica Federal deverão dar pleno cumprimento aos programas anuais, sendo que eventuais alterações somente poderão ser processadas mediante prévia anuência daquele colegiado.

Art. 9º O CODEFGET e a Caixa Econômica Federal sem responsáveis pelo fiel cumprimento e observância dos preceitos estabelecidos nesta lei.

Art. 10. Os recursos do FGET serão aplicados, exclusivamente, pela Caixa Econômica Federal, segundo os critérios fixados pelo Conselho Deliberativo, em operações que preencham os seguintes requisitos:

I – garantias:

a) hipotecária;

b) caução de créditos hipotecários próprios, relativos de financiamentos concedidos com recursos do agente financeiro;

c) cessão de créditos do agente financeiro, derivados de financiamentos concedidos com recursos próprios, garantidos penhor ou hipoteca;

d) seguro de crédito;

e) garantia real ou vinculação de receitas, inclusive tarifárias, nas aplicações contratadas com pessoa jurídica de direito público ou de direito privado a ela vinculada;

O aval em nota promissória;

g) fiança pessoal;

h) alienação fiduciária de bens móveis em garantia;

i) fiança bancária;

j) outras, a critério do Conselho Deliberativo.

II – encargos financeiros proporcionais à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

III – prazo máximo de trinta anos.

§ 1º Os recursos do Fundo poderão ser aplicados em programas capazes de proporcionar benefícios diretos ou indiretos aos trabalhadores e seus familiares, tais como creches, escolas, qualificação profissional e lazer.

§ 2º As disponibilidades financeiras, a serem mantidas em depósito na CEF, devem satisfazer às necessidades de liquidez do Fundo, sobre as quais incidirá remuneração mínima equivalente à preservação do po-

der aquisitivo da moeda e corresponderá pelo menos a quarenta por cento dos recursos do Fundo.

§ 3º As garantias, nas diversas modalidades discriminadas no inciso 1 deste artigo, serão admitidas singular ou supletivamente, considerada, a suficiência de cobertura para os empresários e financiamentos concedidos.

Art. 11. O Codefget fixará diretrizes e estabelecerá critérios técnicos para as aplicações dos recursos do FGET, visando a:

I – exigir a participação dos contratantes de financiamentos nos investimentos a serem realizados;

II – assegurar o cumprimento, por parte dos contratantes inadimplentes, das obrigações decorrentes dos financiamentos obtidos;

III – evitar distorções na aplicação entre as regiões do País, considerando, para tanto, a demanda de emprego, a população e outros indicadores sociais.

Art. 12. Os recursos do FGET serão remunerados, com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança, e capitalização de juros de até doze por cento ao ano.

Parágrafo único. O saldo dos depósitos do FGET é garantido pelo Governo Federal, podendo ser instituído seguro especial para esse fim.

Do Regime de Prestações do Fundo

Art. 13. Poderão receber recursos do FGET todos os trabalhadores urbanos e rurais, com ou sem vínculo empregatício, que tenham sofrido lesões de direitos referentes a salários, rendimentos ou comissões, ou relativos a indenizações decorrentes da relação de trabalho.

Art. 14. Para os efeitos desta lei, os recursos do FGET destinam-se à cobertura de créditos referentes a salários, rendimentos ou comissões, ou relativos a indenizações decorrentes de sentenças trabalhistas condenatórias ou homologatórias de acordo, líquidas, transitadas em julgado, proferidas em ações:

I – individuais ou plúrimas;

II – coletivas, propostas pelo sindicato profissional, nas condições de substituto processual, especialmente, em caso de falência de empresa, ou ocorrência de força maior, nos termos da lei, devidamente comprovadas;

III – coletivas e civis públicas, propostas pelo Ministério-Público do Trabalho.

Art. 15. O FGET fica limitado ao pagamento de salários, rendimentos, comissões ou indenizações inadimplidas, declarados em ação judicial trabalhista, não podendo seu valor ultrapassar o equivalente a quarenta salários mínimos.

§ 1º Quando a dívida superar esse limite, o credor manterá o direito de prosseguir na execução visando à satisfação dos valores restantes do crédito.

§ 2º O FGET atuará em sub-rogação quanto aos valores que forem antecipados ao trabalhador.

Da Movimentação do Fundo

Art. 16. A movimentação de recursos do FGET, em favor do trabalhador somente ocorrerá em execução definitiva, desde que frustrada a penhora ou esta tenha sido insuficiente.

Parágrafo único. Preenchidas as condições referidas no *captei*, o Juízo, de ofício, expedirá alvará para saque do valor junto ao Fundo, dentro do limite estabelecido no *caput* do art. 15.

Art. 17. Efetuado o pagamento na forma do art. 16, o FGET, sub-rogando-se no crédito do trabalhador, executará o devedor, com todas as garantias, recursos e prerrogativas que a lei processual faculta ao credor, perante a Justiça do Trabalho, nos próprios autos da reclamação trabalhista.

§ 1º Pela sua utilização, o devedor fica obrigado a recolher ao Fundo a contribuição equivalente a cinco por cento sobre o valor adiantado ao trabalhador, a qual será acrescida ao crédito principal.

Art. 18. Para a efetivação da tutela executória, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, impor ao devedor multa por tempo de atraso.

Art. 19. Os valores penhorados em processo de execução de créditos trabalhistas, quando adiantados ao trabalhador pelo Fundo, serão nele depositados e ficarão à disposição do Juízo.

Art. 20. É vedada a movimentação do FGET em decorrência de acordo extrajudicial.

Art. 21. A Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador, pagará ao trabalhador a quantia constante do alvará judicial e fornecerá ao Codefget a comprovação do pagamento.

Parágrafo único. O pagamento referido no *caput* será feito direta e exclusivamente ao trabalhador, ou mediante crédito em sua conta corrente, ou de poupança, em agência próxima de sua residência ou do local de trabalho.

Das Disposições Finais e Transitórias

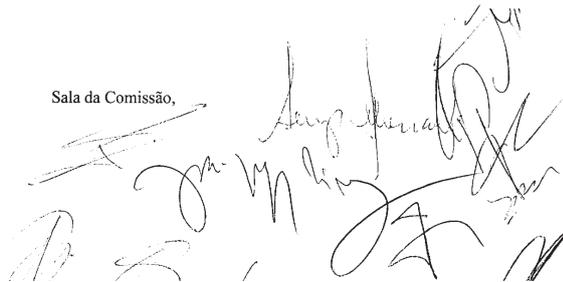
Art. 22. O Codefget poderá autorizar a Caixa Econômica Federal a celebrar convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) com vistas à aplicação de até sessenta por cento dos recursos do FGET.

Art. 23. A primeira investidura do Codefget dar-se-á no prazo de trinta dias, contados a partir da entrada em vigor desta Lei.

Art. 24. As prestações do FGET, de que trata o art. 13, ficarão disponíveis somente após um ano da data de publicação desta lei.

Art. 25. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,



V – PROJETO SOBRE A COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº DE 2005

Regulamenta a incisa Constituição Federal, competências da Justiça relação de trabalho, e dá IX do art. 114 da para dispor sobre do Trabalho referentes a outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 652 do Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea f:

“Ar. 652.

f) compete ainda ao juiz do trabalho processar e julgar os litígios decorrentes de relações de trabalho que, não configurando vínculo empregatício, envolvam, dentre outras, as ações:

I – de cobrança de crédito resultante de comissões de representante comercial ou de contrato de agenciamento e distribuição, quando o representante, agente ou distribuidor for pessoa física;

II – de cobrança de quota-parte de parceria agrícola, pesqueira, pecuária, extrativa vegetal e mineral, em que o parceiro outorgado desenvolva seu trabalho direta e pessoalmente, admitida a ajuda da família;

III – decorrentes de execução e de extinção de contratos agrários, entre o proprietário rural e o parceiro outorgado, quando este desenvolva seu trabalho direta e pessoalmente, ainda que com a ajuda dos membros da família;

IV – de cobrança de honorários decorrentes de exercício de mandato oneroso, exceto os que se qualifiquem como relação de consumo, nos termos da Lei nº 8.078, de 1990;

V – de cobrança de créditos de corretagem, inclusive de seguro, em face da corretora, em se tratando de corretor autônomo;

VI – de cobrança de honorários de leiloeiros, em face da casa de leilões;

VII – entre trabalhadores portuários e operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão-Obra – OGMO;

VIII – entre empreiteiro e subempreiteiro, ou qualquer destes e o dono da obra, nos contratos de pequena empreitada, sempre que os primeiros concorrerem pessoalmente com seu trabalho para a execução dos serviços, ainda que mediante o concurso de terceiros;

IX – entre cooperativas de trabalho e seus associados;

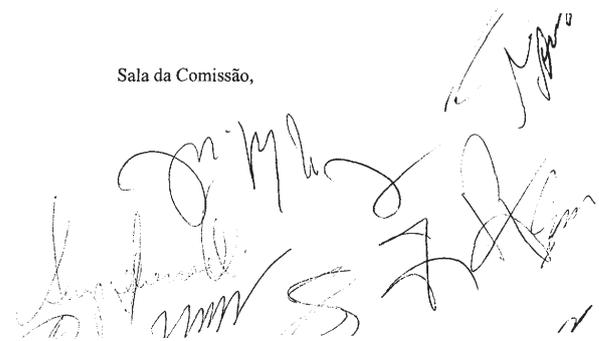
X – de conflitos envolvendo as demais espécies de trabalho a autônomos, tais como encanador, electricista, digitador, jardineiro, dentre outros;

XI – decorrentes de assédio moral.

Art. 2º Ficam revogados os incisos LII e V da alínea a do art. 652 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,



VI – PROJETO QUE LEGITIMA QUALQUER PESSOA LESADA OU AMEAÇADA POR ATO DO PODER PÚBLICO A PROPOR ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005

Altera a Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para legitimar, para a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental, as pessoas lesadas ou ameaçadas de lesão por ato do Poder Público, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, passa a vigor acrescido dos seguintes inciso III e § 3º:

“Art. 2º

.....
 III – qualquer pessoa lesada ou ameaçada de lesão por ato do Poder Público.

§ 3º A propositura da arguição pelas pessoas referidas no inciso III do **caput** deste artigo deverá observar os requisitos fixados

Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, exigindo-se que a questão constitucional discutida no caso atenda aos mesmos requisitos exigidos para a caracterização da repercussão geral a que se refere o § 3º do art. 102 da Constituição.(NR)”

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, passa a vigor acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 3º

.....
 VI – no caso da propositura da arguição pelas pessoas referidas no inciso III do art. 2º, a comprovação dos requisitos a que se refere o § 3º do mesmo artigo.

..... (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação.

Sala da Comissão,

VII – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PLC Nº 30, DE 2005

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

A Comissão Especial Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, destinada a elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional, requer, nos termos dos arts. 255, II, e, item 1, e 336, III, do Regimento Interno

do Senado Federal, seja conferido regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2005, de autoria do Deputado Colbert Martins.

Sala da Comissão,

VIII – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PLC Nº 95, DE 2001

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

A Comissão Especial Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, destinada a elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional, requer, nos termos dos arts. 255, II, c, item 1, e 336, III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja conferido regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2001, de autoria do Deputado Edison Andrino.

Sala da Comissão,

IX – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PLS Nº 118, DE 2005

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

A Comissão Especial Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, destinada a elaborar projetos de lei necessários à

regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tomar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional, requer, nos termos dos arts. 255, II, c, item 1, e 336, III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja conferido regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Sala da Comissão,

**X – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA
AO PLC Nº 94, DE 2002**

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

A Comissão Especial Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, destinada a elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional, requer, nos termos dos arts. 255, II, c, item 1, e 336, III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja conferido regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2002, de autoria da Deputada Zulaiê Cobra.

Sala da Comissão,

**XI – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA
AO PLC Nº 101, DE 2005**

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

A Comissão Especial Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, destinada a elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional, requer, nos termos dos arts. 255, II, c, item 1, e 33 III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja conferido regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2005 (PL. 4.728, de 2004, na origem), de autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão,

**XII – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA
AO PL Nº 4.497, DE 2004**

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

A Comissão Especial Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, destinada a elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional, requer, nos termos dos arts. 153, inciso I, e 154, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja conferido regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 4.497, de 2004, de autoria do Poder Executivo.

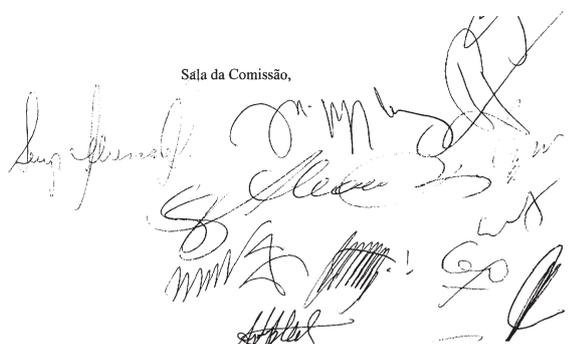
Sala da Comissão,

**XIII – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO
PL Nº 4.203, DE 2004**

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

A Comissão Especial Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, destinada a elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional, requer, nos termos dos arts. 153, inciso I, e 154, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja conferido regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 4.203, de 2004, de autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão,

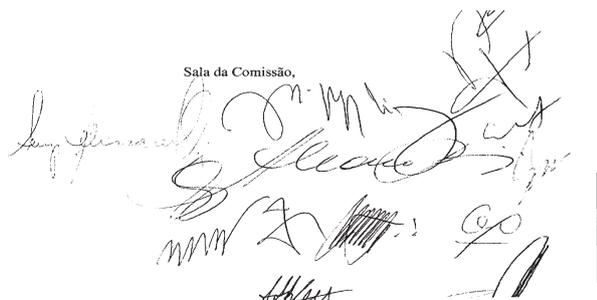


**XIV – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA
AO PL Nº 4.205, DE 2004**

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

A Comissão Especial Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, destinada a elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional, requer, nos termos dos arts. 153, inciso I, e 154, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja conferido regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 4.205, de 2004, autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão,

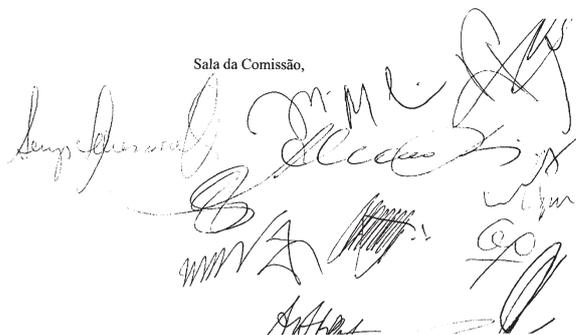


**XV – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA
AO PL Nº 4.208, DE 2004**

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

A Comissão Especial Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, destinada a elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional, requer, nos termos dos arts. 153, inciso I, e 154, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja conferido regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 4.208, de 2004, de autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão,



**XVI – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA
AO PL Nº 4.730, DE 2004**

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

A Comissão Especial Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, destinada a elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional, requer, nos termos dos arts. 153, inciso I, e 154, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja conferido regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 4.730, de 2004, de autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão,



**XVII – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA
AO PL Nº 4.731, DE 2004**

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

A Comissão Especial Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, destinada a elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional, requer, nos termos dos arts. 153, inciso I, e 154, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja conferido regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 4.731, de 2004, de autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão,

**XVIII – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA
AO PL Nº 4.732, DE 2004**

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

A Comissão Especial Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, destinada a elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional, requer, nos termos dos arts. 153, inciso I, e 154, III do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja conferido regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 4.732, de 2004, de autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão,

**XIX – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA
AO PL Nº 4.733, DE 2004**

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

A Comissão Especial Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, destinada a elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional, requer, nos termos dos arts. 153, inciso I, e 154, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja conferido regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 4.733, de 2004, de autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão,

**XX – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA
AO PL Nº 4.734, DE 2004**

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

A Comissão Especial Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, destinada a elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional, requer, nos termos dos arts. 153, inciso I, e 154, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja conferido regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 4.734, de 2004, de autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão,

XXI – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PL Nº 4.735, DE 2004

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

A Comissão Especial Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, destinada a elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional, requer, nos termos dos arts. 153, inciso I, e 154, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja conferido regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 4.735, de 2004, de autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão,



XXII – EMENDA AO PL Nº 4.797, DE 2004

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 4.797, de 2004, o seguinte art. 4º, renumerando-se os demais:

Art 4º Dê-se ao art. 475-J da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a seguinte redação:

“Art. 475-4. Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue, espontaneamente, no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa de dez por cento.

§ 1º Se não houver pagamento voluntário ou este for insuficiente, o juiz determinará o comparecimento do devedor à secretaria do juízo, no prazo de dez dias, para fornecer o inventário de todo o seu patrimônio, sob pena de configuração de ato atentatório à dignidade da justiça, sem prejuízo da responsabilidade por crime de desobediência, para cuja apuração se poderão remeter cópias dos autos do processo ao Ministério Público.

§ 2º De posse da nomeação ou do inventário de bens do devedor, o juiz, independentemente de requerimento do credor, ordenará o início da atividade executória, com a expedição de mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem à satisfação do crédito.

§ 3º Se o devedor não fornecer o inventário de seu patrimônio ou, fornecendo, dele não constarem bens penhoráveis em valor suficien-

te à satisfação do crédito, far-se-á investigação judicial de seu patrimônio, na qual o juiz determinará que instituições financeiras, registros públicos civis ou empresariais, ou outras pessoas físicas ou jurídicas, informem a relação de bens, ou direitos de que o devedor seja titular.

§ 4º O credor poderá indicar bens a serem penhorados ou pessoas físicas ou jurídicas para receber a determinação referida na parte final do § 3º deste artigo.

§ 5º Caso o oficial de justiça não possa proceder à avaliação, por depender de conhecimentos especializados, o juiz, imediatamente, nomeará avaliador, assinando-lhe breve prazo para a entrega do laudo.

§ 6º Na hipótese de a penhora ter recaído sobre bens indicados pelo exequente ou relacionados pelo devedor em inventário de seu patrimônio ativo, o juiz nomeará o executado depositário dos bens penhorados, salvo se houver oposição do credor, caso em que se aplicará o art. 666.

§ 7º Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no **caput** deste artigo, a multa coercitiva incidirá sobre o restante. (NR)”.



XXIII – REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA PROCESSUAL NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

A Comissão Especial Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, destinada a elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional, requer, com fundamento no art. 29, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação de Subcomissão Permanente de Reforma Processual no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, composta de dez titulares e igual número de suplentes, com finalidade de analisar e sistematizar

projetos de lei que se relacionem com modificações nos sistemas processuais civil, penal e trabalhista.
Sala da Comissão,

nal, destinada a elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional, requer, com fundamento no art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente de Reforma Processual, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania composta de cinco titulares e igual número de suplentes, com a finalidade de analisar e sistematizar projetos de lei que se relacionem com modificações nos sistemas processuais civil, penal e trabalhista.

Sala da Comissão,

XXIV – REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA PROCESSUAL NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DO SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

A Comissão Especial Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacio-

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
COMISSÃO MISTA ESPECIAL – “REFORMA DO JUDICIÁRIO - EC-45”
COMISSÃO ESPECIAL – RCN 26, DE 10/11/2005**

MAPA DE PUBLICAÇÃO DE ATAS

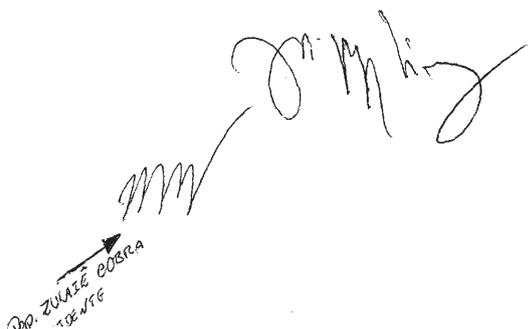
| Reunião | Data | Pauta da Reunião |
|---------|------------|--|
| 1ª | 05/04/2005 | Instalação da Comissão |
| 2ª | 12/04/2005 | Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Eleito Presidente o Deputado José Eduardo Martins Cardozo e Vice-Presidente a Deputada Zulaiê Cobra |
| 3ª | 20/04/2005 | Indicação do Relator. O Presidente da Comissão designa como Relator o Senador José Jorge, que na mesma reunião apresentou sua proposta de trabalho. |
| 4ª | 04/05/2005 | Apresentadas sugestões à proposta de trabalho do Relator. |
| 5ª | 18/05/2005 | Apreciação do cronograma de Audiências Públicas. |
| 6ª | 22/06/2005 | Audiência Pública com a presença do Ministro Vantuil Abdala, Presidente do Superior Tribunal do Trabalho |
| 7ª | 13/12/2005 | Leitura do Relatório Final do Relator. Apreciação e votação. Apresentação de três emendas aos projetos da Comissão e um projeto novo do Deputado José Eduardo Cardozo. Foi aprovado por unanimidade; o Parecer do Relator, os projetos da Comissão com as emendas e o projeto novo apresentado pelo Deputado José Eduardo Cardozo. |

Sala das Comissões – 15 de dezembro de 2005.
Secretário: José Roberto de Oliveira Silva

**COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA
MEDIANTE ATO Nº 79/2004, DO PRESIDENTE
DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL,
“EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO
7º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº 45, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004”.**

**Ata da 1ª Reunião de Instalação, Realizada
em 5-4-2005**

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, na sala 02 da ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jefferson Peres e Lúcia Vânia e os Senhores Deputados José Eduardo Cardoso, Luiz Eduardo Greenhalgh, Antonio Carlos Magalhães Neto e Colbert Marfins, membros da Comissão Especial Mista “em cumprimento ao disposto no artigo 7º, da Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004”. De acordo com os preceitos regimentais, assumiu a presidência, eventual, a Senhora Deputada Zulaiê Cobra que declara aberta a reunião de instalação da Comissão e convoca os membros para a próxima reunião a ser realizada no dia doze de abril do ano em curso, às quinze horas e trinta minutos, quando deverá haver eleição do Presidente, do Vice-Presidente da Comissão e designação do Relator. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e sete minutos e, para constar, eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata.



A SRA. PRESIDENTE (Zulaiê Cobra) -Havendo número regimental, declaro instalada a Comissão Especial Mista, criada mediante o Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004.

Convoco os Srs. Senadores e os Srs. Deputados para a próxima reunião, na semana que vem, dia 12, no mesmo horário, para elegermos o Presidente, o Vice-Presidente, o Secretário e o Relator.

Portanto, no dia 12, terça-feira que vem, às 15h30, será a próxima reunião.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h29)

Ata da 2ª Reunião, Realizada 12-4-2005

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às quinze horas e trinta e cinco minutos, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual da Deputada Zulaiê Cobra e ainda com as presenças dos Senadores membros Arthur Virgílio, Álvaro Dias, José Jorge, Demóstenes Torres, Valdir Raupp, Serys Silhessarenko, Francisco Pereira, Ney Suassuna, Hélio Costa e Sibá Machado e dos Deputados José Eduardo Cardoso, Luiz Eduardo Greenhalgh, Osmar Serraglio, Antônio Carlos Magalhães Neto, Paes Landim, Inaldo Leitão e Colbert Martins, reúne-se a COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 79/2004, DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, “EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004”. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, na qual deverão ser eleitos Presidente e Vice-Presidente. A presidência solicita que sejam distribuídas as cédulas de votação e convida para funcionarem como escrutinadores os Deputados Inaldo Leitão e Antônio Carlos Magalhães Neto. Realizada a apuração, apresentou-se o seguinte resultado: com 19 (dezenove) votos foram eleitos, por unanimidade, respectivamente, Presidente o Deputado José Eduardo Cardoso e Vice-Presidente a Deputada Zulaiê Cobra. A Presidência os declara eleitos e convoca os membros para a próxima reunião a ser realizada no dia vinte de abril do ano em curso, às quinze horas, quando deverá haver designação do Relator. Não havendo nada mais a tratar, a então vice-presidente encerra a reunião às dezessete horas e cinco e, para constar, eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.



A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra – PSDB – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a Comissão Especial Mista, criada mediante o Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004.

A pauta desta reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão, bem como à indicação do seu Relator. Para tanto, solicito à Secretaria distribuir as cédulas de votação. (Pausa)

Realizada a votação, convido o Srs. Parlamentares Deputado Inaldo Leitão e Deputado Antonio

Carlos Magalhães Neto para funcionarem como escrutinadores.

Os votos apurados conferem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Vamos ao escrutínio.

Para Presidente, Deputado José Eduardo Cardozo; para Vice-Presidente, Deputada Zulaiê Cobra, 19 votos.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra – PSDB – SP)
– Então declaro eleitos como Presidente da Comissão o Deputado José Eduardo Cardozo e como Vice-Presidente a Deputada Zulaiê Cobra.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião que se realizará no dia 20 de abril, quarta-feira, às 15 horas. Declaro encerrada a presente reunião.

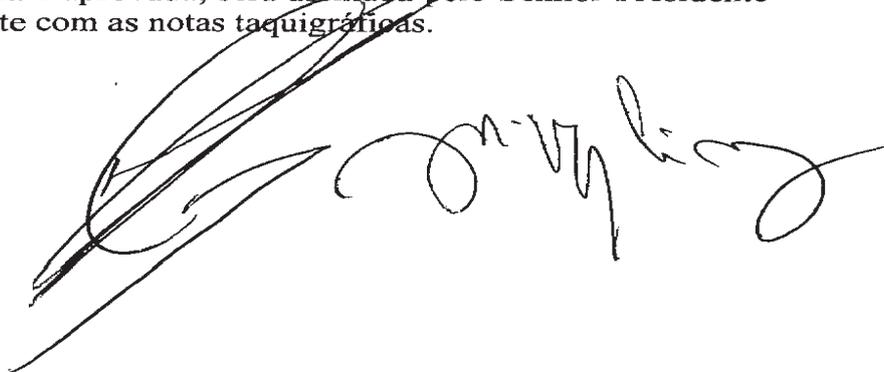
(Levanta-se a reunião às 16h)

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 79/2004, DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, “EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004”.

Ata da 3ª Reunião

Realizada em 20/04/2005

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às quinze horas e cinquenta e um minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado José Eduardo Cardozo e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge e Francisco Pereira e dos Deputados José Eduardo Cardozo, Luiz Eduardo Greenhalgh, Osmar Serraglio, Roberto Magalhães, Inaldo Leitão e Paes Landim, reúne-se a COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 79/2004, DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, “EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004”. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão, na qual deverá ser designado o Relator e definido o roteiro de trabalho. A presidência coloca em votação a ata da reunião do dia 12/04/2005, a qual é aprovada. A presidência designa o Senador José Jorge para funcionar como Relator da Comissão. Com a palavra, o Relator leu a proposta do roteiro de trabalho. Tiveram a palavra também o Senador Francisco Pereira e os Deputados Roberto Magalhães e Osmar Serraglio. A Presidência convoca os membros para a próxima reunião a ser realizada no dia quatro de maio do ano em curso, às quinze horas. Não havendo nada mais a tratar, o presidente encerra a reunião às dezesseis horas e trinta minutos e, para constar, eu, *Izaias Faria de Abreu*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas.



O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo, PT-SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Especial Mista criada mediante o Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 7º da Emenda à Constituição nº 45, de 31 de dezembro de 2004.

Sras e Srs. Parlamentares, a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Portanto, na forma regimental, podemos colocá-la em votação de imediato, propondo a dispensa da sua leitura.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que aprovam a Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, como esta é reunião preliminar dos nossos trabalhos, destina-se à apreciação de uma proposta de trabalho que será feita pelo Relator, que será designado por nós hoje.

Tenho imensa honra em poder designar, de conformidade com o acordo de Lideranças feito, o nobre Senador José Jorge como Relator, que já está sentado conosco. De imediato, digo da minha imensa felicidade em poder contar com o trabalho do Senador José Jorge como Relator desta Comissão, que me honra presidir.

O Senador José Jorge foi o relator que deu ensejo à PEC que, ao ser aprovada pelo Senado, levou ao surgimento da Emenda à Constituição nº 45. Pude acompanhar, na Câmara dos Deputados, embora à distância, o magnífico trabalho feito por S. Ex^a naquela oportunidade, trabalho jurídico de nível, técnico e que demonstrou a grande habilidade política que só um mestre efetivamente poderia ter ao conseguir fazer as costuras que ensejaram a aprovação daquela emenda. O Senador José Jorge mostrou extrema capacidade, o que nos tranqüiliza, sobremaneira, no início dos nossos trabalhos, tendo-o como Relator.

Teremos um trabalho difícil pela frente porque somos uma Comissão de natureza constitucional, criada com prazo determinado e, portanto, improrrogável a priori. Isso nos leva a perceber que há uma dimensão de matérias que terão que ser tratadas por esta Comissão, inclusive dentro de uma situação de harmonização entre os nossos trabalhos e o da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Por essa razão, tenho absoluta certeza de que teremos que trabalhar num ritmo bastante acelerado e que a profundidade das nossas análises não pode ceder espaço à premência do tempo. Razão pela qual,

sinto-me absolutamente confortado e seguro por ter um Senador do brilho de José Jorge ao nosso lado.

De imediato, passo a palavra ao Sr. Relator, Senador José Jorge, cumprimentando-o, para que faça a exposição da sua proposta inicial de trabalho.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado José Eduardo Cardozo. Também estou muito feliz por ter V. Ex^a como Presidente desta Comissão.

Esta Comissão pode ser muito importante, dependendo do nosso trabalho, em relação à melhora que a sociedade brasileira espera do Poder Judiciário. V. Ex^a já teve oportunidade, durante o período em que estávamos trabalhando pela emenda à Constituição e V. Ex^a trabalhava também numa comissão na Câmara, de acompanhar diversos depoimentos não só lá, como aqui, nos quais a questão do Judiciário foi bastante debatida.

Já sabendo que ia ser o Relator, durante esta semana, fiz um pequeno roteiro dos trabalhos para que fosse lido hoje. Não tive nem a oportunidade de discuti-lo antes com o Presidente porque ele ficou pronto agora. Ainda tive que participar de uma reunião secreta sobre as Farc. Como sou agora Líder da Minoria, de última hora, tive que ir lá. De qualquer maneira, farei a sua leitura. Trata-se de uma versão preliminar para que possa ser discutida pelos membros e pelo Presidente desta Comissão. Na próxima reunião, aprovaremos o roteiro e passaremos, então, a trabalhar em cima dele.

Antes de ler o documento, ressalto que esta Comissão, de acordo com a redação do art. 7º da Emenda Constitucional nº 45, tem uma abrangência muito ampla. Teríamos primeiramente que verificar qual abrangência daremos a ela. Pode ser uma abrangência maior ou menor. Temos que ter a preocupação de não atrapalhar a tramitação de alguns projetos em andamento. Há uma série de preocupações de natureza técnica, jurídica e política que devem ser realizadas. Procurei levantar os temas no relatório, mas, certamente, o relatório não terá a completeza desejada. Com a sugestão de todos, já estou há 22 anos no Legislativo e já concluí há muitos anos que muitas cabeças sempre pensam melhor que uma cabeça só. Isso demoramos a aprender, mas acabamos aprendendo.

Lerei a proposta. O título é: proposta de roteiro para os trabalhos da Comissão Mista para regulamentação da Emenda Constitucional nº 45, de 2004. Ao assumir a relatoria dos trabalhos desta Comissão, gostaria de apresentar às senhoras e aos senhores membros, Deputados e Senadores, uma proposta de roteiro objetivando o bom andamento dos trabalhos. Como todos sabem, em 8 de dezembro de 2004 o

Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 45, que introduziu modificações na estrutura do Poder Judiciário. Concretizou-se assim, naquela sessão solene, o início de uma reforma longamente desejada pelos Poderes da União, pela comunidade jurídica nacional e pela sociedade brasileira. Tal tarefa demandou um grande esforço, objetivo coletivo, ao longo de cerca de 12 anos de tramitação. No Senado tive a honra de ser o último Relator dos trabalhos, nos quais procurei basicamente traduzir os principais anseios e expectativas dos operadores do Direito dos diversos segmentos da sociedade.

Por ocasião da promulgação, deixei claro que, embora reconhecesse os avanços alcançados pela Emenda Constitucional nº 45, não poderia deixar de ressaltar que a referida emenda não representava a conclusão da reforma do Poder Judiciário, mas apenas o seu início, uma vez que ainda faltavam ser promovidas importantes alterações na legislação infraconstitucional.

Nesse sentido, a própria Emenda Constitucional nº 45 determinou em seu art. 7º a criação de uma Comissão Mista nos seguintes termos:

“Art. 7º O Congresso Nacional instalará, imediatamente após a promulgação da emenda constitucional, comissão especial mista destinada a elaborar, em 180 dias, os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria nela tratada, bem como promover as alterações na legislação federal, objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais séria a prestação jurisdicional”.

Na verdade, são dois itens diferentes. Primeiro, a regulamentação da própria emenda e, segundo, esses projetos com esse objetivo de tornar a Justiça mais rápida e dar um acesso maior.

É importante registrar que os trabalhos desta Comissão se desenvolverão necessariamente pelo menos em duas frentes, quais sejam: a regulamentação dos dispositivos constitucionais advindos da Emenda nº 45, que não são auto-aplicáveis, bem como a sistematização de proposições legislativas com vistas à reforma processual nas esferas cível, penal e trabalhista. Objetivando tornar mais amplo e mais célere o acesso à Justiça.

Para dar atendimento ao comando constitucional, em uma primeira análise, estão a depender de regulamentação, mediante legislação federal de iniciativa do Poder Legislativo, o dispositivo abaixo relacionado.

Nós fizemos um levantamento dos pontos que considerávamos que necessitavam de regulamentação. É evidente que pode haver outros pontos.

1º) Destinação de custas ao Poder Judiciário (art. 98, § 2º).

2º) Federalização dos crimes contra os direitos humanos (art. 109, V, § 5º).

3º) Competência do Tribunal Superior do Trabalho (art. 111, letra a, § 1º).

4º) Competência suplementar da Justiça do Trabalho (art. 114, item 9).

5º) Revisão ou cancelamento de súmula com efeito vinculante (art. 103, letra “a”).

6º) Repercussão geral do recurso extraordinário (art. 103, a).

7º) Estabelecimento das hipóteses de cabimento do segredo de justiça (art. 93, item IX).

8º) Fundo de Garantia das execuções trabalhistas (art. 3º da PEC).

9º) Demais instrumentos que assegurem a razoável duração do processo no âmbito judicial e administrativo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Esses são os que dependem de legislação federal de iniciativa do Poder Legislativo.

Ressalto que alguns dispositivos da Emenda Constitucional nº 45 dependem de outras formas de regulamentação, tais como apresentação de resoluções do Senado e da Câmara. Tem outras questões que não são projetos de lei, são resoluções que alteram o regimento. Todavia, nada impede que sejam oferecidas sugestões para esta Comissão para a regulamentação do processo legislativo tendente a internalizar, com força de emenda constitucional, os tratados internacionais sobre direitos humanos previstos no artigo 5º, § 3º, da PEC nº 45. Esse é um caso em que se tem que alterar o regimento da Câmara e do Senado.

Ressalto, ainda, que alguns artigos da emenda Constitucional nº 45 dependerão da regulamentação por meio de legislação:

Por iniciativa do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, do Ministério Público Federal, dos Tribunais dos Estados, conforme o disposto a seguir: competência do Supremo Tribunal Federal; modificação na Lei Orgânica da Magistratura; ingresso na carreira (art. 93, item I); critério de promoção (art. 93, item II, “c”, “d” e “e”); critério de acesso aos tribunais (art. 93, item III); custas oficiais (art. 93, item IV, e art. 105, parágrafo único); obrigações e vedações de magistrado (art. 95, parágrafo único, itens IV e V); remoção e disponibilidade e aposentadoria por interesse público (art. 93, item VIII); remoção a pedido ou permuta de magistrado (art. 93, item VIII, a); missões administrativas dos tribunais (art. 93, item X); férias (art. 93, item XII); instalação e definição de competência do Conselho Nacional de Justiça (art. 103, b); criação de ouvidorias de Justiça (art. 103, b, § 7º).

Por iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho: criação do Conselho Superior de Justiça do Trabalho (art. 111, a, § 2º, item II); criação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho (art. 111, a, § 2º, item I); criação de varas da Justiça do Trabalho (art. 112); Justiça Itinerante na Justiça do Trabalho (art. 115, § 1º).

Por iniciativa da Procuradoria-Geral da República: obrigações e vedações aos membros do Ministério Público (art. 128, § 5º, “b”, 2º, “e” e “f”, § 6º, art. 129, § 2º); ingresso na carreira (art. 129, § 3º); regulamentação do Conselho Nacional do Ministério Público (art. 130, a); criação de Ouvidoria do MP (art. 130, a, § 5º).

Por iniciativa dos Tribunais de Justiça dos Estados: criação de varas para julgamento de conflitos agrários (art. 126); e Justiça Militar Estadual (art. 125, § 3º).

Assim, os projetos referentes às matérias antes especificadas só serão objeto de discussão nesta Comissão quando o encaminhamento dos projetos ao Senado Federal quando se tratar de regulamentação mediante legislação federal.

Um outro aspecto importante a ser ressaltado e que trará impactos aos trabalhos a serem desenvolvidos por esta Comissão diz respeito à celebração, em dezembro de 2004, do denominado *Pacto de Estado em favor de um Poder Judiciário mais rápido e republicano*, subscrito por representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e consubstanciado nos seguintes compromissos fundamentais – isso foi um acordo que foi feito e assinado pelo Presidente Lula, pelos Presidentes Renan Calheiros e Severino Cavalcante e pelo Ministro Nelson Jobim:

1º) Implantação da reforma constitucional do Judiciário, que é do que estamos tratando.

2º) Reforma do sistema recursal e dos procedimentos.

3º) Ampliação das defensorias públicas e do acesso à Justiça.

4º) Incentivo à atuação dos juizados especiais e da justiça itinerante.

5º) Revisão da lei de execução fiscal.

6º) Proposta para viabilizar os pagamentos de precatórios vencidos e não pagos.

7º) Sistema de acompanhamento dos inquéritos e ações judiciais relacionadas aos crimes contra os direitos humanos.

8º) Regulamentação dos procedimentos eletrônicos no âmbito judicial.

9º) Produção de dados e indicadores estatísticos.

10º) Coerência entre a atuação administrativa e as ações orientações jurisprudenciais já pacificadas.

11º) Incentivo à aplicação de penas alternativas.

Dando cumprimento ao Pacto, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso 13 novos projetos, que se somam a outros 10 projetos selecionados e que se encontram em andamento na Câmara ou no Senado, perfazendo um total de 23 projetos que alteram os Códigos de Processo Civil e Processo Penal e a legislação trabalhista.

Nós fizemos o levantamento dos 23 projetos, mas eu não vou ler por ser cansativo. Após, apresentarei às senhoras e aos senhores membros da Comissão a relação dos projetos que fazem parte do referente Pacto.

Convém lembrar às senhoras e aos senhores membros da Comissão que, além dos projetos que fazem parte do Pacto, tramitam atualmente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal inúmeros outros projetos, cerca de 400 – existem 400 projetos referentes a este tema – que também alteram o Código de Processo Civil, o Código de Processo Penal, o processo trabalhista e os juizados especiais cíveis e criminais, conforme planilhas preliminares que serão posteriormente encaminhadas a V. Ex^a. Também estamos levantando esses dados. Alguns desses projetos já se encontram em fase bem adiantada de tramitação.

Assim, para não causar atraso nas aprovações, proponho a análise no âmbito da Comissão, sem interromper a tramitação normal dos projetos, após o que esta Comissão poderá adotar diversas medidas, tais como pedido de urgência, apresentação de emendas, destaques ou substitutivos, conforme o caso.

Em relação a todos esses projetos menos prioritários, creio que deveríamos examinar aqueles que consideramos prioritários, mas não devemos, em momento algum, atrapalhar a sua tramitação, até mesmo porque são projetos com Relatores já designados e que estão tramitando nas Comissões. Do contrário, em vez de ajudar, poderemos atrapalhar o processo. Portanto, precisamos ser bastante objetivos no sentido de não criar atrito algum com nenhum Relator ou nenhuma Comissão e, ao mesmo tempo, examinar os projetos para dar uma espécie de carimbo, se for o caso, nas prioridades na Casa.

Para cumprir esse objetivo, gostaria de contar com a colaboração dos Srs. Membros na análise e apresentação de sugestões.

Após a análise, a Comissão apresentará ainda os projetos que, eventualmente, ainda se façam necessários ao completo atendimento dos ditames do art. 7º da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

Finalmente, eu gostaria de sugerir a realização de audiências públicas, a exemplo do que ocorreu du-

rante o trabalho da Emenda Constitucional nº 45, pois entendo que, em matéria de tamanha complexidade, torna-se imperioso ouvirmos a opinião de magistrados, juristas, membros do Ministério Público, enfim, de representantes da comunidade jurídica nacional.

Assim, proponho a realização de audiências públicas para ouvirmos os seguintes convidados, sem prejuízo de outros nomes a serem sugeridos pelos Membros desta Comissão. Liste as instituições mais importantes, segundo o nosso critério, mas, na realidade, poderemos revisar essas indicações na hora da aprovação. Entretanto, é preciso haver um limite, porque a realização de muitas audiências esvazia a Comissão. Não pode ser tão pouco nem demais.

Sugeri os seguintes convidados: o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Procurador-Geral da República, representante da Ordem dos Advogados, representante da Associação dos Juizes Federais do Brasil, representante da Associação Nacional dos Magistrados Brasileiros, representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, representante da Associação Nacional dos Procuradores da República, representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. Há outras entidades que não estão previstas na proposta, mas cito, ainda, a Associação dos Tribunais Estaduais, que também deve ser ouvida. Vamos analisar essa proposição para elaborar uma relação das pessoas que serão ouvidas.

Assim, como forma de se tornar possível a participação da sociedade no oferecimento de sugestões e contribuição, entendo pertinente que os trabalhos da Comissão sejam disponibilizados via Internet. A minha idéia é colocar essas informações na Internet, talvez na minha página ou na do Presidente ou na de outro Membro que assim desejar – vamos abrir uma janela –, para que as pessoas possam oferecer suas sugestões em relação ao trabalho da Comissão. Feito isso, discutiremos as propostas na Comissão. Após a minha experiência como Relator da reforma do Judiciário, percebi que muitos juizes, principalmente no interior, membros do Ministério Público e advogados têm idéias que gostariam de expor, visto que eles acompanham o debate pela TV Senado. Se abrirmos uma janela na Internet, creio que poderemos coletar muitas sugestões importantes. Em síntese, seria isso.

Tendo em vista que esses projetos em relação à questão do Judiciário tramitam basicamente na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, duas das mais importantes Comissões tanto da Câmara como do

Senado, sugiro, como acréscimo – inclusive eu havia comunicado essa proposta ao Presidente – que para toda a reunião da Comissão sejam convidados o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara e o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Assim, S. Ex^{as} poderiam participar das nossas reuniões e mesmo que, em algum momento, não pudessem fazê-lo, estariam convidados, de qualquer maneira, e poderiam enviar alguém para acompanhar mais de perto o trabalho desta Comissão, para que pudessemos trabalhar de forma bastante harmônica, juntamente com essas duas Comissões, porque o nosso objetivo final, na verdade, é colaborar.

Portanto, Sr. Presidente, essa é a minuta do trabalho. Pedirei à Assessoria que a distribua a todos os Parlamentares aqui presentes e, a partir de sexta-feira, aos que não estão presentes, para que todos também possam oferecer suas sugestões, e, na próxima reunião, discutiríamos e aprovaríamos as propostas.

Solicitei, ainda, à Assessoria do Senado Federal que designasse alguns Consultores que pudessem ficar não apenas à disposição do Relator como de qualquer membro da Comissão que tenha alguma dúvida ou queira oferecer sugestões. Como esses Consultores já estão aqui, solicito que levantem as mãos quando eu citar seus nomes. Estão presentes o Dr. Jayme Santiago, Consultor na área de Direito Penal, o Dr. José Pinto da Mota Filho, Consultor na área de Direito do Trabalho e o Dr. Bruno Dantas Nascimento, Consultor na área de Direito Processual Civil.

Então, tanto o Relator quanto o Presidente ou qualquer membro da Comissão que precisar de apoio técnico no sentido de elaborar sugestões ou projetos poderá comunicar-se diretamente com os Consultores sem qualquer burocracia ou necessidade de passar pela Presidência ou pela Relatoria.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Primeiramente, cumprimento o Sr. Relator, porque, na reunião de hoje, em princípio, apenas o designaríamos. Mas ele já trouxe uma proposta magnífica e bem elaborada de trabalho, razão pela qual o congratulo. Conseguimos acelerar imensamente os nossos trabalhos.

Indago aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados se desejam fazer uso da palavra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Francisco Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, Deputado José Eduardo Cardozo, parabenezo-o pela escolha do nobre Senador José

Jorge como Relator. Não poderia ser melhor. Durante o curto tempo que estou nesta Casa, tenho acompanhado V. Ex^a, Senador José Jorge, que é uma inspiração e uma admiração que tenho em virtude do seu caráter, da sua firmeza e dos trabalhos pelos quais se vem destacando no Senado Federal. A escolha do Sr. Presidente foi muito favorável.

Estamos discutindo, em nosso Estado, com juristas e alguns Desembargadores, essa proposta do Poder Judiciário. Encaminharei à Mesa dois nomes para que possam comparecer em audiências públicas em breve.

Muito obrigado. Novamente, apresento os meus parabéns a V. Ex^a, Sr. Presidente, bem como ao Senador José Jorge, que tanto acrescentará e abrilhantará esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Senador Francisco Pereira, agradeço imensamente a V. Ex^a suas palavras e as endosso em relação ao nosso Relator.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Magalhães, ilustre ex-Governador de Pernambuco.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (PFL – PE) – Meu caro Presidente, meu conterrâneo e Relator, Deputado José Jorge, simplesmente farei uma sugestão. Proponho que seja examinada a possibilidade de um horário mais conveniente para os membros da Comissão a fim de que possamos reunir-nos.

Faltei à primeira reunião, na segunda-feira cheguei atrasado e não pude votar, pois o prazo já se havia encerrado. A urna não estava sequer na mesa. Fui informado por alguns funcionários que estavam aqui fazendo um trabalho – não sei bem de que natureza.

Na Câmara, seis ou sete Parlamentares dos membros desta Comissão são daquela Comissão. O Presidente e eu pertencemos à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, além do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto e outro colega. Então, somos seis ou sete.

Quando cheguei hoje, o Relator tinha saído para votar. Conversei, então, com alguns funcionários que estavam presentes e uma senhora – presumo que seja funcionária do Senado Federal – estava falando que uma Comissão Mista sobre desarmamento se reuniu nesta Casa e sempre havia número, porque as reuniões ocorriam às 18 horas.

Não estou propondo esse horário, mas apenas sugerindo um exame para que possibilite quorum sempre que nos reunirmos. Estou vendo certa dificuldade. É verdade que hoje é véspera de feriado, mas sinto que está sendo difícil.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Meu querido Deputado Roberto Magalhães,

esse é realmente um problema que devemos equacionar. Como a Comissão de Constituição, Justiça e Redação se reúne às terças-feiras à tarde e às quartas e quintas-feiras pela manhã, vamos ter que tentar encontrar um horário em que não haja a superposição em relação aos Deputados.

Também fui informado de que aqui, no Senado, a Ordem do Dia começa às 15 horas. É isso mesmo? Dezesesseis horas. Então, a idéia de a reunião se realizar às 15 horas também é perigosa. Por outro lado, na Câmara também, às vezes, há Ordem do Dia nas quartas-feiras, às dezoito horas. Se nos reunirmos na quinta-feira, temo também pela falta de quorum. Então, sinceramente, pediria auxílio dos meus queridos colegas Parlamentares para tentarmos encontrar o melhor horário possível.

Esta Presidência tem total maleabilidade. O importante é tentar garantir a maior possibilidade de presença aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores. Endosso as palavras do eminente Deputado Roberto Magalhães.

O Deputado Osmar Serraglio deseja fazer uso da palavra? (Pausa.)

Com a palavra, o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR) – Nós, que tivemos oportunidade de já acompanhar a produção do Relator na Reforma do Judiciário precedente, manifestamos nossa admiração pelo Relator. Temos convicção absoluta de que, de fato, teremos uma produção que corresponda àquilo que a sociedade espera.

Confessamos que sequer estamos recordados exatamente do que dispõe aquele Ato das Disposições Transitórias a propósito do que nos cabe. Mas faríamos apenas uma indagação: é este leque todo? Vamos revolucionar todo um sistema.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – RN) – Para responder ao Deputado, vou ler o texto que está na Emenda Constitucional nº 45, art. 7º:

“O Congresso Nacional instalará, imediatamente após a promulgação da Emenda Constituição, Comissão Especial Mista” – *que é esta* – “destinada a elaborar, em 180 dias, os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria nela tratada” – *que foram aqueles que citei* – “bem como promover as alterações na legislação federal, objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional.”

Quer dizer, na realidade, é bastante ampla. Mas há a seguinte questão: vamos elaborar os projetos para encaminhá-los à Câmara. Quer dizer, nada daqui vai sair direto para promulgação. Vamos simples-

mente elaborar os projetos ou então examinar estes que estão em tramitação e estabelecer prioridade, se julgarmos necessário.

Mas creio que uma primeira discussão que temos que fazer é exatamente essa que V. Ex^a suscitou: delimitar qual o âmbito que vamos trabalhar, porque, se for muito amplo, vamos abarcar tudo.

Sugiro que todos os Senadores e Deputados, recebendo o documento, se debrucem primeiro nesta questão: vamos tentar fazer uma coisa que seja efetivamente objetiva e restrita, no sentido de que possamos oferecer um trabalho bom em um prazo que já está predeterminado.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Gostaria até de fazer uma sugestão, Deputado Serraglio, e peço que pensemos se ela é correta. Acredito que o problema da reforma do Judiciário vai exigir grande esforço não só da Câmara dos Deputados, mas também dos outros Poderes envolvidos, na perspectiva de haver uma efetiva colaboração.

Há no Executivo uma Secretaria Especial da Reforma do Judiciário, hoje comandada pelo Dr. Sérgio Renault e pelo próprio Judiciário, que, evidentemente, é o foco principal de nossas discussões.

Podemos fazer a seguinte proposta. O ideal seria que, uma vez distribuído esse plano proposto pelo nosso Relator, na próxima reunião, pudéssemos aprová-lo e também já temos certo indicador do nosso cronograma. Dispomos de apenas seis meses, o que me assusta muito. Seis meses para o desempenho de todas essas tarefas é um tempo muito exíguo. São trabalhos delicados. Há situações polêmicas. Vou apenas fazer uma menção aos senhores. Em breve, deve chegar ao Congresso Nacional o Estatuto da Magistratura. Somente o Estatuto da Magistratura em si considerado vai ser um desafio. Temos uns projetos de lei sobre processo civil encaminhados pelo Governo que estão tramitando na Casa. Os projetos teremos que elaborar. Então, acho que teríamos que, a partir dessa bem posta análise do Senador José Jorge, elaborar um cronograma muito criterioso, muito rigoroso, rigidamente respeitado e talvez tenhamos até que ter duas sessões em algumas semanas e avaliar isso com todo o carinho e cuidado.

A sugestão que faço é a seguinte: creio que, do ponto de vista prático – vamos falar com a realidade das duas Casas –, provavelmente, a maior parte dos Deputados e Senadores só tomará conhecimento desse plano a partir de terça-feira, uma vez que muitos dos Srs. Deputados e Senadores já nem mais se encontram em Brasília, visto o caráter atípico que temos na sessão de hoje. Sexta-feira muito menos.

Então, devem receber na terça-feira.

Poderíamos, durante a semana que vem, informalmente, com o Relator e comigo, começar a analisar quais serão as nossas prioridades, de tal maneira que o Sr. Relator pudesse fazer uma proposta de cronograma não nessa semana em que ficaríamos sem reunião para discutirmos isso, mas na outra semana. Mais ainda: acho que deveríamos manter contatos informais com os Presidentes das Comissões de Justiça da Câmara e do Senado, porque é evidente que, se a Câmara for priorizar certos projetos de lei processual, de repente ficarmos discutindo aqui o que se está discutindo lá, ou se o Senado for priorizar certas coisas, e ficarmos discutindo o que se está discutindo lá, será um *bis in idem* que não vai ajudar em nada.

O ideal seria delimitarmos as prioridades – e nem falo em delimitar competências porque elas não se cruzam – de tal maneira que se possa fazer um trabalho complementar. Poderíamos também ouvir o Presidente do Supremo sobre qual a avaliação que faz disso, quando chegará o Estatuto da Magistratura, etc., e ouvir também o Secretário Especial de Reforma do Poder Judiciário, Sr. Sérgio Renault.

Poderíamos nos dedicar a isso ao longo desta semana, de tal maneira que, na outra semana, viríamos para cá, e o Sr. Relator, com uma proposta de cronograma dentro desses seis meses que seria submetida a este Plenário tanto no plano apresentado hoje como também na proposta do cronograma.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR) – Sr. Presidente, apenas para concluir a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Eu interrompi e peço desculpas.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR) – Não, imagina.

Quería sugerir, aparentemente não estou alcançando, mas se isso já esteja inserido nesses documentos, mas que em um primeiro momento nos valêssemos da consultoria no sentido de delimitar exatamente o que inserimos nas emendas que oportunizaram a última reforma do Judiciário e em cujos dispositivos há um certo desentendimento, um confronto de idéias a propósito de serem auto-aplicáveis ou não, ou seja, extrairmos de todo o Texto Constitucional o que está lá cuja eficácia não se inicia por ausência de algum dispositivo.

Lembro do problema das férias dos juízes, a questão do concurso, o que é atividade jurídica naqueles três anos, enfim, existem situações em que necessariamente precisaremos implementar e complementar a Constituição e depois mais detalhadamente nas áreas mais específicas.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Com a palavra, o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quero somente esclarecer a V. Ex^a. Na realidade, tentamos fazer esse levantamento nesse documento.

Para dar atendimento ao comando constitucional, em uma primeira análise, estão a depender de regulamentação mediante legislação federal de iniciativa do Poder Legislativo o dispositivo abaixo relacionado.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR) – Eu queria me penitenciar. É que agora estou rememorando que V. Ex^a efetivamente leu, mas não nos distribuíram esse material.

Esse pronunciamento de V. Ex^a não recebemos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas está aqui e V. Ex^a vai receber. Isso foi aquilo que, na análise preliminar que fizemos, entendemos que precisa de regulamentação. Agora é evidente que quando os senhores examinarem certamente que alguns pontos que entendemos precisar de regulamentação alguém vai achar que não é necessário, que é auto-aplicável. E outros pontos em que achamos que não precisava alguém pode achar que precisa.

Quero acrescentar que vou mandar distribuir essa relação chamada “lista das propostas que fazem parte do Pacto”. Esses são os vinte e três projetos que foram incluídos no Pacto: os 13 que foram encaminhados pelo Poder Executivo há pouco tempo e os 10 que foram selecionados, dentre todos aqueles que estão tramitando, como prioritários para entrar no Pacto. E também esta relação mais detalhada, que são todos os projetos que estão em tramitação e que estou mandando apenas para conhecimento. Na realidade, a nossa idéia era nos concentrarmos mais nesses dois espaços aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Deputado Roberto Magalhães.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer a ponderação de que, muito embora esta Comissão esteja com a incumbência de estudar, de elaborar, de opinar sobre legislação regulamentadora da Emenda Constitucional nº 45, há matérias constantes dessa emenda que ainda não deveriam ser regulamentadas, porque a Emenda Constitucional nº 358, da qual sou Relator, vai alterar algumas coisas. Inclusive já há uma nova emenda constitucional, da qual não sei se o Relator tem conhecimento, a nº 377, se não me engano, de autoria do Presidente desta Comissão, José Eduardo Martins Cardozo, que pretende substituir a súmula vinculante pela súmula impeditiva de recurso, nos moldes em que está prevista, na mesma PEC, para o Superior Tribunal de Justiça e para o Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu gostaria de esclarecer que, na realidade, desses projetos que estão em tramitação, tanto o que sobrou da PEC... O

que foi para a Câmara, que não foi promulgado, não é a PEC nº 45. A PEC nº 45 é só o que foi promulgado.

Esta é uma emenda constitucional que, quando for promulgada, não terá mais nada a ver com a PEC nº 45.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (PFL – PE) – Só estou dizendo que poderá haver modificação na nº 45 por força dela. Então, o que for passível de modificação não deve ser prioritário, deve aguardar que a outra tenha o seu desenlace.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na verdade, V. Ex^a tem razão, mas, infelizmente, nós temos que dar como base aquilo que já está em vigor. Porque propostas para mudar a Constituição podem existir. O Presidente José Eduardo Cardozo apresentou essa da súmula vinculante, mas outros Deputados e Senadores podem apresentar outras emendas. Temos que trabalhar com a hipótese que está na Emenda nº 45. É a minha idéia. Se amanhã ela vier a ser alterada, durante a vigência da Comissão... Uma emenda como essa demora a ser aprovada. Essa aí demorou 12 anos. A que está lá acho que não vai demorar 12 anos, mas e se demorar 2 anos? Eu espero que não.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Agradeço ao Senador José Jorge e indago aos senhores parlamentares presentes se alguém mais deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, entendendo que está aceito o encaminhamento proposto pela Presidência a partir da sugestão feita pelo Senador José Jorge, e na próxima reunião desta Comissão nós vamos discutir e aprovar o plano hoje apresentado pelo Senador José Jorge, bem como uma proposta de cronograma que será apresentada pelo Relator.

Ao longo da próxima semana faremos contato com os Presidentes da Comissão de Justiça e do Supremo, com o Secretário Especial de Reforma do Poder Judiciário, justamente na perspectiva de poder construir o cronograma focando aquelas que devem ser as prioridades a serem atendidas de forma mais premente por esta Comissão.

Assim sendo, tendo havido esse encaminhamento, e não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos os senhores e senhoras, e convido-os para a próxima reunião, que fica então fixada para o dia 4 de maio – uma vez que teremos intervalo de uma semana –, por enquanto ainda às 15 horas. Mas peço aos Srs. Deputados que me ajudem, por favor, a encontrar as melhores alternativas de horário, para que possamos viabilizar esta Comissão da melhor forma possível.

Declaro, então, encerrada, na forma regimental, esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h30min.)

**COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA
MEDIANTE ATO Nº 79/2004, DO PRESIDENTE
DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL,
“EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO
NO ARTIGO 7º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº 45, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004”**

**Ata da 4ª Reunião realizada em 4 de maio de
2005**

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às quinze horas e trinta e um minutos, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado José Eduardo Cardozo e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge e Serys Silhesarenko e dos Deputados José Eduardo Cardozo, Darci Coelho, Osmar Serraglio, Zulaiê Cobra e Colbert Martins, reúne-se a COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 79/2004, DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, “EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004”. O Presidente declara aberta a reunião, na qual deverá ser apreciado o roteiro de trabalho da comissão proposto pelo Relator. A presidência coloca em votação a ata da reunião do dia 20-4-2005, a qual é aprovada. Com a palavra, o Relator da Comissão, Senador José Jorge lê o roteiro de trabalho, ressaltando que poderão ser sugeridas alterações pelos senhores parlamentares. Tiveram, ainda, a palavra, a Deputada Zulaiê Cobra e o Deputado Darci Coelho. O Senador José Jorge pede à senhora vice-presidente que o substitua como Relator, pois deverá sair para tomar posse, como líder da minoria no Senado Federal. Às quinze horas e cinqüenta e cinco minutos, a sessão é suspensa, que volta às dezesseis horas e vinte e nove minutos. Não havendo nada mais a ser tratado, a presidência convoca os membros para a próxima reunião a ser realizada no dia onze de maio do ano em curso, às quinze horas. O presidente encerra a reunião às dezesseis horas e trinta minutos e, para constar, eu, Izaias Faria de Abreu, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas.

Entra boc das assinaturas lauda 267-130

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Especial Mista, criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional em cumprimento ao disposto no art. 7º da Proposta de Emenda à Constituição nº 45 de 31 de dezembro de 2004.

Informo aos Srs. e às Sr^{as} Parlamentares que a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa e, dessa maneira, a coloco em votação, propondo, se

assim concordarem os nobres Parlamentares a dispensa de sua leitura.

Os que aprovam a Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A pauta da presente reunião destina-se á apreciação do roteiro de trabalho desta Comissão. Para tanto, na forma regimental, passo a palavra à S. Ex^a, o nobre Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente. na reunião anterior, distribuimos uma minuta do roteiro, que está comigo, e, posteriormente, vou dizer resumidamente o que está contido nele, e as Sr^{as} e os Srs. Deputados, as Sr^{as} e os Srs. Senadores poderão sugerir alterações que, evidentemente, poderão ser feitas durante o desenrolar durante os trabalhos da Comissão, visto que se trata de um roteiro básico. Isso quer dizer que ele não será rígido.

Dentro daquela regulamentação que está no art. 7º da Proposta de Emenda à Constituição nº 49, tínhamos basicamente duas missões. A primeira, da regulamentação dos artigos da própria Emenda nº 49 e a segunda, examinar os projetos de lei que favoreçam a agilização da Justiça ou a sua extensão a todas as camadas da população brasileira.

Então, aqui também é dividido nessas partes.

1º O dispositivo que depende de regulamentação mediante legislação federal de iniciativa do Poder Legislativo são esses: destinação de custos ao Poder Judiciário; federalização dos crimes contra os direitos humanos; competência do TST, competência suplementar da Justiça do Trabalho, revisão e cancelamento de Súmula com efeito vinculante; repercussão geral no recurso extraordinário; estabelecimento das hipóteses de cabimento do segredo de justiça; fundo de garantia de execuções trabalhistas e outros dispositivos que asseguram a razoável duração do processo no âmbito judicial e administrativo e os meios que garantam a sua celeridade.

2º Dispositivos que dependem de outras formas de regulamentação tais como resolução do Senado e da Câmara.

3º Dispositivo que depende de regulamentação por meio de legislação de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, do Ministério Público Federal e dos Tribunais dos Estados, conforme o disposto a seguir.

Então, estão listados – não vou lê-los – todos esse itens e nós temos apenas que verificar se são somente esses, ou se há algum a menos, que nós não colocamos, ou se colocamos algum a mais, que, na realidade, não deveria estar.

Há os de iniciativa do Procurador-Geral da República e os de iniciativa dos Tribunais de Justiça dos Estados.

4º Projetos que fazem do denominado pacto de Estado em favor de um Poder Judiciário mais rápido e republicano, celebrado em dezembro de 2004 e subscrito pelos representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. São aqueles tais 23 projetos. Estão aqui listados e classificados sob o Código de Processo Civil, os PLs nºs 4.723, de 2004; 4.724, de 2004 - estão listados todos - os PLs nºs 4.725, de 2004, 4.726, de 2004; 4.727, de 2004; 4.728, de 2004; 4.729, de 2004.

Depois temos os PLs nºs 4108, de 2004; 4331, de 2001; 138, de 2004; 136, de 2004; 4827, de 1998. São 23; e o PL 6954, de 2002; o PL nº 1343, de 2003.

Evidentemente esses de 2004, que estão na ordem seqüencial são aqueles que o Poder Executivo mandou para cá quando foi feito o acordo. Os demais eram projetos já em tramitação.

Devo dizer também que solicitei à Assessoria uma cópia de cada um desses projetos que serão distribuídos os 23 projetos a todos os membros da Comissão para que se possa examinar e fazer sugestões, se for o caso.

Sobre o processo trabalhista também temos o PL 4730, de 2004, o 4.731, de 2004; o 4.732, de 2004; o 4.733, de 2004; o 4.734, de 2004, o 4735 de 2004. Sobre o Código de Processo Penal: 4203 de 2001, 4205 de 2001, 4208 de 2001. São esses somente. A Comissão apresentará os demais projetos que ainda se façam necessários ao completo atendimento do ditame do art. 7º da Proposta Emenda à Constituição nº 45.

Então, esses são os que estão no acordo. Fora isso, há uns trezentos tramitando, que vamos deixar de lado. Entretanto, qualquer membro da Comissão poderá, no exame desses trezentos, encontrar algum que seja interessante que analisemos aqui. A nossa missão aqui não é aprovar os projetos; é elaborá-los e encaminhá-los para a Câmara dos Deputados. Como eles já estão tramitando, entendo que, quanto a esses aí, somente precisaríamos, se fosse o caso, sugerir emendas ou substitutivos; se não fosse o caso, deixaríamos seguir a tramitação normal e cuidaríamos mais dos primeiros.

O outro item é a questão das audiências públicas. Fizemos uma lista de representantes formais que deveriam dar o seu parecer sobre os temas desta Comissão. São eles: o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o Procurador-Geral da República, o Secretário da Reforma do Judiciário que é do Poder Executivo, o representante da OAB, o representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil, o representante da Associação Nacional dos Magistrados, o representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, o representante da Associação Nacional dos Procuradores da República e o representante da Associação Nacional dos Mem-

brós do Ministério Público. Então, esses seriam os representantes que seriam convidados, além de alguma outra instituição que possamos ter esquecido de citar. Fora isso, ficou definido também que convidaríamos os Presidentes das Comissões de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para todas as reuniões, tendo em vista que todos os projetos que elaboramos aqui, na realidade, vão tramitar, principalmente, tecnicamente, nas Comissões de Constituição e Justiça das duas Casas. Então, seria importante que os Presidentes dessas Comissões estivessem presentes ou mandassem alguém que pudesse ouvir o que estava sendo tratado, para evitar algum atrito, algum problema. Acredito que são atribuições bastante diferentes, porque aqui vamos elaborar os projetos e lá eles vão aprová-los, mas não custa pecar por excesso. O Presidente, aliás, esteve com o Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu esperei, mas eu tinha outro compromisso e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania demorou muito - penso que terminou às 19 horas. O Senador Antonio Carlos Magalhães já me disse que queria, depois, conversar com nós dois, juntos. Então, isso ficou acertado.

Preparei uns requerimentos. Como são muitas audiências públicas, escolhemos os requerimentos por tema, para não ficar uma audiência muito geral, porque os temas são muito diferentes. São sobre Justiça do Trabalho e sobre Justiça Comum, podendo haver muitas coisas bastante diferentes que devem ser tratadas. Então, escolhemos os temas e alguns debatedores para cada um desses temas. Fizemos os requerimentos para serem submetidos à votação, se tivermos quórum - senão, pode ficar para a próxima reunião. Vou ler os requerimentos e os convidados. A nossa idéia é ter, por reunião, o máximo de quatro pessoas para darem a sua opinião. Então, listei aqui as pessoas que deverão ser convidadas em função dos seus cargos. Por exemplo, o Presidente do Supremo Tribunal Federal e o Presidente do Superior Tribunal de Justiça e assim por diante. Quanto aos especialistas, professores etc, que também poderão ser convidados em cada um dos debates, a assessoria preparou sugestões - eu estava junto. Entretanto, considere melhor separar, mesmo porque a idéia é que haja sugestões também dos Senadores e Deputados membros da Comissão. A verdade é que não vai fazer muita diferença qual especialista virá falar, pois existem muitos que entendem desse tema e, para escolher um, tanto faz A como B como C que não vai fazer uma diferença tão grande. Quanto aos Presidentes dos órgãos, esses, sim, terão de vir, porque terão a representatividade do órgão de que eles fazem parte. Quanto ao especialista, não. Então, há uma lista de especialistas que a assessoria fez, mas vamos ver depois quais vamos incluir. Eu pensei que, se já incluo

os especialistas, pode ser que alguém tenha uma sugestão e, então, ao invés de quatro pessoas, ficarão cinco, porque ficaria ruim tirar um que já foi incluído. Assim, eu não incluí ninguém, porque aí não se tira ninguém. Se alguém sugerir um, ninguém sabe qual são os outros. Fica fácil para a pessoa ficar chateada e dizer não. Por um lado, se a gente tirasse, a pessoa ficaria chateada indagando-se porque tendo havido a sugestão do seu nome, a Comissão não aceitou. Por quê? Se a gente não tira – o que seria o natural se fazer aqui no Senado – em vez de quatro por reunião seriam seis. Ou então não iria atender a Deputado e Senador.

Seria assim: o primeiro tema seria a regulamentação do art 112, § 3º, 103 a, da Constituição da República, que trata, respectivamente, da repercussão geral do recurso extraordinário e da edição e revisão de súmula com efeito vinculante. São dois temas que são assemelhados.

Agora, não está na ordem. É o requerimento. Depois vamos manter entendimentos com os convidados. Aí sim faremos uma ordem de comum acordo com eles. Um vai poder vir em um dia; outro, em outro.

Aí os convidados seriam para esse tema: o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo e o Dr. Sérgio Renault, Secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, foi a idéia de que viessem dois especialistas por tema.

Regulamentação dos dispositivos que, aprovada a parcela da Proposta de Emenda à Constituição da Reforma do Judiciário, cujo texto aguarda votação na Câmara dos Deputados, tratarão da súmula impeditiva de recursos e inadmissibilidade do recurso especial, ambos relacionados à jurisdição do Superior Tribunal de Justiça.

São esses os temas.

Então, seriam o Ministro Édison Vidigal, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça e Dr. Álvaro Augusto Ribeiro da Costa, Advogado-Geral da União.

O terceiro seria: reformulação do processo de execução fundada em título judicial e extrajudicial, fiscal e contra a Fazenda Pública. O Sr. Manoel Felipe Rêgo Brandão, Procurador-Geral da Fazenda Nacional e o Sr. Omar Coelho de Melo, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Estado.

O próximo seria: Instituição do Juizado Especial de Fazenda Pública, estadual e municipal, e uniformização de jurisprudência dos Juizados Especiais. Expositores: Ministro Ari Pargendler, Coordenador-Geral do Conselho da Justiça Federal e o Desembargador José Fernandes Filho, Presidente da Comissão Executiva do Conselho Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

Quinto tema: reforma dos recursos de apelação e agravo de instrumento. Sr^a Estefânia Viveiros, Presidente

da OAB/DF, e o Sr. José Vanderlei Cosima, Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União.

Sexto tema: Tutelas coletivas e mecanismos alternativos de solução de conflitos. Expositores: Sr. Adolfo Braga Neto, Presidente do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem e o Subprocurador-Geral da República Aurélio Virgílio Veiga, Coordenador da Terceira Câmara do Ministério Público Federal relativo a consumidor da ordem econômica.

Próximo tema: tutela diferenciada e proposta para a celeridade e efetividade do processo de conhecimento. Ministro Sávio de Figueiredo Teixeira, Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça e Roberto Buzato, Presidente da OAB.

Próximo tema: organização do Tribunal do Júri e Federalização dos crimes contra os direitos humanos. Dr. Cláudio Fonteles, Procurador-Geral da República e o Juiz Rodrigo Tolentino de Carvalho, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. Esse é um tema bastante interessante.

Próximo tema: inquérito policial e medidas assecuratórias para a aplicação da lei penal. Primeiro: Juiz Federal Jorge Antonio Maurique, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil, e o Promotor João de Deus Duarte Rocha, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público.

Próximo tema: produção de provas no processo penal e recursos no processo penal. Dr. Leopoldo Portela Júnior, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos e o Procurador Nicolau Dino de Castro e Silva, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

Competência suplementar à Justiça do Trabalho. Ministro Vantuil Abdala, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, e o Dr. Osvaldo Sirota Rotbande, Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas.

O último tema seria o Fundo de Garantia das execuções trabalhistas, com o Juiz Grijaldo Fernandes Coutinho, Presidente da Anamatra, e o Dr. Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Esses seriam os temas e os convidados.

Fora isso, temos a lista, que não vou ler, dos especialistas. Talvez como não estamos tendo quórum, pudéssemos aguardar até a próxima reunião as sugestões do próprio Presidente.

Vou entregar essa lista.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Vou apenas fazer uma observação preliminar, Sr. Relator. É uma notícia e uma observação para meditarmos. Na proposta de roteiro apresentada pelo nobre Relator, temos listados como iniciativa do Procurador-Geral da República, a regulamentação do Conselho Nacional do Ministério Público.

De fato, S. Ex^a, o Procurador-Geral da República, já encaminhou para regulamentação do Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 5.094/2005. Ocorre que fui procurado esta semana por representantes de entidades do Ministério Público que me encaminharam um parecer. Tenho que noticiar aos senhores porque é uma questão preliminar sobre a qual temos que nos posicionar, vamos resolver que caminhos vamos tomar. Esse parecer basicamente sustenta que o Procurador-Geral da República não teria poder de iniciativa para esse projeto de lei. Segundo o entendimento das entidades representativas do Ministério Público, embasadas no parecer do Professor Emerson Garcia, quem teria o poder de elaborar, de iniciar esse projeto de lei, é a nossa Comissão.

Lerei a conclusão do parecer. Ainda não o recebi oficialmente. O Dr. Marphan irá encaminhá-lo oficialmente. Lerei a conclusão. É o primeiro imbróglio com o qual teremos que nos defrontar. A conclusão o parecer diz o seguinte:

Como desdobramento dessas breves considerações, já é possível concluir que o Ministério Público da União, apresentado pelo Procurador-Geral da República, não detém o Poder de iniciativa legislativa para as leis destinadas à regulamentação dos critérios de escolha dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público e para a criação da estrutura do órgão, o que é um claro indicativo de vício de iniciativa, presente no Projeto de Lei nº 549/2005 e do Acessório MMP -I/ 2005 ofertado pela referida instituição à Câmara dos Deputados.

O vício de iniciativa em (inaudível) síntese, assim, decorre dos seguintes fatores:

a) o poder de iniciativa legislativa deve estar expresso na Constituição, não podendo ser presumido analogicamente estendido;

b) a Constituição da República não confere ao Conselho Nacional do Ministério Público poder de iniciativa legislativa;

c) o Ministério Pública da União é tão-somente representado no referido órgão colegiado e não o materializa;

d) o poder de iniciativa do Procurador-Geral da República, como chefe do Ministério Público da União, é restrito às matérias afetas à instituição;

e) o art. 7º da Emenda Constitucional nº 45/2004 atribui a uma Comissão Mista – que é a nossa – com exclusividade, o poder de iniciativa da lei destinada a regulamentar o Conselho Nacional do Ministério Público.

Portanto, temos um primeiro imbróglio jurídico. Precisamos ver o encaminhamento. Se houver o entendimento de que esta Comissão pode elaborar o projeto teremos que já nos debruçar sobre ele. Inclusive, com um adendo. O Supremo Tribunal Federal, na última semana, julgou a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional nº 45, relativamente ao Conselho do

Ministério Público dizendo que não havia ocorrido, no texto, dupla votação. Não é, Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, pela versão original, vinda da Câmara, se o Conselho Nacional do Ministério Público não fosse indicado até determinado prazo, se não me engano 7 de maio, caberia ao Presidente do Supremo Tribunal Federal indicar os membros do Conselho Nacional do Ministério Público.

Na época, alguém levantou a hipótese de que o Presidente do Supremo deveria indicar os membros do Conselho Nacional de Justiça, mas que os membros do Ministério Público deveriam ser indicados pelo Procurador-Geral e que seria apenas uma questão de redação.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Inaudível.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Foi essa a dúvida que ficou.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O Supremo julgou inconstitucional na semana passada. Retirou o texto.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Inaudível.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não. Deixe-me explicar direitinho.

Em primeiro lugar, o Supremo não julgou inconstitucional. Concedeu uma liminar somente enquanto julga.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Considerando que as liminares em Adins permanecem pela vida inteira...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Nesse caso específico a liminar era por conta de uma questão de prazo. Ia vencer no dia 7 de maio. Se não se concede a liminar, o que ia acontecer era a perda do mérito. A pessoa ia indicar e ficava indicado. Creio que a liminar não indica uma espécie de julgamento antecipado, é apenas para garantir o prazo. Creio que nesse caso foi correto. A dúvida é se houve uma mudança de redação ou se houve uma mudança de mérito. Se foi uma mudança de mérito está errado, porque não voltou para a Câmara o caso.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – É essa a questão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou ter que correr ali para tomar um cafezinho! Pediria a minha Vice-Presidente que me substituísse como Relator!

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Com a palavra o Deputado Darci Coelho.

O SR. DARCI COELHO (PFL – TO) – Essa questão da iniciativa do Procurador-Geral da República já está sendo estudada por mim, porque parece que vou ser Relator do processo na Comissão de Constituição e Justiça. Seria importante que definíssemos a competência, porque serviria de subsídio para fazer a sustentação na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Aliás, um dos encaminhamentos possíveis seria remetermos a uma consulta da CCJ da Câmara. Em sendo V. Ex^a o Relator, a coisa, inclusive, se agilizaria. Porque, talvez, pudéssemos coletar os subsídios necessários para que a CCJ lá pudesse se posicionar e, assim, ficaria definido se seria encargo nosso ou não a elaboração desse texto de lei.

O SR. DARCI COELHO (PFL – TO) – Muito bem, obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Deputada Zulaiê!

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Só gostaria de explicar que isso tudo surgiu, porque, como estávamos na iminência de fazer a promulgação da Emenda nº 45, ficou no texto essa questão, e o Ministro Jobim não queria que continuasse no texto, porque tinha muito medo de que pudesse causar espécie essa situação de o Ministério Público não apresentar e ter que suprir. Ele achava um absurdo o Presidente do Supremo, conseqüentemente o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, ter que indicar os membros do Ministério Público. Acontece que era um dispositivo que ficou, foi aprovado pela Câmara e acabou sendo aprovado pelo Senado também, na ausência de indicação. Se ninguém indicar, se não houver indicação do Procurador-Geral da República, se não houver indicação do Ministério Público, enfim, se ninguém indicar ninguém, não poderia ficar sem o Conselho Nacional ou o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Salvo engano, Deputada, o que aconteceu foi o seguinte. No Senado, incluiu-se a expressão Procurador-Geral da República, que não havia na Câmara. E, como teríamos que passar por duas votações, isso implicaria uma mudança de mérito do texto redacional. Então o Supremo deu a liminar, sustentando a expressão Procurador-Geral da República, que é como está hoje.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Assim, volta a redação da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Volta a redação original da Câmara. E essa é uma situação que apenas acrescenta uma pimenta a mais na situação que temos que enfrentar.

O Deputado Osmar Serraglio deseja fazer o uso da palavra?

Não!

Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, temos que debater, então, agora, a proposta de roteiro feita pelo Sr. Relator.

Aqui está o cronograma também, porque, na reunião de hoje, tínhamos dito que seria apresentado o cronograma da Comissão Mista para a Reforma do Judiciário. E o nobre Relator, com apoio da Assessoria, apresenta aqui uma proposta de cronograma. Como o

Relator se ausentou, e é vazado aqui em quadradinhos, pediria que a nossa Vice-Presidente me auxiliasse na leitura do cronograma.

Em princípio, a proposta de cronograma é a seguinte: temos aqui o funcionamento da Comissão até o dia 25 de outubro, porque são seis meses. Teríamos a instalação e indicação da Relatora pelo roteiro, de 29 a 31 de março, o que já foi cumprido.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – De primeiro de maio até 30 de junho, as audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – A aprovação do roteiro e cronograma, aprovação do requerimento de audiências públicas, as audiências públicas, análise dos projetos do Pacto até 26 e 30, apresentação de emendas aos projetos do Pacto, a apresentação de outros projetos de regulamentação seria entre junho e outubro e a apresentação e votação do relatório final, nas duas primeiras semanas de outubro. Seria isso. Em síntese é isso.

Indago aos Srs. Deputados, se têm alguma observação ou ponderação a fazer. Temos um problema: não temos quórum para deliberação.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então não podemos deliberar nada! A não ser que possamos aguardar!

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Creio que poderíamos, talvez, suspender a reunião por alguns minutos, verificando a possibilidade de que a assessoria pedisse a presença dos demais parlamentares.

Então vamos suspender a reunião por dez minutos pedindo a assessoria que por gentileza entrem em contato com os Srs. Senadores e Deputados que integram à Comissão pedindo a presença para que nós possamos fazer a votação do cronograma e da proposta.

Nós já voltamos.

Declaro suspensa a reunião por dez minutos.

Não tendo quórum para deliberação na presente reunião, nós não teremos mais nada a tratar nesta reunião.

Portanto eu convoco a próxima reunião desta Comissão na quarta-feira, próxima, às 15:00h com pauta que será deliberada nos termos da pauta desta reunião, ou seja, nós aprovaremos especificamente a proposta de roteiro para os trabalhos e o roteiro do cronograma apresentado pelo Senador José Jorge, bem como todos os requerimentos para audiência públicas na forma dos que foram apresentados até a data daquela reunião, dia 11 de maio.

Portanto, nada mais havendo a tratar por ausência de quórum declaro encerrada a reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 30 minutos.)

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 79/2004, DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, “EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004”.

Ata da 5ª Reunião

Realizada em 18/05/2005

Aos dezoito dias do mês de maio, do ano de dois mil e cinco, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado José Eduardo Martins Cardozo e ainda com as presenças do Senador José Jorge, do Deputado Roberto Magalhães, Deputado Paes Landim, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, reúne-se a COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 79/2004, DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, “EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004”. O Presidente declara aberta a reunião, coloca em votação a ata da reunião do dia 04/05/2005, a qual é aprovada. Informa que a reunião se destina à apreciação do cronograma de audiências públicas, bem como dos requerimentos apresentados. Passa a palavra ao Relator Senador José Jorge que propõe um roteiro de votação das matérias afeitas à Comissão. Usam, também, da palavra os Deputados Roberto Magalhães, Ibrahim Abi-Ackel e Paes Landim. Após as discussões pertinentes o Presidente retoma a palavra e encerra a reunião às dezesseis horas e trinta minutos e, para constar, eu, *Izaias Faria de Abreu*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Declaro aberta a 5ª reunião da Comissão Especial Mista criada mediante Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 45, de 31-12-2004.

Informo aos Srs. Parlamentares que a ata da reunião anterior se encontra sobre a mesa. Assim sendo, coloco-a em votação, propondo a dispensa da sua leitura.

Os que aprovam a ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A pauta da presente reunião se destina à apreciação do cronograma de audiências públicas, bem como dos requerimentos apresentados nesse sentido. Para tanto, a seguir passarei a palavra ao Senador José Jorge não sem antes fazer uma solicitação aos Srs. Parlamentares sobre a seguinte questão:

Temos tido alguma dificuldade de obtenção de quorum nesta Comissão. Foram três reuniões sucessivas em que não tivemos obtenção de quorum. Então, gostaria que os presentes militassem sobre qual o horário melhor para que pudéssemos designar as reuniões da nossa Comissão. Porque temos um encavalamento de atividades. A maior parte dos parlamentares pertence que integra esta Comissão pertence também à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara, o que inibe a presença – digo até a nossa presença, porque pertencem a essa Comissão – nas terças-feiras à tarde, nas quartas pela manhã e nas quintas pela manhã.

Por outro lado, os Srs. Senadores também têm o compromisso de plenário e das suas respectivas comissões, e até o momento não conseguimos calibrar – tanto eu como o Senador José Jorge, nosso Relator – o dia e o horário adequados para essas reuniões, para que possamos ter uma maior presença dos Srs. Senadores.

Temos uma tarefa imensa pela frente, e esta é uma comissão temporária, com prazo determinado na Constituição Federal – temos seis meses. O prazo está fluindo, e há uma profunda preocupação deste Presidente – sei também que do Sr. Relator – em relação à continuidade dos nossos trabalhos. Hoje possivelmente vamos aprovar o nosso plano de trabalho, ou seja, depois de muito tempo decorrido da instalação da Comissão.

Portanto, ao final da reunião, eu gostaria de fazer informalmente uma consulta aos parlamentares presentes para que pudéssemos verificar de que maneira nós podemos estar colaborando para o funcionamento dos trabalhos, fixando uma data e um horário semanais

que permitissem realmente o andar dos trabalhos de uma forma mais célere e sem problemas com a falta de presença dos Srs. Parlamentares.

Passo a palavra ao relator, Senador José Jorge, para discutir a matéria posta em pauta.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL-PE) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, na verdade temos tido dificuldades de quórum nessas reuniões principalmente porque todos os Srs. Senadores e os Srs. Deputados têm seus trabalhos nas comissões temáticas de suas respectivas Casas, então uma comissão a mais sempre gera muita dificuldade. Mas, de qualquer maneira, é uma Comissão que está na Constituição, vamos ter que andar com ela mesmo com essa dificuldade.

Como relator, gostaria de dizer que qualquer horário que marcarem eu venho. Dou prioridade número um, mesmo porque se o relator não vier a Comissão não funciona. Então, qualquer dia, qualquer hora, qualquer momento que for melhor para os outros, para mim está ótimo.

A minha idéia é que pudéssemos agora aprovar o seguinte:

1) Dispositivos que dependem de regulamentação mediante legislação federal de iniciativa do Poder Legislativo: destinação de custas ao Poder Judiciário, que é o art. 98, § 2º; federalização dos crimes contra Direitos Humanos, art. 109, item V, § 5º; competência do Tribunal Superior do Trabalho, art. 111, **a**, § 1º; competência suplementar da Justiça do Trabalho, art. 114, item 9; revisão ou cancelamento de súmula com efeito vinculante, art. 103, **a**; repercussão geral no recurso extraordinário, art. 103, **a**; estabelecimento das hipóteses de cabimento do segredo de Justiça, art. 93, item 9; e Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, art. 3º da PEC.

Há outro dispositivo que assegura a razoável duração do processo, no âmbito judicial e administrativo, e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

2) Dispositivos que dependem de outras formas de regulamentação, tais como: resolução do Senado e Câmara (art. 5º, § 3º, da Emenda Constitucional nº 45).

3) Dispositivo que depende de regulamentação por meio de legislação de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, do Ministério Público Federal ou dos Tribunais dos Estados, conforme o caso, conforme disposto a seguir: competência do Supremo Tribunal Federal – as modificações na Lei Orgânica da Magistratura; ingresso na carreira, art. 93, item I; critério de promoção, art. 93, item II, **c**, **d** e **e**; critério de acesso aos Tribunais, art. 93, item III; cursos oficiais, art. 93, item IV, art. 105, parágrafo único, I; obrigações e

vedações dos magistrados, art. 95, parágrafo único, IV e V; remoção e disponibilidade de aposentadorias por interesse público, art. 93, item VIII; remoção a pedido ou permuta de magistrado, art. 93, item VIII, a; decisões administrativas dos Tribunais, art. 93, X; férias, art. 93, XII; instalação e definição na competência do Conselho Nacional de Justiça, art. 103, **b**; criação de ouvidorias de Justiça, art. 103, **b**, § 7º.

A maioria deles são modificações na Lei Orgânica da Magistratura.

4) Dispositivos de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho: criação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, art. 111, **a**, § 2º, item II; criação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento do Magistrado do Trabalho, art. 111, **a**, § 2º, item I; criação de varas da Justiça do Trabalho, art. 112; justiça itinerante na Justiça do Trabalho, art. 115, § 1º; iniciativa do Procurador-Geral da República; obrigações e vedações aos membros do Ministério Público, art. 128, § 5º, **b**, II, **e**, **f**, § 6º, art. 129, § 2º; ingresso na carreira, art. 109, § 3º; regulamentação do Conselho Nacional do Ministério Público.

Essa é exatamente onde está a polêmica. Por exemplo, a Conamp, a Associação dos Magistrados, dos membros do Ministério Público, considera que a iniciativa deveria ser desta Comissão e não do Procurador-Geral da República.

Continuo a leitura do item 4: criação de ouvidorias do Ministério Público, art. 130, **a**, § 5º; iniciativa dos Tribunais de Justiça dos Estados: criação de varas para julgamento de conflitos agrários, art. 126; Justiça Militar Estadual, art. 125, § 3º.

Fora isso, que eu não vou ler agora, há os projetos que fazem parte do denominado pacto do Estado em favor de um Poder Judiciário mais rápido e republicano, celebrado em dezembro de 2004, subscrito por representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Esse projeto contém matéria que regulamenta a PEC nº 45, mas já está em tramitação na Câmara e no Senado. Em casos excepcionais, não deveríamos interferir nessa tramitação.

Esse seria o primeiro ponto.

O segundo é exatamente a questão dos requerimentos de audiência pública. A idéia era fazer um requerimento de audiência pública. Distribuimos na reunião passada uma divisão das audiências públicas por temas, para simplificar. Nessa emenda constitucional, trata-se de muitos temas diferentes, desde Justiça do Trabalho, Ministério Público, Estatuto da Magistratura, Código Civil, Código Penal, muitos detalhes.

Para não discutirmos todas as vezes o mesmo tema, fizemos uma relação de temas que poderiam ser

discutidos e de pessoas que poderiam ser convidadas e fizemos uma relação entre a pessoa e o tema. Foi uma proposta que fiz aqui e que passo a ler.

O primeiro tema seria: regulamentação dos arts. 102, § 3º, e 103-A da Constituição Federal, que tratam respectivamente da repercussão geral do recurso extraordinário e da edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante. Nós convidamos para tratar desse tema o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo, e o Sr. Sérgio Renault, Secretário de Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça.

Gostaria de acrescentar que, para cada um desses temas, poderão ser convidados pelo menos um ou dois especialistas. Nós não relacionamos aqui os especialistas, porque esperamos receber sugestões dos Senadores a respeito.

Assim, aqui estão pautadas apenas as pessoas que, em razão da função que exercem, deveriam ser indicadas. Com relação aos especialistas, evidentemente há dezenas, centenas de pessoas que poderiam falar sobre esse tema. Se eu fosse escolhê-los, não restaria espaço para que os Senadores sugerissem algum nome.

Por isso achei melhor deixar essa indicação em aberto. Se eu indicasse, por exemplo, dois nomes, os Senadores indicariam também mais dois nomes. Então, eu teria que cancelar o convite daqueles que indiquei, ou então não aceitar a sugestão dos companheiros, Deputados e Senadores. Assim, para evitar uma situação constrangedora, deixei essa questão em branco.

O item 2 trata da Regulamentação dos Dispositivos que, aprovada a (inaudível) parcela da proposta da emenda à Constituição da Reforma do Judiciário, cujo texto aguarda votação na Câmara dos Deputados, tratarão da súmula impeditiva de recursos e da inadmissibilidade do recurso especial. Ambos relacionados à jurisdição do Superior Tribunal de Justiça. Esse assunto ainda está na Câmara.

Seriam convidados o Ministro Edson Vidigal e o Sr. Álvaro Ribeiro da Costa, Advogado-Geral da União.

O item 3 trata da Reformulação dos Processos de Execução Fundada em Títulos Judiciais, Extrajudiciais, Fiscais e Contra a Fazenda Pública – o Sr. Manoel Felipe Rêgo Brandão, Procurador-Geral da Fazenda Nacional, e o Sr. Omar Coelho de Melo, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado.

O item 4 trata da instituição do Juizado Especial de Fazenda Pública Estadual e Municipal e da uniformização de jurisprudência dos juizados especiais – Ministro Ari Pargendler, Coordenador-Geral do Conselho de Justiça Federal, e o Desembargador José Fernandes Filho, Presidente da Comissão Executiva do Conselho Permanente do Tribunal de Justiça do Brasil.

O item 5 trata da Reforma do Recurso de Apelação e Agravo de Instrumento – Sr^a Estefânia Viveiro, da OAB de Brasília, e o Sr. José Vanderlei Cosima, Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União.

O item 6 trata das Tutelas Coletivas e Mecanismos Alternativos de Solução de Conflitos. O Sr. Adolfo Braga Neto, Presidente do Conselho Nacional da instituição de mediação e arbitragem, e o Subprocurador da República, Aurélio Virgílio Rios, Coordenador da Terceira Câmara do Ministério Público Federal, relativa a consumidor e ordem econômica.

O item 7 trata da Tutela Diferenciada e Proposta para a Celeridade e Efetividade de Processo de Conhecimento – o Ministro Sávio de Figueiredo Teixeira, Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, e o Sr. Roberto Busato, Presidente da OAB.

O item 8 trata da organização do tribunal do júri e federalização dos crimes contra os direitos humanos – Dr. Cláudio Fonteles, Procurador-Geral da República, e o Juiz Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Inquérito Policial e Medidas a Ações Curatórias para Aplicação da Lei Penal – Juiz Federal Jorge Antônio Maurique; Promotor João de Deus Duarte Rocha.

Produção de Provas no Processo Penal e Recurso no Processo Penal – Dr. Leopoldo Portela Júnior, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos e o Procurador Nicolau Dino de Castro e Costa Neto, Presidente Nacional dos Procuradores da República.

Competência Suplementar da Justiça do Trabalho, Ministro Vantuil Abdala, e o Dr. Osvaldo Sirota Rotbando, Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas, e a Dr^a Sandra Lion Simón, Procuradora-Geral do Trabalho.

Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, Juiz Grijalbo Fernandes Coutinho, Presidente da Anamatra, o Dr. Sebastião Viera Caixeta, Presidente da Associação.

Subsídios aos trabalhos da Comissão, Dr. Jorge Maurique, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil.

Esses três últimos já foram indicados pelos Deputado Colbert Martins e pelo Senador Francisco Pereira.

O Juiz Dr. Paulino José Lourenço e Desembargador José Pedro Valls Feu Rosa.

Então, a nossa idéia era aprovar hoje esse roteiro no sentido das escolhas dos temas, e eu pediria, inclusive, aos Deputados, como, por exemplo, o Deputado Ibrahim Abi-Ackel e o Deputado Roberto Magalhães,

que são especialistas no tema, que examinassem para ver se realmente são os pontos em que devem ser elaborados os projetos ou se tem de mais ou de menos para que possamos modificar se for o caso, e também aprovar, em princípio, essa audiência pública. Sei que tem muitas audiências públicas previstas, mas com todas aprovadas, vamos tentar montar as principais e, a partir daí, faremos as convocações. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Agradeço ao nobre Sr. Relator. Vamos, então, ao debate relativamente à proposta e aos requerimentos. Faço uma ponderação preliminar ao Sr. Relator no seguinte sentido. A idéia original nossa, a partir de um entendimento informal com os presidentes das Comissões de Justiça do Senado e da Câmara, era que viéssemos a concentrar nosso trabalho e nossa atenção naqueles projetos que dependeriam de uma elaboração. Os projetos que já estão tramitando pelo Senado ou pela Câmara, pelas respectivas Comissões de Justiça, não nos ocupariam deles de imediato, até para que não houvesse aí uma superposição de atividades de apreciação. Então a minha sugestão, feita ao Sr. Relator e aos Srs. Deputados, é de que nas próprias audiências públicas que fôssemos marcar déssemos prioridade exatamente aos temas com que teremos de elaborar projetos. Talvez essa pudesse ser uma proposta preliminar. Também...

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL-PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Pois não.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL-PE) – Sr. Presidente, a minha idéia era que se aprovássemos essa questão geral, a partir daí, posso dar essa prioridade, porque às vezes depende da vinda ou não vinda de algum convidado, mas, sem estar aprovado, não posso tomar nenhuma providência, porque, na realidade, vai depender primeiro da aprovação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Tem razão o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL-PE) – Por isso que se aprovarmos no voto geral, nada impede que vamos corrigindo, pouco a pouco, de acordo com a necessidade da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Tem toda a razão o Sr. Relator.

Está aberto aos Srs. Deputados que quiserem fazer uso da palavra. Deputado Roberto Magalhães, Deputado Ibrahim. Deputado Roberto Magalhães.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria de indagar se essas matérias listadas, relacionadas, se, dentro de cada

uma delas, já houve essa seleção dos projetos de lei por resoluções que terão de ser elaboradas.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL-PE) – Em princípio, serão esses que estão nesse documento.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (PFL – PE) – Tudo isso não é matéria relacionada a projetos em andamento.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL-PE) – Não.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (PFL – PE) – Mas já houve essa seleção?

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL-PE) – A seleção é essa aqui. Nós...

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (PFL – PE) – Ótimo. Queria saber se já tínhamos dado esse primeiro passo, o que seria importante, porque já enxugaria...

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL-PE) – É essa a seleção. Os projetos estão anexados que são esses que estão nessa segunda lista, onde está escrito, por exemplo: PL nº 4.725. Há um mais detalhado em que consta o andamento de cada um desses projetos que não são os que representam a formalização direta em cima da Emenda 45.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (PFL – PE) – A minha segunda observação é de que jamais conseguiremos esgotar esta pauta em termos de audiência pública. Agora mesmo, tive essa experiência com aquela PEC 358, quarenta e poucos dias para fazer duas audiências públicas, uma das quais findou não se realizando. Então, evidentemente, terá de haver aí, como já disse o relator, uma triagem grande, teremos de ter aí uma escala de prioridades. Terceiro, queria só dar uma informação. Essa Reforma do Poder Judiciário está tomando um vulto, está ficando muito grande. Basta dizer que estou com o parecer pronto, espero que ele entre na pauta na próxima semana, sou Relator da PEC 358, e, imaginem. Tem um dispositivo – pediria a atenção do meu mestre Ibrahim Abi-Ackel. É o seguinte: tem um dispositivo, evidentemente, que prevê na competência do Supremo o recurso extraordinário, e tem na competência do Superior Tribunal de Justiça a previsão de recurso especial para aquele Tribunal quando se tratar de decisão que tiver que afrontar a Constituição Federal.

Então, teremos dois recursos, perante dois tribunais, para uma mesma hipótese. Teríamos um acordo constitucional e uma segunda, que não é constitucional, mas que passa a ter também essa atribuição. Vou propor, sabendo que vai haver uma discussão regimental, mas não posso deixar de propor que se faça a eliminação ou propor uma emenda saneadora

de injuridicidade, porque não é de constitucionalidade, para suprimir essa parte.

Enfim, teremos realmente de ter muito cuidado. São muitas idéias, essa tarefa é sobre-humana. Essa tarefa desta Comissão é para uma legislatura inteira, eu penso assim, posso estar enganado. Não quero com isso desestimular, não, pelo contrário, quero até estimular pela relevância da tarefa, sobretudo do Presidente e do Relator.

Era o que eu pretendia dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

O SR. IBRAHIM ABI-ACKEL (PP – MG) – Sr. Presidente, peço que minhas palavras sejam recebidas como um sincero desejo de colaboração por isso mesmo devo ser franco.

A tarefa a que se propõe esta Comissão, contida nessa proposta de roteiro, não serão cumpridas nos seis meses previstos e provavelmente nem em uma legislatura, por mais que se empenhem nela. O que há aqui são dezenas de intervenções em códigos processuais, em leis substantivas e em leis complementares que não são da nossa competência, como por exemplo: a questão do acesso e remoção dos juizes, cuja iniciativa é do Supremo Tribunal Federal.

Mas de qualquer modo, se trabalharmos com muita objetividade, levando em conta o seccionamento das matérias, poderemos resolver algum problemas pendentes, não todos que aqui se encontram. Aqui se encontram coisas irrelevantes, como por exemplo: trocar o nome do embargo declaratório para pedido de correção, é a mesma coisa é uma mudança de nomenclatura e restringir a um só recurso.

Agora, a questão me aflige muito, porque advém de uma longa experiência na Câmara é a das audiências. Seria muito melhor se elaborássemos um projeto sobre determinada matéria e depois convocássemos as autoridades sobre o assunto para vir discutir aquela matéria específica. As pessoas que vêm aqui, a despeito de sua alta significação institucional e seu notório saber, vêm falar generalidades, porque eles não têm absolutamente nada colocado no papel que possa merecer uma referência crítica construtiva. São conferências não dialogais, são conferências conjunturais em que põem seus pontos de vista, que não são necessariamente seus pontos de vista, que não são necessariamente os pontos de vista para serem discutidos à vista da proposta que for formulada concretamente.

Ouvi com muita atenção o Sr. Relator, obviamente examinar os nomes invocados, mas notei o seguinte: no que diz respeito a agravo de instrumento, quem vai falar é o representante da União, que não quer

absolutamente disciplinar agravo de instrumento, ele quer que o agravo de instrumento continue exatamente como está, para não ter de cumpri-lo nunca. Setenta por cento da matéria que estão nos tribunais superiores são de débito da União que não quer pagar. E não há absolutamente nenhuma disposição legal ou constitucional que compile ao Poder Executivo o cumprimento da decisão judicial, porque a pena prevista na Constituição é romanticamente a pena da intervenção. Então, o município é condenado, não paga, e o Presidente do Tribunal faz um ofício ao Governador do Estado, para que intervenha no Município.

O Governador não pode intervir, porque está sentado numa montanha de sentenças que ele mesmo não cumpriu e que autorizam a União a intervir no Estado. A Justiça no Brasil é isso.

Há certas apelações que nunca são julgadas, jamais. Por exemplo, apelações contra sentença de primeira instância que manda banco complementar o pagamento dos seus funcionários demitidos: ficam oito, dez, quinze, vinte anos para serem julgadas. Não julgam. E por aí vai, não quero estender-me muito. Essas são as questões que temos de resolver.

Tenho o maior apreço pelas pessoas que estão relacionadas aqui. Mas, sinceramente, não virei ouvi-las; virei apenas cumprimentá-las e sair. Estou cansado de conhecer seus pontos de vista nos acórdãos, nos artigos, nos votos, nos livros. Só poderemos extrair alguma coisa da sabedoria dessas ilustres pessoas, se lhes oferecermos um projeto. Diga o que o senhor pensa a respeito disso, e nós, então, vamos examinar uma contribuição objetiva, específica, limitada, que diz respeito àquilo que vamos fazer.

Se não procedermos assim, daqui a seis meses, teremos vários volumes de conferencias aqui feitas. O Senado vai publicá-las sob o título pomposo de Reforma do Judiciário. Não é reforma nenhuma, não tira um processo da prateleira, não avança um dia uma sentença, não apressa dois dias um acórdão e ficamos aqui numa espécie de produção literária marginal daquilo que resolvemos fazer.

Pretendemos que as ações judiciais não durem tanto quanto duram hoje. Pretendemos que os recursos sejam limitados. O Deputado Roberto Magalhães tem uma proposta difícil de ser aprovada, mas que vamos defender, que é a limitação da possibilidade dos recursos.

O Desembargador Gudesteu Biber – desculpem-me o parêntesis – fez outro dia o levantamento dos recursos possíveis numa ação ordinária. Chegou à conclusão de que é possível interpor 62 recursos sucessivos numa ação ordinária.

Outra questão: talvez nem todos os ilustres membros da Comissão saibam que, em todos os cartórios, existe um nicho, dentro de um determinado armário, que são aqueles processos que vão prescrever. O réu é amigo do dono de cartório, aparentado com o juiz. Então, esses processos vão para um canto, porque vão prescrever e nunca serão conclusos ao juiz.

Isso acontece porque as corregedorias custam uma fortuna à Nação. São 28 corregedorias da Justiça comum – 27 Estados, mais o Distrito Federal. Há a Corregedoria da Justiça Federal, a Corregedoria da Justiça do Trabalho. Assim, há cerca de 100 Corregedorias do Estado. Agora se criou, por meio da suposta Reforma do Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça: é “corregedoriazona”, porque não vai levantar coisa nenhuma.

Enquanto não se fizer a estatística real do que está ocorrendo nos cartórios, não vai haver reforma alguma do Judiciário. Ninguém tem controle sobre o andamento dos feitos. O escrivão faz conclusos ao juiz os autos que entende que devem ser resolvidos, e o juiz resolve aqueles que pensa que pode reduzir com menor esforço. E as questões complexas, de maior vulto, ficam paralisadas. E, quando, por ventura, sai uma alma do purgatório, e uma sentença é proferida, começa a sucessão dos recursos.

Vou, Sr. Presidente, encerrar esta fase da minha tosca exposição, porque tenho necessidade sempre de expelir, em primeiro lugar, a profunda melancolia, ao fim de tantos anos de advocacia e parlamento, com o que existe na Justiça, na nossa imóvel, desumana e desinteressada Justiça, que não tem nenhuma preocupação com as dores humanas e que, a pretexto de ser neutra, acaba sendo indiferente.

Descarregado esse fundo de amargura – V. Ex^a está acostumado comigo –, peço desculpas ao relator, toda vez que falo sobre reforma do Judiciário sai alguma coisa mais ou menos semelhante.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL-PE) – Mas V. Ex^a permite que eu faça uma observação sobre uma coisa que V. Ex^a falou com tanto brilho? Na verdade, acho que há um ponto que V. Ex^a tocou, quanto à questão da elaboração dos projetos, que eu imagino muito importante. Porque aqui na Câmara e no Senado – e até tenho dito à Assessoria isso – nós discutimos sempre em cima de projetos, não discutimos em cima de idéias. Então, na realidade, eu vou realizar um esforço para colocar, nessas audiências públicas, sempre uma sugestão de projeto e entregar antes uma sugestão que não vai ter a participação da Comissão como um todo, mas eu posso elaborar um junto com a Assessoria do Senado, de tal maneira que, antes de o convidado vir aqui ele receba uma minuta de qual projeto iremos

elaborar e de como ele pode sugerir em cima daquele projeto assim como ele já está.

O SR. IBRAHIM ABI-ACKEL (PP – MG) – O projeto sobre o qual desejamos ouvi-lo.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL-PE) – Porque assim, na realidade... Aliás, a minha idéia inicial sempre foi essa. Porque eu também não tenho a experiência de Judiciário de V. Ex^a, mas eu tenho a experiência na Casa e sei que aqui, na Casa, a gente sempre discute em cima de um projeto elaborado; a gente não discute idéias gerais aqui, sempre discute em cima de um projeto.

Então, é muito importante que as pessoas que venham aqui digam: não, esse projeto está ruim, está bom, deve acrescentar isso, deve tirar, e que os próprios Deputados e Senadores também, naquele momento, porque, dali em diante, a gente já elabora aquele projeto em definitivo, aprova e manda. Porque, na verdade, um outro aspecto que gostaria de falar sobre as questões que V. Ex^a colocou é em relação à seguinte situação: nós, na verdade, aqui vamos elaborar um projeto para ser encaminhado à Câmara e ao Senado. Quer dizer, não é um projeto que vai entrar em vigor imediatamente. Portanto, de certa maneira temos a facilidade, no meio de tantas dificuldades que V. Ex^a citou, de que não é uma proposta definitiva; são proposições em relação às quais correrá todo um processo legislativo. São essas as duas observações.

Agradeço.

O SR. IBRAHIM ABI-ACKEL (PP – MG) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Deputado Paes Landim.

O SR. PAES LANDIM (PTB – PI) – Sr. Presidente, concordo a como sempre brilhante exposição do nosso Ministro Ibrahim Abi-Ackel, e eu complementar, Sr. Presidente, Sr. Relator, com a sugestão de que o que deveríamos fazer aqui é, inclusive, solicitar a essas entidades aqui elencadas e às demais outras entidades civis, inclusive da sociedade civil, sugestões para os vários projetos. Quer dizer, se o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais nos enviassem – ou aos advogados – sugestões, essas sugestões serviriam para a gente sistematizar os projetos aqui. Então, a sugestão que eu daria, Sr. Presidente – o Ministro Ibrahim Abi-Ackel tem toda razão: não adianta ouvir as mesmas pessoas de sempre repetir as mesmas coisas aqui sobre a reforma do Judiciário. Se a gente pudesse solicitar que essas instituições enviassem sugestões para a Comissão, isso seria muito mais útil, porque aí, com a competente Assessoria que o Senado tem – a Câmara não tem essa estrutura – poder-se-iam sistematizar

essas sugestões, e iríamos discuti-las aqui através do que for apresentado. Isso daria muito mais resultado do que o blá-blá-blá, o falar por falar, sem que tirássemos disso aí qualquer proveito mais concreto, até porque geralmente essas conferências, como disse o Ministro Abi-Ackel, se você tem um outro compromisso, você prefere o outro compromisso à conferência. Se você tem problemas concretos para discutir, você discutiria com mais atenção e com mais concentração.

Então, era a sugestão: que nos dirigíssemos a essas entidades, pedindo sugestões para a nossa Comissão em matéria dos processos que estão sob a nossa competência neste momento para examinar.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Agradeço ao Deputado Paes Landim. Gostaria de fazer uma ponderação. Já já teremos que, talvez, submeter a votação.

Foi-nos encaminhado, como já noticiou o Sr. Relator, um parecer da Conamp em que uma discussão nos é colocada e, de certa forma, reflete em todo o trabalho desta Comissão. Na verdade, o Conselho Nacional do Ministério Público sustentou que o Procurador-Geral da República não teria iniciativa outorgada constitucionalmente para apresentar projeto de lei disciplinador do conselho externo, digamos assim, do Ministério Público. Porém, o Procurador-Geral da República encaminhou a esta Casa um projeto de lei que está tramitando e que trata dessa questão da regulamentação do Conselho do Ministério Público, que é o que costumamos chamar de controle externo.

A argumentação da Conamp, em síntese, é a seguinte: para se ter poder de iniciativa em projeto de lei, seria necessário uma norma constitucional expressa, e essa norma constitucional inexistente. Diante dos termos do art. 7º da Emenda Constitucional nº 45, segundo a Conamp, quem teria competência formal para iniciar esse projeto de lei seria esta Comissão apenas. Ou seja, essa questão jurídica nos remete à necessidade de saber se temos, em alguns casos, inclusive esse, na matéria relativa à regulamentação desse Conselho, poder de iniciativa em projeto de lei.

Essa é uma questão, a meu ver, melindrosa, em primeiro lugar porque já há um projeto de lei encaminhado ao Procurador-Geral da República; em segundo lugar, porque uma questão inevitável: projetos de lei elaborados por esta Comissão serão apresentados por quem? Diretamente pela Comissão? É uma questão, portanto, jurídica e terá que ser elucidada.

Seria estranhíssimo que tivéssemos que nos pronunciar sobre a nossa competência. Não temos competência regimental para discutirmos a latitude da nossa competência. A sugestão que farei aos Srs. Parlamentares presentes vai na linha de que possamos

encaminhar consultas à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, para que esses dois órgãos se pronunciem sobre essa questão.

A partir da provocação feita pela Conamp, a sugestão que faço é que possamos fazer duas perguntas: nos projetos de lei elaborados por esta Comissão, temos ou não o poder de iniciativa, em face do art. 7º da Emenda Constitucional nº 45? Especificamente, no caso do Conselho do Ministério Público, temos esse poder de iniciativa?

Seria prudente que viéssemos a fazer isso para que, posteriormente, tivéssemos, primeiro, clareza se devemos ou não fazer também esse projeto de lei do Ministério Público; em segundo lugar, precisamos saber qual a tramitação que se dará ao trabalho que for aqui produzido, ou seja, se será da autoria dos Deputados ou Senadores ou da Comissão, como órgão legislativo.

Portanto, a seguir, gostaria de ouvir os Deputados sobre se há alguma contrariedade a esse encaminhamento. Penso que deveríamos aprovar uma consulta a essas comissões, para que elas pudessem balizar a nossa atuação daqui para frente.

Concedo a palavra a Deputado Paes Landim.

O SR. PAES LANDIM (PTB – PI) – Meu caro Presidente, não sei se a consulta deveria ser uma carta para a Comissão, porque o art. 7º da Emenda Constitucional é bem taxativo: “O Congresso Nacional instaurará imediatamente, após a promulgação de lei constitucional, comissão especial mista destinada a elaborar em 130 dias os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria nela tratada, bem como promover alterações na legislação federal, objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional”. Penso que há um mandato expresso à Comissão para elaborar esse projeto de lei.

Pelo que entendi, V. Exª quer consultar as comissões sobre se temos ou não esse poder.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Também estou convencido disso que V. Exª fala. Mas, como o Procurador-Geral da República já encaminhou um projeto de lei que está, se não me falha a memória, hoje na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, vamos imaginar que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados dê pela constitucionalidade do Projeto. Como fica?

Eu diria que é uma consulta para a qual eu, pessoalmente, tenho uma resposta, pelo menos dentro da minha compreensão, que vejo que compartilho com a de V. Exª. Mas o meu receio é, de repente, termos

projetos de lei que mais tarde vão desembocar numa situação quase que intransponível.

Imaginemos. Nós achamos que nós, Comissão Mista, somos competentes para iniciar este projeto. No entanto, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dá pela constitucionalidade da propositura encaminhada pelo Procurador-Geral da República. Como fica a situação?

Então, talvez seja preferível que nós encaminhe-mos esse Ofício para harmonizarmos os entendimentos. Acho difícil até, com a devida vênica de entendimento superior mais avalizado que o meu e o de V. Exª, que as Comissões de Justiça não entendam isso que nós estamos entendendo, mas, talvez, *ad cautelam*, nós já pudéssemos padronizar essa idéia de que essas matérias dizem respeito ao poder de iniciativa desta Comissão. Seria um pouco na linha de tentar unificar e evitar desastres futuros de colidência de situações. Como vai ficar depois que uma Comissão tomar uma decisão a respeito? Quer dizer, se nós autoproclamarmos nossa competência, poderão dizer que não tínhamos capacidade para autoproclamarmos nossa competência porque nossa competência era somente para iniciar projetos, e não para definir os limites de atuação. Então, aí nós ficaremos num ciclo que talvez ponha a perder situações tão trabalhosas para nós.

Meu objetivo é evitar polêmicas, embora eu concorde com V. Exª, Deputado Paes Landim. Pensamos absolutamente da mesma forma nesta matéria.

Deputado Ibrahim Abi-Ackel, V. Exª deseja falar mais alguma coisa sobre isto?

O SR. IBRAHIM ABI-ACKEL (PP – MG) – Estou de acordo com V. Exª. Acho a consulta necessária para definirmos a competência para a iniciativa dos projetos. Mas quero propor ao Sr. Relator o exame da seguinte questão: as matérias aqui coletadas são de importâncias diversas: há questões muito relevantes e há outras que podem ficar para o final do trabalho, como, por exemplo, essa questão de definir quais são os processos de segredo de Justiça. No processo penal, por exemplo, não há nada o que fazer. Se o ofendido é menor de 16 anos, o processo corre em sobre segredo de justiça. Para os demais não tem o menor cabimento o segredo de justiça.

Então, quero propor que se faça uma espécie de hierarquia das matérias que vão ser objeto dos primeiros esboços do projeto. Vejo, logo aqui, na primeira página, dentre os dispositivos que dependem de regulamentação, mediante legislação federal, de iniciativa do Poder Legislativo, as que me parecem mais importantes.

Temos a competência do Tribunal Superior do Trabalho. Essa competência, obviamente, diz respeito

às questões de competência sobre dissídios e sobre matérias, afinal de contas, profundamente ligadas à paz social ou à organização do trabalho. É matéria da maior importância.

Também a revisão ou o cancelamento de súmula com efeito vinculante. É matéria que não deve ficar pendente, por muito tempo, de decisão porque ela causa perplexidade nos operadores de direito, que, à falta de uma regra clara, vão procurar abrir caminho através de jurisprudência, através de tentativas de teses, para o estabelecimento da jurisprudência.

A repercussão geral do recurso extraordinário é da maior importância. Acho que, na próxima reunião, se tivermos esses três esboços, nós realmente começaremos a fazer alguma coisa objetiva dentro daquilo que se supõe ser a reforma do Poder Judiciário.

Além dessas, há outras questões que os outros colegas vão propor.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Agradeço a contribuição de V. Ex^a.

Não sei se algum dos Srs. Deputados deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Nós poderemos ir para os encaminhamentos da reunião. Acho que nós poderemos colocar em votação a aprovação genérica do plano de trabalho do Senador José Jorge, com os seguintes acréscimos, já naquilo que foi objeto de concordância do Relator.

Primeiro, que as audiências públicas serão sempre convocadas a partir de anteprojetos apresentados pelo Relator. Sugiro que esses anteprojetos sejam previamente encaminhados aos ilustres expositores e também aos Srs. Deputados e Senadores que integram a Comissão, para que possam, tendo examinado o texto, já comparecer preparados para o debate nas respectivas audiências públicas. Esse seria o primeiro adendo.

O segundo seria de que nós abriríamos o prazo, a partir de hoje, de dez dias para todos os Srs. Deputados e Senadores que integram esta Comissão pudessem apresentar propostas de nomes dos especialistas para comporem a audiência pública. S. Ex^a o Sr. Relator disse que as indicações são feitas, mas que ele estaria disposto a aceitar – me parece um número razoável – dois especialistas para cada uma das audiências públicas. Então, nós poderíamos, a partir de hoje, dar um prazo de 10 dias aos Srs. Deputados e Senadores para que pudessem indicar respectivamente os especialistas que desejam ouvir em cada uma dessas audiências públicas. S. Ex^a o Relator, então, tentaria compatibilizar essa situação, prevendo quem seriam os componentes finais dessas respectivas mesas.

Em terceiro lugar, também faríamos uma consulta às Comissões de Justiça do Senado e da Câmara

relativamente à questão do poder de iniciativa desta Comissão, dentro daquelas duas questões que havia colocado: sobre se temos ou não poder de iniciativa e, no que tange especificamente à matéria do Ministério Público, se temos ou não esse poder.

Em quarto lugar...

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL-PE) – V. Ex^a me permite um pedido de esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Pois não.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL-PE) – A consulta irá para as duas Comissões de Justiça: a do Senado e a da Câmara. E se as decisões não forem convergentes?

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Rezarei, sinceramente, para que não exista conflito. Porque, no fundo, tratando-se de uma comissão mista, não podemos privilegiar nem uma, nem outra. Se houver a colidência, vamos ter que nos socorrer de alguma autoridade divina para esclarecer a situação. Porque, sinceramente, eu meditei sobre isso e acho que realmente... Não haverá possibilidade de situação outra. Eu acho que, talvez, nós... A minha idéia é fazer a consulta e fazermos gestões junto às Comissões de Justiça da Câmara e do Senado para que pudéssemos, se possível, até, se for o caso, nos reunindo coletivamente, informalmente chegarmos a um denominador comum.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL-PE) – Ou as duas comissões.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Poderiam se reunir.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL-PE) – Os dois presidentes poderiam conversar e ouvir os respectivos membros das Comissões e votar até que pudessem chegar...

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Chegue-se a um denominador comum.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL-PE) – Sim. E aí haveria uma decisão comum das duas comissões.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Porque, se nós tivermos realmente uma divergência, talvez só o Papa Bento XVI poderá dizer quem tem.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL-PE) – E outra coisa, Presidente: não vai ser fácil se, por ventura, houver uma decisão aqui no sentido da competência desta Comissão. Porque acho que o Ministério Público não aceitará com facilidade.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Eu diria que nenhuma das decisões será aceita de forma pacífica. Porque, como o Conamp – que é um órgão do Ministério Público – quer que seja nos-

sa e como, talvez, a Procuradoria-Geral da República reivindique para ela a competência, de certa forma há aqui um litígio entre os Ministérios Públicos Estaduais e o Federal.

Os Ministérios Públicos Estaduais desejam que esta Comissão tenha esse poder, e o Federal...

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL-PE) – E aí, o Judiciário, termina o prazo da Comissão, e está tudo resolvido.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Exatamente. Por essa razão é que eu já precipitei essa questão para que possamos verificar o que podemos fazer a respeito.

Finalmente, ainda – isso vai em nível de sugestão ao relator, uma vez que ele não pode estar aqui para apreciar neste momento, teve que se ausentar para ir ao Plenário do Senado –, numa proposta feita pelo ilustre Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que me agrada muito, três pontos seriam tidos como prioritários pelo Sr. Relator: a questão da competência do Tribunal Superior do Trabalho, a questão da revisão e cancelamento das súmulas vinculantes e a questão da repercussão geral do recurso extraordinário, todas elas matérias tratadas na Emenda Constitucional nº 45.

Então, ficaria aqui a sugestão ao relator de que tratasse preferencialmente esses três tópicos.

Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

O SR. IBRAHIM ABI-ACKEL (PP – MG) – Se, porventura, concluirmos o prazo de seis meses que nos foi dado sem termos esgotado toda a pauta proposta, pelo menos as matérias mais relevantes podem ser objeto de decisão da Comissão.

A reforma do Judiciário está toda presa à questão dos recursos. É essa a questão fundamental. Por isso, devemos começar já com a definição de competência dos tribunais superiores e com os efeitos das suas decisões, para em seguida entrarmos na questão dos recursos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Vamos, inicialmente, votar a proposta de trabalho do Senador José Jorge, com esses adendos que fiz há pouco e sugestão de priorização feita pelo Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

Em votação, a proposta.

Os Srs. Deputados e Senadores que concordarem com a proposta do Relator para os trabalhos desta Comissão permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovada, com os adendos há pouco estabelecidos por esta Presidência.

Passemos, então, à votação dos requerimentos.

A Assessoria esclarece que, relativamente aos requerimentos apresentados pelo Sr. Relator, uma vez que eles integram a proposta, já são considerados aprovados tacitamente pela manifestação anterior. Mas há outros requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados e Senadores que deveremos colocar em votação separadamente.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (PFL – PE) – Sr. Presidente, por favor, estou sendo chamado para uma reunião de uma Comissão Especial sobre uma PEC, cujo horário era 15 horas. Passei lá antes de vir para cá, disse que estaria aqui e deixei meu telefone. Estão me chamando, com urgência, para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Por isso, vou me retirar porque o que havia de mais importante já foi decidido. Estou aqui sentado porque o Dr. José Jorge me pediu. Agora, eu não sei qual é a função porque nem fotógrafo tem aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Peço a V. Ex^a, cumprindo seu último ato como relator interino, designe algum dos presentes para ocupar esta cadeira, para que eu não sofra de solidão durante a condução dos trabalhos.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (PFL – PE) – Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Deputado Ibrahim Abi-Ackel, se V. Ex^a pudesse nos honrar com a sua presença.

Então, vamos concluir. Considero a mesa estendida a V. Ex^a, que nela ficará sentado de forma fictícia.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Deputado Darci Coelho, que requer, nos termos do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com o inciso, I, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Dr^a Sandra Lia Simon, Procuradora-Geral do Trabalho, para audiência pública, a fim de subsidiar os trabalhos da Comissão Especial Mista da Emenda Constitucional nº 45.

Algum dos Srs. Deputados desejam fazer uso da palavra?

O SR. IBRAHIM ABI-ACKEL (PP – MG) – V. Ex^a me desculpe, mas precisamos aproveitar o máximo possível o nosso tempo. Tive uma idéia que V. Ex^a poderá examinar com o Relator. No caso de se convocar mais de um expositor para tratar de um determinado tema, sugiro que eles sejam convidados em conjunto para debater o assunto durante a reunião. Seria muito melhor porque eles próprios questionariam os pontos controversos que porventura tiverem expostos.

Acho isso importante porque tem acontecido na Câmara – e, provavelmente, acontecerá no Senado – que o primeiro convocado faz a sua exposição e,

quando segundo faz a sua, o primeiro expositor já oficia à Comissão que não está de acordo com a crítica que o segundo fez a ele. Assim, ocorre uma espécie de ida e vinda, ao passo que, se forem convidados, dois, três ou quatro expositores, poderão vir no mesmo dia e horário, e poderemos debater com todos.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – V. Ex^a apresenta uma sugestão interessante.

O SR. IBRAHIM ABI-ACKEL (PP – MG) – Agora será muita gente porque o Deputado não convoca quem sabe; ele convoca a quem ele pretende homenagear.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Encaminharemos ao Relator a sugestão absolutamente pertinente de V. Ex^a, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

Passemos, então, à votação do requerimento do Deputado Darci Coelho.

Os Srs. Deputados e Senadores que concordarem com o requerimento permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado o convite à Dr^a Sandra Lia Simon.

Sobre a mesa, requerimento do Deputado Colbert Martins, que requer seja convidado o Dr. Jorge Antônio Maurique, Presidente da Ajufe, para audiência pública a fim de subsidiar os trabalhos da Comissão Mista de Reforma do Judiciário.

Os Srs. Deputados e Senadores que concordarem permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento do Senador Francisco Pereira, que requer seja convidado o Juiz Paulino José Lourenço para explanar, em audiência pública perante esta Comissão, sugestões sobre o escopo deste Plenário, qual seja, promover alterações na legislação federal, objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais séria a prestação jurisdicional.

Os Srs. Deputados e Senadores que concordarem permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Há outro requerimento do nobre Senador Francisco Pereira, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Desembargador Pedro Valls Feu Rosa para explanar também assuntos pertinentes a esta Comissão.

O SR. PAES LANDIM (PTB – PI) – Sr. Presidente, já temos aqui o convite ao Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Juizes Federais e, não sei se isoladamente, a autoridades assim. Mas podia convidar representante de instituições, Associação de Procuradores do Trabalho, etc. Se começar a fazer convite isoladamente... Sinto aqui que não há um convidado das academias, das universidades, professores, etc. É preciso representar ativamente as

instituições só, senão haverá um elenco interminável de convidados.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Tem razão V. Ex^a. Talvez a sugestão do Deputado Ibrahim Abi-Ackel possa contentar a todos. Talvez aqueles que não têm caráter de representação de entidades podem participar de uma mesa coletiva a que todos estariam convidados. Colocaríamos temas e pediríamos que todos se manifestassem. Creio que não desencantaríamos os Deputados e Senadores que vêem nessas personalidades a possibilidade de contribuir imensamente para os nossos trabalhos. Também não obstaríamos o andamento necessário para nossas atividades. Se V. Ex^a concordar, essa seria uma sugestão que julgo extremamente interessante ao Sr. Relator.

Submeto, então, à votação dos Srs. Parlamentares o requerimento do nobre Senador Francisco Pereira.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Finalmente, requerimento do nobre Deputado Paes Landim. S. Ex^a requer, nos termos regimentais, seja convidado a comparecer perante a Comissão Mista o Dr. Jorge Antônio Maurique.

Acabou de ser aprovado.

O SR. PAES LANDIM (PTB – PI) – Está incluído na relação do Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Declaro prejudicado o requerimento.

O SR. PAES LANDIM (PTB – PI) – Da Associação dos Juizes Federais.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT-SP) – Exatamente. Acabou de ser aprovado.

Declaro prejudicado o requerimento, mas fica, para efeitos formais, convidada, pelos nobres Deputados subscritores dos dois requerimentos, a autoridade em questão.

Indago aos Srs. Deputados se querem fazer alguma sugestão de data. Como essa reunião teve êxito, minha tendência é marcar para a próxima quarta-feira, às 15 horas. Quem sabe quarta-feira, às 15 horas, seja um sinal positivo de que haverá quórum. Pretendo, então, marcar quarta-feira, às 15 horas.

De acordo, Srs. Deputados? (Pausa.)

De acordo.

Convoco a próxima reunião para a próxima quarta-feira, às 15 horas, com pauta a ser indicada pelo Relator desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar na presente reunião, declaro-a encerrada na forma regimental.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h57min.)

**COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA
MEDIANTE ATO Nº 79/2004, DO PRESIDENTE
DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL,
“EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO
7º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45,
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004”**

Ata da 6ª Reunião, realizada em 22-6-2005

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às quinze horas, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado José Eduardo Martins Cardozo e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge e Serys Slhessarenko e dos Deputados José Eduardo Cardozo, Darci Coelho, Osmar Serraglio, Zulaiê Cobra e Colbert Marfins, reúne-se a COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 79/2004, DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, “EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004”. O Presidente declara aberta a reunião, na qual deverá ser apreciado o roteiro de trabalho da comissão proposto pelo Relator. A presidência coloca em votação a ata da reunião do dia 18-5-2005, a qual é aprovada. Com a palavra, o Relator da Comissão, Senador José Jorge lê o roteiro de trabalho, ressaltando que poderão ser sugeridas alterações pelos senhores parlamentares. O Presidente passa a presidência para a vice-presidente Deputada Zulaiê Cobra, por estar inscrito também na CPMI dos Correios. O Relator distribui os projetos de lei para os membros informando que haverá prazo para apresentação de emendas. Informa que haverá mais convidados para outras Audiências Públicas. A Vice-Presidente assume os trabalhos e passa a palavra para o Ministro Vantuil Abdala. O Ministro Vantuil Abdala faz sua explanação após o que elogia o trabalho da Comissão e informa que o Tribunal irá enviar um projeto sobre o tema abordado. A Vice-presidente agradece as palavras do Ministro Vantuil Abdala e passa a palavra para o Relator. O Relator, para evitar tumulto com as novas competências, vai examinar os outros pontos da exposição do Ministro Vantuil Abdala junto aos outros Parlamentares. Mandar as duas minutas para todos os Deputados e dar prazo para que as emendas sejam enviadas. O Deputado Paes Landim espera que a Comissão esteja mais completa na próxima reunião, e agradece pelas palavras do Ministro Vantuil Abdala. A Senadora Serys Slhessarenko agradece a presença e a clareza das palavras do Ministro Vantuil Abdala. A Vice-presidente espera a presença do Ministro Vantuil Abdala mais vezes, e declara encerrada a reunião e, para constar, eu, Izaias Faria de Abreu, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publica-

ção, juntamente com as notas taquigráficas. – Deputado **José Eduardo Cardozo**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião da Comissão Especial Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004, que estabeleceu a reforma do Poder Judiciário.

A presente reunião destina-se a ouvir o Exmº Sr. Ministro Vantuil Abdala, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, em audiência pública, sobre a Justiça do Trabalho, no âmbito da Emenda Constitucional nº 45, que, como disse há pouco, trata da reforma do Poder Judiciário.

Antes, porém, de passar a palavra ao Ministro, um pedido de desculpas inicial e um esclarecimento. Eu peço desculpas, Sr. Ministro, a quem agradeço pela presença, pela oportunidade que vai nos brindar, com sua exposição, por ter, infelizmente, de me ausentar da reunião, porque, como membro da CPMI dos Correios, terei que estar presente agora lá, para inclusive fazer a arguição do depoente.

Portanto, a seguir, passarei a Presidência, que estará em magníficas mãos, para a Deputada Zulaiê Cobra Ribeiro, que é a Vice-Presidente desta Comissão, a quem agradeço o auxílio e a colaboração permanentes nos nossos trabalhos.

Então, fica aqui, Sr. Ministro, o meu pedido de desculpas, mas tenho certeza de que V. Exª estará conduzido por mãos seguras, que são as da nossa Vice-Presidente, ao longo da audiência nesta tarde.

Em segundo lugar, quero informar aos Srs. Deputados, às Srªs Deputadas, aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras aqui presentes que, após a palavra do Ministro, será franqueada a palavra aos presentes, para que possam então fazer as observações, as ponderações e as questões que julgarem oportunas ao ilustre expositor. Também quero agradecer o meu querido amigo, Senador José Jorge, Relator desta Comissão, pelo magnífico trabalho que vem fazendo e que, com certeza, produzirá os resultados que a sociedade brasileira espera aos termos do nosso trabalho.

Peço, então, à Deputada Zulaiê Cobra Ribeiro que, por gentileza, assuma a Presidência. Em seguida, com certeza, ela passará a palavra ao nosso expositor.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL – PE) – Pela ordem, só para dar uma explicação.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra Ribeiro. PSDB – SP) – Vou passar a palavra ao nosso digníssimo Relator, Senador José Jorge.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL – PE) – Sr^a Presidente, Sr. Ministro Abdala, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, eu gostaria apenas, antes de iniciar, de dar uma pequena explicação do que estamos hoje aqui fazendo nesta primeira audiência pública.

Numa reunião passada, ficou combinado que daríamos prioridade aos pontos que fazem parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 45, como, aliás, o próprio art. 7º já colocou. São dez pontos que consideramos prioritários para a regulamentação. Desses dez pontos, temos três pontos que são referentes à Justiça do Trabalho. O ponto três, que fala nas competências do Tribunal Superior do Trabalho, que está modificado no art. 111-a, § 1º; o item 4, cujo nome é Competência Suplementar da Justiça do Trabalho, que é o art. 114, § 9º, e o item 9, que é o chamado Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, art. 3º da PEC.

Ficou combinado também, por sugestão inclusive do Deputado Abi-Ackel, que, antes das audiências públicas, nós elaboraríamos a minuta de um projeto de lei regulamentando cada um desses itens. Então estão sendo distribuídos entre os Srs. e Sr^{as} Parlamentares, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, esse projeto de lei do Senado que regulamenta o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, FGET, e dá outras providências, e outro projeto de lei, que regulamenta o inciso IX do art. 114 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da Justiça do Trabalho referentes à relação de trabalho e dar outras providências.

Portanto, o Ministro Vantuil Abdala conhece esses dois projetos. Na realidade, os projetos foram elaborados aqui no Senado e foram discutidos com o Ministro Abdala, de tal maneira que ele, antes da sua palestra, já tem conhecimento dos dois projetos. Estamos agora distribuindo para todos os Parlamentares e vamos dar um prazo, provavelmente de 15 dias, para que eles possam elaborar emendas sobre esse projeto, de tal maneira que, elaborada a minuta, distribuído e ouvido o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, dado um prazo aos Parlamentares para analisarem e apresentarem as emendas, daí em diante darei meu parecer final sobre cada projeto e poderemos colocar em votação, sem precisar esperar todos os projetos para fazer a votação ao mesmo tempo.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que, na próxima audiência pública, vamos convidar mais algumas pessoas para falar sobre o tema, vamos escolher mais alguns temas aqui, e vamos agir da mesma forma. Vamos elaborar primeiro a minuta do projeto, na assessoria da relatoria, quer dizer, na assessoria da comissão, discutir com os órgãos interessados, e, a partir daí, trazer uma minuta, que distribuiremos para os

Parlamentares. Assim fica uma discussão mais objetiva. Se for para discutir sem ter um projeto base, fica difícil chegar a uma conclusão final. Dessa forma, podemos, objetivamente, agilizar o trabalho da comissão.

Era só isso, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Zulaiê Cobra Ribeiro. PSDB – SP) – Obrigada, Sr. Presidente. Isso tudo porque é um Relator que é um engenheiro/jurista. O senhor já viu, Ministro Vantuil, como nós temos aqui um relator que, da parte jurídica entende, já aprofundou, e é prático como um engenheiro.

Vou dar a palavra agora, para honra da nossa comissão, para o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Vantuil Abdala.

O SR. VANTUIL ABDALA – Sr^a Deputada Zulaiê Cobra, que preside os trabalhos, Sr. Senador José Jorge, Sr^a Senadora Serys Slhessarenko, Sr. Deputado Paes Landim, Sr. Deputado Roberto Martins, com muita honra, com muita satisfação de estar aqui presente, queria deixar registrada a minha admiração por esta comissão, que levou em frente a reforma do Judiciário e leva em frente as medidas complementares.

Com todas as dificuldades por que estamos passando, vejam que esta comissão não está deixando os trabalhos de lado, está indo em frente com esse trabalho, que é realmente muito importante, dando cumprimento à missão que a reforma lhe outorgou.

E, felizmente, também, talvez em virtude de todos esses momentos que estamos passando, instalamos o Conselho Nacional de Justiça por estes dias, e instalamos o Conselho da Justiça do Trabalho por este dias. Então, nós, também, vivemos um momento muito intenso, muito tumultuado. Talvez não pudéssemos ter uma colaboração maior, como gostaríamos de dar, mas possivelmente na troca de idéias haja uma coisa de maior rendimento.

Eu gostaria de acentuar, antes de mais nada, que já tomamos algumas providências depois da reforma do Poder Judiciário. Nós, como já disse, instalamos o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que, além de ser composto por Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, é composto por Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho, representantes de todas as regiões geográficas do País, eleitos por eles mesmos, e já criamos a comissão que vai instalar a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – temos muita esperança que ela vá aperfeiçoar não só a seleção como a própria formação dos magistrados. Aprovamos também uma resolução, logo na semana seguinte à promulgação da reforma do Judiciário, logo no mês seguinte ao retorno das atividades jurisdicionais, estabelecendo o procedimento das novas ações de competência da Justiça do Trabalho, para evitar que

se criasse um tumulto, que cada juízo decidisse de uma certa maneira. Estabelecemos como princípio básico que todas as ações que correm na Justiça do Trabalho terão que obedecer ao rito do processo do trabalho, que é o rito tradicional do processo trabalhista, salvo aquelas em que houvesse um rito especial previsto no processo civil, como, por exemplo, o mandado de segurança – que tem um rito especial – ou o **habeas corpus**, ou executivos fiscais, etc. Mas, no mais, todas as ações que passarem à competência da Justiça do Trabalho terão que obedecer ao rito do processo do trabalho, com audiência, com apresentação da defesa à audiência, com os prazos recursais do processo do trabalho, os recursos cabíveis do processo do trabalho, e isso foi muito bom porque pacificou. Então, sempre digo: no procedimento, o importante é estabelecer com clareza a regra, porque o que as partes querem saber é o que elas têm que fazer. Elas sabendo o que têm que fazer, não há maior dificuldade. E apresentamos cinco projetos para o aperfeiçoamento do processo do trabalho, que foram aqueles projetos que, logo em seguida à promulgação, foi-nos solicitado que preparássemos quais projetos que considerávamos que deveríamos aperfeiçoar no processo do trabalho. Esses projetos foram feitos, apresentados e já estão em tramitação, e todos eles dizem respeito ao objetivo de maior celeridade da prestação jurisdicional.

No que diz respeito aos trabalhos desta Comissão, parece-me que restam basicamente o projeto que define as novas competências da Justiça do Trabalho. Isso porque – é interessante –, anteriormente, a competência da Justiça do Trabalho limitava-se apenas aos dissídios entre empregado e empregador. A Câmara os Deputados, corajosa e ousadamente, avançou para atribuir à Justiça do Trabalho julgar os litígios não só decorrentes do contrato de trabalho, mas sim todos os dissídios decorrentes da relação de trabalho. Isso porque é da própria vocação da Justiça do Trabalho julgar litígios que dizem respeito à prestação de serviço. Então, isso veio a atender um reclamo de todo o mundo jurídico acadêmico, que ficava mais apropriado que a Justiça do Trabalho julgasse todas essas ações. Naturalmente isso veio, como tudo o que é novo, causar uma certa reação, uma certa dificuldade, um questionamento. Daí que é muito oportuna a iniciativa da Comissão de pelo menos tentar uma primeira regulamentação do que foi acrescida à competência da Justiça do Trabalho, porque o Tribunal Superior do Trabalho não teria como normatizar isso. Isso idealmente deveria vir por meio de lei mesmo. Entendemos que não sobreviesse uma lei, só a jurisprudência é que poderia, caso a caso, ir definindo. Mas se podemos fazer isso por meio de lei, como está imaginando a Comissão, é efetivamente mui-

to bom que pelo menos já vai dando um clareamento nessa situação, que há um questionamento geral no Brasil inteiro, inúmeros congressos, simpósios, debates, cada um falando uma coisa sobre o que seria de competência da Justiça do Trabalho.

Daí a Comissão ter feito um trabalho inicial acrescentando alguns itens ao art. 652 da CLT, que define as competências das Varas do Trabalho. Talvez eu fizesse uma nova redação integral do art. 652, porque o art. 652 tem uma redação que é da origem da CLT, de 1943. Então, ele já abre assim: art. 652 – Compete às Varas do Trabalho julgar as ações relativas à indenização por tempo de serviço. Então, praticamente não existe mais indenização por tempo de serviço. Depois, diz: o inquérito para apuração de falta grave. Praticamente não temos isso. O inquérito é para o empregado que tinha mais de 10 anos, fosse estável e tal. Não temos.

Então, aquilo que já está ali, vamos dizer, já está um pouco... Talvez devêssemos... Estou dizendo isso porque o que fez o projeto? O projeto apenas acrescentou alguns itens ao artigo e abre acrescentando a letra “f”. Não entendi bem, porque o art. 652 há algum tempo já não tem mais a letra “e”. Então, se fosse começar a acrescentar, teria que ser a partir da letra “e” e não da letra “f”.

Notei e talvez tenha sido... Sempre admiro muito as soluções, digo isso sempre, que o político, o parlamentar consegue dar as coisas. Uma das grandes discussões que existem lá agora é o seguinte: ampliou a competência para a relação de trabalho. A relação de trabalho não é só aquela entre empregado e empregador, mas todas as vezes que há uma prestação de serviço de um trabalhador para um tomador, vem sempre a pergunta: mas e o tomador de serviço tem ação também na Justiça do Trabalho? Então, vem a perplexidade, porque a Justiça do Trabalho é vocacionada para a defesa do trabalho e não daquele que detém o poder econômico. Então, entende-se que o prestador de serviço, de um modo geral, deveria ter ação na Justiça do Trabalho, inclusive o trabalhador autônomo de um modo geral. Mas e aquele que toma o serviço, o outro lado da relação de trabalho, o tomador teria? Aqueles que têm a idéia mais ampla dizem: não, tudo é da Justiça do Trabalho e deve ser de ambos os lados. Então, quando se presta um serviço a alguém deve ter ação na Justiça do Trabalho não só o trabalhador, mas, se houver uma divergência, e o tomador de serviço entender que tem direito, também ele teria ação na Justiça do Trabalho. Já fica algo, já começamos a achar meio estranho que o trabalhador fosse réu na Justiça do Trabalho. Mas, mais estranho ainda seria uma daquelas hipóteses em que, vamos dar um

exemplo mais absurdo, o médico prestasse serviço a um cliente, um cirurgião plástico que realizasse uma plástica numa pessoa e por acaso não recebesse. É uma prestação de serviço? É, é uma prestação de serviço. Agora, ele teria ação na Justiça do Trabalho para cobrar o valor da prestação de serviço? Achamos que não foi isso a concepção da reforma quando se quis atribuir à Justiça do Trabalho a competência para julgar os litígios decorrentes da relação de trabalho. Então, vamos excluir as ações que dizem respeito ao Código do Consumidor. Tudo que estaria na proteção do Código do consumidor retirá-riamos da Justiça do Trabalho, porque já tem a proteção do Código do Consumidor e tem uma proteção muito avançada. Mas, no entanto, teríamos que esclarecer o que está fora do Código do Consumidor. O encanador, o bombeiro, o chaveiro que realizam serviços eventuais para alguém estariam, isso seria um serviço enquadrado no Código do Consumidor e, portanto, não teriam ação na Justiça do Trabalho? Isso é algo que tem que ser pensado. Há uma posição que entende o seguinte: mesmo as relações de trabalho que estivessem enquadradas no Código do Consumidor, ou seja, o trabalhador que presta serviço em geral aos consumidores em geral, esta é uma relação que está dentro do Código do Consumidor. No entanto, é uma relação bifronte. O tomador do serviço não teria ação na Justiça do Trabalho... Melhor, o prestador de serviço, no caso o exemplo do médico, teria ação na Justiça do Trabalho, mas o tomador não teria, que seria o cliente. Só que, nessa hipótese, quem é insuficiente economicamente não é o prestador de serviço, que é o médico, mas sim aquele que toma o serviço.

Estamos dando o exemplo que é meio radical, da cirurgia plástica, que poderíamos dizer que talvez as condições econômicas se equivalham. Mas, em muitas outras situações do Código do Consumidor, o prestador de serviço poderia estar em uma situação economicamente superior ao tomador de serviço. De tal maneira que achei mais inteligente isso que está fazendo a Comissão, de começar a enumerar as hipóteses, de especificar quais as hipóteses. Isso vai até justificar por que há aquela disposição e, na forma da lei, outras controvérsias... Porque houve muitos doutrinadores que disseram assim: o legislador cometeu um equívoco, um cochilo. Essa disposição na forma da lei e outras controvérsias na relação de trabalho já era uma disposição que havia na Constituição e que devia ter sido retirada porque, quando eles previram lá em cima dissídios decorrentes da relação de trabalho, já não precisava mais aquela lá em baixo. Aquela lá em baixo só se justificava quando eram dissídios decorrentes da relação de emprego. E o legislador cometeu um cochilo, segundo alguns doutrinadores.

Acho exatamente que não. Creio que o que fez inteligentemente o legislador da emenda constitucional foi para essa situação agora que vemos que precisa efetivamente uma regulamentação. E eu dizia que, de maneira inteligente, está deixando claro que quem tem ação é o prestador de serviço e em quais hipóteses o prestador de serviço – não sei se teve essa intenção, mas acho que deve ser assim mesmo. Creio que não deve. Quem deve ter ação na Justiça do Trabalho é o trabalhador de um modo geral. E o projeto caminha nesse sentido.

Agora, além dessas vou fazer depois uns comentários ao projeto, mas eu acho importante acrescentar outras competências que estão dando margem a muita discussão, a muita controvérsia. Por exemplo: a Constituição diz que cabe à Justiça do Trabalho julgar os dissídios entre sindicatos, entre sindicato de empregado e sindicato de empregador, entre sindicato de empregador contra sindicato de empregado, só que não fez referência às ações intra-sindicais, ou seja, aquelas ações em que os trabalhadores discutem com os próprios trabalhadores alguma questão de representação sindical. Então, ainda esta semana, o STJ está a examinar essa matéria. Os senhores viram na imprensa que em São Paulo tivemos exatamente essa situação, na semana passada, na eleição do Sindicato dos Bancários. Uma corrente, uma chapa impugnava a outra chapa. Qual é a Justiça que decide isso? Foi apresentada a impugnação na Justiça do Trabalho, a Justiça do Trabalho decidiu, e está se encaminhando a eleição. Mas, no entanto, nesta semana, estamos com um conflito de competência perante o STJ, que é exatamente uma impugnação de uma eleição em que os dois juízes se deram por competente, o juiz da Justiça estadual, dizendo: isso aqui é competência minha porque não é uma ação entre empregado e empregador, é entre os trabalhadores, e a Constituição não estabelece, nem na reforma, que isso é da competência da Justiça do Trabalho. E o juiz do trabalho disse: não, toda a filosofia da reforma é no sentido de que essas questões sindicais venham para a Justiça do Trabalho para resolver, que é a mais vocacionada para isso. E também disse: sou competente. Veio para o STJ, que vai decidir essa matéria.

Vejam o perigo dessa questão. Vamos supor que o STJ diga: a competência é da Justiça Comum, não é da Justiça do Trabalho, porque a Constituição não prevê. Está bem, o que vai ocorrer? A Constituição diz expressamente que as ações entre sindicato de empregador e sindicato de empregado são da competência da Justiça do Trabalho. Então, vamos supor, o que é muito comum, que o sindicato de empregador entre com uma ação para impugnar uma eleição. Vai ficar

juiz da Justiça Comum a decidir a validade da eleição e a Justiça do Trabalho a decidir a validade da mesma eleição pelo mesmo fundamento. Porque muitas vezes interessa ao empregador impugnar a eleição do empregado, porque ele não gosta de um determinado dirigente sindical, ele toma partido. Então, vejam como seria bom que prevíssemos aqui expressamente esse tipo de ação que chamamos de ação intra-sindical, ou seja, dos próprios trabalhadores dentro do sindicato.

Uma outra ação muito importante que tem dado muita questão é a ação do trabalhador contra a Caixa Econômica Federal como gestora do Fundo de Garantia. Ocorre inúmeras vezes que o trabalhador entende que tem direito de levantar o fundo de garantia e a Caixa entende que não é caso de rescisão, que ele continua a trabalhar, que, quando ele se aposenta, não pode levantar o fundo de garantia. Então, há inúmeras ações. Ora, a típica ação trabalhista, é um direito do trabalhador o fundo de garantia. Achamos que isso era uma ação que deveria ficar com a Justiça do Trabalho e deveria ser prevista expressamente.

Outra questão que cada vez aumenta mais é a das chamadas entidades de previdência privada complementar. As empresas hoje não fazem aquele sistema antigo, a mesma bobagem que fez o Banco do Brasil, o Banespa etc de assumir para si isoladamente essa responsabilidade de dar complementação de aposentadoria. O que fazem as empresas agora? Eles chamam os trabalhadores e dizem: vamos criar um fundo de previdência complementar? Vamos. Então, vamos fazer o seguinte: vocês terão que participar da manutenção desse fundo de previdência complementar, quem quiser adere, quem não quiser não adere, eu dou uma parcela. Pode ser 10% ou 20%, se vocês estiverem de acordo vamos criar, agora quem vai criar não vou ser eu vamos ser nós todos. Então, cria-se um fundo de previdência complementar, normalmente a direção é do empregador, ele arruma um jeito de que o comando é do empregador, ele participa com um percentual e os empregados participam com outro percentual. Então, é um fundo de previdência complementar que complementa os proventos da aposentadoria dos trabalhadores daquela empresa.

Teve inúmeras ações do trabalhador não contra o empregador, mas contra o fundo, porque o fundo é uma entidade que tem personalidade jurídica e a ação tem que ser contra o fundo mesmo, e aí se discute muito se essa ação é competência da Justiça do Trabalho, acho que deva ser porque afinal de contas é um litígio que acaba tendo um nascedouro na condição dele, de empregado.

Outra questão, e vivamente confesso, talvez nem fosse, digamos, da competência de uma legislação or-

dinária, mas acho que deveríamos tentar. O Supremo está para decidir por esses dias se as ações de indenização decorrentes de acidente no trabalho são de competência da Justiça do Trabalho ou não. Porque a reforma veio prever expressamente que a indenização por dano moral decorrente de acidente do trabalho é da competência da Justiça do Trabalho. E aí todos os juizes passaram a entender: bem, se essa é, naturalmente a ação de indenização por acidente de trabalho, quando o acidente do trabalho acontece por culpa do empregador é da competência da Justiça do Trabalho. Mas formou-se a divergência e o Supremo Tribunal deu uma primeira decisão entendendo que era competente a Justiça do Trabalho depois retroagiu e agora a matéria foi para o Pleno para ser decidida.

Veja bem, não se confunde com aquelas ações contra a Previdência Social, relativamente a acidentes de trabalho. Isso é outra coisa. A Constituição expressa que não é da competência da Justiça do Trabalho. É uma ação do trabalhador contra a empresa para pleitear uma indenização por perdas e danos porque houve culpa do empregador no acidente. Normalmente a doutrina entende que isso deveria ser mesmo da competência da Justiça do Trabalho e achamos que isso deveria constar do projeto, ainda que para levantar a questão.

Outra questão que está dando viva discussão, e que os empresários estão com uma preocupação enorme é a questão das tais ações de posse, as possessórias, o que eles chamam de interditos proibitórios. Tem a greve, os empregados vão e invadem a agência bancária, invadem a fábrica ou não permitem que os outros trabalhadores que querem entrar entrem então as empresas entram na Justiça com o interdito proibitório para solicitar a manutenção de posse, que os trabalhadores saiam de lá. Ora, isso ocorre, é um litígio decorrente da greve, aquele fato é decorrente da greve. A Constituição atribui à Justiça do Trabalho o julgamento dos litígios oriundos do exercício do direito de greve. Então, há uma corrente que entende que a competência é da Justiça do Trabalho, outra corrente que “não, é da justiça comum porque o direito de propriedade é previsto no Código Civil e, portanto, não é aí um litígio decorrente da relação de trabalho, entre trabalhador e empresa, mas sim um litígio decorrente da propriedade”.

Então, fica esse tumulto. Achamos que também isso deveria ser previsto expressamente: compete à Justiça do Trabalho julgar as ações de reintegração de posse e de interditos proibitórios em casos de greve.

Também achamos que, igualmente, quando propomos a competência da Justiça do Trabalho para o trabalhador pleitear contra a Caixa Econômica o levan-

tamento do Fundo de Garantia, como órgão gestor, a Caixa também deveria atribuir a competência à Justiça do Trabalho para julgar as ações contra, quando o trabalhador pretende levantar o PIS contra o órgão gestor do Programa de Integração Social, o PIS, porque é a mesma coisa.

Há um outro aspecto que é interessante e que se tornou cada vez mais comum, principalmente por causa do sistema de precatório, que é o trabalhador vendendo o seu crédito. Ele não tem fôlego para esperar, o seu crédito é de R\$ 100 mil, ele acaba vendendo por R\$ 30 mil, R\$ 40 mil. E aí se discute se o comprador desse direito, desse crédito, se ele tem a legitimidade para prosseguir na ação para cobrar o precatório na Justiça do Trabalho.

Isso é algo que aumenta cada vez mais e fica uma discussão infernal que talvez devesse se prever claramente e achamos que não se pode vedar o direito de alguém vender um crédito e vendido o crédito entendemos que deva, naturalmente, prosseguir a execução na Justiça do Trabalho, nem teria sentido que uma decisão nossa passasse a ser executada por outra justiça. Mas achamos que era razoável se prever isso.

Finalmente, achamos que deveria ter uma norma geral que dissesse “ações decorrentes do contrato de prestação de serviço propostas pelo trabalhador contra o tomador de serviço”. Isso iria abranger, digamos, todas essas hipóteses a que eu fiz referência, de encanador, de um chaveiro, de um bombeiro, esses trabalhadores autônomos. Mas aqui, para deixar claro, que quem teria ação na Justiça do Trabalho é só o lado do trabalhador, proposta pelo trabalhador contra o tomador de serviços.

Na proposta feita pela Câmara, estamos de acordo com todos os acréscimos que fazem aqui à competência da Justiça do Trabalho. Apenas teríamos algumas observações, por exemplo, atribui competência à Justiça de Trabalho para cobrança de crédito resultante de comissões do representante comercial, mas o representante comercial não tem só o direito à comissões, a lei lhe garante uma série de direitos como a indenização por tempo de serviço, prevê a ele o aviso prévio, o direito de exclusividade de área.

Então, não achamos que, e não temos dúvida de que isso é da competência da Justiça do Trabalho, não deveremos limitar a cobrança de crédito resultante de comissões do representante comercial, deveria ser muito mais abrangente: decorrente da cobrança de direitos do representante comercial.

O outro diz: cobrança de cota-parte de parceria agrícola, pesqueira, pecuária. Achamos isso importante também. Há muitos anos se discute se o parceiro agrícola deveria ter ação na Justiça do Trabalho, porque

são normalmente trabalhadores de nível econômico muito baixo, muito inferior. Então, estamos de acordo. O outro, decorrente da execução de extinção de contratos agrários entre o proprietário rural e o parceiro quando este desenvolva o seu trabalho direta e pessoalmente.

Achamos interessante. Por isso acho que a filosofia desse projeto é exatamente no sentido de ter ação na Justiça do Trabalho só o prestador de serviços e aquele que desenvolve ele próprio o seu labor, que ganha o seu salário, a sua remuneração, diretamente com seu trabalho. Depois da cobrança de crédito de corretagem, inclusive de seguro em face da corretora, e da cobrança de honorários de leiloeiros.

Entre trabalhadores portuários, isso aqui já estava previsto, já estava na CLT, e entre empreiteiros e subempreiteiros. Aqui acrescenta o dono da obra, achamos que também é válido, há muita ação relativamente a isso. Entre cooperativas de trabalho, isso é muito bom porque tem inúmeras ações, associadas e coletivas, de cooperativas de trabalho. E depois colocou aqui uma norma geral de conflitos envolvendo as demais espécies de trabalhadores autônomos, tais como encanador, eletricitista, digitador, jardineiro, dentre outros. Isso aqui que achei importante, porque fez uma espécie de uma exemplificação, sem que a enumeração fosse exaustiva, mas deixando claro que quem tem ação na Justiça do Trabalho é apenas um dos pólos da relação. É um avanço, porque toda a doutrina é no sentido de que, se há uma relação, ambos devem ter ação no mesmo juízo. Mas a CLT sempre avançou mesmo, ela sempre foi ousada mesmo, e devemos ousar mais uma vez para dizer: olha, embora a doutrina tradicional seja nesse sentido, quem tem ação na Justiça do Trabalho, pela sua própria vocação, é o trabalhador, e não o tomador de serviço.

De tal maneira que, quanto a isso, o que tenho a dizer é elogiar a iniciativa da Comissão. Acho que é um primeiro passo, acho que temos mesmo que regulamentar e ir dentro dessa filosofia. Quem deve ter ação na Justiça do Trabalho é o prestador de serviço, é o trabalhador, é aquele que ganha a vida com seu suor. Em segundo lugar, achamos que devemos mesmo ir enumerando as hipóteses, porque senão isso vai causar uma dificuldade muito grande até que anos a fio se vá definindo a jurisprudência em cada caso em concreto.

Mudando de conversa, o outro projeto é a redenção do grande drama da Justiça do Trabalho, que é a execução. A Justiça do Trabalho tem hoje 1 milhão e 700 mil ações na fase de execução. Um milhão e 700 mil ações só na fase de execução, ou seja, ação que o trabalhador, depois de anos, ganhou e está tentando

receber. Só esse número absurdo já nos dá uma idéia da grande dificuldade que tem o trabalhador na execução na Justiça do Trabalho. Tanto que V. Ex^{as} tem notícias de que estamos tentando vários métodos, como, por exemplo, a tal da penhora **on line**, que causa uma reação muito grande, estamos fazendo convênio com a Receita Federal para obtermos o número de CNPJ, o número dos sócios da empresas, e essa coisa toda, dada a dificuldade.

De maneira que essa idéia antiga que hoje a reforma do Judiciário veio prever – do Fundo de Garantia das execuções trabalhistas – é extremamente importante. Eu gostaria aqui de fazer algumas considerações iniciais relativamente a essa questão. Houve um projeto de lei apresentado já pelo Senado e sobre o qual gostaria de fazer algumas considerações.

Qual é a idéia? A idéia se resume na criação de um fundo constituído de recursos monetários destinados à garantia das execuções trabalhistas.

Quais receitas formariam esse fundo? As previstas na Emenda 45, ou seja, aquelas decorrentes de multas, condenações trabalhistas e administrativas.

Como funcionaria organicamente? Mais ou menos no molde do Fundo de Garantia. A Caixa Econômica seria o agente operador do fundo, sendo criado um órgão gestor com participação ampla de todos os operadores do Direito, os tribunais, o Ministério Público, o Ministério do Trabalho, empregado e empregador. O conselho teria a função de deliberar a respeito do fundo. Os recursos seriam aplicados no mercado financeiro pela Caixa Econômica com garantias reais nos moldes do Fundo de Garantia. Também, na forma do Fundo de Garantia, seria garantida a atualização monetária dos índices de poupança mais juros. A fiscalização do fundo, pelas propostas apresentadas, ficaria a cargo do Ministério do Trabalho.

Como funcionaria na prática? Em não havendo bens do executado, dos responsáveis solidários e subsidiários ou de sócios, possíveis de fácil alienação ou célere execução, o juiz autorizará, mediante alvará, o saque da importância da condenação a favor do trabalhador, sub-rogando o fundo nos créditos correspondentes.

Agora vêm algumas reflexões que se impõem. Qual o limite da condenação a ser garantida pelo fundo? É lógico que não se poderia estabelecer que o fundo teria a capacidade de pagar todos os valores. Então, teríamos de estabelecer um valor. Qual seria este valor? Hoje se pensa em pelo menos quarenta salários mínimos, que é um número meio enigmático que tem aí. Os processos sumaríssimos são quarenta salários mínimos. Agora, temos feito uma proposta que seria de sessenta salários mínimos, que é, por

exemplo, hoje, os precatórios de natureza alimentar que tem execução direta de sessenta salários mínimos. Então, essas duas hipóteses: quarenta ou sessenta salários mínimos.

De qualquer maneira, não achamos, como já se pensou, que somente fossem garantidas pelo fundo as parcelas de natureza salarial, porque ia abrir um novo campo de litigiosidade, qual seja, o que tem natureza salarial – hora-extra tem natureza salarial ou não, gratificação tem ou não tem, etc. Então, penso que seria melhor que o fundo garantisse a execução até um determinado valor já fixo ou de quarenta ou de sessenta salários mínimos, conforme, inicialmente, sentisse-se qual seria a arrecadação do fundo.

Quanto a receitas – isso que é importante, é importante encontrar fórmulas de receitas que não impliquem aumento de carga fiscal, bem como perdas de receitas por parte do Executivo, a fim de que esses segmentos não criem resistências à aprovação do projeto legislativo.

Em razão da preocupação aqui referida, surge uma idéia: aproveitar a oportunidade da criação do fundo para a adoção de medidas significativas inibitórias da procrastinação, que seriam revertidas para o fundo, atingindo-se, com a adoção dessa sistemática, dois objetivos: o cumprimento da execução genericamente e o freio à promoção de recursos indevidos. Atualmente, as multas que são fixadas são revertidas para a parte adversa, com exceção daquela decorrente da litigância de má-fé, prevista no art. 18 do CPC, mas essas multas pouco representam, na prática, em termos de valor. Veja que até a multa fixada por atos atentatórios à dignidade da Justiça (art. 601 do CPC) é revertida em favor da parte **ex adversa**. A saída seria fazer constar da condenação trabalhista um percentual destinado ao fundo para alimentá-lo – percentual que poderia ser aumentado gradativamente, quando da (ininteligível) de recursos não providos, independentemente do apelo apenas de delongar a ação.

Estar-se-ia, com esse procedimento, estimulando a solução de conflitos sem recursos à Justiça do Trabalho, inibindo-se o apelo, além do que se focaria a receita justamente naqueles que, por inadimplentes, provocaram a intervenção da máquina judiciária, os frequentadores da Justiça do Trabalho. É uma solução a se pensar.

A outra solução, Srs. Senadores, Srs. Deputados, é que, na vida prática, vemos que há inúmeros recursos que ficam perdidos nos bancos, ficam eternamente nos bancos. Por exemplo, uma construtora que vai atuar num determinado lugar, faz o depósito recursal, depois, muda para outro lugar e, nunca mais, volta lá. Aquele processo demora mais uns três ou quatro anos.

Os dirigentes daquela empresa já mudaram ou já venderam, etc. Depois, termina aquela ação, a empresa é executada por outro meio e aquele depósito fica lá pelo resto da vida. Então, temos notícia de inúmeros casos em que isso acontece, com depósitos recursais e depósitos judiciais que ficam perdidos eternamente. Às vezes, a empresa fez o depósito para fazer o recurso, faz o recurso, ganha a ação e, então, não tem de pagar mais, mas nunca mais levanta aquilo.

Abro um parêntese só para dizer que, quando eu era advogado do Estado de Minas Gerais, eu estava cuidando de uma desapropriação do terreno em que iria se instalar o distrito industrial de Juiz de Fora. Fui lá para fazer o depósito judicial para emissão na posse do terreno, desapropriação. Fui lá com o cheque administrativo em mãos e havia um cartório daqueles “antiguinhos” lá que disse: “Mas, doutor, acho que, em 1948, o Estado já tinha feito uma emissão na posse e tinha feito o depósito”. Aí, ele foi olhar lá nos alfarábios dele e havia um depósito feito pelo Estado de Minas Gerais em 1948 exatamente sobre aquele terreno. O próprio Estado de Minas Gerais não sabia disso. Mudou o Governo, mudam os advogados e aquele valor ficou lá eternamente. Se esse cartório velhinho não me alertasse disso, nunca ninguém iria saber disso e esse depósito ficaria eternamente no banco. Na Justiça do Trabalho, isso ocorre muito.

Então, a proposição é que, depois de dois anos que a parte, por acaso, for intimada para levantar o depósito que lhe é devido e não foi, revertem-se a favor do fundo esses valores que, a contrário, ficariam para os bancos.

V. Ex^{as} sabem que a PEC Paralela, que volta para a Câmara dos Deputados, atribui à Justiça do Trabalho a competência para aplicar as multas decorrentes do inadimplemento da obrigação trabalhista. Por exemplo, entrou com uma ação na Justiça do Trabalho e verificou-se que não pagou o aviso prévio, as férias, o décimo terceiro, o fundo de garantia. Como a CLT prevê uma multa para cada um desses inadimplementos, então, a PEC Paralela está a prever que cabe à Justiça do Trabalho aplicar a multa por esses inadimplementos. Então, também essas multas poderiam ser uma forma de recurso para esse fundo de execução trabalhista.

Já há um primeiro projeto elaborado pela comissão, que acho que é um passo também dado inicialmente quanto a isso. Achemos que é uma redenção, como disse, dos processos de execução na Justiça do Trabalho, que tem extrema dificuldade na execução. O pior é que, geralmente, quem não recebe é o trabalhador mais humilde que presta serviços para empresas menores. Quanto aos bancários, não há problema de execução contra banco; quanto aos metalúrgicos,

não há dificuldade de execução contra as montadoras de automóveis. São os trabalhadores mais humildes, principalmente os terceirizados, os trabalhadores de empresas terceirizadas, que têm uma imensa dificuldade em receber os seus direitos, porque são empresas que abrem aqui, fecham amanhã, com outros sócios, com testa-de-ferro.

Então, esse fundo de garantia de execução é uma coisa extremamente importante. Acho que devemos ir em frente e acho que podemos, com essas proposições, ter fundo suficiente.

Acho que devo ficar por aqui. Acabei, com a preocupação de tempo, querendo correr muito. Peço desculpas pela velocidade, mas eu não queria perder a oportunidade para abranger o mais possível as mais questões.

Finalmente, quanto àquela disposição que diz “a competência do Tribunal Superior do Trabalho será prevista em lei”, estamos a imaginar a elaboração de uma minuta do projeto – possivelmente, até oportunamente, voltamos a conversar, mas tive dúvida se a traria aqui, porque eu não sei se isso seria competência desta comissão.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL – PE) – Qual é?

O SR. VANTUIL ABDALA – O artigo que diz que a competência do Tribunal Superior do Trabalho será prevista em lei. É o art. 111, letra “a”.

O SR. (orador não identificado) – (Ininteligível.)

O SR. VANTUIL ABDALA – Eu não sei se a comissão está entendendo se esse projeto seria de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho ou se ele seria de iniciativa desta comissão.

Sendo da iniciativa desta Comissão, há uma idéia que medra entre os Ministros. É uma idéia ousada que, oportunamente, eu enviarei uma minuta à consideração de V. Ex^{as}. A idéia é o seguinte: sempre que houvesse uma matéria que estivesse lavrando uma divergência muito grande no seio da Justiça do Trabalho, teria o Tribunal Superior do Trabalho a competência, uma espécie de advocatória, para decidir a matéria, estabelecendo uma orientação jurisprudencial. V. Ex^{as} iriam dizer que é uma espécie de uma súmula vinculante. Dependeria de como iríamos estabelecer o caráter dela. Não precisaríamos dar esse caráter vinculante – talvez para isso, teríamos de ter uma previsão na Constituição Federal e não por meio de um projeto de lei ordinário, mas seria algo ousado no sentido de que o Tribunal já estaria autorizado a decidir uma matéria em tese, embora não tivesse o processo chegado lá ainda. Quando tivéssemos tendo a notícia de que um determinado assunto estava causando uma polêmica muito grande em primeiro grau...

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL – PE) – Processos (Ininteligível.)

O SR. VANTUIL ABDALA – Isso. Processos que se repetem.

O tribunal poderia examinar aquela matéria e decidir estabelecer uma espécie de uma súmula, que seria uma orientação jurisprudencial, que o juiz seguiria ou não, mas ele já saberia o posicionamento do Tribunal Superior. Quando a matéria chegasse lá, o Tribunal ia decidir naquele sentido. Então, seria uma espécie de um caráter preventivo, para evitar milhares de ações que ficam se repetindo.

Como eu tinha dúvidas se esse projeto seria de iniciativa nossa ou de iniciativa da Câmara dos Deputados, eu não cheguei a trazer nada por escrito, mas me comprometo, tão longo seja conveniente, apresentar esse projeto.

Como disse, peço desculpas, mais uma vez, pela metralhadora giratória. Coloco-me à disposição para qualquer coisa, agradecendo a atenção.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra Ribeiro. PSDB – SP) – Agradecemos, Ministro, a sua participação importante nesta Comissão, com uma fala muito boa. Quanto ao tempo, V. Exª o usou muitíssimo bem. Então, agradecemos, Ministro Vantuil Abdala.

Vou dar a palavra agora ao nosso Senador José Jorge, que é o relator da Comissão.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL – PE) – Agradeço não só as palavras do Ministro Vantuil Abdala, como a Deputada Zulaiê Cobra, Presidente desta Comissão.

Eu gostaria de dizer que, na realidade, a partir das palavras do Ministro Vantuil Abdala, vamos nos ater a realizar outros estudos acerca desses dois projetos – na realidade, principalmente, o primeiro projeto que, de certa maneira, expande a competência da Justiça do Trabalho na linha desses itens incluídos no art. 652, de que o Ministro já falou, de aumento das competências, de especificar quais são as competências novas. Acho que isso é um avanço importante, no sentido de evitar tumulto e confusão em saber quais seriam as atribuições novas da Justiça do Trabalho. O Ministro também sugeriu outros caso que não colocamos aqui no projeto. Vamos examinar esses casos, particularmente, um a um, para verificar o que é que, finalmente, achamos que devemos incluir nesse artigo ou não.

Em relação à questão do art. 652, eu gostaria de dizer que, na verdade, a alínea “e” foi pulada por uma questão de técnica legislativa. Como ela já existiu, então, no momento em que ela foi revogada, não se usa mais alínea “e”, que ficou como que morta. Aqui, não temos ressurreição, vamos dizer assim. Ela morreu, não volta mais. Então, se houver mais uma alínea, ela

será alínea “f”, para evitar confusão no futuro. Na realidade, foi isso que aconteceu.

Em relação aos pontos que V. Exª abordou, não vou discutir um a um, mas, na verdade, vamos levar todos em consideração e vamos examiná-los, juntamente com os demais Parlamentares.

Em relação à questão da criação do fundo, acho que essa é uma questão que também tem de ser discutida com o Executivo. Eu até chamo atenção da Senadora Serys Slhessarenko que, por ser da base do Governo, aqui, no Senado Federal, para que nós, eu, a Senadora e o Senador Aloizio Mercadante, o Líder do Governo nesta Casa, possamos examinar ou, pelo menos, pedirmos para que o Governo, por meio da assessoria do Ministério da Fazenda, possa examinar a criação desse fundo. Certamente, ele tem algumas implicações em relação a questões financeiras. Portanto, é importante que o Ministério da Fazenda possa também opinar, como V. Exª mesmo disse, para que, depois, não dê problema quando da sua tramitação normal na Câmara dos Deputados. Era importante que esse projeto, que especificamente cuida de recursos, já saísse com um acordo do Governo, para evitar problemas na sua tramitação. Eu pediria à Senadora Serys Slhessarenko que me ajudasse nesse processo, junto ao Líder, Senador Aloizio Mercadante.

Por último, eu gostaria de dizer que vamos, então, agora, realizar as seguintes etapas: vamos mandar essas duas minutas para todos os Deputados – já estão distribuídas para os que estão presentes – e vamos tirar um resumo ou uma cópia dessas opiniões de V. Exª para que sejam distribuídas também, juntamente com as duas cópias, aos Deputados, para que possam apresentar as emendas.

Então, vamos dar um prazo. Apresentadas as emendas dos Deputados, apresentada a opinião de V. Exª, elaboraremos um primeiro parecer para que seja votado na Casa. Tenho certeza que V. Exª irá acompanhar esse processamento, de tal maneira que vamos querer que tudo que for aprovado aqui o seja com a participação de todos, principalmente da Justiça do Trabalho, mas também de todos os interessados.

Chamo inclusive a atenção das próprias representações empresariais. Muitas vezes, deixam passar os projetos sem discutir na Câmara, sem discutir no Senado. E quando o projeto é aprovado eles dizem que aumentamos o custo Brasil.

Então, se for para aumentar o custo Brasil, têm de discutir antes, para poder depois não ficar reclamando quando a “Inês está morta”. Todos esses sindicatos empresariais gastam muito dinheiro com assessoria e, muitas vezes, essa assessoria não está presente quando as coisas acontecem.

Então, é necessário que se veja o lado da Justiça do Trabalho, que se veja o lado do empregador e se veja o lado do empregado para que não cometamos erros que muitas vezes vão elevar os custos sem trazer às vezes grandes benefícios para o empregado. Muitas vezes, restringindo até o mercado de trabalho.

Então, esse equilíbrio é dado exatamente chamando a atenção dos sindicatos de representação dos empregados e dos empregadores.

Era isso, Sr^a Relatora. Hoje, estamos com um dia muito agitado. Estamos nesse mundo de tranqüilidade, mas a agitação está “comendo” aí fora. Então, eu gostaria de dar oportunidade aqui...

A SR^a PRESIDENTE (Zulaiê Cobra Ribeiro. PSDB – SP) – Então, eu gostaria de dar a palavra para o nosso Deputado Paes Landim, depois também à Senadora Serys, se quiser se manifestar.

Pois não, Deputado.

O SR. PAES LANDIM (PFL – PI) – Sr^a Presidente, Sr. Relator, eu gostaria de parabenizar o Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Vantuil Abdala, pela clareza da sua intervenção. Os advogados que atuam no TST são encantados com a maneira como o Ministro Vantuil sempre decidiu os casos sob sua jurisdição, com clareza, pedagogia e raciocínio cartesiano. S. Ex^a é um grande Ministro.

É uma pena que hoje, como disse o nosso Relator, é um dia atípico aqui na Câmara, porque colegas nossos, Deputados da CPI dos Correios – no meu caso e da Deputada Zulaiê Cobra, estamos na Comissão de Constituição e Justiça, que hoje discute inclusive a reforma política. Vários colegas nossos, que pertencem a esta Comissão, também se encontram lá.

Então, espero que a Comissão convoque em outra oportunidade, nem que seja ao final de seus trabalhos, novamente o Ministro Vantuil Abadala para que S. Ex^a possa encantar a todos, com a presença maciça aqui dos membros da Comissão.

Eu queria por último, Sr^a Presidente e Sr. Relator, dizer que há um pequeno equívoco na digitação do Projeto do Fundo de Garantia, nas execuções trabalhistas, quando se reporta no inciso V do art. 3º. Em vez de ser § 1º do art. 18, é §1º do art. 17.

Meu caro Relator, é um pequeno equívoco aqui. No art. 3º, o FGT, inciso V, em vez de dizer “os valores resultantes da sub-rogação e da contribuição referido no § 1º do art. 18...” É art. 17.

É um pequeno erro de digitação. Quero apenas lembrar para que seja corrigido.

Lamento profundamente que o Plenário da nossa Comissão não esteja à altura, cheio para ouvir as importantes considerações do eminente Ministro Presidente do TST, que é notoriamente conhecido em Brasília

como uma das grandes figuras que marcam a história do Poder Judiciário do Trabalho em nosso País.

Lamento, Sr. Ministro, porque terei de me ausentar também. Quero ver a reforma política na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Só me ausentei porque não poderia deixar de estar presente aqui na intervenção de V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Zulaiê Cobra Ribeiro. PSDB – SP) – Muito obrigado, Deputado Paes Landim.

Concedo a palavra Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Muito obrigado, Sr^a Presidente. É bom termos uma Presidente de vez em quando. Isso é meio raro aqui.

A SR^a PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Também na Câmara é muito raro. Somos muito poucas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas ela tem uma Chefe de Casa Civil hoje: a “dama de ferro”.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Felizmente, muito competente e comprometida.

Sr. Relator, nosso querido Presidente do TST, Ministro Vantuil, pessoa por quem temos o maior respeito e admiração. Sabemos da seriedade de como S. Ex^a conduz os seus trabalhos.

Queremos dizer que hoje aqui está meio, como costumamos dizer, sem graça. Uma personalidade da envergadura do Ministro Vantuil, com a sua sabedoria e com as suas colocações aqui postas, e infelizmente o Plenário está pequeno.

Eu não vou fazer nenhum questionamento, até porque acho que V. Ex^a foi muito claro em suas colocações. Já solicitei uma cópia do seu discurso, porque várias pessoas já me pediram. Recebi três telefonemas me pedindo cópia de sua fala, porque acredito, Sr^a Presidente e Sr. Relator, que é muito importante a gente conseguir jogar o máximo das discussões que acontecem para a sociedade para que nos ajude.

E uma fala como a de V. Ex^a é muito importante que chegue para muita gente. É claro que a televisão está aí transmitindo neste momento conturbado – e mesmo que não fosse conturbado, o próprio horário da transmissão não favorece que muitas pessoas na sociedade estejam ouvindo e como atribuo a maior importância, estou solicitando cópias inclusive para distribuir para pessoas de outros Estados que já estão nos solicitando.

Quero dizer que, de repente, teremos o tempo necessário, Sr^a Presidente, Sr. Relator, para que possamos trabalhar essa questão da melhor forma possível. Vamos aprofundar ao máximo as nossas discussões e, em determinado momento, V. Ex^a poderá voltar aqui em uma situação em que tenhamos não só muito mais gente, mas até um debate.

Inclusive coloquei a nossa Presidente – inclusive teríamos de ver com a assessoria, eu fiz um requerimento colocando já no modo mais amplo, e não mais específico, a sugestão, Sr. Relator, da realização de algumas audiências públicas para instruir os trabalhos da nossa Comissão.

Vem a questão da repercussão geral do recurso extraordinário e da edição, revisão e cancelamento das Súmulas com efeito vinculante – sugeri nomes aqui. Tentarei ser rápida e resumirei até os nomes: o Dr. Manoel Arruda Alvim Neto. A súmula impeditiva de recursos, da inadmissibilidade do recurso especial, ambos relacionados à jurisdição do STJ, sugerimos o nome do Dr. Luiz Rodrigues Wambier. Reformulação dos processos de execução fundados em título judicial, extrajudicial, fiscal e contra a Fazenda Pública, a sugestão é o Desembargador Araquém de Assis e também o Dr. Sérgio Seiji Shimura. A instituição do Juizado Especial das Fazendas Públicas, estadual e municipal, e uniformização de jurisprudência dos Juizados Especiais, a Ministra Fátima Nancy Andrighi e reforma dos recursos de apelação e agravo de instrumento, Dr. José Carlos Barbosa Moreira e o Ministro Luiz Fux. Tutelas coletivas e mecanismos alternativos de solução de conflitos, o Dr. Nelson Nery Júnior e por último as tutelas diferenciadas e propostas para a celeridade e efetividade do processo de conhecimento, sugerimos aqui os Drs. Cândido Rangel Dinamarco e o Dr. Luiz Guilherme Marinoni.

São sugestões que nós colocamos no âmbito geral da Comissão. São temas e sugestões. Poderão ter outros nomes, poderão tirar alguns nomes desses e colocar outros, poderão ser acrescentados. Enfim, são temas que nos estudamos, inclusive com um grupo de pessoas que nos ajudaram e que acreditamos ser da maior importância que sejam discutidos no futuro, durante o desenrolar dos nossos trabalhos.

Por fim, quero agradecer a presença do Ministro Vantuil Abdala e dizer, como sempre: o senhor é brilhante!

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra Ribeiro. PSDB – SP) – Muito obrigada, Srª Senadora. Hoje não temos quórum para poder discutir esse seu requerimento. Mas peço que V. Exª nos passe o documento, que nós o encaminharemos ao Relator. S. Exª tomará conhecimento para uma próxima oportunidade.

Eu quero fazer agora uma menção especial, agradecer ao Presidente do TST. Tivemos hoje aqui uma aula brilhante. O senhor é um homem que tem a capacidade de resumir tudo em poucas palavras, coisa rara no Judiciário, porque o Judiciário gosta de falar demais. O senhor é um homem rápido, conseguiu em meia hora falar tudo sobre a reforma que diz res-

peito a essa questão tão importante que é a Justiça do Trabalho.

Agradecemos a sua presença, Ministro, e gostaríamos de contar com a sua vinda em outra oportunidade, porque hoje a Casa, tanto o Senado como a Câmara, está tumultuada. Mas o senhor prestou um relevante trabalho para esta Comissão. Portanto, agradecemos demais a sua presença.

Muito obrigada.

Está encerra a nossa reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h22min.)

COMISSÃO MISTA CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 26, DE 2005, APROVADO EM SESSÃO DO CONGRESSO NACIONAL NA DATA DE 10 DE OUTUBRO DE 2005, PARA DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL CRIADA MEDIANTE ATO Nº 79/2004, DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, “EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004”.

Ata da 7ª Reunião, realizada em 13-12-2005.

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e trinta e um minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a COMISSÃO MISTA CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 26, DE 2005, APROVADO EM SESSÃO DO CONGRESSO NACIONAL NA DATA DE 10 DE OUTUBRO DE 2005, PARA DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL CRIADA MEDIANTE ATO Nº 79/2004, DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, “EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004”. Com a presença do Presidente da Comissão Deputado José Eduardo Martins Cardozo, da Vice-Presidente Deputada Zulaiê Cobra, do Relator da Comissão Senador José Jorge e dos Senhores Parlamentares, Senador Valdir Raupp, Senador Jorge Bornhausen, Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Jefferson Perez, Senador Leonel Pavan, Senador Antero Paes de Barros, Senador Sergio Cabral, Senador Aelton Freitas, Senador Álvaro Dias, Senadora Sery Silhessarenko, Senador Siba Machado, Deputado Roberto Magalhães, Deputado Colbert Martins, Deputado Sigmaringa Seixas, Deputado Osmar Serraglio e do Deputado, não membro, Antonio Carlos Magalhães Neto, o Presidente da Comissão abriu a sessão propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que foi aceito por unanimidade, e fez breve pronunciamento sobre os trabalhos já realizados

pela Comissão. Passou a palavra ao Relator para leitura do Relatório. Após a leitura do Relatório usou da palavra o Presidente que apresentou três emendas e um projeto novo. Usou da palavra o Deputado Roberto Magalhães. Voltou a usar da palavra o Presidente. O Relator usou da palavra dando parecer favorável às emendas apresentadas pelo Presidente que voltou a usar da palavra. O Relator deu parecer favorável às demais propostas apresentadas. O Deputado Roberto Magalhães usou da palavra lamentando a questão do quorum que sempre foi um problema para as reuniões da Comissão, elogia o Relatório e vota pela aprovação do mesmo informando que nas comissões temáticas os projetos apresentados serão analisados, discutidos e, espera, aprovados. O Presidente, havendo quorum regimental coloca em votação o Relatório e o Parecer, que foi aprovado por unanimidade, coloca em votação, separadamente, as emendas apresentadas, em número de três, todas foram aprovadas por unanimidade, colocou em votação o projeto novo apresentado pelo Presidente, que também foi aprovado por unanimidade. O Presidente declara aprovado o Relatório, o Parecer, as emendas e o novo projeto apresentados. Nada mais havendo a tratar o Presidente deu por encenada a presente Reunião e, para constar, eu, José Roberto de Oliveira Silva, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião da Comissão Especial Mista, criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, firmado em cumprimento ao disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004, cujo prazo para conclusão dos trabalhos foi prorrogado pelo Requerimento nº 26, aprovado em reunião plenária do Congresso Nacional em 10 de novembro de 2005.

Esclareço às Sr^{as} e Srs. Parlamentares que a pauta desta reunião é destinada à leitura do Relatório final, elaborado por S. Ex^a o Relator, nobre Senador José Jorge.

Informo às Sr^{as} e Srs. Parlamentares que a Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa e, portanto, na forma regimental, coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

Os Srs. Deputados e Senadores que aprovam a Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu acredito que este é um momento importante, que, obviamente, caminha

para a conclusão dos trabalhos desta Comissão, que foi criada pela Emenda Constitucional nº 45. Eu posso dizer a V. Ex^{as} que ao longo desse período, tanto eu como o Senador José Jorge, mas também os Srs. Parlamentares, procuramos almejar um debate mais intenso sobre as proposições que nós estaremos apresentando hoje por meio do Relatório do Senador José Jorge, na medida em que são proposições relevantes e importantes e de grande significado para o País.

É sabido que a reforma do Poder Judiciário é uma reforma fundamental, que, infelizmente, se arrasta nas discussões e no labirinto, digamos, dos processos legislativos durante décadas.

A Emenda Constitucional nº 45 foi um avanço, mas ela não encerrou, em hipótese nenhuma, o processo de mudança do Poder Judiciário e do sistema de prestação jurisdicional do Estado brasileiro. É necessário que seja completada por uma parte constitucional que está hoje em tramitação na Câmara dos Deputados e, mais importante que tudo, é necessário que seja completada também pela aprovação da legislação infraconstitucional, que altera o Código de Processo Civil, que altera o Código de Processo Penal e que, portanto, tenta suprir diversos vícios que caracterizam historicamente o nosso sistema de prestação jurisdicional.

Todavia, os turbulentos momentos políticos que nós vivemos no Congresso Nacional, nos últimos meses, tiraram com certeza o foco dessa discussão, o que trouxe para S. Ex^a o Relator, acredito, a angústia da premência do prazo para concluir os seus trabalhos e a necessidade de fazer um trabalho ouvindo a sociedade, ouvindo os Srs. Parlamentares em toda sua dimensão.

Tenho certeza de que foram momentos angustiantes porque nós sabíamos da relevância dos trabalhos desta Comissão, sabíamos da necessidade que nós tínhamos de concluir os trabalhos e, da mesma forma, sabíamos das dificuldades que os Srs. Parlamentares tinham, ao longo das turbulências em que vivemos, de participar das discussões e das reuniões desta Comissão.

É nessa perspectiva que nós conseguimos, por meio de iniciativa do nosso nobre Relator, socializar idéias e propostas, colocando no **site** do Congresso Nacional sugestões, pedindo a entidades representativas de todo o País que nos mandassem propostas, e encaminhando projetos aos Srs. Deputados e Srs. Senadores para que pudessem previamente analisá-los e emitir sugestões. Ou seja, se as reuniões da Comissão não eram factíveis pela ausência de quórum, determinada pelas turbulências que nós vivemos no Congresso Nacional, S. Ex^a o Relator buscou, na me-

didada do possível, encontrar alternativas e caminhos que permitissem formar um relatório denso, apropriado, digno e à altura da missão constitucional que esta Comissão recebeu.

Neste momento eu quero render uma justa homenagem a S. Ex^a o Relator, Senador José Jorge. Eu mesmo, como Presidente desta Comissão, me vi premido – e não só premido; eu diria até, Senador José Jorge, espremido – pelas circunstâncias que marcaram esses dias. Na condição de Sub-Relator da CPMI dos Correios, tive que me dedicar integralmente àquele trabalho e pude fazê-lo com a absoluta segurança de que esta Comissão não ficaria acéfala porque tínhamos um relator que podia agir como relator e como presidente. E, nessa perspectiva, eu não posso deixar de render uma justa homenagem ao Senador José Jorge, que não só fez o seu papel como por diversas vezes fez também o meu papel, sendo o Presidente, sendo o Relator, sendo o artífice desse relatório, que hoje se apresenta com toda sua dimensão e latitude.

Com a palavra, o Deputado Roberto Magalhães.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (PFL – PE)

– Sr. Presidente, eu gostaria de me associar a esta homenagem, dizendo que ora ele fez o papel de Relator plenamente, ora o de Presidente e, às vezes, até de Plenário, porque, graças a ele, conseguimos hoje encerrar os trabalhos desta Comissão, com este relatório e com todos os anteprojetos que deveriam ser elaborados.

Então, a homenagem é justa e quero me associar a ela.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP)

– Faço minhas as palavras de V. Ex^a. Quero dizer que eu, independentemente de estarmos em campos opostos e em trincheiras opostas da política, Senador José Jorge, tornei-me um admirador de V. Ex^a. Acompanhei a distância o trabalho que V. Ex^a fez como Relator da Emenda Constitucional nº 45, na CCJ do Senado, e pude acompanhá-lo agora, neste momento difícil para todos nós, em que V. Ex^a conseguiu fazer um trabalho de altíssima qualidade, esmerando-se em poder desempenhar o seu papel e, além disso, dar uma satisfação plena aos Deputados e Senadores dos trabalhos desta Comissão, inclusive quando eu próprio não pude estar à altura da missão que aqui me foi designada, por estar também ligado a outras tarefas parlamentares nesse momento turbulento da nossa conjuntura política.

Senador José Jorge, faço de público um agradecimento sincero a V. Ex^a; agradeço à assessoria desta Comissão, sempre tão prestimosa, sempre tão colaboradora, inclusive permitindo que pudéssemos

ter participado de discussões importantes, até improvisadas, Senador, dentro da dificuldade que tínhamos de discutir aqui, como foi a nossa estada em Recife, naquele seminário, que foi de grande valia, em que podemos colocar as discussões e os debates desta Comissão à apreciação de magistrados e de membros da área jurídica em geral.

Portanto, Senador, fica aqui o meu agradecimento sincero e, de imediato, passo a palavra a V. Ex^a, para que possa apresentar o Relatório, que, a partir de então, será colocado em discussão dos Srs. Parlamentares, para, em sendo o caso e se possível, votarmos ainda hoje.

Com a palavra, o nobre Senador José Jorge, Relator desta Comissão.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL – PE) – Muito obrigado, Deputado Cardozo, Presidente desta Comissão, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, demais pessoas presentes, em primeiro lugar, a mim cabe agradecer os elogios não só do Presidente como do Deputado Roberto Magalhães, meu companheiro de Bancada, de Partido e de Estado, em relação ao trabalho que realizamos.

Na verdade, concordo também que esta foi uma Comissão atípica, exatamente pela dificuldade que tínhamos de excesso de CPs, excesso de Comissões Permanentes, tanto no Senado como na Câmara, de maneira que eu, por exemplo, era titular de duas CPs e suplente de outra, fora ser Vice-Líder, e assim, Deputado Cardozo, todos os membros, mesmo porque, nesta Comissão, como era uma Comissão Técnica, praticamente todos os Partidos colheram o que tinham de melhor para mandar para cá. Por exemplo, o Deputado Osmar Serraglio, que é o Relator da CPI dos Correios, é membro desta Comissão, como também o Deputado ACM Neto, que também é um dos Sub-Relatores, é membro desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Aliás, se me permite, os Sub-Relatores da Comissão dos Correios, inclusive eu, são membros desta Comissão.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL – PE) – Todos são membros da Comissão. Isso tudo dificultou muito.

Realmente, tive que tomar algumas iniciativas, baseadas na minha experiência de tantos anos no Parlamento, porque achei que era importante que terminássemos com um relatório, porque isso daria continuidade aos trabalhos.

Como este relatório indica projetos a serem discutidos na Câmara e no Senado e pedido de urgência para alguns projetos já em tramitação, na realidade,

não havia necessidade de que tudo fosse discutido em todos os detalhes.

Então, para substituir as audiências públicas, nós abrimos uma página na Internet; encaminhamos todas as minutas elaboradas para todos os Deputados e para as principais instituições do setor jurídico brasileiro – OAB, Supremo, Tribunal Superior, etc –, nós recebemos dezenas de sugestões que foram analisadas pela assessoria – aliás, eu gostaria, inclusive, de elogiar o trabalho que eles fizeram, porque foram eles que elaboraram todas as minutas e depois examinaram todas as sugestões – até que chegamos a uma minuta final, que são esses projetos de lei que serão encaminhados à votação na Câmara e no Senado.

Entre todos os projetos que estão em tramitação aqui, escolhemos alguns para pedir urgência, cinco no Senado e dez na Câmara, e sugerimos também que seja criada uma subcomissão na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e outra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado para que se examine toda a questão do processo civil e processo penal de forma integrada, inclusive todos esses projetos. Essa foi uma sugestão da OAB, pois se aprovam muitos projetos com relação aos Códigos de Processo Civil e Penal, de tal forma que, daqui a pouco, um pode interferir no outro e pode ocasionar problemas. Assim, resolvemos sugerir, no Relatório, também a criação dessa subcomissão.

Como o Relatório já foi distribuído, vou ler apenas a parte inicial da apresentação, que dá uma explicação geral principalmente às pessoas que nos assistem pela TV Senado.

Apresentação.

Foi a sensibilidade do legislador constituinte derivado que acrescentou à Emenda à Constituição nº 45, de 2004, o art. 7º, que estabelece textualmente:

Art. 7º. O Congresso Nacional instalará, imediatamente após a promulgação desta emenda constitucional, comissão especial mista destinada a elaborar em 180 dias os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria nela tratada, bem como promover alterações na legislação federal, objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional.

Por força desse dispositivo, estamos aqui hoje. Após longos meses de discussão que instruíram nossos trabalhos, é chegada a hora de apresentar as conclusões que esta Comissão extraiu de tudo o que aqui se leu e se ouviu.

Vê-se logo do dispositivo que embasa nosso trabalho a árdua tarefa de que fomos incumbidos: a um só tempo, elaborar os projetos necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda à Constituição nº 45, de 2004, e promover a chamada reforma processual, mediante a promoção de alterações na legislação federal com o objetivo de ampliar o acesso à Justiça e conferir celeridade à prestação jurisdicional.

Entretanto, para esclarecer a sociedade, ansiosa por soluções na seara da Justiça, é fundamental registrar, desde logo, os limites de nossa atuação. Como Comissão Especial Mista, este Colegiado não tem competência para aprovar ou rejeitar proposições legislativas. Mas a análise que procedemos de todos os projetos que, de alguma forma, repercutem no sistema processual não suprime a dos órgãos competentes estabelecidos pelos Regimentos Internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, notadamente as Comissões de Constituição e Justiça.

Nossa competência definida pela Emenda à Constituição nº 45, de 2004, se resume a elaborar proposições legislativas, “projetos de lei, emendas e requerimentos” que serão encaminhados pelo Sr. Presidente do Congresso Nacional aos órgãos competentes para sua análise no bojo do processo legislativo.

Foi com essa visão que elaboramos o presente Relatório. Aqui examinamos os pontos carentes de regulamentação e avaliamos tudo em conjunto com especialistas e instituições engajadas na missão de reformar o sistema processual, projetos em tramitação que merecem ser avaliados com urgência. Frutos desses esforços são os cinco projetos que apresentamos como conclusão deste Relatório, os requerimentos de urgência e as emendas relativas aos projetos em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e acolhemos sugestão da Seção Distrito Federal da OAB, ou seja, a proposta de criação de duas subcomissões no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça das duas Casas do Congresso com o objetivo de sistematizar os projetos relacionados à reforma processual.

Não podemos deixar de mencionar que, em verdade, o resultado do esforço concentrado dos três Poderes da República já começa a surgir. Referimo-nos precisamente à recentíssima lei que dá nova disciplina ao recurso do agravo, a Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, e ao projeto de lei já aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, mas ainda não sancionado pelo Presidente da República, que trata da reforma do processo de execução fundado em título

judicial, o PLC nº 52, de 2004, ambos integrantes do pacto de Estado em favor de um judiciário mais rápido e republicano.

Muito está por vir. Este Relatório é apenas a semente que germinará no curso do processo legislativo das duas Casas do Congresso Nacional, e com a aprovação e sanção presidencial dos projetos prioritários frutificará na forma de benefício para toda a sociedade brasileira, cansada de promessas abstratas e ávida por justiças efetivas.

Instituições que devem receber este Relatório: Presidente do Congresso Nacional, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Presidente da República, Ministério da Justiça, Advocacia-Geral da União, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Presidente do Superior Tribunal Militar, Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria-Geral da República, Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público, Presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, Defensoria Pública da União e Presidência das Comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado, além de outros.

A reforma constitucional do Poder Judiciário.
Histórico.

Vou fazer uma leitura rápida.

A proposta de emenda à Constituição que deu origem à Emenda Constitucional nº 45, de 2004, teve como primeiro subscritor o Deputado Federal Hélio Bicudo e originalmente foi autuada como PEC nº 96, de 1992. A PEC tramitou na Câmara dos Deputados por longos oito anos e, nesse período, foi relatada na Comissão de Constituição e Justiça pelo Deputado Luiz Carlos Santos. Na Comissão Especial criada para emitir parecer, a PEC teve originalmente como Relator o Deputado Federal Jairo Carneiro. Sucederam-no o Deputado Aloysio Nunes Ferreira e a Deputada Zulaiê Cobra. Foi sob a relatoria desta que, em 1999 e 2000, a PEC logrou aprovação na Comissão Especial e no plenário da Câmara dos Deputados, respectivamente, sendo remetida ao Senado sob o número de PEC nº 29, de 2000.

No Senado, a proposta foi distribuída originalmente ao Senador Bernardo Cabral, sob cuja condução foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, após dezenas de audiências públicas, nas quais foram ouvidos os Presidentes dos Tribunais Superiores, o Procurador-Geral da República, o Presidente do

Conselho da Ordem dos Advogados, representantes da magistratura, do Ministério Público, da Advocacia e da sociedade civil.

Em fevereiro de 2003, a Presidência do Senado Federal, juntamente com as Lideranças partidárias, decidiu que a matéria seria submetida a reexame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde seria designado um novo relator. E em julho de 2003 fomos designados para a relatoria e, nesta condição, tivemos a oportunidade de ouvir dezenas de especialistas no assunto que participaram de audiências públicas para instruir a proposta ora realizada.

De posse dos subsídios fornecidos pela audiência pública, em março de 2004, apresentamos relatório favorável à PEC, na forma de um substitutivo. Em razão da urgência da matéria, propomos seu fracionamento, sendo que o texto aprovado no Senado sem modificações seguiria imediatamente para a promulgação, ao passo que aquela que recebeu modificações de mérito retornaria à Câmara na forma de nova PEC. Foi seguindo essa arquitetura por nós proposta que a PEC foi aprovada pelo Plenário do Senado, resultando na Emenda à Constituição nº 45, de 2004 e na PEC nº 358, de 2005, que foi remetida à Câmara dos Deputados.

Como já registramos, a discussão em torno das alterações propostas aos dispositivos constitucionais relativos ao sistema judicial envolveram a sociedade brasileira por mais de 12 anos. Participaram dos debates a Associação de Magistrados, os representantes do Ministério Público, da Advocacia Pública, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados, e outros setores da sociedade civil. Foram apresentadas ponderações e manifestações a respeito de todos os dispositivos da PEC.

Devem-se compreender os limites da reforma considerando-se a complexidade e a importância das questões que trata, e ainda os interesses que a ela se contrapõem. A verdade é que essa reforma representa o primeiro passo na perspectiva de fortalecimento da estrutura do Poder Judiciário, na medida em que cria mecanismos de planejamento, garante maior transparência e controle da gestão judicial e cria mecanismos de acesso à Justiça.

As inovações.

Merecem destaque no texto da Emenda nº 45 as seguintes novidades. Eu vou só citar: direito fundamental à razoável duração do processo; tutela dos direitos humanos; incorporação dos tratados internacionais sobre os direitos humanos como normas constitucio-

nais – submissão ao Tribunal Penal Internacional; federalização de competências para processar graves violações contra os direitos humanos.

Moralidade e transparência do Poder Judiciário e do Ministério Público:

- a) decisões administrativas dos tribunais, tomadas em sessão pública;
- b) quarentena para os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público;
- c) proibição de promoção dos juízes negligentes;
- d) vedação aos membros do Ministério Público de exercer atividade político-partidária;
- e) controle externo do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Eficiência e racionalização da atividade do Poder Judiciário:

- a) número de juízes proporcional à demanda da população;
- b) fim das férias forenses;
- c) justiça itinerante;
- d) descentralização dos tribunais;
- e) autorização da administração trabalhista delegada;
- f) aumento do número de membros do Tribunal Superior do Trabalho.

Racionalização do acesso aos tribunais superiores:

- a) súmula vinculante;
 - b) repercussão geral do recurso extraordinário.
- Medidas gerais:
- a) criação do fundo garantidor das execuções trabalhistas;
 - b) autonomia das defensorias públicas.

Isso naquela parte que foi aprovada aqui no Senado. A parte que foi para a Câmara, que é a tal PEC nº 358, de 2005, introduziu no texto constitucional:

Art. 21. Exclui da competência privativa da União a manutenção da Defensoria Pública do Distrito Federal e Territórios, permanecendo a de manter o Poder Judiciário e o Ministério Público do Distrito Federal.

Art. 22. Exclui da competência privativa da União legislar sobre Defensoria Pública do Distrito Federal e dos territórios.

Art. 29. Estabelece a competência especial por prerrogativa de função do Tribunal de Justiça para julgamento do prefeito por atos praticados no exercício da função a pretexto de exercê-la.

Art. 48. Estabelece a competência do Congresso Nacional para legislar com a sanção do Presidente da República.

Art. 96. Para a promoção do juiz por merecimento é preciso que ele integre não mais a primeira quinta parte da antiguidade na instância, mas a primeira metade da lista de antiguidade.

Art. 93. O acesso aos tribunais de segundo grau obedecerá às normas no inciso II do mesmo artigo.

E assim por diante. São os diversos artigos que constam, são muitos que estão aqui neste Relatório, da emenda que está tramitando na Câmara e nós pedimos que, na realidade, possa ser o mais breve possível aprovada. Já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Pelo que sei, já foi designado, inclusive, o Relator, que é o Deputado Paes Landim. Mas está tramitando na Comissão Especial. Portanto, pode ser rapidamente agilizada.

Sem dúvida, são modificações importantes que complementam e robustecem a disposição já introduzida pela Emenda à Constituição nº 45, de 2004. É fundamental que a Câmara dos Deputados ultime o seu exame com a urgência possível para que a sociedade brasileira possa, enfim, desfrutar de um Poder Judiciário ágil e democrático.

Dispositivos da regulamentação.

Ao longo do tempo da existência desta Comissão foi feita uma análise acurada sobre a matéria que efetivamente carece de regulamentação por legislação infraconstitucional. Como se sabe, a Constituição da República reserva a alguns legitimados a iniciativa dos projetos de lei que menciono, atribuindo legitimidade universal ao Presidente da República e aos membros do Congresso Nacional.

Ocorre que, por autorização constitucional expressa na Constituição, durante o prazo previsto pelo art. 7º da Emenda à Constituição nº 45, de 2004, foi investido de competência para iniciar todas as proposições legislativas necessárias à regulamentação do dispositivo não aplicado. Vale dizer que o poder constituído derivado entendeu por bem mitigar, durante certo lapso temporal, a rigidez da competência para deflagrar o processo legislativo.

São os seguintes os dispositivos constitucionais:

- 1) Federalização dos crimes contra o direito humano;
- 2) Competência suplementar da Justiça do Trabalho;
- 3) Edição, revisão e cancelamento de súmula com efeito vinculante;
- 4) Repercussão geral dos recursos extraordinários;
- 5) Fundo de Garantia das execuções trabalhistas.

São, portanto, esses cinco projetos que estão incluídos aqui. Depois, há um relatório específico sobre as atividades da Comissão, as pessoas que foram ouvidas etc, que é um item chamado de “A Reforma Constitucional do Poder Judiciário”. Há os itens principais, que são a ampliação do acesso à Justiça e o combate à morosidade.

A atividade da Comissão são reuniões, o Seminário Reforma do Judiciário que nós realizamos em Recife e as contribuições de instituições jurídicas da sociedade que foram feitas diretamente ou por meio da Internet.

Sr. Presidente, as proposições legislativas estão todas incluídas aqui neste Relatório, como também todos aqueles projetos de pedido de urgência. Como o Relatório já está distribuído, não é necessário ler, porque é bastante...

No pedido de urgência, nós resolvemos suprimir o PL nº 4.108, de 2004, de autoria do Deputado Maurício Rands, aprovado na Câmara e aguardando remessa para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Suspenderei a reunião só por um minuto para fazer uma consulta ao nobre relator. (Pausa.)

Reaberta a reunião, eu queria fazer algumas sugestões ao relator. Basicamente, são as seguintes. Em primeiro lugar, dialogamos com alguns membros do Poder Judiciário que me fizeram uma sugestão que, à primeira vista, parece-me interessante, mas quero submeter a V. Ex^a minhas intenções parlamentares.

Na verdade, quando tratamos o projeto de lei da repercussão geral do recurso extraordinário, apresentamos uma especificação para definir o que vem a ser repercussão geral. Alguns magistrados – inclusive os da Corte Suprema – dizem que nesse momento se fecharmos a lista e apresentarmos uma de forma taxativa, isso poderá trazer um problema de percepção em relação a esta matéria. Então, fizeram uma sugestão de que não listássemos essa matéria e deixássemos numa situação mais aberta, até para que possa ser

construída, a partir da experiência, uma avaliação efetivamente posta em torno dessa questão.

Como será, inclusive, feito o julgamento em reunião aberta, na qual a opinião dos Ministros do Supremo será conhecida de público, talvez fosse recomendável esta questão.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (PFL – PE) – V. Ex^a me permite uma observação sobre este assunto?

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Pois não, Deputado.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (PFL – PE) – Eu diria que realmente este projeto de lei para mim é o de mais difícil formulação. Na verdade, eu não sei se deveria ter sido prevista uma regulamentação, porque acredito que a jurisprudência do próprio tribunal seria um meio muito mais apropriado do que já uma lei que previamente viesse a dar os parâmetros. Mas já que foi assim disposto, acredito que se pudesse, por uma solução intermédia, dar alguns parâmetros e outros que através da jurisprudência possam ser acrescidos, porque, senão, a lei não vai dizer nada. Não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Essa é uma questão bastante interessante, porque, no fundo, estamos inovando numa questão e sem a experiência acumulada no processo de discussão. É nessa perspectiva que nos foi sugerido, exatamente, que deixássemos com maior largueza uma construção jurisprudencial que até pudesse no futuro ensejar uma modificação da legislação.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL – PE) – Na realidade, se V. Ex^a me permite, a modificação sugerida é no art. 6º que diz o seguinte, na linha do que o Deputado Roberto falou:

Sem prejuízo de outras, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, possuem repercussão geral as seguintes causas:

- 1) que contenham julgamento divergente da súmula ou jurisprudência dominante no STF;
- 2) relativa à nacionalidade e aos direitos políticos;
- 3) que discutam direito ou interesse difuso.

Então, ficariam apenas essas três e o detalhamento maior, que são os itens 4 e 5, ficaria para posteriormente ser acrescentado.

O meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Acho que vem na linha da argumentação feita pelo Deputado Roberto Magalhães.

O parecer é favorável à emenda supressiva.

Uma outra sugestão, Sr. Relator, também feita a partir desse diálogo com membros do Poder Judiciário. Sabemos que temos a ação de descumprimento de preceito fundamental regulada pela Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999. Há uma sugestão que me pareceu muito oportuna, extremamente adequada ao espírito da reforma do Poder Judiciário, que seria colocarmos como legitimados para a proposição da ação de descumprimento de preceito fundamental também qualquer pessoa lesada ou ameaçada por ato do Poder Público. Isso ampliaria a legitimação ativa para propositura desta ação. Inclusive na proposta deste projeto de lei nós acrescentaríamos ao art. 2º, que trata desta matéria, a admissibilidade desta legitimação ativa para que qualquer pessoa lesada ou ameaçada por ato do Poder Público pudesse propor esta ação. E ainda diríamos o seguinte, neste mesmo artigo, acrescentando um parágrafo terceiro: que a propositura da arguição pelas pessoas referidas no inciso III, que é esta de quaisquer pessoas lesadas ou ameaçadas por ato do Poder Judiciário, observará os requisitos fixados no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, e exige que a questão constitucional discutida no caso atenda aos mesmos requisitos exigidos para caracterização da repercussão geral. Ou seja, estaríamos fazendo uma uniformização da idéia na perspectiva de que a pessoa lesada ou ameaçada pelo ato do Poder Público estivesse propondo uma ação nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e, além disso, adotando-se também a mesma situação relativa à uniformização da caracterização da repercussão geral.

Então, eu quero apresentar a V. Exª esta proposta também deste projeto de lei para que V. Exª considere, porque acho que vem no espírito, no bojo democratizante desta reforma, alargando-se a legitimação ativa para esta propositura.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL – PE) – Está na linha da reforma. Não tínhamos tido a idéia de apresentar nenhum projeto novo. Apenas apresentamos aqueles projetos de regulamentação do art. 45 e pedimos urgência para projetos já existentes, mesmo porque a quantidade de projetos existentes na Casa de reforma do processo civil e do processo penal é imensa, são mais de 200, se não me engano, fora àqueles que nós tínhamos selecionado como sendo prioritários, por conta do acordo realizado entre os três Poderes.

Mas, em princípio, sou favorável a esse projeto. O meu parecer é favorável a que ele seja acrescentado ao relatório, porque ele está na linha, ele acrescenta que a pessoa lesada pode também entrar na justiça, o que é natural.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Agradeço a V. Exª.

Finalmente, farei uma última sugestão, que surgiu após um diálogo que tivemos com os representantes da Secretaria Especial de Reforma do Poder Judiciário do Ministério da Justiça. A proposta é que, naqueles requerimentos de urgência, incluíssemos dois projetos: o PLC nº 90, de 2005, que trata das súmulas impeditivas de recursos, é uma matéria relevante; e o PLC nº 101, de 2005, que racionaliza o julgamento de processos repetitivos.

Senador José Jorge, não sei como V. Exª analisa essa sugestão da Secretaria Especial de Reforma do Poder Judiciário.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL – PE) – Na realidade, a súmula impeditiva de recurso está na emenda constitucional que a Câmara dos Deputados ainda não aprovou.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Não aprovou ainda.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL – PE) – Não sei como dar urgência a um projeto para regulamentar algo que ainda não está na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Essa foi a consideração que fizemos.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL – PE) – O outro projeto racionaliza o julgamento dos processos impeditivos.

Farei o seguinte: vou dar parecer favorável ao segundo e deixar esse de fora. Porque essa não foi aprovada no plenário, como é que se pode aprovar aqui?

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Creio que havia uma intenção de agilizar tudo, mas V. Exª tem razão.

Permanece o segundo projeto, que racionaliza o julgamento dos processos impeditivos.

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL – PE) – É até interessante, porque substitui aquele que retiramos.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Perfeitamente.

O parecer é favorável...

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL – PE) – O parecer é favorável ao segundo e contrário ao primeiro.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Se V. Exª permitir, retiro o primeiro requerimento, dispensando-o de votação. Fica apenas o re-

querimento de urgência para o PLC nº 101, de 2005, com parecer favorável.

Consulto a assessoria sobre o quórum de deliberação?

O SR. RELATOR (José Jorge. PFL – PE) – Agora, deve-se colocar em discussão e votação a matéria, pois há quórum.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Está aberta a discussão, enquanto checamos o quórum para deliberação.

Indago se algum dos Srs. Parlamentares quer fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Roberto Magalhães.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (PFL – PE) – Sr. Presidente, como já foi dito aqui, esta Comissão sofreu uma série de impactos decorrentes da ausência de parte de seus Membros por força das CPIs e por motivos outros.

Como já foi acentuado, o relator conseguiu fazer um trabalho que não ficou apenas no âmbito de sua atuação e de sua assessoria, mas chegou à Internet e foi enviado a todos os Membros da Comissão – todos nós temos conhecimento disso. Não tenho o que acrescentar.

S. Ex^a me disse pessoalmente, conforme deve estar no seu relatório, que, na verdade, estamos diante de anteprojetos que se tornarão projetos que tramitarão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

As Comissões Temáticas, principalmente a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal e a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, vão opinar e pronunciar-se sobre esses projetos.

Na realidade, sou favorável à aprovação do parecer do relator. Cada um de nós, Deputados e Senadores, nas respectivas Casas, em suas Comissões Temáticas e nos respectivos plenários, oportunamente debaterá a matéria e poderá, quem sabe, fazer algumas alterações, embora eu considere de excelente qualidade o material, a proposta, a matéria que está sendo apresentada.

A minha posição é pela aprovação da matéria.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Agradeço as palavras de V. Ex^a.

Havendo quórum regimental, passo, de imediato, à votação do relatório.

Indago se algum dos Srs. Deputados e Senadores gostaria de fazer algum encaminhamento favorável quanto ao relatório. (Pausa.)

Não havendo inscrições para o encaminhamento, passo, então, à votação do relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o relatório.

Passo, agora, à votação das emendas.

São três emendas: uma do projeto de lei, outra da retirada e outra dos requerimentos de urgência.

Passo à votação da primeira emenda, que prevê a inclusão do projeto de lei relativa à ampliação da legitimação da ação de descumprimento de preceito fundamental.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que concordarem com a aprovação da emenda queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a Emenda nº 1.

Passa, agora, à votação da Emenda nº 2, que estabelece a inclusão, entre os requerimentos de urgência, do PLC nº 101, de 2005, que racionaliza o julgamento de processos repetitivos.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a Emenda nº 2.

Em votação a Emenda nº 3, que é supressiva e retira da listagem do projeto de lei relativo à repercussão geral do recurso extraordinário alguns itens de especificação. Particularmente, retira os itens 4 e 5 do art. 6º do projeto de lei que trata da repercussão geral do recurso extraordinário.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a Emenda nº 3.

Portanto, declaro, para os fins regimentais, aprovado o Relatório do Sr. Relator, Senador José Jorge, a quem cumprimento pela iniciativa, e também aprovadas as três emendas que receberam parecer favorável do Sr. Relator e que passam, então, a fazer parte integrante desse Relatório, na forma regimental.

Assim, Srs. Parlamentares, mais uma vez, com os cumprimentos pelo magnífico trabalho do Sr. Relator e pela presença de V. Ex^{as}, na forma regimental, declaro encerrada a presente reunião e os trabalhos desta Comissão Especial criada pela Emenda Constitucional nº 45.

(Levanta-se a reunião às 12h09min)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 79/2004, DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, "EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004".

COMPOSIÇÃO INICIAL DA COMISSÃO

(12) Senadores Titulares, (12) Senadores Suplentes, (12) Deputados Titulares e (12) Deputados Suplentes

| SENADORES TITULARES | | SENADORES SUPLENTES | |
|----------------------------------|------------------|----------------------------------|------------------|
| Bloco (PFL-PSDB) | | Bloco (PFL-PSDB) | |
| Arthur Virgílio | AM – 1413 - 1428 | 1 – Leonel Pavan | SC – 4014 - 4041 |
| Álvaro Dias | PR – 4059 - 4060 | 2.- Lúcia Vânia | GO – 2010 - 2844 |
| José Jorge (2) | PE – 1184 - 1284 | 3.- Paulo Otávio | DF – 2011 - 2012 |
| Demóstenes Torres (3) | GO – 2092 - 2093 | 4 – VAGO | |
| PMDB | | PMDB | |
| Valdir Raupp (1) | RO – 2252 - 2253 | 1.- Ney Suassuna | PB – 4345 - 4346 |
| Sérgio Cabral | RJ – 2431 - 2435 | 2 – Pedro Simon | RS – 3050 - 4393 |
| Leomar Quintanilha | TO – 2073 - 2078 | 3 – Hélio Costa | MG – 2244 - 2245 |
| Bloco (PT-PSB-PTB-PL-PPS) | | Bloco (PT-PSB-PTB-PL-PPS) | |
| Serys Slhessarenko | MT – 2291 - 2292 | 1 – Antônio Carlos Valadares | SE – 2201 - 2202 |
| Francisco Pereira | ES – 4161 - 5867 | 2 – Aelton Freitas | MG – 4621 - 4753 |
| Mozarildo Cavalcanti (4) | RR – 1162 - 4078 | 3 – Siba Machado | RS – 5227 - 5232 |
| VAGO | | 4. Patrícia Saboya Gomes | CE – 2301 - 2302 |
| PDT | | PDT | |
| Jefferson Peres | AM – 2060 - 2063 | 1. Juvêncio da Fonseca | MS – 1128 - 1228 |
| DEPUTADOS TITULARES | | DEPUTADOS SUPLENTES | |
| PT | | PT | |
| José Eduardo Cardozo | SP – 5381 - 2381 | 1 - Mauricio Rands | PE – 5237 - 2237 |
| Luiz Eduardo Greenhalgh | SP – 5466 - 2466 | 2- Sigmaringa Seixas | DF – 5719 - 2719 |
| PMDB | | PMDB | |
| Osmar Serraglio | PR – 5845 - 2845 | 1 - Wilson Santiago | PB – 5534 - 2534 |
| Sandra Rosado | RN – 5650 - 2650 | 2 - Vago | |
| Bloco (PFL / PRONA) | | Bloco (PFL / PRONA) | |
| Antônio Carlos Magalhães | BA – 5939 - 2939 | 1.- Vago | |
| Roberto Magalhães | PE – 5503 - 2503 | 2 – Vago | |
| PSDB | | PSDB | |
| Zulaie Cobra | SP – 5411 - 2411 | 1.- Vago | |
| PP | | PP | |
| Ibrahim Abi-Ackel | MG – 5241 - 2241 | 1.- Sérgio Caiado | GO – 5206 - 2206 |
| PTB | | PTB | |
| Paes Landim | PI – 5648 - 2648 | 1.- Luiz Antônio Fleury | SP – 5945 - 2945 |
| PL | | PL | |
| Inaldo Leitão | PB – 5605 - 2605 | 1.- Carlos Mota | MG – 5739 - 2739 |
| PPS | | PPS | |
| Colbert Martins | BA – 5319 - 2319 | 1.- Atila Lins | AM – 5730 - 2730 |
| PDT | | PDT | |
| Luiz Piauhyllino | PE – 5224 - 2224 | 1.- Alceu Collares | RS – 5807 - 2807 |

COMISSÃO ESPECIAL MISTA CRIADA MEDIANTE ATO Nº 79/2004 DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL "EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004" – REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA DO JUDICIÁRIO – COMISSÃO ESPECIAL CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 26, DE 2005, EM REUNIÃO PLENÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL DE 10/11/2005.

COMPOSIÇÃO FINAL DA COMISSÃO

(12) Senadores Titulares, (12) Senadores Suplentes, (12) Deputados Titulares e (12) Deputados Suplentes

| SENADORES TITULARES | | SENADORES SUPLENTES | |
|----------------------------------|------------------|----------------------------------|------------------|
| Bloco (PFL-PSDB) | | Bloco (PFL-PSDB) | |
| Antero Paes de Barros (6) | MT – 4061 - 2973 | 1 – Leonel Pavan | SC – 1610 – 4197 |
| Álvaro Dias | PR – 4059 - 2941 | 2- Lúcia Vânia | GO – 2844 - 2868 |
| José Jorge (2) | PE – 3245 - 1977 | 3- Paulo Otávio | DF – 2013 – 1738 |
| Demóstenes Torres (3) | GO – 2093 – 2964 | 4 – Jorge Bornhausen (5) | SC – 4206 – 1822 |
| PMDB | | PMDB | |
| Valdir Raupp (1) | RO - 2481 - 2853 | 1- Ney Suassuna | PB – 4806 – 1885 |
| Sérgio Cabral | RJ – 2435 - 2736 | 2 – Pedro Simon | RS – 3232 - 1304 |
| Leomar Quintanilha | TO – 2071 - 1773 | 3 – Vago | MG – 2244 – 1830 |
| Bloco (PT-PSB-PTB-PL-PPS) | | Bloco (PT-PSB-PTB-PL-PPS) | |
| Serys Simessarenko | MT – 2238 – 2721 | 1 – Antônio Carlos Valadares | SE – 2201 – 1786 |
| Magno Malta | ES – 4164 - 1656 | 2 – Aelton Freitas | MG – 5737 - 2746 |
| Mozarildo Cavalcanti (4) | RR – 1160 - 1650 | 3 – Siba Machado | RS – 2185 – 2859 |
| VAGO | | 4 - Patrícia Saboya Gomes | CE – 2329 – 2865 |
| PDT | | PDT | |
| Jefferson Peres | AM – 2063 – 2737 | 1 - Juvêncio da Fonseca | MS – 1128 – 1920 |
| DEPUTADOS TITULARES | | DEPUTADOS SUPLENTES | |
| PT | | PT | |
| José Eduardo Cardozo | SP – 5381 - 2381 | 1 - Maurício Rands | PE – 5237 - 2237 |
| Luiz Eduardo Greenhalgh | SP – 5466 – 2466 | 2- Sigmaringa Seixas | DF – 5719 – 2719 |
| PMDB | | PMDB | |
| Osmar Serraglio | PR – 5845 – 2845 | 1 - Wilson Santiago | PB – 5534 – 2534 |
| Sandra Rosado | RN – 5650 – 2650 | 2 - Vago | |
| Bloco (PFL / PRONA) | | Bloco (PFL / PRONA) | |
| Vilmar Rocha(3) | GO – 5644 - 2644 | 1.- Vago | |
| Roberto Magalhães | PE – 5503 - 2503 | 2 – Vago | |
| PSDB | | PSDB | |
| Zulaiê Cobra | SP – 5411 - 2411 | 1.- João Campos(2) | GO – 5315 - 2315 |
| PP | | PP | |
| Ibrahim Abi-Ackel | MG – 5241 - 2241 | 1.- Darci Coelho (1) | TO – 5309 - 2309 |
| PTB | | PTB | |
| Paes Landim | PI – 5648 - 2648 | 1.- Luiz Antônio Fleury | SP – 5945 - 2945 |
| PL | | PL | |
| Inaldo Leitão | PB – 5605 – 2605 | 1.- Carlos Mota | MG – 5739 – 2739 |
| PPS | | PPS | |
| Colbert Martins | BA – 5319 - 2319 | 1.- Atila Lins | AM – 5730 - 2730 |
| PDT | | PDT | |
| Luiz Piauhylino | PE – 5224 - 2224 | 1.- Alceu Collares | RS – 5807 - 2807 |

SENADO FEDERAL
 SECRETARIA GERAL DA MESA
 SECRETARIA DE COMISSÕES
 SUBSECRETARIA DE APOIO AS COMISSÕES ESPECIAIS E
 PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
 COMISSÃO ESPECIAL MISTA - EC 45
 COMISSÃO ESPECIAL - RCN 26, DE 10/11/2005

ERRATA

REQUERIMENTOS DE URGÊNCIA

ITEM XII - REQUERIMENTO DE URGÊNCIA PARA TRAMITAÇÃO DO PL 4.203 - O ANO CORRETO É 2001 E NÃO 2004. (Vide páginas 6, 53 e 98, do Relatório revisado pela Consultoria Legislativa). O PL 4203/2001 ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO-LEI Nº 3.689/41, CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, RELATIVOS AO TRIBUNAL DO JÚRI. ÉH DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO E ÉH PARA ESTE QUE O RELATÓRIO PEDE O REGIME DE URGÊNCIA. O PL 4.203/2004 É DE AUTORIA DO DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS.

ITEM XIII - REQUERIMENTO DE URGÊNCIA PARA TRAMITAÇÃO DO PL 4.205 - O ANO CORRETO É 2001 E NÃO 2004. (Vide páginas 6, 53 e 99, do Relatório revisado pela Consultoria Legislativa). O PL 4.205/2001 ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO-LEI Nº 3.689/41, CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, RELATIVOS À PROVA. ÉH DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO E ÉH PARA ESTE QUE O RELATÓRIO PEDE O REGIME DE URGÊNCIA. O PL 4.205/2004 É DE AUTORIA DO DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON.

ITEM XIV - REQUERIMENTO DE URGÊNCIA PARA TRAMITAÇÃO DO PL 4.208 - O ANO CORRETO É 2001 E NÃO 2004. (Vide páginas 6, 53 e 100, do Relatório revisado pela Consultoria Legislativa). O PL 4.208/2001 ALTERA CAUTELARES E LIBERDADE. ÉH DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO E ÉH PARA ESTE QUE O RELATÓRIO PEDE O REGIME DE URGÊNCIA. O PL 4.208/2004 É DE AUTORIA DO DEPUTADO MARCOS DE JESUS.

Sala das Comissões - 15 de dezembro de 2005
 Secretário: José Roberto de Oliveira Silva

Consulta Tramitação das Proposições

Proposição: **PL-4203/2001**

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 12/03/2001

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência art. 155 RICD

Origem: MSC-209/2001

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Estabelecendo critérios para a organização do Tribunal do Júri quanto a sua função, convocação e sorteio dos jurados, visando a formação do Conselho de Sentença; dispendo sobre acusação, instrução e preparação do processo para julgamento em Plenário. "Reforma Processual Penal".

Indexação: Alteração, Código de Processo Penal, recebimento, denúncia, queixa, juiz, citação, acusado, arrolamento, testemunha, prova testemunhável, apresentação, defesa prévia, advogado, falta, nomeação, defensor dativo, manifestação, Ministério Público, querelante, prazo determinado, diligência, audiência de instrução e julgamento, produção, prova, juiz singular, admissibilidade, acusação, sentença de pronúncia, sentença de impronúncia, absolvição sumária, cabimento, apelação, intimação, réu, eliminação, libelo acusatório, preparação, processo judicial, julgamento, relatório, Juízo. - Normas, organização, Tribunal do Júri, alistamento, convocação, sorteio, Jurado, competência, composição, juiz togado, presidente, formação, Conselho de Sentença, requerimento, desaforamento, apreciação, Câmara de Tribunal, Turma de Tribunal, impedimento, suspeição, serviço, juri, caráter obrigatório, proibição, discriminação, organização, pauta de julgamento, sessão, instrução, plenário, restrição, algemas, preso, ausência, réu solto, pedido, adiamento, dispensa, comparecimento, réu preso, realização, debate, acesso, autos, questionamento, matéria de fato, votação, absolvição, condenção, proferimento, sentença judicial, desclassificação, infração, lavratura, ata, extinção, protesto por novo júri.

Despacho:

29/3/2001 - Despacho à CCJR.

Emendas

- CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA)
EMR 1 CCJR (Emenda de Relator) - Ibrahim Abi-ackel

Pareceres, Votos e Redação Final

- CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA)
PAR 1 CCJR (Parecer de Comissão)

PRL 1 CCJR (Parecer do Relator) - Ibrahim Abi-Ackel

VTS 2/2002 CCJR (Voto em Separado) - Luiz Antonio Fleury

Apensados

PL 1400/2003

Requerimentos, Recursos e Ofícios

- PLEN (PLEN)

REQ 58/2002 (Requerimento) - Inocêncio Oliveira

Publicação e Erratas

Publicação A de 14/03/2002.

Última Ação:

7/7/2005 - PLENÁRIO (PLEN) - Retirado de pauta de Ofício.

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

| | |
|------------|--|
| Andamento: | |
| 12/3/2001 | PLENÁRIO (PLEN) Apresentação e leitura do Projeto de Lei pelo EF |
| 29/3/2001 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Despacho à CCJR. |
| 29/3/2001 | COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Publicação Inicial. DCD 30.03.01 PÁG 09439 COL 02. |
| 20/4/2001 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebido pela CCJR |

| | |
|-----------|---|
| 24/4/2001 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Distribuído ao relator, dep. Ibrahim Abi-Ackel |
| 20/2/2002 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. Ibrahim Abi-ackel, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação, com emenda. |
| 28/2/2002 | PLENÁRIO (PLEN) APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO PELOS DEP INOCÊNCIO OLIVEIRA, LÍDER DO BLOCO PFL/PST; JUTAHY JUNIOR, LÍDER DO PSDB; ARNALDO MADEIRA, LÍDER DO GOVERNO; GEDDEL VIEIRA LIMA, LÍDER DO PMDB; ODELMO LEÃO, LÍDER DO PPB; MIRO TEIXEIRA, EM APOIAMENTO; BISPO RODRIGUES, NA QUALIDADE DE LÍDER DO BLOCO PL/PSL; HAROLDO LIMA, LÍDER DO BLOCO PSB/PC DO B; ROBERTO JEFFERSON, LÍDER DO PTB E JOÃO HERRMANN NETO, LÍDER DO BLOCO PDT/PPS, SOLICITANDO, NOS TERMOS O ARTIGO 155 DO RI, URGÊNCIA PARA ESTE PROJETO. DCD 01 03 02 PÁG 4830 COL 0 |
| 28/2/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento, REQ 58/2002, pelo Dep. Inocêncio Oliveira. |
| 7/3/2002 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Vista ao Deputado Luiz Antonio Fleury. |
| 11/3/2002 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolução de Vista (Dep. Luiz Antonio Fleury). |
| 12/3/2002 | PLENÁRIO (PLEN) MATÉRIA SOBRE A MESA (REQUERIMENTO DE URGÊNCIA). ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO DO REQUERIMENTO PELO DEP ARNALDO FARIA DE SÁ. APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO: SIM-335; NÃO-01; ABST-0; TOTAL-336. DCD 13 03 02 PÁG 7540 COL 01. |
| 13/3/2002 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Aprovado por Unanimidade o Parecer |
| 15/3/2002 | COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação publicado no DCD de 14/3/2002 PÁG 08083 COL 02., Letra A, Encerramento. |
| 24/4/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único |
| 24/4/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Adiada a Discussão em Face do Encerramento da Sessão |
| 3/5/2002 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4204/2001. |
| 3/5/2002 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4205/2001. |
| 3/5/2002 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4206/2001. |
| 3/5/2002 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4207/2001. |
| 3/5/2002 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4208/2001. |
| 3/5/2002 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4209/2001. |
| 7/5/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. |
| 7/5/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Adiada a Discussão, em face da retirada de pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2002, do Senado Federal, com prazo encerrado, item 1 da pauta. |
| 8/5/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. |
| 8/5/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Adiada a Discussão por Acordo dos Srs. Líderes |
| 14/5/2002 | PLENÁRIO (PLEN) |



| | |
|-----------|--|
| | Discussão em turno único. |
| 14/5/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Adiada a Discussão, em face da não-conclusão da apreciação da Medida Provisória nº 35, de 2002, com prazo encerrado, item 1 da pauta. |
| 15/5/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Adiada a Discussão, em face da não-conclusão da apreciação da Medida Provisória nº 35, de 2002, com prazo encerrado, item 1 da pauta. |
| 21/5/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. |
| 21/5/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Adiada a Discussão, em face da não-conclusão da apreciação da MPV 35/02, com prazo encerrado, item 1 da pauta. |
| 22/5/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Adiada a Discussão, em face da não-conclusão da apreciação da MPV 35/02, com prazo encerrado, item 1 da pauta. |
| 4/6/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Adiada a Discussão em face da não-conclusão da apreciação da Medida Provisória nº 35, de 2002, com prazo encerrado (item 1 da pauta). |
| 11/6/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Adiada a Discussão em face da não-conclusão da apreciação da Medida Provisória nº 35, de 2002, com prazo encerrado (item 1 da pauta). |
| 16/7/2003 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1400/2003. |
| 29/6/2004 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desapense-se desta proposição o PL 4204/2001. Deferido Ofício nº P-80/04, da CCJC, solicitando a desapensação do PL 4204/01, deste. |
| 29/6/2004 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desapense-se desta proposição o PL 4205/2001. Deferido Ofício nº P-80/04, da CCJC, solicitando a desapensação do PL 4205/01, deste. |
| 29/6/2004 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desapense-se desta proposição o PL 4206/2001. Deferido Ofício nº P-80/04, da CCJC, solicitando a desapensação do PL 4206/01, deste. |
| 29/6/2004 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desapense-se desta proposição o PL 4207/2001. Deferido o Ofício nº P-80/04, da CCJC, solicitando a desapensação do PL 4207/01, deste. |
| 29/6/2004 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desapense-se desta proposição o PL 4208/2001. Deferido Ofício nº P-80/04, da CCJC, solicitando a desapensação do PL 4208/01, deste. |
| 29/6/2004 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desapense-se desta proposição o PL 4209/2001. Deferido Ofício nº P-80/04, da CCJC, solicitando a desapensação do PL 4209/01, deste. |
| 1/7/2005 | COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhado à republicação, em virtude de apensação. |
| 7/7/2005 | PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. |
| 7/7/2005 | PLENÁRIO (PLEN) Retirado de pauta de Ofício. |

Cadastrar para Acompanhamento

Nova Pesquisa

Proposição: PL-4203/2004**Autor: Ronaldo Vasconcellos - PTB /MG****Data de Apresentação:** 05/10/2004**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II**Regime de tramitação:** Ordinária**Situação:** CCJC: Pronta para Pauta.**Ementa:** Altera o artigo 19 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 - Estatuto do Torcedor.**Explicação da Ementa:** Dependendo de comprovação de culpa a responsabilidade das entidades esportivas e dos dirigentes pelos prejuízos causados aos torcedores, decorrentes de falha de segurança nos estádios.**Indexação:** Alteração, Estatuto de Defesa do Torcedor, entidade, clube, organização, competição esportiva, jogos, futebol, dirigente, responsabilidade solidária, comprovação, culpa, prejuízo, danos, torcedor, falta, segurança, violência, estádio.**Despacho:**

7/10/2004 - Às Comissões de Turismo e Desporto e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD)

Legislação Citada**Pareceres, Votos e Redação Final**

- CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA)

PRL 1 CCJC (Parecer do Relator) - Vic Pires Franco

- CTD (TURISMO E DESPORTO)

PAR 1 CTD (Parecer de Comissão)**PRL 1 CTD (Parecer do Relator) - Marcelo Guimarães Filho****Última Ação:**

8/6/2005 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Parecer do Relator, Dep. Vic Pires Franco (PFL-PA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa..

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

| | |
|------------|---|
| Andamento: | |
| 5/10/2004 | PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Ronaldo Vasconcellos (PTB-MG). |
| 7/10/2004 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Às Comissões de Turismo e Desporto e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD). |
| 13/10/2004 | COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD 14 10 04 PÁG 43662 COL 01. |
| 14/10/2004 | Comissão de Turismo e Desporto (CTD) Recebimento pela CTD. |
| 19/10/2004 | Comissão de Turismo e Desporto (CTD) Designado Relator, Dep. Marcelo Guimarães Filho (PFL-BA) |
| 20/10/2004 | Comissão de Turismo e Desporto (CTD) Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto a partir de 21/10/2004 |
| 28/10/2004 | Comissão de Turismo e Desporto (CTD) Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas. |
| 26/11/2004 | Comissão de Turismo e Desporto (CTD) Apresentação do Parecer do Relator pelo Dep. Marcelo Guimarães Filho. |
| 26/11/2004 | Comissão de Turismo e Desporto (CTD) Parecer do Relator, Dep. Marcelo Guimarães Filho, pela aprovação. |
| 15/12/2004 | Comissão de Turismo e Desporto (CTD) Vista ao Deputado Josué Bengtson. |

| | |
|-----------|--|
| 21/2/2005 | Comissão de Turismo e Desporto (CTD) Prazo de vista encerrado. |
| 16/3/2005 | Comissão de Turismo e Desporto (CTD) Retirado de pauta pelo Relator. |
| 31/3/2005 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC. |
| 1/4/2005 | COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Turismo e Desporto publicado no DCD de 02/04/05, PÁG 9929 COL 02 - Letra A. |
| 28/4/2005 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Vic Pires Franco (PFL-PA) |
| 29/4/2005 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto a partir de 02/05/2005 |
| 12/5/2005 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas. |
| 8/6/2005 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CCJC, pelo Dep. Vic Pires Franco. |
| 8/6/2005 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. Vic Pires Franco (PFL-PA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. |

 [Cadastrar para Acompanhamento](#)

Nova Pesquisa

Proposição: PL-4205/2001**Autor:** Poder Executivo**Data de Apresentação:** 12/03/2001**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário**Regime de tramitação:** Urgência art. 155 RICD**Origem:** MSC-211/2001**Situação:** PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à Prova, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Definindo e proibindo a produção de provas por meios ilícitos, incluindo a prova ilícita por derivação e esclarecendo sobre as provas antecipadas, pericial e testemunhal. "Reforma Processual Penal".

Indexação: Alteração, Código de Processo Penal, critérios, juiz, proferimento, sentença judicial, matéria de prova, alegações, juízo, produção antecipada de prova, diligência, proibição, produção, prova, derivação, ato ilícito, violação, Direitos e Garantias Fundamentais, Constituição Federal, invasão, domicílio, violação de domicílio, tortura, maus - tratos, redução, perito oficial, prova pericial, partes processuais, indicação, assistente técnico, elaboração, quesito, pergunta, testemunha, inquirição, prova testemunhal, princípio do contraditório.

Despacho:

3/5/2002 - Apense-se ao PL-4203/2001. Despacho do Presidente da CD, determinando esta apensação.

Pareceres, Votos e Redação Final**- CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA)****PAR 1 CCJR (Parecer de Comissão)****PRL 1 CCJR (Parecer do Relator) - Ibrahim Abi-Ackel****VTS 4/2002 CCJR (Voto em Separado) - Luiz Antonio Fleury****Destaques****- PLEN (PLEN)****DTQ 4/2002 (Destaque) - Luiz Carlos Hauly****DTQ 5/2002 (Destaque) - Luiz Carlos Hauly****Requerimentos, Recursos e Ofícios****- PLEN (PLEN)****REQ 60/2002 (Requerimento) - Inocêncio Oliveira****Publicação e Erratas****Publicação A de 14/03/2002****Última Ação:**

29/6/2004 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Desapense-se esta proposição do PL-4203/2001. Deferido Ofício nº P-80/04, da CCJC, solicitando a desapensação.

7/7/2005 - PLENÁRIO (PLEN) - Retirado de pauta de Ofício.

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

| | |
|------------|--|
| Andamento: | |
| 12/3/2001 | PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Projeto de Lei pelo Poder Executivo. |
| 29/3/2001 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Despacho à CCJR. |
| 30/3/2001 | COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Publicação Inicial. DCD 30 03 01 PÁG 09471 COL 01. |
| 20/4/2001 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebido pela CCJR |
| 24/4/2001 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator: Dep. Ibrahim Abi-ackel |
| 19/2/2002 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) |

| | |
|-----------|--|
| | Parecer do Relator, Dep. Ibrahim Abi-ackel, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação. |
| 28/2/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento, REQ 60/2002, pelo Dep. Inocêncio Oliveira. |
| 7/3/2002 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Vista ao Deputado Luiz Antonio Fleury. |
| 11/3/2002 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolução de Vista (Dep. Luiz Antonio Fleury). |
| 13/3/2002 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Aprovado por Unanimidade o Parecer |
| 13/3/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Aprovado requerimento do Sr. Inocêncio Oliveira que requer nos termos do Art. 155 do Regimento Interno, urgência para a apreciação do PL. 4205/01, de autoria do Poder Executivo, que "Altera dispositivos do Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências". |
| 15/3/2002 | COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação publicado no DCD de 14/3/2002 PÁG 08101 COL 01, Letra A, Encerramento. |
| 24/4/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único |
| 24/4/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Adiada a Discussão em Face do Encerramento da Sessão |
| 3/5/2002 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se ao PL-4203/2001. Despacho do Presidente da CD, determinando esta apensação. |
| 29/6/2004 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desapense-se esta proposição do PL-4203/2001. Deferido Ofício nº P-80/04, da CCJC, solicitando a desapensação. |
| 4/7/2005 | COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhado à republicação - Letra A - avulso - em virtude de desapensação. |
| 7/7/2005 | PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. |
| 7/7/2005 | PLENÁRIO (PLEN) Retirado de pauta de Ofício. |

Cadastrar para Acompanhamento

Nova Pesquisa

Consulta Tramitação das Proposições

Proposição: PL-4205/2004

Autor: Roberto Jefferson - PTB /RJ

Data de Apresentação: 05/10/2004

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação: Ordinária

Apensado(a) ao(a): PL-4132/2004

Situação: CFT: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Altera a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, para excluir da incidência da contribuição para o regime próprio de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os proventos de aposentadoria por invalidez decorrente de acidente em serviço e doença grave especificada em lei.

Indexação: Alteração, lei federal, exclusão, incidência, contribuição previdenciária, proventos, aposentadoria por invalidez, pensões, servidor público civil, União Federal, Estados, (DF), Municípios.

Despacho:

7/10/2004 - Apense-se este ao PL-4132/2004.

Legislação Citada 

Última Ação:

7/10/2004 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Apense-se este ao PL-4132/2004.

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

| Andamento: | |
|------------|--|
| 5/10/2004 | PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). |
| 7/10/2004 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se este ao PL-4132/2004. |
| 19/10/2004 | COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 20/10/2004. ____ |

Cadastrar para Acompanhamento

Nova Pesquisa

Proposição: PL-4208/2001**Autor:** Poder Executivo**Data de Apresentação:** 12/03/2001**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário**Regime de tramitação:** Urgência art. 155 RICD**Origem:** MSC-214/2001**Situação:** PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão, medidas cautelares e liberdade, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Estabelecendo critérios e aumentando o rol das medidas cautelares; indicando as espécies de prisão admitidas: prisão em flagrante, prisão temporária, prisão preventiva e prisão decorrente de sentença condenatória transitada em julgado; revogando-se a prisão em decorrência de decisão de pronúncia ou de sentença condenatória e dispondo sobre a liberdade provisória e concessão de fiança. "Reforma Processual Penal".

Indexação: - Alteração, Código de Processo Penal, critérios, medida cautelar, investigação, infração penal, recurso de ofício, cumulatividade, prisão em flagrante, prisão temporária, sentença de pronúncia, sentença condenatória, decretação, juiz, Ministério Público, querelante, autoridade policial, separação, preso, prisão provisória, condenado, conversão, comprovação, estado de necessidade, legítima defesa, dever legal, liberdade provisória, fundamentação jurídica, prisão preventiva, indiciado, instrução processual, crime organizado, natureza administrativa, crime doloso, prisão domiciliar, substituição, acusado, idoso, doença grave, responsável, criança, menor, pessoa deficiente, portador de necessidade especial, gestante, riscos, gravidez, réu solto, comparecimento, juízo, proibição, acesso, local, infração, relação, pessoas, fato, ausência, país, suspensão, função pública, crime inafiançável, tortura, tráfico, droga, terrorismo, crime hediondo, Crime do Colarinho Branco, condenado reincidente, prisão civil, aumento, valor, fiança, destinação, (FUNPEN). - Revogação, Código de Processo Penal, prisão, medida cautelar, extinção, execução judicial, antecipação, trânsito em julgado.

Despacho:

3/5/2002 - Apense-se ao PL-4203/2001. Despacho do Presidente da CD, determinando esta apensação.

Emendas

- CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA)
EMR 1 CCJR (Emenda de Relator) - Ibrahim Abi-ackel

Pareceres, Votos e Redação Final

- CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA)
PAR 1 CCJR (Parecer de Comissão)

PRL 1 CCJR (Parecer do Relator) - Ibrahim Abi-Ackel

VTS 7/2002 CCJR (Voto em Separado) - Luiz Antonio Fleury

Requerimentos, Recursos e Ofícios

- PLEN (PLEN)

REQ 63/2002 (Requerimento) - Inocêncio Oliveira

Publicação e Erratas

Publicação A de 14/03/2002

Última Ação:

29/6/2004 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Desapense-se esta proposição do PL-4203/2001. Deferido Ofício nº P-80/04, da CCJC, solicitando a desapensação.

7/7/2005 - PLENÁRIO (PLEN) - Retirado de pauta de Ofício.

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

| | |
|------------|---|
| Andamento: | |
| 12/3/2001 | PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Projeto de Lei pelo Poder Executivo. |
| 29/3/2001 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Despacho à CCJR. |
| 29/3/2001 | COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Publicação Inicial. DCD 30 03 01 PÁG 09532 COL 01.. |
| 20/4/2001 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) |

- 01 - 007

| | |
|-----------|---|
| | Recebido pela CCJR |
| 24/4/2001 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Distribuído ao relator, dep. Ibrahim Abi-Ackel |
| 20/2/2002 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. Ibrahim Abi-ackel, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação, com emenda. |
| 28/2/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento, REQ 63/2002, pelo Dep. Inocêncio Oliveira. |
| 7/3/2002 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Vista ao Deputado Luiz Antonio Fleury. |
| 11/3/2002 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolução de Vista (Dep. Luiz Antonio Fleury). |
| 13/3/2002 | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Aprovado por Unanimidade o Parecer |
| 13/3/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Aprovado requerimento do Sr. Inocêncio Oliveira que requer nos termos do Art. 155 do Regimento Interno, urgência para a apreciação do PL. 4208/01, de autoria do Poder Executivo, que "Altera dispositivos do Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão, medidas cautelares e liberdade, e dá outras providências". |
| 15/3/2002 | COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação publicado no DCD de 14/3/2002 PÁG 08120 COL 02, Letra A, Encerramento. |
| 24/4/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único |
| 24/4/2002 | PLENÁRIO (PLEN) Adiada a Discussão em Face do Encerramento da Sessão |
| 3/5/2002 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se ao PL-4203/2001. Despacho do Presidente da CD, determinando esta apensação. |
| 29/6/2004 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desapense-se esta proposição do PL-4203/2001. Deferido Ofício nº P-80/04, da CCJC. solicitando a desapensação. |
| 4/7/2005 | COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhado à republicação - Letra A - avulso, em virtude de desapensação. |
| 7/7/2005 | PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. |
| 7/7/2005 | PLENÁRIO (PLEN) Retirado de pauta de Ofício. |

Cadastrar para Acompanhamento

Nova Pesquisa

Proposição: **PL-4208/2004**

Autor: **Marcos de Jesus - PL / PE**

Data de Apresentação: 06/10/2004

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação: Ordinária

Situação: CSSF: Pronta para Pauta.

Ementa: Da nova redacao ao art. 102 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir a concessão de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e pensão por morte após a perda da qualidade de segurado do Regime Geral de Previdência Social.

Explicação da Ementa: Alterando a Lei nº 9.528, de 1997, aplicando a Lei nº 10.666, de 2003.

Indexação: Alteração, lei federal, Plano de Benefícios, Previdência Social, autorização, concessão, benefício previdenciário, aposentadoria por invalidez, auxílio - doença, pensão previdenciária, dependente, posterioridade, segurado, perda, vinculação, Regime Geral de Previdência Social, exigência, preenchimento, requisitos, tempo, prazo, contribuição previdenciária, carência, aposentadoria por idade.

Despacho:

20/10/2004 - Às Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II

Legislação Citada

Pareceres, Votos e Redação Final

- CSSF (SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA)

PRL 1 CSSF (Parecer do Relator) - Marcondes Gadelha

Última Ação:

10/6/2005 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Parecer do Relator, Dep. Marcondes Gadelha (PTB-PB), pela aprovação.

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

| | |
|------------|---|
| Andamento: | |
| 6/10/2004 | PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Marcos de Jesus (PL-PE). |
| 20/10/2004 | Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Às Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II |
| 25/10/2004 | COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 26/10/2004 PÁG 45942 COL 01. |
| 26/10/2004 | Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Recebimento pela CSSF. |
| 17/3/2005 | Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Designado Relator, Dep. Marcondes Gadelha (PTB-PB) |
| 18/3/2005 | Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto a partir de 21/03/2005 |
| 29/3/2005 | Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas. |
| 10/6/2005 | Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CSSF, pelo Dep. Marcondes Gadelha. |
| 10/6/2005 | Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Parecer do Relator, Dep. Marcondes Gadelha (PTB-PB), pela aprovação. |

Cadastrar para Acompanhamento

Nova Pesquisa

SENADO FEDERAL
 SECRETARIA GERAL DA MESA
 SECRETARIA DE COMISSÕES
 SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
 PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
 COMISSÃO ESPECIAL MISTA – EC 45
 COMISSÃO ESPECIAL – RCN 26, DE 10/11/2005

ERRATA

EMENDA AO PL 4.497, DE 2004

O SENHOR RELATOR APRESENTOU REQUERIMENTO DE URGÊNCIA E EMENDA AO PL 4.497, DE 2004, QUE ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.869, DE 1973 – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, RELATIVOS AO PROCESSO DE EXECUÇÃO E A OUTROS ASSUNTOS. NA PÁGINA 6, ÍTEM 7.2.1, INCISO I, E NA PÁGINA 7, ÍTEM 9, INCISO XII - REQUERIMENTO DE URGÊNCIA, DO RELATÓRIO REVISADO PELA CONSULTORIA LEGISLATIVA, O PL 4.497, ESTÁ CORRETAMENTE GRAFADO. NA PÁGINA 7, ÍTEM 9, INCISO XXII, O PROJETO ESTÁ INCORRETAMENTE GRAFADO COMO “EMENDA AO PL Nº 4.797, DE 2004”. NAS PÁGINAS, 50, E 97 - REQUERIMENTO DE URGÊNCIA, O PL 4.497 ESTÁ CORRETAMENTE GRAFADO. NA PÁGINA 107, NA APRESENTAÇÃO DA EMENDA, O PROJETO ESTÁ INCORRETAMENTE GRAFADO COMO Nº 4.797, DE 2004. O CORRETO É 4.497, DE 2004. HA QUE SE PROCEDER À CORREÇÃO.

Sala das Comissões – 15 de dezembro de 2005
 Secretário: José Roberto de Oliveira Silva



O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– O Sr. Senador Teotônio Vilela Filho, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Leonel Pavan, Arthur Virgílio, Juvêncio da Fonseca e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado na tarde de hoje, para destacar matéria publicada no **O Jornal**, de Maceió, edição do dia 10 do corrente mês, intitulada “Pode responder, presidente”, de minha autoria.

O artigo, Sr. Presidente, cujo teor solicito seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que conste dos Anais da Casa, aborda a situação caótica em que se encontra as nossas estradas em 25 Estados do Brasil, atingindo 25 mil quilômetros de rodovias que estão praticamente intransitáveis. Aponta o equívoco do governo do presidente Lula ao decidir pela operação tapa-buraco, liberando cerca de R\$440 milhões para a obra, e não por recuperação de nossas rodovias, restaurando toda a base, que está comprometida, para só depois completar o asfalto, cujo fato, aliás, causou espanto somente ao presidente, manifestado em reunião ministerial quando indagou: “como chegamos até aqui?” O Brasil espera a resposta.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado!

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PODE RESPONDER PRESIDENTE

“ O PT, que já inventou o valerioduto, criou agora a estrada com (curto) prazo de validade”

Teotônio Vilela Filho
www.senado.gov.br/teotonio

O Governo Federal inicia hoje, em 25 Estados do Brasil, a operação tapa-buraco em 26 mil quilômetros de rodovias que estão praticamente intransitáveis. O

que chama a atenção nessa operação não são nem os valores envolvidos – cerca de R\$ 440 milhões, liberados sem qualquer licitação, pois afinal se trata de emergência. Mas a advertência do cândido diretor do DNIT, segundo quem esse tapa-buraco dura no máximo um ano. Mais ou menos até a eleição, que é para aplacar a ira do eleitor. O PT, que já inventou o valerioduto e outros dutos, criou agora a estrada com (curto) prazo de validade. Que tal informar nas placas: ‘prazo de validade: até a eleição’? Os consertos são mesmo precários, como já estão opinando engenheiros e técnicos. Se a base da estrada está comprometida, não adianta botar asfalto no buraco. Para não perder o trabalho, teria que restaurar toda a base e, só depois, completar o asfalto. Os motoristas entrevistados pela televisão no primeiro dia de trabalho foram unânimes em questionar a qualidade dos consertos. Não fosse a eleição, talvez o prazo de validade dessas obras de Lula fosse ainda menor. Esses detalhes do custo, do volume de estradas intransitáveis e o prazo de validade da obra já bastariam para despertar toda a indignação do contribuinte e eleitor. O mais grave foi a pergunta que o presidente Lula endereçou a seus ministros, quando se discutia o problema e se decidia pela solução tapa-buraco: “como chegamos até aqui?” É a pergunta típica de quem parece viver noutro planeta. Não há jornal impresso ou eletrônico que não tenha abordado repetidamente o sucateamento de nossa malha viária. O governo até criou um imposto só para fazer e conservar estradas, que significa 28 centavos por litro de gasolina e sete por litro de diesel. As entidades de classe advertem o governo para o estado de nossas rodovias, que aumentam o custo de produção e de transporte. Mas o Lula não sabia.

Aliás, a tirar pela entrevista do Presidente à televisão, no primeiro dia do ano... Ele desconhece o que acontecia acima e ao lado de seu gabinete, se espanta com o que ocorre num setor tão visível como o das estradas, e não faz a menor idéia das ações de seu próprio partido. O dinheiro para a mais rica campanha eleitoral jamais feita no Brasil deve ter sido presente dos céus. Ele agora pergunta aos ministros como chegamos a essa situação de 26 mil quilômetros de estradas intransitáveis. Boa pergunta. Aliás, excelente pergunta. Pode respondê-la, presidente. O Brasil vai prestar a maior atenção a sua resposta.

País esburacado



"Por que o governo federal não aplica a totalidade dos recursos da Cide na recuperação da malha pavimentada?"

Edinaldo Afonso Marques de Mélo

Superintendente da SMCCU, engenheiro civil, professor da Ufa, mestre em Administração e consultor

Politicamente, um dos pontos mais fortes e de maior visibilidade de qualquer governo é a pavimentação de vias. Não é a toa que o governo do Presidente Lula anunciou semana passada a liberação de 440 milhões de reais para serem aplicados imediatamente no tapa-buracos de algumas rodovias federais e estaduais. Na primeira etapa os maiores beneficiados serão os estados de Minas Gerais e do Paraná. Alagoas não está contemplado nessa etapa inicial.

A operação emergencial anunciada irá tapar buracos em 26.500 quilômetros de rodovias federais e estaduais. Serão 600 frentes de novos trabalhos a serem abertas.

Além disso, o governo Lula prevê um gasto de 1,8 bilhão de reais em recuperação e restauração de pavimentos. Os recursos deverão vir da Cide – Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico. Este imposto é arrecadado sempre que se abastece um veículo. Estima-se que já foram arrecadados mais de 30 bilhões de reais somente a partir desse imposto desde a sua criação.

Ficam as perguntas: por que o governo federal não aplica a totalidade dos recursos da Cide na recuperação da malha pavimentada? Como se explica que com tanto dinheiro arrecadado através da Cide, possamos chegar a essa situação com milhares de quilômetros de estradas destruídas? Se o grande sustentáculo da nossa economia são as rodovias, como explicar que somente agora foi tomada essa decisão?

A insegurança das estradas aumenta com o excesso de buracos e crateras, ausência de acostamento, falta de sinalização, deformações encontradas nos asfaltos e no traçado ruim.

A consequência da falta de visão do atual governo eleva o "custo Brasil". Tira a competitividade de nossos produtos no mercado internacional. Parte do Produto Interno Bruto (PIB) todos os anos vai mesmo é para o "buraco". É um desperdício que não tem limite. Anualmente, toneladas de alimentos, que dariam para alimentar toda a população do Nordeste são desperdiçadas.

Esse erro estratégico é fatal ao nosso País. Emperra o crescimento e faz aumentar a pobreza aqui existente. Com tanta miopia administrativa, passa ano vem ano e somente em momentos como o atual, próximo a uma eleição presidencial, é que o governo decide investir numa das maiores prioridades do País, um de seus maiores patrimônios, que são as estradas.

Enquanto não se mudar a mentalidade, enquanto não se entender que é, pelo menos, duas vezes mais econômico adotar a manutenção preventiva de nossas estradas do que, esporadicamente, resolver tapar buracos, o Brasil continuará a ser um país de crescimento emperrado e de muitas injustiças sociais.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Reprovação atinge pilares do governo”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo de 15 de dezembro de 2005.

A matéria destaca que a última pesquisa CNI/Ibope detectou que o governo foi reprovado em todas as sete áreas específicas que constituem o cerne da gestão do presidente Lula. Segundo o autor, Gabriel Manzano Filho, “o saldo é negativo no combate à fome e à pobreza, nos programas de educação e saúde, na

segurança pública, no combate à inflação, na questão da taxa de juros, no combate ao desemprego e na política de impostos”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Reprovação atinge pilares do governo

Pesquisa CNI/Ibope revela avaliação negativa em áreas como combate à fome e controle da inflação

Gabriel Manzano Filho

Não bastassem as más notícias no front eleitoral, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sofreu outro forte golpe na percepção que têm os eleitores das realizações concretas de seu governo. A pesquisa CNI/Ibope detectou, pela primeira vez, que o governo foi reprovado em todas as sete áreas específicas que constituem o cerne de sua gestão. O saldo é negativo (*ver quadro*) no combate à fome e à pobreza, nos programas de educação e saúde, na segurança pública, no combate à inflação, na questão da taxa de juros, no combate ao desemprego e na política de impostos.

Não é uma grande virada. Na verdade, o governo Lula já estava no vermelho em seis dessas áreas, e o quadro se fechou com a inclusão, na lista negativa, da única em que sua aprovação era maior, a área de educação e saúde. Até setembro, o governo sustentou uma apertada “vitória”, por 50% de aprovação contra 47% de reprovação. O jogo virou, para 48% a 47% para o lado das más notícias.

Os dados são obtidos a partir de uma pergunta feita ao eleitor: “Para cada um dos assuntos que eu citar, gostaria que o (a) sr. (sra.) dissesse se aprova ou desaprova a atuação do governo Lula até o momento.”

Se servir de consolo ao Planalto, a diferença diminuiu de 9 pontos para 4 (sempre negativos) no item combate à fome e à pobreza. Continua péssimo,



mas reduziu-se um pouquinho, também, o patamar de desaprovação à política de impostos: há três meses estava em 51 pontos e encurtou, na nova pesquisa, para 49. Mas em outros 3 cruciais em ano eleitoral que se avizinha – inflação, segurança pública e as questões de educação e saúde – a desaprovação aumentou. Na inflação, a aprovação perdia para a desaprovação por 52% a 39% e agora perde por 54% a 37%. Na segurança, de 63% a 30% em setembro a desaprovação sobe para 65% a 29%.

Essas avaliações podem casar-se com outra tabela da pesquisa, que apura a imagem que as pessoas guardam do governo, a partir de notícias na mídia. Fica claro, pelas respostas, que os três principais temas fixados são os que o Planalto queria que todos esquecessem – a acusação de que o PT pagava mensalão a parlamentares, as denúncias de corrupção nos Correios e o processo de cassação de José Dirceu.

A pergunta era: “Quais as duas principais notícias sobre o governo do presidente Lula que saíram na imprensa nas últimas semanas?” O mensalão teve 20% de citações, a corrupção nos Correios 17% e o caso José Dirceu 14%. Indicadores econômicos, queda da inflação ou até o programa Bolsa Família aparecem no pé da lista, entre 1 e 2 pontos. ●

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Munição contra Lula”, publicada pela revista Época em sua edição de 16 de janeiro do corrente.

A matéria mostra que relatório do TCU pede que o Presidente Lula seja denunciado por crime de improbidade por distribuir, em 2004, uma carta aos segurados do INSS com o anúncio do oferecimento de crédito consignado.

“O objetivo da distribuição, segundo os técnicos do TCU, era favorecer o BMG, o banco mineiro que

emprestou dinheiro ao PT com a ajuda de Marcos Valério”.

Assim, Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

| | | | |
|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|
| CARTAS | assinaram | aposentados | R\$ 9,5 milhões |
| MARCADAS | correspondência | cheia de | torrados no |
| Lando e Lula | aos | irregularidades: | episódio |

Munição contra Lula

Relatório do TCU pede que o presidente seja denunciado por suposto favorecimento ao BMG

No fim do ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse a um velho amigo que o arsenal da oposição contra ele se esgotara e que 2006 seria mais ameno. Foi só desejo. Um relatório preliminar do Tribunal de Contas da União pede que a Procuradoria-Geral da República ofereça denúncia por crime de improbidade contra o presidente e seis auxiliares por distribuírem em 2004 uma carta aos segurados do INSS com o anúncio do oferecimento de crédito consignado. O objetivo da distribuição, segundo os técnicos do TCU, era favorecer o BMG, o banco mineiro que emprestou dinheiro ao PT com a ajuda de Marcos Valério. Hoje, o BMG é o líder nacional de empréstimos em folha de pagamentos.

A história das cartas é tão esquisita que, dois meses depois de postada a primeira mensagem com a assinatura do presidente, a distribuição foi interrompida. A Dataprev abriu auditoria para apurar irregularidades, e o INSS mandou destruir 510 mil cartas. O governo torrou R\$ 9,5 milhões nesse episódio.

A correspondência assinada por Lula e pelo então ministro da Previdência, Amir Lando, é de 29 de setembro de 2004, dias antes do primeiro turno das eleições municipais. Nela, ambos comemoram a aprovação de uma lei no Congresso que permitiu aos aposentados o crédito com desconto em folha – embora desde maio a Caixa Econômica Federal (CEF) já oferecesse o serviço. A novi-

dade era apenas que um segundo banco – o BMG – havia recebido permissão do INSS para operar com o crédito consignado para os aposentados. As cartas de Lula não passariam, então, de propaganda privada. O BMG afirma que a operação foi transparente e dentro da lei.

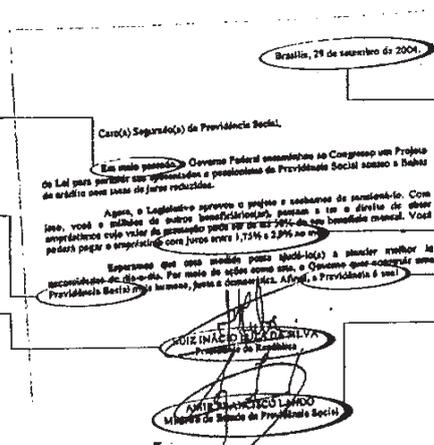
O processo interno do Tribunal chegou à CPI dos Correios e foi “vazado” por parlamentares da oposição. Ele é revelador de como a oposição pretende continuar “sangrando” o presidente mesmo depois de passado o período mais grave da crise. Na CPI dos Bingos, em que a oposição tem franca maioria, guarda-se como trunfo a possível convocação do consultor Antoninho Trevisan. Amigo de Lula, ele intermediou a compra da empresa de um dos filhos do presidente, Fábio Luís Lula da Silva, pela Telemar. Também ameaça convocar outro amigo de Lula, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, responsável pela quitação de uma dívida de Lula com o PT. ■

THOMAS TRAUMANN

A lei aprovada em maio de 2004 não fez nenhuma alteração importante na concessão do crédito consignado. Tanto que a CEF já oferecia o serviço

O INSS gastou R\$ 7,6 milhões para mandar as cartas. Mas no meio do processo desistiu de enviá-las. Teve prejuízo de mais de R\$ 350 mil

Por ordem do ministro Amir Lando, a Dataprev mandou imprimir as cartas sem ter feito acordo com o INSS. Bancou sozinha R\$ 1,9 milhão



Apenas duas instituições ofereciam o serviço nessa data, a CEF e o BMG

A taxa de juros refere-se apenas à praticada pela CEF e pelo BMG

Diretor da Dataprev afirma que o pagamento foi feito por “intervenção do chefe de gabinete do ministro, criando constrangimento”

O TCU recomenda que o Ministério Público denuncie o presidente Lula e outras seis pessoas por crime de improbidade

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Tapa-buraco usa empreiteiras que TCU condenou” publicada no jornal O Estado de S. Paulo do dia 10 de janeiro do corrente.

A matéria destaca que, entre as empresas contratadas, sem licitação, para efetuarem as obras da operação tapa-buraco, duas já prestaram serviços com indícios de irregularidades graves, segundo auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU). Isso mostra

qual foi o critério usado pelo governo para destinar os R\$400 milhões reservados às obras.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tapa-buraco usa empreiteiras que TCU condenou

Dois das contratadas já prestaram serviços ao governo com indícios de “irregularidades graves”

**Diego Escosteguy
Leonardo Goy**
BRASÍLIA

O primeiro dia da operação tapa-buraco nas estradas federais deu uma boa amostra dos critérios do governo para o destino dos R\$ 440 milhões reservados às obras. Contratadas sem licitação, duas das três empreiteiras responsáveis pelas obras visitadas ontem pelo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento (PL), já prestaram serviços com indícios de “irregularidades graves”, segundo auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU).

Essas irregularidades incluem pagamentos sem cobertura contratual, serviços não comprovados e obras superfaturadas – em um dos contratos o sobrepreço atinge 117%. As duas empreiteiras, a Egesa Engenharia e a Tescon Engenharia, trabalham desde ontem em manutenções emergenciais na

Ministério promete barrar envolvidos em irregularidades

... Procurada pelo Estado, a assessoria do Ministério dos Transportes afirmou que o ministro Alfredo Nascimento determinou análise imediata das empreiteiras investigadas pelo TCU. Caso se comprove alguma condenação, disse a assessoria, o contrato será cancelado “na hora”.

BR-040, nas divisas entre Goiás, Minas e Distrito Federal.

Apesar de as máquinas já estarem trabalhando, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transportes (Dnit) não havia divulgado pela internet, até ontem, a lista das empreiteiras contratadas, como exige uma portaria publicada sexta-feira no *Diário Oficial da União*.

Dos quatro trechos visitados

ontem por Alfredo Nascimento, o de maior contrato, de R\$ 3 milhões, foi entregue à Egesa Engenharia, uma das maiores prestadoras de serviço da lista do Dnit. Prevê a recuperação de 157 quilômetros da BR-040.

O TCU já descobriu “irregularidades graves” em outra obra dessa empresa na BR-060, em Goiás, onde se apurou superfaturamento médio de 33%. A empreiteira pagou multa de R\$ 8 milhões e a obra foi embargada. A Tescon Engenharia, encarregada de restaurar dois dos quatro trechos, sofreu duas auditorias do TCU. Uma descobriu que o contrato para a manutenção da BR-153, em Goiás, não foi cumprido integralmente e era “inexequível”, pelo baixo valor orçado. No Rio Grande do Norte, outra empreiteira escolhida, a Rodocun, tem problemas com o TCU. E a Pavimar, que atua no Paraná, já foi condenada por erros em trechos da BR-487. ●

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O ano em que a Amazônia começou a morrer”, publicada pela revista Veja, em sua edição retrospectiva de 28 de dezembro de 2005.

A matéria, de autoria do jornalista João Gabriel de Lima, mostra que, se persistir o ritmo atual de devastação da floresta amazônica, 40% dela deverá desaparecer até a metade deste século.

Assim, evitar a devastação da floresta pode transformar-se no desafio do século para o Brasil.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Como o músculo cardíaco depois de um infarto, o sistema ecológico amazônico já tem partes

irremediavelmente feridas. Evitar sua morte é o desafio do século para o Brasil

Em 2005, a Floresta Amazônica começou a morrer. Não se trata ainda de uma condenação irreversível. Mas o mal crônico que está asfixiando o ecossistema já passou do ponto em que seu metabolismo possa recuperar a exuberância do passado. A comparação mais didática é enxergar a floresta como uma pessoa cujo coração foi salvo pela revascularização por pontes de safena não antes, porém, de parte do músculo cardíaco ser desfruído. Mantido o atual ritmo de devastação e de mudanças climáticas, dentro de meio século o que hoje é o planeta pode estar totalmente desfigurado. A Amazônia não é apenas um bosque fechado e cortado por uma malha de rios. É um organismo vivo em que, como as células do corpo humano, cada ser exerce um papel diferenciado e interconectado. O solo depende das árvores, que não vivem sem os rios, onde nadam os peixes, que se alimentam dos frutos das árvores, que são polinizadas pelos insetos que se escondem no solo... São inúmeros e interligados os ciclos da vida na Amazônia. Isoladamente, cada um deles tem alto poder de regeneração, mas, quando a agressão ambiental corta os dutos entre diferentes nichos, a vida começa a ficar mais pobre, a floresta entra no lento mas inexorável processo do morte.

Até os dias atuais, a Amazônia resistiu a diversas glaciações — períodos em que ocorreram secas prolongadas — por ter, entre outras coisas, a capacidade de gerar sua própria chuva. É esse precioso equilíbrio que dá mostras de estar prestes a se romper. Até recentemente, as previsões catastrofistas sobre o futuro da Amazônia eram difundidas principalmente pelos militantes ambientalistas, que tinham uma relação antes de tudo afetiva com a floresta. Agora, o alarme vem da ciência. Neste mês de dezembro se encerrou o maior mutirão de pesquisa da história da Amazônia, o projeto LBA (sigla resumida de Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia), que consumiu 300 milhões de dólares e reuniu

(*) Documento ilegível fornecido pelo autor.

mais de 1 000 estudiosos do mundo inteiro. São eles que estão decretando a morte da floresta. Persistindo na comparação com um organismo humano, é como se antes o alerta sobre a saúde da floresta fosse dado por parentes e amigos. Agora, trata-se de um diagnóstico elaborado por uma junta médica de primeira linha.

Os cientistas acham que existe um limiar de devastação da floresta a partir do qual ela não mais se regenera. Esse umbral seria ultrapassado depois de 30% da mata destruída. Os estudos recentes mostram que esse ponto pode estar perigosamente próximo. Com base unicamente em descobertas científicas, é possível fazer três afirmações categóricas:

■ se persistir o ritmo atual de devastação da floresta pela pecuária, pelas fazendas de soja e pela exploração madeireira, 40% dela deverá desaparecer até a metade deste século;

■ simulações climáticas dão conta de que, no mesmo período, cerca de 30% da mata pode se transformar em cerrado, pois o aumento da temperatura impossibilitará a sobrevivência de várias espécies próprias da floresta tropical. É o fenômeno conhecido como "savanização";

■ a devastação da Amazônia provocará alterações climáticas em várias regiões do planeta. O sul e o sudeste brasileiro seriam afetados por uma seca que comprometeria os rios da Bacia do Prata, grande fonte de energia hidrelétrica da América do Sul.

O projeto LBA, encabeçado pelo governo brasileiro, iniciou-se há dez anos e foi co-patrocinado por várias instituições internacionais, com destaque para a Nasa. A agência espacial americana gastou 35 milhões de dólares e fez uma espécie de curadoria científi-

ca da empreitada. "Quando iniciamos o projeto, muitos nos acusaram de ingenuidade indevida em assuntos do Cone Sul", diz o geólogo americano Michael Keller, coordenador do LBA por parte da Nasa. "Agora que estamos prestes a legar ao país um grande banco de dados sobre a Amazônia, quase todos reconhecem que a missão dos cientistas é fornecer subsídios à sociedade para que ela tome, autonomamente, as decisões mais acertadas." Junto com a Nasa veio a tecnologia de última geração na área de pesquisa. Sensores poderosos foram instalados em pontos estratégicos da floresta, com o objetivo de registrar os

índices de umidade, pluviosidade, ventos, temperatura e emissões de gás carbônico dos diferentes tipos de vegetação que compõem a Amazônia. Não foram aferidas apenas as áreas de floresta tropical, mas também as regiões desmatadas, as pastagens e os trechos de cerrado. "Sem os novos dados e sem as novas condições de processamento, não seria possível fazer um diagnóstico acurado", diz o meteorologista Carlos Nobre, coordenador do LBA pelo lado brasileiro. O que ele quer dizer é que, até recentemente, as previsões sobre o futuro da Amazônia eram em sua maioria embasadas em cenários fictícios. Um exemplo. Pela falta de conhecimento aprofundado sobre o cerrado brasileiro, os computadores que realizam as simulações eram alimentados com dados de um ecossistema similar, a savana africana. A informática também evoluiu com o projeto. No início do LBA, o mais rápido supercomputador do mundo era capaz de fazer 16 bilhões de operações por segundo. Hoje, os dados sobre a Amazônia são processados numa máquina que realiza 768 bilhões de contas por segundo, alocada no Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climá-

Os cientistas Julio Tota (acima) e Alexandre Santos (à direita) operam laptops acoplados a sensores de última geração: investimento de 100 milhões de dólares teve 35 milhões bancados pela Nasa

ticos (CPTEC), na cidade de Cachoeira Paulista, no interior de São Paulo.

A questão da savanização é quase unanimidade na comunidade científica, já que vários estudiosos, em diferentes partes do mundo, chegaram ao mesmo resultado usando metodologias semelhantes. No Brasil, alguns dos principais trabalhos sobre o fenômeno são da autoria dos pesquisadores Carlos Nobre, Marcos Oyama e Gilvan Sampaio. Com base em dados coletados pelo LBA, eles levaram em consideração a influência recíproca de vegetação e clima — a floresta é desmatada, isso provoca secas e

elevação da temperatura, as novas condições climáticas engendram outro tipo de vegetação, e assim sucessivamente, num círculo vicioso. Os cientistas também incluíram em seus cálculos o aquecimento global. De acordo com os estudos, o clima da Amazônia se tornará, com o passar dos anos, cada vez mais quente — um aumento de temperatura entre 3 e 6 graus Celsius nos próximos sessenta anos — e mais seco — com redução das chuvas entre 10% e 20% (não dá para afirmar com certeza, no entanto, que as secas deste ano sejam já o início do processo). Essas condições tornariam im-

possível a sobrevivência de várias espécies típicas da floresta tropical, e 30% de sua área seria coberta por vegetação parecida com a de cerrado, uma tragédia do ponto de vista da biodiversidade. A Amazônia é o ecossistema que concentra o maior número de espécies no planeta, e muitas delas morreriam antes de ser devidamente estudadas pelos cientistas, ou mesmo descobertas. “Seria uma longa faixa de savana entre a Venezuela e o Centro-Oeste, abarcando principalmente o estado do Pará”, mapeia Nobre.

Outro estudo, de autoria do inglês Peter Cox, do Hadley Centre britânico, um dos mais respeitados institutos de modelagem climática do mundo, chega a resultados ainda mais dramáticos. De acordo com os cálculos de Cox, a temperatura da Amazônia deve subir 10 graus Celsius nos próximos 100 anos, e com isso parte considerável da floresta pode ser varrida do mapa. Tabulando dados parecidos, o maior supercomputador do mundo dedicado a questões climáticas, o Earth Simulator de Yokohama (40 trilhões de operações por segundo), aponta para um aquecimento entre 4 e 7 graus Celsius em setenta anos. “Isso representaria, em termos de savanização, um resultado semelhante ao calculado por brasileiros e britânicos”, avalia o meteorologista Pedro Leite da Silva Dias, professor da Universidade de São Paulo.

O mais assustador é que nenhum desses modelos climáticos leva em consideração o principal fator de destruição da Amazônia — a ação do homem. Um estudo pioneiro nesse sentido vem sendo realizado por um grupo de especialistas coordenado pelo americano Daniel Nepstad. O cientista, radicado em Belém do Pará, fez um extenso mapeamento econômico da Amazônia. Nepstad e sua equipe fatiaram a floresta em 47 sub-regiões, e em cada uma delas foram identificadas a principal atividade econômica e a média anual de desmatamento. Para tornar o modelo ainda mais realista, os pesquisadores incluíram na simulação as estradas que vêm sendo construídas na região, levando em consideração que a maior parte do desmatamento se dá na margem de rodovias. Jogadas no supercomputador, essas variáveis levaram a um resultado alarmante. Mantido o ritmo atual, em cinquenta anos 40% da floresta sumiria do mapa, substituída principalmente por pastagens e plantações. Nesse contingente

estaria metade da Amazônia brasileira. Um cenário otimista, no qual os governos dos países amazônicos criariam áreas de preservação e conseguiriam fiscalizá-las decentemente, faria esse número cair em um terço. Ou seja, no mínimo 27% da floresta pode ir pelo ralo apenas devido à expansão econômica. "O estudo de Nepstad instaura um novo parâmetro, porque agora podemos fazer modelos climáticos tendo como ponto de partida a realidade econômica", avalia o meteorologista Gilvan Sampaio, do CPTEC. Gilvan trabalha na fusão dos dois modelos. Ele deve lançar no início do ano que vem um estudo que combina o impacto da ação do homem com o da ação do clima sobre a floresta.

Outra área em que os cientistas realizaram descobertas impressionantes é a da influência de uma eventual destruição da Amazônia no clima mundial. Durante muitos anos

foi difundida a falsa idéia de que a floresta seria uma espécie de "pulmão do mundo", aruando como um tipo de sorvedouro de gás carbônico na atmosfera. Pesquisas recentes sepultaram de vez

essa teoria — os cientistas não chegaram a resultados conclusivos sobre o assunto, e a hipótese mais provável é que a Amazônia libere tanto gás carbônico quanto absorve, numa álgebra de resultado próximo de zero. Descontada a questão do gás carbônico, é consenso

que uma destruição total ou parcial da Amazônia provocaria, sim, estragos no clima em várias partes do planeta. Baseado em dados coletados pelo LBA, o israelense Roni Avissar, da universidade americana Duke, constata-

tou diminuição da quantidade de chuvas no Meio-Oeste americano e na Península Arábica. É fácil entender como isso ocorre. "Quando um grave distúrbio climático afeta a área tropical, ele se propaga em ondas, atin-

gindo diferentes regiões do globo. O fenômeno El Niño é um exemplo disso", explica Avissar. "A melhor analogia é a de uma pedra atirada num lago, que provoca círculos concêntricos na água", compara a pesquisadora brasileira Maria Assunção da Silva Dias, parceira de Avissar em estudos sobre o tema. No fenômeno El Niño, a pedra seria o aumen-

A AMAZÔNIA ESTÁ SENDO DESTRUÍDA...

Se as plantações de soja, as fazendas de gado e as empresas de extração de madeira continuarem avançando sobre a floresta, 50% da Amazônia brasileira deverá desaparecer até 2060. O estudo, coordenado pelo cientista americano Daniel Nepstad, não leva em conta as variações climáticas — o que significa que a devastação pode ser muito maior. O levantamento se baseou no ritmo atual de desmatamento e levou em consideração o impacto da construção de novas estradas na Amazônia

- Floresta
- Floresta degradada
- Cerrado
- Pastagem
- Soja
- ⊙ Mancha urbana
- ⊠ Rios

- Floresta
- Floresta degradada
- Cerrado
- Pastagem
- Soja
- ⊙ Mancha urbana
- ⊠ Rios

...E ISSO TERÁ SÉRIAS CONSEQÜÊNCIAS

A floresta Amazônica tem um papel decisivo no regime de chuvas do sudeste do Brasil. A massa de ar úmido que vem do Atlântico tropical provoca chuvas sobre a Amazônia. A mata, no entanto, devolve 50% da água para a atmosfera, via evaporação. A massa de ar segue seu caminho, ricocheteia nos Andes e se volta para o sul do continente. Sem a floresta, a água seria toda absorvida pelo solo, provocando secas no sudeste do Brasil – e comprometendo toda a geração de energia da Bacia do Prata

to das tempestades no sul da Ásia. No caso da Amazônia, as diferenças de pressão atmosférica e umidade relativa do ar provocadas pelo desmatamento.

O efeito remoto da destruição da Amazônia é deletério também para a economia brasileira. “Entre os cientistas, há um consenso cada vez maior de que teríamos uma grande queda de pluviosidade na Região Sudeste, comprometendo a Bacia do Prata e, conseqüentemente, grande parte da geração de energia do país”, alerta o professor Antônio Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Por questões atmosféricas, a maior parte dos desertos do mundo se situa em cinturões próximos aos trópicos de Câncer ou Capricórnio. Apenas na América do Sul, na região da Bacia do Prata, esse fenômeno não se verifica. Uma das explicações para o fato é a existência da

Floresta Amazônica. A massa de ar úmido que provoca chuvas na região meridional da América do Sul se origina no Atlântico tropical. O primeiro ponto de precipitação é a Amazônia. Por causa do denso dossel de folhas e da transpiração das árvores, 50% dessa água é devolvida para a atmosfera. A massa de ar segue seu curso, ricocheteia na Cordilheira dos Andes e acaba no sul do continente, garantindo que as áreas produtivas da região não sejam áridas como na Austrália ou na África na mesma latitude. Os estudos mais recentes mostram que, se no lugar da Floresta Amazônica houvesse cerrado ou pastagem, as massas de ar perderiam progressivamente a umidade. “No passado, havia uma questão sobre preservar a Amazônia ou desenvolver economicamente a região com agricultura e pecuária”, avalia o professor Carlos Nobre. “Hoje se sabe que é uma falsa oposição: se a floresta for destruída, o Brasil sofrerá graves conseqüências principalmente no campo econômico.” Reduzidas a números, as pesquisas científicas sobre a região apontam para uma equação simples e definitiva: queimar a Amazônia equivale a queimar dinheiro. ■

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Por que fazemos o que fazemos”, de autoria do jornalista e presidente da editora Abril, Roberto Civita, publicado na seção “Carta do Editor” da revista Veja em sua edição de 28 de dezembro de 2005.

Em seu artigo, o jornalista destaca a contribuição da revista Veja para o “descobrimento de um gigantesco esquema de desvio do dinheiro público na órbita do governo federal”.

Por que fazemos o que fazemos

ROBERTO CIVITA

Ao longo deste ano, VEJA — mais uma vez — liderou a cobertura da imprensa sobre corrupção no governo. Isso resultou no descobrimento de um gigantesco esquema de desvio do dinheiro público na órbita do governo federal. Três CPIs foram instaladas para apurar as denúncias, e ainda estão em andamento inquéritos na Polícia Federal e na Procuradoria Geral da República. O Congresso não ficou imune às investigações. Até o momento, sete deputados envolvidos em esquemas de corrupção perderam o mandato, entre eles um ex-ministro e um ex-presidente da Câmara dos Deputados. Dois deles foram cassados pelos próprios parlamentares e cinco renunciaram antes do fim do processo. Outros onze ainda aguardam o julgamento por seus pares.

Resultou, também, em inúmeros ataques a VEJA e à Abril, acusando-nos de publicar “fantasias” e “injúrias”. E levou o presidente Lula — após mais de cinco meses de evidências crescentes de que algo estava podre no Estado brasileiro — a falar de “denuncismo vazio” e “golpismo das elites”.

Não se trata de denuncismo. Muito menos vazio, pois, como demonstram as investigações feitas pelas CPIs, não há mais dúvida alguma de que estatais e entidades que recebem recursos do governo federal foram usadas para sustentar um esquema milionário de corrupção.

Também não se trata de golpismo, mas sim de respeito à verdade e

Conclui o artigo: “Acreditamos que isso contribui para a indispensável tarefa de fortalecer a nossa democracia”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

vontade de ver o Brasil ser governado como precisa e merece.

VEJA faz o que faz ao desvendar esquemas de corrupção em qualquer esfera pública não pelo gosto de fazê-lo ou para aumentar a sua circulação (que é baseada em 1 milhão de assinantes e conta com um fiel contingente de leitores que compra a revista nas bancas toda semana) — de longe a maior de qualquer publicação do país.

Não porque apoiamos este ou aquele partido ou candidato.

Não porque estamos defendendo ou promovendo “interesses ocultos” ou “propósitos escusos”.

Não porque somos insensíveis ou agressivos ou destrutivos.

Mas porque entendemos que essa é a função e a principal responsabilidade da imprensa. Procurar a verdade e contá-la. Esclarecer, analisar, e interpretar. Contribuir para o debate público. Exigir respeito ao estado de direito. Defender as instituições, e não os homens.

Acreditamos que isso contribui para a indispensável tarefa de fortalecer a nossa democracia. Para que o país realize o seu enorme potencial em benefício de todos os brasileiros. E não apenas daqueles que consideram os cargos públicos sinecuras para se beneficiar individual ou coletivamente.

VEJA promete continuar por esse caminho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria publicada pelo jornal O Globo, de 16 de janeiro de 2006, intitulada “CPI descobre mais R\$4,1 milhões da Visanet repassados ao PT por Valério”.

A matéria destaca que a CPI dos Correios descobriu que R\$4,1 milhões saíram de contas bancárias abastecidas pela Visanet e foram transferidos para o PT pela SMP&B, agência de publicidade de Marcos Valério de Souza, em forma de empréstimo.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CRISE POLÍTICA: Para Serraglio, esquema não se restringia a Rural e BMG

CPI descobre mais R\$ 4,1 milhões da Visanet repassados ao PT por Valério

Comissão investiga se dinheiro é outra fonte de recursos do valerioduto

Bernardo de la Peña

• BRASÍLIA. A CPI dos Correios descobriu que R\$ 4,1 milhões saíram de contas bancárias abastecidas pela Visanet e foram transferidos para o PT pela SMP&B, agência de publicidade de Marcos Valério de Souza, em forma de empréstimo. Agora, a CPI quer saber se esse dinheiro é parte dos R\$ 55 milhões já declarados por Valério como empréstimos ao PT ou se é outra fonte de recurso que alimentou o valerioduto, esquema de pagamento a políticos aliados ao governo Lula.

A CPI chegou a este novo valor cruzando dados da contabilidade das empresas de Valério e saques no valor de R\$ 6,4 mi-

lhões feitos pela DNA Propaganda, também do empresário, na conta do Banco do Brasil. O ras-

teamento feito por técnicos da CPI mostra que esses recursos vieram da conta abastecida pela Visanet. Nos registros contábeis das empresas de Valério constatou-se que ao menos R\$ 4,150 milhões foram declarados como “empréstimos ao PT”.

“Há fortes suspeitas de que há mais dinheiro envolvido”

Para o relator da CPI dos Correios, deputado Osinar Serraglio (PMDB-PR), outra fonte de recursos, além dos empréstimos feitos pelos dois bancos mineiros, irrigou o esquema:

— Se Valério deu como fon-

tes de recursos os bancos Rural e BMG, esse dinheiro que ele caracterizou como empréstimo da SMP&B ao PT é outra fonte de recursos. Retrocedendo nos fatos, você chega à Visanet. Ele (Valério) próprio classificou os

saques como distribuição dos lucros da conta Visanet. Há forte suspeita de que estes repasses mostrem que houve mais dinheiro envolvido.

Segundo ele, os técnicos fizeram o rastreamento do caminho do dinheiro de trás para frente e chegaram à Visanet. Os saques em espécie foram feitos entre 7 de outubro de 2003 e 24 de maio de 2005 e registrados pelos contadores de Valério como “distribuição de lucros”.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 35 minutos.)

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

| | | | |
|-------------|-----------------------------|-------------|----------------------------|
| | BAHIA | PFL | Heráclito Fortes |
| PFL | Rodolpho Tourinho | PMDB | Mão Santa |
| PFL | Antonio Carlos Magalhães | | RIO GRANDE DO NORTE |
| PFL | César Borges | BLOCO - PTB | Fernando Bezerra |
| | RIO DE JANEIRO | PMDB | Garibaldi Alves Filho |
| BLOCO - PT | Roberto Saturnino | PFL | José Agripino |
| PL | Marcelo Crivella | | SANTA CATARINA |
| PMDB | Sérgio Cabral | PFL | Jorge Bornhausen |
| | MARANHÃO | BLOCO - PT | Ideli Salvatti |
| PMDB | Ribamar Fiquene | PSDB | Leonel Pavan |
| PFL | Edison Lobão | | ALAGOAS |
| PMDB | Mauro Fecury | P - SOL | Heloísa Helena |
| | PARÁ | PMDB | Renan Calheiros |
| PMDB | Luiz Otávio | PSDB | Teotônio Vilela Filho |
| BLOCO - PT | Ana Júlia Carepa | | SERGIPE |
| PSDB | Flexa Ribeiro | PFL | Maria do Carmo Alves |
| | PERNAMBUCO | PSDB | Almeida Lima |
| PFL | José Jorge | BLOCO - PSB | Antonio Carlos Valadares |
| PFL | Marco Maciel | | AMAZONAS |
| PSDB | Sérgio Guerra | PMDB | Gilberto Mestrinho |
| | SÃO PAULO | PSDB | Arthur Virgílio |
| BLOCO - PT | Eduardo Suplicy | PDT | Jefferson Péres |
| BLOCO - PT | Aloizio Mercadante | | PARANÁ |
| PFL | Romeu Tuma | PSDB | Alvaro Dias |
| | MINAS GERAIS | BLOCO - PT | Flávio Arns |
| PL | Aelton Freitas | PDT | Osmar Dias |
| PSDB | Eduardo Azeredo | | ACRE |
| PMDB | Wellington Salgado Oliveira | BLOCO - PT | Tiã Viana |
| | GOIÁS | P - SOL | Geraldo Mesquita Júnior |
| PMDB | Maguito Vilela | BLOCO - PT | Sibá Machado |
| PFL | Demóstenes Torres | | MATO GROSSO DO SUL |
| PSDB | Lúcia Vânia | PDT | Juvêncio da Fonseca |
| | MATO GROSSO | BLOCO - PT | Delcídio Amaral |
| Sem Partido | Luiz Soarez | PMDB | Ramez Tebet |
| PFL | Gilberto Goellner | | DISTRITO FEDERAL |
| BLOCO - PT | Serys Slhessarenko | PP | Valmir Amaral |
| | RIO GRANDE DO SUL | Sem Partido | Cristovam Buarque |
| PMDB | Pedro Simon | PFL | Paulo Octávio |
| BLOCO - PT | Paulo Paim | | TOCANTINS |
| BLOCO - PTB | Sérgio Zambiasi | PSDB | Eduardo Siqueira Campos |
| | CEARÁ | PSB | Nezinho Alencar |
| PSDB | Reginaldo Duarte | PMDB | Leomar Quintanilha |
| Sem Partido | Patrícia Saboya Gomes | | AMAPÁ |
| PSDB | Tasso Jereissati | PMDB | José Sarney |
| | PARAÍBA | BLOCO - PSB | João Capiberibe |
| PMDB | Ney Suassuna | PMDB | Papaléo Paes |
| PFL | Efraim Morais | | RONDÔNIA |
| PMDB | José Maranhão | PMDB | Amir Lando |
| | ESPÍRITO SANTO | BLOCO - PT | Fátima Cleide |
| PMDB | João Batista Motta | PMDB | Valdir Raupp |
| PMDB | Gerson Camata | | RORAIMA |
| PL | Magno Malta | PTB | Mozarildo Cavalcanti |
| | PIAUI | PDT | Augusto Botelho |
| PMDB | Alberto Silva | PMDB | Romero Jucá |

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

| |
|-----------------------------------|
| Ana Júlia Carepa – PT/ PA |
| Eduardo Suplicy – PT/SP |
| Fátima Cleide – PT/RO |
| Flexa Ribeiro – PSDB/PA |
| Luiz Otávio – PMDB/PA |
| Demóstenes Torres – PFL/GO |
| Serys Shessarenko – PT/MT |
| Sibá Machado – PT/AC |

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|-----------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| César Borges – PFL | 1. José Agripino – PFL |
| Edison Lobão – PFL | 2. Antonio Carlos Magalhães – PFL |
| Jonas Pinheiro – PFL | 3. Heráclito Fortes – PFL |
| Jorge Bornhausen – PFL | 4. João Ribeiro – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 5. José Jorge – PFL |
| Romeu Tuma – PFL | 6. Roseana Sarney – PFL |
| Almeida Lima – PSDB | 7. Arthur Virgílio – PSDB |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 8. Alvaro Dias – PSDB |
| Lúcia Vânia – PSDB | 9. Leonel Pavan – PSDB |
| Sérgio Guerra – PSDB | 10. Flexa Ribeiro – PSDB |
| Tasso Jereissati – PSDB | 11. Teotônio Vilela Filho – PSDB |
| PMDB | |
| Ramez Tebet | 1. Ney Suassuna |
| Luiz Otávio | 2. Hélio Costa |
| Garibaldi Alves Filho | 3. Valmir Amaral |
| Romero Jucá | 4. Pedro Simon |
| Sérgio Cabral | 5. Mão Santa |
| Maguito Vilela | 6. Gerson Camata |
| Valdir Raupp | 7. Papaléo Paes |
| José Maranhão | 8. João Batista Motta |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Aloizio Mercadante | 1. Ideli Salvatti |
| Ana Júlia Carepa | 2. Aelton Freitas |
| Delcídio Amaral | 3. Antonio Carlos Valadares |
| Eduardo Suplicy | 4. Roberto Saturnino |
| Fernando Bezerra | 5. Flávio Arns |
| João Capiberibe | 6. Siba Machado |
| Patrícia Saboya Gomes | 7. Serys Shhessarenko |
| PDT | |
| Osmar Dias | Jefferson Peres |

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |
| | |
| | |

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |
| | |
| | |

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |
| | |
| | |

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|----------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Demóstenes Torres – PFL | 1. César Borges – PFL |
| Edison Lobão – PFL | 2. Heráclito Fortes – PFL |
| Jonas Pinheiro – PFL | 3. José Jorge – PFL |
| Maria do Carmo Alves – PFL | 4. Marco Maciel – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 5. Romeu Tuma – PFL |
| Roseana Sarney – PFL | 6. (vago) – PFL |
| Flexa Ribeiro – PSDB | 7. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Leonel Pavan – PSDB | 8. Alvaro Dias – PSDB |
| Lúcia Vânia – PSDB | 9. Almeida Lima – PSDB |
| Reginaldo Duarte – PSDB | 10. Arthur Virgílio – PSDB |
| Teotônio Vilela Filho – PSDB | 11. Sérgio Guerra – PSDB |
| PMDB | |
| João Batista Motta | 1. Hélio Costa |
| Mário Calixto | 2. Ramez Tebet |
| Valdir Raupp | 3. José Maranhão |
| Mão Santa | 4. Pedro Simon |
| Sérgio Cabral | 5. Romero Jucá |
| Papaléo Paes | 6. Gerson Camata |
| (vago) | 7. (vago) |
| (vago) | 8. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Aelton Freitas | 1. Cristovam Buarque |
| Antonio Carlos Valadares | 2. Ana Júlia Carepa |
| Flávio Arns | 3. Francisco Pereira |
| Ideli Salvatti | 4. Fernando Bezerra |
| Marcelo Crivella | 5. Eduardo Suplicy |
| Paulo Paim | 6. Fátima Cleide |
| Patrícia Saboya Gomes | 7. Mozarildo Cavalcanti |
| Siba Machado | 8. João Capiberibe |
| PDT | |
| Augusto Botelho | 1. Juvêncio da Fonseca |
| (vago) | 2. (vago) |

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |
| | |
| | |

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |
| | |
| | |

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |
| | |
| | |

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |
| | |

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Antonio Carlos Magalhães – PFL | 1. Romeu Tuma – PFL |
| César Borges – PFL | 2. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Demóstenes Torres – PFL | 3. José Agripino – PFL |
| Edison Lobão – PFL | 4. Jorge Bornhausen – PFL |
| José Jorge – PFL | 5. Rodolpho Tourinho – PFL |
| Almeida Lima – PSDB | 6. Tasso Jereissati – PSDB |
| Alvaro Dias – PSDB | 7. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Arthur Virgílio – PSDB | 8. Leonel Pavan – PSDB |
| Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB) | 9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB) |
| PMDB | |
| Ramez Tebet | 1. Luiz Otávio |
| Ney Suassuna | 2. Hélio Costa |
| José Maranhão | 3. Sérgio Cabral |
| Maguito Vilela | 4. Gérson Camata |
| Romero Jucá | 5. Leomar Quintanilha |
| Pedro Simon | 6. Garibaldi Alves Filho |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Aloizio Mercadante | 1. Delcídio Amaral |
| Eduardo Suplicy | 2. Paulo Paim |
| Fernando Bezerra | 3. Sérgio Zambiasi |
| Francisco Pereira | 4. João Capiberibe |
| Ideli Salvatti | 5. Siba Machado |
| Antonio Carlos Valadares | 6. Mozarildo Cavalcanti |
| Serys Slhessarenko | 7. Marcelo Crivella |
| PDT | |
| Jefferson Peres | 1. Juvêncio da Fonseca |

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR GERSON CAMATA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|--------------|--------------------------------|--------------|
| BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB) | | | |
| DEMÓSTENES TORRES - PFL | GO-2091/99 | 1-ROSEANA SARNEY - PFL | MA-3070/4171 |
| JORGE BORNHAUSEN - PFL | SC-4206/07 | 2-GILBERTO GOELLNER - PFL | MT-2272/2275 |
| JOSÉ JORGE - PFL | PE-3245/47 | 3-CÉSAR BORGES - PFL | BA-2213/2217 |
| MARIA DO CARMO ALVES - PFL | SE-1306/4055 | 4-JOSÉ AGRIPINO - PFL | RN-2361/62 |
| EDISON LOBÃO - PFL | MA-2311/13 | 5-MARCO MACIEL - PFL | PE-5710/24 |
| MARCELO CRIVELLA - PMR (2) | RJ-5225/90 | 6-ROMEU TUMA - PFL | SP-2051/57 |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB | AL-4685/1102 | 7-EDUARDO AZEREDO - PSDB | MG-2321/23 |
| GERALDO MESQUITA - P-SOL (1) | AC-1078/1278 | 8-SÉRGIO GUERRA - PSDB | PE-2382/2385 |
| LEONEL PAVAN - PSDB | SC-4041/14 | 9-LÚCIA VÂNIA - PSDB | GO-2038/2844 |
| REGINALDO DUARTE - PSDB | CE-1149/3249 | 10-TASSO JEREISSATI - PSDB | CE-4846 |
| PMDB | | | |
| WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA | MG-2244/2245 | 1-AMIR LANDO | RO-3130/3132 |
| ÍRIS DE ARAÚJO | GO-1132/1440 | 2-GARIBALDI ALVES FILHO | RN-2371/77 |
| VALDIR RAUPP | RO-2252/53 | 3-(VAGO) | |
| GERSON CAMATA | ES-1403/3204 | 4-PAPALÉO PAES (5) | AP-3252/2984 |
| SÉRGIO CABRAL | RJ-2432/34 | 5-MÃO SANTA | PI-2334/36 |
| JOSÉ MARANHÃO | PB-1892/2231 | 6-LUIZ OTÁVIO | PA-3050/4393 |
| NEY SUASSUNA | PB-1892/2231 | 7-ROMERO JUCÁ | RR-2111/17 |
| GILBERTO MESTRINHO | AM-3104/3106 | 8-(VAGO) | |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB e PL) (4) | | | |
| AELTON FREITAS - PL | MG-4740/5067 | 1-(VAGO) | |
| PAULO PAIM - PT | RS-5227/5232 | 2-ALOÍZIO MERCADANTE - PT | SP-1313/5198 |
| FÁTIMA CLEIDE - PT | RO-2391/97 | 3-FERNANDO BEZERRA - PTB (3) | RN-2461/2464 |
| FLÁVIO ARNS - PT | PR-2402/05 | 4-DELCÍDIO AMARAL - PT | MS-2451/2455 |
| IDELI SALVATTI - PT | SC-2171/72 | 5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-PSB | SE-2201/2206 |
| ROBERTO SATURNINO - PT | RJ-4229/4231 | 6-MAGNO MALTA - PL | ES-4161/1654 |
| MOZARILDO CAVALCANTI - PTB(3) | RR-4078/1160 | 7-PATRÍCIA SABOYA GOMES - PSB | CE-2301/2302 |
| SÉRGIO ZAMBIASI - PTB (3) | RS-1207/1607 | 8-JOÃO RIBEIRO - PL | TO-2161/63 |
| PDT | | | |
| AUGUSTO BOTELHO | RR-2041/48 | 1-JUVÊNCIO DA FONSECA (6) | MS-1128/1228 |

OBSERVAÇÕES:

- (1) VAGA CEDIDA PELO PSDB
- (2) VAGA CEDIDA PELO PFL
- (3) O PTB DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 08/06/05
- (4) O PPS DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 24/06/05
- (5) O SENADOR PAPALÉO PAES PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB
- (6) O SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

REUNIÃO: 3ª FEIRA ÀS 11:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 3311-4604/3498
FAX: 3311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 3311-3276

ATUALIZADA EM: 27/10/2005

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |
| | |
| | |

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |
| TITULARES | SUPLENTES |

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. Jorge Bornhausen – PFL |
| João Ribeiro – PFL | 2. José Jorge – PFL |
| Jonas Pinheiro – PFL | 3. Almeida Lima – PSDB |
| Alvaro Dias – PSDB | 4. Leonel Pavan – PSDB |
| Arthur Virgílio – PSDB | 5. (vago) |
| Flexa Ribeiro – PSDB | 6. (vago) |
| PMDB | |
| Ney Suassuna | 1. Valmir Amaral |
| Luiz Otávio | 2. Romero Jucá |
| Gerson Camata | 3. (vago) |
| Valdir Raupp | 4. (vago) |
| Leomar Quintanilha | 5. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Aelton Freitas | 1. Mozarildo Cavalcanti |
| Ana Júlia Carepa | 2. Cristovam Buarque |
| Delcídio Amaral | 3. (vago) |
| Ideli Salvatti | 4. (vago) |
| Serys Slhessarenko | 5. (vago) |
| PDT | |
| Augusto Botelho | 1. Osmar Dias |

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |
| | |
| | |

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |
| | |
| | |

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Edison Lobão – PFL | 1. Antonio Carlos Magalhães – PFL |
| Jonas Pinheiro – PFL | 2. Demóstenes Torres – PFL |
| Jorge Bornhausen – PFL | 3. Heráclito Fortes – PFL |
| José Agripino – PFL | 4. Marco Maciel – PFL |
| Romeu Tuma – PFL | 5. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Arthur Virgílio – PSDB | 6. Almeida Lima – PSDB |
| Lúcia Vânia – PSDB | 7. Alvaro Dias – PSDB |
| Reginaldo Duarte – PSDB | 8. Flexa Ribeiro – PSDB |
| PMDB | |
| Leomar Quintanilha | 1. Luiz Otávio |
| Valmir Amaral | 2. Maguito Vilela |
| José Maranhão | 3. Mão Santa |
| Sérgio Cabral | 4. Romero Jucá |
| Garibaldi Alves Filho | 5. Valdir Raupp |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Cristovam Buarque | 1. Serys Shessarenko |
| Fátima Cleide | 2. Siba Machado |
| João Capiberibe | 3. Antonio Carlos Valadares |
| Marcelo Crivella | 4. Mozarildo Cavalcanti |
| Paulo Paim | 5. Francisco Pereira |
| PDT | |
| Juvêncio da Fonseca | 1. Osmar Dias |

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. César Borges – PFL |
| João Ribeiro – PFL | 2. Edison Lobão – PFL |
| José Agripino – PFL | 3. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Marco Maciel – PFL | 4. Rodolpho Tourinho – PFL |
| Romeu Tuma – PFL | 5. Roseana Sarney – PFL |
| Alvaro Dias – PSDB | 6. Tasso Jereissati – PSDB |
| Arthur Virgílio – PSDB | 7. Lúcia Vânia – PSDB |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 8. Flexa Ribeiro – PSDB |
| PMDB | |
| Gilberto Mestrinho* | 1. Ney Suassuna |
| Pedro Simon | 2. Ramez Tebet |
| Mão Santa | 3. Valdir Raupp |
| Hélio Costa | 4. Valmir Amaral |
| Gerson Camata | 5. Mário Calixto |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Cristovam Buarque | 1. Marcelo Crivella |
| Eduardo Suplicy | 2. Flávio Arns |
| Mozarildo Cavalcanti | 3. Aelton Freitas |
| Roberto Saturnino | 4. Ana Julia Carepa |
| Sérgio Zambiasi | 5. Fernando Bezerra |
| PDT | |
| Jefferson Peres | 1. Osmar Dias |

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |
| | |
| | |

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-----------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. Antonio Carlos Magalhães – PFL |
| João Ribeiro – PFL | 2. César Borges – PFL |
| José Jorge – PFL | 3. Jonas Pinheiro – PFL |
| Marco Maciel – PFL | 4. Jorge Bornhausen – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 5. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Leonel Pavan – PSDB | 6. Flexa Ribeiro – PSDB |
| Sérgio Guerra – PSDB | 7. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Tasso Jereissati – PSDB | 8. Almeida Lima – PSDB |
| Teotônio Vilela Filho – PSDB | 9. Arthur Virgílio – PSDB |
| PMDB | |
| Gerson Camata | 1. Ney Suassuna |
| Alberto Silva | 2. Luiz Otávio |
| Valdir Raupp | 3. Pedro Simon |
| Valdir Amaral | 4. João Batista Motta |
| Gilberto Mestrinho* | 5. Mário Calixto |
| Mão Santa | 6. Romero Jucá |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Delcídio Amaral | 1. Roberto Saturnino |
| Francisco Pereira | 2. Paulo Paim |
| João Capiberibe | 3. Fernando Bezerra |
| Mozarildo Cavalcanti | 4. Fátima Cleide |
| Serys Selhessarenko | 5. Sérgio Zambiasi |
| Siba Machado | 6. (vago) |
| Aelton Freitas | 7. (vago) |
| PDT | |
| Juvêncio da Fonseca | 1. Augusto Botelho |

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|----------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Antonio Carlos Magalhães – PFL | 1. Demóstenes Torres – PFL |
| César Borges – PFL | 2. João Ribeiro – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 3. Roseana Sarney – PFL |
| Leonel Pavan – PSDB | 4. Reginaldo Duarte – PSDB |
| Tasso Jereissati – PSDB | 5. Lúcia Vânia – PSDB |
| Teotônio Vilela Filho – PSDB | 6. Sérgio Guerra – PSDB |
| PMDB | |
| Gilberto Mestrinho* | 1. Ney Suassuna |
| Papaléo Paes | 2. Valdir Raupp |
| Garibaldi Alves Filho | 3. Luiz Otávio |
| José Maranhão | 4. Mão Santa |
| Maguito Vilela | 5. Leomar Quintanilha |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Ana Júlia Carepa | 1. João Capiberibe |
| Fátima Cleide | 2. Delcídio Amaral |
| Fernando Bezerra | 3. Siba Machado |
| Mozarildo Cavalcanti | 4. Sérgio Zambiasi |
| Patrícia Saboya Gomes | 5. Aelton Freitas |
| PDT | |
| Jefferson Peres | 1. Augusto Botelho |

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|----------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Alvaro Dias – PSDB | 1. Reginaldo Duarte – PSDB |
| Flexa Ribeiro – PSDB | 2. Lúcia Vânia – PSDB |
| Sérgio Guerra – PSDB | 3. Leonel Pavan – PSDB |
| Jonas Pinheiro – PFL | 4. Edison Lobão – PFL |
| Marco Maciel – PFL | 5. Heráclito Fortes – PFL |
| Roseana Sarney – PFL | 6. Rodolpho Tourinho – PFL |
| PMDB | |
| Ramez Tebet | 1. Hélio Costa |
| Pedro Simon | 2. Mário Calixto |
| Leomar Quintanilha | 3. João Batista Motta |
| Gerson Camata | 4. Mão Santa |
| Maguito Vilela | 5. Valdir Raupp |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Flávio Arns | 1. Serys Shessarenko |
| Aelton Freitas | 2. Delcídio Amaral |
| Sibá Machado | 3. Francisco Pereira |
| Ana Júlia Carepa | 4. Sérgio Zambiasi |
| Antônio Carlos Valadares | 5. (vago) |
| PDT | |
| Osmar Dias | 1. Juvêncio da Fonseca |

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza³
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres⁴

| BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) | | | | | |
|--|----|-------|---------------------------------|------|-------|
| Titulares | UF | Ramal | Suplentes | UF | Ramal |
| Demóstenes Torres (PFL) | GO | 2091 | 1. (Vago) ¹ | | |
| Sérgio Guerra (PSDB) | PE | 2382 | 2. César Borges (PFL) | BA | 2212 |
| Heráclito Fortes (PFL) | PI | 2131 | 3. Mª do Carmo Alves(PFL) | SE | 1306 |
| Leonel Pavan (PSDB) | SC | 4041 | 4. (Vago) ⁵ | | |
| Paulo Octávio (PFL) | DF | 2011 | 5. Teotônio Vilela Filho (PSDB) | AL | 4093 |
| Antero Paes de Barros(PSDB) | MT | 4061 | 6. Arthur Virgílio (PSDB) | AM | 1413 |
| PMDB | | | | | |
| Ney Suassuna | PB | 4345 | 1. Gerson Camara | ES | 3204 |
| João Alberto Souza | MA | 1415 | 2. Alberto Silva | PI | 3055 |
| Ramez Tebet | MS | 2222 | 3. Valdir Raupp | RO | 2252 |
| Luiz Otávio | PA | 3050 | 4. (Vago) ² | | |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) | | | | | |
| Sibá Machado (PT) | AC | 2184 | 1. (Vago) | | |
| Ana Júlia Carepa (PT) | PA | 2104 | 2. (Vago) | | |
| Fátima Cleide (PT) | RO | 2391 | 3. (Vago) | | |
| PDT | | | | | |
| Jefferson Péres | AM | 2063 | 1. Augusto Botelho | RR | 2041 |
| PTB | | | | | |
| Mozarildo Cavalcanti | RR | 4078 | 1. Valmir Amaral | DF | 1961 |
| Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93) | | | | | |
| Senador Romeu Tuma (PFL/SP) | | | | 2051 | |

(Atualizada em 17.1.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

² O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

³ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁴ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁵ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005 – SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

| | |
|--|--------------------------|
| Senador Romeu Tuma (PFL-SP) | Corregedor |
| Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ² | 1º Corregedor Substituto |
| Senador Delcídio Amaral (PT-MS) | 2º Corregedor Substituto |
| Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) | 3º Corregedor Substituto |

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

| | |
|----------------------------|----------------------------------|
| Ramez Tebet (PMDB-MS) | PMDB e Bloco de Apoio ao Governo |
| Demóstenes Torres (PFL-GO) | Bloco Parlamentar da Minoria |
| Alvaro Dias (PSDB-PR) | Bloco Parlamentar da Minoria |
| Fátima Cleide (PT-RO) | Bloco de Apoio ao Governo |
| Amir Lando (PMDB-RO) | PMDB |

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

| |
|---|
| PMDB |
| Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB |
| PFL |
| Senadora Roseana Sarney (MA) |
| PT |
| Senadora Serys Slhessarenko (MT) |
| PSDB |
| Senadora Lúcia Vânia (GO) |
| PDT |
| Senador Augusto Botelho (RR) |
| PTB |
| Senador Sérgio Zambiasi (RS) |
| PSB |
| Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido |
| PL |
| Senador Magno Malta (ES) |
| PPS |
| Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB |

(Atualizada em 27.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|---|------|
| AELTON FREITAS | | este providencie, junto ao Presidente da Caixa Econômica Federal, as cópias integrais dos processos, bem como dos respectivos contratos, de aquisição de carteira de crédito consignado firmados pela Caixa Econômica Federal em 2005, em especial a realizada com o Banco Mercantil do Brasil – BMB. | 36 |
| Perspectivas para a economia e o setor agropecuário em 2006. | 222 | | |
| Importância das obras de recuperação da malha rodoviária federal. | 222 | Transcrição da matéria intitulada “Ministério da Justiça pedirá bloqueio da segunda conta de Duda”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 10 de janeiro de 2006. | 237 |
| ALBERTO SILVA | | AMIR LANDO | |
| Afirmação de que leilão programado para energia nova não atende às necessidades da região Nordeste. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. | 31 | Problemas relacionados à construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho. Aparte ao Senador Valdir Raupp. | 22 |
| Considerações sobre projeto, apresentado por S.Exa. para reparação das estradas brasileiras. .. | 228 | Homenagem ao Marechal Rondon, lembrando que nesta data, 19 de janeiro, faz quarenta e oito anos de sua morte..... | 231 |
| Elogios ao desempenho do Senador Delcídio Amaral como Presidente da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. | 292 | | |
| ALMEIDA LIMA | | ANA JÚLIA CAREPA | |
| Considerações acerca da pré-candidatura de Germano Rigotto à Presidência da República e defende candidatura própria do PMDB para as eleições presidenciais. Aparte ao Senador Pedro Simon. | 24 | Agradece ao Presidente Lula a liberação de recursos, fruto de emendas da bancada do Estado do Pará ao Orçamento da União, que garantem a conclusão de obras em Belém. | 32 |
| ALOIZIO MERCADANTE | | Parabeniza a cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, que, no último dia 12, comemorou 390 anos. | 32 |
| Registra preocupação com investigação de denúncias de corrupção no governo. | 53 | ANTERO PAES DE BARROS | |
| Considerações sobre as denúncias de corrupção no governo. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. | 63 | Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2006, que altera a Lei nº 9.504, de 1997, que “estabelece normas para eleições”, a fim de vedar contribuições de empresas contratadas por dispensa de licitação pelo poder público. | 37 |
| Questionamentos sobre as críticas à atual política governamental. | 68 | Considerações sobre as denúncias de corrupção no governo. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. | 65 |
| ALVARO DIAS | | | |
| Requerimento nº 36, de 2006, que solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, para que | | | |

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|---|------|
| Considerações sobre a crise ética enfrentada pelo Governo Lula. | 72 | concessão de licença ambiental a projetos de desenvolvimento econômico para o País. Aparte ao Senador Sibá Machado. | 270 |
| Transcrição de várias matérias referentes à complicada situação do publicitário Duda Mendonça, sobre novos depósitos em paraísos fiscais, publicadas nas revistas Veja e IstoÉ , edições dos dias 11 e 18 de janeiro de 2006. | 244 | Discussão sobre o novo valor do salário mínimo. Aparte ao Senador Leomar Quintanilha. | 298 |
| Transcrição da matéria intitulada “Munição contra Lula”, publicada pela revista Época , edição de 16 de janeiro de 2006. | 402 | DELCÍDIO AMARAL | |
| ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | | Registro de reunião realizada no dia 20 de janeiro de 2006 no Itamaraty, com a presença dos Ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e das Relações Exteriores, Celso Amorim, para tratar de missão da CPMI dos Correios aos Estados Unidos, referente aos documentos sigilosos sobre contas no exterior. | 283 |
| Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. | 42 | Considerações sobre a produção bovina no País. | 283 |
| Considerações sobre as denúncias de corrupção no governo. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. | 55 | EDISON LOBÃO | |
| Considerações sobre as denúncias de corrupção no governo. | 62 | Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. | 43 |
| ARTHUR VIRGÍLIO | | Saúda anúncio da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, divisa do Maranhão e Tocantins, e liberação prévia, concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para a conclusão do Gasoduto Meio Norte. | 274 |
| Requerimento nº 35, de 2006, que requer voto de aplauso ao Ministro do Supremo Tribunal Eleitoral, Carlos Mario da Silva Velloso, que se aposenta compulsoriamente e deixa o STF e o TSE. | 36 | Comentários ao desempenho da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. | 288 |
| Transcrição do artigo intitulado “Uma toga que se desveste”, de autoria do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Braziliense , edição de 15 de janeiro de 2006. | 260 | EDUARDO AZEREDO | |
| Requerimento nº 39, de 2006, que requer Voto de lembrança ao saudoso Leonel Brizola, que no dia 22 de janeiro de 2006 completaria 84 anos. ... | 262 | Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. | 40 |
| Transcrição da matéria intitulada “O ano em que a Amazônia começou a morrer”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição retrospectiva de 28 de dezembro de 2005. | 404 | EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS | |
| AUGUSTO BOTELHO | | Requerimento nº 37, de 2006, que solicita informações, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, referentes aos valores da Cide repassados ao Estado do Tocantins no ano de 2005. | 37 |
| Insuficiência no amparo as terras indígenas demarcadas. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. | 29 | Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. | 47 |
| Elogios ao bom desempenho das políticas públicas do Governo Lula, destacadamente dos programas do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia. | 263 | Relatório sobre a atuação da Bancado do Tocantins para obtenção de recursos orçamentários para o estado. | 47 |
| Saúda a inauguração da sétima Comarca de Roraima, no município de Pacaraima. | 263 | EDUARDO SUPPLY | |
| Considerações sobre a posição do Ministério do Meio Ambiente no que tange à questão da | | Transcrição da entrevista do ex-Presidente do TSE, Ministro Carlos Velloso, publicada no jornal Correio Braziliense , no dia 19 de janeiro de 2006. | 44 |

| | Pág. | III | | Pág. |
|---|------|-----|--|------|
| Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. | 44 | | HELOÍSA HELENA | |
| FLEXA RIBEIRO | | | Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. | 41 |
| Afirmção de que leilão programado para energia nova não atende às necessidades da região Nordeste. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. | 30 | | Considerações ao discurso da Senadora Patrícia Saboya Gomes, acerca da defesa de Projeto de Lei do Senado que regulamenta o repasse para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente de verbas de desvios dos cofres públicos recuperadas. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes. | 78 |
| Discussão acerca do Projeto de Lei que sugere o aumento no número de deputados federais. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. | 219 | | Cobrança de política destinada ao desenvolvimento do setor agrícola. Aparte ao Senador Leonel Pavan. | 86 |
| Considerações sobre a proposta orçamentária para 2006..... | 224 | | Transcrição de diversas matérias divulgadas recentemente sobre a atuação de S.Exa. | 90 |
| Transcrição da matéria intitulada “União aluga prédio para Fome Zero pelo dobro do valor”, publicada pelo jornal O Estado de S.Paulo , edição de 10 de janeiro de 2006. | 240 | | Esclarecimentos sobre os critérios adotados para elaboração das emendas individuais de S.Exa. ao Orçamento Geral. | 90 |
| Transcrição da matéria intitulada “CPI descobre mais R\$ 4,1 milhões da Visanet repassados ao PT por Valério”, publicada pelo jornal O Globo , edição de 16 de janeiro de 2006. | 410 | | Comentários acerca da política social do governo, mais especificamente dos programas de distribuição de renda. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. | 226 |
| GERSON CAMATA | | | Considerações sobre a proposta orçamentária para 2006. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. | 226 |
| Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. | 43 | | Importância da aprovação do Projeto de Lei 51, de 2004-Complementar, que flexibiliza as deduções do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas que efetuarem doações em favor do Fundo da Criança e do Adolescente. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. | 267 |
| Considerações sobre a ascensão da Senhora Michelle Bachelet, primeira mulher no cargo de Presidente do Chile. Aparte ao Senador Jefferson Péres. | 51 | | Sugestão de V.Exa. para que a CPI dos Correios dê continuidade ao que foi paralisado na CPI do Mensalão. | 276 |
| Homenagens de pesar pelo falecimento do deputado estadual do PMN do Espírito Santo, Edson Vargas. Aparte ao Senador Magno Malta. | 220 | | Consulta do P-SOL aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, sobre a legalidade e a legitimidade da liberação da segunda parcela de salário da convocação extraordinária. | 276 |
| GILVAM BORGES | | | HERÁCLITO FORTES | |
| Debate sobre os trabalhos realizados pela CPI dos Bingos. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. | 83 | | Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. | 35 |
| Homenagem à Madre Paulina e regozijo pela reinauguração do Santuário de Santa Paulina. Aparte ao Senador Leonel Pavan. | 85 | | Debate sobre os trabalhos realizados pela CPI dos Bingos. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. | 83 |
| Importância da reunião entre os presidentes do Brasil, da Argentina e da Venezuela para debate sobre questões ligadas ao Mercosul. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. | 88 | | Considerações sobre a prática do recesso parlamentar em diversos países. | 215 |
| Complexidade do problema da execução orçamentária. Aparte à Senadora Heloísa Helena. . | 92 | | Questionamentos sobre os critérios adotados para liberação de recursos para o Estado do Piauí. | 215 |
| Empenha confiança no País e nas políticas implementadas pelo Governo Federal. | 281 | | Recuperação das estradas brasileiras. Aparte ao Senador Alberto Silva. | 230 |
| Parabeniza o Presidente Renan Calheiros pelos trabalhos à frente do Congresso Nacional. . | 281 | | | |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|--|------|
| IDELI SALVATTI | | | |
| Debates sobre os trabalhos realizados pela CPI dos Bingos. | 80 | à CPI dos Bingos, confirmando a prática de caixa dois no partido do governo. Afirma que depoimentos comprovam que CPI's estão no caminho certo. ... | 26 |
| Considerações ao discurso da Senadora Patrícia Saboya Gomes, acerca da defesa de Projeto de Lei do Senado que regulamenta o repasse para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente de verbas de desvios dos cofres públicos recuperadas. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes. | 80 | JUVÊNIO DA FONSECA | |
| | | Transcrição da matéria intitulada "Sem terra, mas com anúncio", publicada na revista Veja , edição de 18 de janeiro de 2006. | 239 |
| | | Transcrição do artigo intitulado "Por que fazemos o que fazemos", de autoria do jornalista e presidente da editora Abril, Roberto Civita, publicado na seção "Carta do Editor", da revista Veja , edição de 28 de dezembro de 2005. | 409 |
| JEFFERSON PÉRES | | | |
| Problemas relacionados à construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho. Aparte ao Senador Valdir Raupp. | 21 | LEOMAR QUINTANILHA | |
| Considerações sobre a ascensão da Senhora Michelle Bachelet, primeira mulher no cargo de Presidente do Chile. | 50 | Registro da morte de Nelson Vosniak, Presidente do PCdoB do Município de Reserva-PR. ... | 296 |
| | | Discussão sobre o novo valor do salário mínimo. | 296 |
| JOÃO BATISTA MOTTA | | | |
| Considerações sobre os recursos orçamentários destinados ao estado do Espírito Santo. | 214 | LEONEL PAVAN | |
| Agradecimentos à Rede Globo pela realização de programa sobre a vida de Juscelino Kubitschek. | 214 | Problemas relacionados à construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho. Aparte ao Senador Valdir Raupp. | 19 |
| Destaque para a atuação do Ministro do Supremo Tribunal, Carlos Velloso, no anúncio de sua aposentadoria compulsória. | 214 | Considerações acerca da pré-candidatura de Germano Rigotto à Presidência da República e defende candidatura própria do PMDB para as eleições presidenciais. Aparte ao Senador Pedro Simon. | 25 |
| Homenagens de pesar pelo falecimento do deputado estadual do PMN do Espírito Santo, Edson Vargas. | 214 | Considerações sobre as denúncias de corrupção no governo. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. | 56 |
| Transcrição de matéria intitulada "Metamorfose ambulante", publicada pelo Jornal do Brasil , edição de 1º de janeiro de 2006. | 238 | Considerações ao discurso da Senadora Patrícia Saboya Gomes, acerca da defesa de Projeto de Lei do Senado que regulamenta o repasse para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente de verbas de desvios dos cofres públicos recuperadas. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes. | 76 |
| JOSÉ AGRIPINO | | | |
| Afirmção de que leilão programado para energia nova não atende às necessidades da região Nordeste. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. | 32 | Debates sobre os trabalhos realizados pela CPI dos Bingos. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. | 82 |
| Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. | 42 | Regozijo pela reinauguração do Santuário de Santa Paulina. | 84 |
| Transcrição da entrevista concedida pelo presidente nacional do PFL, Senador Jorge Bornhausen, concedida à revista Veja , edição de 11 de janeiro de 2006. | 234 | Cobrança de política destinada ao desenvolvimento do setor agrícola. | 84 |
| | | Comentários acerca da política social do governo, mais especificamente dos programas de distribuição de renda. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. | 227 |
| JOSÉ JORGE | | | |
| Comentário sobre depoimento do economista e ex-militante do PT, Paulo de Tarso Venceslau, | | Críticas às soluções do governo e de empresas privadas na solução dos buracos encontrados | |

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|--|------|
| na maioria das principais rodovias brasileiras. Aparte ao Senador Alberto Silva. | 229 | OSMAR DIAS | |
| Registro de parabenizações pela votação que aprovou a redução do recesso parlamentar e o término da remuneração das convocações extraordinárias. . | 231 | Críticas à política do governo para a agricultura brasileira. | 17 |
| Transcrição da matéria intitulada “Um acordo sem pé nem cabeça”, publicada pela revista Veja , edição de 11 de janeiro de 2006. | 257 | PATRÍCIA SABOYA GOMES | |
| Transcrição da matéria intitulada “Tapa-buraco usa empreiteiras que TCU condenou”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 10 de janeiro de 2006. | 403 | Defesa de Projeto de Lei do Senado, de autoria de S.Exa., que regulamenta o repasse para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente de verbas de desvios dos cofres públicos recuperadas. | 74 |
| LÚCIA VÂNIA | | PEDRO SIMON | |
| Transcrição da matéria intitulada “Governo decepciona ONGs e não ouve demandas sociais, diz estudo”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 13 de dezembro de 2005. | 242 | Comemora o registro da pré-candidatura de Germano Rigotto à Presidência da República e defende candidatura própria do PMDB para as eleições presidenciais. | 22 |
| Transcrição da matéria intitulada “Reprovação atinge pilares do governo”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 15 de dezembro de 2005. | 401 | REGINALDO DUARTE | |
| MAGNO MALTA | | Transcrição da matéria intitulada “Tapa-buraco vira palanque de ministros”, publicada pelo jornal Folha de S.Paulo , edição de 10 de janeiro de 2006. | 233 |
| Justificativas a requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Deputado Estadual Edson Vargas, ocorrido no dia 19 de janeiro de 2006. | 220 | RODOLPHO TOURINHO | |
| Requerimento nº 38, de 2006, que requer a inserção de Voto de Pesar, pelo falecimento do Deputado Estadual Edson Vargas. | 222 | Problemas relacionados à construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho. Aparte ao Senador Valdir Raupp. | 19 |
| Importância das obras de recuperação da malha rodoviária federal. Aparte ao Senador Aelton Freitas. | 224 | Afirmação de que leilão programado para energia nova não atende às necessidades da região Nordeste. | 29 |
| MARCO MACIEL | | Considerações sobre a ascensão da Senhora Michelle Bachelet, primeira mulher no cargo de Presidente do Chile. Aparte ao Senador Jefferson Péres. | 52 |
| Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. | 35 | Considerações ao discurso da Senadora Patrícia Saboya Gomes, acerca da defesa de Projeto de Lei do Senado que regulamenta o repasse para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente de verbas de desvios dos cofres públicos recuperadas. Aparte à Senadora Patrícia Saboya Gomes. | 77 |
| Considerações sobre a ascensão da Senhora Michelle Bachelet, primeira mulher no cargo de Presidente do Chile. Aparte ao Senador Jefferson Péres. | 51 | Importância da aprovação do Projeto de Lei 51, de 2004-Complementar, que flexibiliza as deduções do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas que efetuarem doações em favor do Fundo da Criança e do Adolescente. | 265 |
| MOZARILDO CAVALCANTI | | Considerações sobre a posição do Ministério do Meio Ambiente no que tange à questão da concessão de licença ambiental a projetos de desenvolvimento econômico para o País. Aparte ao Senador Sibá Machado. | 269 |
| Críticas ao governo do Presidente Lula pela demarcação de terras indígenas e à falta de assistência à saúde dos Yanomami. | 28 | | |
| NEY SUASSUNA | | | |
| Considerações acerca da política rodoviária. Aparte ao Senador Alberto Silva. | 230 | | |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|--|------|
| ROMERO JUCÁ | | | |
| Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, lamentando a sua aposentadoria compulsória do Supremo Tribunal Federal. | 278 | Sugestão de um maior investimento e uso de ferrovias no lugar das rodovias. Aparte ao Senador Alberto Silva. | 229 |
| Dificuldades enfrentadas por empresários do Estado de Roraima, em razão da concorrência desleal das empresas sediadas na Zona Franca de Manaus. . | 278 | Considerações sobre a posição do Ministério do Meio Ambiente no que tange à questão da concessão de licença ambiental a projetos de desenvolvimento econômico para o País. | 268 |
| SÉRGIO GUERRA | | | |
| Comentários acerca da questão da infra-estrutura e dos recursos no orçamento para esta área. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. | 69 | Alusão ao artigo do Ministro Miguel Rossetto intitulado "Perdedores de sempre, enfim, ganharam". | 268 |
| SERYS SLHESSARENKO | | | |
| Vantagens da criação do Aglomerado Urbano Cuiabá/Várzea Grande. | 87 | Importância da decisão do Congresso Nacional com relação à não-remuneração das sessões extraordinárias bem como da redução do recesso parlamentar. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. ... | 273 |
| Saudação ao Ministro Velloso pelas homenagens prestadas pelo Senado Federal pela sua aposentadoria compulsória. | 87 | Saúda anúncio da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, divisa do Maranhão e Tocantins, e liberação prévia, concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para a conclusão do Gasoduto Meio Norte. Aparte ao Senador Edison Lobão. | 275 |
| Importância da reunião entre os presidentes do Brasil, da Argentina e da Venezuela para debate sobre questões ligadas ao Mercosul. | 87 | Dificuldades enfrentadas por empresários do Estado de Roraima, em razão da concorrência desleal das empresas sediadas na Zona Franca de Manaus, se estendem a todos os estados da região. Aparte ao Senador Romero Jucá. | 279 |
| Defesa de uma postura investigativa da imprensa no que se refere ao nepotismo existente no Poder Judiciário. | 271 | Elogios às políticas implementadas pelo Governo Federal. Aparte ao Senador Gilvam Borges. | 281 |
| Importância da decisão do Congresso Nacional com relação à não-remuneração das sessões extraordinárias bem como da redução do recesso parlamentar..... | 271 | Considerações acerca dos papéis fundamentais que deve ter uma CPI. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. | 285 |
| SIBÁ MACHADO | | | |
| Problemas relacionados à construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho. Aparte ao Senador Valdir Raupp. | 20 | Discussão sobre o novo valor do salário mínimo. Aparte ao Senador Leomar Quintanilha. | 298 |
| Elogio ao governo Lula pela condução na política internacional, principalmente o Mercosul. | 33 | TASSO JEREISSATI | |
| Discussão acerca do Projeto de Lei que sugere o aumento no número de deputados federais. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. | 218 | Considerações sobre as denúncias de corrupção no governo. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. | 57 |
| Conseqüências da possível diminuição da taxa Selic. Aparte ao Senador Aelton Freitas..... | 223 | Crítica à condução do Governo Federal na questão ética. | 66 |
| Considerações sobre a proposta orçamentária para 2006. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. | 225 | TEOTONIO VILELA FILHO | |
| Comentários acerca da política social do governo, mais especificamente dos programas de distribuição de renda. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. | 225 | Transcrição da matéria intitulada "O pacote que é uma vergonha", publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 11 de janeiro de 2006 e da matéria intitulada "Esqueçam o Dirceu. Feliz 2006", de autoria de S.Exa., publicada em O Jornal , de Maceió, edição de 03 de janeiro de 2006. | 241 |
| | | Transcrição da matéria intitulada "Pode responder, presidente", de autoria de S.Exa., publicada no " O Jornal ", de Maceió, edição do dia 10 de janeiro de 2006. | 399 |

| | Pág. | | VII Pág. |
|---|------|--|-------------|
| VALDIR RAUPP | | WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA | |
| Cobrança de ações do Governo Federal para a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho. | 19 | Homenagem ao Ministro Carlos Velloso, ex- Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. | 42 |